

DESENVOLVIMENTO HUMANO



RELATÓRIO DE 2023/2024

**Pôr fim
ao**

impasse

**Reimaginar a
cooperação num
mundo polarizado**

Copyright @ 2024

do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
1 UN Plaza, New York, NY 10017 USA

Todos os direitos reservados. Nenhum excerto desta publicação poderá ser reproduzido, armazenado num sistema de recuperação ou transmitido sob qualquer forma ou por qualquer meio, nomeadamente, eletrónico, mecânico, de fotocópia, de gravação ou outro, sem permissão prévia.

Venda n.º.: E.24.III.B.2
ISBN Impresso: 9789210031028
PDF ISBN: 9789213588703
ISSN Impresso: 0969-4501
ISSN Online: 2412-3129

Um catálogo desta publicação está disponível na British Library e na Library of Congress

Declarações gerais de exoneração de responsabilidade. As designações empregues e a apresentação do material desta publicação não constituem a expressão de qualquer opinião por parte do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano (GRDH) do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em relação ao estatuto jurídico de qualquer país, território, cidade ou área, nem das respetivas autoridades, nem a respeito da delimitação das respetivas fronteiras ou limites. As linhas pontilhadas e tracejadas nos mapas representam linhas fronteiriças aproximadas, para as quais poderá ainda não haver um consenso.

As conclusões, análises e recomendações do presente Relatório, à semelhança dos anteriores Relatórios, não representam a posição oficial do PNUD nem de qualquer dos Estados-membro da ONU que integram o seu Conselho Executivo. Não são, ademais, necessariamente subscritas pelas pessoas mencionadas nos agradecimentos ou citadas.

A referência a empresas específicas não implica que sejam apoiadas nem recomendadas pelo PNUD em detrimento de outras de índole equiparável que não sejam mencionadas.

Alguns dos números que constam da parte analítica do relatório foram, nos casos em que tal é indicado, estimados pelo GRDH ou por outros contribuidores para o Relatório e não constituem, necessariamente, as estatísticas oficiais do país, da área ou do território em causa, que poderá recorrer a métodos alternativos. Todos os números que constam do Anexo Estatístico provêm de fontes oficiais. O GRDH tomou todas as precauções razoáveis para verificar as informações que constam da presente publicação. Todavia, o material publicado é distribuído sem qualquer garantia de índole alguma, explícita ou implícita.

A responsabilidade pela interpretação e utilização do material incumbe ao/à leitor(a). Em caso algum o GRDH e o PNUD serão responsáveis por prejuízos decorrentes da sua utilização.

As contribuições identificadas pelo nome do autor em caixas e destaques representam as opiniões dos autores e resultam de uma investigação independente da sua responsabilidade. Não representam necessariamente a posição ou as opiniões do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano ou do PNUD. Quaisquer erros ou omissões são da responsabilidade dos respetivos autores. As contribuições em apreço são apresentadas no relatório para estimular o debate e incentivar um diálogo aprofundado entre investigadores e decisores.

Impresso nos EUA por AGS, RR Donnelley, com papel livre de cloro elementar certificado pelo Forest Stewardship Council. Impresso com tinta à base de óleos vegetais.



O Relatório do Desenvolvimento Humano 2023/2024



RELATÓRIO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO 2023/2024

Pôr fim ao impasse

Reimaginar a cooperação num mundo polarizado



Publicado pelo
Programa das
Nações Unidas para o
Desenvolvimento
(PNUD)

*Ao serviço
das pessoas
e das nações*

Agradecimento:

A tradução e a publicação da edição portuguesa do *Relatório de Desenvolvimento Humano 2023/2024* só foram possíveis graças ao apoio do Camões – Instituto da Cooperação e da Língua.



Equipa

Diretor e autor principal

Pedro Conceição

Investigação e estatística

Cecilia Calderón, Pratibha Gautam, Moumita Ghorai, Divya Goyal, Yu-Chieh Hsu, Christina Lengfelder, Brian Lutz, Tasneem Mirza, Rehana Mohammed, Josefin Pasanen, Fernanda Pavez Esbry, Antonio Reyes González, Som Kumar Shrestha, Ajita Singh, Heriberto Tapia e Yanchun Zhang

Digital, gestão de dados e conhecimento, comunicações, operações, Relatórios Nacionais do Desenvolvimento Humano

Nasantuya Chuluun, Jon Hall, Seockhwan Bryce Hwang, Nicole Igloi, Admir Jahic, Mohammad Kumail Jawadi, Fe Juarez Shanahan, Minji Kwag, Ana Porras, Stanislav Sailing, Marium Soomro e Sajia Wais

O Relatório do Desenvolvimento Humano 2023/2024

Conselho Consultivo

Copresidentes	Tharman Shanmugaratnam Presidente da República de Singapura	Joseph E. Stiglitz Professor universitário, Universidade de Columbia		
Membros	Olu Ajakaiye Presidente executivo do African Centre for Shared Development Capacity Building (Centro Africano para o Desenvolvimento Partilhado e Reforço de Capacidades), Nigéria	Scott Barrett Professor de Economia de Recursos Naturais do Institute Lenfest-Earth, Universidade de Columbia	Kaushik Basu Professor de Estudos Internacionais, Universidade Cornell	Laura Chincilla ex-Presidente da República da Costa Rica
	Diane Coyle Professora de Políticas Públicas do Instituto Bennett e Codiretora do Instituto Bennett de Políticas Públicas, Universidade de Cambridge	Oeindrila Dube Professor do Philip K. Pearson, Escola Harris de Políticas Públicas, Universidade de Chicago	Cai Fang Perito principal do Grupo de Reflexão Nacional, Academia Chinesa de Ciências Sociais	Marc Fleurbaey Diretor de Investigação do CNRS (Centro Nacional de Investigação Científica); Professor da Escola de Economia de Paris; Professor Associado da École Normale Supérieure, Paris
	Ravi Kanbur Professor da Universidade Cornell	Judith Kelley Reitor da Sanford School of Public Policy, Universidade Duke	Melissa Leach Diretora do Instituto de Estudos de Desenvolvimento	Harini Nagendra Diretora do Centro de Investigação e Professora e Docente Responsável do Centro para as Alterações Climáticas e Sustentabilidade, Universidade Azim Premji
	Abebe Shimeles Professor Honorário do Departamento de Economia da Universidade da Cidade do Cabo, África do Sul e Consultor Económico Sénior; Diretor cessante de Investigação, Consórcio Africano de Investigação Económica	Belinda Reyers Professora da Universidade de Pretória; Investigadora Afiada do Instituto Beijer de Economia Ecológica, Real Academia das Ciências da Suécia	Ilona Szabo De Carvalho Cofundadora e Presidente do Instituto Igarape, Brasil	Krushil Watene Peter Kraus, Professor Associado de Filosofia, Universidade de Auckland

Prefácio

Vivemos num mundo extremamente coeso. No entanto, os desafios globais comuns e interligados, como as alterações climáticas desenfreadas, ultrapassam a capacidade de resposta das nossas instituições. Enfrentamos um “impasse global”, exacerbado pela crescente polarização nos nossos países, que se traduz em obstáculos à cooperação internacional.

Por que razão, apesar de todas as nossas riquezas e tecnologias, estamos tão estagnados? Será possível mobilizar a ação para dar resposta a desafios coletivos a nível global num mundo fortemente polarizado? Estas são as questões que motivam o Relatório do Desenvolvimento Humano de 2023/2024. Firmemente assente nos progressos alcançados pelos seus predecessores, o Relatório lembra-nos que as nossas aspirações comuns ao desenvolvimento devem ir além das conquistas de bem-estar. Devem permitir, igualmente, que as pessoas sintam um maior controlo sobre as suas vidas, menos ameaçadas e mais capacitadas para enfrentar os desafios coletivos.

O custo humano deste impasse crescente é enorme. Em vidas perdidas, em oportunidades desperdiçadas, em sentimentos de desespero. Após 20 anos de progresso, e pela primeira vez na história, as desigualdades nos valores do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) — que mede a saúde, a educação e o nível de vida de cada país — estão a aumentar entre os países na base e os países no topo do índice. Na sequência dos decréscimos registados em 2020 e 2021 no valor global do IDH, o mundo teve a oportunidade de construir um futuro melhor. Em vez disso, este Relatório do Desenvolvimento Humano mostra que a nossa comunidade global está aquém das expectativas. As mortes em combate e as deslocações forçadas por conflitos violentos estão a aumentar, atingindo os níveis mais elevados desde a Segunda Guerra Mundial. Antecedendo uma década de temperaturas cada vez mais elevadas, 2023 foi o ano mais quente alguma vez registado. O progresso do desenvolvimento humano registou uma trajetória descendente, situando-se atualmente abaixo da tendência anterior a 2019, ameaçando fortalecer perdas permanentes no desenvolvimento humano.

A menos que mudemos de rumo.

Ainda podemos colmatar as desigualdades no desenvolvimento humano, mas devemos aprender

rapidamente algumas lições. Desde logo, o Relatório defende a necessidade de capitalizarmos as nossas ligações globais, privilegiando a cooperação em detrimento do conflito. O Relatório mostra como a má gestão das interdependências transfronteiriças (a resposta à pandemia de Covid-19, por exemplo) está na origem de diversos desafios contemporâneos, desde o sobre-endividamento de numerosos países com um nível baixo ou médio de rendimento às ameaças à segurança alimentar, passando por um sentimento generalizado de descapacitação em todo o mundo. Uma nova análise do Relatório, com recurso a dados do Inquérito Mundial de Valores, demonstra que apenas metade da população mundial se sente em controlo da própria vida e que apenas um terço das pessoas acredita que a sua voz é ouvida no sistema político em que se insere.

CNuma análise prospetiva, existirão cada vez mais oportunidades e desafios coletivos a nível global. Além da forte interdependência económica, existem dois fatores principais de interdependência suscetíveis de moldar o nosso futuro nas próximas décadas. Primeiro, as perigosas mudanças planetárias do Antropoceno estão a aprofundar as ligações globais entre sociedades, economias e ecossistemas: os vírus, os microplásticos nos nossos oceanos e os incêndios florestais não se preocupam com as fronteiras nacionais. Como se defende no Relatório, podemos optar por desglobalizar, mas não podemos “desplanetizar”. Segundo, a revolução digital em curso teve como resultado um aumento vertiginoso da partilha de dados, ideias e culturas entre as sociedades.

Para pôr fim ao impasse, o Relatório convida a reimaginar a cooperação através da aplicação de três ideias por que incentiva o mundo a lutar.

Em primeiro lugar, é imperativo encontrar pontos comuns, aceitando simultaneamente que as pessoas têm o direito de manter interesses e prioridades distintos. A dissipação de um nevoeiro de falsas diferenças, ou de perceções erróneas, é uma das formas mais eficazes de contribuir para uma cooperação que dê resposta a desafios coletivos.

Em segundo lugar, temos de permitir que as pessoas prossigam as suas ambições legítimas e naturais em matéria de segurança humana sem protecionismo. Já passaram 30 anos desde que o Relatório do

Desenvolvimento Humano de 1994 introduziu a ideia de segurança humana, um conceito que se centra naquilo que confere às pessoas a capacidade de moldarem as suas vidas livres de medo, de privações e com dignidade. Da transição energética à inteligência artificial, o debate sobre os riscos e os desafios tem de ser reequilibrado com a articulação coerente do potencial para viver, pela primeira vez, com um excedente de energia e com uma inteligência artificial que exponencia a nossa capacidade de ação.

Em terceiro lugar, precisamos de uma arquitetura do século XXI para a cooperação internacional, com vista a assegurar a disponibilização de bens públicos mundiais. Incluem-se os bens públicos a nível planetário necessários para navegar no Antropoceno — desde a atenuação das alterações climáticas à preparação para as pandemias, passando pela preservação da biodiversidade, bem como os bens e as infraestruturas públicas digitais que possibilitariam que a revolução digital potenciase uma prosperidade mais equitativa. Os bens públicos mundiais são essenciais para o nosso futuro interdependente enquanto cidadãos do mundo e exigem que repensemos o financiamento internacional com o objetivo de complementar a ajuda ao

desenvolvimento (apoio aos países pobres) e a ajuda humanitária (salvar vidas em situações de emergência).

De facto, devemos reconhecer como inegável o facto de termos atualmente acesso a novos mecanismos financeiros, a tecnologias revolucionárias e ao nosso maior trunfo: o engenho humano e as nossas capacidades de cooperação. No entanto, no presente, os psicólogos alertam para um número elevado de crianças que se sentem ansiosas e que sentem que vivem num mundo que não se preocupa com o seu futuro. Este Relatório encerra um apelo: podemos e devemos fazer melhor. Traça caminhos para o futuro e convida a uma conversa sobre reimaginar a cooperação.



Achim Steiner

Administrador

Programa das Nações Unidas para
o Desenvolvimento

Agradecimentos

Como dar sentido à elaboração de um Relatório do Desenvolvimento Humano em tempo de guerra? Não só de guerras entre países e dentro de cada país, mas também com o nosso planeta, connosco próprios e com o nosso futuro? São questões que tiveram um peso significativo nas nossas mentes. Porém, com o passar do tempo, reforçam a determinação da equipa, alimentada pela convicção de que as mensagens recorrentes dos sucessivos Relatórios do Desenvolvimento Humano são mais relevantes do que nunca. Importa repeti-las e reafirmá-las, porque, apesar de já poderem ter sido afirmadas diversas vezes, parece terem sido continuamente relegadas para segundo plano. A primazia das pessoas enquanto objetivo e agentes do desenvolvimento. É fundamental permitir que as pessoas vivam sem carências, sem medo e sem indignidade, fator que permanece relevante 30 anos após a introdução do conceito de segurança humana no Relatório sobre o Desenvolvimento Humano de 1994.

Este Relatório, à semelhança de outros Relatórios do Desenvolvimento Humano, analisa as barreiras que impedem as pessoas de viverem plenamente as suas vidas bem como o que fazer para as superar. Nesta matéria, o mundo atual tem muito de novo. Com base no Relatório do Desenvolvimento Humano 2021/2022 — que identificou a polarização enquanto barreira na resposta aos desafios coletivos como um dos novos níveis de incerteza com que o mundo se depara — este Relatório mergulha profundamente nas razões pelas quais a polarização está a aumentar, o modo como paralisa a ação coletiva e de que forma é possível reimaginar a cooperação para pôr fim ao impasse. A conclusão do Relatório só se tornou possível graças ao encorajamento, generosidade e contributo de tantas

pessoas, que reconhecemos, ainda que apenas de modo imperfeito e parcial, nestes agradecimentos.

Os membros do Conselho Consultivo são reconhecidos juntamente com a equipa do relatório, em virtude dos seus contributos fundamentais para o enquadramento e a análise do relatório. Gostaríamos, contudo, de prestar especial reconhecimento ao copresidente Tharman Shanmugaratnam, que tem assumido graciosa e generosamente o cargo de copresidente desde 2019 e que aceitou continuar a desempenhar esta atividade mesmo depois de assumir um alto cargo. Nós, e todos os que se interessam pelo desenvolvimento humano e pelo desenvolvimento em geral, temos uma enorme dívida de gratidão para com o Presidente Tharman.

Em complemento às recomendações do nosso Conselho Consultivo, o Painel de Consultores Estatísticos do Relatório ofereceu orientações sobre questões metodológicas e, também, referentes aos dados do Relatório, em particular no tocante ao cálculo dos índices de desenvolvimento humano do Relatório. Estamos gratos a todos os membros do painel: Mario Biggieri, Camilo Ceita, Ludgarde Coppens, Koen Decancq, Thomas Helgeson, Jason Hickel, Milorad Kovacevic, Steve Macfee-ly, Silvia Montoya, Shantanu Mukherjee, Ekaterina Poleshchuk, Michaela Saisana, Hany Torky, Mohd Uzir e Dany Wazen.

Agradecemos, ainda, todos os dados facultados, contributos escritos e revisões por pares dos rascunhos dos capítulos do Relatório, incluindo os de Barbara Adams, Scott Barret, Cornelia Betsch, Robert Böhm, Wolfgang Buchholz, Leonardo Bursztyn, Fernando Casal Bertoa, Patricia Clavin, Tiago Devesa, Charles Efferson, Charlotte Fiedler, Odd-Helge Fjeldstad, Katha Freistein, Karla Daniela González, Kenneth Harttgen, Nicole Hassoun, Luca

Henkel, Joseph Henrich, Tadashi Hirai, Ingrid Home Sjursen, Eduardo Ibarra-Olivio, Solava Ibrahim, Otto Ilona, Julia Leininger, Andrea Marinucci, Ronald Mendoza, José Antonio Ocampo, Laura Pereira, Hannah Pool, Marcela Rios Tobar, Todd Sandler, Emanuele Sapienza, Armin von Schiller, Tobias Schillings, Phillip Sprengholz, Andrew Thompson, Jurel Yap e Sarah White.

Agradecemos, em especial, a estreita colaboração com os nossos parceiros: o Conselho Internacional da Ciência, incluindo Peter Gluckman e Megha Sud; a Lloyd's Register Foundation, incluindo Suela Aksoy e Ed Morrow; o McKinsey Global Institute, incluindo Anu Madgavkar; o Peace Research Institute Oslo, incluindo Siri Aas Rustad, Andrew Arasmith, Kristine Helskog e Gudrun Østby; a South-North Scholars, incluindo Nino Nadirashvili e Charlie Zong; o Climate Impact Lab, incluindo Hannah Hess; a Gallup, incluindo Jon Clifton e Andrew Rzepa; o Global Policy Laboratory, incluindo Solomon Hsiang, Jonathan Proctor e Luke Sherman; a Associação para o Desenvolvimento Humano e as Capacidades, incluindo Ann Mitchell e Melanie Walker; o Instituto Internacional de Análise de Sistemas Aplicados, incluindo Luis Gomez Echeverri, Pratik Patil e Elena Rovenskaya; a Iniciativa pela Pobreza e Desenvolvimento Humano da Universidade de Oxford, incluindo Sabina Alkire, Maya Evans, Alexandra Fortacz e Usha Kanagaratnam; o Banco Mundial, incluindo Indermit Gill e Luis Felipe López-Calva; o World Inequality Lab, incluindo Lucas Chancel; bem como colaboração no domínio da investigação com Ingvild Almås, David Blanchflower, Alexander Bryson, Erle Ellis, Nicholas Depsky, Paul Hufe, Diren Kocakusak, Justin E. Lane, Stephen Sepaniak e F. LeRon Shults.

Foram realizadas diversas consultas com peritos de várias regiões, sobre vários

temas, bem como um conjunto de consultas informais com inúmeras pessoas que, embora sem um papel consultivo formal, assumiram um papel relevante no processo de preparação do Relatório deste ano. Estamos gratos pelos contributos nestas consultas de Ima Abdul Rahim, Lina Abirafeh, Jeremy Adelman, Arun Agrawal, Aroe Ajani, Fonteh Akum, Henry Alinaitwe, Ingvild Almås, Tariq Al-Olaimy, Sherine Al-Shawarby, Phillip Apuuli Kasaija, Elsie Attafuah, Tan Sri Azman Hj Mokhtar, Joe Bak-Coleman, Anne Bardsley, Carl Bergstrom, Amar Bhattacharya, Debapriya Bhattacharya, Haroon Bhorat, Roberto Bissio, Lia Brazil, Carlos Brown, Joanna Bryson, Vural Çakır, Miguel Centeno, Tan Sri Dato Seri Jeffrey Cheah, Sysan Clayton, Sarah Cliffe, Dawnelle Clyne, Flavio Comim, Alistair Cook, Vanesa D'Alessandre, Yves Daccord, Isabel de Saint Malo, Dagomar Degroot, Faisal Devji, Catherine D'Ignazio, Ishac Diwan, Jamie Drummond, Jaco Eyelu, Nadim Farajalla, Hege Fisknes, Peter Frankopan, Jemima Garcia-Godos, Nilanjan Ghosh, Andrew Grotto, John Haldon, Corinne Heckmann, Oli Henman, Luis Hernán Vargas, Eria Hisali, Karla Hoff, Nadim Houry, Saleemul Huq, Nigar Islamli, Andry Ivanov, Jennifer Jacquet, Rasha Jarhum, Xu Jin, Mitzi Jonelle Tan, Tehmina Kaoosji, Ibrahim Kasirye, Lina Khatib, Julius Kiiza, Ruth Kitamirike, Martin Korte, Nagesh Kumar, Oliver Lacey Hall, Michèle Lamont, Lyse Langlois, Julia Leininger, Sharachchandra Lele, Hod Lipson, Genevieve Lively, Hela Lotz-Sisitka, Winnifred Louis, Fatmata Lovetta Sesay, Tan Sri Jamilah Mahmud, Andrés Malamud, Beckie Malay, Yadvinder Malhi, Kanchan K. Malik, Heghine Manasyan, Emma Marris, Steve McCorrison, Tarik Megerisi, Emel Memis, Rana Mitter, Roman Mogilevskii, Petra Molnar, Samar Muhareb, Khalid Mustafa Medani, Mwambutsya Ndebesa, Sjeila Ngatria, Dianah Ngui Muchai, Ibrahim Okumu, Iliana Olivie, Margie Ong, Mavis Owusu-Gyamfi, Foteini Papagiotti, Toril-Iren Pedersen, Tawana Petty, Seeta Prabhu, Cristelle Pratt, Satin Seri Sunita Rajakumar, Michael Robbins, Emma Ruttkamp-Bloem, Silvia Salvatici, Marc Saner, Mahendhiran Sanggaran Nair, Carlos Scartascini, Mario Scharfbilli, Kareem Shaheen, Binyam

Sisay Mendisu, Scott Smith, Masashi Soga, Hema Sridar, Erika Stael von Holstein, Abida Suleri, Zeynep Tufekci, Gatoloaifaa-na Tilianamua Afamasaga, Lucas Tse, Tania Vásquez Luque, Harvey Whitehouse, Deborah Willing, John Willshire, Jiajun Xu, Ong Keng Yong, Zhang Yujun, Anis Yuszal Yusoff e Yingqin Zheng.

Agradecemos, em especial, o diálogo estreito na Universidade Duke, com Stephanie Alt Lamm, Sarah Bermeo, Nadia Chamberlain, Judith Kelley, Anirudh Krishna, Eddy Malesky e Kerilyn Shewel; na Universidade de Chicago, com Natalie Arsenault, Alison Baulos, Luis Bettencourt, Christopher Blattman, Emily Grant, Michael Greenstone, Gary Herrigel e Mathias Staisch; na Universidade de Georgetown, com Dagomar Degroot; e na Universidade de Yale, com David Alzate, David Engerman, Jessica Faieta, Ardina Hasanbasri, Jim Levinsohn, Costas Meghir, Aishwarya Ratan, Ernesto Zedillo e com Emma Sky do programa Yale Greenberg World Fellow. Agradecemos a colaboração dos académicos do South-South Global Thinkers.

Foi, ainda, prestado apoio por tantas pessoas cuja lista é demasiado numerosa para elencar neste espaço. Está disponível uma lista de consultas em <https://hdr.undp.org/towards-hdr-2023>. Os contributos, o apoio e a assistência de muitos colegas da família da ONU são reconhecidos com gratidão. Incluem o Gabinete Executivo do Secretário-Geral, através de Michèle Griffin; o Gabinete das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul, incluindo Dima Al-Khatib, Zanofer Ismalbebe e Naveeda Nazir; a Campanha de Ação dos ODS da ONU, incluindo Xavier Longan, Marina Ponti e Olcay Tetik; a Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Género e o Empoderamento das Mulheres, incluindo Ginette Azcona e Papa Seck; a Organização Internacional do Trabalho, incluindo Rafael Díaz de Medina, Youcef Ghellab, Roger Gomis, Steven Kapsos e Sangeon Lee; a Divisão da População das Nações Unidas, incluindo Patrick Gerland; o Programa das Nações Unidas para o Ambiente, incluindo Dany Ghafari; o Instituto de Estatística da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), incluindo

Olivier Labé, Alasdair McWilliam, Patrick Montjouides e Said Ould Ahmedou Voffal; e o Instituto Mundial de Investigação do Desenvolvimento Económico, da Universidade das Nações Unidas, incluindo Rahul Lahoti. Todos os gabinetes regionais e centrais e os escritórios nacionais do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) são igualmente reconhecidos com profunda gratidão.

Os colegas do PNUD ofereceram aconselhamento e contributos e organizaram consultas. Estamos gratos a Jairo Acuna Alfaro, Tehmina Akhtar, Abdallah Al Dardari, Darah Aljoudar, Elsie Attafuah, Julie Axelsen, Niloy Banerjee, Fiona Bayat-Renoux, Julie Berg, Tessa Bertrand, Georgiana Braga'Orillard, Michele Candotti, Alessandra Casazza, Angélique M. Crumbly, Mirko Ebelshaeuser, Maja Edfast, Ahunna Eziakonwa, Alfonso Fernández, Almudena Fernández, Sara Ferrer, Arvinn Gadgil, Raymond Gilpin, Carolina Given Sjölander, George Gray Molina, Janil Greenaway, Niamh Hanafin, Wenwen He, Caroline Hopper-Box, Vanessa Howe-Jones, Ghida Ismail, Tomohiro Kawase, Julia Kercher, Adithya Kumar, Raquel Lagunas, Bas Leurs, Sarah Lister, Fatmata Lovetta Sesay, Zhaoxi Meng, Ulrika Modeér, Luca Monge Roggarello, Annet Mpabulungi Wakabi, Michelle Muschett, Marcos Athias Neto, Sjeila Ngatria, Shoko Noda, Mizuho Okimoto-Kaewtathip, Robert Opp, Anna Ortubia, Thangavel Palanivel, Prachi Paliwal, Stefano Pettinato, Ricardo Pineda, Sarah Poole, Corli Pretorius, Georgios Profiliotis, Soha Rasheed, Luca Renda, Carolina Rivera Vázquez, Sara Maaria Saastamoinen, Philip Schellekens, Bahdja Sehli, Narue Shiki, Ashvinder Singh Pramjit Singh, Ben Slay, Anca Stoica, Rania Tarazi, David Tat Ui Tan, Claire van der Vaeren, Federico Vaz, Francis Wasswa, Kanni Wignaraja, Bronwyn Williams, Clarise Wilson, Haoliang Xu, Shinobu Yamaguchi e Ivana Živković. Estamos igualmente gratos a todos os Scanners de Sinais do PNUD e aos Laboratórios de Aceleração do PNUD que participaram nas consultas.

Tivemos a felicidade de contar com o apoio dos consultores de operações Judy Austin, Beatrice Chinapen e Milagros Feliciano e dos talentosos estagiários

e verificadores de factos: Dopé Adjor, Natalia Aguilar Ruiz, Edwige Bayili, Parth Chawla, Seussler Daniel, Modi Michael Elisa, Morgane Hamza, Sijie Han, Yingyilong Hu, Jessica Karki, Alive Lassman, Danielle Mallon, Luiza Nakamura, Paricia Nogueira, Nazifa Rafa, Maria Nathalia Ramirez, Yu-Ya Rong, Laura Sanzarello, Zahraa Shabana, Ching To Chung, Diego Vallejo, Yuqing Wang, Xuan Yi e Moya Zhu.

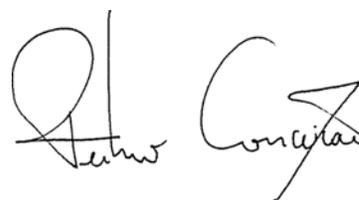
O Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano manifesta, ainda, a sua sincera gratidão para com os governos da República da Coreia, bem como para com os Governos do Japão e Portugal pelos seus contributos financeiros. Agradecemos imenso o seu apoio constante, que permanece essencial.

Estamos gratos pelo trabalho altamente profissional dos nossos editores e técnicos

de paginação da Communications Development Incorporated, liderados por Bruce Ross-Larson com Joe Caponio, Meta de Coquereaumont, Mike Crumplar, Christopher Trott e Elaine Wilson. O Bruce, em especial, está tão envolvido no processo que se sente parte da equipa, tal como tem acontecido com todos os Relatórios do Desenvolvimento Humano ao longo das décadas.

Gostaríamos de evocar afetuosamente a memória de Inge Kaul, uma das primeiras líderes do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano e pioneira no domínio dos bens públicos mundiais — a que este Relatório regressa — e uma pensadora e mentora muito ciosa da sua independência. Sentimos muito a falta de Inge.

É difícil exprimir o quanto devemos ao Administrador do PNUD, Achim Steiner. Ao conceder-nos espaço e liberdade para explorar e correr riscos, para experimentar coisas novas — não só nos Relatórios do Desenvolvimento Humano, mas além disso, incluindo inovações sem precedentes como a Plataforma Human Climate Horizons (<https://horizons.hdr.undp.org/>), foi sempre generoso na partilha do seu tempo (um bem precioso!) e da sua sabedoria com a equipa. O nosso gabinete tem a designação de Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, mas, como nos recorda sempre, o objetivo não é elaborar um relatório, mas sim promover debates em torno do desenvolvimento humano e convidar os decisores a participar na análise. Como sempre, esforçamo-nos para dar cumprimento a esta aspiração.



Pedro Conceição

Diretor

Gabinete do Relatório do
Desenvolvimento Humano

Índice

Prefácio	v
Agradecimentos	vii
Retrato instantâneo	1
Síntese	11

PARTE I

Progredir no desenvolvimento humano num mundo interdependente 25

CAPÍTULO 1

O desenvolvimento humano ressent-se quando a interdependência é mal gerida 27

Construir um futuro mais fraco? Uma recuperação desigual e incompleta do desenvolvimento humano a partir do declínio de 2020-2021 29

Uma interdependência mal gerida implica custos para o desenvolvimento humano 34

As perspetivas de promover a agência e o bem-estar serão moldadas pela gestão da interdependência 38

CAPÍTULO 2

A interdependência global persiste, mas está a ser remodelada 45

A persistência de laços globais: um mundo hiperligado com múltiplas interdependências globais 47

A interdependência global está a ser remodelada e é muito provável que assim se mantenha no futuro 56

CAPÍTULO 3

A disponibilização de bens públicos mundiais para gerir a interdependência 71

O que são bens públicos mundiais? 73

O que é preciso para fornecer bens públicos mundiais? Nem todos são criados da mesma forma 76

A aplicação de uma perspetiva assente nos bens públicos mundiais na resposta à Covid-19 79

PARTE II

Reimaginar a cooperação expandindo a agência e reduzindo a polarização 97

CAPÍTULO 4

Analisar como reforçar a ação coletiva 99

Começar com um modelo padrão de comportamento de escolha egoísta 102

Aplicar cuidadosamente conhecimentos da ciência comportamental 105

Reconhecer como a cultura molda o comportamento e as instituições 109

CAPÍTULO 5

Expandir a agência para a ação coletiva 143

Como a falta de agência dificulta a ação coletiva 145

Reduzir a falta de agência para promover a ação coletiva 148

Instituições capazes de dar dimensão à ação coletiva: centradas nas pessoas, copropriedade e orientadas para o futuro 158

CAPÍTULO 6

Pôr fim ao impasse para reforçar a ação coletiva 173

Como surge a polarização política? 175

A polarização política põe em risco a cooperação 177

Reforçar de imediato a ação coletiva internacional 180

Notas 207

Referências 227

CAIXAS

0.1 Bens públicos mundiais 101: O que são bens públicos mundiais de soma, de melhor resultado e de elo mais fraco? 18

2.1 A viagem global de um smartphone: uma história de impactos económicos, sociais e ambientais transfronteiriços 49

2.2 A mobilidade humana face às alterações climáticas: O caso do Vietname 60

S2.2.1 Bem-estar relacional e interdependente 68

3.1 Infraestruturas públicas digitais e bens públicos digitais 75

3.2 Que fatores motivam os países a contribuírem para os bens públicos mundiais? 79

4.1 Um modelo padrão de comportamento de escolha egoísta 103

4.2 Um modelo de escolha comportamental para a tomada de decisões 106

4.3 As preferências sociais podem ser ampliadas 107

4.4 "Não é mentira se acreditarmos nela": crenças, normas sociais e ação coletiva 108

4.5 A promessa e o perigo dos estímulos na mudança de comportamentos 111

4.6 O contexto social molda as ações das pessoas e a forma como se veem a si próprias 112

4.7 Onde estão as políticas? 114

5.1 Promoção de formas mais deliberativas de participação dos cidadãos 155

5.2 O diálogo social no mundo do trabalho 155

6.1 Raciocínio e deliberação públicos para o desenvolvimento humano 176

FIGURAS

S.1 Uma mudança permanente na trajetória do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)? 4

S.2	Prevê-se que a recuperação dos valores do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) desde o declínio de 2020-2021 seja altamente desigual	4	2.2	As remessas para os países com um nível baixo ou médio de rendimento estão a aproximar-se do nível de investimento direto estrangeiro	50
S.3	A desigualdade entre os países com um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) muito elevado e os países com um IDH baixo está a aumentar, contrariando os declínios de longo prazo	5	2.3	O apoio à política antielitista está a aumentar	52
S.4	Os autorrelatos de stress aumentaram na maioria dos países, mesmo antes da pandemia de Covid-19	6	2.4	A interdependência mal gerida induz a procura de populismo através de crenças e de perdas de bem-estar	53
S.5	O paradoxo da democracia? Apoio inabalável à democracia, a par de um apoio crescente aos líderes que a podem comprometer	7	2.5	Já antes de 2020, as preocupações e o stress estavam a aumentar na maioria dos países	54
S.6	Motivos para ter esperança: Melhorias no Índice de Desenvolvimento Humano sem aumentar as pressões sobre o planeta	8	2.6	As elites têm conseguido tirar partido da hiperglobalização, uma vez que a transferência de lucros para paraísos fiscais disparou	55
S.7	A falta de agência na ação coletiva é superior à do controlo sobre a própria vida	9	2.7	O descontentamento é dispendioso: Trajetórias do PIB inferiores em países com episódios populistas	55
O.1	As mortes em guerra e as deslocações forçadas estão a agravar-se	13	2.8	Os conflitos violentos afetaram 15 por cento da população mundial em 2022	56
O.2	As alterações climáticas podem provocar uma explosão de desigualdades	14	2.9	As desigualdades e o Antropoceno: os países com um Índice de Desenvolvimento Humano mais elevado exercem mais pressões sobre o planeta	57
O.3	A interdependência económica está a estabilizar em níveis muito elevados	15	2.10	Expandir as fronteiras de possibilidades: valores mais elevados do Índice de Desenvolvimento Humano com menores pressões sobre o planeta	57
O.4	A transferência de lucros para paraísos fiscais disparou	16	2.11	Dissociação entre as pressões sobre o planeta e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	58
O.5	Baixa confiança no governo nacional tende a correlacionar-se com baixa confiança nas Nações Unidas	19	2.12	As tecnologias digitais estão a impulsionar mudanças na interdependência económica global, com aumentos dramáticos nas exportações de serviços modernos desde 2000	61
O.6	A liberdade de expressão anda de mãos dadas com a agência e tem vindo a diminuir nos últimos anos	21	3.1	O processo de autorização para as vacinas contra a Covid-19 foi rápido e sem precedentes	82
O.7	Quanto maior for a perceção da insegurança humana, menor será o sentimento de controlo sobre a própria vida	21	S3.1.1	Cerca de um terço das unidades populacionais de peixes do mundo são objeto de sobrepesca	84
O.8	A perceção de agência (controlo sobre a própria vida) é moldada pelo rendimento	22	4.1	As mudanças comportamentais e a reforma institucional influenciam-se reciprocamente, moldando e sendo moldadas conjuntamente por procedimentos de opção social	102
O.9	A igualdade de género na política está a ser limitada por normas sociais tendenciosas contra as mulheres	23	4.2	Esforços generalizados recorrem a conhecimentos comportamentais para informar as políticas públicas	110
1.1	O valor global do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é inferior à sua tendência anterior a 2019	30	4.3	Os efeitos de vários fenómenos comportamentais são mais fortes nos segmentos mais instruídos e mais ricos da população	115
1.2	A recuperação dos valores do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) está incompleta	31	4.4	Existem diferenças generalizadas nas preferências de justiça em todo o mundo	116
1.3	Prevê-se que a recuperação dos valores do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) seja altamente desigual	31	4.5	O mundo atravessa um período de grande transição da aceleração para a desaceleração do crescimento demográfico	119
1.4	Os países com um baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foram deixados para trás	32	S4.2.1	A identificação de 180 enviesamentos cognitivos dificulta a obtenção de informações sobre a forma de alterar o comportamento para melhorar a ação coletiva	126
1.5	O valor do Índice de Desenvolvimento Humano previsto para 2023 em cada região em desenvolvimento é inferior à sua tendência anterior a 2019	33	S4.4.1	A maioria das pessoas nos países africanos acredita que o não pagamento de impostos sobre o rendimento é, no mínimo, "errado, mas compreensível" e está mais propensa a concordar do que a discordar que a autoridade fiscal tem sempre o direito de obrigar as pessoas a pagarem impostos	137
1.6	Declínios sem precedentes nos resultados da aprendizagem, conforme medido pelos resultados dos testes PISA	34	S4.4.2	A redistribuição através da tributação não é um tema de eleição relevante na maioria dos países africanos, nem os seus cidadãos lhe atribuem grande prioridade	138
1.7	As mortes de civis resultantes de conflitos estão a aumentar após anos de declínio	36	5.1	O paradoxo da democracia? Apoio inabalável à democracia, a par de um apoio crescente aos líderes que a podem comprometer	147
1.8	O número de pessoas forçadas a fugir das suas casas está a aumentar para níveis máximos	37	5.2	Uma importante e crescente percentagem da população apoia líderes suscetíveis de contornar as normas e práticas democráticas, 1994-2022	148
1.9	As pressões sobre o planeta estão dissociadas dos seus efeitos geográficos e temporais	38	5.3	Os choques económicos estão associados a uma menor confiança depositada nas instituições, mas a relação é mais fraca no que se refere à confiança nas Nações Unidas e entre si	149
1.10	As alterações climáticas podem provocar uma explosão de desigualdades no desenvolvimento humano	39	5.4	A falta de agência na ação coletiva é superior à do controlo sobre a própria vida	150
1.11	A tendência de redução da fome a nível mundial inverteu-se	40			
1.12	A pandemia de Covid-19 pode ter alterado permanentemente a trajetória de redução da pobreza	40			
1.13	Liberdade de expressão: em regressão nos últimos anos	42			
2.1.	A hiperglobalização está a diminuir, mas a interdependência mantém-se a um nível elevado sem precedentes	48			

5.5	A redução da corrupção aumenta a confiança no governo, mas o mesmo acontece com a redução da falta de agência	150
5.6	Agência no controlo sobre a própria vida e confiança	151
5.7	A percepção de agência (controlo sobre a própria vida) é moldada pelo rendimento	152
5.8	Quanto maior o rendimento, maior a probabilidade de as pessoas declararem interesse na política e em votar	152
5.9	Quanto maior o nível de educação, maior é a probabilidade de as pessoas declararem interesse na política e em votar	152
5.10	Quanto maior a percepção da insegurança humana, menor será o sentimento de controlo sobre a própria vida	153
5.11	A percepção da insegurança humana está relacionada com a confiança generalizada, especialmente nos grupos com um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) mais elevado	154
5.12	A percepção da insegurança humana está relacionada com a confiança nas instituições do Estado	154
5.13	As normas sociais com preconceitos de género limitam a agência política das mulheres	157
5.14	As desigualdades de género na falta de agência para enfrentar futuras catástrofes são generalizadas	158
S5.1.1	Elementos de coesão social propostos	164
6.1	O apoio à redistribuição nacional está correlacionado com o apoio à redistribuição global na Alemanha, mas algumas pessoas querem uma redistribuição nacional alargada e muito pouco global e vice-versa	182
6.2	As crenças mais universalistas estão correlacionadas com as preocupações com os pobres e com o ambiente a nível mundial	183
6.3	As crenças universalistas estão associadas à redistribuição global e ao ambiente global nos países com rendimentos elevados, mas o contexto cultural é importante	183
6.4	A confiança nas instituições nacionais está correlacionada com a confiança nas instituições multilaterais, fundamentais para a ação coletiva internacional	184
6.5	A confiança em várias instituições está altamente correlacionada com a confiança no governo nacional	185
6.6	A percepção errada da percentagem de imigrantes na população é elevada e amplamente partilhada na sociedade	187
S6.1.1	De que forma a identificação de grupo pode aumentar a polarização	190
S6.2.1	0,5 mil milhões de pessoas vivem em situações de afastamento político, cerca de cinco vezes mais do que em 2010	195
DESTAQUES		
2.1	O custo humano da má gestão da interdependência: Percepções da história nacional e internacional <i>Patricia Clavin</i>	63
2.2	Gerir a interdependência global para promover o desenvolvimento humano	67
3.1	Os bens comuns da pesca no alto mar <i>Scott Barrett</i>	84
3.2	Avaliar os benefícios líquidos dos bens públicos mundiais e a sua distribuição <i>Ronald U. Mendoza e Jurel Yap</i>	89
3.3	Como evoluiu a desigualdade no acesso às vacinas contra a Covid-19: Um relato utilizando a perspectiva dos bens públicos mundiais	94

4.1	Uma abordagem centrada na tecnologia para as negociações sobre as alterações climáticas <i>Scott Barrett</i>	120
4.2	Utilizar os conhecimentos da ciência comportamental: Atenção!	125
4.3	Evolução cultural e política de desenvolvimento <i>Joseph Henrich</i>	129
4.4	O papel da confiança e das normas no cumprimento das obrigações fiscais em África <i>Odd-Helge Fjeldstad e Ingrid Hoem Sjurson</i>	135
5.1	Reforçar a coesão social para atenuar a insegurança humana: Promessa e perigo <i>Julia Leininger, Armin von Schiller e Charlotte Fiedler</i>	163
5.2	Solidariedade e determinação criativa <i>Nicole Hassoun</i>	167
5.3	O papel dos bancos multilaterais de desenvolvimento na disponibilização de bens públicos mundiais <i>José Antonio Ocampo e Karla Daniela González</i>	170
6.1	Identidade, polarização e respetivas consequências sociais e políticas <i>Robert Böhm, Philipp Sprengholz, Luca Henkel e Cornelia Betsch</i>	190
6.2	Ação coletiva internacional em tempos de convulsões geopolíticas	194
6.3	A geopolítica e o início da história das Nações Unidas: Amigos ou inimigos? <i>Andrew Thompson</i>	197
6.4	Interpretar (mal) os outros <i>Leonardo Bursztyrn</i>	201

TABELAS

3.1	Recomendações sobre como melhorar a disponibilização de diferentes tipos de bens públicos mundiais	77
S3.2.1	Resumo das avaliações dos bens públicos mundiais: Cinco casos	93
S4.4.1	Tipos de normas e exemplos	136
6.1	A confiança nas instituições nacionais e internacionais é maior entre as pessoas que confiam nos outros	184

ANEXO ESTATÍSTICO

Guia do leitor	269
-----------------------	------------

ÍNDICES COMPÓSITOS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

1	Índice de Desenvolvimento Humano e seus componentes	274
2	Tendências do Índice de Desenvolvimento Humano, 1990-2022	279
3	Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade	283
4	Índice de Desenvolvimento Humano por Género	288
5	Índice de Desigualdade de Género	293
6	Índice de Pobreza Multidimensional: países em vias de desenvolvimento	298
7	Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado às Pressões sobre o Planeta	301

Regiões em vias de desenvolvimento	306
---	------------

Referências estatísticas	307
---------------------------------	------------

Pôr fim ao impasse

Um retrato instantâneo do Relatório do
Desenvolvimento Humano de 2023/2024

Pôr fim ao impasse

Um retrato instantâneo do Relatório do
Desenvolvimento Humano de 2023/2024

Podemos fazer melhor do que isto. Melhor do que alterações climáticas desenfreadas e pandemias. Melhor do que uma série de transferências inconstitucionais de poder no contexto de uma maré crescente e globalizada de populismo. Melhor do que a violação em cascata dos direitos humanos e do que massacres inconcebíveis de pessoas nas suas casas, em espaços cívicos, em hospitais, em escolas e em abrigos.

Temos de fazer melhor do que um mundo permanentemente à beira do abismo, um castelo de cartas socioecológico. Devemo-lo a nós próprios, uns aos outros, aos nossos filhos e aos filhos deles.

Temos tanto a nosso favor.

Sabemos quais são os desafios globais e quem será mais afetado por eles. Sabemos também que existirão certamente mais desafios do que aqueles que podemos antecipar atualmente.

Sabemos quais são as escolhas que oferecem melhores oportunidades de paz, prosperidade e sustentabilidade partilhadas, melhores formas de navegar em dimensões interativas de incerteza e através de diversas surpresas interligadas a uma escala planetária.¹

Usufruímos de uma riqueza, de conhecimentos e de tecnologias sem precedentes – inimagináveis para os nossos antepassados – que, com uma distribuição e uma utilização mais equitativas, poderiam permitir escolhas ousadas, mas necessárias, para a paz e para o desenvolvimento humano sustentável e inclusivo do qual essa paz depende.

Por que razão, então, a prossecução das ambições da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e do Acordo de Paris se assemelha a uma tarefa hercúlea, mas inconsistente e hesitante, por entre areias movediças?

Por que razão, em muitos locais, o restabelecimento da paz, mesmo as pausas ou os cessar-fogos como prelúdios esperançosos para a paz, parece uma meta tão difícil de alcançar?

Por que razão estamos imobilizados em matéria de governação digital, enquanto a inteligência artificial avança a toda a velocidade numa corrida desenfreada pelos dados?

Em suma, por que razão estamos tão estagnados? Como podemos libertar-nos dessa estagnação sem recorrer à violência ou ao isolacionismo? Estas são as questões que motivam o Relatório do Desenvolvimento Humano de 2023/2024.

Perguntas incisivas desmentem a sua complexidade; questões que têm no seu cerne disparidades de poder desafiam frequentemente uma explicação fácil. Poções mágicas seduzem, mas enganam: cantos de sereia vendidos por discursos propagandísticos que exploram as queixas de grupos. Soluções habilidosas e receitas simples inquinam a nossa vontade de empreender o trabalho árduo para ultrapassar a polarização.

Os pântanos geopolíticos abundam, impulsionados por dinâmicas de poder variáveis entre estados e por olhares nacionais voltados para dentro, motivados pelas desigualdades, insegurança e polarização. Todos estes temas são recorrentes neste e nos recentes Relatórios do Desenvolvimento Humano. No entanto, não podemos ficar de braços cruzados apenas porque a concorrência entre as grandes potências está a intensificar-se, enquanto os países sub-representados na governação mundial procuram ter maior voz nas questões de importância global. Recordemos que a cooperação global na erradicação da varíola e na proteção da camada de ozono, entre outras questões importantes como a não proliferação nuclear, ocorreu durante a Guerra Fria.

Ainda hoje surgem laivos de esperança. O acordo sobre os cereais ucranianos, antes da sua suspensão em 2023, evitou a insegurança alimentar generalizada, que teria afetado sobretudo os países e as pessoas mais pobres. A produção das vacinas contra a Covid-19, que salvou milhões de vidas, depende de cadeias de abastecimento mundiais, embora, tragicamente, muitas mais vidas pudessem ter sido salvas se a cobertura vacinal tivesse sido mais equitativa.² Os países continuam a cooperar na sequenciação genómica das variantes, mesmo quando persistem desigualdades lamentáveis no acesso às vacinas.³ Na 28.^a Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas, o mundo criou um novo fundo para perdas e danos que beneficiará mais de 3 mil milhões de pessoas, com promessas de auxílio que totalizam mais de 600 milhões de dólares.⁴ O investimento global em energia limpa, bem como os empregos e as oportunidades que o acompanham, atingiu um máximo histórico de 1,8 biliões de dólares em 2023 (equivalente à dimensão da economia da República da Coreia), quase o dobro do valor registado em 2020.⁵

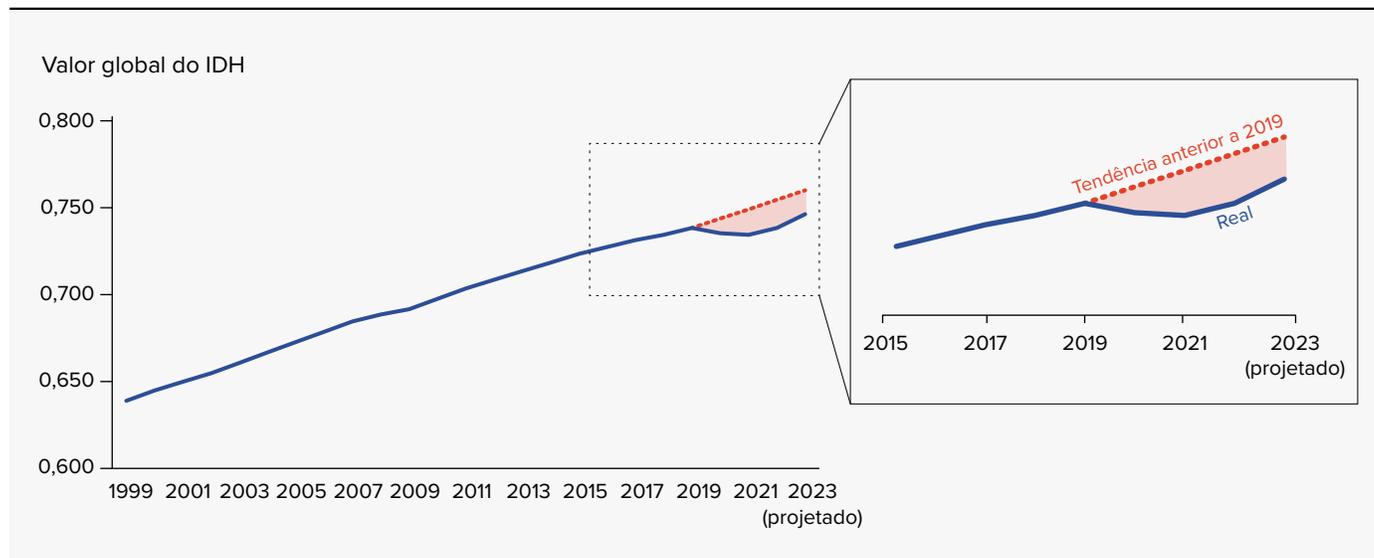
Por mais desafiadora que seja, a geopolítica não pode ser uma desculpa para ficar preso num impasse. Existem caminhos possíveis para se sair desse impasse. Reimaginar e fornecer de forma plena bens públicos mundiais de forma a satisfazer simultaneamente as necessidades de desenvolvimento nacional é um deles.

O Relatório do Desenvolvimento Humano de 2021-2022 argumentou que um novo complexo de incerteza está a perturbar vidas em todo o mundo e a arrastar o desenvolvimento humano. O valor global do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) caiu pela primeira vez, tanto em 2020 como em 2021.

Desde então, o valor global do IDH recuperou para um valor recorde previsto para 2023 (figura S.1). Prevê-se que todos os elementos do valor global do IDH ultrapassem os seus valores anteriores a 2019.⁶

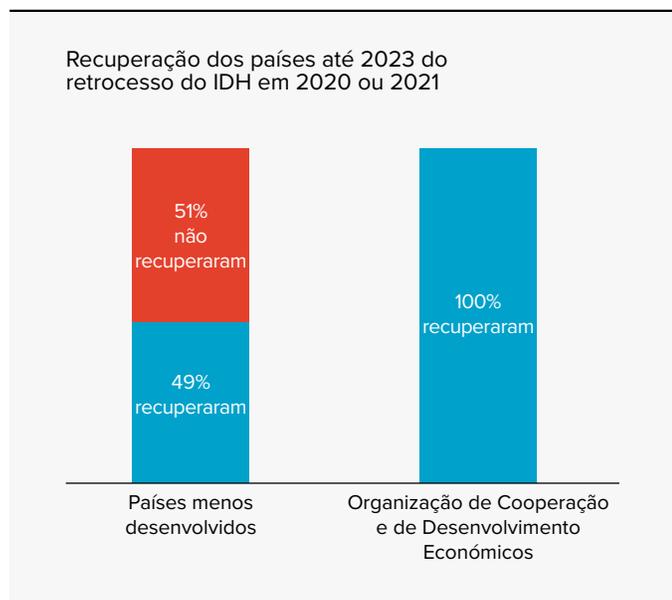
Apesar de se prever que atinja um novo máximo, o valor global do IDH continuará a ser inferior à tendência. Além disso, o valor global esconde uma divergência perturbadora entre países: prevê-se que todos os

Figura S.1 Uma mudança permanente na trajetória do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)?



Nota: O valor do IDH global para 2023 é uma projeção. A tendência anterior a 2019 baseia-se na evolução do valor global do IDH nos 20 anos anteriores.
Fonte: Cálculos do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano baseados em dados de Barro e Lee (2018), FMI (2023d), DAESNU (2022, 2023), Instituto de Estatística da UNESCO (2023), Divisão de Estatística das Nações Unidas (2023) e Banco Mundial (2023).

Figura S.2 Prevê-se que a recuperação dos valores do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) desde o declínio de 2020-2021 seja altamente desigual

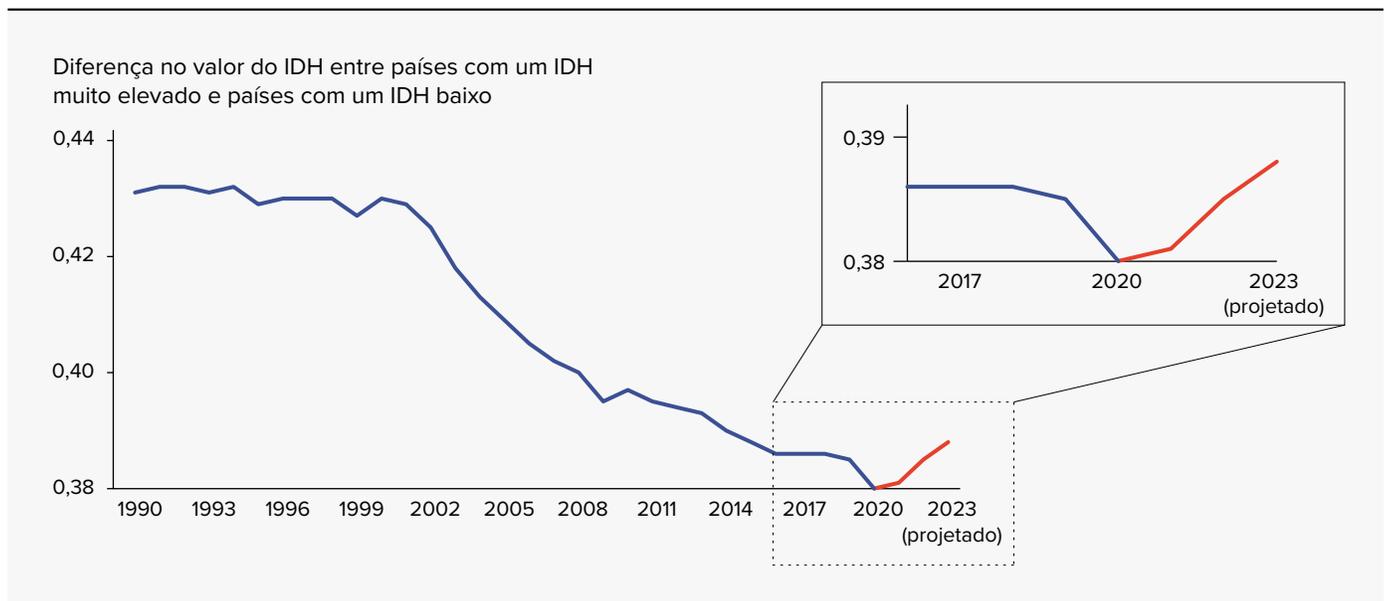


Nota: os países menos desenvolvidos têm baixos níveis de rendimento e enfrentam vulnerabilidades que os tornam "o segmento mais pobre e mais fraco" da comunidade internacional (<https://www.un.org/ohrlls/content/about-least-developed-countries>). A recuperação significa que os países que sofreram um declínio no valor do IDH em 2020 ou 2021 deverão atingir ou ultrapassar o seu valor de IDH anterior ao declínio até 2023.
Fonte: Cálculos do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano baseados em dados de Barro e Lee (2018), FMI (2023d), DAESNU (2022, 2023), Instituto de Estatística da UNESCO (2023), Divisão de Estatística das Nações Unidas (2023) e Banco Mundial (2023).

países da Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económicos tenham recuperado, mas apenas cerca de metade dos países menos desenvolvidos o terão feito (figura S.2). Após 20 anos de progresso constante, a desigualdade entre os países nos extremos superior e inferior do IDH inverteu o curso, registando um aumento anual desde 2020 (figura S.3).

Se o valor global do IDH continuar a evoluir abaixo da tendência anterior a 2019, como tem acontecido desde 2020, as perdas serão permanentes. Com base na tendência de 1999-2019, o valor global do IDH estava em vias de ultrapassar o limiar que define um desenvolvimento humano muito elevado (um valor de 0,800) até 2030, coincidindo com o prazo para cumprir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Atualmente, o mundo não está a rumar no sentido esperado. Com efeito, o valor do IDH previsto para 2023 em todas as regiões é inferior à sua tendência anterior a 2019. Qualquer que seja a sua trajetória futura, o valor global do IDH captará – de forma incompleta, se é que captará – muitos outros elementos importantes, como os efeitos debilitantes das doenças crónicas, os picos nas perturbações mentais ou nos atos de violência contra as mulheres, que restringem as possibilidades de vida das pessoas. Tanto para os países ricos como para os países pobres, algumas perdas nunca serão recuperadas. Independentemente do que os gráficos e indicadores possam dizer sobre as pessoas atualmente, a pandemia de Covid-19 ceifou cerca de 15 milhões de vidas.⁷ Não podemos tê-las de volta. Nem o tempo desperdiçado de tantas formas: no isolamento, na prestação de cuidados, na não frequência da escola.

Figura S.3 A desigualdade entre os países com um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) muito elevado e os países com um IDH baixo está a aumentar, contrariando os declínios de longo prazo



Nota: a diferença nos valores do IDH para 2023 baseia-se em projeções.

Fonte: Cálculos do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano baseados em dados de Barro e Lee (2018), FMI (2023), DAESNU (2022, 2023), Instituto de Estatística da UNESCO (2023), Divisão de Estatística das Nações Unidas (2023) e Banco Mundial (2023).

O IDH é um indicador importante, ainda que grosseiro, do desenvolvimento humano. Ainda há poucos anos, o bem-estar nunca tinha sido tão elevado, a pobreza nunca tinha sido tão baixa. No entanto, em todo o mundo, as pessoas relatam níveis elevados de tristeza, stress e preocupação (figura S.4).⁸ Desde então, estes indicadores manifestados pelas próprias aumentaram para quase 3 mil milhões de pessoas.⁹ Por sua vez, embora 9 em cada 10 pessoas demonstrem um apoio inabalável ao ideal da democracia, tem-se verificado um aumento do número daqueles que apoiam líderes suscetíveis de a comprometer: atualmente, pela primeira vez na história, mais de metade da população mundial apoia esse tipo de líderes (figura S.5).¹⁰

O complexo de incerteza lançou uma longa sombra sobre o desenvolvimento humano em geral, com os últimos anos a marcarem, possivelmente, uma infeliz e evitável bifurcação no seu caminho, em vez de um retrocesso transitório.

O que está a acontecer?

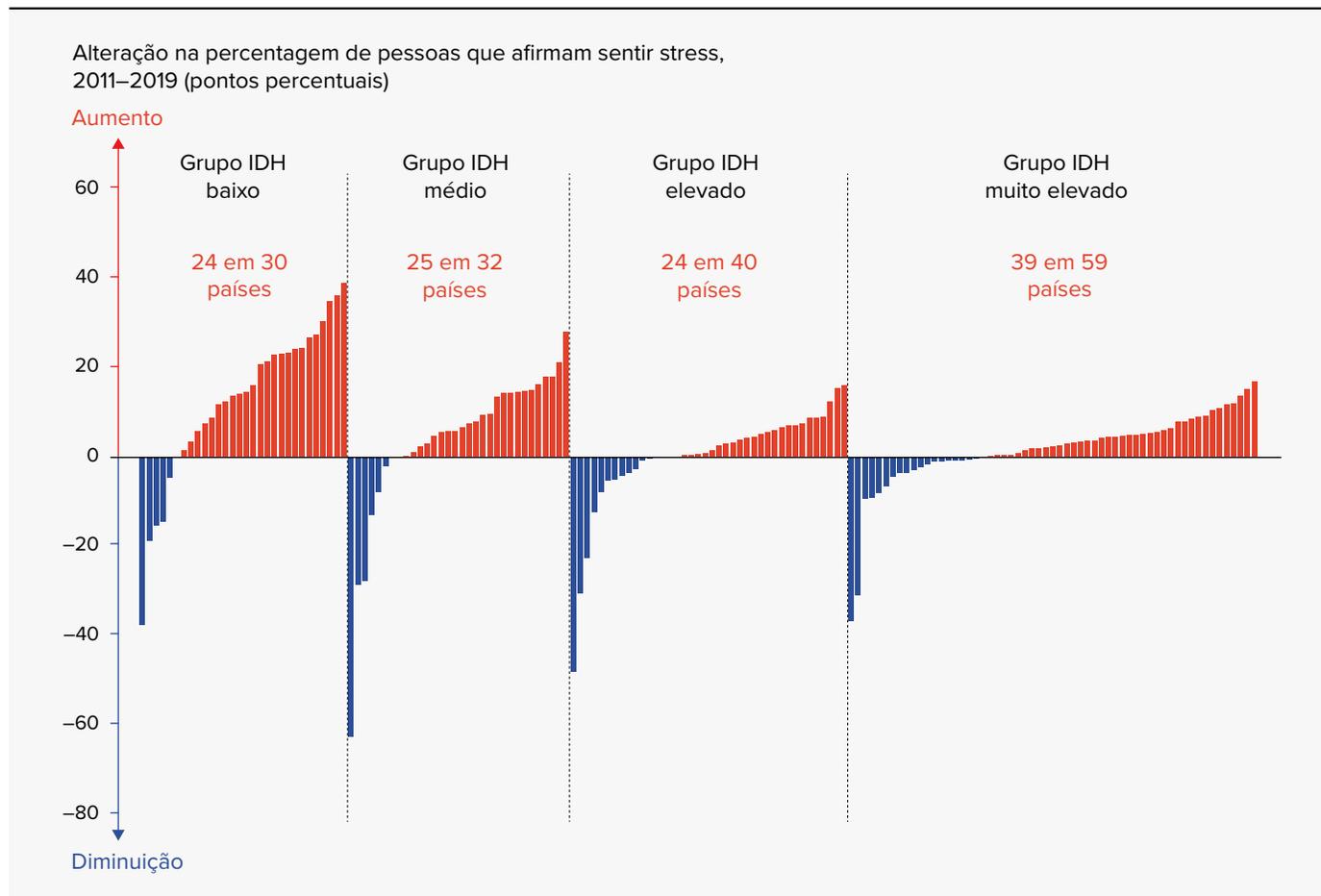
O progresso parece mais difícil de apreender, sobretudo quando as pressões sobre o planeta são tidas em conta; os nossos indicadores convencionais de desenvolvimento estão claramente a passar ao lado de um conjunto de questões. Uma delas pode ser a incapacitação das pessoas – falhas na agência humana – que está a ser atingida pelas novas configurações globais de complexidade e interdependência, de incerteza, de insegurança e de polarização.

As pessoas estão à procura de respostas e de um caminho a percorrer. Tal pode ser canalizado de forma útil através de uma ambição partilhada que leve todos a participar (não necessariamente em tudo) em áreas de cooperação que não sejam de soma zero, possibilitada por narrativas e instituições cooperativas construídas sobre uma base de confiança generalizada. Nos últimos 10 anos, tanto os países com um IDH muito elevado como os países com um IDH elevado melhoraram os seus valores de IDH sem aumentarem as pressões sobre o planeta. Isso representa uma mudança em relação às tendências anteriores de aumento simultâneo dos dois valores. Assim sendo, existem motivos para esperar que tal seja possível (figura S.6).

Pode, em alternativa e como parece estar a acontecer, ser canalizado para ciclos viciosos de jogos de demonização e culpabilização que geram, na melhor das hipóteses, suspeitas e desconfiança e, na pior, preconceitos, discriminação e violência.

É preocupante o facto de o populismo ter explodido, ultrapassando os picos do século passado, que corresponderam aproximadamente a períodos de globalização mal gerida.¹¹ Este fenómeno está a acontecer paralelamente e, em muitos casos, a explorar formas perversas de polarização, tais como a redução e o endurecimento de identidades limitadas, uma espécie de coerção ou falta de liberdade permitida, se não mesmo celebrada, por uma fetichização contínua do chamado interesse próprio racional.

Figura S.4 Os autorrelatos de stress aumentaram na maioria dos países, mesmo antes da pandemia de Covid-19



O IDH é o Índice de Desenvolvimento Humano.

Nota: os valores referem-se à variação da percentagem de pessoas que referiram ter sentido stress “durante grande parte do dia de ontem”.

Fonte: Gabinete do Relatório sobre o Desenvolvimento Humano, com base em Gallup (2023).

A capacidade de as pessoas determinarem por si próprias o que significa viver uma vida boa, incluindo a definição e a reavaliação das suas responsabilidades para com os outros e para com o planeta, tem sido anulada de diversas formas. O dogma metastático de não envolvimento esconde o saque feito ao mealheiro económico e ecológico. As mentalidades do estilo “salve-se quem puder” e de “empobrecimento dos vizinhos” são retrógradas e remontam a épocas mercantilistas. Ademais, as políticas e as instituições – incluindo as que geriram mal a dinâmica do mercado globalizado – preferem o “eu” ao “nós”.

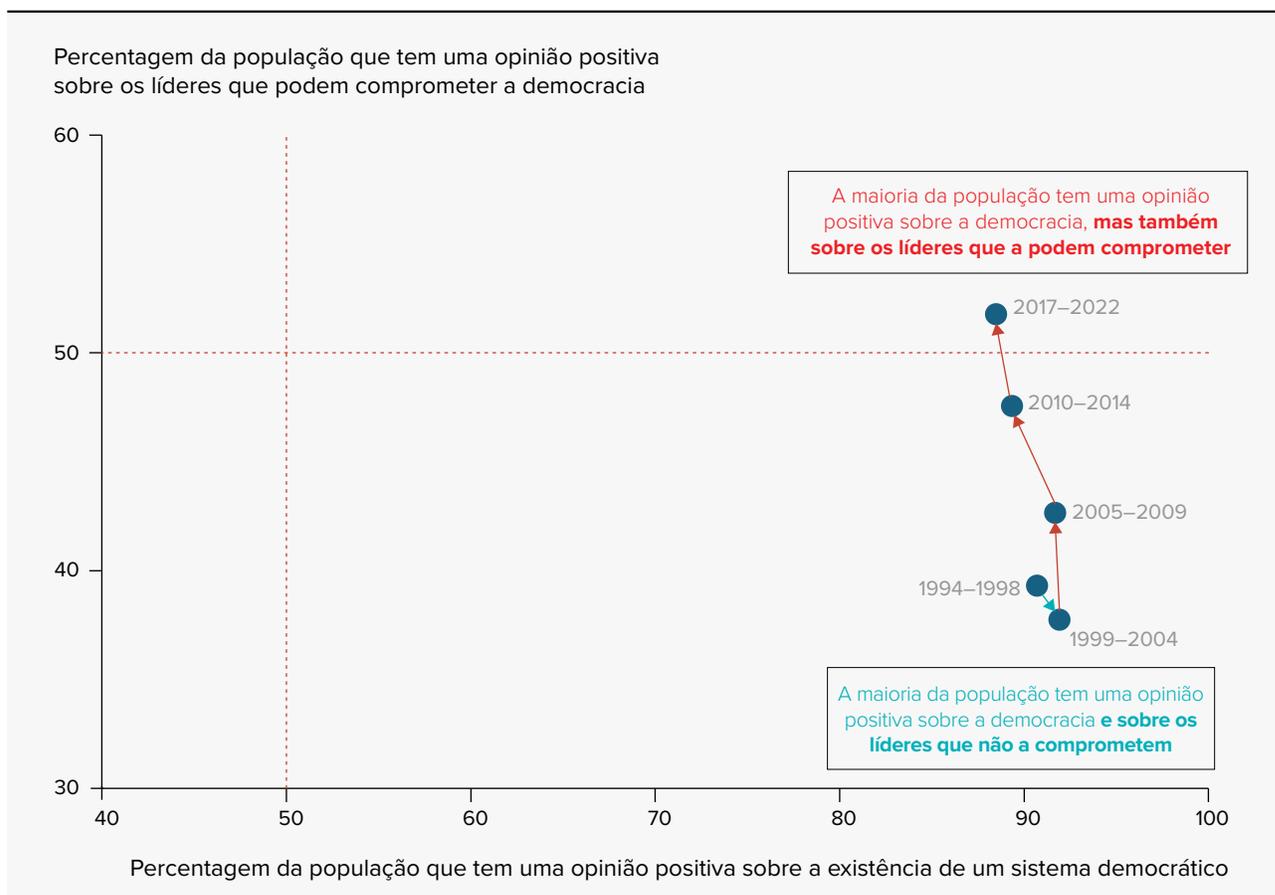
Encontramo-nos numa infeliz encruzilhada. A polarização e a desconfiança estão em rota de colisão com um planeta doente. A insegurança e as desigualdades estão intimamente ligadas a este fenómeno. Assim como uma constelação de narrativas descapacitantes que geram um fatalismo defensivo e uma inércia catastrófica, tudo circunscrito e, em certo sentido, alimentado por uma polarização política vertiginosa.

O que podemos fazer para ajudar a mudar essa situação? Bastante.

Construir uma arquitetura do século XXI para os bens públicos mundiais

Em primeiro lugar, devemos construir uma arquitetura do século XXI para fornecer os bens públicos mundiais de que todos dependemos. Tal funcionaria como uma terceira via da cooperação internacional, complementando a ajuda ao desenvolvimento centrada nos países mais pobres e a ajuda humanitária centrada nas situações de emergência. Estas vias não são silos. Em particular, uma arquitetura de bens públicos mundiais visaria transferências dos países ricos para os países mais pobres que promovessem objetivos que beneficiassem todos os países. Todos os países têm a oportunidade de expressar a sua opinião, bem como

Figura S.5 O paradoxo da democracia? Apoio inabalável à democracia, a par de um apoio crescente aos líderes que a podem comprometer



Nota: Os dados são médias ponderadas em função da população de um painel de países que representam 76% da população mundial. A percentagem da população no eixo vertical refere-se às pessoas que responderam que ter um líder forte que não tem de se preocupar com o parlamento e as eleições é “muito bom” ou “bastante bom”. A percentagem da população no eixo horizontal refere-se às pessoas que responderam que ter um sistema político democrático é “muito bom” ou “bastante bom”.

Fonte: Gabinete do Relatório sobre o Desenvolvimento Humano com base em dados de várias ondas de pesquisa do Inquérito Mundial de Valores (Inglehart e outros 2022).

a oportunidade de contribuir. Como tal, esta terceira via é intrinsecamente multilateral.

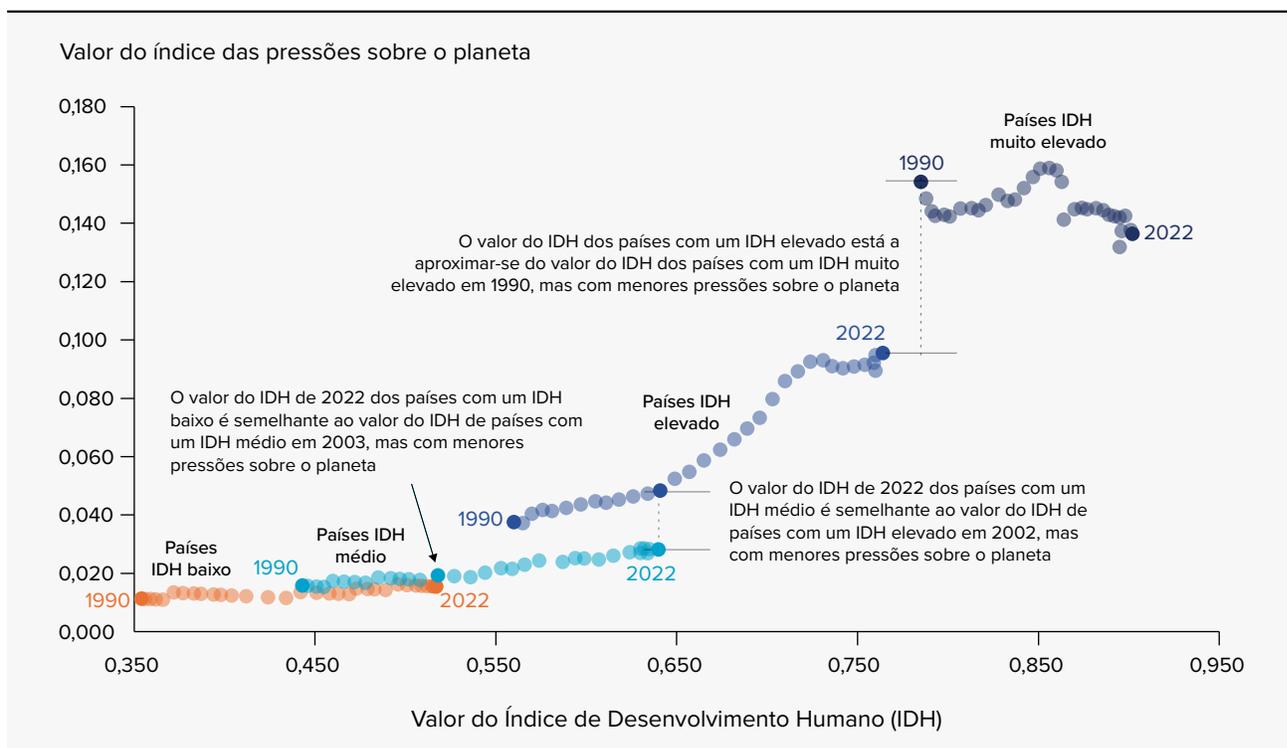
Os bens públicos mundiais exigirão um financiamento adicional como um complemento, e não um substituto ou concorrente, da assistência ao desenvolvimento nos moldes tradicionais. O financiamento pode assumir várias formas. Por exemplo, quando uma parte de um investimento num país mais pobre gera benefícios globais, o financiamento correspondente (ou a transferência de tecnologia) deve ser tendencialmente preferencial, de modo que exista um alinhamento entre quem beneficia (o resto do mundo) e quem paga (o resto do mundo). Em contrapartida, existem riscos ou choques que não são da responsabilidade de um único país. Nestas situações, o acionamento automático de apoio pode consistir em obrigações financeiras ou em acordos de empréstimo, em especial instrumentos de dívida

condicionados pelo Estado, que permitam ajudar os países mais pobres a enfrentarem crises nas quais não tiveram, praticamente, qualquer responsabilidade, como no caso das alterações climáticas. Isto criaria condições mais previsíveis para navegar num mundo incerto, mobilizando e atraindo financiamento privado para esses países.

Baixar as temperaturas e fazer recuar a polarização

Em segundo lugar, precisamos de baixar as temperaturas e de fazer recuar a polarização, que envenena praticamente tudo em que toca e impede a cooperação internacional. A disponibilização de bens públicos mundiais ajudará. O mesmo acontece com a correção de perceções erradas sobre as preferências e as motivações das outras pessoas. Com muita frequência, as

Figura S.6 Motivos para ter esperança: melhorias no Índice de Desenvolvimento Humano sem aumentar as pressões sobre o planeta



Nota: O índice das pressões sobre o planeta é construído utilizando os níveis *per capita* das emissões de dióxido de carbono e a pegada material de cada país (1 deduzido o fator de correção relativo às pressões sobre o planeta apresentado na tabela 7 do Anexo Estatístico).

Fonte: Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano. Ver fontes específicas nas tabelas 2 e 7 do Anexo Estatístico.

As pessoas fazem suposições tendenciosas sobre os outros, incluindo aqueles com visões políticas diferentes. Muitas vezes, as pessoas concordam umas com as outras mais do que aquilo que pensam. Por exemplo, enquanto 69% das pessoas em todo o mundo afirmam estar dispostas a sacrificar uma parte do seu rendimento para contribuir para a atenuação das alterações climáticas, apenas 43% consideram que os outros acreditam no mesmo (uma diferença de perceção errada de 26 pontos percentuais).¹² O resultado é uma falsa realidade social de ignorância pluralista – em que crenças incorretas sobre os outros dificultam a cooperação – que, se fosse reconhecida e corrigida, poderia ajudar a construir uma ação coletiva em matéria de clima.

Por muito relevantes que sejam, nem toda a polarização pode ser reconduzida a erros de perceção. Torna-se, assim, importante criar espaços de deliberação para atenuar as clivagens. As assembleias de cidadãos podem funcionar desta forma, mas não são o único meio. Um conjunto de esquemas práticos que permitam facilitar um processamento mais deliberativo da informação pode ajudar a contrariar o perigo crescente de as pessoas ficarem presas a crenças que não têm por base factos.¹³ Em contextos de conflito intergrupala, a apresentação de informação num enquadramento que

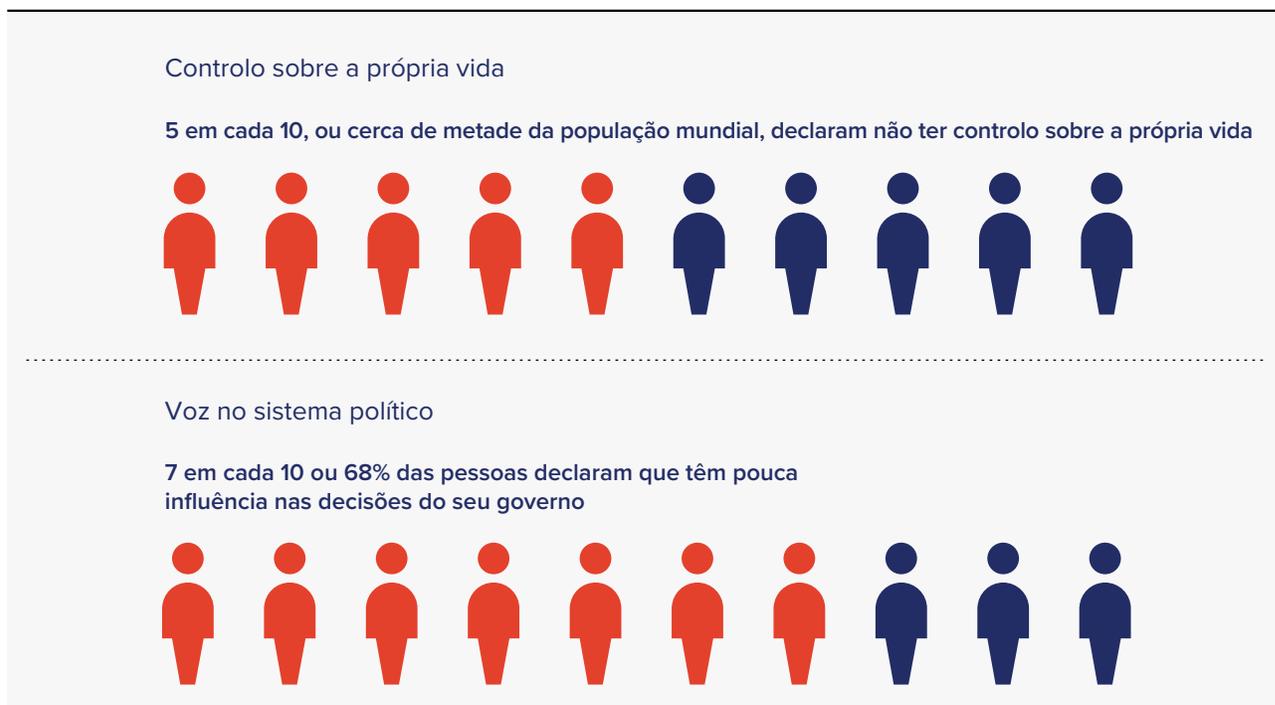
não despolette indignação pode ser despolarizante.¹⁴ As intervenções assentes em abordagens qualitativas e baseadas em narrativas, como a narração de histórias e vinhetas, são particularmente eficazes.¹⁵

As palavras-chave são: deliberado e deliberativo. A polarização tem mais probabilidades de se autodestruir de forma deficiente do que de se autocorrigir de forma útil. A pressão positiva constante que incentiva a empatia, constrói a confiança interpessoal e realça a sobreposição de identidades partilhadas é o caminho a seguir.

Reduzir a falta de agência

Em terceiro lugar, temos de reduzir a falta de agência – alimentada, em parte, pela divergência entre o que as pessoas acreditam ser possível ou provável e aquilo que é objetivamente possível.¹⁶ A falta de agência é também evidente no facto de metade das pessoas em todo o mundo afirmarem que não têm qualquer controlo ou têm um controlo limitado sobre as suas vidas e mais de dois terços considerarem que têm pouca influência nas decisões do seu governo (figura S.7).

Figura S.7 A falta de agência na ação coletiva é superior à do controlo sobre a própria vida



Nota: agência é a capacidade de as pessoas agirem como sujeitos capazes de empreender ações eficazes com base nos seus compromissos (Sen 2013). É representada por dois indicadores: a percentagem da população que afirma sentir que tem controlo sobre a sua vida (medida numa escala de 1 a 10, em que 1-3 indica uma falta de agência acentuada, 4-7 indica uma falta de agência moderada e 8-10 indica que não há falta de agência) e a percentagem da população que afirma sentir que a sua voz é ouvida no sistema político (os que responderam “Muito” ou “Bastante”). Os dados são calculados utilizando microdados e uma ponderação igual entre os países.

Fonte: Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano com base em dados da wave 7 (2017-2022) do Inquérito Mundial de Valores (Inglehart e outros 2022).

Para ajudar a reduzir a falta de agência, as instituições têm de ser mais centradas nas pessoas, tornar-se copropriedade e orientadas para o futuro.

Centradas nas pessoas significa estabelecer objetivos últimos, no que respeita ao desenvolvimento humano e à segurança humana, reconhecendo a interdependência entre pessoas e planeta.

Copropriedade diz respeito à distribuição equitativa do poder de definir objetivos coletivos, das responsabilidades pela sua prossecução e dos resultados. Realça, ainda, a formação de normas sociais que cultivam o valor dos feitos coletivos e do comportamento cooperativo.¹⁷

Orientadas para o futuro consiste em estabelecer o foco naquilo que podemos moldar e criar se trabalharmos em conjunto, enriquecendo o espaço de

deliberação e de entendimento.¹⁸ Perante os desafios, uma perspetiva orientada para o futuro abre possibilidades de esperança e de resolução criativa.

A adaptação destes princípios a diferentes contextos irá colocar-nos na via do diálogo e da ação produtivos, que devem ser flexíveis e iterativos num contexto de elevada incerteza, para que os ensinamentos sirvam de base às correções de rumo.

Ajudar-nos-ão a pôr termo à tirania das narrativas contraditórias das singularidades e das identidades restritivas e únicas.

Ajudar-nos-ão a gerir melhor a interdependência global em evolução.

Ajudar-nos-ão a ultrapassar, em cooperação e de forma pacífica, o impasse global.

SÍNTESE

Gerir a interdependência num mundo polarizado

Gerir a interdependência num mundo polarizado

A interdependência global mal gerida prejudica as pessoas

O custo humano da interdependência mal gerida é enorme, seja em vidas perdidas ou pessoas desalojadas, em oportunidades perdidas ou em sentimentos de desespero. A agressão, o conflito e a violência são realidades extremas quando as complexas teias de interdependência se instalam, especialmente num cenário de desequilíbrios de poder prolongados.

Desde as guerras em Gaza e na Ucrânia até ao Sudão, Iémen e outros locais, passando pela violência de bandos e pela insegurança civil, a paz e a estabilidade estão sob tensão ou em rutura a um ritmo alarmante. Os conflitos de larga escala envolvendo grandes potências estão a aumentar vertiginosamente. As mortes em guerra aumentaram (figura O.1). Infelizmente, vivemos numa nova era marcada pela violência, com o maior número de conflitos armados entre Estados desde 1945 e um número crescente de conflitos unilaterais nos quais se atacam populações civis desarmadas.¹

Tanto a violência como a paz podem ser contagiosas. Importantes acontecimentos políticos, como os golpes de Estado, as revoluções e as transições democráticas, tendem a ultrapassar as fronteiras. Os conflitos alteram frequentemente a perceção da guerra, tornando-a mais aceitável e aumentando a probabilidade de surtos de violência noutros locais.

Em 2022, o número de pessoas que foram obrigadas a deslocar-se em todo mundo atingiu 108 milhões, o nível mais elevado desde a Segunda Guerra Mundial (figura O.1) e mais de duas vezes e meia o nível registado em 2010.²

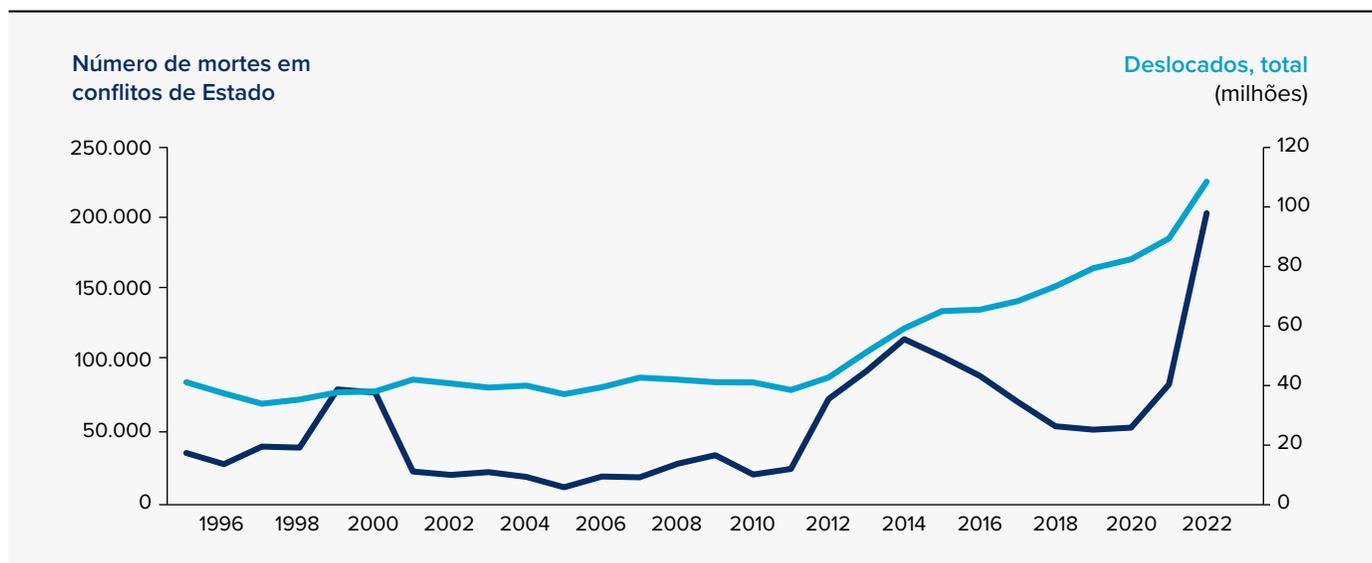
Os conflitos violentos e as suas consequências para as pessoas são a ponta do icebergue. O impasse significa que os riscos sistémicos decorrentes da interdependência global são mal geridos ou simplesmente nem são abordados e que as pessoas são apanhadas por surpresas que não capitalizam. Em casos extremos, tais surpresas transformam-se em verdadeiras crises, que ricocheteiam e amplificam de formas inesperadas num mundo desigual e extremamente interligado. Os extremos estão a tornar-se a norma.

Uma longa série de surtos de doenças precedeu a pandemia de Covid-19, que apanhou o mundo desprevenido e a lutar por um mínimo de coerência global durante o período de emergência. Cerca de 15 milhões de pessoas (talvez mais) morreram em todo o mundo,³ e o valor do Índice de Desenvolvimento Humano a nível mundial entrou em declínio.

Além das enormes e injustas discrepâncias no acesso a vacinas eficazes, um ingrediente que faltou foi a confiança nos nossos governos e uns nos outros.⁴ De acordo com uma estimativa, se todos os países tivessem atingido os níveis de confiança interpessoal observados no quartil superior dos países, as infeções globais poderiam ter sido reduzidas em 40%, salvando milhões de vidas.⁵ Nas sociedades polarizadas de todo o mundo, a identificação do estatuto de vacinado tornou-se noutro indicador faccionário que separa as pessoas umas das outras.⁶

A história da vacina contra a Covid-19 exemplifica as possibilidades da cooperação global, bem como as graves injustiças que podem resultar quando esta falha. O desenvolvimento de vacinas de mRNA dependia fortemente de parcerias transfronteiriças e transregionais

Figura O.1 As mortes em guerra e as deslocações forçadas estão a agravar-se



Fonte: Programa de Dados sobre Conflitos de Uppsala 2023; ACNUR 2023c.

para o provisionamento de componentes,⁷ para o desenvolvimento e ensaios clínicos⁸ e para o fabrico. Contudo, a história da vacina contra a Covid-19 segue padrões perniciosos de desigualdade no acesso às tecnologias em geral, incluindo as que salvam vidas.⁹ O padrão é demasiado familiar e deve ser quebrado em benefício próprio. Além disso, como as trajetórias tecnológicas, da inteligência artificial à biologia sintética, são tão íngremes, tão rápidas e tão poderosas, as profundas clivagens entre os ricos e os pobres podem agravar-se.

Talvez a maior vítima do impasse global, as alterações climáticas, já esteja a exacerbar essas clivagens.

O ano passado foi o ano mais quente em mais de 140 anos.¹⁰ A média desmente diferenças regionais consideráveis que, segundo a plataforma Human Climate Horizons do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD),¹¹ se agravarão em cenários climáticos inalterados (figura O.2), com as alterações climáticas a provocarem uma explosão de desigualdades.

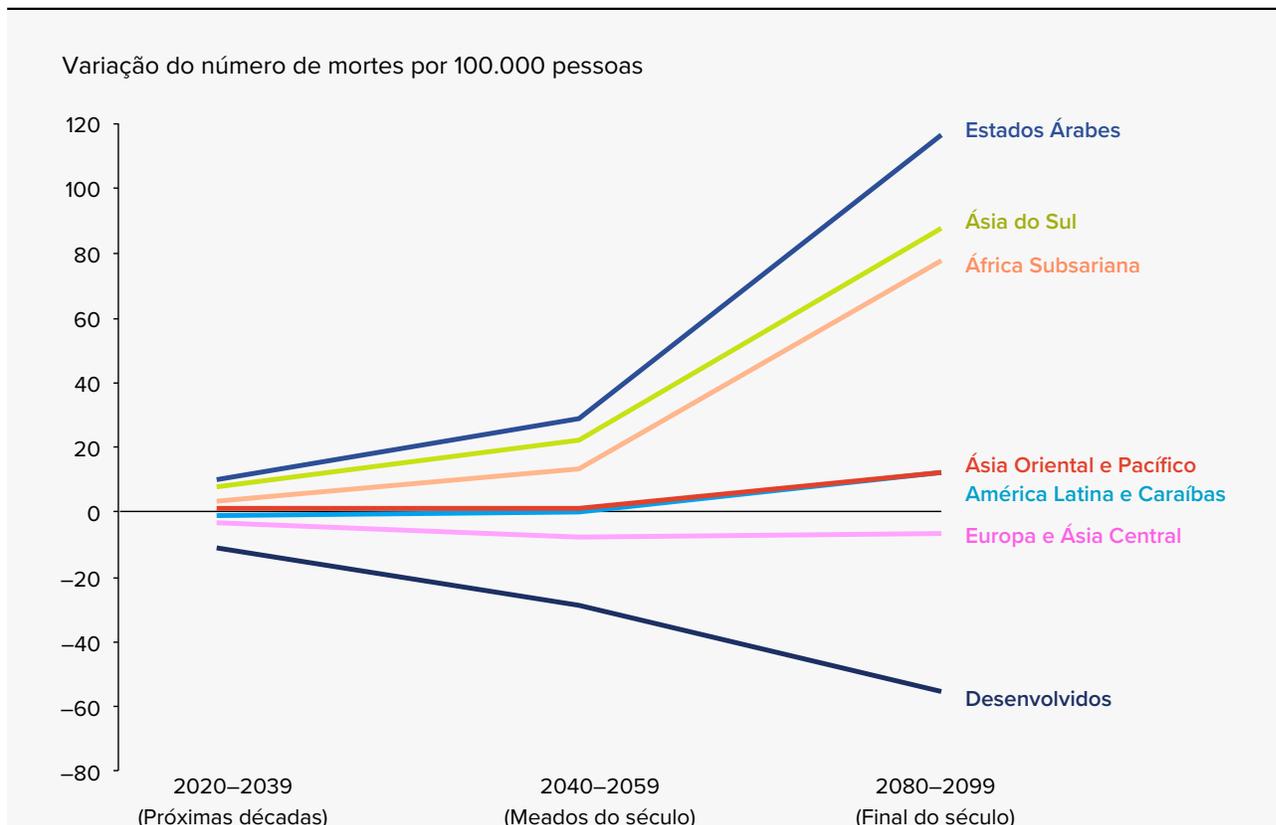
As consequências das alterações climáticas já estão a abalar as comunidades e as sociedades, cobrando um preço social, emocional e mental. Entre os vários fatores de stress das alterações climáticas encontra-se uma eco-ansiedade debilitante, uma “sensação generalizada de que as fundações ecológicas da existência estão

em vias de colapsar”.¹² O desaparecimento da biodiversidade, das paisagens e dos modos de vida pode ser paralisante, afetando decisões importantes na vida, como o investimento em educação ou ter um filho.¹³ Efetivamente, trata-se de uma restrição ao desenvolvimento humano — em termos de liberdades e possibilidades na vida — devido tanto à realidade das pressões sobre o planeta induzidas pelo homem como à forma como essa realidade é mediada por relatórios técnicos, pela imprensa popular e pelos líderes políticos. As narrativas de futuros comuns enraizadas no negacionismo, no fatalismo ou na cultura de medo deixam pouco espaço para a agência e para a imaginação.

Os sistemas políticos medeiam, para o bem ou para o mal (ou ambos), os impactos das crises sobre as pessoas, e os próprios sistemas são frequentemente abalados por crises, incluindo as decorrentes de uma interdependência global mal gerida. Os efeitos desestabilizadores dos choques, juntamente com a incapacidade notória das instituições para proteger as pessoas contra os mesmos, podem fomentar o populismo.¹⁴

Devido a um choque ou a outra causa, as viragens populistas perturbam frequentemente as normas e as práticas democráticas e tendem a ser muito dispendiosas do ponto de vista económico.¹⁵ Paralelamente,

Figura O.2 As alterações climáticas podem provocar uma explosão de desigualdades



Nota: cenário de emissões muito elevadas.

Fonte: Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, com base em Carleton e outros (2022) e na plataforma Human Climate Horizons (<https://horizons.hdr.undp.org/>).

a literatura recente sugere que as perdas económicas de certos tipos de choques nunca são totalmente recuperadas e que as trajetórias de crescimento ou de redução da pobreza sofrem uma redução permanente após as crises.¹⁶ Quando as crises e outros choques precedem viragens populistas e, nalguns casos, as precipitam, estas viragens populistas podem funcionar como refratores e agravadores de crises, em vez de amortecedores e atenuadores, distorcendo e propagando ondas de choque num mundo interdependente.

A interdependência global está a evoluir

A pandemia de Covid-19, as alterações climáticas, o aumento global do populismo e dos conflitos apontam para uma dura realidade: ignorar ou gerir mal a interdependência global prejudica as pessoas. Revertê-la em qualquer horizonte temporal relevante, seja pelo clima, pela segurança nacional ou por qualquer outro motivo, é igualmente imprudente.

Nem o figurino habitual nem as fantasias de desglobalização servirão. Em vez disso, devemos aceitar a complexidade da interdependência global e gerir melhor as suas formas, antigas e novas, de modo a proteger e expandir as possibilidades das pessoas, ainda que o nevoeiro geopolítico — aliado à incerteza,

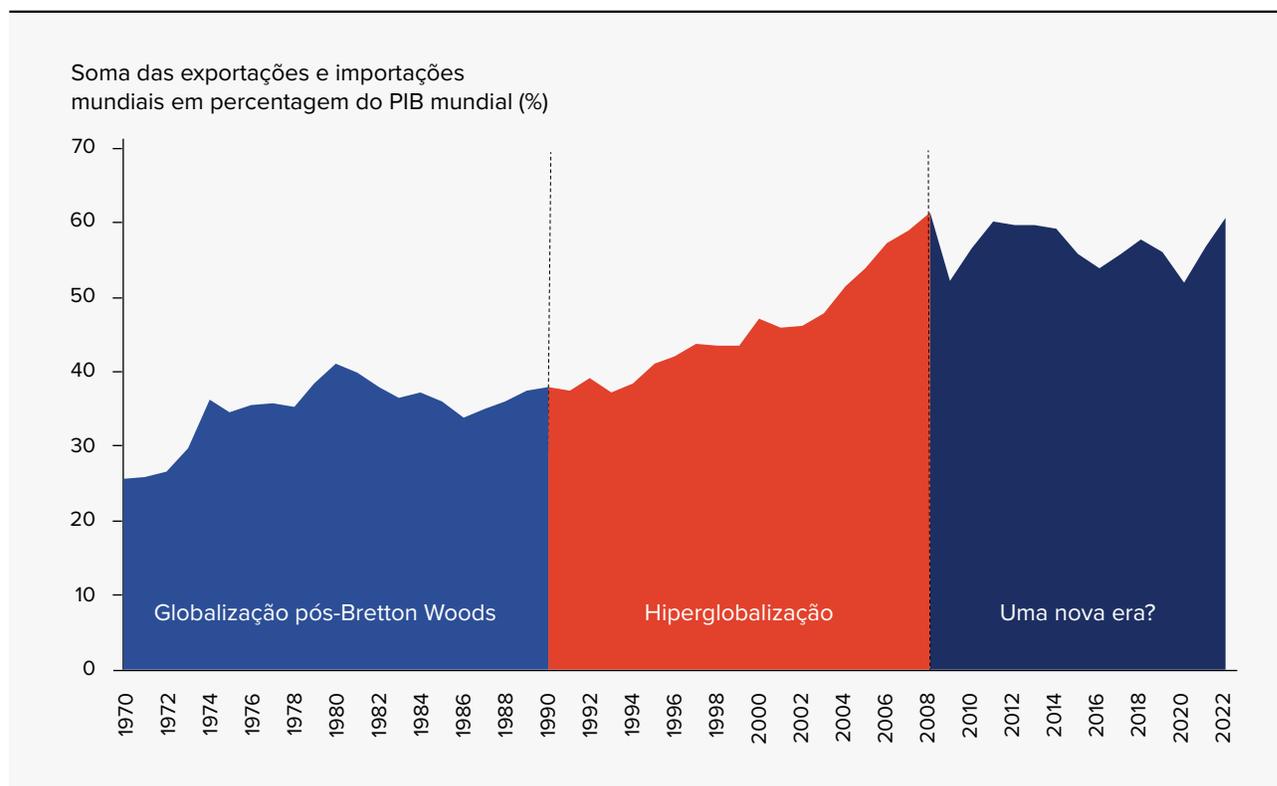
à insegurança, às desigualdades e à polarização — complique os caminhos de esperança rumo ao futuro.

Segundo alguns indicadores, a interconectividade global atingiu níveis máximos, com a estabilização do ritmo da integração económica (figura 0.3).¹⁷ O comércio de bens intermédios é agora ligeiramente superior ao comércio de bens finais.¹⁸ No total, os bens percorrem atualmente o dobro da distância que percorriam há 60 anos e atravessam mais fronteiras antes do consumo final.¹⁹ A produção de smartphones, por exemplo, não se assemelha em nada com a linha de montagem do século passado. Vários fatores de produção, desde o cobalto extraído até às baterias e módulos de câmaras, atravessam o globo, por vezes repetindo o mesmo percurso e, com demasiada frequência, deixando pelo caminho cicatrizes sociais e ambientais evitáveis.

A interdependência financeira global permanece elevada, ainda que o ritmo de integração tenha estagnado um pouco após a crise financeira de 2007/2008.²⁰ O custo do serviço da dívida dos países com um nível baixo ou médio de rendimento disparou nos últimos dois anos, na sequência de uma torrente de subida nas taxas de juro desencadeada pelos bancos centrais para combater a inflação.²¹

Os fluxos transfronteiriços de informação batem recordes todos os anos. As exportações de

Figura 0.3 A interdependência económica está a estabilizar em níveis muito elevados



Fonte: Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, com base em dados dos Indicadores de Desenvolvimento Mundial do Banco Mundial; recriado a partir de Aiyar e outros (2023).

serviços digitais representam atualmente mais de metade do comércio mundial de serviços comerciais.²² Quase toda a população mundial tem atualmente acesso a uma rede de banda larga móvel e 5,4 mil milhões de pessoas eram utilizadores da Internet em 2023, embora as desigualdades continuem a ser gritantes.²³

O número de pessoas que vivem fora do país em que nasceram triplicou desde 1970, passando de 84 milhões para quase 280 milhões em 2020, ou seja, quase 3,6% da população mundial.²⁴ A migração internacional é um exercício da agência das pessoas, que alarga as suas escolhas e o seu potencial humano.²⁵ Cria laços sociais, culturais e económicos entre os países de acolhimento e de origem²⁶ e impulsiona os fluxos financeiros transfronteiriços.²⁷

É de esperar que as formas familiares de interdependência se mantenham no futuro. Uma regulamentação que otimize a sua gestão será crucial, a menos que o objetivo seja privatizar as recompensas e socializar os riscos.²⁸ Com efeito, por vezes construímos estradas com lombas. No entanto, a interdependência no século XXI é muito mais do que contar feijões com base, em larga medida, em métricas do século XX, ou seja, quantos bens, pessoas ou bits atravessam as fronteiras. As qualidades das interligações também são importantes. A nossa interdependência é cada vez mais planetária e instantânea.

Estão a surgir e a aprofundar-se muitas interdependências entre as economias, as pessoas e o planeta, à medida que a revolução digital avança e adentramos no Antropoceno: a era dos humanos. A expansão do comércio mundial ajudou a gerar uma enorme riqueza, especialmente para alguns, e a libertar milhões de pessoas da pobreza.²⁹ Lamentavelmente, foi também acompanhada pelo dismantelamento de barreiras de segurança sociais, económicas e ecológicas que, de outro modo, protegeriam e promoveriam o desenvolvimento humano. Os mercados tornaram-se mais concentrados, incentivando a procura de uma renda monopolista (rent seeking). Quase 40% do comércio mundial de bens está concentrado em três ou menos países, incluindo no caso de bens em que existem mais fornecedores.³⁰

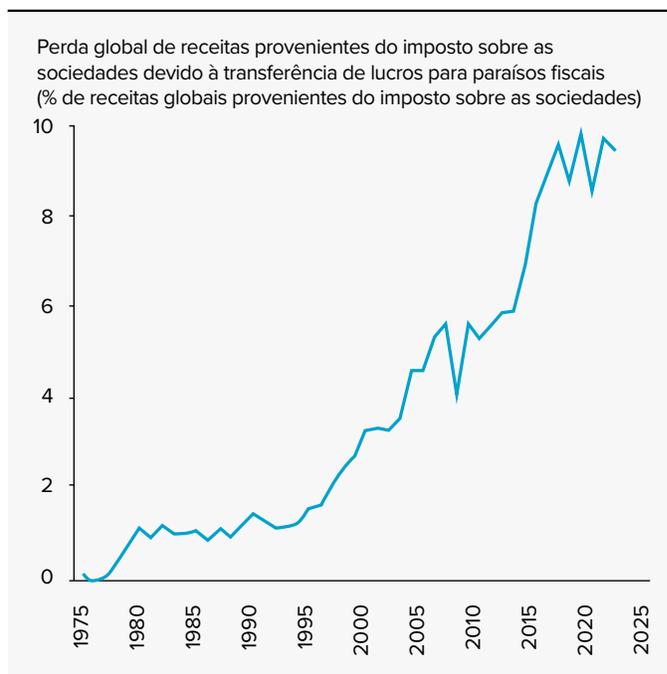
O sentimento antiglobalização tornou-se mais audível no discurso partidário global.³¹ A ira antielitista dos populistas tem dimensões globais e é alimentada por um sentimento de que as forças da globalização beneficiaram aqueles que estão no topo e deixaram os demais para trás. As empresas multinacionais podem ter transferido até 1 bilião de dólares de lucros para paraísos fiscais em 2022.³² As perdas globais de receitas provenientes do imposto sobre as sociedades dispararam desde meados da década de 1990, em decorrência da transferência de lucros (figura O.4). Apanhada no turbilhão antiglobalização, a cooperação internacional está a ser politizada.

Os defensores da desglobalização ou de qualquer um dos seus parentes lexicais — o “shoring” (transferência de atividades produtivas ou comerciais para o país de origem), o “nearshoring” (transferência de atividades

produtivas ou comerciais para países próximos geograficamente) e o “friendshoring” (transferência de atividades produtivas ou comerciais para países amigos e vizinhos) — podem ter as suas razões, mas estas têm pouco que ver com a abordagem prática das novas formas de interdependência global e planetária, que estão a evoluir e que, em alguns casos, são inevitáveis. Qualquer redução do comércio internacional e dos fluxos de capitais não seria suficiente para compensar as viagens de avião, os smartphones, o dióxido de carbono e outros meios da hiperligação transfronteiriça. Por motivos de segurança alimentar e do abastecimento de água, entre outros, alguns países enfrentam grandes restrições à sua capacidade de restringir o comércio e seriam prejudicados se outros optassem por o fazer. Nenhum país ou região está próximo da autossuficiência, uma vez que todos dependem de importações de outras regiões para 25% ou mais dos bens e serviços essenciais.³³ O clima mantém-se largamente indiferente às fronteiras nacionais e os seus impactos cada vez mais graves continuarão a ignorá-las. O mesmo se aplica às pandemias, atuais e futuras.

Por outras palavras, se enveredarmos pela desglobalização — ainda que parcialmente — não podemos desplanetizar, não no Antropoceno. Temos de encarar os bens públicos mundiais do século XXI, desde a preparação para pandemias e a paz à governação climática e digital, como oportunidades a aproveitar em vez de desafios a evitar. A resposta a uma interdependência mal gerida não passa por fugir dela, retirando-se para dentro de fronteiras permeáveis, mas antes por

Figura O.4 A transferência de lucros para paraísos fiscais disparou



Fonte: Alstadsæter e outros 2023.

abraçá-la e geri-la melhor, aprendendo e melhorando ao longo do caminho empreendido. Em vez de ser suprimida ou invertida, a globalização pode e deve ser feita de forma diferente, não destruindo o planeta, não concentrando excessivamente as cadeias de abastecimento e não gerando crises do custo de vida que alimentam crises de dívida nos países de rendimento baixo e médio. A interdependência global é tenaz, profunda e está em constante evolução. É essencial que as mentalidades, as políticas e as instituições sofram uma alteração, para que a sua gestão seja mais eficaz e para nos libertarmos da estagnação.

A disponibilização de bens públicos mundiais ajudará

A aplicação de uma perspetiva assente nos bens públicos mundiais pode trazer muitos benefícios. Quando totalmente disponibilizados, os bens públicos mundiais contribuem de forma significativa para uma melhor gestão da interdependência global, profundamente enraizada e em evolução, para salvaguardar e promover o desenvolvimento humano, incentivando, assim, ciclos virtuosos de cooperação e de criação de confiança. Tais bens ajudam-nos a trabalhar com a complexidade em vez de a ignorar. Desafiam o pensamento corrosivo de soma nula que coloca os grupos uns contra os outros. Despertam a nossa imaginação para enquadrar e reenquadrar problemas comuns em oportunidades mutuamente vantajosas. E revigoram o nosso sentido de dever uns para com os outros e para com o nosso planeta, único e comum. Tudo sem afastar os interesses divergentes ou mesmo as divergências.

O que é um bem público mundial?³⁴ Em poucas palavras, um bem público mundial é qualquer coisa — um objeto, uma ação ou inação, uma ideia — que, quando fornecida, pode ser usufruída por todos em todo o mundo. A atenuação das alterações climáticas é um bem público mundial. Assim como também o é a obra do poeta do século XIII, Rumi. E como também o é a liberdade dos mares. Uma subcategoria especial de bens públicos mundiais é a dos bens públicos a nível planetário, que correspondem à interdependência planetária e dão resposta a impactos colaterais entre países que não podem ser geridos ou atenuados nas suas fronteiras. Outra dessas subcategorias pode ser a das infraestruturas públicas digitais e dos designados bens públicos digitais, associados à revolução digital.

Embora os bens públicos mundiais possam servir como um apelo à reparação de injustiças ou ineficiências, não são apenas algo desejável. De facto, os bens públicos mundiais são menos “bens” ou coisas concretas e mais uma escolha sobre a forma como nós, humanos, podemos usufruir deles em conjunto. Podem ser vistos também como uma mentalidade — uma aspiração — e podem mobilizar a cooperação de muitas formas. Como

tal, são limitados, a partir da base, pela nossa imaginação e vontade coletiva e, a partir do topo, pela forma como o poder é estruturado e exercido. São, portanto, escolhas sociais, não só pela forma como os imaginamos, mas também pelo simples facto de decidirmos imaginá-los.

Compreender que o desenvolvimento de vacinas e, por exemplo, a destruição de um asteroide que se aproxima da Terra podem ser considerados bens públicos mundiais — e, além disso, um tipo específico de bem público mundial conhecido como de melhor resultado (caixa O.1) — significa que não precisamos de começar do zero quando respondermos. Tempo significa vidas. Tal significa que podemos pensar em todos os setores e em todos os silos e estar mais bem preparados. Significa que podemos tirar partido da nossa experiência com a pandemia de Covid-19, por exemplo, quando surgir um asteroide, um novo agente patogénico mortal ou uma fase de instabilidade financeira global. É certo que acabarão por aparecer. Mas não temos de correr atrás da crise de ontem.

“Uma perspetiva assente nos bens públicos mundiais ajuda-nos a deslindar questões complexas, muitas das quais são complexas precisamente porque os seus diferentes aspetos exigem diferentes formas de nos organizarmos.

Uma perspetiva assente nos bens públicos mundiais ajuda-nos a deslindar questões complexas, muitas das quais são complexas precisamente porque os seus diferentes aspetos exigem diferentes formas de nos organizarmos. Grande parte da nossa resposta à pandemia de Covid-19, bem como às suas deficiências, pode ser compreendida através da aplicação dessa perspetiva assente nos bens públicos mundiais, com ideias sobre como estruturar incentivos para promover a cooperação e como conceber um financiamento de apoio.

Uma coisa é reconhecer que os bens públicos mundiais podem ser usufruídos por todos, outra é a distribuição dos seus benefícios. Considerando que os países têm interesses e recursos diferentes, o valor de cada bem público mundial para cada país será determinado por esses fatores. Alguns dos desafios que se colocam à disponibilização de bens públicos mundiais resultam desta assimetria em termos de benefícios.

Uma perspetiva assente nos bens públicos mundiais também pode oferecer ideias sobre a reformulação dos desafios. Por exemplo, a atenuação das alterações climáticas (um bem público mundial de soma) poderia ser promovida através de um aceleração das tecnologias e inovações para as fontes de energia renováveis e limpas (incluindo passos gigantescos, como a fusão nuclear), o que reformula o desafio por uma melhor disponibilização de bens públicos mundiais. Imaginemos centrais de retenção maciça de carbono, alimentadas por fusão nuclear, na tundra Ártica ou no Saara. Enquadrar as alterações climáticas como uma

Destacam-se três tipos de bens públicos mundiais: de soma, de melhor resultado e de elo mais fraco. A atenuação das alterações climáticas é um exemplo típico de um bem público mundial de soma, em que o nível global de atenuação depende da soma das contribuições de cada agente individual, ou país. As instituições devem agregar contribuições, grandes e pequenas, trabalhar na resolução do parasitismo e navegar nos problemas da teoria dos jogos, nomeadamente os que decorrem do clássico dilema do prisioneiro (onde se percebe que a cooperação produz um melhor resultado do que agir separadamente tendo em vista o interesse próprio).

Imaginemos agora um asteroide cataclísmico, mas destrutível, a aproximar-se da Terra. Qual seria a melhor forma de atuação? A probabilidade de destruir o asteroide depende de um qualquer país ou de outro agente desenvolver a tecnologia de destruição de asteroides mais precisa; por outras palavras, um bem público mundial de melhor resultado. O benefício para todas as pessoas no planeta é determinado pelo agente (neste exemplo, um país ou grupo de países) que investe mais recursos de forma eficaz. Grande parte da produção de tecnologia, como a corrida para sequenciar o genoma humano, bem como o conhecimento no domínio público, podem, de um modo geral, ser considerados bens públicos mundiais de melhor resultado.

As bolsas persistentes de poliomielite endémica ilustram o terceiro tipo de bem público mundial: de elo mais fraco. Embora tenham sido erradicados dois dos três vírus selvagens (naturais) que causam a poliomielite (o tipo 2 em 2015 e o tipo 3 em 2019),¹ os esforços para a erradicação da poliomielite não surtiram qualquer efeito até à data — e falharam várias datas-alvo — porque a terceira estirpe do vírus (o poliovírus selvagem (natural) tipo 1) persiste apenas em algumas pequenas áreas no Afeganistão e no Paquistão, e o poliovírus de tipo 2 derivado de vacina também continua a circular.²

A erradicação de doenças, como a varíola, é um bem público mundial. No entanto, tal como acontece com a poliomielite, enquanto o agente patogénico circular em qualquer lugar, o mundo inteiro continua em risco. O benefício global está então vinculado às circunstâncias do agente mais fraco. As implicações para a concentração de recursos comuns são claras. A vigilância das doenças é também, regra geral, considerada um bem público mundial de elo mais fraco.³

Notas

1. <https://www.who.int/news-room/feature-stories/detail/two-out-of-three-wild-poliovirus-strains-eradicated>. 2. Barrett 2011; Cohen 2023.
3. As avaliações pós-pandemia de Covid-19 concluíram que os países com capacidades de saúde pública mais genéricas conseguiram controlar melhor a doença, destacando a importância não só de uma resposta de emergência, mas também do fortalecimento das capacidades de vigilância e de saúde pública onde estas não existem (Neill e outros 2023).

oportunidade tecnológica a ser resolvida poderia ter um efeito “crowding-in” (atração), criando a sua própria dinâmica positiva, em vez da desaceleração das reduções voluntárias de emissões de carbono.

Por muito importante que a escolha humana seja para estabelecer, enquadrar e fornecer bens públicos mundiais, por si só não chega. A tecnologia também desempenha um papel importante. O aparecimento dos serviços de difusão de rádio e televisão abriu o acesso à informação transmitida através das ondas de rádio a qualquer pessoa com um dispositivo de receção. A televisão por cabo — e, mais tarde, os serviços de streaming — criou oportunidades para impedir o acesso livre à programação, excluindo os não pagadores e conduzindo à proliferação de serviços por assinatura, que podem ser classificados, económica e incomparavelmente, como excludentes. O desaparecimento dos telefones públicos após a entrada em cena dos telemóveis gera um fenómeno semelhante: a tecnologia criou oportunidades de exclusão que as opções políticas permitiram, se não mesmo encorajaram.

Tal como a tecnologia em si, os bens públicos mundiais muitas vezes não são dados, mas criados. Por nós!

Pela nossa imaginação e opções sociais. É aí que reside uma boa medida do seu poder. Exigem e, por conseguinte, ativam a nossa imaginação para um mundo diferente, uma forma diferente de fazer as coisas, exatamente o que é necessário para navegar em tempos de incerteza. A combinação dessa criatividade com os incentivos e as arquiteturas institucionais certas, cujas características gerais já podemos antecipar, contribuirá em muito para nos fazer avançar e para construir uma arquitetura global do século XXI capaz de disponibilizar bens públicos mundiais.

Formas perversas de polarização constituem um obstáculo

Claro que é mais fácil dizer do que fazer. O que nos está a impedir?

Para começar, nós.

A polarização de grupos está generalizada e a aumentar em todo o mundo.³⁵ Está a afetar as políticas nacionais e internacionais que moldarão a forma como os desafios globais comuns serão abordados

nas próximas décadas.³⁶ Uma vez que a polarização se traduz frequentemente em intolerância e aversão ao compromisso e à negociação, pode conduzir ao impasse político e a disfunções. Isto acontece, em parte, através do desgaste da confiança entre as comunidades, dificultando os esforços empreendidos para enfrentar desafios sociais importantes, como as crises sanitárias, os conflitos violentos e as alterações climáticas. Na medida em que muitas destas questões geram crenças opostas e uma intensa competição política, a polarização coloca um grande obstáculo societal à resolução de problemas comuns.³⁷

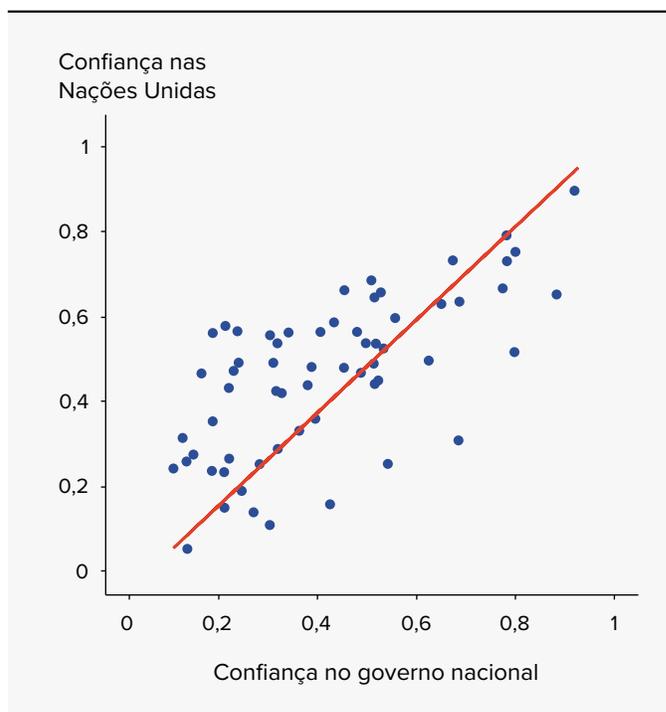
Polarização não é sinónimo de diferença ou de divergência, mesmo que forte e acentuada. A diversidade de preferências e perspetivas enriquece a tomada de decisões e as ações coletivas.³⁸ De facto, as instituições políticas foram concebidas para aproveitar a rivalidade para servir o interesse público. Por exemplo, os argumentos invocados por James Madison para elaborar a Constituição dos EUA não pressupunham a ausência de interesses concorrentes, mas antes a criação de instituições que tirassem partido dessas diferenças para serem adaptáveis e para servirem o interesse público.³⁹

Porém, a polarização apresenta novos desafios que estão a desgastar essas instituições.⁴⁰ Todas as divergências de opinião são reduzidas a questões de uma identidade estreita ou única. O referendo do Brexit deu origem a novas identidades sociais — o lado “Leaver” (sair) e o lado “Remainer” (ficar) — que estiveram na base de uma polarização de grupo acrescida.⁴¹ Nos Estados Unidos e noutros países, a identificação do estatuto de vacinado contra a Covid-19 tornou-se um indicador faccionário que separa as pessoas umas das outras.⁴²

A polarização a nível nacional tem consequências a nível mundial; é um entrave à cooperação internacional, nomeadamente à disponibilização de bens públicos mundiais. Entre 1970 e 2019, foram realizados 84 referendos tendo como objeto a cooperação internacional (como a adesão a organizações internacionais), com um aumento nas décadas mais recentes.⁴³ Houve campanhas para a saída de instituições internacionais.⁴⁴ A União Europeia, a Organização Mundial do Comércio e as instituições de justiça internacional foram descritas como sujeitas a desafios de legitimidade.⁴⁵

Por um lado, as sociedades altamente polarizadas que oscilam entre extremos políticos tornam os parceiros internacionais menos fiáveis. Existe também um problema de confiança. A polarização implica um desgaste e um menor grau de confiança — ou falta dela, em termos mais gerais: nas instituições nacionais tende a estar associado a uma menor confiança nas organizações internacionais, como as Nações Unidas (figura O.5). Além disso, a polarização tende a alimentar o pensamento de soma nula e a gerar cinismo em

Figura O.5 Baixa confiança no governo nacional tende a correlacionar-se com baixa confiança nas Nações Unidas



Nota: a confiança nas instituições (o governo nacional e as Nações Unidas) implica a declaração de “muita” ou “bastante” confiança (outras opções possíveis são: “não muita” ou “nenhuma”).

Fonte: Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano com base em dados da wave 7 (2017-2022) do Inquérito Mundial de Valores (Inglehart e outros 2022).

relação ao compromisso e à tolerância, o que é a verdadeira antítese dos bens públicos mundiais.

A disponibilização de bens públicos mundiais não exige um momento de “kumbaya” entre as nações (intervenção divina para a harmonia). Mas também não vive no outro extremo do espetro, onde os pressupostos predominantes sobre o comportamento humano (e o dos países) se limitam ao interesse próprio e onde a cooperação é relegada para a reciprocidade, ou seja, para a repetição de jogos do dilema do prisioneiro. A disponibilização de bens públicos mundiais definhará em ambos os extremos. As pessoas e os seus países têm outras motivações, frequentemente mais dominantes, que são moldadas por preferências e normas sociais, muitas das quais são culturalmente contingentes. Para a cooperação, o “crowding-in” (efeito atração), é tão possível quanto o “crowding-out” (efeito evicção) — se não mais mesmo — não em tudo, mas em desafios que não são de soma nula.

Para o efeito, será necessário um financiamento adicional para os bens públicos mundiais como um complemento, e não como um substituto ou concorrente, da ajuda ao desenvolvimento tradicional. Os custos da

inação na não disponibilização de bens públicos mundiais em nada se comparam aos benefícios.⁴⁶ As mentalidades e as narrativas também são importantes neste domínio. Muitos motivos para apoiar a cooperação global, incluindo a redistribuição global, ultrapassam o interesse próprio. Prendem-se com as opiniões das pessoas em matéria de justiça e equidade e com o facto de o seu sentido de dever estar circunscrito à fronteira do seu país ou se estender a todo o mundo. Quando disponibilizados, os bens públicos mundiais são vantajosos para todos, o oposto de uma soma nula. Se os quisermos disponibilizar, será crucial dar mais relevo à natureza desses desafios e criar instituições que facilitem a sua disponibilização.

Uma interdependência global mal gerida, sobretudo quando culmina em choques e crises, alimenta a polarização de muitas formas. Em primeiro lugar, ao fazer com que as pessoas se sintam inseguras e, em segundo lugar, quando o discurso propagandístico transforma a insegurança em medo e é explorado para proveito político e pessoal. É por isso que é tão importante disponibilizar bens públicos mundiais. Contribuindo para a gestão da interdependência global, atenuarão um dos principais fatores de polarização em todo o mundo.

“Contribuindo para a gestão da interdependência global, os bens públicos mundiais atenuarão um dos principais fatores de polarização em todo o mundo.

A polarização também pode ser atenuada de forma direta. Uma das formas de o fazer é corrigindo as percepções erradas sobre as crenças dos outros, percepções essas que são generalizadas. Por exemplo, a prevalência de crenças a favor do clima nos Estados Unidos é o dobro do que as pessoas acreditam.⁴⁷ O resultado é uma realidade social falsa que dificulta a ação coletiva em matéria de alterações climáticas.

Outra forma de atenuar essa polarização é a criação de espaços de deliberação para ultrapassar as divisões. As assembleias de cidadãos são uma possibilidade. Espaços de interação pessoal estruturada e repetida são muito importantes. É muito mais fácil objetivar, rejeitar e caluniar atrás da segurança impessoal de uma publicação nas redes sociais ou insultar através de uma câmara de televisão do que quando se partilha uma refeição com alguém, mesmo com inimigos políticos. Talvez seja por isso que a narração de histórias e as vinhetas tenham sido consideradas formas eficazes de atenuar a polarização.⁴⁸ Tornam a “alterização” mais difícil.

Precisamos de reduzir a falta de agência

As nossas instituições estão a lutar para acompanhar a evolução e o aprofundamento das formas de interdependência global e para disponibilizarem bens públicos mundiais. A polarização é uma grande parte do

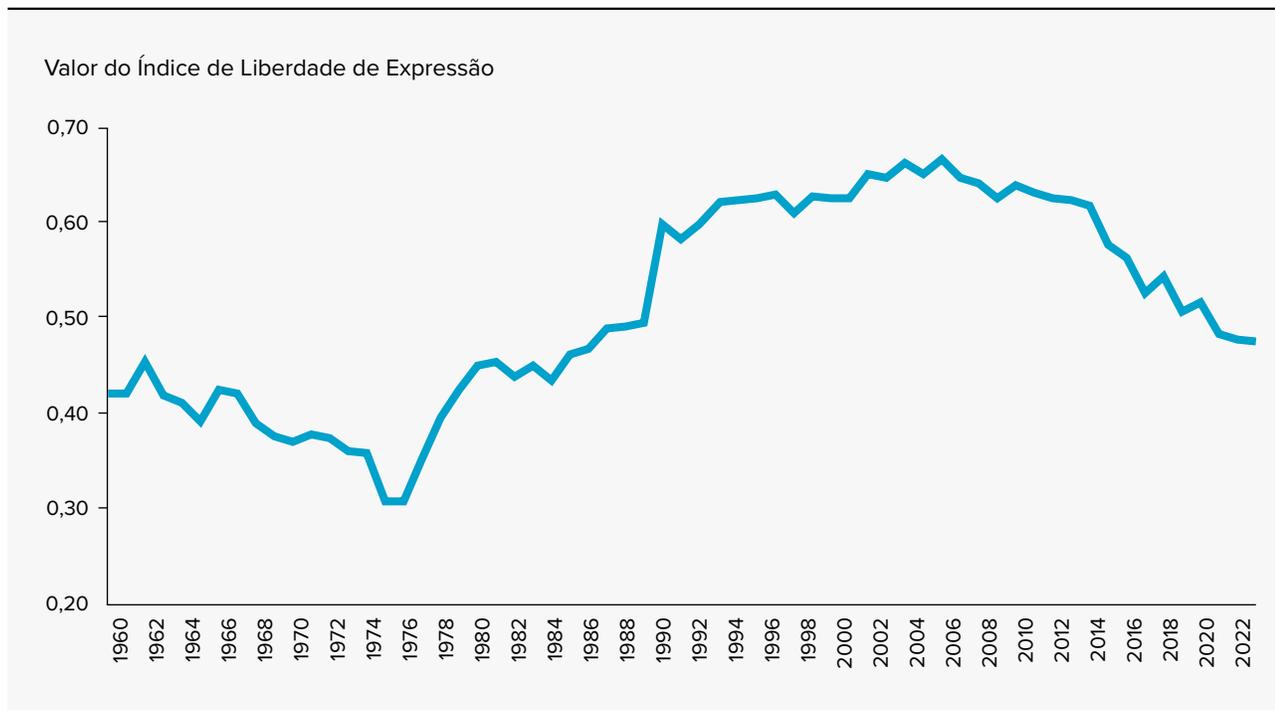
problema. O mesmo acontece com os pressupostos reduzidos e autorrealizáveis sobre o comportamento humano que o limitam ao interesse próprio, pressupostos que há muito dominam as instituições a todos os níveis. O espaço para as preferências sociais, as normas, os deveres e a cultura foi subtraído. O populismo tornou-se uma válvula de pressão inútil. Como resultado, as instituições não estão a cumprir as suas obrigações. Não é de admirar que, embora a grande maioria das pessoas apoie a democracia como um ideal, mais de metade apoie atualmente líderes que, na prática, podem comprometê-la.

A agência é uma pedra angular do desenvolvimento humano. Embora seja difícil de medir diretamente, a agência na prossecução da ação coletiva⁴⁹ pode estar a degradar-se (figura O.6), pelo menos para uma parte considerável da humanidade.⁵⁰ Para muitas pessoas, há um sentimento — evidente no aumento generalizado das medidas de stress, preocupação e desespero comunicadas pelos próprios — de que as opções para exercerem escolhas nas suas vidas, com base naquilo que têm razões para valorizar, estão a diminuir. Com um conjunto cada vez menor de opções, têm menos certezas — mais insegurança — na possibilidade de concretização da escolha desejada.

Estas são ameaças à psique humana: ao nosso sentido de identidade e autonomia (ao nosso sentido de pertença segura e ao nosso compromisso com a intencionalidade comum,⁵¹ à nossa capacidade de decidir o que valorizamos e como podemos e agimos de acordo com esses valores) não menos importante do que as ameaças colocadas por um super tufão, um surto de doença ou um ato de violência. As métricas convencionais, como o PIB ou mesmo o Índice de Desenvolvimento Humano, estão a ignorar algo importante que está a ser verbalizado em voz alta nas ruas, nas urnas e no aumento do apoio a líderes que podem comprometer a democracia. A agência pode ser uma forma de compreender as lacunas e, juntamente com conceitos de insegurança, é um domínio propício a medidas inovadoras. De facto, em todas as regiões, a segurança humana e a falta de agência são temas que caminham a par (figura O.7).

Acrescentemos agora a desigualdade. Verifica-se um declínio acentuado na percentagem de pessoas que declaram ter muito pouco controlo sobre as suas vidas ao longo da distribuição do rendimento para os 50 por cento da base da distribuição do rendimento (figura O.8). Ou seja, a agência aumenta à medida que o rendimento aumenta para os 50 por cento da base da distribuição. Mesma na base, a falta de agência é particularmente acentuada (a falta de agência é três vezes maior entre as pessoas no decil de rendimento mais baixo do que no decil 6 e acima). Além disso, a percentagem de pessoas que declaram ter um controlo muito elevado sobre as suas vidas é baixa e relativamente igual para os 50 por cento da base da população, mas aumenta com o rendimento para os decis 6 e acima. Por conseguinte, as

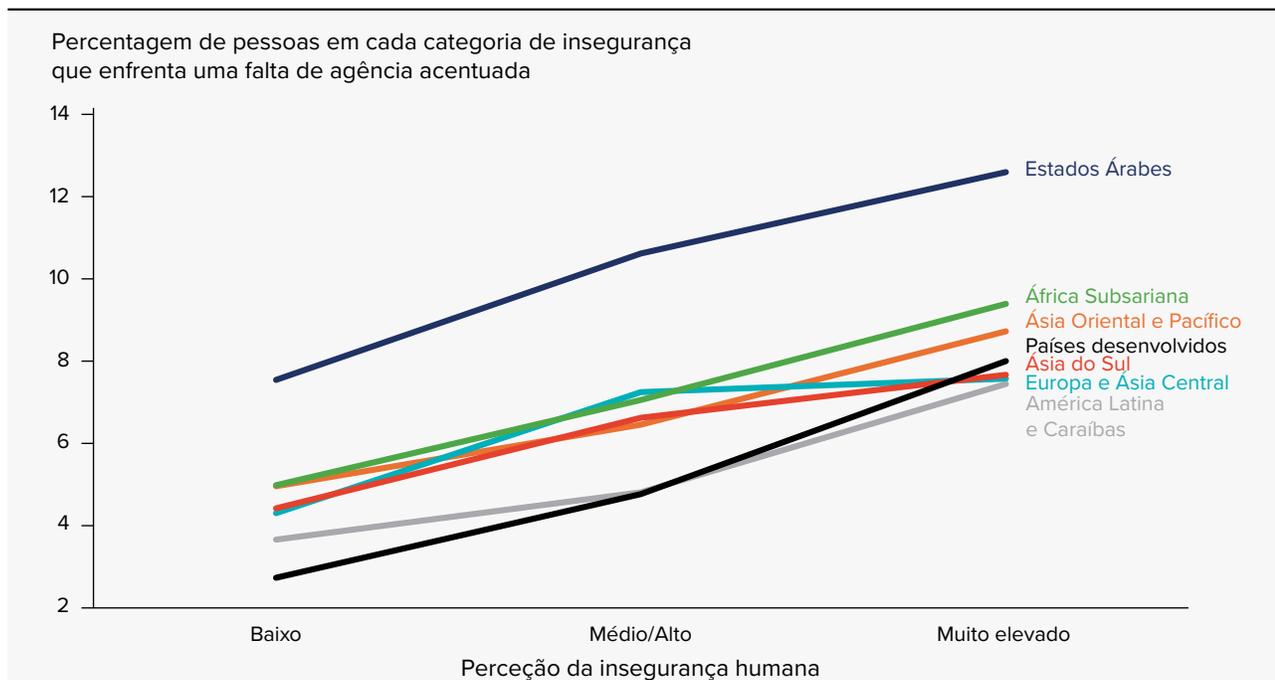
Figura 0.6 A liberdade de expressão anda de mãos dadas com a agência e tem vindo a diminuir nos últimos anos



Nota: os dados são médias globais ponderadas em função da população.

Fonte: cálculos do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano com base em dados do projeto Varieties of Democracy e da base de dados dos Indicadores de Desenvolvimento Mundial do Banco Mundial.

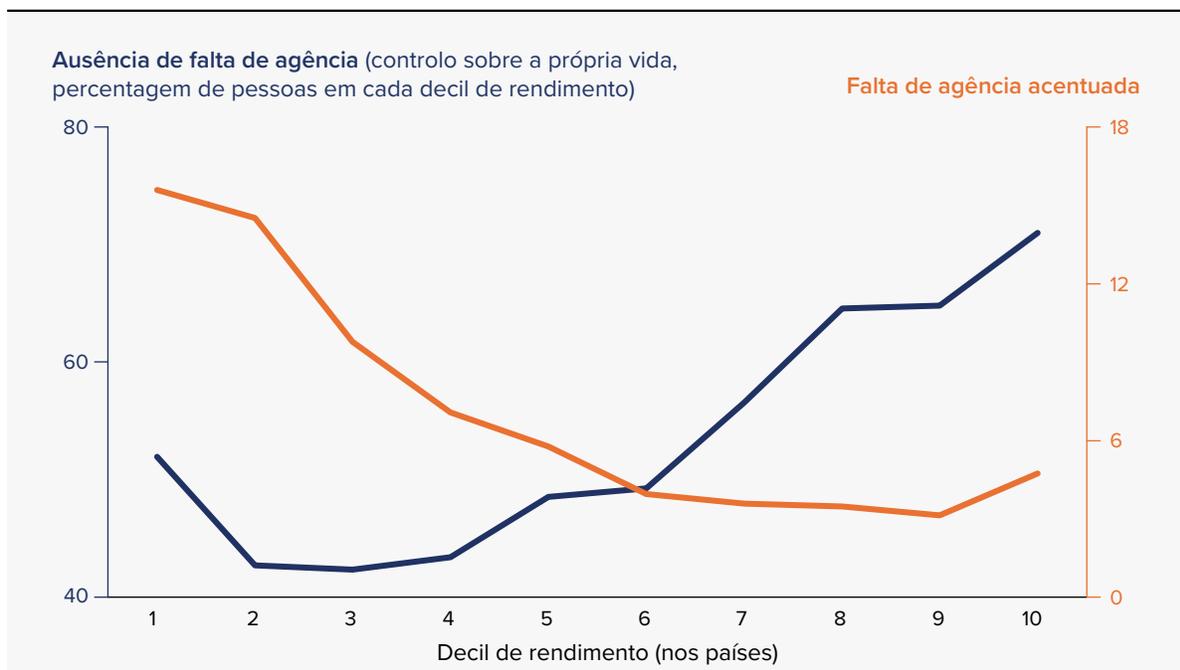
Figura 0.7 Quanto maior for a perceção da insegurança humana, menor será o sentimento de controlo sobre a própria vida



Nota: a perceção da insegurança humana é medida como “baixa”, “média e alta” e “muito alta”, utilizando microdados e uma ponderação igual entre os países, e baseia-se no índice descrito no anexo 1.2 do PNUD (2022d). A falta de agência acentuada mede a percentagem da população que declara sentir que não tem ou tem muito pouco controlo sobre a própria vida (opções 1-3 numa escala de 1-10).

Fonte: Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano com base nos últimos dados disponíveis da wave 6 (2010–2014) e da wave 7 (2017–2022) do Inquérito Mundial de Valores (Inglehart e outros 2022).

Figura O.8 A percepção de agência (controle sobre a própria vida) é moldada pelo rendimento



Nota: os dados são calculados utilizando microdados e uma ponderação igual entre os países.

Fonte: Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano com base em dados da wave 7 (2017-2022) do Inquérito Mundial de Valores (Inglehart e outros 2022).

desigualdades de rendimento, que muitas vezes se cruzam e estão associadas a outras desigualdades no desenvolvimento humano, moldam a agência.

A polarização, a insegurança, a desigualdade e as narrativas redutoras acarretam um preço humano que pode ser entendido através da agência, que une estas vertentes como um denominador comum e uma referência para a ação.

A falta de agência não diz respeito apenas às instituições formais. As normas, que interagem dinamicamente com as instituições, também são muito importantes. No início do século XX, na maioria dos países, as mulheres estavam oficialmente proibidas de participar em vários papéis sociais, desde o direito de ser proprietária e frequentar universidades até à participação política. A falta de agência das mulheres era gritante e generalizada. Ao longo do século XX, profundas reformas empreendidas em todo o mundo reconheceram a igualdade de direitos jurídicos, sociais, económicos e políticos entre homens e mulheres. Embora as mulheres em muitos países ainda enfrentem restrições legais que afetam a sua agência, os progressos nas reformas institucionais têm sido notáveis. A falta de agência codificada em leis formais tendeu a desaparecer. O direito legal de votar em eleições — uma forma fundamental de agência política — constitui um exemplo claro desta evolução.

No entanto, a agência efetiva das mulheres continua a ser limitada em muitas áreas. Um exemplo flagrante

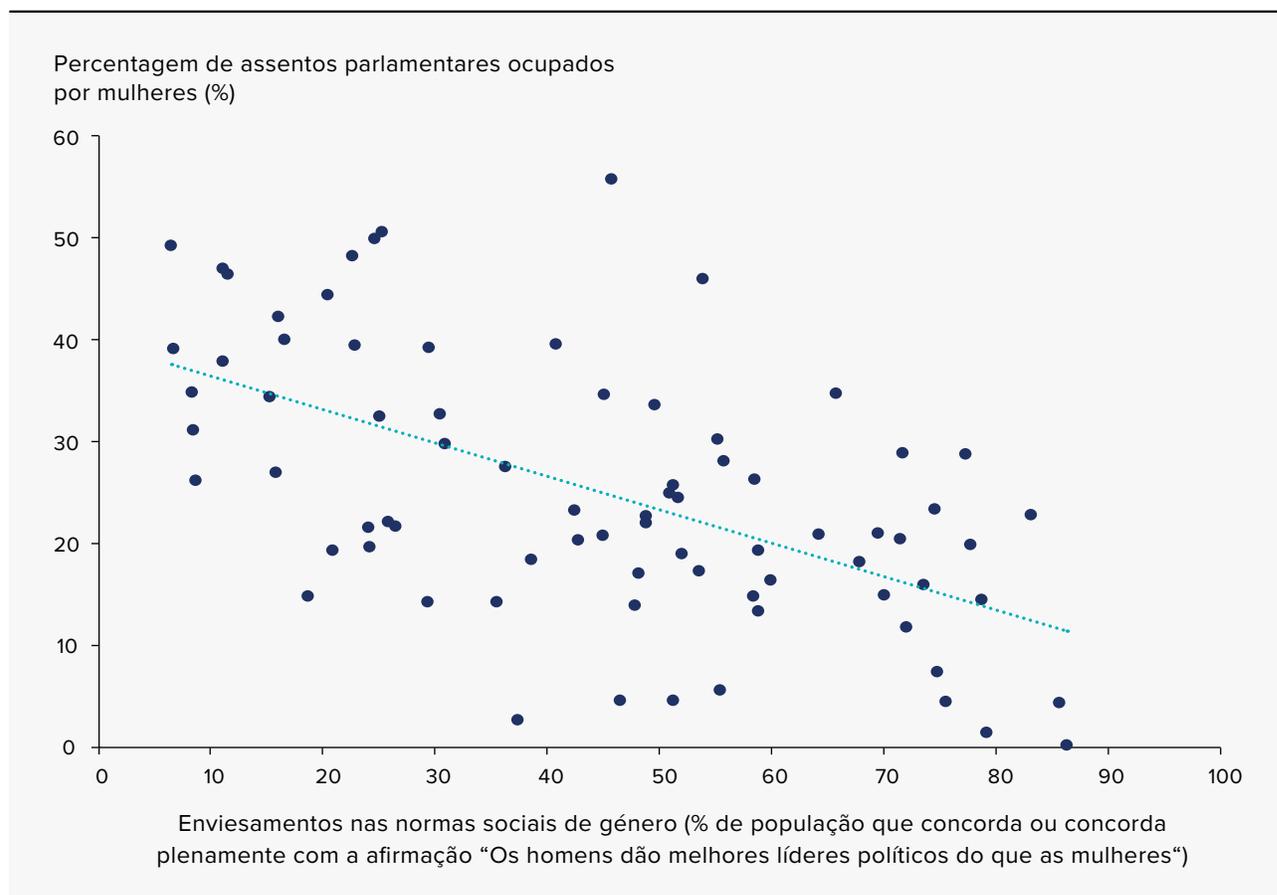
é o acesso das mulheres a altos cargos políticos: o pináculo da agência política. As mulheres são chefes de Estado ou de Governo em apenas cerca de 10 por cento dos países, uma estatística que sofreu poucas alterações nas últimas décadas.⁵²

O Índice das Normas Sociais de Género de 2023 do PNUD, que trata os enviesamentos como desvios de normas globais comuns de igualdade de género, mostra que a igualdade de género está a ser limitada por normas sociais tendenciosas contra as mulheres (figura O.9).⁵³ Quase metade das pessoas acredita que os homens são melhores líderes políticos do que as mulheres.⁵⁴ E as normas tendenciosas podem estar tão enraizadas que julgamos com mais severidade as mulheres que ocupam altos cargos políticos. Estes enviesamentos permeiam as cabinas de voto, os painéis de entrevista, as reuniões dos conselhos de administração e muito mais, limitando a agência das mulheres.

Para ajudar a reduzir a falta de agência, as instituições têm de ser centradas nas pessoas, tornar-se copropriedade e orientadas para o futuro. Que significam estes princípios para as instituições multilaterais existentes?

Um indicador das abordagens centradas nas pessoas é o desenvolvimento humano, que as instituições multilaterais reconhecem, na melhor das hipóteses, de forma limitada ou parcial. O desempenho económico continua a dominar a agenda. É por essa razão que a iniciativa “Para lá do PIB”, destacada pelo

Figura 0.9 A igualdade de género na política está a ser limitada por normas sociais tendenciosas contra as mulheres



Fonte: Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano com base em dados da wave 7 (2017-2022) do Inquérito Mundial de Valores (para enviesamentos nas normas sociais) e dados da União Interparlamentar (para a percentagem de assentos parlamentares ocupados por mulheres em 2021). Ver também PNUD (2023a).

Secretário-Geral das Nações Unidas, António Guterres, é tão importante.⁵⁵ As lacunas na copropriedade manifestam-se na continuação dos acordos de governação através de regras escritas e não escritas que refletem um legado da distribuição de poder no mundo após a Segunda Guerra Mundial. Esta situação estende-se desde as instituições financeiras internacionais até às Nações Unidas, tendo sido apresentadas várias propostas ao longo dos anos para corrigir a atual falta de representatividade dos acordos de governação.⁵⁶

A copropriedade implica uma distribuição justa do ónus da ação do Estado, evitando as desigualdades resultantes da evasão e da fraude fiscais. Ao longo da última década, registaram-se progressos consideráveis no controlo da evasão fiscal, principalmente através de uma maior informação e transparência em todo o mundo.⁵⁷ A Assembleia Geral das Nações Unidas deu início ao processo de elaboração de uma Convenção-Quadro sobre Cooperação Fiscal Internacional, com o objetivo de facilitar a coordenação das políticas relativas a estas questões.⁵⁸ As taxas mínimas globais de

imposto, como a taxa de imposto efetiva mínima para as empresas, não têm de ser muito elevadas para arrecadar montantes substanciais se forem bem aplicadas.⁵⁹ A aplicação é, em grande medida, uma escolha política e depende da coordenação internacional.

Orientada para o futuro significa ter em conta a forma como a interdependência está a ser remodelada no Antropoceno e em resultado da revolução digital. Significa, também, encontrar formas de fornecer bens públicos mundiais de forma mais sistemática, eficiente e equitativa.

Para uma visão do desenvolvimento centrada na agência

O que é o desenvolvimento e qual a melhor forma de o concretizar? Esta é uma questão central na era pós-guerra cuja resposta mudou ao longo do tempo face às realidades emergentes. Atualmente, as interações dinâmicas entre as pressões sobre o planeta do Antropoceno, por um lado, e as crescentes desigualdades

e insegurança, por outro, constituem um desafio para todas as narrativas de desenvolvimento.

Até mesmo para o desenvolvimento humano.

O primeiro Relatório do Desenvolvimento Humano, em 1990, proclamava com orgulho que “as pessoas são a verdadeira riqueza de uma nação”. Continuam a sê-lo e sê-lo-ão sempre. De que serve o desenvolvimento se não for em prol das pessoas? No entanto, a forma como falamos e tratamos as métricas relativas às pessoas tem de ir além das realizações de bem-estar, tal como são medidas pelo Índice de Desenvolvimento Humano e por outros indicadores convencionais, de modo a incluir a agência: a capacidade única e ilimitada de as pessoas formarem e reformarem objetivos, compromissos e valores; de fazerem escolhas fundamentadas que podem ou não promover o seu próprio bem-estar; e, em última análise, de prosseguirem vidas com objetivos, que podem ser maiores do que o seu eu individual.

A agência tem sido largamente ignorada, de forma explícita, nas agendas de desenvolvimento. E isso é notório. A falta de agência coincide com tendências preocupantes em matéria de normas e práticas democráticas, polarização e declínio generalizado da confiança nos governos e nas instituições internacionais. A própria cooperação internacional está a tornar-se mais politizada. As nossas instituições estão a debater-se com falta de agência.

Na sua obra fundamental *Development as Freedom*, Amartya Sen reformula o desenvolvimento como a procura de “uma maior liberdade [que] aumenta a capacidade das pessoas para se ajudarem a si próprias e também para influenciarem o mundo [...] A preocupação aqui relaciona-se com aquilo a que poderemos apelar de [...] o “aspeto da agência”⁶⁰.

O Relatório do Desenvolvimento Humano 2023/2024 começa a esboçar aquilo que se poderá apelar de visão emancipatória do desenvolvimento, que faz brilhar a noção de desenvolvimento de Sen como liberdade sobre o grande desafio do nosso tempo: pessoas e planeta na gestão conjunta de crises. Esta visão do desenvolvimento centra a expansão da agência na interseção do desenvolvimento humano, dos direitos humanos e da sustentabilidade. O seu objetivo é a expansão das liberdades nas suas muitas formas, incluindo a liberdade face às tiranias de identidades únicas e restritivas, de crenças de soma nula e de modelos de comportamento demasiado simplificados que reduzem as pessoas ao exercício de uma atividade contabilística narcisista.

As instituições do século XXI reduziriam a falta de agência e alargariam, em vez de substituírem, as do Estado-providência do século XX. A liberdade ganha significados mais amplos, indo além dos necessários e importantes “sem” — liberdade sem medo, sem carência, sem privação — para os ambiciosos e importantes “de” — liberdade de si, de pensamento e de ação, incluindo a ação coletiva útil.

“Os Estados de todos os quadrantes políticos e rendimentos têm a oportunidade e a obrigação de conceber políticas e instituições centradas na agência, enraizadas no desenvolvimento humano e orientadas pelos direitos humanos.

Os Estados de todos os quadrantes políticos e rendimentos têm a oportunidade e a obrigação de conceber políticas e instituições centradas na agência, enraizadas no desenvolvimento humano e orientadas pelos direitos humanos e pela proteção do planeta. Por instituições que nos libertem de uma estagnação disfuncional, que respondam melhor às pessoas e as capacitem, e que nos libertem a todos de narrativas rígidas e divisionistas de soma nula sobre nós próprios e sobre os outros. Quando as pessoas se sentem mais livres para viver identidades múltiplas e sobrepostas, quando o diálogo fundamentado e baseado em temáticas prevalece sobre a retórica emocionalmente carregada que explora as queixas de grupo, quando as pessoas se encontram umas com as outras em vez de enviarem tweets, são mais capazes e revelam-se mais propensas a prosseguir os seus próprios objetivos. Também assumem um compromisso e uma cooperação assente em objetivos comum que tornam os seus próprios objetivos mais tangíveis.

É este o ciclo virtuoso a que aspira uma visão do desenvolvimento centrada na agência, cujos elementos constitutivos são delineados no presente relatório. O impasse global começa a dar lugar à cooperação, incluindo para os bens públicos mundiais, mesmo quando persistem preferências diferentes – e devemos esperar que persistam. De facto, as diferenças entre o que as pessoas valorizam é uma observação motivadora subjacente ao desenvolvimento humano e, tal como defendido em anteriores Relatórios do Desenvolvimento Humano, a diversidade, nas suas múltiplas formas, é essencial para navegar em novas e interativas dimensões de incerteza.

Podemos fazer melhor. Temos muito a nosso favor. Mãos à obra.

PARTE

1

Progredir no desenvolvimento humano num mundo interdependente

CAPÍTULO

1

O desenvolvimento humano ressent-se quando a interdependência é mal gerida

O desenvolvimento humano ressent-se quando a interdependência é mal gerida

A divergência entre os grupos de países com um índice de desenvolvimento humano muito elevado e aqueles com um índice de desenvolvimento humano baixo, depois de décadas de convergência, está a aumentar. A melhoria do índice médio global de desenvolvimento humano registou uma trajetória descendente.

Porquê? Tal deve-se, em grande parte, à má gestão da interdependência, refletida na resposta inadequada à pandemia de Covid-19, nos progressos tímidos na atenuação das alterações climáticas e na conflagração de conflitos violentos, com implicações que extravasam as fronteiras.

O declínio do valor global do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em 2020 e 2021 não tem precedentes. Reflete perdas irrecuperáveis, incluindo milhões de vidas humanas. Embora o valor global do IDH tenha aumentado em 2022 e a previsão é que aumente ainda mais em 2023, prevê-se que a recuperação seja altamente desigual: é esperado que os países da Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económicos (OCDE) recuperem totalmente ou ultrapassem os valores de 2019, mas 51 por cento dos países mais pobres, com 328 milhões de pessoas, não o conseguirão.¹

Este capítulo considera esse declínio sem precedentes no IDH e a recuperação sob a perspectiva de falhas na gestão de um desafio global comum – um vírus novo transpôs fronteiras e, juntamente com ele, a propagação de dificuldades económicas e perdas nos resultados de saúde e de educação. As ramificações transfronteiriças significam que, apesar de a humanidade ter capacidade de lidar com as mesmas, não conseguimos gerir a interdependência entre países. O capítulo 3 explica de que forma evoluiu esta má gestão, onde a cooperação internacional falhou, onde foi bem sucedida e as razões subjacentes.² Evidencia, também, a forma como a interdependência mal gerida prejudica o desenvolvimento humano.

A interdependência colocada em destaque durante a pandemia de Covid-19 é por vezes descrita como um choque, um evento adverso para recuperar e seguir em frente, construindo um futuro melhor. No entanto, à medida que adentramos naquilo que o Relatório do Desenvolvimento Humano de 2021/2022 descreveu como um novo complexo de incerteza,³ os padrões de interdependência são remodelados (capítulo 2), e a sua má gestão pode agudizar crises no desenvolvimento humano extremamente dispendiosas. A interdependência tem vários canais. Alguns relacionam-se com a interdependência planetária do Antropoceno, a era dos seres humanos.⁴ Entre estes incluem-se as alterações climáticas, a perda de biodiversidade, as implicações transfronteiriças da poluição e as doenças zoonóticas, novas e reemergentes, que podem desencadear futuras pandemias. De facto, o mês de julho de 2023 foi o mês mais quente de que há registo em todas as regiões do mundo.⁵ O tempo quente e as temperaturas extremas que põem em perigo a saúde humana já são responsáveis por um aumento do número de doenças e mortes.⁶ Durante 2023, verificaram-se níveis recorde de incêndios florestais no Canadá⁷ e no estado norte-americano do Havai.⁸ Chuvas torrenciais e cheias inundaram a Líbia, a Europa e partes da Ásia, juntamente com eventos climáticos extremos mais frequentes, como furacões e tufões.⁹ Nos quatro cantos da Terra, os efeitos de alterações planetárias perigosas impulsionados pelas escolhas humanas fazem-se sentir.

As tensões geopolíticas mal geridas e a sua manifestação em conflitos violentos prejudicam o desenvolvimento humano, tanto para os países envolvidos em conflitos como, muitas vezes, também, para os demais. Conflitos e tensões geopolíticas recentes aumentaram.¹⁰ Os seus impactos extravasam não só as fronteiras geográficas, mas também as fronteiras geracionais, com as guerras em Gaza, na Ucrânia e no Líbano a reverterem os ganhos ao nível do desenvolvimento humano alcançados ao longo de gerações e a reduzirem as perspetivas de grupos inteiros de jovens.¹¹

“O contexto de nova incerteza e uma interdependência mal gerida refletem-se no aumento da pobreza e da fome à escala mundial nos últimos anos, ficando o mundo mais longe de alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

O contexto de nova incerteza e uma interdependência mal gerida refletem-se, igualmente, no aumento da pobreza e da fome à escala mundial nos últimos anos, ficando o mundo mais longe de alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).¹² O ano de 2023 marcou o ponto médio para 2030, o prazo para cumprir os objetivos e metas da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. O progresso estagnou ou sofreu uma inversão em 30 por cento das metas dos ODS e é fraco ou insuficiente para outros 50 por cento.¹³ Além dos reveses no bem-estar, as pessoas experimentam também uma sensação de perda de agência – a incapacidade de viver vidas orientadas pelos seus compromissos –, um passo atrás no avanço da noção de Amartya Sen de “desenvolvimento como liberdade.”¹⁴ As pessoas veem-se frequentemente envolvidas num contexto de eventos que não compreendem inteiramente, ou nos quais parecem ter pouco ou nenhum papel na modelação, com as consequências que se verificam nas suas vidas quotidianas.¹⁵ Para além das lacunas em termos de bem-estar, existe também uma falta de agência, que resulta, em parte, da nossa incapacidade coletiva de orientar propositadamente as nossas ações para gerir a interdependência.

Construir um futuro mais fraco? Uma recuperação desigual e incompleta do desenvolvimento humano a partir do declínio de 2020-2021

O valor global do Índice de Desenvolvimento Humano de 2023 deverá recuperar após o declínio sem precedentes em 2020-2021. Projetamos que o valor global do IDH para 2023 foi o mais alto até agora registado, provavelmente o mais alto de todos os tempos, ultrapassando o valor de 2019 em todas as componentes do

índice: esperança de vida à nascença, média de anos de escolaridade, anos previstos de escolaridade e rendimento nacional bruto *per capita*. No entanto, essa recuperação é desigual e incompleta, e as cicatrizes do declínio podem tornar-se permanentes se a tendência de progresso do IDH anterior a 2019 permanecer aproximadamente a mesma. Já, em comparação com a tendência anterior a 2019, registou-se uma perda a nível do IDH (figura 1.1).

A reviravolta de uma tendência decrescente para uma tendência crescente no IDH ocorreu em 2022, mas alguns dados sugerem que podemos estar a construir um futuro mais fraco por quatro motivos.

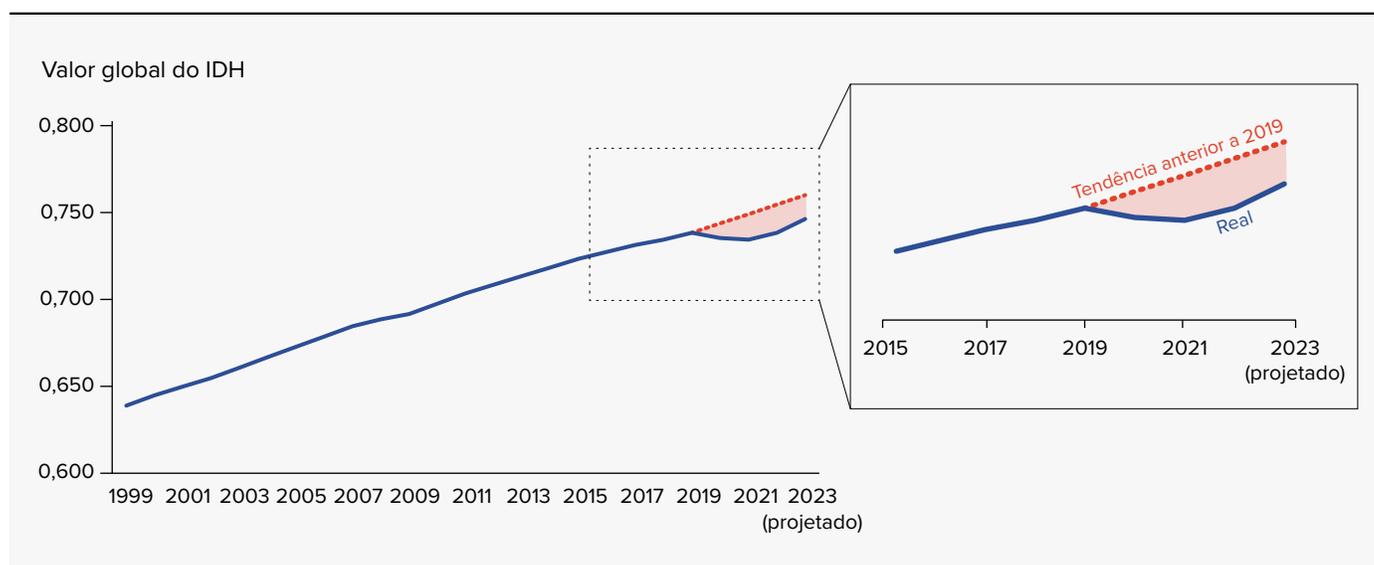
- *Em primeiro lugar, nem todas as perdas de desenvolvimento humano podem ser recuperadas.* A perda de vidas – cerca de 15 milhões¹⁶ – é irreparável, como pode ser alguma da aprendizagem que não teve lugar e os projetos económicos que não se materializaram. Esta perda de desenvolvimento humano é representada pela área sombreada na figura 1.1: a diferença entre o valor real do IDH global (incluindo o valor previsto para 2023) e o valor num cenário contrafactual onde a tendência anterior a 2019 mantém-se. Uma perda desta magnitude aparece pela primeira vez.
- *Em segundo lugar, a recuperação é incompleta.* Após o declínio em 2020-2021, período em que a maioria dos países registou um declínio no seu valor de IDH, a recuperação para valores anteriores a 2019 tem sido titubeante para uma grande proporção de países. Para 2023 (com dados ainda

incompletos a nível nacional), prevemos que mais de um quarto dos países que sofreram um revés terão um valor de IDH abaixo do seu valor anterior a 2019. Prevê-se que uma região, os Estados Árabes, não tenha recuperado o seu valor médio de IDH anterior a 2019.

A recuperação em 2023 para o valor do IDH de 2019 representa um valor que não contabiliza perdas efetivas ou potenciais perdas futuras se a trajetória do IDH permanecer abaixo da tendência do IDH anterior a 2019. Entre os países que sofreram declínios no âmbito do IDH em 2020, em 2021 ou ambos, a percentagem de países a nível mundial que deverão atingir ou ultrapassar o seu valor de IDH de 2019 em 2023 é de pouco mais de 70 por cento, e a percentagem na maioria das regiões (com exceção da América Latina e das Caraíbas e da Ásia do Sul) deve ser menor (figura 1.2).

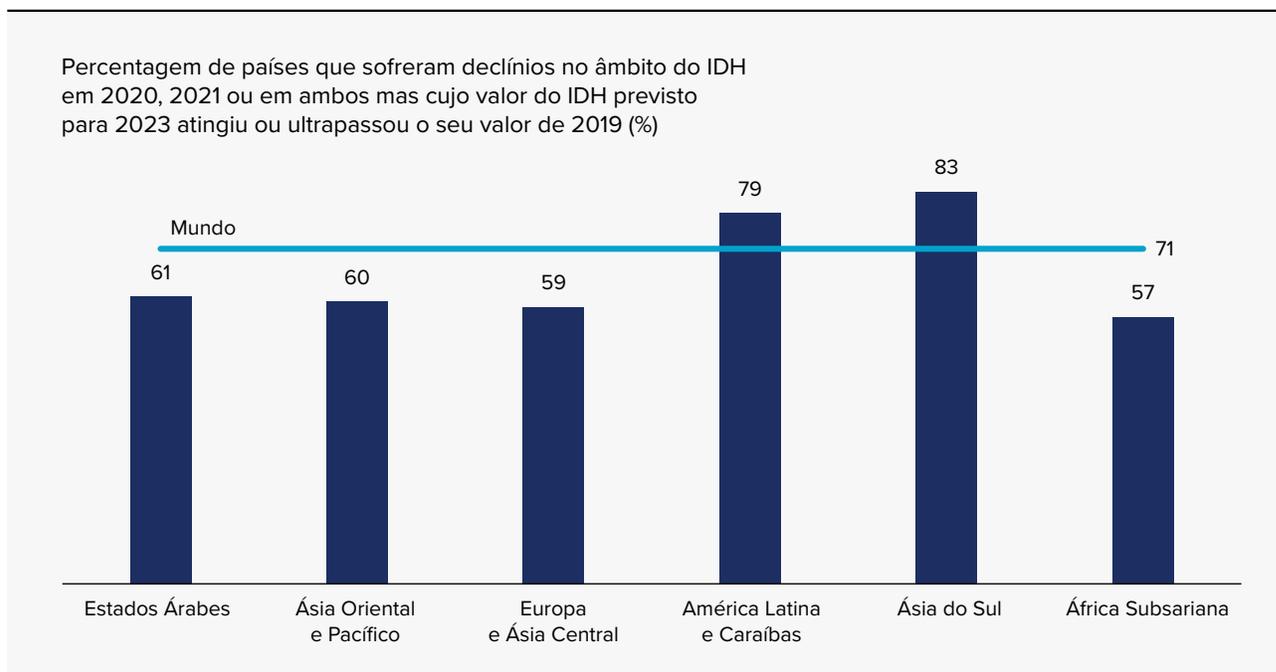
- *Em terceiro lugar, a recuperação tem sido muito desigual.* Para 2023, prevê-se que todos os países da OCDE terão alcançado ou ultrapassado os seus valores de IDH anteriores a 2019, em contraste com apenas 49 por cento dos Países Menos Desenvolvidos (PMD) (figura 1.3).¹⁷ A disparidade na recuperação também é evidente entre os grupos de IDH: 48 por cento dos países com um IDH baixo, em comparação com 92 por cento dos países com um IDH muito elevado. Este facto evidencia as consequências de uma interdependência mal gerida e que contribuiu para agravar as desigualdades ao nível do desenvolvimento humano.¹⁸

Figura 1.1 O valor global do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é inferior à sua tendência anterior a 2019



Nota: O valor do IDH global para 2023 é uma projeção. A tendência anterior a 2019 baseia-se na evolução do valor global do IDH nos 20 anos anteriores.
Fonte: Cálculos do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano baseados em dados de Barro e Lee (2018), FMI (2023d), DAESNU (2022, 2023), Instituto de Estatística da UNESCO (2023), Divisão de Estatística das Nações Unidas (2023) e Banco Mundial (2023).

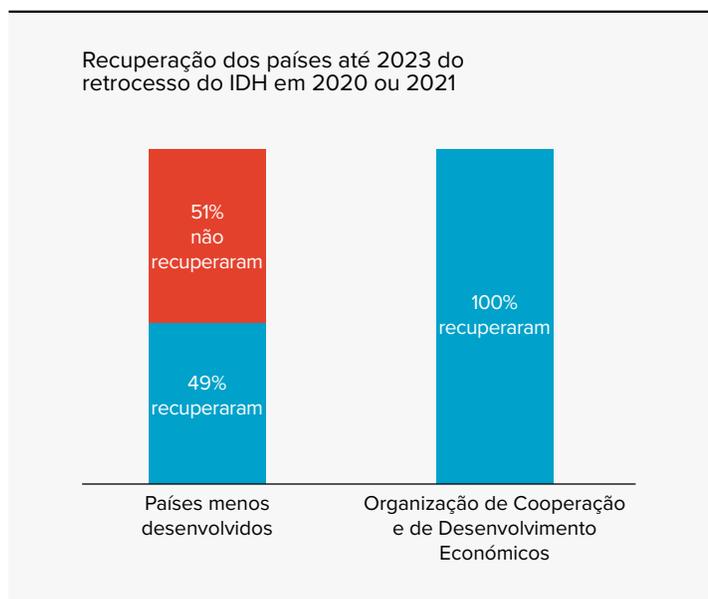
Figura 1.2 A recuperação dos valores do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) está incompleta



Nota: A recuperação significa que os países que sofreram um declínio no valor do IDH em 2020 ou 2021 deverão atingir ou ultrapassar o seu valor de IDH anterior ao declínio até 2023.

Fonte: Cálculos do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano baseados em dados de Barro e Lee (2018), FMI (2023d), DAESNU (2022, 2023), Instituto de Estatística da UNESCO (2023), Divisão de Estatística das Nações Unidas (2023) e Banco Mundial (2023).

Figura 1.3 Prevê-se que a recuperação dos valores do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) seja altamente desigual



Nota: Os países menos desenvolvidos têm baixos níveis de rendimento e enfrentam vulnerabilidades que os tornam “o segmento mais pobre e mais fraco” da comunidade internacional (<https://www.un.org/ohrills/content/about-least-developed-countries>). A recuperação significa que os países que sofreram um declínio no valor do IDH em 2020 ou 2021 deverão atingir ou ultrapassar o seu valor de IDH anterior ao declínio até 2023.

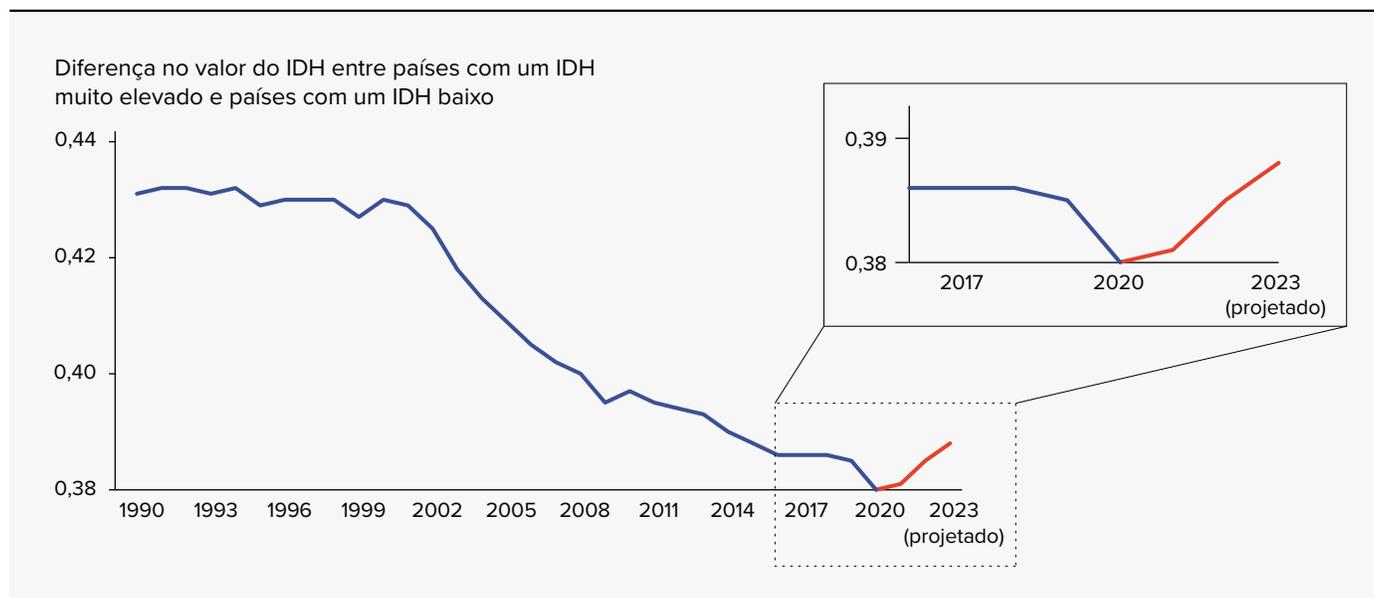
Fonte: Cálculos do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano baseados em dados de Barro e Lee (2018), FMI (2023d), DAESNU (2022, 2023), Instituto de Estatística da UNESCO (2023), Divisão de Estatística das Nações Unidas (2023) e Banco Mundial (2023).

Decorrente desses padrões de recuperação desiguais, assistiu-se a um recrudescimento da desigualdade entre países no desenvolvimento humano (medida pela distância entre os valores do IDH do grupo com um IDH muito elevado e do grupo com um IDH baixo) desde 2019, interrompendo duas décadas de convergência (figura 1.4).

- *Em quarto lugar, algumas das perdas do declínio do IDH podem tornar-se permanentes.* O mundo provavelmente mudou para uma trajetória de IDH inferior, se a evolução futura do IDH permanecer abaixo da tendência anterior a 2019. Com base na tendência durante o período de 1999-2019, o valor global do IDH estava em vias de ultrapassar o limiar que define um desenvolvimento humano muito elevado (um valor de 0,800) até 2030 – coincidindo com o prazo para cumprir os ODS. Atualmente, as projeções indicam que o mundo não está a rumar no sentido esperado. Com efeito, prevê-se que, em 2023, todas as regiões fiquem abaixo da trajetória anterior a 2019 (figura 1.5).

A dependência da trajetória das tendências do PIB em relação à sua história de choques (histerese) tem sido amplamente estudada nos últimos anos.¹⁹ Ao contrário do pressuposto de que existe uma recuperação que devolve a situação (ou até mesmo melhora) ao estado que existia antes de uma recessão económica, os choques frequentemente deixam cicatrizes a longo prazo, potencialmente permanentes.²⁰

Figura 1.4 Os países com um baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foram deixados para trás



Nota: a diferença nos valores do IDH para 2023 baseia-se em projeções.

Fonte: Cálculos do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano baseados em dados de Barro e Lee (2018), FMI (2023d), DAESNU (2022, 2023), Instituto de Estatística da UNESCO (2023), Divisão de Estatística das Nações Unidas (2023) e Banco Mundial (2023).

Tal deve-se, em parte, ao facto de as recessões económicas afetarem o lado da oferta da economia, que está associado às capacidades produtivas a longo prazo. Os choques, ainda que transitórios, podem afetar as condições económicas do emprego,²¹ o investimento em investigação e desenvolvimento,²² o capital humano,²³ a produtividade e o crescimento económico a longo prazo.²⁴

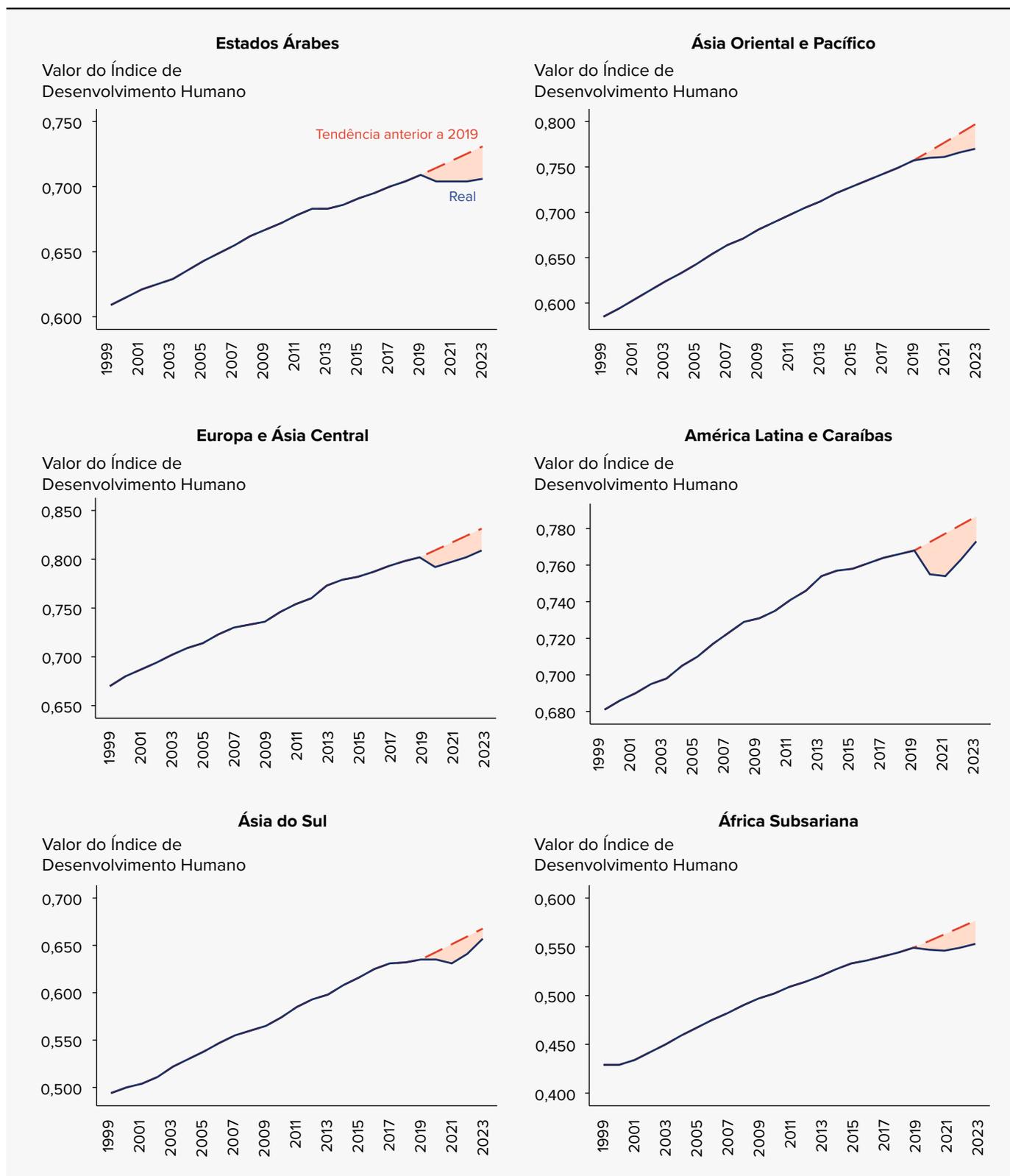
Antes de 2019, existiam provas claras de que diferentes choques – financeiros, políticos e ambientais – tinham efeitos perceptíveis e muitas vezes duradouros no desenvolvimento humano, inclusivamente no IDH.²⁵ No entanto, esses efeitos não alteraram a tendência geral do IDH global,²⁶ que persistiu apesar dos declínios em alguns países durante alguns anos.²⁷ Pela primeira vez, a tendência do IDH global apresentou uma trajetória descendente e regista, agora, uma melhoria em paralelo, mas abaixo da tendência anterior a 2019 (apresentando um vislumbre de como seria um futuro de crises recorrentes e recuperações no desenvolvimento humano²⁸), com potencial para histerese como uma característica nova que requer uma análise mais aprofundada.²⁹

A histerese no desenvolvimento humano pode manifestar-se através de vários canais, prolongando-se além dos componentes padrão do IDH. Vários exemplos de choques recentes apesar de serem sustentados por manifestações transitórias têm consequências mais permanentes para a vida das pessoas, documentadas na próxima secção. Estas incluem avaliações recentes dos resultados de aprendizagem dos

alunos, que se encontram num mínimo histórico de acordo com o Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA);³⁰ relatos de problemas de saúde mental de longa duração; e o endividamento excessivamente elevado de muitos governos, limitando a sua capacidade de investir no seu futuro e de gerir programas sociais.

Finalmente, é essencial olhar para a tendência de mudanças, a uma escala sem precedentes, no IDH numa perspetiva mais ampla. Os choques dos últimos anos, com os seus efeitos transitórios e permanentes, ocorreram num mundo já sob tensão. Em 2019, inúmeros protestos sociais foram registados a nível mundial.³¹ O sentimento de insatisfação, assente em mais do que uma causa, tem sido tema de recentes Relatórios do Desenvolvimento Humano. O Relatório do Desenvolvimento Humano de 2019 alertou para as desigualdades generalizadas emergentes no domínio das capacidades que se tornam mais relevantes no século XXI. O Relatório do Desenvolvimento Humano de 2020 sublinhou a forma como os efeitos do Antropoceno estão a tornar-se cada vez mais importantes na vida das pessoas. O Relatório Especial sobre a Segurança Humana de 2022 documentou que, mesmo antes da pandemia de Covid-19, 6 em cada 7 pessoas sentiam-se inseguras, juntamente com as tendências crescentes de conflitos e populações afetadas por conflitos. O Relatório do Desenvolvimento Humano de 2021/2022 discutiu as tendências gémeas de inquietação das pessoas e polarização política, já visíveis na década anterior.

Figura 1.5 O valor do Índice de Desenvolvimento Humano previsto para 2023 em cada região em desenvolvimento é inferior à sua tendência anterior a 2019



Nota: Os valores do Índice de Desenvolvimento Humano para 2023 são projeções. As tendências anteriores a 2019 baseiam-se na evolução do IDH de cada região nos 20 anos anteriores.

Fonte: Cálculos do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano baseados em dados de Barro e Lee (2018), FMI (2023d), DAESNU (2022, 2023), Instituto de Estatística da UNESCO (2023), Divisão de Estatística das Nações Unidas (2023) e Banco Mundial (2023).

Mesmo sem o declínio de 2020-2021 no IDH, não havia espaço para complacência. Nenhum desses desafios – todos provocados pelo homem e todos expressões da nossa interdependência – desapareceu. Pelo contrário, agravam-se quando não conseguimos gerir a interdependência.

Uma interdependência mal gerida implica custos para o desenvolvimento humano

A experiência com a pandemia de Covid-19 mostrou como, apesar dos muitos alertas, o mundo não investiu o suficiente na preparação para as pandemias e geriu mal a sua resposta após o surto. A pandemia provocou cerca de 15 milhões de mortes³² – mais do que epidemias recentes, incluindo a gripe asiática, a gripe de Hong Kong, a gripe suína, a SARS, a MERS e o ébola, combinados.³³ A pandemia de Covid-19 não só reduziu a esperança de vida à nascença na maioria dos países, como também prejudicou os outros componentes do IDH, interrompendo o acesso à educação e deixando marcas duradouras na economia.

Além dos impactos diretos da pandemia de Covid-19, os impactos indiretos na saúde foram profundos. Com os profissionais de saúde obrigados a privilegiar a assistência prestada aos pacientes com Covid-19, as consultas presenciais diminuíram drasticamente para os pacientes não Covid-19, incluindo aqueles com necessidades agudas, como pacientes com doenças cardiovasculares, problemas renais, problemas de abuso de álcool e condições de saúde mental.³⁴ As consultas de rotina e de emergência registaram uma descida drástica com o início dos confinamentos, com potenciais consequências para a saúde a longo prazo, incluindo o aumento de doenças e mortes.³⁵

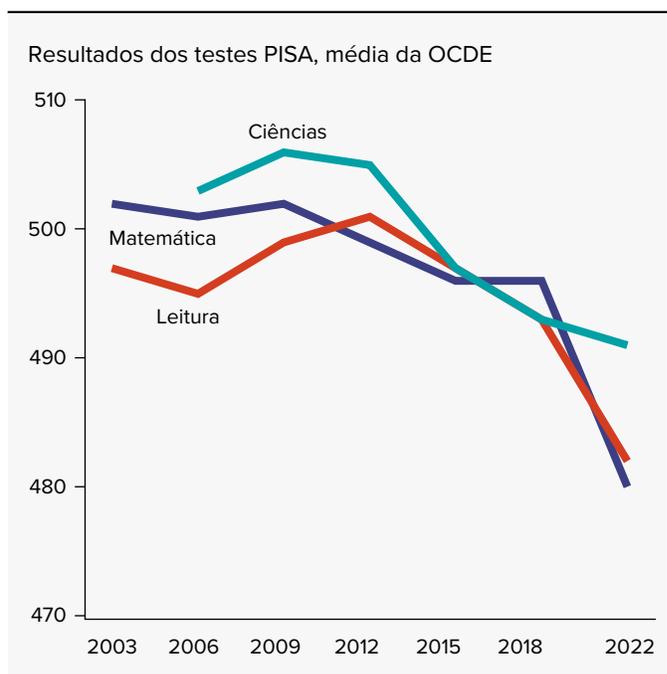
As pessoas sofreram ainda mais com o aumento dos problemas de saúde mental devido à solidão e à violência doméstica, entre outros.³⁶ A nível mundial, a pandemia de Covid-19 conduziu a um aumento de 28 por cento nos casos mais graves de distúrbios depressivos e a um aumento de 26 por cento nos casos de distúrbios de ansiedade em 2020.³⁷ Esta escalada ao nível dos distúrbios de saúde mental foi observada em todos os grupos demográficos. No entanto, houve provas de um aumento mais acentuado da sua prevalência entre as mulheres e os jovens.³⁸ Os alunos sofreram com maiores níveis de ansiedade, medo e tristeza devido ao isolamento social prolongado e a rotinas interrompidas com o encerramento das escolas.³⁹ Particularmente afetadas foram as crianças com problemas de saúde mental pré-existent, como depressão, bem como aquelas com necessidades especiais.⁴⁰

Existe a preocupação de que o aumento das perturbações mentais possa ser duradouro. Por exemplo, uma série de 11 estudos longitudinais realizados no

Reino Unido revelou que “a deterioração substancial da saúde mental observada no Reino Unido durante o primeiro confinamento não foi revertida quando o confinamento foi suspenso, tendo sido observado um agravamento sustentado durante todo o período da pandemia”.⁴¹ Outro estudo longitudinal realizado na Alemanha que incidiu sobre os jovens revelou que os marcadores de saúde mental agravaram-se significativamente durante a pandemia de Covid-19 e só regressaram parcialmente aos valores pré-pandémicos posteriormente.⁴²

Da mesma forma, decorrente do encerramento prolongado das escolas durante a pandemia de Covid-19, existem crescentes indícios de efeitos duradouros ao nível da aprendizagem.⁴³ A pandemia provocou a erosão da acumulação de capital humano em momentos críticos do ciclo de vida e afetou particularmente as pessoas com menos de 25 anos, que constituirão 90 por cento da força de trabalho na faixa etária mais produtiva em 2050.⁴⁴ Entre 2018 e 2022, os resultados do PISA registaram as descidas mais acentuadas de sempre, com as pontuações médias nos países da OCDE a caírem 15 pontos percentuais em matemática e 10 pontos percentuais em leitura (figura 1.6).⁴⁵ As avaliações nacionais dos EUA mostram que duas décadas de progresso foram anuladas pela pandemia.⁴⁶ Poderão ser necessários 28 anos para que os alunos

Figura 1.6 Declínios sem precedentes nos resultados da aprendizagem, conforme medido pelos resultados dos testes PISA



O programa PISA é o Programa Internacional de Avaliação de Alunos. OCDE é a Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económicos. Fonte: OCDE 2023.

do 8.º ano regressem ao nível pré-pandémico em matemática e 22 anos para que os alunos do 4.º ano regressem ao nível pré-pandémico em leitura.⁴⁷ Estes atrasos ao nível da aprendizagem custarão à economia mundial cerca de 1,6 biliões de dólares por ano até 2040, ou seja, 0,9 por cento do PIB mundial.⁴⁸ Os impactos na aprendizagem variaram muito em todo o mundo, com algumas regiões mais atrasadas do que outras, em especial quando o encerramento das escolas foi mais prolongado.⁴⁹

A pandemia de Covid-19 conduziu o mundo à maior recessão, pelo menos, desde a Segunda Guerra Mundial.⁵⁰ A produção mundial caiu três vezes mais do que durante a crise financeira mundial de 2007-2008 e de forma muito mais abrupta, na medida em que as atividades económicas pararam subitamente com o início da pandemia.⁵¹ As taxas de desemprego global ainda não regressaram aos níveis pré-pandémicos e mais trabalhadores foram empurrados para o setor informal.⁵² Em muitos países, as mulheres, em especial as que trabalham nos setores dos serviços e com níveis de instrução inferiores, estiveram mais expostas do que os homens à saída do mercado de trabalho durante a pandemia.⁵³ Por exemplo, ao contrário de outras recessões que ocorreram nos Estados Unidos, em que o emprego dos homens variou mais ao longo do ciclo económico, as mulheres, em especial com filhos, foram mais penalizadas do que os homens na recessão pandémica.⁵⁴ Em parte, esta situação foi motivada pelas expectativas sociais em relação à obrigação das mulheres de cuidar dos filhos durante o encerramento das escolas.⁵⁵ Entre as pessoas que conseguiram manter-se empregadas (sobretudo as que tinham formação superior e a possibilidade de trabalhar à distância), o verdadeiro desafio foi fazer a gestão entre a assistência prestada aos filhos e o trabalho, o que aumentou a carga de trabalho e o stress diário.⁵⁶

Após a contração acentuada em 2020, a economia mundial está a expandir novamente: prevê-se que o rendimento médio por pessoa seja mais do que 5 por cento superior em 2023 do que em 2019.⁵⁷ Contudo os custos económicos são duradouros. Durante a pandemia de Covid-19, os governos implementaram importantes programas de emergência num contexto de diminuição das receitas fiscais devido a uma atividade económica limitada. As economias avançadas recorreram a uma série de políticas orçamentais e monetárias para dar resposta à situação de emergência sanitária, juntamente com um apoio sem precedentes para manter os meios de subsistência, o emprego, o consumo e as casas das pessoas. Muitas economias emergentes tiveram dificuldade em fornecer um apoio adequado em termos de rede de segurança social para combater a pandemia, num contexto de espaço orçamental apertado, e entraram numa espiral de sobreendividamento.⁵⁸ Em ambos os casos, esta política contracíclica

resultou numa acumulação substancial da dívida pública, que já registava uma tendência de alta nos anos anteriores.⁵⁹ Atualmente, os países enfrentam uma escolha entre o serviço da dívida e o financiamento das políticas sociais: “3,3 mil milhões de pessoas vivem em países que gastam mais em pagamentos de juros do que em educação ou saúde”,⁶⁰ uma dinâmica que poderá resultar num aumento da pobreza⁶¹ e num menor desenvolvimento humano. De facto, em 24 das 51 economias mais vulneráveis à dívida identificadas pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), não se prevê que os valores do IDH recuperem em 2023 do declínio registado em 2020-2021.⁶²

A má gestão da interdependência reflete-se na intensificação dos conflitos, um pouco por todo o lado

“O nosso mundo está a ficar desequilibrado. As tensões geopolíticas estão a aumentar. Os desafios globais acumulam-se. E parecemos incapazes de nos juntar para responder. Enfrentamos uma série de ameaças existenciais – desde a crise climática às tecnologias disruptivas – e fazemos isso num momento de transição caótica.”

– António Guterres, Secretário-Geral da ONU⁶³

Os recentes surtos de conflitos violentos, em diferentes partes do mundo, e a sua escalada para conflitos a longo prazo e potencialmente a uma maior escala, assinalam o ressurgimento de ameaças à paz e à estabilidade mundiais. Os conflitos de larga escala envolvendo grandes potências estão a aumentar vertiginosamente pela primeira vez desde o fim da Guerra Fria. Em 2022, mesmo antes da escalada dos conflitos nas regiões do Médio Oriente e de África, 1,2 mil milhões de pessoas (15 por cento da população mundial) foram afetadas por conflitos na sua vizinhança.⁶⁴ Estas mudanças dramáticas, e perigosas, na estabilidade e segurança mundiais têm repercussões importantes ao longo do tempo e além fronteiras.

A intensificação dos conflitos e a participação das grandes potências assumem relevância não só para os países envolvidos em conflitos diretos, mas para todos. Tanto a violência como a paz podem ser contagiosas.⁶⁵ Os conflitos alteram frequentemente a perceção das guerras (tornando-as mais aceitáveis), aumentando a propensão para surtos de violência noutras locais.⁶⁶ Existem provas irrefutáveis do contágio transnacional de importantes eventos politicamente perturbadores.⁶⁷ Os conflitos e as suas implicações alastram frequentemente aos países vizinhos, aumentando os impactos e os riscos.⁶⁸ O alastramento dos conflitos internos para conflitos regionais e as subsequentes implicações políticas e económicas em todo o mundo apontam para

a urgência de conter os conflitos e atenuar os seus efeitos globais. Os conflitos também aumentam uma propensão para a militarização.⁶⁹ As despesas militares a nível mundial têm registado uma tendência ascendente e, pela primeira vez, ultrapassaram os 2 biliões de dólares em 2019.⁷⁰

As implicações para o desenvolvimento humano são surpreendentes. O ano de 2022 registou o maior número de mortes relacionadas com a guerra em várias gerações.⁷¹ Registou o maior número de conflitos armados entre Estados desde a Segunda Guerra Mundial⁷² e um número crescente de conflitos unilaterais com ataque às populações civis desarmadas.⁷³ As mortes em contexto de guerra estão a aumentar a um ritmo alarmante, incluindo as de civis (figura 1.7).⁷⁴ Os conflitos armados estão a empurrar milhões de pessoas para deslocações forçadas.

Ao longo da última década, o número de países envolvidos em conflitos fora das suas fronteiras tem vindo a aumentar, o que demonstra o papel desempenhado pela interdependência geopolítica. Dos 55 conflitos provenientes de Estados em 2022, 22 foram internacionalizados,⁷⁵ em comparação com 4 de 37 conflitos civis em 2000⁷⁶ – um aumento para mais do que o quádruplo. Embora os países dependam uns dos outros para sair dos conflitos e avançar para acordos de paz a longo prazo, não é evidente que o envolvimento estrangeiro ajude a concretizar esses objetivos mais

rapidamente. Em vez disso, a proliferação de intervenientes e de motivações opostas – juntamente com os riscos de mais apoios militares e financiamento, bem como as perceções de apoio externo – tornaram os conflitos mais difíceis de resolver.⁷⁷ A ingerência externa conduz frequentemente a resultados mais mortíferos, prolongando a duração dos conflitos e aumentando o número de vítimas.⁷⁸ Os conflitos são também intensificados por intervenientes não estatais, o que conduz a resultados mais violentos.⁷⁹

A interdependência continua a ser relevante antes, durante e depois dos conflitos, e a sua má gestão amplifica os impactos globais. Em consequência de conflitos, perseguições e violações dos direitos humanos, o número de pessoas forçadas a fugir das suas casas atingiu os 108 milhões, o nível mais elevado desde a Segunda Guerra Mundial e duas vezes e meia superior ao número registado em 2010 (figura 1.8).⁸⁰ E isto sem contar com as últimas deslocações: os palestinianos em Gaza e a crise dos refugiados na Arménia, entre outros. A nível mundial, uma em cada cinco crianças vive numa situação de conflito ou está a fugir dele.⁸¹

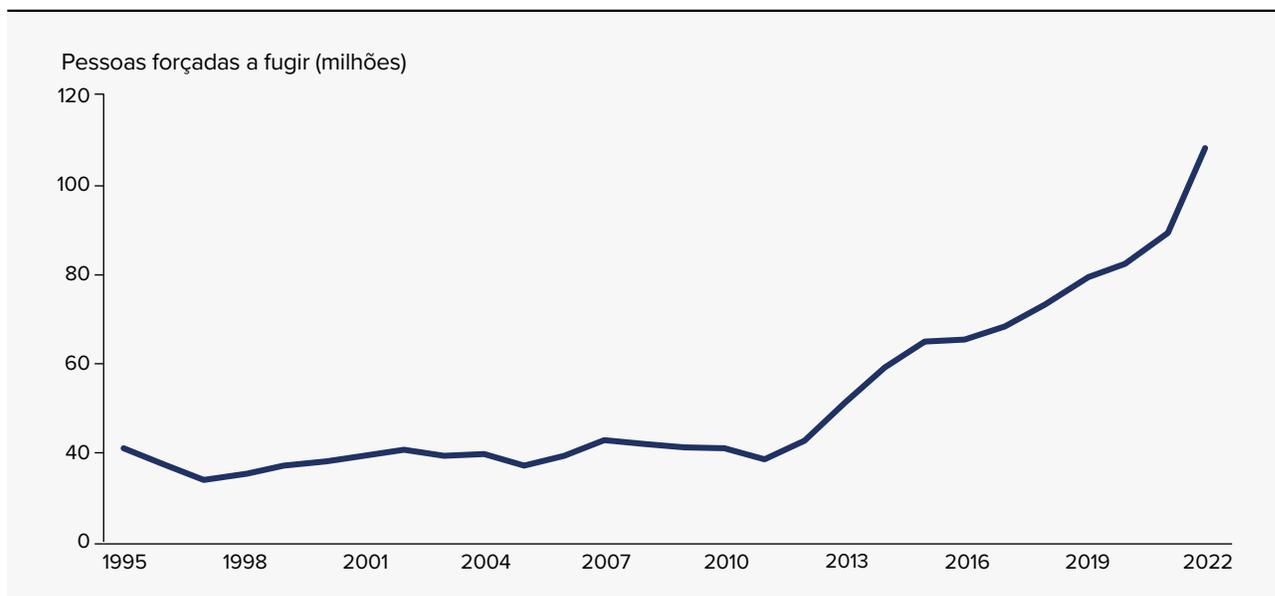
As pessoas obrigadas a deslocar-se (mais de metade das quais são deslocados internos) – em especial as que têm necessidades prementes, incluindo as mulheres grávidas, os idosos, os muito jovens, as pessoas com deficiência e as pessoas com doenças crónicas – enfrentam frequentemente uma grande escassez de

Figura 1.7 As mortes de civis resultantes de conflitos estão a aumentar após anos de declínio



Fonte: Programa de Dados sobre Conflitos de Uppsala 2023.

Figura 1.8 O número de pessoas forçadas a fugir de suas casas está a aumentar para níveis máximos



Nota: As pessoas forçadas a fugir incluem os deslocados internos, os refugiados sob o mandato do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), os refugiados palestinos sob o mandato do ACNUR, os requerentes de asilo e outras pessoas que necessitam de proteção internacional.

Fonte: ACNUR 2023c.

alimentos, água potável, medicamentos, eletricidade e meios básicos de sobrevivência.⁸² Milhões de pessoas inocentes, incluindo crianças, que foram forçadas a fugir de suas casas, poderiam viver uma vida digna se os países (envolvidos ou não em conflitos) pudessem encontrar soluções de mútuo acordo para as pessoas deslocadas.⁸³ Estas questões surgem numa altura de hostilidade acrescida em relação aos refugiados, particularmente nos países de rendimento alto, onde o discurso público sobre os refugiados tornou-se mais polarizado.⁸⁴ Cerca de 80 por cento dos refugiados do mundo são acolhidos maioritariamente em países de baixo e médio rendimento.⁸⁵

Prevê-se que em 2024 o número de pessoas que necessitam de ajuda humanitária atinja os 300 milhões.⁸⁶ Os aumentos simultâneos do financiamento não são proporcionais aos aumentos acentuados da ajuda humanitária necessária. A seca, a juntar-se aos conflitos crescentes, está a aumentar os riscos de insegurança alimentar e de surtos de doenças em muitos países.⁸⁷

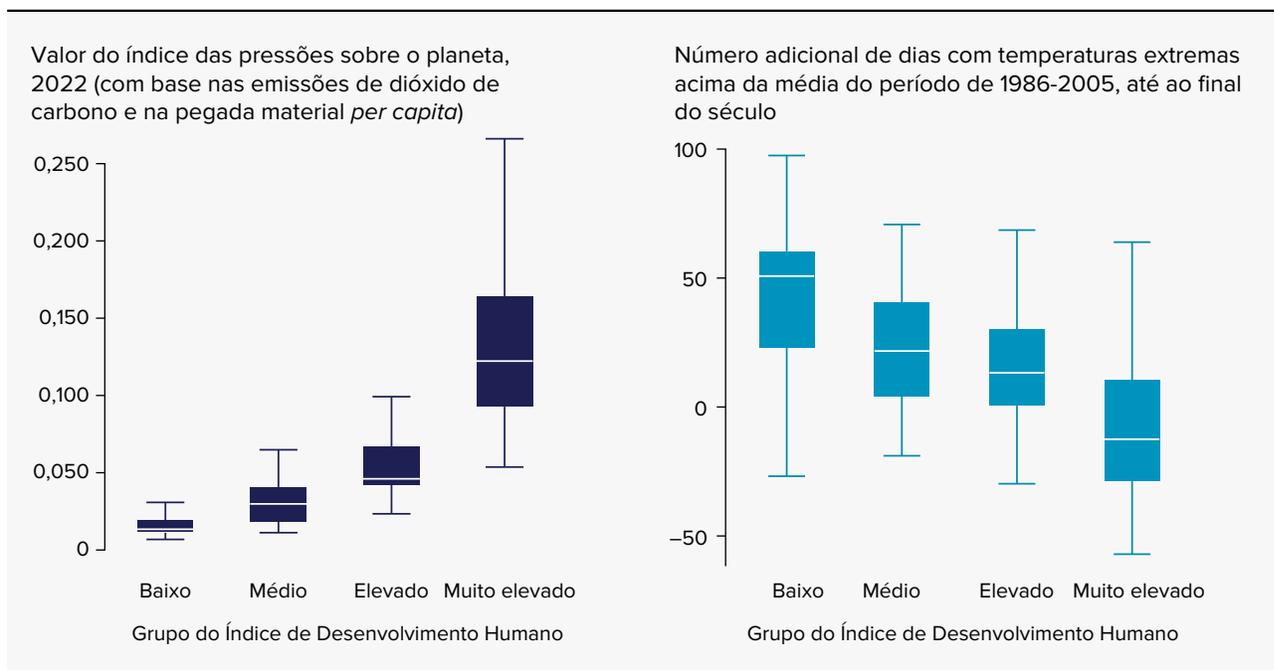
Alterações climáticas: causas e custos para o desenvolvimento humano decorrentes de uma interdependência mal gerida

As emissões de gases com efeito de estufa, o principal fator subjacente às alterações climáticas, resultam de múltiplas atividades humanas.⁸⁸ Existe uma dupla dissociação entre os responsáveis pelas emissões e os afetados pelas consequências das alterações

climáticas. A primeira dissociação é temporal: as atividades que produzem, atualmente, atualmente têm os seus principais impactos positivos na geração atual, enquanto os custos são suportados pelas gerações futuras. A segunda dissociação é geográfica: os locais que historicamente beneficiaram das emissões muito provavelmente receberão uma menor carga dos custos previstos. Por exemplo, os países com um IDH muito elevado têm emissões médias de dióxido de carbono mais elevadas, mas prevê-se que tenham uma proporção menor de dias de temperaturas extremas até ao final do século XXI (figura 1.9).

Reconhecer a necessidade de gerir a interdependência é fundamental para a atenuação das alterações climáticas. Por exemplo, à medida que a regulamentação nacional sobre o ambiente se torna mais rigorosa em alguns locais, a atividade económica nesses países pode ser incentivada a transferir a produção com utilização intensiva de carbono para locais onde a regulamentação não é tão rigorosa. As empresas tiram muitas vezes partido do comércio para contornar a regulamentação ambiental no seu país. Um país comprometido com a redução de emissões terá importações de carbono setoriais 8 por cento superiores, oriundas de países que não se comprometeram com a redução de emissões de carbono do que se não tivesse compromissos, alterando simplesmente a origem do consumo dos seus bens com utilização intensiva de carbono.⁸⁹ A deslocalização de carbono (deslocalização da produção com utilização intensiva de carbono para regiões com normas de baixo carbono) e as fugas anulam as poupanças de

Figura 1.9 As pressões sobre o planeta estão dissociadas dos seus efeitos geográficos e temporais



Nota: O Índice das Pressões sobre o Planeta é construído utilizando os níveis *per capita* das emissões de dióxido de carbono e a pegada material de cada país (é 1 diminuído do fator de correção relativo às pressões sobre o planeta apresentado na tabela 7 do *Anexo Estatístico*). Os dias extremos no final do século baseiam-se no cenário de emissões muito elevadas. Cada caixa mapeia os 50 percentis intermédios da distribuição; a linha central representa a mediana. No exterior da caixa, as linhas das extremidades representam o mínimo e o máximo aproximados da distribuição. Os valores aberrantes não são exibidos.

Fonte: Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, com base em Carleton e outros (2022) e PNUD (2020b).

emissões a nível nacional e podem mesmo conduzir a emissões mais elevadas a nível mundial. As políticas ambientais que ignoram os possíveis impactos no comércio podem sofrer consequências indesejadas.⁹⁰

Prevê-se que os custos do desenvolvimento humano decorrentes de uma má gestão da interdependência associada às alterações climáticas sejam elevados e crescentes. Antecedendo uma década de temperaturas cada vez mais elevadas, 2023 foi o ano mais quente alguma vez registado, pelo menos desde 1880, quando as temperaturas globais foram registadas pela primeira vez.⁹¹ Aquando da redação do presente relatório, o limiar de 2°C acima dos níveis pré-industriais foi ultrapassado pela primeira vez num único dia.⁹²

As projeções da plataforma Human Climate Horizons do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) mostram que, se continuarmos na atual trajetória de intensas pressões sobre o planeta, as alterações climáticas terão impactos devastadores – e altamente desiguais – no desenvolvimento humano. Mesmo com uma atenuação moderada, prevê-se que quase 40 milhões de pessoas morram devido ao aumento das temperaturas até ao final do século. Num cenário de emissões muito elevadas, o número de mortos poderá ultrapassar os 190 milhões de pessoas.⁹³ Além disso, os impactos são muito desiguais. As alterações climáticas podem provocar uma explosão das desigualdades no desenvolvimento

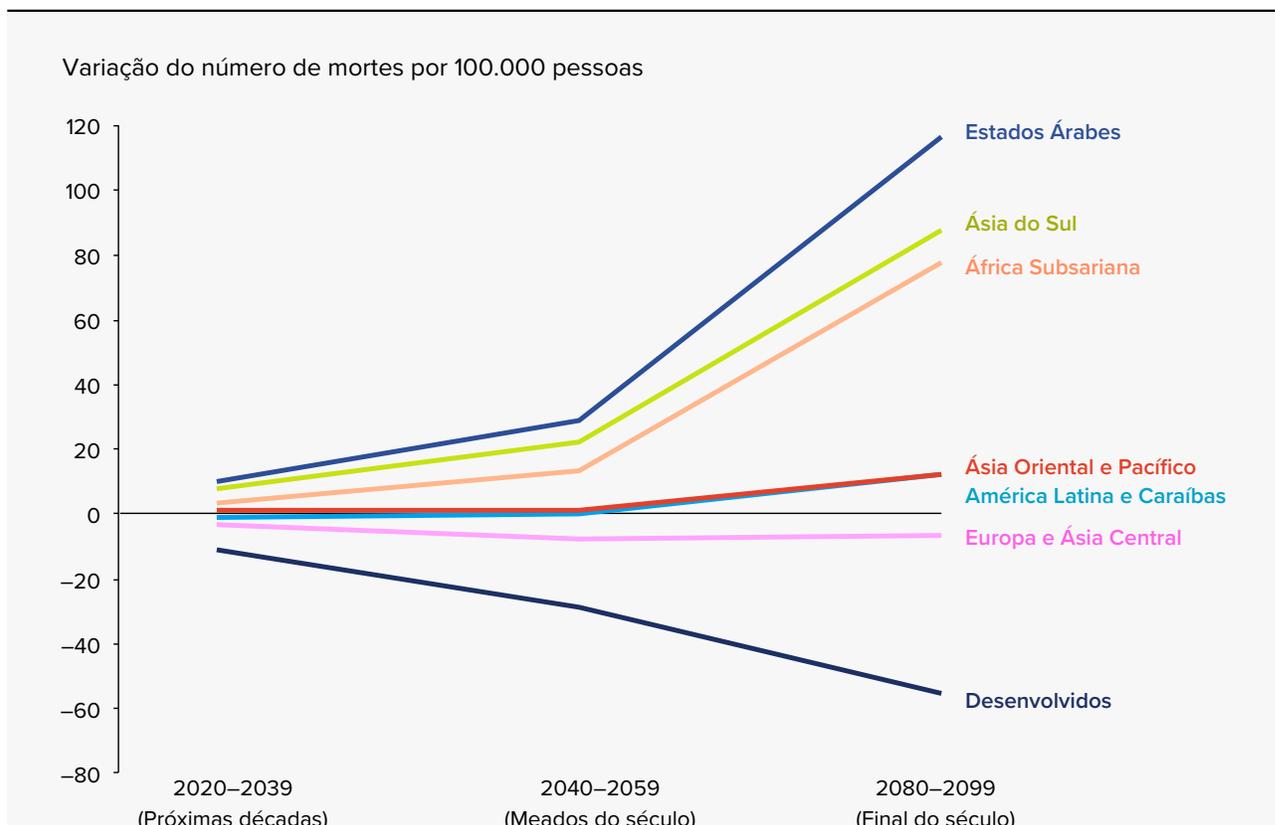
humano, prevendo-se que as regiões dos Estados Árabes, da Ásia do Sul e da África Subsariana registem aumentos acentuados das taxas de mortalidade (figura 1.10).⁹⁴

Os efeitos das alterações climáticas são multidimensionais. Por exemplo, o nível médio global do mar já subiu 23 centímetros desde o final do século XIX. Mesmo num cenário de emissões moderadas, o nível do mar continuará a subir 40,7 centímetros até ao final do século. A subida do nível do mar implica um maior risco de inundação permanente das terras e de inundações extremas. As zonas costeiras estão entre as áreas mais densamente povoadas do mundo e serão afetadas de forma desproporcionada.⁹⁵ Para alguns pequenos Estados insulares em vias de desenvolvimento, já vulneráveis aos impactos das alterações climáticas devido à sua localização geográfica e à relativa falta de recursos para investir na adaptação, a percentagem da população que vive em planícies aluviais com um fator de ocorrências de 1 em cada 20 anos poderá triplicar até ao final do século.⁹⁶

As perspetivas de promover a agência e o bem-estar serão moldadas pela gestão da interdependência

A meio do caminho para 2030, a data prevista para cumprir os ODS, o mundo está mais atrasado do que há quatro anos⁹⁷ e está a regredir em relação aos principais

Figura 1.10 As alterações climáticas podem provocar uma explosão de desigualdades no desenvolvimento humano



Nota: cenário de emissões muito elevadas.

Fonte: Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, com base em Carleton e outros (2022) e na plataforma Human Climate Horizons (<https://horizons.hdr.undp.org/>).

objetivos relativos a ação climática, perda de biodiversidade, segurança alimentar, pobreza, desigualdade e desigualdade de género.⁹⁸ Consideremos a fome.⁹⁹ O número de pessoas que passam fome vinha a diminuir desde o final dos anos 2000 e, após uma década de estagnação, voltou a aumentar (figura 1.11).

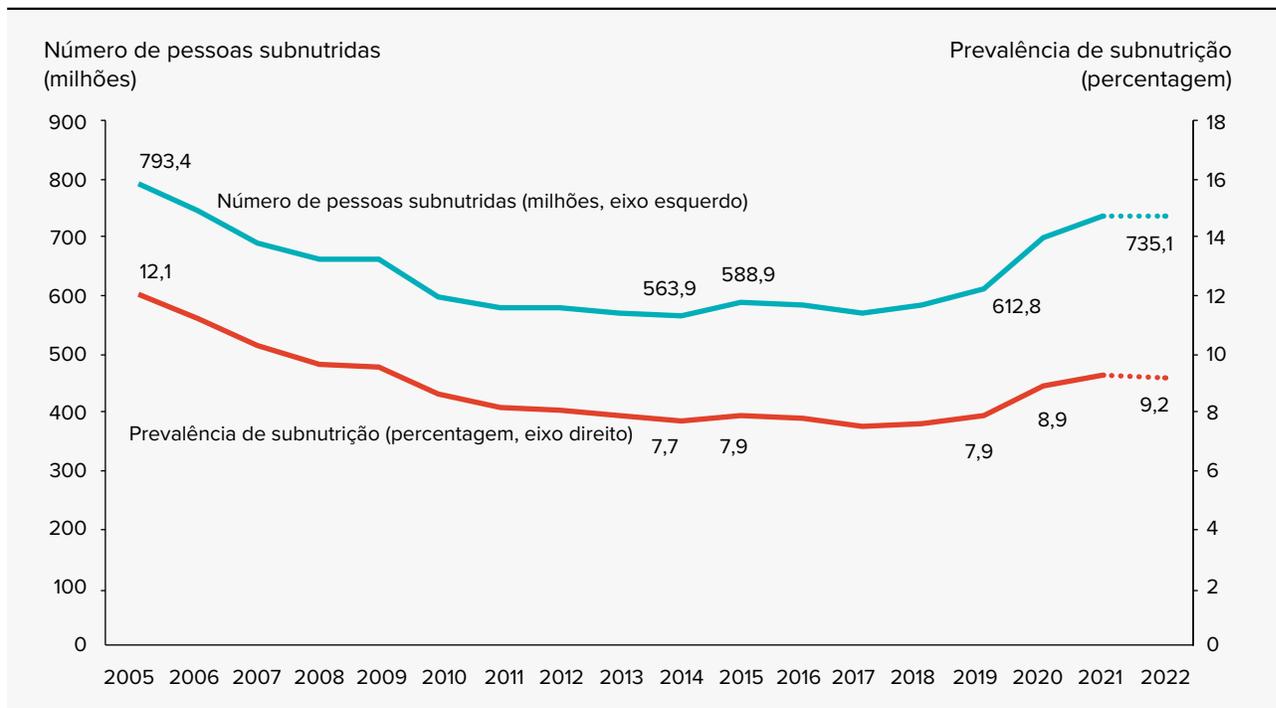
A pandemia de Covid-19 provocou os maiores retrocessos na pobreza monetária das últimas décadas.¹⁰⁰ Pela primeira vez em duas décadas, as tendências da pobreza inverteram-se. Isto aplica-se ao limiar de pobreza extrema (2,15 dólares por dia) e aos limiares de pobreza de rendimento baixo (3,65 dólares por dia) e de rendimento médio (6,85 dólares por dia).¹⁰¹ Em 2020, mais 90 milhões de pessoas encontravam-se em situação de pobreza extrema em relação à projeção anterior à pandemia de Covid-19.¹⁰² Os inquéritos demográficos durante a pandemia revelaram que 23 por cento dos inquiridos deixaram de trabalhar e 60 por cento perderam rendimentos.¹⁰³ É provável que estes retrocessos tenham alterado permanentemente a trajetória de longo prazo da redução da pobreza, afastando o mundo do cumprimento dos ODS (figura 1.12). Prevê-se que apenas um terço dos países cumpra o ODS 1 até 2030.¹⁰⁴ Os mais pobres sofreram também

os maiores retrocessos nos domínios da saúde e da educação, incluindo a mortalidade prematura e perdas duradouras ao nível da aprendizagem.¹⁰⁵

A desigualdade de rendimentos a nível mundial¹⁰⁶ também agravou na última década, voltando ao mesmo nível da década de 1950.¹⁰⁷ A desigualdade de rendimentos entre países vinha a registar um declínio, à medida que os países de baixo e médio rendimento se aproximavam dos países de rendimento alto, mas a pandemia de Covid-19 inverteu essa tendência em muitos países.¹⁰⁸ A desigualdade de rendimentos dentro de cada país tem vindo a aumentar em muitos países, exacerbada pela pandemia, uma vez que os agregados familiares mais pobres sofreram, regra geral, com maiores taxas de desemprego e de perda de rendimentos do que os agregados familiares mais ricos.¹⁰⁹ A desigualdade de rendimentos e de riqueza não é inevitável – é uma escolha política.¹¹⁰ Compreender os fatores que determinam a desigualdade dentro de cada país, face à forma como gerimos a interdependência, está hoje no centro do discurso político sobre a desigualdade.

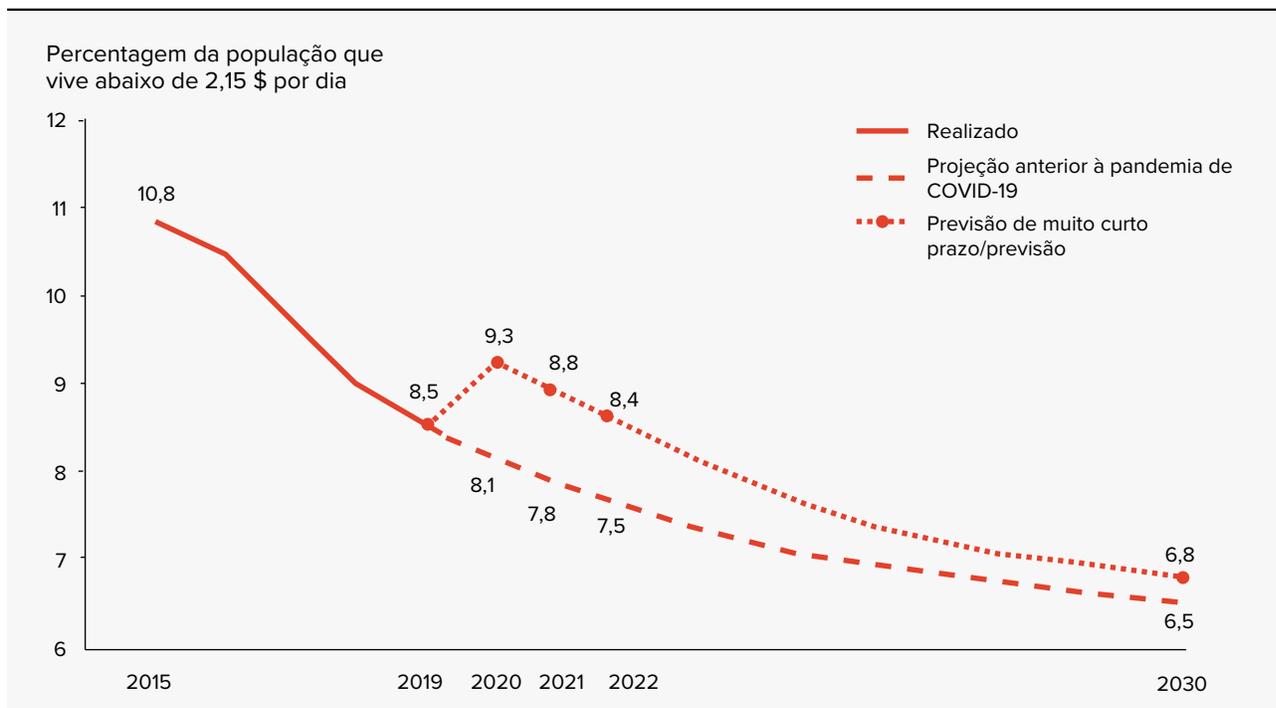
A reação negativa contra a igualdade de género em diferentes partes do mundo tem impedido o seu progresso em muitos locais.¹¹¹ As liberdades cívicas

Figura 1.11 A tendência de redução da fome a nível mundial inverteu-se



Nota: Os dados para 2022 são projeções.
Fonte: FAO e outros 2023.

Figura 1.12 A pandemia de Covid-19 pode ter alterado permanentemente a trajetória de redução da pobreza



Fonte: ONU 2023c.

e as liberdades políticas e económicas das mulheres estão a sofrer um retrocesso em muitos contextos. De acordo com as tendências atuais, serão necessários mais 40 anos para que homens e mulheres estejam representados em pé de igualdade como líderes nas questões nacionais.¹¹² A inversão de vários indicadores sociais e de desenvolvimento coincide com a erosão de várias normas e práticas democráticas,¹¹³ impulsionada em parte pela insatisfação provocada por uma interdependência mal gerida (capítulo 2).¹¹⁴

Existe interdependência entre países, mas também interligações entre desafios. Por exemplo, as pressões prementes das alterações ambientais, que exacerbam o stress hídrico e a insegurança alimentar, podem alimentar tensões e conflitos, comprometendo a paz e a estabilidade e agravando os resultados para as comunidades. Em 2030, cerca de dois terços das pessoas extremamente pobres do mundo poderão estar a viver em cenários de conflito e de fragilidade.¹¹⁵

“Embora existam provas de que a interdependência pode expandir a agência, também há provas de que a sua má gestão pode puxar na direção oposta

A abordagem do desenvolvimento humano é extremamente relevante para compreender as implicações da interdependência mal gerida para a agência (capítulo 5). Uma pessoa que atua e provoca mudanças é um agente, e a agência refere-se à capacidade das pessoas de viverem vidas que valorizam e que têm razões para valorizar. Por exemplo, os jornalistas que consideram ser seu dever facultar ao público informações verdadeiras e imparciais e que podem trabalhar sem receio de retaliações ou preocupações com a sua segurança pessoal estarão melhor num contexto social e político que proteja estas liberdades individuais do que num contexto que as iniba. Num mundo que caminha para uma polarização política crescente (capítulos 2 e 6),¹¹⁶ e onde a liberdade de expressão está em declínio,¹¹⁷ a agência das pessoas está a ser condicionada de novas formas.

A obra de Amartya Sen *Development as Freedom* caracteriza o desenvolvimento como a expansão da liberdade das pessoas de várias formas (incluindo as liberdades de processo e de oportunidade), com as capacidades (relacionadas tanto com o bem-estar como com a agência) para moldar a política pública e com a política pública a ter o potencial de melhorar essas capacidades – num potencial ciclo virtuoso.¹¹⁸ A forma como escolhemos gerir a interdependência tem influência na concretização deste ciclo virtuoso.

Embora existam provas de que a interdependência pode expandir a agência, também há provas de que a sua má gestão pode puxar na direção oposta. Os padrões recentes de má gestão da

interdependência tiveram efeitos prejudiciais sobre os direitos, o rendimento e o bem-estar das pessoas, afetando as suas preferências e opções políticas (capítulo 2). Por exemplo, as normas e práticas democráticas sofreram uma erosão que atingiu os níveis registados pela última vez em 1986, medidos em 202 países.¹¹⁹

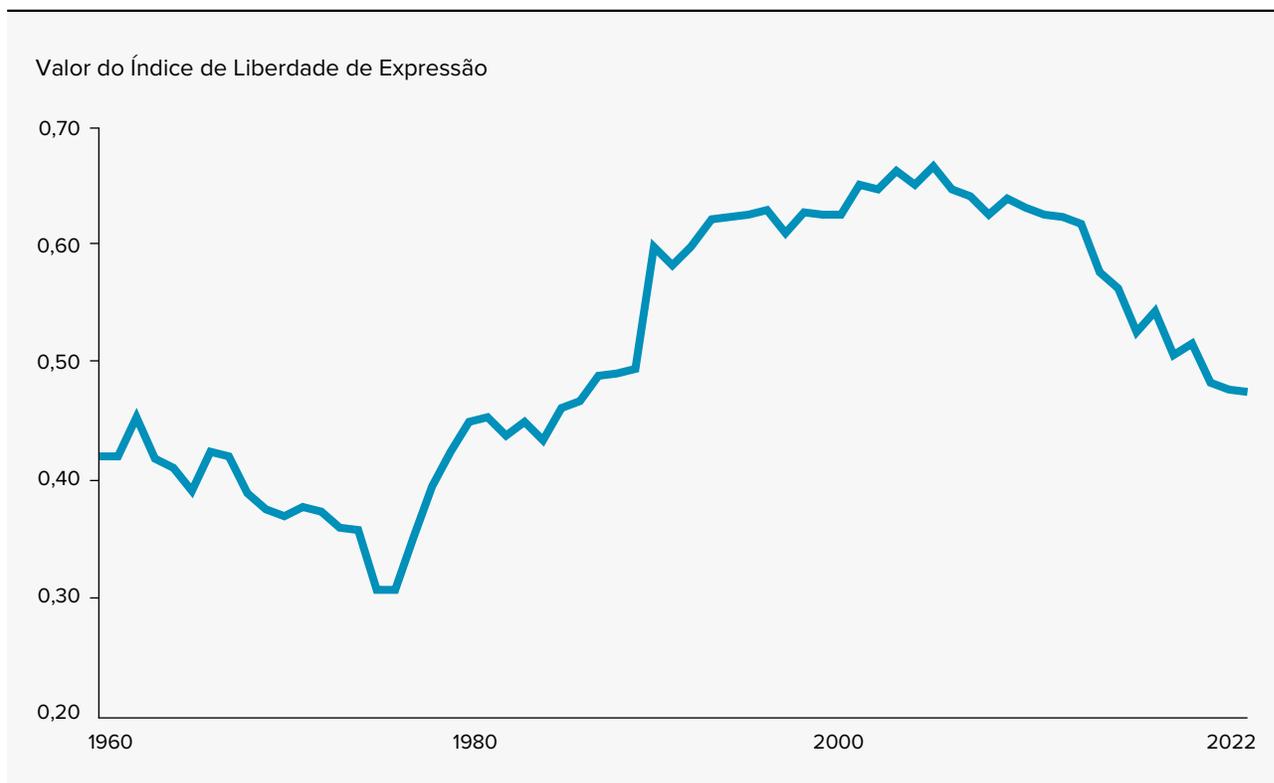
Além disso, nos últimos 20 anos assistiu-se a uma deterioração da liberdade de expressão (figura 1.13). A opressão contra jornalistas, escritores, ativistas e artistas está documentada em todas as regiões do mundo e tem vindo a aumentar. Cerca de 85 por cento da população mundial sofreu uma diminuição da liberdade de imprensa no seu país entre 2016 e 2020.¹²⁰ A falta de meios de comunicação independentes está a amplificar os preconceitos e as divisões, privando os debates públicos de opiniões imparciais num contexto de polarização acrescida.

Além disso, o bem-estar mental das pessoas tem vindo a agravar-se. Nos últimos 10 anos, o número de pessoas que manifestam stress, tristeza, ansiedade, raiva ou preocupação tem vindo a aumentar, atingindo os níveis mais elevados desde o início dos inquéritos Gallup.¹²¹ Paradoxalmente, esta situação coincide com uma época de elevado bem-estar material, de progressos tecnológicos sem precedentes e de um desenvolvimento humano mais elevado do que nunca.

Os impactos adversos foram mais graves para comunidades específicas. Por exemplo, as comunidades indígenas enfrentam uma confluência de mudanças devido a uma interdependência mal gerida. Os povos indígenas têm sido, durante séculos, vítimas de inúmeras situações de expropriação de terras e perda de recursos naturais para desenvolvimentos de várias indústrias e de infraestruturas, como minas e barragens.¹²² Por exemplo, prevê-se que 90 por cento das línguas faladas no mundo, a grande maioria das quais faladas por povos indígenas, deixarão de existir dentro de cem anos.¹²³

Pensemos nas pessoas que vivem em ilhas e que enfrentam a ameaça existencial da subida do nível do mar.¹²⁴ Saber que num futuro provável o seu modo de vida e a sua terra deixarão de existir cria um sentimento de impotência. No Kiribati e em Tuvalu, onde o continente pode ficar submerso dentro de 50 a 100 anos, há oportunidades de mudança para países vizinhos, mas muitos ilhéus consideram a deslocalização como o último recurso.¹²⁵ Os líderes argumentam que a deslocalização de pessoas é contraproducente – desafia o objetivo de reconhecer o que está a acontecer ao mundo. Os idosos não querem mudar-se devido à sua ligação à sua terra natal e às suas tradições. Um conjunto de trabalhos está a documentar a eco-ansiedade – uma sensação generalizada de que as fundações ecológicas da existência estão em vias de colapsar.¹²⁶ Esta nova vertente de trabalho aborda temas que não

Figura 1.13 Liberdade de expressão: em regressão nos últimos anos



Nota: os dados são médias globais ponderadas em função da população.

Fonte: cálculos do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano com base em dados do projeto Varieties of Democracy e da base de dados dos Indicadores de Desenvolvimento Mundial do Banco Mundial.

são normalmente tratados pela literatura sobre catástrofes.¹²⁷ O estudo mergulha na compreensão dos sentimentos generalizados sobre as alterações climáticas em abstrato (a ideia de que a humanidade está condenada)¹²⁸ e apresenta a perda ambiental como o desaparecimento de paisagens e da biodiversidade. Estes sentimentos estão relacionados com ameaças existenciais, perda de identidade, de modos de vida e de locais, bem como com a previsão e percepção de futuras catástrofes. Criam um sentimento avassalador de responsabilidade para lidar com algo tão grande que cria uma sensação de paralisia – uma perda de agência. Os jovens de todo o mundo manifestam angústia pela incapacidade de reagir aos acontecimentos à sua volta ou de contribuir para a mudança, naquilo que consideram ser uma inação coletiva. Isto faz com que sintam dificuldades em encontrarem sentido noutras atividades da vida, como investir nos estudos ou ter um filho.¹²⁹

Este sentimento de perda de agência face às alterações climáticas está a ser estudado por sociólogos interessados em compreender se a crise e as incertezas acrescidas podem ser uma oportunidade de mudança e transformação.¹³⁰ Esta é uma manifestação da

falta de agência que impede o avanço da ação coletiva (capítulo 5).

A incerteza, as estruturas institucionais e os incentivos desajustados prejudicam a agência. Uma maior percepção da insegurança humana está associada a uma menor capacidade de agência.¹³¹ A agência condicionada reflete-se no fosso crescente entre as recomendações baseadas na ciência para garantir um bem-estar sustentável para todos e as ações concretas no terreno. “A agência condicionada perpetua a insustentabilidade, reduz a riqueza de valores e aspirações e cria uma contradição ilusória entre desenvolvimento e sustentabilidade.”¹³² Estas circunstâncias diminuem ainda mais o papel das pessoas como agentes, tornando a ação coletiva ainda mais difícil.

Apesar dos desafios, alguns sociólogos defendem que a agência pode moldar ativamente os sistemas terrestres¹³³ e que a agência pode ser o motor de uma mudança social de grande amplitude.¹³⁴ Consideremos o estudo da conceptualização de novas formas de governação transnacional do clima que está lentamente a ganhar forma.¹³⁵ Este trabalho tenta compreender como ativar a agência além das fronteiras nacionais, a fim de realizar objetivos de interesse público à escala planetária.¹³⁶

A forma como gerimos a interdependência é uma opção. A interdependência multiplica os benefícios do conhecimento comum e da cooperação, tal como se reflete nos avanços da medicina, na adaptação às alterações climáticas, na redução da pobreza, nas transições energéticas, entre outros. Tal como analisado nos capítulos 3 e 4, a erradicação da varíola, o Protocolo de Montreal, as intervenções contra a SIDA¹³⁷ e respostas fiscais durante a pandemia de

Covid-19¹³⁸ são exemplos de realizações importantes contra o que, de outro modo, teria sido um declínio ainda mais acentuado do desenvolvimento humano. O resto da parte I do relatório analisa a forma como a interdependência está a ser remodelada (capítulo 2) e que instrumentos poderiam ser utilizados para gerir melhor a interdependência (capítulo 3). A Parte II analisa como reimaginar a cooperação para promover o desenvolvimento humano.

CAPÍTULO

2

A interdependência global persiste, mas está a ser remodelada

A interdependência global persiste, mas está a ser remodelada

As pessoas continuam a viver em sociedades globalmente interdependentes. Apesar de um abrandamento da globalização económica, a interdependência – em vez de se desgastar – está a ser reconfigurada por fatores que se manterão no futuro.

As perigosas mudanças planetárias do Antropoceno – pandemias, alterações climáticas, perda de biodiversidade – extravasam as fronteiras, ao mesmo tempo que os avanços nas tecnologias digitais alteram as estruturas económicas e impulsionam fluxos de informação transfronteiriços cada vez maiores.

No futuro, à medida que as sociedades se interligam cada vez mais – e de múltiplas formas – a ação coletiva para enfrentar os desafios comuns que se colocam a nível mundial será imperativa no sentido de salvaguardar a segurança humana e promover o desenvolvimento humano.

Vivemos num mundo hiperligado. As perturbações nas cadeias de abastecimento e a inflação que se seguiram à pandemia de Covid-19 puseram em evidência a interdependência económica mundial e as vulnerabilidades que lhe estão associadas.¹ As preocupações com a distribuição desigual dos benefícios da interdependência entre países e no interior de cada país – e com os riscos decorrentes de fluxos financeiros e comerciais transfronteiriços pouco regulamentados – não são novas.² O abrandamento do comércio internacional seguiu-se à concretização de vários desses riscos durante a crise financeira mundial de 2007-2008,³ e após a pandemia de Covid-19 – levando alguns a proclamar o fim da globalização.⁴ Agravado pelo ressurgimento de conflitos, pelo aumento das tensões geopolíticas e pelos impasses em algumas instituições multilaterais,⁵ os laços que nos unem parecem estar sob tensão e até em retrocesso.

No entanto, este capítulo argumenta que a interdependência, em vez de se desgastar, está a ser reconfigurada e, em alguns aspetos, está a aprofundar-se – em parte devido a fatores que persistirão no futuro. É possível identificar três argumentos principais.

Em primeiro lugar, além dos laços económicos, os fluxos transfronteiriços de pessoas, informações e ideias entre países permanecem elevados⁶ e tornam a interdependência uma característica determinante dos nossos tempos.⁷ A interdependência pode criar oportunidades económicas bem como de outra natureza, e ajudar a atenuar os impactos dos choques locais e regionais.⁸ Contudo, implica, também, a possibilidade de surgirem novas vulnerabilidades e de que os choques possam propagar-se a nível mundial.⁹ As vulnerabilidades e a propagação de choques não são uma característica inevitável da interdependência; refletem antes abordagens excessivamente não regulamentadas da globalização. Estas abordagens conduziram, por exemplo, à concentração da produção de algumas mercadorias e bens em algumas regiões ou num pequeno número de produtores, aumentando os riscos de perturbações globais quando um desses tem problemas de produção ou distribuição.¹⁰ Também resultaram numa distribuição desigual dos custos e benefícios da globalização nos países,¹¹ comprometendo as oportunidades económicas para muitos e fomentando perceções de insegurança que podem contribuir para a polarização política e o apoio a posições políticas caracterizadas como populistas¹² – refletindo potencialmente uma globalização do descontentamento.¹³

Em segundo lugar, a dimensão e rapidez das ligações globais estão a remodelar profundamente a interdependência. Os seres humanos tornaram-se os motores das mudanças planetárias à escala geológica, dando início a uma nova época geológica proposta – o Antropoceno, a era dos seres humanos. Com essa era surge um conjunto de desafios a nível planetário sem precedentes, a que acresce uma globalização moldada por opções políticas.

Os impactos transfronteiriços de eventos como os incêndios florestais, os surtos de doenças zoonóticas e as condições meteorológicas extremas são, pelo menos em parte, o resultado de alterações a nível planetário impulsionadas pela produção e pelo consumo humanos. Essas alterações não podem, no entanto, ser geridas diretamente através da limitação dos fluxos de bens, dos financiamentos e das pessoas nas fronteiras. Ao mesmo tempo, os avanços nas tecnologias digitais e os esforços concertados para descarbonizar as economias estão a mudar as estruturas económicas e as oportunidades de desenvolvimento. Os serviços e as plataformas digitais encolhem o mundo, permitindo a colaboração em tempo real e a comunicação global quase instantânea. Embora o comércio mundial de mercadorias possa ter estabilizado num patamar e as cadeias globais de valor estejam a ser reconfiguradas, os fluxos de informação transfronteiriços continuam a aumentar, atingindo todos os anos novos máximos históricos.¹⁴

“As vulnerabilidades e a propagação de choques não são uma característica inevitável da interdependência; refletem antes abordagens excessivamente não regulamentadas da globalização

Em terceiro lugar, a globalização do descontentamento aponta para pontos cegos na gestão da interdependência global. Prosseguir uma globalização não regulamentada ou refugiar-se no protecionismo não são as únicas opções disponíveis – e nenhuma delas é suscetível de gerir os desafios globais comuns do Antropoceno. Todos partilhamos este planeta.¹⁵ Mesmo que a imposição de barreiras comerciais ou a criação de entraves cada vez maiores à migração internacional reduzam certos tipos de interdependências entre os países, os desafios a nível planetário, como as alterações climáticas, não param nas fronteiras nacionais. O mesmo se pode dizer em relação aos benefícios da atenuação das alterações climáticas ou da preparação para pandemias. E, à medida que avançamos para o Antropoceno, os nossos futuros estão inexoravelmente interligados. Evitar uma má gestão da interdependência e os custos de desenvolvimento humano decorrentes dessa má gestão é importante (capítulo 1), mas também o é aproveitar a interdependência de forma a promover o desenvolvimento humano.

A persistência de laços globais: um mundo hiperligado com múltiplas interdependências globais

Um número crescente de pessoas vive em comunidades que fazem parte de sociedades globalmente interdependentes,¹⁶ sendo que as suas vidas estão intimamente entrelaçadas com culturas, economias e ecossistemas de todo o mundo. O processo de

globalização – marcado pela intensificação dos fluxos transfronteiriços de informação, pessoas, financiamentos, bens e serviços – tem raízes profundas e uma longa história de fatores tecnológicos e políticos.¹⁷

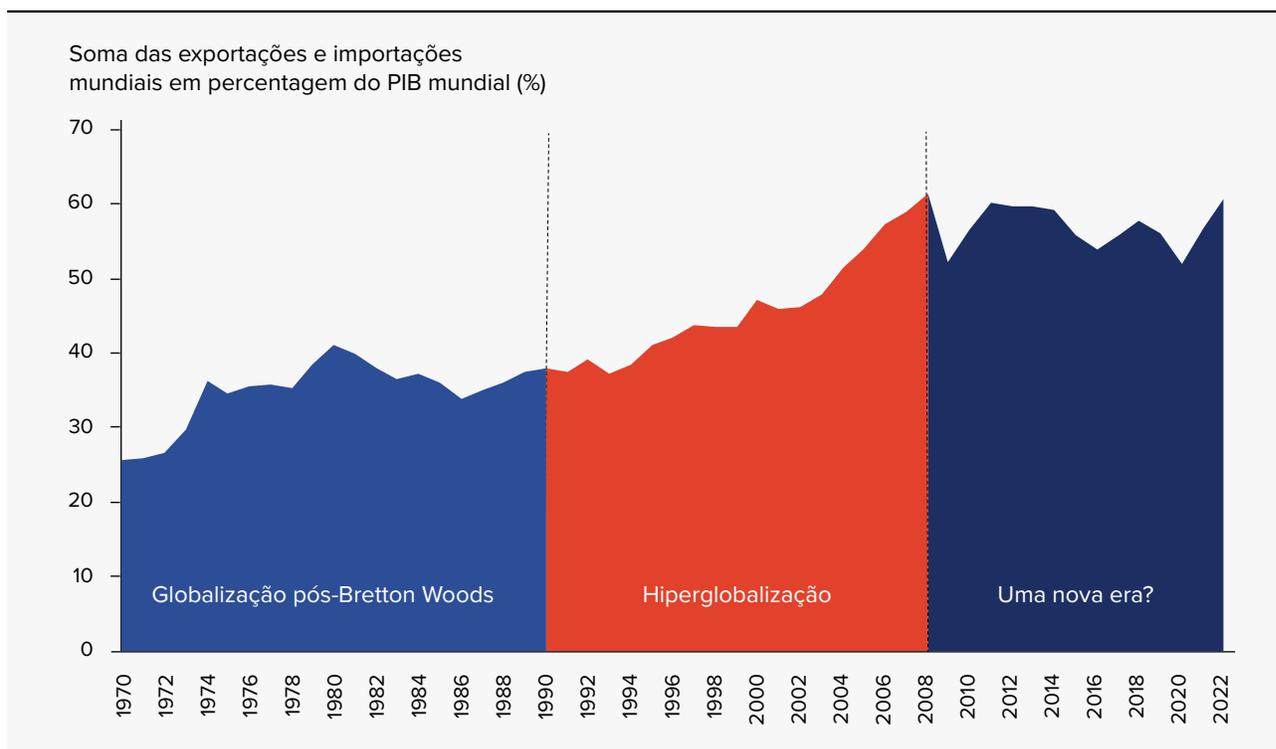
Os avanços tecnológicos reduziram os custos dos transportes e das comunicações de muitos fluxos transfronteiriços,¹⁸ enquanto escolhas políticas deliberadas conduziram a um aprofundamento da interdependência entre sociedades e economias. A liberalização financeira e comercial, fundamental para impulsionar a globalização económica desde a década de 1970, acelerou a integração económica global ao ponto de ser caracterizada como hiperglobalização.¹⁹ A maioria dos países integrou-se nas cadeias de valor globais e abriu os seus mercados ao comércio externo e aos fluxos financeiros, cedendo algum controlo sobre estes fluxos em troca da promessa de crescimento económico e de redução da pobreza.²⁰ Este período trouxe aumentos maciços no nível de vida de um grande número de pessoas,²¹ mas os ganhos decorrentes do comércio e da integração económica não foram distribuídos uniformemente. Também provocou um aumento da desigualdade dentro de cada país em muitos países de rendimento alto,²² muitas vezes manifestada na emergência ou no aumento de grandes desigualdades subnacionais,²³ com declínios nas oportunidades de emprego concentradas em algumas áreas e setores económicos.²⁴ Para alguns países de baixo e médio

rendimento, a hiperglobalização caracterizou-se, por vezes, por termos de troca desiguais e pela implementação de políticas que podem ter inibido o crescimento da produtividade e o progresso do desenvolvimento.²⁵

Nos últimos doze anos, no contexto de preocupações crescentes com perturbações nas cadeias de abastecimento e o ressurgimento de conflitos violentos, a ênfase colocada na eficiência, verificada no prelúdio da hiperglobalização, está a ser reequilibrada com preocupações de estabilidade e resiliência. Esse reequilíbrio ocorreu, em parte, através da imposição de barreiras comerciais nas fronteiras nacionais. Por exemplo, as restrições ao comércio aumentaram de menos de 500 por ano em 2010 para quase 3.000 em 2022.²⁶ Os esforços empreendidos para a produção reshore (transferência de operações de volta para o país de origem da empresa), nearshore (transferência de atividades comerciais para países geograficamente próximos do país de origem da empresa) e friendshore (transferência de atividades para países amigos)²⁷ também sugerem um recuo parcial em relação à hiperglobalização.²⁸

Apesar do ritmo agora mais lento da integração económica global, ou mesmo da sua estagnação sob alguns aspetos, o mundo mantém-se hiperligado, com economias altamente interdependentes – em alguns casos, a níveis historicamente sem precedentes (figura 2.1).²⁹ O comércio internacional tem vindo a aumentar a longo prazo, apesar de perturbações

Figura 2.1. A hiperglobalização está a diminuir, mas a interdependência mantém-se a um nível elevado sem precedentes



Fonte: Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, com base em dados dos Indicadores de Desenvolvimento Mundial do Banco Mundial; recriado a partir de Aiyar e outros (2023).

substanciais a nível mundial.³⁰ A integração financeira é hoje quase quatro vezes superior à registada em meados da década de 1990.³¹ Nenhuma região do mundo pode reivindicar a autossuficiência: todas dependem em 25 por cento ou mais das importações de outras regiões de, pelo menos, um dos principais tipos de bens e serviços.³² As cadeias globais de valor são os pilares desta realidade, desde os alimentos aos medicamentos, e até mesmo os serviços digitais e o hardware em que funcionam.³³ Atualmente, os bens percorrem o dobro da distância que percorriam em 1965 e atravessam mais fronteiras até chegarem ao seu destino final.³⁴ Isto cria relações económicas globais intrincadas

com múltiplas interdependências na produção de bens e serviços (caixa 2.1).

Todos os dias, milhões de pessoas atravessam as fronteiras nacionais em deslocações temporárias ou permanentes entre países. Desde 1970, o número estimado de pessoas que vivem fora do país em que nasceram triplicou, passando de 84 milhões para quase 280 milhões, embora, em termos de percentagem da população mundial, o aumento tenha sido mais modesto (de 2,9 por cento em 1990 para 3,6 por cento em 2020).³⁵ A maior percentagem de migrantes internacionais vai para a Europa (30,9 por cento), seguida de perto pela Ásia (30,5 por cento).³⁶

Caixa 2.1 A viagem global de um smartphone: uma história de impactos económicos, sociais e ambientais transfronteiriços

Os smartphones tornaram-se rapidamente um elemento omnipresente da vida quotidiana de uma grande parte da população mundial. Desde o lançamento do iPhone e dos telemóveis Android em 2007, as vendas globais dispararam. Em 2022, havia 6,4 mil milhões de subscrições de redes móveis de smartphones em todo o mundo,¹ e previa-se a venda de 1,15 mil milhões de novos dispositivos em 2023² – um para cada sete pessoas no planeta. Os smartphones são mais do que simples dispositivos de ligação ao mundo digital. São produtos de um sistema global complexo e interligado que ultrapassa fronteiras e envolve múltiplos intervenientes e processos. A viagem de um smartphone desde a sua conceção até à sua utilização revela como os fluxos de materiais, informação, valor e resíduos em todo o mundo moldam as nossas vidas.

Antes de chegarem aos consumidores, os smartphones atravessam várias fronteiras, por vezes a mesma fronteira mais do que uma vez. Os componentes dos smartphones, incluindo os chips de memória, os processadores, as baterias e os módulos das câmaras, são produzidos por empresas especializadas em locais como a China, o Japão e a República da Coreia.³ Cada componente requer fatores de produção de outras economias ao longo da cadeia global de valor. Por exemplo, uma bateria necessita de cobalto, frequentemente extraído em países de baixo rendimento, onde a indústria mineira tem sido associada a graves violações dos direitos humanos, incluindo o trabalho infantil, e a uma grave degradação ambiental.⁴ O cobalto é exportado de países com minas para ser processado em países como a China, antes de ser enviado para países como o Japão ou a República da Coreia para ser combinado com outros materiais para criar células de bateria.⁵ As células de bateria podem depois ser enviadas de volta para a China ou para a Malásia, por exemplo, para serem montadas em conjuntos de baterias, juntamente com outros componentes, como as placas de circuitos.⁶

O valor acrescentado por estas atividades intermédias é baixo em relação ao preço de retalho final dos smartphones, deixando os países de baixo e médio rendimento com uma parte menor dos lucros de um dispositivo produzido a nível mundial. A maior parcela do lucro é arrecadada pelas empresas que concebem, comercializam e vendem os smartphones, estabelecidas sobretudo em países de rendimento alto.⁷ Estas empresas detêm também a maior parte dos direitos de propriedade intelectual e das patentes dos smartphones.⁸

Os smartphones transformaram a vida de milhares de milhões de pessoas em todo o mundo, permitindo-lhes comunicar além-fronteiras, obter informações quase instantaneamente, aceder a serviços financeiros e participar na economia digital. No entanto, ainda existem grandes desigualdades no acesso aos smartphones a nível mundial.⁹ Além disso, apesar dos seus muitos efeitos positivos, a utilização excessiva dos smartphones também tem sido associada a impactos negativos na saúde mental, especialmente entre os jovens.¹⁰

A viagem do smartphone não para quando chega aos consumidores. Os smartphones têm um tempo de vida curto, com a obsolescência incorporada e a forte comercialização de modelos mais recentes a acelerar a sua substituição. Os resíduos eletrónicos, incluindo os smartphones, estão a aumentar rapidamente. A nível mundial, cada pessoa produz cerca de 6 quilogramas de resíduos eletrónicos por ano. No entanto, os desníveis são acentuados: uma pessoa média em determinadas regiões de África produz menos de 2 quilogramas de resíduos eletrónicos por ano, enquanto uma pessoa média na Noruega produz 28,5 quilogramas.¹¹ Apenas cerca de 17 por cento dos resíduos eletrónicos são reciclados, apesar do potencial de recuperação e reutilização de minerais críticos.¹² Uma grande parte dos resíduos eletrónicos acaba em aterros em países de baixo e médio rendimento, libertando materiais tóxicos e criando riscos para a saúde.¹³

Notas

1. Statista 2023. 2. Kharpal 2023. 3. Gentile e outros 2021; Sturgeon e Kawakami 2010. 4. Amnistia Internacional 2023. 5. Carton, Mongardini e Li 2018; Gulley 2023; Richter 2023. 6. Farooqui 2023. 7. OMPI 2017. 8. Sturgeon e Kawakami 2010. 9. Rowntree 2019. 10. Abi-Jaoude, Naylor e Pignatiello 2020. 11. Parajuly e outros 2019. 12. Forti 2020. 13. Parajuly e outros 2019.

As pessoas circulam através das fronteiras por várias razões, incluindo a procura de trabalho, a progressão académica ou a procura de proteção humanitária. A mobilidade é uma característica fundamental do desenvolvimento humano, uma vez que permite às pessoas alargarem as suas escolhas, exercerem a sua agência e contribuírem para o seu bem-estar e o das suas famílias, bem como o das comunidades de acolhimento e de origem.³⁷ Considere-se a importância económica das remessas dos migrantes, que, para os países de baixo e médio rendimento, ultrapassaram há muito a ajuda pública ao desenvolvimento e, em 2022, atingiram os mesmos níveis que o investimento direto estrangeiro – mas são muito menos voláteis (figura 2.2). Para além dos laços económicos,³⁸ a migração internacional também cria laços sociais e culturais entre os países de acolhimento e de origem.³⁹

Embora as preocupações com as implicações económicas e sociais da migração internacional tenham aumentado em muitos países de rendimento alto, juntamente com as narrativas anti-imigração, um grande número de estudos mostra que a imigração internacional proporciona benefícios líquidos nas economias avançadas, especialmente quando existem políticas

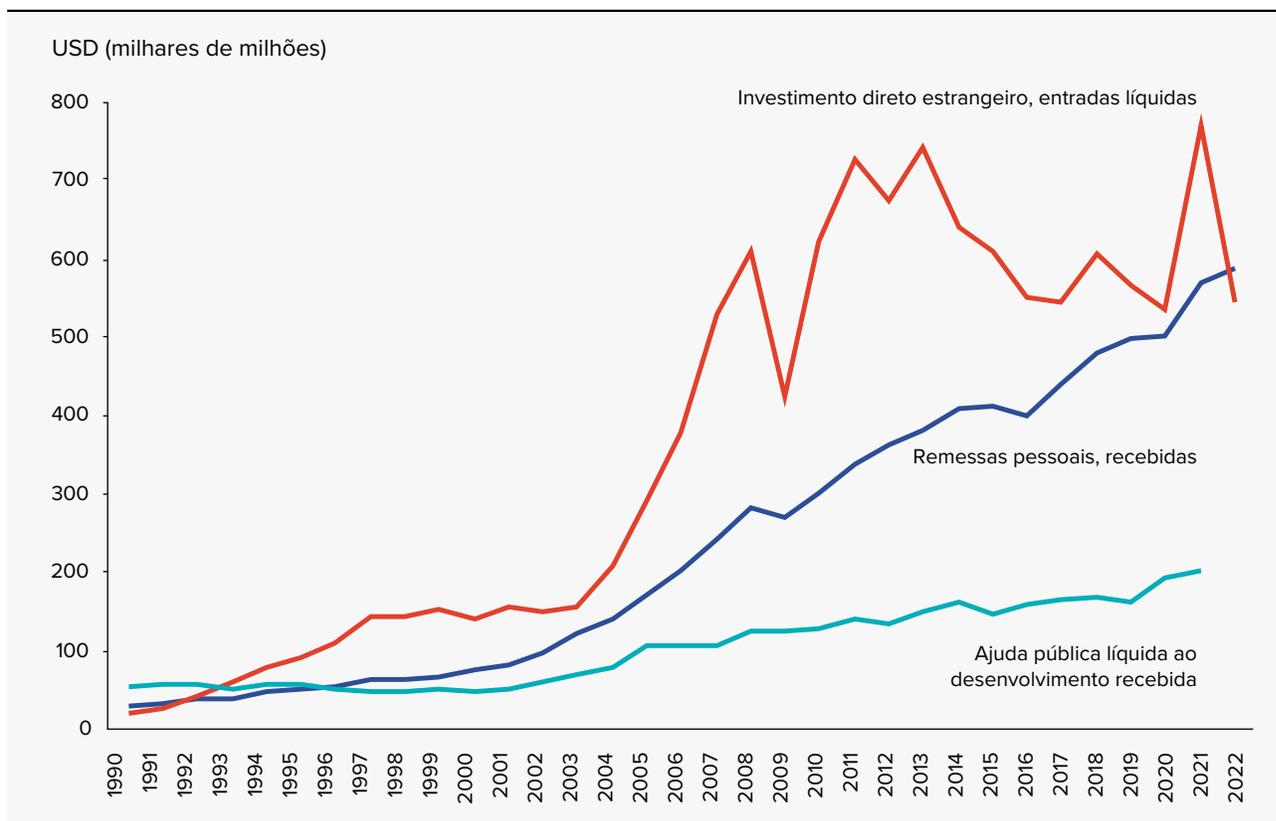
para ajudar os migrantes internacionais a estabelecerem-se no mercado de trabalho local.⁴⁰

Porventura o exemplo mais revelador das hiperligações (analisadas nas próximas secções) seja o rápido aumento da capacidade e adoção da tecnologia digital, que liga grandes distâncias geográficas – quase em tempo real. A capacidade global de largura de banda, que aumentou drasticamente desde 1990, permitiu um crescimento maciço dos fluxos transfronteiriços de informação⁴¹ e impulsionou o comércio internacional entre os países⁴² através de cadeias globais de valor.⁴³ Apesar das desigualdades regionalmente concentradas, a implantação da conectividade digital tem sido ampla: 95 por cento da população mundial tem atualmente acesso a uma rede de banda larga móvel e 5,4 mil milhões de pessoas eram utilizadores da Internet em 2023.⁴⁴

Novos riscos de concentração e deslocação económica

Num mundo hiperligado, no qual as interações estreitamente interligadas permitem fluxos transfronteiriços de informação, pessoas, financiamentos, bens

Figura 2.2 As remessas para os países com um nível baixo ou médio de rendimento estão a aproximar-se do nível de investimento direto estrangeiro



Fonte: Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, com base na base de dados dos Indicadores de Desenvolvimento Mundial do Banco Mundial, acessado em 10 de novembro de 2023. Recriado a partir da OIM (2022).

e serviços,⁴⁵ algumas políticas e opções nacionais podem ter repercussões que se propagam rapidamente a nível regional e mesmo mundial. As grandes economias de escala e de gama podem concentrar a produção num ou em alguns países, deixando outros países vulneráveis às decisões tomadas noutros lugares. A maior parte do comércio mundial ocorre no âmbito de blocos macrorregionais dominados pelas maiores economias.⁴⁶ Muitos países de baixo e médio rendimento, fortemente dependentes do comércio internacional, encontram-se na cauda do comércio mundial, com muito menos controlo sobre os fatores que influenciam os termos de troca.⁴⁷ É por esse motivo que as políticas internas das grandes economias podem afetar os países de baixo e médio rendimento. Por exemplo, a Reserva Federal dos EUA define a política monetária ao abrigo do seu mandato legal nos Estados Unidos, mas as suas decisões têm efeitos substanciais⁴⁸ nas economias de mercados emergentes.⁴⁹ Uma vez que a transmissão atravessa vários canais, as ramificações transfronteiriças podem ser difíceis de conter.⁵⁰

“A concentração do mercado pode ser um sinal de especialização e de economias de escala, que produzem ganhos de eficiência, mas também aumenta os riscos de que as perturbações e os choques, numa ou em algumas empresas, se propaguem através de cadeias globais de valor profundamente integradas em muitos setores e países

Em muitas cadeias globais de valor, o poder encontra-se frequentemente concentrado num pequeno número de empresas transnacionais cujas estratégias empresariais podem afetar diretamente várias economias.⁵¹ As empresas transnacionais podem impulsionar o investimento, a inovação e as oportunidades económicas,⁵² mas podem, igualmente, excluir as empresas nacionais, especialmente nos países de baixo e médio rendimento.⁵³ A concentração do mercado nas cadeias globais de valor permite a existência de margens de lucro e a procura de uma renda monopolista (rent seeking) por parte das empresas de maiores dimensões, o que tem sido associado ao declínio da parte do rendimento do trabalho a nível global⁵⁴ e ao aumento dos preços no consumidor.⁵⁵

A concentração do mercado é particularmente elevada nas cadeias globais de valor de bens que satisfazem algumas necessidades básicas, como os alimentos,⁵⁶ bem como no setor das tecnologias digitais. Atualmente, um punhado de empresas tecnológicas detém um poder de mercado significativo e as suas decisões influenciam a dinâmica social e política. Em 2021, a capitalização bolsista de cada uma das

três maiores empresas tecnológicas a nível mundial ultrapassou o PIB de mais de 90 por cento dos países – incluindo algumas das maiores economias do mundo.⁵⁷

A concentração pode ser um sinal de especialização e de economias de escala (bem como de externalidades de rede), que produzem ganhos de eficiência,⁵⁸ mas também aumentam os riscos de que as perturbações e os choques, numa ou em algumas empresas, se propaguem através de cadeias globais de valor profundamente integradas em muitos setores e países.⁵⁹ A especialização pode conduzir a mercados onde existem “demasiado poucos para falhar”⁶⁰ De acordo com dados recentes, quase 40 por cento do comércio mundial de bens está concentrado em três ou menos países – incluindo no caso de bens em que existem mais fornecedores.⁶¹ A concentração pode ser particularmente elevada em alguns produtos e materiais críticos necessários para as tecnologias digitais e a transição energética.⁶² As perturbações nas cadeias globais de valor tornaram-se mais comuns e mais sistémicas do que no passado,⁶³ impulsionadas em larga medida por uma combinação de choques climáticos e tensões geopolíticas que podem manter-se no futuro.⁶⁴

O outro lado da concentração é a deslocação económica associada a mudanças na produção que reduzem as oportunidades económicas em setores ou regiões anteriormente envolvidos na produção nacional que foi substituída por importações. Apesar dos avisos claros sobre esses riscos, a promessa implícita de que os ganhos agregados seriam distribuídos em termos que os “perdedores” da globalização seriam compensados não se concretizou muitas vezes.⁶⁵ Na verdade, os governos muitas vezes não quiseram ou não puderam compensar os efeitos colaterais negativos da integração económica global para alguns segmentos da sua população. Em parte porque a deslocação económica foi impulsionada não só pela integração económica, mas também por outros fatores, como a mudança tecnológica.⁶⁶

Independentemente do processo que conduziu à deslocação económica, as regiões ou grupos que se sentiram deixados para trás e que acreditaram ser esse o resultado da globalização tornaram-se frequentemente hostis à abertura comercial, contribuindo para o aumento do apoio a posições políticas que podem ser descritas como populistas (ver abaixo) e para a polarização política.⁶⁷ Em traços muito gerais, a interdependência que não é bem gerida não só prejudica o desenvolvimento humano (capítulo 1), como também tem implicações mais vastas que se traduzem num descontentamento com a globalização que, por seu turno, alimenta processos de polarização política.

A má gestão da interdependência alimenta a globalização do descontentamento

Nos últimos anos, os movimentos políticos que defendem o nacional em detrimento do internacional e questionam a necessidade da cooperação global ganharam força em muitos países.⁶⁸ Estes movimentos caracterizam-se por quadros narrativos que contrastam o que supostamente representa os interesses da população em geral com o que serve uma elite estabelecida, naquilo que tem sido descrito como uma teoria antielitista da sociedade.⁶⁹ Em vez de se basearem em ideologias, estes pontos de vista centram-se na superioridade “moral” do povo em relação a uma elite corrupta. Algumas variantes incluem visões organizadas com base na identidade, como os movimentos nativistas baseados na superioridade de uma raça ou etnia, ou movimentos que favorecem líderes fortes sem controles e equilíbrios.⁷⁰

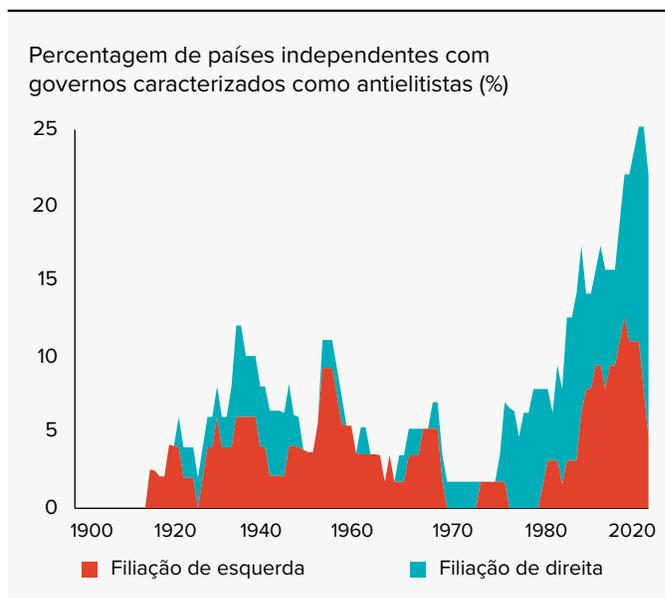
Atualmente, a percentagem de países com governos que se enquadram nesta definição mais ampla de movimentos antielitistas que questionam a necessidade da cooperação global (frequentemente designados como populistas) não tem precedentes. Além disso, verifica-se uma mudança na sua filiação ideológica. A filiação de esquerda foi outrora dominante (e continua a ter níveis elevados), mas a percentagem de filiação de direita aumentou drasticamente desde a década de 1990 (figura 2.3).

O que motiva o descontentamento?

Apesar do aumento do apoio a estes movimentos políticos, a animosidade em relação à globalização não aumentou necessariamente entre o público em geral.⁷¹ Uma forma de explicar este paradoxo é através de um quadro que explica as ligações entre a interdependência mal gerida e a ascensão de movimentos políticos que podem ser caracterizados como populistas do lado da procura (pessoas que apoiam partidos e líderes) e do lado da oferta (emergência desses líderes e partidos) da política.

Tanto os canais baseados no bem-estar como os baseados em crenças alimentam a hostilidade em relação à globalização para impulsionar o apoio aos movimentos populistas (figura 2.4). Dito de uma forma simples, o canal do bem-estar mostra como as deslocamentos económicos e as implicações para o desenvolvimento humano de uma interdependência mal gerida podem levar as pessoas a apoiarem líderes populistas, que podem usar o seu descontentamento e queixas sobre os efeitos distributivos (reais ou presumidos) em benefício próprio.⁷² O canal das crenças implica normas e identidades que podem ser percebidas como ameaçadas pela globalização,

Figura 2.3 O apoio à política antielitista está a aumentar



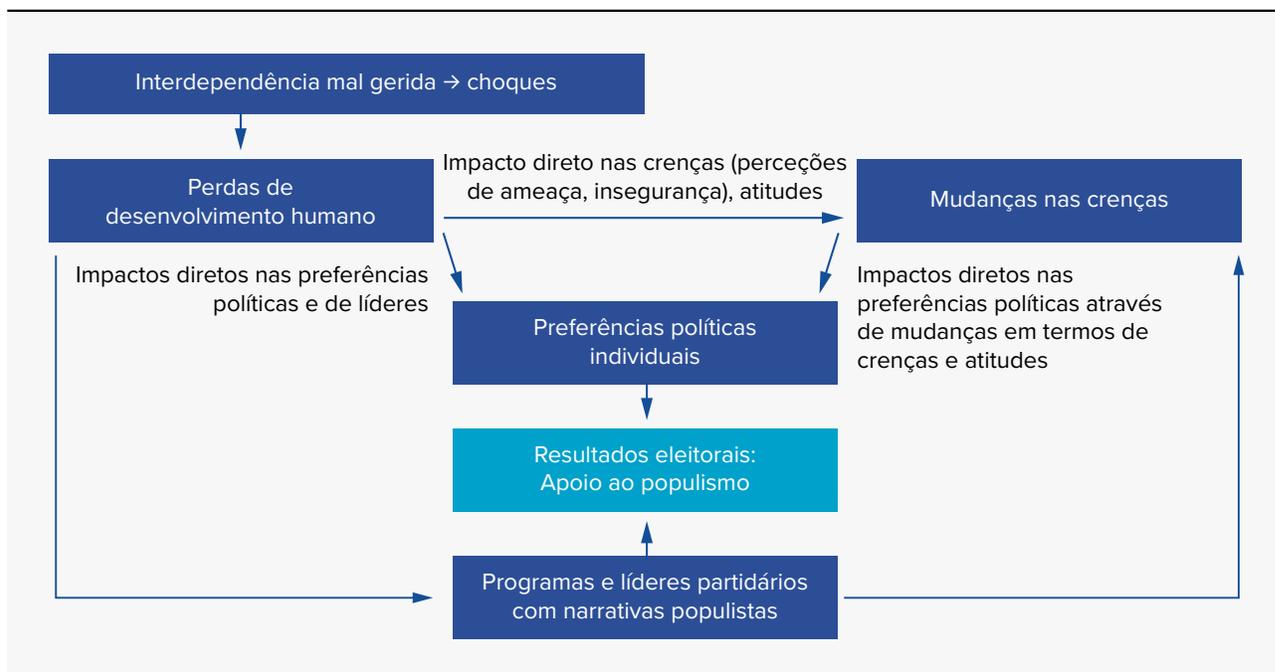
Fonte: Funke, Schularick e Trebesch 2023.

e estas percepções de ameaça contribuem para o apoio ao populismo.⁷³ E os dois canais podem reforçar-se mutuamente,⁷⁴ o que dificulta o desembaraçar das ligações.

Os canais de bem-estar e de crenças ligam a interdependência mal gerida e o descontentamento

Nos sistemas socioecológicos globalmente interdependentes, os choques e as perturbações têm efeitos múltiplos, por vezes imprevistos, a nível mundial. O desenvolvimento humano ressent-se quando a interdependência é mal gerida (capítulo 1). Do lado da procura, as perdas de desenvolvimento humano podem afetar diretamente as preferências políticas das pessoas, abrindo espaço para narrativas populistas e nativistas, se os mecanismos estabelecidos não forem capazes de gerir e atenuar os impactos dos choques globais. Por exemplo, os riscos naturais e as crises financeiras aumentam o apoio a lideranças autoritárias e a movimentos políticos extremistas, nomeadamente de extrema-direita. As crises de endividamento das famílias que se seguem frequentemente a uma crise financeira estão também associadas a um apoio crescente aos partidos populistas de extrema-direita.⁷⁵ Desde a crise financeira mundial de 2007-2008, o número de países que implementaram políticas de austeridade aumentou substancialmente,⁷⁶ delimitando potencialmente ainda mais as suas capacidades de proteção das pessoas contra as repercussões dos choques globais.⁷⁷

Figura 2.4 A interdependência mal gerida induz a procura de populismo através de crenças e de perdas de bem-estar



Fonte: Elaboração do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano com base em Rodrik (2021).

Ainda assim, o risco acrescido de perdas de bem-estar localizadas associadas à globalização (real ou presumido) não pode explicar por si só o apelo crescente dos movimentos populistas e nativistas. Uma análise recente de experiências por inquérito encontra pouco apoio para a hipótese de os interesses económicos próprios, por si só, impulsionarem o sentimento antiglobalização.⁷⁸ Em alguns casos, o apoio eleitoral a candidatos políticos que defendem medidas protecionistas chegou mesmo a aumentar, apesar de essas medidas terem efeitos negativos no emprego local.⁷⁹ As conclusões refletem os dados da opinião pública, bem como a investigação sobre os efeitos de riscos objetivos da globalização, como a deslocalização de postos de trabalho.⁸⁰

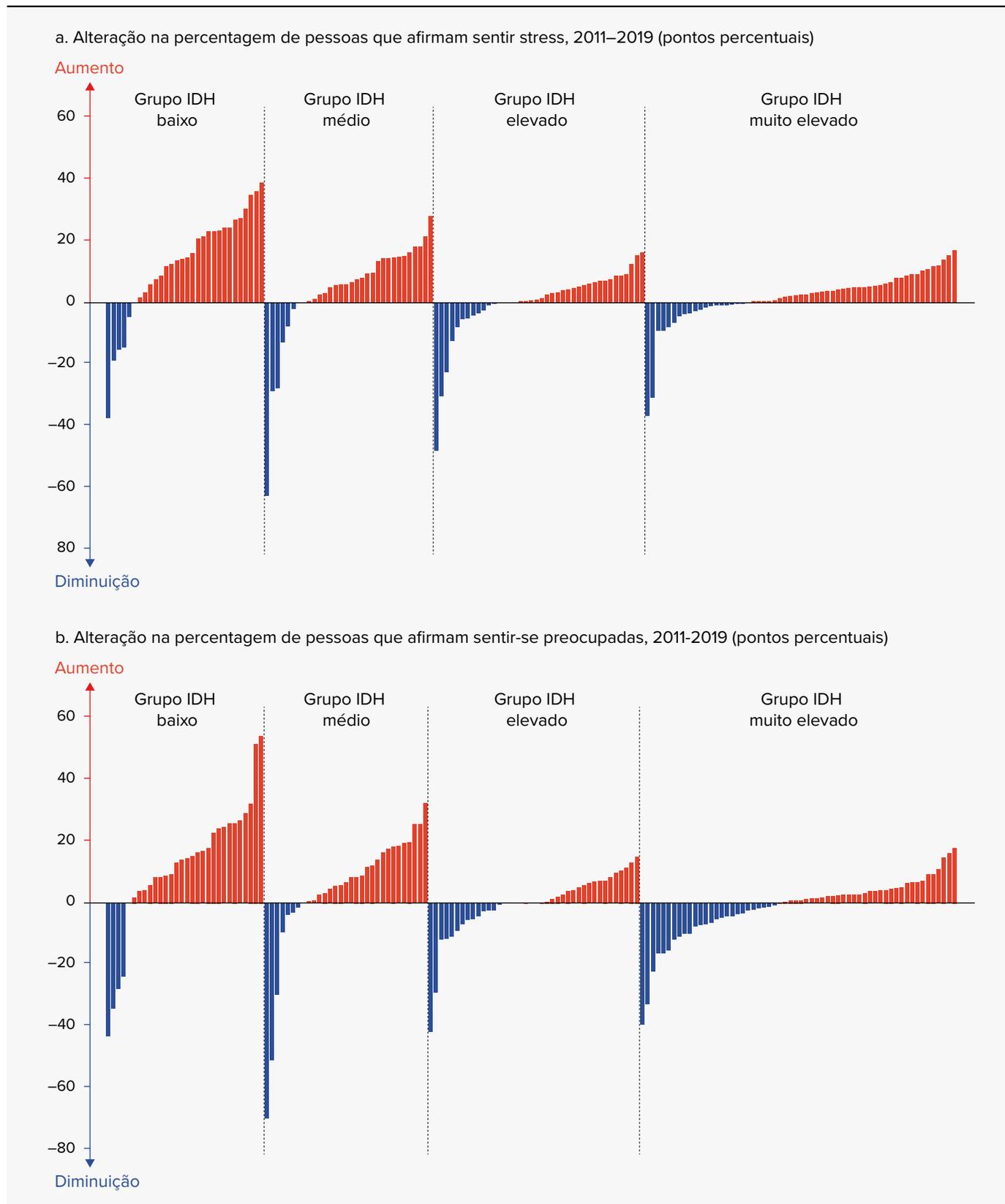
Assim, a ligação entre as perdas de desenvolvimento humano causadas por choques globais e o aumento do apoio ao populismo pode também funcionar através da mudança de percepções, crenças, identidades e atitudes em relação à globalização.⁸¹ O medo e os sentimentos de insegurança, sobretudo os relacionados com a perda de estatuto, podem alterar as preferências numa direção populista e nativista.⁸² Esta ligação baseada em crenças pode ser particularmente pertinente em contextos de deterioração das perspetivas económicas a longo prazo.⁸³ Por exemplo, as narrativas nacionalistas e anti-imigração são mais facilmente adotadas em locais que passam por mudanças económicas adversas (por exemplo, o aumento da taxa de desemprego é mais importante do que os níveis de desemprego em si).⁸⁴

Isto é importante num mundo globalmente interdependente que também está cada vez mais preocupado e angustiado.⁸⁵ Atualmente, os sentimentos de angústia e insegurança são generalizados e persistentes, penetrando mesmo nos países mais ricos. Em todo o mundo, quase 3 mil milhões de pessoas declaram sentir-se preocupadas, stressadas ou tristes.⁸⁶ Embora se tenha verificado que o bem-estar subjetivo é suscetível a choques externos,⁸⁷ a pandemia de Covid-19 parece ter apenas exacerbado uma tendência já existente: tanto a preocupação como o stress estavam a atingir níveis recorde mesmo antes da pandemia (figura 2.5). Apesar de o mundo ter registado progressos substanciais em termos de desenvolvimento - tendo essa tendência de progresso⁸⁸ sido interrompida em 2020 e 2021 (capítulo 1) - os sentimentos de angústia têm vindo a aumentar.

Os líderes e movimentos políticos podem explorar as ligações entre a interdependência mal gerida e o descontentamento

Do lado da oferta, os líderes e movimentos políticos podem reforçar as ligações entre a interdependência mal gerida e o apoio crescente ao populismo, mobilizando o descontentamento em seu benefício.⁸⁹ Embora estas táticas não sejam exclusivas dos movimentos populistas, uma narrativa comum a estes movimentos consiste em fazer com que as emoções coletivas negativas alimentem um desejo de vingança contra uma elite estabelecida,⁹⁰ retratando frequentemente os líderes como os defensores e

Figura 2.5 Já antes de 2020, as preocupações e o stress estavam a aumentar na maioria dos países



O IDH é o Índice de Desenvolvimento Humano.

Nota: Os valores referem-se a uma alteração a nível da percentagem de pessoas que declararam ter sentido stress ou preocupação “durante grande parte do dia de ontem.”

Fonte: Gabinete do Relatório sobre o Desenvolvimento Humano, com base em Gallup (2023).

protetores competentes das “pessoas comuns”⁹¹ em oposição a uma elite global. Como tal, podem ganhar força ao explorar as frustrações daqueles que se sentem deixados para trás pela globalização ou que encaram a globalização como uma ameaça às suas identidades.

Este sentimento antielitista e antiglobalização pode estar enraizado, em parte, na forma como as elites globais têm sido capazes de tirar partido dos benefícios da globalização para irem mais longe. Para lá das deslocções económicas, com o aumento da desigualdade dentro dos países e a perda generalizada de postos de trabalho em certos locais, a hiperglobalização permitiu a evasão e a fraude fiscais “offshore” por pessoas ricas e grandes empresas. As empresas multinacionais podem ter transferido até 1 bilião de dólares de lucros para paraísos fiscais em 2022,⁹² resultando em milhares de milhões de dólares de perda de receitas fiscais. As perdas globais de receitas provenientes dos impostos sobre as sociedades dispararam desde meados da década de 1990, em decorrência do desvio de lucros (figura 2.6). Estes padrões resultam claramente de assimetrias entre a forma como as elites e a população em geral beneficiam da hiperglobalização, alimentando o descontentamento que, por sua vez, alimenta as narrativas populistas.

Os líderes e movimentos populistas também podem atuar através do canal das crenças, utilizando um discurso e narrativas que fomentem a polarização e politizem questões como a cooperação internacional.⁹³ De facto,

Figura 2.6 As elites têm conseguido tirar partido da hiperglobalização, uma vez que a transferência de lucros para paraísos fiscais disparou

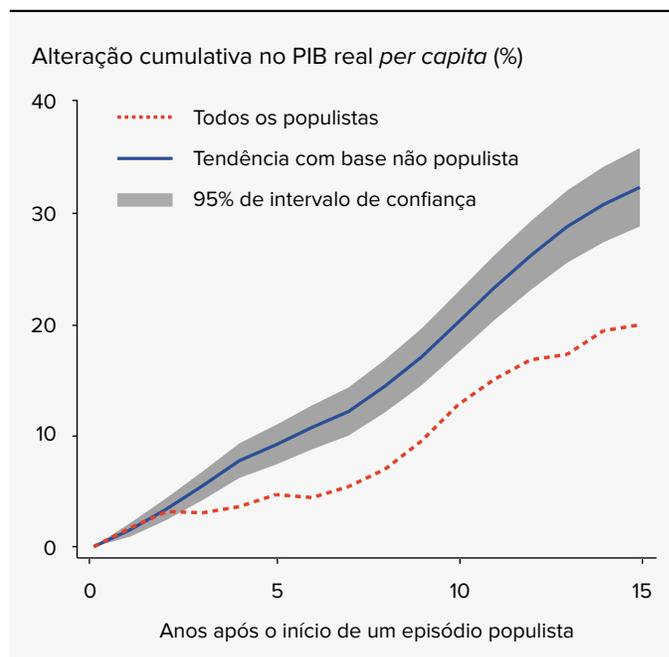


Fonte: Alstadsæter e outros 2023.

o sentimento antiglobalização tem ganhado cada vez mais força no discurso partidário.⁹⁴ À medida que estas questões se tornam mais visíveis através de campanhas e narrativas políticas, podem levar a mudanças nas crenças das pessoas e a uma classificação segundo linhas de identidade estreitas e não segundo grupos de rendimento – e, subsequentemente, a mudanças nas preferências políticas.⁹⁵ Estas mudanças podem gerar padrões de voto que, em alguns casos, podem ir contra interesses económicos próprios,⁹⁶ podendo mesmo influenciar comportamentos para além do voto.⁹⁷ Por exemplo, as campanhas populistas contra os pareceres científicos durante a pandemia de Covid-19 reduziram o cumprimento da regra do distanciamento social em locais onde os líderes populistas gozavam de grande apoio.⁹⁸

O populismo é politicamente disruptivo e economicamente muito dispendioso.⁹⁹ Em países com episódios de governos caracterizados como populistas, tanto de direita como de esquerda, o PIB *per capita* é 10 por cento mais baixo 15 anos após o início do episódio do que nos países onde tais episódios não tiveram lugar (figura 2.7). Os efeitos negativos na economia tendem a materializar-se apenas três a cinco anos após o início do episódio populista e continuam a agravar-se

Figura 2.7 O descontentamento é dispendioso: trajetórias do PIB inferiores em países com episódios populistas



Nota: Todas as regressões incluem efeitos fixos por país e cinco desfasamentos do crescimento real do PIB *per capita*, crescimento global, inflação, controlos da crise bancária e da dívida soberana e um índice de qualidade institucional/democrática dado pelo primeiro componente principal dos índices Varieties of Democracy sobre independência judicial, justiça eleitoral e liberdade dos meios de comunicação social (Coppedge e outros 2022), bem como a pontuação de democracia da Polity IV (Marshall e Gurr 2020). Os dados abrangem 60 países desde 1945 para a amostra principal de episódios populistas.
Fonte: Funke, Schularick e Trebesch 2023.

com o tempo¹⁰⁰ – representando uma potencial perda permanente.

O descontentamento polariza as sociedades, com consequências potencialmente perigosas

A retórica populista da retração e do nativismo polariza as sociedades, colocando os grupos uns contra os outros – nós, o povo, contra eles, a elite. A orientação nativista e introspectiva de muitos destes movimentos corrói a capacidade de gerir coletivamente a interdependência global remodelada e de abordar questões que transcendem as fronteiras. Historicamente, os regimes populistas e radicais que subiram ao poder a seguir às crises financeiras mundiais dos anos 20 e 30, num contexto de profunda polarização política, conduziram os países a uma guerra mundial, em vez de encontrarem soluções para os desafios coletivos que enfrentavam (destaque 2.1).

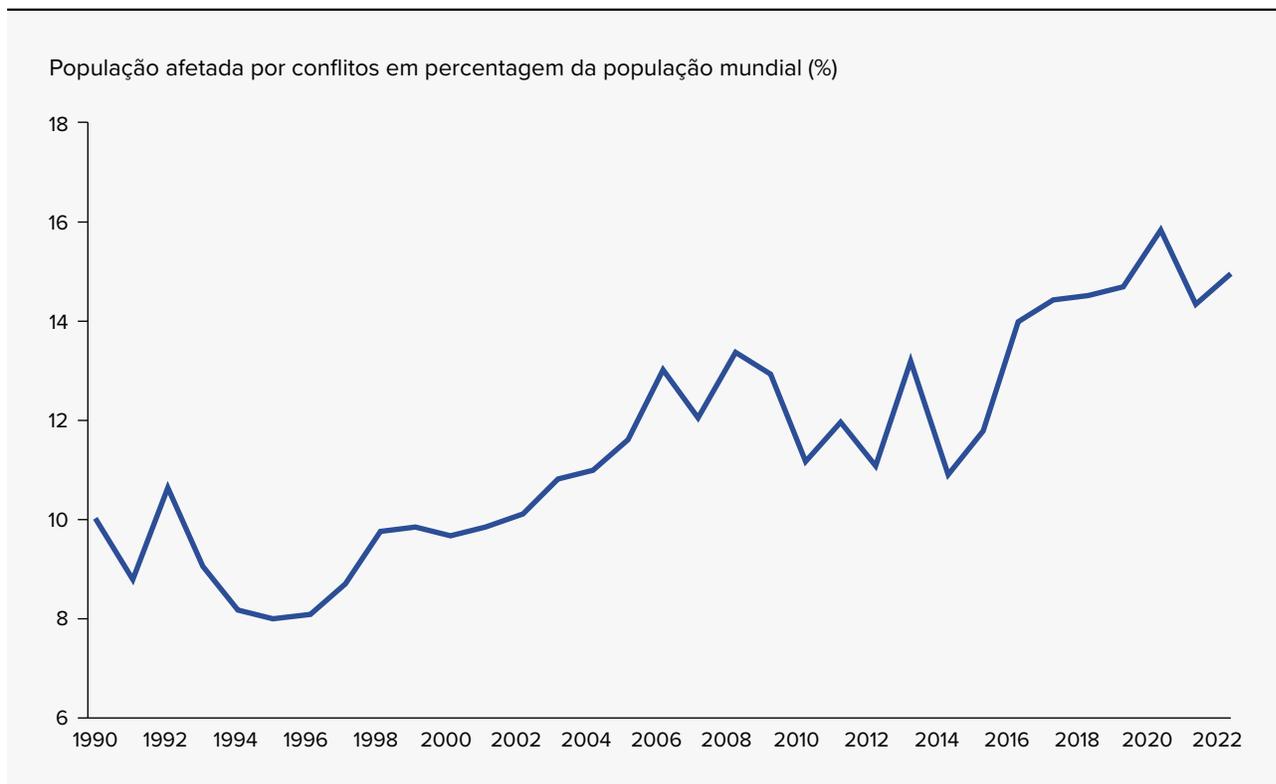
Atualmente, a comunidade internacional debate-se com um novo surto de conflitos violentos, com impactos devastadores no desenvolvimento humano e na segurança humana. Só em 2022, antes da escalada da violência e dos conflitos nas regiões de África e do Médio Oriente em 2023, quase 1,2 mil milhões de pessoas – 15 por cento da população mundial – viviam em

zonas afetadas por conflitos violentos (figura 2.8).¹⁰¹ Estes números impressionantes constituem uma tendência terrível de aumento dos conflitos violentos, que está a tornar-se cada vez mais internacionalizada e enraizada,¹⁰² que afetam mais pessoas e em mais lugares, incluindo nos países com um Índice de Desenvolvimento Humano muito elevado.¹⁰³ Para além dos impactos locais devastadores, os conflitos violentos têm frequentemente impactos que extravasam as fronteiras. Os múltiplos efeitos em cadeia vão desde a proliferação de armas¹⁰⁴ a deslocações transfronteiriças forçadas, à insegurança alimentar regional¹⁰⁵ e ao aumento da inflação.¹⁰⁶

A interdependência global está a ser remodelada e é muito provável que assim se mantenha no futuro

Mesmo colocando de lado as escolhas políticas que moldam a interdependência global – taxas de importação que desencorajam o comércio, restrições de vistos que abrandam a migração – a interdependência é uma característica inevitável da vida num planeta comum que está a sofrer mudanças perigosas, sem precedentes, na medida em que ocorrem a nível planetário e são o resultado de escolhas humanas. São também reforçadas pelo

Figura 2.8 Os conflitos violentos afetaram 15 por cento da população mundial em 2022



Fonte: Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, com base em Aas Rustad e Østby (2023) e Arasmith, Østby e Aas Rustad (2022).

facto de os seres humanos serem seres relacionais (destaque 2.2). No futuro, dois fatores – as perigosas alterações a nível planetário e as profundas transformações das economias, impulsionadas pelas tecnologias digitais – estão a remodelar profundamente os laços globais, exigindo mais – e não menos – gestão da interdependência, uma vez que as oportunidades de gerir esse tipo de interdependência através da tomada de decisões sobre restrições nas fronteiras são limitadas ou inexistentes.

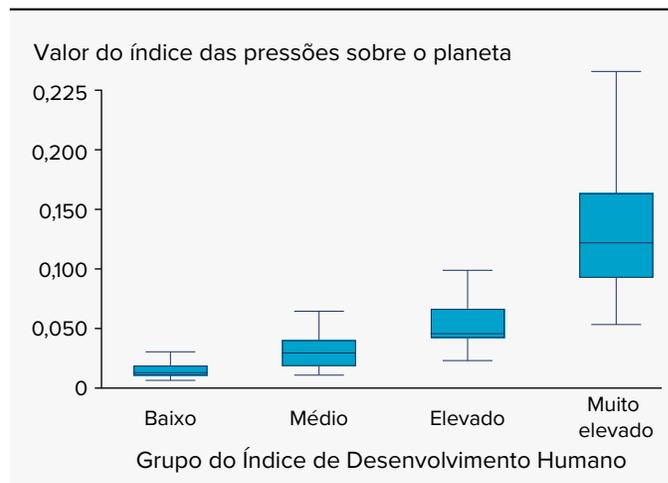
O Antropoceno acrescenta uma dimensão planetária à interdependência global

O Antropoceno é uma nova era proposta na escala de tempo geológico, caracterizada pelo impacto sem precedentes da atividade humana moderna nos sistemas terrestres (capítulo 3). Fornece um quadro útil para a compreensão da interdependência entre os seres humanos, as sociedades humanas e o nosso planeta comum. Ajuda a “estabelecer as ligações entre as nossas esferas económica, social e cultural e o próprio sistema terrestre”¹⁰⁷ e revela o enredamento de desigualdades globais, bem como a ameaça às funções críticas dos sistemas terrestres.

Os sistemas sociais e ecológicos estiveram sempre profundamente interligados, mas raramente à escala planetária.¹⁰⁸ Atualmente, os impactos humanos no planeta são tão acentuados que estão a alterar os processos planetários. Os seres humanos alteraram os ciclos naturais do carbono,¹⁰⁹ do nitrogénio,¹¹⁰ do fósforo,¹¹¹ da água¹¹² e de outros elementos, alterando a temperatura, a precipitação, o nível do mar e a composição atmosférica do planeta.¹¹³

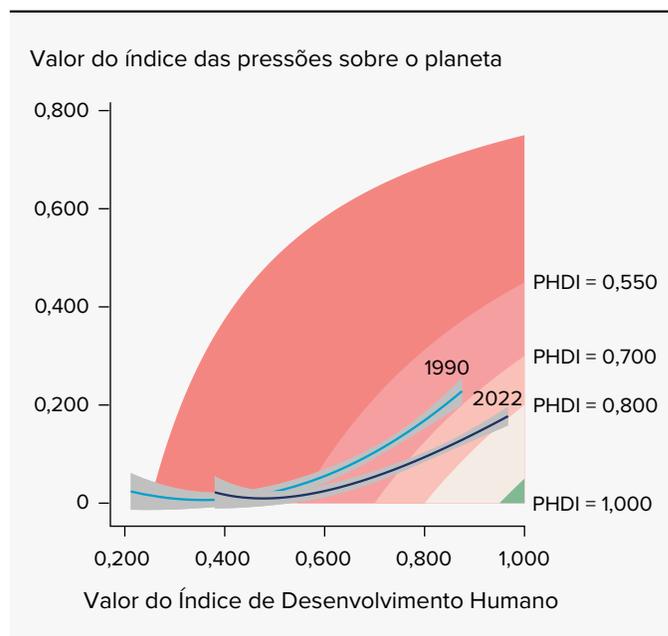
Os países com níveis mais elevados de desenvolvimento humano, medidos pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), exercem maiores pressões sobre o nosso planeta (figura 2.9). Os países que ocupam a base do espetro do IDH, que exercem menos pressões sobre o planeta, são suscetíveis de ser desproporcionadamente afetados pelos impactos das pressões sobre o planeta.¹¹⁴ Estas desigualdades criam dinâmicas desestabilizadoras que, juntamente com a intensificação da polarização, podem atrasar as ações destinadas a atenuar ou reduzir as pressões sobre o planeta. Ao longo do tempo, porém, o progresso do desenvolvimento humano está associado a pressões sobre o planeta mais baixas – em 2022, as pressões sobre o planeta médias necessárias para suportar qualquer nível de IDH eram mais baixas do que em 1990 (figura 2.10). De facto, nos últimos anos, tanto os países com um IDH muito elevado como os países com um IDH elevado continuaram a melhorar os seus valores de IDH sem aumentar as pressões sobre o planeta, apesar de o progresso do IDH nos países com um IDH elevado ter dado origem a um aumento acentuado das

Figura 2.9 As desigualdades e o Antropoceno: os países com um Índice de Desenvolvimento Humano mais elevado exercem mais pressões sobre o planeta



Nota: O Índice das Pressões sobre o Planeta é construído utilizando os níveis *per capita* das emissões de dióxido de carbono e a pegada material de cada país (é 1 diminuído do fator de correção relativo às pressões sobre o planeta apresentado na tabela 7 do *Anexo Estatístico*). Cada caixa mapeia os 50 percentis intermédios da distribuição; a linha central representa a mediana. No exterior de cada caixa, as linhas das extremidades representam o mínimo e o máximo aproximados da distribuição. Os valores aberrantes não são exibidos. **Fonte:** Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano. Ver fontes específicas na tabela 7 do *Anexo Estatístico*.

Figura 2.10 Expandir as fronteiras de possibilidades: valores mais elevados do Índice de Desenvolvimento Humano com menores pressões sobre o planeta



O IDH é o Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado às Pressões sobre o Planeta. **Nota:** O Índice das Pressões sobre o Planeta é construído utilizando os níveis *per capita* das emissões de dióxido de carbono e a pegada material de cada país (é 1 diminuído do fator de correção relativo às pressões sobre o planeta apresentado na tabela 7 do *Anexo Estatístico*). Os padrões transversais de pressão referentes a 1990 e 2022 foram calculados através de modelos de regressão polinomial. As áreas sombreadas representam os intervalos de confiança. **Fonte:** Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano. Ver fontes específicas na tabela 7 do *Anexo Estatístico*.

pressões sobre o planeta na primeira década do século XXI (figura 2.11). Ainda assim, todos os países, mas em especial aqueles com valores de IDH muito elevados e elevados, precisam de fazer muito mais, a uma escala maior e com maior rapidez, para aliviar as pressões sobre o planeta. De facto, a tendência futura tem de começar a ser descendente, de modo a que as melhorias nos valores do IDH ocorram juntamente com o declínio das pressões sobre o planeta.

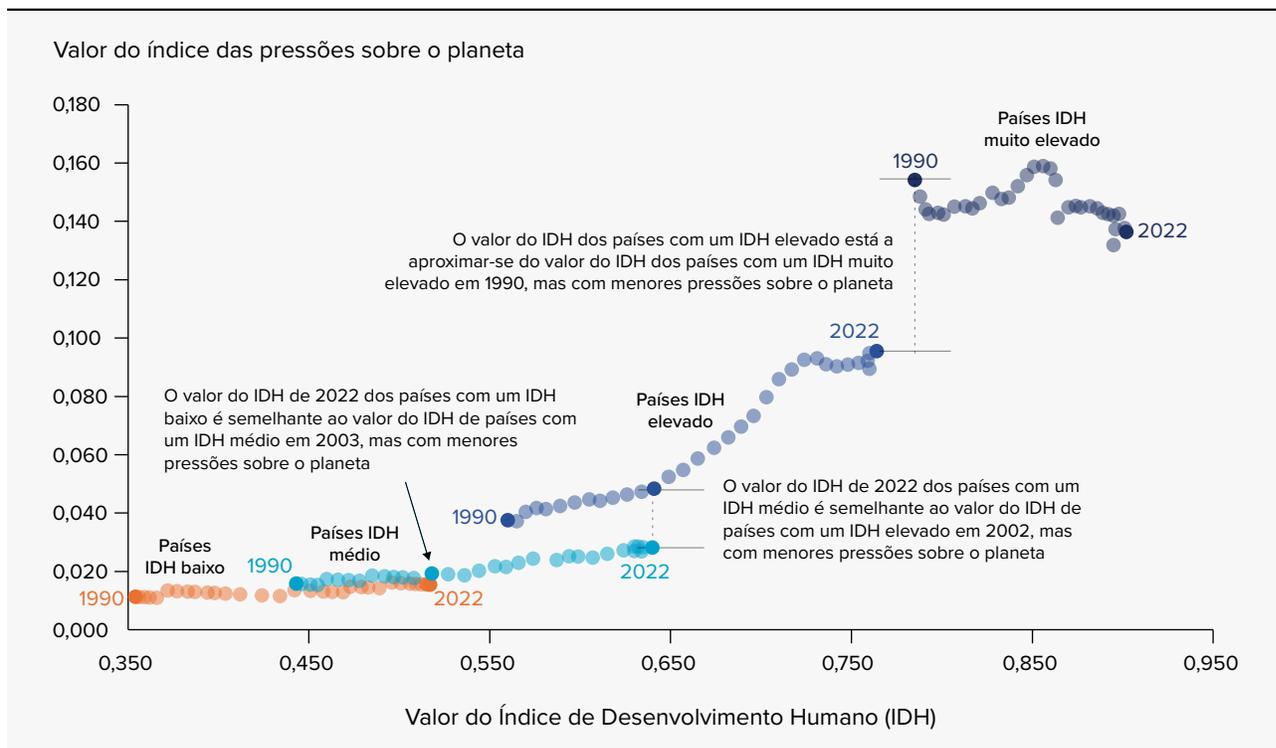
O desenvolvimento tecnológico, nomeadamente os sistemas energéticos renováveis e hipocarbónicos, alarga as fronteiras das possibilidades e pode permitir ganhos ao nível do IDH sem aumentar as pressões sobre o planeta. No entanto, os períodos de transição, em que coexistem combustíveis fósseis e sistemas hipocarbónicos, podem ser particularmente voláteis, com riscos transfronteiriços acrescidos.¹¹⁵ É muito provável que as transições para o abandono dos combustíveis fósseis alterem as vantagens comparativas dos países e possam conduzir a mudanças nos padrões comerciais e no poder económico com implicações geopolíticas.¹¹⁶ As alterações das políticas climáticas nacionais podem ter repercussões a nível internacional através de canais comerciais e financeiros,¹¹⁷ com efeitos especialmente acentuados nos países de baixo e médio rendimento – efeitos que podem ir além das flutuações da balança de

pagamentos e afetar a dinâmica da dívida a longo prazo.¹¹⁸ Por conseguinte, os tipos de políticas climáticas que os países adotarem não só afetarão as perspetivas de atenuação das alterações climáticas, como também terão implicações profundas nas ligações globais e nas perspetivas de desenvolvimento. Se a interdependência for aproveitada de uma forma positiva – começando por não a gerir mal – as perspetivas para as pessoas e para o planeta são mais positivas.¹¹⁹

As pressões sobre o planeta conduzem a repercussões planetárias

Quando as alterações sociais e ambientais interagem a uma escala global, as repercussões de um sistema socioecológico local podem tornar-se planetárias. Para compreendermos de que modo, tomemos como exemplo as teleconexões, que descrevem interações distantes e ciclos de retroação complexos entre sistemas humanos e ecológicos ao longo de grandes distâncias e tenta explicar as repercussões socioeconómicas e ambientais à escala, no espaço e no tempo.¹²⁰ Por exemplo, as decisões de utilização das terras tomadas por empresas e agricultores nas florestas tropicais afetam a degradação ambiental regional, a perda

Figura 2.11 Dissociação entre as pressões sobre o planeta e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)



Nota: O índice das pressões sobre o planeta é construído utilizando os níveis *per capita* das emissões de dióxido de carbono e a pegada material de cada país (1 deduzido o fator de correção relativo às pressões sobre o planeta apresentado na tabela 7 do Anexo Estatístico).
Fonte: Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano. Ver fontes específicas nas tabelas 2 e 7 do Anexo Estatístico.

de biodiversidade e as alterações climáticas globais, não só através do aumento das emissões de gases com efeito de estufa associadas à desflorestação, mas também através de alterações nos padrões de precipitação em regiões afastadas das florestas tropicais (capítulo 3). As mesmas decisões de utilização das terras são influenciadas pela dinâmica do mercado global, como as preferências dos consumidores e os termos de troca. Por exemplo, uma maior procura mundial de soja pode levar os agricultores locais a substituírem a criação de gado por esta cultura,¹²¹ reduzindo potencialmente tanto a desflorestação como as emissões de dióxido de carbono, em comparação com um cenário em que a criação de gado continua.¹²²

Outro exemplo é a pesca em torno dos recifes de coral, que pode reduzir a biomassa de espécies de peixes que prestam importantes serviços ao ecossistema¹²³— como os grandes peixes herbívoros que reduzem o crescimento das algas. Sem estas espécies, o crescimento das algas pode aumentar, branqueando os recifes.¹²⁴ A erosão dos recifes de coral reduz o ciclo global do carbono (contribuindo assim para as alterações climáticas). Prejudica também os meios de subsistência de muitas pessoas e a proteção natural das costas contra as tempestades.¹²⁵ Pelo contrário, práticas sustentáveis de pesca local podem melhorar a biomassa dos peixes herbívoros e beneficiar a cobertura de corais.¹²⁶

Sob o prisma do Antropoceno, a noção de interdependência global deve incluir uma compreensão do Sistema Terrestre como um todo. As sociedades altamente complexas e globalmente interligadas moldam, e são moldadas por, sistemas ecológicos altamente complexos e globalmente interligados. No entanto, “os pressupostos espaciais sobre o mundo estão frequentemente dissociados das discussões sobre a economia e, por sua vez, das questões em matéria de ambiente e da natureza”¹²⁷

Num mundo globalmente interdependente, mesmo os países menos expostos aos riscos associados às alterações climáticas podem ser afetados por efeitos de segunda e terceira ordem.¹²⁸ Por exemplo, se um risco natural perturbar as atividades económicas num país, pode haver repercussões nos principais parceiros comerciais desse país; se uma infraestrutura crítica for atingida num país, pode reconfigurar as cadeias de abastecimento e reduzir o PIB dos parceiros comerciais a jusante e a montante¹²⁹ e pode provocar uma volatilidade dos índices agregados do mercado bolsista entre os parceiros comerciais.¹³⁰

A produção e o consumo de alimentos constituem outro exemplo revelador. Estima-se que apenas 11 a 28 por cento da população mundial tem acesso a culturas alimentares essenciais num raio de 100 quilómetros das suas casas, deixando a grande maioria da população mundial altamente dependente das

importações de alimentos e das cadeias globais de valor alimentar.¹³¹ A produção de fatores de produção críticos e de produtos intermédios para a produção agrícola, tais como sementes e fertilizantes, está geograficamente concentrada e é controlada por um punhado de empresas.¹³² Por exemplo, quatro empresas controlam cerca de dois terços das vendas mundiais de produtos agroquímicos, incluindo pesticidas e fertilizantes sintéticos que permitem a agricultura à escala industrial. Três dessas mesmas empresas estão também entre as quatro empresas que controlam mais de metade das vendas comerciais de sementes a nível mundial.¹³³

Embora o comércio de alimentos tenha impulsionado o abastecimento alimentar a nível mundial e tenha sido uma estratégia de resiliência face aos choques climáticos locais,¹³⁴ o domínio das empresas multinacionais do setor alimentar nos sistemas alimentares está atualmente associado à redução da diversidade da produção alimentar local e à perda de tradições culturais alimentares locais,¹³⁵ bem como à procura de rendimentos por parte das empresas de maiores dimensões.¹³⁶ Os padrões de concentração na produção alimentar criaram vulnerabilidades nos sistemas alimentares globais, que são suscetíveis de aumentar ainda mais se a pressão humana sobre o planeta não for controlada. Por exemplo, a perda de biodiversidade e as alterações climáticas aumentam o risco de más colheitas simultâneas,¹³⁷ com consequências potencialmente globais para a segurança alimentar. Os números da fome a nível mundial já estão a aumentar: entre 691 e 783 milhões de pessoas passaram fome em 2022, uma situação exacerbada pela guerra na Ucrânia e pela inflação elevada.¹³⁸

“Os padrões de concentração na produção alimentar criaram vulnerabilidades nos sistemas alimentares globais, que são suscetíveis de aumentar ainda mais se a pressão humana sobre o planeta não for controlada.

Quando as terras aráveis se tornam escassas ou se degradam devido às alterações climáticas, os agricultores podem registar uma redução no rendimento das colheitas e uma diminuição da segurança dos meios de subsistência, o que pode conduzir a deslocamentos e migrações.¹³⁹ No entanto os caminhos e as trajetórias da mobilidade humana em resposta aos fatores de stress climático, alimentar e de subsistência são difíceis de prever, sobretudo porque a temperatura local, a precipitação e os fenómenos meteorológicos extremos se desviam cada vez mais dos padrões históricos. A migração está integrada em processos sociais, económicos, políticos, demográficos e ambientais que podem afetar tanto a capacidade de deslocação como o risco de imobilidade.¹⁴⁰

À medida que as alterações climáticas prosseguem e os seus impactos se intensificam, especialmente na ausência de reduções generalizadas das emissões de gases com efeito de estufa, a migração pode tornar-se uma das poucas estratégias viáveis de adaptação e resiliência disponíveis para as comunidades afetadas. Algumas projeções sugerem que, nas atuais trajetórias da política de emissões, um terço da população mundial poderá ficar fora do chamado nicho climático humano – ou seja, a gama de temperaturas mais propícia à vida humana. Se os países implementarem na íntegra todos os objetivos da política de atenuação das alterações climáticas, o aquecimento global pode ser limitado a cerca de 1,8°C – o que ainda deixaria quase 10 por cento da população mundial fora do chamado nicho climático humano – ou seja, a gama de temperaturas mais propícia à vida humana.¹⁴¹ Os impactos do calor extremo

na saúde, nos meios de subsistência e no mercado de trabalho são provavelmente substanciais, como mostra a plataforma Human Climate Horizons do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) (caixa 2.2).¹⁴² Alguns estudos preveem que, em meados do século, provavelmente mais de 200 milhões de pessoas migrem internamente (dentro do país) em virtude do stress climático.¹⁴³

As tecnologias digitais tornam a comunicação transfronteiriça quase instantânea e estão a mudar as estruturas económicas

A par dos desafios planetários do Antropoceno, as economias estão a passar por profundas mudanças, impulsionadas pela rápida inovação tecnológica,

Caixa 2.2 A mobilidade humana face às alterações climáticas: o caso do Vietname

Hannah Pool

A plataforma Human Climate Horizons do PNUD calcula e visualiza a forma como as alterações climáticas afetarão o bem-estar humano em diferentes cenários de emissões de gases com efeito de estufa. A plataforma estima os impactos previstos das alterações climáticas a um nível altamente granular, ilustrando a forma como estas poderão afetar locais e comunidades em mais de 200 países e territórios.

O Vietname, por exemplo, já está a debater-se com os efeitos das alterações climáticas, uma vez que as secas, as inundações e os tufões são um fenómeno cada vez mais frequente. Prevê-se que a temperatura média anual aumente de 25,9°C no período de 1986-2005 para 26,7°C no período de 2020-2039 e para 27,6°C em 2080. No cenário de emissões elevadas, poderá atingir 29,2°C. O aumento das temperaturas afetará particularmente o horário de trabalho das pessoas que exercem profissões de baixo e de alto risco. No cenário de emissões moderadas, o número de horas de trabalho anuais por trabalhador poderia ser reduzido em 2,3 horas em 2020-39 e em 10,5 horas em 2080-99, enquanto no cenário de emissões elevadas o número de horas de trabalho anuais por trabalhador em empregos de alto risco na agricultura e na construção poderia diminuir em 36,7 horas.

Com 3.000 quilómetros de costa, o Vietname é particularmente vulnerável à subida do nível do mar.¹ No cenário de emissões elevadas, a subida do nível do mar afetará mais 1,3 por cento da população entre 2020 e 2039 e 7,4 por cento até ao final do século, em comparação com um cenário sem alterações climáticas.²

As decisões de migração são complexas e multifacetadas, e as alterações climáticas e o ambiente podem ser fatores que contribuem para isso. Até 2050, 1,5 a 3,1 milhões de pessoas no Vietname poderão tornar-se migrantes climáticos.³ Na província de Thừa Thiên-Huế, no Vietname, as pessoas manifestaram a sua intenção de se deslocarem permanentemente devido ao risco acrescido de inundações causadas pela subida do nível do mar.⁴

Quando as pessoas são forçadas a deslocar-se devido às alterações climáticas, tendem a deslocar-se primeiro dentro das fronteiras nacionais, antes de se deslocarem para países vizinhos,⁵ e tendem a deslocar-se das zonas rurais para as cidades. No Vietname, esta situação exercerá uma pressão adicional sobre as infraestruturas urbanas.⁶ As pessoas poderão também deslocar-se para os países vizinhos, Camboja ou Tailândia, que, segundo o projeto de dados Human Climate Horizons, serão igualmente afetados pelas alterações climáticas.

Cenários como estes são importantes para avaliar a forma como as alterações climáticas afetarão a mobilidade humana e para sensibilizar as pessoas a fazer tudo o que for possível hoje para evitar o cenário de emissões elevadas. Mas a mobilidade humana não pode ser prevista de forma determinista, muito menos num futuro distante, uma vez que existe um continuum de agência humana a vários níveis, o que dá aos seres humanos a capacidade de “encontrar soluções criativas e localmente apropriadas” num mundo de diversos sistemas sociais, económicos, culturais e físicos de base local.⁷

Notas

1. PIAC 2022. 2. PNUD e Climate Impact Lab 2022. Dados da Human Climate Horizons, acedidos em 30 de novembro de 2023. 3. Clement e outros 2021. 4. Duijndam e outros 2023. 5. PIAC 2022. 6. Spilker e outros 2020. 7. Horton e outros 2021, p. 1279.

especialmente no domínio das tecnologias digitais. Estas mudanças já estão a alterar a natureza da interdependência global e, provavelmente, continuarão a fazê-lo no futuro.

As tecnologias digitais ligam lugares distantes quase instantaneamente, afetando o comércio internacional, os mercados de trabalho e a produção e consumo de informação. Em 2023, qualquer pessoa com um computador ou smartphone¹⁴⁴ poderia, em teoria, chegar a mais de metade da população mundial, prevenindo-se que o número de utilizadores da Internet continue a aumentar.¹⁴⁵ A disseminação digital de (des)informação pode acelerar a dinâmica de contágio e influenciar os comportamentos, com implicações transfronteiriças, por exemplo, em termos de instabilidade financeira¹⁴⁶ ou conflitos.¹⁴⁷

Embora os governos possam controlar a utilização da Internet, bloquear o acesso à informação em linha – ou mesmo apenas monitorizá-la – é extremamente difícil, uma vez que a tecnologia está em constante evolução e expansão.¹⁴⁸

Mesmo durante os períodos de confinamento físico e de encerramento de fronteiras da pandemia de Covid-19, quando os fluxos de bens e pessoas através das fronteiras caíram a pique, os fluxos de informação transfronteiriços dispararam.¹⁴⁹ As plataformas digitais e os fluxos globais de dados permitem maiores volumes de comércio entre os países,¹⁵⁰ bem como maiores oportunidades para as pequenas e médias empresas participarem nas cadeias globais de valor.¹⁵¹ A ascensão das tecnologias digitais na economia global faz parte de mudanças mais profundas na estrutura das economias, em que o valor do conhecimento e dos serviços aumenta em relação ao dos bens físicos,¹⁵² potenciado por sistemas energéticos cada vez mais

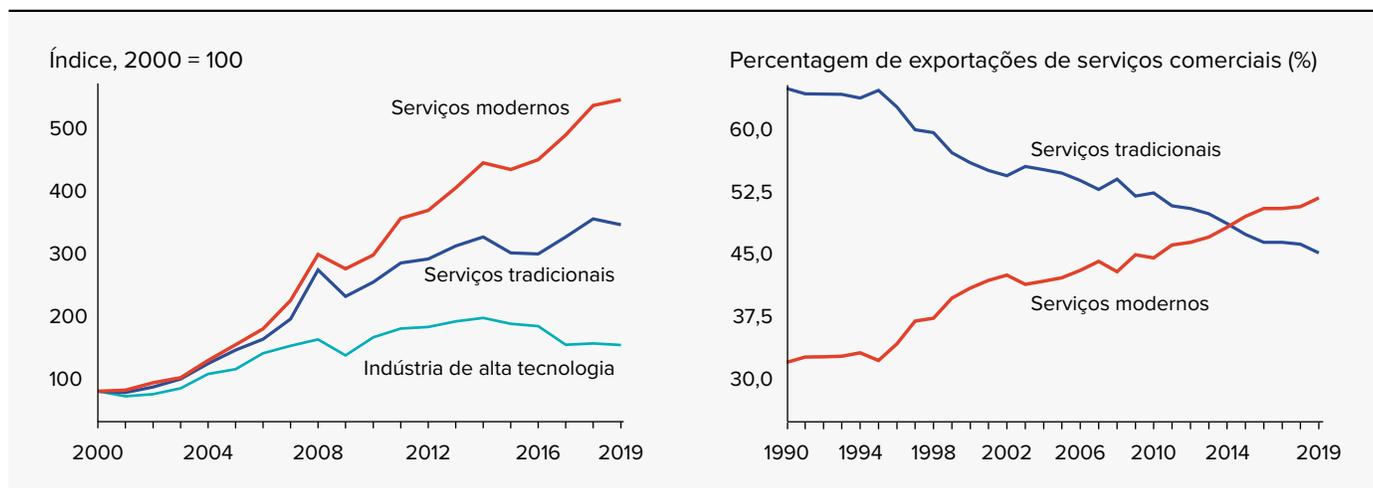
hipocarbónicos.¹⁵³ Em 2022, as exportações de serviços digitais atingiram 3,8 biliões de dólares em valor e representaram mais de metade do comércio mundial de serviços comerciais.¹⁵⁴ As exportações de serviços modernos, que incluem os serviços informáticos e de informação, quintuplicaram desde 2000 e estão a ultrapassar rapidamente tanto as exportações de serviços tradicionais, como o turismo e as exportações industriais de alta tecnologia (figura 2.12).

As tecnologias digitais estão a moldar a forma de navegar no Antropoceno

A navegação no Antropoceno será moldada por escolhas associadas à Revolução Digital.¹⁵⁵ A utilização crescente das tecnologias digitais tem impactos diretos no nosso planeta, incluindo as pegadas ambientais de novas tecnologias como a inteligência artificial e a cadeia de blocos. Estas exigem uma grande quantidade de capacidade computacional e estão associadas a um aumento das emissões de gases com efeito de estufa.¹⁵⁶

A expansão da disponibilidade de dados e o aumento da capacidade de processamento de enormes quantidades de dados foram fatores fundamentais para o reconhecimento do Antropoceno, ao permitirem medições, monitorização e modelização mais precisas do sistema terrestre, ou a forma como as tecnologias digitais permitiram a comunicação e a divulgação do conhecimento científico sobre o Antropoceno ao público em geral.¹⁵⁷ No entanto, a interação entre sociedades já polarizadas e a comunicação digital nas redes sociais, caracterizada por algoritmos que fomentam a divisão e a desinformação, pode desgastar a deliberação pública, fomentar a desconfiança na ciência e erguer barreiras à ação coletiva para uma transição hipocarbónica.¹⁵⁸

Figura 2.12 As tecnologias digitais estão a impulsionar mudanças na interdependência económica global, com aumentos dramáticos nas exportações de serviços modernos desde 2000



Fonte: Cornelli, Frost e Mishra 2023.

Embora a digitalização tenha aumentado as oportunidades para muitas pessoas, existem grandes desigualdades – e regionalmente concentradas – no acesso digital. Em África, apenas 37 por cento da população era utilizadora da Internet em 2023, em comparação com uma média mundial de 67 por cento.¹⁵⁹ Apenas cerca de um terço do fosso digital em África pode ser explicado pela falta de infraestruturas;¹⁶⁰ questões como custos proibitivos e outros obstáculos podem ser responsáveis pelo resto. O investimento em tecnologias de ponta, como a inteligência artificial, está também associado a uma maior desigualdade de

rendimentos.¹⁶¹ Se estas assimetrias se mantiverem, muitas pessoas correm o risco de perder as crescentes oportunidades económicas que surgem com as novas tecnologias. As desigualdades também podem conduzir a padrões de consumo que aumentem as pressões sobre o planeta, através de um aumento em cascata das despesas nos chamados bens de posicionamento, como carros cada vez maiores.¹⁶² Estes tipos de padrões de consumo são canalizados através de aspirações e normas, que podem ser influenciadas pelos meios de comunicação social tradicionais e as redes sociais.¹⁶³

O custo humano da má gestão da interdependência: Perceções da história nacional e internacional

Patricia Clavin, *Oxford University*

A Primeira Guerra Mundial foi um período catastrófico da história com efeitos de grande alcance. Em média, morreram 5.600 homens por cada dia de guerra e os soldados e civis feridos sofreram alguns dos piores ferimentos de sempre. Nas zonas de guerra, foram destruídas fábricas, explorações agrícolas e habitações no valor de cerca de 30 mil milhões de dólares, cerca de metade do PIB dos EUA na altura.¹ Como parte das consequências políticas da guerra, os impérios austro-húngaro, alemão, otomano e russo caíram e mais de 14 milhões de pessoas foram deslocadas.² Nas negociações de paz que se seguiram, tornou-se claro que, enquanto milhões de pessoas em todo o mundo aspiravam a uma maior autonomia, os impérios britânico e francês aumentaram o número de territórios sob o seu domínio em resultado do conflito. Outros países, nomeadamente o Japão e os Estados Unidos, ganharam projeção a nível mundial.

A Conferência de Paz de Paris de 1919 e os seus subsequentes tratados de paz sugeriram que os Estados soberanos existiam num plano de igualdade no sistema internacional. Mas a guerra e os seus resultados tornaram claro que os impérios mundiais, os Estados-nação e os povos colonizados que aspiravam à condição de Estado tinham diferentes recursos naturais e um acesso dispar a instrumentos e mecanismos considerados essenciais para o desenvolvimento humano. No sistema internacional, os Estados também tinham interesses e preocupações diferentes. Depois de 1918, os governos, as empresas, os bancos, os agricultores e as pessoas de todo o mundo esforçaram-se por compreender as mudanças ocorridas em consequência da guerra. Atingidos por uma série de crises económicas e sociais, responderam com medidas defensivas que privilegiaram fortemente os interesses nacionais e imperiais. Muitos governos geriram mal a interdependência dos mercados e das pessoas. Em vez disso, muitos países encontraram-se no caminho de uma segunda guerra mundial uma geração depois da primeira.

A Segunda Guerra Mundial foi ainda mais destrutiva do que a sua antecessora. Cerca de 60 milhões de pessoas morreram em todo o mundo. Muitas mais propriedades e infraestruturas ficaram em ruínas. E o conflito infligiu ao planeta uma poluição sem precedentes,

incluindo a radiação de um novo tipo de arma, a bomba atómica. No entanto, desta vez, foram em grande medida evitados os tipos de crises sociais e económicas que tinham afetado muitos governos, pessoas e mercados mundiais após 1918. Nas décadas seguintes, as perspetivas de desenvolvimento humano melhoraram nitidamente e mantiveram-se numa trajetória ascendente durante o resto do século XX. Este destaque revela como a gestão da interdependência humana nestas épocas do pós-guerra produziu resultados tão diferentes.

A procura de um santuário nacional num mundo interdependente

Depois de 1918, a primeira crise que assolou o mundo foi de cariz financeiro. Ninguém tinha pensado em como iria financiar uma guerra global sem precedentes. Em consequência, os governos beligerantes contraíram empréstimos ou imprimiram dinheiro para a pagar. Quando o conflito terminou, os governos estavam desesperados por regressar à “normalidade” e removeram todos os controlos sobre as suas economias nacionais de uma forma descoordenada. O resultado foi uma inflação rápida. Os piores casos ocorreram nas novas repúblicas da Áustria, da Alemanha, da Hungria e da Polónia, que sofreram uma hiperinflação. Na Alemanha, os preços quadruplicaram todos os meses durante 16 meses.

Mas mesmo algumas das economias mais fortes do mundo registaram uma inflação anual de 20 a 30 por cento. Para resolver este problema, as suas moedas voltaram ao padrão-ouro internacional – um regime de câmbio fixo – o que trouxe estabilidade aos preços e às taxas de juro. Os Estados fizeram-no, em grande parte, de uma forma descoordenada, pensando no que convinha aos seus interesses nacionais e deixando a tarefa para os bancos centrais e os mercados financeiros.³ Isto significou, por exemplo, que o dólar americano e o franco francês foram significativamente subvalorizados, o que ajudou as suas exportações. A Grã-Bretanha, um grande importador de alimentos e exportador de capitais e serviços financeiros, preferiu uma libra forte e optou por sobrevalorizar a libra esterlina. Esta situação

dificultou a vida dos produtores nacionais e incentivou muitos deles a pedir proteção aos comerciantes estrangeiros, uma tendência mundial. Isto significava que, embora as taxas de câmbio fossem estáveis, a interdependência do mercado que o sistema do padrão-ouro deveria salvaguardar assentava em bases instáveis.

A próxima crise financeira mundial ocorreu uma década depois da primeira, depois do outubro de 1929. As consequências dos processos descoordenados de reconstrução financeira após 1919 tornaram-se evidentes na sequência do crash da bolsa de Wall Street, nos Estados Unidos. Tendo estado fortemente envolvidos na estabilização das moedas e economias da Europa Central na década de 1920, os líderes políticos e financeiros dos EUA decidiram que tinha sido demasiado fácil para os investidores – no país e no estrangeiro – contrair empréstimos, pelo que a Reserva Federal optou por aumentar as taxas de juro. Esta decisão fez com que a recessão do mercado bolsista se transformasse numa depressão total, uma vez que o investimento no estrangeiro foi interrompido. A crise foi transmitida a todo o mundo através do sistema do padrão-ouro. Outros bancos centrais defenderam as suas moedas aumentando as taxas de juro e exigiram que os seus governos cortassem nos gastos. Os trabalhadores foram despedidos em massa e as taxas de pobreza e de fome aumentaram dramaticamente na pior crise deflacionária que o mundo já conheceu.

Em 1933, os principais economistas e consultores internacionais identificaram a solução certa: propuseram medidas coordenadas a nível internacional para relançar a economia mundial e travar o crescimento do protecionismo comercial. No entanto os países agiram de forma a defender as suas economias de uma forma descoordenada depois de 1929 e, apesar de quatro anos de sofrimento, a capacidade de cooperação não existia. Existiam agora clivagens ideológicas internas e transnacionais gritantes entre os Estados, interesses geopolíticos contraditórios e políticas nacionais que avançavam em direções radicalmente divergentes. O facto de as principais economias do mundo – a Grã-Bretanha, a França e os Estados Unidos – não terem conseguido trabalhar em conjunto foi especialmente prejudicial. E enfrentavam agora a ameaça emergente da Alemanha Nacional-Socialista, da Itália Fascista e do Japão Imperial, que já estava a travar uma guerra na Manchúria.

A oscilação da sorte das principais economias do mundo, que passaram de uma inflação elevada para uma crise deflacionista, ficou ligada às crises sociais e políticas do momento ou, em última instância, contribuiu para desencadear novas crises. Estas foram especialmente acentuadas em países que foram derrotados ou estabelecidos como novos Estados-nação

devido à Primeira Guerra Mundial. A primeira foi a pandemia de gripe espanhola, assim chamada porque o primeiro caso foi identificado em Espanha em 1918. Matou entre 50 a 100 milhões de pessoas, embora ainda não se saiba ao certo onde começou a pandemia. Este e outros desafios no domínio da saúde foram exacerbados pelo facto de muitas pessoas se terem deslocado em virtude da guerra e das suas consequências.⁴ O fim da guerra não pôs termo às crises sanitárias nem à violência. Os antigos territórios do Império Russo mergulharam numa guerra civil. Quando terminou, a população tinha passado de 143 milhões para 134 milhões. Os contemporâneos estavam profundamente preocupados com os riscos que o tifo e a tuberculose representavam. Em 1916, o primeiro grande estudo sobre a história das doenças epidémicas em tempos de guerra mostrou que os soldados tinham mais probabilidades de morrer de doenças contagiosas do que por ação do inimigo e que as doenças epidémicas entre os soldados provocavam epidemias piores entre a população civil.⁵

Em 1920, na antiga cidade e capital imperial de Viena, uma em cada quatro mortes foi causada pela tuberculose. As condições de alimentação e de vida eram tão más que as autoridades locais calcularam taxas de mortalidade que rivalizavam com as da peste bubónica (chamada de Peste Negra) séculos antes, geralmente reconhecida como a pandemia mais mortífera da história da humanidade. Na altura, os novos conhecimentos científicos, incluindo a descoberta das vitaminas e o papel dos minerais, deixaram claro que a qualidade dos alimentos era tão importante quanto a quantidade para a saúde humana. Contudo muitas pessoas lutavam para ter o suficiente para comer, apesar de o mundo ter sofrido uma sobreprodução agrícola que provocou a queda dos preços dos produtos de base após 1918. Cerca de 60 milhões de camponeses da Europa de Leste, por exemplo, não produziam localmente pão suficiente para as necessidades do ano e enfrentavam assim um ciclo persistente de subcapitalização, subemprego, subnutrição e miséria rural. O sentimento de crise entre os pequenos agricultores e os camponeses sem terra, na Ásia e na Europa, foi amplificado pelas ameaças aparentes colocadas pelo aparecimento da produção alimentar à escala industrial nos continentes americano e australiano e pela coletivização da agricultura na União Soviética após 1927.

A crise nas comunidades rurais foi acompanhada pela crise do desemprego nas comunidades urbanas. Até finais do século XIX, os trabalhadores rurais empobrecidos podiam mudar-se para as cidades que estavam a desenvolver-se rapidamente em resultado da industrialização e da urbanização ou migrar entre

países. No entanto, os novos controlos em matéria de migração introduzidos antes da Primeira Guerra Mundial e reforçados durante a mesma trancaram os mercados de trabalho atrás das fronteiras nacionais e imperiais, e as cidades, também, tinham dificuldades para absorver as pessoas pobres das zonas rurais.⁶ O perigo do desemprego – evidente já na década de 1920, à medida que a economia mundial se adaptava à deslocação da guerra e à passagem da indústria pesada, que caracterizou a primeira vaga de industrialização, para uma nova concentração nas indústrias de consumo – transformou-se numa crise de grandes proporções na Grande Depressão. Nenhum país escapou, mas o espetáculo da miséria em grande escala nos Estados Unidos – a maior economia do mundo, que tinha explodido na década de 1920 – chocou os públicos informados de todo o mundo.

No final da década de 1930, os observadores não tinham dúvidas de que o ataque destas crises, que se sucederam rapidamente, radicalizou a política mundial. As décadas de 1920 e 1930 foram ricas em revoluções iniciadas pela esquerda e em golpes militares ou estados de emergência à direita. Contudo o historial destes regimes radicais demonstrou que também estas administrações não tinham uma resposta eficaz para os desafios enfrentados pelo desenvolvimento humano num mundo onde a interdependência enfrentava novas e crescentes barreiras: controlos cambiais, protecionismo comercial e limites rigorosos à migração.

A desigualdade, já endémica entre diferentes pessoas e grupos sociais, ganhou uma dimensão perigosa e imoral nos regimes fascistas, nacionalistas e autoritários. Estes regimes pretendiam melhorar o nível de vida das pessoas que reclamavam como suas, mas consideravam que os recursos a partir dos quais essa melhoria seria obtida eram finitos. Adolf Hitler, o ditador alemão, via-se a si próprio como um *Raumpolitiker*, um político espacial, que exigia que o mundo fosse remodelado para corresponder à procura de *Lebensraum*, ou espaço vital. A sua aliança do Eixo com a Itália e o Japão foi dominada pela batalha – que se tornou na Segunda Guerra Mundial – pelo “tipo certo” de material, humano e físico.⁷

A crise serviu como uma oportunidade para os líderes radicais das potências do Eixo introduzirem políticas destinadas a elevar o nível de vida dos seus povos selecionados e a reduzi-lo acentuadamente para as categorias etnonacionais e socioeconómicas que identificavam como o inimigo, tanto dentro como fora das suas fronteiras nacionais. Os líderes do Eixo estavam determinados em deixar de estar dependentes de outros Estados e das normas internacionais e a controlar o seu próprio destino. Ao mesmo tempo, as políticas de “empobrecimento dos vizinhos”, como os contemporâneos lhes chamavam,

não se limitavam às ditaduras. Foram adotadas por Estados de todo o mundo em medidas de cariz isolacionista e que incentivavam a autossuficiência, deixando a economia mundial deprimida e atrasando o desenvolvimento humano.

A entreatjada e a cooperação institucionalizada abordam a interdependência

Há muito que os historiadores debatem a questão de saber até que ponto a guerra moderna desempenha um papel fulcral na emergência e consolidação do Estado moderno. Paradoxalmente, as grandes guerras também fazem com que os líderes políticos – independentemente do facto de os seus países estarem ou não em guerra – tenham uma consciência perfeita do contexto internacional. Tal como quando o Japão entrou em guerra contra a China em 1937 e a Alemanha atacou a Polónia em 1939, o nacionalismo que caracterizou a política após 1918 deu lugar à internacionalização da guerra. Também criou novas vias para a cooperação internacional na gestão da interdependência global.

Na Segunda Guerra Mundial, os líderes das potências aliadas estavam determinados em ver a crise como uma oportunidade. O impulso dominante era o de aprender com o passado, mas cortar com ele. Desta vez, os decisores políticos previram que seriam confrontados com desafios substanciais no pós-guerra e, provavelmente, com crises. A Sociedade das Nações, precursora das Nações Unidas, ajudou a determinar a base para as discussões em matéria de cooperação entre a Grã-Bretanha, a China, a França, a União Soviética e os Estados Unidos, entre outras potências. No seu entender, os problemas de interdependência num mundo de rivalidades geopolíticas “não eram suscetíveis de ser resolvidos através de conferências formais”.⁸ Em vez disso, sugeria que “o principal objetivo da cooperação internacional deveria ser a entreatjada... acima de tudo, o intercâmbio de conhecimentos e os frutos da experiência”.⁹

Ao contrário da Primeira Guerra Mundial, o planeamento para a paz começou cedo – começou assim que os Estados Unidos entraram na guerra, em dezembro de 1941. Ao contrário da Primeira Guerra Mundial, em que as questões geopolíticas em torno das fronteiras e do desarmamento tinham prioridade, após 1941 a atenção centrou-se nas questões económicas e sociais. A mudança reconheceu a importância das questões económicas e sociais em termos de perspetivas de desenvolvimento humano e que as necessidades das economias nacionais tinham de ser compreendidas e geridas em conjunto com as da economia mundial. A primeira organização das novas Nações Unidas foi anunciada

em 1943, numa reunião em Hot Springs, Virgínia. A nova Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura fazia parte de uma nova vontade internacional de solucionar em conjunto os problemas sob o título geral de “libertação da situação de carência”.¹⁰

Este facto foi sublinhado por instituições novas e distintas – o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial), o Fundo Monetário Internacional e a Administração das Nações Unidas para a Ajuda e a Reconstrução (destinada a supervisionar a reconstrução do pós-guerra). Foi igualmente planeada uma nova organização para abordar o protecionismo comercial – tornou-se o Acordo Geral sobre Pautas Aduaneiras e Comércio.

Embora estas instituições fossem novas, assentavam nas vias para as cooperação estabelecidas pela Sociedade das Nações em 1919. Foram criadas com o objetivo inicial de promover o desarmamento e a paz. Contudo as crises do período entre guerras estimularam novas capacidades na organização, nomeadamente em relação a questões económicas, sociais e de saúde como, foi o caso, por exemplo, da Organização Mundial de Saúde. Criada em 1945, era uma extensão do Comité de Saúde da Sociedade das Nações. É frequente pensarmos que a Sociedade das Nações foi um fracasso porque não conseguiu evitar os conflitos entre os Estados-Membros. No entanto a organização instituiu ideias e práticas fundamentais para efetuar a cooperação multilateral que perduraram em novas instituições globais e regionais.¹¹ Também permitiu oferecer às pequenas e médias potências uma plataforma internacional reforçada. Podiam ser ouvidas em termos de igualdade nominal com as grandes potências que, convencionalmente, controlavam tudo.

Depois de 1945, a nova ênfase na necessidade de gerir e apoiar a economia para o bem social foi acompanhada pelas atitudes dos governos que dispunham de novos instrumentos políticos e de informação, demonstrando uma nova confiança nos principais Estados do mundo quanto à sua capacidade de gerir

as crises a nível nacional e internacional e um reconhecimento da interdependência da estabilidade mundial, nacional e local. Em 1945, os Estados Unidos eram mais ricos e mais fortes do que alguma vez tinham sido em termos absolutos e relativos. Ao contrário de 1919, período em que tanto os Estados Unidos como a União Soviética estavam fora da Sociedade das Nações, desta vez, ambos os países comprometeram-se a apoiar novas instituições internacionais para promover a cooperação. Havia um consenso sólido quanto à necessidade de coordenar esforços a nível internacional e regional para evitar crises económicas e sociais que, sem cooperação, conduziriam, seguramente, a catástrofes como as que tiveram lugar em 1914 e 1937.

O jogo de poderes podia ainda constituir um obstáculo à cooperação. Os especialistas e os decisores políticos estavam frequentemente divididos relativamente a aspetos de pormenores de medidas específicas, e os amargos conflitos políticos entre a China, a União Soviética e os Estados Unidos na década de 1950 e no início da década de 1960 limitaram a cooperação em algumas questões. Gerou, igualmente, tentativas rivais para resolver dilemas comuns, com o capitalismo e as potências comunistas a competirem para apoiar as aspirações de modernização de determinadas regiões de África e da Ásia, por exemplo. A história da independência mútua face às crises durante estes dois períodos do pós-guerra revela que a cooperação em torno de iniciativas específicas raramente foi o produto de uma vontade coletiva. Em vez disso, tal como na década de 1940, pessoas individuais e grupos com grandes ideias promoveram a cooperação de forma a dar esperança às pessoas nos momentos mais negros do mundo. As organizações e práticas internacionais que desenvolveram reconheceram que as sociedades e os mercados eram elementos indissociáveis. A ordem mundial institucionalizada criada depois de 1945 não foi o produto de um consenso ou o fim de uma discussão. Em vez disso, refletia regras e entendimentos acordados sobre as condições em que o conflito se desenrolava.¹²

NOTAS

1. Bogart 1920.

2. Zhvanko e Gatrell 2017.

3. Eichengreen 1992.

4. Barry 2004.

5. Prinzing 1916.

6. Lake e Reynolds 2008; Zieger 1969.

7. Overy 2021.

8. Sociedade das Nações 1939.

9. Sociedade das Nações 1939.

10. Staples 2006.

11. Clavin 2013.

12. Hurrell 2008.

Gerir a interdependência global para promover o desenvolvimento humano

Os seres humanos são seres relacionais.¹ As relações sociais, económicas e ambientais moldam os valores, as oportunidades e as escolhas, o que significa que o desenvolvimento humano depende não só do que as pessoas têm ou podem fazer, mas também da forma como se relacionam com os outros, com a sociedade em que vivem e com a natureza. Ao longo de todo o ciclo de vida, as pessoas estão inseridas em redes sociais onde, por vezes, dependem e, por vezes, mantêm relações de interdependência com outras pessoas que influenciam as oportunidades, os condicionalismos e o bem-estar² (caixa S2.2.1). Os contextos e as relações sociais também moldam as preferências e podem conduzir a comportamentos e práticas que perpetuam as normas sociais, incluindo as prejudiciais.³ Por exemplo, normas de género fortes e enviesamentos contra a igualdade de género podem influenciar as aspirações das mulheres e desencorajá-las de enveredarem por determinados tipos de carreiras ou profissões.⁴ As normas sociais também podem influenciar significativamente as atitudes e os comportamentos em relação à natureza e ao planeta (capítulo 4).⁵

As repercussões entre os contextos sociais e os resultados do desenvolvimento humano podem criar ciclos viciosos ou virtuosos.⁶ Por exemplo, relações familiares positivas e pais que apoiam os filhos são fundamentais para o desenvolvimento da primeira infância,⁷ o que pode mais tarde contribuir para um desempenho escolar mais positivo que se traduz em rendimentos mais elevados na idade adulta.⁸ Relações familiares e de trabalho positivas também contribuem para uma melhor saúde mental e bem-estar e “proporcionam as condições para que as mesmas relações positivas se perpetuem nas relações parentais e noutras relações futuras de um indivíduo”.⁹ Em contrapartida, as desigualdades e privações em matéria de desenvolvimento humano podem agravar-se ao longo do ciclo de vida e nas gerações futuras.¹⁰ Analisar estas externalidades sociais de forma sistemática pode ajudar a desvendar novos mecanismos para aproveitar a interdependência que vai além da correção das falhas do mercado¹¹ (capítulo 4). Por exemplo, aproveitar os instintos altruístas dos pais pode alargar a solidariedade e o comportamento pró-social para lá da família imediata.¹² Mesmo a existência e a influência das normas sociais no comportamento sugerem que estas podem ser aproveitadas de forma a melhorar o desenvolvimento humano e a conservação da natureza.¹³

O bem-estar relacional estende-se ao nível do grupo, da sociedade e até do planeta – o foco deste capítulo. Tirar partido da hipersociabilidade¹⁴ dos seres humanos e da sua capacidade de criar laços entre si desempenhou um papel fundamental na facilitação da cooperação e do intercâmbio, mesmo entre estranhos, permitindo a formação de sociedades em grande escala e de sistemas económicos complexos. Os conhecimentos da teoria evolutiva e da psicologia cultural e social ajudam a clarificar esta trajetória (capítulo 4).¹⁵

Isto não significa que a cooperação seja inevitável, como demonstram inúmeros exemplos de conflitos e lutas pelo poder. Diferentes sociedades, confrontadas com diferentes condicionalismos e contextos, desenvolveram uma variedade de mecanismos de cooperação,¹⁶ através de normas sociais ou codificados em leis e regulamentos formais (capítulo 4). No entanto, os conhecimentos revelam que o recurso às capacidades relacionais dos seres humanos para cooperar e a utilização de um “cérebro coletivo”¹⁷ têm sido importantes para promover o progresso. De facto, ao longo da história humana, sociedades maiores e mais interligadas têm sido capazes de “sustentar tecnologias, línguas, instituições e repertórios comportamentais mais complexos”.¹⁸

O conhecimento e a inovação têm sido motores poderosos, porventura fundamentais, do desenvolvimento humano. As ideias desenvolvem-se umas às outras e são combinadas em processos que exigem que as pessoas trabalhem em conjunto.¹⁹ Estabelecer relações com outras pessoas pode facilitar a partilha direta de ideias e permitir a divulgação indireta de conhecimentos, em especial quando estes se encontram concentrados geograficamente. Tal explica por que razão as cidades constituem um solo fértil para novos empreendimentos e avanços tecnológicos.²⁰ Ao mesmo tempo, o comércio global e as ligações de longa distância permitem que as economias locais ultrapassem as restrições à produção e as limitações naturais em termos de dotação, para apoiar o fluxo de ideias²¹ e explorar as poderosas forças das economias de escala e da especialização. Estas ligações permitem também promover a aprendizagem, a inovação e as transferências de conhecimentos o que pode permitir, às empresas e aos locais, melhorar as suas competências e aumentar a produtividade e o rendimento.²²

Tirar partido das ligações transfronteiriças globais e o recurso a capacidades de cooperação permitiram

Ao considerar as relações como moralmente significativas, as abordagens relacionais moldam a nossa forma de compreender o bem-estar e reconhecem a necessidade de ferramentas e métodos de bem-estar mais completos.¹ Fazem-no ao considerar o bem-estar como dependente da qualidade das nossas relações com outras pessoas e com a natureza. Mais do que isso, o bem-estar relacional reconhece a forma como as relações se caracterizam dentro e entre comunidades interligadas, incluindo relações intergeracionais e interligadas a nível mundial. Ao fazê-lo, as abordagens relacionais proporcionam um ponto de partida para enfrentar os desafios globais, ecológicos e intergeracionais, ao mesmo tempo que fornecem perspectivas comunitárias para gerar novas soluções.

Os quadros relacionais alargam a abordagem baseada nas capacidades, realçando a forma como o bem-estar de um indivíduo é constituído através da interação de processos pessoais, sociais e ambientais.² As relações tornam-se críticas para se viver bem – como meios para se alcançar ou restringir a prosperidade. Considerando os indivíduos como partes de uma rede diversificada de ligações sociais, culturais, ecológicas e intergeracionais, as relações são entendidas não só como meios para viver bem, mas também como vitais para as nossas identidades.

O bem-estar dos seres humanos, enquanto seres relacionais³, não está meramente ligado aos outros, mas é informado pelas nossas vulnerabilidades, necessidades sociais e dependência ambiental. Ao reconhecer que o nosso bem-estar está intimamente ligado à saúde do ambiente natural, podemos compreender como as alterações climáticas afetam não só a nossa saúde física, mas também a nossa saúde mental, a coesão social e a identidade cultural.⁴

É possível encontrar estas abordagens em comunidades indígenas de todo o mundo. As relações proporcionam, muitas vezes, uma forma particularmente inclusiva e multidimensional de fundamentar e estruturar o enquadramento conceptual e o território para as filosofias indígenas ganharem forma e evoluírem. Para as comunidades indígenas a dimensão relacional assenta em noções de gestão, como *kaitiakitanga* na Nova Zelândia,⁵ *sumac kawsay* e *allin kawsay* na América do Sul,⁶ *Aloha e Mālama Āina* no Havai⁷ e *Mabu liyan* (e outros conceitos que se prendem com a proteção do país para os povos aborígenes e das ilhas do Estreito de Torres) na Austrália.⁸ Para muitas comunidades indígenas, estas relações são tão profundas que a sua perda pode representar ameaças existenciais ao seu modo de vida (capítulo 1). Na obra de Jonathan Lear *Radical Hope*, o chefe da tribo Crow, Plenty Coups, descreve um sentimento de perda, de identidade e propósito sentido por todos os grupos indígenas face ao desaparecimento das paisagens e da biodiversidade: “Quando os búfalos partiram, os corações do meu povo caíram por terra e não conseguiram voltar a levantá-los. Depois disso, nada aconteceu.”⁹

A dimensão relacional pode ser encontrada em várias abordagens feministas nas e entre comunidades e disciplinas,¹⁰ na saúde e no pensamento sistémico ecológico¹¹ e também nas próprias comunidades locais. Ao insistir na interligação e na interdependência dos seres humanos para lá das fronteiras e limites, estas abordagens oferecem diferentes perspectivas e inovações. Promovem também um sentido de solidariedade global e ajudam-nos a lidar com a incerteza e a complexidade de um mundo em mutação, fomentando a adaptabilidade através da aprendizagem, do apoio social e da construção de relações.

Notas

1. Esta caixa beneficiou enormemente das contribuições de Krushil Watene. 2. White e Jha 2023. 3. White e Jha 2023. 4. Allen e outros 2023; Grix e Watene 2022. 5. Grix e Watene 2022. 6. Watene e Merino 2018. 7. Ingersoll 2016. 8. Yap e Yu 2019. 9. Lear 2006, p. 3. 10. Murdock 2018; Teaiwa 2021; Underhill-Sem 2011; Yap e Watene 2024; Whyte 2016. 11. Jones 2019; Matheson 2022; Matheson e outros 2020.

uma grande prosperidade. Os fluxos transfronteiriços a nível global expandiram as oportunidades económicas e o crescimento da produtividade, com aumentos sem precedentes no nível de vida de milhões de pessoas.²³ A migração internacional contribuiu para as ligações interculturais,²⁴ enriquecendo o panorama artístico, musical e cultural do mundo.²⁵ Os intercâmbios de conhecimentos e as colaborações científicas internacionais impulsionaram descobertas fundamentais e avanços na saúde humana. Por exemplo, a descoberta do vírus da imunodeficiência humana (VIH) e dos respetivos tratamentos,²⁶ o recente desenvolvimento das vacinas contra a Covid-19²⁷ e o mapeamento do genoma humano, dependeram todos largamente da colaboração transfronteiriça.²⁸

Para continuar a tirar partido dos benefícios da interdependência, precisamos geri-la melhor e de encontrar formas de o fazer sem recorrer exclusivamente a barreiras nas fronteiras nacionais. Embora possam justificar-se em alguns casos para gerir os riscos da hiperglobalização, não serão suficientes para lidar com as formas como a interdependência global está a ser remodelada pelas pressões sobre o planeta exercidas pelos seres humanos e pelas transformações digitais em curso. Além disso, as ações protecionistas e voltadas para dentro defendidas por muitos que apoiam ou lideram posições populistas são também dispendiosas²⁹ e potencialmente perigosas (destaque 2.1). A fragmentação do comércio pode aumentar a volatilidade

dos preços e exacerbar a incerteza nos mercados globais.³⁰ As economias de baixo rendimento, fortemente dependentes do comércio internacional de produtos de base, podem sofrer as maiores perdas de bem-estar com a fragmentação dos mercados globais.³¹ Mas até mesmo as grandes economias e regiões de elevado rendimento são suscetíveis a perdas de bem-estar em diferentes cenários de fragmentação geoeconómica.³² Em contrapartida, as políticas de base local que complementam, em vez de substituir, a cooperação internacional podem estimular o desenvolvimento económico e apoiar as empresas e as regiões no aproveitamento dos benefícios da interdependência global.³³ Tal pode implicar a mudança das abordagens políticas de desenvolvimento económico, local e regional, de uma lógica de intensificação dos bens primários para a indústria transformadora e para as exportações de serviços, para o investimento em competências que permitam passar de atividades de baixo valor acrescentado para atividades de elevado valor acrescentado nas cadeias de valor globais.³⁴

No futuro, a realidade do Antropoceno de um planeta em mutação, combinada com transformações económicas em larga escala e com a inovação tecnológica, reformulará e impulsionará novos padrões de interdependência. Neste sentido, a nossa escolha não é entre a interdependência global e a total autossuficiência nacional. É, antes, entre continuar sem fazer nada para alterar a situação ou levar a sério o desafio de construir sistemas e instituições que sejam resistentes e capazes de se adaptar a um contexto em permanente evolução.

A globalização do descontentamento apela a uma mudança de abordagem na gestão da interdependência global. É pouco provável que a redução do intercâmbio e da cooperação a nível mundial a favor do nacionalismo isolado nos ajude a enfrentar os desafios decorrentes dos atuais fatores de interdependência. Mas também não o é uma globalização não regulamentada ou a esperança de uma solução puramente tecnológica para desafios que ultrapassam fronteiras.³⁵ Num mundo globalmente interdependente, temos de identificar e procurar resolver os nossos problemas comuns e a forma de os resolver (capítulo 3).

NOTAS

1. Diferentes tradições de conhecimento e escolas filosóficas de pensamento enfatizam o aspeto relacional do ser humano. Por exemplo, o conceito sul-africano de Ubuntu – “Eu sou porque nós somos” – realça a importância da comunidade na definição do indivíduo (Chowdhury e outros 2021). A ética confucionista destaca a importância do cumprimento dos papéis e responsabilidades de cada um em relação aos outros (Shun e Wong 2004). Na filosofia ocidental, Aristóteles, por exemplo, defendeu que os seres humanos são animais políticos cuja capacidade de cooperar através do discurso e da razão é uma característica que os define (Arnhart 1994). Muito mais tarde, as intelectuais feministas sublinharam a importância do trabalho relacional e reprodutivo para manter as condições da vida humana, como cuidar das crianças (ver, entre outros, o trabalho de Nancy Folbre, incluindo Folbre 2008, 2012; Folbre e Bittman 2004; e o trabalho de Julie A. Nelson, incluindo Ferber e Nelson 2009).
2. Settersten 2018.
3. Hoff e Stiglitz 2016.
4. Tabassum e Nayak 2021.
5. PNUD 2020b.
6. Fleurbaey, Kanbur e Viney 2021.
7. Jeong e outros 2021.
8. Em Gertler e outros (2021), um programa de intervenção domiciliar que melhorou a nutrição e a qualidade das interações mãe-filho (para promover as competências cognitivas, linguísticas e psicossociais) conduziu a um aumento de cerca de 40 por cento dos rendimentos aos 31 anos entre as crianças que foram objeto dessa intervenção, em comparação com um grupo de controlo.
9. Fleurbaey, Kanbur e Viney 2021, p. 18.
10. PNUD 2019.
11. Fleurbaey, Kanbur e Viney 2021.
12. Fleurbaey, Kanbur e Viney 2021.
13. PNUD 2020b.
14. Henrich e Muthukrishna 2021.
15. Henrich 2023; Henrich e Muthukrishna 2021; Henrich e outros 2016; Tomasello e outros 2012.
16. Henrich e Muthukrishna 2021.
17. Henrich 2023; Henrich e Muthukrishna 2021.
18. Henrich 2023, p. 407.
19. Romer 1994.
20. Bettencourt e outros 2007; Fujita, Krugman e Venables 2001.
21. Os modelos de Ricardo e de Heckscher-Ohlin constituem os alicerces dos efeitos internacionais sobre o rendimento; ver, por exemplo, Leamer (1995).
22. Crescenzi e Harman 2023. Ver também Stiglitz (2007) e Stiglitz e Greenwald (2014), bem como Grossman e Helpman (1991), Hoekman, Maskus e Saggi (2005) e Sturgeon (2008).
23. Bartley Johns e outros 2015; Dollar e Kraay 2004; Winters, McCulloch e McKay 2004.
24. Leblang e Peters 2022.
25. Martiniello 2022.
26. Academia Nacional de Medicina 2022; Schwetz e Fauci 2019
27. Lee e Haupt 2021; UNESCO 2023
28. International Human Genome Sequencing Consortium 2004; Maxson Jones, Ankeny e Cook-Deegan 2018.
29. Funke, Schularick e Trebesch 2023.
30. Alvarez e outros 2023.
31. Bolhuis, Chen e Kett 2023
32. Baba e outros 2023.
33. Goldberg 2023.
34. Crescenzi e Harman 2023.
35. Como se viu nos capítulos 3, 5 e 6, em muitos casos, as tecnologias, como as fontes de energia hipocarbónicas, já existem e podem ser ampliadas, mas a polarização e a desconfiança podem colocar barreiras à ação.

CAPÍTULO

3

A disponibilização de bens públicos mundiais para gerir a interdependência

A disponibilização de bens públicos mundiais para gerir a interdependência

Uma interdependência mal gerida implica custos, ou mesmo retrocessos, para o desenvolvimento humano. No entanto, a sua gestão pode ser melhorada se for enquadrada como um objetivo explícito de disponibilização de bens públicos mundiais, como a paz mundial e a atenuação das alterações climáticas.

A aplicação de uma perspetiva assente nos bens públicos mundiais na resposta à Covid-19 produz três conclusões fundamentais para melhores respostas no futuro. Em primeiro lugar, para uma série de diferentes tipos de bens públicos mundiais, podem ser concebidos mecanismos para resolver os estrangulamentos de cada tipo. Em segundo lugar, o que constitui um bem público mundial é muitas vezes uma questão de escolha, e a sua disponibilização pode aproximar os países. Em terceiro lugar, podem ser criadas instituições para melhorar a disponibilização de bens públicos mundiais.

A aplicação de uma perspectiva assente nos bens públicos mundiais ajuda a gerir melhor a interdependência global. Proporciona a transição do tribalismo de soma zero que o Relatório reconhece como um problema para um estado de espírito que adequa corretamente a ação comum aos problemas comuns, sem assumir que todos os litígios se dissiparão ou que os interesses divergentes não continuarão a verificar-se. Altera a nossa ideia de um fatalismo defensivo ou de uma problematização interminável para o reconhecimento da agência humana, enriquecendo assim as conversas práticas e lúcidas sobre futuros comuns e a ação sobre os mesmos. Mobilizando a ação comum, não só temos mais hipóteses de fazer melhor em geral, como também temos mais hipóteses de não deixar pessoas para trás. A mudança de enquadramento também abre a nossa imaginação a muitas outras formas potenciais de avançar, e podemos analisar melhor e de forma mais sistemática essas opções utilizando o que sabemos sobre os bens públicos mundiais e o que aprendemos sobre eles – na investigação e na prática – ao longo de muitos anos. Pouparamos tempo, energia e recursos para chegar a resultados melhores e mais equitativos. E então, o sucesso pode gerar sucesso.¹

Uma perspectiva assente nos bens públicos mundiais ajuda a compreender as características e os padrões que podem ser partilhados por um conjunto de desafios mundiais e pode preparar melhor o mundo para antecipar novos desafios. Fá-lo ao permitir uma abordagem mais sistemática para identificar e enfrentar os desafios emergentes caracterizados pela interdependência, mesmo aqueles que não podemos prever atualmente.

“A gestão da interdependência pode ser melhorada se for enquadrada como um objetivo explícito que reflete a necessidade de fornecer bens públicos mundiais, como a paz mundial e a atenuação das alterações climáticas

O tenebroso número de vítimas de conflitos violentos, a devastação causada pelas alterações climáticas, a reconfiguração do comércio mundial, um novo ciclo de endividamento, as vidas perdidas devido à COVID-19 – tudo isto torna claro que vivemos num mundo altamente interdependente, onde as coisas físicas e digitais, desde os vírus à desinformação, extravasam rapidamente as fronteiras nacionais. À medida que avançamos no Antropoceno, onde os seres humanos promovem mudanças a nível planetário de formas sem precedentes, teremos de ser capazes de dar resposta a desafios económicos, sociais e ambientais à escala planetária. Como demonstram os dois capítulos anteriores, a interdependência global está a ser reconfigurada e a sua má

gestão impõe custos, ou mesmo retrocessos, ao desenvolvimento humano. A gestão da interdependência pode ser melhorada se for enquadrada como um objetivo explícito que reflete a necessidade de fornecer bens públicos mundiais, como a paz mundial e a atenuação das alterações climáticas. Esta questão já está a ser abordada através de propostas de reforma da governação multilateral² e dos bancos multilaterais de desenvolvimento, a fim de alargar os seus mandatos para apoiar as contribuições nacionais para os bens públicos mundiais.³

O que são bens públicos mundiais?

Começamos com um exemplo concreto que as crianças em idade escolar de todo o mundo aprendem todos os anos: o conhecimento dos triângulos. A determinação do comprimento dos lados de triângulos é, desde há muito, uma preocupação de matemáticos e filósofos, para não falar de engenheiros e construtores. Por exemplo, se soubermos os comprimentos de dois lados de um triângulo, o que podemos saber sobre o comprimento do terceiro lado? Na verdade, para determinados tipos específicos de triângulos, bastante. O teorema de Pitágoras⁴ – um clássico da geometria – fornece-nos uma regra para calcular o comprimento do terceiro lado dos triângulos retos. Esta regra ajuda-nos a compreender outras formas básicas, como os círculos, e está na base de muito do que podemos construir na nossa mente e no mundo real.

O teorema de Pitágoras, tal como muitos conhecimentos, apresenta as características distintivas dos bens públicos mundiais. Quando alguém aplica o teorema, isso não impede que qualquer outra pessoa no mundo faça o mesmo. O teorema é utilizado, e tem sido utilizado, por muitas pessoas ao mesmo tempo na construção, na navegação, na elaboração de mapas e em muitas outras atividades.⁵ E é muito difícil, se não mesmo impossível, impedir alguém de utilizar o teorema⁶ porque não é detido em exclusivo por uma empresa que controle as condições da sua utilização. Também não está circunscrito às fronteiras de um país com o poder soberano de decidir os moldes em que as pessoas que vivem noutros países o podem utilizar.⁷

Estas duas características – o facto de a utilização por uma pessoa não impedir a utilização simultânea por outra pessoa e o facto de ser difícil excluir alguém da sua utilização – atribuem ao teorema de Pitágoras as características de um bem público mundial.⁸ O mesmo acontece com todos os teoremas matemáticos no domínio público, bem como com outros conhecimentos sobre o mundo natural e sobre a forma como as economias e as sociedades funcionam e mudam. Em suma, as ideias e os conhecimentos no domínio público são bens públicos mundiais.⁹

Outros bens públicos mundiais incluem a identificação e a contenção de doenças de alcance mundial, a atenuação das alterações climáticas, a prevenção e a contenção da propagação de crises financeiras internacionais, a manutenção da paz internacional e a promoção da cibersegurança.¹⁰ Alguns bens públicos mundiais não podem ser previstos agora porque simplesmente não dispomos dos conhecimentos necessários para os identificar – da mesma forma que a ciência e as tecnologias de deteção só recentemente tornaram possível documentar o empobrecimento da camada de ozono ou estabelecer a causa humana das alterações climáticas.

“A aplicação de uma perspetiva assente nos bens públicos mundiais é útil para gerir desafios ou oportunidades que extravasam fronteiras. É também útil para enfrentar e corrigir as perigosas alterações planetárias

Os bens públicos mundiais também podem ser criados; nem sempre são simplesmente dados. Por exemplo, através do Protocolo de Montreal, o mundo está a proporcionar o bem público mundial de evitar o empobrecimento da camada de ozono na estratosfera, que protege a vida no nosso planeta dos efeitos nocivos da radiação ultravioleta do sol. Tanto a tecnologia como a escolha social moldam as condições de produção ou de consumo que podem determinar se alguém pode ser excluído.¹¹ Por exemplo, os canais de televisão por satélite podem chegar a qualquer pessoa que disponha de um dispositivo recetor, enquanto os canais de televisão por cabo (uma tecnologia alternativa) só estão disponíveis para quem subscrever um serviço de televisão por cabo (o acesso foi tornado excludente em resultado de uma nova tecnologia e de escolhas sociais sobre a forma de a utilizar).

Muitas vezes, tendo em conta o estado da tecnologia e as características inerentes ao bem em questão, é possível determinar, através de escolhas sociais, o que é ou não é um bem público mundial. E algumas tecnologias – como as que sustentam o nosso mundo digitalmente interligado, permitindo a partilha instantânea de informação por praticamente todos os 8 mil milhões de pessoas que vivem atualmente na Terra – criam condições de interdependência que podem exigir novos bens públicos mundiais.¹² No contexto da Revolução Digital, tal inclui o que foi descrito como bens públicos digitais (caixa 3.1). Assim, a disponibilização de bens públicos mundiais, muitas vezes corretamente enquadrada como um problema a resolver, pode também ser propositadamente utilizada para mobilizar ações destinadas a enfrentar desafios coletivos.¹³

A aplicação de uma perspetiva assente nos bens públicos mundiais é útil para gerir desafios ou oportunidades que extravasam fronteiras. É também útil para enfrentar e corrigir as perigosas alterações planetárias.¹⁴

Desafios e oportunidades transfronteiriços enquanto bens públicos mundiais

O surto de uma doença transmissível que atravessa fronteiras tem repercussões negativas que podem ser geridas através do bem público mundial do controlo das doenças transmissíveis. Os bens públicos mundiais implicam sempre repercussões internacionais que refletem uma interdependência não compensada entre países (o que significa que um país toma decisões sem ter em conta os impactos que essas decisões podem ter noutros países).¹⁵

Nas últimas décadas, as repercussões com alcance global têm sido impulsionadas por escolhas políticas (até que ponto os países permitem o fluxo de pessoas, bens, serviços, financiamentos e informação), por tecnologias (que determinam o custo, a velocidade e a facilidade dos fluxos transfronteiriços) e pela forma como as duas interagem (ver capítulo 2). Embora as políticas possam restringir os fluxos transfronteiriços, a tecnologia pode dificultar essa tarefa (muitas pessoas podem apanhar facilmente um avião e partilhar informações a nível mundial através de redes digitais). No entanto, para alguns bens públicos mundiais a eliminação dos fluxos na fronteira – e a sua gestão dessa forma – não é viável: inclui-se aqui o que pode ser considerado bens públicos a nível planetário.

Bens públicos a nível planetário: Uma classe emergente e duradoura de bens públicos mundiais

O facto de os seres humanos partilharem, entre si e com outras formas de vida, hoje e no futuro, um único planeta implica que os processos de alterações perigosas à escala planetária podem ser enquadrados numa perspetiva de bens públicos mundiais.¹⁶ Tomemos como exemplo na gestão dos bens comuns, a pesca em alto mar (destaque 3.1). Os bens comuns são recursos amplamente acessíveis, mas não são bens públicos mundiais¹⁷ porque a sua utilização por alguém implica que os recursos extraídos deles não estejam disponíveis ao mesmo tempo para outra pessoa, como acontece com a pesca em alto mar.¹⁸ Mas restringir o esgotamento dos bens comuns – evitando, por exemplo, o empobrecimento da camada de ozono – pode ser enquadrado como um bem público mundial.¹⁹ Algumas externalidades ambientais negativas, como a poluição

Diane Coyle, Universidade de Cambridge

Tal como foi referido neste capítulo, as tecnologias são uma das fontes de promessas e perigos para o mundo nos próximos anos e décadas. Por um lado, os bens públicos digitais – software de fonte aberta, inteligência artificial (IA), normas e conteúdos – oferecem oportunidades de desenvolvimento económico e social, em especial para os países de baixo rendimento.¹ Por outro lado, o rápido desenvolvimento da IA generativa, em particular, suscitou preocupações que vão desde a proliferação de falsificações profundas e desinformação até uma potencial corrida às armas, desestabilizadora do ponto de vista geopolítico, para fazer avançar e implantar a IA. Com a tecnologia a continuar a desenvolver-se rapidamente, este é o momento em que o caminho do futuro para o mundo será decisivamente moldado pelas ações empreendidas agora.

Um dos domínios em que o potencial positivo começou a emergir claramente é o dos sistemas de identidade e de pagamentos, um conjunto de tecnologias que passou a ser conhecido como infraestruturas públicas digitais. Consiste num sistema de identificação (que pode ser biométrico), em estruturas de pagamento e dados. Uma infraestrutura pública digital pode ser utilizada não só para pagamentos móveis, mas também para a concessão de prestações sociais e outros serviços públicos e privados. Os exemplos mais conhecidos são o India Stack, que tem por base a plataforma de identificação Aadhar,² e a plataforma X-road da Estónia.³ Vários outros países começaram a adotar estas plataformas ou a digitalizar a identidade e os serviços públicos utilizando outras soluções e, sob a liderança da Índia, o Grupo dos 20 (G20) afirmou recentemente o compromisso de utilizar infraestruturas públicas digitais para o desenvolvimento.⁴

As iniciativas não estão isentas de problemas, incluindo preocupações com o acesso de grupos marginalizados e erros ou atrasos nas aquisições.⁵ As infraestruturas públicas digitais não devem ser vistas como uma panaceia; é importante evitar o exagero tecnológico e tirar lições dos insucessos do passado. No entanto, as tecnologias digitais oferecem novas oportunidades de desenvolvimento, tal como as revoluções das comunicações móveis e da banda larga de meados da década de 2000 criaram possibilidades económicas para as pessoas e as empresas, tanto nos países de baixo rendimento como nos de rendimento alto. Embora o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento tenha realçado a importância dos bens públicos digitais para a consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, chegou o momento de considerar que aspetos da tecnologia digital devem tornar-se objetivos de desenvolvimento em si mesmos e de encetar um debate granular sobre os ambientes políticos adequados.⁶

Ao mesmo tempo, é necessário garantir que os futuros desenvolvimentos em matéria de IA e nas infraestruturas de apoio dos centros de dados, cabos submarinos, chips e dados não conduzam a uma corrida às armas de soma zero. No atual ambiente global, a IA generativa e o fabrico avançado de chips são demasiadas vezes vistos apenas sob uma perspetiva de segurança nacional, uma perspetiva essencial mas apenas uma parte do quadro global. Nos últimos anos, tem havido muitos códigos internacionais de princípios de IA – por exemplo, pelo G20 e pela Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económicos (OCDE) – mas muito pouco debate substantivo e detalhado sobre uma governação global eficaz, dadas as características e os recursos da tecnologia e as estruturas existentes de mercado e poder político.⁷

Notas

1. Para definições e exemplos de aplicações destinadas a promover o desenvolvimento, ver <https://www.un.org/techenvoy/content/digital-public-goods> (acedido em 17 de fevereiro de 2024). **2.** <https://indiastack.org/> (acedido em 17 de fevereiro de 2024). **3.** <https://e-estonia.com/solutions/interoperability-services/x-road/> (acedido em 17 de fevereiro de 2024). **4.** G20 2023b. **5.** Howson e Partridge 2022. **6.** PNUD 2023c. **7.** Sobre o G20, ver https://www.mofa.go.jp/policy/economy/g20_summit/osaka19/pdf/documents/en/annex_08.pdf; sobre a OCDE, ver: <https://www.oecd.org/science/forty-two-countries-adopt-new-oecd-principles-on-artificial-intelligence.htm> (ambos acedidos em 17 de fevereiro de 2024).

atmosférica transfronteiriça, não podem ser travadas nas fronteiras. As aves migratórias sobrevoam países e, por vezes, continentes, entrelaçando a natureza de diferentes demarcações territoriais.²⁰ Estes exemplos de interdependência justificam a gestão internacional de longa data dos desafios ambientais, tal como refletido no número crescente de acordos ambientais multilaterais, que aceleraram desde a década de 1980.²¹

O conhecimento e a sensibilização para algumas destas externalidades ambientais globais estão a aumentar – possibilitados, em parte, pelas tecnologias de monitorização dos fluxos biofísicos e, em parte,

pelos avanços científicos na compreensão das suas interações. Por exemplo, avanços recentes ao nível da hidrologia determinaram que os ciclos da água dependem do que acontece não só com as águas superficiais (incluindo rios e lagos, com desafios transfronteiriços bem conhecidos) ou com as águas subterrâneas (incluindo aquíferos), mas também com a reciclagem da humidade terrestre (humidade que entra na atmosfera através da evaporação ou da transpiração das plantas e viaja com o vento cruzando países e mesmo continentes, acabando por cair sob a forma de chuva).²² A reciclagem da humidade terrestre é

responsável por 40 por cento da precipitação anual na terra, e até 75 por cento em algumas regiões.²³ Trata-se, portanto, de processos globais muito importantes na determinação dos padrões locais de precipitação, que podem ser cruciais para apoiar a agricultura ou prever inundações e secas. Como exemplo da interdependência global associada à reciclagem da humidade, considere-se a forma como as florestas tropicais contribuem substancialmente para a evaporação da terra a nível mundial.²⁴ A desflorestação numa região pode reduzir a precipitação em regiões muito afastadas, com implicações particularmente graves para a agricultura de sequeiro.²⁵

“Uma perspetiva de bens públicos a nível planetário, como parte de uma perspetiva mais ampla de bens públicos mundiais, fornece um quadro analítico que estrutura uma vasta gama de desafios e oportunidades associados à interdependência global e que pode ser aproveitado para mobilizar ações a vários níveis

Os padrões de perturbação dos processos biofísicos planetários, incluindo a reciclagem global da humidade terrestre, estão a atingir uma velocidade e uma escala sem precedentes.²⁶ Isto sugere que estamos a viver numa época geológica inteiramente nova: o Antropoceno.²⁷ É claro que existem manifestações mais conhecidas destas perturbações – incluindo, de forma mais proeminente, o empobrecimento da camada de ozono, as alterações climáticas e as ameaças à integridade dos ecossistemas e da biodiversidade, tendo todas elas sido analisadas através de uma perspetiva de bens públicos mundiais.²⁸ As políticas de gestão das fronteiras pouco ou nada podem fazer para gerir ou limitar as repercussões associadas a estas perturbações, uma vez que estas emanam da realidade de todos os seres humanos que vivem num planeta comum. Os bens públicos a nível planetário são, portanto, uma categoria especial de bens públicos mundiais e a realidade do Antropoceno persistirá no futuro.²⁹ Assim, a disponibilização de bens públicos a nível planetário não só é de importância crucial atualmente, como também é um desafio que persistirá para as gerações futuras.³⁰ Tal inclui considerar a biosfera (a fina camada de vida que rodeia o planeta e na qual nós e o nosso desenvolvimento estamos inseridos) um bem público a nível planetário. A disponibilização deste bem público a nível planetário específico poderia ser avaliada pela medida em que a integridade global da biosfera é preservada. A biosfera e a sua integridade global medeiam respostas em grande escala no sistema terrestre que podem afetar a sua adequação a sociedades humanas complexas.³¹

Uma perspetiva de bens públicos a nível planetário, como parte de uma perspetiva mais ampla de bens públicos mundiais, fornece um quadro analítico que

estrutura uma vasta gama de desafios e oportunidades associados à interdependência global e que pode ser aproveitado para mobilizar ações a vários níveis.³² Para tal, é necessário estruturar melhor o que é necessário para fornecer bens públicos mundiais, além de simplesmente os definir.

O que é preciso para fornecer bens públicos mundiais? Nem todos são criados da mesma forma

Recordemos o teorema de Pitágoras. Como é que surgiu este bem público mundial? Embora atribuído a Pitágoras, já era conhecido há centenas, ou mesmo milhares, de anos antes de Pitágoras, por pessoas que viviam na Babilónia, no Egito e no subcontinente indiano.³³ Quando se tornou conhecido, tal como acontece com as ideias em geral,³⁴ assumiu a forma de um bem público mundial. Este exemplo simples mostra que os bens públicos mundiais são omnipresentes e abundantes, moldando a forma como a atividade económica e a vida política e social estão organizadas.³⁵ Mostra também que, apesar de estarem disponíveis para todos, os bens públicos mundiais não beneficiam todos por igual.³⁶ No caso das ideias,³⁷ como o teorema de Pitágoras, a sua emanação uma vez num país seria suficiente para que o bem público mundial fosse fornecido.³⁸ Muitos bens públicos mundiais são deste tipo, mas há outros tipos de bens públicos mundiais para os quais o nível de disponibilização é determinado pela agregação das contribuições dos países de outras formas.³⁹

Como é que as contribuições dos países se agregam para determinar o nível de disponibilização de bens públicos mundiais

Os bens públicos mundiais podem ser classificados em diferentes tipos, nomeadamente em função da forma como a agregação das contribuições de cada país afeta o nível de disponibilização. Existem muitos métodos diferentes de agregação.⁴⁰ Consideram-se aqui três tipos principais de bens públicos mundiais, que se distinguem pelo seu método de agregação: de melhor resultado, de soma e de elo mais fraco (tabela 3.1). Diferentes desafios globais enquadram-se em cada um destes três tipos, pelo que, ao introduzir um quadro que encontra pontos comuns em questões que parecem muito díspares, uma perspetiva de bens públicos mundiais pode adaptar a gestão destas questões sem necessidade de estar continuamente a inventar a roda. Aprender com os esforços bem sucedidos na gestão dos desafios globais numa área pode inspirar respostas noutras áreas que partilham características

Tabela 3.1 Recomendações sobre como melhorar a disponibilização de diferentes tipos de bens públicos mundiais

Agregação	Prognóstico de disponibilização	Recomendações
Melhor resultado (por exemplo, descoberta científica)	É provável que sejam disponibilizados se os incentivos forem suficientemente fortes para que os melhores “atiradores” contribuam	O país rico ou dominante promove a disponibilização, mas as instituições multilaterais podem congrega ações ou coordenar entre vários potenciais melhores “atiradores”
Soma (por exemplo, atenuação das alterações climáticas)	Tendência para a oferta reduzida devido à gratuidade ou facilidade de utilização, uma vez que as contribuições são perfeitamente substituíveis	As subvenções e os empréstimos são necessários para promover a equidade e as instituições multilaterais são necessárias para controlar e acompanhar as contribuições
Elo mais fraco (por exemplo, controlo de doenças)	É mais provável que o apoio seja concedido se os interesses e as capacidades forem semelhantes; se for necessário apoiar os países pobres, podem surgir problemas de parasitismo se o apoio for concedido a todos os países mais ricos; risco de um “spoiler” bloquear o apoio	O reforço das capacidades é essencial para aumentar as contribuições dos menos aptos a contribuir; a redistribuição dos rendimentos aumenta a probabilidade da disponibilização

Fonte: Gabinete do Relatório sobre o Desenvolvimento Humano, com base em Buchholz e Sandler (2021).

semelhantes, em termos da forma como a agregação das contribuições dos países determina o nível de disponibilização de bens públicos mundiais.

Os bens públicos mundiais de melhor resultado. Quando a contribuição do país que mais contribui determina o nível de disponibilização, estamos na presença de um bem público mundial de melhor resultado. Potencialmente, apenas um país é suficiente para assegurar plenamente um bem público mundial de melhor resultado. Consideremos um asteroide destruidor da Terra. Só precisa de ser desviado ou destruído uma vez para proteger toda a gente no planeta.⁴¹ Apesar de ser um cenário aparentemente rebuscado, um país, os Estados Unidos, está a investir no bem público mundial de proteger o planeta desta ameaça – e desviou com sucesso a órbita de um asteroide, num teste às capacidades que poderão ser necessárias.⁴² O teste foi efetuado unilateralmente e, se o mundo alguma vez se confrontasse com a aproximação de um asteroide, presumivelmente o país agiria sozinho para proporcionar o bem público mundial de o desviar.⁴³ Num cenário em que vários países têm interesse e capacidade para contribuir, o país que contribui

mais determina sozinho o nível de disponibilização de um bem público mundial de melhor resultado.⁴⁴

Bens públicos mundiais de soma. Mesmo que um país deixasse unilateralmente de emitir gases com efeito de estufa, a concentração atmosférica desses gases continuaria a ser determinada pelo que todos os outros emittem.⁴⁵ Assim, a estabilização da concentração de gases com efeito de estufa (fundamental para a estabilidade climática) é um bem público mundial. Cada tonelada de emissões de gases com efeito de estufa é perfeitamente substituível pelas emissões de qualquer outro país – ou seja, do ponto de vista da atmosfera, não importa de onde vêm as reduções de emissões.⁴⁶ Ao contrário do que acontece com os bens públicos mundiais de melhor resultado, a soma das contribuições dos países – muitas vezes, como no caso da estabilização da concentração de gases com efeito de estufa, da maioria dos países, se não de todos – determina o nível de disponibilização de bens públicos mundiais de soma.

Bens públicos mundiais de elo mais fraco. Poderiam ser explorados muitos outros tipos de bens públicos mundiais associados a diferentes formas de agregar as contribuições dos países, mas um terceiro merece uma atenção especial: quando o nível de disponibilização é determinado pelo país menos capaz de contribuir. É o caso do controlo das doenças transmissíveis: mesmo que todos os países, à exceção de um, consigam controlar a propagação da doença, o mundo no seu conjunto fica vulnerável à ameaça, porque um surto de doença pode ocorrer no país com menos capacidade para controlar a doença.⁴⁷ Este tipo de agregação corresponde a um bem público mundial de elo mais fraco, uma vez que o país que menos contribui determina o nível de disponibilização do bem público mundial para o mundo no seu conjunto. Outros exemplos incluem a vigilância de uma crise financeira que pode alastrar a vários países.⁴⁸

Quando o país que contribui mais determina o nível de disponibilização: os bens públicos mundiais de melhor resultado

No caso dos bens públicos mundiais de melhor resultado, se pelo menos um país considerar que a disponibilização é do seu interesse e puder contribuir com o que é necessário [o que o torna o melhor “atirador” (shooter)], é provável (mas não inevitável) que disponibilize o bem público mundial quando tiver os recursos para o fazer.⁴⁹ Antes da criação das instituições financeiras multilaterais, após a Segunda Guerra Mundial, a cédência de liquidez internacional de último recurso era um bem público mundial de melhor resultado: bastava que um país tivesse capacidade e vontade.⁵⁰

Se vários países estiverem a tentar obter o mesmo bem público mundial, a coordenação de esforços para permitir o melhor “atirador” ou a conjugação de esforços para procurar complementaridades (através de organizações multilaterais, por exemplo) aumenta a eficiência e, muitas vezes, a perspetiva de sucesso.⁵¹

Os bens públicos mundiais de melhor resultado são uma faca de dois gumes. É provável que sejam fornecidos quando os recursos estão alinhados com os interesses do melhor “atirador”, mas deixam o mundo vulnerável a uma situação em que o melhor “atirador”, é capaz mas não quer contribuir. Assim, os países podem ser motivados a reunir recursos⁵² para abordagens multilaterais que tornem o mundo menos vulnerável a um desalinhamento entre a capacidade e a vontade de contribuir para um bem público mundial de melhor resultado. Ainda assim, os países de rendimento mais elevado, com mais recursos e capacidades, são essenciais na disponibilização de bens públicos mundiais de melhor resultado, dada a necessidade de uma ação concentrada.

“Os bens públicos mundiais de melhor resultado são uma faca de dois gumes. É provável que sejam fornecidos quando os recursos estão alinhados com os interesses do melhor “atirador”, mas deixam o mundo vulnerável a uma situação em que o melhor “atirador” é capaz mas não quer contribuir

É possível pensar noutras formas de resolver o desalinhamento entre a capacidade e a vontade de disponibilizar os bens públicos mundiais de melhor resultado. Por exemplo, um país com recursos suficientes para disponibilizar um bem público mundial de melhor resultado pode ver-se obrigado a contribuir, demonstrando, assim, a sua capacidade de liderança ou mostrando-se recetivo a um apelo para se conformar com as normas internacionais. E outros agentes além dos Estados – por exemplo, organizações da sociedade civil e fundações filantrópicas – podem desempenhar um papel fundamental na definição dessas normas, tanto entre países como no interior de cada país, para que os países com recursos disponibilizem efetivamente os bens públicos mundiais de melhor resultado.⁵³

Quando a contribuição de cada país é cumulativa: disponibilização de bens públicos mundiais de soma

Os países que prosseguem exclusivamente os seus próprios interesses são normalmente incentivados a contribuir pouco ou nada para os bens públicos mundiais de soma, devido à possibilidade de alguns países poderem recorrer ao parasitismo (não contribuir) ou ao oportunismo (contribuir com poucos recursos).⁵⁴ Assim, os países tenderão a não contribuir o suficiente

para alcançar o que seria coletivamente desejável para o mundo.⁵⁵ Uma vez que os países variam tanto em termos de interesses como de recursos, estas diferenças exacerbam ainda mais o desafio de disponibilizar bens públicos mundiais de soma.

É necessário conciliar interesses divergentes e chegar a acordo sobre o montante da contribuição voluntária dos países. A equidade torna-se primordial na formação do acordo.⁵⁶ Para resolver o problema da equidade podem ser necessárias transferências internacionais ou recursos de países com maiores capacidades de dotação ou que tenham contribuído mais para os problemas, como no caso dos gases com efeito de estufa na atmosfera, determinados pelas emissões atuais e passadas.⁵⁷ Muitos dos impactos negativos das alterações climáticas ocorrerão mais rapidamente e com maior intensidade nas regiões que menos contribuíram para as alterações climáticas.⁵⁸ E as transferências internacionais podem ser motivadas não pelo altruísmo, mas pelo desejo de corrigir injustiças, o que pode ser necessário para aumentar as perspetivas de contribuições generalizadas para um bem público mundial de soma.⁵⁹ Os bens públicos mundiais requerem frequentemente recursos novos e adicionais, e é fundamental que estes não sejam desviados dos fluxos fornecidos com uma motivação diferente, como a ajuda pública ao desenvolvimento.⁶⁰

Quando tudo se resume ao país que menos contribui: disponibilização de bens públicos mundiais de elo mais fraco

Ao contrário dos bens públicos mundiais de soma, os incentivos são muito diferentes no que toca aos bens públicos mundiais de elo mais fraco. Se todos os países partilham interesses e recursos semelhantes, não há qualquer incentivo para que um país não contribua.⁶¹ É claro que os recursos e os interesses dos países são diferentes, por isso, quando os interesses são comuns, as perspetivas de disponibilização de bens públicos mundiais de elo mais fraco melhoram à medida que a desigualdade de recursos diminui entre os países,⁶² fornecendo uma justificação sólida para as transferências internacionais de recursos ou capacidades⁶³ daqueles que os detêm para aqueles que não os detêm.⁶⁴ Mas que países melhores dotados de recursos efetuam as transferências (caixa 3.2)? Os países mais ricos podem ver-se confrontados com preocupações de parasitismo – e, portanto, com incentivos para não contribuir para estas transferências. E, talvez, surpreendentemente, quanto maior for o número de países ricos, maiores poderão ser as preocupações com o parasitismo.⁶⁵

Tal como acontece com os bens públicos mundiais de melhor resultado, os bens públicos mundiais de elo

Caixa 3.2 Que fatores motivam os países a contribuírem para os bens públicos mundiais?

Os pressupostos sobre o comportamento humano e as suas implicações para a forma como os países agem no contexto internacional moldam as perspectivas de disponibilização de bens públicos mundiais, bem como as medidas propostas que poderiam ser postas em prática para melhorar a sua disponibilização quando essas perspectivas são escassas.¹ Por exemplo, alguns argumentaram que era necessário um país hegemónico para disponibilizar o bem público mundial de um prestamista internacional de última instância durante as crises económicas mundiais antes da criação das instituições de Bretton Woods.²

Dado que os países agem geralmente de forma independente para preservar a sua autonomia (em especial no que diz respeito às preocupações em matéria de segurança),³ é razoável supor que as perspectivas de disponibilização de bens públicos mundiais terão de ser exploradas num contexto em que a comunidade mundial continua a ser um sistema de Estados politicamente autónomos com interesses, preferências, recursos e poder diversos e, por conseguinte, com uma vontade e uma capacidade heterogéneas de contribuir para os bens públicos mundiais. Também é razoável assumir que os países tentam antecipar e reagir estrategicamente às ações dos outros países.⁴

Para dar um primeiro passo na análise das perspectivas de disponibilização de bens públicos mundiais e das formas de os melhorar quando necessário, pode partir-se do pressuposto de que os países considerarão contribuir para os bens públicos mundiais com base na medida em que essa contribuição favorece os seus interesses ou preferências, limitado pelos recursos de que dispõem.⁵ Esta premissa restrita é flexibilizada mais à frente no relatório.

Notas

1. Tal como defendido para o comportamento dos Estados em termos mais gerais em Kirshner (2022). 2. Este é o argumento apresentado por Kindleberger (1986, p. 11), que se mostrou céptico quanto à confiança nas regras durante esses períodos: “Para concluir, gostaria de sublinhar mais uma vez a minha preocupação com o facto de os políticos, economistas e cientistas políticos poderem vir a acreditar que o sistema deve ser sempre gerido por regras, incluindo regimes, e não por pessoas. As regras estão desejavelmente na moda. Na crise, a necessidade é de decisão.” Para argumentos na mesma linha, ver Keohane (1984) e Axelrod e Keohane (1985). 3. Kirshner 2022. 4. É este o pressuposto da maior parte da literatura (Buchholz e Sandler 2021), incluindo Barrett (2003a), que é um caso raro em que a análise económica e a teoria das relações internacionais são utilizadas para explorar a disponibilização de bens públicos mundiais. 5. Isto é o que Ruggie (1998) descreveu (criticamente) como uma premissa neoutilitarista.

mais fraco são também uma faca de dois gumes. Imaginemos um país que decide não contribuir, ou é incapaz de o fazer, para um bem público mundial de elo mais fraco (não travar a propagação de espécies invasoras, não eliminar o terrorismo transnacional ou as redes criminosas ou não impedir a proliferação de armas nucleares). Nesse caso, o mundo inteiro está em risco. Um país que decida não contribuir para um bem público mundial de elo mais fraco pode atuar como um perturbador, impedindo a disponibilização para todos.⁶⁶

Utilização de bens públicos mundiais na resposta à Covid-19 — Perspetiva

O controlo da transmissão do vírus que causa a Covid-19 (SARS-CoV-2) pode ser visto através do prisma de um bem público mundial de elo mais fraco: o controlo não pode ser alcançado até que ocorra em todos os países.⁶⁷ Assim, o país com menos capacidade para controlar a transmissão do vírus determina o nível de disponibilização deste bem público mundial para todos os outros. As perspectivas de disponibilização de bens públicos mundiais de elo mais fraco são favoráveis quando os países têm interesses e recursos semelhantes, mas a situação torna-se mais confusa num mundo assolado por disparidades em ambos. A aplicação de uma perspetiva assente nos bens públicos mundiais

no início da pandemia evidenciou esses desafios e potenciais soluções, incluindo a importância crucial da transferência de recursos e capacidades para os países menos aptos a controlar a transmissão do vírus.⁶⁸

Na resposta a uma pandemia estão em jogo múltiplos bens públicos mundiais. Muitos deles não são bens públicos mundiais de elo mais fraco, o que leva a alguns dos desafios de disponibilização que se podem esperar de outros tipos de bens públicos mundiais.⁶⁹ Uma vez que a Covid-19 foi causada por um novo vírus, estes desafios foram exacerbados pela incerteza científica, bem como pela ambiguidade e incoerência das políticas.⁷⁰ A resposta à pandemia implicou a disponibilização de bens públicos mundiais de elo mais fraco (controlo da transmissão do vírus), de bens públicos mundiais de soma (reunir recursos para reforçar as ligações mais fracas) e de bens públicos mundiais de melhor resultado (a ciência subjacente ao desenvolvimento das vacinas, a sequenciação do genoma do vírus). Os múltiplos desafios, a várias escalas e com diferentes agentes, contribuíram para uma pandemia mais prolongada, com um acesso altamente desigual às vacinas e com efeitos duradouros no desenvolvimento humano documentados no capítulo 1, que afetaram sobretudo os países de baixo e médio rendimento.⁷¹ Explicar os desafios de disponibilizar diferentes tipos de bens públicos mundiais pode permitir melhores respostas no futuro.

Assim, a reduzida oferta de bens públicos mundiais, com custos elevados a nível mundial, pode também ser um fator de desigualdade (destaque 3.2). O impacto da pandemia de Covid-19 não deveria ter sido uma surpresa, dado que a incapacidade de controlar a transmissão de algumas doenças transmissíveis a nível mundial resulta na perda de vidas, na impossibilidade de as pessoas terem uma vida saudável e em enormes custos económicos globais.⁷² Em contrapartida, os retornos do controlo das doenças transmissíveis são muito elevados, em especial no que se refere ao bem público mundial de elo mais fraco que é a erradicação das doenças. Para a erradicação da varíola (certificada em 1979),⁷³ o rácio benefício-custo foi estimado em mais de 100 para 1,⁷⁴ e os benefícios revertem perpetuamente para as gerações futuras.⁷⁵ Nem todas as doenças transmissíveis são passíveis de erradicação,⁷⁶ mas as que o são (como é o caso da poliomielite) continuam a inspirar esforços por parte da comunidade internacional, precisamente porque os benefícios líquidos são muito elevados.⁷⁷ No entanto, a natureza de elo mais fraco da erradicação de doenças pode ser cruel. Embora dois dos três vírus selvagens da poliomielite tenham sido erradicados (o tipo 2 em 2015 e o tipo 3 em 2019),⁷⁸ os esforços para a erradicação da poliomielite não foram bem sucedidos até à data – e falharam várias datas-alvo – porque a terceira estirpe do vírus (o poliovírus selvagem (natural) tipo 1) persiste apenas em algumas pequenas áreas no Afeganistão e no Paquistão, e o poliovírus de tipo 2 derivado de vacina também continua a circular.⁷⁹

“a reduzida oferta de bens públicos mundiais, com custos elevados a nível mundial, pode também ser um fator de desigualdade

Da análise que se segue, resultam três conclusões fundamentais. Em primeiro lugar, é necessário considerar uma série de diferentes tipos de bens públicos mundiais com diferentes agregações e conceber mecanismos que aumentem as possibilidades de resolver os estrangulamentos para cada tipo de bem público mundial.⁸⁰ Em segundo lugar, o que constitui um bem público mundial é muitas vezes uma questão de escolha, e a necessidade de disponibilizar bens públicos mundiais pode ser aproveitada para aproximar os países. Em terceiro lugar, podem ser concebidas e criadas instituições para melhorar a disponibilização de bens públicos mundiais.

Vigilância insuficiente das doenças

Um bem público mundial fundamental para o controlo das doenças transmissíveis é a vigilância das doenças, que pode por si só ser considerada um bem público

mundial de elo mais fraco.⁸¹ A reduzida oferta pode resultar do facto de os países não terem capacidade para efetuar a vigilância. No final de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) informou que 30 por cento dos países não dispunham de um plano nacional de preparação e resposta à Covid-19 e apenas metade dispunha de programas nacionais de prevenção e controlo de infeções, bem como de normas de água, saneamento e higiene para os prestadores de cuidados de saúde.⁸²

Contudo os países podem enfrentar incentivos que funcionam contra a divulgação total de surtos de doenças à comunidade internacional, o que pode ser exacerbado no caso de um novo agente patogénico para o qual as soluções farmacêuticas ainda não são adequadas.⁸³ Estes incentivos incluem o receio de ações punitivas por parte de terceiros sob a forma de restrições em matéria de comércio e de viagens.⁸⁴ Estas medidas unilaterais foram tomadas durante a pandemia de Covid-19. Por exemplo, a África do Sul comunicou ao mundo a nova variante Omicron em novembro de 2021, apenas para que vários países de rendimento alto proibissem os voos a partir da África do Sul.⁸⁵ Assim, a desigualdade tanto em termos de recursos como de capacidades – e de preferências em relação à divulgação de surtos – contrariou a disponibilização do bem público mundial da vigilância da Covid-19. Também faltaram muitas vezes medidas que poderiam ter melhorado a disponibilização: a contribuição de recursos e capacidades para os países necessitados e a coordenação de respostas à divulgação de novas variantes de uma forma previsível.

Falta de equidade no acesso às vacinas

Proporcionar um acesso equitativo às futuras vacinas contra a pandemia em 100 dias⁸⁶ requer a disponibilização eficaz dos bens públicos mundiais de melhor resultado associada à ciência e à tecnologia e o reforço dos potenciais elos fracos na capacidade de vigilância e de produção de vacinas.⁸⁷ Tal inclui potencialmente a criação de centros de produção de vacinas, como a Parceria para o Fabrico de Vacinas em África, sob os auspícios dos Centros Africanos de Controlo e Prevenção de Doenças da União Africana,⁸⁸ e estabelecer um tratado global sobre prevenção, preparação e resposta a pandemias no âmbito da Assembleia Mundial da Saúde.⁸⁹

Um relato dos bens públicos mundiais sobre a forma como se desenrolou a desigualdade no acesso às vacinas contra a COVID-19 pode ajudar a preparar melhor o futuro (destaque 6.3). Por exemplo, o prognóstico complexo para a disponibilização de bens públicos mundiais de elo mais fraco ajuda a compreender o que aconteceu. Para apoiar os países com

pouca capacidade de vigilância e acesso a vacinas, o objetivo de alcançar o controlo global da doença⁹⁰ foi invocado (“Ninguém está seguro, até que todos estejam seguros” é o título da página inicial da iniciativa COVAX (Acesso Global às Vacinas da COVID-19)⁹¹). Este argumento poderia ter incentivado os países de rendimento alto a apoiarem financeiramente os potenciais elos mais fracos, mas, nesse caso, esses países confrontar-se-iam com o desafio do parasitismo sobre quem deve contribuir e com quanto.⁹² Assim, embora cada país tivesse um incentivo para contribuir para a promoção do seu próprio interesse, a necessidade de reunir recursos transformou o desafio num desafio com as características de um bem público mundial de soma – porque cada país podia aproveitar a contribuição dos outros.⁹³

Verificou-se uma manifesta falta de coordenação na implementação de respostas previsíveis às notificações de surtos de doenças ou de novas variantes – não por falta de esforços da OMS em várias frentes, desde as orientações sobre viagens até ao apoio à vigilância das doenças. Muitas destas orientações foram ignoradas.⁹⁴ Os argumentos éticos e morais, alguns propostos com uma precisão excepcional, não conseguiram influenciar o comportamento dos países.⁹⁵ As consequências destas ações dos países de rendimento alto continuam a ser profundas, na medida em que muitos países de médio e baixo rendimento se sentiram deixados para trás e tratados de forma injusta.⁹⁶

A ciência que permite a resposta à Covid-19: foram disponibilizados bens públicos mundiais de melhor resposta

O desenvolvimento das vacinas contra a COVID-19 só foi possível através da disponibilização de bens públicos mundiais de melhor resultado. O bem público mundial de melhor resultado mais direto foi proporcionado pelos cientistas que sequenciaram e publicaram a composição genómica do vírus SARS-CoV-2 que causa a Covid-19.⁹⁷ Os outros bens públicos mundiais de melhor resultado foram as descobertas científicas publicadas em revistas ao longo de pelo menos duas décadas que, entre outras coisas, demonstraram como a proteína da espícula dos coronavírus era um alvo privilegiado para pelo menos alguns tipos de vacinas – incluindo a primeira a ser licenciada para a Covid-19.⁹⁸ O financiamento público da ciência sustentou estes bens públicos mundiais de melhor resultado, tendo só os Institutos Nacionais de Saúde dos EUA afetado 17,2 mil milhões de dólares a tecnologias de vacinação entre 2000 e 2019.⁹⁹ Mas tanto os desafios de coordenação *ex ante* como *ex post* impediram a disponibilização de vacinas contra a COVID-19 como um bem público mundial,¹⁰⁰ apesar da defesa nesse sentido.¹⁰¹ Alguns

países tentaram mesmo ativamente atrair esforços noutros países para desenvolver uma vacina para o seu próprio campo.¹⁰²

“O desenvolvimento das vacinas contra a COVID-19 só foi possível através da disponibilização de bens públicos mundiais de melhor resultado

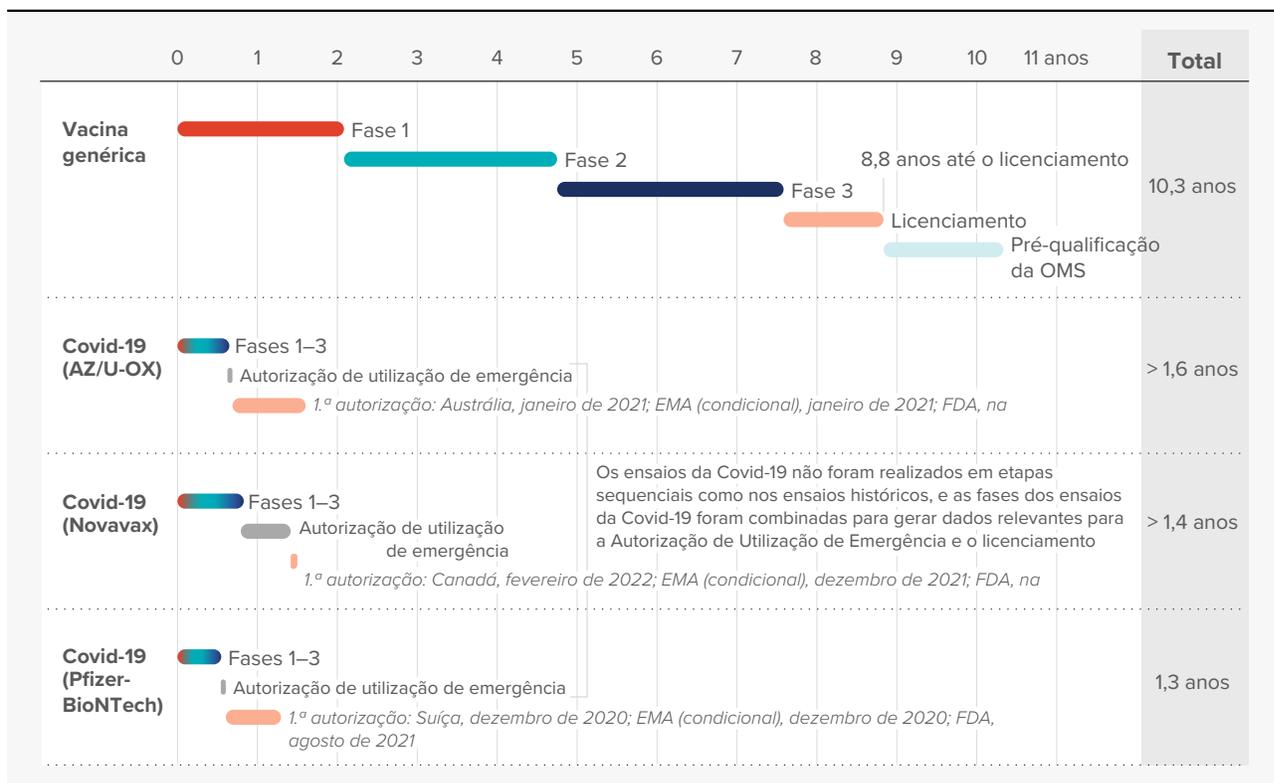
O desenvolvimento de vacinas contra a Covid-19 foi um feito notável – como o prognóstico para a disponibilização de bens públicos mundiais de melhor resultado deveria ter levado a esperar. As capacidades estavam concentradas nos países de rendimento alto, onde se encontravam quase dois terços dos desenvolvedores responsáveis pelo combate à Covid-19 em abril de 2020, um mês após a declaração da pandemia em 11 de março de 2020,¹⁰³ a maioria sediados na América do Norte e na Europa.¹⁰⁴ As capacidades estavam alinhadas com os interesses, bem como com uma grande mobilização de financiamento público e um acordo generalizado sobre a necessidade de dar prioridade aos esforços de vacinação.¹⁰⁵ O desenvolvimento clínico e a aprovação das vacinas demoram normalmente entre 5 a 10 anos, sendo que apenas 10 por cento das vacinas candidatas obtêm aprovação.¹⁰⁶ Mas como resultado da mobilização maciça de recursos públicos,¹⁰⁷ a primeira autorização para utilização de emergência de uma vacina contra a Covid-19 por uma autoridade reguladora rigorosa (a Food and Drug Administration, FDA) dos EUA foi emitida em 11 de dezembro de 2020, menos de um ano após a declaração da pandemia (figura 3.1).¹⁰⁸

Grande parte do financiamento público assumiu a forma de acordos prévios de aquisição por países de rendimento alto que excederam largamente as necessidades desses países.¹⁰⁹ Por exemplo, os Estados Unidos disponibilizaram 29,2 mil milhões de dólares em fundos públicos para a compra de vacinas (desde o início da pandemia até março de 2022), 2,2 mil milhões de dólares para apoiar ensaios clínicos e 108 milhões de dólares para apoiar o fabrico e a ciência básica e translacional.¹¹⁰ Este “acordo prévio de aquisição” é há muito defendido como um incentivo potencialmente poderoso para a descoberta de vacinas e medicamentos e para a inovação tecnológica em geral.¹¹¹ Este parece ter sido o principal fator determinante para a participação do setor privado no desenvolvimento de vacinas contra a COVID-19, dada a redução substancial dos riscos decorrente dos acordos prévios de aquisição.¹¹²

Instituições para facilitar os bens públicos mundiais

A resposta à Covid-19 envolveu a procura de bens públicos mundiais de melhor resultado (compreender a

Figura 3.1 O processo de autorização para as vacinas contra a Covid-19 foi rápido e sem precedentes



EMA é a Agência Europeia de Medicamentos. FDA é a Autoridade dos Alimentos e Medicamentos dos EUA. na é não aplicável. OMS é a Organização Mundial da Saúde.

Fonte: Wellcome Trust 2022.

ciência subjacente às vacinas, sequenciar o genoma do vírus SARS-CoV-2), bens públicos mundiais de soma (reunir recursos para reforçar os elos fracos) e bens públicos mundiais de elo mais fraco (controlar a propagação do vírus). Os múltiplos desafios, a várias escalas e com diferentes agentes, contribuíram para uma pandemia mais longa, com um acesso altamente desigual às vacinas e com efeitos económicos duradouros que sobrecarregaram sobretudo os países de baixo e médio rendimento. Compreender os desafios de disponibilizar diferentes tipos de bens públicos mundiais com diferentes agregações poderá permitir melhores respostas no futuro.

De facto, uma perspetiva de bens públicos mundiais abre a possibilidade de melhorar a disponibilização de bens públicos mundiais através de instituições que reformulam os incentivos, fornecem informações e transferem recursos.¹¹³ Muitos tipos diferentes de instituições – e mesmo agentes como as organizações da sociedade civil e processos como os movimentos sociais – podem desempenhar estes papéis, a várias escalas,¹¹⁴ mas quatro tipos de instituições internacionais têm um papel determinante na disponibilização de bens públicos mundiais:¹¹⁵

- **Organizações multilaterais.**¹¹⁶ Congregando recursos dos países, criando economias de gama e reduzindo os custos de transação, estas organizações apoiam eficazmente a disponibilização de múltiplos bens públicos mundiais. Incluem as Nações Unidas e as suas agências, fundos e programas especializados (incluindo a Organização Internacional do Trabalho, o Programa das Nações Unidas para o Ambiente e a OMS), bem como instituições financeiras internacionais como o FMI e o Banco Mundial (que são formalmente agências especializadas da ONU com governação autónoma). As organizações multilaterais podem financiar diretamente bens públicos mundiais (o FMI fornece liquidez durante uma crise da balança de pagamentos) ou coordenar ações entre países (a OMS durante emergências sanitárias, a Organização Internacional de Polícia Criminal – mais conhecida por INTERPOL – no caso de crime transnacional).
- **Tratados internacionais.**¹¹⁷ Frequentemente negociados sob os auspícios de organizações multilaterais, os tratados internacionais prestam múltiplos serviços que apoiam a disponibilização de bens públicos mundiais: divulgação de informações científicas (para reduzir a incerteza durante as negociações),

convocação das partes negociadoras e controlo e promoção do cumprimento após a ratificação dos tratados. Estes tratados apoiam frequentemente os bens públicos mundiais associados à gestão das repercussões ambientais.¹¹⁸ Entre os exemplos contam-se a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas, o Protocolo de Montreal sobre as Substâncias que Deterioram a Camada de Ozono e a Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies Ameaçadas de Extinção. Com muita frequência, os tratados eficazes devem assegurar conjuntamente mais do que um bem público mundial. Por exemplo, um tratado eficaz sobre o clima poderá ter de disponibilizar pelo menos dois bens públicos mundiais: a atenuação das alterações climáticas, bem como novas ideias e tecnologias que reduzam os custos da atenuação.¹¹⁹ Um tratado sobre prevenção, preparação e resposta a pandemias poderá também ter de disponibilizar vários bens públicos mundiais, como está atualmente a ser considerado.¹²⁰

- *Clubes*. Os países podem criar clubes quando é possível excluir os não participantes dos benefícios dos bens públicos mundiais.¹²¹ As estruturas de incentivo dos clubes – dado o melhor prognóstico para o fornecimento que lhes está associado: a exclusão implica que o parasitismo não é uma preocupação – tornam-se relevantes para melhorar a disponibilização de bens públicos mundiais.¹²²
- *Regimes internacionais*. Os regimes globais de transportes e comunicações disponibilizam bens públicos

mundiais que permitem o comércio marítimo e as telecomunicações eletrónicas, frequentemente sob a jurisdição de instituições multilaterais, como a Organização Marítima Internacional ou a União Internacional das Telecomunicações.

Estas instituições estão a ser mobilizadas para retirar lições da pandemia de Covid-19 e melhorar a resposta a futuras pandemias. As lições da pandemia apontam para a necessidade de uma ambição muito elevada: estima-se que os recursos globais necessários para a preparação e resposta a uma pandemia ao longo de 5 a 10 anos sejam na ordem das centenas de milhares de milhões de dólares.¹²³ Mas os benefícios também seriam extremamente elevados,¹²⁴ como o demonstram a perda de vidas e de meios de subsistência e o custo económico da pandemia (capítulo 1). Os benefícios das vacinas contra a pandemia vão muito além da saúde.¹²⁵

A análise deste capítulo sublinha a forma como as instituições que reformulam os incentivos, a informação e os recursos podem melhorar a disponibilização de bens públicos mundiais quando se parte do princípio de que os países estão a defender os seus interesses. À medida que avançamos para a parte II do relatório, o capítulo 4 explora outras perspetivas que continuam com esta premissa, mas também apresenta uma visão mais ampla das determinantes potenciais da ação coletiva. Isto alarga o âmbito das potenciais intervenções para reforçar a ação coletiva. Revela também a importância crucial de olhar para os padrões emergentes de polarização política dentro dos países.

Os bens comuns da pesca no alto mar

Scott Barrett, *Universidade de Columbia e London School of Economics*

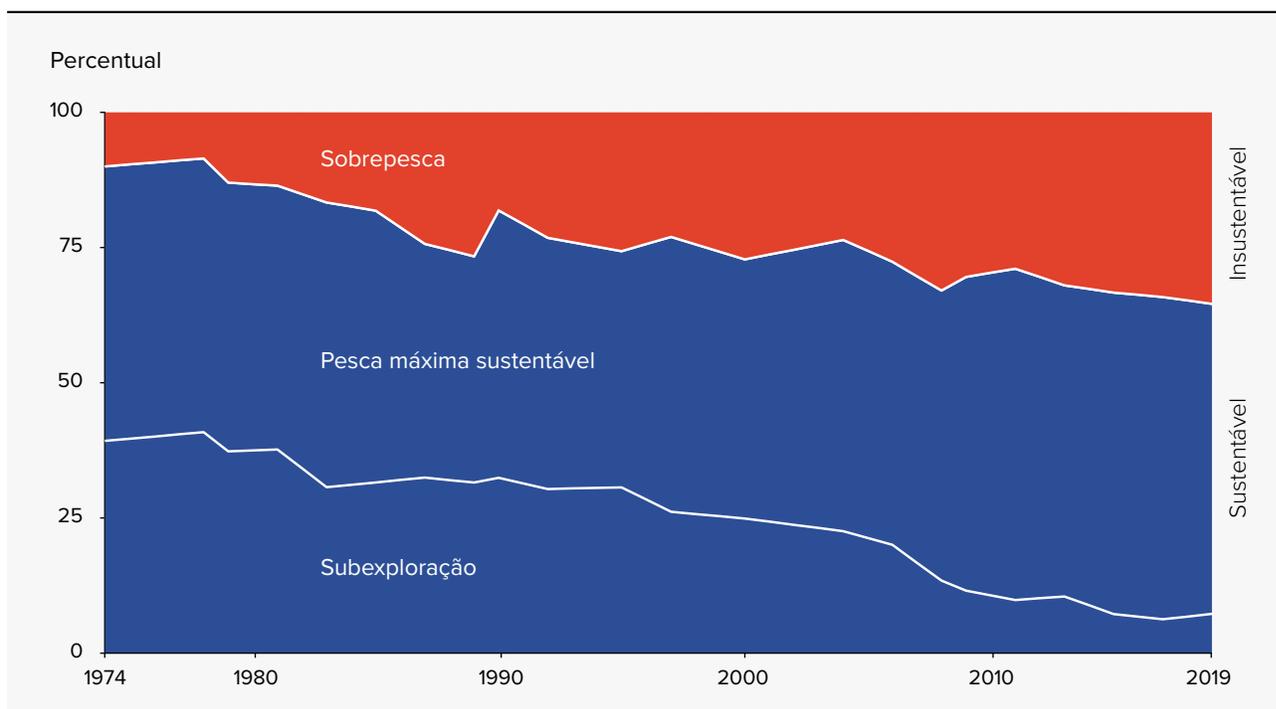
Cerca de um terço das unidades populacionais de peixes do mundo são objeto de sobrepesca (figura S3.1.1). Uma das principais razões deste facto é o regime de direitos de propriedade subjacente: ao abrigo do direito internacional, todos os países podem explorar estes recursos no alto mar¹ Como diz Garrett Hardin no seu artigo clássico, “The Tragedy of the Commons”, se um recurso for detido em comum, todos os potenciais utilizadores têm um incentivo para o explorar sem ter em conta os efeitos sobre os outros. “A liberdade nos bens comuns”, diz ele, “traz a ruína para todos.”²

Um exemplo claro de ruína é o colapso da pesca outrora excessiva de bacalhau no noroeste do Oceano Atlântico. No entanto, a exploração excessiva que não chega ao colapso também resulta em grandes perdas. Se a exploração fosse reduzida a curto prazo, as unidades populacionais reconstituíam-se. Os benefícios líquidos anuais a longo prazo poderiam aumentar de 3 mil milhões de dólares para 86 mil milhões de dólares.³

O que devemos fazer? Se a exploração excessiva for causada pelo facto de o recurso ser detido em comum, a solução óbvia é alterar as regras de acesso. Na década de 1970, o mundo deu um passo importante nessa direção ao estabelecer um direito de propriedade inteiramente novo, as Zonas Económicas Exclusivas (ZEE). As ZEE alargaram o direito exclusivo de cada Estado costeiro de gerir os recursos haliêuticos de 3 milhas a partir da costa (o antigo mar territorial) para 200 milhas (ao mesmo tempo que as ZEE foram estabelecidas, o mar territorial foi alargado de 3 milhas para 12 milhas). Uma vez que a maior parte das pescas se encontra nesta zona, a criação das ZEE permitiu reduzir a pesca excessiva de um só golpe.

Infelizmente, as ZEE, por si só, não podem eliminar a pesca excessiva. Algumas pescas sobrepõem-se a diferentes ZEE. Algumas atravessam as ZEE e o alto mar. Algumas são altamente migratórias. Por último,

Figura S3.1.1 Cerca de um terço das unidades populacionais de peixes do mundo são objeto de sobrepesca



Fonte: FAO 2022.

algumas pescas são exploradas apenas no alto mar. Outro problema é o facto de alguns Estados costeiros não terem capacidade para regular o acesso à pesca nas suas ZEE.

Duas propostas radicais

O que mais é possível fazer? A Comissão Global dos Oceanos (CGC 2014), inspirada na investigação de White e Costello (2014), propôs a interdição da pesca no alto mar. O economista no domínio das pescas Rögnvaldur Hannesson propôs alargar ao máximo as atuais ZEE, eliminando totalmente o alto mar.⁴ Trata-se de propostas radicais. Serão úteis?

Uma primeira constatação é que nenhuma das propostas é ideal. Nenhuma delas teria qualquer efeito sobre as pescas que se encontram apenas nas ZEE existentes, onde são efetuadas 96 por cento das capturas comerciais.⁵ Além disso, nenhuma delas é adequada para resolver o problema da exploração da única espécie capturada exclusivamente no alto mar, a marlonga do Antártico (também conhecida como o robalo chileno). As reivindicações territoriais relativas à Antártida são contestadas, o que torna controverso o alargamento dessas reivindicações. Além disso, e de forma bastante óbvia, fechar estas águas à pesca significaria zero lucros, e não lucros mais elevados.

Embora nenhuma das propostas possa sustentar um resultado ideal, uma ou outra pode melhorar o *status quo*. Ambas reduziriam provavelmente as capturas de populações de peixes altamente migratórias e transzonais, bloqueando a exploração por Estados de pesca longínqua (exceto através de acordos de acesso com Estados costeiros). No entanto, nenhuma das propostas eliminaria o problema da propriedade comum que existe entre os Estados costeiros. Além disso, ambas as propostas restringiriam o acesso dos Estados costeiros a, pelo menos, partes do atual alto mar, aumentando os custos da pesca. É possível, e talvez até provável, que ambas as propostas sejam piores do que o *status quo*.⁶

Mares regionais

Versões das duas propostas já foram aplicadas a uma escala regional.

Todos os seis Estados costeiros do Mar Negro reivindicam uma ZEE, delimitando totalmente este pequeno mar regional.⁷ Do mesmo modo, todos os nove Estados do Mar Báltico reivindicam uma ZEE, cercando-a completamente. Até há pouco tempo, o mar Mediterrâneo era essencialmente aberto. Por

exemplo, embora a França tenha reivindicado uma ZEE no Oceano Atlântico em 1972, só reivindicou uma no Mediterrâneo em 2012. Do mesmo modo, a Espanha reivindicou uma ZEE no Atlântico em 1978 e no Mediterrâneo em 2013. A Itália reivindicou uma ZEE em 2021. Muitas reivindicações no Mediterrâneo Oriental são motivadas pelo interesse em desenvolver recursos de gás natural. Várias zonas são objeto de disputa. Não há muito tempo, os Estados do Mediterrâneo abstiveram-se de reivindicar uma ZEE por receio de que isso apenas incentivaria outros a fazê-lo, restringindo os locais onde as frotas de todos os Estados deste mar regional podiam pescar. O equilíbrio foi agora quebrado. Uma vez que a largura do Mediterrâneo é inferior a 400 milhas em todas as direções, este mar regional está agora totalmente fechado. O efeito desta alteração ao nível dos direitos de propriedade na conservação das pescas e nas rendas está ainda por determinar.

Em 2010, no Oceano Pacífico Ocidental e Central, as oito Partes no Acordo de Nauru bloquearam o acesso dos cercadores com rede de cerco com retenida às zonas de alto mar rodeadas pelas suas ZEE, condicionando o acesso às suas ZEE à ausência de pesca nas zonas de alto mar (high seas pockets).⁸ Dado que as ZEE circundantes são muito maiores do que as zonas de alto mar e que a pesca exclusiva nas zonas de alto mar não é económica, esta medida revelou-se um dissuasor eficaz. No entanto, o encerramento das zonas de alto mar apenas aumentou a pesca nas ZEE adjacentes e não contribuiu comprovadamente para a conservação das pescarias.⁹

O encerramento destas zonas de alto mar foi possível graças a um acidente geográfico: o poder de influência de que beneficiam principalmente os pequenos Estados insulares que possuem ZEE adjacentes. Em contrapartida, as duas propostas radicais acima referidas exigiriam uma alteração do direito internacional. Uma questão não abordada por Hannesson ou pela Comissão Global dos Oceanos é a forma como as suas propostas seriam aceites na lei.

Direitos de propriedade estabelecidos no direito consuetudinário

Estamos habituados a que grandes ideias como o cerco dos mares e o encerramento do alto mar sejam alcançadas através de negociações internacionais que conduzam à adoção de um novo tratado. No entanto, apesar de as ZEE terem surgido quando a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar estava a ser negociada e estarem codificadas nesse acordo, este novo direito de propriedade foi

reconhecido como aplicável no direito consuetudinário muito antes da entrada em vigor do Direito do Mar. As duas ideias radicais para alterar as disposições existentes em matéria de direitos de propriedade também teriam de ser estabelecidas no direito consuetudinário. A razão é simples: os tratados só se aplicam aos países que tenham manifestado o seu consentimento em ficar vinculados aos mesmos. Assim, um país pode facilmente evitar ficar vinculado a uma nova regra estabelecida num tratado, optando por não participar no tratado. Ao invés, o direito consuetudinário aplica-se universalmente. Embora os Estados Unidos não tenham ratificado o Direito do Mar, aceitam que o direito consuetudinário é aplicável às ZEE.

No entanto, em comparação com os tratados, o direito consuetudinário é uma instituição inescrutável. O costume não é negociado explicitamente. Nem exige o consentimento explícito de cada país. Existe um direito consuetudinário se os Estados se comportarem de acordo com esse direito – e o fizeram na convicção de que são legalmente obrigados a fazê-lo.¹⁰

Uma vez que o costume se baseia em crenças, alguns académicos do direito internacional questionaram a sua existência, já para não falar da sua aplicabilidade.¹¹ O costume molda realmente o comportamento, ou é apenas um nome dado a comportamentos que refletem interesses próprios nacionais?

Uma forma de saber se o costume existe e tem efeitos reais é identificar as situações em que um país estaria melhor se se desviasse de uma regra consuetudinária, mas se abstém de o fazer (mais uma vez, porque acredita que isso violaria o direito internacional). Os Grandes Bancos, uma zona de pesca famosa pela sua riqueza ao largo da costa oriental do Canadá, ultrapassam as 200 milhas da ZEE do país em dois locais, o “Nose” e o “Tail” (uma terceira zona próxima, o cabo Flemish, situa-se totalmente fora da ZEE). Se o costume se limitasse a codificar ações que refletissem os interesses nacionais, o Canadá teria reivindicado uma ZEE alargada nestas áreas. Sabemos isto porque, no passado, o Canadá e a União Europeia, em particular a Espanha, entraram em conflito por causa da pesca nas ZEE. Em 2002, após anos de pesca excessiva por parte de frotas estrangeiras, uma comissão parlamentar canadiana procurou determinar se o Canadá deveria exercer um controlo unilateral sobre estas zonas. Apesar do seu óbvio motivo de interesse próprio para o fazer, a recomendação do comité foi contra a mudança, considerando que outros países se oporiam à mesma.¹² A adesão do Canadá ao limite das 200 milhas é, portanto, uma forte prova da influência do direito consuetudinário sobre o comportamento do Estado.

De um modo mais geral, a nível global, a pesca não autorizada é 80 por cento mais baixa dentro das ZEE do que fora delas.¹³ Isto significa sobremaneira que os Estados costeiros estão a fazer cumprir as suas ZEE existentes (presumivelmente, porque as ZEE são valiosas para eles) e que poderiam lucrar se alargassem ainda mais as suas ZEE. Contudo, de acordo com o direito consuetudinário, um Estado só pode alargar legalmente a sua ZEE se os outros concordarem com a alteração, o que é suscetível de levar outros a alargarem as suas ZEE. Embora um Estado ganhasse claramente com o alargamento unilateral da sua ZEE, poderia acabar por perder quando outros alargassem também as suas ZEE. O costume tem uma influência restritiva em termos de comportamento.¹⁴

Até agora, os países têm mostrado pouco interesse em reivindicar qualquer uma das propostas radicais a nível global. Mas desviaram-se da regra da liberdade do alto mar num caso especial.

Ao abrigo do Direito do Mar, os “estados de origem” das espécies anádromas – o salmão, que desova em águas interiores – são reconhecidos como tendo um “interesse primário e responsabilidade sobre essas unidades populacionais.” Os Estados podem pescar salmão, mas “apenas em águas situadas além dos limites exteriores das zonas económicas exclusivas.” Uma vez que esta disposição é aceite por consenso e reforçada pela prática dos Estados, “o direito internacional consuetudinário da liberdade de pesca já não confere qualquer direito de captura [de espécies anádromas] sem o acordo do Estado de origem”, proibindo efetivamente a pesca dirigida ao salmão no alto mar.¹⁵

O salmão pode ser encontrado tanto no Pacífico Norte como no Atlântico Norte, mas só é capturado no alto mar no Pacífico Norte.¹⁶ Dado que o salmão se desloca através das ZEE de diferentes Estados de origem no Pacífico Norte, a proibição transforma o que teria sido um recurso de acesso livre num recurso detido em comum apenas pelos Estados de origem. Ao limitar o número de países com acesso à pescaria, a proibição diminui provavelmente a exploração excessiva. Também é provável que contribua para a eficiência, porque uma gestão eficiente exige que se visem “espécies específicas, grupos etários específicos e grupos individuais”, o que só é possível na altura em que os peixes se aproximam do estado de origem e segregam-se para regressar aos seus rios de origem.¹⁷ Além disso, nesta altura os peixes têm o tamanho máximo e reúnem-se em grande número. Por último, para garantir a sustentabilidade, as águas interiores devem ser protegidas para a desova. Ao conceder aos Estados de origem direitos especiais de pesca destas espécies, a proibição no alto mar também incentiva estes Estados a salvaguardar o acesso

do salmão às suas zonas de desova. No caso do salmão, a proibição de pesca no alto mar aumenta claramente a eficácia.

Porque é que esta exceção foi autorizada? Quando o Direito do Mar estava a ser negociado, os únicos Estados que apresentaram propostas para as espécies anádromas foram o Canadá, a Irlanda, o Japão, a União Soviética e os Estados Unidos: todos Estados de origem. Além disso, nenhum Estado protestou contra o facto de os Estados de origem terem uma reivindicação especial sobre as unidades populacionais anádromas,¹⁸ mesmo os Estados que mais beneficiam da pesca no alto mar (o Japão, no oceano Pacífico, e a Dinamarca, guardiã da Gronelândia e das ilhas Faroé, no oceano Atlântico). Esta situação não se aplica às pescas em geral.

Nada impede os países de cercarem o alto mar ou de o fecharem à pesca ao abrigo do direito consuetudinário. De facto, a teoria sugere que os Estados o farão quando isso aumentar a eficiência.¹⁹ Os Estados podem não ter adotado nenhuma das propostas radicais por não estarem convencidos de que isso resolveria o problema da pesca excessiva.

Acordos de cooperação estabelecidos no direito dos tratados

Como resolver o problema da pesca excessiva? Para Garret Hardin, só existe uma solução: “coerção mútua, acordada pela maioria das pessoas afetadas”.²⁰ Esta solução, no entanto, pressupõe a existência de uma instituição democrática com o poder de impor e fazer cumprir um resultado. Estas instituições existem a nível nacional, mas não a nível mundial. Além disso, é difícil vislumbrar como é que uma tal instituição poderia surgir. Afinal, o mar territorial é uma extensão do território terrestre de um Estado costeiro, e uma ZEE é uma extensão do mar territorial desse Estado. Uma proposta mais limitada atribuiria o direito exclusivo de pescar no alto mar a uma única parte, uma organização mundial de pesca no alto mar. Contudo, a maior parte da atividade piscatória do alto mar sobrepõe-se às ZEE e há boas razões para gerir a pesca com uma unidade coerente: desde logo, a lógica das organizações regionais de gestão das pescas.

Elinor Ostrom concorda com o diagnóstico de Hardin sobre as razões da tragédia dos bens comuns, mas discorda fortemente da sua conclusão sobre a necessidade de uma solução centralizada.²¹ Para Ostrom, se os utilizadores de um recurso de propriedade comum perdem com a exploração intensiva, têm um incentivo para cooperar para evitar a mesma. De facto, Ostrom apresenta numerosos exemplos de cooperação bem sucedida, mas todos

eles a nível local. Num artigo posterior, Ostrom e os seus coautores reconhecem que a cooperação a nível internacional é mais difícil.²² Apresentam várias razões para este facto, mas uma destaca-se: a regra do “consentimento voluntário para negociar tratados”.²³ Como já foi referido, ao abrigo do direito internacional, os países são livres de celebrar ou não acordos de cooperação, conforme lhes aprouver. Os tratados, incluindo os tratados que estabelecem organizações regionais de gestão das pescas, devem ser autoaplicáveis.²⁴

A questão mais crítica para o êxito da elaboração de um tratado é a participação: como conseguir que todos os países que desejam explorar uma determinada atividade piscatória adiram ao acordo. O Direito do Mar tenta fazer isso exigindo que os Estados estabeleçam organizações regionais de pesca com o objetivo de gerir essa atividade. O Acordo das Nações Unidas sobre as Populações de Peixes vai mais longe. O artigo 7.º dispõe que “os Estados costeiros e os Estados que pescam no alto mar têm o dever de cooperar” e o artigo 8.º dispõe que esses Estados devem cumprir “o seu dever de cooperação tornando-se membros de [uma organização regional de gestão das pescas (ORGP)].” De forma crítica, o artigo 8.º dispõe ainda: “Apenas os Estados que são membros de uma tal organização.... terão acesso aos recursos haliêuticos a que essas medidas se aplicam.” Por outras palavras, se um país deseja explorar uma determinada atividade piscatória, deve tornar-se membro da empresa cooperativa criada para gerir a pesca. O problema aqui é que este requisito se aplica apenas aos países que optam por participar no Acordo relativo às Populações de Peixes. A Comissão Global dos Oceanos apelou à ratificação universal deste acordo, mas apelar à participação não cria um incentivo à participação.²⁵ As medidas comerciais seletivas podem ser úteis em alguns casos, mas a liberdade de explorar uma pesca deve, idealmente, ser associada, no direito consuetudinário, à obrigação de participar na organização que gere essa atividade.

No entanto, se uma participação muito reduzida constitui um problema, o mesmo se dirá da participação excessiva. Se todos os países que exploram um recurso participarem num acordo que apoie a sua plena cooperação, o seu sucesso encorajará a entrada de novos países, enfraquecendo o seu incentivo para cooperar em primeira instância. O Acordo sobre as Populações de Peixes afirma que os Estados que têm um “interesse real” numa pesca podem tornar-se membros de uma ORGP, mas quem é que decide que Estados têm esse interesse? O Direito do Mar respondeu a esta questão para o salmão, mas não para a pesca em geral. Uma segunda necessidade do direito consuetudinário é, por conseguinte, limitar o acesso. As ORGP poderiam resolver

os problemas de equidade cobrando uma taxa pelo acesso às zonas de alto mar situadas nos seus territórios (como o Nose e o Tail dos Grandes Bancos e o Cabo Flemish, todos situados no território da Organização das Pescas do Noroeste do Atlântico) e distribuindo as receitas por todos os países, incluindo os países não participantes, de acordo com uma fórmula acordada. O alto mar foi considerado livre numa altura em que se pensava que a pesca era ilimitada.

Conclusão

A pesca excessiva é um problema persistente e crescente para o qual não existe uma solução simples. As soluções em matéria de direitos de propriedade, estabelecidas no direito consuetudinário, e as organizações regionais de gestão das pescas, estabelecidas no direito dos tratados, são ambas úteis. Mas cada uma delas, por si só, não é suficiente para apoiar um resultado eficaz. É provável que se registem mais progressos com a combinação de ambas as abordagens.

NOTAS

1. FAO 2022.
2. Hardin 1968, p. 1244.
3. Banco Mundial 2017.
4. Hannesson 2011.
5. Schiller e outros 2018; <http://www.seaaroundus.org>.
6. Barrett a publicar.
7. Uma parte deste território é atualmente disputada devido à invasão da Ucrânia pela Rússia.
8. Os membros das Partes no Acordo de Nauru são os Estados Federados da Micronésia, Quiribáti, as Ilhas Marshall, Nauru, Palau, Papuásia-Nova Guiné, as Ilhas Salomão, Tokelau e Tuvalu.
9. Sibert e outros 2012.
10. Bodansky 1995.
11. Goldsmith e Posner 1999.
12. Comité Permanente das Pescas e dos Oceanos 2002.
13. Englander 2019.
14. Barrett a publicar.
15. Burke 1991, p. 118.
16. Burke 1991.
17. Burke 1991, p. 103.
18. Copes 1977.
19. Barrett a publicar.
20. Hardin 1968, p. 1247.
21. Ostrom 1990.
22. Ostrom e outros 1999.
23. Ostrom e outros 1999, p. 282.
24. Barrett 2003a.
25. A Comissão Global dos Oceanos (CGO 2014) enumera 30 Estados que são membros de ORGP e que não ratificaram o Acordo das Nações Unidas relativo às Populações de Peixes. Desde 2014, altura em que o relatório da comissão foi publicado, seis países da lista ratificaram o Acordo relativo às Populações de Peixes, elevando o total para 93 países participantes.

Avaliar os benefícios líquidos dos bens públicos mundiais e a sua distribuição

Ronald U. Mendoza e Jurel Yap, *Ateneo Policy Center, School of Government, Ateneo de Manila University*

Um quadro de seis etapas pode ser utilizado para avaliar os benefícios líquidos da disponibilização de bens públicos mundiais, bem como a distribuição desses benefícios.¹ A identificação dos benefícios (ou custos) sociais, económicos e outros de uma disponibilização adequada de bens públicos mundiais pode melhorar a compreensão de se e em que medida os diferentes países podem apoiar uma cooperação internacional mais forte em torno de determinados bens públicos mundiais.

Metodologia

Etapa 1: Caracterizar a disponibilização atual

A definição de um parâmetro de referência claro para uma disponibilização adequada é o primeiro passo para avaliar um bem público mundial. Por exemplo, na erradicação de uma doença transmissível, o bem público mundial pode ser considerado adequadamente disponibilizado quando a doença é completamente eliminada da natureza. Dadas as medidas de exposição à doença numa população (variando de 0 por cento a 100 por cento, por exemplo), é possível avaliar em que medida este bem público mundial foi disponibilizado. Outros bens públicos mundiais podem exigir uma abordagem alternativa. Por exemplo, no que respeita à facilitação do comércio no contexto de um regime comercial multilateral, um objetivo prático para uma disponibilização adequada poderia ser o de colocar todos os países que se encontram abaixo de um determinado valor de referência (por exemplo, a mediana) nesse valor de referência.

Etapa 2: Estabelecer os custos (ou benefícios) globais da atual disponibilização

A avaliação de toda a gama de custos associados a bens públicos mundiais de oferta reduzida pode nem sempre ser possível, sobretudo se ainda não tiverem sido desenvolvidos dados sobre determinados aspetos desses custos. No entanto, é geralmente possível estimar, pelo menos, alguns dos custos mais elevados, a fim de proporcionar uma base para a ação política. Por exemplo, a erradicação de uma doença poderia reduzir os custos

sociais e económicos, que são demasiado numerosos para serem mapeados na sua totalidade, mas os dados de saúde existentes poderiam ser utilizados para estimar os anos de vida saudável e produtiva perdidos devido à incapacidade e à morte prematura resultantes de uma doença. A redução dos encargos causados por uma doença numa determinada quantidade poderia então ser associada a uma estimativa dos benefícios obtidos.

Etapa 3: Avaliar os custos globais das ações corretivas

Os diferentes bens públicos mundiais têm diferentes tecnologias de disponibilização. A disponibilização adequada de alguns bens públicos mundiais pode depender do sucesso do contribuinte menos capaz (frequentemente designado por elo mais fraco). A luta contra o terrorismo internacional é um exemplo, uma vez que depende dos esforços do país que enfrenta mais desafios no controlo das suas fronteiras. No entanto, alguns bens públicos mundiais, como o desenvolvimento e a descoberta de vacinas, dependem do país ou da parte interessada que tem acesso à tecnologia correta e às capacidades científicas mais fortes (chamados de bens de melhor resultado). O custo da ação corretiva pode então ser estimado com base nos fatores de produção necessários e na natureza da tecnologia de disponibilização de um bem público mundial, bem como no parâmetro de referência para assegurar a disponibilização adequada.²

Etapa 4: Avaliar os benefícios globais das ações corretivas

Como já foi referido, a estimativa dos custos de uma oferta reduzida de alguns bens públicos mundiais oferece uma estimativa intuitiva dos potenciais benefícios (dos custos evitados) de uma disponibilização adequada. No entanto outros bens públicos mundiais oferecem benefícios completamente novos que podem ser usufruídos além-fronteiras. Por exemplo, o regime comercial multilateral poderia ser alargado para permitir a criação de novos valores e facilitar novas fontes de crescimento económico mundial. Estes desenvolvimentos institucionais podem também ter custos sociais e económicos devido aos seus efeitos secundários

perturbadores (daí os próximos passos na avaliação dos benefícios líquidos, bem como da sua distribuição entre países e partes interessadas).

Etapa 5: Indicar os benefícios líquidos globais prováveis do reforço da disponibilização

Com base nas etapas anteriores, deve ser possível justapor os benefícios de uma disponibilização adequada de um bem público mundial em relação aos custos. Em alguns casos, a disponibilização adequada de um bem público mundial evita resultados dispendiosos, enquanto noutros o resultado é um maior bem-estar humano e novas fontes de crescimento económico. Ambos contam como benefícios da disponibilização adequada de bens públicos mundiais, conforme descrito anteriormente, e, em muitos casos, os benefícios indiretos ainda não foram, sequer, contabilizados. Relativamente a muitos bens públicos mundiais, estes valores de novos benefícios ou de benefícios expressos em custos evitados ultrapassam facilmente os custos de uma disponibilização adequada, motivando – pelo menos em termos globais – a lógica da cooperação entre países.

Etapa 6: Descrever a distribuição cruzada por país dos benefícios líquidos do reforço da disponibilização

Uma última etapa da metodologia clarifica os interesses de cada país envolvido na disponibilização do bem público mundial. Quando os benefícios líquidos para um país são elevados, é provável que este apoie a disponibilização adequada do bem público mundial, mas pode decidir “ir à boleia” (parasitismo) de outros países que tentam disponibilizar o bem público mundial. Isto é possível se os fatores de produção entre países forem intermutáveis (como as reduções das emissões de carbono). Para alguns bens públicos mundiais com fatores de produção não intermutáveis, os fatores de produção de cada país são necessários para uma disponibilização adequada, pelo que os benefícios líquidos esperados devem ser positivos. E quando os benefícios líquidos são baixos ou mesmo negativos para os países cuja cooperação é necessária para uma disponibilização adequada, esta etapa ajuda a esclarecer como os mecanismos de cooperação internacional poderiam chegar a resultados justos e estáveis – por exemplo, introduzindo mecanismos de compensação e de reforço das capacidades para financiar e apoiar a participação. Estes encargos poderiam ser suportados pelos países que têm mais a ganhar e que podem pagar por uma disponibilização adequada de bens públicos mundiais. Este mecanismo de financiamento não é necessariamente o mesmo que a ajuda externa, mas facilita a compensação para reforçar a cooperação internacional.³

Aplicações

A aplicação da metodologia a cinco bens públicos mundiais – erradicar a varíola, erradicar a poliomielite, assegurar adequadamente o regime de comércio multilateral, promover a estabilidade climática e promover uma recuperação mais rápida de pandemias – realça não só a natureza global dos benefícios líquidos que resultam do seu fornecimento, mas também a distribuição subjacente dos benefícios líquidos, o que pode motivar a cooperação internacional para fornecer estes ou outros bens públicos mundiais.

Erradicação da varíola

A varíola foi completamente erradicada, não havendo registo de infeções em qualquer parte do mundo. A Assembleia Mundial da Saúde declarou oficialmente a erradicação da varíola em 1980. Medições retrospectivas sugerem que o custo global associado à erradicação da varíola foi de 300 milhões de dólares (em dólares americanos de 1967). Os países em desenvolvimento contribuíram com 200 milhões de dólares e os países industrializados com 100 milhões de dólares.⁴ Desde 1980, os benefícios globais anuais foram estimados em 1,42 mil milhões de dólares, com 1,07 mil milhões de dólares atribuídos aos países em desenvolvimento e 350 milhões de dólares aos países industrializados.⁵ A erradicação da varíola resultou num benefício substancial de valor atual líquido global de aproximadamente 80 mil milhões de dólares (1,42 mil milhões de dólares por ano entre 1966 e 2022). Os países em desenvolvimento receberam cerca de 75 por cento destes benefícios líquidos, enquanto os países industrializados receberam cerca de 25 por cento. O rácio global benefícios/despesas para a erradicação da varíola a nível mundial é de 159:1.⁶

Erradicação da poliomielite

A partir de 2023, os esforços de erradicação da poliomielite continuam a ser insuficientes, com cerca de 99,9 por cento de progresso desde o início do programa em 1988.⁷ Em 2022, a estirpe primária do poliovírus (WPV1) foi identificada em apenas três países, Afeganistão, Moçambique e Paquistão, resultando em 30 casos nesse ano.⁸ De acordo com a última estimativa de 2021, prevê-se que o custo global direto da erradicação da poliomielite entre 1988 e 2018 exceda os 34 mil milhões de dólares (em dólares americanos de 2019).⁹ Assumindo uma erradicação bem-sucedida até 2023, o benefício global do valor atual líquido é estimado em 61 mil milhões de dólares, e o benefício líquido global previsto entre 1988 e 2029 é estimado em 28 mil milhões de dólares. Este valor é significativamente inferior às estimativas anteriores devido aos atrasos registados

nos esforços de erradicação. Prevê-se que os países de baixo rendimento recebam cerca de 8 mil milhões de dólares em benefícios e os países de rendimento médio-baixo cerca de 21 mil milhões de dólares, enquanto os outros países deverão perder entre 1 a 2 mil milhões de dólares em custos.¹⁰ Os países de rendimento baixo e médio-baixo seriam os principais beneficiários da erradicação da poliomielite, enquanto a maior parte dos custos (aproximadamente 60 por cento) recairia sobre os países de rendimento médio-baixo.¹¹

Assegurar adequadamente o regime comercial multilateral

A criação e a difusão de tecnologia tornaram-se centrais nos debates sobre o comércio internacional, em particular devido às recentes fricções comerciais na frente tecnológica.¹² Góes e Bekkers (2022) exploram os efeitos potenciais do aumento e da persistência de conflitos geopolíticos em grande escala entre diferentes blocos comerciais no crescimento económico e na inovação tecnológica. Outra forma de encarar este tipo de estudo consiste em considerar os cenários de dissociação e de desintegração económica como uma oferta reduzida deliberada de facto do regime comercial multilateral. Assim, a ação corretiva consistiria em (pelo menos) evitar a dissociação e preservar os níveis de bem-estar do *status quo* estabelecidos no cenário de base (sem dissociação).

Utilizando um modelo de equilíbrio geral multisectorial e multirregional com difusão dinâmica específica por setor, a sua modelização mostra que a dissociação do sistema de comércio global em dois blocos reduziria o bem-estar global em 2040 em cerca de 5 por cento (em comparação com o cenário de base). As maiores perdas seriam compensadas por repercussões tecnológicas positivas do comércio em benefício das regiões de baixo rendimento. Em cenários com dissociação total e aumentos retaliatórios das pautas aduaneiras nos dois principais blocos comerciais (oriental e ocidental), os efeitos no bem-estar são assimétricos. Os países do bloco ocidental registariam perdas entre 1 e 8 por cento em comparação com o cenário de base, enquanto os países do bloco oriental registariam perdas entre 8 e 12 por cento. Assim, a distribuição das perdas líquidas decorrentes da dissociação – que equivale a uma oferta reduzida deliberada do regime de comércio multilateral e a uma regressão para os blocos comerciais – é distorcida a favor dos países de baixo rendimento e de produtividade mais baixa, que perderiam provavelmente ao bloco de Leste.

Promover a estabilidade climática

A estabilidade climática, que tem por objetivo estabilizar as concentrações de gases com efeito de estufa na

atmosfera para evitar uma interferência humana perigosa no sistema climático, continua a não ser abordada de forma adequada. Este bem público mundial exige uma cooperação internacional de forma a evitar e atenuar os riscos das alterações climáticas. Num exemplo de como os benefícios superam significativamente os custos da atenuação das alterações climáticas, Yang, Meng e Suh (2023) examinaram os custos irrecuperáveis dos combustíveis fósseis e as perdas financeiras associadas incorridas pelas indústrias de combustíveis fósseis e setores conexos devido ao abandono ou à desvalorização dos seus ativos. Estimaram o custo do abandono dos combustíveis fósseis em 19 biliões de dólares, o que representa um desafio económico considerável, principalmente para os países dependentes dos combustíveis fósseis. No entanto, este custo é compensado pelos benefícios substanciais dos esforços de atenuação das alterações climáticas, que totalizam 63 biliões de dólares a nível mundial até 2050.

O benefício líquido, calculado em 45 biliões de dólares a nível mundial, sublinha as vantagens económicas e ambientais dos esforços coletivos mundiais para reduzir a dependência global dos combustíveis fósseis e mudar para fontes de energia mais limpas. A distribuição do benefício líquido recai desproporcionadamente sobre os países em desenvolvimento, apesar de muitos países de baixo rendimento necessitarem provavelmente de assistência para gerir a transição (ver a tabela S3.2.1 para uma análise mais pormenorizada).

Preparação para pandemias

A SARS (identificada pela primeira vez em novembro de 2002), a MERS (identificada pela primeira vez em junho de 2012) e a COVID-19 (identificada pela primeira vez em dezembro de 2019) sugerem que os países devem, de facto, preparar-se antecipadamente para as pandemias que provavelmente se manifestarão. Cálculos recentes de Glennerster, Snyder e Tan (2022) revelam que as perdas globais decorrentes de pandemias podem atingir 700 mil milhões de dólares por ano, com perdas baseadas na mortalidade, contrações da produção e perdas de capital humano. Estimam também que o investimento inicial de cerca de 60 mil milhões de dólares para expandir a capacidade de produção de vacinas e de outros fatores de produção da cadeia de abastecimento para a resposta a uma pandemia, com mais 5 mil milhões de dólares por ano posteriormente, poderia ajudar a garantir a capacidade de vacinar 70 por cento da população contra qualquer nova doença no prazo de seis meses. Este valor pode ser considerado uma estimativa do custo de disponibilização adequada do bem público mundial do controlo das doenças e da resposta a pandemias. O benefício global resultante poderá atingir os 800 mil milhões de

Tabela S3.2.1 Resumo das avaliações dos bens públicos mundiais: Cinco casos

Bem público mundial	Estado	Custos estimados das medidas corretivas	
		Globais	Desagregados
Erradicação da varíola (os valores estão expressos em dólares americanos de 1967; ver Barrett 2004)	Totalmente erradicada desde 1980	→ 300 milhões de dólares (custo único)	→ Países industriais: 100 milhões de dólares (custo único) → Países em desenvolvimento: 200 milhões de dólares (custo único)
Erradicação da poliomielite (os valores são acumulados de 1988 a 2029 em dólares americanos de 2019; ver Thompson e Kalkowska 2021)	99,9 por cento erradicada a partir de 2023	→ 53,5 mil milhões	→ Países de rendimento médio e elevado: 10,6 mil milhões de dólares → Países de rendimento baixo e médio-baixo: 42,9 mil milhões de dólares
Sistema comercial multilateral (os valores baseiam-se num modelo que analisa os efeitos dinâmicos do comércio, com destaque para a tecnologia, e os efeitos potenciais do aumento e da persistência de conflitos geopolíticos em grande escala entre diferentes blocos comerciais no crescimento económico e na inovação tecnológica; ver Góes e Bekkers 2022).	Em risco de oferta reduzida devido às estratégias protecionistas e às guerras comerciais dos últimos anos	na	na
Estabilidade climática (os números referem-se aos resultados da abordagem dos custos irrecuperáveis dos combustíveis fósseis; Yang, Meng e Suh 2023)	na	→ 19 biliões de dólares em custos de ativos irrecuperáveis	→ Países de rendimento médio-alto e alto: 17,7 biliões de dólares → Países de rendimento baixo e médio-baixo: 2 biliões de dólares
Recuperação da pandemia (os valores referem-se aos resultados do investimento em capacidades de produção de vacinas e outras medidas de preparação; Glennerster, Snyder e Tan 2022)	na	→ 60 mil milhões de dólares iniciais para expandir a capacidade de produção de vacinas, com 5 mil milhões de dólares adicionais por ano depois	na

na é não aplicável.

Fonte: Barrett 2004; Góes e Bekkers 2022; Glennerster, Snyder e Tan 2022; Hertel 2004; Thompson e Kalkowska 2021; Yang, Meng e Suh 2023.

dólares (em termos de perdas evitadas), o que faz com que o valor atual líquido da disponibilização de bens públicos mundiais seja de cerca de 400 mil milhões de dólares. Embora Glennerster, Snyder e Tan (2022) não se debrucem totalmente sobre a distribuição destes benefícios líquidos globais, descrevem a forma como os benefícios líquidos esperados para alguns “países centrais” podem ser suficientemente elevados para que estes encontrem razões para realisar investimentos unilaterais na preparação para a

resposta à pandemia. Um programa de investimento nos Estados Unidos poderia gerar um benefício em termos de valor atual líquido de 61 mil milhões de dólares (o que implica um ganho de 47 mil milhões de dólares em relação ao programa contrafactual com um menor investimento na preparação). Do mesmo modo, o investimento avançado pelo Brasil poderia gerar 19 mil milhões de dólares (o que implica um ganho de 15 mil milhões de dólares).¹³

Benefícios (ou custos) estimados da disponibilização (ou oferta reduzida) de bens públicos mundiais		Benefícios (ou custos) líquidos estimados da disponibilização (ou oferta reduzida) de bens públicos mundiais	
Globais	Desagregados	Globais	Desagregados
→ 1,42 mil milhões de dólares em benefícios (anuais)	→ Países industriais: 350 milhões de dólares (anuais) → Países em desenvolvimento: 1,07 mil milhões de dólares (anuais)	→ Cerca de 80 mil milhões de dólares em benefícios (acumulados de 1967 a 2022)	→ Países industriais: 20 mil milhões de dólares → Países em desenvolvimento: 60 mil milhões de dólares
→ 81,6 mil milhões de dólares em benefícios	→ Países de rendimento médio-alto: 8,8 mil milhões de dólares → Países de rendimento baixo e médio-baixo: 72,8 mil milhões de dólares	→ 28,1 mil milhões de dólares em benefícios	→ Países de rendimento médio-alto: 1,7 mil milhões de dólares (custo) → Países de rendimento baixo e médio-baixo: 29,8 mil milhões de dólares
→ A dissociação do sistema de comércio mundial em dois blocos conduziria a uma perda de 5 por cento no bem-estar mundial em 2040 relativamente ao cenário de base	→ Países do bloco ocidental: 1 a 8 por cento de perda de bem-estar em relação ao cenário de base → Países do bloco oriental: 8 a 12 por cento de perda de bem-estar em relação ao cenário de base	→ perda de 5 por cento no bem-estar global em 2040 relativamente ao cenário de base	→ Países do bloco ocidental: 1 a 8 por cento de perda de bem-estar em relação ao cenário de base → Países do bloco oriental: 8 a 12 por cento de perda de bem-estar em relação ao cenário de base
→ 63 biliões de dólares em benefícios decorrentes da atenuação das alterações climáticas	→ Países de rendimento médio-alto e alto: 19,6 biliões de dólares → Países de rendimento baixo e médio-baixo: 45,5 biliões de dólares	→ 45 biliões de dólares	→ Países de rendimento médio-alto e alto: 1,9 biliões de dólares → Países de rendimento baixo e médio-baixo: 43,5 biliões de dólares
→ 800 mil milhões de dólares de perdas por ano devido à oferta reduzida (com base na mortalidade, nas contrações da produção e nas perdas de capital humano)	na	→ 400 mil milhões de dólares em benefícios de valor atual líquido para o mundo	→ O programa de investimento dos EUA poderia gerar um benefício de valor atual líquido de 61 mil milhões de dólares (o que implica um ganho de 47 mil milhões de dólares em relação ao programa contrafactual) → O investimento avançado pelo Brasil poderia gerar um benefício de valor atual líquido de 16 mil milhões de dólares (o que implica um ganho de 12 mil milhões de dólares em relação ao programa contrafactual)

NOTAS

1. Conforme proposto em Conceição e Mendoza (2006).
2. Para mais desenvolvimentos sobre estas tecnologias de produção de bens públicos mundiais, ver Kaul e outros (2003) e Sandler (1998).
3. Ver Kaul, Grunberg e Stern (1999) e Kaul e outros (2003).
4. Barrett 2004.
5. Barrett 2004.
6. Barrett 2013b.

7. Lee e outros 2023.
8. Lee e outros 2023.
9. Thompson e Kalkowska 2021.
10. Thompson e Kalkowska 2021.
11. Thompson e Kalkowska 2021.
12. Esta secção baseia-se em Mendoza (2023).
13. Glennerster, Snyder e Tan 2022; Mendoza 2023.

Como evoluiu a desigualdade no acesso às vacinas contra a Covid-19: um relato utilizando a perspectiva dos bens públicos mundiais

O controlo da transmissão do vírus que causa a Covid-19 (ou a obtenção de imunidade de grupo através de vacinas, o que, por vezes, durante a pandemia, pareceu viável¹ é um bem público mundial de elo mais fraco. Até que as intervenções farmacêuticas (vacinas e tratamentos) estivessem disponíveis, o controlo da propagação do vírus tinha de se basear em intervenções não farmacêuticas (como o distanciamento social), o que implicava a compreensão total dos mecanismos de transmissão, que demoravam a ser estabelecidos. Assim, as medidas privilegiaram a redução da interação social (nas escolas, nas atividades económicas que implicavam o contacto presencial, nas deslocações), o que alguns países conseguiram fazer melhor do que outros.²

As intervenções não farmacêuticas podem ser eficazes no controlo da propagação de doenças (e têm mesmo sido utilizadas como base para prosseguir a erradicação de doenças),³ mas exigem que os países com menos capacidades e recursos sejam apoiados, o que aconteceu apenas de forma limitada com a Covid-19. Por exemplo, o Fundo Monetário Internacional (FMI) adotou uma dotação geral de 650 mil milhões de dólares em direitos de saque especiais (DSE) apenas no final de agosto de 2021 e distribuiu-a proporcionalmente às quotas dos países existentes no FMI, o que significa que apenas 21 mil milhões de dólares foram atribuídos aos países de baixo rendimento.⁴ Apesar de a atribuição de DSE representar uma percentagem maior do produto interno bruto (PIB) para as economias de baixo rendimento do que para as economias avançadas⁵ 35 por cento dos membros do FMI nos mercados emergentes e 50 por cento nos países de baixo rendimento consideraram a atribuição insuficiente.⁶ Além disso, uma vez que as taxas de juro aumentaram desde a atribuição, os membros do FMI com posições negativas em matéria de DSE tiveram de suportar custos de financiamento mais elevados. Assim, embora o elemento concessional (elemento de subvenção) da dotação de DSE fosse de 82 por cento em agosto de 2021, tinha diminuído para 34 por cento (um pouco abaixo do limiar de concessionalidade de 35 por cento) em 2023.⁷

Quando as vacinas ficaram disponíveis, a OMS e os seus parceiros, incluindo organizações filantrópicas,

criaram um quadro institucional para proporcionar um acesso equitativo às vacinas (COVAX), que foi inicialmente e durante algum tempo subfinanciado.⁸ A disponibilidade das vacinas trouxe dois benefícios. Em primeiro lugar, como qualquer vacina, proporcionou uma intervenção farmacêutica para controlar a propagação do vírus, contribuindo para o controlo da doença nos países e reduzindo o risco de transmissão a outros países. Em segundo lugar, quando disponíveis e utilizadas em grande escala, as vacinas permitiram a flexibilização das rigorosas medidas de distanciamento social que tinham restringido a vida social e económica, concentrando-se estes benefícios no interior das fronteiras. As desigualdades no acesso às vacinas entre os países dificultaram a disponibilização do bem público mundial de elo mais fraco, que é o controlo global das doenças, acabando por prolongar a duração da pandemia para todos.⁹ O custo económico das medidas de distanciamento social (não só na escolaridade, mas também no acesso à saúde e a outros serviços) aprofundou as assimetrias entre os países capazes de relançar as suas economias e reabrir as suas escolas e os menos capazes de o fazer, porque foram privados da capacidade de fornecer vacinas.¹⁰

A desigualdade no acesso às vacinas contra a Covid-19 é uma mancha moral na comunidade internacional, contribuindo para uma pandemia mais longa e mais mortal do que poderia ter sido com um acesso mais equitativo às vacinas.¹¹ Mais de 2 mil milhões de pessoas foram vacinadas no prazo de 8 meses em 141 países, evitando 2,4 milhões de mortes em excesso. Mas um cenário contrafactual com uma distribuição equitativa das vacinas, com a vacinação em cada país proporcional à sua população, teria salvo cerca de mais 670.000 vidas.¹²

Começar de forma mais agressiva com o apoio público ao desenvolvimento de vacinas nos países de rendimento elevado pode ter colocado outros países em desvantagem: cerca de três quartos do atraso no fornecimento de vacinas aos países de rendimento baixo e médio foi atribuído à celebração de acordos prévios de aquisição nestes países mais tarde do que nos países de rendimento elevado.¹³ Em contraste com a Covid-19, durante o surto de Ébola na África Ocidental, a maior parte da incidência e da carga

associada à doença ocorreu em países de baixo rendimento, embora houvesse preocupações nos países de elevado rendimento: houve pouco alinhamento entre os recursos e os interesses e preferências dos países, e decorreram mais de 70 meses entre o surto em dezembro de 2013 e a aprovação de uma vacina pela FDA em outubro de 2019.¹⁴

Além das diferenças no momento dos acordos prévios de aquisição, as desigualdades no acesso às vacinas contra a Covid-19 também se deveram ao facto de

algumas inovações importantes permanecerem sob proteção de patentes.¹⁵ A grande maioria dos responsáveis pelo desenvolvimento de vacinas (72 por cento) eram empresas privadas,¹⁶ a maioria das quais celebrou acordos de aquisição numa base comercial.¹⁷ Embora as empresas tenham desempenhado papéis cruciais no desenvolvimento e na distribuição das vacinas, as suas motivações comerciais também podem ter impedido uma distribuição mais rápida em grande escala em vários países de baixo e médio rendimento.

NOTAS

1. A OMS defendeu a utilização de vacinas para avançar para a imunidade de grupo (OMS 2020). As estimativas sobre o limiar que permitiria obter imunidade de grupo foram objeto de um debate aceso na imprensa (McNeil Jr. 2020), mas análises mais recentes sugerem que a imunidade de grupo pode não ser viável (Malinzi e outros 2023; Morens, Folkers e Fauci 2022). Definir com exatidão o que significa imunidade de grupo é também crucial, dado que o conceito é frequentemente interpretado de forma diferente (Bullen, Heriot e Jamrozik 2023).
2. PNUD 2020a.
3. É o caso dos esforços para erradicar a dracunculose (doença do verme da Guiné), para a qual não existe qualquer tratamento ou vacina. A doença propaga-se através da ingestão de água contaminada, pelo que os esforços para fornecer água potável, juntamente com a deteção precoce e a vigilância, são fundamentais para controlar a doença (Biswas e outros 2013). Estas medidas têm sido muito eficazes, reduzindo drasticamente os casos (de cerca de 3,5 milhões por ano para apenas 13 em 2022) e quase eliminando a doença na maior parte do mundo (com 199 países, territórios e áreas certificados pela OMS como livres da transmissão da dracunculose; OMS 2023). Acreditava-se que os seres humanos eram os únicos reservatórios da doença, o que oferecia perspectivas de erradicação utilizando intervenções não farmacêuticas, mas a recente deteção da doença em hospedeiros animais, incluindo cães domésticos, torna essa perspectiva incerta (OMS 2023).
4. FMI 2021a. O FMI incentivou os países com fortes posições externas a canalizarem voluntariamente recursos para os países mais necessitados (FMI 2021b). E o G20 seguiu-se com promessas que ultrapassaram ligeiramente o objetivo de canalizar 100 mil milhões de dólares até junho de 2023 (FMI 2023b).
5. Cerca de 2,39 por cento do PIB de 2021, em comparação com 1,25 por cento para as economias avançadas.
6. FMI 2023b.
7. FMI 2023b; Shenai e outros 2023.
8. Ainda assim, em janeiro de 2022, o COVAX tinha distribuído cerca de mil milhões de vacinas a cerca de 140 países (Budish e outros, 2022). E apesar de um aumento da ajuda internacional ao desenvolvimento para a saúde em 2020 e 2021 (Micah e outros 2023).
9. Bollyky e Bown 2020.
10. Houve também outras precariedades intersetadas que moldaram a capacidade de resposta de alguns países e comunidades, como em muitas regiões de África, tal como analisado em pormenor em MacGregor e outros (2022).
11. Como amplamente alertado (ver, por exemplo, Bollyky e Bown 2020). Até as primeiras vacinas serem autorizadas por uma autoridade reguladora rigorosa, houve 70 milhões de casos de Covid-19 e 1,6 milhões de mortes em todo o mundo (Saville e outros 2022). Até ao final de setembro de 2023, registaram-se 762 milhões de casos e 6,8 milhões de mortes (ver <https://covid19.who.int/>), pelo que, na “era da vacina”, os casos foram multiplicados por 10 e as mortes por 4.
12. Agrawal, Sood e Whaley 2023.
13. Agarwal e Reed 2022.
14. Excler e outros 2021.
15. Pilkington, Keestra e Hill 2022; Wouters e outros 2021.
16. Le e outros.
17. Sachs e outros 2022.

PARTE



Reimaginar a cooperação expandindo a agência e reduzindo a polarização

CAPÍTULO

4

Analisar como reforçar a ação coletiva

Analisar como reforçar a ação coletiva

Analisar como reforçar a ação coletiva para gerir a interdependência pode ser explorado através de diferentes pressupostos sobre as interações do comportamento humano com as instituições. Diferentes explicações para o comportamento podem informar formas de promover a ação coletiva para a disponibilização de bens públicos mundiais.

Os conhecimentos resultantes do reconhecimento da forma como o comportamento e as instituições dependem da evolução do contexto social ao longo do tempo permitem enfrentar desafios coletivos. Uma perspectiva mais ampla da escolha, moldada por estes conhecimentos, também mostra como os riscos associados aos padrões nacionais de polarização política podem prejudicar a ação coletiva entre os países.

“...a elaboração de um tratado é o tratado. Não importa quais são os termos, apenas o facto de existirem termos. O que importa é a boa vontade. Quando isso desaparece, o tratado é quebrado, independentemente do que dizem os termos.”

—Hilary Mantel¹

Analisar como reforçar a ação coletiva para gerir a interdependência pode ser explorado através de diferentes pressupostos sobre o comportamento humano e as suas interações com as instituições.² Este capítulo analisa a forma como as diferentes explicações para o comportamento podem informar formas de promover a ação coletiva³ para a disponibilização de bens públicos mundiais.⁴ Explora três perspetivas sobre o comportamento e as intervenções para reforçar a ação coletiva que emana destas perspetivas.⁵

- *Escolha egoísta.* De acordo com um modelo de comportamento de escolha egoísta, o reforço da ação coletiva depende de intervenções que reformulem os incentivos, fornecendo informações ou recursos para alinhar os interesses próprios com melhores resultados coletivos. Os tratados internacionais mobilizam intervenções que reformulam os incentivos. No caso das alterações climáticas, os incentivos podem ser alterados através da fixação do preço do carbono; da aplicação de informações provenientes de sínteses científicas, como as produzidas pelo Painel Intergovernamental sobre as Alterações Climáticas; e da utilização de recursos provenientes de fundos que apoiam os países na atenuação das alterações climáticas, como o Fundo Verde para o Clima.
- *Escolha comportamental.* O comportamento humano desvia-se frequentemente dos pressupostos do modelo de escolha egoísta padrão, desvios que são por vezes descritos como enviesamentos comportamentais. Por exemplo, o fornecimento de novas informações, por si só, nem sempre leva as pessoas a atualizarem as suas crenças.⁶ E a oferta de recompensas financeiras para alterar os incentivos pode prejudicar a cooperação motivada por uma norma social.⁷ Apesar de grandes áreas de debate nas ciências sociais e humanas contestarem a ênfase colocada na ciência comportamental, fornecendo explicações para o comportamento e as instituições que exploram a cultura, o contexto e o poder,⁸ os conhecimentos da ciência comportamental permitem uma descrição mais rica do comportamento do que o modelo de escolha egoísta e, por conseguinte, sugerem outras formas de intervenção que complementam os incentivos, alterando também aquilo em que as pessoas se concentram e a forma como se sentem e pensam.⁹

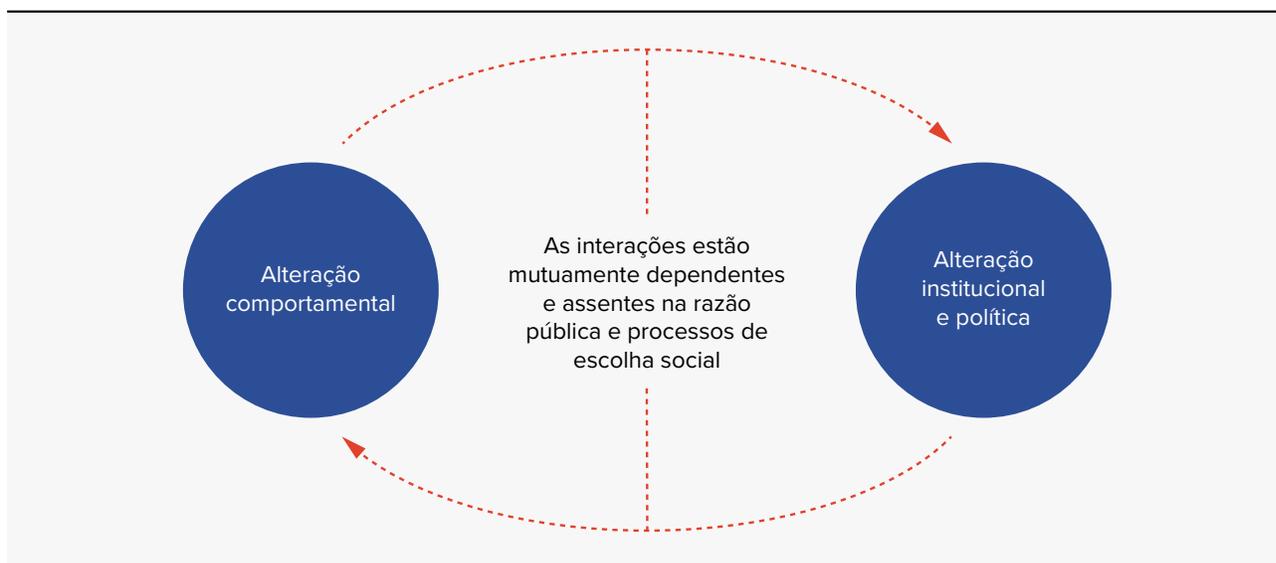
Por exemplo, a alteração das normas sociais pode reforçar a ação coletiva através da ativação de um ponto de inflexão social, como acontece quando se atinge um limiar de painéis solares suficientes, o que faz com que a norma da comunidade passe a ser a norma social.

- *Escolha aculturada.* A inclusão explícita da cultura pode explicar como as crenças das pessoas resultam da experiência e da exposição a diferentes contextos sociais, moldando as suas perceções, autoimagem, aspirações e significados.¹⁰ Esta perspetiva explica a razão pela qual alguns enviesamentos comportamentais, considerados universais e enraizados na perspetiva da escolha comportamental, são culturalmente contingentes.¹¹ Explica, também, como o comportamento é por vezes limitado pela incapacidade das pessoas de imaginarem vidas mais prósperas e gratificantes, limitando as suas aspirações e a sua agência.¹² Esta perspetiva também tem implicações para a cooperação, como sucede quando a afiliação das pessoas num grupo está ligada a um aspeto saliente da sua identidade – tal como a oposição à vacinação como um indicador de pertença a um grupo que é cético em relação à intervenção governamental, resultando no comportamento menos cooperativo de não ser vacinado.¹³ A compreensão da forma como estas dinâmicas se estabelecem e se alteram aponta para o reconhecimento do contexto social, incluindo os padrões de polarização política e de desconfiança nos países que podem constituir um obstáculo à viabilização da ação coletiva a uma maior escala.

“As mudanças no comportamento e nas instituições podem promover uma ação coletiva que melhore a disponibilização de bens públicos mundiais

A promoção da ação coletiva para a disponibilização de bens públicos nacionais é uma das principais funções dos governos, em parte através da aplicação centralizada.¹⁴ Contudo, uma vez que os países são soberanos,¹⁵ têm de concordar voluntariamente com uma ação coletiva sem aplicação centralizada.¹⁶ Assim, a perspetiva tem de avançar para uma exploração dos processos de escolha social que podem melhorar a disponibilização de bens públicos mundiais.¹⁷ Isto implica mudanças de comportamento (os países passam de não contribuir para contribuir para um bem público mundial) e de instituições (estabelecimento de um tratado ou criação de uma organização multilateral que melhore a disponibilização de um bem público mundial), juntamente com a interação entre os dois

Figura 4.1 As mudanças comportamentais e a reforma institucional influenciam-se reciprocamente, moldando e sendo moldadas conjuntamente por procedimentos de opção social



Fonte: PNUD 2022a.

(figura 4.1).¹⁸ O comportamento e as instituições são interdependentes, tal como defendido conceitualmente¹⁹ (e demonstrado através de modelos²⁰) e experimentalmente.²¹

Por onde começar? Os três conjuntos de pressupostos sobre o comportamento discutidos neste capítulo apontam para três respostas diferentes.²² O conjunto simplificado de pressupostos do modelo padrão de escolha egoísta começa por pensar na conceção de instituições para melhorar a ação coletiva. Em contrapartida, um modelo comportamental de escolha abre a possibilidade de alterar diretamente o comportamento para melhorar os resultados individuais e coletivos. Embora as ideias de ambas as perspetivas sejam úteis, o reconhecimento da forma como o comportamento e as instituições interagem em diferentes contextos sociais e culturais complementa os dois primeiros conjuntos de pressupostos, salientando a natureza contingente do comportamento e das instituições.

Começar com um modelo padrão de comportamento de escolha egoísta

Num modelo padrão de comportamento de escolha egoísta, um decisor procura fazer o melhor possível para satisfazer um conjunto fixo e estável de preferências e assume que todos se comportam da mesma forma (caixa 4.1).²³ Este modelo comportamental constitui a base de grande parte da análise económica e da ciência política associada à ação coletiva. E está implícito na discussão, no capítulo 3, das perspetivas de disponibilização de bens públicos

mundiais sob diferentes agregações.²⁴ Portanto, quando é que uma ação coletiva sem imposição de uma ordem superior pode ter lugar segundo estes pressupostos?

É fundamental distinguir duas situações diferentes: uma situação em que todos desejam a mesma coisa, mas em que é necessário estabelecer uma norma comum (como decidir de que lado da estrada conduzir ou em que língua se comunica).²⁵ A outra em que há interesses diferentes sobre o que se deseja e em que a prossecução desses interesses individuais não produz o que é mais desejável coletivamente, colocando dilemas sociais.

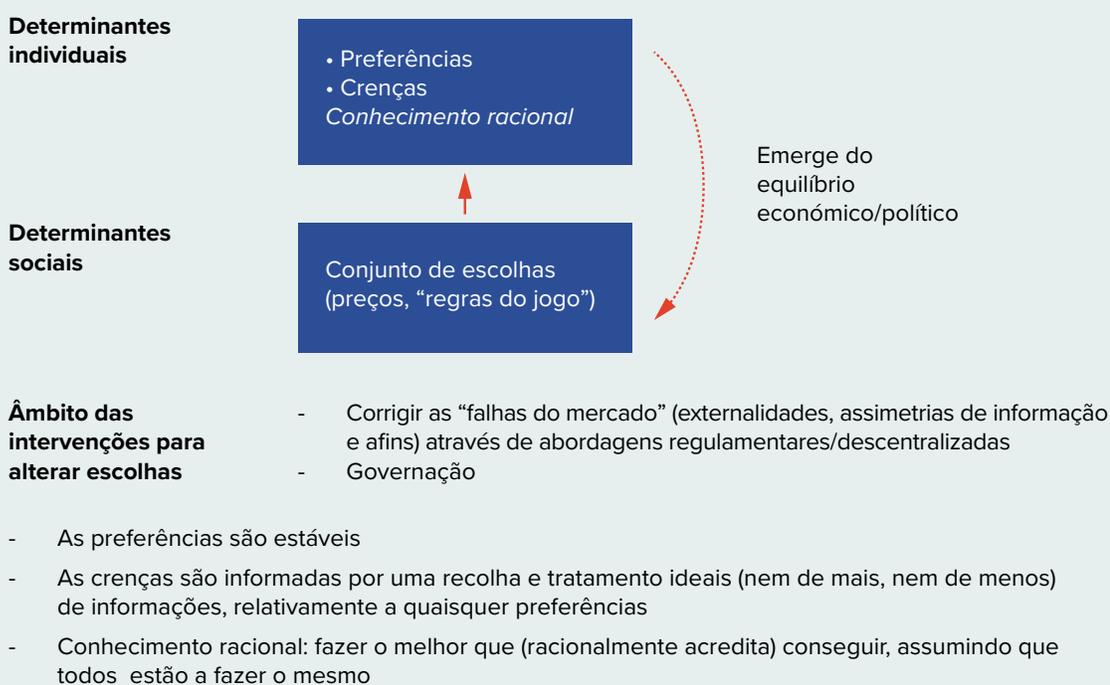
O que importa na primeira situação é que todos adotem a mesma norma. Embora possam existir várias normas (conduzir à esquerda ou à direita), o que importa é que todos escolham o mesmo lado da estrada.²⁶ Quando surge uma norma, há um forte incentivo para a cumprir – por exemplo, para cumprir a norma de conduzir pela direita em vez de dissidir e conduzir pela esquerda. A parte difícil é estabelecer a norma para começar, um desafio para que todos estejam em sintonia. Nesta situação, a ação coletiva tem de ultrapassar um problema de coordenação.

O principal obstáculo para ultrapassar o problema da coordenação não é a divergência de interesses – os interesses estão alinhados. Embora todos queiram o mesmo, a incerteza quanto à forma como os outros agirão pode conduzir a deficiências a nível de coordenação que impedem a ação coletiva.²⁷ As medidas para melhorar a ação coletiva associadas aos desafios de coordenação incluem as que visam

Caixa 4.1 Um modelo padrão de comportamento de escolha egoísta

As preferências são exógenas e levam cada decisor (ou agente) a prosseguir o seu próprio interesse individual (caixa figura 1). As crenças do agente, separadas e independentes das preferências, baseiam-se em informações recolhidas para ajudar o agente a tomar uma decisão específica. Por exemplo, dada a preferência por não ficar encharcado, um agente precisa de formar uma convicção sobre se vai chover antes de decidir se leva um guarda-chuva quando sai de casa. A crença baseia-se na recolha de informações, por exemplo, através da consulta de uma previsão meteorológica à noite. E a preferência por não ficar encharcado não tem qualquer influência na forma como a crença é formada (por isso, “correntes” como a o do pensamento positivo, em que a preferência por não ficar encharcado molda a crença de que não vai chover, não são permitidas neste modelo de comportamento). As crenças são atualizadas se a informação mudar – se a previsão meteorológica consultada de manhã for diferente da consultada na noite anterior. O conhecimento racional é definido por um conjunto de axiomas que implicam, entre outras coisas, que as preferências podem ser sempre ordenadas de forma coerente.

Caixa figura 1 Num modelo padrão de escolha egoísta, o comportamento é determinado pela prossecução exclusiva do interesse próprio



Fonte: Elaboração do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano com base em Elster (2015a, 2020) e Hoff e Stiglitz (2016).

melhorar esta incerteza, através de intervenções que procuram colocar todos em sintonia (ou lado da estrada).²⁸

Transformar os desafios da cooperação em problemas de coordenação pode reforçar a ação coletiva global

Os desafios de coordenação relacionados com os transportes e as comunicações foram ultrapassados com êxito a nível mundial, resultando numa ação coletiva para a adoção de práticas e regimes

regulamentares que permitem as viagens aéreas, o transporte marítimo e as comunicações digitais.²⁹ As normas resultantes produzem benefícios muito elevados e muito poucas restrições (um país é condicionado a não esquivar-se do cumprimento da norma, mas não obteria quaisquer benefícios se o fizesse). E embora estas normas sejam por vezes ridicularizadas como exemplos de cooperação internacional superficial,³⁰ a sua existência pode sugerir que a ação coletiva global que resulta da resolução de problemas de coordenação é algo que os países soberanos podem fazer facilmente.³¹

Mas um cenário muito diferente surge na segunda situação, quando a prossecução de interesses egoístas variados não está alinhada com o que seria mais desejável coletivamente. Quando o que mais favorece o interesse próprio de cada decisor não é o melhor resultado coletivo possível, esta situação cria um dilema social entre o interesse próprio e a ação coletiva. O capítulo 3 mostrou que esta situação afeta muitos bens públicos mundiais. Neste caso, a ação coletiva requer cooperação, pelo que os decisores escolhem uma ação que não é a ideal para os seus interesses próprios, mas que é superior para o coletivo. Reconhecer que é relativamente fácil para os países coordenarem as suas ações – mesmo quando se debatem por cooperar voluntariamente e, por vezes, por fazer cumprir os acordos nesse sentido³² – abre a possibilidade de conceber instituições (tais como organizações multilaterais ou tratados internacionais) que moldem os incentivos de modo a que um desafio de cooperação se torne um problema de coordenação.³³

“Os bens públicos mundiais de soma requerem normalmente cooperação, mas as instituições podem ser concebidas de forma a reformular os incentivos para transformar um dilema social num problema de coordenação, como no caso do Protocolo de Montreal

Como é que os desafios da cooperação internacional podem ser reformulados em problemas de coordenação internacional? É possível aprender com vários exemplos bem sucedidos desta reformulação (destaque 4.1). No caso dos bens públicos mundiais de elo mais fraco, como a erradicação de uma doença global, transmissível (e erradicável), já estamos perto de um problema de coordenação. Isto dá uma ideia do tipo de reformulação que poderia ser prosseguida. Na erradicação de doenças, todos os países partilham o mesmo objetivo, este objetivo pode ser definido com certeza e precisão e cada país tem um incentivo para contribuir se estiver certo de que os outros países farão a sua parte.³⁴ O principal desafio é que os países coordenem as suas ações de forma a assegurar a existência de incentivos para apoiar os elos mais fracos até que a doença seja eliminada.

“Os bens públicos mundiais de soma requerem normalmente cooperação, mas as instituições (por exemplo, os tratados internacionais) podem ser concebidas de forma a reformular os incentivos para transformar um dilema social num problema de coordenação, como no caso do Protocolo de Montreal.³⁵ Pedir aos países que contribuam para o bem público mundial de soma de evitar o empobrecimento da camada de ozono, limitando as emissões de clorofluorocarbonos (CFC) que empobrecem a

camada de ozono, é um apelo à cooperação internacional. Mas o tratado não se limitou a isso. Proibiu também o comércio de CFC e de produtos que contenham CFC entre os países que eram partes no tratado e os países que não o eram, incentivando efetivamente os países de rendimentos alto a assinarem o tratado. Tal deve-se ao facto de as interações comerciais entre os países serem bilaterais e recíprocas, sendo mais fácil controlar e fazer cumprir a legislação (destaque 4.1).³⁶

A estipulação de um número mínimo de países ratificantes para que o Protocolo de Montreal entrasse em vigor significou que acabou por ser alcançado um ponto de inflexão, alinhando os incentivos para que as partes não signatárias (de rendimento alto) ficassem em melhor situação se assinassem o tratado – resolvendo assim um problema de coordenação.³⁷ Para incentivar os países de rendimento baixo e médio a assinarem o tratado, uma alteração posterior estabeleceu um mecanismo financeiro (o Fundo de Montreal) para compensar os países pelo custo adicional da participação. Estes pagamentos indiretos induziram uma participação praticamente universal. Por último, as alternativas tecnológicas aos CFC foram amplamente partilhadas e anunciadas, incluindo por empresas que tinham a ganhar com a adoção dessas alternativas.³⁸

A incerteza pode prejudicar a ação coletiva internacional

A fixação de limiares pode motivar a ação coletiva, como se verifica no caso da erradicação de doenças (em que o limiar para a disponibilização integral é a eliminação da doença no país de elo mais fraco)³⁹ ou no Protocolo de Montreal (com o estabelecimento de um número mínimo de países para que o tratado entre em vigor, mais as disposições comerciais). A oferta reduzida de alguns bens públicos mundiais, como a atenuação das alterações climáticas ou a preservação da biodiversidade, é frequentemente enquadrada como a necessidade de permanecer dentro de fronteiras ou limites⁴⁰ para evitar que os sistemas planetários atinjam pontos de inflexão suscetíveis de conduzir a resultados catastróficos.⁴¹ A apresentação de limiares que, uma vez ultrapassados, podem resultar num colapso catastrófico da sociedade pode galvanizar a ação coletiva.⁴² Mas há duas condições essenciais.⁴³ Em primeiro lugar, os limiares devem ser conhecidos com um grau de incerteza pequeno. Em segundo lugar, cada país deve partilhar os encargos de não ultrapassar o limiar.⁴⁴

Quando existe incerteza em relação aos limiares, a ação coletiva torna-se mais difícil. Para a

erradicação de uma doença, para atingir zero casos a nível mundial, cada país tem de atingir zero casos a nível nacional. Mas quando não existe uma forma inequívoca de determinar a parte com que cada país deve contribuir para garantir que o mundo se mantém abaixo de um limiar de catástrofe, é necessário chegar a um acordo sobre a forma de repartir o esforço entre os países.⁴⁵ Estes dois fatores implicam um conjunto muito diferente de incentivos para os países.⁴⁶

“O modelo padrão de escolha egoísta pode fornecer informações sobre como melhorar a disponibilização de bens públicos mundiais. Os seus pressupostos comportamentais colocam a tónica na utilização de incentivos, recursos e informações para aumentar as probabilidades de disponibilização

Embora muitos esforços se centrem nas estimativas dos danos resultantes da ultrapassagem dos limiares climáticos ou na questão de saber se os danos são sobrestimados ou subestimados,⁴⁷ a incerteza sobre estes danos não parece ser tão importante para a cooperação como a incerteza sobre os limiares.⁴⁸ Com efeito, embora a decisão de cooperar ou não, não tenha qualquer influência sobre a dimensão dos danos (que depende apenas do facto de o limiar ser ultrapassado), o facto de os países cooperarem ou não influencia a ultrapassagem do limiar.⁴⁹

No caso dos riscos existenciais, estes conhecimentos podem servir para estruturar incentivos através de instituições que permitam a cooperação associada à disponibilização de bens públicos mundiais que reduzam esses riscos.⁵⁰ Estes conhecimentos sugerem também que é muito mais importante reduzir a incerteza dos limiares do que a incerteza dos danos, uma tarefa difícil dada a ambiguidade subjacente a muitos dos limiares de interesse.⁵¹

“O modelo padrão de escolha egoísta pode, por conseguinte, fornecer informações sobre como melhorar a disponibilização de bens públicos mundiais. Os seus pressupostos comportamentais destacam a utilização de incentivos (disposições comerciais do Protocolo de Montreal), recursos (o Fundo de Montreal) e informações (sobre os danos causados pelos CFC e a disponibilidade de alternativas) para aumentar as probabilidades de disponibilização. No entanto, estes pressupostos também têm limites, não só por não levarem em linha de conta o comportamento real, mas também por não serem capazes de considerar alguns dos obstáculos à ação coletiva que exigem uma compreensão mais ampla dos fatores subjacentes ao comportamento humano.⁵² A ciência comportamental constitui um primeiro passo para uma explicação mais alargada do comportamento.

Aplicar cuidadosamente conhecimentos da ciência comportamental

Os conhecimentos da ciência comportamental revelam como as decisões se afastam do comportamento previsto pelo modelo de escolha egoísta padrão (caixa 4.2).⁵³ Estes desvios permitem compreender melhor quando e porquê ocorre a ação coletiva e oferecem oportunidades para conceber intervenções que aumentem as probabilidades de disponibilização de bens públicos mundiais.⁵⁴ Ao mesmo tempo, como a discussão esclarecerá, apesar do enorme interesse em conceber intervenções baseadas na ciência comportamental, existem também sérias limitações, que vão desde a falta de replicabilidade de alguns resultados, questões sobre a sua validade fora do âmbito de experiências específicas e o pressuposto de que o decisor político “sabe mais” do que os indivíduos – entre outras. Por essa razão é importante ter em conta os conhecimentos da ciência comportamental, mas também é importante tratá-los com cuidado.

Para lá do egoísmo – reconhecer as preferências sociais

Com as preferências sociais, os decisores consideram o bem-estar dos outros, e não apenas o seu interesse pessoal, e são pró-sociais quando essa avaliação é positiva.⁵⁵ O mero interesse pessoal pode motivar a cooperação através da reciprocidade em interações repetidas (dar algo hoje e esperar receber algo em troca amanhã).⁵⁶ No entanto, é frequente as pessoas retribuírem com mais generosidade quando os outros se comportam de forma amigável e punirem mais severamente os que não o fazem (mesmo que a muito custo), o que indica que as preferências sociais desempenham aqui provavelmente um papel.⁵⁷

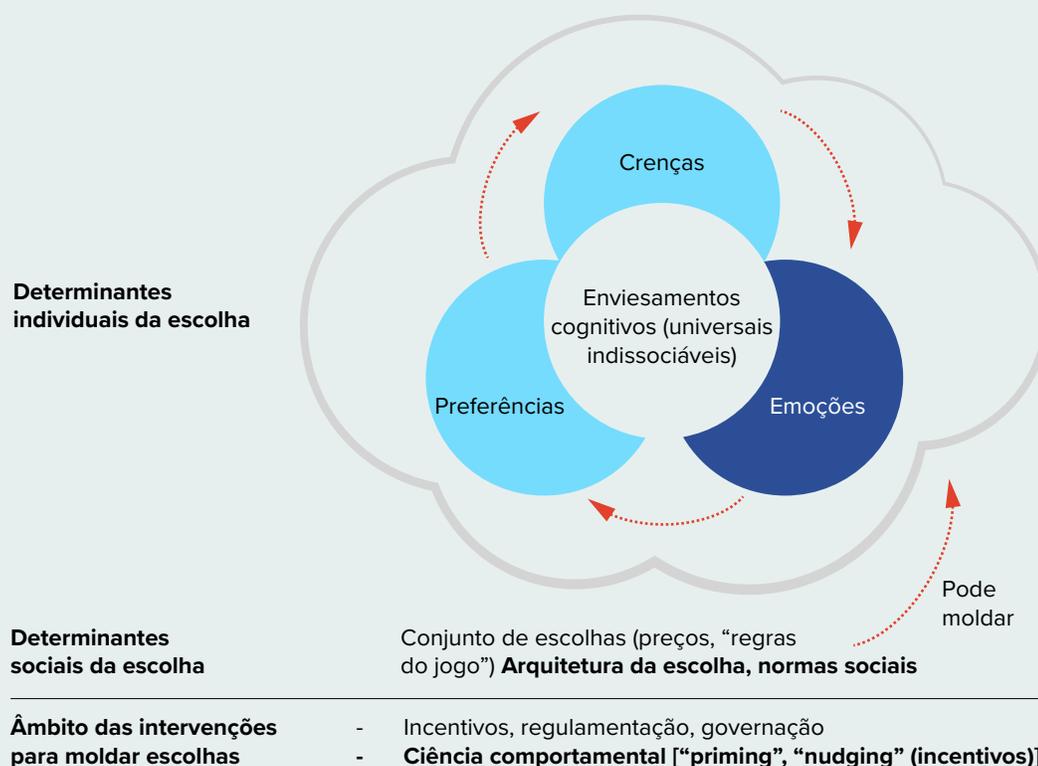
As pessoas divergem na medida em que têm preferências egoístas ou pró-sociais e na forma como expressam as suas preferências sociais.⁵⁸ Uma recente análise exaustiva das preferências sociais fornece algumas ideias fundamentais.⁵⁹ Quando, no início do século XX, os investigadores concluíram, com base em provas sistemáticas de experiências, que algumas pessoas tinham preferências sociais, os inquiridos que expressavam essas preferências eram descritos como “loucos”.⁶⁰ No entanto, os dados de amostras representativas a nível nacional sugerem que, em muitos países, as pessoas com preferências meramente egoístas são uma minoria (representando 5 a 20 por cento da população nos países com dados).⁶¹

Alguns dados sugerem que ter preferências pró-sociais é um fator determinante direto do bem-estar, com um efeito positivo semelhante aos efeitos da parentalidade, do rendimento e da educação.⁶² Além

Caixa 4.2 Um modelo de escolha comportamental para a tomada de decisões

As preferências, as crenças e o conhecimento interagem para moldar a forma como as pessoas tomam decisões (caixa figura 1). As preferências podem ser sociais, o que significa que o indivíduo tem em conta o bem-estar das outras pessoas. As preferências podem ser inconstantes e influenciadas por emoções (por vezes transitórias). O medo, desencadeado pela crença da existência de uma ameaça, tende a tornar as pessoas mais avessas ao risco, enquanto a raiva tende a torná-las mais propensas a correr riscos. As crenças são motivadas não só pelo processamento da informação, mas também pela identidade (perceção de pertença a um determinado grupo que defende uma determinada opinião) ou pelas preferências (por exemplo, raciocínio fundamentado, como o pensamento positivo, que leva as pessoas a acreditar que um objetivo que perseguem tem mais probabilidades de ser alcançado). Quando as crenças estão profundamente enraizadas ou ligadas a um aspeto saliente da identidade de uma pessoa, podem desencadear fortes reações emocionais (como quando desafiar crenças religiosas ou políticas profundamente enraizadas desencadeia raiva, repúdio ou ódio). Existem vários desvios ao conhecimento racional – por exemplo, a forma como uma decisão é enquadrada afeta as escolhas e a forma como as pessoas não levam em conta o futuro não é consistente ao longo de diferentes horizontes temporais.

Caixa figura 1 O contexto social molda como as pessoas pensam e agem no momento da escolha



- As preferências podem ser voláteis (as emoções “interferem”)
- As crenças podem ser motivadas (por preferências)
- Os enviesamentos e as limitações cognitivas (aversão à perda, desconto hiperbólico, heurística representativa, etc.) são indissociáveis e universais

Nota: O texto a negrito à direita de “Determinantes sociais da escolha” e “Âmbito das intervenções para moldar as escolhas” indica os novos elementos que são acrescentados ao modelo de comportamento de escolha egoísta (que continua a ser relevante).

Fonte: Elaboração do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano com base em Elster (2015a, 2020) e Hoff e Stiglitz (2016).

disso, existem ligações positivas muito fortes entre as preferências pró-sociais e a cooperação.⁶³ Quando as preferências sociais assumem a forma de aversão à

desigualdade, os coletivos mais heterogêneos (quer em termos de recursos, quer em termos de benefícios derivados dos bens públicos) têm menos probabilidades de

alcançar e manter a cooperação, o que justifica a redução das desigualdades para promover a cooperação.⁶⁴

Será que estas relações entre as preferências sociais individuais e a cooperação se estendem do nível individual para níveis mais agregados? Particularmente relevante para a disponibilização de bens públicos mundiais é saber se as relações abrangem os países. Alguns dados sugerem que sim (caixa 4.3). Com o pressuposto de preferências pró-sociais, o prognóstico para os bens públicos mundiais de soma pode mudar. Por exemplo, no modelo padrão de escolha egoísta, o aumento unilateral de um país para um bem público mundial de soma (por exemplo, a redução dos gases com efeito de estufa para atenuar as alterações climáticas) não só não incentivará outros países a contribuir, como também provocará provavelmente uma redução dos seus esforços. Mas esse resultado esperado muda se os outros países se comportarem como se tivessem preferências pró-sociais: nesse caso, as contribuições

para os bens públicos mundiais de soma deixam de ser meros substitutos para tornarem-se complementos.⁶⁵

Tirar partido das normas sociais

As normas sociais estabelecem expectativas comuns de comportamento, estruturando as crenças das pessoas e influenciando a decisão de cooperar (caixa 4.4).⁶⁶ Em muitas circunstâncias, podem ser fatores determinantes do comportamento mais fortes do que a prossecução individual pelo bem-estar material.⁶⁷ Por exemplo, as normas sociais podem estabelecer os critérios para ganhar uma reputação de cooperador.⁶⁸ As preocupações com a imagem social também podem impulsionar o comportamento pró-social: uma vez que a maior parte das pessoas preocupa-se com aquilo que acreditam que os outros vão pensar delas, tendem a fazer escolhas mais pró-sociais em público.⁶⁹ A eficácia das normas

Caixa 4.3 As preferências sociais podem ser ampliadas

Um fator que dificulta a análise da questão de saber se as preferências sociais podem ser ampliadas é a grande variação entre as pessoas em cada país. O resultado da cooperação a nível do grupo depende do número e da intensidade dos indivíduos com preferências pró-sociais.¹ Outro desafio é que, embora a cooperação possa ser forte dentro dos grupos da sociedade (como no caso de pessoas que partilham as mesmas convicções políticas), pode ser difícil obter cooperação entre grupos. De facto, uma forte reciprocidade negativa (punir ou ameaçar punir severamente outro grupo) pode desencadear uma ação de retaliação (ou mesmo uma agressão preventiva)² por parte daqueles que são punidos ou ameaçados com uma punição.³ E isso pode resultar em conflitos intergrupais.⁴ O capítulo 6 explora com mais detalhe as implicações deste tipo de dinâmica intergrupala, que é particularmente difícil em sociedades polarizadas.

No entanto, os recentes avanços na medição das diferenças de preferências a nível global estão a começar a dar algumas respostas sobre a forma como isso se repercute à escala dos países. Num inquérito validado experimentalmente⁵ sobre as preferências sociais de 80.000 pessoas em 76 países, a variação entre os países ao nível dos donativos para fins de caridade está correlacionada com as preferências pró-sociais, depois de controlados os fatores que também poderiam explicar os donativos para fins de caridade.⁶ Além disso, depois de controlados os mesmos fatores, os países com um maior grau de reciprocidade negativa sofreram mais conflitos violentos.⁷ Um estudo realizado em 40 países revelou que as pessoas em todo o mundo tinham mais probabilidades de devolver uma carteira com dinheiro do que o previsto por um modelo padrão de escolha egoísta,⁸ sendo que as preferências pró-sociais (neste caso, avaliadas pela medida em que as preocupações com o bem-estar vão além do grupo de pertença) desempenham um papel importante.⁹ E noutro estudo realizado em 31 países, as preferências pró-sociais foram associadas a um melhor desempenho ambiental – um substituto da cooperação para gerir externalidades ambientais – e os interesses materiais assumiram menos importância do que os apelos ao comportamento cooperativo do dia-a-dia.¹⁰

Notas

1. Numa experiência, Fehr e Fischbacher (2003) mostram que uma minoria de altruístas pode forçar uma maioria de indivíduos egoístas a cooperar, mas que alguns egoístas podem induzir um grande número de altruístas a desertar – e que o contexto é importante em ambos os casos. Hauser e outros (2014) mostram que podem ser concebidos mecanismos para garantir que aqueles com preferências pró-sociais possam conter os desertores num jogo intergeracional de bens públicos. E Gächter, Kölle e Quercia (2017) mostram que é importante o facto de o desafio ter por objetivo fornecer ou manter um bem público. **2.** Böhm, Rusch e Gülerk 2016. **3.** Nikiforakis 2008. **4.** Para uma análise mais alargada dos fundamentos psicológicos dos conflitos intergrupais, ver Böhm, Rusch e Baron (2020) e De Dreu e outros (2022). Existem provas crescentes de diferenças entre as disposições para defender ou para atacar. Por exemplo, de acordo com a aversão à perda, as experiências sugerem que as pessoas investem mais recursos para se protegerem contra as perdas do que para alcançarem a vitória (Chowdhury e Topolyan 2016; De Dreu e Gross 2019). **5.** Para mais pormenores ver Falk e outros (2023). **6.** Falk e outros 2018. **7.** Esta variação das preferências parece estar profundamente enraizada na história e depender do caminho (Becker, Enke e Falk 2020). **8.** O facto de a interação ser presencial ou mediada por computadores marcou a diferença. A interação através de computadores triplicou a batota em comparação com as interações presenciais (Cohn, Gesche e Maréchal 2022). **9.** Cohn e outros 2019. **10.** Van Doesum e outros 2021. As conclusões foram contestadas (Komatsu, Rappleye e Silova 2022), mas parecem manter-se após um exame minucioso (Van Doesum e outros 2022).

Caixa 4.4 “Não é mentira se acreditarmos nela”: crenças, normas sociais e ação coletiva

A formação de crenças e a sua interação com as preferências e as emoções influencia a ação coletiva.¹ No que diz respeito às crenças sobre o comportamento dos outros durante as interações sociais, a abordagem padrão da escolha egoísta pressupõe que todos se comportam da mesma forma.² A abordagem comportamental permite mais nuances e variabilidade na forma como esperamos que os outros se comportem, o que pode ser influenciado por fatores que vão desde a capacidade de comunicação dos agentes³ à percepção da confiança entre os agentes⁴ e os pressupostos sobre as preferências dos outros (se são cooperadores condicionais).⁵

Os mecanismos de controlo e seleção das pessoas com quem se coopera são fundamentais para manter a cooperação,⁶ sendo a reputação um fator determinante das convicções sobre a probabilidade de as contrapartes cooperarem (ou retribuírem no futuro).⁷ Estes mecanismos também podem apoiar a cooperação entre grupos (incluindo países) no que foi designado por “cooperação universal”.⁸

As pessoas diferem na medida em que são influenciadas pelas decisões e comportamentos dos outros.⁹ Há provas substanciais de que a comparação social é um poderoso fator de mudanças no comportamento individual, incluindo mudanças destinadas a combater as alterações climáticas.¹⁰ As mudanças nas normas sociais também podem conduzir a mudanças no sentido de um comportamento mais cooperativo¹¹ face a ameaças.¹² Além disso, o contágio social parece ser um forte mecanismo que conduz a um comportamento cooperativo pró-ativo, não só quando se responde a ameaças, mas também como evidenciado quando o comportamento dos vizinhos é reproduzido, como na adoção de painéis solares.¹³ As pessoas são mais motivadas a mudar o seu comportamento quando observam os outros a agir do que quando simplesmente recebem informações sobre os benefícios da ação cooperativa.¹⁴ As intervenções políticas têm o potencial de infletir as normas sociais para resultados mais desejáveis (incluindo mais cooperação).¹⁵ E este potencial tem sido estudado numa vasta gama de desafios, desde o tratamento da desinformação até à promoção da saúde pública e à promoção da ação coletiva para a sustentabilidade.¹⁶

Notas

1. Isler e outros 2021. A citação no título da caixa é uma deixa da personagem George Costanza na série televisiva “Seinfeld”, tal como utilizada em Bicchieri, Dimant e Sonderegger (2019). **2.** Isto também inclui crenças subjetivas, por exemplo, sobre se os países são otimistas ou pessimistas, como explorado em Im, Iriş e Ko (2022). Fehr e Charness (a publicar) discutem as preferências sociais dependentes das crenças (em que as crenças sobre as intenções dos outros intervenientes são importantes) utilizando modelos de reciprocidade e de aversão à culpa (relacionados com teorias que incluem as emoções como parte das preferências sociais). **3.** Barbieri 2023; Crawford 2019; Ellingsen, Östling e Wengström 2018. **4.** Bose e Camerer 2021; Schilke, Reimann e Cook 2021. As emoções afetam a forma como as crenças de confiança são formuladas, sendo que as pessoas zangadas são normalmente vistas como menos fiáveis (Kausel e Connolly 2014). Alguns dados sugerem que as pessoas que comungam da preferência de serem honestas e de serem vistas como honestas têm mais probabilidades de serem verdadeiras (Abeler, Nosenzo e Raymond 2019). **5.** Engelmann e outros (2019) mostram os sinais neuronais quando as crenças sobre a cooperação condicional são violadas. **6.** Com base na revisão da literatura experimental sobre jogos repetidos infinitos, Dal Bó e Fréchet (2018) concluem que, embora a cooperação possa ser apoiada em equilíbrios, tal não implica que a maioria dos sujeitos cooperará – a cooperação surgirá apenas quando a estrutura do jogo não for afetada pela incerteza estratégica. **7.** Balliet e Van Lange 2013; Gross and De Dreu 2019; Jordan e Kteily 2023; Rand e Nowak 2013; Roberts e outros 2021. **8.** Gross e outros 2023. **9.** Kendal e outros 2018; Mesoudi e outros 2016. Em parte porque essa quantidade de informação social é “desperdiçada”, na medida em que não é utilizada na tomada de decisões individuais (Morin e outros 2021), o que conduz à heterogeneidade na população. **10.** Numa meta-análise de segunda ordem de 10 meta-análises de 430 estudos primários, Bergquist e outros (2023) concluíram que a comparação social era um dos mecanismos mais importantes para induzir mudanças de comportamento, nomeadamente no sentido dos transportes sustentáveis ou do consumo circular para atenuar as alterações climáticas. **11.** Para uma análise das provas, dos mecanismos e do potencial para inspirar intervenções destinadas a aproveitar as normas sociais, ver Frank (2021). Ver também PNUD (2020b). Para as dimensões sociais das escolhas de fertilidade e dos padrões de consumo, ver Barrett e outros (2020). **12.** Szekely e outros 2021. **13.** Allcott 2011; Barnes, Krishen e Chan 2022; Bollinger e Gillingham 2012. **14.** Kraft-Todd e outros 2018. **15.** Andreoni, Nikiforakis e Siegenthaler 2021. **16.** Nyborg e outros 2016. Ver a revisão em Efferson, Vogt e von Flüe (a publicar).

sociais na modelação do comportamento depende, em parte, da sua aplicabilidade (ou das convicções sobre a sua aplicabilidade),⁷⁰ do grau de rigor das normas⁷¹ e do equilíbrio entre as recompensas pelo seu cumprimento e as punições pelos desvios às mesmas.⁷²

As emoções desempenham um papel central no cumprimento das normas sociais, com pessoas a cumpri-las para evitar a vergonha ou a culpa e pessoas motivadas para fazer cumprir as normas por raiva ou repúdio pelos infratores das normas.⁷³ Uma norma social de cooperação condicional – cooperação total

desde que os outros também cooperem totalmente e cooperação reduzida à medida que as contribuições dos outros diminuem – pode explicar um grande conjunto de comportamentos relacionados com a cooperação regularmente documentados.⁷⁴ Em interações repetidas, o comportamento observado dos outros pode influenciar a decisão de cooperar ou não e em que medida. No entanto, nas interações pontuais ou quando o comportamento de terceiros não é observado, as crenças sobre como os outros se irão comportar são determinantes. Este conhecimento é crucial para

a discussão no capítulo 6, que se refere ao modo como o potencial das percepções erradas sobre o que os outros acreditam pode dificultar a ação coletiva.⁷⁵

As normas sociais podem ser utilizadas para alterar a ação coletiva em grande escala⁷⁶ (ver caixa 4.4) e têm características distintivas que se agregam aos países, o que explica as diferenças no comportamento cooperativo.⁷⁷ Uma dessas características é a rigidez das normas sociais (medida pela severidade da punição dos comportamentos que se desviam da regra), que parece variar sistematicamente de país para país⁷⁸ e mudar ao longo do tempo.⁷⁹ Perante uma ameaça coletiva,⁸⁰ os países com normas mais rígidas podem cooperar melhor a nível interno devido à coesão resultante de normas sociais fortes.⁸¹ Mas uma rigidez extrema pode tornar a cooperação entre grupos ou países mais difícil (podendo, até, desencadear conflitos).⁸² A existência de normas sociais mais rígidas pode, ainda, dificultar a adaptação a um contexto em mutação, resultando possivelmente num desfasamento entre as disposições de cooperação internas e internacionais face a novas ameaças e desafios, com implicações para a disponibilização de novos bens públicos mundiais.⁸³

“A liderança pode promover e sustentar normas sociais que apoiam a cooperação internacional: isso pode mudar as normas e desencadear ações recíprocas de outros países que reforçam a norma de contribuir para o bem público mundial

Além disso, as normas mundiais influenciam frequentemente as decisões dos países.⁸⁴ Por exemplo, as normas contra a desigualdade de género alastraram-se a todo o mundo.⁸⁵ Mas, como acontece com qualquer norma social, o progresso não pode ser considerado um dado adquirido. E pode ser objeto de contestação, sobretudo quando a polarização alimenta reações contra normas mais inclusivas, como se refere no capítulo 6.⁸⁶ Mas a liderança pode promover e sustentar normas sociais que apoiam a cooperação internacional, por exemplo, quando um país assume a liderança na disponibilização de um bem público mundial de soma, como a atenuação das alterações climáticas: isso pode mudar as normas e desencadear ações recíprocas de outros países que reforçam ainda mais a norma de contribuir para o bem público mundial.⁸⁷

Tirar proveito dos enviesamentos cognitivos

Foram identificados quase 200 enviesamentos cognitivos para explicar vários puzzles nas ciências sociais,⁸⁸ abrindo janelas para novas intervenções políticas e motivando um vasto leque de organizações⁸⁹ e iniciativas em todo o mundo que procuram enriquecer as políticas públicas com estes conhecimentos (figura 4.2 e destaque

4.2).⁹⁰ Por exemplo, a aversão à perda (as pessoas preocupam-se mais com uma perda do que com um ganho equivalente) foi documentada empiricamente num conjunto vasto de estudos.⁹¹ Este conhecimento explicou comportamentos em que o enquadramento como perda ou ganho influencia decisões que vão desde quanto trabalhar⁹² às opções políticas⁹³ para explicar porque é que as pessoas tendem a apegar-se às suas crenças⁹⁴ e à conceção de estratégias para promover a aprendizagem.⁹⁵ De um modo mais geral, os conhecimentos comportamentais têm informado as políticas⁹⁶ através de novos instrumentos políticos [como os “nudges” (incentivo) que representam literalmente “pequenos empurrões”], permitindo melhores previsões sobre o impacto das políticas e gerando novas implicações sobre a forma de melhorar o bem-estar⁹⁷ e a sua distribuição.⁹⁸

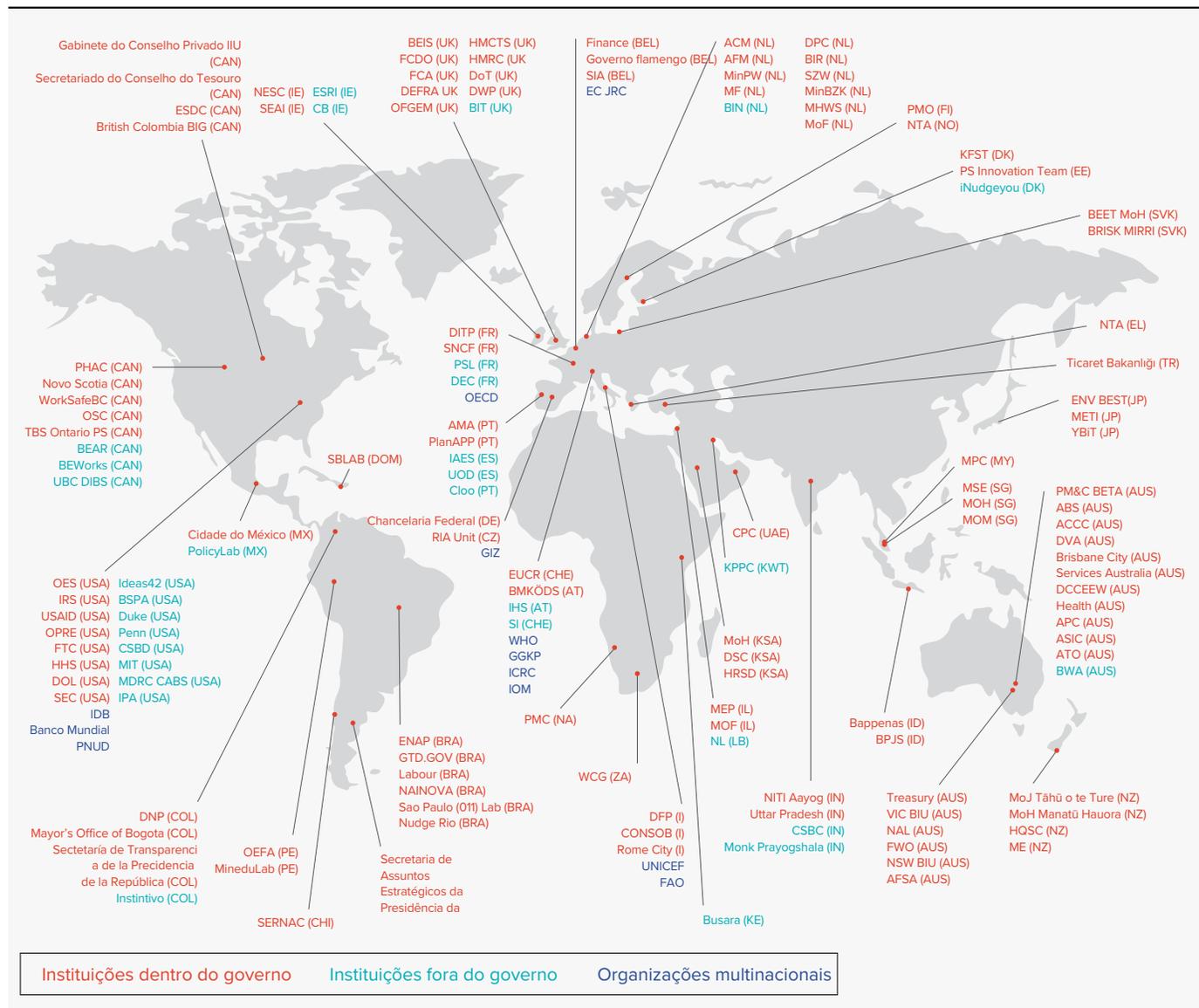
Algumas intervenções baseadas no reconhecimento dos enviesamentos cognitivos procuram alterar diretamente o comportamento individual, muitas delas através de incentivos, que tiveram resultados encorajadores em alguns domínios.⁹⁹ Apesar da defesa, nomeadamente para apoiar a resposta à pandemia de Covid-19,¹⁰⁰ a aceitação dos conhecimentos derivados da identificação dos enviesamentos cognitivos tem sido mista (caixa 4.5).

De facto, os conhecimentos da ciência comportamental não só têm de enfrentar desafios associados à replicabilidade de vários estudos, como também enfrentam o problema da falta de uma teoria abrangente que possa explicar a multiplicidade de enviesamentos documentados (destaque 4.2).¹⁰¹ A relevância das conclusões das ciências comportamentais pode residir menos no facto de fornecerem descrições de comportamentos empiricamente mais realistas, ou um catálogo de males a tratar através de incentivos, e mais como um guia para ajudar os decisores a alcançarem os resultados coletivos desejados.¹⁰² Mas isso requer um enquadramento para interpretar a forma como estes enviesamentos interagem com as instituições e os determinantes mais amplos do comportamento humano (discutidos até agora como se fossem universais e intrínsecos, um pressuposto que será flexibilizado na próxima secção).¹⁰³

Reconhecer como a cultura molda o comportamento e as instituições

O comportamento durante a pandemia de Covid-19 ilustra a importância de se ter uma compreensão mais ampla do comportamento, que vá além da escolha egoísta e da compreensão dos comportamentos e se estenda a uma consideração explícita do papel da cultura e da sua mudança ao longo do tempo (caixa 4.6).¹⁰⁴ Há muitas abordagens para o fazer, desde sociólogos interessados na estruturação a antropólogos interessados na economia cultural e política, passando por abordagens que

Figura 4.2 Esforços generalizados recorrem a conhecimentos comportamentais para informar as políticas públicas



Fonte: Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económicos, Observatório da Inovação no Setor Público (<https://oecd-opsi.org/blog/mapping-behavioural-insights/>).

chamam a atenção para a economia política estrutural.¹⁰⁵ A evolução cultural (destaque 4.3) é uma dessas abordagens, entre muitas outras que consideram perspectivas históricas, sociais e relacionais que têm sido seguidas em muitas disciplinas. É uma forma de ter em conta o modo como o comportamento e a cultura interagem em diferentes sociedades e de criar medidas adaptadas a enfrentar desafios de cooperação em grande escala, com traços culturais e comportamentais distintos.¹⁰⁶ Os conhecimentos resultantes do reconhecimento da forma como o comportamento e as instituições dependem do contexto social e da sua mudança ao longo do tempo podem ser mobilizados para enfrentar desafios coletivos, incluindo a disponibilização de bens públicos

mundiais como a atenuação das alterações climáticas. Estes conhecimentos sugerem que é previsível que as pessoas reajam de forma diferente a diferentes intervenções, em vez de se assumir que todas as pessoas se comportam de acordo com o modelo de escolha egoísta padrão ou que estão todas limitadas por enviesamentos cognitivos universais e arraigados e de outra natureza.¹⁰⁷ Outra conclusão é que é importante compreender a interação entre a psicologia das normas sociais e a identidade social de modo a compreender os fatores subjacentes à cooperação.¹⁰⁸ Para perceber porquê e como, consideremos, em primeiro lugar, os perigos das intervenções que partem de qualquer dos extremos da interação comportamento-instituição (ver figura 4.1).

Caixa 4.5 A promessa e o perigo dos incentivos na mudança de comportamentos

Os incentivos procuram alterar o contexto da escolha para aumentar a probabilidade de as pessoas tomarem decisões que contribuam para a consecução de um objetivo político, sem excluir quaisquer outras escolhas ou depender de incentivos económicos (por exemplo, alterando as opções por defeito nas doações de órgãos ou nas poupanças para a reforma ou enquadrando os incentivos como perdas em vez de ganhos, dada a aversão à perda).¹ Os incentivos não só procuram melhorar o bem-estar individual, como também enfrentam desafios coletivos, incluindo os impulsos ecológicos para alterar o comportamento no sentido de escolhas favoráveis ao clima e ao ambiente.² Têm o potencial de aumentar a eficácia das intervenções baseadas nos preços para atenuar as alterações climáticas, como os impostos sobre o carbono, aumentando nomeadamente a aceitação pública dos impostos.³ Assim, os conhecimentos das ciências comportamentais associados aos enviesamentos cognitivos são agora regularmente considerados na conceção e aplicação da política ambiental⁴ e na disponibilização de bens públicos mundiais como a estabilidade climática⁵ e a conservação da biodiversidade.⁶ O potencial para obter informações das ciências comportamentais tem sido explorado para melhorar a disponibilização de bens públicos mundiais no âmbito do direito internacional⁷ e das relações internacionais.⁸

Mais uma vez, a questão é saber até que ponto o comportamento individual se agrega em resultados agregados enviesados. Por exemplo, as pessoas podem optar pela autosseleção ou ser classificadas em grupos com graus semelhantes de enviesamento cognitivo. Se for esse o caso, alguns grupos podem desviar-se menos, no conjunto, do comportamento de escolha egoísta do que outros. Mesmo com este tipo de classificação, a importância dos enviesamentos depende da decisão que está a ser considerada para a realização de uma determinada tarefa. Para algumas tarefas, um grupo que reúne indivíduos que se comportam mais de acordo com o modelo de escolha egoísta não produz resultados agregados enviesados. Já noutras tarefas, os enviesamentos podem ser amplificados em termos globais, mesmo quando as escolhas egoístas e as pessoas tendenciosas são classificadas em grupos diferentes.⁹

Compreender como e porque é que esta classificação é importante para algumas tarefas e não para outras é uma área importante de investigação. É particularmente relevante no contexto internacional, onde as decisões em nome dos países que negociam tratados são tomadas por indivíduos com poderes para representar esses países. Nas negociações sobre as alterações climáticas, os pares negociadores consideram que a credibilidade dos compromissos assumidos por um país para atenuar as alterações climáticas é determinada pela qualidade das instituições desse país – sendo que os fatores económicos, como os benefícios e custos económicos desses compromissos, têm menos influência na credibilidade.¹⁰

Assim, é particularmente importante saber se os decisores estão sujeitos a enviesamentos. Foi alegado que os decisores entre a elite podem ser menos propensos a enviesamentos e agir mais de acordo com o modelo de escolha egoísta.¹¹ Mas isto não significa que não sejam influenciados de todo por enviesamentos,¹² sobretudo quando as suas decisões dizem respeito a questões importantes para a vida das pessoas (como as alterações climáticas ou a gestão de uma pandemia). A opinião pública¹³ – ou, no mínimo, a percepção que as elites têm da opinião pública¹⁴ – é importante e está frequentemente condicionada por enviesamentos cognitivos.¹⁵

Decorre atualmente uma discussão relativamente a saber em que medida os incentivos e outras intervenções comportamentais são eficazes.¹⁶ Num estudo de 73 ensaios aleatórios controlados em 67 cidades dos EUA, implementados em colaboração com uma unidade de incentivo, menos de um terço dos incentivos foram adotados nas políticas.¹⁷ Existem vários obstáculos à transposição dos conhecimentos da ciência comportamental para as políticas,¹⁸ mas os debates recentes sobre a dimensão dos efeitos das intervenções relatados na literatura moderaram ainda mais o entusiasmo dos decisores políticos.¹⁹ A informação recolhida em mais de 200 estudos que relatam 440 dimensões de efeitos continua a ser inconclusiva.²⁰ Existe também uma diferença entre os efeitos relatados em pequenas amostras e os efeitos obtidos quando as intervenções são aplicadas em larga escala. Em 126 ensaios aleatórios controlados que abrangeram 23 milhões de pessoas, o impacto médio das intervenções (ou seja, à escala do número de pessoas abrangidas) foi de 1,4 pontos percentuais, em comparação com 8,7 pontos percentuais na literatura que normalmente se baseia em pequenas amostras.²¹

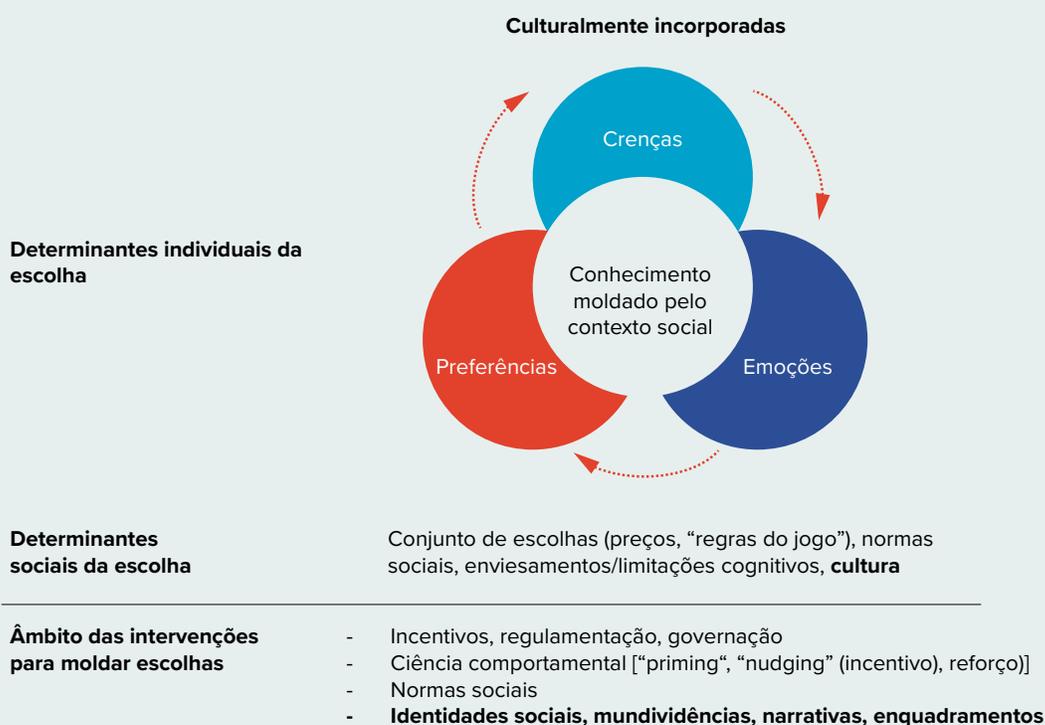
Notas

1. Thaler 2018; Thaler e Sunstein 2003. **2.** Carlson e outros 2021. Alguns incentivos ecológicos são alegadamente muito eficazes. Por exemplo, na China, os incentivos ecológicos aumentaram em mais de seis vezes a percentagem de encomendas de comida sem talheres (reduzindo assim os resíduos de plástico) (He e outros 2023). **3.** Gravert e Shreedhar 2022. **4.** Para uma revisão geral, ver Carlsson e Johansson-Stenman (2012). **5.** Ver Brekke e Johansson-Stenman (2008) para um enquadramento e uma primeira análise. **6.** Travers e outros 2021. **7.** van Aaken 2018. Embora também se tenha chamado a atenção para algumas limitações potenciais. Ver a introdução a um simpósio sobre este tema em van der Zee, Fikfak e Peat (2021), bem como em Yıldız e Yüksel (2022). **8.** Davis 2023; Davis e McDermott 2021. **9.** Enke, Graeber e Oprea 2023. **10.** Victor, Lumkowsky e Dannenberg 2022. **11.** Hafner-Burton, Hughes e Victor 2013. Existem também provas de que algumas elites parecem ter preferências sociais mais frágeis (Fisman e outros 2015). **12.** Como identificado em Mildemberger e Tingley (2019). **13.** Anderson, Böhmelt e Ward 2017; Oehl, Schaffer e Bernauer 2017. **14.** Hertel-Fernandez, Mildemberger e Stokes 2019. **15.** Webster e Albertson 2022. **16.** Ver, a título de exemplo, Dimant, van Kleef e Shalvi (2020), Guttman-Kenney e outros (2023) e Bicchieri e Dimant (2022). **17.** DellaVigna, Kim e Linos 2022. **18.** Conforme revisto em Linos (2023). Para um conjunto de propostas sobre a forma de enfrentar alguns dos desafios, ver Mažar e Soman (2022). **19.** Além disso, as intervenções comportamentais não conseguiram dar resposta a alguns desafios importantes, como a forma de reduzir a desigualdade económica (Ruggeri e outros, 2022). **20.** O estudo original de Mertens e outros (2022a) apresenta um d de Cohen (uma medida padronizada da diferença entre a média do grupo não tratado e do grupo tratado) de 0,43, mas depois de reanalisar os dados e corrigir o enviesamento de publicação (que apenas os resultados estatisticamente significativos são publicados; os resultados mais surpreendentes têm maior probabilidade de serem publicados) e a heterogeneidade (se os resultados se estendem para além da amostra utilizada para o estudo), Szasz e outros (2022) encontram um efeito de 0 (numa resposta, Mertens e outros (2022b) concordam com a importância de abordar questões associadas ao enviesamento de publicação e à heterogeneidade). **21.** No que respeita a duas unidades de incentivo nos Estados Unidos: DellaVigna e Linos (2022) e Webster e Albertson (2022).

Caixa 4.6 O contexto social molda as ações das pessoas e a forma como se veem a si próprias

Ter em conta a interação entre o comportamento e a cultura sugere que as escolhas humanas têm de ser compreendidas no contexto social que molda não só as preferências individuais e a arquitetura da escolha, mas também a forma como as pessoas se veem a si próprias e como veem os outros (caixa, figura 1).¹ Ou seja, quem são.² O entrelaçamento do comportamento e da cultura oferece a possibilidade de compreender os processos de escolha social e o potencial âmbito das intervenções – de forma a reconhecer quando e como podem reforçar-se mutuamente, em vez de depositar todas as esperanças nas instituições ou no comportamento para melhorar a ação coletiva. Esta abordagem implica também o reconhecimento de que alguns processos de escolha social estão sujeitos a alterações endógenas, pelo que as intervenções podem ter consequências indesejadas. Mesmo que não seja possível prever com exatidão, estar consciente desta possibilidade e compreender os mecanismos que permitem a sua emergência pode melhorar a conceção e a aplicação das políticas.³ Isto implica que os critérios para a conceção das intervenções (comportamentais ou institucionais) devem ter em conta a eficiência e a equidade, bem como a evolução eficiente das instituições, a fim de ter em conta tanto um mundo em mudança como a dinâmica endógena da mudança entre comportamentos e instituições.⁴

Caixa figura 1 O contexto social molda quem as pessoas são



Nota: O texto a negrito à direita de “Determinantes sociais da escolha” e “Âmbito das intervenções para moldar as escolhas” indica os novos elementos que são acrescentados ao modelo de escolha egoísta e ao modelo de escolha comportamental (que continua a ser relevante).

Fonte: Elaboração do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano com base em Hoff e Stiglitz (2016).

Notas

1. Lamont 2023. **2.** Foi aqui que a discussão chegou, mas é o ponto de partida para a sociologia (Lamont 2019). Isto faz com que os conhecimentos da sociologia também sejam relevantes, em particular os desenvolvimentos recentes sobre a compreensão da cultura como um conjunto de ferramentas a partir do qual as pessoas retiram recursos culturais para navegar na sua vida (Swidler 1986). Foram inspirados, em parte, por conhecimentos das ciências cognitivas e comportamentais (DiMaggio 1997; DiMaggio e Markus 2010; Lamont e outros 2017). Estes conhecimentos já foram incorporados em modelos e relatos de mudança institucional por economistas (Acemoglu e Robinson 2022, 2023). **3.** Hébert-Dufresne e outros (2022) apresentam um modelo deste processo endógeno de escolha social. **4.** Schimmelfennig e Muthukrishna 2023.

Ignorar a interação entre o comportamento e as instituições é perigoso

Os perigos de começar pelas instituições são talvez mais amplamente compreendidos. A transplantação de instituições¹⁰⁹ do contexto em que surgiram para ambientes com diferentes contextos comportamentais, sociais e económicos tem sido amplamente documentada. As instituições, incluindo as instituições jurídicas e os mecanismos de aplicação da lei formal, funcionam normalmente para moldar o comportamento se já existir um equilíbrio resultante de um conjunto de crenças subjacentes que sustente a cooperação.¹¹⁰ Isto pode muito bem ser o caso num contexto internacional, exceto talvez fora das interações em que a reciprocidade direta promove a cooperação; alguns dados sugerem que a eficácia dos acordos internacionais por vezes não depende da existência de um mecanismo de aplicação.¹¹¹

As instituições formais definem características estruturais muito importantes das sociedades contemporâneas, pelo que é crucial compreender as deficiências nessas características estruturais (que podem exacerbar as desigualdades no desenvolvimento humano, perpetuar a exclusão ou impedir a ação coletiva) e a forma de as alterar.¹¹² A contribuição da discussão nesta secção para este objetivo não é assumir a política ou minimizar a importância das instituições formais, mas sim investigar a forma como os pressupostos sobre o comportamento também determinam a forma como essas deficiências são identificadas e o que fazer para as corrigir (caixa 4.7).¹¹³

Mas também há perigos em tentar começar do outro lado, no sentido de mudar o comportamento para promover resultados coletivos, sem ter em conta o contexto institucional e cultural geral em que as mudanças são levadas a cabo. Como já foi referido, as mudanças de comportamento podem ser prosseguidas diretamente (criando incentivos, por exemplo) ou indiretamente (fazendo com que as pessoas mudem voluntariamente as suas escolhas com base na sua observação dos outros, especialmente quando as normas sociais atingem pontos de inflexão que tornam omnipresentes os benefícios desses comportamentos individuais e sociais).¹¹⁴ Estes processos podem ser mobilizados para apoiar a disponibilização de bens públicos mundiais.¹¹⁵ A adoção imitativa desempenhou um papel crucial na disseminação dos painéis solares na Alemanha por volta da década de 2000, passando de uma adoção inicial lenta para uma rápida disseminação que levou o país a produzir mais energia solar *per capita* do que qualquer outro país até 2009.¹¹⁶

O reforço da ação coletiva exige a compreensão das diferenças de preferências e crenças moldadas pelos contextos sociais

As intervenções podem desencadear mudanças rápidas nas normas sociais,¹¹⁷ mas a identificação de quando e como ocorre a inflexão requer a compreensão de como as preferências e crenças estão distribuídas pela população. Tanto as preferências como as crenças podem ser moldadas por contextos culturais e sociais, e ignorar as diferenças pode resultar em intervenções ineficazes ou, pior ainda, erradas (caixa 4.8).¹¹⁸ Muitas vezes, os estudos experimentais baseiam-se em estudantes universitários ou em segmentos da população que podem ser mais prósperos do que a média. A eficácia dos efeitos comportamentais na população também varia consoante a educação e o rendimento (figura 4.3).

A variação também ocorre entre países quando os efeitos baseados numa intervenção não foram observados quando a intervenção foi implementada de uma forma alternativa¹¹⁹ ou quando as intervenções foram exploradas em vários países. Estes diferentes resultados realçam a importância de reconhecer a forma como os comportamentos e as instituições interagem com a cultura.¹²⁰ Há muito que se reconhece que características identificadoras de conhecimentos comportamentais provenientes de experiências realizadas em países com rendimentos elevados na Europa e na América do Norte não são generalizáveis, como o demonstra a incapacidade de reproduzir os resultados em contextos diferentes.¹²¹ Além disso, ao longo da história da humanidade e mesmo atualmente, a maioria das pessoas não viveu em tais ambientes,¹²² o que implica a necessidade de cautela na generalização de afirmações a partir de resultados baseados em amostras destes contextos.¹²³

“Tanto as preferências como as crenças podem ser moldadas por contextos culturais e sociais, e ignorar as diferenças pode resultar em intervenções ineficazes ou, pior ainda, erradas

Trabalhos recentes revelaram diferenças culturais substanciais nas preferências e crenças associadas à desigualdade económica, apoiando a noção de que os processos culturais desempenham um papel na formação desta diversidade entre países e dentro de cada país.¹²⁴ Relativamente às preferências sobre o grau de desigualdade que as pessoas aceitam ou a que são avessas, depende muito dos tipos de desigualdade que as pessoas consideram injustos.¹²⁵ Inquéritos representativos realizados em 60 países documentaram variações entre os países no que diz respeito ao grau

Caixa 4.7 Onde estão as políticas?

Uma forma simplificada de identificar onde se situa a política é assumir que existem dois tipos de interações relevantes para a ação coletiva nos países.¹ Um diz respeito ao estabelecimento das regras do jogo – as condições ao abrigo das quais a sociedade é governada. Tal pode ser considerado o domínio da política, que determina quem detém o poder para fazer o quê e como.² Estas regras são codificadas em documentos, desde as constituições aos códigos civis e penais e à jurisprudência (em suma, o direito). A criação, a execução e a aplicação da lei são asseguradas por instituições formais. As interações do outro tipo desenvolvem-se no âmbito da lei – as decisões sociais e económicas tomadas por pessoas e outras instituições formais (as que têm estatuto jurídico, como as empresas ou as organizações da sociedade civil). Cada um destes domínios é objeto de disciplinas inteiras, incluindo a ciência política para o primeiro, e grande parte da economia para o segundo.

Os dois conjuntos de interações são mutuamente constitutivos. Por exemplo, as regras podem permitir a acumulação de riqueza e de recursos por certos agentes que, por sua vez, podem mobilizar esses recursos para aumentar a sua vantagem económica no domínio das interações políticas, através da conquista direta de cargos políticos, da pressão de grupos de interesses ou da utilização dos meios de comunicação social.

No entanto, por muito importantes que sejam a lei e as regras, há uma perceção crescente de que os contratos são notoriamente incompletos (e as externalidades são generalizadas), sendo a incompletude irredutível da norma jurídica e das instituições formais particularmente relevante em contextos de incerteza.³ Assim, o comportamento económico e social é também regulado, em parte, por normas sociais nas quais a formação de crenças e preferências e a forma como estas mudam ao longo do tempo e entre pessoas e países têm uma importância crucial.⁴

Mas os pressupostos comportamentais e o papel das crenças são importantes mesmo sem assumir a incompletude irredutível da lei. Porque é que as pessoas cumprem a lei e como é que a ordem social pode ser mantida em diferentes sociedades? O modelo de escolha egoísta sugere que as pessoas são motivadas a procurar ganhos individuais e a evitar perdas, pelo que estes pressupostos sugeririam a utilização de estratégias que dissuadam os infratores da lei.⁵ Embora estas estratégias sejam importantes, também o são as crenças sobre a legitimidade das instituições formais: “A legitimidade é um conceito que pretende captar as crenças que reforçam a obediência voluntária.”⁶

Nesta perspetiva, as pessoas obedecem à lei devido, em parte, a um compromisso comum de obedecer às instituições formais, sustentado pela convicção de que existe uma obrigação de obedecer (legitimidade baseada em valores) que se reflete depois no cumprimento efetivo (legitimidade comportamental). Neste contexto, os antecedentes da legitimidade baseada em valores incluem componentes da perceção das instituições formais (motivações dos dirigentes, competência administrativa e desempenho das instituições formais na realização dos seus objetivos públicos, incluindo a disponibilização de bens públicos) e opiniões sobre a justiça processual (se o exercício da autoridade é considerado justo). No âmbito dos pontos de vista sobre a justiça processual, a perceção de que os procedimentos governamentais são injustos motiva frequentemente a desobediência, a evasão e a resistência às exigências legais, sendo os motivos de dissuasão subjugados e ineficazes nestes casos.⁷

O papel das crenças também se destaca quando as instituições formais sofrem alterações. As mudanças institucionais fundamentais ocorrem frequentemente em momentos críticos, quando existe incerteza quanto à forma que as futuras instituições irão assumir. Uma vertente recente da literatura mostra que a dispersão das crenças sobre as instituições futuras pode ajudar a identificar estes momentos cruciais. A forma como essas crenças se difundem e se consolidam em torno de visões particulares molda, em parte, as regras do jogo com as quais as sociedades se veem confrontadas.⁸ Algumas das provas provêm de contextos em que as pessoas podem optar por confiar em instituições estatais formais ou em entidades não estatais (por exemplo, na resolução de litígios) ou em que há reivindicações concorrentes às instituições formais de governação, o que mostra que as crenças (sobre qual o acordo mais eficaz ou mais duradouro) – e não as instituições formais – determinam o comportamento.⁹

Em suma, há um reconhecimento crescente da importância das crenças na formação dos dois conjuntos de interações e um reconhecimento de que estas são formadas pela interação dinâmica entre o comportamento e as instituições. A cientista política Margaret Levi intitulou um relato recente do seu percurso intelectual “The Power of Beliefs.” (O Poder das Crenças).¹⁰ E o economista Kaushik Basu intitulou uma reflexão profunda sobre a relação entre o direito e a economia “The Republic of Beliefs” (A República das Crenças), porque “O poder da lei, embora possa ser controlado mediante o recurso a algemas, prisões e armas, está, na sua forma elementar, enraizado em crenças presentes nas cabeças das pessoas na sociedade [...], criando enormes estruturas de força e poder, por vezes tão fortes que parecem transcender todos os indivíduos e criar a ilusão de um misterioso ditame imposto a partir de cima. Na verdade, os ingredientes mais importantes de uma república, incluindo o seu poder e força, residem em nada mais do que nas crenças e expectativas das pessoas comuns.”¹¹

Notas

1. Inspirado em Hurwicz (1996), tal como descrito em Powers, van Schaik e Lehmann (2016), que distinguem o jogo político do jogo económico. Acima do jogo político, Ostrom (2009b) propôs um jogo constitucional. Para simplificar a discussão, o jogo constitucional é incluído no jogo político. **2.** Ver Powers, Perret e Currie (2023) para uma discussão sobre a forma como jogar o jogo político em sociedades de dimensão crescente conduz à emergência da desigualdade política. **3.** Estamos gratos a Charles Efferson por realçar estes pontos. **4.** Para uma análise da forma como as diferenças entre países no que respeita às preferências cooperativas e conformistas se relacionam com as diferenças na ideologia política e como estas diferenças podem ter surgido, ver Claessens e outros (2020) e Claessens e outros (2023). Para uma descrição da diversidade entre 99 países na (falta de) correlação entre o conservadorismo cultural e económico, ver Lelkes, Malka e Soto (2019). **5.** O enquadramento e a discussão neste parágrafo baseiam-se em Tyler (2023). A dissuasão é normalmente entendida como a punição dos infratores como forma de reforçar o cumprimento, mas recompensar o compromisso de cooperar também pode ser eficaz (Han 2022). **6.** Levi, Sacks e Tyler 2009, p. 354. **7.** Levi, Sacks e Tyler 2009, p. 360), com numerosos exemplos, incluindo vários relacionados com a evasão e a fraude fiscais. Para mais pormenores relacionados com a necessidade de aumentar as receitas fiscais para fornecer bens públicos, ver Levi (1988, 1999). Para um debate sobre a relevância da justiça processual, ver, por exemplo, Hagan e Hans (2017). **8.** Revisto em Callen, Weigel e Yuchtman (2023). **9.** Acemoglu e outros 2020. **10.** Levi 2022. **11.** Basu 2018, p. 40.

Caixa 4.8 Na altura, pareceu-me uma bela ideia: os perigos de ignorar a heterogeneidade na prossecução de uma viragem social

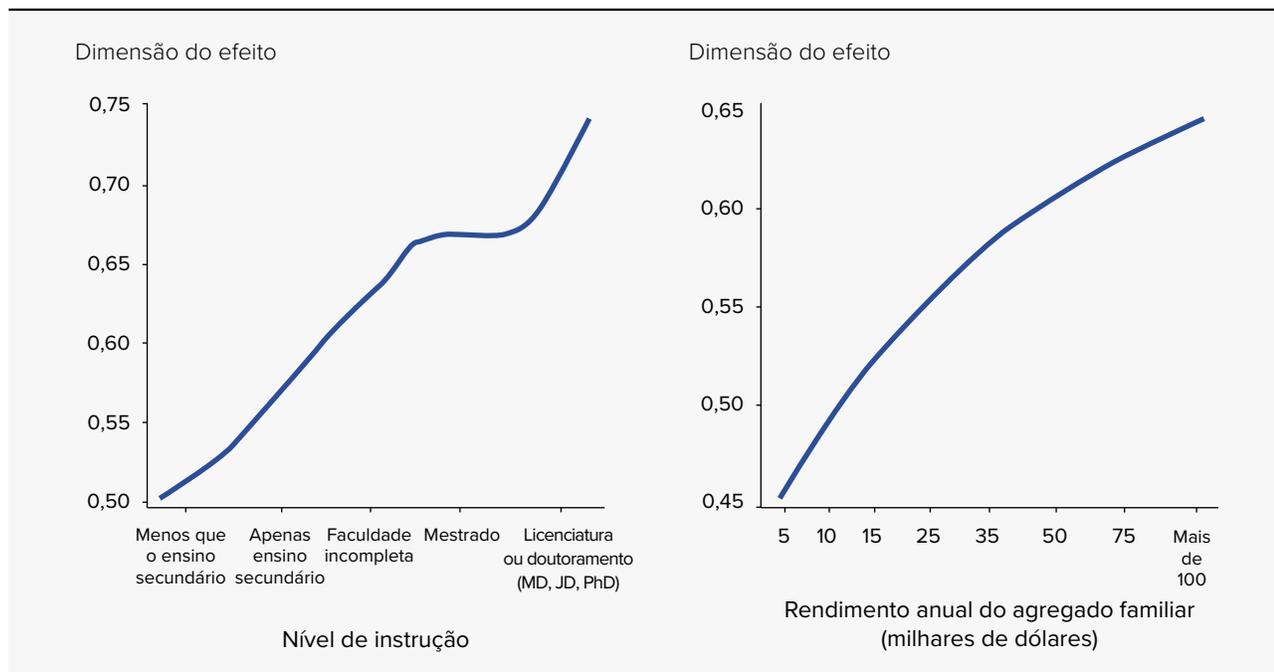
Uma intervenção anunciada como muito bem sucedida no aproveitamento do potencial das normas sociais para mudar comportamentos foi o fornecimento, pela empresa Opower, de informações sobre a forma como o consumo de energia de cada cliente se compara com o do seu vizinho, juntamente com mensagens que indicavam que a poupança de energia era um objetivo desejável.¹ Uma avaliação inicial de 600.000 agregados familiares, que comparou o comportamento dos agregados familiares que receberam a informação com o dos agregados familiares que não a receberam, concluiu que esta intervenção sem custos teve um efeito substancial no incentivo à poupança de energia.² No entanto, quando a intervenção foi alargada a mais de 8 milhões de pessoas, o efeito médio – e a sua importância prática – revelou-se muito inferior ao da avaliação inicial.³

Não se tratou de uma falha de reprodução, uma vez que ambas as avaliações foram rigorosas e resistiram a uma análise independente.⁴ Mas a avaliação inicial baseou-se nas comunidades que foram as primeiras a adotar a medida. Já estavam inclinados a valorizar a poupança de energia, tinham casas grandes e eram relativamente prósperos, pelo que tinham muitas oportunidades para poupar energia. O efeito da intervenção diminuiu substancialmente quando foi alargada para incluir pessoas com um conjunto mais vasto de crenças e uma gama muito mais vasta de rendimentos. Mesmo quando os estudos são cuidadosamente conduzidos, a escolha de amostras adequadas parece ser particularmente problemática em intervenções comportamentais.⁵

Notas

1. Apresentado, por exemplo, em Chetty (2015). Assim, a intervenção baseou-se em normas sociais descritivas e injuntivas. Ver Constantino e outros (2022) para uma discussão e Bhanot (2021) para o papel das normas sociais injuntivas na promoção da poupança. **2.** Allcott 2011. Um alargamento inicial inferior para além dos 600.000 sugeriu também que os efeitos perduraram (Allcott e Rogers 2014). **3.** Allcott 2015. **4.** Tal como referido em Bryan, Tipton e Yeager (2021), que inspira a análise apresentada neste parágrafo. **5.** Por vezes, simplesmente porque não existe informação contextual suficiente, como Vivalt (2020) demonstrou numa análise de 635 estudos de avaliações de impacto de intervenções de desenvolvimento, o que coloca desafios à generalização dos resultados.

Figura 4.3 Os efeitos de vários fenómenos comportamentais são mais fortes nos segmentos mais instruídos e mais ricos da população



Nota: Os valores mostram os efeitos de sete estudos clássicos em ciências comportamentais (conformidade com uma norma social descritiva, impacto da qualidade do argumento na persuasão, subtilização da taxa de base, falácia da conjunção, subapreciarão da lei dos grandes números, falso consenso e facilidade de recuperação) de acordo com as habilitações literárias e o rendimento anual do agregado familiar numa amostra representativa da população dos EUA. O eixo vertical apresenta o valor d de Cohen (a diferença padronizada entre as médias dos grupos de tratamento e de controlo; Cohen 1988).

Fonte: Yeager e outros 2019.

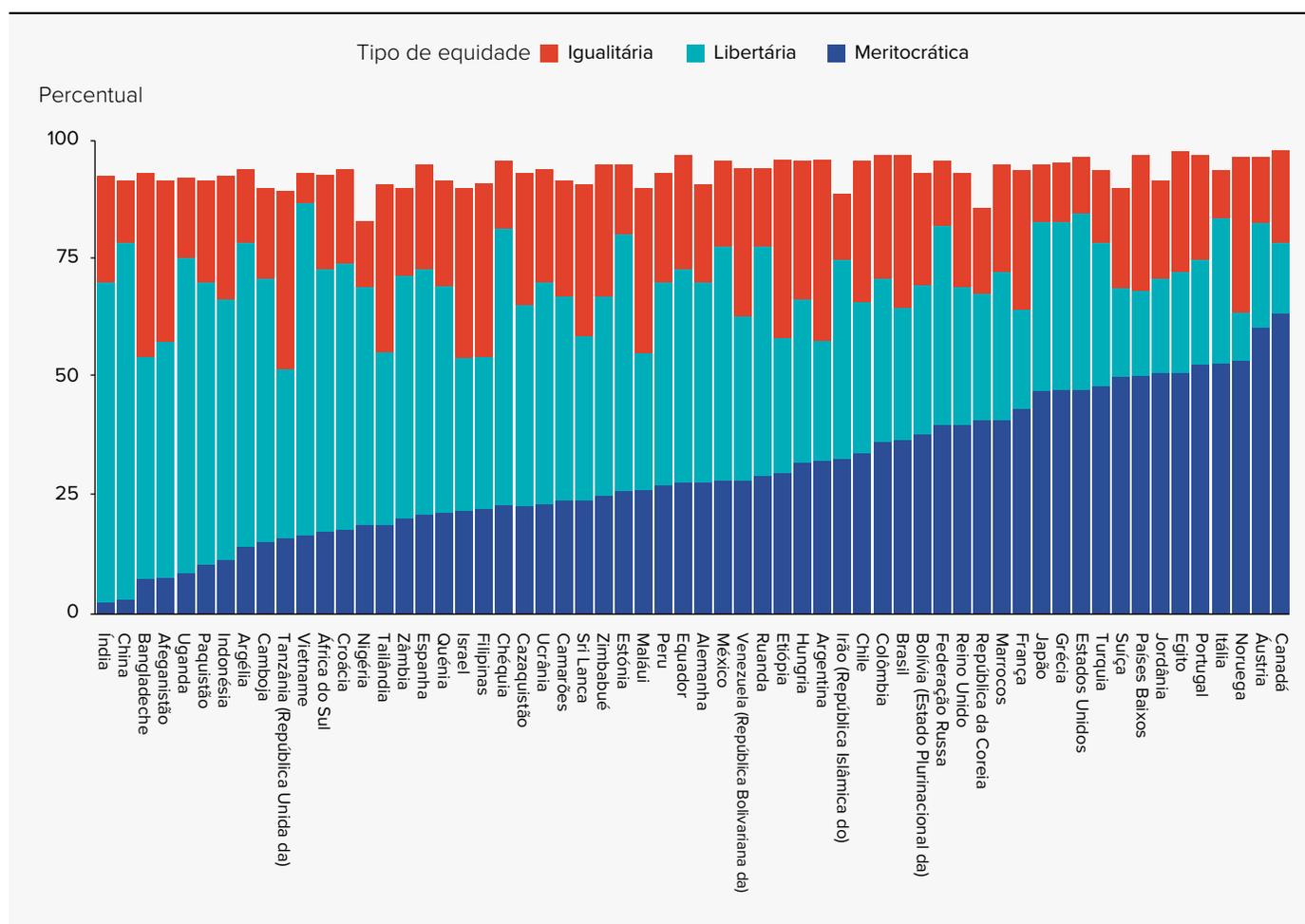
de adesão a uma de três visões da equidade: igualitários (consideram todas as desigualdades injustas), indivíduos meritocráticos (aceitam as desigualdades decorrentes de diferenças de desempenho como justas, mas as devidas à sorte como injustas) e libertários (aceitam todas as desigualdades como justas). Uma grande parte da população de vários países de rendimento alto adere à visão meritocrática – que é também a base de algumas teorias normativas da distribuição – defendendo que as pessoas não devem ser consideradas responsáveis por resultados fora do seu controlo (figura 4.4).¹²⁶

Mas este ponto de vista não está bem representado em muitos outros países. E mesmo entre países com percentagens semelhantes de pessoas com uma visão meritocrática, existem grandes diferenças nas outras duas categorias. Por exemplo, embora a Noruega e os Estados Unidos tenham percentagens semelhantes de indivíduos meritocráticos, os Estados

Unidos têm uma percentagem muito maior de libertários e a Noruega tem uma percentagem muito maior de igualitários.¹²⁷ Além disso, existem diferenças dentro das sociedades. Na Noruega, a percentagem de igualitários é muito mais elevada entre os jovens de 15 anos provenientes de agregados familiares com um baixo nível socioeconómico baixo do que entre os provenientes de agregados familiares com um nível socioeconómico alto,¹²⁸ e embora a maioria das crianças do 5.º ano seja igualitária, a percentagem meritocrática aumenta nos graus superiores e é maior no 13.º ano.¹²⁹

Por conseguinte, a experiência e o contexto social moldam as opiniões das pessoas sobre a equidade, apontando mais uma vez para os processos culturais na formação das preferências ao longo do ciclo de vida. Além das preferências, o que as pessoas acreditam sobre as fontes da desigualdade também é importante. Um indivíduo meritocrático que acredita que a

Figura 4.4 Existem diferenças generalizadas nas preferências de justiça em todo o mundo



Nota: Os igualitários consideram todas as desigualdades injustas, os indivíduos meritocráticos aceitam as desigualdades por diferenças de desempenho como justas, mas as devidas à sorte como injustas e os libertários aceitam todas as desigualdades como justas.

Fonte: Almas e outros 2022.

desigualdade é motivada pela sorte e não pelo esforço, consideraria a desigualdade injusta. Tal como acontece com as preferências, existe uma grande disparidade entre os países e dentro de cada país no que respeita às crenças sobre os fatores de desigualdade.¹³⁰ As crenças relativamente à medida em que a desigualdade é injusta são mais importantes para as atitudes em relação à redistribuição do que o nível real de desigualdade de rendimentos. Nesse sentido, as crenças têm uma influência direta no apoio a diferentes tipos de políticas de redistribuição.¹³¹

Assim, o reconhecimento de que as populações podem ser heterogêneas em termos de preferências e crenças e de como essas diferenças emergem de processos culturais é crucial para a conceção de instituições e políticas, incluindo, por exemplo, em matéria de cumprimento das obrigações fiscais (destaque 6.4).¹³² Em particular, é essencial para avaliar que tipo de intervenções são mais suscetíveis de desencadear uma viragem social.¹³³

Compreender de que forma o reforço da agência e a correção da polarização dentro dos países podem melhorar a ação coletiva entre os países

Uma perspetiva mais alargada da escolha, informada por estes conhecimentos, abre novas perspetivas sobre a forma de promover a cooperação e a disponibilização de bens públicos mundiais. E ajuda a mostrar como os riscos associados aos padrões nacionais de polarização política podem prejudicar a ação coletiva entre os países.

As intervenções destinadas a melhorar a disponibilização de bens públicos mundiais que se baseiam no reconhecimento de que as pessoas são o produto da cultura incluem a consideração das perceções e aspirações aquando da implementação de políticas ou da conceção de instituições. Diferentes perceções sobre como interpretar uma escolha não cooperativa podem resultar em impedimentos culturais à cooperação: quando a escolha é entendida como um erro, pode levar à ação coletiva em futuras interações, mas quando é entendida como um insulto, pode resultar no colapso da ação coletiva.¹³⁴ As perceções também são importantes quando as pessoas inferem os motivos dos outros para fazerem juízos morais,¹³⁵ e na perceção de como (e de que forma) são interdependentes dos outros.¹³⁶ As ruturas de cooperação em caso de conflito são também condicionadas por este tipo de perceção. Há provas de que a representação mental das compensações que as potenciais partes em conflito enfrentam, e não as compensações reais, determinam não só a forma como as pessoas pensam, mas também como se comportam.¹³⁷ Estas perceções são, em certa medida,

maleáveis e podem ser alteradas de forma a aumentar a propensão dos intervenientes para a cooperação.¹³⁸

As aspirações também são importantes porque as pessoas agem de acordo com o que acreditam ser possível e desejável, e estas crenças são, em parte, o resultado de processos sociais, moldados por narrativas amplamente partilhadas na sociedade ou no seio de grupos.¹³⁹ As aspirações, bem como as instituições e as normas sociais que lhes estão associadas, podem ter surgido como resultado de processos culturais que as tornaram adequadas durante algum tempo nalguns contextos, mas podem já não ser adequadas em novos contextos.¹⁴⁰ Este desfasamento adquire uma nova dimensão à medida que enfrentamos os desafios sem precedentes do Antropoceno, em que não é claro como é que os processos de variação cultural e de seleção entre sociedades, que moldaram em parte a forma como as instituições e as normas adaptativas surgiram, funcionariam quando confrontados com desafios à escala planetária: têm de ser abordados coletivamente e à escala global, porque o grupo relevante é toda a humanidade.¹⁴¹

Este desfasamento pode ser caracterizado, de certa forma, como refletindo aquilo a que Karla Hoff e Allison Demeritt chamaram de uma lacuna de agência, que pode ser alimentada, em parte, por uma divergência entre o que as sociedades acreditam ser possível ou provável e aquilo que é objetivamente possível.¹⁴² Na medida em que uma lacuna de agência é o resultado de crenças amplamente partilhadas, colmatar a lacuna exigirá mais do que fornecer informações; exigirá também a mobilização de conhecimentos sobre os determinantes culturais da formação das crenças comuns.¹⁴³

“As intervenções destinadas a melhorar a disponibilização de bens públicos mundiais que se baseiam no reconhecimento de que as pessoas são o produto da cultura incluem a consideração das perceções e aspirações aquando da implementação de políticas ou da conceção de instituições

A redução da lacuna de agência é limitada por aquilo que é objetivamente possível, mas é maleável no que diz respeito àquilo a que as pessoas aspiram, o que por vezes é articulado através de narrativas que têm “agência política e psicológica e podem reforçar ou desafiar as relações e trajetórias de poder existentes.”¹⁴⁴ Isto pode assumir a forma daquilo a que se chamou a prossecução de transformações emancipatórias,¹⁴⁵ que afirma a importância de melhorar não só o bem-estar das pessoas, mas também a sua capacitação como agentes de mudança.¹⁴⁶

Mas uma coisa é reconhecer que as perceções e as aspirações são importantes e que as recomendações gerais, como a reformulação das narrativas, podem

ajudar a colmatar a lacuna de agência, e outra muito diferente é perceber como mobilizar essas percepções. É aqui que a concretização da disponibilização de bens públicos mundiais pode ajudar, porque os bens públicos mundiais correspondem a uma forma muito específica de abordar os desafios coletivos quando os países enfrentam a interdependência. Os bens públicos mundiais, pela sua natureza, correspondem a interações de soma não zero e podem, assim, ser mobilizados para ultrapassar a psicologia das crenças de soma zero (o ganho de uma parte é conseguido à custa das perdas da outra parte). É certo que muitas interações entre países são de soma zero, mas a prossecução da disponibilização de bens públicos mundiais tem o potencial de abrir espaços de interação entre os países que não são de soma zero.¹⁴⁷ A ênfase colocada na disponibilização de bens públicos mundiais pode ultrapassar três dos canais que demonstraram suscitar crenças de soma zero (mesmo em situações em que as compensações efetivas não são de soma zero: percepções de ameaça, escassez real ou imaginária de recursos e deliberação inibida.¹⁴⁸ As crenças de soma zero exacerbam os conflitos,¹⁴⁹ desencorajam a cooperação¹⁵⁰ e suprimem o esforço e o desenvolvimento económico.¹⁵¹

“Embora a diversidade de crenças e preferências possa ser aproveitada para a criatividade e a inovação, os padrões de polarização política representam um grande desafio para a ação coletiva

A disponibilização de bens públicos mundiais pode mobilizar a capacidade humana de intencionalidade partilhada: “a compreensão de que os indivíduos estão a resolver um problema em conjunto e estão empenhados em apoiar-se mutuamente.”¹⁵² De facto, argumentou-se que a compreensão e a partilha de intenções evoluíram para ter em linha de conta não só as ações conjuntas e as crenças comuns, mas também a emergência da coordenação sobre a necessidade de dar razões para justificar essas ações e crenças.¹⁵³ Alguns dados sugerem que a prossecução pela autosuficiência (procurando reduzir a interdependência) ao enfrentar problemas comuns afasta a cooperação e exacerba as desigualdades.¹⁵⁴ As pessoas são também capazes de “ver o mundo da perspectiva de outro indivíduo e, especificamente, de compreender e representar formalmente os estados de conhecimento, crenças e objetivos de outro indivíduo”¹⁵⁵ e até os seus estados emocionais, que estão envolvidos na empatia.¹⁵⁶ Isto pode gerar uma propensão para a procura da justiça que, juntamente com uma intenção comum, pode ser um poderoso fator de cooperação para melhorar a disponibilização de bens públicos mundiais.¹⁵⁷

O reverso da medalha é que estes poderosos potenciais fatores de cooperação atuam frequentemente no

seio de grupos.¹⁵⁸ Uma manifestação deste comportamento de “groupy” é o facto de os níveis de cooperação provinciana (ou seja, dentro dos países) serem virtualmente mais elevados do que os da cooperação universal.¹⁵⁹ Embora a diversidade de crenças e preferências não seja apenas um facto, mas algo que pode ser aproveitado para a criatividade e a inovação,¹⁶⁰ os padrões de polarização política (em que não existe uma base factual comum para empreender discussões fundamentadas e em que os grupos se alienam e até se desumanizam mutuamente) representam um grande desafio para a ação coletiva (capítulo 6).¹⁶¹ A forma como a polarização política se manifesta a nível interno pode ser um fator determinante para a disponibilização de bens públicos mundiais, como a atenuação das alterações climáticas e a resposta a pandemias.¹⁶²

As crenças de soma zero têm sido associadas à polarização política em alguns países.¹⁶³ Por exemplo, a par da desigualdade internacional no acesso às vacinas, as atitudes nacionais em relação às vacinas determinaram a evolução da pandemia de Covid-19, incluindo nos países de rendimento alto.¹⁶⁴ Mesmo quando as vacinas eram gratuitas e abundantes, os padrões de confiança e a polarização política moldaram o curso da pandemia em muitos países.¹⁶⁵ Nalguns países, a identificação do estatuto de vacinado é tão polarizadora como as suas outras identificações de grupo. A existência de atitudes mais polarizadas relativamente ao estatuto de vacinado tem sido associada a uma maior resistência à sua adoção.¹⁶⁶

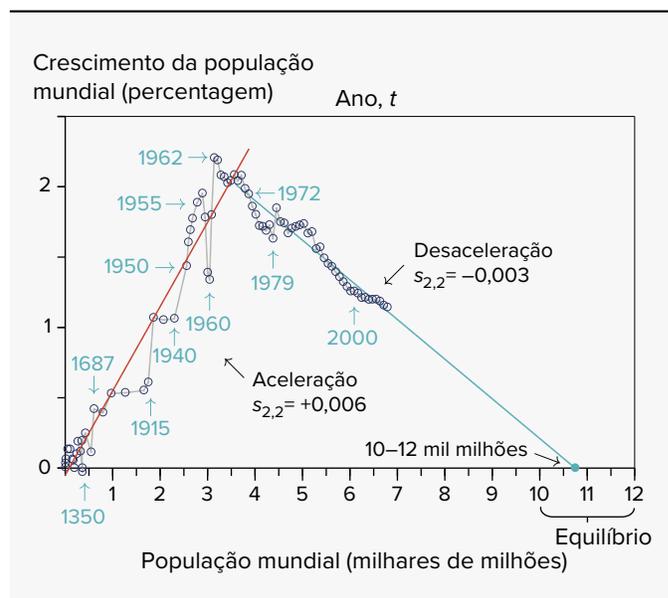
A polarização política também é importante porque a heterogeneidade das preferências e crenças e a sua base cultural podem impedir a mobilização de normas sociais para resultados mais cooperativos.¹⁶⁷ Como ilustra a discussão acima, e como demonstrado teoricamente,¹⁶⁸ a distribuição das preferências sociais (no sentido da preocupação com o ambiente ou da aversão à desigualdade) pode ativar a viragem, não ter qualquer efeito ou mesmo produzir uma reação negativa, dependendo dos efeitos que as intervenções têm nos diferentes grupos populacionais e das razões pelas quais as pessoas desses grupos aderem às normas sociais.

Quando o comportamento ajustado a uma norma interage com outros motivos, como as identidades de grupo, a viragem social pode não ocorrer de todo.¹⁶⁹ Quando a pertença a um grupo está ligada a identidades salientes, isso pode exagerar a “alterização” de outros grupos e cegar os membros para a percepção de que toda as pessoas têm várias identidades com diferentes expressões e relevância em alturas diferentes – as pessoas podem perder de vista a nossa humanidade comum.¹⁷⁰ É assim que, nestas situações, os marcadores comportamentais em que as pessoas confiam para assinalar as afiliações de grupo podem impedir

a inflexão das normas sociais.¹⁷¹ Por exemplo, se não estar vacinado contra a Covid-19 for um marcador de pertença a um grupo, não só o comportamento não se alterará quando alguns membros do grupo forem vacinados, como o facto de serem vacinados pode transformar os comportamentos contra a vacinação num sinal de compromisso e lealdade para com o grupo.¹⁷² Um aspeto crucial a considerar, sobretudo em contextos politicamente polarizados, não são apenas as crenças privadas das pessoas, mas também as suas crenças sobre o que os outros pensam em relação a determinadas questões, as perceções que têm sobre as ameaças e como acreditam que os outros pensam sobre elas e como se comportarão.¹⁷³

Os dois capítulos seguintes analisam estes dois desafios (reduzir a lacuna de agência e corrigir a polarização) em maior detalhe. Pode parecer que o atual contexto de turbulência em todo o mundo não é propício para enfrentar qualquer um destes desafios. No entanto, à medida que adentramos no Antropoceno, podemos já estar a viver uma grande descontinuidade ecológica¹⁷⁴ caracterizada por uma mudança do crescimento descontrolado da população para uma fertilidade controlada (figura 4.5).¹⁷⁵ A transição para a baixa fertilidade é complexa e multifacetada e foi recentemente analisada na perspetiva da evolução cultural (por forma a considerar fatores que os demógrafos designam como ideação).¹⁷⁶ Entre os fatores determinantes desta transição contam-se as inovações na medicina e no saneamento, a emancipação das mulheres, os progressos na educação, as mudanças nas normas sociais sobre a dimensão das famílias bem sucedidas, a atenção crescente ao crescimento demográfico, a consciência dos desafios planetários e muitos outros fatores potenciais, todos eles expressões, pelo menos em parte, de fatores culturais.¹⁷⁷ Reconhecer que nos encontramos no novo contexto planetário do Antropoceno e numa nova fase ecológica sugere uma agenda possibilista: não o otimismo

Figura 4.5 O mundo atravessa um período de grande transição da aceleração para a desaceleração do crescimento demográfico



Nota: O gráfico representa o crescimento *per capita* da população em percentagem em relação ao nível da população. A linha cinzenta liga os pontos de dados de diferentes anos. A linha vermelha ajusta-se a um modelo ecológico de interações mutualistas entre humanos e plantas e animais em que o parâmetro ecológico ($s_{2,2}$) é positivo, o que significa um crescimento populacional muito rápido. A linha azul ajusta-se a um modelo em que o parâmetro se tornou negativo, significando uma desaceleração do crescimento populacional, com um equilíbrio previsto da população em cerca de 10-12 mil milhões de pessoas, algures no próximo século.

Fonte: Lehman e outros 2021.

ou o pessimismo, mas a possibilidade de gerir conscientemente os problemas autoinfligidos com que nos confrontamos à escala mundial.¹⁷⁸ A disponibilização de bens públicos mundiais, que depende apenas de nós, seria uma forma de atuar de acordo com essa agenda possibilista.

Uma abordagem centrada na tecnologia para as negociações sobre as alterações climáticas

Scott Barrett, *Universidade de Columbia e London School of Economics*

Há mais de 30 anos que o mundo está a tentar limitar as alterações climáticas. O primeiro acordo, a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (CQNUAC), foi adotado em 1992. No âmbito deste quadro, as partes acordam em cooperar para limitar as concentrações de gases com efeito de estufa na atmosfera a um nível que evite alterações climáticas “perigosas”. Todos os países são partes neste acordo. Todos os países concordam que precisam de cooperar.

Desde então, foram adotados dois outros tratados. O Protocolo de Quioto de 1998 estabeleceu limites de emissões vinculativos para os países do Anexo I no período de 2008-2012, mas estes não puderam ser aplicados. Os Estados Unidos recusaram-se a participar. O Canadá participou inicialmente, mas não tomou medidas para cumprir os seus limites de emissões, tendo-se retirado mais tarde para evitar a obrigação legal de os cumprir. Em 2009, os países reuniram-se em Copenhaga para alargar e aprofundar o Protocolo de Quioto. Prevê-se que mais países sejam obrigados a respeitar os limites de emissões e que os limites de emissões anteriormente negociados sejam reforçados. No entanto, os países não conseguiram chegar a acordo sobre como isso deve ser feito. Em vez disso, mudaram de direção. Em primeiro lugar, atribuem um número ao objetivo da CQNUAC de evitar alterações climáticas perigosas, especificando um objetivo de 2°C para o aumento médio da temperatura global. Em segundo lugar, pediram às partes que se comprometessem a contribuir para a realização deste objetivo comum. Em última instância, esta abordagem foi codificada no Acordo de Paris de 2015. Esse tratado reforçou o objetivo anterior: os países devem agora manter “o aumento da temperatura média global bem abaixo dos 2°C em relação aos níveis pré-industriais e [perseguir] os esforços para limitar o aumento da temperatura a 1,5°C.” O Acordo de Paris também situou os compromissos no contexto da “denúncia e divulgação”, para incentivar uma maior ambição. Ao contrário do Protocolo de Quioto, todos os países participam no Acordo de Paris. No entanto, também ao contrário do Protocolo de Quioto, a assunção e o cumprimento dos compromissos são explicitamente voluntários.

Para onde é que esta abordagem nos conduziu? As concentrações de dióxido de carbono têm aumentado

todos os anos desde o início das negociações. Desde a adoção da CQNUAC, foram emitidas mais emissões de dióxido de carbono do que nos 250 anos anteriores. As emissões de dióxido de carbono atingiram um máximo histórico em 2022. O mundo não está em vias de cumprir o objetivo que os países declararam ter de cumprir.

Porquê? Nenhum fenómeno desta complexidade tem uma explicação única, mas há uma que se destaca e que é surpreendentemente simples: os países são apanhados num dilema do prisioneiro. Todos os países reconhecem que estariam numa situação melhor se reduzissem as suas emissões, eventualmente até ao zero líquido. Contudo cada país teme que isso coloque em risco a sua economia. Cada um poderá estar disposto a reduzir substancialmente as suas emissões se tiver a garantia de que os outros reduzirão substancialmente as suas emissões, evitando assim alterações climáticas perigosas. No entanto, quando as contribuições não podem ser impostas ou são voluntárias, esta garantia escapa a todos os países. O problema não é o facto de todos os países não fazerem nada; é o facto de todos os países fazerem muito pouco.²

Como fazer melhor? Vale a pena considerar algumas coisas que correram bem.

Sucessos

Um sucesso é a queda de 99 por cento no preço das células solares fotovoltaicas desde 1976. A investigação e o desenvolvimento, públicos e privados, são responsáveis por 59 por cento da queda, as economias de escala por 22 por cento e a aprendizagem pela prática por 7 por cento.³ A investigação e o desenvolvimento foram particularmente importantes no início do processo; as economias de escala tornaram-se importantes mais tarde. A história da investigação e do desenvolvimento no domínio da energia solar pode ser traçada desde a primeira célula solar desenvolvida nos Laboratórios Bell, nos Estados Unidos, em 1954, até aos desenvolvimentos posteriores impulsionados pela Corrida Espacial; a resposta dos EUA (começando com o Projeto Independência do Presidente Richard Nixon, um programa para tornar os Estados Unidos independentes em termos energéticos até 1980) e a resposta do Japão

(especialmente o seu Programa Sunshine) às crises energéticas da década de 1970; a investigação na Austrália na década de 1980; e o boom da energia solar na Alemanha na década de 2000, ajudado por generosas tarifas de alimentação.⁴ Foram necessários os esforços combinados de vários países para chegar à situação atual, em que os custos são tão baixos que, de acordo com a Agência Internacional de Energia, a energia solar fotovoltaica está “a tornar-se a opção de mais baixo custo” para a produção de eletricidade na maior parte do mundo.”⁵

Outro sucesso é a descida do preço das baterias de íões de lítio. Desde o início da comercialização em 1991, o custo desta forma de armazenamento de energia baixou 97 por cento. A investigação e o desenvolvimento, públicos e privados, representam 54 por cento da descida, as economias de escala 30 por cento e a aprendizagem pela prática 2 por cento.⁶ A maior parte destas atividades foi levada a cabo pela indústria eletrónica (telemóveis, computadores portáteis, ferramentas elétricas, etc.).⁷ Os avanços nesta tecnologia, combinados com políticas de promoção da procura, impulsionaram um rápido aumento das vendas de veículos elétricos, particularmente na China, na União Europeia e nos Estados Unidos. A nível mundial, a procura de baterias de íões de lítio para veículos elétricos aumentou 65 por cento entre 2021 e 2022.⁸ Graças a esta tecnologia, um número crescente de países e fabricantes de veículos planeia eliminar gradualmente as vendas de motores de combustão interna até 2035.

Estes desenvolvimentos (e outros, como a descida dos custos das turbinas eólicas e das lâmpadas de diodos emissores de luz) ocorreram fora do processo da CQNUAC e, sem dúvida, pouco tiveram a ver com as negociações sobre o clima. Os negociadores têm pedido aos países que reduzam as suas emissões, uma abordagem que se insere na armadilha do dilema do prisioneiro. Se os países se tivessem concentrado mais em mudar a economia das novas tecnologias, o resultado poderia ter sido diferente. Em vez de pedir aos países que reduzam a sua utilização de combustíveis fósseis, por que não concentrar-se em tornar as fontes de combustível alternativas mais baratas do que os combustíveis fósseis? Esta ação garante praticamente a difusão global das novas tecnologias, reduzindo as emissões em todo o lado.

Viragem

A energia solar fotovoltaica e os veículos elétricos alimentados por baterias propagaram-se (até agora) sem a ajuda de um tratado. São exemplos de efeitos em cascata.⁹ Depois de se proceder a atividades de investigação e desenvolvimento suficientes para encorajar

a adoção de uma tecnologia por um país, a produção desse país reduz os custos para todos, principalmente através de economias de escala, encorajando a adoção por outros países. A adoção dessa tecnologia, por sua vez, reduz ainda mais os custos, encorajando ainda mais países a adotar a tecnologia, e assim sucessivamente. O efeito cascata gera um feedback positivo.

Nalguns casos, um único país pode não ser capaz de dar início a um efeito cascata, mas uma massa crítica de países pode ser capaz de exercer o “grande impulso” necessário para a viragem. As externalidades de rede impulsionam frequentemente a adoção universal. Um exemplo é o transporte marítimo de petróleo. Historicamente, a maior parte da poluição nos mares provocada por substâncias petrolíferas resultava da forma como o petróleo era transportado. Depois de completar uma entrega de petróleo, um navio-tanque era enchido com água de lastro para a viagem de regresso. Antes de recolher a carga seguinte, o navio-tanque fazia a descarga da água de lastro no mar, misturada com resíduos de petróleo. Este processo, repetido vezes sem conta, foi uma das principais fontes de poluição dos oceanos. Para limitar esta poluição, a Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição das Águas do Mar pelos Óleos (OILPOL), de 1954, exigiu que os navios-tanque limitassem a sua descarga de água de lastro a uma zona situada a pelo menos 50 milhas da costa. No entanto, tratando-se de um dilema do prisioneiro, a OILPOL, tal como o Protocolo de Quioto, era difícil de aplicar.

Na década de 1970, foi tentada uma abordagem diferente. A Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição por Navios (MARPOL) exigiu que os navios-tanque separassem os tanques que contêm petróleo dos tanques que contêm água de lastro, o que obrigou a uma remodelação dos navios-tanque. A abordagem da MARPOL era mais dispendiosa do que a da OILPOL, mas mais fácil de aplicar.¹⁰ Quando um número suficiente de portos recusou a entrada de navios-tanque com a configuração antiga, mais operadores de navios-tanque passaram a cumprir a nova norma e, à medida que mais navios-tanque cumpriam a nova norma, mais portos passaram a autorizar a entrada apenas de navios-tanque que cumprissem a nova norma, para proteger as suas costas. Nessa situação, houve um ponto de inflexão para a participação que garantiu a adesão universal.¹¹ Intuitivamente, o ponto de inflexão teria de ser de, pelo menos, 50 por cento de todos os transportes marítimos e, na prática, este acabou por ser o limiar adotado para a entrada em vigor do acordo que impõe a nova norma tecnológica. De acordo com a Organização Marítima Internacional, “a MARPOL contribuiu largamente para uma diminuição significativa da poluição causada pelo transporte marítimo internacional e aplica-se a 99% da tonelagem da frota mercante mundial.”¹²

O Protocolo de Quioto isentou, sensatamente, as emissões da aviação e da navegação internacionais, considerando que estas fontes deveriam ser controladas através da Organização da Aviação Civil Internacional e da Organização Marítima Internacional. Trata-se essencialmente de organizações de normalização, que são os organismos adequados para negociar a redução das emissões nas suas esferas de influência. Ao centrarem-se nas normas e não nos limites de emissões (que são, de qualquer modo, difíceis de atribuir a cada país), estas organizações podem estimular um feedback positivo, fazendo com que uma nova norma se imponha.

Suponhamos que a melhor alternativa ao combustível de bancas era o amoníaco verde, um combustível produzido pela combinação de nitrogénio extraído do ar com hidrogénio extraído da água, ambos os processos alimentados por energia renovável. Como proceder? O amoníaco custaria provavelmente várias vezes mais do que o fuelóleo pesado. Uma mudança para o amoníaco também apresentaria desafios técnicos. Tal exigiria novos motores, novos tanques de armazenamento a bordo (exigindo novos projetos de navios) e novas instalações portuárias: em suma, uma nova norma em matéria de tecnologia/combustíveis. É evidente que a transição para o amoníaco não se processaria num país de cada vez. Os proprietários de embarcações não queriam utilizar o amoníaco nos seus navios se não existisse uma rede de infraestruturas de reabastecimento, tal como nenhum país quereria construir uma rede de abastecimento de amoníaco se não tivesse a garantia de que muitos navios funcionariam com amoníaco. O bloqueio constituiria um obstáculo à mudança se apenas um ou um pequeno número de países mudasse. Mas à medida que mais portos mudassem para o amoníaco, mais proprietários de embarcações iriam querer que os seus navios funcionassem com amoníaco e, à medida que mais navios funcionassem com amoníaco, mais portos iriam querer mudar. A adoção de uma norma para o amoníaco verde assemelhar-se-ia à experiência com a MARPOL.

A Missão Inovação, uma coligação de 22 países que trabalha fora do processo da CQNUAC, tem um plano para reduzir as emissões no setor do transporte marítimo que obedece à lógica acima descrita. Um primeiro objetivo é levar a cabo atividades de investigação e desenvolvimento para identificar a melhor alternativa ao fuelóleo pesado. Um segundo objetivo consiste em facilitar a difusão desta nova norma em matéria de tecnologia/combustíveis. Mais uma vez, suponhamos que as atividades de investigação e de desenvolvimento realizadas na primeira fase revelaram que o amoníaco era o “vencedor.” Como alcançar o segundo objetivo de assegurar a difusão global da nova norma? A Missão Inovação teria como objetivo criar uma frota de, pelo menos, 200 navios capazes de funcionar com o novo

combustível; construir uma “infraestrutura portuária global para apoiar os navios que operam com combustíveis com emissões zero, de modo a que, até 2030, 10 grandes portos comerciais, abrangendo pelo menos três continentes, forneçam combustíveis com emissões zero”;¹³ e, por último, aumentar a produção do novo combustível de modo a fornecer, pelo menos, 5 por cento do mercado total. É improvável que 200 navios, 10 grandes portos e uma quota de 5 por cento do mercado do combustível sejam suficientes para fazer virar o mercado mundial, mas pelo menos esta iniciativa reconhece a lógica da necessidade de mudar o sistema. Mudar o sistema é a essência de uma estratégia que procura transformar o dilema do prisioneiro num jogo de viragem.¹⁴ Quando a massa crítica ultrapassa o ponto de inflexão, esta abordagem gera um feedback positivo, levando a uma mudança global, como vimos com a MARPOL.

Comércio

A abordagem adotada pela CQNUAC, centrada na redução das emissões, gera um feedback negativo. Se um país (ou grupo de países) reduzir unilateralmente as suas emissões, a vantagem comparativa em setores com grande intensidade de gases com efeito de estufa passa para outros países, provocando o aumento das suas emissões – um fenómeno conhecido como “fuga de comércio” (trade leakage). Além disso, se as reduções de emissões forem conseguidas através da diminuição da utilização de combustíveis fósseis, os preços globais destes combustíveis baixarão, levando outros países a aumentar o seu consumo e, conseqüentemente, as emissões. Este feedback negativo intensifica o incentivo ao parasitismo, que é inerente ao dilema do prisioneiro.

Devido a estas preocupações relacionadas com o comércio, as políticas climáticas nacionais excluem frequentemente as indústrias com grande intensidade de gases com efeito de estufa da obrigação de reduzir as suas emissões, o que prejudica os esforços unilaterais de redução das emissões. A União Europeia está a planear alargar os seus acordos de comércio de emissões a indústrias anteriormente protegidas, a fim de reduzir ainda mais as emissões. No entanto, devido a preocupações com fugas, está a planear substituir as exclusões por mecanismos de ajustamento das fronteiras do carbono específicos para cada indústria – uma medida que pode estimular conflitos. Tal como aconteceu anteriormente quando a União Europeia tentou alargar o seu sistema de comércio de emissões à aviação internacional, outros Estados poderosos podem retaliar. Além disso, os países em desenvolvimento podem protestar contra o facto de, ao tratar a produção nacional e as importações da mesma forma em termos

de emissões, os ajustamentos fiscais nas fronteiras violarem o princípio das responsabilidades comuns mas diferenciadas consagrado na CQNUAC. Por último, a correção das fugas não corrige o parasitismo.

No entanto, associar os acordos climáticos à cooperação comercial pode ajudar a evitar o parasitismo – e, nesse processo, evitar fugas. Os acordos comerciais são mais fáceis de aplicar do que os acordos climáticos. Isto deve-se ao facto de o comércio ser bilateral, enquanto as reduções de emissões são um bem público mundial. Se um país violar um acordo comercial, os países prejudicados pela redução do comércio têm um forte incentivo – quase intrínseco – para retaliar. O receio de retaliações motiva os países a respeitarem os seus acordos comerciais. Em contrapartida, se um país emitir mais do que o permitido por um tratado sobre o clima, as outras partes do acordo só se prejudicam a si próprias ao retribuírem – e, por isso, não retaliarão. Uma vez que os acordos comerciais são mais fáceis de aplicar, associar a cooperação comercial à cooperação na disponibilização de um bem público mundial pode ultrapassar os incentivos ao parasitismo.¹⁵

O principal exemplo é o Protocolo de Montreal, que protege a camada de ozono estratosférico. O tratado proíbe o comércio de clorofluorocarbonetos (CFC) e de produtos que contenham CFC entre as partes e as não-partes e funciona da seguinte forma. Se nenhum outro país participasse no acordo, nenhum país quereria participar porque isso significaria perder todos os benefícios do comércio de CFC, além de perderem a oportunidade do parasitismo. No entanto, se todos os outros países participassem, qualquer país quereria participar, desde que os benefícios do comércio com o resto do mundo excedessem os ganhos do parasitismo. Intuitivamente, cada país teria um incentivo para participar, desde que outros participassem em número suficiente. Assim, as medidas comerciais implicam o mesmo tipo de ponto de inflexão que a MARPOL – um resultado que faz sentido quando se considera que negar o acesso de um navio a um porto é equivalente a uma proibição comercial. Graças, em parte, à medida comercial, o Protocolo de Montreal tem sido notavelmente eficaz, evitando tanto as fugas como o parasitismo.¹⁶

Em Kigali, em 2016, o Protocolo de Montreal foi alterado para controlar os hidrofluorocarbonetos (HFC), um primo dos CFC. Uma vez que os HFC são um poderoso gás com efeito de estufa e não empobrecem a camada de ozono, a Emenda de Kigali é um tratado climático negociado fora do processo da CQNUAC. Além disso, pelo facto de Kigali incorporar a mesma medida comercial que o Protocolo de Montreal, representa o primeiro tratado sobre o clima a incorporar uma medida comercial. O Protocolo de Quioto não foi capaz de controlar os HFC, mas a Alteração de Kigali irá muito provavelmente fazê-lo, especialmente depois da sua medida comercial entrar em vigor em 2029. Além disso, ao contrário das políticas unilaterais de controlo da fuga de comércio, a Alteração de Kigali incorpora um mecanismo de pagamento paralelo para cobrir os custos adicionais do cumprimento das medidas de controlo do tratado por parte dos países em desenvolvimento. A Alteração de Kigali promove a cooperação no mesmo espírito que a CQNUAC, mas por meios diferentes.

Caminho a seguir

Apesar de todos os seus esforços, a abordagem da CQNUAC para limitar as alterações climáticas não conseguiu, até agora, atingir os seus objetivos. Felizmente, o Acordo de Paris pode ser complementado por outros acordos destinados a reduzir as emissões em setores específicos. De facto, isso já aconteceu. A Alteração de Kigali foi adotada menos de um ano após o Acordo de Paris. Outros desenvolvimentos, incluindo a descida dos preços da energia solar fotovoltaica e das baterias de íões de lítio e as aspirações da Missão Inovação, sugerem que é possível fazer mais progressos. A principal característica partilhada por todos estes esforços é o facto de se centrarem em intervenções (normas técnicas, investigação e desenvolvimento e medidas comerciais) que podem transformar os sistemas ao atingirem uma massa crítica.¹⁷ Certamente, muitas outras possibilidades dessa natureza continuam ainda por descobrir.

NOTAS

1. Os países do Anexo I incluem os países industrializados que eram membros da Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económicos em 1992, bem como países com economias em transição, incluindo a Federação Russa, os Estados Bálticos e vários Estados da Europa Central e Oriental.
2. Ver Barrett e Dannenberg (2016) para uma experiência de laboratório do Acordo de Paris que mostra que o processo de “compromisso e revisão” altera o que os intervenientes dizem (ou seja, o seu objetivo

coletivo e os seus compromissos individuais), mas não o que fazem (ou seja, as suas contribuições efetivas para alcançar os seus compromissos e o seu objetivo).

3. Kavliak, McNerney e Trancik 2018.

4. Nemet 2019.

5. <https://www.iea.org/reports/solar-pv>.

-
6. Ziegler, Song e Trancik 2021.

 7. Dugoua e Dumas 2023.

 8. AIE 2023b.

 9. Dixit 2003; Heal e Kunreuther 2010.

 10. Mitchell 1994.

 11. Barrett 2003a.

 12. <https://www.imo.org/en/ourwork/environment/pages/pollution-prevention.aspx>.

 13. <https://explore.mission-innovation.net/mission/zero-emissions-shipping/>.

 14. Dos 10 maiores portos do mundo em termos de volume, 7 situam-se na China. A participação da China numa estratégia para mudar o transporte marítimo é essencial.

 15. Barrett e Dannenberg 2022.

 16. Barrett 2003a.

 17. Barrett 2016.

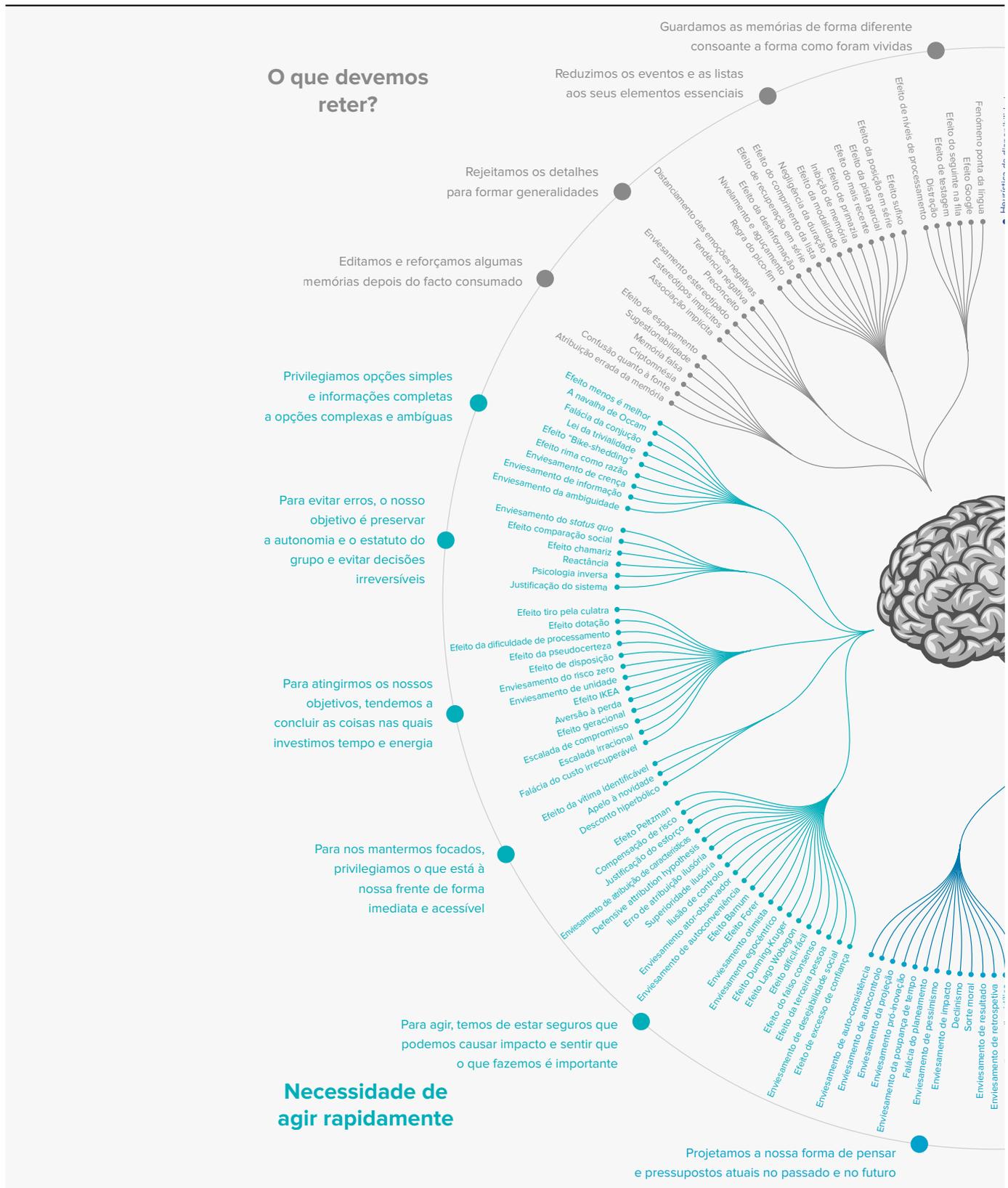
Utilizar os conhecimentos da ciência comportamental: atenção!

A cautela na utilização de percepções comportamentais está associada a desafios na reprodução de algumas conclusões.¹ Estas preocupações surgem na sequência da crise de reprodutibilidade que afetou alguma investigação em psicologia na década de 2010, quando várias descobertas de grande visibilidade que atraíram a atenção dos meios de comunicação social e das políticas não conseguiram ser reproduzidas em tentativas subsequentes.² Em particular, os estudos realizados nos últimos 20 anos com base em experiências não foram reproduzidos a taxas mais elevadas do que os estudos não experimentais.³ Uma análise recente concluiu que apenas dois terços das experiências em ciências sociais publicadas em duas revistas de topo foram reproduzidas e que o tamanho médio do efeito foi cerca de metade daquele comunicado nos estudos originais.⁴ Uma das intervenções emblemáticas de incentivo – tornar a doação de órgãos a norma – não foi reproduzida e pode até ser contraproducente.⁵ Vários esforços documentaram não só falhas na reprodução, mas também uma potencial má conduta científica.⁶ Aprendendo com estes desafios, existe a consciência de que a ciência comportamental irá provavelmente evoluir para apresentar resultados mais robustos, ser mais cautelosa nas afirmações baseadas em inferência

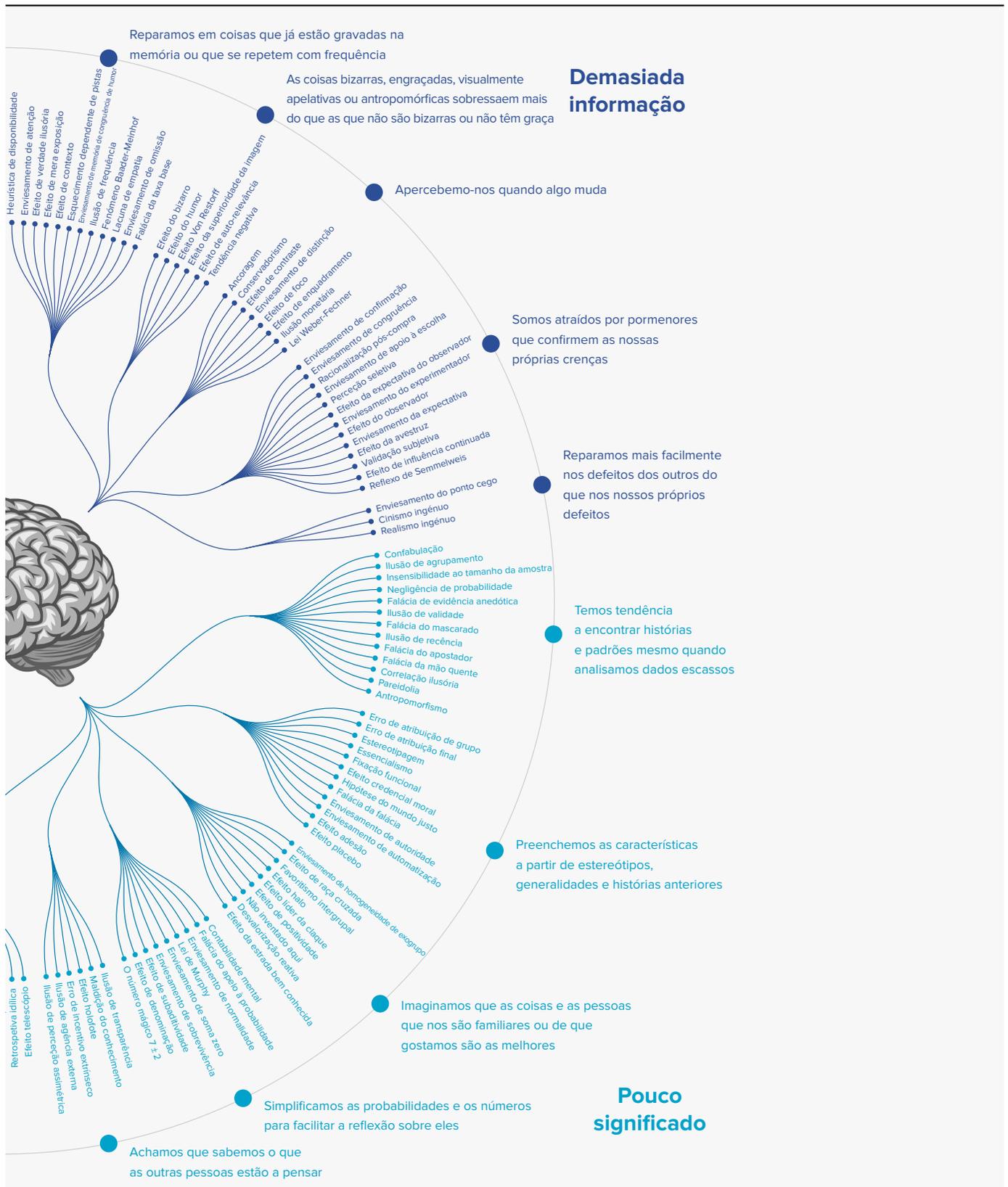
estatística e abordar questões de relevância política mais direta.⁷

Mas os conhecimentos da ciência comportamental colocam outro desafio. Dada a proliferação de enviesamentos cognitivos identificados na literatura, mesmo que as conclusões sejam sólidas, é difícil para as intervenções abordarem todos ou garantirem que a abordagem de um enviesamento não exacerba outro. O código dos enviesamentos cognitivos (figura S4.2.1) pode parecer pouco mais do que “um conjunto de modificações *ad hoc* plausíveis dos modelos de escolha racional”.⁸ Este desafio tem motivado esforços para encontrar um conjunto de mecanismos causais restritos que possam explicar um grande conjunto de enviesamentos cognitivos.⁹ Uma melhor compreensão dos processos cognitivos (e dos limites do conhecimento humano)¹⁰ inspirou hipóteses sobre mecanismos que poderiam explicar vários enviesamentos cognitivos.¹¹ Estes incluem a incerteza cognitiva¹² ou uma compreensão da forma como as pessoas estimam probabilidades através da recordação seletiva de memórias.¹³ Mas mesmo as teorias que reuniam diferentes enviesamentos que receberam uma forte apoio empírico¹⁴ por vezes não conseguem ser reproduzidas.¹⁵

Figura S4.2.1 A identificação de 180 enviesamentos cognitivos dificulta a obtenção de informações sobre a forma de alterar o comportamento para melhorar a ação coletiva



Fonte: "The Cognitive Bias Codex - 180+ biases," concebido por John Manoogian III com base nas categorias e descrições de Buster Benson, licenciado com CC-by-SA-4.0 (https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Cognitive_bias_codex_en.svg).



NOTAS

1. Ijzerman e outros 2020.
2. Uma das primeiras manifestações de preocupação foi a de Simmons, Nelson e Simonsohn (2011). Para análises, ver Nelson, Simmons e Simonsohn (2018) e Nosek e outros (2022).
3. Youyou, Yang e Uzzi 2023.
4. Camerer e outros 2016; Camerer e outros 2018; Yarkoni 2022. Uma análise recente de vários estudos que recomendam intervenções para aumentar a felicidade revela muito pouco apoio a várias políticas amplamente recomendadas (Folk e Dunn 2023).
5. Etheredge 2021.
6. Os sites Web incluem <http://datacolada.org/> e <http://bps.stanford.edu/>. Este desafio foi amplamente divulgado nos meios de comunicação social (ver, por exemplo, Schelber 2023).
7. Hallsworth (2023) propõe um manifesto sobre a forma como a ciência comportamental deve evoluir para reforçar os seus fundamentos empíricos e a sua relevância política. Duckworth e Milkman (2022) propõem melhorias na realização de metaestudos para aumentar a validade dos resultados. Clark, Connor e Isch (2023) mostram que os estudos que não são suscetíveis de reprodução estão associados a declínios nas citações, pelo que a proposta de Zwaan e outros (2018) de que a reprodução se torne corrente pode aumentar a validade e a robustez dos resultados. Box-Steffensmeier e outros (2022) defendem a importância da aprendizagem interdisciplinar. van Roekel e outros (2023) propõem melhorias na conceção dos incentivos para que preservem a autonomia, dado que uma das críticas aos incentivos é que são paternalistas e limitam a capacidade de raciocínio das pessoas quando fazem escolhas (estas críticas foram analisadas no PNUD 2022a). Korbmacher e outros (2023) documentam uma série de mudanças estruturais, processuais e comunitárias positivas em que a crise da reprodutibilidade está a transformar-se numa revolução de credibilidade.
8. Davis 2023, p. 476.
9. Por exemplo, Stango e Zinman (2022) reduzem 20 enviesamentos a 4 fatores comportamentais comuns. Goeree e Louis (2021) desenvolveram um modelo para integrar várias conclusões da teoria comportamental dos jogos.
10. Lieder e Griffiths 2020.
11. Tal como explorado, por exemplo, na teoria dos jogos comportamentais (Camerer, Ho e Chong 2015). Dube, MacArthur e Shah (2023) mostram como as exigências cognitivas do policiamento podem prejudicar a tomada de decisões dos agentes. Enke (2020b) mostra como as pessoas confrontadas com decisões complexas se concentram no que veem. Bordalo, Gennaioli e Shleifer (2022) tiram a implicação da influência desproporcionada da informação saliente na tomada de decisões.
12. Enke e Graeber 2023.
13. Bordalo e outros 2022.
14. Dean e Ortoleva 2019.
15. Chapman e outros 2023.

Evolução cultural e política de desenvolvimento

Joseph Henrich, *Harvard University, Departments of Human Evolutionary Biology and Psychology, Harvard's Kennedy School*

Todas as abordagens à conceção de políticas e ao desenvolvimento económico requerem pressupostos sobre a natureza humana, embora estes estejam muitas vezes implícitos, tipicamente introduzidos sem aviso prévio.¹ Ao observar de perto a biologia evolutiva humana, o novo campo interdisciplinar da Evolução Cultural (EC) oferece novas perspectivas sobre o comportamento humano, as diferenças culturais, as mudanças psicológicas, a eficácia institucional, a inovação tecnológica e os resultados económicos.² Devido à sua abordagem histórica e comparativa, a EC explorou uma vasta gama de fenómenos sociais, incluindo religiões,³ crenças ligadas a feitiçaria,⁴ sistemas de parentesco,⁵ rituais coletivos⁶ e desigualdades em razão do género,⁷ e considerou as suas ligações a vários resultados económicos, políticos, demográficos, sociais e de saúde.

Com base na investigação da EC, destaco a natureza da cooperação humana, a coevolução das instituições e das psicologias culturais e o impacto dos choques na psicologia das pessoas. Tal como a economia, a EC baseia-se num vasto conjunto de modelos matemáticos formais que funcionam como próteses mentais para pensar nos processos de aprendizagem e de tomada de decisão que estão na base do comportamento e na forma como estes dão origem a fenómenos sociológicos como as normas sociais, as instituições, a cooperação em larga escala e os grupos étnicos.⁸ No entanto, ao contrário da economia, a EC baseia-se em pressupostos evolutivamente plausíveis e empiricamente fundamentados sobre a forma como os seres humanos aprendem e se adaptam e não em noções de escolha racional enraizadas em afirmações filosóficas flutuantes.

Novos fundamentos evolutivos

Adotando uma perspectiva evolutiva, os teóricos da EC começam por colocar um conjunto de questões profundas sobre a nossa espécie. Que tipo de animal somos nós? Qual é o segredo do sucesso da nossa espécie? Em que é que somos diferentes dos outros animais?

Décadas de investigação apontam para um conjunto de respostas, mas não são aquelas que muitos pensam ser. Grande parte da nossa natureza é educação, mas educação por membros selecionados das nossas comunidades e pares, bem como pelas nossas famílias. Somos uma espécie cultural que evoluiu geneticamente para adquirir, de forma rápida, eficiente e muitas vezes inconsciente, crenças, ideias, heurísticas, percepções, motivações e muito mais das pessoas que nos rodeiam.⁹ As nossas histórias de vida – gestação, infância, etc. – evoluíram de forma a permitir-nos calibrar de modo adaptável aspetos da nossa psicologia, incluindo a nossa atenção, preferências e percepções, para os mundos com que nos confrontamos. De facto, um número crescente de investigações mostra que, desde o primeiro ano de vida, os seres humanos parecem estar perfeitamente sintonizados para frequentar a escola e aprender seletivamente com as pessoas com maior probabilidade de possuírem informações úteis ou adaptativas, baseando-se frequentemente em competências, capacidades, sucesso e prestígio para orientar os nossos esforços de aprendizagem.¹⁰ Também participamos assiduamente em determinados domínios, como aqueles relacionados com a alimentação, o sexo, a reputação, os animais, as plantas e os grupos sociais, e processamos esses diferentes domínios de maneiras distintas.¹¹

Ao longo das gerações, estes processos de aprendizagem seletiva e os filtros de conteúdos geram, muitas vezes sem que ninguém se aperceba, pacotes culturais cada vez mais adaptáveis de ferramentas, know-how, crenças, motivações e muito mais. Dependemos dos produtos úteis desses processos culturais há tanto tempo que evoluímos geneticamente para confiar no que adquirimos de outras pessoas – a cultura – em vez da nossa própria experiência ou instintos. Muitos produtos e práticas culturais, incluindo as nossas instituições, podem parecer “racionais” mas, na realidade, surgiram por força da evolução cultural, muitas vezes sem que ninguém avaliasse os custos e benefícios de opções alternativas ou mesmo sem compreender como e porquê surgiram determinadas práticas, instituições ou heurísticas. É claro que as nossas capacidades de aprendizagem evoluídas – como os nossos gostos instintivos por gordura, pelo sal e pelo açúcar – podem

produzir desadaptações extravagantes, que incluem compromissos e crenças profundamente enraizados que se desviam largamente da realidade. Mas esse é o custo de ser uma espécie cultural.

Ao aplicarem esta abordagem para compreender a cooperação humana, os investigadores centraram-se na forma como a aprendizagem cultural, operando dentro dos grupos e ao longo do tempo, dá origem a normas sociais. As normas sociais são padrões de comportamento amplamente partilhados, normalmente sustentados por efeitos de reputação, punição, sinalização ou outros mecanismos que podem incentivar comportamentos ou práticas individualmente dispendiosos. As normas surgem espontaneamente quando as pessoas conseguem aprender tanto os comportamentos focais (como a partilha de alimentos) como as normas para julgar os outros (por exemplo, quem não partilha é “mau”). Em todo o mundo, tanto a etnografia como as experiências sugerem que as normas sociais difundidas pela evolução cultural podem explicar muitos padrões generalizados de comportamento cooperativo, desde a partilha de alimentos entre os caçadores-recoletores até às doações voluntárias de sangue nos centros urbanos modernos.¹² Como os seres humanos tiveram de navegar por cenários sociais moldados por normas sociais durante eras, desenvolvemos geneticamente uma psicologia normativa que nos prepara para aprender prontamente as regras sociais, interiorizar essas regras como heurísticas comportamentais ou preferências motivacionais e reagir negativamente aos infratores das normas. A internalização de normas pode ser um aspeto fundamental que explica o facto de nos comportarmos de forma justa e altruísta em contextos normativos.¹³

Os economistas comportamentais depararam-se com estas motivações normativas internalizadas quando começaram a realizar experiências económicas, como o dilema do prisioneiro ou o jogo do ultimato. E, claro, os antropólogos estabeleceram há décadas que os comportamentos relacionados com o jogo, impulsionados por preferências ou heurísticas específicas, são transmitidos culturalmente¹⁴ e variam de forma previsível nas sociedades humanas, de acordo com os padrões da evolução cultural.¹⁵

Em vez de assumir as instituições como se descendessem das altas instâncias ou fossem forjadas por atores racionais num qualquer contrato social Lockeano,¹⁶ a EC oferece uma forma natural de teorizar e compreender as origens das instituições a partir da estaca zero. Propõe que as instituições informais representam conjuntos interligados de normas sociais. As instituições do matrimónio, por exemplo, são formadas por normas que especificam aspetos como quem paga a

quem para formar a união (como o preço da noiva ou o dote), onde vive o casal depois do casamento (por exemplo, com a família do noivo) e quantos cônjuges se pode ter ao mesmo tempo (poliginia *versus* monogamia).¹⁷ As instituições formais surgem quando algumas das normas ou regras de um pacote mais abrangente são reduzidas a escrito. Isto explica em parte as razões pelas quais as instituições formais não podem ser facilmente reproduzidas pelo simples facto de se concordar em seguir os elementos escritos das instituições – muitos dos elementos-chave de qualquer instituição real não estão escritos.

A instituição mais antiga

É crucial que a natureza humana seja muito mais do que apenas as nossas capacidades de aprendizagem cultural e a nossa psicologia normativa. Para se perceber este aspeto, considere-se a mais antiga e fundamental das instituições humanas – a família, ou aquilo a que os antropólogos dão o nome de sistemas de parentesco. Estes pacotes de normas sociais, de modos variados, utilizam, ampliam ou suprimem aspetos da nossa psicologia de parentesco inata.¹⁸ Tal como noutras espécies, a nossa psicologia de parentesco inclui instintos para ajudar parentes próximos, evitar a consanguinidade (como o sexo com irmãos) e manter ligações de casal. A evolução cultural explora estes aspetos da nossa psicologia evoluída para construir várias organizações ou redes sociais, incluindo clãs, tribos, famílias alargadas e linhagens, utilizando normas que especificam os parceiros matrimoniais aceitáveis (tabus do incesto), regras de herança (de recursos, posições de liderança e identidade), propriedade comum, residência pós-matrimonial e culpa partilhada por crimes (denominada responsabilidade corporativa). Ao reforçar, enfraquecer ou modificar, dos mais variados modos, os vários laços de parentesco, a evolução cultural pode forjar coletivos corporativos capazes de elevados níveis de cooperação ou redes sociais extensas que oferecem refúgio às pessoas quando ocorrem catástrofes.¹⁹

Historicamente, após as origens da produção alimentar, há mais de 10.000 anos, a concorrência entre grupos com normas sociais variáveis forjou mudanças nas instituições baseadas no parentesco que promoveram redes de cooperação intensivas e estreitas e uma cooperação em maior escala. As mudanças para clãs e linhagens poligínicas durante este período, particularmente as baseadas em linhas de descendência patrilinear, foram tão profundas que podem ser vistas no genoma na redução maciça da diversidade do cromossoma Y após o aparecimento da agricultura mas antes do aparecimento dos Estados.²⁰

Para ilustrar o poder do parentesco, considere-se um costume específico, as normas sociais que especificam que os adultos só podem ter um cônjuge de cada vez – a monogamia normativa. A maioria das sociedades ao longo da história da humanidade – 85 por cento segundo algumas estimativas – permitiram que os homens de estatuto elevado tivessem várias mulheres.²¹ Mesmo em sociedades de caçadores-recolectores altamente igualitárias, os caçadores, guerreiros, contadores de histórias e xamãs mais prestigiados tinham frequentemente três a cinco mulheres. Para explicar por que razão o casamento monogâmico surgiu e se difundiu em sociedades onde persistem enormes diferenças de riqueza entre os homens, os evolucionistas culturais salientaram que o casamento poligínico gera custos a nível social: tende a criar um grande grupo de homens de baixo estatuto que têm poucas oportunidades ou acesso ao mercado do casamento e do acasalamento. Confrontados com a possibilidade de acabarem como “zeros” na escala evolutiva, a não ser que consigam subir na hierarquia do estatuto, os homens tornam-se mais propensos a correr riscos que resultam em crimes, assaltos, atos de violência e violações.

O casamento monogâmico, pelo contrário, cria uma distribuição mais equitativa de mulheres e filhos ao longo da hierarquia do estatuto masculino, drenando efetivamente o conjunto de solteiros de baixo estatuto e, em vez disso, alistando-os num exército de maridos e pais, oferecendo-lhes uma participação no futuro. Curiosamente, enquanto nas sociedades monogâmicas tanto o casamento como a paternidade estão associados a uma diminuição dos níveis de testosterona dos homens, o mesmo não acontece com os homens das sociedades poligínicas. Com efeito, diferentes linhas de provas sugerem que, pelo menos sob certas condições, a redução do casamento poligínico influencia a criminalidade, a violência doméstica e a desigualdade em razão do género. A adoção do casamento monogâmico é um caso fascinante porque vai diretamente contra os interesses da elite e dos homens poderosos, que normalmente têm uma influência desproporcionada nas leis e na política.²²

Em todas as práticas tradicionais de parentesco, incluindo as normas relacionadas com a poliginia, o casamento entre primos, a herança e a residência, há muitas provas que demonstram o impacto das instituições baseadas no parentesco em resultados importantes, incluindo a prosperidade económica, a confiança, a participação cívica, a inovação, a corrupção, a saúde infantil, a desigualdade em razão do género, os investimentos na educação e a eficácia das instituições democráticas. Duman Bahrami-Rad e colegas, por exemplo, mostram que as medidas de intensidade do parentesco tradicional preveem medidas globais de prosperidade económica baseadas

na luminosidade noturna dos satélites.²³ De facto, concentrando-se apenas nos países, as suas análises mostram que a passagem de um grupo étnico com elevada intensidade de parentesco (clãs poligínicos) para um grupo étnico com baixa intensidade de parentesco (famílias nucleares monogâmicas) corresponde a um aumento substancial da luminosidade/prosperidade.

É claro que, embora as instituições baseadas no parentesco sejam notoriamente resistentes, as políticas podem e têm alterado normas sociais fundamentais e mudado a forma como estas instituições funcionam.²⁴ Por exemplo, utilizando dados históricos dos Estados Unidos, Ghosh, Hwang e Squires (2023) mostram como as leis estatais que proíbem o casamento entre primos resultaram numa urbanização mais rápida e num crescimento mais rápido do rendimento.²⁵ Do mesmo modo, ilustrando potenciais armadilhas, um estudo da Índia mostra como as alterações de carácter jurídico introduzidas em 2005, que conferiram às mulheres direitos iguais em matéria de sucessões, provocaram um aumento dos casamentos combinados com primos patrilineares, o que, por sua vez, resultou num declínio tanto ao nível da igualdade de género como da entrada das mulheres no mercado de trabalho. Em ambos os casos, os efeitos sociais e económicos foram inadvertidos, embora provavelmente desejáveis para os decisores políticos no primeiro caso e indesejáveis no segundo.²⁶

O estudo das instituições baseadas no parentesco ilustra duas características importantes da evolução cultural. Em primeiro lugar, a compreensão destas instituições oferece um exemplo claro da razão pela qual é crucial teorizar sobre a natureza humana – sem esse enquadramento é difícil compreender a razão pela qual as pessoas se preocupam tanto com os parentes próximos, porque é que a testosterona responde ao ambiente local de acasalamento (monogamia ou poliginia) e porque é que as pessoas interiorizam as normas sociais (de onde vêm as preferências de justiça?). Conceitos como normas e instituições não são assumidos, mas sim entendidos como decorrentes de processos evolutivos claramente definidos.

Em segundo lugar, a evolução cultural mostra como as instituições podem surgir sem contratos sociais conscientes ou escolhas racionais, mas ainda assim operam de forma funcional, servindo os interesses da sociedade ou de subgrupos específicos.²⁷ De facto, tal como o proverbial peixe que não sabe que vive na água, a maioria das pessoas não compreende como funcionam as nossas instituições. A monogamia normativa constitui um exemplo de uma instituição que, funcionando ao longo de gerações, influencia dramaticamente a dinâmica social e resultados importantes. No entanto, a maior parte das pessoas, incluindo os decisores

políticos e os juristas acadêmicos, não sabem porquê ou como funciona, nem sequer se apercebem de que “faz” alguma coisa.²⁸ Neste caso, a evolução cultural oferece uma compreensão fundamental das instituições baseadas no parentesco que destaca uma série de potenciais alavancas políticas, bem como potenciais armadilhas que normalmente não são reconhecidas.

Mercados, religião e competição intergrupar

Para compreender a evolução da cooperação em maior escala acima do grupo de parentesco, a evolução cultural oferece uma perspectiva a vários níveis – apoiada por um arsenal de modelos formais²⁹ – que analisa o impacto da competição e do conflito intergrupais. A abordagem revela como a intensa cooperação entre grupos mais pequenos dentro das sociedades, como famílias, aldeias e grupos étnicos, pode comprometer a cooperação a níveis mais elevados, como em reinos, estados e impérios.³⁰ Quando os grupos mais pequenos dentro das sociedades são demasiado solidários e leais, torna-se mais difícil motivar as pessoas a pagar impostos, a combater em guerras, a construir canais, etc.. Esta perspectiva evolutiva a vários níveis permite aos investigadores identificar as linhas de fratura onde a moralidade se desfaz, a cooperação despenha-se e o conflito começa. Esta abordagem sublinha igualmente os desafios que se colocam à cooperação a nível mundial.³¹

Além das instituições baseadas no parentesco, as normas sociais, crenças e motivações que impulsionam a cooperação em larga escala são influenciadas por muitos fatores, incluindo instituições de mercado, religiões e formas domesticadas de competição intergrupar. Centrando-nos nos mercados, várias linhas de provas demonstram que uma maior integração do mercado está associada a uma maior pró-socialidade impessoal, incluindo maior confiança, justiça e cooperação com outros anónimos. A ideia, que remonta ao Iluminismo, propõe que, ao envolverem-se com os mercados, as pessoas adquirem e interiorizam normas que promovem transações recíprocas e mutuamente benéficas com estranhos.³² Por exemplo, utilizando uma base de dados global de contos populares, Enke mostra que uma maior integração do mercado está associada a um maior universalismo moral e confiança em estranhos, tal como captado pelas histórias tradicionais dos povos.³³ Da mesma forma, experiências comportamentais na Etiópia mostram que as comunidades de Bale Oromo que estão localizadas mais perto dos mercados são mais cooperantes com outros anónimos e, conseqüentemente, são mais capazes de gerir de forma sustentável as florestas locais.³⁴

Os evolucionistas culturais há muito que defendem que a competição intergrupar, que opera há milhares de

anos, moldou as religiões e os rituais de forma a alargar a esfera da cooperação e do intercâmbio, promovendo a expansão das sociedades humanas. Empiricamente, a evolução cultural tem explorado o impacto de diferentes religiões na organização familiar (intensidade do parentesco), em aspetos da psicologia moral, na cooperação entre estranhos e nos resultados económicos.³⁵ Por exemplo, utilizando experiências económicas e inquéritos, vários estudos mostram como crenças mais fortes em deuses moralizadores poderosos ou em forças cármicas universais promovem uma maior cooperação e lealdade com outros anónimos. Esta constatação é particularmente surpreendente quando se sabe que a crença em tais divindades não se encontra na maioria das sociedades humanas e só surgiu nos últimos milhares de anos. Da mesma forma, a variação global no compromisso das pessoas com as religiões mundiais está correlacionada com as principais preferências económicas, incluindo a confiança generalizada, o altruísmo em relação a estranhos e a reciprocidade com outros anónimos.³⁶ Estes padrões psicológicos convergem com investigações mais antigas que ligam o crescimento económico às crenças religiosas sobre a vida depois da morte.³⁷

Por último, a evolução cultural também domesticou formas de competição intergrupar no seio das sociedades que galvanizam uma maior confiança e cooperação entre estranhos contra os efeitos corrosivos dos interesses próprios, do nepotismo e do clientelismo. A teoria da evolução cultural sugere que a competição entre grupos exige cooperação, resultando na disseminação de motivações e práticas que aumentam a cooperação. Para testar esta ideia, François e colegas exploraram uma experiência natural na qual as alterações introduzidas na regulamentação bancária aumentaram a concorrência entre as empresas, principalmente durante as décadas de 1970 e 1980.³⁸ Mostram que esta mudança de política aumentou a concorrência, o que, por sua vez, levou a confiança a subir gradualmente ao longo de muitos anos. Em complemento, o estudo utilizou dados de painel relativos à Alemanha para mostrar que a confiança aumentava quando os indivíduos se deslocavam para um setor mais competitivo da economia e diminuía quando se deslocavam para um setor menos competitivo. No laboratório, a equipa confirmou que o aumento da competição intergrupar aumentava a vontade das pessoas de cooperar com estranhos e a sua tendência para afirmar que “a maioria das pessoas é de confiança” na questão da confiança generalizada.

Pensar, sentir e perceber

Uma vez que a EC propõe que os cérebros humanos evoluíram geneticamente em mundos estruturados por instituições, línguas e tecnologias em constante

mudança, o campo foi preparado para reconhecer, estudar e eventualmente explicar as diferenças psicológicas entre populações. Os psicólogos e os economistas partem normalmente do princípio de que as mentes humanas são como os computadores digitais – que o hardware de processamento de informação é todo fixo. No entanto, é cada vez mais evidente que os cérebros humanos evoluíram para adaptar ontogeneticamente o seu processamento de informação aos desafios que os indivíduos enfrentam enquanto crescem e, em menor grau, ao longo das suas vidas. Por exemplo, trabalhos recentes que exploram o papel da agricultura de arroz paddy, da irrigação, dos arados, da pastorícia, das instituições baseadas no parentesco e da urbanização procuraram explicar a variação em todo o mundo na psicologia moral, na conformidade, no pensamento holístico, na lealdade ao grupo, na rigidez normativa, no nepotismo, nas motivações de honra, no individualismo, na estrutura da personalidade e na pró-sociabilidade impessoal (confiança em estranhos).³⁹ Não se trata apenas de instituições diferentes criarem incentivos diferentes – como muitos economistas têm assumido – mas sim de as pessoas que crescem em locais diferentes processarem a informação de forma diferente. Ou seja, percebem, raciocinam, sentem e pensam de forma diferente.⁴⁰

Esta variação psicológica implica que políticas, leis e instituições idênticas terão frequentemente resultados diferentes devido a diferenças psicológicas subjacentes. Por exemplo, numa experiência de campo realizada no Gana, na Índia e nas Filipinas, os investigadores atribuíram aleatoriamente aos trabalhadores a possibilidade de serem pagos com base numa taxa individual por peça, em que eram pagos de acordo com a quantidade que produziam sozinhos; uma taxa por peça de grupo, em que eram pagos de acordo com a produtividade média do seu pequeno grupo de trabalho; ou um salário diário, em que eram pagos independentemente da sua produtividade.

De forma surpreendente, a política mais rentável dependia da população. No país mais individualista deste trio, a Índia, tanto a taxa individual por peça como a taxa por peça de grupo geraram um aumento de cerca de 20 por cento no desempenho médio, que é aproximadamente o que se verificaria nos Estados Unidos com a taxa individual por peça. Nas Filipinas, os efeitos de melhoria do desempenho do pagamento de um salário por peça individual foram apenas de cerca de 10 por cento (metade dos da Índia), mas o efeito do pagamento à peça de grupo não foi melhor do que o simples pagamento de um salário diário. No Gana, nenhum dos regimes de remuneração à peça permitiu melhorar o desempenho em relação ao salário diário simples. A política de melhoria do desempenho depende da psicologia cultural que as pessoas trazem para o mercado de trabalho.

De facto, utilizando dados de 11.702 empresas de todo o mundo, as análises mostram que as empresas de populações mais individualistas têm mais probabilidades de recorrer à remuneração pelo desempenho. Neste caso, o que poderia parecer uma falha na adoção das práticas de gestão mais eficazes (ou seja, a não utilização da remuneração por desempenho) pode, pelo contrário, representar uma calibração adequada à psicologia cultural local. Estes resultados, e muitos outros, sugerem que muitas das ideias dos modelos económicos padrão são mais aplicáveis a sociedades com psicologias culturais específicas.⁴¹ A EC oferece um quadro abrangente para pensar o comportamento humano, a psicologia e a tomada de decisões que enquadra os indivíduos nos seus contextos históricos e culturais, organizando e explicando eficazmente a miscelânea de heurísticas e enviesamentos (na sua maioria) culturalmente evoluídos identificados pelos cientistas comportamentais.

Guerras, furacões, terremotos, epidemias e outros choques

Reconhecendo a importância central dos choques que vão desde erupções vulcânicas a pragas, passando por guerras e furacões, os evolucionistas culturais examinaram a forma como esses acontecimentos afetam a psicologia das pessoas e moldam a mudança cultural. Um número crescente de estudos demonstra que os choques podem afetar significativamente a sociabilidade das pessoas – ligando-as mais estreitamente às suas comunidades e, ao mesmo tempo, reforçando o seu compromisso com as normas sociais. Recorrendo a uma variedade de experiências naturais, inquéritos, jogos económicos, medidas psicológicas (a partir da análise de textos) e observações naturalistas, os investigadores demonstraram que os choques reforçam a cooperação no seio dos grupos locais, reforçam as normas sociais de todos os tipos, aumentam os compromissos religiosos das pessoas e, talvez estranhamente, afastam-nas de uma moralidade universalista. Na Serra Leoa, por exemplo, os mais afetados pela guerra civil, que tinha terminado uma década antes, eram mais cooperantes com os seus grupos internos locais e mais religiosos, mas com menos tendência a cooperar com estranhos distantes.⁴²

Isto é importante porque os choques climáticos moldam a moralidade e a cooperação de formas que parecem pouco adequadas para alcançar o tipo de cooperação global necessária para resolver problemas como as alterações climáticas. Para promover essa cooperação em larga escala, a evolução cultural sugere que pode haver formas de aumentar alguns dos processos que galvanizaram a cooperação nos últimos 10 milénios. Em primeiro lugar, a competição

intergruppal, entre empresas e entre países, pode ser aproveitada de formas mais favoráveis para aumentar a cooperação.⁴³ Em segundo lugar, a nossa psicologia evoluída da interdependência e as psicologias étnicas podem ser aproveitadas para criar um sentido pan-humano de ligação e uma identidade global que expanda a esfera moral.⁴⁴ Em terceiro lugar, dada a nossa forte tendência para copiar as nações mais bem sucedidas, determinadas e prestigiadas, os grupos e os indivíduos podem promover uma maior

cooperação liderando com atos pró-sociais dispendiosos que demonstrem os compromissos que procuram obter dos outros, e não esperando para ver se os outros cooperam.⁴⁵

Para concluir, equipado com uma conceção teoricamente rica da natureza humana, o campo em rápido crescimento da EC oferece muitas perspectivas e abordagens novas sobre a forma de pensar e estudar a mudança cultural, o desenvolvimento económico e a política social.

NOTAS

1. Wilson 2019.
2. Boyd 2017; Henrich 2016, 2020; Laland 2017.
3. Gervais e outros 2016; Watts e outros 2015.
4. Carvalho e outros 2023.
5. Enke 2019; Schulz e outros 2019.
6. Xygalatas e outros 2013.
7. Galor, Özak e Sarid 2018.
8. Boyd e Richerson 1985; Cavalli-Sforza e Feldman 1981.
9. Tomasello 1999.
10. Chudek e outros 2013.
11. Henrich 2016.
12. Boyd e Richerson 2022.
13. Henrich e Muthukrishna 2021; House 2018; House e outros 2020.
14. Baimel e outros 2021; Cason e Mui 1998; Rand 2016; Salali, Juda e Henrich 2015.
15. Ensminger e Henrich 2014; Falk e outros 2018; Henrich 2000; Henrich e outros 2005; Lang e outros 2019.
16. Acemoglu e Robinson 2012.
17. Henrich, Boyd e Richerson 2012.
18. McNamara e Henrich 2017.
19. Henrich 2020.
20. Zeng, Aw e Feldman 2018.
21. Henrich, Boyd e Richerson 2012.
22. Chaudhary e outros 2015; Henrich 2020; Henrich, Boyd e Richerson 2012; Hudson e outros 2023.
23. Akbari, Bahrami-Rad e Kimbrough 2019; Alesina e Giuliano 2013, 2015; Bahrami-Rad 2021; Bahrami-Rad e outros 2022; Lowes 2022; Moscona, Nunn e Robinson 2017, 2020; Schulz 2022; Schulz e outros 2019.
24. Bau 2021.
25. Ghosh, Hwang e Squires 2023.
26. Bahrami-Rad 2021.
27. Henrich 2020; Turchin 2009.
28. Henrich 2020; Henrich, Boyd e Richerson 2012; Hudson e outros 2023.
29. Boyd e Richerson 1990, 2002, 2011; Turchin 2015.
30. Turchin 2013; Wilson e outros 2023.
31. Desmet, Ortuño-Ortín e Wacziarg 2017; Handley e Mathew 2020; White, Muthukrishna e Norenzayan 2021; Wilson e outros 2023.
32. Hirschman 1982.
33. Enke 2023a.
34. Baldassarri 2020; Enke 2023a; Henrich e outros 2005; Henrich e outros 2010; Kosfeld e Rustagi 2015; Rustagi, Engel e Kosfeld 2010; Voors e outros 2012; White, Muthukrishna e Norenzayan 2021.
35. Schulz e outros 2019.
36. Atkinson e Bourrat 2011; Caicedo, Dohmen e Pondorfer 2023; Gervais e outros 2016; Lang e outros 2019; Purzycki e outros 2016; White e outros 2019.
37. Barro e McCleary 2003.
38. François, Fujiwara e van Ypersele 2018.
39. Atari e outros 2017; Buggle 2017; Enke 2019; Falk e outros 2018; Gelfand e outros 2011; Lukaszewski e outros 2017; Schulz e outros 2019; Talhelm 2020.
40. Apicella, Norenzayan e Henrich 2020; Henrich e outros 2022.
41. Bandiera, Barankay e Rasul 2011; Medvedev e outros 2024.
42. Bauer e outros 2014; Bauer e outros 2016; Gelfand e outros 2011; Henrich e outros 2019; Rao e outros 2011; Sinding Bentzen 2019; Winkler 2021.
43. Francois, Fujiwara e van Ypersele 2018; Wilson e outros 2023.
44. Handley e Mathew 2020; Moya 2016; White, Muthukrishna e Norenzayan 2021.
45. Chudek e outros 2012; Henrich 2009; Henrich e Gil-White 2001; Henrich, Chudek e Boyd 2015; Kraft-Todd e outros 2018.

O papel da confiança e das normas no cumprimento das obrigações fiscais em África

Odd-Helge Fjeldstad and Ingrid Hoem Sjursen, *Chr. Michelsen Institute, Noruega*

O sistema fiscal é uma instituição formal fundamental que desempenha um papel único no contrato social entre os cidadãos e os governos, na medida em que constitui uma fonte essencial de receitas para os governos financiarem os serviços públicos e os programas que beneficiam a comunidade. Constitui também um ponto de partida importante para explorar a forma como as pessoas interagem com as instituições em diferentes contextos e o papel da cultura, das crenças, das normas e das perceções na determinação de questões como o cumprimento das políticas. Este destaque sintetiza os resultados de investigações recentes sobre os fatores determinantes do cumprimento das obrigações fiscais e da evasão fiscal, com especial incidência nos países em desenvolvimento.

A mobilização de receitas internas é crucial para que os países em desenvolvimento atinjam os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. No entanto, a evasão fiscal constitui um importante desafio em muitos países. A investigação e os decisores políticos têm-se concentrado geralmente no cumprimento baseado na lei e no papel das regras e instituições formais, tais como auditorias e sanções, para reduzir a evasão fiscal – muitas vezes referido como cumprimento forçado.¹ Mais recentemente, o cumprimento voluntário² – as normas e crenças informais que motivam o cumprimento dos contribuintes, em particular a confiança e as normas – têm recebido mais atenção.³ O cumprimento voluntário é suscetível de ser particularmente importante em países onde a capacidade de aplicação da lei é reduzida.⁴ Este destaque começa com um breve enquadramento teórico sobre como uma compreensão mais profunda da confiança e das normas pode melhorar o nosso entendimento do cumprimento voluntário. Em seguida, examina a forma como estes fatores variam consoante os contextos, os contribuintes e as bases tributárias e como estas variações afetam o cumprimento voluntário. A última secção discute as implicações políticas.

Um conhecimento mais aprofundado da confiança e das normas pode melhorar a nossa compreensão do cumprimento das obrigações fiscais

A confiança (a convicção de uma pessoa de que outra pessoa ou instituição agirá de forma coerente com as

suas expectativas de comportamento positivo)⁵ promove o progresso social e económico.⁶ Os trabalhos teóricos sublinham a importância da confiança no governo e na administração fiscal, bem como no cumprimento voluntário das obrigações fiscais. Kirchler, Hoelzl e Wahl (2008) desenvolvem um quadro teórico segundo o qual a confiança depositada nas autoridades fiscais e o poder das autoridades são os principais fatores determinantes do cumprimento das obrigações fiscais, em que a confiança promove o cumprimento voluntário e o poder conduz ao cumprimento forçado. Quando os contribuintes confiam na administração fiscal e a percebem como benevolente e a trabalhar em prol do bem comum, os contribuintes podem sentir-se obrigados a aderir às decisões, políticas e regras, mesmo na ausência de uma administração e aplicação altamente eficazes.⁷ Prichard e outros (2019) desenvolvem um quadro conceptual para a reforma e cumprimento fiscais que destaca quatro fatores-chave da confiança: justiça (o sistema fiscal é concebido e administrado de forma justa), equidade (os encargos são distribuídos de forma equitativa e todos pagam a sua parte), reciprocidade (as receitas fiscais são utilizadas para bens e serviços públicos) e responsabilização (os governos são responsáveis perante os contribuintes). Enquanto a justiça e a equidade são características do sistema fiscal, a reciprocidade e a responsabilidade estão relacionadas com questões de governação mais amplas. A dimensão da equidade implica que, para além da confiança na autoridade fiscal, a confiança nos concidadãos pode ser um fator determinante do cumprimento das obrigações fiscais.

Tem-se argumentado que as normas pessoais e sociais são determinantes importantes do cumprimento fiscal (tabela S4.4.1).⁸ As normas sociais podem ser importantes para o cumprimento fiscal porque as pessoas preocupam-se com a forma como são vistas pelos outros e com as sanções e recompensas sociais associadas a essas perceções⁹ ou porque querem comportar-se como os outros. É importante salientar que as normas pessoais e sociais podem estar desalinhas e as pessoas podem nem sempre agir de acordo com as suas próprias normas pessoais.¹⁰ Vários estudos identificaram o fenómeno da ignorância pluralista, uma situação em que a maioria dos membros do grupo rejeita pessoalmente uma norma, mas acredita que a maioria

Tabela S4.4.1 Tipos de normas e exemplos

Norma ou atitude pessoal (Norma moral)	Norma social ("uma regra de comportamento de tal modo que os indivíduos preferem cumprir sob condição de acreditarem que (a) a maioria das pessoas na sua rede de referência a cumpre (expectativa empírica), e (b) devem cumpri-la (expectativa normativa)"; Bicchieri 2016, p. 35)	
	Norma descritiva (Expectativa empírica)	Norma injuntiva (Expectativa normativa)
O que eu acho que é a coisa certa a fazer	O que eu acho que os outros fazem	O que eu acho que a maioria das pessoas pensa que eu deveria fazer

Fonte: Bicchieri 2016; Cialdini, Kallgren e Reno 1991.

dos outros a aceita.¹¹ Quando existe ignorância pluralista, o fornecimento de informações sobre as opiniões dos outros tem demonstrado alterar tanto o comportamento fiscal¹² como o comportamento noutros domínios.¹³ Assim, para compreender o comportamento dos contribuintes, é importante identificar e analisar as normas pessoais e sociais associadas ao cumprimento das obrigações fiscais e investigar os vários fatores que influenciam as normas pessoais e sociais. A diferenciação entre normas pessoais e sociais é um pré-requisito para a conceção de políticas eficazes destinadas a melhorar os resultados desejáveis.¹⁴ Empiricamente, uma vasta literatura de experiências de campo e de laboratório mostra que as normas pessoais e sociais se influenciam mutuamente e que ambas motivam o comportamento, mas que as normas sociais afetam mais o comportamento do que as normas pessoais.¹⁵

A confiança e as normas podem variar em diferentes contextos e afetar o cumprimento das obrigações fiscais

O cumprimento das obrigações fiscais é difícil de medir porque os indivíduos tentam normalmente esconder comportamentos e atitudes não conformes.¹⁶ As investigações empíricas sobre os fatores determinantes do cumprimento voluntário têm utilizado habitualmente perguntas de inquéritos de grandes bases de dados, como o Afrobarómetro e o Inquérito Mundial de Valores, perguntando aos inquiridos se o não pagamento de impostos é errado e punível/justificável ou se a autoridade fiscal tem o direito de obrigar as pessoas a pagar impostos (figura S4.4.1).¹⁷ Em todos os países, o inquirido médio considera que não pagar impostos sobre o rendimento é, pelo menos, “errado, mas compreensível” e está mais próximo de concordar do que de discordar com a afirmação de que a autoridade fiscal tem sempre o direito de obrigar as pessoas a pagar impostos – mas há uma variação substancial entre os países.

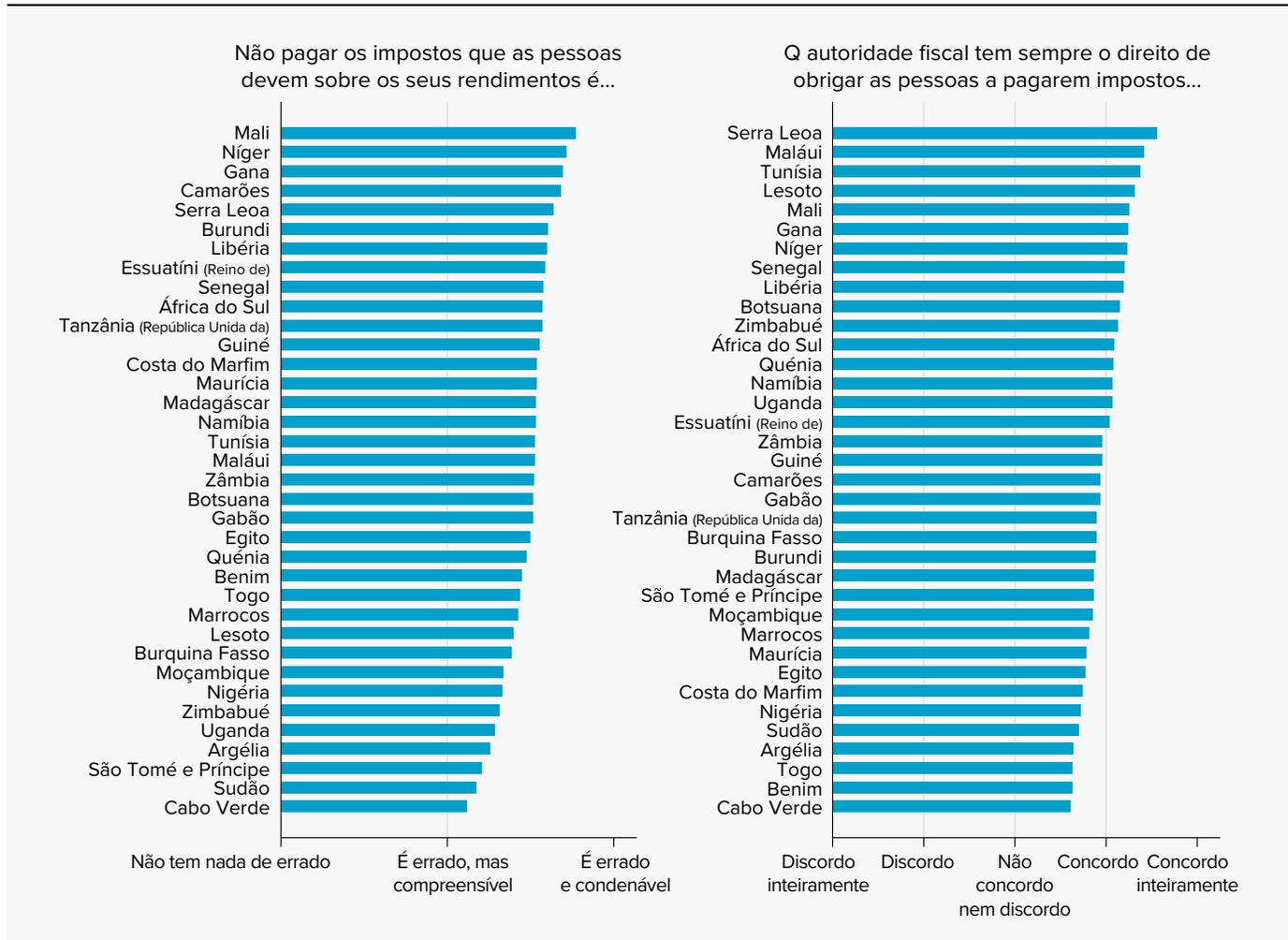
Estudos baseados em tais medidas de inquérito mostram que, nos países, o cumprimento voluntário está positivamente correlacionado com um sentimento mais forte de identidade nacional,¹⁸ confiança na

autoridade fiscal¹⁹ e perceção de justiça na forma como o governo trata o próprio grupo étnico do inquirido,²⁰ o que, de acordo com o quadro de Prichard e outros (2019), desempenha um importante fator de confiança. Além disso, existe uma correlação positiva entre o cumprimento voluntário e a perceção da norma social para o cumprimento das obrigações fiscais, bem como a satisfação com a prestação de serviços públicos.²¹ No entanto, existem também diferenças substanciais nos correlatos do cumprimento voluntário entre o Quênia, a República Unida da Tanzânia, o Uganda e a África do Sul.²² Embora estes estudos forneçam informações interessantes sobre os correlatos do cumprimento voluntário, não oferecem provas ou explicações causais para os mecanismos através dos quais as determinantes afetam o cumprimento voluntário.

O peso da história na formação da confiança e das normas atuais

Para compreender melhor os mecanismos causais subjacentes às variações no cumprimento voluntário, uma vertente da literatura estuda o efeito das raízes históricas e do património cultural no cumprimento voluntário das obrigações fiscais.²³ O património cultural é transmitido de uma geração para a seguinte e associado ao país ou grupo étnico de origem. De resto, está bem documentado que pode afetar a confiança das pessoas nos outros – por exemplo, a confiança em pessoas do mesmo grupo étnico ou a (des)confiança em pessoas de outros grupos étnicos, bem como a confiança nas instituições públicas.²⁴ Por exemplo, há provas que sugerem que a confiança é um mecanismo causal importante na relação negativa entre o desenvolvimento económico atual em determinadas regiões da África e o comércio de escravos: os indivíduos que pertencem a grupos étnicos que estiveram mais expostos ao comércio de escravos confiam menos nos seus familiares, vizinhos, outras pessoas da mesma etnia e no governo local.²⁵ Além disso, a variação individual na confiança nas instituições públicas e na vizinhança causada pela exposição diferencial ao tráfico de escravos também explica as variações no cumprimento voluntário das obrigações fiscais em vários países: os

Figura S4.4.1 A maioria das pessoas nos países africanos acredita que o não pagamento de impostos sobre o rendimento é, no mínimo, “errado, mas compreensível” e está mais propensa a concordar do que a discordar que a autoridade fiscal tem sempre o direito de obrigar as pessoas a pagarem impostos



Nota: A pergunta do inquérito para a figura da esquerda era: “Diga-me, por favor, se o seguinte não é de todo errado; é errado, mas compreensível; ou é errado e condenável: Não pagar os impostos que devem sobre os seus rendimentos”, e a pergunta do inquérito para a figura da direita era “Diga-me, por favor se discorda ou concorda: A administração fiscal tem sempre o direito de obrigar as pessoas a pagarem impostos.”

Fonte: Com base nos resultados da 6.ª ronda do Afrobarómetro, 2014/2015 (<https://www.afrobarometer.org/>, acessado em 25 de janeiro de 2024).

indivíduos mais confiantes têm um nível de cumprimento voluntário mais elevado.²⁶

Um estudo realizado no Uganda conclui que a história também desempenha um papel importante, na medida em que as pessoas em zonas historicamente centralizadas do Uganda desconfiam do governo central e das instituições públicas, mas podem estar dispostas a seguir as regras e a pagar impostos quando vivem num ambiente com maior confiança interpessoal.²⁷ A confiança afeta o cumprimento voluntário das obrigações fiscais e a confiança é afetada pela heterogeneidade do grupo moldada pela história. Assim, os acontecimentos históricos e a organização das sociedades continuam a moldar o atual cumprimento voluntário das obrigações fiscais através da confiança e das

normas sociais. Esta conclusão está relacionada com os resultados da literatura mais vasta em economia institucional, segundo a qual a história pode ser importante para os resultados atuais através da evolução e persistência das primeiras instituições.²⁸

De que forma a confiança e as normas influenciam os desafios do cumprimento das obrigações fiscais

Oportunidades de evasão fiscal por parte dos trabalhadores independentes

Os profissionais independentes têm mais oportunidades do que os trabalhadores por conta de outrem para

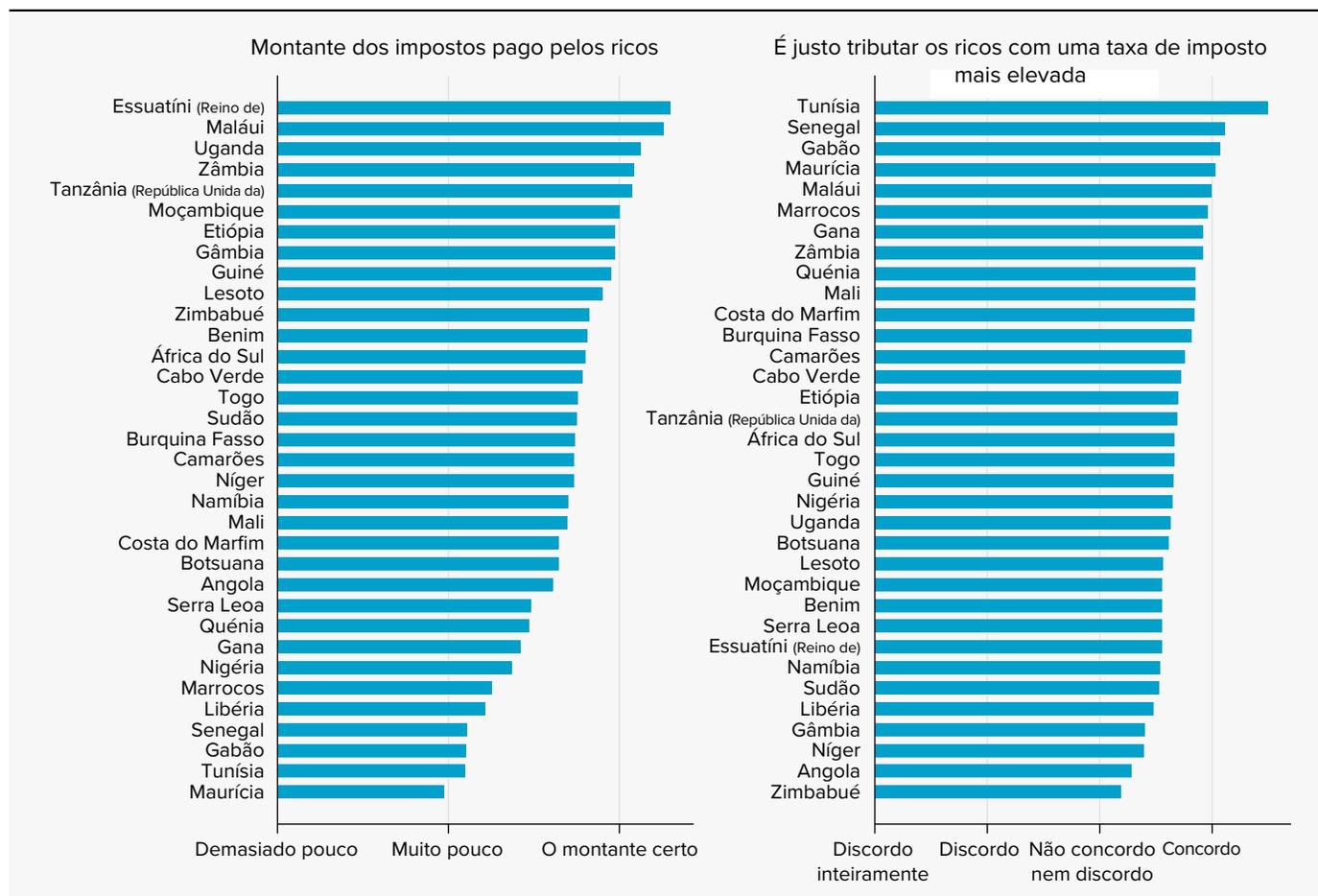
minimizar os seus rendimentos declarados – porque a maior parte dos seus rendimentos é declarada pelo próprio e não por terceiros²⁹– e é mais provável que tirem partido dessas oportunidades.³⁰ As oportunidades de evasão fiscal podem afetar o cumprimento voluntário das obrigações fiscais por parte das pessoas. Os estudos mostram que os trabalhadores independentes têm uma opinião menos favorável sobre os impostos e as autoridades fiscais do que os outros contribuintes.³¹ A evasão fiscal também é elevada entre muitos trabalhadores independentes.³²

Tributar os ricos: Objetivos nobres, expectativas irrealistas?

Alguns estudos argumentam que “tributar menos os ricos não só afeta as receitas como também é suscetível de comprometer a confiança geral no sistema fiscal e enfraquecer o contrato social.”³³ Assim, argumenta-se

que “tributar os ricos de forma mais eficaz é fundamental não só para aumentar as receitas, mas também para criar confiança no sistema fiscal, desbloqueando assim um apoio político mais sustentado à tributação e à obtenção de ganhos a longo prazo.” No entanto, a redistribuição através da tributação não é uma questão eleitoral proeminente na maioria dos países africanos,³⁴ nem é uma forte prioridade dos seus cidadãos.³⁵ Na maioria dos países, a resposta média à pergunta do inquérito do Afrobarómetro sobre o montante de impostos que os ricos são obrigados a pagar está mais próxima de “o montante certo” do que de “muito pouco”, e embora o inquirido médio em todos os países esteja mais próximo de concordar do que de discordar com a afirmação de que os ricos devem ser tributados a uma taxa mais elevada para ajudar os pobres, o apoio à afirmação é relativamente fraco em muitos países (figura S4.4.2).

Figura S4.4.2 A redistribuição através da tributação não é um tema de eleição relevante na maioria dos países africanos, nem os seus cidadãos lhe atribuem grande prioridade



Nota: A pergunta do inquérito para a figura da esquerda era “Acha que o montante de impostos que as pessoas ricas de [PAÍS] são obrigadas a pagar é muito pouco, muito ou o montante certo?” e a pergunta do inquérito para a figura da direita era “Concorda ou discorda da seguinte afirmação: É justo tributar os ricos a uma taxa mais elevada do que os cidadãos comuns para ajudar a pagar os programas governamentais em benefício dos pobres.”

Fonte: Com base nos resultados da 8.ª ronda do Afrobarómetro, 2019/2021 (<https://www.afrobarometer.org/>, acessado em 25 de janeiro de 2024).

A formação de coalizações redistributivas em sociedades etnicamente diversas pode ser particularmente difícil,³⁶ de modo que qualquer impulso para uma agenda redistributiva mais alargada que beneficie os pobres tende a ser fraco.³⁷ Embora simpatizemos com o argumento de que “chegou a altura de tributar os ricos”, o objetivo de muitos governos africanos é aumentar as receitas através do alargamento da base fiscal para incorporar segmentos mais alargados de indivíduos e empresas na rede fiscal. As elites ricas serão provavelmente pouco afetadas por estas reformas. Isto reflete-se naquilo a que Mick Moore se refere como a obsessão das administrações fiscais em registar novos contribuintes, a maioria dos quais são pequenas empresas e indivíduos pobres.³⁸ Esta abordagem está associada à ideia de que a principal fonte de receitas não cobradas na África Subsariana é o setor informal.³⁹ Uma política de tributação dos muito ricos não é de fácil implementação.⁴⁰

Contribuintes empresariais: Confiança e um sistema fiscal previsível

As médias e grandes empresas são responsáveis pela maior parte das receitas fiscais em muitos países de rendimento baixo e médio-baixo. O seu cumprimento voluntário é suscetível de ser influenciado por fatores diferentes dos indivíduos e das pequenas empresas e tem de ser conceptualizado de forma diferente.⁴¹ O cumprimento voluntário por parte das empresas é suscetível de ser impulsionado pelo interesse próprio em maior medida do que o cumprimento voluntário por parte dos indivíduos.⁴² A previsibilidade é uma preocupação crítica dos contribuintes empresariais e aumenta a confiança de uma forma que pode permitir às empresas orçamentar adequadamente e fazer planos realistas para o futuro.⁴³ Também garante que as empresas serão tratadas como os seus concorrentes. As questões em matéria de justiça e equidade são frequentemente importantes para as empresas porque afetam a concorrência no mercado, a rentabilidade e a previsibilidade das suas operações.⁴⁴ Por exemplo, será que as outras empresas do mesmo setor suportam cargas fiscais equivalentes? As empresas também têm mais probabilidade de cumprir a lei quando acreditam que o governo está a financiar serviços e atividades que as beneficiam e quando têm voz ativa na tomada dessas decisões.⁴⁵ Por conseguinte, melhorar a previsibilidade e a justiça da aplicação da lei fiscal pode promover o cumprimento voluntário e o apoio à reforma para as empresas.⁴⁶

Tributar o setor informal

Uma grande parte da atividade económica nos países pobres tem lugar no setor informal, de difícil

tributação.⁴⁷ Até há pouco tempo, as administrações fiscais atribuía-lhe pouca prioridade, porque o retorno do esforço pode ser baixo em termos monetários e a cobrança é provavelmente difícil. Do ponto de vista económico e administrativo, faz sentido não tributar multidões de pessoas pobres. O sistema de imposto sobre o valor acrescentado isenta, regra geral, os bens essenciais que são muito consumidos pelos pobres e o código do imposto sobre o rendimento exclui, em geral, os indivíduos e as entidades com rendimentos inferiores a um determinado limiar. No entanto, nos últimos anos, várias agências nacionais de receitas introduziram impostos especiais de base presumida destinados à economia informal, que se baseiam no rendimento presumido dos trabalhadores e não no seu rendimento real, tendo em conta o tipo de trabalho que realizam.⁴⁸

Uma rede fiscal mais ampla nem sempre é positiva, mas a possibilidade de as reformas fiscais serem conduzidas por um cálculo que enfatiza as vantagens de excluir os contribuintes marginais deve ser motivo de preocupação.⁴⁹ Isto seria menos problemático se a carga fiscal efetiva nos países pobres estivesse distribuída de forma justa e eficaz, mas não está. Em particular, recaem muitas vezes sobre um pequeno número de empresas formais registadas.

Os dados sugerem que a relação entre a dimensão da empresa e a evasão é negativa ou em forma de U, o que implica que as pequenas empresas são mais suscetíveis de fugir aos impostos.⁵⁰ Esta evasão pode conduzir a uma concorrência desleal, que pode minar a confiança e afetar negativamente o cumprimento voluntário das obrigações fiscais por parte das médias empresas.⁵¹ Assim, um argumento a favor da melhoria da tributação das pequenas e médias empresas é o facto de ser importante para garantir a equidade e melhorar o cumprimento voluntário. Por conseguinte, faz sentido questionar os argumentos que justificam a exclusão dos pequenos contribuintes da rede fiscal por razões de pura eficiência e explorar as potenciais vantagens políticas e em termos de receitas do alargamento dessa rede, tendo simultaneamente em conta as implicações administrativas desse facto.

Instrumentos políticos para combater a evasão fiscal: para lá das leis e regulamentos formais

As conclusões da investigação acima analisada mostram que a história, a diversidade étnica e a forma como as receitas fiscais são gastas podem afetar substancialmente o cumprimento voluntário das obrigações fiscais e a confiança das pessoas no governo e nos outros cidadãos. O cumprimento voluntário das obrigações fiscais é também suscetível de diferir entre segmentos de contribuintes (por exemplo, entre

indivíduos e empresas), entre diferentes impostos (por exemplo, entre impostos diretos e indiretos) e na forma como os impostos são aplicados. Uma conclusão geral desta literatura é que as políticas destinadas a melhorar as atitudes em relação aos impostos em África devem prestar atenção ao reforço do ambiente geral de confiança.⁵² Este processo está associado a uma abordagem de economia política que encara com seriedade os contextos históricos, culturais e políticos, combinados com o pensamento económico convencional.⁵³ Assim, é importante afastar-se de uma abordagem puramente tecnocrática quando se trata de evasão fiscal. O aconselhamento em matéria de política fiscal, incluindo os métodos de auditoria e uma melhor conceção dos impostos, são valiosos, mas devem situar-se num contexto mais vasto e numa base casuística, tendo em conta em particular as características de muitos países africanos.

Um primeiro passo para abordar as normas de evasão fiscal profundamente enraizadas consiste em compreender como as coisas funcionam efetivamente no contexto específico, independentemente da forma como se esperaria que o sistema fiscal funcionasse de acordo com a boa governação. Para tal, é necessário efetuar uma análise mais sólida dos contextos e instituições nacionais e locais, em especial da confiança nas autoridades fiscais e das normas sociais em matéria de cumprimento das obrigações fiscais. Além disso, a melhoria do cumprimento voluntário das obrigações fiscais exige uma análise aprofundada dos diferentes segmentos de contribuintes e administrações fiscais, bem como do seu ambiente, para compreender as normas e os incentivos dos principais intervenientes.

Esta análise conduz a uma abordagem de reforma a dois níveis. O primeiro diz respeito ao desenvolvimento de instrumentos políticos que visem tanto os incentivos como as oportunidades de evasão. A menos que os contribuintes reconheçam que as penalizações por serem apanhados são muito mais severas do que os ganhos potenciais, continuarão a correr o risco de fugir aos impostos. Para tal, é necessário, evidentemente, que as regras sejam aplicadas, o que depende da vontade dos dirigentes de reduzir a evasão fiscal. O segundo nível deve ir além da reforma legal e regulamentar e abordar as causas profundas da evasão fiscal. Muitos esforços para adotar regras mais rigorosas para a administração fiscal falharam porque as práticas informais continuaram. Mudar as normas sociais e as mentalidades é muito mais difícil do que introduzir novos regulamentos, em parte porque as normas sociais estão profundamente enraizadas. As reformas bem sucedidas não são alcançadas de um dia para o outro. Os reformadores devem ter isto em mente e não desanimar quando se deparam com desafios na implementação das suas reformas.

As normas sociais podem persistir ao longo de gerações, do desenvolvimento económico e dos regimes

políticos.⁵⁴ Mas quando mudam, isso pode acontecer rapidamente – por exemplo, quando há nova informação pública disponível.⁵⁵ Os pontos de inflexão comportamental – ou seja, quando um número suficiente de pessoas tem atitudes firmes contra uma norma social existente (ou a favor de uma nova norma) – são decisivos para a mudança das normas. Em situações em que as normas sociais para o cumprimento das obrigações fiscais são mal interpretadas (subestimadas), o fornecimento de informações factuais sobre as opiniões dos outros pode aumentar o cumprimento.⁵⁶

A educação pode desempenhar um papel importante se for concebida para ajudar os contribuintes a compreender a importância do pagamento de impostos e a forma de o fazer. Existe uma vasta gama de atividades de sensibilização e educação dos contribuintes em todos os países.⁵⁷ Por exemplo, a Autoridade Tributária da Tanzânia está a trabalhar com escolas secundárias para integrar a educação fiscal no currículo. Os programas governamentais de educação e sensibilização dos contribuintes apelam geralmente a narrativas de construção do Estado. Esses programas são valiosos, mas devem ir além da tónica frequente na razão pela qual as pessoas devem pagar impostos, passando a realçar quem paga impostos, como os pagar e as contrapartidas para os contribuintes.⁵⁸

Uma componente essencial da criação de confiança é a capacidade do governo de demonstrar que as receitas fiscais resultam em serviços públicos e benefícios mais amplos para os contribuintes.⁵⁹ Quando os governos conseguem demonstrar essas associações, é possível criar um apoio popular significativo para uma tributação e cumprimento mais eficazes.⁶⁰ Isto, combinado com sistemas fiscais mais transparentes e previsíveis, é suscetível de resultar em atitudes mais positivas em relação à tributação em África e no apoio popular a uma tributação mais eficaz.

Tal como a melhoria da prestação de serviços é suscetível de ser fundamental para incentivar o cumprimento voluntário, também existe uma oportunidade para um investimento mais sustentado na criação de confiança junto dos contribuintes.⁶¹ Um ponto de partida para essa criação de confiança reside na melhoria da equidade básica dos sistemas fiscais. Embora as discussões sobre a promoção do cumprimento voluntário das obrigações fiscais se centrem frequentemente na melhoria da prestação de serviços públicos, as melhorias em termos de equidade podem ser importantes.⁶² Essas melhorias estão também muito mais diretamente sob o controlo das administrações fiscais, que podem estar a proceder a reformas e a procurar promover o cumprimento voluntário ou quase voluntário. A perceção da corrupção nas autoridades fiscais continua a ser um obstáculo importante para melhorar a confiança e o cumprimento voluntário das obrigações fiscais.⁶³

NOTAS

1. Os primeiros estudos incluem Allingham e Sandmo (1972); para uma análise recente, ver Slemrod (2019).
2. Um termo relacionado com o cumprimento voluntário das obrigações fiscais é “moral fiscal”. Preferimos “cumprimento voluntário” porque capta melhor os aspetos da motivação dos contribuintes que consideramos importantes.
3. Besley 2020; Besley, Jensen e Persson 2023; Luttmer e Singhal 2014; Prichard e outros 2019.
4. Kirchler, Hoelzl e Wahl 2008.
5. OCDE 2017.
6. Algan e Cahuc 2014.
7. Kirchler, Hoelzl e Wahl 2008.
8. Kirchler, Hoelzl e Wahl 2008.
9. Besley, Jensen e Persson 2023; Luttmer e Singhal 2014.
10. Köbis, Jackson e Carter 2020; Onu 2016.
11. Miller e McFarland 1987.
12. Wenzel 2005.
13. Bursztyn, González e Yanagizawa-Drott 2020.
14. Bursztyn e Jensen 2017; Hallsworth e outros 2017.
15. Bicchieri 2016. Na literatura em matéria de cumprimento das obrigações fiscais, ver, por exemplo, Antinyan e Asatryan (2020), Bott e outros (2020), d'Adda e outros (2020), Dwenger e outros (2016), Hallsworth e outros (2017) e Slemrod (2019).
16. Ali, Fjeldstad e Sjursen 2014.
17. Ver Prichard (2022) para uma panorâmica geral das perguntas dos inquéritos utilizados nos estudos transnacionais sobre o cumprimento voluntário e uma discussão sobre as deficiências e limitações destas medidas. A 6.ª Ronda do Afrobarómetro foi escolhida por ser o inquérito mais recente que inclui ambas as perguntas referidas na figura.
18. Besley e Mueller 2021; Blimpo e outros 2018.
19. Besley e Mueller 2021.
20. Ali, Fjeldstad e Sjursen 2014; Sacks 2012.
21. Ali, Fjeldstad e Sjursen 2014; Blimpo e outros 2018.
22. Ali, Fjeldstad e Sjursen 2014. Ver Fjeldstad, Schulz-Herzenberg e Hoem Sjursen (2012) para uma análise mais alargada dos fatores correlacionados com o cumprimento voluntário das obrigações fiscais.
23. Ver Nunn (2020) para uma análise da investigação sobre as raízes históricas do desenvolvimento económico em termos mais gerais.
24. Dinesen 2011; Kouamé 2021; Uslaner 2008; Woolcock e Narayan 2000.
25. Nunn 2008; Nunn e Wantchekon 2011.
26. Kouamé 2021.
27. Ali e Fjeldstad 2023. O poder organizado de um Estado para manter a autoridade implica que pode aplicar uniformemente políticas num determinado território, como a extração de mão de obra, a aplicação da lei e a cobrança de impostos (Schraeder 2000).
28. Nunn 2009.
29. Dom e outros 2022; Kleven e outros 2011.
30. Engström e Holmlund 2009; Saez 2010.
31. Kogler e Kirchler 2020.
32. Chetty, Friedman e Saez 2013.
33. Dom e outros 2022, p. 60.
34. Bleck e Van de Walle 2019.
35. Exceto, talvez, no Gana (Bleck e Van de Walle 2019). A desigualdade, de per si, não é mencionada como uma prioridade dos cidadãos num recente inquérito em larga escala do Afrobarómetro realizado em 34 países africanos (Coulbaly, Silwé e Logan 2018). No entanto, o difícil acesso aos serviços públicos é uma grande preocupação, que tem claramente implicações em termos de equidade.
36. Mazrui 2008.
37. Bolch, Ceriani e López-Calva 2022.
38. Moore 2023.
39. Moore 2023. Por exemplo, num inquérito a 26 administrações fiscais nacionais para o African Tax Outlook de 2018, 15 referiram um ou mais programas ou iniciativas especiais para lidar com o setor informal (ATAF 2018). Em contrapartida, apenas 4 tinham secções especiais para pessoas com elevado património líquido.
40. Harrington 2016.
41. Alm e McClellan 2012; OCDE 2019; Prichard e outros 2019; Slemrod 2019.
42. Prichard e outros 2019.
43. Campos, Lien e Pradhan 1999; Banco Mundial 2018.
44. Alm e McClellan 2012; OCDE 2019; Prichard e outros 2019.
45. Prichard 2015.
46. Dom e outros 2022.
47. Bird e Wallace, 2003. O conceito de setor informal é controverso. Quando o termo é utilizado em relação a impostos em África, refere-se geralmente a operadores económicos de pequena escala não registados (Moore 2023). A dimensão da economia informal é difícil de estimar. As estimativas para os países de rendimento baixo e médio sugerem que a informalidade representa entre 30 e 70 por cento do PIB e entre 20 e 80 por cento da população ativa (Ulyssea 2020; Ulyssea, Bobba e Gadenne 2023). As estimativas da África Ocidental sugerem que mais de 80 por cento do emprego total é informal e até 60 por cento do PIB é produzido por atividades informais (Benjamin, Mbaye e Diop 2012).
48. Dube e Casale 2016; Joshi, Prichard e Heady 2014; van den Boogaard, Prichard e Jibao 2018.
49. Ali, Fjeldstad e Sjursen 2014; Fjeldstad e Moore 2008.
50. Abdixhiku e outros 2017; Cowell 2003; Hanlon, Mills e Slemrod 2007; Slemrod 2004.
51. Torgler e Schneider 2007.
52. Kouamé 2021.
53. Besley e Mueller 2021.
54. Jackson e Köbis 2018.
55. PNUD 2019.
56. Wenzel 2005.
57. Dom e outros 2022.
58. Dom e outros 2022.
59. Ali, Fjeldstad e Sjursen 2014; Bird 2011.
60. Dom e outros 2022; Sanogo 2019.
61. Dom e outros 2022.
62. Kogler, Muehlbacher e Kirchler 2015.
63. Aiko e Logan 2014; Fjeldstad 2006.

CAPÍTULO

5

Expandir a agência para a ação coletiva

Expandir a agência para a ação coletiva

O reforço do desenvolvimento humano – incluindo a agência – aumenta as possibilidades de as pessoas agirem como “agentes que podem fazer coisas eficazes”. Então, qual é a melhor forma de expandir a agência para promover a ação coletiva a fim de dar resposta aos desafios globais?

Reduzir as desigualdades nessa capacidade de agência pode contribuir para a definição e a prossecução de objetivos comuns, como a disponibilização de bens públicos mundiais, mesmo quando persistem diferenças ao nível de preferências, crenças e interesses. Expandir a agência pode assim melhorar a ação coletiva. As instituições podem associar a agência humana e a ação coletiva em grande escala sendo: centradas nas pessoas, de copropriedade e orientadas para o futuro.

O custo de uma interdependência global mal gerida para o desenvolvimento humano (capítulo 1) reflete uma ação coletiva inadequada ou lenta em relação a desafios globais que vão das alterações climáticas às pandemias. Não por falta de conhecimentos sobre o que fazer. As tecnologias para impulsionar uma transição energética ou as vacinas para salvar vidas já existem ou foram desenvolvidas rapidamente – mas a nossa capacidade de dar dimensão à ação coletiva é insuficiente (capítulo 2).

As instituições e os comportamentos estão intimamente interligados (capítulo 4). Durante muito tempo, as políticas centraram-se na conceção institucional e nas intervenções baseadas num conjunto de pressupostos fixos e universais sobre o comportamento humano, negligenciando os contextos sociais mais amplos e a forma como estes mudam ao longo do tempo. O alargamento dos pressupostos sobre o comportamento humano, com base em conhecimentos da ciência comportamental e no papel da cultura, pode alargar o conjunto de opções para melhorar a ação coletiva com vista à disponibilização de bens públicos mundiais (capítulo 4). Para tal, é fundamental reconhecer o papel da agência humana: a capacidade das pessoas para manter valores, definir objetivos e assumir compromissos que podem, ou não, promover o seu bem-estar.¹

O reforço do desenvolvimento humano – incluindo a agência – aumenta as possibilidades de as pessoas agirem como “agentes que podem fazer coisas eficazes”.² Então, qual é a forma de expandir a agência para promover a ação coletiva para dar resposta aos desafios globais?

A questão motiva este capítulo. Os avanços no bem-estar podem apoiar a agência – o conhecimento, a saúde e os meios materiais aumentam as possibilidades de as pessoas agirem como agentes – mas a relação está longe de ser automática. De facto, o capítulo documenta falta de agência – a incapacidade das pessoas de serem, ou de acreditarem que podem ser, agentes de mudança – que persiste ou está a aumentar, mesmo quando o mundo está a atingir níveis máximos de rendimento, bem como de resultados na saúde e na educação, juntamente com conquistas tecnológicas sem precedentes. A tónica é colocada na forma como a falta de agência impede a ação coletiva e como está relacionada, por exemplo, com a intensificação das perceções de insegurança e angústia em paralelo com aumentos maciços do nível de vida. Por exemplo, atualmente, apenas cerca de metade das pessoas no mundo sentem que possuem um grande controlo sobre as suas próprias vidas, o que constitui um indicador de agência. E a percentagem de pessoas que sentem que têm controlo cai ainda mais quando se trata de influenciar a tomada de decisões coletivas, uma vez que apenas 31 por

cento das pessoas sentem que têm uma palavra a dizer nas decisões do seu governo.³

Esta falta de agência é equivalente aos défices na ação coletiva necessária para enfrentar os desafios coletivos num planeta comum. A má gestão da interdependência global pode, por sua vez, prejudicar ainda mais o desenvolvimento humano (capítulo 1) e abrir espaço para a polarização, resultando num impasse na ação coletiva (capítulo 2). Para sair deste impasse, o capítulo explora a forma como reduzir as desigualdades nessa capacidade de agência pode contribuir para a definição e a prossecução de objetivos comuns, como a disponibilização de bens públicos mundiais, mesmo quando persistem diferenças ao nível de preferências, crenças e interesses. Deste modo, defende que reduzir a falta de agência pode reforçar a ação coletiva. Defende ainda que a expansão da agência deve ser um objetivo político complementar, a par da promoção dos resultados em termos de bem-estar e que as instituições podem associar a agência humana e a ação coletiva à escala sendo: centradas nas pessoas, de co-propriedade e orientadas para o futuro.

Como a falta de agência dificulta a ação coletiva

Apesar do declínio observado nos valores do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em 2020-2021 e da recuperação desigual desde então (capítulo 1), registaram-se progressos notáveis nos aspetos de bem-estar do desenvolvimento humano: na expansão das conquistas e liberdades para se viver uma vida melhor. Ao mesmo tempo, os aspetos de agência do desenvolvimento humano⁴ – a capacidade das pessoas para manter valores, definir objetivos e assumir compromissos,⁵ que implicam a capacidade de levar uma vida com um propósito – têm sido relativamente negligenciados enquanto objetivos políticos, em especial os necessários para alcançar resultados coletivos.⁶ A agência reforça as capacidades das pessoas e está positivamente correlacionada com o bem-estar mental.⁷ É também fundamental para transformar o nosso mundo no sentido da sustentabilidade e da equidade, uma aspiração codificada na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.⁸

“A falta de agência está a abrir-se a vários níveis, limitando a capacidade das pessoas agirem como agentes de mudança para apoiar a ação coletiva

A falta de agência está a abrir-se a vários níveis, limitando a capacidade das pessoas agirem como agentes de mudança para apoiar a ação coletiva. É limitada por desigualdades e desequilíbrios de poder que impedem a tomada de decisões coletivas.⁹

Deficiências na ação coletiva: Limites à cooperação, apesar de uma coordenação sem precedentes

A interdependência deriva, em parte, da ultra-sociabilidade humana,¹⁰ refletida em ações coordenadas que envolvem indivíduos de todo o mundo. Os mercados, que envolvem interações entre participantes que, na sua maioria, podem nunca se encontrar, tornaram-se globalizados (capítulo 2). Os governos implementaram extensos programas de segurança social, com 3,7 mil milhões de pessoas abrangidas por pelo menos uma prestação de proteção social.¹¹ Os sistemas de ensino proporcionam escolaridade a 1,6 mil milhões de crianças em todo o mundo.¹² Embora ainda insuficientes, estes números representam grandes progressos.

As instituições multilaterais, em particular as Nações Unidas, esforçam-se por defender os direitos humanos e promover o desenvolvimento e a paz. As Nações Unidas convocam as partes para tratados internacionais, permitindo acordos como a criação de um fundo para perdas e danos na 28.^a sessão da Conferência das Partes na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas, da qual beneficiarão mais de 3 mil milhões de pessoas.¹³ A sociedade civil apoiou a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável,¹⁴ reforçada por movimentos sociais que alargaram o campo das possibilidades, defendendo os direitos das mulheres, das pessoas que se identificam como lésbicas, gays, bissexuais, transgéneros, queer, intersexuais ou outras minorias sexuais, dos povos indígenas, das pessoas com deficiência, etc.. As redes sociais facilitam o intercâmbio instantâneo de informações entre cerca de 5,4 mil milhões de utilizadores da Internet.¹⁵

Apesar destas realizações, que refletem frequentemente progressos na abordagem dos desafios de coordenação, a ação coletiva internacional está a ficar aquém das expectativas. Por exemplo, no caso das alterações climáticas, as seguintes deficiências refletem menos progressos na cooperação:

- Os mercados não conseguem ter em conta as externalidades, mas algumas delas têm, hoje em dia, uma escala planetária. Por exemplo, os preços do carbono subestimam enormemente os custos associados às emissões de gases com efeito de estufa,¹⁶ exacerbando as desigualdades globais.¹⁷
- Os governos mobilizaram investimentos substanciais para facilitar a transição energética – mas não à escala necessária. Em 2023, os governos afetaram cerca de 1,34 biliões de dólares ao investimento em energias limpas, um aumento de 25 por cento desde 2021.¹⁸ Mas este esforço é insignificante quando comparado com

os subsídios aos combustíveis fósseis: 7 biliões de dólares em 2022, contra 4,5 biliões de dólares em 2015 (quando o Acordo de Paris foi adotado).¹⁹ O aumento da polarização política, que afeta mais de dois em cada três países, dificulta ainda mais a ação do governo (capítulo 6).²⁰ As restrições de financiamento são outro obstáculo à ação dos governos, exacerbadas pela evasão e fraude fiscais: a nível mundial, as multinacionais transferiram 36 por cento dos seus lucros para paraísos fiscais.²¹

- Os acordos multilaterais não reuniram os recursos necessários para satisfazer as aspirações da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e do Acordo de Paris. O objetivo anual de 100 mil milhões de dólares de financiamento para apoiar a atenuação das alterações climáticas nos países de baixo e médio rendimento não foi atingido, apesar de representar apenas 0,1 por cento da economia mundial (cerca de 100 biliões de dólares).²² E o fundo de perdas e danos recebeu promessas anuais que totalizam mais de 600 milhões de dólares, mas estima-se que as perdas e danos anuais associados às alterações climáticas ascendam a 400 mil milhões de dólares por ano.²³
- A sociedade civil alargou-se, mas também enfrenta obstáculos.²⁴ Quando as pessoas se mobilizam, são frequentemente limitadas nos seus esforços para ocupar o espaço cívico e exercer os seus direitos.²⁵ Em vários países, os ativistas ambientais enfrentam repressões violentas e perseguições; entre 2012 e 2022, foram mortos cerca de 2.000 ativistas ambientais.²⁶

“ A falta de agência é simultaneamente uma causa e um efeito da má gestão da interdependência, num ciclo vicioso em que as deficiências da ação coletiva para lidar com a interdependência conduzem a perdas dispendiosas na vida das pessoas

A falta de agência está a comprometer a ação coletiva

A falta de agência é simultaneamente uma causa e um efeito da má gestão da interdependência, num ciclo vicioso em que as deficiências da ação coletiva para lidar com a interdependência conduzem a perdas dispendiosas na vida das pessoas (capítulo 1), bem como a sentimentos de instabilidade²⁷ e insegurança humana. A insegurança humana alimenta a polarização, com muitas pessoas a gravitarem em torno do populismo (capítulo 2).²⁸ A posição protecionista, frequentemente associada ao populismo,²⁹

dificulta ainda mais a ação coletiva para enfrentar os desafios globais.

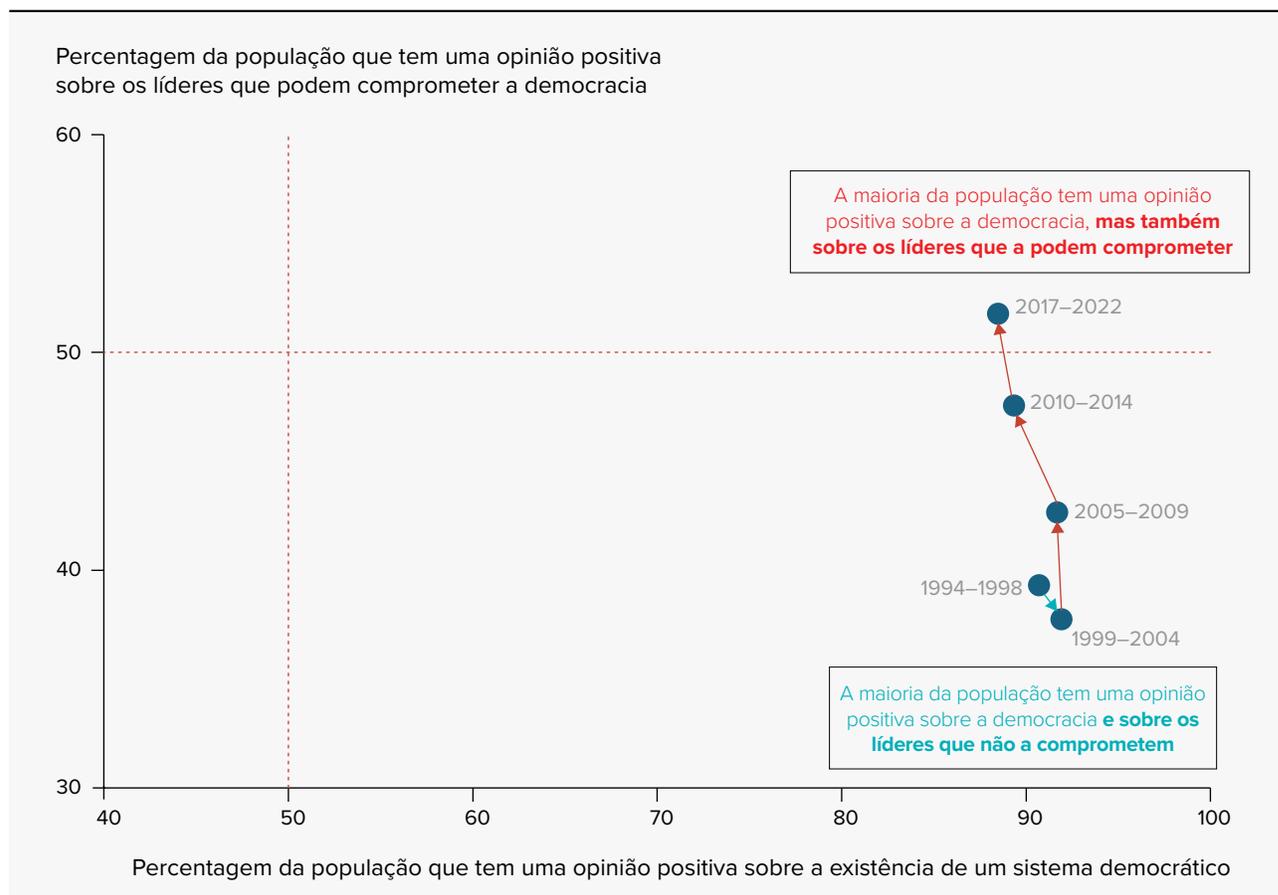
As consequências deste ciclo vicioso afetam as normas e as práticas democráticas, tal como se reflete no declínio dos indicadores que acompanham a capacidade das pessoas para determinarem os resultados coletivos (capítulo 1).³⁰

A erosão das normas e práticas democráticas está associada não tanto a uma crise de apoio à democracia enquanto ideal, mas a uma crise das instituições que se considera não cumprirem esse ideal.³¹ Existe um paradoxo democrático emergente: quase 9 em cada 10 pessoas acreditam que a democracia é um pilar fundamental dos sistemas políticos. Mas o apoio a líderes que podem contornar as regras fundamentais do processo democrático aumentou

significativamente (figura 5.1). Atualmente, mais de metade das pessoas inquiridas manifestam o seu apoio a esses líderes.

As pessoas estão a questionar alguns princípios fundamentais da ação coletiva. O aumento do apoio a líderes suscetíveis de comprometer as normas e práticas democráticas foi acompanhado por um aumento das preferências pelo regime militar, que hoje abrange 39 por cento da população (figura 5.2).³² Este aparente paradoxo (compromisso com a democracia e apoio crescente aos líderes que a comprometem) reflete o impasse na adaptação das instituições atuais – que não são adequadas ao seu objetivo, num contexto de mudança dos padrões de interdependência – às exigências crescentes dos povos de todo o mundo.

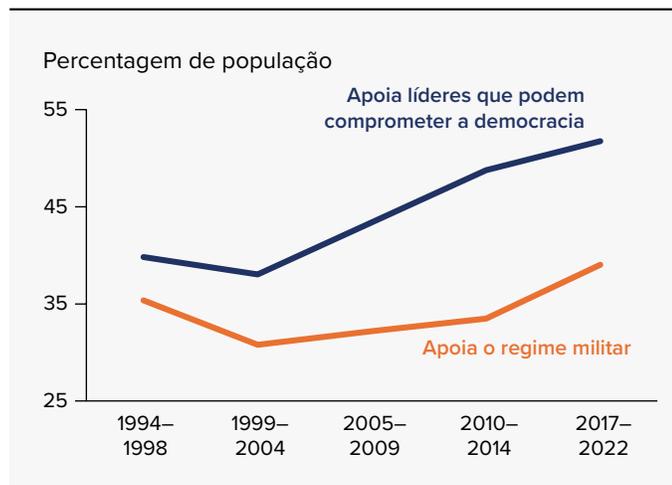
Figura 5.1 O paradoxo da democracia? Apoio incondicional à democracia, em paralelo com um apoio crescente aos líderes que a podem comprometer



Nota: Os dados são médias ponderadas em função da população de um painel de países que representam 76% da população mundial. A percentagem da população no eixo vertical refere-se às pessoas que responderam que ter um líder forte que não tem de se preocupar com o parlamento e as eleições é “muito bom” ou “bastante bom”. A percentagem da população no eixo horizontal refere-se às pessoas que responderam que ter um sistema político democrático é “muito bom” ou “bastante bom”.

Fonte: Gabinete do Relatório sobre o Desenvolvimento Humano com base em dados de várias ondas de pesquisa do Inquérito Mundial de Valores (Inglehart e outros 2022).

Figura 5.2 Uma importante e crescente percentagem da população apoia líderes suscetíveis de contornar as normas e práticas democráticas, 1994-2022



Nota: Os dados são médias ponderadas em função da população de um painel equilibrado de países que representam 76 por cento da população mundial. A percentagem da população que apoia líderes que podem comprometer a democracia refere-se às pessoas que responderam que ter um líder forte que não tem de se preocupar com o parlamento e as eleições é “muito bom” ou “bastante bom”. A percentagem da população que apoia um regime militar refere-se às pessoas que responderam que ter um regime militar é “muito bom” ou “bastante bom”.

Fonte: Gabinete do Relatório sobre o Desenvolvimento Humano com base em dados de várias ondas de pesquisa do Inquérito Mundial de Valores (Inglehart e outros 2022).

Reduzir a falta de agência pode reforçar e legitimar as instituições que melhoram a ação coletiva

Reduzir a falta de agência pode melhorar os resultados coletivos, melhorando a legitimidade reconhecida às instituições (ver caixa 4.7 no capítulo 4). Reduzir as desigualdades nessa capacidade de agência permite que as pessoas tenham mais oportunidades de participar no raciocínio público e na tomada de decisões através de instituições em que confiam. Essa confiança, por sua vez, assenta na convicção das pessoas de que as instituições produzem os resultados da ação coletiva que devem apoiar. A baixa confiança nas instituições reflete as deficiências na concretização dos resultados da ação coletiva. Embora os choques económicos (como o aumento do desemprego) não afetem a confiança generalizada ou a convicção de que as pessoas são prestáveis, estão fortemente associados a um declínio da confiança em instituições como os parlamentos nacionais (incluindo o Parlamento Europeu nos países que são membros da União Europeia) e nos políticos. A confiança nas Nações Unidas é menos afetada, o que sugere uma forte associação entre os choques económicos negativos e um declínio da confiança nas instituições e nos indivíduos que as pessoas

esperam que zelem mais diretamente pelo interesse comum (figura 5.3).

Com base neste raciocínio, avaliamos a falta de agência utilizando duas variáveis de substituição. Em primeiro lugar, a falta de agência é medida pela percentagem de pessoas que declaram não ter controlo ou muito limitado sobre as suas vidas. Em segundo lugar, a falta de agência é medida como a percentagem de pessoas que afirmam que as suas vozes não são ouvidas no sistema político.³³ Cerca de metade da população mundial, declara não ter controlo sobre a sua própria vida. E a falta de agência em influenciar os resultados coletivos é muito maior, com mais de dois terços das pessoas em todo o mundo a considerarem que têm pouca influência nas decisões do seu governo (figura 5.4).³⁴

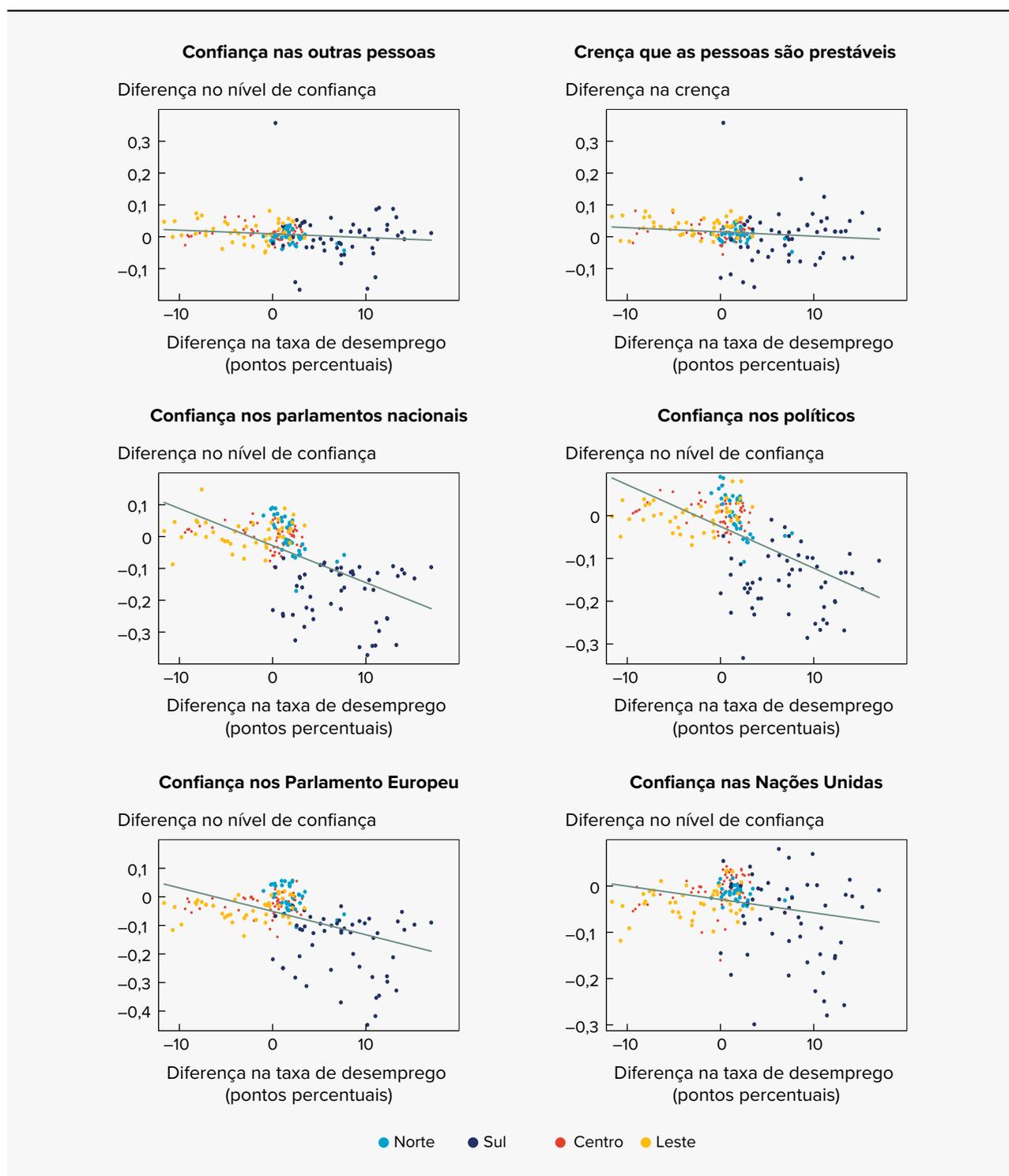
Quanto menos as pessoas sentirem que a sua voz é ouvida no governo, menor será a sua confiança no governo, independentemente do grau de corrupção das autoridades (figura 5.5). Por sua vez, uma maior perceção da corrupção está associada a uma menor confiança no governo. Assim, embora o combate à corrupção seja fundamental para aumentar a confiança no governo (como é amplamente reconhecido), a confiança no governo também pode ser aumentada em cada nível de perceção de corrupção, dando às pessoas mais agência (medido pela sua perceção de terem voz nas decisões do governo).³⁵

Reduzir a falta de agência para promover a ação coletiva

Reduzir a falta de agência pode reforçar a ação coletiva, sobretudo quando é necessária cooperação. De facto, a agência abre espaço à cooperação para lá do interesse próprio.³⁶ Se “a preocupação com os outros afeta diretamente o seu próprio bem-estar,”³⁷ trata-se de promover o seu próprio bem-estar. Mas quando a cooperação resulta de compromissos que vão além da promoção do próprio bem-estar,³⁸ entramos no domínio da agência.³⁹

Quando a agência inclui a prossecução de compromissos associados a resultados coletivos, reduzir a falta de agência pode promover a cooperação, mas é importante compreender os mecanismos que podem facilitar ou dificultar essa ligação. Ao longo das últimas décadas, a associação entre a agência (medida pela crença de que se tem o controlo sobre a própria vida) e a confiança generalizada (importante para a cooperação) enfraqueceu; entre as pessoas que afirmam ter níveis elevados de controlo sobre as suas próprias vidas, houve um grande aumento daquelas que não confiam nos outros. Um terço da população mundial afirma ter controlo sobre as suas próprias vidas e não confiar (figura 5.6). Por sua vez,

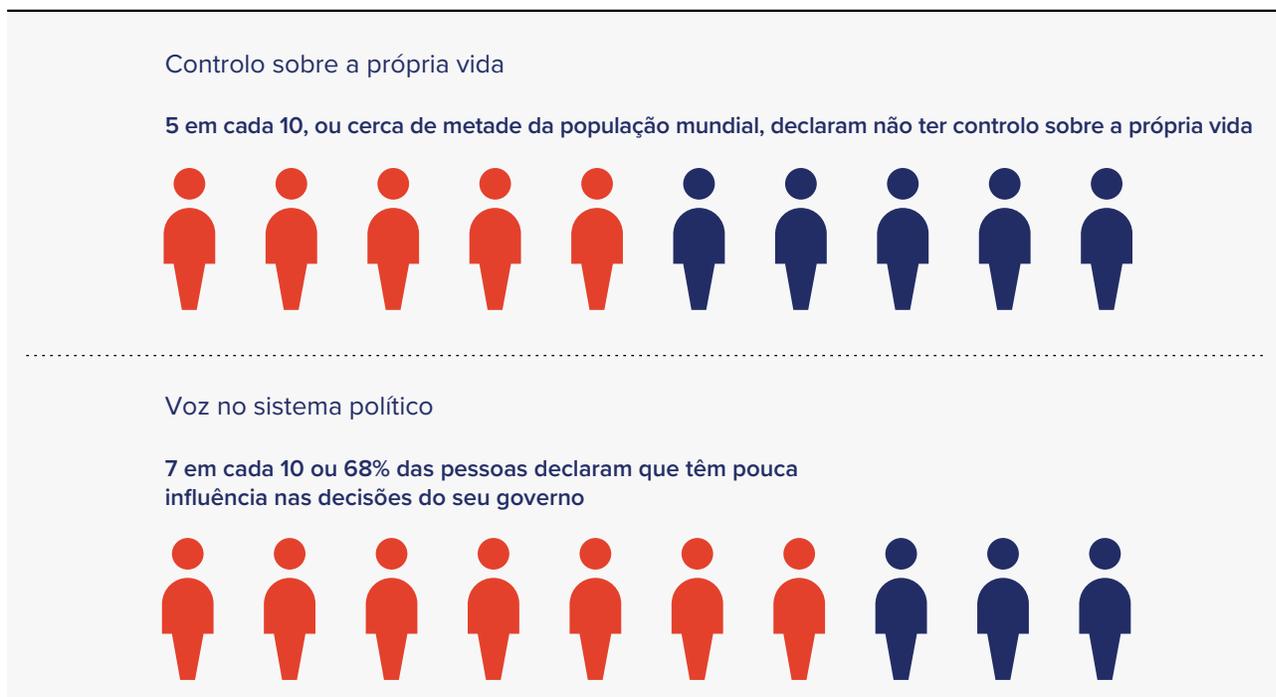
Figura 5.3 Os choques económicos estão associados a uma menor confiança depositada nas instituições, mas a relação é mais fraca no que se refere à confiança nas Nações Unidas e entre si



Nota: Cada figura representa as regiões subnacionais de 24 países europeus ao nível de agregação da Nomenclatura Comum das Unidades Territoriais Estatísticas. Os níveis de confiança baseiam-se nas respostas ao Inquérito Social Europeu. As diferenças são entre observações agrupadas antes da crise da dívida europeia (2004, 2006 e 2008) e após a crise (2010, 2012 e 2014).

Fonte: Algan e outros 2017.

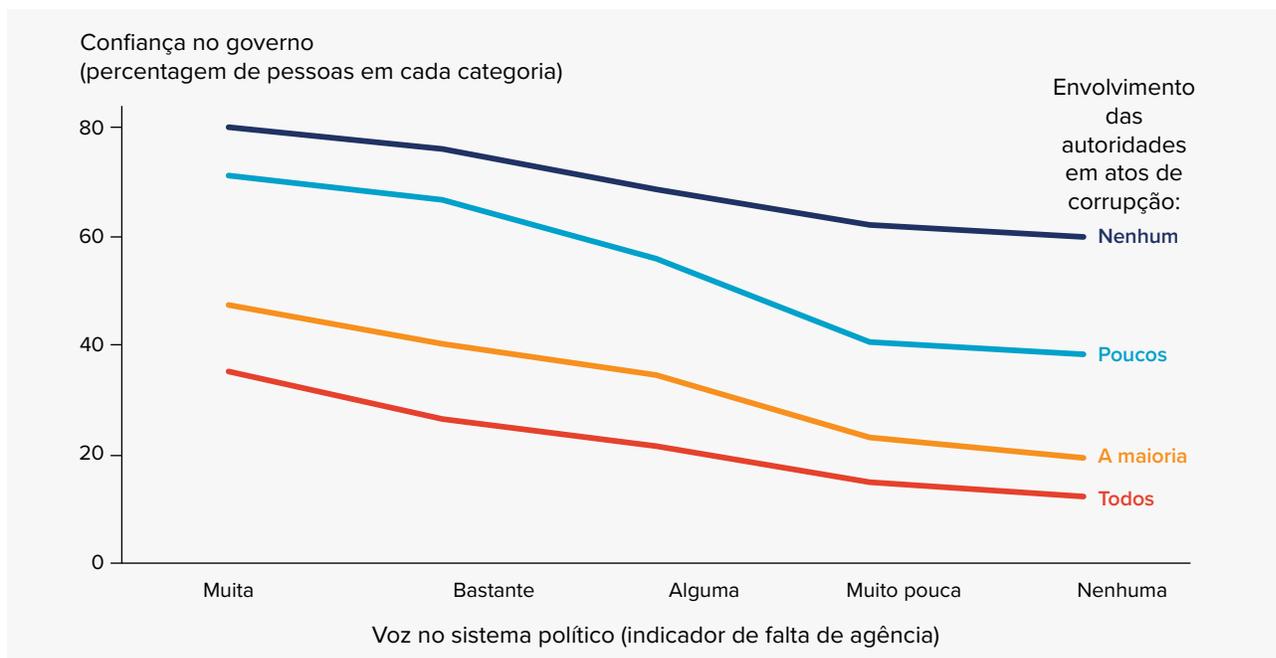
Figura 5.4. A falta de agência na ação coletiva é superior à do controlo sobre a própria vida



Nota: agência é a capacidade de as pessoas agirem como sujeitos capazes de empreender ações eficazes com base nos seus compromissos (Sen 2013). É representada por dois indicadores: a percentagem da população que afirma sentir que tem controlo sobre a sua vida (medida numa escala de 1 a 10, em que 1-3 indica uma falta de agência acentuada, 4-7 indica uma falta de agência moderada e 8-10 indica que não há falta de agência) e a percentagem da população que afirma sentir que a sua voz é ouvida no sistema político (os que responderam “Muito” ou “Bastante”. Os dados são calculados utilizando microdados e uma ponderação igual entre os países.

Fonte: Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano com base em dados da wave 7 (2017-2022) do Inquérito Mundial de Valores (Inglehart e outros 2022).

Figura 5.5 A redução da corrupção aumenta a confiança no governo, mas o mesmo acontece com a redução da falta de agência



Nota: Os dados são calculados utilizando microdados e uma ponderação igual entre os países. A confiança no governo nacional implica a declaração de “muita” ou “bastante” confiança (outras opções possíveis são: “não muita” ou “nenhuma”). A voz na instituição é captada pelas respostas à pergunta: “Até que ponto diria que o sistema político do seu país permite que pessoas como você tenham uma palavra a dizer sobre o que o governo faz?” A percepção da corrupção é captada pelas respostas à pergunta, entre as autoridades estatais, “Quantas considera estarem envolvidas em corrupção?”

Fonte: Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano com base em dados da wave 7 do Inquérito Mundial de Valores (Inglehart e outros 2022).

a percentagem da população mundial com um elevado nível de agência e de confiança nos outros diminuiu substancialmente.

Assim, é importante compreender os fatores que podem explicar a ligação entre a falta de agência e a ação coletiva. Entre os fatores que podem mediar a relação entre a redução da falta de agência e as perspetivas de cooperação contam-se as desigualdades, os desequilíbrios de poder, a insegurança humana, a falta de espaço para a deliberação e as normas sociais contrárias à cooperação. A superação destes desafios pode tornar a redução da falta de agência mais suscetível de reforçar a cooperação.⁴⁰

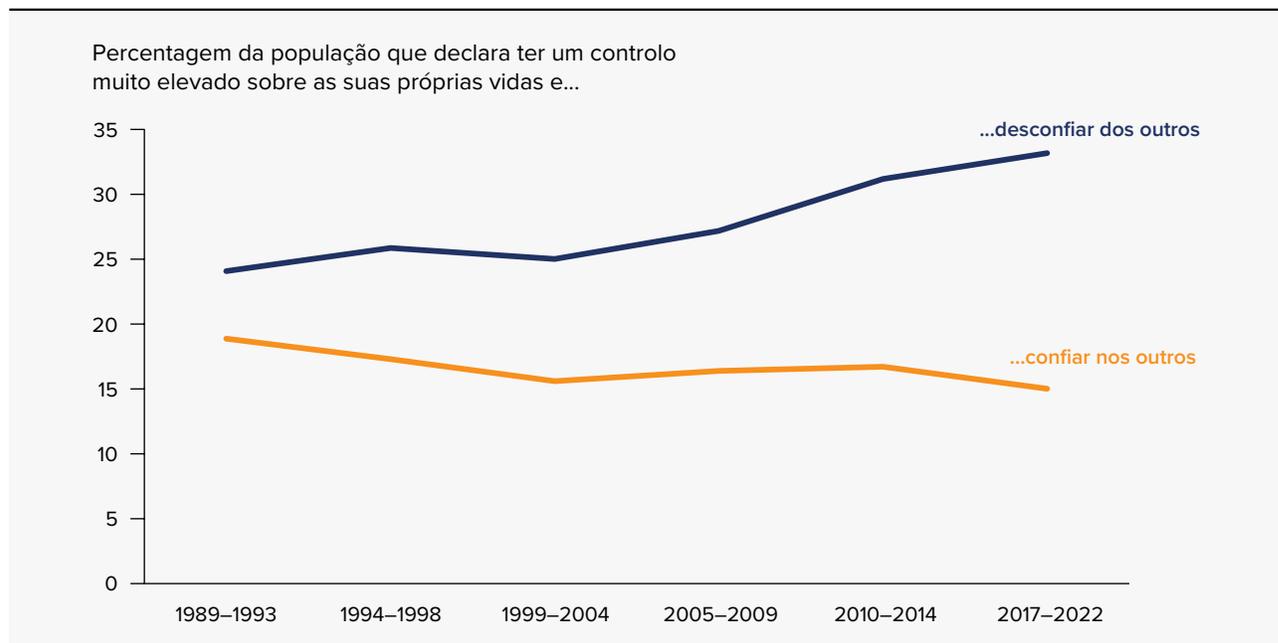
As desigualdades e os desequilíbrios de poder moldam a agência

As desigualdades afetam a agência. Verifica-se um declínio acentuado na percentagem de pessoas que declaram ter muito pouco controlo sobre as suas próprias vidas para os 50 por cento da base da distribuição do rendimento (figura 5.7). Ou seja, a agência aumenta à medida que o rendimento aumenta para os 50 por cento da base da distribuição. Mesma na base, a falta de agência é particularmente acentuada (a falta de agência é três vezes maior entre as

pessoas no decil de rendimento mais baixo do que no decil 6 e acima). Assim, as capacidades básicas, como ser saudável ou adquirir competências básicas de escrita e numeracia, podem ser um constrangimento vinculativo para a agência (além das implicações bem estabelecidas de as pessoas serem privadas de bem-estar).⁴¹ Além disso, a percentagem de pessoas que declaram ter um controlo muito elevado sobre as suas próprias vidas é baixa e bastante igual para os 50 por cento da base da população, mas aumenta com o rendimento para os decis 6 e acima. Por conseguinte, as desigualdades de rendimento, que muitas vezes se cruzam e estão associadas a outras desigualdades no desenvolvimento humano, moldam a agência.

Por sua vez, as desigualdades de rendimento e de educação estão associadas a desigualdades no interesse pela política, ligando as desigualdades e os processos que são importantes para moldar os resultados da ação coletiva. Quanto mais baixo é o rendimento, menor é o interesse das pessoas pela política e mais provável é que declarem nunca votar (figura 5.8). A relação com as desigualdades no domínio da educação é ainda mais acentuada: quanto mais baixo é o nível de educação, menor é o interesse pela política e maior é a probabilidade de declarar nunca votar (figura 5.9).

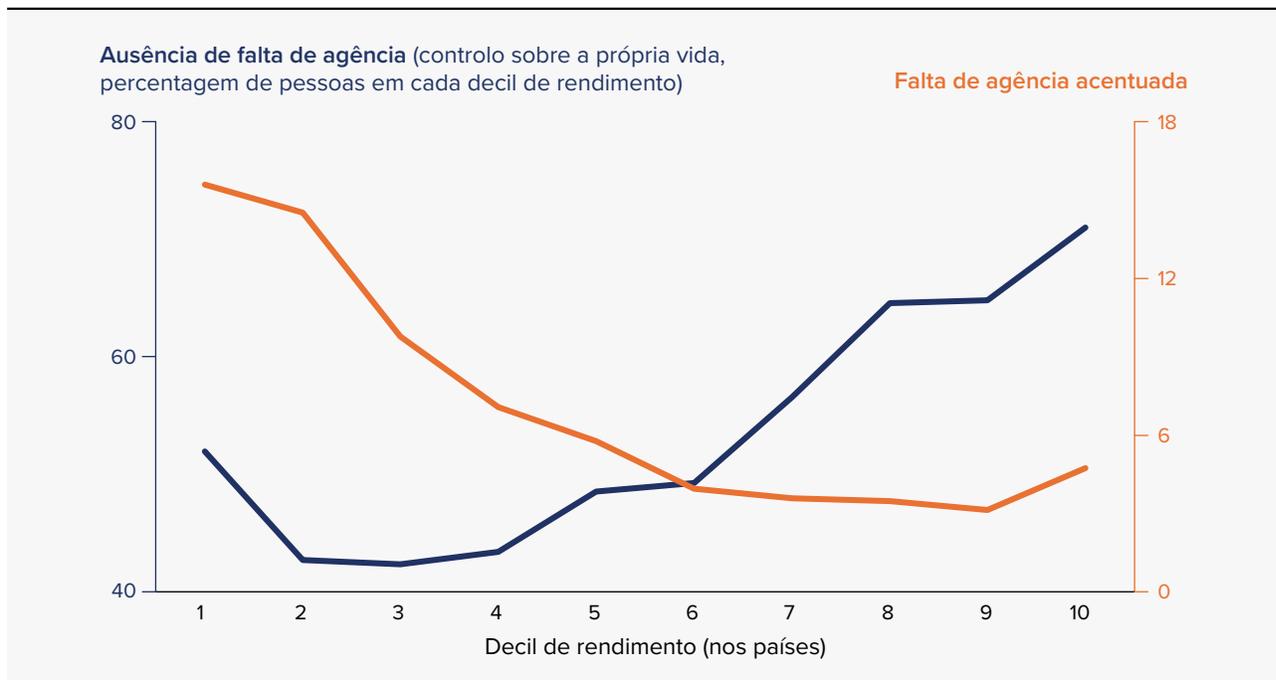
Figura 5.6 Agência no controlo sobre a própria vida e confiança



Nota: Os dados são médias ponderadas em função da população de um painel equilibrado de países que representam 76 por cento da população mundial. A agência no controlo sobre a própria vida é medida pelos que referem um controlo elevado (8 a 10 numa escala de 1 a 10). A confiança nos outros é medida através das respostas à pergunta: “De um modo geral, diria que se pode confiar na maioria das pessoas ou que é preciso ter muito cuidado nas relações com as pessoas?” Os números baseiam-se em dados a nível individual, cruzando ambas as condições (agência no controlo sobre a própria vida e confiança ou não confiança nos outros).

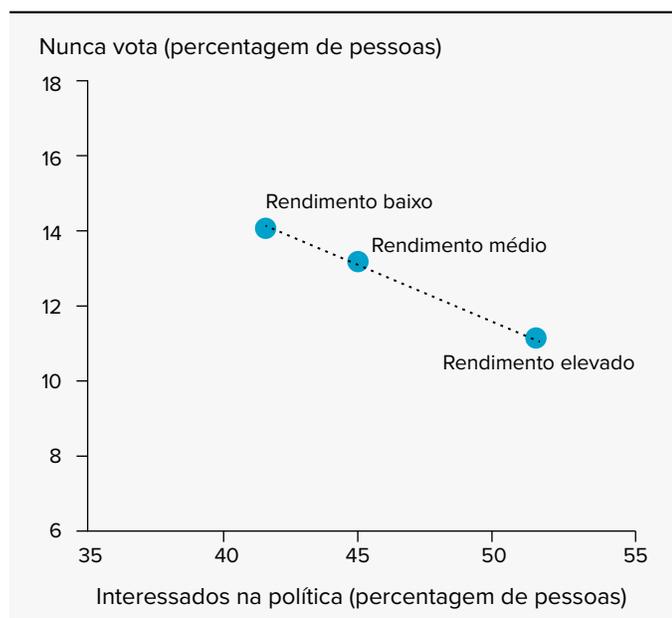
Fonte: Gabinete do Relatório sobre o Desenvolvimento Humano com base em dados do Inquérito Mundial de Valores (Inglehart e outros 2022).

Figura 5.7 A percepção de agência (controlo sobre a própria vida) é moldada pelo rendimento



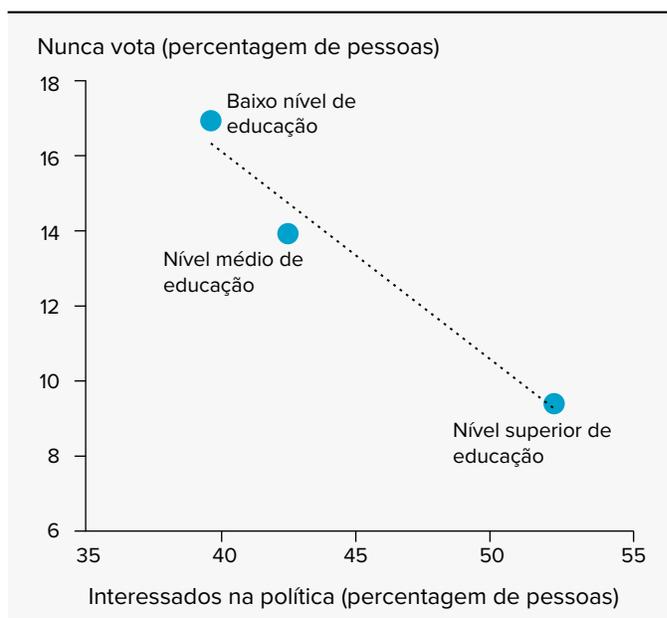
Nota: Os dados são calculados utilizando microdados e uma ponderação igual entre os países. Nenhuma falta de agência mede a percentagem da população que declara sentir que tem controlo sobre a sua própria vida (opções 8 a 10 numa escala de 1 a 10). A falta de agência acentuada mede a percentagem da população que declara sentir que não tem ou tem muito pouco controlo sobre a sua própria vida (opções 1 a 3 numa escala de 1 a 10).
Fonte: Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano com base em dados da wave 7 do Inquérito Mundial de Valores (Inglehart e outros 2022).

Figura 5.8 Quanto maior o rendimento, maior a probabilidade de as pessoas declararem interesse na política e em votar



Nota: os dados são calculados utilizando microdados e uma ponderação igual entre os países. A afirmação "Nunca voto" refere-se ao comportamento de voto declarado em eleições nacionais. O rendimento reflete o nível subjetivo de rendimento e é medido numa escala de 1 a 10, que é depois recodificada em três grupos: baixo (1 a 3), médio (4 a 7) e alto (8 a 10).
Fonte: Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano com base em dados da wave 7 do Inquérito Mundial de Valores (Inglehart e outros 2022).

Figura 5.9 Quanto maior o nível de educação, maior é a probabilidade de as pessoas declararem interesse na política e em votar



Nota: Os dados são calculados utilizando microdados e uma ponderação igual entre os países. A afirmação "Nunca voto" refere-se ao comportamento de voto declarado em eleições nacionais. A educação é classificada com base no nível mais elevado de educação alcançado: nível de educação inferior (até ao terceiro ciclo do ensino básico), nível de educação médio (ensino secundário superior e ensino pós-secundário não terciário) e nível de educação superior (ensino superior).
Fonte: Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano com base em dados da wave 7 do Inquérito Mundial de Valores (Inglehart e outros 2022).

Estas desigualdades na participação política em função do rendimento e dos resultados escolares podem exacerbar os enviesamentos nos resultados coletivos moldados por desequilíbrios de poder que orientam as decisões políticas para os interesses dos mais poderosos.⁴²

A insegurança humana reduz a agência

As pessoas que afirmam sentir-se mais inseguras em relação a alguns aspetos da sua vida também afirmam sentir que têm menos controlo sobre as suas próprias vidas. O declínio da agência com o aumento da perceção da insegurança humana verifica-se em todas as regiões do mundo (figura 5.10). A segurança humana é um conceito multidimensional que se relaciona com o facto de as pessoas estarem livres do medo, da carência e da indignidade.⁴³ A insegurança humana limita a agência quando as pessoas receiam participar na vida social ou utilizar os espaços públicos e os mecanismos de deliberação sem vergonha.⁴⁴

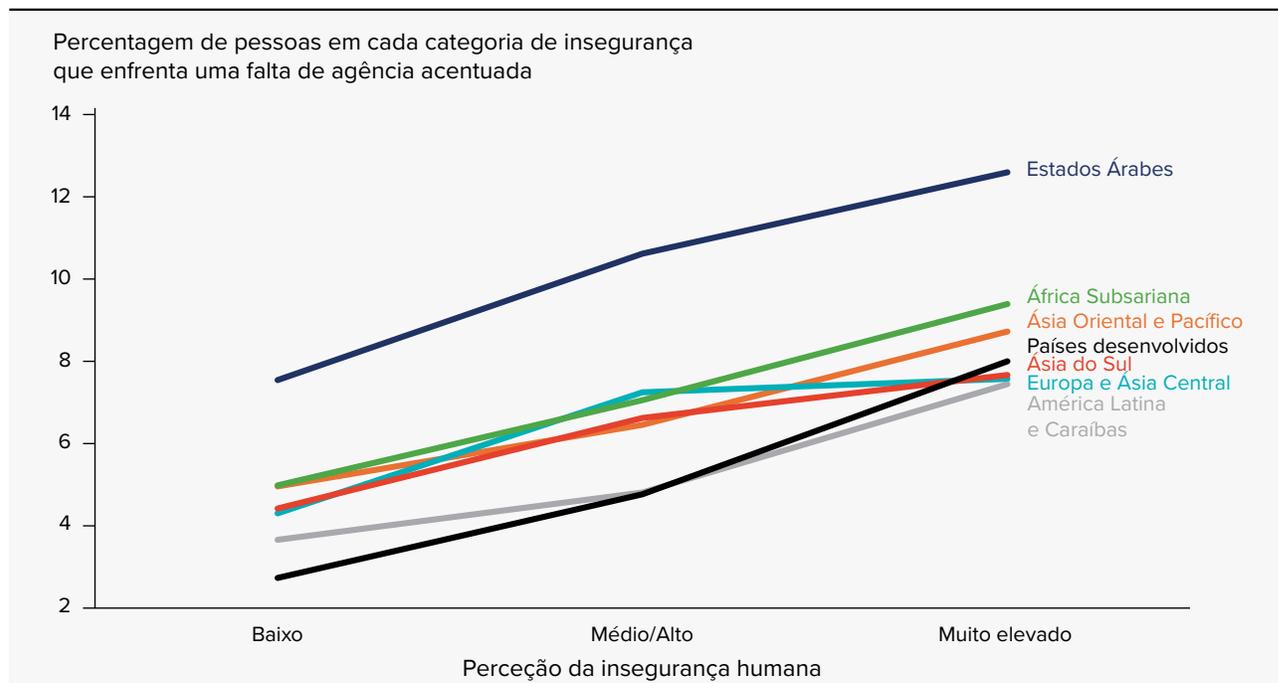
A perceção da insegurança humana também afeta a confiança generalizada, fundamental para a cooperação. Quanto maior for a perceção da insegurança, menor será a percentagem de pessoas que afirmem ter

confiança generalizada, sendo esta relação mais forte nos níveis mais elevados de IDH (figura 5.11). Além disso, entre as pessoas de países com um IDH muito elevado, a perceção da insegurança humana está associada a uma menor capacidade de apoio à democracia e maior tolerância da violência como meio de ação política.⁴⁵

Uma maior perceção da insegurança humana está também associada a uma menor confiança nas instituições dos três poderes do governo – executivo, legislativo e judicial (figura 5.12). A associação torna-se mais forte à medida que o nível de IDH diminui. É difícil passar da associação à causalidade entre a perceção da insegurança humana e a confiança nas instituições. A causalidade pode ser mediada pela perceção da insegurança humana; se assim for, a associação reflete deficiências na capacidade das instituições para garantir a segurança humana. Como tal, dar uma resposta direta às preocupações da segurança humana pode não só restaurar a confiança como também aumentar a confiança nas instituições. Ambos os canais podem reforçar a ação coletiva.

Uma perspetiva de segurança humana pode integrar objetivos e agendas políticas, tendo em consideração questões que vão desde as preocupações com a coesão social (destaque 5.1) até à integração das pessoas na natureza.⁴⁶

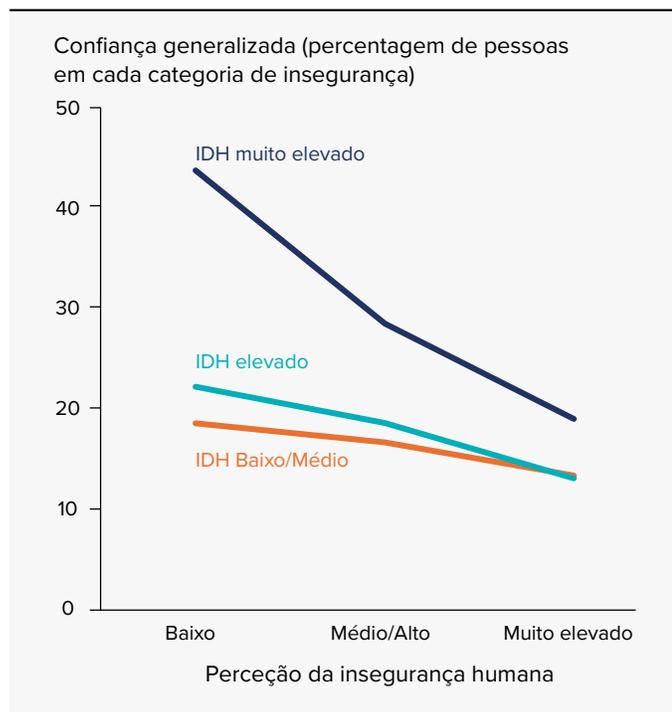
Figura 5.10 Quanto maior a perceção da insegurança humana, menor o sentimento de controlo sobre a própria vida



Nota: a perceção da insegurança humana é medida como “baixa”, “média e alta” e “muito alta”, utilizando microdados e uma ponderação igual entre os países, e baseia-se no índice descrito no anexo 1.2 do PNUD (2022d). A falta de agência acentuada mede a percentagem da população que declara sentir que não tem ou tem muito pouco controlo sobre a própria vida (opções 1-3 numa escala de 1-10).

Fonte: Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano com base nos últimos dados disponíveis da wave 6 (2010–2014) e da wave 7 (2017–2022) do Inquérito Mundial de Valores (Inglehart e outros 2022).

Figura 5.11 A percepção da insegurança humana está relacionada com a confiança generalizada, especialmente nos grupos com um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) mais elevado



Nota: A percepção da insegurança humana é medida utilizando microdados e uma ponderação igual entre os países, e baseia-se no índice descrito no anexo 1.2 do PNUD (2022d). A confiança generalizada implica a declaração que “a maioria das pessoas é de confiança” (outra opção possível: “é necessário ter muito cuidado”).

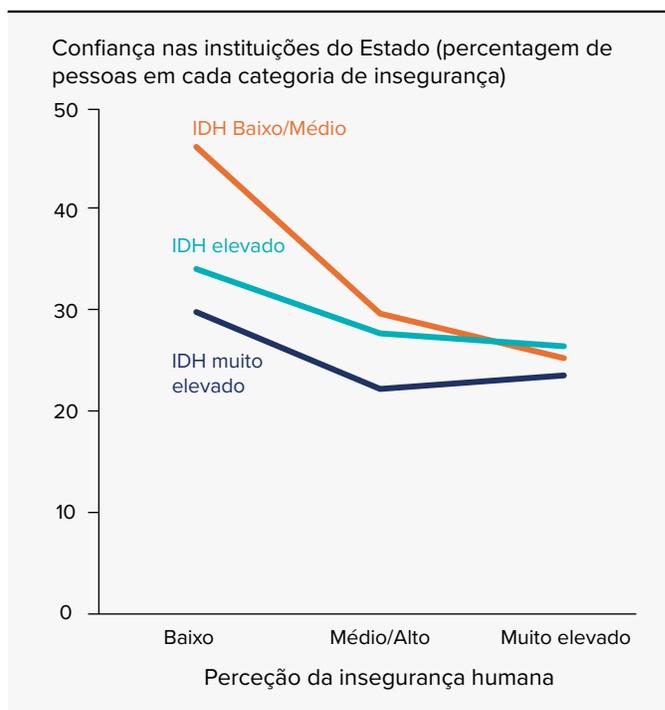
Fonte: Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano com base em dados da wave 7 do Inquérito Mundial de Valores (Inglehart e outros 2022).

Promover as condições para a agência de modo a promover a ação coletiva através do raciocínio e deliberação públicos

A promoção das condições que permitem a formação de crenças coletivas que transcendem as fronteiras do grupo pode reduzir a falta de agência para reforçar a ação coletiva. A promoção de uma participação cívica significativa na tomada de decisões públicas implica que as pessoas sintam que as suas vozes são ouvidas e tidas em consideração – não apenas como uma expressão de interesses, mas também como um processo mais alargado de raciocínio público que escrutina as crenças, em particular as associadas à polarização (capítulo 6). Uma forma de conseguir isto é através de assembleias deliberativas que alguns países e comunidades estão a experimentar (caixa 5.1).

Os processos de raciocínio e deliberação públicos são também utilizados para reforçar a ação coletiva em menores escalas, como no mundo do trabalho,

Figura 5.12 A percepção da insegurança humana está relacionada com a confiança nas instituições do Estado



O IDH é o Índice de Desenvolvimento Humano.

Nota: A percepção da insegurança humana é medida utilizando microdados e uma ponderação igual entre os países, e baseia-se no índice descrito no anexo 1.2 do PNUD (2022d). A confiança nas instituições do Estado reflete a confiança combinada no governo nacional, no parlamento e no sistema de justiça. A confiança implica a declaração de “muita” ou “bastante” confiança (outras opções possíveis são: “não muita” ou “nenhuma”).

Fonte: Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano com base em dados da wave 7 do Inquérito Mundial de Valores (Inglehart e outros 2022).

onde há um reconhecimento crescente da necessidade de diálogo (caixa 5.2). Ao longo das últimas décadas, as mudanças no mundo do trabalho – fragmentação da produção mundial através de cadeias de valor mundiais e dessindicalização dos trabalhadores – reduziram algumas das instituições estabelecidas que facilitam a negociação coletiva. Com a rápida e contínua evolução tecnológica, é provável que a procura de espaços de diálogo social entre trabalhadores, empresas e governos se mantenha.

As normas sociais podem apoiar ou limitar a ação coletiva

As normas sociais, partilhadas por muitos e aplicadas socialmente de forma descentralizada, afetam as crenças e a agência das pessoas, moldando assim os comportamentos sociais e permitindo apoiar a ação coletiva (capítulo 4).

Nem todas as normas sociais são propícias à expressão da agência humana em resultados cooperativos.

Caixa 5.1 Promoção de formas mais deliberativas de participação dos cidadãos

Equipa de Governação do PNUD

Nos últimos anos, tem-se assistido a um aumento do interesse pela democracia deliberativa – que tem sido descrita como uma onda deliberativa.¹ Os investigadores e profissionais consideram que estas abordagens têm o potencial de resolver a crise da democracia², permitindo novas formas de participação dos cidadãos que são verdadeiramente inclusivas e baseadas em provas, informadas por uma análise ponderada e conducentes à criação de consensos.

Os minipúblicos deliberativos, tal como as assembleias de cidadãos, constituem uma forma de operacionalizar os ideais da democracia deliberativa. Na Irlanda foi criada, em 2016, uma assembleia de cidadãos para rever aspetos da Constituição irlandesa. Das suas recomendações resultaram dois referendos constitucionais, que conduziram a mudanças substanciais nas políticas relativas ao casamento entre pessoas do mesmo sexo e ao aborto. Os padrões de votação diferiram entre os eleitores familiarizados com a assembleia e os que não a conheciam, o que sugere um impacto na natureza deliberativa do referendo na comunidade em geral.³

Os minipúblicos deliberativos enfrentam desafios. Um é a dificuldade ética e metodológica de dar resposta ao impacto da desigualdade na dinâmica dos minipúblicos.⁴ Um segundo é a complexidade de incorporar os minipúblicos em sistemas mais amplos de participação e representação política.⁵ E um terceiro é o risco de os minipúblicos serem utilizados como uma estratégia para deslocar a organização cívica e outras formas de ativismo.⁶ Mesmo assim, a integração de padrões deliberativos nos processos de participação dos cidadãos pode ultrapassar a polarização e ajudar a elaborar um contributo público de alta qualidade.⁷ Assim, parece haver um grande mérito em continuar a explorar este campo.

Notas

1. OCDE 2020. 2. Dryzek e outros 2019. 3. Elkins e outros 2017. 4. Lupia e Norton 2017. 5. Lafont 2017. 6. Young 2001. 7. Curato e outros 2017.

Caixa 5.2 O diálogo social no mundo do trabalho

Organização Internacional do Trabalho

A ação coletiva e a representação de trabalhadores e empregadores através do diálogo social, essenciais para a democracia e a boa governação, têm potencial para fazer avançar o desenvolvimento humano. O diálogo social engloba todos os tipos de negociações, consultas e intercâmbios de informação entre representantes, governos, empregadores e trabalhadores. Estas interações giram em torno de questões de interesse comum relacionadas com as políticas económicas e sociais e incluem a negociação coletiva, a consulta e a cooperação no local de trabalho e o diálogo social bipartido e tripartido a nível nacional e setorial.

O diálogo social incorpora um princípio democrático fundamental: envolver os destinatários das decisões na definição das políticas que os afetam diretamente. As organizações de empregadores e de trabalhadores são cruciais neste processo. Atuam como agentes e dão voz coletiva às empresas e aos trabalhadores. Ao alargar o âmbito da tomada de decisão, o diálogo social melhora a qualidade, a legitimidade e a apropriação das decisões, promovendo um maior empenho na sua implementação. Consequentemente, este facto aumenta a adaptabilidade, a agilidade e a resistência das economias. O diálogo social – viabilizado através de organizações de empregadores e de trabalhadores independentes, fortes e representativas – proporciona espaço para a cooperação e pode fazer avançar o progresso económico e social, nomeadamente através da abordagem da desigualdade e da inclusão nos mercados de trabalho.

No entanto, o diálogo social deve basear-se em dois princípios e direitos fundamentais no trabalho: a liberdade de associação e o reconhecimento efetivo do direito à negociação coletiva. Estes direitos laborais fundamentais, associados a instituições de trabalho eficazes, estão na base do desenvolvimento económico sustentável e da justiça social. Estas medidas permitem que tanto os trabalhadores como os empregadores participem num diálogo frutífero, asseguram que as suas vozes sejam ouvidas e lançam as bases para um trabalho digno e para resultados inclusivos no mercado de trabalho.

Ao longo da pandemia de Covid-19, os governos e os parceiros sociais uniram forças para criar estratégias de curto prazo e, ao mesmo tempo, formular políticas e medidas abrangentes e com uma visão de futuro, a fim de formular uma recuperação inclusiva, sustentável e adaptável. Nos países em que a participação ativa dos representantes dos empregadores e dos trabalhadores foi integrada na resposta, o diálogo social não só foi crucial para enfrentar os desafios imediatos, como também surgiu como uma parte vital das soluções a médio e longo prazo. Prevê-se que o diálogo social desempenhe um papel ainda mais importante ao ajudar os governos, trabalhando lado a lado com as organizações de empregadores e de trabalhadores, na definição de políticas adequadas para gerir as transformações profundas e rápidas

(continuação)

Caixa 5.2 O diálogo social no mundo do trabalho (continuação)

em jogo atualmente no mundo do trabalho e assegurar uma transição justa para economias e sociedades mais sustentáveis, em conformidade com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

A este respeito, o diálogo social e a ação coletiva dos parceiros sociais não são apenas instrumentos importantes para apoiar o desenvolvimento humano; são também pilares fundamentais para revitalizar o contrato social, tal como definido pelo Secretário-Geral das Nações Unidas na Nossa Agenda Comum.¹ Ao reforçar a confiança na governação democrática, ao promover a igualdade de oportunidades e de resultados e ao assegurar a paz social e a prosperidade, o diálogo social contribui para restabelecer a confiança nas políticas públicas e nas instituições laborais. Representa um processo inclusivo para envolver diversas partes interessadas, permitir a participação na tomada de decisões e garantir os direitos fundamentais no trabalho, estendendo simultaneamente a proteção a todos.

Nota

1. Secretário-Geral das Nações Unidas 2021.

Por exemplo, as normas sociais que são tendenciosas contra os direitos e as oportunidades de grupos de pessoas impedem os resultados coletivos e ferem a dignidade humana. As normas sociais que são tendenciosas contra as mulheres e as raparigas são um exemplo disso. São também ameaças à segurança humana, não permitindo que alguns tenham uma vida digna, representando um exemplo daquilo a que Amartya Sen chamaria de “injustiças claramente sanáveis.”⁴⁷ A injustiça pode também ser determinada com base em consensos amplamente aceites, como a Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948 ou a Carta das Nações Unidas e o *corpus* do direito internacional, incluindo o “direito indicativo” (acordos como a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável).

No entanto, apesar destes consensos normativos e desejáveis, as normas sociais – juntamente com as políticas e as instituições – são importantes na forma como são implementadas e prosseguidas. Por exemplo, as normas sociais de género podem favorecer ou limitar a capacidade de ação.⁴⁸ Para se perceber como, repare-se que no início do século XX, na maioria dos países, as mulheres estavam oficialmente proibidas de participar em vários papéis sociais, desde o direito de ser proprietária e frequentar universidades até à participação política. A falta de agência das mulheres era gritante e generalizada. Ao longo do século XX, profundas reformas empreendidas em todo o mundo reconheceram a igualdade de direitos jurídicos, sociais, económicos e políticos entre homens e mulheres.⁴⁹ Embora as mulheres em muitos países ainda enfrentem restrições legais que afetam a sua agência, os progressos nas reformas institucionais têm sido notáveis. A falta de agência codificada em leis formais tendeu a desaparecer. O direito legal de votar em eleições — uma expressão básica de agência política — constitui um exemplo claro desta evolução.

No entanto, a agência efetiva das mulheres continua a ser limitada em muitas áreas. Um exemplo flagrante

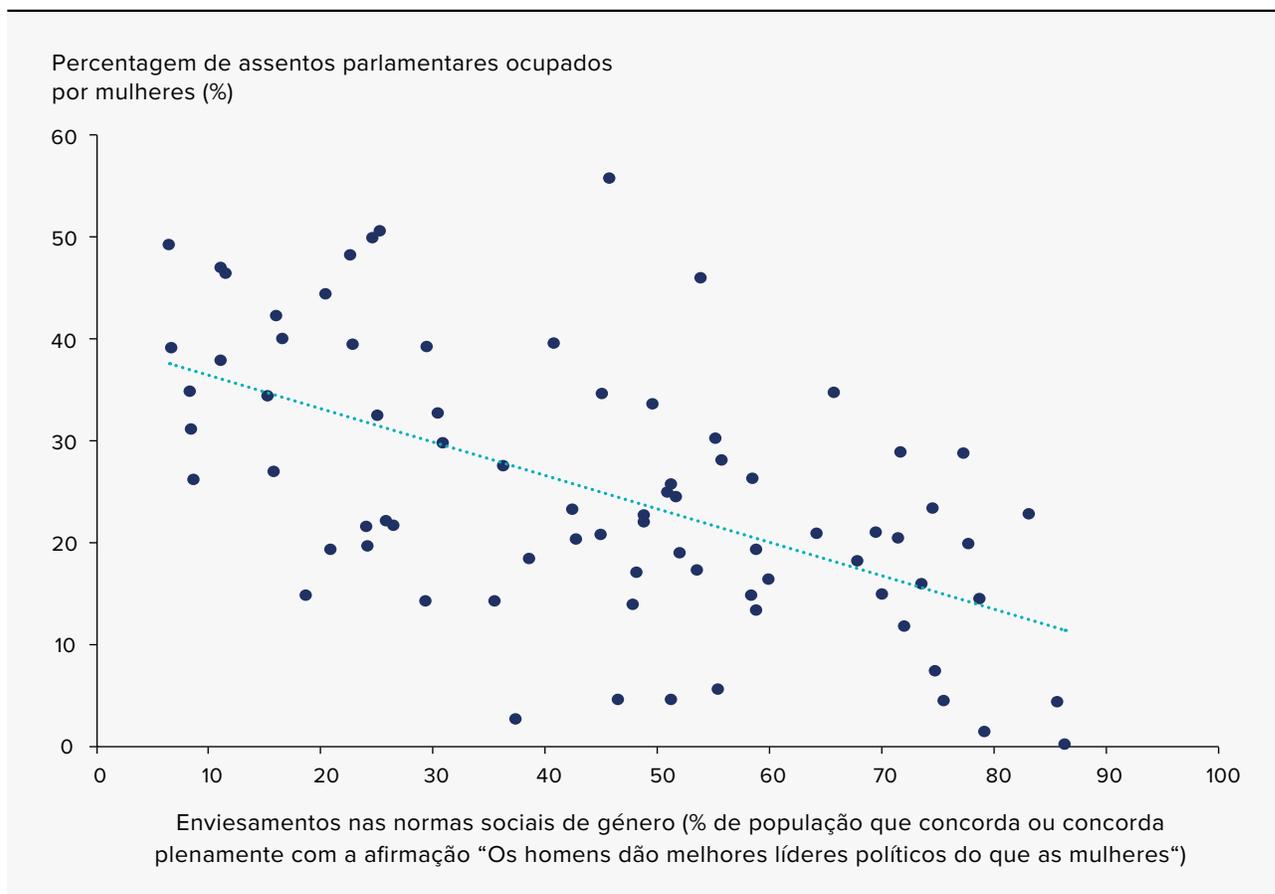
é o acesso das mulheres a altos cargos políticos: o pináculo da agência política. As mulheres são chefes de Estado ou de Governo em apenas cerca de 10 por cento dos países, uma percentagem que sofreu poucas alterações nas últimas décadas.⁵⁰

O Índice das Normas Sociais de Género de 2023, que trata os enviesamentos como desvios de normas globais comuns de igualdade de género, mostra que a igualdade de género está a ser limitada por normas sociais tendenciosas contra as mulheres.⁵¹ Quase metade das pessoas acredita os homens são melhores líderes políticos do que as mulheres.⁵² E as normas tendenciosas podem estar tão enraizadas que as mulheres que ocupam altos cargos políticos são julgadas com mais severidade. Estes enviesamentos permeiam as cabinas de voto, os painéis de entrevista, as reuniões dos conselhos de administração e muito mais, limitando a agência das mulheres. (figura 5.13). Simultaneamente, diminuem o nosso potencial coletivo ao perpetuarem as desigualdades, ao excluïrem do discurso público um leque diversificado de perspetivas e experiências e ao fomentarem mais perceções erradas e divisões.

Quando as normas sociais suprimem a agência, impedem processos mais amplos de ação coletiva, obstruindo a participação e a cooperação – e exacerbam as desigualdades e as divisões. As normas sociais com preconceito de género podem limitar a eficácia das políticas⁵³ e restringir a agência das mulheres – mesmo quando existem políticas de igualdade de género.⁵⁴ A promoção de normas de género mais equitativas, em que as mulheres são vistas não apenas como beneficiárias de intervenções de desenvolvimento, mas como agentes ativos de mudança e contribuintes para a resolução de desafios coletivos, permite explorar o potencial criativo das mulheres e aumenta a diversidade de ideias que podem reforçar a ação coletiva.⁵⁵

Alcançar a igualdade de direitos e oportunidades para mulheres e homens e dismantelar estereótipos de género prejudiciais promove o bem-estar e a agência de

Figura 5.13 As normas sociais com preconceitos de género limitam a agência política das mulheres



Fonte: Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano com base em dados da wave 7 (2017-2022) do Inquérito Mundial de Valores (para enviesamentos nas normas sociais) e dados da União Interparlamentar (para a percentagem de assentos parlamentares ocupados por mulheres em 2021). Ver também PNUD (2023a).

todos, independentemente da identidade e expressão de género. A correção das normas sociais com preconceitos de género pode gerar resultados coletivos que vão além da melhoria direta das condições dos excluídos.⁵⁶ Por exemplo, os processos de paz que incluem explicitamente as mulheres não só defendem os direitos humanos das mulheres e reforçam a sua ação, como também são mais suscetíveis de gerarem acordos de paz abrangentes e duradouros.⁵⁷ Os laços estreitos entre as mulheres signatárias de acordos de paz e grupos da sociedade civil, movimentos de base e outras redes facilitam uma maior influência ascendente e a apropriação local dos acordos de paz e podem permitir a inclusão de disposições nos acordos que combatam as desigualdades e os desequilíbrios de poder⁵⁸— que se encontram frequentemente entre as causas profundas dos conflitos violentos.⁵⁹ Na medida em que as mulheres, ainda hoje, continuam em larga escala ausentes dos processos formais de paz,⁶⁰ promover a igualdade de género e a abertura de espaços para que mais mulheres participem nestes processos representam um enorme dividendo de paz potencial para as sociedades em geral.

Uma perspetiva de género pode ajudar a identificar oportunidades para promover a ação coletiva. Consideremos a prevenção e a resposta a pandemias, que exigem uma ação coletiva em larga escala: a aplicação de uma perspetiva de género implica o reconhecimento e a abordagem das diferenças de género no ónus mundial das doenças, bem como dos potenciais impactos das medidas de resposta em função do género. Por exemplo, embora os homens tivessem maiores probabilidades de morrer de Covid-19,⁶¹ as medidas de contenção da pandemia de Covid-19 afetaram, em muitos casos, mais duramente as mulheres, que sofreram geralmente maiores perdas de emprego e de rendimentos,⁶² aumento da violência doméstica⁶³ e declínios no bem-estar mental.⁶⁴

Embora as normas sociais sejam frequentemente contrastadas com as instituições formais e as leis, estão sempre a interagir com as instituições formais, por vezes de forma a apoiarem-se mutuamente e, noutros casos, em tensão. Reconhecer como as normas sociais podem estar a limitar a agência e identificar os mecanismos que podem desencadear

mudanças nas normas no sentido de uma agência mais reforçada, pode informar as opções para promover a ação coletiva. Como mostra o debate sobre as normas sociais de género, depositar todas as esperanças nas instituições formais pode ser ineficaz e até mesmo ter um efeito contrário se as normas sociais forem ignoradas.⁶⁵

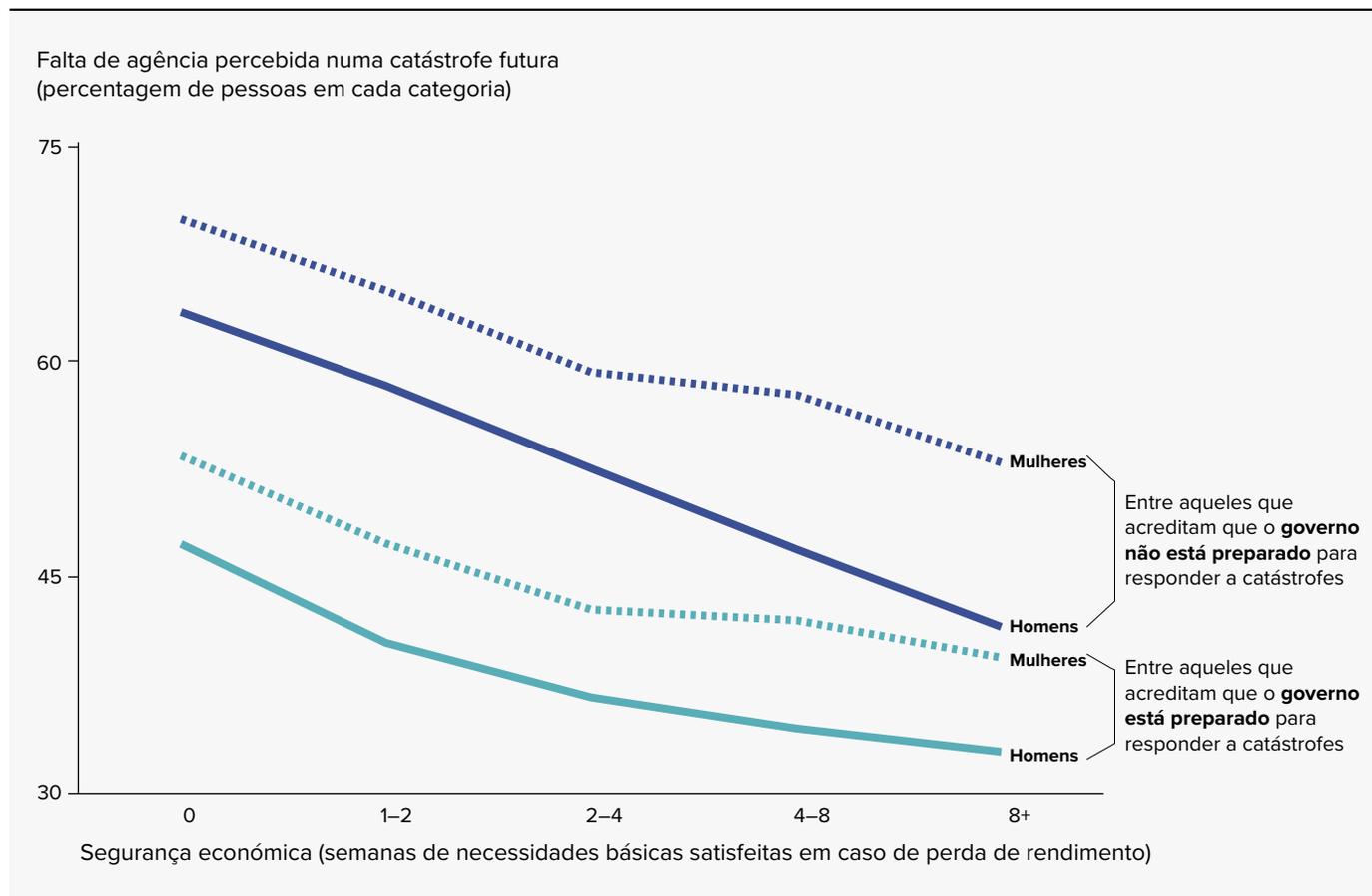
As mulheres também se sentem menos capazes do que os homens de se protegerem a si próprias ou às suas famílias face a uma futura catástrofe. Esta situação pode ser interpretada como outra falta de agência, que afeta 53 por cento das mulheres e 44 por cento dos homens a nível mundial.⁶⁶ Além de esta falta de agência ser maior para as mulheres do que para os homens, surgem novamente outros padrões identificados neste capítulo: quanto maior o nível de insegurança (económica, neste caso), maior a falta de agência, e a crença de que o governo não está preparado para dar resposta a catástrofes está associada a uma maior falta de agência

(figura 5.14). Isto aponta diretamente para formas de reduzir a falta de agência: eliminar a desigualdade de género, reforçar a preparação das instituições nacionais para responder a catástrofes e corrigir a insegurança. A discussão sobre catástrofes, especificamente, também é relevante à medida que nos adentramos no Antropoceno, dado que os processos de mudança planetária perigosa em curso são suscetíveis de tornar a preparação e a resposta a catástrofes ainda mais relevantes.⁶⁷

Instituições capazes de dar dimensão à ação coletiva: centradas nas pessoas, copropriedade e orientadas para o futuro

As instituições podem associar a agência à ação coletiva em escala. Com a remodelação da interdependência global, a redução da falta de agência seria uma forma de prosseguir uma ação coletiva reforçada. A redução dessa falta de agência implica a

Figura 5.14 As desigualdades de género na falta de agência para enfrentar futuras catástrofes são generalizadas



Nota: A percepção da falta de agência numa futura catástrofe é medida pelo facto de as pessoas não responderem afirmativamente à pergunta: “Conseguiria proteger-se a si ou à sua família numa futura catástrofe?” A preparação do governo é medida pela resposta à pergunta: “O governo nacional está bem preparado para lidar com uma catástrofe?” A segurança económica é avaliada pelo número de semanas em que um agregado familiar poderia cobrir as necessidades básicas em caso de perda de rendimento.

Fonte: Gabinete do Relatório sobre o Desenvolvimento Humano, com base em dados da Lloyd’s Register Foundation e Gallup (2022).

promoção da segurança humana, a correção das desigualdades, a promoção de normas sociais de cooperação e o alargamento e reforço dos espaços de deliberação.

“As instituições estariam mais bem preparadas para apoiar a ação coletiva em larga escala se estivessem centradas nas pessoas, assentas na copropriedade e estivessem orientadas para o futuro

Para tal, as instituições estariam mais bem preparadas para apoiar a ação coletiva em larga escala se fossem capazes de cumprir três funções essenciais: estar centradas nas pessoas, assentarem na copropriedade e orientadas para o futuro.

- Centrar-se nas pessoas significa colocar a melhoria do desenvolvimento humano (incluindo o bem-estar e a capacidade de ação) como o objetivo final, o que inclui também a promoção da segurança humana.
- Copropriedade diz respeito à distribuição equitativa, real e percebida, do poder de definir objetivos coletivos, das responsabilidades pela sua prossecução e dos resultados.
- A orientação para o futuro consiste não só em garantir que as gerações futuras tenham a capacidade de promover o seu desenvolvimento humano, mas também em criar mecanismos mais previsíveis que permitam às pessoas navegar num mundo incerto e volátil (destaque 5.2).⁶⁸

Estas funções correspondem ao enquadramento de “para lá do rendimento, para lá das médias, para lá do presente” apresentado no Relatório do Desenvolvimento Humano de 2019.⁶⁹

De modo a ilustrar o que a prossecução destas funções significaria na prática, o capítulo conclui com uma análise do que poderia faltar para apoiar a disponibilização de bens públicos mundiais – e uma perspetiva dos debates atuais e permanentes sobre a evolução das instituições multilaterais.

Construir uma arquitetura institucional para melhorar a disponibilização de bens públicos mundiais

A cooperação para o desenvolvimento assenta numa dicotomia entre os chamados países desenvolvidos e os países em desenvolvimento, refletindo a aspiração de reduzir a grande divergência que surgiu na sequência da Revolução Industrial e que tem enquadrado o pensamento e a prática do desenvolvimento desde meados do século XX.⁷⁰ O financiamento do desenvolvimento evoluiu para apoiar a convergência dos países em desenvolvimento, sendo o financiamento canalizado através de meios bilaterais e

multilaterais e compreendendo tanto capital como transferências dos países desenvolvidos ou garantidas por estes. O financiamento do desenvolvimento – como a ajuda pública ao desenvolvimento, incluindo o financiamento humanitário – continua a ser essencial e insuficiente. Mas é evidente, tal como expresso na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, que é necessário olhar para as aspirações universais que vão além desta dicotomia. Uma forma de dar expressão a essas aspirações é reconhecer a necessidade, num mundo interdependente, de melhorar a disponibilização de bens públicos mundiais. E isso implica a construção de uma arquitetura institucional para apoiar o esforço.

A disponibilização de bens públicos mundiais é coerente com as três funções institucionais propostas neste capítulo. A sua prossecução é centrada nas pessoas, tendo em conta as perdas em termos de desenvolvimento humano e a exacerbação das desigualdades associadas à sua oferta reduzida.

Dado que os bens públicos mundiais são não rivais e sem possibilidade de exclusão (nonexcludable) à escala mundial, as instituições destinadas a apoiar a sua disponibilização são coerentes com o facto de serem copropriedade. Os resultados são importantes, mas também o é o processo de disponibilização. E os bens públicos mundiais deixam legados para o futuro, como a erradicação da varíola, a atenuação das alterações climáticas e a introdução de uma nova tecnologia. Assim, o seu objetivo é muitas vezes intrinsecamente orientado para o futuro.

Para aprofundar a forma como as três funções integram com a disponibilização de bens públicos mundiais, considere-se como o reforço das capacidades dos diferentes países ou grupos para contribuir para os bens públicos mundiais é simultaneamente um resultado e um processo intrinsecamente importantes.

São importantes porque as perceções de justiça, ou a falta dela, podem impedir a disponibilização de bens públicos mundiais (capítulo 3).

Muitas vezes, a equidade e a expansão das capacidades funcionam em conjunto. De facto, uma forma de demonstrar que os esforços para melhorar a disponibilização de bens públicos mundiais podem também promover a equidade é mostrar que a transferência de recursos e tecnologias visando melhorar a disponibilização de bens públicos mundiais tem frequentemente benefícios nacionais e locais no país beneficiário.⁷¹ Por exemplo, a assistência internacional para financiar um projeto de energias renováveis num país de baixo rendimento com o objetivo de atenuar as alterações climáticas pode reduzir a poluição local e gerar emprego.⁷² Estes benefícios nacionais acessórios não só reforçam a equidade como também a eficiência, aumentando os benefícios agregados de uma melhor disponibilização

de bens públicos mundiais.⁷³ São, no entanto, normalmente negligenciados na definição de políticas associadas à disponibilização de bens públicos mundiais, como a atenuação das alterações climáticas,⁷⁴ em relação às quais o debate político coloca frequentemente a tónica nos custos de atenuação.⁷⁵

Simultaneamente, é importante reconhecer que as políticas de apoio nos países de rendimento alto que visam promover os bens públicos mundiais podem ter resultados benéficos a nível mundial. Em meados da década de 2000, tanto a Energiewende da Alemanha como a California Solar Initiative nos Estados Unidos proporcionaram benefícios generosos para as instalações solares com custos substanciais a curto prazo.⁷⁶ Estes subsídios levaram as empresas de todo o mundo, incluindo as que não pertencem a países de rendimento alto, a inovar mais, reduzindo os preços e aumentando a adoção de painéis solares noutros locais.⁷⁷ Além deste efeito de inovação induzido, os subsídios também permitiram reduções de custos através da aprendizagem pela prática e de economias de escala.⁷⁸ Embora a aprendizagem pela prática e as economias de escala possam, em grande medida, ser apropriadas pelas empresas,⁷⁹ os subsídios foram fundamentais porque (na ausência de preços do carbono que internalizem as externalidades das emissões de gases com efeito de estufa) estimularam a produção que, de outro modo, provavelmente não se teria verificado devido ao baixo preço dos combustíveis fósseis.⁸⁰ Estes exemplos ilustram como os subsídios às tecnologias num pequeno número de países de rendimento alto podem resultar em repercussões globais, abrangendo países de baixo e médio rendimento.

“A copropriedade pode aumentar consideravelmente a valorização social dos bens públicos mundiais, reconhecendo-os como realizações partilhadas a nível mundial

A copropriedade pode aumentar consideravelmente a valorização social dos bens públicos mundiais, reconhecendo-os como realizações partilhadas a nível mundial. O valor e a sustentabilidade dos bens públicos mundiais podem depender do seu impacto e dos mecanismos que promovem a participação do público na sua disponibilização. Se estes mecanismos forem de copropriedade, é mais provável que deem às pessoas a possibilidade de contribuírem para estas realizações e de as celebrarem. Como sublinha Martha Nussbaum, a sala social de deliberação deve ser não só um espaço seguro para as críticas e as vozes discordantes, mas também um terreno propício à devoção a ideias que incorporam um consenso sobreposto, que a prossecução da disponibilização de bens públicos mundiais pode ser mobilizada para concretizar (capítulos 4 e 6).⁸¹

O reconhecimento de que os bens públicos mundiais têm benefícios tanto a nível nacional como mundial tem implicações importantes para a conceção institucional, incluindo o apoio à cooperação internacional. Por exemplo, no caso da atenuação das alterações climáticas, o reconhecimento dos benefícios comuns dos bens públicos mundiais tende a reforçar o apoio interno à participação em acordos internacionais. Esta participação gera benefícios à escala mundial e nacional⁸² potenciando a probabilidade de formar uma coligação sólida para combater as alterações climáticas.⁸³ A prestação de apoio aos países em iniciativas de bens públicos mundiais de melhor resultado e de elo mais fraco relacionadas com a saúde, pode produzir benefícios nacionais e regionais substanciais.⁸⁴ Além disso, pode existir uma sinergia nos fluxos destinados a promover bens públicos locais ou nacionais que contribuem cumulativamente para um bem público mundial. Os esforços internacionais de apoio à biodiversidade nos países africanos, por exemplo, podem complementar as receitas do turismo. Ambos os fluxos de receitas apoiam os esforços locais de conservação, gerando benefícios para a biodiversidade a nível nacional e mundial.⁸⁵

O lado negativo dos benefícios conexos prende-se com o facto de no caso de um investimento nacional motivado exclusivamente por benefícios que se acumulam dentro das fronteiras, poder haver subinvestimento numa perspetiva global. Ao mesmo tempo, pode não ser razoável esperar que os países de rendimento baixo e médio, que são mais suscetíveis de ter recursos limitados do que os países de rendimento alto, incorram nos custos adicionais que podem ser necessários para que surjam benefícios globais. Numa perspetiva nacional, do ponto de vista económico, pode não ser viável para um país investir em energias renováveis. Assim, a comunidade internacional poderia fornecer o financiamento para o custo adicional que resulta na geração de benefícios globais. Esta é uma forma de interpretar os atuais mecanismos de financiamento que apoiam a disponibilização de bens públicos mundiais, como o Fundo para o Ambiente Mundial.⁸⁶ A lógica do financiamento deste custo adicional poderia ser alargada ao apoio a bens públicos mundiais além do ambiente, na maioria dos casos sob a forma de financiamento concessional (na íntegra).⁸⁷

Várias das oportunidades mais promissoras para os bens públicos mundiais poderão estar nos países de baixo e médio rendimento, onde alguns projetos de atenuação (com benefícios mundiais) poderão ser lucrativos a nível privado. Mas, mesmo nesses casos, os projetos raramente são executados, devido a desafios regulamentares, à falta de capital ou à volatilidade (real ou percebida).⁸⁸ Assim, os projetos com

externalidades positivas globais enfrentam a perspectiva de subinvestimento.

A orientação para o futuro implica uma reflexão sobre um financiamento que permita fazer face à volatilidade, o que pode atrair o financiamento privado e tornar as finanças públicas anticíclicas. De facto, num mundo volátil, os países estão sujeitos a choques que não são da sua responsabilidade, como catástrofes relacionadas com o clima, pandemias ou crises financeiras mundiais. Estes choques refletem frequentemente a insuficiência da oferta de bens públicos mundiais e deixam os países de baixo e médio rendimento a braços não só com os custos imediatos, mas também com o serviço da dívida contraída para financiar, por exemplo, infraestruturas que podem ter sido destruídas por um ciclone tropical. Como ilustra a experiência atual de elevados encargos com a dívida nos países de baixo rendimento na sequência da pandemia de Covid-19, não existe uma forma previsível de os países chegarem a um acordo coletivo sobre a forma de enfrentar o desafio.

“A orientação para o futuro implica uma reflexão sobre um financiamento que permita fazer face à volatilidade, o que pode atrair o financiamento privado e tornar as finanças públicas anticíclicas

Uma forma de adotar uma abordagem orientada para o futuro consiste em conceder financiamento através de instrumentos que incluam cláusulas de contingência estatal que suspendam ou adiem os pagamentos do serviço da dívida quando os países enfrentam choques resultantes das alterações climáticas ou de pandemias (destaque 5.3).⁸⁹ Tal aumentaria a capacidade dos países de baixo e médio rendimento contribuírem para a disponibilização de bens públicos mundiais, mesmo na sequência de crises externas – em benefício de todos. Estas medidas requerem coordenação (se estas opções de financiamento que contêm um elemento de seguro forem mais caras do que as opções “simples”) e uma maior capacidade de afetação de recursos que pode incluir uma grande parte de financiamento concessional.⁹⁰

Identificação de lacunas nas instituições multilaterais existentes

As instituições multilaterais apoiaram a cooperação internacional e promoveram o bem-estar de várias outras formas.⁹¹ Mas há um debate permanente sobre a necessidade de fazer evoluir estas instituições.⁹² Como podem ser concebidas para cumprir os três objetivos funcionais de serem centradas nas pessoas, de copropriedade e orientadas para o futuro?

Embora nominalmente centradas nas pessoas, as instituições multilaterais reconhecem frequentemente, de forma limitada ou parcial, a prossecução do desenvolvimento humano como um objetivo explícito. As instituições financeiras internacionais e partes do sistema das Nações Unidas continuam a investir recursos consideráveis na estimativa e projeção de indicadores associados ao desempenho económico. Este aspeto é muito importante e necessário, mas por vezes é utilizado e interpretado como definindo todas as perspectivas de desenvolvimento e aspirações das pessoas. Assim, a tónica colocada pelo Secretário-Geral das Nações Unidas em ir “Para lá do PIB” visa restabelecer o equilíbrio na forma como são avaliados os progressos e as políticas de desenvolvimento, para lá das médias a nível nacional.⁹³ Por exemplo, na perspectiva da pobreza multidimensional, quase dois terços das pessoas em situação de pobreza multidimensional aguda (730 milhões) vivem em países de rendimento médio.⁹⁴ Esta agenda oferece a perspectiva de reforçar a elaboração de políticas que permitam abordar a natureza multidimensional do desenvolvimento humano, tal como defendido nos relatórios do desenvolvimento humano ao longo dos anos.⁹⁵

As lacunas na copropriedade manifestam-se na continuação das disposições de governação através de regras escritas e não escritas que refletem um legado da distribuição de poder no rescaldo imediato da Segunda Guerra Mundial. Esta situação estende-se das instituições financeiras internacionais às Nações Unidas, apesar de várias propostas ao longo dos anos para corrigir a falta de mecanismos de governação representativos.⁹⁶

A copropriedade implica uma distribuição justa do ónus da ação do Estado, evitando as desigualdades resultantes da evasão e da fraude fiscais. Ao longo da última década, registaram-se progressos no controlo da evasão fiscal, principalmente através de uma maior informação e transparência em todo o mundo.⁹⁷ Além disso, tem havido uma cooperação alargada através do Quadro Inclusivo da Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económicos/Grupo dos 20 sobre a erosão da base tributável e a transferência de lucros, com a participação de 140 países e jurisdições. Uma recente reforma fiscal internacional altera as regras de jurisdição fiscal e impõe um imposto mínimo efetivo de 15 por cento sobre o rendimento das empresas a nível mundial, que se espera venha a arrecadar 150 a 200 mil milhões de dólares por ano.⁹⁸ Para facilitar a coordenação política sobre estas questões, a Assembleia Geral das Nações Unidas deu início ao processo de elaboração de uma Convenção-Quadro sobre Cooperação Fiscal Internacional.⁹⁹ As taxas mínimas globais de imposto não têm de ser muito elevadas para arrecadar montantes substanciais se forem bem aplicadas.¹⁰⁰ A aplicação é, em grande medida, uma escolha política e depende da coordenação

internacional. Por exemplo, a utilização de novas tecnologias e o avanço da regulamentação que permitiu a partilha automática de informações entre bancos e instituições financeiras ajudaram a acelerar o progresso contra a evasão fiscal.¹⁰¹

A confiança e as normas sociais também determinam o cumprimento das obrigações fiscais, e as políticas que visam estes aspetos podem complementar os incentivos e a aplicação da lei, tais como programas de educação e informação dos contribuintes e serviços públicos mais sólidos (ver destaque 4.4 no capítulo 4). Uma abordagem orientada para o futuro pode contribuir para um processo de reforma e de eficácia.

As Nações Unidas e as instituições financeiras internacionais foram criadas tendo em conta a necessidade de gerir a interdependência global (ver destaque 2.1 do capítulo 2), objetivos ainda hoje válidos. No entanto, há agora um maior reconhecimento dos desafios de um planeta que está a sofrer mudanças perigosas e da interdependência que está a ser remodelada à medida que adentramos no Antropoceno.¹⁰² Uma tónica explícita na disponibilização e financiamento de bens públicos mundiais poderia também reforçar a orientação das instituições multilaterais para o futuro, facilitando o incentivo ao investimento, aos seguros e à inovação.

Reforçar a coesão social para atenuar a insegurança humana: Promessa e perigo

Julia Leininger, Armin von Schiller e Charlotte Fiedler, *German Institute of Development and Sustainability*

Com o aumento da insegurança humana e da polarização, os decisores políticos passaram a centrar a sua atenção na capacidade de resistência das sociedades. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), por exemplo, salienta a solidariedade como um elemento essencial para enfrentar os desafios universais.¹ A “coesão social” destaca-se como uma palavra de ordem nestes debates e é frequentemente sugerida como uma cura para muitos problemas de desenvolvimento e para as consequências não intencionais dos esforços de desenvolvimento.

Em particular, a coesão social é elogiada pelo seu alegado papel na atenuação das tensões, na gestão dos choques e na viabilização da cooperação produtiva para o bem comum. Como tal, a coesão social, entendida como a cola que mantém as sociedades unidas, tem sido declarada nos debates políticos e académicos como uma condição prévia para o desenvolvimento sustentável e inclusivo. A sua promoção, mas também a sua proteção, são agora objetivos prioritários nos documentos políticos e na cooperação internacional. A pandemia de Covid-19 acelerou esta tendência.

Mas será a coesão social uma cura para a aparente dicotomia entre desenvolvimento humano e insegurança humana?² Numa altura em que muitos governos e organizações internacionais lançam ou intensificam campanhas para promover a coesão social nas sociedades – entre grupos ou entre cidadãos e instituições públicas – é altura de perguntar o que sabemos sobre a relevância da coesão social para apoiar o desenvolvimento humano e reduzir a insegurança humana. Além disso, quais são os pontos de alavancagem para a ação política e qual é a eficácia das medidas atualmente aplicadas?

Coesão social para o desenvolvimento humano

A coesão social não é uma panaceia, estando provada a sua importância para o desenvolvimento humano e, por conseguinte, para a segurança humana. Um dos valores mais importantes, mas pouco reconhecidos, da coesão social é o facto de ser a base para as sociedades chegarem a acordo sobre o que é um bem comum num determinado contexto e quem recebe uma parte dele.

Quando a polarização divide as sociedades, os grupos oponentes desenvolvem desacordos intransponíveis sobre questões problemáticas, como as medidas adequadas para a pandemia (por exemplo, vacinas contra a Covid-19) e sobre valores partilhados, como o direito à vida.

Os dados sobre os resultados do desenvolvimento indicam efeitos positivos da coesão social numa série de indicadores. De um modo geral, a coesão social está positivamente correlacionada com o desenvolvimento humano, medido pelo Índice de Desenvolvimento Humano, nos países membros da Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económicos³ e nos países asiáticos.⁴ No entanto, tais macroanálises também indicam que o desenvolvimento humano afeta mais a coesão social do que vice-versa. É interessante notar que o efeito da coesão social no desenvolvimento humano aumenta ainda mais quando mediado pela legitimidade do Estado.⁵ Isto sublinha que a coesão social é independente do nível de rendimento de um país.

Um dos mais ricos conjuntos de provas da relevância da coesão social para o desenvolvimento humano é a sua relação com a saúde. Dados relativos a 39 estados dos EUA indicam que a coesão social, medida como a confiança social e a participação em organizações voluntárias, promove a saúde mental e física, moderando mesmo o efeito da desigualdade de rendimentos no aumento da mortalidade.⁶ No entanto, a maioria dos estudos centra-se em elementos individuais da coesão social e na sua relação com a saúde. Por exemplo, a confiança social tem um impacto positivo na saúde, mas a intensidade do impacto varia consideravelmente com o desenvolvimento socioeconómico de um país: o impacto é muito mais forte nos países desenvolvidos do que nos países em desenvolvimento.⁷ Também relacionado com a coesão social, o desinvestimento no capital social está relacionado com taxas de mortalidade mais elevadas.⁸ A coesão social também é importante para uma tomada de decisão eficaz e para a solidariedade das pessoas.⁹ Este mecanismo é fundamental em tempos de crise: quando as sociedades são coesas, os governos podem assumir que as suas políticas gozam de confiança pública¹⁰ e que os indivíduos demonstram unidade uns com os outros quando enfrentam problemas coletivos.¹¹

A coesão social tem um efeito positivo direto no PIB, em especial nos países ocidentais e asiáticos.¹² Análises menos abrangentes da coesão social sugerem que esta tem um efeito positivo no PIB devido aos enormes custos económicos dos conflitos inter-raciais e das guerras ou porque facilita a emergência de melhores instituições, como um sistema judicial forte e a liberdade de expressão.¹³ No entanto, estas ideias baseiam-se em medidas mais amplas de coesão social que incluem indicadores como a fragmentação étnica. De um modo geral, existem muito poucos dados transnacionais sobre a relação entre a coesão social e o desenvolvimento económico.¹⁴

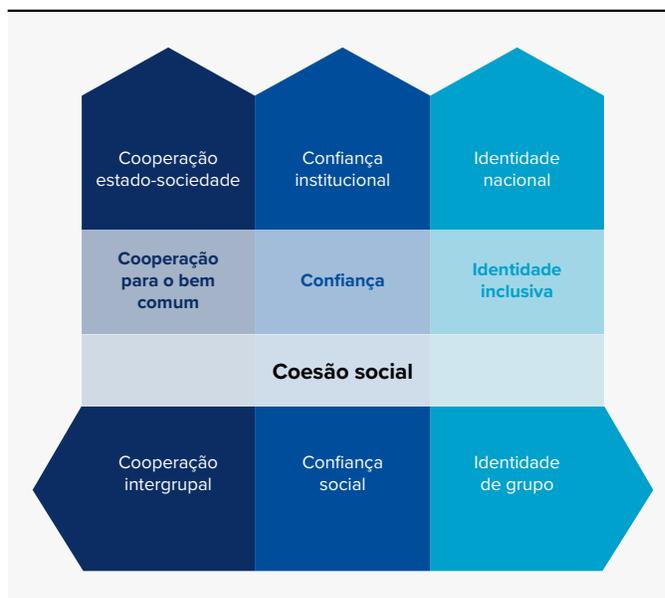
É de esperar que sociedades mais coesas – em especial sociedades em que os cidadãos confiam e estão dispostos a cooperar com as instituições do Estado – se encontrem em melhores condições de prestar mais eficazmente serviços básicos como a educação. No entanto, a maior parte das atenções tem sido dirigida para a direção oposta da relação: da educação para a coesão social. Em particular, a educação universal pode contribuir para a coesão social, reduzindo as desigualdades e criando “fortes laços sociais entre os diferentes grupos de uma sociedade”.¹⁵

Reforçar a coesão social para a cooperação

Até certo ponto, a importância do conceito de coesão social e a sua comprovada relevância para o desenvolvimento ocultam desafios conceptuais e empíricos. A coesão social é, para muitos, um conceito elusivo e, de facto, a forma como é definida, utilizada e medida varia muito entre aqueles que a utilizam. Por isso, é essencial especificar o que é a coesão social, para que esta possa ter um lugar de destaque no debate e na conceção das políticas. Em particular, a clareza conceptual é essencial para permitir o intercâmbio de estratégias para promover esta base fundamental do tecido social em todas as sociedades e agregar os conhecimentos existentes sobre a melhor forma de o fazer. Um conceito útil e utilizável de coesão social permite um intercâmbio global, estrutura o pensamento político e agrega os conhecimentos existentes.

O seguinte entendimento da coesão social baseia-se em denominadores comuns na investigação (figura S5.1.1). O ponto de partida é o consenso de que a coesão social é multidimensional. Além disso, precisamos de um conceito que atravessasse níveis e contextos e que seja, portanto, tão eficaz na caracterização de pequenas comunidades em todas as regiões como na caracterização de contextos transnacionais. Embora o conceito deva ser capaz de atravessar

Figura S5.1.1 Elementos de coesão social propostos



Fonte: Leininger e outros 2021.

todas as regiões do mundo, a sua medição pode variar consoante o contexto. De qualquer modo, uma medida agregada deste tipo não substitui uma análise das particularidades da coesão social em contextos específicos.

Além disso, é essencial manter o conceito “enxuto” se se pretende que seja instrumental na análise das relações com outros resultados do desenvolvimento, como o desenvolvimento humano ou a desigualdade. Com base neste raciocínio, propomos a seguinte definição:

“A coesão social refere-se às relações verticais e horizontais entre os membros da sociedade e o Estado que mantêm a sociedade unida. A coesão social caracteriza-se por um conjunto de atitudes e manifestações comportamentais que incluem a confiança, uma identidade inclusiva e a cooperação para o bem comum.”¹⁶

A confiança aparece frequentemente nas conceptualizações da coesão social. Utilizada aqui, inclui a confiança social e institucional e, dessa forma, capta tanto a dimensão horizontal como vertical da confiança.¹⁷ A identidade inclusiva reflete o facto de os indivíduos poderem sentir que pertencem a vários grupos e, por conseguinte, terem várias identidades (religião, etnia e género, por exemplo). Uma sociedade socialmente coesa implica que os indivíduos com identidades diferentes tolerem essas diferenças e possam coexistir pacificamente, de modo a que as identidades particulares não dominem a identidade

coletiva global. A cooperação para o bem comum significa que muitas pessoas e grupos cooperam em prol de interesses públicos que ultrapassam – e por vezes até entram em conflito – com os dos indivíduos envolvidos.

Embora haja um senso comum de que a coesão social é mais do que a soma das suas partes, os académicos estudam frequentemente as suas partes individualmente e os decisores políticos abordam partes distintas da mesma. Na maioria das vezes, a tónica é colocada na confiança. O conceito de coesão social proposto pelo Instituto Alemão de Desenvolvimento e Sustentabilidade¹⁸ permite a concentração em elementos particulares e identificar pontos fracos específicos em que se deve concentrar a atenção, mas, estruturalmente, exige que se conceptualizem estas análises no âmbito do conceito e do fenómeno mais amplos da coesão social. Nesta abordagem, a confiança é importante, mas é apenas uma parte do todo. É importante analisar os outros atributos, bem como as interações e sinergias entre eles. Mas, mais importante, para determinar o grau de coesão social de uma sociedade num determinado momento (medido) e a forma como a coesão social evolui ao longo do tempo, é necessário analisar todas as suas partes, compreendendo que nem todas as dimensões se desenvolverão em paralelo.

Por trás da luz brilhante há um lado negro da coesão social

É também necessário reconhecer que, apesar da sua relevância, a coesão social não adere necessariamente à afirmação simplista de que mais é sempre melhor. Saber como a coesão social interage a diferentes níveis, como é utilizada e como é construída é essencial para evitar que subgrupos altamente coesos instrumentalizem a coesão social como plataforma de exclusão. A coesão social não tem apenas um lado cor-de-rosa.

A coesão social como combustível para a polarização

A coesão social pode ser facilmente interpretada como um equalizador, forçando a homogeneidade das sociedades. Esta é uma questão particularmente importante no contexto da recente tendência mundial para a autocracia. As elites políticas nacionalistas têm vindo a utilizar estratégias de polarização para dividir as sociedades e aumentar o seu próprio poder. Estas tentativas – muitas vezes bem sucedidas – prosseguem uma retórica de “nós contra eles”, que define critérios para os “bons cidadãos” e os

distingue de outros grupos que estão “fora.” Embora este facto tenha criado grupos coesos, também fomentou divisões intransponíveis em relação a determinadas questões. O reforço da coesão social exige a compreensão de que o tecido social só é sustentável se tolerar as diferenças.

E isso leva-nos de volta à ideia de solidariedade apresentada no Relatório Especial de 2022 sobre a Segurança Humana do PNUD.¹⁹ Trata-se das nossas capacidades enquanto seres humanos que agem constantemente de forma coletiva a diferentes níveis para enfrentar em conjunto desafios comuns, como os efeitos das alterações climáticas ou as crises sanitárias.

O desrespeito pela escala e pelo espaço pode conduzir a efeitos indesejáveis

A coesão social sugere uma união social pacífica. Embora possa ser vista como uma função da paz, tem um significado autónomo importante. As distinções conceptuais são importantes porque têm implicações políticas críticas. Por exemplo, o reforço da coesão social nos grupos locais pode aumentar a sua união. Simultaneamente, a promoção de laços dentro de um determinado grupo pode ter efeitos contrários se a união dentro do grupo dificultar a resolução de conflitos entre esse grupo e outros.

Há riscos de reforçar a coesão social em nome da coesão sem identificar a base da identidade comum, da confiança e da cooperação, bem como os seus objetivos. A coesão social manifesta-se em diferentes níveis de interação (do local ao global) e em vários espaços (comunidades em diferentes locais ou espaços em linha). A ligação entre níveis e espaços é, portanto, fundamental para permitir que o lado positivo da coesão social brilhe.

Olhar para o lado positivo

Com as suas potencialidades e os seus riscos, a coesão social integra, corretamente, as agendas nacionais e internacionais. A atenção acrescida à coesão social surge numa altura em que a polarização a vem corroendo e a insegurança humana se intensificou em todas as partes do mundo. A recuperação e a reconstrução da coesão social são difíceis depois de esta ter sido danificada ou perdida. Neste sentido, não é diferente de outros tipos positivos de relações humanas: muitas vezes só nos apercebemos deles depois de terem sido substancialmente enfraquecidos.

Utilizar o conceito de coesão social para refletir cuidadosamente sobre a melhor forma de promover sociedades coesas e limitar a polarização é um bom ponto de partida para a cooperação

internacional e a elaboração de políticas numa altura de desafios crescentes. A coesão social é simultaneamente um objetivo explícito e uma condição prévia para uma cooperação eficaz a todos os níveis. Neste sentido, será sensato assegurar que os debates sejam conceptualmente sólidos e que o nosso conhecimento, ainda fragmentado, seja agregado de forma adequada e eficiente a fim de

permitir que os governos e as organizações internacionais se envolvam efetivamente neste tópico. A todos os níveis, enfrentamos problemas e crises que devem ser abordados, percorridos e resolvidos coletivamente. A coesão social aborda explicitamente esta dimensão coletiva que, até agora, tem sido muito subestimada.

NOTAS

1. PNUD 2022b.

2. PNUD 2022a, 2022b.

3. Dragolov e outros 2013.

4. Delhey e outros 2018.

5. Seyoum 2021.

6. Kawachi e Berkman 2001; Kawachi e outros 1997.

7. Hamamura, Li e Chan 2017.

8. Kawachi e Kennedy 1997.

9. Leininger e outros 2021.

10. Abrams e outros 2020; Wilkinson e outros 2017.

11. Green e Janmaat 2011.

12. Delhey e outros 2018.

13. Easterly, Ritzen e Woolcock 2006; Foa 2011.

14. Sommer 2019.

15. Uslaner 2019, p. 4.

16. Leininger e outros 2021, p. 3.

17. Mattes e Moreno 2018.

18. Leininger e outros 2021; Leininger e outros 2023.

19. PNUD 2022b.

Solidariedade e determinação criativa

Nicole Hassoun, *Binghamton University e Helsinki Collegium for Advanced Studies, University of Helsinki*

Como é que podemos dar resposta aos desafios dos nossos tempos? Este destaque defende que a solidariedade e a criatividade podem ajudar a ultrapassar as ameaças ao desenvolvimento humano associadas à má gestão da interdependência e à oferta reduzida de bens públicos mundiais.¹ A solidariedade é “uma promulgação simpática e imaginativa de medidas de colaboração para melhorar a nossa relação dada ou adquirida, de modo a que, em conjunto, nos sintamos suficientemente bem.”² Requer empatia com os outros e o reconhecimento das formas nas quais estamos interdependentes e relacionados.³ Muitas vezes, a solidariedade também requer uma determinação criativa: um compromisso fundamental para superarmos juntos uma aparente tragédia.⁴ Mais precisamente, a determinação criativa exige que questionemos, imaginemos e atuemos para promover o desenvolvimento humano, na medida do necessário, do possível e do admissível.

Consideremos, uma a uma, cada uma das componentes desta determinação. Em primeiro lugar, a determinação criativa exige que se questionem os limites da possibilidade de promover o desenvolvimento humano. Temos de questionar a afirmação de que não podemos promover o desenvolvimento humano, bem como as nossas convicções de fundo sobre o que podemos fazer. As questões que devemos levantar dependerão da natureza das afirmações – podemos questionar a sua fiabilidade, fonte ou implicações. Em segundo lugar, esta determinação requer a procura de formas criativas de promover o desenvolvimento humano, mesmo quando ainda não sabemos como o fazer. Não basta considerar as opções existentes; temos muitas vezes de colocar novas opções em cima da mesa.⁵ Finalmente, a determinação criativa exige que se atue em planos para promover o desenvolvimento humano, muitas vezes através de movimentos sociais ou ajudando a mudar políticas ou instituições.⁶ No mínimo, devemos esforçar-nos por promover o desenvolvimento humano desta forma, desde que isso não exija sacrificar nada mais significativo.

Solidariedade e determinação criativa podem ajudar a dar uma resposta adequada aos desafios coletivos em conjunto. Ao contrário do mero trabalho de equipa, a solidariedade liga aqueles que se encontram

em lados opostos do planeta, reconhecendo o facto de sermos todos vulneráveis e interdependentes, e envolve-nos na construção de relações valiosas que promovem o desenvolvimento.⁷ Ao contrário da mera perseverança, a determinação criativa ajuda as pessoas a pensar de forma inovadora e revela oportunidades para abordar alguns dos problemas mais difíceis e aparentemente trágicos dos nossos tempos. Ao contrário da mera resolução de problemas, a solidariedade e a determinação criativa exigem que coloquemos o nosso empenho e cooperação em ação para resolver problemas difíceis.⁸

Refletir sobre a forma como a solidariedade e a determinação criativa ajudaram as pessoas a enfrentar os principais desafios ao desenvolvimento humano no passado pode ajudar-nos a ultrapassar ameaças substanciais no futuro. Consideremos a campanha de erradicação da varíola (capítulo 3). A campanha foi criativa e resoluta. Quando as vacinas tradicionais não funcionaram, o programa global de erradicação da varíola tentou a vacinação em anel – administração de doses aos contactos próximos – o que acabou por ajudar a vencer a doença.⁹ O facto de a varíola ter sido erradicada a nível mundial durante a Guerra Fria mostra que a solidariedade e a determinação criativa podem estimular a cooperação internacional para ultrapassar algumas das maiores ameaças ao desenvolvimento humano, mesmo quando os países enfrentam interesses e recursos díspares.

Comparemos a luta global contra a varíola com a resposta internacional à pandemia de Covid-19 (capítulo 3). Quando a pandemia se alastrou pelo mundo, a Organização Mundial da Saúde (OMS) lançou um apelo solidário à ação para concretizar um acesso global equitativo às tecnologias de saúde Covid-19 através da partilha de conhecimentos, propriedade intelectual e dados.¹⁰ O Acelerador de Acesso às Ferramentas COVID-19 – uma plataforma de apoio internacional para combater a doença – ajudou a coordenar a resposta global. A plataforma apoiou o diagnóstico, as vacinas, as terapêuticas, o acesso equitativo e o desenvolvimento de sistemas de saúde básicos.¹¹ Embora o acesso equitativo universal às vacinas contra a COVID-19 (mais conhecido como COVAX) – ou o ramo da vacina da resposta global – tenha sido o mais bem financiado, faltou no seu objetivo de vacinar 20 por

cento do mundo até ao final de 2021.¹² O nacionalismo em matéria de vacinas nos países de rendimento alto e a negligência da equidade global em função dos lucros impediram este esforço.¹³

Ponderemos sobre a melhor forma de nos prepararmos e respondermos a futuras ameaças pandémicas com solidariedade e determinação criativa. Em primeiro lugar, a comunidade internacional deve unir-se e criar novos mecanismos de financiamento para as vacinas e outras contramedidas essenciais. Mas este financiamento deve ser condicionado à partilha pelas empresas dos conhecimentos, dados e direitos de propriedade intelectual necessários para produzir os produtos resultantes. Assim, quando a oferta é limitada, os fabricantes podem produzir as tecnologias a baixo custo e distribuí-las amplamente.¹⁴ Além disso, o financiamento deve estar ligado aos impactos na saúde das tecnologias resultantes. Embora haja um desenvolvimento considerável de novos medicamentos para doentes abastados, existem tratamentos inadequados para várias das piores causas de morte do mundo e, frequentemente, os pobres do mundo não conseguem aceder aos tratamentos que existem em tempo útil.¹⁵ O pagamento de contramedidas essenciais com base no impacto na saúde poderia incentivar o fornecimento de tecnologias com maior impacto. Os incentivos podem consistir em acordos prévio de aquisição para as empresas com capacidade de produção suficiente ou em fundos de prémios para as que não têm essa capacidade. Devem ser suficientes para cobrir os custos de investigação e desenvolvimento e garantir a todos um acesso equitativo aos produtos resultantes. Em segundo lugar, a comunidade internacional deve facilitar a aquisição transparente, responsável e coletiva e estabelecer preços diferenciados para as inovações resultantes, cobrando preços de mercado nos países ricos para recuperar os custos de investimento e subsidiando a distribuição nos países de baixo e médio rendimento.¹⁶

As aquisições coletivas e os preços diferenciados podem também ajudar-nos a adquirir os recursos necessários para aplicar outras medidas destinadas a garantir um acesso equitativo aos produtos resultantes. A comunidade internacional deve, por exemplo, investir na melhoria dos sistemas de fabrico, distribuição e saúde básica, incluindo a capacidade de monitorização e resposta, os profissionais de saúde e as atividades de transparência, comunicação e atividade de envolvimento da comunidade.¹⁷ Além disso, a comunidade internacional deve apoiar outras iniciativas

de transferência de tecnologia. Por exemplo, os países devem usar de flexibilidades no Acordo sobre os Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual relacionados com o Comércio e apoiar dispensas de patentes muito mais alargadas em futuras pandemias, se as empresas não estiverem dispostas a disponibilizar a todos, em condições razoáveis, as tecnologias essenciais existentes necessárias para combater estas ameaças.¹⁸

Há quem defenda que a solidariedade e a determinação criativa não podem ajudar a comunidade internacional a promover o desenvolvimento humano e que as propostas no sentido acima referido simplesmente não são viáveis, mas o que podemos alcançar em conjunto depende de nós.¹⁹ Devemos recusar aceitar a afirmação de que é impossível determinar a nossa sorte coletiva e promover o desenvolvimento humano para todos.²⁰

A solidariedade e a determinação criativa podem ajudar-nos a encontrar e a implementar respostas eficazes a uma variedade de ameaças que vão além das pandemias globais – incluindo as alterações climáticas, as crises financeiras e a guerra. Ademais, quando existem formas adequadas de responder às ameaças ao desenvolvimento humano, a solidariedade e a determinação criativa podem ajudar a comunidade internacional a cultivar a vontade política necessária para as implementar. Para combater ameaças existenciais como as alterações climáticas, não precisamos apenas de criar incentivos para fazer a transição para a energia verde, implementar melhores políticas de utilização dos solos e da água, etc..²¹ Precisamos de mecanismos que levem as pessoas a pensar de forma diferente em relação às suas obrigações morais.²² Se as pessoas pensarem que não têm de agir de forma ambientalmente sustentável porque a sua ação individual não fará diferença, a humanidade tem poucas esperanças de ultrapassar o tipo de problemas de ação coletiva que precisamos de ultrapassar para combater as alterações climáticas. Por isso, talvez tenhamos de concentrar os nossos esforços criativos em defender a ideia de que nos devemos considerar obrigados a promover o desenvolvimento humano para todos, sempre que, em conjunto, possamos conseguir alcançar mudanças positivas. A solidariedade e a determinação criativa podem dar-nos esperança e ajudar-nos a fazer progressos significativos no combate aos desafios globais comuns que temos de ultrapassar para prosperar num planeta em mudança.

NOTAS

O autor gostaria de agradecer a Mia Lövheim, Ben Nelson, Ralf Grahn, Anders Herlitz, Rick Furtak, Tony Reeves, Brandon Ruffin, Caesar Atuire e ao Global Health Impact Pandemic Health Equity Working Group pela discussão (<http://global-health-impact.org/pandemic>) e Milan Patel, Xiaoshun Li, Noa M Mizrachi, Elisabeth Van Tassell e à Global Health Impact Team pela assistência à investigação.

1. Ba e outros 2021, pp. 391-392.
2. Atuire e Hassoun 2023, p. 4.
3. Atuire e Hassoun 2023; Hassoun 2021c, 2022. Isto é compatível com a utilização de mecanismos de mercado para alcançar mudanças positivas, mas os esforços solidários podem também empregar outros métodos que exijam a alteração do funcionamento dos mercados. Para outras interpretações da solidariedade, ver Davies e Savulescu (2019) e Gould (2018).
4. Hassoun 2020.
5. As pessoas que não têm uma determinação criativa podem acreditar que o *status quo* é aceitável ou pensar que é impossível mudar. No entanto, existem provas psicológicas substanciais de que as pessoas não consideram alternativas suficientes na tomada de decisões e que, quando nos imaginamos a ser bem sucedidos nas tarefas, é mais provável que o façamos (Bearden, Murphy e Rapoport 2005; Braithwaite 2004; Snyder 1995, 2000). É importante não adotar uma visão demasiado estreita da viabilidade ou possibilidade, pressupondo prazos apertados ou restrições financeiras (Brennan e Pettit 2004; Goodin 1995). Muitas outras virtudes e capacidades são necessárias para a determinação criativa, e o seu cultivo pode exigir prática em condições favoráveis. Para uma discussão mais aprofundada ver Hassoun (2022) e Hassoun, Friedman e Cosler (2022).
6. Gould 2018; Hassoun 2020. A determinação criativa pode também ajudar-nos a garantir outros bens morais essenciais; para uma discussão mais aprofundada, ver Hassoun (2020) e Hassoun, Friedman e Cosler (2022).
7. Hassoun a publicar.
8. Hassoun 2022.
9. Hassoun 2020, 2022.
10. OMS 2021b.
11. OMS 2021a.
12. Berkley 2020.
13. Hassoun 2021a.
14. Atuire e Hassoun 2023; Basu, Gostin e Hassoun 2021; Conrad e Lutter 2019; Hassoun 2021b; Miller 2020; Saxena e outros 2022.
15. Hassoun 2020; Hassoun, Friedman e Cosler 2022.
16. Basu, Gostin e Hassoun 2021; Moon e outros 2011; Saxena e outros 2022. As empresas e as organizações internacionais utilizam por vezes preços diferenciados, mas neste caso a ideia é proporcionar aos países ricos e pobres o acesso a medicamentos a custos razoáveis para os seus contextos através de um mecanismo de aquisição global. Além disso, esta medida pode poupar dinheiro às empresas e aos países (uma vez que os preços dos produtos farmacêuticos, mesmo para o setor público, são complexos, com muitos intermediários).
17. Hassoun 2020, 2021b. Temos também de fazer muitas outras coisas para resolver os problemas dos nossos atuais planos de resposta global. Por exemplo, temos de abordar as determinantes estruturais e sociais da saúde para limitar a vulnerabilidade e assegurar uma proteção social adequada durante as pandemias (Basu, Gostin e Hassoun 2021; Saxena e outros 2022).
18. Basu, Gostin e Hassoun 2021; Saxena e outros 2022. Quaisquer outros dividendos em matéria de saúde que a comunidade internacional possa colher da cooperação para prevenir e combater as grandes pandemias poderão ser proveitosamente redirecionados para a promoção de outros aspetos do desenvolvimento humano. A nova contribuição da presente proposta consiste em combinar a dissociação com contratos coletivos, preços diferenciados e outras medidas para garantir o acesso a tecnologias essenciais durante as pandemias, a fim de assegurar a autossustentação do mecanismo.
19. McAdams e outros 2020; Moon, Alonso Ruiz e Vieira 2021. Com base nas recomendações gerais em matéria de resposta às ameaças para a saúde acima referidas, poderíamos seguir as sugestões da Carta Social Mundial no sentido de criar estruturas institucionais novas e inovadoras para enfrentar as principais ameaças globais; criar um fundo multilateral para apoiar essas estruturas; e intensificar os esforços para estabelecer objetivos e avaliar o desempenho no combate a essas ameaças.
20. A menos, claro, que isso seja impossível ou produza resultados piores. Estes limites fazem parte da definição da resolução criativa.
21. PNUD 2020a, 2020b.
22. Sen 2008.

O papel dos bancos multilaterais de desenvolvimento na disponibilização de bens públicos mundiais

José Antonio Ocampo e Karla Daniela González, *Universidade de Columbia*

Existe um amplo consenso entre as Nações Unidas e o Grupo dos 20 (G20), bem como na proposta de Roteiro para a Evolução do Banco Mundial, de que os bancos multilaterais de desenvolvimento devem conceder financiamento para apoiar a contribuição dos países em desenvolvimento para os bens públicos mundiais. Os bancos multilaterais de desenvolvimento aumentaram o seu financiamento para a atenuação e adaptação às alterações climáticas e, em menor medida, para o combate às pandemias e o apoio à biodiversidade. No entanto, os recursos disponibilizados são ainda muito reduzidos em relação às necessidades. Para melhorar esse financiamento, as instituições acima mencionadas partilham três recomendações.

- Aumentar o financiamento para apoiar a disponibilização de bens públicos mundiais pelos países em desenvolvimento.
- Incluir cláusulas condicionais para responder à vulnerabilidade dos países associados a questões climáticas e sanitárias e para gerir os efeitos das crises económicas internacionais nesses países. Estas cláusulas deveriam permitir a suspensão do serviço da dívida com estas instituições e até, eventualmente, uma redução dos passivos associados.
- Trabalhar mais estreitamente com o setor privado para apoiar a sua contribuição para os bens públicos mundiais.

Um tema essencial de todas estas propostas é a necessidade de canalizar créditos concessionais ou donativos através de bancos multilaterais de desenvolvimento. Além disso, estes benefícios devem também favorecer os países de rendimento médio e criar mecanismos que permitam subsídios parciais para créditos ao setor privado, a fim de alavancar o seu investimento na disponibilização de bens públicos. Para que tal seja possível, a ajuda pública ao desenvolvimento deve ser consideravelmente aumentada, o que constitui um desafio importante tendo em conta os fundos limitados atualmente disponíveis. Além dos recursos concessionais, as propostas preveem empréstimos a prazo mais longo (30 a 50 anos) dos bancos multilaterais de desenvolvimento, com períodos de carência mais longos e taxas de juro mais baixas. Para gerir a volatilidade das taxas de câmbio, os bancos multilaterais de desenvolvimento devem conceder mais empréstimos nas moedas nacionais dos

países mutuários, com base nos recursos que obtêm, com a distribuição de obrigações nessas moedas, o que também apoiaria o desenvolvimento dos mercados de capitais nacionais.

Várias outras propostas em matéria de gestão financeira reforçariam a relação entre o financiamento dos bancos multilaterais de desenvolvimento e o seu capital, mantendo ao mesmo tempo as normas que permitem a estas instituições manter uma elevada qualidade de investimento nos mercados obrigacionistas. São necessários mecanismos financeiros inovadores para mobilizar o investimento privado, incluindo garantias e parcerias público-privadas.

Para aumentar os recursos disponíveis, os Direitos de Saque Especiais (DSE) emitidos pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) que não foram utilizados pelos países desenvolvidos poderiam ser canalizados através dos bancos multilaterais de desenvolvimento, que já estão autorizados a deter esses ativos. Para tal, será necessário desenvolver um novo instrumento que preserve o papel dos DSE como ativos de reserva, com base na experiência dos fundos do FMI que já desenvolveram tais mecanismos.

Um desses fundos é o Fundo de Resiliência e Sustentabilidade, que funciona como um fundo de empréstimos. Aproximadamente três quartos dos países membros do FMI – todos os países de baixo rendimento, os pequenos Estados em desenvolvimento e vulneráveis e os países de rendimento médio-baixo – são elegíveis para financiamento ampliado a preços acessíveis a partir do fundo.¹ Está estrategicamente orientado para dar resposta a desafios estruturais prolongados, nomeadamente os relacionados com as alterações climáticas e a preparação para pandemias. Desde que se tornou operacional, em outubro de 2022, aprovou 11 acordos através do seu Mecanismo de Resiliência e Sustentabilidade.

Para que os bancos multilaterais de desenvolvimento possam desempenhar todas estas funções, bem como as suas funções tradicionais, o elemento mais importante é a sua capitalização. As capitalizações do Banco Mundial em 2018 e de todos os bancos multilaterais de desenvolvimento após a crise financeira mundial do período de 2007-2008 responderam a esta necessidade. Uma fonte de incerteza, no entanto, é saber se alguns dos principais acionistas estão

dispostos a capitalizar novamente o Banco Mundial e os bancos regionais.

As propostas diferem consideravelmente no que respeita à magnitude das capitalizações exigidas. Os peritos independentes organizados pelo G20 propuseram aumentar o financiamento anual destas instituições para 500 mil milhões de dólares até 2030, um terço dos quais em ajuda pública ao desenvolvimento ou créditos concessionais e o restante em créditos não concessionais.² Tendo em conta o montante das aprovações bancárias dos bancos multilaterais de desenvolvimento aos países em desenvolvimento, isto significa aproximadamente triplicar o valor dos seus empréstimos. As estimativas da ONU sobre o estímulo necessário para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são muito mais ambiciosas. Em fevereiro de 2023, o Secretário-Geral das Nações Unidas salientou que a relação entre o financiamento dos bancos multilaterais de desenvolvimento e a dimensão da economia mundial foi substancialmente reduzida nas décadas de 1960 e 1970, em particular no caso do Banco Internacional de Reconstrução e

Desenvolvimento do Grupo do Banco Mundial.³ Por esta razão, as Nações Unidas sugeriram que um regresso aos níveis de 1960 implicaria um aumento da capitalização para o triplo, permitindo um aumento dos empréstimos de quase 2 biliões de dólares, um montante mais próximo do défice de financiamento dos ODS.

Por último, é importante que os bancos multilaterais de desenvolvimento constituam uma rede de serviços. No caso do Banco Mundial, isto inclui a participação em projetos regionais juntamente com parceiros regionais.⁴ A isto acresce a necessidade de todos os bancos multilaterais de desenvolvimento trabalharem com bancos nacionais de desenvolvimento e outras instituições públicas.⁵ Os bancos de desenvolvimento públicos financiam entre 10 a 12 por cento do investimento a nível mundial.⁶ embora com diferenças consideráveis entre os países. Esta colaboração permitiria aos bancos nacionais tornarem-se executores de programas de bens públicos mundiais, bem como canais de informação sobre as necessidades de financiamento conexas dos seus países.

NOTAS

1. FMI 2023.

2. G20 2023a.

3. ONU 2023a.

4. Banco Mundial, 2023.

5. Griffith-Jones e Ocampo 2018.

6. ONU 2023a.

CAPÍTULO

6

Pôr fim ao impasse para reforçar a ação coletiva

Pôr fim ao impasse para reforçar a ação coletiva

A polarização divide as sociedades em campos beligerantes e opostos, envenenando a cooperação nacional e internacional.

Afastar-se do pensamento de soma zero, fornecendo bens públicos mundiais, pode facilitar indiretamente a polarização.

A abordagem das percepções erradas sobre questões e outros grupos pode permitir ultrapassar as divisões e reduzir as percepções de insegurança, atenuando assim diretamente a polarização.

A ação coletiva que transcende as fronteiras dos grupos – não dentro dos grupos, como as definidas pelas fronteiras nacionais, mas entre grupos – é fundamental para gerir a interdependência, nomeadamente através da disponibilização de bens públicos mundiais.¹ A ação coletiva é muitas vezes particularmente difícil quando é necessária cooperação.²

Este capítulo analisa a forma como um maior polarização política dentro dos países impede a cooperação transnacional para melhorar a disponibilização de bens públicos mundiais.³ Em primeiro lugar, analisa a forma como a identificação de um grupo restrito pode conduzir à polarização política, reduzindo o espaço para atuar em conjunto face a desafios coletivos. Em seguida, demonstra como a polarização política impede a emergência de narrativas, crenças e objetivos comuns, diminuindo as perspetivas de ação coletiva. Por fim, defende que a polarização é ultrapassável e descreve caminhos para pôr fim ao impasse.

Como surge a polarização política?

A ação coletiva é influenciada por contextos sociais – através de crenças comuns, valores, normas sociais, visões do mundo, narrativas e a forma como os agentes se veem a si próprios e aos outros.⁴ As identidades comuns reforçam os laços sociais que podem produzir muitos benefícios para o bem-estar das pessoas e resultados sociais positivos no seio dos grupos.⁵ A identificação com grupos sociais é por vezes apoiada pela associação com noções abstratas, como fazer parte de uma nação.⁶ O provincialismo nacional – forte cooperação dentro dos países – é omnipresente.⁷ Contudo os bens públicos mundiais requerem uma ação coletiva transnacional que transcenda as fronteiras nacionais (capítulo 3).⁸

A identificação com uma comunidade global mais alargada facilitaria a contribuição para os bens públicos mundiais.⁹ Em todas as sociedades, muitas pessoas têm tendência a preocupar-se com os outros para lá das fronteiras.¹⁰ A interdependência está ligada ao facto de as pessoas adotarem uma visão mais cosmopolita do mundo, diminuindo a distância social que sentem em relação a outras pessoas geograficamente distantes.¹¹ Por exemplo, à medida que são expostas a uma maior diversidade, os estereótipos diminuem e levam-nas a perceberem os diferentes grupos sociais como mais semelhantes.¹² Embora se assuma por vezes que as atitudes cosmopolitas são sobretudo apanágio das elites, são comuns a toda a população.¹³ Contudo, as barreiras à emergência e consolidação de crenças e atitudes que apoiam a cooperação internacional estão a surgir como resultado da polarização política de cada país, que é particularmente prejudicial quando

assume a forma de polarização afetiva, uma vez que as pessoas favorecem ainda mais o seu grupo e menos os outros grupos.

“as barreiras à emergência e consolidação de crenças e atitudes que apoiam a cooperação internacional estão a surgir como resultado da polarização política de cada país, que é particularmente prejudicial quando assume a forma de polarização afetiva

Para se perceber como, repare-se que a ação coletiva é influenciada pela forma como as pessoas raciocinam sobre as questões sociais – e as crenças, narrativas, atitudes e pontos de vista que trazem para o raciocínio público. E uma vez que muitos dos desafios mais prementes têm de abordar as prioridades de vários grupos diferentes ao mesmo tempo, as pessoas têm de transcender as fronteiras dos grupos e considerar de forma equitativa as necessidades e prioridades dos outros. Para melhorar a ação coletiva entre esta diversidade de prioridades e crenças, a abordagem do desenvolvimento humano realça a centralidade do raciocínio e da deliberação públicos (caixa 6.1).¹⁴

Uma forte identificação com o grupo pode prejudicar a cooperação intergrupala, sobretudo quando a adoção de normas e valores de um grupo interno assenta num forte sentido de identidade.¹⁵ A afiliação num grupo também tem consequências na forma como as pessoas formam e mantêm as suas crenças. O favoritismo intergrupala (ver o próprio grupo de forma positiva) foi descrito como uma das poucas crenças fundamentais que constituem a base para uma série de outros enviesamentos comportamentais e informativos.¹⁶ Quando as pessoas se identificam fortemente com um determinado grupo, podem ser mais recetivas a informações que se alinham com as crenças do grupo e rejeitar informações que as contradizem, adotando assim um raciocínio baseado na identidade.¹⁷

Algumas formas de afiliação baseada na identidade num grupo interno podem conduzir a uma polarização política afetiva: sentir-se positivo em relação ao próprio grupo e negativo em relação a outros grupos.¹⁸ A identidade social pode ser um poderoso impulsor de um comportamento cooperativo positivo no seio do grupo.¹⁹ Contudo, também pode prejudicar a cooperação intergrupala quando assenta nos fortes laços que as pessoas desenvolvem em relação ao seu grupo social, assumindo uma forma de polarização que instila uma aversão e hostilidade acrescidas em relação a grupos externos. Nesse caso, pode ser pernicioso,²⁰ como, por exemplo, o enfraquecimento do apoio às normas e práticas democráticas.²¹ A identidade social também pode subverter as preferências sociais.²² Ao explorar a raiva e os enviesamentos que resultam de fortes

Caixa 6.1 Raciocínio e deliberação públicos para o desenvolvimento humano

O desenvolvimento humano dá ênfase aos valores, crenças e aspirações das pessoas quando se trata de determinar as ações que as sociedades podem empreender para moldar o nosso futuro comum.¹ Chama ainda a atenção para os processos de escolha social e deliberação e para a importância crucial do raciocínio público para a promoção de resultados justos. A capacidade das pessoas para se envolverem em qualquer processo de ação coletiva depende tanto da sua agência individual como da disponibilidade de vias práticas para influenciar políticas e decisões.

A agência é, por sua vez, reforçada por processos mais amplos de deliberação pública, que permitem às pessoas recolher informações, trocar ideias, considerar diversas perspetivas e resolver desacordos. Os processos de raciocínio público baseiam-se numa vasta gama de valores e motivações. Por exemplo, as pessoas podem ter diferentes motivos para apoiar políticas ecológicas – desde a melhoria das condições nos seus próprios bairros até ao desejo de um mundo melhor para as gerações futuras. Recorrer a diferentes posições pode ajudar a alargar o terreno comum e o apoio social às políticas ecológicas.² Além de defender uma pluralidade de opiniões e crenças, o raciocínio público pode garantir que as decisões coletivas sejam encaradas como justas, envolvendo um vasto leque de interesses e percecionadas como justificáveis aos olhos dos outros, incluindo os que têm opiniões diferentes. Permite também aperfeiçoar continuamente as políticas à luz da mudança de valores, de novas informações e da evolução da sociedade, assegurando, dessa forma, que as preocupações com a justiça permanecem pertinentes.

A eficácia dos procedimentos de escolha social é assim fortemente reforçada por contextos sociais que promovem o raciocínio público, com ênfase na agência e na participação. Muitas destas características dos procedimentos de escolha social estão em consonância com as normas e as práticas democráticas, como o pluralismo e a responsabilidade. A confiança também desempenha um papel importante neste processo. Além de facilitar as atividades mais básicas da vida social, a confiança generalizada contribui para aspetos da prática política democrática, como a tolerância das diferenças. A confiança generalizada contribui, igualmente, para o desenvolvimento de redes sociais sobrepostas e para formas de associação nas quais as pessoas se podem reunir, participar nas suas comunidades e envolver-se na vida cívica.³ Em contrapartida, a confiança apenas nas pessoas do próprio grupo social e noutras pessoas conhecidas indica um raio de confiança mais baixo, com uma margem potencialmente reduzida para cooperar com desconhecidos.⁴

Para a ação coletiva, os processos de escolha social permitem que as pessoas sejam motivadas por mais do que os seus próprios interesses egoístas (conforme de discute no capítulo 4). De facto, um dos maiores desafios à ação coletiva entre grupos diversos é ultrapassar a parcialidade das pessoas em relação aos seus próprios grupos e a quaisquer interesses instalados ligados a esses grupos. A necessidade de ultrapassar este provincianismo reforça ainda mais os processos de raciocínio público. Submeter os pontos de vista aos olhos de outras pessoas além do nosso próprio grupo pode ajudar a ultrapassar potenciais pontos cegos e enviesamentos quando as decisões são justificadas apenas pelas prioridades do nosso próprio grupo. Tal inclui submeter as crenças e o raciocínio a um espectador imparcial, alguém cujos interesses não são diretamente favorecidos pelo que acontece a um determinado grupo.⁵ Considere-se como as posições injustas – como a intolerância religiosa ou a discriminação com base no género – podem passar despercebidas se não forem sujeitas a um exame crítico. O exercício do raciocínio público – justificando posições aos olhos de um espectador imparcial – pode ajudar a limitar a influência desse provincianismo e a reduzir a possibilidade de interesses particulares de alguns grupos dominarem os procedimentos de escolha social.

Em suma, os procedimentos de escolha social que permitem uma diversidade de perspetivas, recorrem à agência e atenuam a influência dos enviesamentos de grupo podem melhorar a ação coletiva de muitas formas. Alargam as possibilidades de atuação conjunta, recorrendo a um consenso mais alargado do que apenas o acordo no seio do grupo. Abrem também a possibilidade de recorrer a um vasto leque de valores e ações que vão muito além do que é sugerido pelo modelo de comportamento humano exclusivamente motivado pelo interesse próprio.

Notas

1. A descrição e o valor do raciocínio e deliberação públicos baseiam-se em Sen (2009b). **2.** Fazendo eco dos argumentos apresentados em Oreskes (2019). **3.** Uslaner 1999. **4.** Enke 2023b. **5.** Esta é uma expressão que Sen (2009b) toma emprestada de Adam Smith. Ao contrário de Rawls (1993), Sen (2009b) defende que a possibilidade de ter espectadores imparciais fora de cada país poderia quebrar o espírito provinciano.

identidades partidárias, fomenta a animosidade entre grupos, mesmo que as suas posições sobre as questões

não sejam assim tão divergentes.²³ A sinalização estratégica da identidade pode dar azo a comportamentos

motivados pela pertença ao grupo e não pelo interesse próprio.²⁴ Intensifica as clivagens sociais e aumenta a divisão na vida política e pública.²⁵ Na esfera política, pode conduzir ao aparecimento de blocos políticos aparentemente inamovíveis e mutuamente desconfiados, transformando as diferenças políticas em batalhas fraturantes de soma zero entre nós e eles, com todas as consequências negativas descritas no capítulo 4.

A polarização afetiva está generalizada e a aumentar em todo o mundo.²⁶ Está a afetar as políticas nacionais e internacionais que moldarão a forma como os desafios globais comuns serão abordados nas próximas décadas.²⁷ Uma vez que a polarização se traduz frequentemente em intolerância e aversão ao compromisso e à negociação, pode conduzir ao impasse político e a disfunções. Isto acontece, em parte, através do desgaste da confiança entre as comunidades, dificultando os esforços empreendidos para enfrentar desafios coletivos importantes, como as crises sanitárias, os conflitos violentos e as alterações climáticas. Na medida em que muitas destas questões geram crenças opostas e uma intensa competição política, a polarização coloca um grande obstáculo societal à resolução de problemas comuns.²⁸

A polarização política põe em risco a cooperação

A diversidade de preferências e a consideração de um leque diversificado de perspectivas e prioridades podem enriquecer a tomada de decisões e a ação coletiva – é o agrupamento e a segregação das preferências em grupos opostos que podem prejudicar a ação coletiva.²⁹ De facto, as instituições políticas foram concebidas para aproveitar a diversidade, e mesmo a rivalidade, para servir democraticamente o interesse público. Por exemplo, os argumentos invocados por James Madison na elaboração da Constituição dos EUA não pressupunham a ausência de interesses concorrentes. Procuraram, através de instituições de autoridade fragmentadas e sobrepostas, aproveitar essa diversidade para criar salvaguardas e adaptabilidade a um ambiente em constante mudança. Se a polarização política ameaçar essa diversidade, a própria eficácia dessas conceções institucionais pode ser colocada em causa.³⁰

“A diversidade de preferências e a consideração de um leque diversificado de perspectivas e prioridades podem enriquecer a tomada de decisões e a ação coletiva – é o agrupamento e a segregação das preferências em grupos opostos que podem prejudicar a ação coletiva

A polarização política vai além das diferenças de pontos de vista entre vários grupos sociais. Transforma as crenças e preferências das pessoas em diferenças

definidas por uma identidade de grupo única e saliente, associada à animosidade para com aqueles que têm pontos de vista e prioridades diferentes. Pode ter consequências sociais e políticas dramáticas nas sociedades (destaque 6.1). Esta secção explora a forma como a polarização impede as perspectivas de cooperação intergruppal.

Crenças associadas a identidades únicas ou limitadas

Em muitos países, a polarização assemelha-se às campanhas políticas que aumentam a importância de identidades de grupo estreitas e excludentes.³¹ O partidarismo é muitas vezes uma linha divisória fundamental para a polarização: é bastante estável e é regularmente incitado através de campanhas políticas frequentes.³² Mas outras identidades sociais podem também tornar-se politicamente salientes, como a raça, a nacionalidade, a etnia e a religião. Em muitas partes do mundo, a polarização ocorre em torno de clivagens que são enquadradas como conflitos de identidade, conduzindo a clivagens políticas de longa data.³³ A polarização ocorre frequentemente quando essas identidades se tornam politicamente salientes, uma vez que outros laços transversais entre grupos diminuam.³⁴

A polarização também pode surgir entre grupos com crenças políticas, opiniões e visões do mundo concorrentes, onde ter uma determinada opinião constitui a base da identidade social.³⁵ O referendo do Brexit deu origem a novas identidades sociais – o lado “Leaver” (sair) e o lado “Remainer” (ficar) – que estiveram na base de uma polarização afetiva acentuada entre esses dois grupos.³⁶ Nos Estados Unidos e noutros países, a autoidentificação das pessoas com o seu estatuto de vacinado durante a pandemia de Covid-19 foi evidente na animosidade entre grupos vacinados e não vacinados e nas respostas sociais polarizadas às políticas de vacinação obrigatória.³⁷

A retórica polarizada tem sido descrita como uma estratégia para identificar alguém ou alguma coisa a quem atribuir a culpa pelas preocupações e inseguranças de um grupo.³⁸ As ansiedades económicas, políticas ou culturais são terreno fértil para a polarização. A diminuição das oportunidades económicas e o aumento das desigualdades (reais ou percebidas) podem fomentar a polarização política, levando as pessoas a uma maior integração nos seus grupos internos.³⁹ E os aspetos culturais podem tornar-se mais salientes à medida que o bem-estar melhora.⁴⁰ Além disso, a polarização afetiva tem o potencial de aumentar as desigualdades económicas.⁴¹ As inseguranças podem tornar as pessoas mais recetivas a mensagens polarizadoras – tais como narrativas que se baseiam na perda percebida de estatuto de um grupo dominante ou em

debates controversos enquadrados como questões morais em que as pessoas são suscetíveis de resistir a compromissos (como pode ser observado nos debates em matéria de género).⁴² O Relatório do Desenvolvimento Humano de 2021/2022 mostrou que a polarização e a insegurança estão intimamente ligadas: as pessoas que se sentem inseguras têm mais propensão a ter preferências políticas extremas e são menos suscetíveis de confiar nos outros.⁴³

Assim, o que importa não é a presença de diferenças ou desacordos no grupo – é o facto de todas as diferenças serem reduzidas a questões de uma identidade estreita ou única. A polarização ocorre quando as crenças, atitudes e visões do mundo das pessoas estão intimamente ligadas aos grupos com os quais se identificam, associado a um forte enviesamento e lealdade em relação ao grupo, juntamente com antipatia e preconceito em relação a outros grupos. Conforme discutido adiante, diminui as possibilidades de atuação conjunta e presta-se a narrativas que rejeitam o pluralismo.

Nós contra eles – a mistura tóxica do pensamento de soma zero

A polarização está associada ao facto de as pessoas perceberem as suas diferenças como de soma zero, o que as torna menos propensas a procurar ações conjuntas e a identificar objetivos comuns. As crenças de soma zero (ver capítulo 4) tornam as pessoas nas sociedades polarizadas menos propensas a confiar ou associar-se a indivíduos de um quadrante político ou ideológico oposto⁴⁴ e mais propensas a procurar uma distância social e moral em relação aos grupos externos e a caracterizar os seus adversários políticos em termos desumanos ou depreciativos.⁴⁵

“A polarização, moldada por crenças de soma zero, pode alterar o funcionamento das instituições políticas, conduzindo a impasses e disfunções

Ao reduzir questões políticas de grande alcance a questões de nós contra eles, em que um grupo só pode ganhar se os outros perderem, a polarização pode fomentar a resistência a ações consideradas como refletindo os valores e as prioridades de grupos externos. Considerando que a polarização deslegitima as narrativas unificadoras ou moderadas, os grupos que procuram um terreno comum e a colaboração num contexto moldado por crenças de soma zero podem perder credibilidade e apoio público. Esta situação pode diminuir a confiança noutras instituições sociais, como os meios de comunicação social e as organizações da sociedade civil, que passam a ser vistas como tendenciosas e pouco fiáveis (destaque 6.1).

A polarização, moldada por crenças de soma zero, também pode alterar o funcionamento das instituições políticas, conduzindo a impasses e disfunções. E porque é frequentemente utilizada como estratégia política, pode criar condições para um ciclo vicioso: a retórica polarizadora e a mobilização de um partido levam os grupos adversários a adotar também mensagens polarizadoras.⁴⁶ Quando as pessoas veem os seus oponentes políticos não apenas como pessoas com opiniões diferentes, mas como inimigos que ganham à sua custa, tendem a adotar uma mentalidade de conflito, vendo os seus próprios objetivos como apenas alcançáveis através da exclusão de membros do grupo exterior – e investindo mais em enfrentar esta ameaça percebida do que em reconciliar-se ou cooperar com os seus oponentes.⁴⁷ Os grupos opostos inclinam-se então para crenças e preferências mais extremas, o que culmina numa maior tolerância em relação a comportamentos que desrespeitam as normas e práticas democráticas.⁴⁸ Assim, a perceção de que as disputas políticas são batalhas de soma zero pode levar os grupos polarizados a estarem mais dispostos a aceitar medidas extraordinárias.

Por conseguinte, a polarização associada a crenças de soma zero contribuiu para o recente apoio ao populismo e para as ameaças às normas e práticas democráticas,⁴⁹ exacerbando por vezes o apoio ao autoritarismo.⁵⁰ De facto, o aumento do apoio ao autoritarismo está também correlacionado com o aumento da polarização,⁵¹ criando cinismo em relação ao compromisso e à tolerância, que são especialmente importantes para os processos democráticos.⁵² O compromisso torna-se uma traição aos princípios e não uma parte necessária do processo democrático.

Ameaças à cooperação internacional

O aumento da polarização política e das crenças de soma zero tornam a cooperação internacional mais politizada e contestada na política interna, inflamando as crenças e as narrativas sobre as instituições internacionais.⁵³ O partidarismo e a afiliação em grupos determinam frequentemente as preferências das pessoas sobre se os líderes devem empenhar-se na cooperação internacional e em que medida.⁵⁴ Assim, a polarização também pode contribuir para a instabilidade política, quando as mudanças no poder político são acompanhadas por alterações políticas dramáticas, incluindo em questões de cooperação e compromisso internacional, com uma relação direta com as perspetivas de disponibilização de bens públicos mundiais.

O impacto da polarização política na cooperação internacional manifesta-se, em parte, através da redução do apoio à ajuda pública ao desenvolvimento

nos países de rendimento elevado mais polarizados.⁵⁵ Manifesta-se também na redução do apoio interno a bens públicos mundiais, como a atenuação das alterações climáticas.⁵⁶ O ceticismo em relação à cooperação internacional não é algo de novo.⁵⁷ No entanto, reconhece-se cada vez mais que a falta de apoio interno à cooperação internacional está associado ao aumento da polarização política.⁵⁸ Entre 1970 e 2019, foram realizados 84 referendos em matéria de cooperação internacional (como a adesão a organizações internacionais), com um aumento nas décadas recentes.⁵⁹ Em vários países, foram lançadas campanhas para a saída de instituições internacionais.⁶⁰ A União Europeia, a Organização Mundial do Comércio e as instituições de justiça internacional foram descritas como sujeitas a desafios de legitimidade.⁶¹

Ter em conta a influência das crenças, das narrativas e dos fatores culturais na cooperação internacional ajuda a compreender a maior relação que existe hoje entre polarização política e apoio (ou a falta dele) à cooperação internacional. Muitas vezes, as pessoas têm fortes convicções e opiniões sobre questões internacionais, contrariamente ao que se supõe. As crenças e preferências das pessoas em matéria de política externa dependem, em grande medida, dos seus valores morais, visões do mundo e orientações ideológicas.⁶² A forma como as pessoas concebem a equidade influencia a sua avaliação da partilha de encargos na cooperação internacional: as pessoas preocupadas com a equidade têm menos probabilidades de apoiar contribuições para iniciativas de cooperação quando se considera que outros países não pagam a sua parte justa.⁶³ Na Alemanha, as perceções dos cidadãos sobre a interdependência transnacional reforçam as crenças correspondentes sobre a importância das instituições internacionais para a resolução de problemas.⁶⁴

O euroceticismo utiliza frequentemente as ansiedades económicas e culturais para moldar a polarização política.⁶⁵ As pessoas que têm esperança nas suas sociedades encaram a União Europeia de forma mais positiva do que as que têm medo, estando estas últimas menos satisfeitas com a orientação das políticas e a qualidade da democracia no processo de decisão da UE.⁶⁶ A cooperação internacional tornou-se politicamente mais controversa em países onde a polarização política em torno da desigualdade económica e da imigração ganhou proeminência no debate público.⁶⁷ O pacote de abertura a que as instituições internacionais estão associadas – a combinação da integração económica com a exposição a influências culturais e ideias estrangeiras – pode contribuir para perceções de insegurança e tornar-se uma linha divisória na polarização

política.⁶⁸ Outras explicações passam pelas perceções, atitudes e crenças e incluem o apoio popular a líderes que defendem o nacionalismo, as políticas protecionistas e a oposição a influências externas, complementando as explicações económicas para a reação negativa ao envolvimento internacional (capítulo 2).⁶⁹

“Com o aumento da polarização, a cooperação internacional pode ser comprometida por campanhas políticas contra as instituições internacionais

Com o aumento da polarização, a cooperação internacional pode ser comprometida por campanhas políticas contra as instituições internacionais. A participação em instituições internacionais pode tornar-se polarizadora. A polarização pode tornar incerta a dinâmica política interna da participação internacional (processos de ratificação interna) e desincentivar o poder executivo a celebrar acordos. Outras nações podem considerar um país polarizado como menos fiável e previsível nas suas decisões de política externa, reduzindo a confiança nos seus compromissos e alianças. O esforço de um país para contestar compromissos e alianças internacionais pode levar outros a fazer o mesmo, contribuindo para um efeito de contágio.⁷⁰ E se esses esforços não se refletirem, por exemplo, nas instituições internacionais que apoiam esses compromissos e alianças, tal pode dar azo a uma escalada da contestação com base no facto de a instituição internacional em questão não estar disposta a satisfazer as exigências.⁷¹ Este contágio não é um dado adquirido, mas as possibilidades de contágio são fortemente moldadas pela polarização das crenças.⁷²

Uma vez que muitos bens públicos mundiais são uma questão de escolha e de agência, as crenças das pessoas, moldadas por narrativas e ideias, são fundamentais para impulsionar a ação em relação aos desafios coletivos. A polarização política diminui o espaço para tal ação, dada a sua associação com o pensamento de soma zero, tornando mais difícil reconhecer que existem opções em que todas as partes podem ganhar. Afasta a tomada de decisões da ação coletiva, conduzindo antes a batalhas contenciosas entre campos políticos opostos. Esta situação corrói as possibilidades de enfrentar os desafios coletivos entre os grupos, alimentando a desconfiança e a suspeita mútuas. As perceções de insegurança exacerbam estas dinâmicas, em parte porque tornam as pessoas mais recetivas a narrativas de competição intergrupala e restringem as possibilidades de atuação conjunta (capítulo 4).

Reforçar de imediato a ação coletiva internacional

As perspectivas de cooperação podem parecer incertas, uma vez que a polarização política interna é agravada pela agitação geopolítica (destaque 6.2). No entanto, as instituições internacionais, incluindo as Nações Unidas, têm sido historicamente condicionadas e habilitadas em períodos de mudança geopolítica (destaque 6.3).⁷³ Assim, há ainda mais razões para prosseguir a ação coletiva, incluindo através de organizações multilaterais.

A ação coletiva internacional pode ser reforçada através de quatro vias.

- Uma compreensão mais alargada do comportamento, tal como referido no capítulo 4, pode contribuir para a existência de opções adicionais no futuro, uma vez que os quadros ou as narrativas podem moldar o contexto cultural e social do comportamento e das instituições. A disponibilização de bens públicos mundiais pode propor quadros que vão além do pensamento de soma zero.
- Alargar o financiamento internacional para a cooperação internacional além da ajuda pública ao desenvolvimento, de modo a incluir o financiamento das contribuições nacionais para os bens públicos mundiais.⁷⁴ Isto pode implicar novos instrumentos e abordagens,⁷⁵ mas as principais considerações são a extensão do apoio interno para canalizar recursos internacionalmente e se os argumentos para financiar bens públicos mundiais excluem a motivação para prestar ajuda pública ao desenvolvimento. Essa exclusão parece improvável.
- Tirar partido da elevada correlação entre a confiança mútua e a confiança nas instituições nacionais e multilaterais.
- Abordar diretamente a polarização política.

Enquadrar alternativas ao pensamento de soma zero

As crenças de soma zero conduzem a reações psicológicas previsíveis e a comportamentos motivados pela ideia de que, se um país ganha, outros devem ser deixados para trás e vice-versa.⁷⁶ As narrativas assentes em crenças de soma zero tendem a tornar os países menos propensos a cooperar com outros⁷⁷ e estão na origem da polarização política em alguns países.⁷⁸

Os bens públicos mundiais adequadamente fornecidos não são de soma zero, na medida em que o facto de um país beneficiar ou utilizar um bem público mundial não impede que outros façam o mesmo. Isto não significa que os benefícios sejam partilhados de forma igual. Mas o reconhecimento

de que várias partes podem usufruir dos benefícios em simultâneo pode fornecer um enquadramento que dá relevo à procura de oportunidades de cooperação em arenas que não são de soma zero.⁷⁹ É este nomeadamente o caso dos bens públicos a nível planetário, uma lente que poderia oferecer uma nova perspectiva sobre a inevitabilidade da reciprocidade e interdependência humanas num planeta comum.⁸⁰

“O reconhecimento de que várias partes podem usufruir dos benefícios dos bens públicos mundiais em simultâneo pode fornecer um enquadramento que dá relevo à procura de oportunidades de cooperação em arenas que não são de soma zero

Num modelo de comportamento de escolha egoísta, os agentes que procuram promover o seu próprio interesse podem atuar estrategicamente, sacrificando o seu bem-estar em benefício de outros se houver reciprocidade. Mas a reciprocidade não é o único mecanismo que pode conduzir e a manter a cooperação.⁸¹ Tal como referido no capítulo 4, Elinor Ostrom documentou a variedade de disposições institucionais que estruturam as interações entre as pessoas e entre estas e os recursos comuns, numa variedade de compromissos mútuos que promovem a ação coletiva em alguns aspetos, mesmo quando persistem diferenças e desacordos noutros.

Determinar as regularidades destes acordos e a possibilidade de os alargar a nível global tem sido um tema de debate permanente.⁸² No entanto, há provas de que as pessoas podem apoiar uma ação unilateral em relação a alguns bens públicos mundiais, não porque não compreendam a necessidade de uma ação coletiva, mas porque têm um sentido de compromisso e de obrigação, em especial quando as pessoas sentem a necessidade de o seu país assumir um papel de liderança⁸³ e mesmo quando as normas sociais não são favoráveis.⁸⁴

Financiamento de bens públicos mundiais

Os fluxos internacionais de recursos podem ser motivados principalmente pelo apoio aos países de rendimento baixo ou médio na realização de progressos, como na ajuda pública ao desenvolvimento. O financiamento dos bens públicos mundiais segue uma lógica diferente – os fluxos internacionais destinam-se a reforçar a capacidade dos países beneficiários para contribuir para a disponibilização de bens públicos mundiais.⁸⁵ Ainda assim, mesmo que a preocupação seja puramente motivada, por exemplo, pela promessa da Agenda 2030 para o

Desenvolvimento Sustentável de não deixar ninguém para trás, a disponibilização de bens públicos mundiais continua a ser importante, uma vez que a sua oferta reduzida pode conduzir à exclusão e à desigualdade. Basta pensar na forma como a oferta reduzida de bens públicos mundiais durante a pandemia de Covid-19 agravou as desigualdades e aumentou as privações, como documentado na parte I do Relatório. E, olhando para o futuro, as falhas ou atrasos na disponibilização dos bens públicos mundiais necessários para atenuar as alterações climáticas aumentarão as desigualdades, como documentado no capítulo 1, com alguns dos impactos mais nefastos a recaírem sobre pessoas e países já por si desfavorecidos.

Além disso, quando a incidência dos benefícios da disponibilização de bens públicos mundiais é favorável aos que têm menos, esse fornecimento pode ser progressivo. Assim, mesmo aqueles que são motivados pelo apoio aos países mais pobres teriam razões para apoiar o financiamento de bens públicos mundiais nesses casos.⁸⁶

“Quando a incidência dos benefícios da disponibilização de bens públicos mundiais é favorável aos que têm menos, essa disponibilização pode ser progressiva

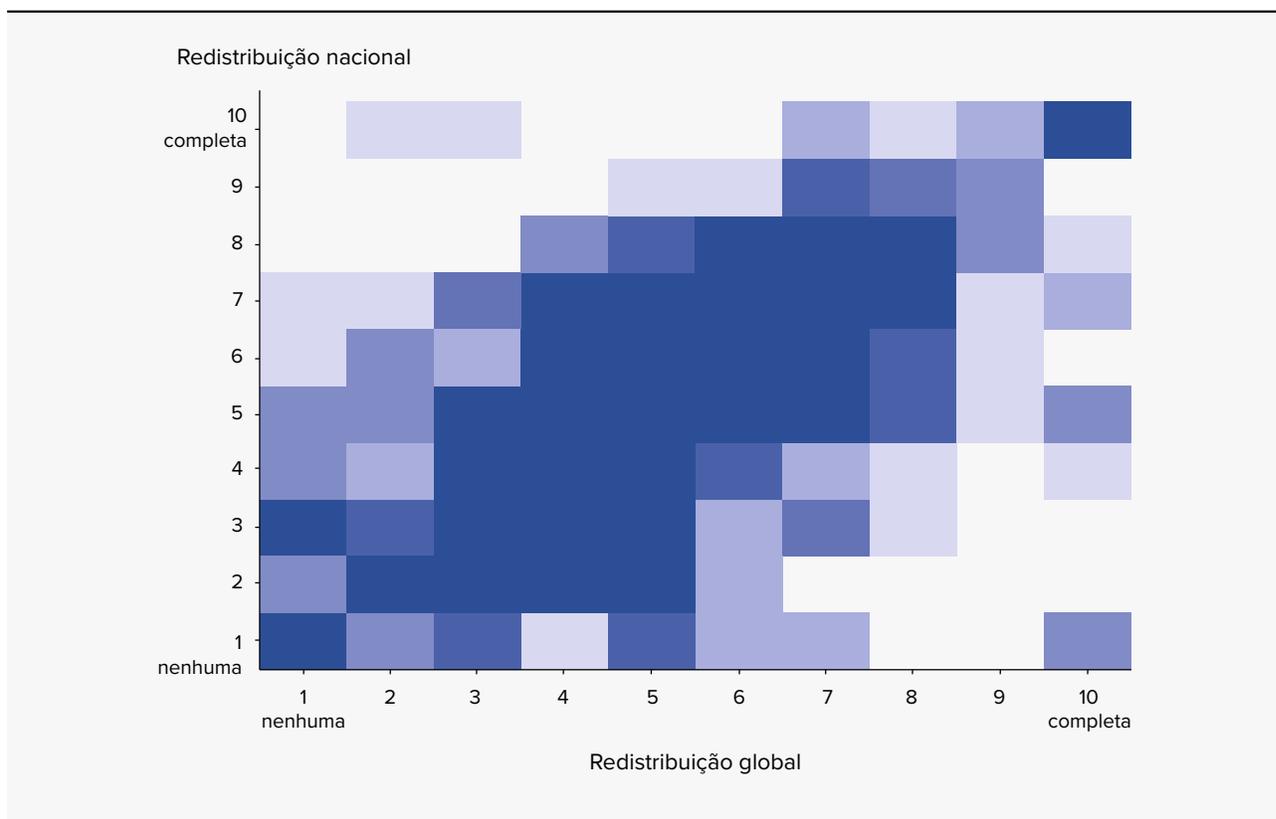
A utilização de recursos públicos a nível internacional depende do apoio dos círculos eleitorais nacionais. Uma lógica de financiamento de bens públicos mundiais pode ser vista como um risco de alienação dos círculos eleitorais nacionais que apoiam os fluxos internacionais e a cooperação para o desenvolvimento motivada pelo apoio à redução da pobreza e ao progresso dos países de rendimento baixo. Estas razões mantêm o apoio à ajuda humanitária (salvar vidas) e às transferências de rendimento para os países de rendimento baixo e para as pessoas que vivem em situações de fragilidade. Para abordar este problema, é importante determinar, em primeiro lugar, se as pessoas que apoiam a redistribuição do rendimento a nível nacional também a apoiam a nível internacional. O Capítulo 4 documentou que as preferências pela redistribuição variam dentro dos países e são influenciadas pelas preferências sociais e pelas convicções sobre se as desigualdades são injustas – sendo ambas heterogêneas entre países e dentro de cada país. Na Alemanha, apesar de uma elevada correlação entre o apoio à redistribuição nacional e internacional (figura 6.1), a percentagem de inquiridos que preferem a mesma redistribuição nos contextos nacional e global foi de 42 por cento. Outros querem uma redistribuição nacional alargada e muito pouco global e vice-versa. Assim, embora a correlação entre a redistribuição

nacional e internacional seja elevada, não é perfeita, e devem ser considerados outros fatores além do apoio generalizado à redistribuição.

Embora o apoio individual aos fluxos internacionais de recursos seja uma nova área de estudo, os principais fatores determinantes desse apoio (qualquer que seja a razão de ser dos fluxos) parecem ser as convicções das pessoas sobre as fronteiras geográficas e morais de interesse.⁸⁷ As pessoas acreditam que têm obrigações morais para com os outros em qualquer parte do mundo (uma crença mais universalista) ou apenas para com aqueles que são mais próximos ou semelhantes, incluindo os que vivem no mesmo país (uma crença mais provinciana)? A variação destas crenças é generalizada, tanto no interior de cada país como entre países, mas é possível situar os indivíduos ao longo de um espetro que vai dos níveis mais baixos aos mais elevados de crenças universais. Os dados de 60 países com 85 por cento da população mundial e 90 por cento do PIB mundial revelam uma forte correlação entre crenças mais universais e o apoio aos pobres globais *versus* a ajuda aos pobres locais e a proteção do ambiente global *versus* a proteção do ambiente local (figura 6.2). Estes resultados mantêm-se depois de controlados os efeitos do país, o rendimento, a educação, a idade, o género, a residência urbana e a religiosidade. Essa realidade é consistente com a evidência de que a variação dentro do país no apoio aos resultados políticos está mais fortemente associada a crenças ao longo do espetro provincial-no-universal do que a variáveis como a educação e o rendimento.⁸⁸

Assim, as pessoas que têm crenças mais provincianas não se opõem à redistribuição enquanto tal, uma vez que a apoiam quando questionadas sobre a redistribuição local ou baseada na comunidade.⁸⁹ A redistribuição nacional nos países de rendimento alto da América do Norte e da Europa é altamente impessoal,⁹⁰ normalmente não articulada para apoiar grupos ou comunidades específicos. Assim, a correlação entre a redistribuição nacional e global em países como a Alemanha pode ser motivada por um grupo de pessoas que partilham crenças mais universais. Tendo em conta os conhecimentos sobre as diferenças culturais nas preferências e crenças analisadas no capítulo 4, não se pode assumir que as crenças universalistas na formação de atitudes relativamente à redistribuição global sejam universais. De facto, os coeficientes das regressões das atitudes políticas em relação ao universalismo (com os efeitos do país controlados) são positivos para todos os países de rendimento alto, mas mais baixos para os países ricos não WEIRD (ocidentais, instruídos, industrializados, ricos e democráticos) – e ainda mais baixos para os países de rendimento baixo e médio (figura 6.3).

Figura 6.1 O apoio à redistribuição nacional está correlacionado com o apoio à redistribuição global na Alemanha, mas algumas pessoas querem uma redistribuição nacional alargada e muito pouco global e vice-versa



Nota: O coeficiente de correlação é de 0,70 ($p < 0,0001$). As cores mais escuras representam mais respostas nesta área.

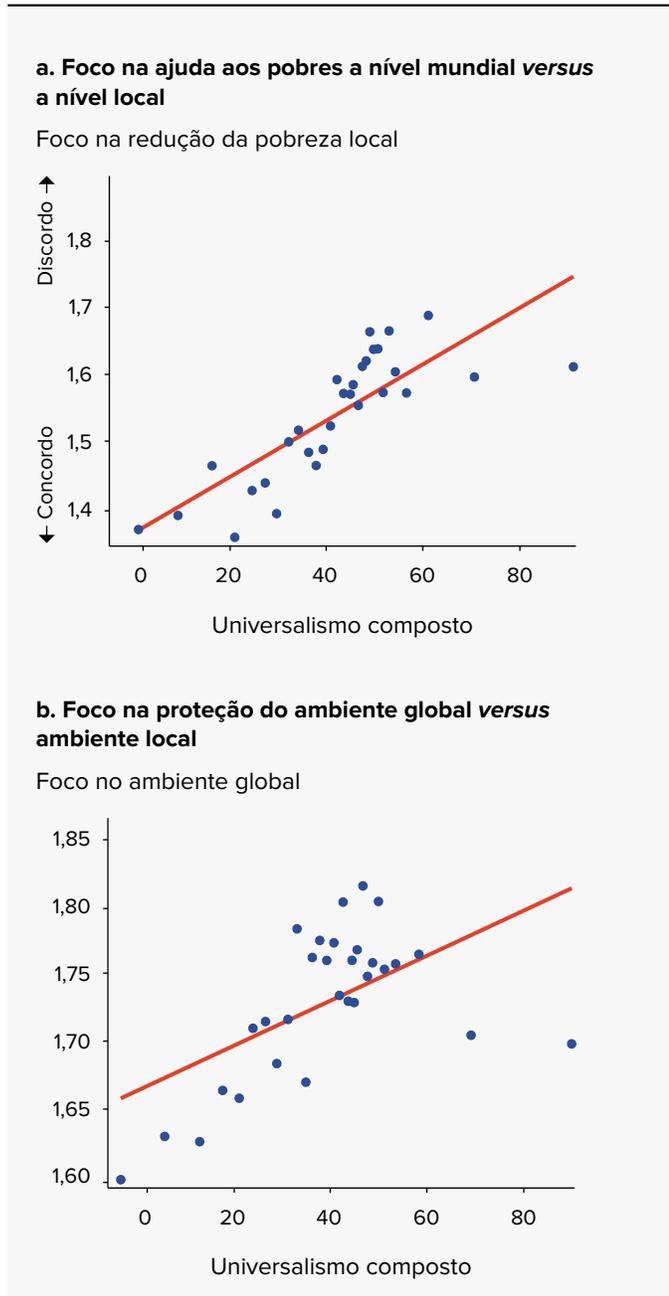
Fonte: Fehr, Mollerstrom e Perez-Truglia 2022.

Por conseguinte, há poucas razões para acreditar que a apresentação de uma justificação para os fluxos internacionais provenientes de países de rendimento alto para financiar bens públicos mundiais diluiria um compromisso com os fluxos internacionais com base em motivos relacionados com a redução da pobreza ou salvar vidas. Isto porque o motivo subjacente ao apoio público nacional aos fluxos internacionais está associado a crenças menos provincianas. Além disso, a melhoria da disponibilização de muitos bens públicos mundiais é fundamental para reduzir as desigualdades a nível mundial, bem como a vulnerabilidade a situações de pobreza e outras privações. Ademais, alguns dados sugerem que as pessoas nos países de rendimento médio-baixo nem sempre favorecem a ajuda internacional como forma de reduzir a desigualdade entre países,⁹¹ com os destinatários mais interessados em enquadramentos que abordem a justiça e reforcem a dignidade e a agência⁹² do que em razões baseadas na caridade, que os beneficiários podem considerar estigmatizantes.⁹³

A promoção da equidade está também associada a um maior apoio interno aos acordos internacionais considerados justos, bem como a baixos custos internos de aplicação e, sobretudo, ao facto de outros países também participarem.⁹⁴ Nos países de rendimento alto, o apoio interno para financiar bens públicos mundiais depende, em parte, do nível de ambição de outros países.⁹⁵ Esta observação está em consonância com o facto de os círculos eleitorais nacionais e os líderes políticos se preocuparem com a forma como os seus países são retratados no contexto internacional,⁹⁶ bem como nos indicadores globais de desempenho.⁹⁷ No entanto, o impacto não é uniforme em toda a população, sendo que alguns grupos têm mais probabilidades do que outros de ver as suas opiniões influenciadas por estes fatores,⁹⁸ tornando a polarização política particularmente relevante.

Em suma, os países podem ter (e têm) dificuldade em chegar a acordo sobre a disponibilização de bens públicos mundiais. Contudo a apresentação de argumentos para o seu financiamento não implica necessariamente um menor apoio aos fluxos internacionais

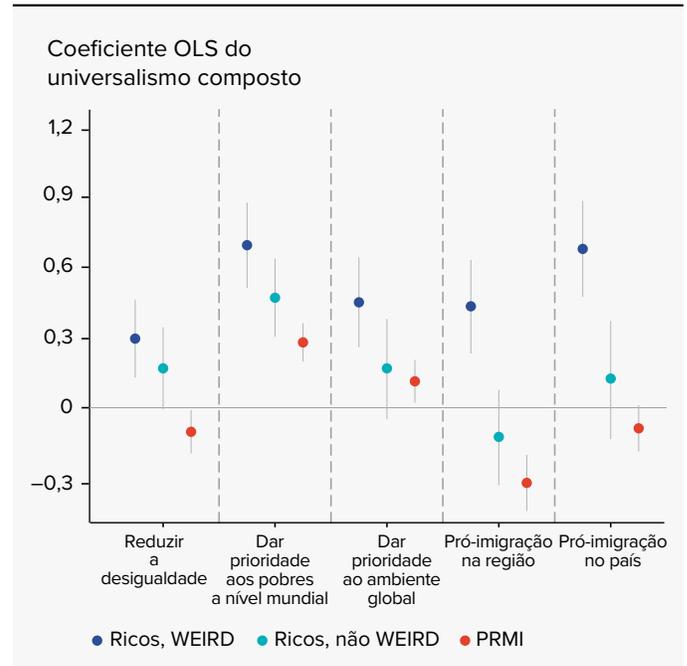
Figura 6.2 As crenças mais universalistas estão correlacionadas com as preocupações com os pobres e com o ambiente a nível mundial



Nota: A dispersão representa a concordância média com uma prioridade política para um determinado nível de crenças universalistas, com efeitos fixos por país controlados. As prioridades políticas nos eixos verticais são codificadas de 1 a 4, correspondendo 1 a “discordo inteiramente” e 4 a “concordo inteiramente.” O índice de universalismo composto é construído com base na forma como os inquiridos atribuíram dinheiro hipotético entre um membro específico do grupo interno e um desconhecido aleatório. A decisão é desinteressada, na medida em que os inquiridos foram informados de que não podiam ficar com qualquer parte do dinheiro para si próprios. Dados sólidos sugerem que os resultados são semelhantes para atribuições de recursos hipotéticas e reais e que não faz grande diferença quando a pergunta é feita invocando uma preocupação moral ou evitando qualquer referência a obrigações morais. As correlações positivas são estatisticamente significativas ($p < 0,01$).

Fonte: Cappelen, Enke e Tungodden 2022.

Figura 6.3 As crenças universalistas estão associadas à redistribuição global e ao ambiente global nos países com rendimentos elevados, mas o contexto cultural é importante



OLS corresponde aos mínimos quadrados ordinários.

Nota: O eixo vertical mostra os coeficientes das regressões por mínimos quadrados ordinários da concordância com as prioridades políticas em relação ao universalismo composto, tal como definido na nota da figura 6.2. Cada coeficiente pode ser interpretado como a mudança na concordância com uma prioridade política (numa escala de 1 a 4) em resposta à deslocação do índice de universalismo composto de 0 para 100. Whiskers mostra intervalos de confiança de 95 por cento. Os países WEIRD (Western, Educated, Industrialized, Rich, and Democratic – ocidentais, educados, industrializados, ricos e democráticos), incluem a Austrália, o Canadá, a França, a Alemanha, a Grécia, a Itália, os Países Baixos, a Noruega, Portugal, a Espanha, a Suíça, o Reino Unido e os Estados Unidos. Os países ricos, não-WEIRD incluem o Chile, a Chéquia, a Croácia, a Hungria, Israel, o Japão, a República da Coreia e a Polónia. PRMI corresponde a um subconjunto de países com um nível baixo ou médio de rendimento incluídos na análise.

Fonte: Cappelen, Enke e Tungodden 2022.

dos países de rendimento alto. O financiamento dos bens públicos mundiais resultará provavelmente na necessidade de aumentar substancialmente os fluxos internacionais e a potencial mobilização de recursos internos nos países de rendimento alto. Contudo, é provável que reforce a equidade global através de dois canais. Em primeiro lugar, atenuando os fatores de desigualdade associados à oferta reduzida de bens públicos mundiais. Em segundo lugar, gerando benefícios nacionais acessórios, como a redução da poluição local ou da pobreza através da criação de emprego (normalmente um dos objetivos explícitos da ajuda pública ao desenvolvimento). As instituições multilaterais poderão ter de articular mais claramente o seu potencial papel na canalização destes recursos, com base – mas também alargando – no seu historial de reunir e afetar recursos financeiros internacionais para satisfazer as

necessidades dos países. Isto está bem patente no domínio humanitário, por exemplo, com fortes indícios que sugerem que, quando as Nações Unidas atribuem ajuda humanitária, fazem isso com base nas necessidades reais e não são movidas por outras considerações.⁹⁹ A expansão teria de incluir o apoio aos países de rendimento baixo-médio para que contribuam para os bens públicos mundiais.

Criar confiança nas instituições internacionais através da confiança nas instituições nacionais

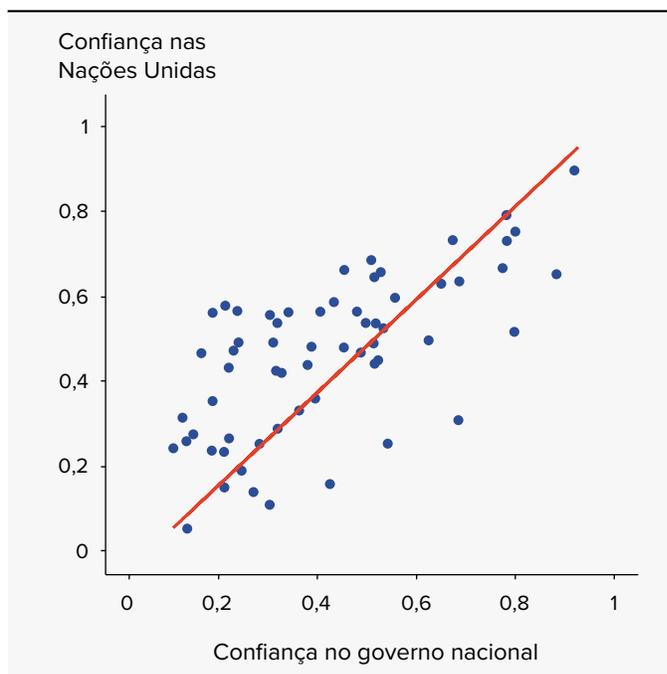
A confiança generalizada reflete as crenças das pessoas na integridade inerente dos outros e contribui para a ação cooperativa em grande escala.¹⁰⁰ Está associada a uma série de resultados socialmente benéficos e a sua importância para o desempenho económico está amplamente documentada.¹⁰¹ Está também associada a resultados como uma maior estabilidade política e uma recuperação mais rápida das crises económicas.¹⁰² É especialmente relevante para cooperar com aqueles de quem se sabe pouco – ou em situações incertas.¹⁰³ Para a cooperação internacional, a confiança facilita a ação coletiva. De facto, a cooperação internacional seria quase impossível sem uma crença básica de que os países respeitarão os seus compromissos, o que também reforça a capacidade de funcionamento das instituições multilaterais.¹⁰⁴

Embora a confiança nas instituições seja difícil de especificar com exatidão,¹⁰⁵ as avaliações positivas das instituições (em particular das instituições estatais) têm sido associadas ao apoio à ação climática¹⁰⁶ e prendem-se com a confiança generalizada.¹⁰⁷ Por exemplo, a crença de que as instituições estatais são eficazes na punição dos comportamentos oportunistas (“free riders”) aumenta a confiança generalizada.¹⁰⁸ A confiança nas instituições nacionais e internacionais é mais de 10 pontos percentuais mais elevada entre as pessoas com confiança generalizada (tabela 6.1). Este facto

está em consonância com a evidência de que os indivíduos mais confiantes também veem as instituições internacionais de forma mais positiva e demonstram maior apoio ao estabelecimento de acordos com outros países.¹⁰⁹

Embora a “confiança nas instituições” tenha várias interpretações e dependa de uma série de fatores, a confiança no governo nacional explica dois terços da variação das médias nacionais de confiança nas Nações Unidas (figura 6.4). As avaliações da confiança

Figura 6.4 A confiança nas instituições nacionais está correlacionada com a confiança nas instituições multilaterais, fundamentais para a ação coletiva internacional



Nota: a confiança nas instituições (o governo nacional e as Nações Unidas) implica a declaração de “muita” ou “bastante” confiança (outras opções possíveis são: “não muita” ou “nenhuma”).

Fonte: Gabinete do Relatório sobre o Desenvolvimento Humano com base em dados do Inquérito Mundial de Valores (Inglehart e outros 2022).

Tabela 6.1 A confiança nas instituições nacionais e internacionais é maior entre as pessoas que confiam nos outros

		Pessoas que não confiam nos outros (confiança generalizada)			Pessoas que confiam nos outros (confiança generalizada)		
		Confiança no governo nacional		Total	Confiança no governo nacional		Total
		Não	Sim		Não	Sim	
Confiança nas Nações Unidas	Não	41,0	14,9	55,9	28,2	16,6	44,8
	Sim	17,6	26,5	44,1	17,9	37,3	55,2
Total		58,6	41,4	100,0	46,0	54,0	100,0

Nota: A confiança generalizada implica a declaração que “a maioria das pessoas é de confiança” (outra opção possível: “é necessário ter muito cuidado”). a confiança nas instituições (o governo nacional e as Nações Unidas) implica a declaração de “muita” ou “bastante” confiança (outras opções possíveis são: “não muita” ou “nenhuma”).

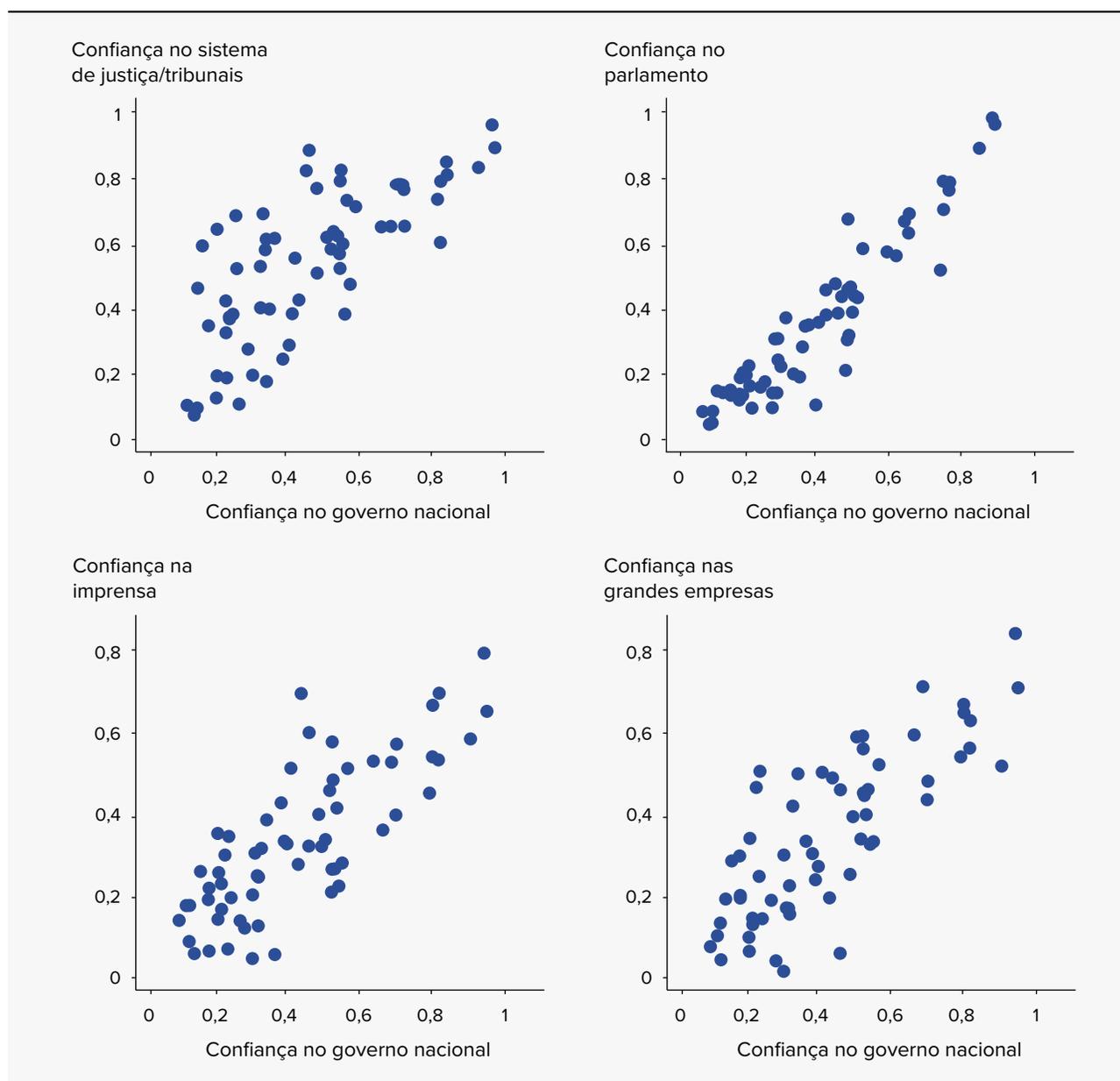
Fonte: Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano com base em dados do Inquérito Mundial de Valores, utilizando observações individuais entre países com dados.

noutras instituições relevantes para a ação coletiva estão também altamente correlacionadas com a confiança no governo nacional (figura 6.5).

A ligação entre a confiança nas instituições nacionais e internacionais implica que as percepções da legitimidade das instituições nacionais predizem a legitimidade percebida das instituições internacionais.¹¹⁰ Existem também provas de que a comunicação das instituições nacionais (governos ou organizações da sociedade civil) sobre o desempenho das organizações internacionais tem mais impacto na percepção da

legitimidade das instituições internacionais do que a comunicação direta das próprias organizações internacionais.¹¹¹ Na medida em que a polarização política compromete a confiança nas instituições (nacionais e internacionais) e está associada a percepções de insegurança que também comprometem a confiança interpessoal, resolver esta questão pode ser uma alavanca para aumentar a confiança nas instituições nacionais e internacionais, bem como a confiança interpessoal.

Figura 6.5 A confiança em várias instituições está altamente correlacionada com a confiança no governo nacional



Nota: A confiança nas instituições (governo nacional, sistema de justiça/tribunais, parlamento, imprensa, grandes empresas) implica a declaração de “muita” ou “bastante” confiança (outras opções: “não muita” ou “nenhuma”).

Fonte: Gabinete do Relatório sobre o Desenvolvimento Humano com base em dados do Inquérito Mundial de Valores (Inglehart e outros 2022).

A polarização intensifica a confiança intragrupal, ao mesmo tempo que desgasta a confiança face a grupos externos. Embora uma confiança intragrupal elevada não seja por si só um problema, a sua combinação com um desgaste na confiança generalizada pode prejudicar a cooperação entre grupos. A polarização e o declínio da confiança generalizada podem reforçar-se mutuamente.¹¹² Por conseguinte, o combate à polarização pode reforçar a cooperação intergruppal.¹¹³

Abordar diretamente a polarização

Este capítulo argumentou que a polarização dificulta a ação coletiva entre grupos sociais e que existem formas de a abordar indiretamente, tal como foi discutido até agora. Mas também há formas de a abordar diretamente, três das quais são aqui analisadas – atuando ao nível das percepções erradas das pessoas sobre as questões e sobre os grupos a que não pertencem, reforçando os laços sociais transversais que transcendem as divisões de grupo e abordando as percepções de insegurança.

Abordar as percepções erradas sobre as questões e sobre outros grupos

A nível individual, a crença de que as alterações climáticas são causadas pelo homem é generalizada.¹¹⁴ Mas as crenças individuais por si só não determinam a ação coletiva – o que as pessoas acreditam que os outros pensam sobre as alterações climáticas também é importante.¹¹⁵ Por exemplo, enquanto 69 por cento das pessoas em todo o mundo afirmam estar dispostas a sacrificar uma parte do seu rendimento para contribuir para a atenuação das alterações climáticas, apenas 43 por cento consideram que os outros acreditam no mesmo (uma diferença de percepção errada de 26 pontos percentuais).¹¹⁶ Um inquérito recente realizado nos Estados Unidos revelou que 80 a 90 por cento dos inquiridos compreendem o desafio das alterações climáticas. E embora 66 a 80 por cento de todas os inquiridos apoiem ações destinadas a atenuar as alterações climáticas, os inquiridos estimaram que a prevalência desse apoio no resto da população era de apenas de 37 a 43 por cento.¹¹⁷ Em todo o mundo, muitas pessoas vivem uma “falsa realidade social ao subestimar o apoio popular à política climática.”¹¹⁸ Por outras palavras, as pessoas estão de acordo em mais coisas do que pensam. Estas percepções erradas são generalizadas e estendem-se a outras preocupações que exigem uma ação coletiva.¹¹⁹ A percepção errada das crenças dos outros pode conduzir à persistência da ignorância pluralista,¹²⁰ que sustenta políticas ou acordos políticos que são

inconsistentes com as crenças individuais prevalentes.¹²¹ Em contrapartida, a motivação das respostas de toda a sociedade aos desafios da ação coletiva pode ser reforçada se estas percepções erradas forem abordadas.¹²²

As percepções erradas implicam crenças tendenciosas sobre o que os outros pensam em relação a acontecimentos e factos reais e podem ser polarizadoras quando as pessoas têm percepções erradas sobre o que os outros grupos pensam sobre elas (destaque 6.4).¹²³ Podem também surgir não só no seio das sociedades, mas também entre países, e podem conduzir a mal-entendidos e, até mesmo, a conflitos.¹²⁴ Estas percepções erradas podem levar as pessoas a ter crenças mais extremas do que teriam de outra forma – as pessoas avaliam as posições dos outros quando formam as suas próprias opiniões e são, por isso, levadas a adotar posições mais extremas.¹²⁵

As percepções erradas da população em geral afetam as posições dos líderes políticos, que muitas vezes sobrestimam largamente a animosidade entre os diferentes grupos, conduzindo a mais percepções erradas e à polarização associada, bem como ao desgaste das normas democráticas.¹²⁶ As pessoas têm frequentemente crenças (incorretas) sobre os outros o que reforça as suas próprias crenças.¹²⁷ As percepções erradas podem ser ainda mais agravadas porque as pessoas tendem a interagir mais frequentemente com aqueles que partilham as suas próprias opiniões e a consumir informação que confirme os seus enviesamentos sobre os outros.¹²⁸ As sociedades polarizadas também tendem a ser vulneráveis à desinformação, uma vez que as pessoas afetivamente tendenciosas são mais propensas a envolver-se em formas de raciocínio fundamentado,¹²⁹ com desinformação, mesmo sobre questões neutras, o que pode reforçar ainda mais as percepções erradas. O ambiente mediático (incluindo as redes sociais) e as mensagens dos líderes desempenham frequentemente um papel central na emergência e persistência de percepções erradas.¹³⁰

“As pessoas estão de acordo em mais coisas do que pensam. A percepção errada das crenças dos outros pode conduzir à persistência da ignorância pluralista, que sustenta políticas ou disposições políticas que são inconsistentes com as crenças individuais prevalentes

As percepções erradas podem influenciar o apoio do público numa série de questões. Tal inclui o apoio à redistribuição de rendimentos, que é sensível a percepções erradas sobre a extensão da desigualdade de rendimentos na sociedade, sobre as crenças da justiça da origem da desigualdade e as crenças sobre a posição

de uma pessoa na distribuição de rendimentos.¹³¹ Inclui também percepções erradas sobre a imigração – em vários países de rendimento alto, a percentagem de imigrantes na população é considerada duas a três vezes superior à percentagem real – com a diferença de percepções erradas a rondar os 20 pontos percentuais, independentemente da educação, do rendimento, do género, da filiação política e de outros fatores (figura 6.6).¹³²

O foco deste capítulo é a forma como as crenças incorretas sobre os outros podem exagerar as diferenças percebidas entre os grupos e dificultar a ação em termos de desafios coletivos.¹³³ As percepções erradas sobre o que os diferentes grupos dentro dos países consideram justo e adequado, tal como acontece com os países, podem conduzir a mal-entendidos e mesmo a conflitos.¹³⁴ Embora os processos cognitivos e sociais subjacentes que conduzem a percepções erradas sejam comuns a toda a população, a percepção errada das crenças dos outros pode conduzir à alienação e hostilidade entre grupos – e mesmo à desumanização.¹³⁵ As percepções erradas sobre a polarização podem funcionar como uma profecia que se cumpre a si própria, aprofundando e entrincheirando a polarização.¹³⁶ Estas ocultam as verdadeiras distribuições de crenças sobre questões políticas, o que pode resultar em lacunas entre as preferências das pessoas e os termos reais dos debates políticos.¹³⁷

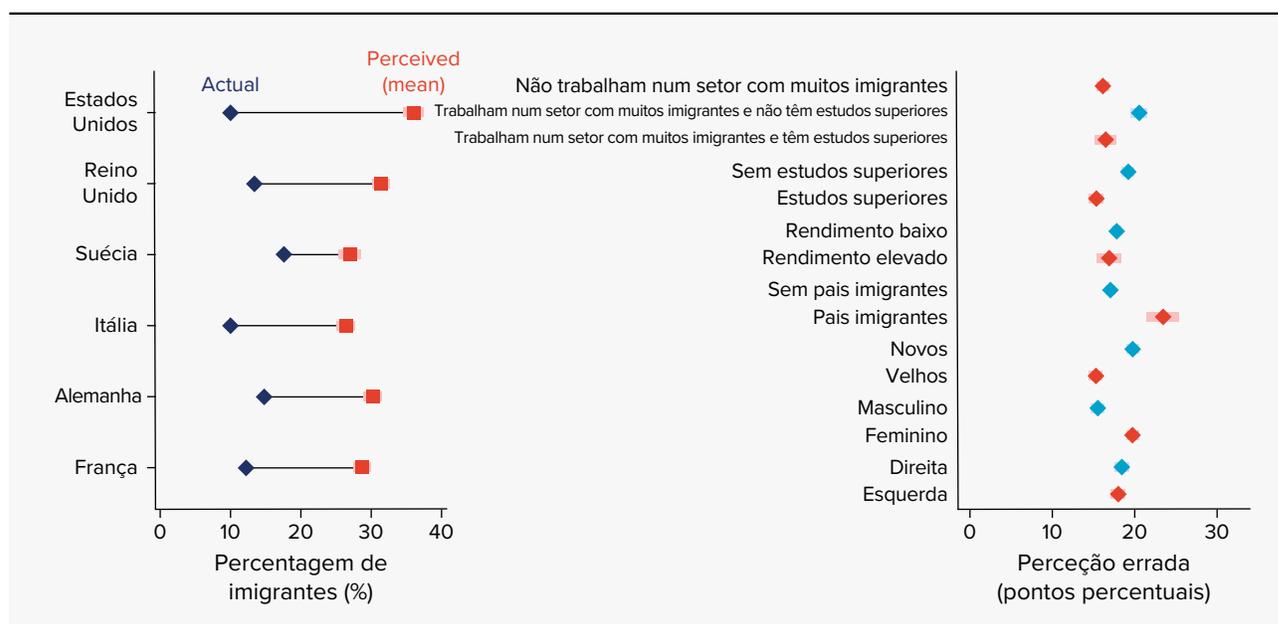
Corrigir as percepções erradas que as pessoas têm dos outros pode ter um impacto positivo na cooperação intergrupala (destaque 6.4).¹³⁸ As pessoas atualizam as

suas opiniões políticas quando têm informações sobre os seus adversários políticos.¹³⁹ Fornecer informações exatas sobre a proporção de imigrantes que vivem num país também altera as crenças das pessoas.¹⁴⁰ Expor as pessoas à verdadeira distribuição do apoio dos outros às políticas “pró-clima” aumenta o apoio a essas políticas.¹⁴¹ Corrigir as percepções das pessoas sobre a polarização pode travar a polarização, levando os grupos polarizados a moderar as suas opiniões em relação aos seus adversários políticos.¹⁴²

Menos claro é se estas intervenções baseadas na informação podem conduzir a uma mudança comportamental duradoura. Se as ligações entre as identidades de grupo e as percepções erradas persistirem, as intervenções baseadas na informação poderão não ser duradouras – em particular se os líderes de grupo e segmentos dos meios de comunicação continuarem a alimentar narrativas que fomentem percepções erradas.¹⁴³ As crenças e convicções das pessoas em sociedades altamente polarizadas possuem uma elevada carga cognitiva e afetiva, o que as pode tornar resistentes à mudança.¹⁴⁴ De facto, a polarização contribui frequentemente para a rigidez cognitiva (uma relutância em atualizar as crenças à luz de novas informações).¹⁴⁵

Num ambiente de informação altamente complexo, as pessoas estão normalmente expostas a informações concorrentes e os enviesamentos de grupo podem levar as pessoas a desacreditar ou desconfiar de informações que entrem em conflito com as suas crenças atuais.¹⁴⁶ Por isso, os esforços que abordam as bases cognitivas e afetivas das percepções erradas podem

Figura 6.6 A percepção errada da percentagem de imigrantes na população é elevada e amplamente partilhada na sociedade



Fonte: Stantcheva, Alesina e Miano 2019.

ajudar. As intervenções que facilitam um processamento mais deliberativo da informação podem contrariar a tendência das pessoas para chegarem a crenças demasiado simplistas.¹⁴⁷ Por exemplo, em contextos de conflito intergrupar, a apresentação de informação num quadro que induz tristeza em vez de provocar raiva tem-se revelado despolarizante.¹⁴⁸ As intervenções assentes em abordagens qualitativas e baseadas em narrativas, como a narração de histórias e vinhetas, têm-se revelado particularmente eficazes na mudança de perceções erradas.¹⁴⁹ Dados recentes sugerem que a correção de perceções erradas sobre as alterações climáticas, como as que foram referidas no início desta secção, é uma forma eficaz de mudar o comportamento das pessoas no sentido de agirem para atenuar as alterações climáticas (mas não necessariamente de mudar as crenças).¹⁵⁰

Criar espaço para ultrapassar as divisões

Sublinhar a sobreposição de identidades pode ser um poderoso antídoto para a hostilidade intergrupar.¹⁵¹ A polarização leva frequentemente as pessoas a subestimar os seus pontos comuns com os outros. Reconhecer que as pessoas têm identidades multifacetadas pode atenuar a categorização dos outros como menos merecedores de preocupação, humanizando aqueles que de outra forma seriam vistos como adversários.¹⁵² Um sentimento de identidade comum não tem de ser construído com base numa categoria superior – como a identidade nacional – que acarreta o risco potencial de criar outros grupos externos. Em vez de depender de uma única semelhança abrangente, a ênfase na diversidade das identidades das pessoas permite a construção de múltiplos laços transversais, contrariando a probabilidade de uma única clivagem dominar.¹⁵³ A identificação de pontos de semelhança permite que os grupos descubram valores e preocupações comuns, diminuindo a alteridade frequentemente associada a um agravamento dos enviesamentos contra grupos externos e adversários políticos.

“A identificação de pontos de semelhança permite que os grupos descubram valores e preocupações comuns, diminuindo a alteridade frequentemente associada a um agravamento dos enviesamentos contra grupos externos e adversários políticos

Uma abordagem complementar para vencer as diferenças coloca a tónica no incentivo ao contacto intergrupar.¹⁵⁴ Esta é frequentemente a base de propostas para estruturas de tomada de decisão mais deliberativas, como as assembleias de cidadãos, que reúnem grupos representativos para debater coletivamente as questões (ver também o capítulo 5 sobre

a importância do raciocínio e deliberação públicos). A deliberação é diferente da simples discussão de diferenças; envolve compromissos estruturados que são substantivos, inclusivos e imparciais na consideração de diferentes perspetivas.¹⁵⁵ Verificou-se que as estruturas deliberativas atenuam a polarização política.¹⁵⁶ Os mecanismos sugeridos para este efeito incluem o facto de as estruturas deliberativas permitirem que as pessoas pratiquem a empatia (assumindo a perspetiva daqueles que consideram opositores) ou que sintam os outros como iguais a trabalhar para um objetivo comum.¹⁵⁷ Os processos deliberativos podem melhorar a compreensão das pessoas sobre as questões em causa, aumentar a confiança nas abordagens de cooperação e incentivar o respeito e a tolerância em relação a quem tem opiniões diferentes.

Dito isto, a eficácia da deliberação no combate à polarização depende de certas condições.¹⁵⁸ A mais importante, porventura, é a igualdade relativa entre os participantes – as estruturas em que alguns grupos ou interesses dominam outros funcionam claramente contra a consideração igual e justa de todas as perspetivas.¹⁵⁹ O reforço da igualdade a este respeito pode assentar em esforços para resolver as desigualdades além da dinâmica interpessoal de pequenos grupos deliberativos.¹⁶⁰ Também é pouco provável que a deliberação consiga ultrapassar as divisões se os objetivos dos grupos participantes forem (ou forem considerados) fundamentalmente incompatíveis. Assim, chegar a alguns objetivos comuns com os quais todos os participantes possam concordar pode ser uma condição prévia para um processo deliberativo que permita ultrapassar as divisões.¹⁶¹ Isto não quer dizer que as intervenções em prol da despolarização assentes na deliberação dependam de se alcançar primeiro a igualdade total; em vez disso, o trabalho no sentido de uma igualdade relativa e de um sentido de objetivo partilhado merece uma atenção adicional nesta estratégia de combate à polarização.

Abordar as perceções de insegurança

A polarização e a desconfiança têm por base inseguranças, reais e percebidas, por grupos fortemente identificados.¹⁶² A atenuação das narrativas de insegurança pode ajudar a acalmar o medo e as ansiedades subjacentes que podem tornar as pessoas mais recetivas a mensagens polarizadoras sobre outros grupos. As políticas sociais que combatem as inseguranças são claramente importantes a este respeito, em especial as que criam solidariedade entre grupos que enfrentam ameaças comuns.¹⁶³

Uma agenda de disponibilização de bens públicos mundiais pode alargar as possibilidades de enfrentar a insegurança em conjunto, oferecendo às pessoas e

às sociedades um maior sentido de agência e controlo num mundo turbulento.¹⁶⁴ Esta agenda apresenta uma oportunidade para construir uma nova narrativa de possibilidade e esperança em vez de ansiedade, bem como uma estratégia para lá chegar. Deste modo, a prossecução da disponibilização de bens públicos mundiais – um objetivo – pode também ser um meio para se alcançar um impacto benéfico na contenção da polarização.

“Os enquadramentos associados à disponibilização de bens públicos mundiais podem impulsionar a ação coletiva em relação a desafios urgentes, uma vez que os dados sobre os efeitos políticos dos enquadramentos de emergência, por si só, na promoção de ações sobre o clima e os desafios mais amplos da sustentabilidade são contraditórios

De facto, a utilização de enquadramentos para abordar a ação coletiva está omnipresente no atual debate sobre os desafios globais, dada a forte evidência de que estes afetam a forma como as pessoas interpretam a realidade, formam crenças e desenvolvem orientações de valor sobre as suas necessidades e aspirações.¹⁶⁵ Tem-se argumentado que as mudanças de enquadramento estão associadas a grandes mudanças na cultura, na sociedade e na economia. Por exemplo, uma mudança cultural fundamental associada ao Iluminismo foi a convicção de que a ciência e a tecnologia podiam melhorar o nível de vida.¹⁶⁶ Hoje em dia, a ação para enfrentar os desafios globais baseia-se frequentemente em enquadramentos de emergência, apoiados pela ciência, mas também estrategicamente utilizados para estimular a ação coletiva, como no caso das alterações climáticas.¹⁶⁷ Os enquadramentos associados à disponibilização de bens públicos mundiais podem impulsionar a ação coletiva em relação a desafios urgentes, uma vez que os dados sobre os efeitos políticos dos enquadramentos de emergência, por si só, na promoção de ações sobre o clima e os desafios mais amplos da sustentabilidade são contraditórios.¹⁶⁸

Além disso, tal como discutido no capítulo 4, a cooperação pode entrar em colapso se houver incerteza sobre onde se situa o limiar perigoso frequentemente invocado em situações de emergência. Esta característica da incerteza tem sido mobilizada por poderosos

opositores à regulamentação (em áreas que vão desde o tabaco aos combustíveis fósseis) de modo a impedir o apoio público à ação coletiva.¹⁶⁹ Além disso, aqueles que se opõem fortemente à ação climática tendem não só a utilizar a incerteza como argumento, mas também a realçar os alegados impactos negativos da ação climática nos consumidores.¹⁷⁰

No entanto, o colapso da cooperação sob limiares de incerteza, discutido no capítulo 4, pode ocorrer mesmo sem a mobilização estratégica da incerteza por parte dos opositores à ação climática. Se os enquadramentos de emergência gerarem medo quando utilizados exclusivamente, podem motivar as pessoas a recuarem ainda mais para o seu grupo interno, particularmente em contextos de incerteza.¹⁷¹ Quando isto acontece, pode exacerbar a polarização política dentro dos países: embora o medo seja um poderoso fator de cooperação entre grupos, os grupos mais enraizados e polarizados têm menos probabilidades de encontrar um terreno comum.¹⁷² Se as pessoas sentirem que têm pouca capacidade de influenciar as alterações climáticas, depender apenas de enquadramentos de emergência pode provocar ansiedade e angústia, sobretudo nos jovens.¹⁷³

Em contraste, a forma mais comum de as pessoas terem poder de intervenção no combate às alterações climáticas – a forma como percecionam as capacidades de agir para mitigar as alterações climáticas – é fazendo parte de um processo de ação coletiva (um sentimento de que as ações individuais estão significativamente integradas num processo social mais amplo).¹⁷⁴ As pessoas tendem a apoiar ações no domínio das alterações climáticas se acreditarem que as políticas serão eficazes e justas.¹⁷⁵ Além disso, há menos polarização em relação a formas concretas de atuação (por exemplo, menos polarização em relação ao avanço das energias renováveis do que em relação ao grau de preocupação com as alterações climáticas).¹⁷⁶ A urgência de agir em relação às alterações climáticas e a outros desafios globais não pode ser subestimada,¹⁷⁷ sobretudo porque muitas pessoas reagem a novas informações sobre os desafios climáticos atualizando as suas crenças.¹⁷⁸ Complementar os enquadramentos de emergência com uma articulação da aspiração de fornecer bens públicos mundiais poderia fomentar a ação coletiva internacional e atenuar a polarização política.¹⁷⁹

Identidade, polarização e respetivas consequências sociais e políticas

Robert Böhm, Universidade de Viena e Universidade de Copenhaga; **Philipp Sprengholz**, Universidade de Bamberg e Instituto Bernhard Nocht de Medicina Tropical; **Luca Henkel**, Universidade de Chicago e Universidade do CEMA; **Cornelia Betsch**, Universidade de Erfurt e Instituto Bernhard Nocht de Medicina Tropical

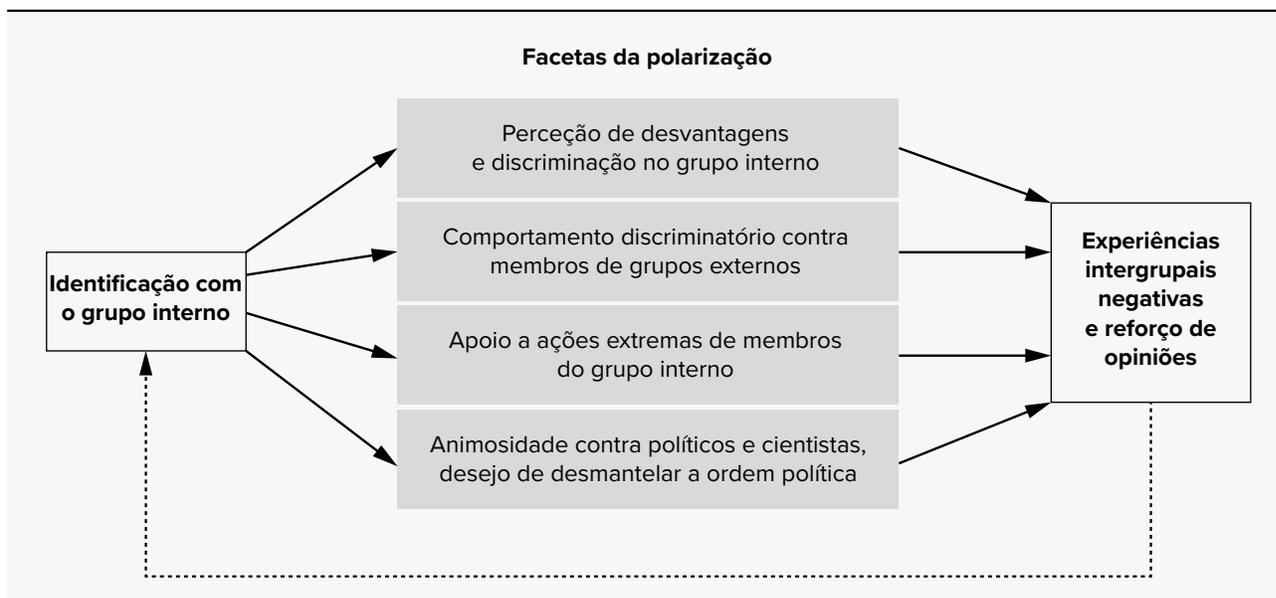
A polarização é uma preocupação crescente que afeta as sociedades de todo o mundo. Significa uma divisão cada vez mais profunda entre grupos com pontos de vista contrastantes sobre questões políticas e sobre abordagens para resolver questões sociais complexas.¹ Esta polarização torna-se evidente em posições intransigentes sobre tópicos críticos como a atenuação das alterações climáticas,² o controlo de doenças infecciosas³ e o combate à desinformação.⁴ Para ilustrar, as discussões em torno da adequação das políticas climáticas intensificaram-se nos últimos anos, com uma facção a defender medidas mais rigorosas e outra a insistir em medidas menos restritivas. Estes grupos de opinião estão a afastar-se cada vez mais, tornando cada vez mais difícil a possibilidade de conciliação. No entanto, como a crise climática global e muitos outros desafios sociais exigem uma cooperação humana alargada e em grande escala que transcenda as fronteiras dos grupos,⁵ a própria polarização surge como um

obstáculo social significativo, dificultando a nossa capacidade de abordar as questões prementes dos nossos tempos.

Para atenuar eficazmente a polarização e o perigo que representa para a resolução dos desafios sociais, temos de compreender a natureza da polarização e as suas consequências. Especificamente, quais são os fatores que facilitam e diminuem a polarização em resposta aos desafios sociais e quais são as suas consequências para as atitudes em relação aos comportamentos?

Uma vasta literatura tem demonstrado que a polarização é impulsionada, em parte, pelo facto de as pessoas incorporarem grupos de opiniões no seu autoconceito⁶ – nas suas crenças sobre quem são e como se relacionam com os outros. Sugerimos que uma forte identificação com o próprio grupo (grupo interno) pode abrir caminho a atitudes preconceituosas e comportamentos discriminatórios em relação a pessoas com pontos de vista opostos (grupos

Figura S6.1.1 De que forma a identificação de grupo pode aumentar a polarização



Fonte: Criação dos autores com base em Henkel e outros (2023) e Sprengholz e outros (2023a).

externos). Além disso, a polarização dá azo a minorias fortemente identificadas que manifestam atitudes suscetíveis de comprometer a coesão social e a democracia (figura S6.1.1). O resto do presente destaque apresenta provas destas relações a partir de estudos sobre a pandemia de Covid-19 e as alterações climáticas.

Das atitudes individuais aos grupos de opinião

A polarização surge frequentemente em discussões de tópicos centrais para as identidades dos indivíduos quando há incerteza em torno da informação disponível. Consideremos as alterações climáticas: tanto os efeitos adversos das alterações climáticas como as estratégias para as atenuar têm implicações importantes para a vida das pessoas. Mas prever as consequências e os resultados exatos é um desafio, dada a sua natureza inerentemente incerta e multicausal. Em ambientes sociais e ricos em informação caracterizados por essa incerteza, os indivíduos tendem a juntar-se e a formar laços. Um aspeto fundamental desta passagem das atitudes individuais para a categorização social é o facto de as pessoas tenderem a identificar-se com outras pessoas que partilham as suas crenças, opiniões e atributos, o que conduz frequentemente a comportamentos semelhantes entre elas. Este fenómeno de formação e identificação de grupos reflete a forma como as pessoas procuram um terreno comum e a solidariedade quando se debatem com questões complexas e incertas de significado pessoal.

Uma vasta literatura no domínio da psicologia demonstrou que o grau de identificação de grupo das pessoas pode ser medido de forma fiável através de inquéritos.⁷ Com base em escalas de identificação de grupo estabelecidas,⁸ desenvolvemos um inquérito de cinco itens para avaliar a identificação com grupos de opinião (por exemplo, “Tenho muito em comum com as pessoas vacinadas” ou “Tenho muito em comum com as pessoas que pensam que a política climática do governo federal foi longe demais”). Foi pedido aos participantes que indicassem o seu nível de concordância com cada item numa escala de sete pontos de 0, “não concordo de todo”, a 7, “concordo inteiramente.” Os itens captam diferentes dimensões da identificação de grupo.

Quer em relação à vacinação contra a Covid-19⁹ como às políticas climáticas¹⁰, muitos indivíduos têm uma elevada identificação de grupo (com um nível médio de identificação de grupo superior a 4). Um estudo realizado em dezembro de 2021, na Alemanha, revelou que 56 por cento dos participantes não vacinados e 67 por cento dos participantes vacinados declararam uma forte identificação com o

seu próprio estatuto de vacinado. Na mesma linha, um estudo realizado na Alemanha sobre as políticas climáticas revelou que 53 por cento das pessoas que exigiam políticas climáticas mais rigorosas e 63 por cento das que queriam políticas menos rigorosas referiam uma elevada identificação de grupo. Cerca de 61 por cento das pessoas que consideram que as atuais políticas climáticas estão corretas identificam-se fortemente com o seu grupo de opinião sobre a política climática, em comparação com apenas 35 por cento das pessoas que não se preocupam com a política climática.

Assim, não só existe uma prevalência considerável de indivíduos com uma forte identificação entre diferentes grupos (de mentalidade oposta), como também existe uma variação substancial no grau de identificação entre esses grupos. Estas diferenças podem conduzir a diferenças de perceções, atitudes e comportamentos, que serão analisadas a seguir.

Discriminação percebida e real entre grupos de opinião

Fazer parte de e identificar-se com grupos de opinião não é inerentemente negativo; de facto, pode servir como uma fonte de ligação e apoio, particularmente durante períodos de incerteza e de crise.¹¹ A formação de grupos pode beneficiar tanto os grupos como os seus membros individuais. Por exemplo, no contexto de decisões no domínio da saúde, as pessoas que se identificam como ativas e desportivas podem encontrar grupos de pessoas que partilham a mesma mentalidade e que as ajudam a manter os seus planos de atividade física.¹² Mas o processo de categorização social, baseado em atitudes, opiniões e atributos, também pode ter consequências indesejadas. Pode gerar perceções erradas e comportamentos discriminatórios que reforçam a própria identidade, estabelecendo um sentimento de superioridade em relação aos outros.¹³ Esta dupla natureza da categorização e identificação de grupos – apoio e cooperação no seio de um grupo, mas discriminação e conflito entre grupos – sublinha a importância de compreender a sua dinâmica em resposta aos desafios sociais para mitigar potenciais danos.

No estudo sobre a vacinação contra a Covid-19 acima mencionado, 82 por cento dos inquiridos não vacinados consideraram o discurso público em torno da vacinação injusto, moralista e paternalista, em comparação com apenas 23 por cento dos inquiridos vacinados.¹⁴ É importante notar que esta perceção foi moderada pela identificação do estatuto de vacinação dos inquiridos. Ou seja, uma maior identificação com o grupo estava associada à perceção do discurso público como ligeiramente mais positivo entre os

inquiridos vacinados, mas à percepção do mesmo como consideravelmente mais negativa entre os inquiridos não vacinados.

Mas como é que essas percepções discriminatórias se relacionam com a discriminação factual entre grupos de opinião? Para responder a esta pergunta, os participantes tiveram de distribuir 100 euros entre eles e a outra pessoa numa série de tarefas. A outra pessoa foi apresentada como membro do mesmo grupo (mesmo estatuto de vacinado ou posição em relação à política climática – intragrupal) ou como membro de um grupo diferente (estatuto de vacinado diferente ou posição em relação à política climática diferente – grupo externo). A discriminação intergrupala foi calculada subtraindo o montante atribuído a um membro do grupo interno numa tarefa do montante atribuído a um membro do grupo externo na outra tarefa. No estudo sobre a vacinação,¹⁵ os inquiridos vacinados revelaram uma maior discriminação intergrupala (uma média de 18,40 euros) do que os inquiridos não vacinados (7,37 euros). Ou seja, os inquiridos vacinados deram montantes mais pequenos aos inquiridos não vacinados do que os inquiridos não vacinados deram aos inquiridos vacinados, enquanto o montante dado aos membros do grupo interno foi semelhante em ambos os grupos.

No estudo sobre a política climática,¹⁶ registou-se também uma discriminação intergrupala substancial, que variou consoante o grupo interno e o grupo externo. Embora as pessoas dos dois grupos extremos, que queriam mais ou menos políticas de proteção do clima, fossem mais discriminatórias entre si, discriminavam igualmente as pessoas que não se preocupavam com a política climática. Curiosamente, aqueles que consideravam as políticas climáticas corretas eram mais discriminados pelas pessoas que queriam menos proteção climática do que por aquelas que queriam mais.

Em ambos os estudos, a discriminação contra pessoas de outros grupos estava fortemente relacionada com o nível de identificação com o grupo dos inquiridos. Especificamente, quanto mais as pessoas se identificavam com o seu grupo interno, mais forte era a discriminação contra os grupos externos. Estes resultados apoiam o nosso pressuposto de que a identificação de grupo compromete soluções de cooperação para lá das fronteiras do grupo.

Consequências sociais e políticas

No estudo sobre a vacinação, foi perguntado aos inquiridos não vacinados se iriam manifestar-se ou assinar uma petição contra a vacinação obrigatória em dezembro de 2021.¹⁷ Esta intenção foi utilizada para prever se tinham participado numa

manifestação ou assinado uma petição quando foram novamente inquiridos em fevereiro de 2022. A intenção comportamental dos inquiridos previa o comportamento efetivo. É importante referir que o efeito foi moderado pela identificação de grupo afirmada pelos próprios, com uma ligação intenção-comportamento mais forte entre aqueles que afirmaram uma maior identificação com o grupo não vacinado. Noutro inquérito, a identificação com o estatuto de vacinado estava relacionada com a percepção da adequação da ação política durante a pandemia de Covid-19.¹⁸ Os inquiridos vacinados e não vacinados que tinham pouca identificação com o seu estatuto de vacinado classificaram as ações políticas tomadas durante a pandemia como igualmente adequadas. Em contrapartida, uma maior identificação com o estatuto de vacinado foi associada a uma maior percepção de adequação para os inquiridos vacinados, enquanto as classificações de adequação diminuíram para os inquiridos não vacinados altamente identificados.

Além disso, os dados recolhidos em 10 países mostraram que aqueles que consideraram inadequadas as medidas tomadas no passado devido à pandemia de COVID-19 tinham um desejo mais forte de punir os políticos e os cientistas pela forma como lidaram com a pandemia e estavam menos dispostos a votar, favorecendo, em vez disso, a abolição de toda a ordem política. Isto sugere que a identificação com grupos de opinião está associada a várias consequências sociais e políticas que ultrapassam o contexto específico da opinião e as interações entre esses grupos de opinião.

Foram observados efeitos semelhantes para os grupos de opinião sobre a política climática.¹⁹ Dado que as sociedades têm assistido a formas extremas de protesto tanto por mais como por menos proteção climática, investigámos se a identificação desempenha um papel na forma como os protestos extremos são aceites. Os participantes alemães que pretendiam menos proteção climática leram um pequeno texto sobre um subgrupo hipotético, denominado “combatentes da liberdade”, que pretendia continuar a utilizar combustíveis fósseis e exigia que os cidadãos pudessem decidir livremente como viajar, aquecer ou comer. Os participantes que queriam mais proteção climática leram sobre os ativistas climáticos, defendendo a eliminação imediata da utilização de combustíveis fósseis e exigindo viagens, aquecimento e alimentação respeitadores do ambiente.

Ambos os subgrupos chamaram a atenção para as suas causas, organizando manifestações em muitas cidades, danificando edifícios de partidos políticos e bloqueando estradas de acesso ao parlamento. Cerca de 17 por cento dos que querem mais proteção climática e 22 por cento dos que querem menos mostraram

um maior apoio ao subgrupo apresentado; 8 por cento dos que querem mais proteção climática e 11 por cento dos que querem menos estavam dispostos a participar numa manifestação organizada pelo subgrupo e 8 por cento dos que querem mais proteção climática e 10 por cento dos que querem menos estavam dispostos a doar dinheiro para a defesa de um membro do subgrupo recentemente detido e acusado de danos criminais. O apoio ao respetivo subgrupo aumentou com uma maior identificação de grupo, fornecendo mais provas do importante papel da identificação de grupo.

Implicações potenciais

A questão de saber como enfrentar os desafios sociais prementes, como as alterações climáticas ou as crises sanitárias mundiais, suscita frequentemente opiniões opostas, que podem levar à formação de grupos de opinião contrários e à polarização da sociedade. O nosso argumento, apoiado por provas, sugere que, à medida que os indivíduos se identificam cada vez mais com estes grupos, as suas atitudes e comportamentos são mais suscetíveis de serem polarizados. Isto cria um ciclo preocupante (ver figura S6.1.1) em que as opiniões são continuamente reforçadas, resultando em grupos que não estão dispostos

a envolver-se em interações pacíficas ou em procurar um terreno comum. No fundo, a identificação com grupos de opinião prejudica a própria cooperação que é crucial para enfrentar os desafios sociais à escala universal.

A nossa compreensão da intrincada interação entre as atitudes individuais, a identificação de grupos e a polarização está ainda na sua fase inicial. São essenciais futuros esforços de investigação para aprofundar as várias causas em jogo e para identificar intervenções eficazes para atenuar a polarização. Os cientistas sociais e comportamentais propuseram várias intervenções para reduzir a discriminação e o conflito com base no grupo – por exemplo, através da descategorização (ênfatisando as características individuais únicas dos membros do grupo externo) e da recategorização (integrando os membros do grupo interno e externo num grupo comum). Algumas delas podem ser úteis para reduzir a polarização das opiniões, mas ainda têm de ser testadas de forma crítica nestes domínios. Outra via promissora envolve abordagens participativas, em que indivíduos de grupos com opiniões opostas são ativamente envolvidos em esforços de colaboração para descobrir pontos comuns. Estas abordagens têm potencial para diminuir clivagens e promover um diálogo construtivo entre as partes interessadas.

NOTAS

1. Pew Research Center 2014.

2. Falkenberg e outros 2022.

3. Bor, Jørgensen e Petersen 2023; Flores e outros 2022.

4. Lazer e outros 2018.

5. Van Lange e Rand 2022.

6. Ellemers, Spears e Doosje 2002.

7. Stets e Serpe 2013.

8. Doosje, Ellemers e Spears 1995; Roth e Mazziotto 2015.

9. Henkel e outros 2023.

10. Sprengholz e outros 2023a.

11. Hogg 2007.

12. Eys, Bruner e Martin 2019.

13. Tajfel e outros 1979.

14. Henkel e outros 2023.

15. Henkel e outros 2023.

16. Sprengholz e outros 2023a.

17. Henkel e outros 2023.

18. Sprengholz e outros 2023b.

19. Sprengholz e outros 2023a.

Ação coletiva internacional em tempos de convulsões geopolíticas

Para caracterizar o contexto geopolítico, é útil recorrer a diferentes pontos de vista para explicar (e por vezes prever) o comportamento dos Estados (ou, com uma maior generalidade, das unidades politicamente autónomas) no panorama internacional.

Realismo: o poder está sempre a mudar

O domínio das relações internacionais analisa a forma como os Estados interagem a nível internacional quando não existe uma autoridade superior. O domínio tem múltiplas perspetivas,¹ que remontam, pelo menos, a Tucídides, que inspirou a disposição realista nas relações internacionais.² Esta perspetiva enfatiza o facto de a anarquia na política mundial (devido à falta de uma autoridade abrangente) conduzir a uma instabilidade constante, uma vez que todos os Estados lutam para promover a sua segurança e o seu poder (para obrigar os outros a agir em seu nome).³ A distribuição do poder entre os países, e a sua mudança ao longo do tempo, informa as ameaças à segurança que os Estados enfrentam – ou acreditam enfrentar – em resultado, por exemplo, do dilema da segurança, também conhecido como a armadilha de Tucídides.⁴

A distribuição do poder está sempre a mudar. Mais do que o facto de o mundo ser bipolar, unipolar ou multipolar, o que importa são as dinâmicas de poder em constante mudança entre os Estados, que tendem a ser desestabilizadoras. E o comportamento humano continua a ser o mesmo, levando os Estados a serem cada vez mais ambiciosos em vez de se acomodarem. Portanto, não existe um ponto final de estabilidade. Uma vez resolvido um desacordo, é provável que surja um novo, devido à dinâmica mutável do poder entre os Estados, pelo que “os diferendos na política mundial são menos problemas a resolver do que relações a gerir.”⁵ Embora não seja inevitável, estes diferendos podem culminar em conflitos violentos.⁶

Liberalismo – realização de preferências agregadas

A perspetiva liberal das relações internacionais partilha o ponto de vista dos realistas de que a arena internacional é anárquica, mas tem uma disposição diferente sobre o comportamento dos Estados que torna as implicações da anarquia menos preocupantes. Os Estados não são agentes enquanto tais, mas supõe-se

que representam as preferências agregadas do que emerge dos processos económicos e políticos internos em que indivíduos e grupos (os agentes finais aqui) estabelecem trocas e interagem para promover os seus diferentes interesses.⁷ O comportamento do Estado é então determinado pela forma como cada Estado procura realizar as preferências que representa, dadas as restrições impostas pelas preferências que os outros Estados apresentam. Quando as preferências são mutuamente compatíveis, os Estados coexistem de forma pacífica e cooperativa. Quando são mistas (compatíveis em parte, mas com margem para ganhos mútuos), os Estados podem negociar algum ajustamento (mais facilmente através da coordenação), talvez facilitado por instituições internacionais.⁸ Quando são incompatíveis e de soma zero (se um ganha, o outro perde), há tensão e potencialmente conflito.

Construtivismo – reconhecimento de que muito é socialmente construído

Alguns investigadores têm defendido que as construções sociais, que podem incluir normas, podem condicionar o comportamento dos Estados e fazer com que “o mundo se mantenha unido”.⁹ As normas são por vezes apoiadas e codificadas em acordos e instituições multilaterais.¹⁰ Nas elaborações mais assertivas destas perspetivas construtivas sobre as relações internacionais, presume-se que até a noção de anarquia é socialmente construída – e o que os Estados fazem dela¹¹ – e portanto, representa uma disposição completamente diferente do realismo e do liberalismo. Mas, embora o construtivismo seja, por vezes, apresentado como uma alternativa ao realismo e ao idealismo, talvez seja melhor entendido como uma abordagem (compatível, portanto, com pelo menos algumas teorias tanto do realismo como do liberalismo) que reconhece que as crenças e normas partilhadas moldam o comportamento dos Estados, quer procurem aumentar a sua segurança e poder (realistas) quer satisfaçam as preferências das suas populações (liberais).¹²

Disposições diferentes

Uma questão crucial é saber se os interesses dos Estados são mais do que a segurança, na perspetiva

realista, ou mais do que a agregação de preferências individuais em preferências estatais agregadas, no liberalismo. Muitas teorias, em ambos os casos, dizem que não.¹³ Outras permitem que os interesses ou preferências sejam determinados não só por condições materiais objetivas, mas também pelo contexto social que molda o entendimento que os Estados têm dos seus interesses ou preferências.¹⁴ Por exemplo, alguns realistas defendem que os Estados procuram tanto o poder como um propósito (resultante de noções de identidade nacional, um conjunto de crenças amplamente partilhadas dentro de um país que não são redutíveis à agregação de opiniões individuais) e que estes dois objetivos, em conjunto, moldam os interesses dos Estados. E a teoria liberal da paz democrática sustenta que os países que se autoidentificam, e identificam outros, como democracias liberais tendem a não entrar em guerra, com base numa noção socialmente construída de identidade e valores comuns.¹⁵

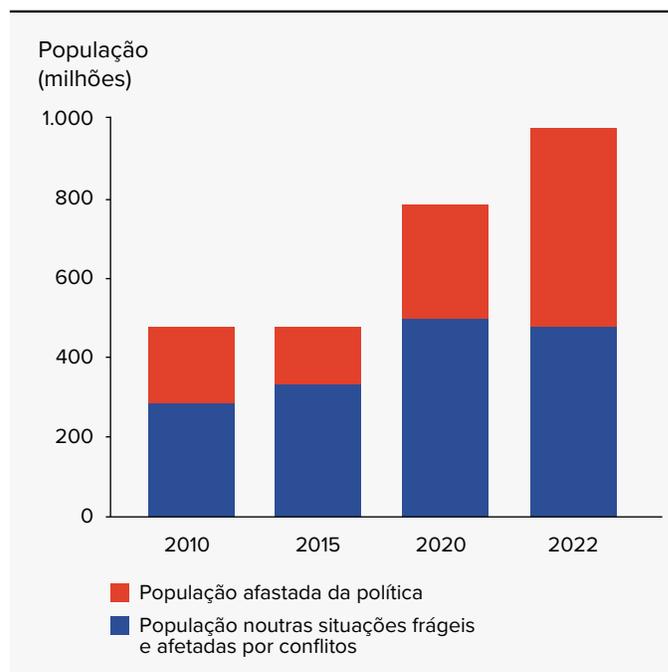
A importância das diferentes disposições varia consoante o que está realmente a acontecer no mundo.¹⁶ A disposição realista proporcionou um enquadramento útil durante a Guerra Fria, mas foi menos bem sucedida na explicação do seu fim (na sua maior parte) pacífico, com alguns autores a declararem que tínhamos chegado ao fim da história no início da década de 1990¹⁷ – uma anátema para qualquer realista. Os grandes avanços na cooperação internacional, mesmo durante a Guerra Fria – por exemplo, a erradicação da varíola ou o Protocolo de Montreal, tal como referido no capítulo 4 – podem ser melhor compreendidos através de uma visão liberal. Com a atual convulsão geopolítica e o aumento das tensões geopolíticas, a disposição realista está a adquirir mais importância, com a possibilidade, mas também com a realidade, de conflitos violentos entre países.

Pode parecer que os modelos de comportamento dos países dominados pelos interesses e pela concorrência são os mais adequados para caracterizar o contexto atual. Embora diferentes teorias das relações internacionais também possam oferecer explicações plausíveis, esta visão sugere que a ordem internacional construída após a Segunda Guerra Mundial – centrada no multilateralismo, na abertura económica e na cooperação em matéria de segurança – parece estar a desgastar-se no meio de uma nova cascata de guerras,¹⁸ bem como de um maior protecionismo e de um aumento das políticas populistas em todo o mundo.¹⁹ Segundo este raciocínio, a potencial fragmentação do sistema internacional que parece emergir atualmente resultaria de mudanças estruturais, à medida que novos países e coligações procuram ganhar poder e influência, bem como responder a ameaças à sua segurança.²⁰ Além disso, a escala e

a complexidade dos desafios globais atuais podem estar a criar novas pressões sobre as instituições internacionais que foram criadas para uma era completamente diferente.

O atual contexto geopolítico é, por conseguinte, caracterizado pela incerteza, insegurança e potencial para uma maior fragmentação e desordem. Esta situação é ainda agravada pelo facto de muitas pessoas viverem em países cujos governos sofrem mudanças inconstitucionais no poder, eleições contestadas internacionalmente ou estão sujeitos a sanções importantes (figura S6.2.1). O comportamento de alguns destes países no contexto internacional pode ser mais difícil de prever ou interpretar, com o potencial de uma maior instabilidade regional ou mesmo de conflitos violentos. Além disso, além dos Estados, novos agentes desempenham um papel na disponibilização de bens públicos mundiais, não só organizações multilaterais, mas também outras entidades, desde empresas multinacionais a organizações da sociedade civil e filantrópicas. Embora a criação de novas organizações internacionais tenha diminuído drasticamente no século XXI, as iniciativas transnacionais de governação público-privada explodiram.²¹

Figura S6.2.1 0,5 mil milhões de pessoas vivem em situações de afastamento político, cerca de cinco vezes mais do que em 2010



Nota: As situações de afastamento político referem-se a países onde as relações entre os doadores de ajuda oficial e as autoridades nacionais estão desgastadas ou quebradas devido a mudanças inconstitucionais no governo, eleições contestadas internacionalmente ou sanções importantes.

Fonte: Cliffe e outros 2023.

NOTAS

1. Um manual recente de relações internacionais, Dunne, Kurki e Smith (2021), inclui capítulos sobre o realismo clássico, o realismo estrutural, o liberalismo, o neoliberalismo, a Escola Inglesa, o marxismo, o pós-estruturalismo, o pós-colonialismo, a teoria normativa das relações internacionais e a teoria verde.
2. Para uma articulação recente desta perspectiva na sua forma clássica, e a sua relevância no mundo atual em contraste com outras perspectivas, ver Kirshner (2022), de onde se retira a descrição da disposição do realismo neste destaque.
3. Esta é a definição tradicional de poder proposta por Weber (2016), rearticulada por Dahl (1957, pp. 202-203): “a minha ideia intuitiva de poder, então, é algo como isto: A tem poder sobre B na medida em que pode obrigar B a fazer algo que, de outra forma, B não faria.” Para uma análise de outras abordagens de definição e conceptualização do poder, ver Guinote (2017).
4. Esta situação ocorre quando os esforços desenvolvidos por um Estado para aumentar a sua segurança são vistos por outros como uma forma de os tornar menos seguros, mesmo que não exista qualquer intenção agressiva por parte do Estado que reforça a sua segurança.
5. Kirshner 2022, p. 16.
6. Acemoglu e Wolitzky 2023.
7. Moravcsik (1997), que constitui a base da descrição da disposição liberal neste parágrafo.
8. Katzenstein, Keohane e Krasner 1998.
9. Ruggie 1998.
10. Ruggie 1992.
11. Wendt 1992.
12. Finnemore e Sikkink 2001.
13. É por isso que se utiliza a palavra “disposição”, dadas as múltiplas teorias e variações que se enquadram em cada uma delas, em linha com Kirshner (2022).
14. Checkel 1998.
15. Ambos os exemplos são de Kirshner (2022).
16. Keohane 2020.
17. Fukuyama 1992.
18. Poast 2023.
19. Ikenberry 2018.
20. Ver Colgan e Keohane (2017), Ikenberry (2018), Jones e Malcorra (2020) e Shidore (2023).
21. Reinsberg e Westerwinter 2021, p. 73.

A geopolítica e o início da história das Nações Unidas: Amigos ou inimigos?

Andrew Thompson, *Universidade de Oxford*

“As Nações Unidas não foram criadas porque as nações estavam unidas.” Esta é uma forma de explicar como os diferentes países do mundo se reuniram em São Francisco, Califórnia, em 1945, para discutir os seus problemas comuns. Ou, nas palavras mais sombrias do segundo Secretário-Geral da ONU, o diplomata sueco Dag Hammarskjöld, “as Nações Unidas não foram criadas para nos levar ao céu, mas para nos salvar do inferno.”¹

Na verdade, as Nações Unidas sempre foram definidas pela geopolítica, não por serem simples ou diretamente uma criatura dessa natureza, mas antes porque a geopolítica realça a sua dupla função, por vezes para desafiar e por vezes para defender o regime geopolítico que as rodeia. Dito de outra forma, as Nações Unidas, ao longo da sua história, têm assumido tarefas que os Estados não podem ou não querem realizar; da mesma forma, os seus métodos de trabalho refletem as concepções rivais de cooperação internacional latentes num sistema estatal prevalecente.

O que isto significa, na prática, é que as novas Nações Unidas foram animadas e restringidas pela rivalidade entre Estados e permitidas e limitadas pelas mudanças geopolíticas. Tal como muitas das organizações internacionais que surgiram ou expandiram as suas competências após a Segunda Guerra Mundial, as Nações Unidas foram um dos criadores – e não apenas os destinatários – das novas ordens mundiais que procuraram recivilizar a Europa e “tornar novo um velho mundo.”

Num sentido fundamental, as Nações Unidas eram diferentes da Sociedade das Nações, que a precedeu.² A ordem mundial fraturada que emergiu da Primeira Guerra Mundial levou certamente a mudanças na esfera internacional: uma série de novas agências reguladoras, um discurso emergente de proteção de grupos minoritários e a retórica e a realidade do anticolonialismo. Mas, apesar de a Sociedade das Nações ter oferecido a esperança de uma sociedade mais internacional, partilhando valores liberais e democráticos com os interesses das nações unidas, qualquer guardião coletivo da paz exigia a adesão de todos os Estados soberanos. Isto nunca aconteceu.

Depois de 1919, o mundo dividiu-se em diferentes zonas geopolíticas, das quais a Sociedade

das Nações – ancorada na Europa e praticamente coextensiva com os sistemas coloniais britânicos e franceses – era apenas uma. Os realinhamentos geopolíticos pós-1945 foram distintos em dois aspetos. Em primeiro lugar, o crescimento das questões globais acelerou significativamente. Em segundo lugar, ao defender uma nova ordem mundial, as Nações Unidas nunca deveriam ser abrangidas por um único bloco de grandes potências, por muito que a expansão vertiginosa dos Estados Unidos significasse que, neste domínio, como em muitos outros, a influência norte-americana era preponderante.

A ordem global do pós-Segunda Guerra Mundial era consideravelmente mais complexa do que a do período entre guerras, apesar do equilíbrio amplamente bipolar que acabou por se estabelecer. Muitos historiadores apontam ao ano de 1945 como uma espécie de marco zero. No entanto, as mudanças decisivas ocorreram mais tarde, com a velocidade crescente da descolonização, a intensificação da Guerra Fria e as novas formas de globalização. Apesar das tentativas das potências europeias para manterem o controlo das suas colónias, a década de 1950 demonstrou que os velhos modelos imperiais estavam a perder rapidamente força. As tensões da Guerra Fria entre os mundos capitalista e comunista também estavam a aquecer e novas configurações regionais – incluindo o Movimento dos Não Alinhados – estavam a emergir de uma combinação da “tectónica” do império, por um lado, e da rivalidade entre as superpotências, por outro.

Como caracterizar, então, o estado da geopolítica do pós-guerra, que as Nações Unidas se propuseram tentar domar? Antes de um ponto de rutura, por volta de 1960, havia uma zona dos EUA que abrangia a América Latina e grande parte do Pacífico, exceto a franja ocidental e a Coreia, que eram disputadas pela China. A par da zona dos EUA, existia uma zona do Reino Unido, que se estendia por grande parte do Médio Oriente até 1956; África Oriental, Meridional e grande parte da África Central; Oceano Índico; e parte do Sudeste Asiático. E havia uma zona soviética, que incluía a China, até que a cisão sino-soviética de 1955-1956 dividiu o mundo comunista. Só depois de 1960, numa altura

em que as Nações Unidas estavam a registar um aumento maciço do número de membros, sobretudo africanos, é que estas zonas geopolíticas se solidificaram. O alcance global dos EUA foi consolidado, a União Soviética tornou-se mais ativa no “Terceiro Mundo” e, além disso, houve a recuperação da Alemanha e do Japão.

Este parece ser um território claramente pouco propício para a governação global – de facto, em 1970, o poder de veto dos membros do Conselho de Segurança das Nações Unidas tinha começado a ser exercido com mais regularidade, um sinal claro dos problemas económicos e da escalada das tensões políticas que marcaram o resto dessa década. No entanto, numa época de globalização acelerada, por muito que o Estado dependesse do poder, o poder já não dependia do Estado. As organizações internacionais não foram espectadoras passivas perante a convulsão geopolítica da década de 1970: as crises do petróleo e da dívida, as guerras civis e os frequentes golpes militares e a luta global entre a Organização do Tratado do Atlântico Norte e o Pacto de Varsóvia. Em vez disso, possuíam poder por direito próprio: o poder de realçar o sofrimento e de tornar a indiferença uma postura dispendiosa e o poder de reconhecer novas soberanias e de tornar essas soberanias mais reconhecíveis.

As Nações Unidas, em especial, estavam a atingir a maioria. Ao assumir um papel mais ativa e ao procurar um significado mais amplo nos assuntos mundiais, desafiaram implicitamente, se não explicitamente, o domínio estatal do sistema político global. Ao organizarem corretamente as instituições, os funcionários das Nações Unidas – muitos dos quais preferiram a política internacional à nacional – acreditavam que podiam procurar melhor soluções de colaboração para os problemas do mundo e gerir melhor as consequências da crescente interdependência. As Nações Unidas estavam, com efeito, a deslocar-se para territórios anteriormente ocupados por Estados-nação; de facto, quanto mais fraco era o sistema de diplomacia interestatal, mais as organizações internacionais do pós-guerra eram obrigadas a assumir o peso dos seus lapsos e fracassos. Nesta situação, a geopolítica iria assumir um duplo significado – impulsionar as calamidades que colocam organizações internacionais como as Nações Unidas em atividade, mas também moldar as prioridades e as formas de cooperação internacional.

Contudo, para desempenhar um papel ativo na ordem mundial, as Nações Unidas tiveram de ir muito além do que a Sociedade das Nações tinha previsto; a amálgama de funções que veio a desempenhar passou a abranger a paz e a segurança, a construção de Estados e o desenvolvimento,

a proclamação e a proteção dos direitos humanos fundamentais e a prestação de ajuda humanitária de emergência. Desenvolveram-se arquiteturas jurídicas e institucionais diferentes em torno de cada uma destas funções, o que fez com que parecessem mais distintas do que na realidade eram. No entanto, a forma como se confrontaram entre si pode ser estudada através da primeira geração de operações de manutenção da paz da ONU.³

Em muitos aspetos, as Nações Unidas atingiram a maioria, pelo menos a nível operacional, através das suas operações de manutenção da paz. A manutenção da paz, enquanto instrumento de resolução de conflitos, foi estreitamente identificada com as Nações Unidas. Uma vez que as Nações Unidas não dispunham de nenhum dos meios necessários para agir como uma superpotência, a manutenção da paz tinha um carácter fundamentalmente autolimitado: não se destinava a impor a vontade coletiva do Conselho de Segurança, que, devido à Guerra Fria, não existia. Em vez disso, a manutenção da paz da ONU, que dependia dos Estados-Membros para o seu pessoal, supervisionava os cessar-fogos, supervisionava as tréguas e interpunha tropas entre as partes beligerantes.

Apesar deste carácter de autorrestricção, a manutenção da paz da ONU não podia deixar de ser afetada pelos vazios de poder criados pelo abandono colonial. Também não podia deixar de lado a difícil questão do significado da autodeterminação, numa altura em que o conceito era elevado a norma internacional, mas em que os Estados pós-coloniais corriam o risco de se fraturarem em resultado de movimentos separatistas.

O objetivo das operações iniciais era criar uma zona tampão entre as partes beligerantes, assegurando simultaneamente o consentimento do Estado anfitrião, a imparcialidade das forças da ONU e a utilização da força apenas como último recurso em autodefesa. Tudo isso mudou no Congo, em 1960, quando as Nações Unidas adotaram uma conceção muito mais abrangente da manutenção da paz.⁴ A crise do Congo, como era conhecida na altura, não só transformou o significado da descolonização em África, como também transformou o destino das Nações Unidas. Enquanto os belgas se retiravam abruptamente, deixando para trás o caos e a catástrofe, e o Oriente e o Ocidente competiam pela lealdade africana, as Nações Unidas embarcaram numa operação sem precedentes – uma missão de quatro anos, enviando uma força multinacional de quase 20.000 soldados (predominantemente africanos) para restaurar a unidade do país e permitir que o governo recém-independente funcionasse. Pela primeira vez na manutenção da paz da ONU, as forças etíopes, indianas, irlandesas

e suecas, sob o controle da organização, foram autorizadas a utilizar a força ofensiva para pôr termo à separação da província de Katanga, rica em recursos naturais.

Aquela que foi, sem dúvida, a mais controversa operação de manutenção da paz da ONU – antes das operações da década de 1990 – conduziu a múltiplas tragédias: a morte de Hammarskjöld, quando o seu avião se despenhou na Rodésia do Norte (atual Zâmbia), numa missão para levar a paz ao Congo, em circunstâncias que continuam a levantar suspeitas relativamente aos contornos desse acidente; uma grande controvérsia internacional sobre os direitos humanos devido a violações cometidas pelas forças da ONU; e as Nações Unidas à beira da falência, com a manutenção da paz a custar uns impressionantes 10 milhões de dólares por mês (mais de 100 milhões de dólares nos dias de hoje).

Tal como tantos outros conflitos do pós-guerra em que as Nações Unidas tiveram de decidir se deviam intervir, a crise do Congo foi internacionalizada desde o início. Paradoxalmente, a manutenção da paz tinha refreado o envolvimento neocolonial e da Guerra Fria em África, ao mesmo tempo que se tornava um foco desse envolvimento. A “ação musculada” mandatada pelo Conselho de Segurança impediu o desmembramento do Congo e foi avaliada positivamente na altura. No entanto, a transformação da manutenção da paz defensiva em luta ofensiva mergulhou as Nações Unidas numa crise, revelando dolorosamente os limites do modelo de Hammarskjöld: a aplicação da lei foi rapidamente abandonada a favor da observação e da interposição.

Apesar deste veredito militar negativo, para Hammarskjöld a segurança nunca foi um fim em si mesmo, mas uma condição prévia necessária para criar uma estrutura que pudesse manter o Congo unido. O Secretário-Geral considerou que a contribuição a longo prazo das Nações Unidas se situava mais no domínio civil, incluindo um programa complexo de construção do Estado (criação e funcionamento de uma administração paralela) e uma operação de socorro igualmente complexa (nomeadamente para evitar o colapso total do sistema de saúde congolês). A expulsão dos mercenários belgas e a derrota dos separatistas Katangeses foram apenas trampolins para estes objetivos maiores.

Compreender as operações de manutenção da paz do pós-guerra é historicamente instrutivo: revela como as Nações Unidas se esforçaram por gerir a descolonização e servir de ponte entre o Oriente e o Ocidente durante a Guerra Fria. O legado dessa manutenção da paz é também importante para a forma como as Nações Unidas se concebem

a si próprias atualmente. O que a manutenção da paz no pós-guerra mostra (mesmo quando contraproducente) é que as Nações Unidas têm poder – não só para declarar uma crise mas, fundamentalmente, para definir a natureza da crise a que dá resposta.

Ao declarar a crise do Congo, as Nações Unidas posicionaram-se como a principal resposta – fornecendo assim a matriz institucional à qual outras organizações internacionais, como a Cruz Vermelha, tiveram de se adaptar. Ao definir a crise do Congo, as Nações Unidas foram mais longe – definiram exatamente o tipo de resposta que era necessário dar. Se aqueles que reconhecem uma crise têm o poder de intervir, aqueles que a constroem podem, de igual modo, determinar a forma como esta deve ser gerida.⁵

Esta questão da ordenação das crises, do que está ligado a quê e porquê, não é menos pertinente para a geopolítica atual, uma era de policrises em que os choques globais estão profundamente interligados. As normas internacionais são cada vez mais desrespeitadas, não apenas na Ucrânia e em Gaza, mas em mais de 100 conflitos armados, dos quais apenas alguns ocupam as primeiras páginas dos jornais. No século XXI, as clivagens geopolíticas são dificultadas por uma crise ambiental global que está a aumentar as necessidades humanitárias e a ameaçar os ganhos obtidos na redução da pobreza mundial e no desenvolvimento humano durante o último quarto de século.

Por conseguinte, a nossa capacidade de resposta assenta no reconhecimento de que, atualmente, o clima e os conflitos andam muitas vezes de mãos dadas com as alterações climáticas a tornarem-se um multiplicador de riscos para os conflitos de amanhã, bem como um problema adicional para os conflitos existentes. Os maiores problemas continuam, no entanto, a ser de natureza geopolítica. Por muito que a atividade humana seja a força dominante que molda o nosso planeta, as considerações de segurança territorial estão repetidamente a sobrepor-se à segurança humana. À medida que os fenómenos meteorológicos extremos se multiplicam, enfrentar os impactos negativos das alterações climáticas significa criar vias de intervenção mais claras no meio de uma onda crescente de populismo e de uma polarização cada vez mais intensa. Importa explorar novos caminhos e dar uma oportunidade aos métodos criativos.

A representação geográfica e o poder de compromisso serão considerações fundamentais em qualquer processo de reforma, especialmente se se pretender resolver os desequilíbrios fundamentais e as injustiças históricas da atual ordem mundial. Muito dependerá da capacidade – e agilidade – das Nações Unidas para

revigorar uma arquitetura institucional do pós-guerra, agora com quase 80 anos, e para colmatar o fosso entre o que se espera que as instituições multilaterais façam e o que são efetivamente capazes de fazer. Só colmatando esse fosso e adotando abordagens mais radicalmente inclusivas para a resolução de

problemas, será possível reforçar a fé no multilateralismo e melhorar a cooperação global efetiva. Como revela o início da história das Nações Unidas, esta não é, de forma alguma, a primeira vez que a organização enfrenta um desafio geopolítico desta dimensão, complexidade ou urgência.

NOTAS

O autor agradece a Adama Dieng, antigo Conselheiro Especial do Secretário-Geral da ONU para a Prevenção do Genocídio, pelos seus comentários perspicazes sobre um projeto anterior deste destaque.

1. Hammarskjöld 1954.

2. Para a comparação, ver Darwin (2007).

3. Ver, em especial, MacQueen (2014).

4. Para uma nova descrição da operação da ONU no Congo, que relaciona os aspetos militares com os aspetos civis da manutenção da paz, ver Thompson (a publicar).

5. Para a declaração e definição de crise e o papel que cada um desempenhou na construção de novas ordens mundiais, ver o projeto "Changing Global Orders", financiado pela Oxford Martin School, de que o autor é um dos quatro diretores <https://www.oxfordmartin.ox.ac.uk/changing-global-orders/> (acedido em 24 de janeiro de 2024).

Interpretar (mal) os outros

Leonardo Bursztyń, *Universidade de Chicago*

A maioria das pessoas é influenciada por outros quando toma decisões importantes ou quando forma opiniões. As percepções sobre os outros devem desempenhar um papel fundamental nestes contextos. De facto, as pessoas são influenciadas pelo que pensam que os outros pensam ou fazem. Mas e se elas próprias interpretarem mal os outros? Se estas percepções erradas forem comuns, muitas pessoas poderão estar a tomar decisões com base em informações incorretas. Mais do que isso, é possível alterar comportamentos importantes através de uma simples recalibração das crenças sobre os outros.

Este destaque começa por analisar as percepções erradas sobre as normas de género. A conclusão é clara: as percepções erradas sobre as normas de género são omnipresentes em todo o mundo e a simples prestação de informações poderia conduzir a melhorias na participação das mulheres no mercado de trabalho. Em seguida, o destaque resume uma meta-análise da literatura recente sobre percepções erradas, que conclui que as percepções erradas sobre os outros são generalizadas, assimétricas e muito maiores quando se trata de membros de um grupo externo. Além disso, os tratamentos experimentais destinados a recalibrar as percepções erradas funcionam geralmente como previsto e conduzem frequentemente a alterações importantes dos comportamentos. Assim, as intervenções que corrigem as percepções erradas podem criar empatia e cooperação entre grupos e reduzir os conflitos e a hostilidade.

Normas de género mal interpretadas: Provas globais

Um módulo recentemente concebido pela Gallup World Poll examina as normas de género sentidas e reais, utilizando amostras representativas a nível nacional de 60 países, que, no seu conjunto, abrangem mais de 80 por cento da população mundial.¹ Um aspeto das normas de género examinado é a forma como as pessoas consideram que as mulheres devem ser autorizadas a trabalhar fora de casa e como as pessoas percebem as opiniões dos outros sobre esse tema. Os padrões são impressionantes: em todos os países analisados, a maioria (muitas vezes esmagadora) das pessoas apoia a ideia de as mulheres trabalharem fora

de casa. E em todos os países, as pessoas subestimam o nível de apoio dos outros.

A próxima questão que nos ocorre é se as normas de género são, elas próprias, a anomalia em termos de precisão das percepções: talvez as pessoas interpretem mal as opiniões dos outros neste domínio, mas não noutros contextos. Os resultados de uma meta-análise recente da literatura ajudam a responder a esta questão.

Percepções erradas sobre os outros em todos os contextos

Uma análise detalhada de 81 artigos publicados nas ciências sociais nos últimos 20 anos mede as percepções sobre os outros numa vasta gama de contextos.² O quadro é claro: em todas as sociedades, os indivíduos têm uma percepção muito errada do que os outros pensam, do que os outros fazem e até de quem são os outros. Estas percepções erradas abrangem uma variedade de tópicos, desde crenças sobre a dimensão das populações imigrantes a percepções das opiniões políticas dos partidários e percepções dos comportamentos de vacinação de outras pessoas numa comunidade. A análise produz alguns factos estilizados fundamentais.

- As percepções erradas sobre os outros prevalecem em vários domínios e não se devem apenas a erros de medição. A avaliação das percepções erradas requer recolher as percepções sobre os outros e o conhecimento da verdade correspondente. Por exemplo, as percepções da composição racial de uma população podem ser comparadas com uma verdade objetiva – isto é, as percentagens da população de cada grupo racial, tal como consta dos dados dos recenseamentos. Para as percepções das opiniões de outras pessoas sobre um tópico, a verdade refere-se às opiniões comunicadas pela população relevante (por exemplo, o seu nível médio).
- As percepções erradas sobre os outros tendem a ser assimétricas, com as crenças a tenderem fortemente para um lado quando comparadas com a realidade. A assimetria das percepções erradas é o rácio entre os inquiridos de um lado da verdade e

os do lado oposto. Nesta definição, o número mais elevado atua sempre como numerador, independentemente de as crenças serem subestimações ou sobrestimações da realidade. Por conseguinte, um rácio de 1 significa um equilíbrio perfeito e um rácio mais elevado indica um desequilíbrio mais pronunciado. As percepções erradas sobre os outros inclinam-se normalmente para um lado, e a inclinação é grande.

- As percepções erradas sobre os membros do grupo interno são nitidamente menos pronunciadas do que as relativas aos membros do grupo externo. Em mais de metade das áreas estudadas, a maioria dos inquiridos tem percepções mais exatas sobre o seu grupo interno do que sobre os membros do grupo externo. Além disso, as percepções sobre os membros do grupo externo tendem a apresentar uma maior dispersão entre os inquiridos do que as percepções sobre os membros do grupo interno. Isto indica que as opiniões sobre os membros do grupo interno não só são mais exatas em média, como também estão mais consistentemente alinhadas com a realidade. Além disso, as percepções dos membros do grupo interno estão mais simetricamente distribuídas em torno da verdade do que as percepções dos membros do grupo externo.
- As atitudes e crenças de cada um estão fortemente correlacionadas, de forma positiva, com as percepções erradas sobre as atitudes e crenças dos outros em relação às mesmas questões. Além disso, os inquiridos tendem a pensar que os outros membros do grupo interno partilham as suas características, atitudes, crenças ou comportamentos, enquanto os membros dos grupos externos são o oposto deles próprios.

A prestação de informações destinadas a corrigir as percepções erradas funciona? Conduz a mudanças de comportamento? A resposta é que estas intervenções são geralmente eficazes – mas há algumas nuances nas conclusões.³ As intervenções que são mais qualitativas e narrativas, como as que envolvem anedotas, vinhetas e narração de histórias, tendem a ter maiores efeitos na correção de percepções erradas. No entanto, embora alguns tratamentos conduzam a grandes mudanças nos comportamentos, essas grandes mudanças ocorrem frequentemente apenas em estudos que examinam os ajustamentos comportamentais pouco tempo depois das intervenções, o que sugere uma potencial rigidez no mapeamento entre as percepções incorretas e alguns comportamentos: embora as crenças possam ter mudado, os fatores subjacentes mais profundos do comportamento podem não ter mudado. As conclusões espelham outros trabalhos recentes que sugerem que as intervenções qualitativas e orientadas para a narrativa podem ser particularmente eficazes e ter efeitos mais

duradouros.⁴ Compreender as formas mais eficazes de corrigir percepções erradas e gerar mudanças comportamentais duradouras é uma via importante para a investigação futura – e que pode ter implicações políticas significativas.

Outro caminho mais conceptual para o trabalho futuro envolve uma melhor compreensão das forças gerais que conduzem a percepções erradas persistentes. A origem, rigidez e persistência das percepções erradas sobre os outros podem, em princípio, ser explicadas por diferentes quadros conceptuais, como os estereótipos,⁵ o raciocínio fundamentado⁶ e a ignorância pluralista.⁷ Mas a maioria das concepções de estudo existentes não consegue destrinçar o papel desses diferentes modelos. Uma melhor compreensão do papel destes mecanismos permitiria uma melhor concepção das políticas.

Uma última área a considerar é como pensar no bem-estar em contextos de percepções erradas generalizadas. Uma dessas considerações normativas – fora do âmbito da literatura existente – é examinar se informar as pessoas sobre o verdadeiro estado do mundo para corrigir as suas percepções é algo que é sempre desejável. É sabido que muitos regimes autoritários podem manter o seu controlo político manipulando diretamente as percepções que os cidadãos têm uns dos outros.⁸ Nesses contextos, será que as intervenções que corrigem algumas percepções sobre os outros alargam os direitos políticos e a liberdade a mais pessoas em todo o mundo? Na medida em que as percepções erradas podem ser autorrealizáveis, pode a política ser concebida para criar percepções erradas que conduzam a resultados socialmente mais desejáveis (como nos contextos da tolerância racial e da igualdade de género)?

Lições para desenvolver a cooperação intergrupala e reduzir a hostilidade

As pessoas tendem a ter percepções muito mais erradas sobre os membros de um grupo externo do que sobre os membros de um grupo interno. Em muitos casos, estas percepções erradas exageram as diferenças percebidas entre grupos, como no caso dos Democratas e dos Republicanos nos Estados Unidos.⁹ Este fenómeno pode não ser surpreendente, dado o crescente enfoque numa mentalidade “nós contra eles” por parte dos meios de comunicação social e dos políticos. Uma implicação potencial está relacionada com uma hipótese de longa data na psicologia social, segundo a qual a semelhança percebida é um fator-chave para que alguém sinta empatia por grupos externos. O fornecimento de informação e o contacto intergrupala podem levar a um aumento da percepção de semelhança com os grupos externos, o que, por sua vez, gera

maior altruísmo e empatia para com esses grupos.¹⁰ A correção de percepções erradas sobre os grupos externos tem, assim, o potencial de reduzir a hostilidade e aumentar a cooperação e o altruísmo – um resultado importante num mundo cada vez mais dividido e polarizado.

Em todas as sociedades e em todos os domínios, as pessoas têm uma percepção muito errada do que os

outros pensam, do que os outros fazem e até de quem são os outros. O conjunto de trabalhos aqui analisados indica que, em muitos contextos importantes, as mudanças de comportamentos e atitudes podem ser conseguidas com intervenções políticas simples e económicas, através do fornecimento de informação sob a forma de estatísticas, vinhetas, anedotas ou narrativas.

NOTAS

-
- | | |
|---|---|
| <ol style="list-style-type: none">1. Bursztyn e outros 2023. Este trabalho alarga as conclusões da Arábia Saudita, onde a grande maioria dos jovens casados apoia, em privado, o trabalho das mulheres fora de casa, mas acredita incorretamente que a maioria dos outros homens (incluindo os seus próprios vizinhos) se opõe a isso (Bursztyn, González e Yanagizawa-Drott 2020).2. Bursztyn e Yang 2022.3. Bursztyn e Yang 2022.4. Graeber, Roth e Zimmermann 2023. | <ol style="list-style-type: none">5. Bordalo e outros 2016.6. Bénabou e Tirole 2016.7. Bursztyn, Egorov e Fiorin 2020; Bursztyn, González e Yanagizawa-Drott 2020; Kuran 1997.8. Kuran 1997.9. Bordalo, Gennaioli e Shleifer 2022; Bordalo, Tabellini e Yang 2020.10. Andries e outros 2024. |
|---|---|

Notas e referências

Notas

RETRATO INSTANTÂNEO

- 1 Ver PNUD (2020, 2022a).
- 2 Watson e outros 2022.
- 3 Ver o Painel global para a equidade das vacinas do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento em <https://data.un-dp.org/insights/vaccine-equity>.
- 4 Vaidyanathan 2024. Estas promessas de auxílio ficam ainda aquém das perdas e dos danos anuais associados às alterações climáticas, que se estimam em cerca de 400 mil milhões de dólares por ano
- 5 <https://about.bnef.com/blog/global-clean-energy-investment-jumps-17-hits-1-8-trillion-in-2023-according-to-bloombergnef-report/> (acedido em 31 de janeiro de 2024).
- 6 Os dados do IDH até 2022 constam da tabela 1 do *Anexo estatístico*. Os valores para 2023 são projeções que utilizam as mesmas fontes de dados utilizadas para essa tabela.
- 7 Msemburi e outros 2023.
- 8 Ver PNUD (2022a).
- 9 Cerca de 3 mil milhões de pessoas declaram sentir-se preocupadas atualmente, o que representa um aumento de 687 milhões de pessoas na última década; 2 mil milhões de pessoas declaram sentir-se tristes, mais 540 milhões de pessoas do que há uma década; e 2,9 mil milhões de pessoas sofrem de stress, o que representa um aumento de 596 milhões de pessoas na última década (cálculos do Gabinete do Relatório sobre o Desenvolvimento Humano baseados em dados de Gallup 2023). Daly e Macchia (2023) documentam um aumento da prevalência de sentimentos de angústia emocional entre 2009 e 2021.
- 10 Ver Kurlantzick (2022), Nichols (2021) e PNUD (2023b).
- 11 Funke, Schularick e Trebesch 2023.
- 12 Andre e outros 2024.
- 13 Fernbach e Van Boven 2022.
- 14 Gur, Ayal e Halperin 2021.
- 15 Graeber, Roth e Zimmerman 2023; Vogt e outros 2016.
- 16 Demeritt e Hoff 2023. Expandir a agência significa aumentar a capacidade das pessoas para serem sujeitos de mudança. As políticas não realçaram suficientemente o papel central da agência como um pilar fundamental do desenvolvimento humano. Reduzir as desigualdades nessa capacidade de agência permite que as pessoas participem na argumentação pública e na tomada de decisões através de instituições em que confiam.

17 Sobre a importância da copropriedade para as instituições políticas, ver Allen (2023)

18 Sobre a mobilização do futuro como ideia política, ver White (2023)

SÍNTESE

- 1 Persson e Bennich 2023.
- 2 IRC 2023a; ACNUR 2023b, 2023c.
- 3 Msemburi e outros 2023; Wang e outros 2022;
- 4 Bolyky e outros 2022; Lenton, Boulton e Scheffer 2022.
- 5 Bolyky e outros 2022.
- 6 Henkel e outros 2023.
- 7 Kumar e outros 2022.
- 8 Druedahl, Minssen e Price 2021.
- 9 Gleeson e outros 2023.
- 10 NASA 2023.
- 11 A plataforma Human Climate Horizons do PNUD é uma plataforma de visualização interativa (<https://horizons.hdr.undp.org/>) que consiste num recurso público digital dinâmico que projeta, até ao final do século XXI, os impactos das alterações climáticas nas pessoas e as suas implicações para o desenvolvimento humano.
- 12 Albrecht 2012, p. 250. Ver também Clayton and Karzsia (2020), Stanley e outros (2021) e Wullenkord e outros (2021).
- 13 Hickman e outros 2021.
- 14 Funke, Schularick and Trebesch 2016; Guiso e outros 2019; Gyöngyösi e Verner 2022; Mian, Sufi e Trebbi 2014.
- 15 Funke, Schularick e Trebesch 2023.
- 16 Cerra, Fatás e Saxena 2023.
- 17 Aiyar e outros 2023.
- 18 Aiyar e outros 2023; Xing, Gentile e Dollar 2021.
- 19 Ganapati e Wong 2023.
- 20 Chen, Mrkaic e Nabar 2019; Lane e Milesi-Ferretti 2018.
- 21 Holland e Pazarbasioglu 2024.
- 22 OMC 2023.
- 23 Desde 2023, com base nos dados da União Internacional das Telecomunicações (<https://www.itu.int/en/ITU-D/Statistics/Pages/stat/default.aspx>, acessado em 16 de novembro de 2023).
- 24 OIM 2022.
- 25 PNUD 2009.

26 Koczan e outros 2021.

27 Engler e outros 2020.

28 Stiglitz 1998.

29 Ver Alcalá e Ciccone (2004), Bartley Johns e outros (2015); Frankel e Romer (2017) e FMI (2001). Ver Birdsall e outros (1993) para reflexões sobre o milagre da Ásia Oriental. O comércio também afetou de forma diferente os grupos populacionais (Engel e outros 2021).

30 White e outros 2023.

31 Walter 2021b.

32 Alstadsæter e outros 2023.

33 Minerais, energia, culturas fundamentais, eletrónica, produtos farmacêuticos, metais de base, produtos químicos, serviços financeiros, serviços profissionais, propriedade intelectual (Seong e outros 2022).

34 As contribuições para a concretização dos bens públicos mundiais ganharam força na viragem do século XX (Kanbur, Sandler e Morrison 1999; Kaul, Grunberg e Stern 1999; Sandler 1997). Uma primeira vaga de interesse político pelos bens públicos mundiais está contemplada em Kaul e Conceição (2006), Kaul e outros (2003) e Zedillo e outros (2006). Para uma análise recente da importância crescente dos bens públicos mundiais no mundo atual, ver Buchholz e Sandler (2021).

35 Boese e outros 2022; Card e outros 2022; Iyengar, Sood e Lelkes 2012; McCoy e Somer 2019; Wagner 2021.

36 Levin, Milner e Perrings 2021.

37 Ver Van Bavel e outros (a publicar) sobre os custos da polarização de uma pandemia.

38 Schimmelpfennig e outros 2022.

39 Tal como argumentado em Bednar (2021).

40 Bednar 2021.

41 Hobolt, Leeper e Tilley 2021.

42 Henkel e outros 2023.

43 De Vries, Hobolt e Walter 2021.

44 Bearce e Jolliff Scott 2019.

45 Deitelhoff 2020; Dellmuth e Tallberg 2015; Nye Jr 2001; Schneider 2018.

46 Ver Conceição e Mendoza (2006) e capítulo 3.

47 Sparkman, Geiger e Weber 2022.

48 Graeber, Roth e Zimmerman 2023.

49 A noção de agência associada a resultados coletivos tem sido referida como “agência coletiva”. Ver, por exemplo, Ibrahim (2006), Leßmann (2022), Pelenc, Bazile e Ceruti (2015) e Rauschmayer e outros (2018).

50	Ver também Prados de la Escosura (2022).	
51	O'Madagain e Tomasello 2022; Tomasello 2022.	
52	PNUD 2023a.	
53	PNUD 2023a.	
54	PNUD 2023a.	
55	ONU 2023b.	
56	Por exemplo, a Comissão Stiglitz para a Reforma do Sistema Financeiro e Monetário Internacional (que se reuniu em 2008, em plena crise financeira mundial de 2007-2008) sugeriu, como opção, a criação de um Conselho de Coordenação Económica Mundial (Comissão Stiglitz 2009).	
57	Através dos 171 membros do Fórum Mundial sobre a Transparência e a Troca de Informações para Fins Fiscais. Em 2022, foram trocadas automaticamente informações sobre quase 12 biliões de euros em ativos. Ver OCDE (2024b).	
58	Secretário-Geral das Nações Unidas 2023.	
59	Alstadsæter e outros 2023.	
60	Sen 1999, p. 18.	
<hr/>		
PARTE I		
<hr/>		
CAPÍTULO 1		
<hr/>		
1	Os dados do IDH até 2022 constam da tabela 1 do <i>Anexo estatístico</i> . Os valores para 2023 são projeções que utilizam as mesmas fontes de dados utilizadas para essa tabela.	
2	Ver também o Painel Independente para Preparação e Resposta à Pandemia (2021).	
3	PNUD 2022a.	
4	Rockström e outros 2024; PNUD 2020b.	
5	Centros Nacionais de Informação Ambiental da NOAA 2023.	
6	Ebi e outros 2021.	
7	Observatório da Terra da NASA 2023.	
8	Oatis 2023.	
9	Mlaba 2023.	
10	Obermeier e Rustad 2023.	
11	Se a guerra no Lénen prosseguir até 2030, o desenvolvimento humano sofrerá um retrocesso de 40 anos, ou seja, de uma geração e meia (Moyer e outros 2019; PNUD e CESAO 2023).	
12	ONU 2023d.	
13	ONU 2023d.	
14	Sen (1999) defende que o desenvolvimento é o processo de expansão das liberdades humanas numa variedade de dimensões, incluindo a liberdade política (como a liberdade contra a tirania e a opressão), a liberdade económica (como a liberdade contra a pobreza e a fome), as oportunidades sociais (como a capacidade de aceder a serviços sociais), a transparência (como a liberdade de expressão) e a segurança.	
15	FEM 2023c.	
16	Msemburi e outros 2023.	
17	Os países menos desenvolvidos têm baixos níveis de rendimento e enfrentam vulnerabilidades que os tornam “o segmento mais pobre e mais fraco” da comunidade internacional (https://www.un.org/ohrls/content/about-least-developed-countries).	
18	Ver discussões em PNUD (2022a, 2022b).	
19	Ver, a título de exemplo, Cerra, Fatás e Saxena (2023) e Göcke (2002).	
20	Cerra, Fatás e Saxena 2023.	
21	Ver, por exemplo, Yagan (2019) sobre a histerese no emprego nos Estados Unidos após a crise financeira mundial de 2007-2008.	
22	Ver, por exemplo, Anzoategui e outros (2019).	
23	A este respeito, Schwandt e Von Wachter (2020) analisam os efeitos das recessões na saúde das coortes que entram no mercado de trabalho durante uma grande recessão.	
24	Por exemplo, no contexto da crise financeira mundial pós-2007-2008, Ball (2014) estuda 23 países da OCDE e encontra provas de uma perda do produto potencial e de uma redução da taxa de crescimento do produto potencial, que se agravam ao longo do tempo.	
25	Ver, por exemplo, Conceição e Kim (2014), Conceição, Kim e Zhang (2010), Conceição, Mukherjee e Nayyar (2011) e Molina e outros (2014). Ver também o efeito estimado sobre o desenvolvimento humano dos ciclos económico-políticos em África, estudado por Iddrisu e Mohammed (2019) para 38 países africanos entre 1990 e 2015. Ver os efeitos dos choques globais num conjunto de indicadores nacionais de desenvolvimento humano em 29 países da Europa Central e Ocidental e da Comunidade de Estados Independentes em Horváth, Ivanov e Peleah (2012). Além disso, verificou-se que as flutuações económicas globais afetam os valores do IDH através de diferentes componentes da balança de pagamentos no Egito (ver Emará e Mohamed 2023). Ver Kim e Conceição (2010) sobre os efeitos dos choques de conflito no desenvolvimento humano.	
26	Molina e outros 2014.	
27	A título exemplificativo, Camarena e outros (2022) analisam a tendência e a componente cíclica de indicadores sociais como a taxa de desemprego, a pobreza monetária e o valor do IDH para 15 países da América Latina. Concluem que, embora a componente cíclica explique 72,1 por cento da variação da taxa de desemprego e 32,1 por cento da variação da pobreza monetária, explica apenas 3,3 por cento da variação do valor do IDH. Leite e Ferreira (2023), utilizando dados nacionais para cinco regiões do Brasil, concluem que o valor do IDH é o indicador social com a componente cíclica mais baixa entre os indicadores analisados.	
28	Por exemplo, a origem da utilização moderna dos ciclos económicos remonta a um século atrás, quando eram vistos como períodos alternados de crise e prosperidade nos estudos da Agência Nacional de Investigação Económica (Cerra, Fatás e Saxena 2023).	
29	PNUD 2022a.	
30	O PISA é um programa de avaliação da OCDE que compara os resultados obtidos no ensino básico entre jovens de 15 anos de todo o mundo, medindo as capacidades básicas nas áreas da ciência, matemática e leitura.	
31	Johnson 2019.	
32	Msemburi e outros 2023. Este valor baseia-se em cálculos de excesso de mortalidade. O número registado pelas autoridades nacionais foi muito inferior. Ver Universidade Johns Hopkins (2023).	
33	Rosenwald 2021.	
34	Al Amin e outros 2021; Lau e outros 2022; Pujolar e outros 2022.	
35	Kaczorowski e Del Grande 2021; Ziedan, Simon e Wing 2022.	
36	Keynejad 2023.	
37	OMS 2022b.	
38	Santomauro e outros 2021.	
39	UNICEF 2021.	
40	Lee 2020.	
41	Patel e outros 2022, p. 2.	
42	See Ravens-Sieberer e outros (2023). Por exemplo, a prevalência da ansiedade aumentou de 15% antes da pandemia para 30% de dezembro de 2020 a janeiro de 2021 e caiu, de seguida, para 25% de setembro a outubro de 2022.	
43	Schady e outros 2023.	
44	Schady e outros 2023.	
45	OCDE 2023.	
46	Dorn e outros 2021.	
47	Dorn e outros 2021.	
48	Bryant e outros 2022.	
49	Bryant e outros 2022.	
50	FMI 2021c.	
51	FMI 2021c.	
52	OIT 2023.	
53	Alon e outros 2022.	
54	Alon e outros 2022.	
55	PNUD 2023a.	
56	Flor e outros 2022; Goldin 2022.	
57	Rendimento nacional bruto em termos reais de paridade do poder de compra (cálculos do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano com base em projeções do Fundo Monetário Internacional, World Economic Outlook database, outubro de 2023, https://www.imf.org/en/Publications/WEO/weo-database/2023/October , acessado em 1 de dezembro de 2023).	
58	Arellano, Bai e Mihalache 2020.	
59	Grupo de Resposta à Crise Mundial da ONU 2023.	
60	Grupo de Resposta à Crise Mundial da ONU 2023, p. 4.	
61	Ecker e outros 2023.	
62	Molina e Jensen 2023. A Somália está excluída porque não foi calculado um valor de IDH para 2019.	
63	Guterres 2023a.	
64	Aas Rustad 2023; Arasmith, Østby e Aas Rustad 2022.	
65	Instituto para a Economia e a Paz 2023.	

- 66 Buhaug e Gleditsch 2008.
- 67 Instituto para a Economia e a Paz 2023.
- 68 De Maio 2010.
- 69 Hyndle-Hussein 2015.
- 70 SIPRI 2023.
- 71 O número de mortes em combate aumentou substancialmente em 2022. Uma estimativa divulgada em meados de 2023 apontava para 177.000-303.000 (Davies, Pettersson e Öberg 2023). É provável que o número de mortes esteja mais próximo do limite superior, com base em relatos de estimativas mais elevadas do que o previsto para os principais conflitos desse ano (Cooper e outros 2023; Pilling e Schipani 2023). Embora incertas, estas estimativas indicam que as mortes em combate estão a atingir níveis nunca vistos desde o final da Segunda Guerra Mundial, coincidindo com o facto de, em 2022, o mundo ter registado o nível mais elevado de conflitos armados entre países desde 1945. Ver Obermeier e Rustad (2023) relativamente a tendências de conflitos a longo prazo.
- 72 Persson e Bennich 2023.
- 73 Persson e Bennich 2023; Programa de Dados sobre Conflitos de Uppsala 2023.
- 74 Em muitos casos, os alimentos e a ajuda humanitária não chegam atempadamente às populações atingidas devido a obstáculos políticos, aumentando o número de mortes de civis, como se verificou na Etiópia, em Gaza, na República Árabe Síria, no Sudão e no Iémen.
- 75 Os conflitos internacionalizados são conflitos civis em que pelo menos um ou mais governos de países terceiros participam através de contributos ou do envio de militares.
- 76 Obermeier e Rustad 2023.
- 77 IIEE 2023.
- 78 Regan 2002.
- 79 Obermeier e Rustad 2023.
- 80 CIR 2023a; ACNUR 2023b; ACNUR 2023c.
- 81 ENUCAH 2023.
- 82 Nisbet, Lestrat e Vatanparast 2022.
- 83 ACNUR 2023a.
- 84 OIM 2022.
- 85 ACNUR 2023b.
- 86 ENUCAH 2023.
- 87 Comité Internacional de Resgate 2023.
- 88 Painel Intergovernamental sobre as Alterações Climáticas 2023.
- 89 Aichele e Felbermayr 2015.
- 90 Jakob e outros 2022.
- 91 NASA 2023.
- 92 Dance 2023.
- 93 PNUD 2022b.
- 94 Ainda que o foco do debate esteja na interdependência e nas desigualdades entre países, existe ainda uma interdependência entre as pessoas e o planeta que está a ser mal gerida, resultando não só em alterações climáticas, mas também noutros desafios ambientais, como o declínio da biodiversidade (ver Caillon e outros 2017; Redvers e outros 2022; Richardson e outros 2022).
- 95 He e Silliman 2019; Reimann, Vafeidis e Honsel 2023.
- 96 PNUD 2024. Por exemplo, as projeções da plataforma Human Climate Horizons mostram que a percentagem da população que vive em planícies aluviais com um fator de ocorrências de 1 em cada 20 anos em Kiribati poderá aumentar de 2,27% nas próximas décadas para 9,35% no final do século, num cenário de emissões moderadas.
- 97 Persson e Bennich 2023.
- 98 ONU 2023d.
- 99 Persson e Bennich 2023.
- 100 Banco Mundial 2022.
- 101 Banco Mundial 2022
- 102 ONU 2023c.
- 103 Banco Mundial 2022.
- 104 ONU 2023c.
- 105 Banco Mundial 2022.
- 106 Desigualdade de rendimentos a nível mundial, medida em função do rácio entre o rendimento médio dos 10% mais ricos e o rendimento médio dos 50% mais pobres (Chancel e outros 2022).
- 107 Chancel e outros 2022.
- 108 Persson e Bennich 2023.
- 109 Chancel e outros 2022. Estes padrões estabelecem ligações importantes com o próprio processo de globalização. Os dados sugerem que, entre 1980 e 2010, a desigualdade entre países diminuiu à medida que as economias emergentes cresciam e se aproximavam das economias de alto rendimento. Durante o período em que a integração global deslocou os empregos pouco qualificados para os países com mão de obra abundante, as pessoas com rendimentos mais baixos em países avançados perderam rendimentos, enquanto as pessoas com rendimentos baixos e médios em países com mão de obra abundante aumentaram os seus rendimentos. Consequentemente, verificou-se um aumento da desigualdade em cada país nas economias de alto rendimento. A desigualdade em cada país também aumentou nos países de rendimento baixo e médio, uma vez que os ganhos para os ricos aumentaram desproporcionalmente em relação aos da população pobre.
- 110 Chancel e outros 2022.
- 111 PNUD 2023a.
- 112 ONU 2022.
- 113 Olaberria 2022.
- 114 Coppedge e outros 2022.
- 115 Persson e Bennich 2023.
- 116 Papada e outros 2023.
- 117 UNESCO 2022.
- 118 Sen 1999.
- 119 Papada e outros 2023.
- 120 UNESCO 2022.
- 121 PNUD 2022a.
- 122 Scheidel e outros 2023.
- 123 DAESNU s.d.
- 124 McIver e outros 2014.
- 125 Roy 2019.
- 126 Albrecht 2019; Cianconi e outros 2023.
- 127 Crabtree 2022.
- 128 Existe uma dúvida quanto ao carácter abstrato das alterações climáticas. Conforme referido a um nível, a literatura sobre catástrofes sobrepõe-se à literatura sobre as eco-emoções, uma vez que as catástrofes podem já ter afetado determinadas pessoas. Outras questões podem incluir a preocupação das pessoas com as alterações climáticas que as afetam diretamente (possivelmente, por viverem numa zona de inundações) ou a capacidade das pessoas se colocarem no lugar das outras. "Preocupação", por exemplo, com as alterações climáticas pode ter significados muito diferentes para pessoas diferentes.
- 129 Hickman e outros 2021.
- 130 Klinenberg, Araos e Koslov 2020.
- 131 PNUD 2022b.
- 132 Rovenskaya, Gomez Echeverri e Patil 2023, p. 2.
- 133 Otto e outros 2020.
- 134 PNUD 2022a.
- 135 Marquardt 2017; Rovenskaya, Gomez Echeverri e Patil 2023.
- 136 Marion Suiseeya, Elhard e Paul 2021; Otto e outros 2020; Pattberg e Stripple 2008.
- 137 Por volta de 2005, as mortes relacionadas com a SIDA atingiram cerca de 2 milhões de pessoas por ano, número que diminuiu para 1 milhão por ano na sequência dos avanços do tratamento antirretroviral, que permite que as pessoas sobrevivam e vivam com SIDA, apesar de a prevalência da infeção continuar a ser elevada (Roser e Ritchie 2023). A esperança de vida voltou a aumentar em muitos países de África, onde em meados da década de 2000 tinha recuado 10 a 20 anos.
- 138 Considere-se o maior pacote de estímulos de sempre, no valor de 2 biliões de euros, da União Europeia para apoiar a recuperação da pandemia (Comissão Europeia 2023; Matina 2020). Um dos elementos centrais do pacote foram as subvenções destinadas a ajudar os países membros mais afetados.

CAPÍTULO 2

- 1 Helleiner 2021; FEM 2022.
- 2 Stiglitz 2002.
- 3 Georgieva, Loayza e Mendez Ramos 2018.
- 4 Ver, por exemplo, Escande (2023), Fink (2022) e Helleiner (2021).
- 5 McBride e Siripurapu 2022.
- 6 Altman e Bastian 2022; Seong e outros 2022; Seong e outros 2024.
- 7 Balsa-Barreiro e outros 2020.
- 8 Ver, por exemplo, Frankel e Romer (1999, 2017) sobre a relação entre a interdependência económica (representada pelo comércio internacional) e o crescimento económico. Considere-se ainda que o comércio de equipamento médico, de equipamento de proteção individual e de vacinas foi fundamental para salvar vidas durante a pandemia de Covid-19 (OCDE 2021); o desenvolvimento de vacinas mRNA baseou-se fortemente em parcerias transfronteiriças e transregionais para o fornecimento de componentes (Kumar e outros 2022), o desenvolvimento e ensaios clínicos e o fabrico (Druehdahl,

- Minssen e Price 2021). Com um acesso e uma distribuição mais equitativos, poderiam ter sido salvas ainda mais vidas e a duração da pandemia poderia ter sido encurtada.
- 9 A recente pandemia de Covid-19 e a crise financeira mundial de 2007-2008 são exemplos disso mesmo.
- 10 Coyle 2023; Rodrik 2023; Stiglitz 2007, 2002b; White e outros 2023.
- 11 Goldberg 2023.
- 12 Rodrik 2018, 2021.
- 13 Conforme referido mais adiante no capítulo.
- 14 Mondliwa, Roberts e Ponte 2021.
- 15 E as “caixas ordenadas e coloridas dos Estados-nação nos mapas políticos do mundo desmentem a complexidade das... interconexões” (Dalby 2020, p. 7).
- 16 Embora muitas pessoas ainda vivam em pequenas comunidades, mais de metade da população mundial vive atualmente em cidades, prevendo-se um aumento do número de cidades e da população urbana mundial, sobretudo nos países com baixos rendimentos (UN-Habitat 2022).
- 17 De facto, descobertas arqueológicas recentes sugerem que o transporte a longa distância de materiais como a obsidiana surgiu muito cedo na evolução humana. Blegen (2017) relata a descoberta de obsidiana proveniente de aproximadamente 166 quilômetros de distância de sítios arqueológicos datados de há cerca de 200.000 anos. Brooks e outros (2018) e Deino e outros (2018) demonstram que o intercâmbio social a grandes distâncias pode ter começado ainda mais cedo, há cerca de 320.000 anos. É claro que, ao longo da história, existem vários registos de trocas que se realizam a grandes distâncias. Um exemplo mais recente e bem conhecido é a chamada Rota da Seda, que remonta ao século I a.C. e ligava a Ásia Central, a China, a Índia, a Pérsia, a Arábia e a Europa. Beckwith (2009) defende que a “rota” na “Rota da Seda” desvaloriza os compromissos com os povos da Ásia Central, como se as trocas fossem apenas uma conduta da China para a Europa, quando, na verdade, houve interações profundas em toda a Eurásia, com intercâmbios económicos e culturais generalizados e duradouros.
- 18 Por exemplo, Ganapati e Wong (2023) demonstram que os custos globais de transporte de mercadorias diminuíram substancialmente; o custo de transporte de 1 tonelada de mercadorias por 1 quilómetro desceu aproximadamente 35% desde 1970 e o custo de transporte de 1 dólar de mercadorias por 1 quilómetro desceu mais de 50%.
- 19 Rodrik 2018.
- 20 Rodrik 2011; Stiglitz e Greenwald 2014.
- 21 Um vasto conjunto de publicações descreve as ligações entre o comércio, o crescimento económico e a redução da pobreza (ver, por exemplo, Dollar e Kraay 2004; Frankel e Romer 2017; Sala-i-Martin 2007). No entanto, a literatura também destaca algumas nuances. Por exemplo, Dollar e Kraay (2003) concluem que tanto as instituições como a maior abertura do comércio são importantes para o crescimento económico e que os países com “melhores” instituições comercializam mais. Além disso, os investigadores concluíram que, a longo prazo, as instituições são mais importantes para o crescimento económico do que o comércio (ver, por exemplo, Rodrik, Subramanian e Trebbi 2004). Até mesmo o sucesso dos chamados Tigres Asiáticos foi atribuído a uma mescla de estratégias de crescimento orientadas para a exportação e de políticas industriais (Stiglitz 1996).
- 22 Nolan, Richiardi e Valenzuela 2019.
- 23 Hirte, Lessmann e Seidel 2020; Rodríguez-Pose 2012.
- 24 Autor, Dorn e Hanson 2013, 2016; Dix-Carneiro e outros 2023.
- 25 Stiglitz e Greenwald 2014.
- 26 FMI 2023c.
- 27 FEM 2023b.
- 28 Goldberg e Reed 2023.
- 29 Aiyar e outros 2023. Embora existam diversas definições e medidas de globalização, incluindo o Índice de Globalização KOF, que mede a globalização à luz das dimensões económica, social e política (Gygli e outros 2019), e o Índice de Conexão Global DHL, que mede os fluxos comerciais, de capital, de pessoas e de informação (Altman e Bastian 2022), a globalização na literatura económica é geralmente referida como abertura comercial e financeira internacional e é medida pela soma das exportações e importações que representam uma percentagem do PIB mundial (Aiyar e outros 2023; Cevik 2023). Utilizando esta última métrica, Cevik (2023) não encontra qualquer recuo estrutural da globalização. Além disso, os índices atrás referidos revelam ainda um elevado grau de globalização após uma desaceleração temporária durante a pandemia de Covid-19 (Altman e Bastian 2022). Dito isto, alguns investigadores argumentam que as atuais tendências de aumento das barreiras comerciais e outras medidas políticas viradas para dentro, analisadas neste capítulo, ainda não afetaram totalmente o nível de globalização (Goldberg e Reed 2023).
- 30 Wolf 2024.
- 31 Lane e Milesi-Ferretti 2018. Os seus estudos concluem que a integração financeira internacional, enquanto detenções transfronteiriças de ativos e passivos, continua a ser elevada, embora o ritmo de integração tenha diminuído desde 2007/2008. As economias emergentes e em desenvolvimento estão a desempenhar um papel cada vez mais importante, compensando alguns dos declínios na atividade bancária transfronteiriça nas economias avançadas.
- 32 Minerais, energia, principais culturas, eletrónica, produtos farmacêuticos, metais de base, produtos químicos, serviços financeiros, serviços profissionais e propriedade intelectual (Seong e outros 2022).
- 33 Xing, Gentile e Dollar 2021. Os serviços – incluindo finanças, logística, comunicação e, cada vez mais, serviços digitais – viabilizam as cadeias de valor globais e estão a desempenhar um papel ainda mais importante no comércio mundial. De facto, o comércio de produtos intermédios é agora ligeiramente superior ao comércio de produtos finais (Aiyar e outros 2023).
- 34 A utilização dos transportes de mercadorias, quer em termos de peso quer em termos de valor, mais do que duplicou entre 1965 e 2020, à medida que as economias emergentes se foram estabelecendo cada vez mais no mercado internacional (Ganapati e Wong 2023).
- 35 OIM 2022.
- 36 OIM 2022.
- 37 PNUD 2009.
- 38 Engler e outros 2020.
- 39 Bond 2022; Esses 2018; Koczan e outros 2021.
- 40 Para uma análise, ver Koczan e outros (2021), que, entre muitas outras coisas, demonstram que a imigração não tem um efeito significativo no desemprego do país de acolhimento. Ou considere Engler e outros (2020), que concluem que um aumento de 1 ponto percentual na imigração nas economias avançadas aumenta a produção económica em quase 1% em cinco anos.
- 41 Altman e Bastian 2022; UNCTAD 2022.
- 42 González e Ferencz 2018.
- 43 Gopalan, Reddy e Sasidharan 2022; Xing, Gentile e Dollar 2021.
- 44 UIT 2023.
- 45 Balsa-Barreiro e outros 2020.
- 46 Os blocos comerciais da União Europeia, da América do Norte e dos 10 países da Associação das Nações do Sudeste Asiático representam quase 70 por cento do comércio mundial (Broom 2023; Sytsma 2020).
- 47 Por exemplo, a África Subsariana, onde se encontram muitos países fortemente dependentes do comércio internacional para obterem rendimentos, representa uma parte ínfima do comércio mundial (aprox. 3%; Coulibaly 2022).
- 48 Kamin, Arteta e Ruch 2023.
- 49 Iacoviello e Navarro (2019) mostram que um aumento da taxa de juro dos EUA em 100 pontos de base reduz o PIB estrangeiro em 0,5% nas economias avançadas e em 0,8% nas economias emergentes ao fim de três anos, valores semelhantes aos efeitos internos de um choque monetário (que se verificou reduzir o PIB nos Estados Unidos em 0,7% ao fim de dois anos).
- 50 Iacoviello e Navarro 2019. Ver também FMI (2014).
- 51 Ver, por exemplo, Stiglitz e Greenwald (2014).
- 52 Cortinovis, Crescenzi e Van Oort 2020; Crescenzi, Dyèvre e Neffke 2022; Xing, Gentile e Dollar 2021.
- 53 Narula e Pineli 2019.
- 54 Autor e outros 2020b; De Loecker e Eeckhout 2018; De Loecker, Eeckhout e Unger 2020; Karabarbounis 2023; Karabarbounis e Neiman 2013; UNCTAD 2023.
- 55 Howard 2021.
- 56 J. Clapp 2021, 2023; Lianos e outros 2022; Palazzo e Voller 2022.
- 57 Wallach 2021. A título de exemplo, em 2021, a capitalização bolsista – o valor total das ações de uma empresa na bolsa de valores – da Apple era superior ao PIB do Brasil, Canadá, Itália, República da Coreia, Federação Russa e muitos outros.
- 58 White e outros 2023.
- 59 Lund e outros 2020.
- 60 Coyle (2023, p. 8) sugere que as forças da globalização e os avanços tecnológicos, nomeadamente na reorganização dos processos de produção e comércio, conduziram a padrões de especialização tão fortes que “o âmbito do mercado parece ter atingido um limite que significa que existe

- um compromisso entre a divisão contínua do trabalho e o rigor da concorrência.” Por outras palavras, os mercados de “too big to fail” são agora também acompanhados por mercados “too few to fail”.
- 61 White e outros 2023.
- 62 Birshan 2023; Seong e outros 2024.
- 63 FEM 2023a.
- 64 FEM 2023a.
- 65 Autor, Dorn e Hanson 2016.
- 66 Os dados da década de 1980 e do início da década de 1990 revelaram uma relação positiva entre a despesa pública e a abertura comercial na maioria dos países. No entanto, esta relação já não parece verificar-se (Trubowitz e Burgoon 2023; ver também Anderson e Obeng 2021).
- 67 Autor e outros (2020a) relacionam a polarização política nos Estados Unidos com as implicações da globalização, enquanto Fetter (2019) defende que foi a incidência das políticas de austeridade no Reino Unido que representou o fator causal próximo.
- 68 Guriev e Papaioannou 2022; Trubowitz e Burgoon 2023. Em 2002, o livro pioneiro de Joseph Stiglitz, *Globalization and its Discontents* (Stiglitz 2002), afirmava que as políticas económicas predominantes da globalização na altura – liberalização do mercado, privatização e políticas de austeridade – não tinham cumprido as suas promessas de crescimento, estabilidade e redução da pobreza e, em vez disso, tinham conduzido a resultados adversos, como a perda de postos de trabalho e de rendimentos, o aumento das desigualdades e o abrandamento do desenvolvimento em muitos países. Baseamo-nos neste trabalho, mas centramo-nos na forma como os sentimentos de descontentamento e de antiglobalização parecem ter-se globalizado.
- 69 Guriev e Papaioannou 2022.
- 70 Guriev e Papaioannou 2022.
- 71 Walter (2021b) constata que o sentimento antiglobalização não aumentou entre o público em geral, mas que as narrativas antiglobalização se tornaram cada vez mais comuns no discurso partidário.
- 72 Altomonte, Gennaro e Passarelli 2019; De Vries, Hobolt e Walter 2021.
- 73 Rodrik 2021.
- 74 Ver, por exemplo, Bonomi, Gennaioli e Tabellini (2021) e Noury e Roland (2020); ver também Funke, Schularick e Trebesch (2023) sobre os custos económicos do populismo.
- 75 Gyöngyösi e Verner 2022; Mian, Sufi e Trebbi 2014.
- 76 Tooze 2023.
- 77 Jordà e Taylor 2016.
- 78 Naoi 2020.
- 79 Autor e outros 2024.
- 80 Veja-se que, no contexto europeu, Rommel e Walter (2018) demonstram que as pessoas expostas à externalização de empregos tendem a favorecer partidos que promovem a redistribuição e a proteção social e que a externalização não aumentou as probabilidades de votar em partidos nacionalistas de direita.
- 81 Naoi 2020; Walter 2021b.
- 82 Bardhan 2022; Mutz 2018. De forma mais ampla, os investigadores associam os sentimentos de (in)segurança ontológica – segurança da própria existência e lugar no mundo (por oposição à segurança da sobrevivência) – ao sentimento nacionalista e ao apoio à supremacia branca. Ver, por exemplo, Kinnvall e Kisić Merino (2023) e Stenner e Andreouli (2023).
- 83 Wolf 2023; ver também Rodríguez-Pose (2018, 2022) e Rodríguez-Pose, Terrero-Davila e Lee (2023).
- 84 Algan e outros 2021; Guiso e outros a publicar; Rodríguez-Pose, Terrero-Davila e Lee 2023.
- 85 O PNUD (2022b) criou espaço para novas métricas sobre o bem-estar subjetivo, utilizando dados do Inquérito Mundial de Valores. Introduziu o Índice de Valor Percebido de Insegurança Humana, que mede o grau de segurança que as pessoas sentem na sua vida quotidiana, em função de uma série de dimensões. O relatório concluiu que seis em cada sete pessoas em todo o mundo afirmam sentir-se inseguras em relação a vários aspetos das suas vidas. O PNUD (2022a) explorou o bem-estar mental através do levantamento de dados sobre sentimentos de stress, preocupação e tristeza e da exploração das ligações entre o bem-estar mental e o desenvolvimento humano.
- 86 Cerca de 3 mil milhões de pessoas afirmam sentir-se preocupadas hoje em dia, o que representa um aumento de 687 milhões na última década; 2 mil milhões de pessoas afirmam sentir-se tristes, mais 540 milhões do que há uma década; e 2,9 mil milhões de pessoas sofrem de stress, o que representa um aumento de 596 milhões na última década (cálculos do Gabinete do Relatório sobre o Desenvolvimento Humano baseados em dados do Gallup 2023).
- 87 Blanchflower 2023.
- 88 Daly e Macchia 2023; Yonzan, Gerszon Mahler e Lakner 2023.
- 89 De Vries, Hobolt e Walter 2021.
- 90 Altomonte, Gennaro e Passarelli 2019.
- 91 Ajzenman, Cavalcanti e Da Mata 2023; Guriev e Treisman 2019.
- 92 Alstadsæter e outros 2023.
- 93 De Vries, Hobolt e Walter 2021.
- 94 Walter 2021b.
- 95 Bonomi, Gennaioli e Tabellini 2021.
- 96 Autor e outros (2024) consideram que os aumentos das tarifas de importação dos EUA em 2018-2019 resultaram em tarifas estrangeiras de retaliação que provocaram uma perda concentrada de postos de trabalho em determinadas regiões e sectores dos EUA. Apesar dos resultados económicos negativos, os eleitores das regiões mais expostas aos direitos aduaneiros tenderam a reeleger os candidatos que apoiavam os direitos de importação.
- 97 McConnell e outros 2018.
- 98 Ajzenman, Cavalcanti e Da Mata 2023.
- 99 Funke, Schularick e Trebesch 2023.
- 100 Funke, Schularick e Trebesch 2023.
- 101 Aas Rustad e Østby 2023; Arasmith, Østby e Aas Rustad 2022.
- 102 ONU e Banco Mundial 2018.
- 103 PNUD 2022b.
- 104 ONU 2021.
- 105 Muriuki e outros 2023.
- 106 Melin 2023.
- 107 Sklair 2020. Disponível em <https://iiraorg.com/2021/01/22/globalization-and-the-challenge-of-the-anthropocene/> acedido em 5 de agosto de 2023
- 108 Degroot 2022; Degroot e outros 2021.
- 109 PIAC 2021b.
- 110 Vitousek e outros 1997.
- 111 UCMP 2023.
- 112 Allan e outros 2020.
- 113 PIAC 2021a.
- 114 PNUD 2020b.
- 115 Espagne e outros 2023.
- 116 Dalby 2020.
- 117 Wu e Wan 2023.
- 118 Por exemplo, Gourdel, Monasterolo e Gallagher (2023) concluem que a introdução de preços do carbono na China pode reduzir a procura de carvão na Indonésia, reduzindo o PIB em 4,4 por cento e aumentando a dívida pública para 9,6% do PIB.
- 119 Nesse sentido, Chepeliev, Osorio-Rodarte e van der Mensbrugghe (2021) concluem que a colaboração regional e global em torno de contributos determinados a nível nacional para a redução das emissões de gases com efeito de estufa reduzirá o ónus da transição climática para as pessoas que vivem na pobreza. Por outro lado, um cenário em que os países cumprem os seus contributos determinados a nível nacional sem cooperação regional resulta num aumento de 0,45 % no número de pessoas que vivem em situação de pobreza extrema.
- 120 Liu e outros 2015.
- 121 Guerrero e outros 2021; Pacheco 2012.
- 122 Marin e outros 2022. Dito isto, a produção de soja também tem sido associada a desafios de sustentabilidade (Song e outros 2021).
- 123 Williams e outros 2019.
- 124 Hughes e outros 2018.
- 125 Keys e outros 2019; Martín-López e outros 2019; Pellowe e outros 2023.
- 126 Williams e outros 2019.
- 127 Dalby 2020, p. 8.
- 128 Wu e Wan 2023.
- 129 Feng, Li e Wang 2023.
- 130 Feng, Li e Wang 2023.
- 131 Kinnunen e outros 2020.
- 132 OCDE 2018.
- 133 Howard e Hendrickson 2020.
- 134 Degroot 2022.
- 135 Kinnunen e outros 2020; Monterrosa e outros 2020
- 136 UNCTAD 2023.
- 137 Anderson e outros 2019.

138 FAO e outros 2023.

139 OIM 2022.

140 Black e outros 2011; McLeman e outros 2021.

141 Lenton e outros 2023. Ver também Xu e outros (2020).

142 <https://horizons.hdr.undp.org/>.

143 Clement e outros 2021; Rigaud e outros 2018.

144 UIT 2023.

145 Em 2020, o número de utilizadores da Internet atingiu 4,9 mil milhões de pessoas, e mais de metade da população mundial era constituída por utilizadores ativos das redes sociais (UIT 2022).

146 Considere-se as implicações internacionais da falência do Silicon Valley Bank, em que a incerteza e o pânico se propagaram por todo o sistema tecnológico e bancário mundial, acelerando potencialmente o conhecido contágio de comportamentos que está no centro das corridas aos bancos. Embora as decisões de gestão estivessem no centro da crise, os meios de comunicação social desempenharam um papel fundamental, uma vez que as informações e os rumores relacionados com a solvência do banco se espalharam rapidamente e podem ter contribuído para a corrida ao banco (Cookson e outros 2023).

147 Por exemplo, um relatório recente da Amnistia Internacional concluiu que as terríveis perseguições e a violência contra o povo Rohingya em Myanmar em 2017 foram precedidas por um discurso de ódio crescente e desinformação sobre os Rohingya nas principais plataformas das redes sociais, agravando uma situação já atroz para esta minoria (Amnistia Internacional 2022). A violência obrigou milhares de pessoas a fugir, espalhando o conflito para lá das fronteiras do país. Quase 1 milhão de pessoas chegaram ao vizinho Bangladesh, onde ainda hoje continuam a enfrentar circunstâncias extremamente difíceis no maior campo de refugiados do mundo (EUA para ACNUR 2023).

148 Michaelsen 2020. Isto pode ter permitido a restrição das liberdades através da persuasão e do controlo da informação, em vez de recorrer à violência (Guriev e Treisman 2019).

149 Altman e Bastian 2022.

150 González e Ferencz (2018) concluem que um aumento de 10% na conectividade digital bilateral conduz a um aumento de 2% no comércio de mercadorias.

151 Ver Capítulo 6 em Xing, Gentile e Dollar (2021).

152 Buckley 2018.

153 Espagne e outros 2023.

154 OMC 2023.

155 Creutzig e outros 2022.

156 Cowsls e outros 2021; Creutzig e outros 2022.

157 Creutzig e outros 2022.

158 Creutzig e outros 2022.

159 UIT 2023.

160 UIT 2022.

161 Cornelli, Frost e Mishra 2023.

162 Frank 2021. Ver também Cornelli, Frost e Mishra (2023) e PNUD (2020b, 2022a).

163 Cornelli, Frost e Mishra 2023; PNUD 2020b.

CAPÍTULO 3

- 1 Uma perspetiva assente nos bens públicos mundiais pode ajudar os países a compreenderem melhor as formas de concentrarem os seus contributos na resolução de desafios globais comuns. Por exemplo, para atenuar as alterações climáticas é necessário que todos os países reduzam as emissões de gases com efeito de estufa, mas a erradicação de uma doença depende da sua eliminação no último país onde a doença ainda é endémica. Especialmente numa altura em que a comunidade internacional está empenhada em conceber novos tratados ou em melhorar os existentes para controlar pandemias ou lidar com desafios ambientais globais, é importante saber de que forma os contributos nacionais se agregam para fornecer bens públicos mundiais.
- 2 Como o Conselho Consultivo de Alto Nível sobre Multilateralismo Eficaz do Secretário-Geral da ONU (<https://highleveladvisoryboard.org/>).
- 3 Conforme proposto no G20 (2023a).
- 4 Afirma que os comprimentos de dois lados de um triângulo retângulo (a e b), quando elevados ao quadrado, são iguais ao comprimento da hipotenusa (c) elevado ao quadrado ($a^2 + b^2 = c^2$).
- 5 Isto significa que o teorema de Pitágoras é globalmente não-rival no consumo e na produção. A não rivalidade de ideias como o teorema foi captada pela analogia de Thomas Jefferson com a chama de uma vela, que não se extingue se for usada para acender outra vela (conforme citado em Bryan e Williams 2021).
- 6 No entanto, a sua utilização depende de outros fatores complementares, incluindo a capacidade de o compreender.
- 7 Tal significa que o teorema de Pitágoras é globalmente não-excludente.
- 8 “Bom” sugere desejabilidade social, mas não implica uma avaliação moral; muitos fatores podem ser considerados moralmente bons ao abrigo de diferentes enquadramentos éticos que não são bens públicos mundiais. Os bens públicos mundiais têm as duas características distintivas de serem não-rivais e não-excludentes no consumo ou na produção. A não-rivalidade absoluta significa que alguém que beneficia de um bem público mundial não retira o que está disponível para todos os outros usufruírem. A excludibilidade total significa que os benefícios estão disponíveis para todos sem a possibilidade de excluir ninguém.
- 9 Stiglitz 1999.
- 10 Conforme elaborado também em Buchholz e Sandler (2021), que inspira e informa grande parte deste parágrafo.
- 11 Este argumento baseia-se em Cornes e Sandler (1996). O que importa é a estrutura de incentivos que molda a produção e o consumo. Por exemplo, enquanto um pão é totalmente rival e excludente, um coletivo que produz pão e o distribui igualmente entre os membros do coletivo tem uma estrutura de incentivos equivalente à do fornecimento de um bem público (Cornes e Sandler 1996). Muitos países decidem prestar serviços públicos que também poderiam ser prestados por privados (desde a

saúde e a educação até à água e ao saneamento) (Cornes e Sandler 1996). E embora as ideias no domínio público sejam bens públicos mundiais, caso a sua utilização seja restringida pela exploração do poder de monopólio ou dos direitos de propriedade intelectual, algumas podem ser excluídas. Existem muitas razões que justificam estas escolhas. Por exemplo, apesar de tornar o conhecimento excludente tender a ser ineficaz — uma vez que, dada a não-rivalidade, não há qualquer custo em permitir que uma pessoa adicional em qualquer parte do mundo aceda ao conhecimento depois de este ter sido criado (recorde-se a vela que não se apaga ao acender outra) — os incentivos para gerar novos conhecimentos podem ser reduzidos se o artista que escreve um romance ou o matemático que investiga um novo teorema não tiverem forma de ganhar a vida com o conhecimento que acabaria por ser gerado. Ao mesmo tempo, não é necessário tornar o conhecimento excludente para incentivar a criação de novas ideias, uma vez que outras instituições — desde o financiamento público da ciência, em que os cientistas são institucionalmente recompensados ao reivindicarem a prioridade de uma descoberta científica, até aos prémios para descobertas científicas ou artísticas (potencialmente financiados por organizações filantrópicas) — também incentivam a criação de novos conhecimentos (Dasgupta e David 1994).

- 12 Ver também Liang e outros (2023). No entanto, existe um grande fosso entre o potencial das tecnologias da informação e da comunicação para permitir esta partilha de conhecimentos e a sua realidade, tendo em conta o preço e outras barreiras ao acesso, conforme prescientemente previsto em (Stiglitz 1999).
- 13 As escolhas sociais podem muitas vezes determinar o facto de algo ser um bem público mundial e a forma como o é, moldando as estruturas de incentivos que os agentes relevantes enfrentam para contribuir para o bem público mundial, incluindo a forma como é estruturado o financiamento. Alguns bens podem ter algumas características que são — e outras que não são — bens públicos mundiais. Vejamos o caso do dinheiro e consideremos as três funções económicas que desempenha: reserva de valor, unidade de conta e meio de troca. Embora não seja um bem público enquanto reserva de valor, a moeda é totalmente pública enquanto unidade de conta. Este ponto foi defendido por Kindleberger (1986).
- 14 As vantagens de uma perspetiva que reduz a complexidade têm um custo na simplificação, por exemplo, das interligações entre os desafios globais (para uma perspetiva sobre estas ligações, ver Newell, Goldstein e Foster 2019) e são menos relevantes para os desafios globais que não estão estritamente associados a repercussões transfronteiriças. Mas esta perspetiva traz clareza analítica e torna mais fácil discernir características comuns entre desafios globais que podem parecer não estar relacionados e esclarecer quais as lições de que tipo de esforços bem-sucedidos para enfrentar desafios globais que podem ser extrapolados para outros. Por exemplo, encontrar pontos comuns entre a mitigação das alterações climáticas e o combate à pandemia de Covid-19 (tal como em Ringsmuth e outros 2022) obedece a uma abordagem de bens públicos mundiais, reconhecendo que estes são fornecidos de formas diferentes, conforme se explora no capítulo.

- 15 As externalidades refletem a interdependência não compensada entre agentes (o que significa que um agente toma decisões sem ter em conta os impactos que a decisão pode ter noutros agentes). As externalidades internacionais refletem a interdependência não compensada entre dois ou mais países e podem ser negativas (como no caso de uma doença que se propaga) ou positivas (como a divulgação de conhecimentos sobre como conter a propagação da doença). Embora nem todas as externalidades estejam relacionadas com bens públicos, os bens públicos mundiais envolvem sempre externalidades internacionais. Estamos gratos a Todd Sandler por ter sugerido esta formulação. Cornes e Sandler (1996, p. 7) defendem que, na análise dos bens públicos, “o conceito de externalidade é básico.” Segundo a abordagem de James Meade, uma externalidade pode ser vista como “um acontecimento que confere um benefício apreciável (inflige um prejuízo apreciável) a uma ou mais pessoas que não participaram plenamente na tomada de decisão ou decisões que conduziram direta ou indiretamente ao acontecimento em questão.” Conforme citado em Cornes e Sandler (1996, p. 39). Esta é apenas uma das muitas formas de definir uma externalidade. Por exemplo, Kenneth Arrow define uma externalidade no contexto dos desvios dos axiomas subjacentes à eficiência de Pareto de mercados competitivos (Arrow 1969), que Cornes e Sandler (1996) utilizam para apresentar uma teoria das externalidades. Para diversos exemplos e situações sobre a relação entre as externalidades que atravessam fronteiras e a provisão de bens públicos mundiais, ver Kaul e Conceição (2006a) e Kaul e outros (2003).
- 16 Esta realidade está a inspirar novas perspectivas sobre a governação do sistema global (Biermann 2014, 2021; Biermann e Kalfagianni 2020; Burch e outros 2019), a governação policêntrica para a resiliência (Folke e outros 2019; Keys e outros 2019a; Galaz 2022; Rockström e outros 2021; Rockström e outros 2023) e a governação multinível das alterações climáticas (Bulkeley 2005; Bulkeley e Newell 2023; Newell e Simms 2020; Stoddard e outros 2021). Uma perspetiva assente nos bens públicos mundiais pode também informar e enriquecer estas perspetivas, em vez de as substituir ou suplantá-las.
- 17 São rivais no consumo.
- 18 Para uma apresentação inicial, e ainda canónica, sobre a gestão dos desafios ambientais locais, regionais e globais como bens públicos mundiais, ver Barrett (2003a). Para um debate mais aprofundado sobre os bens comuns mundiais, ver Barrett (2006b).
- 19 Conforme se defende em Buchholz e Sandler (2021).
- 20 Por exemplo, as aves canoras protegem as culturas na América do Norte durante a primavera e o verão, alimentando-se de insetos, mas migram para a América Central e do Sul durante o inverno. A degradação dos ecossistemas nas regiões meridionais pode reduzir a população de aves canoras na América do Norte, prejudicando as culturas (Myers 1992, conforme citado em Buchholz e Sandler 2021). Os efeitos negativos sobre a população de aves podem agravar-se devido às alterações climáticas (Youngflesh e outros 2023).
- 21 Barrett (2003a) fornece uma lista com as datas de assinatura, ratificação e outras informações sobre os tratados internacionais em matéria de ambiente até ao início do século XXI. Para uma base de dados mais completa, que vai mais longe no tempo e até ao presente, ver Mitchell e outros (2020).
- 22 Outros exemplos ilustrativos relacionados com a água: sobre o impacto da acidificação dos oceanos nos ecossistemas marinhos, ver Doney e outros (2020); sobre a importância de incorporar a atividade humana nas representações do ciclo global da água, ver Abbott e outros (2019); e sobre os avanços na compreensão dessa relação, ver Allan e outros (2020); sobre a deteção quântica para a cartografia da gravidade, que tem aplicações para monitorizar as variações temporais nos aquíferos e na geodesia, ver Stray e outros (2022); sobre a utilização de dados de satélite para identificar pontos críticos de alterações nos caudais dos rios, ver Wu e outros (2023); e sobre melhorias na compreensão da nucleação do gelo atmosférico (que é importante para compreender a precipitação global e a estrutura e refletividade das nuvens, o que tem uma influência crucial nas alterações climáticas), ver Knopf e Alpert (2023). As alterações na vegetação e nos padrões de poeiras parecem ter sido cruciais para o fim abrupto do Sara Verde (que persistiu durante milhares de anos, até há aproximadamente 5.000 anos), uma percepção que é agora fundamental para compreender as implicações das alterações climáticas no Sara e no Sahel no futuro. Sobre o Sara Verde, ver Tierney, Pausata e deMenocal (2017), Tierney e outros (2020a) e Tierney e outros (2020b), e sobre a importância de compreender o passado para informar o futuro das alterações climáticas e a sua interação com a sociedade, ver Degroot e outros (2022).
- 23 Keys e outros 2017.
- 24 Keys e outros 2019b.
- 25 Keys e outros 2012. Por exemplo, 89% da precipitação sobre a bacia do Nilo provém do exterior da própria bacia (te Wierik e outros 2021).
- 26 Existe uma vasta literatura que documenta a “grande aceleração” das alterações dos processos planetários provocadas pelo homem (ver, por exemplo, Steffen e outros 2015).
- 27 Ver Head e outros (2022a) e Head e outros (2022b) para encontrar provas que sustentem a hipótese de uma nova época. O lago Crawford, no Canadá, foi proposto pelo Grupo de Trabalho sobre o Antropoceno como um “local-símbolo” (formalmente, uma secção e ponto estratotípico de fronteira global) do Antropoceno (McCarthy e outros 2023). Esta designação está a ser analisada por uma comunidade alargada de geólogos antes de se tomar uma decisão formal. O conceito de Antropoceno transcendeu a geologia (ver Malhi 2017 para uma revisão), levando alguns a argumentar que, em vez de uma nova época formal na escala de tempo geológica, deve ser visto como um “evento emergente, desdobrado e intensificador” (Edgeworth e outros 2023, p. 1; ver também Bauer e outros 2021, Gibbard e outros 2022a e Gibbard e outros 2022b). Para uma resposta a este ponto de vista, ver Waters e outros (2023). O facto de o Antropoceno se caracterizar, em última análise, como uma unidade formal na escala de tempo geológica ou como um acontecimento geológico não invalida a noção amplamente aceite de que os seres humanos estão a transformar fundamentalmente o planeta de uma forma sem precedentes, e é nesse espírito que o termo é utilizado no presente relatório, de acordo com o PNUD (2020b).
- 28 Sobre a destruição da camada de ozono, ver Barrett (2003a). A literatura sobre bens públicos mundiais no âmbito do clima é extensa; ver Buchholz e Sandler (2021), Keohane e Victor (2016) e Stiglitz (2015). Para uma abordagem recente sobre a preservação da diversidade global como um bem público mundial, ver Barrett (2022) e Buchholz e Sandler (2021).
- 29 Folke e outros 2021.
- 30 Schell (1982, pp. 166-167), na sua meditação sobre as implicações de uma guerra nuclear no início da década de 80, já reflectia uma intuição sobre a relevância dos bens públicos a nível planetário: “... O ambiente terrestre é visto não apenas como um elemento circundante no qual é mais ou menos agradável viver, mas como a base da vida humana e de outras vidas. A singularidade da Terra como sistema de suporte da vida já é visível à nossa volta. Hoje em dia, por muito que os estadistas afirmem vigorosamente o poder ‘soberano’ das suas nações, o facto é que todos eles estão presos numa malha cada vez mais fina da vida global, na qual a sobrevivência de cada nação depende da sobrevivência de todas.”
- 31 Estamos gratos a Belinda Reyers por estas sugestões e pela elaboração desta nota. A biosfera como um bem público a nível planetário pode ser vista como algo que desempenha dois papéis fundamentais, adaptando a formulação de Mace e outros (2014). Em primeiro lugar, o papel como fonte global de diversidade dos traços funcionais dos organismos. Os organismos com diferentes características funcionais podem influenciar, de forma diferente, as propriedades importantes dos ecossistemas globais e regionais, como a produção primária, a decomposição ou a desintoxicação, e reagir de forma diferente às alterações no ambiente. Quando determinadas combinações de características funcionais se perdem face às alterações ambientais, estas funções-chave globais e regionais podem estar em risco. Em segundo lugar, o papel como biblioteca da vida - por outras palavras, o potencial evolutivo para nos ajudar a adaptar, mudar e resistir à medida que o mundo e as sociedades humanas mudam. A longo prazo - ao longo de séculos ou milénios - o bem-estar humano dependerá da capacidade contínua da biosfera para apoiar os serviços e processos ecossistémicos desejados, face a pressões selectivas que muitas vezes mudam rapidamente.
- 32 Uma perspetiva assente nos bens públicos a nível planetário não implica uma espécie de imperativo naturalista para fornecer esses bens. Em última análise, a realidade do Antropoceno, que resulta da ação humana, e a perturbação dos processos planetários com implicações que não param, e não podem ser paradas, nas fronteiras, justificam a potencial utilidade desta perspetiva. Uma perspetiva de bens públicos a nível planetário também não significa que não haverá contestação, em parte porque os benefícios dos bens públicos a nível planetário (como os de qualquer bem público mundial) revertem de forma diferente para diferentes pessoas em todo o mundo, em parte porque o processo de fornecimento destes bens não é neutro.
- 33 Knuth 1972; Maor 2019. Embora existam centenas de formas diferentes de provar o teorema, Pitágoras foi talvez o primeiro a codificar uma prova rigorosa - ou, pelo menos, a sua prova corresponde ao registo mais antigo

- encontrado até à data (Loomis 1968). Para uam lista com mais de 100 provas, ver <https://www.cut-the-knot.org/pythagoras/index.shtml> (accedido em 15 de dezembro de 2023).
- 34 As ideias e os conhecimentos são criados e difundidos em contextos culturalmente contingentes e em evolução, mas os indivíduos podem continuar a ser protagonistas, sob a forma do que Joel Mokyr designou por “empreendedores culturais” (Mokyr 2013, 2016). Sen (2009b) descreve igualmente a importância dos textos de Mary Wollstonecraft no século XVIII, que defendiam os direitos das mulheres e a abolição da escravatura.
- 35 Os bens públicos mundiais podem ser fornecidos por diferentes agentes a várias escalas - sob múltiplas estruturas de incentivos que podem motivar os agentes a contribuir para o seu fornecimento. Relativamente à multiplicidade de agentes envolvidos em vários aspetos da elaboração de políticas transnacionais, ver Pouliot e Thérien (2023) e Stone e Moloney (2019).
- 36 Muitas pessoas dependem do conhecimento e da utilização do teorema de Pitágoras para a sua subsistência; outras podem passar a vida inteira sem sequer saber o que ele diz (não só não o utilizam, como também não apreciam a sua beleza).
- 37 De facto, algumas teorias do desenvolvimento económico atribuem o papel fundamental de impulsionar o progresso às ideias, precisamente por não serem rivais e por servirem de base a mais e mais novas ideias (neste sentido, possuem importantes externalidades positivas), incluindo sobre como utilizar os recursos físicos limitados do nosso planeta (materialmente limitado) de forma mais eficiente, equitativa e sustentável (Jones 2023). A análise económica formal das ideias como distintas de outros bens (rivais) foi iniciada por Arrow (1962). Essa análise pioneira estabeleceu as implicações da não-rivalidade das ideias (e a incerteza associada ao seu potencial impacto) tanto para a produção como para a procura. Os modelos formais de crescimento económico em que a produção de ideias se revela endógena foram iniciados por Romer (1986, 1990, 1993). Jones (2019) explica como a não-rivalidade de ideias está no centro destes modelos de crescimento endógenos. O reforço dos incentivos à produção e utilização de ideias impulsiona estes modelos de crescimento e, uma vez que as ideias têm de vir das pessoas (Jones 1995, 2020), existem outros factores que contribuem para isso, incluindo o reforço da afetação de talentos, nomeadamente através da redução da discriminação de género ou racial (Hsieh e outros 2019; Jones 2022).
- 38 No entanto, o grau de disseminação da ideia depende de muitas variáveis, desde a forma como é armazenada até à capacidade das pessoas para a compreenderem e utilizarem. Muitas ideias podem ter surgido sem nunca terem sido divulgadas. Mais do que uma declaração sobre a natureza da criação e difusão de ideias, a intenção aqui é ilustrar as características de um bem público mundial para o qual o nível de aprovisionamento depende das ações do único agente que mais contribui.
- 39 Para simplificar, os agentes são países que produzem e beneficiam de um bem público mundial. Esta forma grosseira de simplificar ignora as diversas interações entre o contexto nacional e as ações internacionais dos países. Estas incluem, por exemplo, o impacto da dimensão da população de um país (Boadway e Hayashi 1999) e as desigualdades em termos de riqueza no interior dos países (Bardhan, Ghatak e Karaivanov 2007). Além disso, conforme demonstram Murdoch, Sandler e Sargent (1997), o modelo unitário de países como decisores não funciona bem quando muitos agentes no país estão envolvidos na determinação do estatuto de fornecimento do bem público em questão. Por exemplo, existem acordos ambientais que obrigam à redução das emissões de enxofre e de óxidos de azoto em 25 países da Europa. Mas enquanto as emissões de enxofre tendem a ser provenientes de algumas indústrias, as emissões de óxido de azoto são geradas numa série de setores e atividades económicas. Assim, ao longo da década de 1980, as emissões de enxofre nestes países diminuíram 30% ou mais do que o exigido pelo tratado, mas os mesmos países tiveram dificuldade em reduzir as emissões de óxido de azoto.
- 40 Até Hirschleifer (1983), assumia-se implicitamente que todos os bens públicos (globais ou não) seguiam uma agregação por soma, pelo que grande parte da análise original dos bens públicos e do discurso político (incluindo sobre os bens públicos mundiais) continua a seguir implicitamente esse pressuposto. A discussão sobre a forma como o fornecimento de bens públicos mundiais depende de diferentes tipos de agregação dos contributos dos países é feita discursivamente neste capítulo, com base em exemplos. Para obter tratamentos formais e mais abrangentes das “tecnologias” de agregação, não só para os bens públicos mundiais mas também para outros bens públicos, ver Kanbur, Sandler e Morrison (1999) e Sandler e Arce M. (2002). A importância de distinguir entre diferentes tecnologias de agregação para a cooperação internacional foi explorada no relatório final da Task Force Internacional sobre bens públicos mundiais (Zedillo e outros 2006), bem como em alguns materiais de apoio produzidos para a task force (em particular, Barrett 2006b). Para um resumo recente da literatura, ver Buchholz e Rübhelke (2017). Por exemplo, no caso dos poluentes presentes na atmosfera que, ao contrário das emissões de gases com efeito de estufa, se dissipam rapidamente na atmosfera, importa saber a localização dos países de origem e afetados por esses poluentes, bem como os ventos predominantes. O alcance pode, por conseguinte, não ser global - nesse caso, deparamo-nos com o fornecimento de bens públicos transnacionais que podem ser regionais ou sub-regionais, conforme explorado em Arce M. e Sandler (2002), Kanbur, Sandler e Morrison (1999), Sandler (1998) e Sandler e Arce M. (2002). Não é possível assegurar uma substituíbilidade perfeita, como acontece com as emissões de gases com efeito de estufa, porque o impacto em alguns países pode ser maior do que noutros e alguns países podem mesmo ser mais afetados. Assim, a provisão continua a ser determinada pela soma dos contributos dos países relevantes, mas com os que contribuem mais a pesarem mais no conjunto do que os que contribuem menos - através de uma soma ponderada.
- 41 Sandler 1997.
- 42 Rao 2022.
- 43 Esse mesmo país, os Estados Unidos, criou um sistema para monitorizar os ciclones tropicais no hemisfério ocidental porque os ganhos líquidos nacionais decorrentes desse esforço justificavam o investimento, apesar de os benefícios também reverterem para muitos outros países e, possivelmente, para o mundo (Sandler 1997). Através dos Centros de Controlo e Prevenção de Doenças dos EUA, monitoriza igualmente os surtos de doenças e procura isolar novos agentes patogénicos em todo o mundo. Aparentemente, ambos têm por motivação o desejo de proteger cidadãos norte-americanos, mas também trazem benefícios globais (Sandler 2015).
- 44 Uma das implicações mais rentáveis dos bens públicos mundiais é a melhoria do seu fornecimento quando os países coordenam os seus esforços com base nos seus recursos e capacidades. Existem alguns dados que comprovam que os países reconhecem este facto. Por exemplo, Kyle, Ridley e Zhang (2017) referem que um aumento de 10% no financiamento do governo dos EUA para a investigação médica de uma doença específica está associado a uma redução de 2% a 3% no financiamento da investigação sobre essa doença por parte de governos e fundações de 41 outros países, uma vez que esses países supostamente ajustam o financiamento para se concentrarem nos seus pontos fortes em matéria de investigação. A coordenação poderá melhorar a afetação global dos recursos.
- 45 A concentração de gases com efeito de estufa na atmosfera é determinada através do nível total de emissões, sem a capacidade da biosfera para as “absorver”, ou seja, a soma das emissões de cada país.
- 46 No que respeita à soma dos bens públicos mundiais, os contributos de cada país entram igualmente (na margem) dos fornecimentos globais.
- 47 Smith e outros 2004.
- 48 Para melhorar o fornecimento de bens públicos mundiais mais fracos, a afetação de recursos para além do país, ou países, com menor capacidade para contribuir não faz muita diferença, porque isso não terá grande impacto no fornecimento global. Em contrapartida, é imperativo aumentar a capacidade dos menos capazes de contribuir, porque o seu contributo determina o nível global de fornecimento do bem público mundial.
- 49 O debate parte do princípio que o fornecimento de bens públicos mundiais é determinado pela forma como os países interagem num mundo em que os Estados procuram promover os seus próprios interesses e têm diferentes níveis de recursos e capacidades (ver caixa 3.2).
- 50 Sandler (2016, p. 42) diz o seguinte, “Evitar uma crise financeira regional através de uma injeção de fundos é o melhor bem público.”
- 51 Existem esforços para coordenar, e mesmo cooperar, em vários projectos científicos, como a fusão nuclear, para a qual o ITER (<https://www.iter.org/>) inclui 35 países, e a física de partículas, em que a Organização Europeia para a Pesquisa Nuclear (mais conhecida por CERN) congrega 23 países (<https://www.home.cern/>).
- 52 Por exemplo, no que diz respeito à criação de regras e à partilha de recursos para garantir a liquidez de países confrontados com crises de pagamentos, como aconteceu com a criação do Fundo Monetário Internacional após a Segunda Guerra Mundial.
- 53 Para descrições e análises da governação multicaudadas e multiagentes, ver Slaughter (2004) e Stiglitz e Kaldor (2013).
- 54 Esta situação é semelhante ao dilema de um prisioneiro, quando a soma dos contributos individuais é inferior ao que seria coletivamente desejável e viável. Chen e Zeckhauser (2018) apresentam provas de que alguns

- países “aproveitam a oportunidade” quando se trata de contribuir para a redução das emissões de gases com efeito de estufa.
- 55 Seria de esperar que um país que se compromete a contribuir alterasse os incentivos para que outros o fizessem no futuro. Alguns modelos sugerem que esse pode ser o caso (como em Boadway, Song e Tremblay 2007), mas mantém-se a questão: o que levaria um país a comprometer-se em primeiro lugar?
- 56 Além de ser possível que os países tenham preferências altruístas (Goussebaile e outros 2023), a equidade é necessária quando existe uma forte necessidade de reciprocidade (Fehr e Gächter 2000; Fehr e Schmidt 1999).
- 57 Uma vez que vários gases com efeito de estufa podem permanecer na atmosfera durante décadas (PIAC 2007).
- 58 Para um debate sobre as diferentes dimensões da justiça climática, ver Dolšak e Prakash (2022). Sobre a importância da reciprocidade e da perceção de justiça na atenuação das alterações climáticas, ver Buchholz e Peters (2005), Buchholz, Peters e Ufert (2018), Buchholz e Rübhelke (2019), Carattini, Levin e Tavoni (2019) e Cairney, Timonina e Stephan (2023). Para discutir a razão pela qual os atuais fluxos financeiros para apoiar a atenuação são injustos, ver Pachauri e outros (2022). Relativamente ao debate sobre se a dimensão da economia de cada país deve ser tida em conta utilizando a paridade do poder de compra ou as taxas de câmbio do mercado, ver Pachauri e outros (2023) e Semieniuk, Ghosh e Folbre (2023).
- 59 Sobre a importância dos pagamentos compensatórios no reforço da cooperação para a obtenção de bens públicos mundiais no domínio do ambiente, ver Barrett (2003a), que argumenta que, num jogo de pagamentos compensatórios, as preocupações com a equidade não determinam as decisões individuais dos países, mas um resultado considerado justo continua a ser especialmente atraente.
- 60 Na literatura formal sobre a provisão de bens públicos, este é o conhecido “resultado da neutralidade de Warr” (Warr 1983), que estabelece que as transferências de recursos dos agentes mais ricos para os mais pobres não afetam o nível de provisão de bens públicos (somatório). O raciocínio é que, embora o agente que recebe rendimentos contribua mais (aumentos de rendimentos resultam em contributos mais elevados para um bem público), esse contributo é compensado por uma redução proporcional do contributo do agente para o qual o rendimento é reduzido. Este resultado implica que, para os bens públicos mundiais (somatório), normalmente é necessário “dinheiro novo” para aumentar o nível de provisão - para além das implicações que as transferências de rendimento podem ter para a justiça e a reciprocidade. No contexto internacional, as organizações filantrópicas têm desempenhado frequentemente este papel de proporcionar rendimentos novos e adicionais. Em última análise, qualquer repartição dos encargos decorrentes do contributo para as alterações climáticas é irredutivelmente normativa e deve ser apoiada por um raciocínio ético (Dooley e outros 2021).
- 61 Porque se um país não contribui, não há fornecimento do bem público mundial. Esta é uma situação muito diferente da soma dos bens públicos mundiais, em que, mesmo com preferências e recursos iguais, os países enfrentam incentivos para não contribuir.
- 62 Sandler (1997) analisa a forma como a equidade entre países pode melhorar as perspectivas de fornecimento de bens públicos mundiais mais fracos. Jayaraman e Kanbur (1999) também demonstram este facto.
- 63 O facto de o apoio ser em géneros ou em rendimentos também é importante, tal como a eficiência relativa dos países ricos na prestação de apoio em géneros; ver Vicary e Sandler (2002).
- 64 Para uma discussão recente sobre as perspectivas de fornecimento de bens públicos mais fracos, salientando a importância das transferências, ver Caparrós e Finus (2020b).
- 65 Olson (1971) sublinhou o facto de, à medida que o número de agentes envolvidos numa situação de dilema do prisioneiro aumenta, a probabilidade de cooperação diminui. Para provas recentes sobre o limite da dimensão dos grupos que permite a cooperação a nível local, ver Casari e Tagliapietra (2018). Para um debate específico sobre o caso dos bens públicos mundiais mais fracos e sobre a forma como as preocupações com o parasitismo relacionadas com as transferências internacionais para apoiar os elos mais fracos são ampliadas quanto maior for o número de países ricos, ver Sandler (2016).
- 66 Sandler 2016.
- 67 Esta abordagem complementa outros esforços que procuraram retirar ensinamentos da pandemia de Covid-19 para a gestão de desafios globais - por exemplo, numa perspectiva de risco sistémico (Ringsmuth e outros 2022) e com base em abordagens baseadas em sistemas sociais, económicos e ecológicos integrados num planeta em mudança (Crona, Folke e Galaz 2021; Galaz 2022; Galaz e outros 2021; Keys e outros 2019a). Não pretende ser uma revisão ou avaliação exaustiva de um período multifacetado e complexo, ainda envolto em muitas incógnitas, embora algumas avaliações assumam a forma de comissões de inquérito oficiais (como Clark 2022, Response 2022 e Sirleaf e Clark 2021), enquanto outras são informais (como Cable e outros 2022, Frenk e outros 2022, Sachs e outros 2022 e Williamson e outros 2022). Para uma revisão e análise da legitimidade e do impacto destas avaliações, ver Becker e Nouwen (2019), Stone e Schmider (2023) e Weible e outros (2020). Para uma crítica “construtivista” sobre a forma como estas avaliações são enquadradas, ver Shiffman e Shawar (2022). É provável que as avaliações sejam dinâmicas e evoluam, à medida que se multiplicam as ameaças à saúde mundial no século XXI, e foi criada uma comissão para analisar exatamente isso (Kanem, Murray e Horton 2023). Uma perspectiva assente nos bens públicos mundiais poderá fornecer um quadro analítico para apoiar estes esforços. A análise baseia-se seletivamente em alguns dos acontecimentos e escolhas que se revelaram durante a pandemia de Covid-19 para melhor ilustrar os conceitos analíticos sobre o fornecimento de bens públicos mundiais discutidos até à data. Inspira-se noutras tentativas de utilizar uma perspectiva assente nos bens públicos mundiais para analisar a pandemia de Covid-19, como Brown e Susskind (2020) e Sandler (2020, 2023).
- 68 Conforme defendido no início da pandemia de Covid-19 por Caparrós e Finus (2020a).
- 69 Ver Arhin-Tenkorang e Conceição (2003) e Sonntag (2010) para uma perspectiva assente nos bens públicos mundiais sobre os desafios da saúde.
- 70 Para uma discussão sobre o contexto de incerteza na formação da resposta à Covid-19, ver Collins, Florin e Renn (2020), Kreps e Kriner (2020) e Leach e outros (2022). Para uma análise global das respostas às epidemias em situações de incerteza, ver Barnett, Buchak e Yannelis (2023).
- 71 Para mais informações sobre a necessidade de abordagens multidimensionais no que respeita à prontidão em caso de pandemia, ver Wilkinson e outros (2023).
- 72 Algumas estimativas indicam que os encargos económicos em 2019 foram de 1,115 a 3,346 biliões de dólares (em dólares internacionais pela paridade do poder de compra em 2017) para a tuberculose, 678 a 2-035 mil milhões de dólares para a SIDA e 564 a 1.693 mil milhões de dólares para a malária (Bloom, Kuhn e Prettnier 2022).
- 73 Quando se iniciaram os esforços de erradicação em 1967, a varíola era endémica em 31 países e provocava aproximadamente 15 milhões de casos e aproximadamente 2 milhões de mortes por ano (Fenner 1993).
- 74 Barrett (2007) Para uma análise mais aprofundada da erradicação de doenças como um bem público mundial, ver Barrett (2003b, 2013b).
- 75 Sandler 2015.
- 76 Por exemplo, as doenças com hospedeiros não humanos podem ser muito difíceis ou impossíveis de erradicar (Arhin-Tenkorang e Conceição 2003).
- 77 Para uma discussão sobre as condições para a erradicação de doenças e a evolução dos esforços iniciais para erradicar a poliomielite, ver Arhin-Tenkorang e Conceição (2003). Um dos principais responsáveis pela erradicação da varíola, D. A. Henderson, afirmou estar cético quanto à viabilidade da erradicação da poliomielite (Henderson e Klepac 2013). Uma vez que muitas das dificuldades previstas por Henderson se concretizaram, a acumulação de custos inerentes ao esforço de erradicação fez com que o mesmo parecesse menos atrativo, mas os benefícios são tão elevados que as estimativas sugerem que a erradicação da poliomielite continuaria a trazer benefícios líquidos mesmo que ocorresse em 2029 (Thompson e Kalkowska 2021), embora a relação custo-eficácia fosse inferior às estimativas anteriores (Thompson e Tebbens 2007). Além disso, os esforços de erradicação trouxeram benefícios por si só (Badizadegan, Kalkowska e Thompson 2022). A análise do “fim da poliomielite” continua a contribuir para os esforços atuais de erradicação da poliomielite (Thompson, Kalkowska e Badizadegan 2022). No entanto, a pandemia de Covid-19 afetou substancialmente os esforços de erradicação (Burkholder e outros 2023; Kalkowska e outros 2023; Thompson 2022).
- 78 OMS 2019.
- 79 Barrett 2011; Cohen 2023.
- 80 Embora a análise destaque a utilidade de se dispor de um quadro conceitual para compreender a provisão de bens públicos mundiais, em parte baseado em diferentes formas de agregar os contributos individuais dos países, existem vários outros fatores que determinam a provisão de bens públicos mundiais. Por exemplo, o combate

	à diminuição da camada de ozônio e a atenuação das alterações climáticas partilham muitas características enquanto bens públicos mundiais, mas a eficácia da resposta a cada um deles tem sido marcadamente diferente. Sandler (2017) explora em pormenor a forma como o contexto contribuiu para os diferentes resultados de bens públicos mundiais que partilham várias características.	suficientes para financiar com êxito o esforço de erradicação. O sucesso não dependeu, portanto, da capacidade da OMS para fazer cumprir o acordo de erradicação, mas sim da coordenação das ações dos países (Barrett 2007).	várias partes interessadas (como o Fundo Mundial de Luta contra a SIDA, a Tuberculose e a Malária e a Gavi, a Aliança para as Vacinas) e os fundos de caridade (como o Wellcome Trust e a Fundação Bill & Melinda Gates) também têm contribuído cada vez mais ativamente para o fornecimento de bens públicos mundiais.
81	As avaliações realizadas desde a pandemia de Covid-19 concluíram que os países com capacidades de saúde pública mais genéricas conseguiram controlar melhor a doença, salientando a importância não só de uma resposta de emergência, mas também do reforço das capacidades de vigilância e de saúde pública (Neill e outros 2023).	94 Rogers e Mandavili 2020.	115 De acordo com a discussão em Buchholz e Sandler (2021).
82	Usher 2020.	95 Emanuel e outros 2020.	116 O estabelecimento de acordos multilaterais está diretamente ligado ao pressuposto de que os Estados são os principais agentes na provisão de bens públicos mundiais, conforme reconhecido nos primeiros contributos, que remontam a Stiglitz (1995).
83	Laxminarayan, Reif e Malani 2014.	96 Que os países ricos tinham violado as normas de reciprocidade. Sobre a relação entre equidade e reciprocidade, ver Fehr e Gächter (2000), que se referem a ações ou palavras de retaliação à violação das normas de equidade como "reciprocidade negativa." Suzman (2023) fornece uma interpretação sobre a forma como estas violações da reciprocidade foram entendidas pelos países de baixo e médio rendimento, dadas as desigualdades no acesso às vacinas.	117 Hoffman e outros 2022.
84	Saak e Hennessy 2018.	97 Hu e outros 2021; Wu e outros 2020; Zhu e outros 2020.	118 Sobre os fatores determinantes da eficácia dos tratados ambientais, ver Finus, Cooper e Almer (2017) e Libecap (2014). Para dados empíricos sobre a eficácia dos tratados, ver Hoffman e outros (2022).
85	Suzman 2023.	98 Haynes e outros 2020; Jiang e outros 2012.	119 Conforme defende Barrett (2006a).
86	Um desejo que emergiu das aprendizagens decorrentes da gestão da pandemia de Covid-19 (Saville e outros 2022).	99 Kiszewski e outros 2021. No que respeita especificamente às vacinas de mRNA, o governo dos EUA investiu pelo menos 337 milhões de dólares entre 1985 e 2019 em investigação e desenvolvimento que contribuíram diretamente para as principais inovações na vacina contra a Covid-19 de mRNA (Lalani e outros 2023).	120 OMS 2021.
87	Gouglas, Christodoulou e Hatchett 2023.	100 Conforme se defende em Brown e Susskind (2020).	121 Para ser mais preciso, isto ultrapassa a questão dos bens públicos mundiais, uma vez que não se verifica a propriedade de não exclusão e os benefícios são parcialmente não rivais (por exemplo, devido ao congestionamento na utilização do clube).
88	Centros Africanos de Controlo e Prevenção de Doenças 2022.	101 Kim e outros 2021.	122 Axelrod e Keohane 1985. Os clubes incluem a rede de comunicações Intelsat, o sistema global de controlo do tráfego aéreo e a Internet. A não-rivalidade parcial implica que não é necessariamente um desperdício excluir países, na medida em que a possibilidade de exclusão incentiva os países a revelarem as suas preferências pelo bem e a contribuírem em conformidade (por exemplo, sob a forma de taxas de acesso). Foram apresentadas propostas para promover a mitigação das alterações climáticas através da criação de clubes climáticos (Nordhaus 2015, 2020, 2021), mas estas propostas não correspondem à definição de clubes aqui utilizada.
89	OMS 2021.	102 Dyer 2020.	123 Pecetta e outros 2022; Shanmugaratnam e outros 2021.
90	O contexto inicial em que a oferta de vacinas era limitada pode ter incentivado, ainda que não justificado, o facto de os países partilharem poucas vacinas, contudo, uma vez ultrapassada esta limitação, os países com interesses próprios teriam feito melhor em partilhar vacinas (Lampert e outros 2022). A 20 de maio de 2022, quando o fornecimento global da vacina já não era um obstáculo (as restrições de fornecimento do COVAX aumentaram ao longo de 2021; Gouglas, Christodoulou e Hatchett 2023), 80% das pessoas em países de elevados rendimentos tinham recebido uma única dose, em comparação com 16% em países de baixos rendimentos (OMS 2022a).	103 https://www.cdc.gov/museum/timeline/covid19.html (acedido em 15 de dezembro de 2023).	124 Athey e outros 2022; Glennerster, Snyder e Tan 2022.
91	https://www.who.int/initiatives/act-accelerator/covax .	104 Le e outros 2020.	125 Pecetta e outros 2023.
92	Usher 2021.	105 Hanney e outros 2020.	
93	Um desafio semelhante quase fez com que a erradicação da varíola fracassasse. Apesar dos fortes incentivos para que cada um dos países ricos financiasse o esforço de erradicação (e mesmo para que fossem exclusivamente os Estados Unidos a suportar os custos), cada país teria preferido que outros contribuíssem (Barrett 2007; Fenner e outros 1988). A varíola foi erradicada com sucesso durante a Guerra Fria, em grande parte porque acabou por receber um forte apoio tanto da União Soviética como dos Estados Unidos. Em 1958, a União Soviética alinhou a sua posição na OMS com um esforço de controlo centrado na vacinação e na vigilância (Fenner 1993). Os Estados Unidos deram novo fôlego à iniciativa em meados da década de 60 com uma decisão unilateral de apoiar a erradicação nos países africanos. Curiosamente, essa decisão parece ter sido tomada por conveniência política e não por interesse próprio ou por razões estratégicas (Barrett 2007). Mas a OMS parece ter feito uma jogada estratégica ao propor contributos obrigatórios que ficaram muito aquém do total da assistência internacional necessária. Isto permitiu chegar a um acordo sobre os contributos obrigatórios e desbloquear contributos voluntários	106 DiMasi e outros 2020; Excler e outros 2023.	
		107 Kim e outros 2021.	
		108 https://www.cdc.gov/museum/timeline/covid19.html (acedido em 15 de dezembro de 2023).	
		109 Excler e outros 2023.	
		110 Lalani e outros 2023.	
		111 Kremer, Levin e Snyder 2020. Para uma proposta sobre a forma de melhorar a abordagem <i>ad hoc</i> e implementar um compromisso de mercado avançado mais estruturado que também garanta o acesso equitativo, ver Towse e outros (2021).	
		112 Sampat e Shadlen 2021. Para uma argumentação que propõe obrigações éticas para as empresas farmacêuticas durante uma emergência sanitária mundial, ver Emanuel e outros (2021).	
		113 Os países não são os únicos intervenientes relevantes, dada a crescente complexidade da cooperação internacional (Alter e Raustiala 2018). Por exemplo, Hale (2020) documentou, em 2018, mais de 190 iniciativas transnacionais destinadas a combater as alterações climáticas, com a participação de mais de 12 000 intervenientes subestatais e não estatais. No entanto, os países continuam a ser os principais agentes no fornecimento de bens públicos mundiais.	
		114 Por exemplo, as instituições nacionais (como os Centros de Controlo e Prevenção de Doenças dos EUA e o Instituto Pasteur), as redes (como o CGIAR), as parcerias entre as	

PARTE II

CAPÍTULO 4

- Mantel 2009, p. 305.
- Tal como qualquer conjunto de medidas e intervenções de política pública, conforme defende Shafir (2013). Merz e outros (2023) apelam à identificação dos fatores comportamentais subjacentes às pressões sobre o planeta do Antropoceno. Davidson e outros (2024) defendem que os modelos padrão utilizados na ciência da sustentabilidade (como os modelos de avaliação integrada das alterações climáticas, as abordagens de otimização económica e de engenharia e os modelos baseados em agentes) devem ser melhorados através da integração de elementos institucionais e comportamentais.

- 3 De acordo com Elster (2015b), a ação coletiva pode resultar de interações horizontais entre os decisores de um grupo ou de medidas verticais que obrigam os membros do grupo a contribuir para o coletivo. A ação coletiva implica interações multidimensionais entre os membros de um coletivo e feedback das propriedades dos coletivos que influenciam o comportamento dos seus membros, resultando num comportamento que pode ser analisado como um sistema adaptativo complexo, conforme defendido em Bak-Coleman e outros (2021).
- 4 No sentido mais lato, a ação coletiva “pode ser definida como uma ação descentralizada dos membros de um grupo para eliminar os problemas públicos que afetam todos ou para criar bens públicos que beneficiam todos” (Elster 2015b, p. 382). A estreita ligação entre ação coletiva e bens públicos foi defendida há muito tempo por Olson (1971, 2012), inspirando uma vasta literatura em economia (contextualizada no seu contributo inicial em Sandler 2015). Ostrom (1998) reconheceu as limitações da análise económica padrão da ação coletiva e defendeu uma descrição mais detalhada do comportamento humano. Para além da economia, a ação coletiva tem sido objeto de muitas formulações e abordagens em domínios como a sociologia (Oliver 1993; Van Zomeren, Postmes e Spears 2008), a ciência política (Medina 2013) e a antropologia (DeMarrais e Earle 2017), entre outros.
- 5 Isto remete para Schill e outros (2019) e Schlüter e outros (2017) na necessidade de considerar uma vasta gama de pressupostos comportamentais humanos para enfrentar os desafios do Antropoceno.
- 6 Ou seja, as crenças não são apenas motivadas por um esforço para serem exatas; podem também ser motivadas de forma egoísta para que as pessoas se sintam melhor consigo próprias ou com as convicções que têm (Bénabou e Tirole 2016; Zimmermann 2020). Existem provas de que as pessoas ganham afeto pelas suas crenças e têm dificuldade em abandoná-las (Litovsky e outros 2022). Isto pode dar origem a armadilhas de crenças (Scheffer e outros 2022), com implicações sociais negativas quando as crenças são prejudiciais. Por exemplo, se as pessoas se sentirem ameaçadas, independentemente da existência de uma ameaça objetiva, agem em conformidade: “[...] um facto fundamental sobre os seres humanos: somos criaturas movidas por crenças, mas somos epistemicamente falíveis - propensos a erros graves na formação e preservação das nossas crenças. Aquilo em que acreditamos influencia a forma como agimos e, por vezes, até determina por completo a forma de agir, mas podemos estar e estamos muitas vezes enganados quanto às nossas crenças. Se acreditamos erradamente que o Outro representa uma ameaça, reagimos de forma tão forte e negativa como reagiríamos se a nossa crença fosse verdadeira. O que importa são as crenças, não os factos” (Buchanan 2020, p. 181).
- 7 Através das normas sociais, as pessoas conformam-se com o comportamento para se verem a si próprias e serem vistas pelos outros como membros dignos de uma comunidade. Num caso muito conhecido, a introdução de multas por uma escola para punir os pais que se atrasavam a ir buscar os filhos levou a um aumento do número de pais que se atrasavam, porque o que sustentava o comportamento cooperativo antes da introdução das multas (talvez uma norma social ou um compromisso intrínseco) passou a ser afetado por um incentivo financeiro (Gneezy e Rustichini 2000). Para uma análise de um conjunto mais alargado de casos, ver Gneezy, Meier e Rey-Biel (2011). Bénabou e Tirole (2003) fornecem um contributo inicial para a análise de quando e como os incentivos podem comprometer a motivação intrínseca. Os incentivos e outras motivações nem sempre se opõem; podem também reforçar-se mutuamente (ver Rajapaksa e outros 2019 para um exemplo de um conjunto de abordagens que melhoraram a conservação da água).
- 8 Estamos gratos a Melissa Leach por esta formulação. Antropólogos, sociólogos, linguistas estruturais e historiadores analisam a interação entre estruturas de poder e ação de diferentes formas.
- 9 Estamos gratos a Karla Hoff por esta formulação. Kotchen, Rising e Wagner (2023) defendem a necessidade de envolver mais conhecimentos das ciências comportamentais na abordagem das alterações climáticas. Bastini e outros (2023), Bergquist e outros (2023) e Vlasceanu e outros (2023) fornecem análises e resultados empíricos de possíveis intervenções comportamentais para atenuar as alterações climáticas. Taberna e outros (2023) mostram que a incerteza comportamental é um fator mediador da importância dos fatores físicos na resposta a mudanças nos incentivos para a adaptação a impactos ambientais. Bergstrom e Hanage (2024) e Saad-Roy e Traulsen (2023) defendem a importância de uma descrição mais detalhada do comportamento humano para compreender a dinâmica das doenças.
- 10 Isto coincide com o que Demeritt e Hoff (2018) e Hoff e Demeritt (2023) designaram por segunda vaga da economia comportamental, enquanto que a escolha comportamental corresponde ao que designaram por primeira vaga. Para uma análise das aplicações da primeira vaga da economia comportamental ao desenvolvimento, ver Kremer, Rao e Schilbach (2019), e para a segunda vaga, ver Hoff e Demeritt (2023).
- 11 Um exemplo é o efeito de dotação, em que as pessoas exigem mais dinheiro para abdicar de algo que possuem do que estão dispostas a pagar para o adquirir. Apicella e outros (2014) mostraram que este facto não era universal, mas prevalecia em grupos expostos a noções e práticas de propriedade e de trocas mercantis de bens e de trabalho. Para uma análise mais alargada, ver Apicella, Norenzayan e Henrich (2020).
- 12 Sobre o poder instrumental da esperança e do otimismo para melhorar o bem-estar e a forma como os diferentes contextos os moldam, ver, por exemplo, Graham e Pinto (2019) e Lybbert e Wydick (2018). Relativamente às aspirações, ver Fruttero, Muller e Calvo-Gonzalez (2021) e Genicot e Ray (2017, 2020). Para um debate sobre aspirações e intervenções de desenvolvimento humano, ver Conradie e Robeyns (2013). Sobre a relação entre aspirações, normas sociais e resultados de desenvolvimento, ver La Ferrara (2019).
- 13 Os dados sugerem que as pessoas encaram as vacinas não só como uma forma de se protegerem a si próprias, mas também como parte de um contrato social com a sua comunidade para reduzir a propagação de infeções (Böhm e Betsch 2022; Korn e outros 2020).
- 14 É possível estabelecer um contrato social entre as pessoas e um governo nacional através do qual são fornecidos bens públicos nacionais, são aplicadas regras e são mobilizados recursos fiscais dos indivíduos para financiar esses bens públicos.
- 15 Há quem defenda que a globalização veio reforçar o desejo de mais Estados de preservar a soberania e a autonomia (Krasner 1999).
- 16 A realidade do Antropoceno suscitou um debate sobre a forma como o reforço da governação global afeta o direito internacional (ver, por exemplo, Kotzé 2019, Woolley e Harrington 2022 e Kotzé e Kim 2022). No entanto, seria necessário que os países concordassem voluntariamente em adotar as medidas propostas, pelo que a análise desta secção também pode ser aplicada para compreender as condições que poderiam fazer avançar essa discussão.
- 17 Esta distinção baseia-se no contraste que Sen (2009b) faz entre os procedimentos de escolha social para promover a justiça e as abordagens de Rawls sobre a conceção de contratos sociais baseados na teoria da justiça. Sen vai mais longe, argumentando que a concretização de contratos sociais dentro de cada país limita o potencial de um espetador imparcial de outros países para melhorar os processos de escolha social. A resposta aos desafios globais exige intervenções sistémicas, conforme defendem Chater e Loewenstein (2022). Mas dado que, a nível global, as intervenções sistémicas devem ser acordadas voluntariamente entre os países, mesmo que seja possível especificar uma eventual intervenção, continua em aberto a questão de saber como conseguir que os países soberanos a aceitem.
- 18 De acordo com Kirshner (2022, p. 15), “os indivíduos são os derradeiros agentes da política mundial; por conseguinte, os pressupostos sobre o comportamento humano são inerentes a (e consequentes para) qualquer paradigma, mesmo que permaneçam implícitos.” É neste espírito que se desenvolve a discussão neste capítulo, tentando explicitar diferentes pressupostos do comportamento humano.
- 19 Sen 2009b. Ver também a discussão no capítulo 3 do PNUD (2022b).
- 20 Burgio, Gómez e Arenas 2023; Hébert-Dufresne e outros 2022.
- 21 Dannenberg e Gallier 2020.
- 22 Para um debate sobre as implicações destes pressupostos comportamentais no direito internacional, ver van Aaken e Broude (2020) e Fikfak, Peat e van der Zee (2022).
- 23 Este é por vezes designado por homo economicus (Persky 1995).
- 24 Normalmente, é também a base que serve de referência para o comportamento humano esperado, em relação à qual são estabelecidos diversos desvios (ou preconceitos) nos domínios da economia comportamental e da ciência comportamental em geral.
- 25 Centola e Baronchelli 2015; Centola e outros 2018.
- 26 Efferson 2021b.
- 27 Por exemplo, num contexto em que os países ainda não se coordenaram e todos têm de caminhar numa determinada direção, um país que não confiar que os outros caminharão nessa direção (uma direção que todos desejam) pode decidir “jogar pelo seguro” e manter o *status quo*, fazendo com que a coordenação não funcione. Isto pode ser interpretado à luz da citação de Dag Hammarskjöld, “É quando todos jogamos pelo seguro que criamos um mundo de extrema insegurança” (conforme citado recentemente pelo Secretário-Geral da ONU, António Guterres (2023b)).

- 28 Thomas Schelling defendeu que os pontos focais podem desempenhar esta função coordenadora (Schelling 1965, 1978). Existe uma extensa literatura sobre as intervenções destinadas a ultrapassar as falhas de coordenação, incluindo os resultados de experiências (analisados em Devetag e Ortmann 2007, mas ver Avoyan e Ramos 2023 e Kendall 2022 para análises mais recentes).
- 29 Embora as análises alternativas neguem que estas correspondam a exemplos de equilíbrios mutuamente benéficos, apontando, em vez disso, para o papel omnipresente do poder e dos interesses na definição destas normas apenas em alguns casos (Krasner 1991).
- 30 Keohane e Victor 2016.
- 31 Buchholz e Sandler 2021.
- 32 Embora se fale muito da natureza juridicamente não vinculativa de muitos acordos internacionais, que os torna ineficazes no apoio à provisão de bens públicos mundiais, o simples facto de tornar um tratado juridicamente vinculativo não é garantia de que os Estados que defendem os seus próprios interesses alterem o seu comportamento. Os países podem optar por não entrar no acordo logo à partida ou por se retirarem do mesmo, como ficou demonstrado com a saída do Reino Unido da União Europeia (Barrett 2016).
- 33 Barrett 2016.
- 34 Esta situação pode, portanto, ser modelada como um jogo de garantias (ou caça ao veado) (Sandler 2016).
- 35 Para uma descrição detalhada, ver Barrett (2003a).
- 36 Barrett e Dannenberg 2022.
- 37 Para que o tratado seja bem sucedido, é necessário que seja assinado por um número suficiente de países para que seja do interesse de todos.
- 38 Ver Barrett (2003a) para uma descrição histórica das negociações fundamentada numa análise das estruturas de incentivo criadas pelo tratado que obrigaram os países de rendimento elevado, primeiro, através de incentivos comerciais e, depois, os países de rendimento baixo e médio, através de pagamentos acessórios, a assinar e ratificar o tratado.
- 39 Embora existam outras incertezas que podem dificultar o controlo de doenças transmissíveis, conforme explorado em Leach e outros (2022).
- 40 Armstrong McKay e outros 2022; Rockström e outros 2009; Rockström e outros 2021; Rockström e outros 2023; Steffen e outros 2015.
- 41 Brovkin e outros 2021; Lenton 2013; Lenton e Williams 2013; Lenton e outros 2008; Steffen e outros 2018.
- 42 Kemp e outros 2022a.
- 43 Barrett 2016.
- 44 Estas condições são semelhantes aos incentivos que os países enfrentam para fornecer um bem público mundial mais fraco.
- 45 O Protocolo de Montreal não definiu qualquer limite deste tipo. Para uma perspetiva diferente sobre a forma como a incerteza pode dificultar os compromissos em matéria de acordos ambientais internacionais, ver Ulph, Pintassilgo e Finus (2019).
- 46 Barrett 2016.
- 47 Burgess, Pielke e Ritchie 2022; Keen e outros 2022; Kemp e outros 2022b. E as diferenças entre os países no que respeita aos danos podem fomentar a cooperação (Waichman e outros 2021). Ao mesmo tempo, as desigualdades de recursos podem criar um efeito de compensação (Brown e Kroll 2021).
- 48 Barrett 2013a; Barrett e Dannenberg 2012.
- 49 Se existirem incertezas quanto ao limite, mas o limite superior for conhecido, os países terão de cooperar para se manterem coletivamente abaixo do limite superior. Se a incerteza for grande, cada país saberá que o facto de estar apenas um pouco abaixo do seu contributo individual para o limite superior dificilmente fará com que o mundo ultrapasse esse limite. Assim, a situação assemelha-se à de um somatório de um bem público mundial, em que cada país se depara com incentivos para contribuir individualmente com um valor ligeiramente inferior ao necessário para evitar que o limite seja ultrapassado - um comportamento confirmado em experiências (Barrett e Dannenberg 2012, 2017). Schill e Rocha (2023) referem que esta incerteza não impede a cooperação que sustenta os bens comuns locais, mas Ahsanuzzaman, Palm-Forster e Suter (2022) associam este resultado à possibilidade de existir uma comunicação eficaz a nível local.
- 50 Dannenberg e Barrett 2018; Dannenberg e Gallier 2020. Sobre riscos existenciais, ver Ord (2020).
- 51 Barrett e Dannenberg 2014.
- 52 Para uma primeira análise dos desvios do modelo de escolha racional no comportamento real de ação coletiva, ver Ostrom (1998), que também fornece um conjunto de ideias sobre a forma de expandir os pressupostos comportamentais para ter em conta essas observações. Para análises recentes, ver Dijk e Dreu (2021) e Van Lange e Rand (2022).
- 53 Estes desvios não devem partir do princípio de que o modelo padrão de escolha egoísta dá uma ideia mais precisa do comportamento humano, mas sim de que um modelo de escolhas fornece uma referência para estruturar os desvios. Por isso, expressões como preconceitos cognitivos e preferências atípicas não são necessariamente desvios da racionalidade, mas sim desvios do modelo de escolha egoísta padrão. As tentativas de medir empiricamente a racionalidade económica têm-se revelado pouco fiáveis (Nitsch e outros 2022). O debate sobre as abordagens comportamentais aqui adotadas segue a linguagem proposta por DellaVigna (2009), que agrupou os desvios do modelo padrão de escolha egoísta em três categorias: preferências atípicas, crenças atípicas e tomada de decisões atípica. Há que ter cuidado ao extrapolar as conclusões da teoria e das experiências baseadas em escolhas individuais para as escolhas de grupo, tendo em conta alguns indícios iniciais que sugerem que os grupos ou as equipas podem estar menos sujeitos a preconceitos comportamentais (ver Ambrus, Greiner e Pathak 2015; Charness e Sutter 2012; Feri, Irlenbusch e Sutter 2010; Kugler, Kausel e Kocher 2012). Contudo, uma análise mais recente sugere que os conhecimentos comportamentais também são relevantes para o comportamento de grupos e equipas (Charness e Chen 2020). Ver Bechtoldt e outros (2021) para uma mobilização específica de conhecimentos da psicologia para compreender o investimento insuficiente na adaptação às alterações climáticas. Antes de surgirem as provas empíricas, muitas das quais são aqui analisadas, Amartya Sen já tinha feito uma crítica a alguns dos pressupostos comportamentais dos modelos de escolha egoísta (como em Sen 1973, 1977, 1997).
- 54 Conforme defendido em Boon-Falleur e outros (2022) para o bem público mundial da mitigação das alterações climáticas e em Van Bavel e outros (2022) para o bem público mundial do controlo da Covid-19. Ver Van Bavel e outros (2022) para uma análise da interação entre cognição, normas e instituições que moldam a cooperação em grupo.
- 55 Fehr e Schmidt (1999) documentaram que os inquiridos em experiências mostravam aversão à desigualdade, valorizando positivamente os ganhos dos outros se estes estivessem em pior situação do que os inquiridos e negativamente se estivessem em melhor situação. Outra manifestação de preferência social é o altruísmo puro, em que os benefícios dos outros nunca são avaliados negativamente (Andreoni 1989; Andreoni e Miller 2002; Charness e Rabin 2002). Estamos gratos a Wolfgang Buchholz por ter salientado que a otimização kantiana é uma alternativa à maximização da utilidade puramente egoísta (Roemer 2019; Van Long 2020). As motivações pró-sociais podem por vezes apresentar tensões, ou mesmo conflitos, que colocam desafios cognitivos sobre a forma de os resolver na tomada de decisões (Li e outros 2022; Sinnott-Armstrong e McKee 2022). Outras abordagens das preferências atípicas incluem Frank (1987) sobre as preferências endógenas e Akerlof e Kranton (2000) sobre o papel da identidade.
- 56 Axelrod e Hamilton 1981. Os recentes avanços nas áreas da genética, microbiologia e análise revolucionaram a nossa compreensão da cooperação em todas as formas de vida e em todos os níveis de organização biológica (West, Griffin e Gardner 2007a; West e outros 2021), desde os genes, às células - e até aos vírus (Leeks, West e Ghoul 2021). Por exemplo, as bactérias dependem da excreção de produtos dos indivíduos que beneficiam o grupo bacteriano para permitir a procura de nutrientes ou a comunicação (Belcher e outros 2022; West, Griffin e Gardner 2007a). Os biólogos forneceram uma teoria uniformizada que explica o surgimento e a manutenção da cooperação no mundo natural, com base na noção de que um indivíduo adquire aptidão inclusiva (reprodução dos seus genes) através do impacto na aptidão direta (a sua própria reprodução) ou na aptidão indireta (reprodução de indivíduos relacionados devido ao comportamento do indivíduo). Estratégias evolutivamente estáveis descrevem interações em que a cooperação evolui e se mantém (ver Alger 2023 para uma revisão recente), e os debates de longa data sobre parentesco *versus* seleção de grupo são agora mais esclarecidos (Birch 2019). Não são necessárias preferências sociais ou equivalentes. Embora este também seja o caso dos seres humanos em muitas situações (portanto, a relevância duradoura do modelo de escolha egoísta), a cooperação humana tem características distintas, em parte devido à capacidade dos seres humanos de evoluírem culturalmente (Apicella e Silk 2019) e de se envolverem na aprendizagem social (embora isso nem sempre implique cooperação; Burton-Chellew, El Mouden e West 2017, e a cooperação nem sempre implique resultados sociais positivos, por exemplo, quando envolve conluio de empresas ou redes ilícitas). Ainda assim, existe um debate sobre se a evolução cultural, discutida no destaque 4.3, se enquadra nestas conclusões mais amplas sobre a cooperação no mundo natural, motivado em parte por questões de

- linguagem e significado atribuído aos mesmos termos (Micheletti, Brandl e Mace 2022; West, Griffin e Gardner 2007b).
- 57 Herrmann, Thöni e Gächter (2008) demonstram que as punições anti-sociais também existem e que podem ser socialmente benéficas quando apoiadas por fortes normas de cooperação. As motivações para o castigo e a recompensa ultrapassam frequentemente o que seria necessário para manter simplesmente o interesse próprio nas relações recíprocas (Fehr e Gächter 2000, 2002). Tem-se defendido que a regra são as preferências sociais e não as preferências egoístas (Bruhin, Fehr e Schunk 2018). Burton-Chellew (2022) defende que aquilo que foi interpretado como altruísmo em experiências pode resultar de uma confusão sobre as regras e que os seres humanos são, portanto, egoístas. No entanto, há fortes indícios de que as pessoas se comportam frequentemente como se tivessem preferências por outros. Por exemplo, dados recentes sobre as correlações neurais das preferências sociais, que têm sido utilizadas para explicar o comportamento económico em múltiplas perspectivas (Camerer, Loewenstein e Prelec 2005), sugerem que, embora a deliberação estratégica sobre a forma de promover o interesse próprio possa igualmente desempenhar um papel, o processamento emocional é um mecanismo fundamental. Entre os estudos pioneiros contam-se os de Corradi-Dell'Acqua e outros (2013), Corradi-Dell'Acqua e outros (2016), Gabay e outros (2014) e Sanfey e outros (2003). Wang e outros (2020) encontraram provas de que os comportamentos altruístas aliviam a dor física. Para uma meta-análise recente que confirma as conclusões de que o processamento emocional é fundamental para as preferências sociais, ver Cutler e Campbell-Meiklejohn (2019). Rhoads, Cutler e Marsh (2021) afirmam que o comportamento pró-social pode estar associado a uma intenção estratégica, mas também pode ser motivado por razões puramente altruístas. Grande parte desta literatura baseia-se em imagens de ressonância magnética funcional (fMRI). Para saber como interpretar os resultados da fMRI tendo em conta a falta de conhecimentos sobre o funcionamento do cérebro, ver Bellucci e outros (2020). Além disso, os desvios da justiça são mais aversivos para indivíduos com preferências mais pró-sociais (Liu e outros 2019), e o comportamento exceçãoalmente altruísta (por exemplo, deadores de rins) não pode ser explicado pelo raciocínio utilitarista (Amormino, Ploe e Marsh 2022; Rhoads e outros 2023a; Rhoads e outros 2023b).
- 58 Algumas das quais podem estar associadas à hereditariedade (Benjamin e outros 2012; Cesarini e outros 2008).
- 59 Fehr e Charness a publicar.
- 60 Uma explicação diferente para os resultados empíricos interpretados como reveladores de preferências sociais é que os participantes estavam confusos acerca das experiências e, à medida que começaram a compreender o que estava em jogo e aprenderam, comportaram-se de forma consistente com o modelo de escolha egoísta (ver Burton-Chellew 2022, Burton-Chellew e West 2021, Burton-Chellew, El Mouden e West 2016 e Burton-Chellew, Nax e West 2015). Existe ainda a possibilidade de que o comportamento não egoísta deriva de normas pessoais e não de preferências sociais (Capraro e Perc 2021; Capraro e outros 2019).
- 61 A percentagem da população com preferências sociais de aversão à desigualdade varia entre 23% e 68%, e a percentagem de altruístas situa-se entre 12% e 47%. As amostras de estudantes, frequentemente utilizadas em experiências, desviam-se desta distribuição de preferências por toda a população (por exemplo, a percentagem de preferências egoístas nas amostras de estudantes varia entre 29% e 58%; Fehr e Charness, a publicar). Também parece que as preferências pró-sociais são mais consistentes e menos dependentes do contexto do que as escolhas que as pessoas fazem e que envolvem raciocínio moral, como quando ponderam as relações entre os fins e os meios (Bénabou, Falk e Henkel 2024).
- 62 Iwasaki 2023.
- 63 Conforme estabelecido em Thielmann, Spadaro e Balliet (2020), uma meta-análise recente de 770 estudos que relatam 3.523 efeitos de uma série de comportamentos pró-sociais em situações interdependentes modeladas em seis jogos económicos comumente estudados (jogo do ditador, jogo do ultimato, jogo da confiança, dilema do prisioneiro, jogo dos bens públicos e dilema dos bens comuns). Quando as pessoas misturam motivações pessoais e sociais (por exemplo, uma vacina fornece proteção individual, mas também promove a imunidade de grupo), a motivação social é muitas vezes o principal impulsionador do comportamento (Böhm e Betsch 2022; Korn e outros 2020; Pfattheicher, Petersen e Böhm 2022). Chang e outros (2023) mostram que não foram os incentivos monetários, mas sim os lembretes, que aumentaram a utilização de doses de reforço contra a Covid-19 na Califórnia, nos Estados Unidos. Para uma discussão sobre as condições em que as preferências pró-sociais apoiam a cooperação para além dos grupos, ver Tilman, Dixit e Levin (2019).
- 64 Ver Fehr e Charness (a publicar) relativamente às implicações teóricas da aversão à desigualdade para a cooperação e uma análise das provas confirmatórias.
- 65 Brekke e Johansson-Stenman 2008; Buchholz e Sandler 2017.
- 66 Elster 1989.
- 67 Legros e Cislighi 2020; Tverskoi e outros 2023.
- 68 Van Lange e Rand 2022.
- 69 Fehr e Charness (a publicar) apresentam um debate sobre a teoria e uma análise das provas sobre a forma como as preocupações com a imagem social podem impulsionar o comportamento pró-social. As preocupações com a própria imagem (a forma como nos vemos a nós próprios) também são importantes, mas parecem ser menos importantes do que as motivações relacionadas com os outros (Vu e outros 2023).
- 70 Lergertporer e outros 2014.
- 71 Normas sociais demasiado rígidas entre países podem desencadear mais violações, de acordo com as conclusões de Aycinena e outros (2022).
- 72 Algumas provas sugerem que as recompensas superam a punição na promoção da cooperação para fornecer bens públicos (Rand e outros 2009).
- 73 Elster 1998, 2015b. Os sociólogos, desde Goffman (1959), têm salientado a forma como a culpa e o estigma contribuem para o cumprimento das normas. O cumprimento das normas sociais e as emoções relacionadas, como o estigma, também têm afetado os resultados económicos - por exemplo, o desemprego (Lindbeck, Nyberg e Weibull 1999). As normas sociais podem fazer parte da mentalidade das pessoas de tal forma que acabam por ser incorporadas (Granovetter 1985). Basu (2010) defende que a "mão invisível" de Adam Smith não seria capaz de atuar se não existissem determinadas normas orientadoras do comportamento. Para mais desenvolvimentos e implicações deste raciocínio, ver Basu (2022, 2024).
- 74 Fehr e Schurtenberger 2018. Ohtsuki e Iwasa (2006) identificam oito normas sociais de reciprocidade indireta que podem manter estratégias de cooperação evolutivamente estáveis em modelos evolutivos, mas o número é reduzido quando as avaliações dos bons cooperadores são pessoais e ruidosas (Fujimoto e Ohtsuki 2023).
- 75 TOs processos evolutivos e psicológicos subjacentes à norma da cooperação condicional (ou às normas sociais em geral) continuam a ser uma área de investigação ativa (Gross e Vostroknutov 2022). Existem provas de que a psicologia das normas é universal, mas que podem surgir normas diferentes em contextos históricos e culturais diferentes (House e outros 2020; Kanngiesser e outros 2022), mas ver Heyes (2023) para uma visão diferente. Existem provas da universalidade da valência moral positiva da cooperação (documentada para um conjunto de comportamentos cooperativos observados no registo etnográfico de 60 sociedades em todas as regiões do mundo (Curry, Mullins e Whitehouse 2019; ver também Rossi e outros 2023 e Van Bavel e outros 2022, que identificam princípios interculturais partilhados de comportamento pró-social). O cumprimento do comportamento cooperativo pode ser explicado como uma internalização das normas sociais através da evolução cultural (Gavrilets e Richerson 2017; mas ver Akdeniz e van Veelen 2021 para uma perspetiva diferente e Bar-On e Lamm 2023 para o potencial papel da identidade social). Tverskoi e outros (2023) mostram que a conformidade com as normas pessoais e sociais tem mais impacto na tomada de decisões do que os benefícios materiais.
- 76 Em parte, devido a processos de comparação social. Ver Bergquist e outros (2023), Frank (2021) e Helfferich, Thøgersen e Bergquist (2023) relativamente a aplicações a comportamentos destinados a atenuar as alterações climáticas.
- 77 Constantino e outros (2022) debatem as oportunidades e os desafios para aproveitar as normas sociais no combate às alterações climáticas.
- 78 Gelfand e outros 2011; Jackson, Gelfand e Ember 2020.
- 79 Choi e outros 2022; Jackson e outros 2019.
- 80 Gelfand 2021. A ameaça pode ser real ou percebida, porque, como Buchanan (2020, p. 181) afirmou, "[...] um facto fundamental sobre os seres humanos: somos criaturas movidas por crenças, mas somos epistemicamente falíveis - propensos a erros graves na formação e preservação das nossas crenças. Aquilo em que acreditamos influencia a forma como agimos e, por vezes, até determina por completo a forma de agir, mas podemos estar e estamos muitas vezes enganados quanto às nossas crenças. Se acreditarmos erradamente que o Outro representa uma ameaça, reagimos de forma tão forte e negativa como reagiríamos se a nossa crença fosse verdadeira. São as crenças, e não os factos, que importam."

81	Gelfand 2021; Gelfand e outros 2021.	Muthukrishna e Norenzayan (2021) baseiam-se numa métrica de distância cultural em relação aos Estados Unidos. Obradovich e outros (2022) baseiam-se no comportamento nas redes sociais de 2 mil milhões de pessoas para criar métricas para diferentes dimensões culturais.	generalizaram, em parte devido às diferenças na cultura bancária em diferentes países. Uma análise da honestidade intrínseca em 23 países fornece provas consistentes com a hipótese de que os comportamentos e as instituições/cultura evoluem em conjunto (Gächter e Schulz 2016).
82	Gelfand e outros 2020.		
83	Giuliano e Nunn 2020; Gelfand, Gavrillets e Nunn 2024; Nunn 2022.		
84	Meyer 2010.		
85	Pierotti 2013. Relativamente aos mecanismos de difusão das normas (incluindo o papel dos meios de comunicação social e das organizações internacionais) num determinado país, ver Swindle (2023).	107 Brooks e outros 2018; Kaaronen, Mulder e Waring 2023; Lawson e Gibson a publicar; Richerson e outros 2016; Waring, Goff e Smaldino 2017; Waring e outros 2015.	121 Henrich e outros 2001. Estas exceções são frequentemente observadas em sociedades de pequena escala, e existem alguns indícios que sugerem que, pelo menos no que diz respeito à cooperação, poderá haver uma maior semelhança de comportamentos entre sociedades de grande escala (Spadaro e outros 2022) - ou seja, apesar de ao longo do tempo terem existido diferenças entre culturas (algumas das quais permanecem de pequena escala e onde esses comportamentos persistem), poderá haver alguma convergência de comportamentos quando se trata de sociedades de grande escala, no entanto os dados ainda não são conclusivos.
86	Sobre a política reacionária, ver Alter e Zürn (2020a, 2020b). Relativamente à ligação com a polarização política, ver Röllicke (2023).	108 Bar-On e Lamm 2023.	122 Henrich, Heine e Norenzayan 2010b.
87	Sandler 2017; Schwerhoff 2016.	109 Conforme definido em North (1990), inclui instituições formais e informais que moldam o comportamento das pessoas. De acordo com Schimmelpennig e Muthukrishna (2023), as instituições formais podem ser consideradas como uma "cultura endurecida", redigida para permitir uma coordenação e aplicação mais fáceis, mas ainda sustentada por normas culturais.	123 Apicella, Norenzayan e Henrich 2020; Henrich, Heine e Norenzayan 2010a.
88	Estes conhecimentos foram caracterizados como a introdução de uma idade de ouro para as ciências sociais (Buyalskaya, Gallo e Camerer 2021).	110 Kaushik Basu (2018) afirmou que existe uma condição "se e apenas se".	124 Schäfer, Haun e Tomasello 2015. Sobre a importância das semelhanças culturais em cada país e entre países, ver White, Muthukrishna e Norenzayan (2021).
89	Por vezes, designadas por unidades de incentivo.	111 Um dos maiores impactos dos tratados internacionais é o de fazer sobressair nos círculos eleitorais nacionais uma questão imediatamente após a adoção de um tratado e não em resultado do processo frequentemente longo e demorado de ratificação e entrada em vigor - ou seja, as ideias parecem ser mais poderosas do que as obrigações legais (Hoffman e outros 2022).	125 Isto corresponde a um tipo de preferência social que tem como ponto de referência não a igualdade de rendimentos, como nas preferências sociais de aversão à desigualdade (Fehr e Schmidt 1999) consideradas no início do capítulo, mas o tipo de igualdade que se considera justo, que é diferente para diferentes pessoas, consoante a sua visão de justiça. Para uma explicação desta perspetiva sobre a forma de medir a desigualdade sem ter como referência a igualdade absoluta, ver, por exemplo, Hufe, Kanbur e Peichl (2022).
90	Aumann (2019) defende que muitos dos preconceitos cognitivos emergem de situações forçadas que não são as que a maioria das pessoas enfrenta no seu dia a dia.	112 O debate neste capítulo não pretende sugerir que a ação coletiva possa ser sempre reduzida ao comportamento atomístico de agentes individuais que interagem para moldar instituições. Tal como referido no início do capítulo, a ação coletiva também pode ser descrita como um resultado emergente em sistemas adaptativos complexos, com agentes que interagem a vários níveis de agregação sob restrições impostas por instituições formais.	126 Conforme em Fleurbaey (1995), conforme referido em Almãs, Cappelen e Tungodden (2020).
91	Mais precisamente, as escolhas indicam uma maior aversão a potenciais perdas do que a atração por um ganho de igual tamanho em relação a qualquer ponto de referência (Kahneman e Tversky 1979; Tversky e Kahneman 1992). Para uma análise das estimativas empíricas e dos esforços para quantificar a força da aversão à perda, ver Brown e outros (a publicar). No entanto, também existem circunstâncias em que parece não se manter (Rakow, Cheung e Restelli 2020; Zeif e Yechiam 2022).	113 Ver também Bednar (2023) e Bednar e Page (2018).	127 Almãs, Cappelen e Tungodden 2020.
92	Camerer e outros 1997.	114 Efferson, Vogt e von Flüe a publicar.	128 Almãs e outros 2017.
93	Alesina e Passarelli 2019.	115 Otto e outros 2020; Sparkman, Howe e Walton 2021; Winkelmann e outros 2022.	129 Almãs e outros 2010.
94	Litovsky e outros 2022.	116 Rode e Weber 2016.	130 Ver Almãs e outros (2022) para documentar as variações na crença de que os ricos são egoístas em todos os países e dentro de cada país.
95	Olitsky e Cosgrove 2023.	117 Centola e outros 2018; Centola e Baronchelli 2015.	131 Almas e outros (2022) mostram que, ao comparar as respostas a nível nacional à pergunta do Inquérito Mundial de Valores, "O governo deve procurar reduzir as diferenças económicas entre ricos e pobres?" com a desigualdade do rendimento disponível, não se verifica qualquer correlação, mas quando a resposta à pergunta é comparada com "A desigualdade é injusta", existe uma forte correlação positiva entre as convicções de que a desigualdade é injusta e o apoio à redistribuição. No entanto, existem outros fatores determinantes no que respeita a preferências em matéria de redistribuição; ver, por exemplo, Charité e outros (2022).
96	Seguindo a taxonomia proposta em Chetty (2015).	118 Efferson (2021a) demonstra que isto é especialmente difícil fora das normas de coordenação social, que muitas vezes se presume estarem em vigor (Szasz e outros 2018).	132 Ver Thomas e Markus (2023).
97	Allcott e Kessler 2019. Reck e Seibold (2023) apresentam uma elaboração teórica com uma aplicação para a conceção de políticas de reformas.	119 Uma repetição do estudo mencionado na caixa 4.3 sobre a devolução de carteiras não conseguiu confirmar os resultados quando a comunicação da falta da carteira foi feita fisicamente e não por correio eletrónico (Yang e outros 2023). No entanto, ver Tannenbaum, Maréchal e Cohn (2023) e Zhang e outros (2023).	133 Este reconhecimento pode fornecer orientações sobre quem deve ser visado, como e para quê. Será que o objetivo é simplesmente mudar o comportamento ou melhorar o bem-estar - objetivos que podem nem
98	Conforme defendido por Sunstein (2022).	120 Cohn, Fehr e Maréchal (2014) descobriram que, apesar de os banqueiros suíços em geral serem honestos, quando a sua profissão era destacada através de priming, comportavam-se de forma menos honesta. Em contrapartida, quando as pessoas com outras profissões também viram as suas profissões destacadas através de priming, não se registaram alterações no comportamento. No entanto, não foi possível replicar os resultados noutros contextos culturais (Cohn, Fehr e Maréchal 2019). Rahwan, Yoeli e Fasolo (2019) realizaram o mesmo estudo em cinco populações diferentes em três continentes e concluíram que os resultados não se	
99	Ver Milkman e outros (2021) para lembretes bem sucedidos que aumentaram a adesão à vacinação.		
100	Van Bavel e outros 2020.		
101	Muthukrishna e Henrich 2019. A heterogeneidade dos conceitos experimentais constitui igualmente um obstáculo à generalização dos resultados das experiências, conforme demonstrado em Huber e outros (2023).		
102	Segundo Davis (2023), que apresenta este argumento para melhorar a teoria das relações internacionais.		
103	Ver Hecht e outros (2023) para uma descrição da forma como os fatores contextuais afetam as intervenções comportamentais.		
104	Conforme defendido em Stiglitz (2021).		
105	Estamos gratos a Melissa Leach por esta observação.		
106	Para determinar a métrica destes pacotes culturais, Muthukrishna e Schaller (2020) e White,		

- sempre estar alinhados. Estamos gratos a Charles Efferson por estas informações. Ver também Berger, Efferson e Vogt (2023), Efferson, Vogt e Fehr (2020), Efferson, Vogt e von Flüe (a publicar), Richerson, Boyd e Efferson (2024) e von Flüe, Efferson e Vogt (2024).
- 134 Brooks, Hoff e Pandey 2018.
- 135 Carlson e outros 2022.
- 136 Balliet e Lindström 2023; Colnaghi e outros 2023; Fiedler e outros a publicar.
- 137 Halevy 2017, 2023; Halevy, Chou e Murnighan 2012.
- 138 Halevy e Halali 2015; Halevy e outros 2006.
- 139 Shiller (2017) descreve como as narrativas moldam os resultados macroeconômicos. Levy (2022) explica os processos sociais que levam as pessoas a ter crenças, muitas vezes moldadas pelo contexto do grupo a que estão associadas, e os limites das suposições de que as crenças serão formadas com base no processamento racional individual da informação. De Vries (2023) analisa a forma como quatro narrativas fundamentais diferentes sobre a União Europeia continuam a moldar os resultados políticos, econômicos e jurídicos. Para uma análise recente da literatura sobre a psicologia da pobreza, ver Haushofer e Salicath (2023).
- 140 Gelfand, Gavrillets e Nunn 2024; Nunn 2022.
- 141 Ellis 2024; Richerson, Boyd e Efferson 2024; Waring, Wood e Szathmáry 2024.
- 142 Hoff e Demeritt a publicar.
- 143 Hoff e Demeritt a publicar. Para uma discussão sobre como estes conhecimentos podem ser mobilizados para imaginar os caminhos a percorrer no Antropoceno que aliviem as pressões sobre o planeta e promovam um desenvolvimento humano equitativo, ver Efferson (2023), Efferson, Vogt e von Flüe (a publicar) e Ellis (2024).
- 144 Constantino e Weber 2021, p. 151. Para comprovar como grupos socialmente dominantes podem alimentar preconceitos contra outros grupos, ver Morehouse, Maddox e Banaji (2023).
- 145 Daley, Newell e Twena 2022; Fleurbaey e outros 2018; Scoones e outros 2020; Stirling 2015; Stoddard e outros 2021.
- 146 Conforme articulado nas noções de agência de Amartya Sen (Sen 1985, 2009b), expressas tanto sob a forma de realizações como de liberdades. Relativamente a articulações mais recentes de ideias semelhantes, ver Bednar (2023) e Carugati e Levi (2021).
- 147 Os interesses partilhados podem ser concebidos como algo que se enquadra num espectro, desde nenhum, onde existe um elevado potencial de conflito, até completo, onde existe um elevado potencial de cooperação, seguindo West e Ghoul (2019), numa análise de como a cooperação e o conflito coexistem no mundo natural. A maioria das situações encontra-se algures perto dos pontos finais, sugerindo assim o potencial para o conflito e a cooperação. O fornecimento de bens públicos mundiais pode ser encarado como a exploração de domínios do espectro mais próximos dos interesses comuns e, por conseguinte, onde o potencial de cooperação é maior.
- 148 Davidai e Tepper 2023. Embora estas descobertas sejam a nível individual, um estudo multinível em 43 países confirmou um isomorfismo nas crenças de soma zero que se estende do indivíduo ao nível do país (Rózycka-Tran e outros 2018).
- 149 Davidai e Ongis 2019.
- 150 Conforme se verifica nas reduções da ajuda aos outros (Chernyak-Hai e Davidai 2022) ou nos países que aceitam acolher refugiados (Piotrowski e outros 2019).
- 151 Carvalho e outros 2023.
- 152 Melis e Raihani 2023, p. 532.
- 153 O'Madagain e Tomasello 2022. Por outras palavras, é a essência do que se pode designar por cognição cultural, conforme defendido em Tomasello e Vaish (2013) e Tomasello e outros (2005).
- 154 Gross e outros 2020.
- 155 Melis e Raihani 2023, p. 532.
- 156 Por exemplo, existem provas de que a motivação do cuidado resulta em níveis mais elevados de cooperação, impulsionados por crenças mais optimistas, e em mudanças para preferências mais sociais do que quando se procura a cooperação através da ativação de uma motivação de raiva (Ring, Schütt e Snower 2023). Ver também Akerlof e Snower (2016) e Bartke e outros (2019).
- 157 Alguns dados sugerem que os contributos para bens públicos e as dinâmicas de cooperação surgem voluntariamente quando as pessoas podem escolher o bem público para o qual querem contribuir (Shi e outros 2020). Se isto se estender aos países no contexto internacional, diferentes países poderão assumir a liderança no voluntariado para contribuir para o desencadeamento de dinâmicas de cooperação.
- 158 Mais uma vez, existem diferenças entre as pessoas, com traços que diferem consoante os domínios em que as pessoas têm maior ou menor probabilidade de se juntarem a grupos (Kranton e outros 2020). Ver também Doğan, Glowacki e Rusch (2022).
- 159 Romano e outros 2017; Romano e outros 2021a; Romano e outros 2021b. Para uma descrição dos fatores correlacionados com o desenvolvimento de uma orientação mais cosmopolita, ver Zhang e outros (2024).
- 160 Schimmelpfennig e outros 2022.
- 161 Boeltzig, Johansson e Bramão 2023; Vasconcelos e outros 2021.
- 162 Bechtel, Genovese e Scheve 2019.
- 163 Chinoy e outros 2023.
- 164 Van Bavel e outros a publicar; Wagner e outros 2020.
- 165 Bolyky e outros 2022a; Bolyky e outros 2022b; Bor, Jørgensen e Petersen 2023; Lenton, Boulton e Scheffer 2022.
- 166 Henkel e outros 2023.
- 167 Berger, Vogt e Efferson 2022.
- 168 Berger, Efferson e Vogt 2023.
- 169 Para uma análise da teoria da identidade social da ação coletiva, ver Van Zomeren, Postmes e Spears (2008). Whitehouse (2018) e Whitehouse e Lanman (2014) descrevem a fusão de identidades, o sentimento visceral de união com o grupo, como um estímulo para a cooperação no seio dos grupos, ao ponto de poder levar a um sacrifício pessoal extremo. Ver também Huettel e Kranton (2012).
- 170 Sen 2005, 2006, 2009a. Dulberg e outros (2023) mostram como a existência de múltiplos "eus" pode ter evoluído como uma solução para o problema recorrente de equilibrar diversas necessidades em contextos em mudança.
- 171 Isto implica que o pressuposto de que a viragem pode ser desencadeada no âmbito do que se supõe ser uma norma de coordenação social pode não se verificar e que as intervenções podem ser ineficazes ou contra-producentes (Efferson e outros 2015).
- 172 Efferson, Vogt e Fehr 2020; Efferson e outros 2015; Ehret e outros 2022.
- 173 Partindo do pressuposto de que muitas pessoas são cooperadores condicionais (Berger, Efferson e Vogt 2023).
- 174 O macro-modelo ecológico coloca os seres humanos no contexto das suas relações com os predadores e as presas (Lehman e outros 2021).
- 175 O período de rápido crescimento populacional pode ser descrito como um período em que os seres humanos entraram numa interação mutualista com os animais e as plantas, em vez de serem seus predadores (ver também Pollan 2002); este período seguiu-se a uma primeira transição ecológica em que os seres humanos conseguiram superar os seus predadores (Lehman e outros 2021). Em ambas as transições, os processos de evolução cultural foram determinantes. O mutualismo está presente em muitas formas e em muitas espécies no mundo natural e tende a ser mantido quer pelo interesse partilhado quer pela execução, mas é provável que evolua em primeiro lugar como resultado do interesse partilhado, com a execução a evoluir mais tarde de modo a reforçar o mutualismo (West e outros 2021).
- 176 Colleran 2016.
- 177 Lehman e outros 2021.
- 178 Lehman e outros 2021.

CAPÍTULO 5

- 1 Sen 1991; PNUD 2022a. A agência orientada para objetivos (exibida pelos répteis) e mesmo a agência orientada para a intenção (exibida pelos mamíferos) não são exclusivas dos seres humanos, nem a procura do interesse próprio, como nos modelos de escolhas egoístas analisados no capítulo 4 (exibida pelos grandes símios, por exemplo; Jensen, Call e Tomasello 2007 encontraram provas de que os chimpanzés são maximizadores racionais num jogo de ultimato). Os animais não humanos parecem também seguir normas sociais (descritivas) (baseadas na necessidade de conformidade que os humanos partilham com outros animais sociais não humanos) (Andrews, Fitzpatrick e Westra 2024; Westra e outros, a publicar). Mas, de acordo com O'Madagain e Tomasello (2022) e Tomasello (2022), os seres humanos são diferentes na medida em que desenvolveram a capacidade de definir e perseguir a intencionalidade e a agência partilhadas, que têm sido apontadas como a base para as origens da cognição cultural (Tomasello e outros 2005). Embora existam diferentes pontos de vista sobre as vias evolutivas que levaram os seres

- humanos a serem capazes de desenvolver normas injuntivas e morais (Stanford 2017, 2018), isto corresponde a uma expressão da agência humana que transcende os próprios interesses. Também se tem defendido que os seres humanos têm uma psicologia moral flexível que permite, através de processos de fundamentação e deliberação pública (ver capítulo 6), estabelecer normas morais, e instituições que as apoiem, que sejam inclusivas não só de todos os seres humanos, mas potencialmente de outros seres (Buchanan 2020, 2021; Buchanan e Powell 2018). Para uma visão psicológica da agência humana, ver Bandura (2001, 2006).
- 2 Sen 2016, p. 7.
- 3 Com base nos dados do Inquérito Mundial de Valores (ver figura 5.3 mais á frente neste capítulo).
- 4 A distinção entre bem-estar e aspetos de agência do desenvolvimento é feita de acordo com o enquadramento de Sen (1985, 1991).
- 5 Sen 1991.
- 6 “As estratégias para o desenvolvimento humano enfatizaram inicialmente o investimento na educação e na saúde e a promoção do crescimento económico equitativo - as três dimensões do IDH. Estas mobilizam a agência individual das pessoas e reforçam a sua capacidade produtiva para o seu próprio interesse pessoal” (Fukuda-Parr 2003, p. 309).
- 7 Baseado no modelo biopsicossocial do Dr. Engel, explicado resumidamente em Conti (2022).
- 8 Folke e outros 2021; PNUD 2022a.
- 9 Segundo Elster (2015a), a tomada de decisão coletiva é o processo através do qual as decisões que emanam da formação de crenças coletivas e da ação coletiva são implementadas. Esses processos incluem a discussão, a votação e a negociação.
- 10 Turchin 2013.
- 11 Isto equivale a 47% da população mundial. De acordo com o relatório sobre o indicador 1.3.1 do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (<https://www.social-protection.org/gimi/WSP-DB.action?id=32>, acessado em 16 de novembro de 2023).
- 12 A partir de 2022, no ensino pré-primário, primário e secundário. De acordo com a base de dados do Instituto de Estatística da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (<http://data.uis.unesco.org/>, acessado em 16 de novembro de 2023).
- 13 Vaidyanathan 2024.
- 14 Por exemplo, em 2023, a Campanha de Ação dos ODS mobilizou 150 milhões de ações (EIN Presswire 2023).
- 15 Desde 2023, com base nos dados da União Internacional das Telecomunicações (<https://www.itu.int/en/ITU-D/Statistics/Pages/stat/default.aspx>, acessado em 16 de novembro de 2023).
- 16 Carleton e Greenstone 2022; Stiglitz e Stern 2017.
- 17 Ver Carleton e outros (2022).
- 18 AIE 2023a.
- 19 Black e outros 2023.
- 20 Papada e outros 2023.
- 21 Tørsløv, Wier e Zucman 2022.
- 22 Com base na OCDE (2022) A mobilização de recursos atingiu 83,3 mil milhões de dólares em 2020, o que representa menos de 0,1% dos 85 biliões de dólares do PIB mundial nesse ano. Em 2022, o PIB mundial ultrapassou a marca dos 100 biliões de dólares (base de dados World Economic Outlook do Fundo Monetário Internacional, abril de 2003, <https://www.imf.org/en/Publications/WEO/weo-data-base/2023/April/weo-report>).
- 23 Vaidyanathan 2024.
- 24 Ver Sénit (2020).
- 25 Tørres 2021.
- 26 Global Witness 2023.
- 27 Incluindo o aumento de experiências negativas, como a raiva, o stress, a tristeza, a dor física e a preocupação (Clifton 2022).
- 28 Para dados sobre a insegurança económica e o apoio ao populismo (na Europa), ver Guiso e outros (2019, a publicar). Embora também se tenha defendido que a insegurança económica levou ao fracionamento (ou seja, ao aparecimento de mais partidos de nicho para além dos que representam amplamente diferentes segmentos ao longo do espectro político) do sistema político, existe uma distinção entre polarização e fracionamento nos sistemas eleitorais; ver Norris (a publicar).
- 29 Funke, Schularick e Trebesch 2023; Rodrik 2021.
- 30 Prados de la Escosura 2022.
- 31 O suporte da democracia também foi considerado forte e robusto num estudo pormenorizado sobre o Brasil, a França e os Estados Unidos (Adserà, Arenas e Boix 2023).
- 32 Ver Kurlantzick 2022; Nichols 2021; PNUD 2023b.
- 33 Esta questão foi sugerida pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, contribuindo para o projeto-piloto da medida para o indicador 16.7.2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.
- 34 A noção de agência associada a resultados coletivos tem sido referida como “agência coletiva”. Ver, por exemplo, Ibrahim (2006), Leßmann (2022), Pelenc, Bazile e Ceruti (2015) e Rauschmayer e outros (2018).
- 35 A confiança nas instituições depende de diversos fatores. Por exemplo, Hirai (2020) apresenta um quadro em que a confiança nas instituições está associada à confiança nas suas intenções e competência. Elster (2015a) também defende que a confiança nas instituições é frequentemente pouco especificada, na medida em que pode significar coisas diferentes (integridade, competência ou mesmo que a instituição é temida). Outro conceito relacionado é a legitimidade das instituições (ver Levi, Sacks e Tyler 2009 e capítulo 4). Neste capítulo e no capítulo 6, a confiança nas instituições é utilizada de forma intercambiável de modo a refletir o sentido em que as pessoas consideram que as instituições estão a cumprir o que se espera delas.
- 36 Sen 1991; PNUD 2022a.
- 37 Sen 1977, p. 326.
- 38 Existem muitas potenciais fontes para estes compromissos e para a sua relação com a manutenção da cooperação, desde normas sociais (ver destaque 4.3 do capítulo 4) a inferências sobre os motivos de outras pessoas (Carlson e outros 2022), a valores morais (Stanford 2018), a raciocínios individuais e públicos sobre o que deve ser objeto de preocupação moral que molda diferentes perspetivas sobre o progresso moral (Buchanan 2020; Sauer e outros 2021; Sterelny 2019). Os compromissos também podem assumir a forma de códigos de conduta para, por exemplo, punir ações contra agentes que desertam durante a cooperação (mesmo que essa punição prejudique o bem-estar do punidor), que é um mecanismo que sustenta a cooperação (Ostrom 2000)
- 39 Leßmann 2022.
- 40 Os avanços na redução das desigualdades, na abordagem da insegurança humana e no combate aos preconceitos contra a cooperação nas normas sociais, bem como no reforço dos espaços de deliberação, podem influenciar os fatores de stress e os facilitadores da ação coletiva em grande escala, conforme descrito por Jagers e outros (2020).
- 41 Para uma análise da relação entre agência e pobreza, ver Rahman (2023).
- 42 Rasmussen e Reher 2023.
- 43 Para a definição de percepções de insegurança e a relação com a noção de segurança humana, ver PNUD (2022b).
- 44 Para uma análise das relações entre a segurança humana e as restrições ao envolvimento das pessoas na ação coletiva, ver PNUD (2022b).
- 45 PNUD 2022a.
- 46 PNUD 2022b; Ziervogel, Cowen e Ziniades 2016.
- 47 Sen 2009, p. vii.
- 48 PNUD 2023a.
- 49 Ver, por exemplo, Schaeffer (2020).
- 50 PNUD 2023a.
- 51 PNUD 2023a.
- 52 PNUD 2023a.
- 53 Abdul Latif Jameel Poverty Action Lab 2020; PNUD 2023a.
- 54 PNUD 2023a.
- 55 PNUD 2022a.
- 56 Corat e Raimondo 2011.
- 57 Krause, Krause e Bränfors 2018; Stone 2015; ONU Mulheres 2015.
- 58 Krause, Krause e Bränfors 2018.
- 59 Stewart, Holdstock e Jarquin 2002; Banco Mundial 2018.
- 60 Por exemplo, entre 1992 e 2019, apenas 6% dos signatários de acordos de paz eram mulheres. Ver Conselho das Relações Externas (2023).
- 61 Gebhard e outros 2020; Huang e outros 2021. Em parte devido à maior prevalência de doenças cardiovasculares pré-existentes, que aumentam a vulnerabilidade à Covid-19 (Griffith e outros 2020).
- 62 P. Clapp 2023; Dang e Nguyen 2021.
- 63 ONU Mulheres 2021. Vários estudos encontram provas do aumento da violência doméstica durante a pandemia de Covid-19, tanto nos países em desenvolvimento

(Agüero 2021; Decker e outros 2022; Kifle e outros 2024) como nos países desenvolvidos (Berniell 2021; Piquero e outros 2021).

64 Blanchflower e Bryson 2022.

65 Brooks, Hoff e Pandey 2018; Hoff e Walsh 2019.

66 Lloyd's Register Foundation e Gallup 2022.

67 PNUD 2020b.

68 Há muito que Jens Beckert destaca a importância de enquadramentos futuros para permitir que as instituições ofereçam "legitimidade promissora", além da legitimidade do processo e dos resultados (Beckert 2013; Beckert 2020; Beckert e Bronk 2018; Beckert e Suckert 2021).

69 PNUD 2019.

70 Ver PNUD (2019) para uma revisão da literatura sobre a grande divergência.

71 Na literatura, estes produtos são designados por produtos conjuntos, o que, formalmente, faz destes casos exemplos de bens públicos mundiais impuros, porque também geram benefícios (privados) específicos de cada país nos países beneficiários. Ver Cornes e Sandler (1996).

72 Pode, porque também pode haver efeitos negativos e compromissos, conforme abordado em Cohen e outros (2021), Finus e Rübbelke (2013) e Pittel e Rübbelke (2008). For a review of co-benefits of climate change mitigation, see Deng e outros (2018).

73 Üрге-Vorsatz e outros 2014.

74 Karlsson, Alfredsson e Westling 2020; Negev e outros 2022.

75 Alguns dos custos, pelo menos em termos macroeconómicos, da fixação do preço do carbono parecem estar sobreavaliados. Ver Metcalf e Stock (2020).

76 Para mais pormenores sobre estas iniciativas e os custos a curto prazo dos subsídios, ver Buchholz, Dippl e Eichenseer (2017) para a Alemanha e Hughes e Podolefsky (2015) para a Califórnia.

77 Gerarden 2023.

78 Carvalho, Dechezleprêtre e Glachant 2017.

79 Bollinger e Gillingham 2019.

80 Gillingham e Stock 2018.

81 Nussbaum 2013.

82 Bernauer e Gampfer 2015.

83 Brumme e Rübbelke 2023.

84 Kremer 2006; Kremer e Leino 2004.

85 Amin 2016.

86 Conforme explorado em Chan (2019).

87 King 2006.

88 Glennerster e Jayachandran 2023.

89 Shiller e outros 2018. Os instrumentos de dívida soberana dependentes do Estado têm sido apoiados, entre outros, pelo Fundo Monetário Internacional (FMI 2017). Se os instrumentos de dívida dependentes do Estado são mais caros do que os instrumentos normais, é necessário subsidiar esse custo ou coordenar a sua utilização, para evitar a arbitragem. As instituições financeiras

internacionais podem desempenhar um papel neste domínio. Shiller (2006) defende que os instrumentos de dívida dependentes do Estado apresentam características semelhantes às do financiamento por capitais próprios, salientando que o financiamento semelhante ao de capitais próprios para os soberanos (ao contrário do que acontece com as empresas) não costuma estar disponível.

90 G20 2023a.

91 Haq e Streeten 1995.

92 Para debates relacionados com a governação económica no que os trabalhos descrevem como um mundo fraturado, ver Brown, El-Arian e Spence (2023) e Tucker (2022).

93 ONU 2023b.

94 OPHI e PNUD 2023.

95 PNUD 2022b.

96 Por exemplo, a Comissão Stiglitz para a Reforma do Sistema Financeiro e Monetário Internacional (que se reuniu em 2008, em plena crise financeira mundial) sugeriu, como opção, a criação de um Conselho de Coordenação Económica Mundial (Comissão Stiglitz 2009).

97 Nomeadamente, através dos 171 membros do Fórum Mundial sobre a Transparência e a Troca de Informações para Fins Fiscais. Em 2022, foram trocadas automaticamente informações sobre quase 12 biliões de euros em ativos. Ver OCDE (2024b).

98 OCDE 2024a.

99 Secretário-Geral das Nações Unidas 2023.

100 Alstadsæter e outros 2023.

101 Alstadsæter e outros 2023.

102 A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável foi um passo importante nessa direção. Mais recentemente, o Banco Mundial anunciou uma nova declaração de missão: "acabar com a pobreza extrema e impulsionar a prosperidade partilhada num planeta habitável, reforçando a inclusão, a resiliência e a sustentabilidade", o que se coaduna com uma perspetiva de futuro e planetária (Comité de Desenvolvimento 2023).

CAPÍTULO 6

- 1 A emergência e a gestão da profunda interdependência documentada na parte I do relatório foram apoiadas por uma ação internacional coletiva. Muitos aspetos dessa interdependência estão associados a organizações e regimes internacionais pós-Segunda Guerra Mundial (Keohane 1982) e a diversos bens públicos mundiais (Kaul, Grunberg e Stern 1999; Kaul e outros 2003).
- 2 Tal como referido no capítulo 4, a coordenação entre países é muitas vezes mais fácil de conseguir do que a cooperação.
- 3 Este capítulo analisa a polarização de diferentes perspetivas. O aspeto comum a todas as perspetivas é a divisão da sociedade em linhas políticas ou identitárias: "Significa uma divisão cada vez mais profunda entre grupos com pontos de vista contrastantes sobre questões políticas e sobre abordagens para resolver questões sociais complexas" (destaque 6.1). No âmbito desta definição abrangente, a polarização política pode ser entendida como "a medida em que os

cidadãos se enraízam ideologicamente nos seus próprios valores e crenças políticas, aumentando assim a divisão com os cidadãos que possuem valores e crenças políticas diferentes" (van Prooijen 2021, p. 2). Outro conceito relacionado é a polarização afetiva, definida como a tendência para olhar para os membros de fora do grupo de forma negativa e para os membros de dentro do grupo de forma positiva, de maneiras que muitas vezes desencadeiam respostas viscerais ou emocionais (Iyengar, Sood e Lelkes 2012). A polarização afetiva é particularmente preocupante porque reforça a solidariedade no interior do grupo e a hostilidade contra o exterior, em que os interesses e outras motivações comportamentais se tornam secundários em relação a um sentimento global de pertença ao grupo. Assim, a polarização afetiva tem implicações no comportamento que não se limitam às diferenças de opinião, afetando muitos aspetos da vida das pessoas (onde viver, quem as pessoas escolhem como amigos ou parceiros). Por conseguinte, a polarização afetiva pode tornar-se um processo descontrolado e auto-sustentado, à medida que as pessoas se tornam cada vez mais segmentadas e divididas, aprofundando ainda mais a polarização (a discussão sobre a polarização afetiva baseia-se em Baldassarri e Page 2021). Existem provas de que a polarização implica mesmo diferentes respostas neurológicas a diferentes atitudes (Leong e outros 2020; Moore-Berg e outros 2020).

4 Kosse e outros 2020.

5 Charness e Chen 2020; Charness e Sutter 2012; Doğan, Glowacki e Rusch 2022.

6 Appiah 2019, p. 26. O mesmo acontece com a semelhança cultural entre pessoas que aderem à mesma religião, mesmo quando vivem em países diferentes (White, Muthukrishna e Norenzayan 2021).

7 Romano e outros 2021b.

8 Para analisar a diferença de cooperação dentro de cada país e entre países, ver Aaldering e Böhm (2020).

9 Buchan e outros 2011.

10 Romano e outros 2017. Kranton e outros (2020) demonstram que as atitudes "grupais" e "não grupais" dos indivíduos se estendem a diferentes domínios (da política a contextos sociais simplificados). Ver também a discussão, mais à frente no capítulo, sobre as diferenças de atitudes em relação às preocupações globais entre as pessoas de cada país.

11 Baldassarri e Abascal 2020; Buchan e outros 2009.

12 Bai, Ramos e Fiske 2020. Os estereótipos, por si só, também constituem um obstáculo à cooperação, na medida em que as pessoas que consideramos estereotipadas são vistas como menos fiáveis (Stewart e Raihani 2023). Num novo e fascinante estudo, os gostos e preferências musicais tornam-se mais diversificados à medida que as pessoas visitam novas cidades e países (Kim, Askin e Evans 2024).

13 Gorman e Seguin 2020.

14 Pedir às pessoas que avaliem diferentes objetivos antes de tomarem uma decisão - apelando à razão e submetendo as crenças a um escrutínio - é eficaz para diminuir a polarização e o extremismo (Kvam e outros 2022).

- 15 Whitehouse 2018; Whitehouse e Lanman 2014.
- 16 Oeberst e Imhoff 2023.
- 17 Por exemplo, os utilizadores optam por se envolver com notícias mais partidárias depois de fazerem pesquisas no Google, pelo que existe uma seleção consciente da vontade, e não apenas uma exposição passiva a informações partidárias em “câmaras de eco” (Robertson e outros 2023). No entanto, os meios de comunicação digitais também podem impulsionar processos de polarização afetiva, desviando o foco das diferenças intergrupais de uma divergência de opiniões para uma classificação das pessoas em diferentes grupos (Törnberg 2022). Ver Tokita, Guess e Tarnita (2021) sobre como os sistemas de informação polarizados podem reorganizar as redes sociais de forma a promover a polarização. Ver também Santos, Lelkes e Levin (2021).
- 18 Jost, Baldassarri e Druckman 2022. Embora seja frequentemente discutida em termos binários em sistemas bipartidários, a polarização política afetiva também ocorre em sistemas multipartidários (ver Martin-Gutierrez, Losada e Benito 2023) e pode manifestar-se para além das linhas partidárias, quando os grupos assumem posições opostas para além das linhas partidárias dos assuntos.
- 19 Charness e Chen 2020.
- 20 Baldassarri e Page 2021. Ver também McCoy, Rahman e Somer (2018) e McCoy e Somer (2019).
- 21 Kingzette e outros 2021.
- 22 Dimant 2024.
- 23 Lelkes 2016; Mason 2015. As teorias da polarização afetiva baseiam-se em trabalhos que identificam a importância da identidade social para a autoestima das pessoas. A teoria da identidade social defende que os indivíduos se categorizam a si próprios e aos outros em vários grupos sociais com base em características partilhadas e que obtêm um sentido de autoestima a partir da sua pertença a esses grupos. Ver Tajfel e Turner (2001).
- 24 Isto inclui o comportamento online (van der Does e outros 2022).
- 25 Ver Iyengar, Sood e Lelkes (2012) e McCoy, Rahman e Somer (2018).
- 26 Boese e outros 2022; Card e outros 2022; Iyengar, Sood e Lelkes 2012; McCoy e Somer 2019; Wagner 2021.
- 27 Levin, Milner e Perrings 2021.
- 28 Ver Van Bavel e outros (a publicar) sobre os custos da polarização da pandemia de Covid-19.
- 29 Vasconcelos e outros 2021.
- 30 Isto resulta em grande parte de Bednar (2021). Ver também Kawakatsu e outros (2021), que exploram a forma como a polarização dificulta a conceção institucional de Madison para fazer face ao que ele chamou de “os males das facções”: Madison partiu do princípio de que as pessoas teriam pontos de vista diferentes sobre diferentes questões e que não se dividiriam em grupos opostos relativamente a muitas ou quase todas as questões (e, por conseguinte, que uma maior diversidade de interesses num sistema político com instituições que apoiam uma sociedade pluralista curaria o mal das facções, o que é dificultado pela polarização). Para uma revisão da literatura sobre resiliência democrática, ver Holloway e Manwaring (2023).
- 31 McCoy e Somer 2019.
- 32 Iyengar e outros 2019.
- 33 McCoy e Somer 2019.
- 34 Bradley e Chauchard 2022. Estas clivagens estão frequentemente na origem da mobilização política, em que os intervenientes e os líderes políticos utilizam narrativas de queixas baseadas em grupos e de concorrência entre nós e eles nas campanhas políticas.
- 35 Hobolt, Leeper e Tilley 2021.
- 36 Hobolt, Leeper e Tilley 2021.
- 37 Henkel e outros 2023.
- 38 McCoy, Rahman e Somer 2018.
- 39 Stewart, McCarty e Bryson 2020.
- 40 Como há muito defendido por Ronald Inglehart (ver Inglehart 2020 e Norris e Inglehart 2011). Para uma formulação recente deste argumento que enquadra os valores como bens de luxo (a procura relativa de valores em relação a coisas materiais aumenta à medida que o rendimento aumenta) e a forma como isso se relaciona com a polarização política, ver Enke, Polborn e Wu (2022).
- 41 Stewart, Plotkin e McCarty 2021.
- 42 McCoy e Somer 2019.
- 43 PNUD 2022a.
- 44 McCoy, Rahman e Somer 2018.
- 45 McCoy, Rahman e Somer 2018; McCoy e Somer 2019.
- 46 McCoy e Somer 2019.
- 47 De Dreu e Nijstad 2008.
- 48 PNUD 2022a.
- 49 McCoy, Rahman e Somer 2018.
- 50 Ver Osborne e outros (2023) relativamente às causas psicológicas do autoritarismo, agravadas por mundividências associadas a perceções de ameaça. A ideia de que o mundo é competitivo também dá origem a mais violações das normas e práticas democráticas, que não assumem necessariamente a forma de autoritarismo.
- 51 Papada e outros 2023.
- 52 MacKuen e outros 2010.
- 53 Relativamente a provas e debates sobre a forma como a polarização dificulta o fornecimento de bens públicos mundiais e a cooperação internacional em geral, ver Baldassarri e Page (2021), Levin e Weber (a publicar) e Perrings, Hechter e Mamada (2021).
- 54 De Vries, Hobolt e Walter 2021; Ecker-Ehrhardt 2014.
- 55 Schneider (2018). Heinrich, Kobayashi e Lawson (2021) consideram que os canais passam pelo nativismo e pelo antielitismo, formas frequentes de expressão da polarização política.
- 56 Bechtel, Genovese e Scheve 2019.
- 57 Por exemplo, Hurd (2022) defende o reconhecimento de que a cooperação não pode ser considerada inequivocamente benéfica; pelo contrário, gera benefícios para alguns grupos em detrimento de outros, e as respostas políticas a este facto devem ser compreendidas.
- 58 De Vries, Hobolt e Walter 2021; Ecker-Ehrhardt 2014; Zürn, Binder e Ecker-Ehrhardt 2012.
- 59 De Vries, Hobolt e Walter 2021.
- 60 Bearce e Jolliff Scott 2019.
- 61 Deitelhoff 2020; Dellmuth e Tallberg 2015; Schneider 2018.
- 62 Kertzer e outros 2014.
- 63 Powers e outros 2022.
- 64 Ecker-Ehrhardt 2012.
- 65 De Vries, Hobolt e Walter 2021.
- 66 De Vries e Hoffmann 2019.
- 67 Mais em De Vries, Hobolt e Walter (2021).
- 68 Margalit 2012.
- 69 Norris e Inglehart 2019.
- 70 De Vries, Hobolt e Walter 2021; Walter 2021a.
- 71 Walter 2021a.
- 72 Walter 2021a.
- 73 Para além das relações internacionais e da história, analisadas nos pontos 6.2 e 6.3, a ciência política também forneceu informações sobre a forma de melhorar a ação coletiva internacional. Ver, por exemplo, Cashore e Bernstein (2023), Colgan e Hinthorn (2023), Guy, Shears e Meckling (2023), Keohane e Victor (2016), Meckling e Karplus (2023), Meckling e outros (2022), Peng e outros (2021) e Victor, Lumkowsky e Dannenberg (2022).
- 74 Com base nos argumentos apresentados em Kaul e Conceição (2006a), nomeadamente em Kaul e Conceição (2006b).
- 75 Por exemplo, o financiamento internacional, em condições favoráveis, do custo adicional de um investimento que contribui para um bem público mundial, em comparação com a dimensão do investimento que um país efetuará se considerasse apenas o benefício nacional (ver King 2006).
- 76 Davidai e Tepper 2023.
- 77 Chernyak-Hai e Davidai 2022.
- 78 Chinoy e outros 2023; Davidai e Ongis 2019.
- 79 As abordagens evolutivas da cooperação sugerem que, com mutualidade e interdependência, um agente recupera o investimento no bem-estar de outros com quem é interdependente, porque a aptidão destes também contribui para a aptidão do agente que se sacrifica (Stanford 2017).
- 80 Ver também Rockström e outros (2024).
- 81 Ver também Balliet e Lindström (2023) e Colnaghi e outros (2023).
- 82 Ostrom 2007, 2009a; Ostrom e outros 1999.
- 83 McEvoy e Cherry 2016.
- 84 Carattini, Levin e Tavoni 2019; Rinscheid, Pianta e Weber 2021.
- 85 Goussebaile e outros 2023.
- 86 Sobre o impacto da pandemia de Covid-19 nas desigualdades de poder, por exemplo, ver Dávalos e outros (2020).
- 87 Enke 2023b.
- 88 Enke 2020a; Enke e outros 2023. No entanto, isto não significa que a educação e o rendimento sejam irrelevantes. Por exemplo, Dechezprêtre e outros (2022), num inquérito realizado em 20 países, abrangendo os principais emissores de gases com efeito de estufa em países

- de elevado e baixo rendimento, demonstram que o apoio às alterações climáticas está associado a crenças sobre a eficácia das políticas de redução das emissões, aos seus impactos distributivos nos agregados familiares com rendimentos mais baixos e ao seu impacto nos agregados familiares dos inquiridos. Ao mesmo tempo, os inquiridos com níveis de educação e de rendimento mais elevados manifestam um maior apoio às políticas climáticas, talvez como resultado da forma como a educação e o rendimento interagem com outros fatores na formação das convicções dos inquiridos. Além disso, não é claro até que ponto as crenças, e não as variáveis económicas, são importantes no contexto da proteção do ambiente nacional. Kahn e Matsusaka (1997) defendem que tanto os fatores de rendimento e de preços, bem como as crenças, são importantes no contexto nacional, pelo menos no estado da Califórnia, nos Estados Unidos. Grandin e outros (2022) também concluem que as variáveis económicas são importantes, mas através da posição relativa em termos de estatuto socioeconómico - sendo que um estatuto mais elevado tende a ser mais favorável ao ambiente nacional..
- 89 Cappelen, Enke e Tungodden 2022; Enke e outros 2023.
- 90 Conforme defende Enke (2023b).
- 91 Becker (2023) constata que as pessoas no Quênia subestimam largamente as desigualdades entre países e que, quando lhes é dado a conhecer o verdadeiro grau de desigualdade, a sua tolerância à desigualdade diminui, mas a procura de ajuda internacional não aumenta, o que sugere que preferem que as desigualdades sejam resolvidas por outros meios. Este facto é consistente com os dados de um vasto leque de países que indicam que as pessoas mais pobres não são mais favoráveis à redistribuição (Hoy e Mager 2021). Há provas de que as opiniões sobre a desigualdade e o apoio à redistribuição dentro dos países estão associados a crenças sobre a justiça dos processos que geraram essas desigualdades (Almås, Cappelen e Tungodden 2020; Almås e outros 2022; Andersen e outros 2023; Cohn e outros 2023; Reyes e Gasparini 2022). Para uma análise recente das preferências em relação à redistribuição, ver Mengel e Weidenholzer (2022).
- 92 Isto aplica-se mesmo às pessoas vulneráveis e que necessitam de ajuda humanitária, como é frequentemente o caso dos refugiados. Bauer, Boemelburg e Walton (2021) referem que a reformulação da identidade dos refugiados como sendo, pela sua própria natureza, uma fonte de força e de competências, em vez de os retratar com uma identidade estigmatizada de vítimas fracas e sem competências, aumentou a perseverança dos refugiados e reforçou a sua confiança de modo a ajudá-los a serem bem sucedidos no novo país de acolhimento.
- 93 Thomas e outros (2020) salientam que o reforço da capacidade de agência implica considerar um conjunto mais vasto de intervenções para além das transferências de rendimento (ver também Bossuroy e outros 2022) e que o que reforça a capacidade de agência e confere dignidade é provavelmente uma especificidade do contexto, o que implica a necessidade de ter em conta as diferenças culturais (ver também Thomas e Markus 2023). Um grande estudo realizado na China revela que sair da pobreza não parece alterar as preferências em relação à desigualdade, mas reduz o egoísmo (Li e outros 2023).
- 94 Bechtel e Scheve 2013; Beiser-McGrath e Bernauer 2022.
- 95 Beiser-McGrath e outros (2021) concluem que, no Japão, o apoio aos impostos nacionais sobre as emissões de carbono para atenuar as alterações climáticas é maior quando as pessoas são informadas de que outros países também estão a aplicar impostos sobre as emissões de carbono. Beiser-McGrath e Bernauer (2019b) concluem que as propostas para reconverter as receitas dos impostos sobre as emissões de carbono apenas conseguem apoio popular na Alemanha e nos Estados Unidos quando outros países de elevado rendimento adotam impostos sobre as emissões de carbono semelhantes. Beiser-McGrath e Bernauer (2019a) também concluem que quanto mais países participam num acordo sobre o clima, mais popular é esse acordo na China e nos Estados Unidos, mas também que a falta de empenho de outros países em cumprir as obrigações do acordo não reduz o apoio à ação climática. O efeito parece ser heterogéneo nos diferentes países, porque é mais provável que as ações dos outros países influenciem o comportamento dos países de elevado rendimento que já têm fortes preocupações internas com as alterações climáticas e assumiram compromissos ambiciosos (Dannenber e outros 2023).
- 96 Koliev, Page e Tallberg 2022.
- 97 Doshi, Kelley e Simmons 2019; Kelley e Simmons 2015.
- 98 Tingley e Tomz 2022.
- 99 Dellmuth e outros 2021.
- 100 See Balliet e Van Lange (2013).
- 101 Falk e outros 2018.
- 102 Nunn, Qian e Wen 2023.
- 103 Yamagishi e Yamagishi 1994.
- 104 Rathbun 2011.
- 105 Como muitos inquéritos não especificam o significado de confiança, a confiança nas instituições pode ser entendida como a integridade, a legitimidade ou a competência da instituição, que não são a mesma coisa - ver a crítica à noção de confiança nas instituições em Elster (2015b).
- 106 Fairbrother 2016; Fairbrother, Johansson Svä e Kulin 2019.
- 107 Para uma análise desta questão, ver Kaasa e Andriani (2022).
- 108 Herreros (2023) identifica este como o primeiro de quatro potenciais mecanismos. Os outros incluem a projeção das percepções de confiança nas instituições para toda a população (ou seja, se o Estado é visto como corrupto, a maior parte da população é vista dessa forma), a crença na eficácia do Estado (por exemplo, na eliminação das desigualdades) e a crença de que o Estado promove a confiança ao fornecer informações sobre quem é confiável.
- 109 Connaughton e Moncus 2020.
- 110 Dellmuth e Tallberg 2020.
- 111 Dellmuth e Tallberg 2021.
- 112 Torcal e Thomson 2023.
- 113 É possível que esta relação seja recíproca. Na abordagem da confiança social, pensa-se que a confiança generalizada entre as pessoas se reflete na confiança nas instituições. Em alternativa, é expeável que o bom funcionamento das instituições contribua para a confiança generalizada através de diferentes canais - por exemplo, dissuadindo comportamentos oportunistas ou reforçando a coesão social e a pertença (Herreros 2023).
- 114 Steg 2023.
- 115 Mildener e Tingley 2019. Sobretudo porque existem poucas provas de que o comportamento pessoal em relação às alterações climáticas, motivado por crenças individuais, se reflita em ações coletivas (Lacroix e outros 2022). Desta forma, não é provável que indivíduos altamente motivados que atuam sobre as alterações climáticas e se comportam em conformidade encorajem outros a fazer o mesmo: as crenças de segunda ordem (o que as pessoas pensam que os outros pensam) parecem ter uma importância crucial para a ação coletiva (Bouman e Steg 2019).
- 116 Andre e outros 2024.
- 117 Sparkman, Geiger e Weber 2022.
- 118 Este é o título de Sparkman, Geiger e Weber (2022).
- 119 Lees e outros (2023) demonstram que as percepções erradas nos Estados Unidos se estendem à importância relativa da abordagem das alterações climáticas em comparação com outras prioridades políticas. Pearson e outros (2018) demonstram que as percepções erradas são generalizadas nos Estados Unidos no que respeita às preocupações ambientais. Mildener e Tingley (2019) acrescentam provas da China sobre as percepções erradas das alterações climáticas. Duffy (2018) apresenta provas de percepções erradas numa grande variedade de questões em vários países.
- 120 Também conhecida como ilusão coletiva, em que as pessoas acreditam erradamente que os outros têm uma opinião diferente da sua e concordam com um ponto de vista que não defendem porque pensam que a maioria das outras pessoas do grupo tem essa crença.
- 121 Isto inclui normas sociais desajustadas (Smerdon, Offerman e Gneezy 2020). Existem muitas publicações sobre a forma como a ignorância pluralista influencia o comportamento (Prentice e Miller 1993) e está associada a regimes políticos que transitam rapidamente quando as percepções erradas são resolvidas (Elster 2015b; Frank 2021). Mastroianni e Dana (2022) demonstram como as percepções erradas sobre a mudança de atitude podem conduzir a políticas que são inconsistentes com as crenças e preferências reais das pessoas.
- 122 Bouman e Steg 2019; Welsch 2022.
- 123 Ahler 2014; Ahler e Sood 2018; Bursztyn e Yang 2022; Graeber, Roth e Zimmermann 2023; Yudkin, Hawkins e Dixon 2019.
- 124 Acemoglu e Wolitzky 2023.
- 125 Ahler 2014, p. 607.
- 126 Druckman e outros 2023; Flores e outros 2022; Pereira 2021; Sheffer e outros 2023; Soontjens 2023; Walgrave e outros 2023.

- 127 Existem fortes indícios de que as crenças sobre a forma de atuar face às alterações climáticas são moldadas por visões do mundo e pela adesão a grupos (Bumann 2021; Dietz e Whitley 2018; Hornsey e outros 2016; Krange, Kaltenborn e Hultman 2021; Mayer e Smith 2023) e que o raciocínio motivado é o mecanismo que leva as pessoas a manterem as suas crenças (Bago, Rand e Pennycook 2023), embora este facto tenha sido contestado (Bayes e Druckman 2021; Bowen, Dmitriev e Galperti 2023; Druckman e McGrath 2019). Krishnarajan (2023) defende que o raciocínio motivado pode explicar as perceções da aceitabilidade da violação de normas e práticas democráticas.
- 128 A polarização das crenças pode manifestar-se sem raciocínio motivado se, num contexto de informação abundante e de algumas perceções iniciais erradas, as pessoas escolhem seletivamente a informação em que confiam e que partilham com os seus grupos (Bowen, Dmitriev e Galperti 2023).
- 129 Hornsey e Lewandowsky 2022.
- 130 Nyhan 2020. Gustafson e outros (2019) demonstram como, em apenas quatro meses, a proposta política para o Green New Deal se polarizou nos Estados Unidos e como os meios de comunicação partidários desempenharam um papel na condução dessa polarização.
- 131 Fehr, Mollerstrom e Perez-Truglia 2022; Hvidberg, Kreiner e Stantcheva 2023; Xu e outros 2023.
- 132 Ver também Alesina, Miano e Stantcheva (2020).
- 133 Judge e outros 2023; Steg 2023.
- 134 Rojek-Giffin e outros 2023.
- 135 Levy 2022; Morehouse, Maddox e Banaji 2023.
- 136 Ahler 2014; Fernbach e Van Boven 2022.
- 137 Mastroianni e Dana 2022.
- 138 Ahler e Sood 2018.
- 139 Carlson e Hill 2022.
- 140 Jørgensen e Osmundsen 2022.
- 141 Andre e outros 2021; Mildemberger e Tingley 2019.
- 142 Ahler e Sood 2018.
- 143 Nyhan 2021; Nyhan, Porter e Wood 2022.
- 144 A alteração das leis, por exemplo, pode ou não ser eficaz para alterar as perceções erradas (Eisner, Turner-Zwinkels e Spini 2021; Hoff e Walsh 2019).
- 145 Wu e outros 2022.
- 146 Para uma análise das implicações para a economia da informação num contexto de desinformação, ver Stiglitz e Kosenko (2024a, 2024b).
- 147 Fernbach e Van Boven 2022.
- 148 Gur, Ayal e Halperin 2021.
- 149 Graeber, Roth e Zimmermann 2023.
- 150 Vlasceanu e outros 2024.
- 151 Dulberg e outros 2023; Sen 2005, 2009a.
- 152 Crisp, Hewstone e Rubin 2001.
- 153 Sen 2009b.
- 154 Weiss, Ran e Halperin 2023.
- 155 Luskin e outros 2022.
- 156 Caluwaerts e outros 2023; Fishkin e outros 2021; Strandberg, Himmelroos e Grönlund 2019.
- 157 Caluwaerts e outros 2023.
- 158 Caluwaerts e outros 2023.
- 159 Ou, pior ainda, quando agendas e interesses ocultos moldam o ambiente de deliberação para enviesar os resultados em função de grupos poderosos (Oreskes e Conway 2011; Supran e Oreskes 2021).
- 160 Powell 2022.
- 161 Powell 2022.
- 162 Buchanan 2020.
- 163 PNUD 2022b.
- 164 Já foi demonstrado que o enquadramento afeta o envolvimento e as intenções de comportamento das pessoas em relação a desafios coletivos como as alterações climáticas, sendo o enquadramento motivacional mais eficaz do que o enquadramento de sacrifício (Gifford 2014; Gifford e Comeau 2011).
- 165 Chuang, Manley e Petersen 2020; Cukier, Mayer-Schönberger e de Véricourt 2022; Siegrist e Bearth 2021. Judge, Fernando e Begeny (2022) demonstram que as mudanças de comportamento se estendem a ações coletivas e não apenas individuais. Esta premissa baseia-se nos fatores determinantes mais amplos do comportamento humano, para além das motivações de interesse próprio abordadas no capítulo 4. Ver também Wildavsky (1987). Mesmo a língua pode ter um efeito, por exemplo, no comportamento económico orientado para o futuro: as escolhas feitas numa língua que não distingue claramente entre o presente e o futuro são mais orientadas para o futuro do que as feitas numa língua com uma distinção bem definida (Ayres, Katz e Regev 2023).
- 166 Esta é a tese de Joel Mokyry (ver Greif e Mokyry 2017 e Mokyry 2013, 2016). Para provas empíricas recentes que apoiam a sua hipótese, ver Almelhem e outros (2023).
- 167 Cointe e Guillemot a publicar.
- 168 Patterson e outros 2021. Em parte devido à heterogeneidade da população no que respeita à predisposição para agir (Wiest, Raymond e Clawson 2015).
- 169 Oreskes 2015.
- 170 Cann e Raymond 2018.
- 171 Campante, Depetris-Chauvin e Durante 2024; Halevy 2023; Jost e outros 2017; Lerner e Keltner 2001; Satıcı e outros 2020; van Prooijen e outros 2015; Wildavsky, Dake e Darwin 2001.
- 172 As perceções de ameaças culturais são mesmo um indicador de extremismo violento (Obaidi e outros 2023). Embora a existência de um inimigo ou ameaça comum entre grupos possa reforçar a cooperação intergrupal (West e outros 2006), isso é mais difícil ou improvável quando se polarizam questões como as alterações climáticas (Chinn, Hart e Soroka 2020; Egan e Mullin 2017). Além disso, os indivíduos que defendem uma ação mais lenta contra as alterações climáticas são agrupados juntamente com os negacionistas das alterações climáticas por aqueles que defendem uma ação mais firme contra as alterações climáticas, exacerbando ainda mais a polarização (Bretter e Schulz 2023), sobretudo tendo em conta a importância das identidades sociais e dos grupos na determinação das crenças individuais sobre a necessidade de agir contra as alterações climáticas (Hornung 2022). A polarização também pode levar ao colapso da ação coletiva na resposta aos desafios de longo prazo, mesmo quando as pessoas se preocupam muito com o futuro, se as crenças sobre a possibilidade de o colapso ocorrer e a sua gravidade estiverem polarizadas (Barfuss e Mann 2022; Barfuss e outros 2020).
- 173 Adger e outros 2022; Biermann e outros 2022; Croasdale e outros 2023; Hickman 2024; Hickman e outros 2021.
- 174 Toivonen 2022.
- 175 Bergquist e outros 2022; Dechezleprêtre e outros 2022. Um diálogo orientado para a ação também abre espaço para o aparecimento de avaliações plurais (Pascual e outros 2023; Zafra-Calvo e outros 2020).
- 176 Hamilton e outros 2018.
- 177 A ciência sustentável definiu claramente que é necessária uma ação urgente, mas também concluiu que é essencial ter uma compreensão mais ampla das motivações humanas para avançar, conforme explorado no capítulo 4 (Clark e Harley 2020). Esta compreensão é necessária quando se trata do custo estimado da redução das emissões de gases com efeito de estufa (Kotchen, Rising e Wagner 2023), sobretudo tendo em conta que a luta contra as alterações climáticas implica uma série de políticas económicas e outras (Blanchard, Gollier e Tirole 2023).
- 178 Doran e outros 2023. Contudo, as provas também sugerem que a atualização das crenças pode não ocorrer em contextos altamente polarizados, mesmo quando as pessoas se confrontam com riscos climáticos reais, como ondas de calor (Anderson e Robinson 2024).
- 179 Bretter e Schulz (2023) defendem que, em vez de se concentrarem no combate ao negacionismo climático, a procura de formas comuns de abordar a questão das alterações climáticas e o respeito por pontos de vista diferentes sobre a rapidez com que se deve atuar poderia reduzir a polarização em torno das alterações climáticas.

Referências

- Aaldering, H., e Böhm, R. 2020.** "Parochial *Versus* Universal Cooperation: Introducing a Novel Economic Game of within- and between-Group Interaction." *Social Psychological and Personality Science* 11(1): 36–45.
- Aas Rustad, S., e Østby, G. 2023.** "Conflict Measurement." Documento de Suporte de Investigação, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, Nova Iorque.
- Abbott, B. W., Bishop, K., Zarnetske, J. P., Minaudo, C., Chapin, F. S., Krause, S., Hannah, D. M., e outros. 2019.** "Human Domination of the Global Water Cycle Absent from Depictions and Perceptions." *Nature Geoscience* 12(7): 533–540.
- Abdixhiku, L., Krasniqi, B., Pugh, G., e Hashi, I. 2017.** "Firm-Level Determinants of Tax Evasion in Transition Economies." *Economic Systems* 41(3): 354–366.
- Abdul Latif Jameel Poverty Action Lab. 2020.** "Enhancing Women's Agency: Cross-Cutting Lessons from Experimental and Quasi-Experimental Studies in Low- and Middle-Income Countries: Evidence Review." Abdul Latif Jameel Poverty Action Lab, Cambridge, MA.
- Abeler, J., Nosenzo, D., e Raymond, C. 2019.** "Preferences for Truth-Telling." *Econometrica* 87(4): 1115–1153.
- Abi-Jaoude, E., Naylor, K. T., e Pignatiello, A. 2020.** "Smartphones, Social Media Use and Youth Mental Health." *CMAJ: Canadian Medical Association Journal* 192(6): E136–E141.
- Abrams, D., Lalot, F., Broadwood, J., Davies Hayon, K., e Platts-Dunn, I. 2020.** "The Social Cohesion Investment: Local Areas That Invested in Social Cohesion Programmes Are Faring Better in the Midst of the Covid-19 Pandemic." *Belong - The Cohesion and Integration Network*, Manchester, RU.
- Acemoglu, D., e Robinson, J. 2022.** "Non-Modernization: Power–Culture Trajectories and the Dynamics of Political Institutions." *Annual Review of Political Science* 25(1): 323–339.
- Acemoglu, D., e Robinson, J. A. 2012.** *Why Nations Fail: The Origins of Power, Prosperity, and Poverty*. Nova Iorque, NY: Random House.
- Acemoglu, D., e Robinson, J. A. 2023.** "Culture, Institutions and Social Equilibria: A Framework." Documento de Trabalho 28832, National Bureau of Economic Research, Cambridge, MA.
- Acemoglu, D., e Wolitzky, A. 2023.** "Mistrust, Misperception, and Misunderstanding: Imperfect Information and Conflict Dynamics." Documento de Trabalho 31681, National Bureau of Economic Research, Cambridge, MA.
- Acemoglu, D., Cheema, A., Khwaja, A. I., e Robinson, J. A. 2020.** "Trust in State and Nonstate Actors: Evidence from Dispute Resolution in Pakistan." *Journal of Political Economy* 128(8): 3090–3147.
- Adger, W. N., Barnett, J., Heath, S., e Jarillo, S. 2022.** "Climate Change Affects Multiple Dimensions of Well-Being through Impacts, Information and Policy Responses." *Nature Human Behaviour* 6(11): 1465–1473.
- Adserà, A., Arenas, A., e Boix, C. 2023.** "Estimating the Value of Democracy Relative to Other Institutional and Economic Outcomes among Citizens in Brazil, France, and the United States." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 120(48): e2306168120.
- Centros Africanos de Controlo e Prevenção de Doenças. 2022.** "Partnerships for African Vaccine Manufacturing (PAVM) Framework for Action." <https://africacdc.org/download/partnerships-for-african-vaccine-manufacturing-pavm-framework-for-action/>. Acedido em 15 de dezembro de 2023
- Agarwal, R., e Reed, T. 2022.** "Financing Vaccine Equity: Funding for Day-Zero of the Next Pandemic." *Oxford Review of Economic Policy* 38(4): 833–850.
- Agrawal, V., Sood, N., e Whaley, C. M. 2023.** "The Impact of the Global Covid-19 Vaccination Campaign on All-Cause Mortality." Documento de Trabalho 31812, National Bureau of Economic Research, Cambridge, MA.
- Agüero, J. M. 2021.** "COVID-19 and the Rise of Intimate Partner Violence." *World Development* 137: 105217.
- Ahler, D. J. 2014.** "Self-Fulfilling Misperceptions of Public Polarization." *The Journal of Politics* 76(3): 607–620.
- Ahler, D. J., e Sood, G. 2018.** "The Parties in Our Heads: Misperceptions About Party Composition and Their Consequences." *The Journal of Politics* 80(3): 964–981.
- Ahsanuzzaman, Palm-Forster, L. H., e Suter, J. F. 2022.** "Experimental Evidence of Common Pool Resource Use in the Presence of Uncertainty." *Journal of Economic Behavior & Organization* 194: 139–160.
- Aichele, R., e Felbermayr, G. 2015.** "Kyoto and Carbon Leakage: An Empirical Analysis of the Carbon Content of Bilateral Trade." *Review of Economics and Statistics* 97(1): 104–115.
- Aiko, R., e Logan, C. 2014.** *Africa's Willing Taxpayers Thwarted by Opaque Tax Systems, Corruption*. Afrobarometer.
- Aiyar, S., Chen, J., Ebeke, C. H., Garcia-Saltos, R., Gudmundsson, T., Ilyina, A., Kangur, A., e outros. 2023.** "Geo-Economic Fragmentation and the Future of Multilateralism." Nota de discussão da equipa 2023/001. Fundo Monetário Internacional, Washington, DC.
- Ajzenman, N., Cavalcanti, T., e Da Mata, D. 2023.** "More Than Words: Leaders' Speech and Risky Behavior During a Pandemic." *American Economic Journal: Economic Policy* 15(3): 351–371.
- Akbari, M., Bahrani-Rad, D., e Kimbrough, E. O. 2019.** "Kinship, Fractionalization and Corruption." *Journal of Economic Behavior & Organization* 166: 493–528.
- Akdeniz, A., e van Veelen, M. 2021.** "The Evolution of Morality and the Role of Commitment." *Evolutionary Human Sciences* 3: e41.
- Akerlof, G. A., e Kranton, R. E. 2000.** "Economics and Identity." *The Quarterly Journal of Economics* 115(3): 715–753.
- Akerlof, G. A., e Snower, D. J. 2016.** "Bread and Bullets." *Journal of Economic Behavior & Organization* 126: 58–71.
- Al Amin, S., Morrison, S. D., Kabir, M., e Sajib, M. R. U.-Z. 2021.** "Challenges for Non-Covid Patients with Chronic Kidney Disease in Bangladesh: An Observation During Coronavirus Disease Pandemic." *Inquiry* 58: 0046958021997337.
- Albrecht, G. 2012.** "Psychoterratic Conditions in a Scientific and Technological World." In Kahn Jr., P. H., e Hasbach, P. H., (eds.), *Ecopsychology: Science, Totems, and the Technological Species*. Cambridge, MA: MIT Press.
- Albrecht, G. A. 2019.** *Earth Emotions: New Words for a New World*. Ithaca, NY: Cornell University Press.
- Alcalá, F., e Ciccone, A. 2004.** "Trade and Productivity." *The Quarterly Journal of Economics* 119(2): 613–646.
- Alesina, A., e Giuliano, P. 2013.** "Family Ties." *Handbook of Economic Growth*. Elsevier.
- Alesina, A., e Giuliano, P. 2015.** "Culture and Institutions." *Journal of Economic Literature* 53(4): 898–944.
- Alesina, A., e Passarelli, F. 2019.** "Loss Aversion in Politics." *American Journal of Political Science* 63(4): 936–947.
- Alesina, A., Miano, A., e Stantcheva, S. 2020.** "The Polarization of Reality." *AEA Papers and Proceedings* 110: 324–328.
- Algan, Y., e Cahuc, P. 2014.** "Trust, Growth, and Well-Being: New Evidence and Policy Implications." In Aghion, P. e Durlauf, S. N., (eds.), *Handbook of Economic Growth*. Elsevier.

- Algan, Y., Guriev, S., Papaioannou, E., e Passari, E. 2017.** "The European Trust Crisis and the Rise of Populism." *Brookings Papers on Economic Activity*, Brookings Institution, Washington, DC.
- Alger, I. 2023.** "Evolutionarily Stable Preferences." *Philosophical Transactions of the Royal Society B: Biological Sciences* 378(1876): 20210505.
- Ali, M., e Fjeldstad, O.-H. 2023.** "Pre-Colonial Centralization and Tax Compliance Norms in Contemporary Uganda." *Journal of Institutional Economics* 19(3): 379–400.
- Ali, M., Fjeldstad, O.-H., e Sjørusen, I. H. 2014.** "To Pay or Not to Pay? Citizens' Attitudes toward Taxation in Kenya, Tanzania, Uganda, and South Africa." *World Development* 64: 828–842.
- Allan, R. P., Barlow, M., Byrne, M. P., Cherchi, A., Douville, H., Fowler, H. J., Gan, T. Y., e outros. 2020.** "Advances in Understanding Large-Scale Responses of the Water Cycle to Climate Change." *Annals of the New York Academy of Sciences* 1472(1): 49–75.
- Allcott, H. 2011.** "Social Norms and Energy Conservation." *Journal of Public Economics* 95(9): 1082–1095.
- Allcott, H. 2015.** "Site Selection Bias in Program Evaluation." *The Quarterly Journal of Economics* 130(3): 1117–1165.
- Allcott, H., and Kessler, J. B. 2019.** "The Welfare Effects of Nudges: A Case Study of Energy Use Social Comparisons." *American Economic Journal: Applied Economics* 11(1): 236–276.
- Allcott, H., e Rogers, T. 2014.** "The Short-Run and Long-Run Effects of Behavioral Interventions: Experimental Evidence from Energy Conservation." *American Economic Review* 104(10): 3003–3037.
- Allen, D. 2023.** *Justice by Means of Democracy*. Chicago, IL: The University of Chicago Press.
- Allen, W., Baisden, T., Burgess, J., Crawford, S., Ellis, L., Hall, D., Hall, T., e outros. 2023.** "A Guide to Just Transitions for Communities in Aotearoa New Zealand." Motu Economic and Public Policy Research, Wellington.
- Allingham, M. G., e Sandmo, A. 1972.** "Income Tax Evasion: A Theoretical Analysis." *Journal of Public Economics* 1(3): 323–338.
- Alm, J., e McClellan, C. 2012.** "Tax Morale and Tax Compliance from the Firm's Perspective." *Kyklos* 65(1): 1–17.
- Almås, I., Cappelen, A. W., e Tungodden, B. 2020.** "Cutthroat Capitalism *Versus* Cuddly Socialism: Are Americans More Meritocratic and Efficiency-Seeking Than Scandinavians?" *Journal of Political Economy* 128(5): 1753–1788.
- Almås, I., Cappelen, A. W., e Tungodden, B. 2020.** "Cutthroat Capitalism *Versus* Cuddly Socialism: Are Americans More Meritocratic and Efficiency-Seeking Than Scandinavians?" *Journal of Political Economy* 128(5): 1753–1788.
- Almås, I., Cappelen, A. W., Salvanes, K. G., Sørensen, E. Ø., e Tungodden, B. 2017.** "Fairness and Family Background." *Politics, Philosophy & Economics* 16(2): 117–131.
- Almås, I., Cappelen, A. W., Sørensen, E. Ø., e Tungodden, B. 2010.** "Fairness and the Development of Inequality Acceptance." *Science* 328(5982): 1176–1178.
- Almås, I., Cappelen, A. W., Sørensen, E. Ø., e Tungodden, B. 2022.** "Global Evidence on the Selfish Rich Inequality Hypothesis." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 119(3): e2109690119.
- Almas, I., Cappelen, A. W., Sørensen, E., e Tungodden, B. 2022.** "Attitudes to Inequality: Preferences and Beliefs." *IFS Deaton Review of Inequalities*.
- Almelhem, A., Iyigun, M., Kennedy, A., e Rubin, J. 2023.** "Enlightenment Ideals and Belief in Progress in the Run-up to the Industrial Revolution: A Textual Analysis." Documento de Discussão IZA 16674, Institute of Labor Economics, Bona, Alemanha.
- Alon, T., Coskun, S., Doepke, M., Koll, D., e Tertilt, M. 2022.** "From Mancession to Shecession: Women's Employment in Regular and Pandemic Recessions." *NBER Macroeconomics Annual* 36(1): 83–151.
- Alstadsæter, A., Godar, S., Nicolaidis, P., e Zucman, G. 2023.** *Global Tax Evasion Report 2024*. Paris: Observatório Fiscal da UE.
- Alter, K. J., e Raustiala, K. 2018.** "The Rise of International Regime Complexity." *Annual Review of Law and Social Science* 14(1): 329–349.
- Alter, K. J., e Zürn, M. 2020a.** "Conceptualising Backlash Politics: Introduction to a Special Issue on Backlash Politics in Comparison." *The British Journal of Politics and International Relations* 22(4): 563–584.
- Alter, K. J., e Zürn, M. 2020b.** "Theorising Backlash Politics: Conclusion to a Special Issue on Backlash Politics in Comparison." *The British Journal of Politics and International Relations* 22(4): 739–752.
- Altman, S. A., e Bastian, C. 2022.** *DHL Global Connectedness Index: An In-Depth Report on the State of Globalization*. Bona, Alemanha: Deutsche Post DHL Group.
- Altomonte, C., Gennaro, G., e Passarelli, F. 2019.** "Collective Emotions and Protest Vote." Documento de Trabalho CESifo 7463, Center for Economic Studies and Institute for Economic Research, Munique, Alemanha.
- Alvarez, J., Sollaci, A. B., Andlousi, M. B., Maggi, C., Stuermer, M., e Topalova, P. 2023.** "Geoeconomic Fragmentation and Commodity Markets." Documento de Trabalho FMI 23/201, Fundo Monetário Internacional, Washington, DC.
- Ambrus, A., Greiner, B., e Pathak, P. A. 2015.** "How Individual Preferences Are Aggregated in Groups: An Experimental Study." *Journal of Public Economics* 129: 1–13.
- Amin, A. 2016.** "Exploring the Role of Economic Incentives and Spillover Effects in Biodiversity Conservation Policies in Sub-Saharan Africa." *Ecological Economics* 127: 185–191.
- Amnistia Internacional. 2022.** *The Social Atrocity: Meta and the Right to Remedy for the Rohingya*. Londres: Amnistia Internacional.
- Amnistia Internacional. 2023.** *DRC: Powering Change or Business as Usual?* Londres: Amnistia Internacional.
- Amorino, P., Ploe, M. L., e Marsh, A. A. 2022.** "Moral Foundations, Values, and Judgments in Extraordinary Altruists." *Scientific Reports* 12(1): 22111.
- Andersen, A., Franklin, S., Getahun, T., Kotsadam, A., Somville, V., e Villanger, E. 2023.** "Does Wealth Reduce Support for Redistribution? Evidence from an Ethiopian Housing Lottery." *Journal of Public Economics* 224: 104939.
- Anderson, A., e Robinson, D. T. 2024.** "Climate Polarization and Green Investment." Documento de Trabalho NBER 32131, National Bureau of Economic Research, Cambridge, MA.
- Anderson, B., Böhmelt, T., e Ward, H. 2017.** "Public Opinion and Environmental Policy Output: A Cross-National Analysis of Energy Policies in Europe." *Environmental Research Letters* 12(11): 114011.
- Anderson, E., e Obeng, S. 2021.** "Globalisation and Government Spending: Evidence for the 'Hyper-Globalisation' of the 1990s and 2000s." *The World Economy* 44(5): 1144–1176.
- Anderson, W., Seager, R., Baethgen, W., Cane, M., e You, L. 2019.** "Synchronous Crop Failures and Climate-Forced Production Variability." *Science Advances* 5(7): eaaw1976.
- Andre, P., Boneva, T., Chopra, F., e Falk, A. 2021.** "Fighting Climate Change: The Role of Norms, Preferences, and Moral Values." Documento de Trabalho CESifo 9175, Center for Economic Studies and Institute for Economic Research, Munique, Alemanha.
- Andre, P., Boneva, T., Chopra, F., e Falk, A. 2024.** "Globally Representative Evidence on the Actual and Perceived Support for Climate Action." *Nature Climate Change*.
- Andreoni, J. 1989.** "Giving with Impure Altruism: Applications to Charity and Ricardian Equivalence." *Journal of Political Economy* 97(6): 1447–1458.
- Andreoni, J., e Miller, J. 2002.** "Giving According to Garp: An Experimental Test of the Consistency of Preferences for Altruism." *Econometrica* 70(2): 737–753.
- Andreoni, J., Nikiforakis, N., e Siegenthaler, S. 2021.** "Predicting Social Tipping and Norm Change in Controlled Experiments." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 118(16): e2014893118.
- Andrews, K., Fitzpatrick, S., e Westra, E. 2024.** "Human and Nonhuman Norms: A Dimensional Framework." *Philosophical Transactions of the Royal Society B: Biological Sciences* 379(1897): 20230026.
- Andries, M., Bursztyjn, L., Chaney, T., e Djouelova, M. 2024.** "In Their Shoes." Documento de Trabalho.
- Antinyan, A., e Asatryan, Z. 2020.** "Nudging for Tax Compliance: A Meta-Analysis." Documento de Trabalho CESifo, Center for Economic Studies and Institute for Economic Research, Munique, Alemanha.
- Anzoategui, D., Comin, D., Gertler, M., e Martinez, J. 2019.** "Endogenous Technology Adoption and R&D as Sources of Business Cycle Persistence." *American Economic Journal: Macroeconomics* 11(3): 67–110.
- Apicella, C. L., e Silk, J. B. 2019.** "The Evolution of Human Cooperation." *Current Biology* 29(11): R447–R450.

- Apicella, C. L., Azevedo, E. M., Christakis, N. A., e Fowler, J. H. 2014.** "Evolutionary Origins of the Endowment Effect: Evidence from Hunter-Gatherers." *American Economic Review* 104(6): 1793–1805.
- Apicella, C., Norenzayan, A., e Henrich, J. 2020.** "Beyond WEIRD: A Review of the Last Decade and a Look Ahead to the Global Laboratory of the Future." *Evolution and Human Behavior* 41(5): 319–329.
- Appiah, K. A. 2019.** "The Importance of Elsewhere." *Foreign Affairs* 98(2): 20–26.
- Arasmith, A., Østby, G., e Aas Rustad, S. 2022.** "Patterns and Trends of Conflict-Affected Populations, 1990–2020: Advancing a New Measurement Framework." Documento de Referência para o Relatório do Desenvolvimento Humano de 2021/2022, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, Nova Iorque.
- Arce M., D. G., e Sandler, T. 2002.** *Regional Public Goods: Typologies, Provision, Financing, and Development Assistance*. Secretariado EGDI, Ministério dos Negócios Estrangeiros.
- Arellano, C., Bai, Y., e Mihalache, G. P. 2020.** "Deadly Debt Crises: Covid-19 in Emerging Markets." Documento de Trabalho NBER 27275, National Bureau of Economic Research, Cambridge, MA.
- Arhin-Tenkorang, D., e Conceição, P. 2003.** "Beyond Communicable Disease Control: Health in the Age of Globalization." In Kaul, I., Conceição, P., Le Goulven, K. e Mendoza, R. U., (eds.), *Providing Global Public Goods: Managing Globalization*. Nova Iorque, NY: Oxford University Press.
- Armstrong McKay, D. I., Staal, A., Abrams, J. F., Winkelmann, R., Sakschewski, B., Lorian, S., Fetzer, I., e outros. 2022.** "Exceeding 1.5°C Global Warming Could Trigger Multiple Climate Tipping Points." *Science* 377(6611): eabn7950.
- Arnhart, L. 1994.** "The Darwinian Biology of Aristotle's Political Animals." *American Journal of Political Science* 38(2): 464–485.
- Arrow, K. J. 1962.** "Economic Welfare and the Allocation of Resources for Invention." *The Rate and Direction of Inventive Activity*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Arrow, K. J. 1969.** "The Organization of Economic Activity: Issues." *The Analysis and Evaluation of Public Expenditures: The PPB System: Part 1*. Washington, DC: Comitê Económico Conjunto, Congresso dos EUA.
- ATAF (Fórum Africano das Administrações Tributárias). 2018.** *African Tax Outlook 2018*. Pretória, África do Sul: ATAF.
- Atari, M., Barbaro, N., Sela, Y., Shackelford, T. K., e Chegeni, R. 2017.** "The Big Five Personality Dimensions and Mate Retention Behaviors in Iran." *Personality and Individual Differences* 104: 286–290.
- Athey, S., Castillo, J. C., Chaudhuri, E., Kremer, M., Simoes Gomes, A., e Snyder, C. M. 2022.** "Expanding Capacity for Vaccines against Covid-19 and Future Pandemics: A Review of Economic Issues." *Oxford Review of Economic Policy* 38(4): 742–770.
- Atkinson, Q. D., e Bourrat, P. 2011.** "Beliefs About God, the Afterlife and Morality Support the Role of Supernatural Policing in Human Cooperation." *Evolution and Human Behavior* 32(1): 41–49.
- Atuire, C. A., e Hassoun, N. 2023.** "Rethinking Solidarity Towards Equity in Global Health: African Views." *International Journal for Equity in Health* 22(1): 52.
- Aumann, R. J. 2019.** "A Synthesis of Behavioural and Mainstream Economics." *Nature Human Behaviour* 3(7): 666–670.
- Autor, D. H., Dorn, D., e Hanson, G. H. 2013.** "The China Syndrome: Local Labor Market Effects of Import Competition in the United States." *American Economic Review* 103(6): 2121–2168.
- Autor, D. H., Dorn, D., e Hanson, G. H. 2016.** "The China Shock: Learning from Labor-Market Adjustment to Large Changes in Trade." *Annual Review of Economics* 8(1): 205–240.
- Autor, D., Beck, A., Dorn, D., e Hanson, G. H. 2024.** "Help for the Heartland? The Employment and Electoral Effects of the Trump Tariffs in the United States." Documento de Trabalho NBER 32082, National Bureau of Economic Research, Cambridge, MA.
- Autor, D., Dorn, D., Hanson, G., e Majlesi, K. 2020a.** "Importing Political Polarization? The Electoral Consequences of Rising Trade Exposure." *American Economic Review* 110(10): 3139–3183.
- Autor, D., Dorn, D., Katz, L. F., Patterson, C., e Van Reenen, J. 2020b.** "The Fall of the Labor Share and the Rise of Superstar Firms." *The Quarterly Journal of Economics* 135(2): 645–709.
- Avoyan, A., e Ramos, J. 2023.** "A Road to Efficiency through Communication and Commitment." *American Economic Review* 113(9): 2355–2381.
- Axelrod, R., e Hamilton, W. D. 1981.** "The Evolution of Cooperation." *Science* 211(4489): 1390–1396.
- Axelrod, R., e Keohane, R. O. 1985.** "Achieving Cooperation under Anarchy: Strategies and Institutions." *World Politics* 38(1): 226–254.
- Aycinena, D., Rentschler, L., Beranek, B., e Schulz, J. F. 2022.** "Social Norms and Dishonesty across Societies." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 119(31): e2120138119.
- Ayres, I., Katz, T. K., e Regev, T. 2023.** "Languages and Future-Oriented Economic Behavior—Experimental Evidence for Causal Effects." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 120(7): e2208871120.
- Ba, M., Gebremedhin, L. T., Masako, P., Msigallah, F., Kone, K. E., e Baird, T. L. 2021.** "Diversity and Solidarity in Global Health." *The Lancet Global Health* 9(4): e391–e392.
- Baba, C., Lan, T., Mineshima, A., Misch, F., Pinat, M., Shahmoradi, A., Yao, J., e Elkan, R. v. 2023.** "Geoeconomic Fragmentation: What's at Stake for the EU." Documento de Trabalho FMI 23/245, Fundo Monetário Internacional, Washington, DC.
- Badizadegan, K., Kalkowska, D. A., e Thompson, K. M. 2022.** "Polio by the Numbers—a Global Perspective." *The Journal of Infectious Diseases* 226(8): 1309–1318.
- Bago, B., Rand, D. G., e Pennycook, G. 2023.** "Reasoning About Climate Change." *PNAS Nexus* 2(5).
- Bahrami-Rad, D. 2021.** "Keeping It in the Family: Female Inheritance, Inmarriage, and the Status of Women." *Journal of Development Economics* 153: 102714.
- Bahrami-Rad, D., Beauchamp, J., Henrich, J., e Schulz, J. 2022.** "Kin-Based Institutions and Economic Development." <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.4200629>.
- Bai, X., Ramos, M. R., e Fiske, S. T. 2020.** "As Diversity Increases, People Paradoxically Perceive Social Groups as More Similar." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 117(23): 12741–12749.
- Baimel, A., Juda, M., Birch, S., e Henrich, J. 2021.** "Machiavellian Strategist or Cultural Learner? Mentalizing and Learning over Development in a Resource-Sharing Game." *Evolutionary Human Sciences* 3: e14.
- Bak-Coleman, J. B., Alfano, M., Barfuss, W., Bergstrom, C. T., Centeno, M. A., Couzin, I. D., Donges, J. F., e outros. 2021.** "Stewardship of Global Collective Behavior." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 118(27): e2025764118.
- Baldassarri, D. 2020.** "Market Integration Accounts for Local Variation in Generalized Altruism in a Nationwide Lost-Letter Experiment." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 117(6): 2858–2863.
- Baldassarri, D. e Abascal, M. 2020.** "Diversity and Prosocial Behavior." *Science* 369(6508): 1183–1187.
- Baldassarri, D., e Page, S. E. 2021.** "The Emergence and Perils of Polarization." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 118(50): e2116863118.
- Ball, L. 2014.** "Long-Term Damage from the Great Recession in OECD Countries." *European Journal of Economics and Economic Policies* 11(2): 149–160.
- Balliet, D., e Lindström, B. 2023.** "Inferences About Interdependence Shape Cooperation." *Trends in Cognitive Sciences* 27(6): 583–595.
- Balliet, D., e Van Lange, P. A. 2013.** "Trust, Conflict, and Cooperation: A Meta-Analysis." *Psychological Bulletin* 139(5): 1090.
- Balsa-Barreiro, J., Vié, A., Morales, A. J., e Cebrián, M. 2020.** "Deglobalization in a Hyper-Connected World." *Palgrave Communications* 6(1): 1–4.
- Bandiera, O., Barankay, I., e Rasul, I. 2011.** "Field Experiments with Firms." *Journal of Economic Perspectives* 25(3): 63–82.
- Bandura, A. 2006.** "Toward a Psychology of Human Agency." *Perspectives on Psychological Science* 1(2): 164–180.
- Bar-On, K. K., e Lamm, E. 2023.** "The Interplay of Social Identity and Norm Psychology in the Evolution of Human Groups." *Philosophical Transactions of the Royal Society B: Biological Sciences* 378(1872): 20210412.
- Barbieri, S. 2023.** "Complementarity and Information in Collective Action." *Economic Theory* 75(1): 167–206.
- Bardhan, P. 2022.** *A World of Insecurity: Democratic Disenchantment in Rich and Poor Countries*. Cambridge, MA: Harvard University Press.

- Bardhan, P., Ghatak, M., e Karaivanov, A. 2007.** "Wealth Inequality and Collective Action." *Journal of Public Economics* 91(9): 1843–1874.
- Barfuss, W., e Mann, R. P. 2022.** "Modeling the Effects of Environmental and Perceptual Uncertainty Using Deterministic Reinforcement Learning Dynamics with Partial Observability." *Physical Review E* 105(3): 034409.
- Barfuss, W., Donges, J. F., Vasconcelos, V. V., Kurths, J., e Levin, S. A. 2020.** "Caring for the Future Can Turn Tragedy into Comedy for Long-Term Collective Action under Risk of Collapse." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 117(23): 12915–12922.
- Barnes, J. L., Krishen, A. S., e Chan, A. 2022.** "Passive and Active Peer Effects in the Spatial Diffusion of Residential Solar Panels: A Case Study of the Las Vegas Valley." *Journal of Cleaner Production* 363: 132634.
- Barnett, M., Buchak, G., e Yannelis, C. 2023.** "Epidemic Responses under Uncertainty." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 120(2): e220811120.
- Barrett, S. 2003a.** *Environment and Statecraft: The Strategy of Environmental Treaty-Making: The Strategy of Environmental Treaty-Making*. Oxford: Oxford University Press.
- Barrett, S. 2003b.** "Global Disease Eradication." *Journal of the European Economic Association* 1(2–3): 591–600.
- Barrett, S. 2004.** "The Provision Status of Disease Eradication." Nova Iorque: PNUD.
- Barrett, S. 2006a.** "Climate Treaties and 'Breakthrough' Technologies." *American Economic Review* 96(2): 22–25.
- Barrett, S. 2006b.** "Managing the Global Commons." In *Expert Paper Series Two: Global Commons*. Estocolmo: Secretariado da Task Force Internacional sobre Bens Públicos Mundiais.
- Barrett, S. 2007.** "The Smallpox Eradication Game." *Public Choice* 130(1): 179–207.
- Barrett, S. 2011.** "Stop! The Polio Vaccination Cessation Game." *The World Bank Economic Review* 24(3): 361–385.
- Barrett, S. 2013.** "Climate Treaties and Approaching Catastrophes." *Journal of Environmental Economics and Management* 66(2): 235–250.
- Barrett, S. 2013.** "Economic Considerations for the Eradication Endgame." *Philosophical Transactions of the Royal Society B: Biological Sciences* 368(1623): 20120149.
- Barrett, S. 2016.** "Coordination Vs. Voluntarism and Enforcement in Sustaining International Environmental Cooperation." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 113(51): 14515–14522.
- Barrett, S. 2022.** "A Biodiversity Hotspots Treaty: The Road Not Taken." *Environmental and Resource Economics*.
- Barrett, S. A publicar.** "Property Rights to the World's (Linear) Ocean Fisheries in Customary International Law." *Journal of the Association of Environmental and Resource Economists*.
- Barrett, S., e Dannenberg, A. 2012.** "Climate Negotiations under Scientific Uncertainty." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 109(43): 17372–17376.
- Barrett, S., e Dannenberg, A. 2014.** "Sensitivity of Collective Action to Uncertainty About Climate Tipping Points." *Nature Climate Change* 4(1): 36–39.
- Barrett, S., e Dannenberg, A. 2016.** "An Experimental Investigation into 'Pledge and Review' in Climate Negotiations." *Climatic Change* 138(1): 339–351.
- Barrett, S., e Dannenberg, A. 2017.** "Tipping Versus Cooperating to Supply a Public Good." *Journal of the European Economic Association* 15(4): 910–941.
- Barrett, S., e Dannenberg, A. 2022.** "The Decision to Link Trade Agreements to the Supply of Global Public Goods." *Journal of the Association of Environmental and Resource Economists* 9(2): 273–305.
- Barrett, S., Dasgupta, A., Dasgupta, P., Adger, W. N., Anderies, J., Bergh, J. v. d., Bledsoe, C. e outros. 2020.** "Social Dimensions of Fertility Behavior and Consumption Patterns in the Anthropocene." *Proceedings of the National Academy of Sciences*.
- Barro, R. J., e J.-W. Lee. 2018.** Dataset of Educational Attainment, Revisão de junho de 2018. <http://www.barrolee.com>. Acedido em 9 de agosto de 2023.
- Barro, R. J., e McCleary, R. M. 2003.** "Religion and Economic Growth across Countries." *American Sociological Review* 68(5): 760–781.
- Barry, J. M. 2004.** "The Site of Origin of the 1918 Influenza Pandemic and Its Public Health Implications." *Journal of Translational Medicine* 2(1): 1–4.
- Bartke, S., Bosworth, S. J., Snower, D. J., and Chierchia, G. 2019.** "Motives and Comprehension in a Public Goods Game with Induced Emotions." *Theory and Decision* 86(2): 205–238.
- Bartley Johns, M., Brenton, P., Cali, M., Hoppe, M., e Piermartini, R. 2015.** *The Role of Trade in Ending Poverty*. Washington, DC: Banco Mundial.
- Bastini, K., Kerschreiter, R., Lachmann, M., Ziegler, M., e Sawert, T. 2023.** "Encouraging Individual Contributions to Net-Zero Organizations: Effects of Behavioral Policy Interventions and Social Norms." *Journal of Business Ethics*.
- Basu, K. 2010.** *Beyond the Invisible Hand: Groundwork for a New Economics*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Basu, K. 2018.** *The Republic of Beliefs: A New Approach to Law and Economics*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Basu, K. 2022.** "Conventions, Morals and Strategy: Greta's Dilemma and the Incarceration Game." *Synthese* 200(1): 1–19.
- Basu, K. 2024.** *Reason to Be Happy*. Londres: Penguin Random House.
- Basu, K., Gostin, L., e Hassoun, N. 2021.** "Pandemic Preparedness and Response: Beyond the WHO's Access to Covid-19 Tools Accelerator." *Brookings Global Working Paper Series*.
- Bau, N. 2021.** "Can Policy Change Culture? Government Pension Plans and Traditional Kinship Practices." *American Economic Review* 111(6): 1880–1917.
- Bauer, A. M., Edgeworth, M., Edwards, L. E., Ellis, E. C., Gibbard, P., e Merritts, D. J. 2021.** "Anthropocene: Event or Epoch?" *Nature* 597(7876): 332–332.
- Bauer, C. A., Boemelburg, R., e Walton, G. M. 2021.** "Resourceful Actors, Not Weak Victims: Reframing Refugees' Stigmatized Identity Enhances Long-Term Academic Engagement." *Psychological Science* 32(12): 1896–1906.
- Bauer, M., Blattman, C., Chytilová, J., Henrich, J., Miguel, E., e Mitts, T. 2016.** "Can War Foster Cooperation?" *Journal of Economic Perspectives* 30(3): 249–274.
- Bauer, M., Cassar, A., Chytilová, J., e Henrich, J. 2014.** "War's Enduring Effects on the Development of Egalitarian Motivations and in-Group Biases." *Psychological Science* 25(1): 47–57.
- Bayes, R., e Druckman, J. N. 2021.** "Motivated Reasoning and Climate Change." *Current Opinion in Behavioral Sciences* 42: 27–35.
- Bearce, D. H., e Jolliff Scott, B. J. 2019.** "Popular Non-Support for International Organizations: How Extensive and What Does This Represent?" *The Review of International Organizations* 14: 187–216.
- Bearden, J. N., Murphy, R. O., e Rapoport, A. 2005.** "A Multi-Attribute Extension of the Secretary Problem: Theory and Experiments." *Journal of Mathematical Psychology* 49(5): 410–422.
- Bechtel, M. M., e Scheve, K. F. 2013.** "Mass Support for Global Climate Agreements Depends on Institutional Design." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 110(34): 13763–13768.
- Bechtel, M. M., Genovese, F., e Scheve, K. F. 2019.** "Interests, Norms and Support for the Provision of Global Public Goods: The Case of Climate Co-Operation." *British Journal of Political Science* 49(4): 1333–1355.
- Bechtoldt, M. N., Götmann, A., Moslener, U., e Pauw, W. P. 2021.** "Addressing the Climate Change Adaptation Puzzle: A Psychological Science Perspective." *Climate Policy* 21(2): 186–202.
- Becker, A., Enke, B., e Falk, A. 2020.** "Ancient Origins of the Global Variation in Economic Preferences." *AEA Papers and Proceedings* 110: 319–323.
- Becker, B. 2023.** "International Inequality and Demand for Redistribution in the Global South." *Political Science Research and Methods*: 1–9.
- Becker, M. A., e Nouwen, S. M. H. 2019.** "International Commissions of Inquiry: What Difference Do They Make? Taking an Empirical Approach." *European Journal of International Law* 30(3): 819–841.
- Beckert, J. 2013.** "Imagined Futures: Fictional Expectations in the Economy." *Theory and Society* 42(3): 219–240.
- Beckert, J. 2020.** "The Exhausted Futures of Neoliberalism: From Promissory Legitimacy to Social Anomy." *Journal of Cultural Economy* 13(3): 318–330.

- Beckert, J., e Bronk, R. 2018.** *Uncertain Futures: Imaginaries, Narratives, and Calculation in the Economy*. Oxford, Reino Unido: Oxford University Press.
- Beckert, J., e Suckert, L. 2021.** "The Future as a Social Fact. The Analysis of Perceptions of the Future in Sociology." *Poetics* 84: 101499.
- Beckwith, C. I. 2009.** *Empires of the Silk Road: A History of Central Eurasia from the Bronze Age to the Present*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Bednar, J. 2021.** "Polarization, Diversity, and Democratic Robustness." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 118(50): e2113843118.
- Bednar, J. 2023.** "Governance for Human Social Flourishing." *Daedalus* 152(1): 31–45.
- Bednar, J., e Page, S. E. 2018.** "When Order Affects Performance: Culture, Behavioral Spillovers, and Institutional Path Dependence." *American Political Science Review* 112(1): 82–98.
- Beiser-McGrath, L. F., e Bernauer, T. 2019a.** "Commitment Failures Are Unlikely to Undermine Public Support for the Paris Agreement." *Nature Climate Change* 9(3): 248–252.
- Beiser-McGrath, L. F., e Bernauer, T. 2019b.** "Could Revenue Recycling Make Effective Carbon Taxation Politically Feasible?" *Science Advances* 5(9): eaax3323.
- Beiser-McGrath, L. F., e Bernauer, T. 2022.** "Domestic Provision of Global Public Goods: How Other Countries' Behavior Affects Public Support for Climate Policy." *Global Environmental Politics* 22(1): 117–138.
- Beiser-McGrath, L. F., Bernauer, T., Song, J., e Uji, A. 2021.** "Understanding Public Support for Domestic Contributions to Global Collective Goods." *Climatic Change* 166(3): 51.
- Belcher, L. J., Dewar, A. E., Ghoul, M., e West, S. A. 2022.** "Kin Selection for Cooperation in Natural Bacterial Populations." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 119(9): e2119070119.
- Bellucci, G., Camilleri, J. A., Eickhoff, S. B., e Krueger, F. 2020.** "Neural Signatures of Prosocial Behaviors." *Neuroscience and Biobehavioral Reviews* 118: 186–195.
- Bénabou, R., e Tirole, J. 2003.** "Intrinsic and Extrinsic Motivation." *The Review of Economic Studies* 70(3): 489–520.
- Bénabou, R., e Tirole, J. 2016.** "Mindful Economics: The Production, Consumption, and Value of Beliefs." *Journal of Economic Perspectives* 30(3): 141–164.
- Bénabou, R., Falk, A., e Henkel, L. 2024.** "Ends Versus Means: Kantians, Utilitarians, and Moral Decisions." Documento de Trabalho 32072, National Bureau of Economic Research, Cambridge, MA.
- Benjamin, D. J., Cesarini, D., Loos, M. J. H. M. v. d., Dawes, C. T., Koellinger, P. D., Magnusson, P. K. E., Chabris, C. F., e outros. 2012.** "The Genetic Architecture of Economic and Political Preferences." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 109(21): 8026–8031.
- Benjamin, N., Mbaye, A. A., e Diop, I. T. 2012.** *The Informal Sector in Francophone Africa: Firm Size, Productivity, and Institutions*. Washington, DC: Banco Mundial.
- Berger, J., Efferson, C., e Vogt, S. 2023.** "Tipping Pro-Environmental Norm Diffusion at Scale: Opportunities and Limitations." *Behavioural Public Policy* 7(3): 581–606.
- Berger, J., Vogt, S., e Efferson, C. 2022.** "Pre-Existing Fairness Concerns Restrict the Cultural Evolution and Generalization of Inequitable Norms in Children." *Evolution and Human Behavior* 43(1): 1–15.
- Bergquist, M., Nilsson, A., Harring, N., e Jagers, S. C. 2022.** "Meta-Analyses of Fifteen Determinants of Public Opinion About Climate Change Taxes and Laws." *Nature Climate Change* 12(3): 235–240.
- Bergquist, M., Thiel, M., Goldberg, M. H., e van der Linden, S. 2023.** "Field Interventions for Climate Change Mitigation Behaviors: A Second-Order Meta-Analysis." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 120(13): e2214851120.
- Bergstrom, C. T., e Hanage, W. P. 2024.** "Human Behavior and Disease Dynamics." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 121(1): e231721120.
- Berkley, S. 2020.** "COVAX Explained." GAVI, the Vaccine Alliance. Genebra. <https://www.gavi.org/vaccineswork/covax-explained>.
- Bernauer, T., e Gampfer, R. 2015.** "How Robust Is Public Support for Unilateral Climate Policy?" *Environmental Science and Policy* 54: 316–330.
- Berniell, I., e Facchini, G. 2021.** "COVID-19 Lockdown and Domestic Violence: Evidence from Internet-Search Behavior in 11 Countries." *European Economic Review* 136: 103775.
- Besley, T. 2020.** "State Capacity, Reciprocity, and the Social Contract." *Econometrica* 88(4): 1307–1335.
- Besley, T., e Mueller, H. 2021.** "Fiscal Capacity and State Fragility." In Chami, R., Espinoza, R. e Montiel, P. J., (eds.), *Macroeconomic Policy in Fragile States*. Oxford, Reino Unido: Oxford University Press.
- Besley, T., Jensen, A., e Persson, T. 2023.** "Norms, Enforcement, and Tax Evasion." *The Review of Economics and Statistics* 105(4): 998–1007.
- Bettencourt, L. M., Lobo, J., Helbing, D., Kühnert, C., e West, G. B. 2007.** "Growth, Innovation, Scaling, and the Pace of Life in Cities." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 104(17): 7301–7306.
- Bhanot, S. P. 2021.** "Isolating the Effect of Injunctive Norms on Conservation Behavior: New Evidence from a Field Experiment in California." *Organizational Behavior and Human Decision Processes* 163: 30–42.
- Bicchieri, C. 2016.** *Norms in the Wild: How to Diagnose, Measure, and Change Social Norms*. Oxford, Reino Unido: Oxford University Press.
- Bicchieri, C., e Dimant, E. 2022.** "Nudging with Care: The Risks and Benefits of Social Information." *Public Choice* 191(3): 443–464.
- Bicchieri, C., Dimant, E., e Sonderegger, S. 2019.** "It's Not a Lie If You Believe It: On Norms, Lying, and Self-Serving Belief Distortion." Série Documento de discussão CeDEx 2019-07.
- Biermann, F. 2014.** "The Anthropocene: A Governance Perspective." *The Anthropocene Review* 1(1): 57–61.
- Biermann, F. 2021.** "The Future of 'Environmental' Policy in the Anthropocene: Time for a Paradigm Shift." *Environmental Politics* 30(1–2): 61–80.
- Biermann, F., e Kalfagianni, A. 2020.** "Planetary Justice: A Research Framework." *Earth System Governance* 6: 100049.
- Biermann, F., Hickmann, T., Sénit, C.-A., Beisheim, M., Bernstein, S., Chasek, P., Grob, L., e outros. 2022.** "Scientific Evidence on the Political Impact of the Sustainable Development Goals." *Nature Sustainability* 5(9): 795–800.
- Birch, J. 2019.** "Are Kin and Group Selection Rivals or Friends?" *Current Biology* 29(11): R433–R438.
- Bird, R. M. 2011.** "Subnational Taxation in Developing Countries: A Review of the Literature." *Journal of International Commerce, Economics and Policy* 2(01): 139–161.
- Birdsall, M., Campos, J. E. L., Kim, C.-S., Corden, W. M., MacDonald, L., Pack, H., Page, J., e outros. 1993.** "The East Asian Miracle: Economic Growth and Public Policy: Main Report." Documento de trabalho de investigação de políticas do Banco Mundial, Banco Mundial, Washington, DC.
- Birshan, M. N., J.; Seong, J.; White, O., 2023.** "A New Paradigm for Our Connected World?" McKinsey Global Institute.
- Biswas, G., Sankara, D. P., Agua-Agum, J., e Maiga, A. 2013.** "Dracunculiasis (Guinea Worm Disease): Eradication without a Drug or a Vaccine." *Philosophical Transactions of the Royal Society B: Biological Sciences* 368(1623): 20120146.
- Black, R., Bennett, S. R., Thomas, S. M., e Beddington, J. R. 2011.** "Migration as Adaptation." *Nature* 478(7370): 447–449.
- Black, S., Liu, A. A., Parry, I., e Vernon, N. 2023.** "IMF Fossil Fuel Subsidies Data: 2023 Update." Documento de Trabalho 2023/169, Fundo Monetário Internacional, Washington, DC.
- Blanchard, O., Gollier, C., e Tirole, J. 2023.** "The Portfolio of Economic Policies Needed to Fight Climate Change." *Annual Review of Economics* 15(1): 689–722.
- Blanchflower, D. B., A., 2023.** "Were Covid and the Great Recession Well-Being Reducing?" Documento de Suporte de Investigação, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, Nova Iorque.
- Blanchflower, D. G., e Bryson, A. 2022.** "Covid and Mental Health in America." *PLoS One* 17(7): e0269855.
- Bleck, J., and Van de Walle, N. 2019.** *Electoral Politics in Africa since 1990: Continuity in Change*. Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press.
- Blegen, N. 2017.** "The Earliest Long-Distance Obsidian Transport: Evidence from the ~200ka Middle Stone Age Sibilo School Road Site, Baringo, Kenya." *Journal of Human Evolution* 103: 1–19.

- Blimpo, M., Mensah, J. T., Opalo, K. O., e Shi, R. 2018.** "Electricity Provision and Tax Mobilization in Africa." Documento de Trabalho de Investigação de Políticas 8408, Banco Mundial, Washington, DC.
- Bloom, D. E., Kuhn, M., e Prettner, K. 2022.** "Modern Infectious Diseases: Macroeconomic Impacts and Policy Responses." *Journal of Economic Literature* 60(1): 85–131.
- Boadway, R., e Hayashi, M. 1999.** "Country Size and the Voluntary Provision of International Public Goods." *European Journal of Political Economy* 15(4): 619–638.
- Boadway, R., Song, Z., e Tremblay, J.-F. 2007.** "Commitment and Matching Contributions to Public Goods." *Journal of Public Economics* 91(9): 1664–1683.
- Bodansky, D. 1995.** "Customary (and Not So Customary) International Environmental Law." *Indiana Journal of Global Legal Studies* 3(1): 105–119.
- Boeltzig, M., Johansson, M., e Bramão, I. 2023.** "In-group Sources Enhance Associative Inference." *Communications Psychology* 1(1): 40.
- Boese, V. A., Alizada, N., Lundstedt, M., Morrison, K., Natsika, N., Sato, Y., Tai, H., e Lindberg, S. I. 2022.** *Democracy Report 2022. Autocratization Changing Nature?* Gothenburg, Suécia: Varieties of Democracy Institute at the University of Gothenburg.
- Bogart, E. L. 1920.** *Direct and Indirect Costs of the Great World War.* Nova Iorque: Oxford University Press.
- Böhm, R., e Betsch, C. 2022.** "Prosocial Vaccination." *Current Opinion in Psychology* 43: 307–311.
- Böhm, R., Rusch, H., e Baron, J. 2020.** "The Psychology of Intergroup Conflict: A Review of Theories and Measures." *Journal of Economic Behavior & Organization* 178: 947–962.
- Böhm, R., Rusch, H., e Gürerker, Ö. 2016.** "What Makes People Go to War? Defensive Intentions Motivate Retaliatory and Preemptive Intergroup Aggression." *Evolution and Human Behavior* 37(1): 29–34.
- Bolch, K. B., Ceriani, L., e López-Calva, L. F. 2022.** "The Arithmetics and Politics of Domestic Resource Mobilization for Poverty Eradication." *World Development* 149: 105691.
- Bolhuis, M., Chen, J., e Kett, B. 2023.** "Fragmentation in Global Trade: Accounting for Commodities." Documento de Trabalho 2023/073, Fundo Monetário Internacional, Washington, DC.
- Bollinger, B., e Gillingham, K. 2012.** "Peer Effects in the Diffusion of Solar Photovoltaic Panels." *Marketing Science* 31(6): 900–912.
- Bollinger, B., e Gillingham, K. 2019.** "Learning-by-Doing in Solar Photovoltaic Installations." <https://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2342406>.
- Bollyky, T. J., e Bown, C. P. 2020.** "Vaccine Nationalism Will Prolong the Pandemic." *Foreign Affairs* 29(12): 2020.
- Bollyky, T. J., Angelino, O., Wigley, S., e Dieleman, J. L. 2022a.** "Trust Made the Difference for Democracies in Covid-19." *The Lancet* 400(10353): 657.
- Bollyky, T. J., Hulland, E. N., Barber, R. M., Collins, J. K., Kiernan, S., Moses, M., Pigott, D. M., e outros. 2022b.** "Pandemic Preparedness and Covid-19: An Exploratory Analysis of Infection and Fatality Rates, and Contextual Factors Associated with Preparedness in 177 Countries, from Jan 1, 2020, to Sept 30, 2021." *The Lancet* 399(10334): 1489–1512.
- Bond, R. 2022.** *Understanding International Migration: Social, Cultural and Historical Contexts.* Cham, Switzerland: Springer Nature.
- Bonomi, G., Gennaioli, N., e Tabellini, G. 2021.** "Identity, Beliefs, and Political Conflict." *The Quarterly Journal of Economics* 136(4): 2371–2411.
- Boon-Falleur, M., Grandin, A., Baumard, N., e Chevallier, C. 2022.** "Leveraging Social Cognition to Promote Effective Climate Change Mitigation." *Nature Climate Change* 12(4): 332–338.
- Bor, A., Jørgensen, F., e Petersen, M. B. 2023.** "Discriminatory Attitudes against Unvaccinated People During the Pandemic." *Nature* 613(7945): 704–711.
- Bordalo, P., Coffman, K., Gennaioli, N., e Shleifer, A. 2016.** "Stereotypes." *The Quarterly Journal of Economics* 131(4): 1753–1794.
- Bordalo, P., Conlon, J. J., Gennaioli, N., Kwon, S. Y., e Shleifer, A. 2022.** "Memory and Probability." *The Quarterly Journal of Economics* 138(1): 265–311.
- Bordalo, P., Gennaioli, N., e Shleifer, A. 2022.** "Salience." *Annual Review of Economics* 14(1): 521–544.
- Bordalo, P., Tabellini, M., e Yang, D. Y. 2020.** "Issue Salience and Political Stereotypes." Documento de Trabalho 27194, National Bureau of Economic Research, Cambridge, MA.
- Bose, D., e Camerer, C. 2021.** "Trust and Behavioral Economics." *The Neurobiology of Trust*: 36–53.
- Bossuroy, T., Goldstein, M., Karimou, B., Karlan, D., Kazianga, H., Parienté, W., Premand, P., e outros. 2022.** "Tackling Psychosocial and Capital Constraints to Alleviate Poverty." *Nature* 605(7909): 291–297.
- Bott, K. M., Cappelen, A. W., Sørensen, E. Ø., e Tunngodden, B. 2020.** "You've Got Mail: A Randomized Field Experiment on Tax Evasion." *Management Science* 66(7): 2801–2819.
- Bouman, T., e Steg, L. 2019.** "Motivating Society-Wide Pro-Environmental Change." *One Earth* 1(1): 27–30.
- Bowen, T. R., Dmitriev, D., e Galperti, S. 2023.** "Learning from Shared News: When Abundant Information Leads to Belief Polarization." *The Quarterly Journal of Economics* 138(2): 955–1000.
- Box-Steffensmeier, J. M., Burgess, J., Corbetta, M., Crawford, K., Duflo, E., Fogarty, L., Gopnik, A., e outros. 2022.** "The Future of Human Behaviour Research." *Nature Human Behaviour* 6(1): 15–24.
- Boyd, R. 2017.** *A Different Kind of Animal: How Culture Transformed Our Species.* Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Boyd, R., e Richerson, P. J. 1985.** *Culture and the Evolutionary Process.* Chicago, IL: University of Chicago Press.
- Boyd, R., e Richerson, P. J. 1990.** "Group Selection among Alternatively Evolutionarily Stable Strategies." *Journal of Theoretical Biology* 145(3): 331–342.
- Boyd, R., e Richerson, P. J. 2002.** "Group Beneficial Norms Can Spread Rapidly in a Structured Population." *Journal of Theoretical Biology* 215(3): 287–296.
- Boyd, R., e Richerson, P. J. 2011.** "Rapid Cultural Adaptation Can Facilitate the Evolution of Large-Scale Cooperation." *Behavioral Ecology and Sociobiology* 65: 431–444.
- Boyd, R., e Richerson, P. J. 2022.** "Large-Scale Cooperation in Small-Scale Foraging Societies." *Evolutionary Anthropology: Issues, News, and Reviews* 31(4): 175–198.
- Bradley, M., e Chauchard, S. 2022.** "The Ethnic Origins of Affective Polarization: Statistical Evidence from Cross-National Data." *Frontiers in Political Science* 4: 920615.
- Braithwaite, V. 2004.** "The Hope Process and Social Inclusion." *The Annals of the American Academy of Political and Social Science* 592(1): 128–151.
- Brekke, K. A., e Johansson-Stenman, O. 2008.** "The Behavioural Economics of Climate Change." *Oxford Review of Economic Policy* 24(2): 280–297.
- Brennan, G., e Pettit, P. 2004.** *The Economy of Easiness: An Essay on Civil and Political Society.* Nova Iorque, NY: Oxford University Press.
- Bretter, C., e Schulz, F. 2023.** "Why Focusing on 'Climate Change Denial' Is Counterproductive." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 120(10): e2217716120.
- Brooks, A. S., Yellen, J. E., Potts, R., Behrensmeier, A. K., Deino, A. L., Leslie, D. E., Ambrose, S. H. e outros. 2018.** "Long-Distance Stone Transport and Pigment Use in the Earliest Middle Stone Age." *Science* 360(6384): 90–94.
- Brooks, B. A., Hoff, K., e Pandey, P. 2018.** "Cultural Impediments to Learning to Cooperate: An Experimental Study of High- and Low-Caste Men in Rural India." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 115(45): 11385–11392.
- Brooks, J. S., Waring, T. M., Borgerhoff Mulder, M., e Richerson, P. J. 2018.** "Applying Cultural Evolution to Sustainability Challenges: An Introduction to the Special Issue." *Sustainability Science* 13(1): 1–8.
- Broom, D. 2023.** "These Are the World's Biggest Trading Blocs." Fórum Económico Mundial. <https://www.weforum.org/agenda/2023/04/growth-summit-2023-world-biggest-trading-blocs/>. Acedido em 20 de novembro de 2023.
- Brovkin, V., Brook, E., Williams, J. W., Bathiany, S., Lenton, T. M., Barton, M., DeConto, R. M., e outros. 2021.** "Past Abrupt Changes, Tipping Points and Cascading Impacts in the Earth System." *Nature Geoscience* 14(8): 550–558.
- Brown, A. L., Imai, T., Vieider, F., e Camerer, C. A publicar.** "Meta-Analysis of Empirical Estimates of Loss-Aversion." *Journal of Economic Literature*.
- Brown, G., e Susskind, D. 2020.** "International Cooperation During the Covid-19 Pandemic." *Oxford Review of Economic Policy* 36(Supplement 1): S64–S76.

- Brown, G., El-Arian, M. A., e Spence, M. 2023.** *Permacrisis: A Plan to Fix a Fractured World*. Londres: Simon & Schuster.
- Brown, T. C., e Kroll, S. 2021.** "Inequality Hinders Group Efforts to Avoid Environmental Disasters." *Q Open* 1(1).
- Bruhlin, A., Fehr, E., e Schunk, D. 2018.** "The Many Faces of Human Sociality: Uncovering the Distribution and Stability of Social Preferences." *Journal of the European Economic Association* 17(4): 1025–1069.
- Brumme, A., e Rübbelke, D. 2023.** "Minimum Participation Requirements and the Role of Co-Benefits in International Climate Policy." *Frontiers in Environmental Economics* 1: 1106186.
- Bryan, C. J., Tipton, E., e Yeager, D. S. 2021.** "Behavioural Science Is Unlikely to Change the World without a Heterogeneity Revolution." *Nature Human Behaviour* 5(8): 980–989.
- Bryan, K. A., e Williams, H. L. 2021.** "Innovation: Market Failures and Public Policies." In Ho, K., Hortaçsu, A. e Lizzeri, A., (eds.), *Handbook of Industrial Organization*. Elsevier.
- Bryant, J., Child, F., Espinosa, J., Dorn, E., Hall, S., Schmutz, D., Kola-Oyenyin, T., e outros. 2022.** "How Covid-19 Caused a Global Learning Crisis." McKinsey & Company, Seattle, WA.
- Buchan, N. R., Brewer, M. B., Grimalda, G., Wilson, R. K., Fatas, E., e Foddy, M. 2011.** "Global Social Identity and Global Cooperation." *Psychological Science* 22(6): 821–828.
- Buchan, N. R., Grimalda, G., Wilson, R., Brewer, M., Fatas, E., e Foddy, M. 2009.** "Globalization and Human Cooperation." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 106(11): 4138–4142.
- Buchanan, A. 2020.** *Our Moral Fate: Evolution and the Escape from Tribalism*. Cambridge, MA: MIT Press.
- Buchanan, A. 2021.** "The Perpetual Struggle: How the Coevolution of Hierarchy and Resistance Drives the Evolution of Morality and Institutions." *Social Philosophy and Policy* 38(2): 232–260.
- Buchanan, A., e Powell, R. 2018.** *The Evolution of Moral Progress: A Biocultural Theory*. Oxford, Reino Unido: Oxford University Press.
- Buchholz, W., e Peters, W. 2005.** "A Rawlsian Approach to International Cooperation." *Kyklos* 58(1): 25–44.
- Buchholz, W., e Rübbelke, D. 2017.** *The Theory of Externalities and Public Goods: Essays in Memory of Richard C. Cornes*. Springer.
- Buchholz, W., e Rübbelke, D. 2019.** "International Environmental Problems." *Foundations of Environmental Economics*. Cham, Switzerland: Springer International Publishing.
- Buchholz, W., e Sandler, T. 2017.** "Successful Leadership in Global Public Good Provision: Incorporating Behavioural Approaches." *Environmental and Resource Economics* 67(3): 591–607.
- Buchholz, W., e Sandler, T. 2021.** "Global Public Goods: A Survey." *Journal of Economic Literature* 59(2): 488–545.
- Buchholz, W., Peters, W., e Ufert, A. 2018.** "International Environmental Agreements on Climate Protection: A Binary Choice Model with Heterogeneous Agents." *Journal of Economic Behavior & Organization* 154: 191–205.
- Buckley, P., Majumdar, R. 2018.** "The Services Powerhouse: Increasingly Vital to World Economic Growth." Deloitte Insights. <https://www2.deloitte.com/content/dam/Deloitte/my/Documents/risk/my-risk-sdg-8-the-services-powerhouse-increasingly-vital-to-world-economic-growth.pdf>.
- Budish, E., Kettler, H., Kominers, S. D., Osland, E., Prendergast, C., e Torkelson, A. A. 2022.** "Distributing a Billion Vaccines: COVAX Successes, Challenges, and Opportunities." *Oxford Review of Economic Policy* 38(4): 941–974.
- Buggle, J. C. 2017.** "Irrigation, Collectivism and Long-Run Technological Divergence" *Cahiers de Recherches Economiques du Département d'économie 17.06*, Université de Lausanne, Faculté des HEC, Département d'économie.
- Buhaug, H., e Gleditsch, K. S. 2008.** "Contagion or Confusion? Why Conflicts Cluster in Space." *International Studies Quarterly* 52(2): 215–233.
- Bulkeley, H. 2005.** "Reconfiguring Environmental Governance: Towards a Politics of Scales and Networks." *Political Geography* 24(8): 875–902.
- Bulkeley, H., e Newell, P. 2023.** *Governing Climate Change*. Abingdon, Reino Unido: Routledge.
- Bullen, M., Heriot, G. S., e Jamrozik, E. 2023.** "Herd Immunity, Vaccination and Moral Obligation." *Journal of Medical Ethics* 49: 636–641.
- Bumann, S. 2021.** "What Are the Determinants of Public Support for Climate Policies? A Review of the Empirical Literature." *Review of Economics* 72(3): 213–228.
- Burch, S., Gupta, A., Inoue, C. Y. A., Kalfagianni, A., Persson, Å., Gerlak, A. K., Ishii, A., e outros. 2019.** "New Directions in Earth System Governance Research." *Earth System Governance* 1: 100006.
- Burgess, M. G., Pielke, R., e Ritchie, J. 2022.** "Catastrophic Climate Risks Should Be Neither Understated nor Overstated." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 119(42): e2214347119.
- Burgio, G., Gómez, S., e Arenas, A. 2023.** "Spreading Dynamics in Networks under Context-Dependent Behavior." *Physical Review E* 107(6): 064304.
- Burke, W. T. 1991.** "Anadromous Species and the New International Law of the Sea." *Ocean Development & International Law* 22(2): 95–131.
- Burkholder, B., Wadood, Z., Kassem, A. M., Ehrhardt, D., e Zomahoun, D. 2023.** "The Immediate Impact of the Covid-19 Pandemic on Polio Immunization and Surveillance Activities." *Vaccine* 41: A2–A11.
- Bursztnyn, L., e Jensen, R. 2017.** "Social Image and Economic Behavior in the Field: Identifying, Understanding, and Shaping Social Pressure." *Annual Review of Economics* 9(1): 131–153.
- Bursztnyn, L., e Yang, D. Y. 2022.** "Misperceptions About Others." *Annual Review of Economics* 14(1): 425–452.
- Bursztnyn, L., Cappelen, A. W., Tungodden, B., Voena, A., e Yanagizawa-Drott, D. H. 2023.** "How Are Gender Norms Perceived?" Documento de Trabalho 31049, National Bureau of Economic Research, Cambridge, MA.
- Bursztnyn, L., Egorov, G., e Fiorin, S. 2020.** "From Extreme to Mainstream: The Erosion of Social Norms." *American Economic Review* 110(11): 3522–3548.
- Bursztnyn, L., González, A. L., e Yanagizawa-Drott, D. 2020.** "Misperceived Social Norms: Women Working Outside the Home in Saudi Arabia." *American Economic Review* 110(10): 2997–3029.
- Burton-Chellew, M. N. 2022.** "The Restart Effect in Social Dilemmas Shows Humans Are Self-Interested Not Altruistic." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 119(49): e2210082119.
- Burton-Chellew, M. N., e West, S. A. 2021.** "Payoff-Based Learning Best Explains the Rate of Decline in Cooperation across 237 Public-Goods Games." *Nature Human Behaviour* 5(10): 1330–1338.
- Burton-Chellew, M. N., El Mouden, C., e West, S. A. 2016.** "Conditional Cooperation and Confusion in Public-Goods Experiments." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 113(5): 1291–1296.
- Burton-Chellew, M. N., El Mouden, C., e West, S. A. 2017.** "Social Learning and the Demise of Costly Cooperation in Humans." *Proceedings of the Royal Society B: Biological Sciences* 284(1853): 20170067.
- Burton-Chellew, M. N., Nax, H. H., e West, S. A. 2015.** "Payoff-Based Learning Explains the Decline in Cooperation in Public Goods Games." *Proceedings of the Royal Society B: Biological Sciences* 282(1801): 20142678.
- Buyalskaya, A., Gallo, M., e Camerer, C. F. 2021.** "The Golden Age of Social Science." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 118(5): e2002923118.
- Cable, J., Fauci, A., Dowling, W. E., Günther, S., Beníte, D. A., Yadav, P. D., Madoff, L. C., e outros. 2022.** "Lessons from the Pandemic: Responding to Emerging Zoonotic Viral Diseases—a Keystone Symposia Report." *Annals of the New York Academy of Sciences* 1518(1): 209–225.
- Caicedo, F. V., Dohmen, T., e Pendorfer, A. 2023.** "Religion and Cooperation across the Globe." *Disponível em SSRN 4371971*. SSRN.
- Caillon, S., Cullman, G., Verschuuren, B., e Sterling, E. J. 2017.** "Moving Beyond the Human–Nature Dichotomy through Biocultural Approaches Including Ecological Well-Being in Resilience Indicators." *Ecology and Society* 22(4).
- Cairney, P., Timonina, I., e Stephan, H. 2023.** "How Can Policy and Policymaking Foster Climate Justice? A Qualitative Systematic Review." *Open Research Europe* 3: 51.

- Callen, M., Weigel, J. L., e Yuchtman, N. 2023.** "Experiments About Institutions." Documento de Trabalho 31964, National Bureau of Economic Research, Cambridge, MA.
- Caluwaerts, D., Bernaerts, K., Kesberg, R., Smets, L., e Spruyt, B. 2023.** "Deliberation and Polarization: A Multi-Disciplinary Review." *Frontiers in Political Science* 5.
- Camarena, J. A., Galeano, L., Morano, L., Puig, J., Riera-Crichton, D., Vegh, C., Venturi, L., e Vuletin, G. 2022.** "Fooled by the Cycle: Permanent *Versus* Cyclical Improvements in Social Indicators." *Journal of International Money and Finance* 127: 102670.
- Camerer, C. F., Dreber, A., Forsell, E., Ho, T.-H., Huber, J., Johannesson, M., Kirchler, M., e outros. 2016.** "Evaluating Replicability of Laboratory Experiments in Economics." *Science* 351(6280): 1433–1436.
- Camerer, C. F., Dreber, A., Holzmeister, F., Ho, T.-H., Huber, J., Johannesson, M., Kirchler, M., e outros. 2018.** "Evaluating the Replicability of Social Science Experiments in Nature and Science between 2010 and 2015." *Nature Human Behaviour* 2(9): 637–644.
- Camerer, C. F., Ho, T.-H., e Chong, J. K. 2015.** "A Psychological Approach to Strategic Thinking in Games." *Current Opinion in Behavioral Sciences* 3: 157–162.
- Camerer, C., Babcock, L., Loewenstein, G., e Thaler, R. 1997.** "Labor Supply of New York City Cabdrivers: One Day at a Time." *The Quarterly Journal of Economics* 112(2): 407–441.
- Camerer, C., Loewenstein, G., e Prelec, D. 2005.** "Neuroeconomics: How Neuroscience Can Inform Economics." *Journal of Economic Literature* 43(1): 9–64.
- Campante, F., Depetris-Chauvin, E., e Durante, R. 2024.** "The Virus of Fear: The Political Impact of Ebola in the United States." *American Economic Journal: Applied Economics* 16(1): 480–509.
- Campos, E. J., Lien, D., e Pradhan, S. 1999.** "The Impact of Corruption on Investment: Predictability Matters." *World Development* 27(6): 1059–1067.
- Cann, H. W., e Raymond, L. 2018.** "Does Climate Denialism Still Matter? The Prevalence of Alternative Frames in Opposition to Climate Policy." *Environmental Politics* 27(3): 433–454.
- Caparrós, A., e Finus, M. 2020a.** "The Corona-Pandemic: A Game-Theoretic Perspective on Regional and Global Governance." *Environmental and Resource Economics* 76(4): 913–927.
- Caparrós, A., e Finus, M. 2020b.** "Public Good Agreements under the Weakest-Link Technology." *Journal of Public Economic Theory* 22(3): 555–582.
- Cappelen, A. W., Enke, B., e Tungodden, B. 2022.** "Moral Universalism: Global Evidence." Documento de Trabalho 30157, National Bureau of Economic Research, Cambridge, MA.
- Capraro, V., e Perc, M. 2021.** "Mathematical Foundations of Moral Preferences." *Journal of The Royal Society Interface* 18(175): 20200880.
- Capraro, V., Jagfeld, G., Klein, R., Mul, M., e de Pol, I. v. 2019.** "Increasing Altruistic and Cooperative Behaviour with Simple Moral Nudges." *Scientific Reports* 9(1): 11880.
- Carattini, S., Levin, S., e Tavoni, A. 2019.** "Cooperation in the Climate Commons." *Review of Environmental Economics and Policy* 13(2): 227–247.
- Card, D., Chang, S., Becker, C., Mendelsohn, J., Voigt, R., Boustan, L., Abramitzky, R., e Jurafsky, D. 2022.** "Computational Analysis of 140 Years of US Political Speeches Reveals More Positive but Increasingly Polarized Framing of Immigration." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 119(31): e2120510119.
- Carleton, T., e Greenstone, M. 2022.** "A Guide to Updating the US Government's Social Cost of Carbon." *Review of Environmental Economics and Policy* 16(2): 196–218.
- Carleton, T., Jina, A., Delgado, M., Greenstone, M., Houser, T., Hsiang, S., Hultgren, A., e outros. 2022.** "Valuing the Global Mortality Consequences of Climate Change Accounting for Adaptation Costs and Benefits." *The Quarterly Journal of Economics* 137(4): 2037–2105.
- Carlson, R. W., Bigman, Y. E., Gray, K., Ferguson, M. J., e Crockett, M. J. 2022.** "How Inferred Motives Shape Moral Judgements." *Nature Reviews Psychology* 1(8): 468–478.
- Carlson, R. W., Bigman, Y. E., Gray, K., Ferguson, M. J., e Crockett, M. J. 2022.** "How Inferred Motives Shape Moral Judgements." *Nature Reviews Psychology* 1(8): 468–478.
- Carlson, T. N., e Hill, S. J. 2022.** "Experimental Measurement of Misperception in Political Beliefs." *Journal of Experimental Political Science* 9(2): 241–254.
- Carlsson, F., e Johansson-Stenman, O. 2012.** "Behavioral Economics and Environmental Policy." *Annual Review of Resource Economics* 4(1): 75–99.
- Carlsson, F., Gravert, C., Johansson-Stenman, O., e Kurz, V. 2021.** "The Use of Green Nudges as an Environmental Policy Instrument." *Review of Environmental Economics and Policy* 15(2): 216–237.
- Carton, B., Mongardini, M. J., e Li, Y. 2018.** "A New Smartphone for Every Fifth Person on Earth: Quantifying the New Tech Cycle." Documento de Trabalho 2018/022, Fundo Monetário Internacional, Washington, DC.
- Carugati, F., e Levi, M. 2021.** *A Moral Political Economy: Present, Past, and Future*. Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press.
- Carvalho, J.-P., Bergeron, A., Henrich, J., Nun, N., e Weigel, J. 2023.** "Zero-Sum Thinking, the Evolution of Effort Suppressing Beliefs, and Economic Development." Documento de Trabalho 31663, National Bureau of Economic Research, Cambridge, MA.
- Carvalho, M., Dechezleprêtre, A., e Glachant, M. 2017.** "Understanding the Dynamics of Global Value Chains for Solar Photovoltaic Technologies." *Economic Research Working Paper 40*. Organização Mundial da Propriedade Intelectual, Genebra.
- Casari, M., e Tagliapietra, C. 2018.** "Group Size in Social-Ecological Systems." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 115(11): 2728–2733.
- Cashore, B., e Bernstein, S. 2023.** "Bringing the Environment Back In: Overcoming the Tragedy of the Diffusion of the Commons Metaphor." *Perspectives on Politics* 21(2): 478–501.
- Cason, T. N., e Mui, V.-L. 1998.** "Social Influence in the Sequential Dictator Game." *Journal of Mathematical Psychology* 42(2): 248–265.
- Cavalli-Sforza, L. L., e Feldman, M. W. 1981.** *Cultural Transmission and Evolution: A Quantitative Approach*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Centola, D., e Baronchelli, A. 2015.** "The Spontaneous Emergence of Conventions: An Experimental Study of Cultural Evolution." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 112(7): 1989–1994.
- Centola, D., Becker, J., Brackbill, D., e Baronchelli, A. 2018.** "Experimental Evidence for Tipping Points in Social Convention." *Science* 360(6393): 1116–1119.
- Cerra, V., Fatás, A., e Saxena, S. C. 2023.** "Hysteresis and Business Cycles." *Journal of Economic Literature* 61(1): 181–225.
- Cesarini, D., Dawes, C. T., Fowler, J. H., Johannesson, M., Lichtenstein, P., e Wallace, B. 2008.** "Heritability of Cooperative Behavior in the Trust Game." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 105(10): 3721–3726.
- Cevik, S. 2023.** "Long Live Globalization: Geopolitical Shocks and International Trade." Documento de Trabalho 2023/225, Fundo Monetário Internacional, Washington, DC.
- Chan, N. W. 2019.** "Funding Global Environmental Public Goods through Multilateral Financial Mechanisms." *Environmental Resource Economics* 73(2): 515–531.
- Chancel, L., Piketty, T., Saez, E., e Zucman, G. 2022.** *World Inequality Report 2022*. Paris: World Inequality Lab.
- Chang, T. Y., Jacobson, M., Shah, M., Kopetsky, M., Pramanik, R., e Shah, S. B. 2023.** "Reminders, but Not Monetary Incentives, Increase Covid-19 Booster Uptake." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 120(31): e2302725120.
- Chapman, J., Dean, M., Ortoleva, P., Snowberg, E., e Camerer, C. 2023.** "Willingness to Accept, Willingness to Pay, and Loss Aversion." National Bureau of Economic Research.
- Charité, J., Fisman, R., Kuziemko, I., e Zhang, K. 2022.** "Reference Points and Redistributive Preferences: Experimental Evidence." *Journal of Public Economics* 216: 104761.
- Charness, G., e Chen, Y. 2020.** "Social Identity, Group Behavior, and Teams." *Annual Review of Economics* 12(1): 691–713.
- Charness, G., e Rabin, M. 2002.** "Understanding Social Preferences with Simple Tests." *The Quarterly Journal of Economics* 117(3): 817–869.
- Charness, G., e Sutter, M. 2012.** "Groups Make Better Self-Interested Decisions." *Journal of Economic Perspectives* 26(3): 157–176.
- Chater, N., e Loewenstein, G. 2022.** "The I-Frame and the S-Frame: How Focusing on Individual-Level Solutions Has Led Behavioral Public Policy Astray." *Behavioral and Brain Sciences*: 1–60.
- Chaudhary, N., Salali, G. D., Thompson, J., Dyble, M., Page, A., Smith, D., Mace, R., e Migliano, A. B. 2015.** "Polygyny without Wealth: Popularity in Gift Games

- Predicts Polygyny in Bayaka Pygmies." *Royal Society open science* 2(5): 150054.
- Checkel, J. T. 1998.** "The Constructive Turn in International Relations Theory." *World Politics* 50(2): 324–348.
- Chen, C., e Zeckhauser, R. 2018.** "Collective Action in an Asymmetric World." *Journal of Public Economics* 158: 103–112.
- Chen, M. W., Mrkaic, M. M., e Nabar, M. M. S. 2019.** "The Global Economic Recovery 10 Years after the 2008 Financial Crisis." Documento de trabalho N.º 2019/083, Fundo Monetário Internacional, Washington, DC.
- Chepeliev, M., Osorio-Rodarte, I., e van der Mensbrugghe, D. 2021.** "Distributional Impacts of Carbon Pricing Policies under the Paris Agreement: Inter and Intra-Regional Perspectives." *Energy Economics* 102: 105530.
- Chernyak-Hai, L., e Davidai, S. 2022.** "Do Not Teach Them How to Fish": The Effect of Zero-Sum Beliefs on Help Giving." *Journal of Experimental Psychology: General*.
- Chetty, R. 2015.** "Behavioral Economics and Public Policy: A Pragmatic Perspective." *American Economic Review* 105(5): 1–33.
- Chetty, R., Friedman, J. N., e Saez, E. 2013.** "Using Differences in Knowledge across Neighborhoods to Uncover the Impacts of the Eitc on Earnings." *American Economic Review* 103(7): 2683–2721.
- Chinn, S., Hart, P. S., e Soroka, S. 2020.** "Politicization and Polarization in Climate Change News Content, 1985–2017." *Science Communication* 42(1): 112–129.
- Chinoy, S., Nunn, N., Sequeira, S., e Stantcheva, S. 2023.** "Zero-Sum Thinking and the Roots of US Political Divides." Documento de Trabalho 31688, National Bureau of Economic Research, Cambridge, MA.
- Choi, V. K., Shrestha, S., Pan, X., e Gelfand, M. J. 2022.** "When Danger Strikes: A Linguistic Tool for Tracking America's Collective Response to Threats." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 119(4): e2113891119.
- Chowdhury, J. S., Wahab, H. A., Mohd Saad, M. R., Roy, P. K., Hamidi, M., e Ahmad, M. M. 2021.** "Ubuntu Philosophy: 'I Am Because We Are' – a Road to 'Individualism' to Global Solidarity." In Wahab, H. A., Chowdhury, J. S., Ah, S. H. B. a. B., e Mohd Saad, M. R., (eds.), *Handbook of Research on the Impact of Covid-19 on Marginalized Populations and Support for the Future*. Hershey, PA: IGI Global.
- Chowdhury, S. M., e Topolyan, I. 2016.** "The Attack-and-Defense Group Contests: Best Shot Versus Weakest Link." *Economic Inquiry* 54(1): 548–557.
- Chuang, F., Manley, E., e Petersen, A. 2020.** "The Role of Worldviews in the Governance of Sustainable Mobility." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 117(8): 4034–4042.
- Chudek, M., Brosseau-Liard, P., Birch, S., e Henrich, J. 2013.** "Culture-Gene Coevolutionary Theory and Children's Selective Social Learning." In Banaji, M. R. e Gelman, S. A., (eds.), *Navigating the Social World: What Infants, Children, and Other Species Can Teach Us*. Oxford University Press.
- Chudek, M., Heller, S., Birch, S., e Henrich, J. 2012.** "Prestige-Biased Cultural Learning: Bystander's Differential Attention to Potential Models Influences Children's Learning." *Evolution and Human Behavior* 33(1): 46–56.
- Cialdini, R. B., Kallgren, C. A., e Reno, R. R. 1991.** "A Focus Theory of Normative Conduct: A Theoretical Refinement and Reevaluation of the Role of Norms in Human Behavior." In Zanna, M. P., (ed.) *Advances in Experimental Social Psychology*. Cambridge, MA: Academic Press.
- Cianconi, P., Hanife, B., Grillo, F., Lesmana, C. B. J., e Janiri, L. 2023.** "Eco-Emotions and Psychoterratic Syndromes: Reshaping Mental Health Assessment under Climate Change." *The Yale Journal of Biology and Medicine* 96(2): 211.
- Claessens, S., Fischer, K., Chaudhuri, A., Sibley, C. G., e Atkinson, Q. D. 2020.** "The Dual Evolutionary Foundations of Political Ideology." *Nature Human Behaviour* 4(4): 336–345.
- Claessens, S., Sibley, C. G., Chaudhuri, A., e Atkinson, Q. D. 2023.** "Cooperative and Conformist Behavioural Preferences Predict the Dual Dimensions of Political Ideology." *Scientific Reports* 13(1): 4886.
- Clapp, J. 2021.** "The Problem with Growing Corporate Concentration and Power in the Global Food System." *Nature Food* 2(6): 404–408.
- Clapp, J. 2023.** "Concentration and Crises: Exploring the Deep Roots of Vulnerability in the Global Industrial Food System." *The Journal of Peasant Studies* 50(1): 1-25.
- Clapp, P. 2023.** "The Disproportionate Impact of the Covid-19 Pandemic on Women in the Workforce." [Webinar]. 14 de fevereiro. U.S. Census Bureau and the Local Employment Dynamics Partnership. <https://www.census.gov/data/academy/webinars/2023/impact-of-the-covid-19-pandemic-on-women-in-the-workforce.html>.
- Clark, C. J., Connor, P., e Isch, C. 2023.** "Failing to Replicate Predicts Citation Declines in Psychology." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 120(29): e2304862120.
- Clark, H., Cárdenas, M., Dybul, M., Kazatchkine, M., Liu, J., Miliband, D., Nordström, A., Sudan, P., Zedillo, E., Obaid, T., McCarney, R., Radin, E., Elias, M. K., McNab, C., Legido-Quigley, H., Sirleaf, E. J. 2022.** "Transforming or Tinkering: The World Remains Unprepared for the Next Pandemic Threat." *The Lancet* 399(10340): 1995–1999.
- Clark, W. C. e Harley, A. G. 2020.** "Sustainability Science: Toward a Synthesis." *Annual Review of Environment and Resources* 45(1): 331-386.
- Clavin, P. 2013.** *Securing the World Economy: The Reinvention of the League of Nations, 1920-1946*. Nova Iorque: Oxford University Press.
- Clayton, S., e Karazsia, B. T. 2020.** "Development and Validation of a Measure of Climate Change Anxiety." *Journal of Environmental Psychology* 69: 101434.
- Clement, V., Rigaud, K. K., De Sherbinin, A., Jones, B., Adamo, S., Schewe, J., Sadiq, N., e Shabahat, E. 2021.** *Groundswell Part 2: Acting on Internal Climate Migration*. Washington, DC: Banco Mundial.
- Cliffe, S., Dwan, R., Wainaina, B., e Zamore, L. 2023.** "The Number of Countries with Coups D'etats and Other Constitutional Changes in Government Is Rising: How Should Donors Stay Engaged?" Nova Iorque, NY: Centro de Cooperação Internacional, Universidade de Nova Iorque.
- Clifton, J. 2022.** *Blind Spot: The Global Rise of Unhappiness and How Leaders Missed It*. Washington, DC: Gallup Press.
- Cohen, B., Cowie, A., Babiker, M., Leip, A., e Smith, P. 2021.** "Co-Benefits and Trade-Offs of Climate Change Mitigation Actions and the Sustainable Development Goals." *Sustainable Production and Consumption* 26: 805–813.
- Cohen, J. 1988.** *Statistical Power Analysis for the Behavioral Sciences*. Nova Iorque: Routledge.
- Cohen, J. 2023.** "Polio Eradication Effort Struggles with End Game." *Science* 381(6664): 1271–1272.
- Cohn, A., Fehr, E., e Maréchal, M. A. 2014.** "Business Culture and Dishonesty in the Banking Industry." *Nature* 516(7529): 86–89.
- Cohn, A., Fehr, E., e Maréchal, M. A. 2019.** "Selective Participation May Undermine Replication Attempts." *Nature* 575(7782): E1-E2.
- Cohn, A., Gesche, T., e Maréchal, M. A. 2022.** "Honesty in the Digital Age." *Management Science* 68(2): 827–845.
- Cohn, A., Jessen, L. J., Klačnja, M., e Smeets, P. 2023.** "Wealthy Americans and Redistribution: The Role of Fairness Preferences." *Journal of Public Economics* 225: 104977.
- Cohn, A., Maréchal, M. A., Tannenbaum, D., e Zünd, C. L. 2019.** "Civic Honesty around the Globe." *Science* 365(6448): 70–73.
- Cointe, B., e Guillemot, H. A publicar.** "A History of the 1.5°C Target." *WIREs Climate Change*.
- Colgan, J. D., e Hinthorn, M. 2023.** "International Energy Politics in an Age of Climate Change." *Annual Review of Political Science* 26(1): 79–96.
- Colgan, J. D., e Keohane, R. O. 2017.** "The Liberal Order Is Rigged: Fix It Now or Watch It Wither." *Foreign Affairs* 96(3): 36–44.
- Colleran, H. 2016.** "The Cultural Evolution of Fertility Decline." *Philosophical Transactions of the Royal Society B: Biological Sciences* 371(1692): 20150152.
- Collins, A., Florin, M.-V., e Renn, O. 2020.** "Covid-19 Risk Governance: Drivers, Responses and Lessons to Be Learned." *Journal of Risk Research* 23(7–8): 1073–1082.
- Colnaghi, M., Santos, F. P., Van Lange, P. A. M., e Balliet, D. 2023.** "Adaptations to Infer Fitness Interdependence Promote the Evolution of Cooperation." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 120(50): e2312242120.

- Conceição, P., e Kim, N. 2014.** "The Asymmetric Impact of Growth Fluctuation on Human Development: Evidence from Correlates of Growth Decelerations and Accelerations." *The Journal of Developing Areas* 48(3): 31–45.
- Conceição, P., e Mendoza, R. U. 2006.** "Identifying High-Return Investments." In Kaul, I. e Conceição, P., (eds.), *The New Public Finance: Responding to Global Challenges*. Nova Iorque: Oxford University Press.
- Conceição, P., Kim, N., e Zhang, Y. 2010.** "Overview: Economic Crises and Human Development." *Estudios Económicos* 25(1): 37–62.
- Conceição, P., Mukherjee, S., e Nayyar, S. 2011.** "Impacts of the Economic Crisis on Human Development and the MDGs in Africa." *African Development Review* 23(4): 439–460.
- Connaughton, A., e Moncus, J. J. 2020.** "Around the World, People Who Trust Others Are More Supportive of International Cooperation." <https://www.pewresearch.org/short-reads/2020/12/15/around-the-world-people-who-trust-others-are-more-supportive-of-international-cooperation/>. Acedido em 2 de junho de 2023.
- Conrad, R., e Lutter, R. 2019.** "Generic Competition and Drug Prices: New Evidence Linking Greater Generic Competition and Lower Genetic Drug Prices." Administração de Alimentos e Medicamentos dos EUA, Centro de Avaliação e Investigação de Medicamentos, Silver Spring, MD.
- Conradie, I., e Robeyns, I. 2013.** "Aspirations and Human Development Interventions." *Journal of Human Development and Capabilities* 14(4): 559–580.
- Constantino, S. M., e Weber, E. U. 2021.** "Decision-Making under the Deep Uncertainty of Climate Change: The Psychological and Political Agency of Narratives." *Current opinion in Psychology* 42: 151–159.
- Constantino, S. M., Sparkman, G., Kraft-Todd, G. T., Bicchieri, C., Centola, D., Shell-Duncan, B., Vogt, S., e Weber, E. U. 2022.** "Scaling up Change: A Critical Review and Practical Guide to Harnessing Social Norms for Climate Action." *Psychological Science in the Public Interest* 23(2): 50–97.
- Conti, P. 2021.** *Trauma: The Invisible Epidemic: How Trauma Works and How We Can Heal from It*. Boulder CO: Sounds True.
- Cookson, J. A., Fox, C., Gil-Bazo, J., Imbet, J. F., e Schiller, C. 2023.** "Social Media as a Bank Run Catalyst." <https://dx.doi.org/10.2139/ssrn.4422754>.
- Cooper, H., Gibbons-Neff, T., Schmitt, E., e Barnes, J. E. 2023.** "Troop Deaths and Injuries in Ukraine War near 500,000, U.S. Officials Say." *New York Times*, 18 de agosto <https://www.nytimes.com/2023/08/18/us/politics/ukraine-russia-war-casualties.html>.
- Copes, P. 1977.** "The Law of the Sea and Management of Anadromous Fish Stocks." *Ocean Development & International Law* 4(3): 233–259.
- Coppedge, M., Edgell, A. B., Knutsen, C. H., e Lindberg, S. I. 2022.** *Why Democracies Develop and Decline*. Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press.
- Coppedge, M., Gerring, J., Knutsen, C. H., Lindberg, S. I., Teorell, J., Alizada, N., Altman, D., e outros. 2022.** V-Dem Dataset v12. Varieties of Democracy (V-Dem) Project.
- Corat, S. G., e Raimondo, E., 2011.** "Gender Equality: A Global Public Good." *The UNESCO Courier* 64(2): 37–38.
- Cornelli, G., Frost, J., e Mishra, S. 2023.** "Artificial Intelligence, Services Globalisation and Income Inequality." Documento de Trabalho BIS 1135, Banco de Pagamentos Internacionais, Basileia, Suíça.
- Cornes, R., e Sandler, T. 1996.** *The Theory of Externalities, Public Goods, and Club Goods*. Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press.
- Corradi-Dell'Acqua, C., Civali, C., Rumiati, R. I., e Fink, G. R. 2013.** "Disentangling Self- and Fairness-Related Neural Mechanisms Involved in the Ultimatum Game: An fMRI Study." *Social Cognitive and Affective Neuroscience* 8(4): 424–431.
- Corradi-Dell'Acqua, C., Tusche, A., Vuilleumier, P., e Singer, T. 2016.** "Cross-Modal Representations of First-Hand and Vicarious Pain, Disgust and Fairness in Insular and Cingulate Cortex." *Nature Communications* 7(1): 10904.
- Cortinovis, N., Crescenzi, R., e Van Oort, F. 2020.** "Multinational Enterprises, Industrial Relatedness and Employment in European Regions." *Journal of Economic Geography* 20(5): 1165–1205.
- Coulibaly, M., Silwé, K. S., e Logan, C. 2018.** "Taking Stock Citizen Priorities and Assessments-Three Years into the SDGs." Documento de Política 51, Afrobarometer, Accra.
- Coulibaly, S. K., W., Zeufack, A. G., e Mattoo, A., 2022.** *Africa in the New Trade Environment: Market Access in Troubled Times*. Washington, DC: Banco Mundial.
- Conselho das Relações Externas. 2023.** "Women's Participation in Peace Processes." Washington DC. <https://www.cfr.org/womens-participation-in-peace-processes/>. Acedido em 15 de fevereiro de 2023.
- Cowell, F. 2003.** "Sticks and Carrots." Research Paper 68, London School of Economics, Suntory and Toyota International Centres for Economics and Related Disciplines, London.
- Cowls, J., Tsamados, A., Taddeo, M., e Floridi, L. 2021.** "The AI Gambit: Leveraging Artificial Intelligence to Combat Climate Change—Opportunities, Challenges, and Recommendations." *AI & Society* 38: 1-25.
- Coyle, D. 2023.** "Economic Progress and Adam Smith's Dilemma." *National Institute Economic Review* 265: 1–7.
- Crabtree, A. 2022.** "Looking Forward: Eco-Emotions, Planetary Pressures and Nature-Based Human Development." Documento de Referência para o Relatório do Desenvolvimento Humano de 2022/2021, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, Nova Iorque.
- Crawford, V. P. 2019.** "Experiments on Cognition, Communication, Coordination, and Cooperation in Relationships." *Annual Review of Economics* 11(1): 167–191.
- Crescenzi, R., e Harman, O. 2023.** *Harnessing Global Value Chains for Regional Development: How to Upgrade through Regional Policy, FDI and Trade*. Abingdon, Reino Unido: Taylor & Francis.
- Crescenzi, R., Dyèvre, A., e Neffke, F. 2022.** "Innovation Catalysts: How Multinationals Reshape the Global Geography of Innovation." *Economic Geography* 98(3): 199–227.
- Creutzig, F., Acemoglu, D., Bai, X., Edwards, P. N., Hintz, M. J., Kaack, L. H., Kilkis, S., e outros. 2022.** "Digitalization and the Anthropocene." *Annual Review of Environment and Resources* 47: 479–509.
- Crisp, R. J., Hewstone, M., e Rubin, M. 2001.** "Does Multiple Categorization Reduce Intergroup Bias?" *Personality and Social Psychology Bulletin* 27(1): 76–89.
- Croasdale, K., Grailey, K., Jennings, N., Mole, J., e Lawrance, E. L. 2023.** "Planning for the Perfect Storm: Perceptions of UK Mental Health Professionals on the Increasing Impacts of Climate Change on Their Service Users." *The Journal of Climate Change and Health* 13: 100253.
- Crona, B., Folke, C., e Galaz, V. 2021.** "The Anthropocene Reality of Financial Risk." *One Earth* 4(5): 618–628.
- Cukier, K., Mayer-Schönberger, V., e de Véricourt, F. 2022.** *Framers: Human Advantage in an Age of Technology and Turmoil*. Londres: Penguin.
- Curry, O. S., Mullins, D. A., e Whitehouse, H. 2019.** "Is It Good to Cooperate?: Testing the Theory of Morality-as-Cooperation in 60 Societies." *Current Anthropology* 60(1): 47–69.
- Cutler, J., e Campbell-Meiklejohn, D. 2019.** "A Comparative fMRI Meta-Analysis of Altruistic and Strategic Decisions to Give." *NeuroImage* 184: 227–241.
- d'Adda, G., Dufwenberg, M., Passarelli, F., e Tabellini, G. 2020.** "Social Norms with Private Values: Theory and Experiments." *Games and Economic Behavior* 124: 288–304.
- Dahl, R. A. 1957.** "The Concept of Power." *Behavioral Science* 2(3): 201–215.
- Dal Bó, P., e Fréchette, G. R. 2018.** "On the Determinants of Cooperation in Infinitely Repeated Games: A Survey." *Journal of Economic Literature* 56(1): 60–114.
- Dalby, S. 2020.** *Anthropocene Geopolitics: Globalization, Security, Sustainability*. Ottawa: University of Ottawa Press.
- Daley, F., Newell, P., e Twena, M. 2022.** *Changing Our Ways: Behaviour Change and the Climate Crisis*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Dallas, M. P., Ponte, S., e Sturgeon, T. J. 2019.** "Power in Global Value Chains." *Review of International Political Economy* 26(4): 666–694.
- Daly, M., e Macchia, L. 2023.** "Global Trends in Emotional Distress." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 120(14): e2216207120.
- Dance, S. 2023.** "Earth Passed a Feared Global Warming Milestone Friday, at Least Briefly." *The Washington Post*, 19 de novembro. <https://www.washingtonpost.com/climate-environment/2023/11/19/climate-change-2c-temperature-heat-record/>.

- Dang, H.-A. H., e Nguyen, C. V. 2021.** "Gender Inequality During the Covid-19 Pandemic: Income, Expenditure, Savings, and Job Loss." *World Development* 140: 105296.
- Dannenberg, A., e Barrett, S. 2018.** "Cooperating to Avoid Catastrophe." *Nature Human Behaviour* 2(7): 435–437.
- Dannenberg, A., e Gallier, C. 2020.** "The Choice of Institutions to Solve Cooperation Problems: A Survey of Experimental Research." *Experimental Economics* 23(3): 716–749.
- Dannenberg, A., Lumkowsky, M., Carlton, E. K., e Victor, D. G. 2023.** "Naming and Shaming as a Strategy for Enforcing the Paris Agreement: The Role of Political Institutions and Public Concern." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 120(40): e2305075120.
- Darwin, J. 2007.** *After Tamerlane: The Global History of Empire since 1405*. Londres: Allen Lane, Penguin Books.
- Dasgupta, P., e David, P. A. 1994.** "Toward a New Economics of Science." *Research Policy* 23(5): 487–521.
- Dávalos, L. M., Austin, R. M., Balisi, M. A., Begay, R. L., Hofman, C. A., Kemp, M. E., Lund, J. R., e outros. 2020.** "Pandemics' Historical Role in Creating Inequality." *Science* 368(6497): 1322–1323.
- Davidai, S., e Ongis, M. 2019.** "The Politics of Zero-Sum Thinking: The Relationship between Political Ideology and the Belief That Life Is a Zero-Sum Game." *Science Advances* 5(12): eaay3761.
- Davidai, S., e Tepper, S. J. 2023.** "The Psychology of Zero-Sum Beliefs." *Nature Reviews Psychology*.
- Davidson, M. R., Filatova, T., Peng, W., Verbeek, L., e Kucuksayacigil, F. 2024.** "Simulating Institutional Heterogeneity in Sustainability Science." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 121(8): e2215674121.
- Davies, B., e Savulescu, J. 2019.** "Solidarity and Responsibility in Health Care." *Public Health Ethics* 12(2): 133–144.
- Davies, S., Petterson, T., e Öberg, M. 2023.** "Organized Violence 1989–2022, and the Return of Conflict between States?" *Journal of Peace Research* 60(4): 691–708.
- Davis, J. W. 2023.** "Better Than a Bet: Good Reasons for Behavioral and Rational Choice Assumptions in IR Theory." *European Journal of International Relations* 29(2): 476–500.
- Davis, J. W., e McDermott, R. 2021.** "The Past, Present, and Future of Behavioral IR." *International Organization* 75(1): 147–177.
- De Dreu, C. K. W., e Gross, J. 2019.** "Revisiting the Form and Function of Conflict: Neurobiological, Psychological, and Cultural Mechanisms for Attack and Defense within and between Groups." *Behavioral and Brain Sciences* 42: e116.
- De Dreu, C. K. W., Fariña, A., Gross, J., e Romano, A. 2022.** "Prosociality as a Foundation for Intergroup Conflict." *Current Opinion in Psychology* 44: 112–116.
- De Dreu, C. K., e Nijstad, B. A. 2008.** "Mental Set and Creative Thought in Social Conflict: Threat Rigidity Versus Motivated Focus." *Journal of Personality and Social Psychology* 95(3): 648.
- De Loecker, J., e Eeckhout, J. 2018.** "Global Market Power." Documento de Trabalho NBER 24768, National Bureau of Economic Research, Cambridge, MA.
- De Loecker, J., Eeckhout, J., e Unger, G. 2020.** "The Rise of Market Power and the Macroeconomic Implications." *The Quarterly Journal of Economics* 135(2): 561–644.
- De Maio, J. L. 2010.** "Is War Contagious? The Transnationalization of Conflict in Darfur." *African Studies Quarterly* 11(4): 25.
- De Vries, C. E. 2023.** "How Foundational Narratives Shape European Union Politics." *JCMS: Journal of Common Market Studies* 61(4): 867–881.
- De Vries, C. E., e Hoffmann, I. 2019.** *The Hopeful, the Fearful and the Furious: Polarization and the 2019 European Parliamentary Elections*. Gütersloh, Alemanha: Bertelsmann Stiftung.
- De Vries, C. E., Hobolt, S. B., e Walter, S. 2021.** "Politicizing International Cooperation: The Mass Public, Political Entrepreneurs, and Political Opportunity Structures." *International Organization* 75(2): 306–332.
- Dean, M., e Ortoleva, P. 2019.** "The Empirical Relationship between Nonstandard Economic Behaviors." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 116(33): 16262–16267.
- Dechezleprêtre, A., Fabre, A., Kruse, T., Planterose, B., Chico, A. S., e Stantcheva, S. 2022.** "Fighting Climate Change: International Attitudes toward Climate Policies." Documento de Trabalho 30265, National Bureau of Economic Research, Cambridge, MA.
- Decker, M. R., Wood, S. N., Thomas, H. L., Thiongo, M., Guiella, G., Fiacre, B., e outros. 2022.** "Violence against Women from Partners and Other Household Members during COVID-19 in Burkina Faso and Kenya." *BMC Public Health* 22(1): 1857.
- Degroot, D. 2022.** "Beyond Crisis and Collapse: Climate Change in Human History." Documento de Referência para o Relatório do Desenvolvimento Humano de 2021/2022, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, Nova Iorque.
- Degroot, D., Anchukaitis, K. J., Tierney, J. E., Riede, F., Manica, A., Moesswilde, E., e Gauthier, N. 2022.** "The History of Climate and Society: A Review of the Influence of Climate Change on the Human Past." *Environmental Research Letters* 17(10): 103001.
- Degroot, D., Anchukaitis, K., Bauch, M., Burnham, J., Carnegy, F., Cui, J., de Luna, K., e outros. 2021.** "Towards a Rigorous Understanding of Societal Responses to Climate Change." *Nature* 591(7851): 539–550.
- Deino, A. L., Behrensmeyer, A. K., Brooks, A. S., Yellen, J. E., Sharp, W. D. e Potts, R. 2018.** "Chronology of the Acheulean to Middle Stone Age Transition in Eastern Africa." *Science* 360(6384): 95–98.
- Deitelhoff, N. 2020.** "What's in a Name? Contestation and Backlash against International Norms and Institutions." *The British Journal of Politics and International Relations* 22(4): 715–727.
- Delhey, J., Boehnke, K., Dragolov, G., Ignácz, Z. S., Larsen, M., Lorenz, J., e Koch, M. 2018.** "Social Cohesion and Its Correlates: A Comparison of Western and Asian Societies." *Comparative Sociology* 17(3–4): 426–455.
- DellaVigna, S. 2009.** "Psychology and Economics: Evidence from the Field." *Journal of Economic Literature* 47(2): 315–372.
- DellaVigna, S., e Linos, E. 2022.** "RCTs to Scale: Comprehensive Evidence from Two Nudge Units." *Econometrica* 90(1): 81–116.
- DellaVigna, S., Kim, W., e Linos, E. 2022.** "Bottlenecks for Evidence Adoption." National Bureau of Economic Research.
- Dellmuth, L. M., e Tallberg, J. 2015.** "The Social Legitimacy of International Organisations: Interest Representation, Institutional Performance, and Confidence Extrapolation in the United Nations." *Review of International Studies* 41(3): 451–475.
- Dellmuth, L. M., e Tallberg, J. 2020.** "Why National and International Legitimacy Beliefs Are Linked: Social Trust as an Antecedent Factor." *The Review of International Organizations* 15: 311–337.
- Dellmuth, L. M., e Tallberg, J. 2021.** "Elite Communication and the Popular Legitimacy of International Organizations." *British Journal of Political Science* 51(3): 1292–1313.
- Dellmuth, L. M., Bender, F. A.-M., Jönsson, A. R., Rosvold, E. L., e von Uexkull, N. 2021.** "Humanitarian Need Drives Multilateral Disaster Aid." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 118(4): e2018293118.
- DeMarrais, E., e Earle, T. 2017.** "Collective Action Theory and the Dynamics of Complex Societies." *Annual Review of Anthropology* 46(1): 183–201.
- Demeritt, A., e Hoff, K. 2018.** "The Making of Behavioral Development Economics." *History of Political Economy* 50(S1): 303–322.
- Demeritt, A., e Hoff, K. 2023.** "Using Behavioral Economics to Reduce Poverty and Oppression." *Social Philosophy and Policy* 40(1): 185–209.
- Deng, H.-M., Liang, Q.-M., Liu, L.-J., e Anadon, L. D. 2018.** "Co-Benefits of Greenhouse Gas Mitigation: A Review and Classification by Type, Mitigation Sector, and Geography." *Environmental Research Letters* 12(12): 123001.
- Desmet, K., Ortuño-Ortín, I., e Wacziarg, R. 2017.** "Culture, Ethnicity, and Diversity." *American Economic Review* 107(9): 2479–2513.
- Comité de Desenvolvimento (Comité Ministerial Conjunto dos Conselhos de Governadores do Banco e do Fundo para a Transferência de Recursos Reais para os Países em Desenvolvimento). 2023.** "Statement by Mr. Mohamed Bin Hadi Al Hussain, DC Chair." DC/S/2023-0034, 12 de abril. https://www.mof.go.jp/english/policy/international_policy/imf/dc/20230412_1.pdf.

- Devetag, G., e Ortmann, A. 2007.** "When and Why? A Critical Survey on Coordination Failure in the Laboratory." *Experimental Economics* 10(3): 331–344.
- Dietz, T. e Whitley, C. T. 2018.** "Environmentalism, Norms, and Identity." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 115(49): 12334–12336.
- Dijk, E. v., e Dreu, C. K. W. D. 2021.** "Experimental Games and Social Decision Making." *Annual Review of Psychology* 72(1): 415–438.
- DiMaggio, P. 1997.** "Culture and Cognition." *Annual Review of Sociology* 23(1): 263–287.
- Dimaggio, P., e Markus, H. R. 2010.** "Culture and Social Psychology: Converging Perspectives." *Social Psychology Quarterly* 73(4): 347–352.
- Dimant, E. 2024.** "Hate Trumps Love: The Impact of Political Polarization on Social Preferences." *Management Science* 70(1): 1–31.
- Dimant, E., van Kleef, G. A., e Shalvi, S. 2020.** "Requiem for a Nudge: Framing Effects in Nudging Honesty." *Journal of Economic Behavior & Organization* 172: 247–266.
- DiMasi, J. A., Florez, M. I., Stergiopoulos, S., Peña, Y., Smith, Z., Wilkinson, M., e Getz, K. A. 2020.** "Development Times and Approval Success Rates for Drugs to Treat Infectious Diseases." *Clinical Pharmacology and Therapeutics* 107(2): 324–332.
- Dinesen, P. T. 2011.** "Where You Come from or Where You Live? Examining the Cultural and Institutional Explanation of Generalized Trust Using Migration as a Natural Experiment." *European Sociological Review* 29(1): 114–128.
- Dix-Carneiro, R., Pessoa, J. P., Reyes-Heroles, R., e Traiberman, S. 2023.** "Globalization, Trade Imbalances, and Labor Market Adjustment." *The Quarterly Journal of Economics* 138(2): 1109–1171.
- Dixit, A. 2003.** "Clubs with Entrapment." *American Economic Review* 93(5): 1824–1829.
- Doğan, G., Glowacki, L., e Rusch, H. 2022.** "Are Strangers Just Enemies You Have Not yet Met? Group Homogeneity, Not Intergroup Relations, Shapes Ingroup Bias in Three Natural Groups." *Philosophical Transactions of the Royal Society B: Biological Sciences* 377(1851): 20210419.
- Dollar, D., e Kraay, A. 2003.** "Institutions, Trade, and Growth." *Journal of Monetary Economics* 50(1): 133–162.
- Dollar, D., e Kraay, A. 2004.** "Trade, Growth, and Poverty." *The Economic Journal* 114(493): F22–F49.
- Došák, N., e Prakash, A. 2022.** "Three Faces of Climate Justice." *Annual Review of Political Science* 25(1): 283–301.
- Dom, R., Custers, A., Davenport, S., e Prichard, W. 2022.** *Innovations in Tax Compliance: Building Trust, Navigating Politics, and Tailoring Reform*. World Bank Publications.
- Doney, S. C., Busch, D. S., Cooley, S. R., e Kroeker, K. J. 2020.** "The Impacts of Ocean Acidification on Marine Ecosystems and Reliant Human Communities." *Annual Review of Environment and Resources* 45: 83–112.
- Dooley, K., Holz, C., Kartha, S., Klinsky, S., Roberts, J. T., Shue, H., Winkler, H., e outros. 2021.** "Ethical Choices Behind Quantifications of Fair Contributions under the Paris Agreement." *Nature Climate Change* 11(4): 300–305.
- Doosje, B., Ellemers, N., e Spears, R. 1995.** "Perceived Intragroup Variability as a Function of Group Status and Identification." *Journal of Experimental Social Psychology* 31(5): 410–436.
- Doran, R., Ogunbode, C. A., Böhm, G., e Gregersen, T. 2023.** "Exposure to and Learning from the IPCC Special Report on 1.5°C Global Warming, and Public Support for Climate Protests and Mitigation Policies." *NPJ Climate Action* 2(1): 11.
- Dorn, E., Hancock, B., Sarakatsannis, J., e Viruleg, E. 2021.** "Covid-19 and Education: The Lingering Effects of Unfinished Learning." McKinsey & Company, Seattle, WA.
- Doshi, R., Kelley, J. G., e Simmons, B. A. 2019.** "The Power of Ranking: The Ease of Doing Business Indicator and Global Regulatory Behavior." *International Organization* 73(3): 611–643.
- Dragolov, G., Ignácz, Z., Lorenz, J., Delhey, J., e Boehnke, K. 2013.** "Social Cohesion Radar: Measuring Common Ground: An International Comparison of Social Cohesion Methods Report." Gütersloh, Alemanha: Bertelsmann Stiftung.
- Druckman, J. N., e McGrath, M. C. 2019.** "The Evidence for Motivated Reasoning in Climate Change Preference Formation." *Nature Climate Change* 9(2): 111–119.
- Druckman, James N., Kang, S., Chu, J., N. Stagnaro, M., Voelkel, Jan G., Mernyk, Joseph S., Pink, Sophia L., e outros. 2023.** "Correcting Misperceptions of out-Partisans Decreases American Legislators' Support for Undemocratic Practices." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 120(23): e2301836120.
- Druedahl, L. C., Minssen, T., e Price, W. N. 2021.** "Collaboration in Times of Crisis: A Study on Covid-19 Vaccine R&D Partnerships." *Vaccine* 39(42): 6291–6295.
- Dube, G., e Casale, D. 2016.** "The Implementation of Informal Sector Taxation: Evidence from Selected African Countries." *Journal of Tax Research* 14(3): 601–623.
- Dube, O., MacArthur, S. J., e Shah, A. K. 2023.** "A Cognitive View of Policing." Documento de Trabalho 31651, National Bureau of Economic Research, Cambridge, MA.
- Duckworth, A. L., e Milkman, K. L. 2022.** "A Guide to Megastudies." *PNAS Nexus* 1(5).
- Duffy, B. 2018.** *The Perils of Perception: Why We're Wrong About Nearly Everything*. Londres: Atlantic Books.
- Dugoua, E., e Dumas, M. 2023.** "Global Coordination Challenges in the Transition to Clean Technology: Lessons from Automotive Innovation." *Disponível em SSRN* 4620155.
- Duijndam, S. J., Botzen, W. W., Hagedoorn, L. C., Bu-beck, P., Haer, T., Pham, M., e Aerts, J. C. 2023.** "Drivers of Migration Intentions in Coastal Vietnam under Increased Flood Risk from Sea Level Rise." *Climatic Change* 176(2): 12.
- Dulberg, Z., Dubey, R., Berwian, I. M., e Cohen, J. D. 2023.** "Having Multiple Selves Helps Learning Agents Explore and Adapt in Complex Changing Worlds." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 120(28): e2221180120.
- Dunne, T., Kurki, M., e Smith, S. 2021.** *International Relations Theories: Discipline and Diversity*. Nova Iorque: Oxford University Press.
- Dwenger, N., Kleven, H., Rasul, I., e Rincke, J. 2016.** "Extrinsic and Intrinsic Motivations for Tax Compliance: Evidence from a Field Experiment in Germany." *American Economic Journal: Economic Policy* 8(3): 203–232.
- Dyer, O. 2020.** "Covid-19: Trump Sought to Buy Vaccine Developer Exclusively for US, Say German Officials." *BMJ* 368: m1100.
- Easterly, W., Ritzen, J., e Woolcock, M. 2006.** "Social Cohesion, Institutions, and Growth." *Economics & Politics* 18(2): 103–120.
- Ebi, K. L., Capon, A., Berry, P., Broderick, C., e Dear, R., Havenith, G., Honda, Y., e outros. 2021.** "Hot Weather and Heat Extremes: Health Risks." *The Lancet* 398(10301): 698–708.
- Ecker-Ehrhardt, M. 2012.** "Cosmopolitan Politicization: How Perceptions of Interdependence Foster Citizens' Expectations in International Institutions." *European Journal of International Relations* 18(3): 481–508.
- Ecker-Ehrhardt, M. 2014.** "Why Parties Politicise International Institutions: On Globalisation Backlash and Authority Contestation." *Review of International Political Economy* 21(6): 1275–1312.
- Ecker, S., Molina, G. G., Jensen, L., e Ortiz-Juarez, E. 2023.** "The Human Cost of Inaction: Poverty, Social Protection and Debt Servicing, 2020–2023." Resumo da Rede Global de Políticas do PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Nova Iorque.
- Edgeworth, M., Gibbard, P., Walker, M., Merritts, D., Finney, S., e Maslin, M. 2023.** "The Stratigraphic Basis of the Anthropocene Event." *Quaternary Science Advances* 11: 100088.
- Efferson, C. 2021a.** "Policy to Activate Cultural Change to Amplify Policy." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 118(23): e2106306118.
- Efferson, C. 2021b.** "Policy to Activate Cultural Change to Amplify Policy." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 118(23): e2106306118.
- Efferson, C. 2023.** "Agentic Processes in Cultural Evolution: Relevance to Anthropocene Sustainability." *Philosophical Transactions of the Royal Society B* 378.
- Efferson, C., Vogt, S., e Fehr, E. 2020.** "The Promise and the Peril of Using Social Influence to Reverse Harmful Traditions." *Nature Human Behaviour* 4(1): 55–68.
- Efferson, C., Vogt, S., e von Flüe, L. A. publicar.** "Activating Cultural Evolution for Good When People Differ from Each Other." *Oxford Handbook of Cultural Evolution*. Oxford: Oxford University Press.

- Efferson, C., Vogt, S., Elhadi, A., Ahmed, H. E. F., e Fehr, E. 2015.** "Female Genital Cutting Is Not a Social Coordination Norm." *Science* 349(6255): 1446–1447.
- Egan, P. J., e Mullin, M. 2017.** "Climate Change: US Public Opinion." *Annual Review of Political Science* 20(1): 209–227.
- Ehret, S., Constantino, S. M., Weber, E. U., Efferson, C., e Vogt, S. 2022.** "Group Identities Can Undermine Social Tipping after Intervention." *Nature Human Behaviour* 6(12): 1669–1679.
- Eichengreen, B. J. 1992.** *Golden Fetters: The Gold Standard and the Great Depression, 1919–1939*. Nova Iorque: Oxford University Press.
- EIN Presswire. 2023.** "Over 150 Million Actions Mobilized for the Sdgs: UN SDG Action Campaign Concludes Most Successful Global Week." 9 de outubro. <https://www.einpresswire.com/article/660599863/over-150-million-actions-mobilized-for-the-sdgs-un-sdg-action-campaign-concludes-most-successful-global-week-ever>.
- Eisner, L., Turner-Zwinkels, F., e Spini, D. 2021.** "The Impact of Laws on Norms Perceptions." *Personality and Social Psychology Bulletin* 47(7): 1071–1083.
- Ellemers, N., Spears, R., e Doosje, B. 2002.** "Self and Social Identity." *Annual Review of Psychology* 53(1): 161–186.
- Ellingsen, T., Östling, R., e Wengström, E. 2018.** "How Does Communication Affect Beliefs in One-Shot Games with Complete Information?" *Games and Economic Behavior* 107: 153–181.
- Ellis, E. C. 2024.** "The Anthropocene Condition: Evolving through Social–Ecological Transformations." *Philosophical Transactions of the Royal Society B: Biological Sciences* 379(1893): 20220255.
- Elster, J. 1989.** "Social Norms and Economic Theory." *Journal of Economic Perspectives* 3(4): 99–117.
- Elster, J. 1998.** "Emotions and Economic Theory." *Journal of Economic Literature* 36(1): 47–74.
- Elster, J. 2015a.** *Explaining Social Behavior: More Nuts and Bolts for the Social Sciences*. Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press.
- Elster, J. 2015b.** *Explaining Social Behavior: More Nuts and Bolts for the Social Sciences*. Nova Iorque: Cambridge University Press.
- Elster, J. 2020.** *France before 1789: The Unraveling of an Absolutist Regime*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Emanuel, E. J., Buchanan, A., Chan, S. Y., Fabre, C., Halliday, D., Heath, J., Herzog, L., e outros. 2021.** "What Are the Obligations of Pharmaceutical Companies in a Global Health Emergency?" *The Lancet* 398(10304): 1015–1020.
- Emanuel, E. J., Persad, G., Kern, A., Buchanan, A., Fabre, C., Halliday, D., Heath, J., e outros. 2020.** "An Ethical Framework for Global Vaccine Allocation." *Science* 369(6509): 1309–1312.
- Emara, A. M., e Mohamed, N. M. A. 2023.** "Global Economic Fluctuations and Human Development: How Is the Impact Transmitted in Egypt?" *Review of Economics and Political Science* 8(4): 250–270.
- Engel, J., Kokas, D., Lopez-Acevedo, G., e Maliszewska, M. 2021.** *The Distributional Impacts of Trade: Empirical Innovations, Analytical Tools, and Policy Responses*. Washington, DC: Banco Mundial.
- Engelmann, J. B., Meyer, F., Ruff, C. C., e Fehr, E. 2019.** "The Neural Circuitry of Affect-Induced Distortions of Trust." *Science Advances* 5(3): eaau3413.
- Englander, G. 2019.** "Property Rights and the Protection of Global Marine Resources." *Nature Sustainability* 2(10): 981–987.
- Engler, P., Honjo, K., MacDonald, M., Piazza, R., e Sher, G. 2020.** "The Macroeconomic Effects of Global Migration." Em *World Economic Outlook: The Great Lockdown*. Washington, DC: Fundo Monetário Internacional.
- Engström, P., e Holmlund, B. 2009.** "Tax Evasion and Self-Employment in a High-Tax Country: Evidence from Sweden." *Applied Economics* 41(19): 2419–2430.
- Enke, B. 2019.** "Kinship, Cooperation, and the Evolution of Moral Systems." *The Quarterly Journal of Economics* 134(2): 953–1019.
- Enke, B. 2020a.** "Moral Values and Voting." *Journal of Political Economy* 128(10): 3679–3729.
- Enke, B. 2020b.** "What You See Is All There Is." *The Quarterly Journal of Economics* 135(3): 1363–1398.
- Enke, B. 2023a.** "Market Exposure and Human Morality." *Nature Human Behaviour* 7(1): 134–141.
- Enke, B. 2023b.** "Moral Boundaries." Documento de Trabalho 31701, National Bureau of Economic Research, Cambridge, MA.
- Enke, B., e Graeber, T. 2023.** "Cognitive Uncertainty." *The Quarterly Journal of Economics* 138(4): 2021–2067.
- Enke, B., Fisman, R., Freitas, L. M., e Sun, S. 2023.** "Universalism and Political Representation: Evidence from the Field." Documento de Trabalho 31265, National Bureau of Economic Research, Cambridge, MA.
- Enke, B., Graeber, T., e Oprea, R. 2023.** "Confidence, Self-Selection, and Bias in the Aggregate." *American Economic Review* 113(7): 1933–1966.
- Enke, B., Polborn, M., e Wu, A. 2022.** "Values as Luxury Goods and Political Polarization." Documento de Trabalho 30001, National Bureau of Economic Research, Cambridge, MA.
- Ensminger, J., e Henrich, J. 2014.** *Experimenting with Social Norms: Fairness and Punishment in Cross-Cultural Perspective*. Russell Sage Foundation.
- Escande, P. 2023.** "At Davos, the End of Globalization Is on Everyone's Mind." *Le Monde*, 17 de janeiro. https://www.lemonde.fr/en/economy/article/2023/01/17/at-davos-the-end-of-globalization-is-on-everyone-s-mind_6011910_19.html.
- Espagne, E., Oman, W., Mercure, J.-F., Svartzman, R., Volz, U., Pollitt, H., Semieniuk, G., e Campiglio, E. 2023.** "Cross-Border Risks of a Global Economy in Mid-Transition." Documento de Trabalho 23/184, Fundo Monetário Internacional, Washington, DC.
- Esses, V. M. 2018.** "Immigration, Migration, and Culture." *Oxford Research Encyclopedia of Psychology*.
- Etheredge, H. R. 2021.** "Assessing Global Organ Donation Policies: Opt-in Vs Opt-Out." *Risk Management and Healthcare Policy*: 1985–1998.
- European Commission. 2023.** "Recovery Plan for Europe." https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/recovery-plan-europe_en. Acedido em 9 de fevereiro de 2024.
- Excler, J.-L., Saville, M., Berkley, S., e Kim, J. H. 2021.** "Vaccine Development for Emerging Infectious Diseases." *Nature Medicine* 27(4): 591–600.
- Excler, J.-L., Saville, M., Privor-Dumm, L., Gilbert, S., Hotez, P. J., Thompson, D., Abdool-Karim, S., e Kim, J. H. 2023.** "Factors, Enablers and Challenges for Covid-19 Vaccine Development." *BMJ Global Health* 8(6): e011879.
- Eys, M., Bruner, M. W., e Martin, L. J. 2019.** "The Dynamic Group Environment in Sport and Exercise." *Psychology of Sport and Exercise* 42: 40–47.
- Fairbrother, M. 2016.** "Trust and Public Support for Environmental Protection in Diverse National Contexts." *Sociological Science* 3: 359–382.
- Fairbrother, M., Johansson Sevã, I., e Kulin, J. 2019.** "Political Trust and the Relationship between Climate Change Beliefs and Support for Fossil Fuel Taxes: Evidence from a Survey of 23 European Countries." *Global Environmental Change* 59: 102003.
- Falk, A., Becker, A., Dohmen, T., Enke, B., Huffman, D., e Sunde, U. 2018.** "Global Evidence on Economic Preferences." *The Quarterly Journal of Economics* 133(4): 1645–1692.
- Falk, A., Becker, A., Dohmen, T., Huffman, D., e Sunde, U. 2023.** "The Preference Survey Module: A Validated Instrument for Measuring Risk, Time, and Social Preferences." *Management Science* 69(4): 1935–1950.
- Falkenberg, M., Galeazzi, A., Torricelli, M., Di Marco, N., Larosa, F., Sas, M., Mekacher, A., e outros. 2022.** "Growing Polarization around Climate Change on Social Media." *Nature Climate Change* 12(12): 1114–1121.
- FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura). 2022.** *The State of World Fisheries and Aquaculture 2022: Towards Blue Transformation*. Roma, Itália: FAO.
- FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura), FIDA (Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola), UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância), PAM (Programa Alimentar Mundial) e OMS (Organização Mundial de Saúde). 2023.** *The State of Food Security and Nutrition in the World 2023. Urbanization, Agrifood Systems Transformation and Healthy Diets across the Rural–Urban Continuum*. Roma: FAO.
- Farooqui, A. 2023.** "Where Are Samsung Phones Made? It's Not Where You Think." <https://www.sammobile.com/where-are-samsung-phones-made>. Acedido em 13 de fevereiro de 2024.

- Fehr, D., Mollerstrom, J., e Perez-Truglia, R. 2022.** "Your Place in the World: Relative Income and Global Inequality." *American Economic Journal: Economic Policy* 14(4): 232–268.
- Fehr, E., e Charness, G. A publicar.** "Social Preferences: Fundamental Characteristics and Economic Consequences." *Journal of Economic Literature*.
- Fehr, E., e Fischbacher, U. 2003.** "The Nature of Human Altruism." *Nature* 425(6960): 785–791.
- Fehr, E. e Gächter, S. 2000.** "Fairness and Retaliation: The Economics of Reciprocity." *Journal of Economic Perspectives* 14(3): 159-181.
- Fehr, E., e Gächter, S. 2002.** "Altruistic Punishment in Humans." *Nature* 415(6868): 137–140.
- Fehr, E., e Schmidt, K. M. 1999.** "A Theory of Fairness, Competition, and Cooperation." *The Quarterly Journal of Economics* 114(3): 817–868.
- Fehr, E., e Schurtenberger, I. 2018.** "Normative Foundations of Human Cooperation." *Nature Human Behaviour* 2(7): 458–468.
- Feng, A., Li, H., e Wang, Y. 2023.** "We Are All in the Same Boat: Cross-Border Spillovers of Climate Shocks through International Trade and Supply Chain." <https://dx.doi.org/10.2139/ssrn.4433544>.
- Fenner, F. 1993.** "Smallpox: Emergence, Global Spread, and Eradication." *History and Philosophy of the Life Sciences* 15(3): 397–420.
- Fenner, F., Henderson, D. A., Arita, I., Ježek, Z., e Ladnyí, I. D. 1988.** *Smallpox and Its Eradication*. Geneva: Organização Mundial da Saúde.
- Ferber, M. A., e Nelson, J. A. 2009.** *Beyond Economic Man: Feminist Theory and Economics*. Chicago, IL: University of Chicago Press.
- Feri, F., Irlenbusch, B., e Sutter, M. 2010.** "Efficiency Gains from Team-Based Coordination—Large-Scale Experimental Evidence." *American Economic Review* 100(4): 1892–1912.
- Fernbach, P. M., e Van Boven, L. 2022.** "False Polarization: Cognitive Mechanisms and Potential Solutions." *Current Opinion in Psychology* 43: 1-6.
- Fetzer, T. 2019.** "Did Austerity Cause Brexit?" *American Economic Review* 109(11): 3849–3886.
- Fiedler, S., Habibnia, H., Fahrenwaldt, A., e Rahal, R.-M. A publicar.** "Motivated Cognition in Cooperation." *Perspectives on Psychological Science*.
- Fikfak, V., Peat, D., e van der Zee, E. 2022.** "Bias in International Law." *German Law Journal* 23(3): 281–297.
- Fink, L. 2022.** "To Our Shareholders." Carta do Presidente Larry Fink, 24 de março. <https://www.blackrock.com/corporate/investor-relations/larry-fink-chairmans-letter>.
- Finnemore, M., e Sikkink, K. 2001.** "Taking Stock: The Constructivist Research Program in International Relations and Comparative Politics." *Annual Review of Political Science* 4(1): 391–416.
- Finus, M., e Rübhelke, D. T. G. 2013.** "Public Good Provision and Ancillary Benefits: The Case of Climate Agreements." *Environmental and Resource Economics* 56(2): 211–226.
- Finus, M., Cooper, P., e Almer, C. 2017.** "The Use of International Agreements in Transnational Environmental Protection." *Oxford Economic Papers* 69(2): 333–344.
- Fishkin, J., Siu, A., Diamond, L., e Bradburn, N. 2021.** "Is Deliberation an Antidote to Extreme Partisan Polarization? Reflections on 'America in One Room.'" *American Political Science Review* 115(4): 1464–1481.
- Fisman, R., Jakiela, P., Kariv, S., e Markovits, D. 2015.** "The Distributional Preferences of an Elite." *Science* 349(6254): aab0096.
- Fjeldstad, O.-H. 2006.** "Corruption in Tax Administration: Lessons from Institutional Reforms in Uganda." In Rose-Ackerman, S., (ed.) *International Handbook on the Economics of Corruption*. Cheltenham, UK/Norhampton MA: Edward Elgar.
- Fjeldstad, O.-H., e Moore, M. 2008.** "Tax Reform and State Building in a Globalized World." In Bräutigam, D., Fjeldstad, O.-H. e Moore, M., (eds.), *Taxation and State Building in Developing Countries*. Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press.
- Fjeldstad, O.-H., Schulz-Herzenberg, C., e Hoem Sjuersen, I. 2012.** "People's Views of Taxation in Africa: A Review of Research on Determinants of Tax Compliance." Documento de Trabalho CMI. Bergen, Noruega.
- Fleurbaey, M. 1995.** "Equality and Responsibility." *European Economic Review* 39(3): 683–689.
- Fleurbaey, M., Bouin, O., Salles-Djelic, M.-L., Kanbur, R., Nowotny, H., e Reis, E. 2018.** *A Manifesto for Social Progress: Ideas for a Better Society*. Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press.
- Fleurbaey, M., Kanbur, R., e Viney, B. 2021.** "Social Externalities and Economic Analysis." *Social Research: An International Quarterly* 88(1): 171–202.
- Flor, L. S., Friedman, J., Spencer, C. N., Cagney, J., Arrieta, A., Herbert, M. E., Stein, C., e outros. 2022.** "Quantifying the Effects of the Covid-19 Pandemic on Gender Equality on Health, Social, and Economic Indicators: A Comprehensive Review of Data from March, 2020, to September, 2021." *The Lancet* 399(10344): 2381–2397.
- Flores, A., Cole, J. C., Dickert, S., Eom, K., Jiga-Boy, G. M., Kogut, T., Loria, R., e outros. 2022.** "Politicians Polarize and Experts Depolarize Public Support for Covid-19 Management Policies across Countries." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 119(3): e2117543119.
- Foa, R. 2011.** "The Economic Rationale for Social Cohesion." Perspectives on Global Development, Organisation for Economic Co-operation and Development, Development Center, Paris.
- Folbre, N. 2008.** *Valuing Children: Rethinking the Economics of the Family*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Folbre, N. 2012.** *For Love or Money: Care Provision in the United States*. Nova Iorque: Russell Sage Foundation.
- Folbre, N., e Bittman, M. 2004.** *Family Time: The Social Organization of Care*. Milton Park, UK: Routledge.
- Folk, D., e Dunn, E. 2023.** "How Can People Become Happier? A Systematic Review of Preregistered Experiments." *Annual Review of Psychology* 75.
- Folke, C., Crona, B. E., Galaz, V., Gordon, L. J., Schultz, L., e Österblom, H. 2019.** "Collaborative Approaches to Biosphere Stewardship." In Mandel, L., Ouyang, Z., Salzman, J. E. e Daily, G., (eds.), *Green Growth That Works: Natural Capital Policy and Finance Mechanisms from around the World*. Washington, DC: Island Press/Center for Resource Economics.
- Folke, C., Polasky, S., Rockström, J., Galaz, V., Westley, F., Lamont, M., Scheffer, M. e outros. 2021.** "Our Future in the Anthropocene Biosphere." *Ambio* 50(4): 834–869.
- Forti, V. B., C. P., Kuehr, R., e Bel, G. 2020.** *The Global E-Waste Monitor 2020 Quantities, Flows, and the Circular Economy Potential*. Bona: Universidade das Nações Unidas/Instituto das Nações Unidas para a Formação e a Investigação, Geneva: União Internacional das Telecomunicações e Roterdão, Países Baixos: Associação Internacional de Resíduos Sólidos.
- Francois, P., Fujiwara, T., e van Ypersele, T. 2018.** "The Origins of Human Prosociality: Cultural Group Selection in the Workplace and the Laboratory." *Science Advances* 4(9): eaat2201.
- Frank, R. H. 1987.** "If Homo Economicus Could Choose His Own Utility Function, Would He Want One with a Conscience?" *The American Economic Review* 77(4): 593–604.
- Frank, R. H. 2021.** *Under the Influence: Putting Peer Pressure to Work*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Frankel, J. A., e Romer, D. 1999.** "Does Trade Cause Growth?" *The American Economic Review* 89(3): 379–399.
- Frankel, J. A., e Romer, D. 2017.** "Does Trade Cause Growth?" In *Global Trade*. Milton Park, UK: Routledge.
- Frenk, J., Godal, T., Gómez-Dantés, O., e Store, J. G. 2022.** "A Reinigorated Multilateralism in Health: Lessons and Innovations from the Covid-19 Pandemic." *The Lancet* 400(10363): 1565–1568.
- Fruttero, A., Muller, N., e Calvo-Gonzalez, O. 2021.** "The Power and Roots of Aspirations." Documento de Trabalho de Investigação de Políticas WPS9729, Banco Mundial, Washington, DC.
- Fujimoto, Y., e Ohtsuki, H. 2023.** "Evolutionary Stability of Cooperation in Indirect Reciprocity under Noisy and Private Assessment." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 120(20): e2300544120.
- Fujita, M., Krugman, P. R., e Venables, A. 2001.** *The Spatial Economy: Cities, Regions, and International Trade*. Cambridge, MA: MIT Press.
- Fukuda-Parr, S. 2003.** "The Human Development Paradigm: Operationalizing Sen's Ideas on Capabilities." *Feminist Economics* 9(2–3): 301-317.
- Fukuyama, F. 1993.** *The End of History and the Last Man*. Nova Iorque: The Free Press.
- Funke, M., Schularick, M., e Trebesch, C. 2016.** "Going to Extremes: Politics after Financial Crises, 1870–2014." *European Economic Review* 88: 227–260.

- Funke, M., Schularick, M., e Trebesch, C. 2023.** "Populist Leaders and the Economy." *American Economic Review* 113(12): 3249–3288.
- G20 (Grupo dos 20). 2023a.** *Strengthening Multilateral Development Banks: The Triple Agenda Report of the G20 Independent Experts Group*. Nova Deli, Índia.
- G20 (Grupo dos 20). 2023b.** "New Delhi Leaders' Declaration." G20, Nova Deli.
- Gabay, A. S., Radua, J., Kempton, M. J., and Mehta, M. A. 2014.** "The Ultimatum Game and the Brain: A Meta-Analysis of Neuroimaging Studies." *Neuroscience and Biobehavioral Reviews* 47: 549–558.
- Gächter, S., e Schulz, J. F. 2016.** "Intrinsic Honesty and the Prevalence of Rule Violations across Societies." *Nature* 531(7595): 496–499.
- Gächter, S., Kölle, F., e Quercia, S. 2017.** "Reciprocity and the Tragedies of Maintaining and Providing the Commons." *Nature Human Behaviour* 1(9): 650–656.
- Galaz, V. 2022.** "Global Environmental Governance in Times of Turbulence." *One Earth* 5(6): 582–585.
- Galaz, V., Centeno, M. A., Callahan, P. W., Causevic, A., Patterson, T., Brass, I., Baum, S., e outros. 2021.** "Artificial Intelligence, Systemic Risks, and Sustainability." *Technology in Society* 67: 101741.
- Galor, O., Özak, Ö., e Sarid, A. 2018.** "Geographical Origins of Language Structures." *Disponível em SSRN* 3097220.
- Ganapati, S., e Wong, W. F. 2023.** "How Far Goods Travel: Global Transport and Supply Chains from 1965-2020." Documento de trabalho NBER 31167, Agência Nacional de Investigação Económica, Cambridge, MA.
- Gavrilets, S., e Richerson, P. J. 2017.** "Collective Action and the Evolution of Social Norm Internalization." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 114(23): 6068–6073.
- Gebhard, C., Regitz-Zagrosek, V., Neuhauser, H. K., Morgan, R., e Klein, S. L. 2020.** "Impact of Sex and Gender on Covid-19 Outcomes in Europe." *Biology of Sex Differences* 11(1): 29.
- Gelfand, M. J. 2021.** "Cultural Evolutionary Mismatches in Response to Collective Threat." *Current Directions in Psychological Science* 30(5): 401–409.
- Gelfand, M. J., Caluori, N., Jackson, J. C., e Taylor, M. K. 2020.** "The Cultural Evolutionary Trade-Off of Ritualistic Synchrony." *Philosophical Transactions of the Royal Society B: Biological Sciences* 375(1805): 20190432.
- Gelfand, M. J., Gavrilets, S., e Nunn, N. 2024.** "Norm Dynamics: Interdisciplinary Perspectives on Social Norm Emergence, Persistence, and Change." *Annual Review of Psychology* 75(1): null.
- Gelfand, M. J., Jackson, J. C., Pan, X., Nau, D., Pieper, D., Denison, E., Dagher, M., e outros. 2021.** "The Relationship between Cultural Tightness–Looseness and Covid-19 Cases and Deaths: A Global Analysis." *The Lancet Planetary Health* 5(3): e135–e144.
- Gelfand, M. J., Raver, J. L., Nishii, L., Leslie, L. M., Lun, J., Lim, B. C., Duan, L., e outros. 2011.** "Differences between Tight and Loose Cultures: A 33-Nation Study." *Science* 332(6033): 1100–1104.
- Genicot, G., e Ray, D. 2017.** "Aspirations and Inequality." *Econometrica* 85(2): 489–519.
- Genicot, G., e Ray, D. 2020.** "Aspirations and Economic Behavior." *Annual Review of Economics* 12(1): 715–746.
- Gentile, E., Xing, Y., Rubínová, S., e Huang, S. 2021.** "Productivity Growth, Innovation, and Upgrading Along Global Value Chains." In *Global Value Chain Development Report 2021: Beyond Production*. Manila: Banco Asiático de Desenvolvimento, Pequim: Instituto de Investigação para as Cadeias Globais de Valor da University of International Business and Economics; Genebra: Organização Mundial do Comércio; Chiba, Japão: Instituto das Economias em Desenvolvimento - Organização de Comércio Externo do Japão; e Pequim: Fundação de Investigação para o Desenvolvimento da China.
- Georgieva, D. P., Loayza, N., e Mendez Ramos, F. 2018.** "Global Trade: Slowdown, Factors, and Policies." Resumo de Investigação e Políticas 123899, Banco Mundial, Washington, DC.
- Gerarden, T. D. 2023.** "Demanding Innovation: The Impact of Consumer Subsidies on Solar Panel Production Costs." *Management Science* 69(12): 7799–7820.
- Gertler, P., Heckman, J. J., Pinto, R., Chang, S. M., Grantham-McGregor, S., Vermeersch, C., Walker, S., e Wright, A. 2021.** "Effect of the Jamaica Early Childhood Stimulation Intervention on Labor Market Outcomes at Age 31." Documento de Trabalho NBER 29292, National Bureau of Economic Research, Cambridge, MA.
- Gervais, W. M., Henrich, J., McNamara, R. A., Norenzayan, A., Shariff, A. F., Slingerland, E., e Willard, A. K. 2016.** "The Cultural Evolution of Prosocial Religions." *Behavioral and Brain Sciences* 39: e1.
- Ghosh, A., Hwang, S. I. M., e Squires, M. 2023.** "Economic Consequences of Kinship: Evidence from U.S. Bans on Cousin Marriage." *The Quarterly Journal of Economics*.
- Gibbard, P. L., Bauer, A. M., Edgeworth, M., Rudiman, W. F., Gill, J. L., Merritts, D. J., Finney, S. C., e outros. 2022b.** "A Practical Solution: The Anthropocene Is a Geological Event, Not a Formal Epoch." *Episodes Journal of International Geoscience* 45(4): 349–357.
- Gibbard, P., Walker, M., Bauer, A., Edgeworth, M., Edwards, L., Ellis, E., Finney, S., e outros. 2022a.** "The Anthropocene as an Event, Not an Epoch." *Journal of Quaternary Science* 37(3): 395–399.
- Gifford, R. 2014.** "Environmental Psychology Matters." *Annual Review of Psychology* 65(1): 541–579.
- Gifford, R., e Comeau, L. A. 2011.** "Message Framing Influences Perceived Climate Change Competence, Engagement, and Behavioral Intentions." *Global Environmental Change* 21(4): 1301–1307.
- Gillingham, K., e Stock, J. H. 2018.** "The Cost of Reducing Greenhouse Gas Emissions." *Journal of Economic Perspectives* 32(4): 53–72.
- Giuliano, P., e Nunn, N. 2020.** "Understanding Cultural Persistence and Change." *The Review of Economic Studies* 88(4): 1541–1581.
- Gleeson, D., Townsend, B., Tenni, B. F., e Phillips, T. 2023.** "Global Inequities in Access to Covid-19 Health Products and Technologies: A Political Economy Analysis." *Health & Place*: 103051.
- Glennerster, R., e Jayachandran, S. 2023.** "Think Globally, Act Globally: Opportunities to Mitigate Greenhouse Gas Emissions in Low-and Middle-Income Countries." *Journal of Economic Perspectives* 37(3): 111–135.
- Glennerster, R., Snyder, C. M., e Tan, B. J. 2022.** "Calculating the Costs and Benefits of Advance Preparations for the Next Pandemic." Documento de Trabalho 30565, National Bureau of Economic Research, Cambridge, MA.
- Global Witness. 2023.** "Almost 2,000 Land and Environmental Defenders Killed between 2012 and 2022 for Protecting the Planet." Comunicado de Imprensa, 13 de setembro. <https://www.globalwitness.org/en/press-releases/almost-2000-land-and-environmental-defenders-killed-between-2012-and-2022-protecting-planet>.
- Gneezy, U., e Rustichini, A. 2000.** "A Fine Is a Price." *The Journal of Legal Studies* 29(1): 1–17.
- Gneezy, U., Meier, S., e Rey-Biel, P. 2011.** "When and Why Incentives (Don't) Work to Modify Behavior." *Journal of Economic Perspectives* 25(4): 191–210.
- GOC (Global Ocean Commission). 2014.** *From Decline to Recovery: A Rescue Package for the Global Ocean*. Oxford, Reino Unido: GOC.
- Göcke, M. 2002.** "Various Concepts of Hysteresis Applied in Economics." *Journal of Economic Surveys* 16(2): 167–188.
- Goeree, J. K., e Louis, P. 2021.** "M Equilibrium: A Theory of Beliefs and Choices in Games." *American Economic Review* 111(12): 4002–4045.
- Góes, C., e Bekkers, E. 2022.** *The Impact of Geopolitical Conflicts on Trade, Growth, and Innovation*. Genebra: Organização Mundial do Comércio.
- Goffman, E. 1959.** *The Presentation of Self in Everyday Life*. Garden City, NY: Anchor Books.
- Goldberg, P. K. 2023.** *The Unequal Effects of Globalization*. Cambridge, MA: MIT Press.
- Goldberg, P. K., e Reed, T. 2023.** "Is the Global Economy Deglobalizing? And If So, Why? And What Is Next?" Documento de Trabalho NBER 31115, National Bureau of Economic Research, Cambridge, MA.
- Goldin, C. 2022.** "Understanding the Economic Impact of Covid-19 on Women." Documento de Trabalho NBER 29974, National Bureau of Economic Research, Cambridge, MA.
- Goldsmith, J. L., e Posner, E. A. 1999.** "A Theory of Customary International Law." *University of Chicago Law Review* 66(4): 1113–1177.
- González, J. L., e Ferencz, J. 2018.** "Digital Trade and Market Openness." Documentos de Política Comercial da OCDE. Paris: OECD Publishing.
- Goodin, R. E. 1995.** "Political Ideals and Political Practice." *British Journal of Political Science* 25(1): 37–56.
- Gopalan, S., Reddy, K., e Sasidharan, S. 2022.** "Does Digitalization Spur Global Value Chain Participation?"

- Firm-Level Evidence from Emerging Markets." *Information Economics and Policy* 59: 100972.
- Gorman, B., e Seguin, C. 2020.** "Who Supports Global Cooperation? Cooperative Internationalism at the Intersection of Social Class and Economic Development." *Sociological Science* 7: 570–598.
- Gouglas, D., Christodoulou, M., e Hatchett, R. 2023.** "The 100 Days Mission—2022 Global Pandemic Preparedness Summit." *Emerging Infectious Diseases* 29(3).
- Gould, C. C. 2018.** "Solidarity and the Problem of Structural Injustice in Healthcare." *Bioethics* 32(9): 541–552.
- Gourdel, R., Monasterolo, I., e Gallagher, K. P. 2023.** "Climate Transition Spillovers and Sovereign Risk: Evidence from Indonesia." <https://dx.doi.org/10.2139/ssrn.4387423>.
- Goussebaïle, A., Bommier, A., Goerger, A., e Nicolaï, J.-P. 2023.** "Altruistic Foreign Aid and Climate Change Mitigation." *Environmental and Resource Economics* 84(1): 219–239.
- Graeber, T., Roth, C., e Zimmermann, F. 2023.** "Stories, Statistics, and Memory." Documento de Trabalho CESifo 10107, Center for Economic Studies and Institute for Economic Research, Munique, Alemanha.
- Graham, C., e Pinto, S. 2019.** "Unequal Hopes and Lives in the USA: Optimism, Race, Place, and Premature Mortality." *Journal of Population Economics* 32(2): 665–733.
- Grandin, A., Guillou, L., Abdel Sater, R., Foucault, M., e Chevallier, C. 2022.** "Socioeconomic Status, Time Preferences and Pro-Environmentalism." *Journal of Environmental Psychology* 79: 101720.
- Granovetter, M. 1985.** "Economic Action and Social Structure: The Problem of Embeddedness." *American Journal of Sociology* 91(3): 481–510.
- Gravert, C., e Shreedhar, G. 2022.** "Effective Carbon Taxes Need Green Nudges." *Nature Climate Change* 12(12): 1073–1074.
- Green, A., e Janmaat, J. 2011.** *Regimes of Social Cohesion: Societies and the Crisis of Globalization*. Londres: Palgrave Macmillan.
- Greif, A., e Mokyr, J. 2017.** "Cognitive Rules, Institutions, and Economic Growth: Douglass North and Beyond." *Journal of Institutional Economics* 13(1): 25–52.
- Griffith-Jones, S., e Ocampo, J. A. 2018.** *The Future of National Development Banks*. Oxford, Reino Unido: Oxford University Press.
- Griffith, D. M., Sharma, G., Holliday, C. S., Enyia, O. K., Valliere, M., Semlow, A. R., Stewart, E. C., e Blumenthal, R. S. 2020.** "Men and Covid-19: A Biopsychosocial Approach to Understanding Sex Differences in Mortality and Recommendations for Practice and Policy Interventions." *Preventing Chronic Disease* 17: E63.
- Grix, M., e Watene, K. 2022.** "Communities and Climate Change: Why Practices and Practitioners Matter." *Ethics & International Affairs* 36(2): 215–230.
- Gross, J., e De Dreu, C. K. W. 2019.** "The Rise and Fall of Cooperation through Reputation and Group Polarization." *Nature Communications* 10(1): 776.
- Gross, J., e Vostroknutov, A. 2022.** "Why Do People Follow Social Norms?" *Current Opinion in Psychology* 44: 1-6.
- Gross, J., Méder, Z. Z., De Dreu, C. K. W., Romano, A., Molenmaker, W. E., e Hoenig, L. C. 2023.** "The Evolution of Universal Cooperation." *Science Advances* 9(7): eadd8289.
- Gross, J., Veistola, S., De Dreu, C. K. W., e Van Dijk, E. 2020.** "Self-Reliance Crowds out Group Cooperation and Increases Wealth Inequality." *Nature Communications* 11(1): 5161.
- Grossman, G. M., e Helpman, E. 1991.** "Quality Ladders and Product Cycles." *The Quarterly Journal of Economics* 106(2): 557–586.
- Guerrero, A. M., Jones, N. A., Ross, H., Virah-Sawmy, M., e Biggs, D. 2021.** "What Influences and Inhibits Reduction of Deforestation in the Soy Supply Chain? A Mental Model Perspective." *Environmental Science & Policy* 115: 125–132.
- Guinote, A. 2017.** "How Power Affects People: Activating, Wanting, and Goal Seeking." *Annual Review of Psychology* 68(1): 353–381.
- Guiso, L., Helios, H., Morelli, M., e Sonno, T. A publicar.** "Economic Insecurity and the Demand of Populism in Europe." *Economica*.
- Guiso, L., Herrera, H., Morelli, M., e Sonno, T. 2019.** "Global Crises and Populism: The Role of Eurozone Institutions." *Economic Policy* 34(97): 95–139.
- Gulley, A. L. 2023.** "China, the Democratic Republic of the Congo, and Artisanal Cobalt Mining from 2000 through 2020." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 120(26): e2212037120.
- Gur, T., Ayal, S., e Halperin, E. 2021.** "A Bright Side of Sadness: The Depolarizing Role of Sadness in Intergroup Conflicts." *European Journal of Social Psychology* 51(1): 68–83.
- Guriev, S., e Papaioannou, E. 2022.** "The Political Economy of Populism." *Journal of Economic Literature* 60(3): 753–832.
- Guriev, S., e Treisman, D. 2019.** "Informational Autocrats." *Journal of Economic Perspectives* 33(4): 100–127.
- Guriev, S., e Treisman, D. 2020.** "A Theory of Informational Autocracy." *Journal of Public Economics* 186: 104158.
- Gustafson, A., Rosenthal, S. A., Ballew, M. T., Goldberg, M. H., Bergquist, P., Kotcher, J. E., Maibach, E. W., e Leiserowitz, A. 2019.** "The Development of Partisan Polarization over the Green New Deal." *Nature Climate Change* 9(12): 940–944.
- Guterres, A. 2023a.** "Opening Statement by the UN Secretary-General at the 78th UN General Assembly." 5 de setembro, Nova Iorque
- Guterres, A. 2023b.** "Secretary-General's remarks at Wreath-Laying Ceremony Commemorating the 62nd Anniversary of the Death of Former Secretary-General Dag Hammarskjöld." 13 de setembro. <https://www.un.org/sg/en/content/sg/speeches/2023-09-13/secretary-generals-remarks-wreath-laying-ceremony-commemorating-the-62nd-anniversary-of-the-death-of-former-secretary-general-dag-hammarskjöld> (acedido em 25 de janeiro de 2024).
- Guttman-Kenney, B., Adams, P. D., Hunt, S., Laibson, D., Stewart, N., e Leary, J. 2023.** "The Semblance of Success in Nudging Consumers to Pay Down Credit Card Debt." Documento de Trabalho 31926, National Bureau of Economic Research, Cambridge, MA.
- Guy, J., Shears, E., e Meckling, J. 2023.** "National Models of Climate Governance among Major Emitters." *Nature Climate Change* 13(2): 189–195.
- Gygli, S., Haelg, F., Potrafke, N., e Sturm, J.-E. 2019.** "The KOF Globalisation Index—Revisited." *The Review of International Organizations* 14: 543–574.
- Gyöngyösi, G., e Verner, E. 2022.** "Financial Crisis, Creditor-Debtor Conflict, and Populism." *The Journal of Finance* 77(4): 2471–2523.
- Hafner-Burton, E. M., Hughes, D. A., e Victor, D. G. 2013.** "The Cognitive Revolution and the Political Psychology of Elite Decision Making." *Perspectives on Politics* 11(2): 368–386.
- Hagan, J., e Hans, V. P. 2017.** "Procedural Justice Theory and Public Policy: An Exchange." *Annual Review of Law and Social Science* 13(1): 1-3.
- Hale, T. 2020.** "Transnational Actors and Transnational Governance in Global Environmental Politics." *Annual Review of Political Science* 23(1): 203–220.
- Halevy, N. 2017.** "Preemptive Strikes: Fear, Hope, and Defensive Aggression." *Journal of Personality and Social Psychology* 112(2): 224.
- Halevy, N. 2023.** "Fear Can Promote Competition, Defensive Aggression, and Dominance Complementarity." *Behavioral and Brain Sciences* 46: e63.
- Halevy, N., e Halali, E. 2015.** "Selfish Third Parties Act as Peacemakers by Transforming Conflicts and Promoting Cooperation." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 112(22): 6937–6942.
- Halevy, N., Chou, E. Y., e Murnighan, J. K. 2012.** "Mind Games: The Mental Representation of Conflict." *Journal of Personality and Social Psychology* 102(1): 132.
- Halevy, N., Sagiv, L., Roccas, S., e Bornstein, G. 2006.** "Perceiving Intergroup Conflict: From Game Models to Mental Templates." *Personality and Social Psychology Bulletin* 32(12): 1674–1689.
- Hallsworth, M. 2023.** "A Manifesto for Applying Behavioural Science." *Nature Human Behaviour* 7(3): 310–322.
- Hallsworth, M., List, J. A., Metcalfe, R. D., e Vlaev, I. 2017.** "The Behaviorist as Tax Collector: Using Natural Field Experiments to Enhance Tax Compliance." *Journal of Public Economics* 148: 14–31.
- Hamamura, T., Li, L. M. W., e Chan, D. 2017.** "The Association between Generalized Trust and Physical and Psychological Health across Societies." *Social Indicators Research* 134: 277–286.
- Hamilton, L. C., Bell, E., Hartter, J., e Salerno, J. D. 2018.** "A Change in the Wind? US Public Views on Renewable Energy and Climate Compared." *Energy, Sustainability and Society* 8(1): 11.

- Hammarskjöld, Dag. 1954.** "Address by Secretary-General Dag Hammarskjöld at University of California Convocation, Berkeley, California, Thursday, May 13, 1954, at 10:00 a.m. (Pacific Coast Time)." *Comunicado de imprensa SG/382*. <https://ask.un.org/faq/14623>. Acedido em 24 de fevereiro de 2024.
- Han, T. A. 2022.** "Institutional Incentives for the Evolution of Committed Cooperation: Ensuring Participation Is as Important as Enhancing Compliance." *Journal of The Royal Society Interface* 19(188): 20220036.
- Handley, C., e Mathew, S. 2020.** "Human Large-Scale Cooperation as a Product of Competition between Cultural Groups." *Nature Communications* 11(1): 702.
- Hanlon, M., Mills, L., e Slemrod, J. 2007.** "An Empirical Examination of Corporate Tax Noncompliance." In Auerbach, A. J., Hines, J. J. R. and Slemrod, J., (eds.), *Taxing Corporate Income in the 21st Century*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Hannesson, R. 2011.** "Rights Based Fishing on the High Seas: Is It Possible?" *Marine Policy* 35(5): 667–674.
- Hanney, S. R., Wooding, S., Sussex, J., e Grant, J. 2020.** "From Covid-19 Research to Vaccine Application: Why Might It Take 17 Months Not 17 Years and What Are the Wider Lessons?" *Health Research Policy and Systems* 18(1): 61.
- Haq, M. u., e Streeten, P. 1995.** *The UN and the Bretton Woods Institutions: New Challenges for the Twenty-First Century*. Londres: Palgrave Macmillan.
- Hardin, G. 1968.** "The Tragedy of the Commons." *Science* 162(3859): 1243-1248.
- Harrington, B. 2016.** *Capital without Borders: Wealth Managers and the One Percent*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Hassoun, N. 2020.** *Global Health Impact: Extending Access to Essential Medicines*. Nova Iorque: Oxford University Press.
- Hassoun, N. 2021a.** "Against Vaccine Nationalism." *Journal of Medical Ethics* 47(11): 773–774.
- Hassoun, N. 2021b.** "Equity and Vaccine Allocation: Beyond Ethics in Prioritization to Equitable Production, Distribution and Consumption." Blogue sobre Ética e Relações Internacionais, 12 de julho. <https://www.ethicsandinternationalaffairs.org/online-exclusives/equity-and-vaccine-allocation-beyond-ethics-in-prioritization-to-equitable-production-distribution-and-consumption>.
- Hassoun, N. 2021c.** "Sufficiency and the Minimally Good Life." *Utilitas* 33(3): 321–336.
- Hassoun, N. 2022.** "Good Enough? The Minimally Good Life Account of the Basic Minimum." *Australasian Journal of Philosophy* 100(2): 330–341.
- Hassoun, N. A publicar.** *Good Enough? The Minimally Good Life Account of What We Owe to Others and What We Can Justifiably Demand*. Nova Iorque, NY: Oxford University Press.
- Hassoun, N., Friedman, J., e Cosler, L. E. 2022.** "A Framework for Assessing the Impact of Disease Treatment." *Tropical Medicine & International Health* 27(2): 192–198.
- Hauser, O. P., Rand, D. G., Peysakhovich, A., e Nowak, M. A. 2014.** "Cooperating with the Future." *Nature* 511(7508): 220–223.
- Haushofer, J., e Salicath, D. 2023.** "The Psychology of Poverty: Where Do We Stand?"
- Haynes, B. F., Corey, L., Fernandes, P., Gilbert, P. B., Hotez, P. J., Rao, S., Santos, M. R., e outros. 2020.** "Prospects for a Safe Covid-19 Vaccine." *Science Translational Medicine* 12(568): eabe0948.
- He, G., Pan, Y., Park, A., Sawada, Y., e Tan, E. S. 2023.** "Reducing Single-Use Cutlery with Green Nudges: Evidence from China's Food-Delivery Industry." *Science* 381(6662): eadd9884.
- He, Q., e Silliman, B. R. 2019.** "Climate Change, Human Impacts, and Coastal Ecosystems in the Anthropocene." *Current Biology* 29(19): R1021–R1035.
- Head, M. J., Steffen, W., Fagerlind, D., Waters, C. N., Poirier, C., Syvitski, J., Zalasiewicz, J. A., e outros. 2022a.** "The Great Acceleration Is Real and Provides a Quantitative Basis for the Proposed Anthropocene Series/Epoch." *International Union of Geological Sciences* 45(4): 359–376.
- Head, M. J., Zalasiewicz, J. A., Waters, C. N., Turner, S. D., Williams, M., Barnosky, A. D., Steffen, W., e outros. 2022b.** "The Proposed Anthropocene Epoch/ Series Is Underpinned by an Extensive Array of Mid-20th Century Stratigraphic Event Signals." *Journal of Quaternary Science* 37(7): 1181–1187.
- Heal, G., e Kunreuther, H. 2010.** "Social Reinforcement: Cascades, Entrapment, and Tipping." *American Economic Journal: Microeconomics* 2(1): 86–99.
- Hébert-Dufresne, L., Waring, T. M., St-Onge, G., Niles, M. T., Kati Corlew, L., Dube, M. P., Miller, S. J., Gotelli, N. J., e McGill, B. J. 2022.** "Source-Sink Behavioural Dynamics Limit Institutional Evolution in a Group-Structured Society." *Royal Society Open Science* 9(3): 211743.
- Hecht, C. A., Dweck, C. S., Murphy, M. C., Kroeper, K. M., e Yeager, D. S. 2023.** "Efficiently Exploring the Causal Role of Contextual Moderators in Behavioral Science." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 120(1): e2216315120.
- Heinrich, T., Kobayashi, Y., e Lawson, E. 2021.** "Populism and Foreign Aid." *European Journal of International Relations* 27(4): 1042–1066.
- Helbing, D., e Yu, W. 2009.** "The Outbreak of Cooperation among Success-Driven Individuals under Noisy Conditions." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 106(10): 3680–3685.
- Helferich, M., Thøgersen, J., e Bergquist, M. 2023.** "Direct and Mediated Impacts of Social Norms on Pro-Environmental Behavior." *Global Environmental Change* 80: 102680.
- Helleiner, E. 2021.** "The Return of National Self-Sufficiency? Excavating Autarkic Thought in a De-Globalizing Era." *International Studies Review* 23(3): 933–957.
- Henderson, D. A., e Klepac, P. 2013.** "Lessons from the Eradication of Smallpox: An Interview with D. A. Henderson." *Philosophical Transactions of the Royal Society B: Biological Sciences* 368(1623): 20130113.
- Henkel, L., Sprengholz, P., Korn, L., Betsch, C., e Böhm, R. 2023.** "The Association between Vaccination Status Identification and Societal Polarization." *Nature Human Behaviour* 7(2): 231–239.
- Henrich, J. 2000.** "Does Culture Matter in Economic Behavior? Ultimatum Game Bargaining among the Machiguenga of the Peruvian Amazon." *American Economic Review* 90(4): 973–979.
- Henrich, J. 2009.** "The Evolution of Costly Displays, Cooperation and Religion: Credibility Enhancing Displays and Their Implications for Cultural Evolution." *Evolution and Human Behavior* 30(4): 244–260.
- Henrich, J. 2016.** *The Secret of Our Success: How Culture Is Driving Human Evolution, Domesticating Our Species, and Making Us Smarter*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Henrich, J. 2020.** *The WEIRDest People in the World: How the West Became Psychologically Peculiar and Particularly Prosperous*. Nova Iorque: Farrar, Strauss, and Giroux.
- Henrich, J. 2023.** "How Culture Made Us Uniquely Human." *Zygon: Journal of Religion and Science* 58(4).
- Henrich, J., Alvard, M., Barr, A., Bowles, S., Boyd, R., Camerer, C., Ensminger, J., e outros. 2005.** "Economic Man" in Cross-Cultural Perspective: Behavioral Experiments in 15 Small-Scale Societies." *Behavioral and Brain Sciences* 28(6): 795–815.
- Henrich, J., e Gil-White, F. J. 2001.** "The Evolution of Prestige: Freely Conferred Deference as a Mechanism for Enhancing the Benefits of Cultural Transmission." *Evolution and Human Behavior* 22(3): 165–196.
- Henrich, J., e Muthukrishna, M. 2021.** "The Origins and Psychology of Human Cooperation." *Annual Review of Psychology* 72(1): 207–240.
- Henrich, J., Bauer, M., Cassar, A., Chytilová, J., e Purzycki, B. G. 2019.** "War Increases Religiosity." *Nature Human Behaviour* 3(2): 129–135.
- Henrich, J., Blasi, D. E., Curtin, C. M., Davis, H. E., Hong, Z., Kelly, D., e Kroupin, I. 2022.** "A Cultural Species and Its Cognitive Phenotypes: Implications for Philosophy." *Review of Philosophy and Psychology*.
- Henrich, J., Boyd, R., e Richerson, P. J. 2012.** "The Puzzle of Monogamous Marriage." *Philosophical Transactions of the Royal Society B: Biological Sciences* 367(1589): 657–669.
- Henrich, J., Boyd, R., Bowles, S., Camerer, C., Fehr, E., Gintis, H., e McElreath, R. 2001.** "In Search of Homo Economicus: Behavioral Experiments in 15 Small-Scale Societies." *American Economic Review* 91(2): 73–78.
- Henrich, J., Boyd, R., Derex, M., Kline, M. A., Mesoudi, A., Muthukrishna, M., Powell, A. T., Shennan, S. J., e Thomas, M. G. 2016.** "Understanding Cumulative Cultural Evolution." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 113(44): E6724–E6725.
- Henrich, J., Chudek, M., e Boyd, R. 2015.** "The Big Man Mechanism: How Prestige Fosters Cooperation and Creates Prosocial Leaders." *Philosophical Transactions of the Royal Society B: Biological Sciences* 370(1683): 20150013.

- Henrich, J., Ensminger, J., McElreath, R., Barr, A., Barrett, C., Bolyanatz, A., Cardenas, J. C., e outros. 2010.** "Markets, Religion, Community Size, and the Evolution of Fairness and Punishment." *Science* 327(5972): 1480–1484.
- Henrich, J., Heine, S. J., e Norenzayan, A. 2010a.** "Beyond WEIRD: Towards a Broad-Based Behavioral Science." *Behavioral and Brain Sciences* 33(2–3): 111–135.
- Henrich, J., Heine, S. J., e Norenzayan, A. 2010b.** "Most People Are Not WEIRD." *Nature* 466(7302): 29–29.
- Herreros, F. 2023.** "The State and Trust." *Annual Review of Political Science* 26(1): 117–134.
- Herrmann, B., Thöni, C., e Gächter, S. 2008.** "Antisocial Punishment across Societies." *Science* 319(5868): 1362–1367.
- Hertel-Fernandez, A., Mildenerger, M., e Stokes, L. C. 2019.** "Legislative Staff and Representation in Congress." *American Political Science Review* 113(1): 1–18.
- Hertel, T. 2004.** "Assessing the Provision of International Trade as a Global Public Good." Nova Iorque: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.
- Heyes, C. 2023.** "Rethinking Norm Psychology." *Perspectives on Psychological Science* 0(0): 1–27.
- Hickman, C. 2024.** "Eco-Anxiety in Children and Young People: A Rational Response, Irreconcilable Despair, or Both?" *The Psychoanalytic Study of the Child* 77(1): 356–368.
- Hickman, C., Marks, E., Pihkala, P., Clayton, S., Lewandowski, R. E., Mayall, E. E., Wray, B., Mellor, C., e van Susteren, L. 2021.** "Climate Anxiety in Children and Young People and Their Beliefs About Government Responses to Climate Change: A Global Survey." *The Lancet Planetary Health* 5(12): e863–e873.
- Hirai, T. 2020.** "The Impact of Trust on the Quality of Participation in Development: The Case of Ukraine." *The International Journal of Social Quality* 10(2): 72–92.
- Hirschman, A. O. 1982.** "Rival Interpretations of Market Society: Civilizing, Destructive, or Feeble?" *Journal of Economic Literature* 20(4): 1463–1484.
- Hirshleifer, J. 1983.** "From Weakest-Link to Best-Shot: The Voluntary Provision of Public Goods." *Public Choice* 41(3): 371–386.
- Hirte, G., Lessmann, C., e Seidel, A. 2020.** "International Trade, Geographic Heterogeneity and Interregional Inequality." *European Economic Review* 127: 103427.
- Hobolt, S. B., Leeper, T. J., e Tilley, J. 2021.** "Divided by the Vote: Affective Polarization in the Wake of the Brexit Referendum." *British Journal of Political Science* 51(4): 1476–1493.
- Hoekman, B. M., Maskus, K. E., e Saggi, K. 2005.** "Transfer of Technology to Developing Countries: Unilateral and Multilateral Policy Options." *World Development* 33(10): 1587–1602.
- Hoff, K., e Stiglitz, J. E. 2016.** "Striving for Balance in Economics: Towards a Theory of the Social Determination of Behavior." *Journal of Economic Behavior & Organization* 126: 25–57.
- Hoff, K., e Walsh, J. S. 2019.** "The Third Function of Law Is to Transform Cultural Categories." Documento de trabalho de investigação de políticas 8954, Banco Mundial, Washington, DC.
- Hoffman, S. J., Baral, P., Rogers Van Katwyk, S., Sriharan, L., Hughsam, M., Randhawa, H., Lin, G., e outros. 2022.** "International Treaties Have Mostly Failed to Produce Their Intended Effects." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 119(32): e2122854119.
- Hogg, M. A. 2007.** "Uncertainty–Identity Theory." *Advances in Experimental Social Psychology* 39: 69–126.
- Holland, A., e Pazarbasioglu, C. 2024.** "How to Ease Rising External Debt-Service Pressures in Low-Income Countries." <https://www.imf.org/en/Blogs/Articles/2024/01/24/how-to-ease-rising-external-debt-service-pressures-in-low-income-countries>.
- Holloway, J., e Manwaring, R. 2023.** "How Well Does 'Resilience' Apply to Democracy? A Systematic Review." *Contemporary Politics* 29(1): 68–92.
- Hornsey, M. J., e Lewandowsky, S. 2022.** "A Toolkit for Understanding and Addressing Climate Scepticism." *Nature Human Behaviour* 6(11): 1454–1464.
- Hornsey, M. J., Harris, E. A., Bain, P. G., e Fielding, K. S. 2016.** "Meta-Analyses of the Determinants and Outcomes of Belief in Climate Change." *Nature Climate Change* 6(6): 622–626.
- Hornung, J. 2022.** "Social Identities in Climate Action." *Climate Action* 1(1): 4.
- Horton, R. M., de Sherbinin, A., Wrathall, D., e Oppenheimer, M. 2021.** "Assessing Human Habitability and Migration." *Science* 372(6548): 1279–1283.
- Horváth, B., Ivanov, A., e Peleah, M. 2012.** "The Global Crisis and Human Development: A Study on Central and Eastern Europe and the CIS Region." *Journal of Human Development and Capabilities* 13(2): 197–225.
- House, B. R. 2018.** "How Do Social Norms Influence Prosocial Development?" *Current Opinion in Psychology* 20: 87–91.
- House, B. R., Kanngiesser, P., Barrett, H. C., Broesch, T., Cebiolgu, S., Crittenden, A. N., Erut, A., e outros. 2020.** "Universal Norm Psychology Leads to Societal Diversity in Prosocial Behaviour and Development." *Nature Human Behaviour* 4(1): 36–44.
- Howard, P. H., e Hendrickson, M. 2020.** "The State of Concentration in Global Food and Agriculture Industries." In Herren, H., Haerlin, B., e o Grupo Consultivo IAASD+10, (eds.), *Transformation of Food Systems: The Making of a Paradigm Shift*. Bochum, Alemanha: The Foundation on Future Farming.
- Howard, P. H., e Hendrickson, M. 2021.** "Corporate Concentration in the US Food System Makes Food More Expensive and Less Accessible for Many Americans." <https://theconversation.com/corporate-concentration-in-the-us-food-system-makes-food-more-expensive-and-less-accessible-for-many-americans-151193>. Acedido em 13 de janeiro de 2024.
- Howsan, K., e Partridge, A. 2022.** "Policy Brief: Digital Identification and Rights Realisation in South Africa." Investigação ICT África, Cidade do Cabo, África do Sul.
- Hoy, C., e Mager, F. 2021.** "Why Are Relatively Poor People Not More Supportive of Redistribution? Evidence from a Randomized Survey Experiment across Ten Countries." *American Economic Journal: Economic Policy* 13(4): 299–328.
- Hsieh, C.-T., Hurst, E., Jones, C. I., e Klenow, P. J. 2019.** "The Allocation of Talent and U.S. Economic Growth." *Econometrica* 87(5): 1439–1474.
- Hu, B., Guo, H., Zhou, P., e Shi, Z.-L. 2021.** "Characteristics of SARS-CoV-2 and Covid-19." *Nature Reviews Microbiology* 19(3): 141–154.
- Huambachano, M. A. 2019.** "Indigenous Food Sovereignty." *New Zealand Journal of Ecology* 43(3): 1–6.
- Huang, B., Cai, Y., Li, N., Li, K., Wang, Z., Li, L., Wu, L., e outros. 2021.** "Sex-Based Clinical and Immunological Differences in Covid-19." *BMC Infectious Diseases* 21(1): 647.
- Huang, Y. 2022.** "The Health Silk Road: How China Adapts the Belt and Road Initiative to the Covid-19 Pandemic." *American Journal of Public Health* 112(4): 567–569.
- Huber, C., Dreber, A., Huber, J., Johannesson, M., Kirchler, M., Weitzel, U., Abellán, M., e outros. 2023.** "Competition and Moral Behavior: A Meta-Analysis of Forty-Five Crowd-Sourced Experimental Designs." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 120(23): e2215572120.
- Hudson, V. M., Caprioli, M., Bowen, D. L., e McDermott, R. 2023.** *Sex and World Peace*. Nova Iorque, NY: Columbia University Press.
- Huettel, S. A., e Kranton, R. E. 2012.** "Identity Economics and the Brain: Uncovering the Mechanisms of Social Conflict." *Philosophical Transactions of the Royal Society B: Biological Sciences* 367(1589): 680–691.
- Hufe, P., Kanbur, R., e Peichl, A. 2022.** "Measuring Unfair Inequality: Reconciling Equality of Opportunity and Freedom from Poverty." *The Review of Economic Studies* 89(6): 3345–3380.
- Hughes, J. E., e Podolefsky, M. 2015.** "Getting Green with Solar Subsidies: Evidence from the California Solar Initiative." *Journal of the Association of Environmental and Resource Economists* 2(2): 235–275.
- Hughes, T. P., Anderson, K. D., Connolly, S. R., Heron, S. F., Kerry, J. T., Lough, J. M., Baird, A. H. e outros. 2018.** "Spatial and Temporal Patterns of Mass Bleaching of Corals in the Anthropocene." *Science* 359(6371): 80–83.
- Hurd, I. 2022.** "The Case against International Cooperation." *International Theory* 14(2): 263–284.
- Hurrell, A. 2008.** *On Global Order: Power, Values and the Constitution of International Society; Changing Global Orders*. Oxford, Reino Unido: Oxford University Press.

- Hurwicz, L. 1996.** "Institutions as Families of Game Forms." *The Japanese Economic Review* 47(2): 113–132.
- Hvidberg, K. B., Kreiner, C. T., e Stantcheva, S. 2023.** "Social Positions and Fairness Views on Inequality." *The Review of Economic Studies* 90(6): 3083–3118.
- Hyndle-Hussein, J. 2015.** "The Baltic States on the Conflict in Ukraine." *Comentário OSW, Centro de Estudos de Leste, Varsóvia.*
- Iacoviello, M., e Navarro, G. 2019.** "Foreign Effects of Higher US Interest Rates." *Journal of International Money and Finance* 95: 232–250.
- Ibrahim, S. S. 2006.** "From Individual to Collective Capabilities: The Capability Approach as a Conceptual Framework for Self-Help." *Journal of Human Development and Capabilities* 7(3): 397–416.
- Iddrisu, A. G., e Mohammed, J. I. 2019.** "Is Political Business Cycle an Enemy to Human Development? Empirical Evidence from Africa." *Economic and Political Studies* 7(3): 337–351.
- AIE (Agência Internacional de Energia). 2023a.** "Government Energy Spending Tracker." <https://www.iea.org/reports/government-energy-spending-tracker-2>.
- AIE (Agência Internacional de Energia). 2023b.** *Global EV Outlook 2023 Catching Up with Climate Ambitions*. Paris.
- IISS (Instituto Internacional de Estudos Estratégicos). 2023.** *The Amed Conflict Survey 2023*. Londres: IISS.
- Ijzerman, H., Lewis, N. A., Przybylski, A. K., Weinstein, N., DeBruine, L., Ritchie, S. J., Vazire, S., e outros. 2020.** "Use Caution When Applying Behavioural Science to Policy." *Nature Human Behaviour* 4(11): 1092–1094.
- Ikenberry, G. J. 2018.** "The End of Liberal International Order?" *International Affairs* 94(1): 7–23.
- OIT (Organização Internacional do Trabalho). 2023.** Base de dados ILOSTAT. <https://ilostat.ilo.org/data/>. Acedido em 9 de fevereiro de 2024.
- Im, S., Iriş, D., e Ko, H. 2022.** "Subjective Beliefs in International Agreements." *The Singapore Economic Review*: 1–31.
- FMI (Fundo Monetário Internacional). 2001.** "Global Trade Liberalization and the Developing Countries." Washington DC: FMI.
- FMI (Fundo Monetário Internacional). 2014.** *2014 Spillover Report*. Washington, DC: FMI.
- FMI (Fundo Monetário Internacional). 2017.** *State-Contingent Debt Instruments for Sovereigns*. Washington, DC: FMI.
- FMI (Fundo Monetário Internacional). 2021a.** "2021 General SDR Allocation." <https://www.imf.org/en/Topics/special-drawing-right/2021-SDR-Allocation>. Acedido em 15 de dezembro de 2023.
- FMI (Fundo Monetário Internacional). 2021b.** "IMF Managing Director Announces the US\$650 billion SDR Allocation Comes into Effect." Comunicado de imprensa 21/248. <https://www.imf.org/en/News/Articles/2021/08/23/pr21248-imf-managing-director-announces-the-us-650-billion-sdr-allocation-comes-into-effect>. Acedido em 15 de dezembro de 2023.
- FMI (Fundo Monetário Internacional). 2021c.** *World Economic Outlook: Managing Divergent Recoveries*. Washington, DC: FMI.
- FMI (Fundo Monetário Internacional). 2023a.** "2023 Review of Resource Adequacy of the Poverty Reduction and Growth Trust, Resilience and Sustainability Trust, and Debt Relief Trusts." Documento de Política 2023/021, FMI, Washington, DC.
- FMI (Fundo Monetário Internacional). 2023b.** *2021 Special Drawing Rights Allocation—Ex-Post Assessment Report*. Washington, DC: Fundo Monetário Internacional.
- FMI (Fundo Monetário Internacional). 2023c.** "The High Cost of Global Economic Fragmentation." <https://www.imf.org/en/Blogs/Articles/2023/08/28/the-high-cost-of-global-economic-fragmentation>. Acedido em 24 de outubro de 2023.
- FMI (Fundo Monetário Internacional). 2023d.** World Economic Outlook database. Edição de outubro de 2023. Washington, DC. <https://www.imf.org/en/Publications/WEO/weo-database/2023/outubro>. Acedido em 15 de novembro de 2023.
- Painel Independente para a Preparação e Resposta às Pandemias. 2021.** *Covid-19: Make It the Last Pandemic*. Genebra: OMS.
- Painel Independente para a Preparação e Resposta às Pandemias. 2022.** *Transforming or Tinkering? Inaction Lays the Groundwork for Another Pandemic*. Genebra: OMS.
- Ingersoll, K. A. 2016.** *Waves of Knowing: A Seascape Epistemology*. Durham, NC: Duke University Press.
- Inglehart, R. 2020.** *Modernization and Postmodernization: Cultural, Economic, and Political Change in 43 Societies*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Inglehart, R., Haerper, C., Moreno, A., Welzel, C., Kizilova, K., Diez-Medrano, J., Lagos, M. e outros. 2022.** "World Values Survey." Madrid: JD Systems Institute e Vienna: WWSA Secretariat.
- Institute for Economics and Peace 2023.** *Global Peace Index 2023: Measuring Peace in a Complex World*. Sydney, Austrália: Instituto para a Economia e Paz.
- Consórcio Internacional para a Sequenciação do Genoma Humano. 2004.** "Finishing the Euchromatic Sequence of the Human Genome." *Nature* 431(7011): 931-945.
- IRC (Comité Internacional de Resgate). 2023a.** "World Refugee Day: 110 Million People Displaced around the World: Get the Facts." IRC, 13 de junho.
- IRC (Comité Internacional de Resgate). 2023b.** "The Top 10 Crises the World Can't Ignore in 2024." 13 de dezembro. <https://www.rescue.org/article/top-10-crises-world-cant-ignore-2024>.
- OIM (Organização Internacional para as Migrações). 2022.** *The World Migration Report 2022*. Genebra: OIM.
- PIAC (Painel Intergovernamental sobre as Alterações Climáticas). 2007.** "Climate Change 2007: The Physical Science Basis." In *Fourth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change*. Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press.
- PIAC (Painel Intergovernamental sobre as Alterações Climáticas). 2021a.** *Climate Change 2021: The Physical Science Basis—Summary for Policymakers*. Genebra: PIAC.
- PIAC (Painel Intergovernamental sobre as Alterações Climáticas). 2021b.** "Climate Change Widespread, Rapid, and Intensifying: IPCC." <https://www.ipcc.ch/2021/08/09/ar6-wg1-20210809-pr/>. Acedido em 10 de novembro de 2023.
- PIAC (Painel Intergovernamental sobre as Alterações Climáticas). 2022.** *Summary for Policymakers in Climate Change 2022: Impacts, Adaptation, and Vulnerability. Contribution of Working Group II to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change*. Genebra: PIAC.
- PIAC (Painel Intergovernamental sobre as Alterações Climáticas). 2023.** *AR6 Synthesis Report: Climate Change 2023*. Genebra: PIAC.
- IRC (Comité Internacional de Resgate). 2023.** "World Refugee Day: 110 Million People Displaced around the World: Get the Facts." IRC, 13 de junho.
- Isler, O., Gächter, S., Maule, A. J., e Starmer, C. 2021.** "Contextualised Strong Reciprocity Explains Selfless Cooperation Despite Selfish Intuitions and Weak Social Heuristics." *Scientific Reports* 11(1): 13868.
- UIT (União Internacional das Telecomunicações). 2022.** *Global Connectivity Report 2022*. Genebra: UIT.
- UIT (União Internacional das Telecomunicações). 2023.** "Facts and Figures 2023." ITU, Genebra.
- Iwasaki, M. 2023.** "Social Preferences and Well-Being: Theory and Evidence." *Humanities and Social Sciences Communications* 10(1): 342.
- Iyengar, S., Lelkes, Y., Levendusky, M., Malhotra, N., e Westwood, S. J. 2019.** "The Origins and Consequences of Affective Polarization in the United States." *Annual Review of Political Science* 22: 129–146.
- Iyengar, S., Sood, G., e Lelkes, Y. 2012.** "Affect, Not Ideology: A Social Identity Perspective on Polarization." *Public Opinion Quarterly* 76(3): 405–431.
- Jackson, D., e Köbis, N. 2018.** "Anti-Corruption through a Social Norms Lens." *U4 Issue* 7.
- Jackson, J. C., Gelfand, M., e Ember, C. R. 2020.** "A Global Analysis of Cultural Tightness in Non-Industrial Societies." *Proceedings of the Royal Society B: Biological Sciences* 287(1930): 20201036.
- Jackson, J. C., Gelfand, M., De, S., e Fox, A. 2019.** "The Loosening of American Culture over 200 Years Is Associated with a Creativity–Order Trade-Off." *Nature Human Behaviour* 3(3): 244–250.
- Jagers, S. C., Harring, N., Löfgren, Å., Sjöstedt, M., Alpizar, F., Brülde, B., Langlet, D., e outros. 2020.** "On the Preconditions for Large-Scale Collective Action." *Ambio* 49: 1282–1296.
- Jakob, M., Afionis, S., Åhman, M., Antoci, A., Arens, M., Ascensão, F., van Asselt, H., e outros. 2022.** "How Trade Policy Can Support the Climate Agenda." *Science* 376(6600): 1401–1403.

- Jayaraman, R., e Kanbur, R. 1999.** "International Public Goods and the Case for Foreign Aid." Em Kaul, I., Grunberg, I. e Stern, M., (eds.), *Global Public Goods: International Cooperation in the 21st Century*. Nova Iorque: Oxford University Press.
- Jensen, K., Call, J., e Tomasello, M. 2007.** "Chimpanzees Are Rational Maximizers in an Ultimatum Game." *Science* 318(5847): 107-109.
- Jeong, J., Franchett, E. E., Ramos de Oliveira, C. V., Rehmani, K., e Yousafzai, A. K. 2021.** "Parenting Interventions to Promote Early Child Development in the First Three Years of Life: A Global Systematic Review and Meta-Analysis." *PLoS Medicine* 18(5): e1003602.
- Jiang, S., Bottazzi, M. E., Du, L., Lustigman, S., Tseng, C.-T. K., Curti, E., Jones, K., Zhan, B., e Hotez, P. J. 2012.** "Roadmap to Developing a Recombinant Coronavirus S Protein Receptor-Binding Domain Vaccine for Severe Acute Respiratory Syndrome." *Expert Review of Vaccines* 11(12): 1405-1413.
- Universidade Johns Hopkins. 2023.** "Covid-19 Dashboard." <https://gisanddata.maps.arcgis.com/apps/dashboards/bda7594740fd40299423467b48e9ecf6>. Acedido em 9 de fevereiro de 2024.
- Johnson, K. 2019.** "A Year of Global Protest." *Foreign Policy*, 23 de dezembro.
- Jones, B., e Malcorra, S. 2020.** *Competing for Order: Confronting the Long Crisis of Multilateralism*. Washington, DC: The Brookings Institution.
- Jones, C. I. 1995.** "R&D-Based Models of Economic Growth." *Journal of Political Economy* 103(4): 759-784.
- Jones, C. I. 2019.** "Paul Romer: Ideas, Nonrivalry, and Endogenous Growth." *The Scandinavian Journal of Economics* 121(3): 859-883.
- Jones, C. I. 2020.** "The End of Economic Growth? Unintended Consequences of a Declining Population." Documento de trabalho 26651, National Bureau of Economic Research, Cambridge, MA.
- Jones, C. I. 2022.** "The Past and Future of Economic Growth: A Semi-Endogenous Perspective." *Annual Review of Economics* 14(1): 125-152.
- Jones, C. I. 2023.** "Recipes and Economic Growth: A Combinatorial March Down an Exponential Tail." *Journal of Political Economy* 131(8): 1994-2031.
- Jones, R. 2019.** "Climate Change and Indigenous Health Promotion." *Global Health Promotion* 26(3_suppl): 73-81.
- Jordà, Ò., e Taylor, A. M. 2016.** "The Time for Austerity: Estimating the Average Treatment Effect of Fiscal Policy." *The Economic Journal* 126(590): 219-255.
- Jordan, J. J., e Kteily, N. S. 2023.** "How Reputation Does (and Does Not) Drive People to Punish without Looking." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 120(28): e2302475120.
- Jørgensen, F. J., e Osmundsen, M. 2022.** "Correcting Citizens' Misperceptions About Non-Western Immigrants: Corrective Information, Interpretations, and Policy Opinions." *Journal of Experimental Political Science* 9(1): 64-73.
- Joshi, A., Prichard, W., e Heady, C. 2014.** "Taxing the Informal Economy: The Current State of Knowledge and Agendas for Future Research." *The Journal of Development Studies* 50(10): 1325-1347.
- Jost, J. T., Baldassarri, D. S., e Druckman, J. N. 2022.** "Cognitive-Motivational Mechanisms of Political Polarization in Social-Communicative Contexts." *Nature Reviews Psychology* 1(10): 560-576.
- Jost, J. T., Stern, C., Rule, N. O., e Sterling, J. 2017.** "The Politics of Fear: Is There an Ideological Asymmetry in Existential Motivation?" *Social Cognition* 35(4): 324-353.
- Judge, M., Fernando, J. W., e Begeny, C. T. 2022.** "Dietary Behaviour as a Form of Collective Action: A Social Identity Model of Vegan Activism." *Appetite* 168: 105730.
- Judge, M., Kashima, Y., Steg, L., e Dietz, T. 2023.** "Environmental Decision-Making in Times of Polarization." *Annual Review of Environment and Resources* 48(1): 477-503.
- Kaaronen, R. O., Mulder, M. B., e Waring, T. 2023.** "Applying Cultural Evolution to Address Climate and Environmental Challenges." *The Oxford Handbook of Cultural Evolution* (online edition). Oxford Academic. Acedido em 12 de fevereiro de 2024.
- Kaasa, A., e Andriani, L. 2022.** "Determinants of Institutional Trust: The Role of Cultural Context." *Journal of Institutional Economics* 18(1): 45-65.
- Kaczorowski, J., e Del Grande, C. 2021.** "Beyond the Tip of the Iceberg: Direct and Indirect Effects of Covid-19." *The Lancet Digital Health* 3(4): e205-e206.
- Kahn, M. E., e Matsusaka, J. G. 1997.** "Demand for Environmental Goods: Evidence from Voting Patterns on California Initiatives." *The Journal of Law and Economics* 40(1): 137-174.
- Kahneman, D., e Tversky, A. 1979.** "Prospect Theory: An Analysis of Decision under Risk." *Econometrica* 47(2): 263-291.
- Kalkowska, D. A., Voorman, A., Pallansch, M. A., Wassilak, S. G. F., Cochi, S. L., Badizadegan, K., e Thompson, K. M. 2023.** "The Impact of Disruptions Caused by the Covid-19 Pandemic on Global Polio Eradication." *Vaccine* 41: A12-A18.
- Kamin, S. B., Arteta, C., e Ruch, F. U. 2023.** "Financial Spillovers of Rising US Interest Rates." In *Global Economic Prospects, June 2023*. Washington, DC: Banco Mundial.
- Kanbur, S. R., Sandler, T., e Morrison, K. M. 1999.** *The Future of Development Assistance: Common Pools and International Public Goods*. Washington, DC: Overseas Development Council.
- Kanem, N., Murray, C. J., e Horton, R. 2023.** "The Lancet Commission on 21st-Century Global Health Threats." *The Lancet* 401(10370): 10-11.
- Kanngiesser, P., Schäfer, M., Herrmann, E., Zeidler, H., Haun, D., e Tomasello, M. 2022.** "Children across Societies Enforce Conventional Norms but in Culturally Variable Ways." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 119(1): e2112521118.
- Karabarbounis, L. 2023.** "Perspectives on the Labor Share." Documento de Trabalho NBER 31854, National Bureau of Economic Research, Cambridge, MA.
- Karabarbounis, L., e Neiman, B. 2013.** "The Global Decline of the Labor Share." *The Quarterly Journal of Economics* 129(1): 61-103.
- Karlsson, M., Alfredsson, E. e Westling, N. 2020.** "Climate Policy Co-Benefits: A Review." *Climate Policy* 20(3): 292-316.
- Katzenstein, P. J., Keohane, R. O., e Krasner, S. D. 1998.** "International Organization and the Study of World Politics." *International Organization* 52(4): 645-685.
- Kaul, I., e Conceição, P. 2006a.** *The New Public Finance: Responding to Global Challenges*. Nova Iorque: Oxford University Press.
- Kaul, I., e Conceição, P. 2006b.** "Why Revisit Public Finance Today." In Kaul, I. e Conceição, P., (eds.), *The New Public Finance: Responding to Global Challenges*. Nova Iorque: Oxford University Press.
- Kaul, I., Conceição, P., Le Goulven, K. e Mendoza, R. U. 2003.** *Providing Global Public Goods: Managing Globalization*. Oxford, Reino Unido: Oxford University Press.
- Kaul, I., Grunberg, I., e Stern, M. 1999.** *Global Public Goods: International Cooperation in the 21st Century*. Nova Iorque: Oxford University Press.
- Kausel, E. E., e Connolly, T. 2014.** "Do People Have Accurate Beliefs About the Behavioral Consequences of Incidental Emotions? Evidence from Trust Games." *Journal of Economic Psychology* 42: 96-111.
- Kavliak, G., Mc Nerney, J., e Trancik, J. E. 2018.** "Evaluating the Causes of Cost Reduction in Photovoltaic Modules." *Energy Policy* 123: 700-710.
- Kawachi, I., e Berkman, L. F. 2001.** "Social Ties and Mental Health." *Journal of Urban Health* 78: 458-467.
- Kawachi, I., e Kennedy, B. P. 1997.** "Socioeconomic Determinants of Health: Health and Social Cohesion: Why Care About Income Inequality?" *BMJ* 314(7086): 1037.
- Kawachi, I., Kennedy, B., Lochner, K., e Prothrow-Stith, D. 1997.** "Social Capital, Income Inequality, and Mortality." *American Journal of Public Health* 87 (9): 1491-1498.
- Kawakatsu, M., Lelkes, Y., Levin, S. A., e Tarnita, C. E. 2021.** "Interindividual Cooperation Mediated by Partisanship Complicates Madison's Cure for 'Mischief of Faction.'" *Proceedings of the National Academy of Sciences* 118(50): e2102148118.
- Keen, S., Lenton, T. M., Garrett, T. J., Rae, J. W. B., Hanley, B. P., e Grasselli, M. 2022.** "Estimates of Economic and Environmental Damages from Tipping Points Cannot Be Reconciled with the Scientific Literature." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 119(21): e2117308119.
- Kelley, J. G., e Simmons, B. A. 2015.** "Politics by Number: Indicators as Social Pressure in International Relations." *American Journal of Political Science* 59(1): 55-70.

- Kemp, L., Xu, C., Depledge, J., Ebi, K. L., Gibbins, G., Kohler, T. A., Rockström, J., e outros. 2022a. "Climate Endgame: Exploring Catastrophic Climate Change Scenarios." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 119(34): e2108146119.
- Kemp, L., Xu, C., Depledge, J., Ebi, K. L., Gibbins, G., Kohler, T. A., Rockström, J., e outros. 2022b. "Reply to Burgess Et Al: Catastrophic Climate Risks Are Neglected, Plausible, and Safe to Study." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 119(42): e2214884119.
- Kendal, R. L., Boogert, N. J., Rendell, L., Laland, K. N., Webster, M., e Jones, P. L. 2018. "Social Learning Strategies: Bridge-Building between Fields." *Trends in Cognitive Sciences* 22(7): 651–665.
- Kendall, R. 2022. "Decomposing Coordination Failure in Stag Hunt Games." *Experimental Economics* 25(4): 1109–1145.
- Keohane, R. O. 1982. "The Demand for International Regimes." *International Organization* 36(2): 325–355.
- Keohane, R. O. 1984. *After Hegemony*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Keohane, R. O. 2020. "Understanding Multilateral Institutions in Easy and Hard Times." *Annual Review of Political Science* 23(1): 1–18.
- Keohane, R. O., e Victor, D. G. 2016. "Cooperation and Discard in Global Climate Policy." *Nature Climate Change* 6(6): 570–575.
- Kertzer, J. D., Powers, K. E., Rathbun, B. C., e Iyer, R. 2014. "Moral Support: How Moral Values Shape Foreign Policy Attitudes." *The Journal of Politics* 76(3): 825–840.
- Keynejad, R. C. 2023. "Domestic Violence and Mental Health During Covid-19." *Progress in Neurology and Psychiatry* 27(1): 50–55.
- Keys, P. W., Galaz, V., Dyer, M., Matthews, N., Folke, C., Nyström, M., e Cornell, S. E. 2019a. "Anthropocene Risk." *Nature Sustainability* 2(8): 667–673.
- Keys, P. W., Porkka, M., Wang-Erlandsson, L., Fetzer, I., Gleeson, T., e Gordon, L. J. 2019b. "Invisible Water Security: Moisture Recycling and Water Resilience." *Water Security* 8: 100046.
- Keys, P. W., van der Ent, R. J., Gordon, L. J., Hoff, H., Nikoli, R., e Savenije, H. H. G. 2012. "Analyzing Precipitationsheds to Understand the Vulnerability of Rainfall Dependent Regions." *Biogeosciences* 9(2): 733–746.
- Keys, P. W., Wang-Erlandsson, L., Gordon, L. J., Galaz, V., e Ebbesson, J. 2017. "Approaching Moisture Recycling Governance." *Global Environmental Change* 45: 15–23.
- Kharpal, A. 2023. "Global Smartphone Market to Hit Decade Low in 2023 but Apple Could Take Top Spot, Research Shows." <https://www.cnbc.com/2023/08/17/global-smartphone-market-to-hit-decade-low-apple-could-take-top-spot.html>. Acedido em 5 de setembro de 2023.
- Kifle, M. E., Aychiluhm, S. B., e Anbesu, E. W. 2024. "Global Prevalence of Intimate Partner Violence during the COVID-19 Pandemic among Women: Systematic Review and Meta-Analysis." *BMC Women's Health* 24(1): 1–14.
- Kim, J. H., Hotez, P., Batista, C., Ergonul, O., Figueroa, J. P., Gilbert, S., Gursel, M., e outros. 2021. "Operation Warp Speed: Implications for Global Vaccine Security." *The Lancet Global Health* 9(7): e1017–e1021.
- Kim, K., Askin, N., e Evans, J. A. 2024. "Disrupted Routines Anticipate Musical Exploration." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 121(6): e2306549121.
- Kim, N., e Conceição, P. 2010. "The Economic Crisis, Violent Conflict, and Human Development." *International Journal of Peace Studies* 15(1): 29–43.
- Kindleberger, C. P. 1986. "International Public Goods without International Government." *The American Economic Review* 76(1): 1–13.
- King, K. 2006. "Compensating Countries for the Provision of Global Public Services." In Kaul, I. e Conceição, P., (eds.), *The New Public Finance: Responding to Global Challenges*. Nova Iorque: Oxford University Press.
- Kingzette, J., Druckman, J. N., Klar, S., Krupnikov, Y., Levendusky, M., e Ryan, J. B. 2021. "How Affective Polarization Undermines Support for Democratic Norms." *Public Opinion Quarterly* 85(2): 663–677.
- Kinnunen, P., Guillaume, J. H. A., Taka, M., D'Odorico, P., Siebert, S., Puma, M. J., Jalava, M., e Kummu, M. 2020. "Local Food Crop Production Can Fulfill Demand for Less Than One-Third of the Population." *Nature Food* 1(4): 229–237.
- Kinnvall, C., e Kisić Merino, P. 2023. "Deglobalization and the Political Psychology of White Supremacy." *Theory & Psychology* 33(2): 227–248.
- Kirchler, E., Hoelzl, E., e Wahl, I. 2008. "Enforced Versus Voluntary Tax Compliance: The 'Slippery Slope' Framework." *Journal of Economic Psychology* 29(2): 210–225.
- Kirshner, J. 2022. *An Unwritten Future: Realism and Uncertainty in World Politics*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Kiszewski, A. E., Cleary, E. G., Jackson, M. J., e Ledley, F. D. 2021. "NIH Funding for Vaccine Readiness before the Covid-19 Pandemic." *Vaccine* 39(17): 2458–2466.
- Kleven, H. J., Knudsen, M. B., Kreiner, C. T., Pederesen, S., e Saez, E. 2011. "Unwilling or Unable to Cheat? Evidence from a Tax Audit Experiment in Denmark." *Econometrica* 79(3): 651–692.
- Klienberg, E., Araos, M., e Koslov, L. 2020. "Sociology and the Climate Crisis." *Annual Review of Sociology* 46: 649–669.
- Knopf, D. A., e Alpert, P. A. 2023. "Atmospheric Ice Nucleation." *Nature Reviews Physics* 5(4): 203–217.
- Knuth, D. E. 1972. "Ancient Babylonian Algorithms." *Communications of the Association for Computing Machinery* 15(7): 671–677.
- Köbis, N., Jackson, D., e Carter, D. I. 2020. "Recent Approaches to the Study of Social Norms and Corruption." In Mungiu-Pippidi, A. and Heywood, P. M., (eds.), *A Research Agenda for Studies of Corruption*. Edward Elgar.
- Koczan, Z., Peri, G., Pinat, M., e Rozhkov, D. 2021. "The Impact of International Migration on Inclusive Growth: A Review." Documento de trabalho FMI 2021/088, Fundo Monetário Internacional, Washington, DC.
- Kogler, C., e Kirchler, E. 2020. "Taxpayers' Subjective Concepts of Taxes, Tax Evasion, and Tax Avoidance." In Van Brederode, R. F., (ed.) *Ethics and Taxation*. Singapura: Springer Singapura.
- Kogler, C., Muehlbacher, S., e Kirchler, E. 2015. "Testing the 'Slippery Slope Framework' among Self-Employed Taxpayers." *Economics of Governance* 16(2): 125–142.
- Koliev, F., Page, D., e Tallberg, J. 2022. "The Domestic Impact of International Shaming: Evidence from Climate Change and Human Rights." *Public Opinion Quarterly* 86(3): 748–761.
- Komatsu, H., Rappleye, J., e Silova, I. 2022. "Social Mindfulness for Global Environmental Sustainability?" *Proceedings of the National Academy of Sciences* 119(4): e2118710118.
- Korbmacher, M., Azevedo, F., Pennington, C. R., Hartmann, H., Pownall, M., Schmidt, K., Elsherif, M., e outros. 2023. "The Replication Crisis Has Led to Positive Structural, Procedural, and Community Changes." *Communications Psychology* 1(1): 3.
- Korn, L., Böhm, R., Meier, N. W., e Betsch, C. 2020. "Vaccination as a Social Contract." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 117(26): 14890–14899.
- Kosfeld, M., e Rustagi, D. 2015. "Leader Punishment and Cooperation in Groups: Experimental Field Evidence from Commons Management in Ethiopia." *American Economic Review* 105(2): 747–783.
- Kosse, F., Deckers, T., Pinger, P., Schildberg-Hörisch, H., e Falk, A. 2020. "The Formation of Prosociality: Causal Evidence on the Role of Social Environment." *Journal of Political Economy* 128(2): 434–467.
- Kotchen, M. J., Rising, J. A., e Wagner, G. 2023. "The Costs of 'Costless' Climate Mitigation." *Science* 382(6674): 1001–1003.
- Kotzé, L. 2019. "A Global Environmental Constitution for the Anthropocene?" *Transnational Environmental Law* 8(1): 11–33.
- Kotzé, L. J., e Kim, R. E. 2022. "Towards Planetary Nexus Governance in the Anthropocene: An Earth System Law Perspective." *Global Policy* 13(S3): 86–97.
- Kouamé, W. A. K. 2021. "Trust to Pay? Tax Morale and Trust in Africa." *The Journal of Development Studies* 57(7): 1086–1105.
- Kraft-Todd, G. T., Bollinger, B., Gillingham, K., Lamp, S., e Rand, D. G. 2018. "Credibility-Enhancing Displays Promote the Provision of Non-Normative Public Goods." *Nature* 563(7730): 245–248.
- Kränge, O., Kaltenborn, B. P., e Hultman, M. 2021. "Don't Confuse Me with Facts—How Right Wing Populism Affects Trust in Agencies Advocating Anthropogenic Climate Change as a Reality." *Humanities and Social Sciences Communications* 8(1): 255.

- Kranton, R., Pease, M., Sanders, S., e Huettel, S. 2020.** "Deconstructing Bias in Social Preferences Reveals Groupy and Not-Groupy Behavior." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 117(35): 21185–21193.
- Krasner, S. D. 1991.** "Global Communications and National Power: Life on the Pareto Frontier." *World Politics* 43(3): 336–366.
- Krasner, S. D. 1999.** *Sovereignty: Organized Hypocrisy*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Krause, J., Krause, W., e Bränfors, P. 2018.** "Women's Participation in Peace Negotiations and the Durability of Peace." *International Interactions* 44(6): 985–1016.
- Kremer, M. 2006.** "Global Public Goods in Communicable Disease Control." Estudo encomendado pelo Secretariado da Task Force Internacional sobre Bens Públicos Mundiais, Estocolmo.
- Kremer, M., e Leino, J. 2004.** "Regional Public Goods and Health in Latin America." In Estevadeordal, A., Frantz, B., e Nguyen, T.R. (eds.), *Regional Public Goods: From Theory to Practice*. Washington, DC: Banco Interamericano de Desenvolvimento e Banco Asiático de Desenvolvimento.
- Kremer, M., Levin, J., e Snyder, C. M. 2020.** "Advance Market Commitments: Insights from Theory and Experience." *AEA Papers and Proceedings* 110: 269–273.
- Kremer, M., Rao, G., e Schilbach, F. 2019.** "Behavioral Development Economics." In Bernheim, B. D., DellaVigna, S. e Laibson, D., (eds.), *Handbook of Behavioral Economics: Applications and Foundations 1*. North-Holland.
- Kreps, S. E., e Kriner, D. L. 2020.** "Model Uncertainty, Political Contestation, and Public Trust in Science: Evidence from the Covid-19 Pandemic." *Science Advances* 6(43): eabd4563.
- Krishnarajan, S. 2023.** "Rationalizing Democracy: The Perceptual Bias and (Un)Democratic Behavior." *American Political Science Review* 117(2): 474–496.
- Kugler, T., Kausel, E. E., e Kocher, M. G. 2012.** "Are Groups More Rational Than Individuals? A Review of Interactive Decision Making in Groups." *WIREs Cognitive Science* 3(4): 471–482.
- Kumar, A., Blum, J., Le, T. T., Havelange, N., Magini, D., e Yoon, I.-K. 2022.** "The mRNA Vaccine Development Landscape for Infectious Diseases." *National Reviews Drug Discovery* 21(5): 333–334.
- Kuran, T. 1997.** *Private Truths, Public Lies: The Social Consequences of Preference Falsification*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Kurlantzick, J. 2022.** *The Revival of Military Rule in South and Southeast Asia: Dangers to the Region's Democratic Future*. Washington, DC: Conselho das Relações Externas.
- Kvam, P. D., Alaukik, A., Mims, C. E., Martemyanova, A., e Baldwin, M. 2022.** "Rational Inference Strategies and the Genesis of Polarization and Extremism." *Scientific Reports* 12(1): 7344.
- Kyle, M. K., Ridley, D. B., e Zhang, S. 2017.** "Strategic Interaction among Governments in the Provision of a Global Public Good." *Journal of Public Economics* 156: 185–199.
- La Ferrara, E. 2019.** "Presidential Address: Aspirations, Social Norms, and Development." *Journal of the European Economic Association* 17(6): 1687–1722.
- Lacroix, K., Carman, J. P., Goldberg, M. H., Gustafson, A., Rosenthal, S. A., e Leiserowitz, A. 2022.** "Does Personal Climate Change Mitigation Behavior Influence Collective Behavior? Experimental Evidence of No Spillover in the United States." *Energy Research & Social Science* 94: 102875.
- Lake, M., e Reynolds, H. 2008.** *Drawing the Global Colour Line: White Men's Countries and the Question of Racial Equality*. Melbourne, Austrália: Melbourne University Publishing.
- Laland, K. N. 2017.** *Darwin's Unfinished Symphony: How Culture Made the Human Mind*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Lalani, H. S., Nagar, S., Sarpatwari, A., Barenie, R. E., Avorn, J., Rome, B. N., e Kesselheim, A. S. 2023.** "US Public Investment in Development of mRNA Covid-19 Vaccines: Retrospective Cohort Study." *BMJ* 380: e073747.
- Lamont, M. 2019.** "From 'Having' to 'Being': Self-Worth and the Current Crisis of American Society." *The British Journal of Sociology* 70(3): 660–707.
- Lamont, M. 2023.** *Seeing Others: How Recognition Works and How It Can Heal a Divided World*. Nova Iorque: Simon&Schuster.
- Lamont, M., Adler, L., Park, B. Y., e Xiang, X. 2017.** "Bridging Cultural Sociology and Cognitive Psychology in Three Contemporary Research Programmes." *Nature Human Behaviour* 1(12): 866–872.
- Lampert, A., Sulitzeanu-Kenan, R., Vanhuyse, P., e Tepe, M. 2022.** "A Game Theoretic Approach Identifies Conditions That Foster Vaccine-Rich to Vaccine-Poor Country Donation of Surplus Vaccines." *Communications Medicine* 2(1): 107.
- Lane, P. R., e Milesi-Ferretti, G. M. 2018.** "The External Wealth of Nations Revisited: International Financial Integration in the Aftermath of the Global Financial Crisis." *IMF Economic Review* 66: 189–222.
- Lang, M., Purzycki, B. G., Apicella, C. L., Atkinson, Q. D., Bolyanatz, A., Cohen, E., Handley, C., e outros. 2019.** "Moralizing Gods, Impartiality and Religious Parochialism across 15 Societies." *Proceedings of the Royal Society B: Biological Sciences* 286(1898): 20190202.
- Lau, V. I., Dhanoa, S., Cheema, H., Lewis, K., Geeraert, P., Lu, D., Merrick, B., e outros. 2022.** "Non-Covid Outcomes Associated with the Coronavirus Disease-2019 (Covid-19) Pandemic Effects Study (COPES): A Systematic Review and Meta-Analysis." *PLoS ONE* 17(6): e0269871.
- Lawson, D. W., e Gibson, M. A. publicar.** "Evolutionary Approaches to Population Health: Insights on Polygynous Marriage, 'Child Marriage' and Female Genital Cutting." In Burger, O., Lee, R. e Sear, R., (eds.), *Human Evolutionary Demography*. Open Book Publishers.
- Laxminarayan, R., Reif, J., e Malani, A. 2014.** "Incentives for Reporting Disease Outbreaks." *PLoS One* 9(3): e90290.
- Lazer, D. M. J., Baum, M. A., Benkler, Y., Berinsky, A. J., Greenhill, K. M., Menczer, F., Metzger, M. J., e outros. 2018.** "The Science of Fake News." *Science* 359(6380): 1094–1096.
- Le, T. T., Andreadakis, Z., Kumar, A., Román, R. G., Tollefsen, S., Saville, M., e Mayhew, S. 2020.** "The Covid-19 Vaccine Development Landscape." *Nature Reviews Drug Discovery* 19(5): 305–306. <https://www.nature.com/articles/d41573-020-00073-5>. Acedido em 2 de fevereiro de 2024.
- Leach, M., MacGregor, H., Ripoll, S., Scoones, I., e Wilkinson, A. 2022.** "Rethinking Disease Preparedness: Incertitude and the Politics of Knowledge." *Critical Public Health* 32(1): 82–96.
- Liga das Nações. 1939.** "The Development of International Co-Operation in Economic and Social Affairs." Relatório do Comité Especial. Liga das Nações, Genebra.
- Leamer, E. E. 1995.** "The Heckscher-Ohlin Model in Theory and Practice." *Princeton Studies in International Economics* 77, Princeton University, Princeton, NJ.
- Lear, J. 2006.** *Radical Hope: Ethics in the Face of Cultural Devastation*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Leblang, D., e Peters, M. E. 2022.** "Immigration and Globalization (and Deglobalization)." *Annual Review of Political Science* 25: 377–399.
- Lee, J. 2020.** "Mental Health Effects of School Closures During Covid-19." *The Lancet Child & Adolescent Health* 4(6): 421.
- Lee, J. J., e Haupt, J. P. 2021.** "Scientific Globalism During a Global Crisis: Research Collaboration and Open Access Publications on Covid-19." *Higher Education* 81: 949–966.
- Lee, S. E., Greene, S. A., Burns, C. C., Tallis, G., Wassilak, S. G., e Bolu, O. 2023.** "Progress toward Poliomyelitis Eradication—Worldwide, January 2021–March 2023." *Morbidity and Mortality Weekly Report* 72(19): 517.
- Leeks, A., West, S. A., e Ghoul, M. 2021.** "The Evolution of Cheating in Viruses." *Nature Communications* 12(1): 6928.
- Lees, J., Colaizzi, G., Goldberg, M. H., e Constantino, S. M. 2023.** "Misperceptions of Support for Climate Policy Represent Multiple Phenomena Predicted by Different Factors across Intergroup Boundaries." OSF Preprints.
- Legros, S. e Cislighi, B. 2020.** "Mapping the Social-Norms Literature: An Overview of Reviews." *Perspectives on Psychological Science* 15(1): 62–80.
- Lehman, C., Loberg, S., Wilson, M., e Gorham, E. 2021.** "Ecology of the Anthropocene Signals Hope for Consciously Managing the Planetary Ecosystem." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 118(28): e2024150118.

- Leininger, J., Burchi, F., Fiedler, C., Mross, K., Nowack, D., von Schiller, A., Sommer, C., Strupat, C., e Ziaja, S. 2021. "Social Cohesion: A New Definition and a Proposal for Its Measurement in Africa." Documento de Discussão 31/2021, German Development Institute, Bona, Alemanha.
- Leininger, J., von Schiller, A., Sommer, C., Burchi, F., Fiedler, C., Mross, K., Nowack, D., e Strupat, C. 2023. "IDOS' Concept of Social Cohesion." <https://www.socialcohesion.info/concepts/concept/idos-social-cohesion-concept>. Acedido em 13 de fevereiro de 2024.
- Leite, T. H., e Ferreira, C. R. 2023. "Cyclicity of Social Indicators: An Analysis of Variance Based on Aggregate Methods for Brazil and Its Regions." *Observatorio De La Economia Latino American* 21(6): 5470–5491.
- Leikes, Y. 2016. "Mass Polarization: Manifestations and Measurements." *Public Opinion Quarterly* 80(S1): 392–410.
- Leikes, Y., Malka, A., e Soto, C. J. 2019. "Are Cultural and Economic Conservatism Positively Correlated? A Large-Scale Cross-National Test." *British Journal of Political Science* 49(3): 1045–1069.
- Lenton, T. M. 2013. "Environmental Tipping Points." *Annual Review of Environment and Resources* 38(1): 1–29.
- Lenton, T. M., e Williams, H. T. P. 2013. "On the Origin of Planetary-Scale Tipping Points." *Trends in Ecology & Evolution* 28(7): 380–382.
- Lenton, T. M., Boulton, C. A., e Scheffer, M. 2022. "Resilience of Countries to Covid-19 Correlated with Trust." *Scientific Reports* 12(1): 75.
- Lenton, T. M., Held, H., Kriegler, E., Hall, J. W., Lucht, W., Rahmstorf, S. e Schellnhuber, H. J. 2008. "Tipping Elements in the Earth's Climate System." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 105(6): 1786–1793.
- Lenton, T. M., Xu, C., Abrams, J. F., Ghadiali, A., Loriani, S., Sakschewski, B., Zimm, C., e outros. 2023. "Quantifying the Human Cost of Global Warming." *Nature Sustainability* 6: 1237–1247.
- Leong, Y. C., Chen, J., Willer, R., e Zaki, J. 2020. "Conservative and Liberal Attitudes Drive Polarized Neural Responses to Political Content." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 117(44): 27731–27739.
- Lergetporer, P., Angerer, S., Glätzle-Rützler, D., e Suttner, M. 2014. "Third-Party Punishment Increases Cooperation in Children through (Misaligned) Expectations and Conditional Cooperation." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 111(19): 6916–6921.
- Lerner, J. S., e Keltner, D. 2001. "Fear, Anger, and Risk." *Journal of Personality and Social Psychology* 81(1): 146–159.
- Leßmann, O. 2022. "Collectivity and the Capability Approach: Survey and Discussion." *Review of Social Economy* 80(4): 461–490.
- Levi, M. 1988. *Of Rule and Revenue*. Oakland, CA: University of California Press.
- Levi, M. 1999. "Death and Taxes: Extractive Equality and the Development of Democratic Institutions." *Democracy's Value*: 112–131.
- Levi, M. 2022. "The Power of Beliefs." *Annual Review of Political Science* 25(1): 1–19.
- Levi, M., Sacks, A., e Tyler, T. 2009. "Conceptualizing Legitimacy, Measuring Legitimizing Beliefs." *American Behavioral Scientist* 53(3): 354–375.
- Levin, S. A., Milner, H. V., e Perrings, C. 2021. "The Dynamics of Political Polarization." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 118(50): e2116950118.
- Levin, S. A., e Weber, E. U. A. 2022. "Polarization and the Psychology of Collectives." *Perspectives on Psychological Science*.
- Levy, N. 2022. *Bad Beliefs: Why They Happen to Good People*. Oxford, Reino Unido: Oxford University Press.
- Li, W., Leng, Z., Yi, J., e Zhong, S. 2023. "A Multifaceted Poverty Reduction Program Has Economic and Behavioral Consequences." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 120(10): e2219078120.
- Li, Y., Hu, J., Ruff, C. C., e Zhou, X. 2022. "Neurocomputational Evidence That Conflicting Prosocial Motives Guide Distributive Justice." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 119(49): e2209078119.
- Liang, D., Guo, H., Nativi, S., Kulmala, M., Shirazi, Z., Chen, F., Kalonji, G., e outros. 2023. "A Future for Digital Public Goods for Monitoring SDG Indicators." *Scientific Data* 10(1): 875.
- Lianos, I., Smichowski, B. C., Lindeboom, J., e Lombardi, C. 2022. "Power in the Food Value Chain: Theory and Metrics." In Ivanov, A., Davis, D. e Lianos, I., (eds.), *Global Food Value Chains and Competition Law*. Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press.
- Libecap, G. D. 2014. "Addressing Global Environmental Externalities: Transaction Costs Considerations." *Journal of Economic Literature* 52(2): 424–479.
- Lieder, F., e Griffiths, T. L. 2020. "Resource-Rational Analysis: Understanding Human Cognition as the Optimal Use of Limited Computational Resources." *Behavioral and Brain Sciences* 43: e1.
- Lindbeck, A., Nyberg, S., e Weibull, J. W. 1999. "Social Norms and Economic Incentives in the Welfare State." *The Quarterly Journal of Economics* 114(1): 1–35.
- Linos, E. 2023. Transposição dos dados da economia comportamental para a política e a prática. Washington, D.C.: National Academies of Sciences, Engineering, and Medicine.
- Litovsky, Y., Loewenstein, G., Horn, S., e Olivola, C. Y. 2022. "Loss Aversion, the Endowment Effect, and Gain-Loss Framing Shape Preferences for Noninstrumental Information." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 119(34): e2202700119.
- Liu, J., Hull, V., Luo, J., Yang, W., Liu, W., Viña, A., Vogt, C., e outros. 2015. "Multiple Telecouplings and Their Complex Interrelationships." *Ecology and Society* 20(3).
- Liu, Y., Li, S., Lin, W., Li, W., Yan, X., Wang, X., Pan, X., Rutledge, R. B., e Ma, Y. 2019. "Oxytocin Modulates Social Value Representations in the Amygdala." *Nature Neuroscience* 22(4): 633–641.
- Lloyd's Register Foundation and Gallup 2022. *World Risk Poll 2021: A Resilient World? Understanding Vulnerability in a Changing Climate*. Londres: Lloyd's Register Foundation. https://wrp.lrfoundation.org.uk/LRF_2021_report2-resilience_online_version.pdf (acedido em 1 December 2023).
- Loomis, E. S. 1968. *The Pythagorean Proposition*. Washington, DC: Conselho Nacional de Professores de Matemática.
- Lowes, S. 2022. "Kinship Structure and the Family: Evidence from the Matrilineal Belt." Documento de Trabalho 30509, National Bureau of Economic Research, Cambridge, MA.
- Lukaszewski, A. W., Gurven, M., von Rueden, C. R., e Schmitt, D. P. 2017. "What Explains Personality Covariation? A Test of the Socioecological Complexity Hypothesis." *Social Psychological and Personality Science* 8(8): 943–952.
- Lund, S., Manyika, J., Woetzel, J., Barriball, E., e Krishnan, M. 2020. "Risk, Resilience, and Rebalancing in Global Value Chains." McKinsey Global Institute.
- Luskin, R. C., Sood, G., Fishkin, J. S., e Hahn, K. S. 2022. "Deliberative Distortions? Homogenization, Polarization, and Domination in Small Group Discussions." *British Journal of Political Science* 52(3): 1205–1225.
- Luttmer, E. F. P., e Singhal, M. 2014. "Tax Morale." *Journal of Economic Perspectives* 28(4): 149–168.
- Lybbert, T. J., e Wydick, B. 2018. "Poverty, Aspirations, and the Economics of Hope." *Economic Development and Cultural Change* 66(4): 709–753.
- Mace, G. M., Reyers, B., Alkemade, R., Biggs, R., Chapin, F. S., Cornell, S. E., Díaz, S., e outros. 2014. "Approaches to Defining a Planetary Boundary for Biodiversity." *Global Environmental Change* 28: 289–297.
- MacGregor, H., Leach, M., Akello, G., Sao Babawo, L., Baluku, M., Desclaux, A., Grant, C., e outros. 2022. "Negotiating Intersecting Precarities: Covid-19, Pandemic Preparedness and Resilience in Africa." *Medical Anthropology* 41(1): 19–33.
- MacKuen, M., Wolak, J., Keele, L., e Marcus, G. E. 2010. "Civic Engagements: Resolute Partisanship or Reflective Deliberation." *American Journal of Political Science* 54(2): 440–458.
- MacQueen, N. 2014. *The United Nations since 1945: Peacekeeping and the Cold War*. Londres: Taylor and Francis.
- Malhi, Y. 2017. "The Concept of the Anthropocene." *Annual Review of Environment and Resources* 42(1): 77–104.
- Malinzi, J., Juma, V. O., Madubueze, C. E., Mwananji, J., Nkem, G. N., Mwakilama, E., Mupedza, T. V., e outros. 2023. "Covid-19 Transmission Dynamics and the Impact of Vaccination: Modelling, Analysis and Simulations." *Royal Society Open Science* 10(7): 221656.
- Mantel, H. 2009. *Wolf Hall*. Nova Iorque, NY: Henry Holt and Co.

- Maor, E. 2019.** *The Pythagorean Theorem: A 4,000-Year History*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Margalit, Y. 2012.** "Lost in Globalization: International Economic Integration and the Sources of Popular Discontent." *International Studies Quarterly* 56(3): 484–500.
- Marin, F. R., Zanon, A. J., Monzon, J. P., Andrade, J. F., Silva, E. H. F. M., Richter, G. L., Antolin, L. A. S., e outros. 2022.** "Protecting the Amazon Forest and Reducing Global Warming Via Agricultural Intensification." *Nature Sustainability* 5(12): 1018–1026.
- Marion Suiseeya, K. R., Elhard, D. K., e Paul, C. J. 2021.** "Toward a Relational Approach in Global Climate Governance: Exploring the Role of Trust." *Wiley Interdisciplinary Reviews: Climate Change* 12(4): e712.
- Marquardt, J. 2017.** "Conceptualizing Power in Multi-Level Climate Governance." *Journal of Cleaner Production* 154: 167–175.
- Marshall, M. G., T. Gurr. 2020.** "Polity 5: Political Regime Characteristics and Transitions, 1800-2018 (Dataset Users' Manual)."
- Martin-Gutierrez, S., Losada, J. C., e Benito, R. M. 2023.** "Multipolar Social Systems: Measuring Polarization Beyond Dichotomous Contexts." *Chaos, Solitons & Fractals* 169: 113244.
- Martin-López, B., Felipe-Lucia, M. R., Bennett, E. M., Norström, A., Peterson, G., Plieninger, T., Hicks, C. C., e outros. 2019.** "A Novel Telecoupling Framework to Assess Social Relations across Spatial Scales for Ecosystem Services Research." *Journal of Environmental Management* 241: 251–263.
- Martiniello, M. 2022.** "Researching Arts, Culture, Migration and Change: A Multi (Trans) Disciplinary Challenge for International Migration Studies." *Comparative Migration Studies* 10(1): 1–11.
- Mason, L. 2015.** "I Disrespectfully Agree: The Differential Effects of Partisan Sorting on Social and Issue Polarization." *American Journal of Political Science* 59(1): 128–145.
- Mastroianni, A. M., e Dana, J. 2022.** "Widespread Misperceptions of Long-Term Attitude Change." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 119(11): e2107260119.
- Matheson, A. W., N., Gray, R., Uia, T., Lindberg, K., Irurzun Lopez, M., Walton, M., Shanthakumar, M., Cumming, J., Firestone, R., e Ellison-Loschmann, L. 2022.** "Community-up System Change for Health and Wellbeing: Healthy Families NZ Summative Evaluation Report 2022." Te Whatu Ora—Health New Zealand, Wellington.
- Matheson, A., Watene, K., Vujnovich, G., e Mackey, T. 2020.** "Collective Impact: Shining the Light on Community Post Covid-19." *The Spinoff*, 27 de agosto. <https://thespinoff.co.nz/partner/27-08-2020/collective-impact-shining-the-light-on-community-post-covid-19>.
- Matina, S.-G. 2020.** "E.U. Adopts Groundbreaking Stimulus to Fight Coronavirus Recession." *NY Times*, 20 de julho. <https://www.nytimes.com/2020/07/20/world/europe/eu-stimulus-coronavirus.html>.
- Mattes, R., e Moreno, A. 2018.** "Social and Political Trust in Developing Countries: Sub-Saharan Africa and Latin America." In Uslaner, E. M., (ed.), *The Oxford Handbook of Social and Political Trust*. Oxford, Reino Unido: Oxford University Press.
- Maxson Jones, K., Ankeny, R. A., e Cook-Deegan, R. 2018.** "The Bermuda Triangle: The Pragmatics, Policies, and Principles for Data Sharing in the History of the Human Genome Project." *Journal of the History of Biology* 51(4): 693–805.
- Mayer, A. P., e Smith, E. K. 2023.** "Multidimensional Partisanship Shapes Climate Policy Support and Behaviors." *Nature Climate Change* 13(1): 32–39.
- Mažar, N., e Soman, D. 2022.** *Behavioral Science in the Wild*. Toronto: University of Toronto Press.
- Mazrui, A. 2008.** Democracy in Crisis in Postcolonial Africa: In Search of Checks and Balances. *The Role of the Political Opposition for Democracy in Sub-Saharan Africa*. Teleborg Castle, Växjö University, Växjö, Suécia.
- McAdams, D., McDade, K. K., Ogbuaji, O., Johnson, M., Dixit, S., e Yamey, G. 2020.** "Incentivising Wealthy Nations to Participate in the Covid-19 Vaccine Global Access Facility (COVAX): A Game Theory Perspective." *BMJ Global Health* 5(11): e003627.
- McBride, J., e Siripurapu, A. 2022.** "What's Next for the WTO?" *Council on Foreign Relations Backgrounder*, 10 de junho. <https://www.cfr.org/backgrounder/whats-next-wto>.
- McCarthy, F. M., Patterson, R. T., Head, M. J., Riddick, N. L., Cumming, B. F., Hamilton, P. B., Pisaric, M. F., e outros. 2023.** "The Varved Succession of Crawford Lake, Milton, Ontario, Canada as a Candidate Global Boundary Stratotype Section and Point for the Anthropocene Series." *The Anthropocene Review* 10(1): 146–176.
- McConnell, C., Margalit, Y., Malhotra, N., e Levensky, M. 2018.** "The Economic Consequences of Partisanship in a Polarized Era." *American Journal of Political Science* 62(1): 5–18.
- McCoy, J., e Somer, M. 2019.** "Toward a Theory of Pernicious Polarization and How It Harms Democracies: Comparative Evidence and Possible Remedies." *The Annals of the American Academy of Political and Social Science* 681(1): 234–271.
- McCoy, J., Rahman, T., e Somer, M. 2018.** "Polarization and the Global Crisis of Democracy: Common Patterns, Dynamics, and Pernicious Consequences for Democratic Polities." *American Behavioral Scientist* 62(1): 16–42.
- McEvoy, D. M., e Cherry, T. L. 2016.** "The Prospects for Paris: Behavioral Insights into Unconditional Cooperation on Climate Change." *Palgrave Communications* 2(1): 16056.
- McIver, L., Woodward, A., Davies, S., Tibwe, T., e Iddings, S. 2014.** "Assessment of the Health Impacts of Climate Change in Kiribati." *International Journal of Environmental Research and Public Health* 11(5): 5224–5240.
- McLeman, R., Wrathall, D., Gilmore, E., Thornton, P., Adams, H., e Gemenne, F. 2021.** "Conceptual Framing to Link Climate Risk Assessments and Climate-Migration Scholarship." *Climatic Change* 165: 1–7.
- McNamara, R. A., e Henrich, J. 2017.** "Kin and Kinship Psychology Both Influence Cooperative Coordination in Yasawa, Fiji." *Evolution and Human Behavior* 38(2): 197–207.
- McNeil Jr., D. G. 2020.** "How Can We Achieve Herd Immunity? Experts Are Quietly Upping the Number." *The New York Times*, 27 de dezembro de 2020. <https://www.nytimes.com/2020/12/24/health/herd-immunity-covid-coronavirus.html>.
- Meckling, J., e Karplus, V. J. 2023.** "Political Strategies for Climate and Environmental Solutions." *Nature Sustainability* 6: 742–751.
- Meckling, J., Lipsy, P. Y., Finnegan, J. J., e Metz, F. 2022.** "Why Nations Lead or Lag in Energy Transitions." *Science* 378(6615): 31–33.
- Medina, L. F. 2013.** "The Analytical Foundations of Collective Action Theory: A Survey of Some Recent Developments." *Annual Review of Political Science* 16(1): 259–283.
- Medvedev, D., Davenport, D., Talhelm, T., e Li, Y. 2024.** "The Motivating Effect of Monetary over Psychological Incentives Is Stronger in WEIRD Cultures." *Nature Human Behaviour* 1–15.
- Melin, Thomas. 2023.** "War and Conflict Often Lead to High Inflation." Universidade de Gotemburgo, 30 de março. <https://www.gu.se/en/news/war-and-conflict-of-ten-lead-to-high-inflation>. Acedido em 13 de fevereiro de 2024.
- Melis, A. P., e Raihani, N. J. 2023.** "The Cognitive Challenges of Cooperation in Human and Nonhuman Animals." *Nature Reviews Psychology*: 523–536.
- Mendoza, R. U. 2023.** "Rebalancing Vs Decoupling: China–US Economic Ties and the Global Economy." *The Diplomat*, 10 de fevereiro.
- Mengel, F., e Weidenholzer, E. 2022.** "Preferences for Redistribution." *Journal of Economic Surveys* n/a(n/a): 1–18.
- Mertens, S., Herberz, M., Hahnel, U. J. J., e Brosch, T. 2022a.** "The Effectiveness of Nudging: A Meta-Analysis of Choice Architecture Interventions across Behavioral Domains." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 119(1): e2107346118.
- Mertens, S., Herberz, M., Hahnel, U. J. J., e Brosch, T. 2022b.** "Reply to Maier et al., Szaszi et al., e Bakdash and Marusich: The Present and Future of Choice Architecture Research." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 119(31): e2202928119.
- Merz, J. J., Barnard, P., Rees, W. E., Smith, D., Maroni, M., Rhodes, C. J., Dederer, J. H., e outros. 2023.** "World Scientists' Warning: The Behavioural Crisis Driving Ecological Overshoot." *Science Progress* 106(3): 00368504231201372.
- Mesoudi, A., Chang, L., Dall, S. R. X., e Thornton, A. 2016.** "The Evolution of Individual and Cultural Variation in Social Learning." *Trends in Ecology & Evolution* 31(3): 215–225.
- Metcalf, G. E. e Stock, J. H. 2020.** The Macroeconomic Impact of Europe's Carbon Taxes. Documento de Trabalho NBER 27488, National Bureau of Economic Research, Cambridge, MA.

- Meyer, J. W. 2010.** "World Society, Institutional Theories, and the Actor." *Annual Review of Sociology* 36(1): 1–20.
- Mian, A., Sufi, A., e Trebbi, F. 2014.** "Resolving Debt Overhang: Political Constraints in the Aftermath of Financial Crises." *American Economic Journal: Macroeconomics* 6(2): 1–28.
- Micah, A. E., Bhangdia, K., Cogswell, I. E., Lasher, D., Lidral-Porter, B., Maddison, E. R., Nguyen, T. N. N., e outros. 2023.** "Global Investments in Pandemic Preparedness and Covid-19: Development Assistance and Domestic Spending on Health between 1990 and 2026." *The Lancet Global Health* 11(3): e385–e413.
- Michaelsen, M. 2020.** "The Digital Transnational Repression Toolkit, and Its Silencing Effects: Special Report 2020 Perspectives on 'Everyday' Transnational Repression in an Age of Globalization." Washington DC: Freedom House
- Micheletti, A. J. C., Brandl, E., e Mace, R. 2022.** "What Is Cultural Evolution Anyway?" *Behavioral Ecology* 33(4): 667–669.
- Mildenberger, M., e Tingley, D. 2019.** "Beliefs About Climate Beliefs: The Importance of Second-Order Opinions for Climate Politics." *British Journal of Political Science* 49(4): 1279–1307.
- Milkman, K. L., Patel, M. S., Gandhi, L., Graci, H. N., Gromet, D. M., Ho, H., Kay, J. S., e outros. 2021.** "A Megastudy of Text-Based Nudges Encouraging Patients to Get Vaccinated at an Upcoming Doctor's Appointment." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 118(20): e2101165118.
- Miller, D. T., e McFarland, C. 1987.** "Pluralistic Ignorance: When Similarity Is Interpreted as Dissimilarity." *Journal of Personality and Social Psychology* 53(2): 298.
- Miller, S. 2020.** "Generic Drugs: A Treatment for High-Cost Health Care." *Missouri Medicine* 117(1): 12–13.
- Mitchell, R. B. 1994.** "Regime Design Matters: Intentional Oil Pollution and Treaty Compliance." *International Organization* 48(3): 425–458.
- Mitchell, R. B., Andonova, L. B., Axelrod, M., Balsiger, J., Bernauer, T., Green, J. F., Hollway, J., Kim, R. E., e Morin, J.-F. 2020.** "What We Know (and Could Know) About International Environmental Agreements." *Global Environmental Politics* 20(1): 103–121.
- Mlaba, K., Banjo, F., e Lowery, T. 2023.** "Shocking Photos of Extreme Weather around the World in 2023 So Far." <https://www.globalcitizen.org/en/content/photos-extreme-weather-events-2023-climate-change>.
- Mokyr, J. 2013.** "Cultural Entrepreneurs and the Origins of Modern Economic Growth." *Scandinavian Economic History Review* 61(1): 1–33.
- Mokyr, J. 2016.** "A Culture of Growth." *A Culture of Growth*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Molina, G. G., e Jensen, L. 2023.** "Building Blocks out of the Crisis: The UN's SDG Stimulus Plan." Resumo da Rede Global de Políticas do PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Nova Iorque.
- Molina, G., Ortiz, E., Reyes, A., e Garcia, P. 2014.** "Human Development Outliers: Progress That Is Resilient to Shocks." Documento de Desenvolvimento Humano de Investigação, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, Nova Iorque.
- Mondliwa, P., Roberts, S., e Ponte, S. 2021.** "Competition and Power in Global Value Chains." *Competition & Change* 25(3–4): 328–349.
- Monterrosa, E. C., Frongillo, E. A., Drewnowski, A., de Pee, S., e Vandevijvere, S. 2020.** "Sociocultural Influences on Food Choices and Implications for Sustainable Healthy Diets." *Food and Nutrition Bulletin* 41(2_suppl): 59S–73S.
- Moon, S., Alonso Ruiz, A., e Vieira, M. 2021.** "Averting Future Vaccine Injustice." *New England Journal of Medicine* 385(3): 193–196.
- Moon, S., Jambert, E., Childs, M., e von Schoen-Angerer, T. 2011.** "A Win-Win Solution? A Critical Analysis of Tiered Pricing to Improve Access to Medicines in Developing Countries." *Globalization and Health* 7(1): 39.
- Moore, M. 2023.** "Tax Obsessions: Taxpayer Registration and the 'Informal Sector' in Sub-Saharan Africa." *Development Policy Review* 41(1): e12649.
- Moore-Berg, S. L., Parelman, J. M., Lelkes, Y., e Falk, E. B. 2020.** "Neural Polarization and Routes to Depolarization." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 117(46): 28552–28554.
- Moravcsik, A. 1997.** "Taking Preferences Seriously: A Liberal Theory of International Politics." *International Organization* 51(4): 513–553.
- Morehouse, K. N., Maddox, K., e Banaji, M. R. 2023.** "All Human Social Groups Are Human, but Some Are More Human Than Others: A Comprehensive Investigation of the Implicit Association of 'Human' to US Racial/Ethnic Groups." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 120(22): e2300995120.
- Morens, D. M., Folkers, G. K., e Fauci, A. S. 2022.** "The Concept of Classical Herd Immunity May Not Apply to Covid-19." *The Journal of Infectious Diseases* 226(2): 195–198.
- Morin, O., Jacquet, P. O., Vaesen, K., e Acerbi, A. 2021.** "Social Information Use and Social Information Waste." *Philosophical Transactions of the Royal Society B: Biological Sciences* 376(1828): 20200052.
- Moscona, J., Nunn, N., e Robinson, J. A. 2017.** "Keeping It in the Family: Lineage Organization and the Scope of Trust in Sub-Saharan Africa." *American Economic Review* 107(5): 565–571.
- Moscona, J., Nunn, N., e Robinson, J. A. 2020.** "Segmentary Lineage Organization and Conflict in Sub-Saharan Africa." *Econometrica* 88(5): 1999–2036.
- Moya, C. 2016.** "Mechanisms of Collective Action in Transitioning Economies: A Case Study from the Peruvian Altiplano." *American Journal of Physical Anthropology* 2016: 235–235.
- Moyer, J. D., Bohl, D., Hanna, T., Mapes, B. R., e Rafa, M. 2019.** "Assessing the Impact of War on Development in Yemen." Sana'a: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.
- Msemburi, W., Karlinsky, A., Knutson, V., Aleshin-Guendel, S., Chatterji, S., e Wakefield, J. 2023.** "The WHO Estimates of Excess Mortality Associated with the Covid-19 Pandemic." *Nature* 613(7942): 130–137.
- Murdoch, J. C., Sandler, T., e Sargent, K. 1997.** "A Tale of Two Collectives: Sulphur Versus Nitrogen Oxides Emission Reduction in Europe." *Economica* 64(254): 281–301.
- Murdock, E. G. 2018.** "Storied with Land: 'Transitional Justice' on Indigenous Lands." *Journal of Global Ethics* 14(2): 232–239.
- Muriuki, J., Hudson, D., Fuad, S., March, R. J., e Lacombe, D. J. 2023.** "Spillover Effect of Violent Conflicts on Food Insecurity in Sub-Saharan Africa." *Food Policy* 115: 102417.
- Muthukrishna, M., e Henrich, J. 2019.** "A Problem in Theory." *Nature Human Behaviour* 3(3): 221–229.
- Muthukrishna, M., e Schaller, M. 2020.** "Are Collectivistic Cultures More Prone to Rapid Transformation? Computational Models of Cross-Cultural Differences, Social Network Structure, Dynamic Social Influence, and Cultural Change." *Personality and Social Psychology Review* 24(2): 103–120.
- Mutz, D. C. 2018.** "Status Threat, Not Economic Hardship, Explains the 2016 Presidential Vote." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 115(19): E4330–E4339.
- Myers, N. 1992.** *The Primary Source: Tropical Forests & Our Future*. Nova Iorque: WW Norton & Company, Inc.
- Naoi, M. 2020.** "Survey Experiments in International Political Economy: What We (Don't) Know About the Backlash against Globalization." *Annual Review of Political Science* 23(1): 333–356.
- Narula, R., e Pineli, A. 2019.** "Improving the Developmental Impact of Multinational Enterprises: Policy and Research Challenges." *Journal of Industrial and Business Economics* 46: 1–24.
- Observatório da Terra da NASA (Administração Nacional da Aeronáutica e do Espaço dos EUA). 2023.** "Tracking Canada's Extreme 2023 Fire Season." Observatório da Terra da NASA, 24 de outubro. <https://earthobservatory.nasa.gov/images/151985/tracking-canadas-extreme-2023-fire-season>.
- NASA (Administração Nacional da Aeronáutica e do Espaço dos EUA). 2023.** "NASA Announces Summer 2023 Hottest on Record." Comunicado de imprensa, 14 de setembro. <https://www.nasa.gov/press-release/nasa-announces-summer-2023-hottest-on-record>.
- Academia Nacional de Medicina. 2022.** *Transforming Human Health: Celebrating 50 Years of Discovery and Progress*. Washington, DC: The National Academies Press.
- Negev, M., Zea-Reyes, L., Caputo, L., Weinmayr, G., Potter, C., e Nazelle, A. d. 2022.** "Barriers and Enablers for Integrating Public Health Cobenefits in Urban Climate Policy." *Annual Review of Public Health* 43(1): 255–270.
- Neill, R., Neel, A. H., Cardona, C., Bishai, D., Gupta, S., Mohan, D., Jain, N., Basu, S., e Closser, S. 2023.** "Everyday Capabilities Were a Path to Resilience During Covid-19: A Case Study of Five Countries." *Health Policy and Planning* 38(2): 192–204.

- Nelson, L. D., Simmons, J., e Simonsohn, U. 2018.** "Psychology's Renaissance." *Annual Review of Psychology* 69(1): 511–534.
- Nemet, G. F. 2019.** *How Solar Energy Became Cheap: A Model for Low-Carbon Innovation*. Abingdon, Reino Unido: Routledge.
- Newell, J. P., Goldstein, B., e Foster, A. 2019.** "A 40-Year Review of Food–Energy–Water Nexus Literature and Its Application to the Urban Scale." *Environmental Research Letters* 14(7): 073003.
- Newell, P., e Simms, A. 2020.** "Towards a Fossil Fuel Non-Proliferation Treaty." *Climate Policy* 20(8): 1043–1054.
- Nichols, M. 2021.** "An Epidemic' of Coups, U.N. Chief Laments, Urging Security Council to Act." *Reuters*, 26 de outubro. <https://www.reuters.com/world/an-epidemic-coups-un-chief-laments-urging-security-council-act-2021-10-26/>. Acedido em 16 de novembro de 2023.
- Nikiforakis, N. 2008.** "Punishment and Counter-Punishment in Public Good Games: Can We Really Govern Ourselves?" *Journal of Public Economics* 92(1): 91–112.
- Nisbet, C., Lestrat, K. E., e Vatanparast, H. 2022.** "Food Security Interventions among Refugees around the Globe: A Scoping Review." *Nutrients* 14(3): 522.
- Nitsch, F. J., Lüpken, L. M., Lüscho, N., e Kalenschner, T. 2022.** "On the Reliability of Individual Economic Rationality Measurements." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 119(31): e2202070119.
- Centros Nacionais de Informação Ambiental da NOAA (Administração Nacional Oceânica e Atmosférica dos EUA) 2023.** "Monthly Global Climate Report for July 2023."
- Nolan, B., Richiardi, M. G., e Valenzuela, L. 2019.** "The Drivers of Income Inequality in Rich Countries." *Journal of Economic Surveys* 33(4): 1285–1324.
- Nordhaus, W. 2015.** "Climate Clubs: Overcoming Free-Riding in International Climate Policy." *American Economic Review* 105(4): 1339–1370.
- Nordhaus, W. 2020.** "The Climate Club: How to Fix a Failing Global Effort." *Foreign Affairs* 99: 10–17.
- Nordhaus, W. 2021.** "Dynamic Climate Clubs: On the Effectiveness of Incentives in Global Climate Agreements." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 118(45): e2109988118.
- Norris, P. A publicar.** "Things Fall Apart, the Center Cannot Hold: Fractionalized and Polarized Party Systems in Western Democracies." *European Political Science*.
- Norris, P., e Inglehart, R. 2011.** *Sacred and Secular: Religion and Politics Worldwide*. Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press.
- Norris, P., e Inglehart, R. 2019.** *Cultural Backlash: Trump, Brexit, and Authoritarian Populism*. Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press.
- North, D. C. 1990.** *Institutions, Institutional Change and Economic Performance*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Nosek, B. A., Hardwicke, T. E., Moshontz, H., Allard, A., Corker, K. S., Dreber, A., Fidler, F., e outros. 2022.** "Replicability, Robustness, and Reproducibility in Psychological Science." *Annual Review of Psychology* 73(1): 719–748.
- Noury, A., e Roland, G. 2020.** "Identity Politics and Populism in Europe." *Annual Review of Political Science* 23: 421–439.
- Nunn, N. 2008.** "The Long-Term Effects of Africa's Slave Trades." *The Quarterly Journal of Economics* 123(1): 139–176.
- Nunn, N. 2009.** "The Importance of History for Economic Development." *Annual Review of Economics* 1(1): 65–92.
- Nunn, N. 2020.** "The Historical Roots of Economic Development." *Science* 367(6485).
- Nunn, N. 2022.** "On the Dynamics of Human Behavior: The Past, Present, and Future of Culture, Conflict, and Cooperation." *AEA Papers and Proceedings* 112: 15–37.
- Nunn, N., e Wantchekon, L. 2011.** "The Slave Trade and the Origins of Mistrust in Africa." *American Economic Review* 101(7): 3221–3252.
- Nunn, N., Qian, N., e Wen, J. 2023.** "Trust and Democracy: Political Stability in Times of Economic Crisis." Documento de Trabalho.
- Nussbaum, M. C. 2013.** *Political Emotions*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Nyborg, K., Anderies, J. M., Dannenberg, A., Lindahl, T., Schill, C., Schlüter, M., Adger, W. N. e outros. 2016.** "Social Norms as Solutions." *Science* 354(6308): 42–43.
- Nye Jr, J. S. 2001.** "Globalization's Democratic Deficit: How to Make International Institutions More Accountable." *Foreign Affairs* 80: 2.
- Nyhan, B. 2020.** "Facts and Myths About Misperceptions." *Journal of Economic Perspectives* 34(3): 220–236.
- Nyhan, B. 2021.** "Why the Backfire Effect Does Not Explain the Durability of Political Misperceptions." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 118(15): e1912440117.
- Nyhan, B., Porter, E., e Wood, T. J. 2022.** "Time and Skeptical Opinion Content Erode the Effects of Science Coverage on Climate Beliefs and Attitudes." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 119(26): e2122069119.
- O'Madagain, C., e Tomasello, M. 2022.** "Shared Intentionality, Reason-Giving and the Evolution of Human Culture." *Philosophical Transactions of the Royal Society B: Biological Sciences* 377(1843): 20200320.
- Oatis, J. 2023.** "Maui Fires: What to Know About Hawaii's Deadliest Disaster, Damage and Death Toll." *Reuters*, 21 de agosto. <https://www.reuters.com/world/us/how-did-hawaii-wildfires-start-what-know-about-maui-big-island-blazes-2023-08-11/>.
- Obaidi, M., Anjum, G., Bierwaczzonek, K., Dovidio, J. F., Ozer, S., e Kunst, J. R. 2023.** "Cultural Threat Perceptions Predict Violent Extremism Via Need for Cognitive Closure." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 120(20): e2213874120.
- Obermeier, A. M., e Rustad, S. A. 2023.** "Conflict Trends: A Global Overview, 1946–2022." Documento PRIO, Instituto de Investigação da Paz de Oslo, Oslo.
- Obrovich, N., Özak, Ö., Martín, I., Ortuño-Ortín, I., Awad, E., Cebrián, M., Cuevas, R., e outros. 2022.** "Expanding the Measurement of Culture with a Sample of Two Billion Humans." *Journal of The Royal Society Interface* 19(190): 20220085.
- OCHA (Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários). 2023.** *Global Humanitarian Overview 2024*. Nova Iorque: OCHA.
- Oeberst, A., e Imhoff, R. 2023.** "Toward Parsimony in Bias Research: A Proposed Common Framework of Belief-Consistent Information Processing for a Set of Biases." *Perspectives on Psychological Science*: 17456916221148147.
- OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico). 2023.** *PISA 2022 Results (Volume I): The State of Learning and Equity in Education*. Paris: OECD Publishing.
- OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico). 2017.** *OECD Guidelines on Measuring Trust*. Paris: OCDE.
- OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico). 2018.** *Concentration in Seed Markets Potential Effects and Policy Responses*. Paris: OECD Publishing.
- OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico). 2019.** *Tax Morale: What Drives People and Businesses to Pay Tax?* Paris: OCDE.
- OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico). 2021.** *Using Trade to Fight Covid-19: Manufacturing and Distributing Vaccines*. Paris: OCDE.
- OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico). 2022.** *Climate Finance Provided and Mobilised by Developed Countries in 2016-2020 Insights from Disaggregated Analysis*. Paris: OECD Publishing.
- OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico). 2024a.** "Economic Impact Assessment of the Global Minimum Tax: Summary." OCDE, Paris.
- OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico). 2024b.** "Global Forum on Transparency and Exchange of Information for Tax Purposes." OCDE, Paris.
- Oehl, B., Schaffer, L. M., e Bernauer, T. 2017.** "How to Measure Public Demand for Policies When There Is No Appropriate Survey Data?" *Journal of Public Policy* 37(2): 173–204.
- Ohtsuki, H., e Iwasa, Y. 2006.** "The Leading Eight: Social Norms That Can Maintain Cooperation by Indirect Reciprocity." *Journal of Theoretical Biology* 239(4): 435–444.
- Olaberria, E. R., Carmen 2022.** "The Reversal Problem: Development Going Backwards." Let's Talk Development [Blog], 15 de abril.

<https://blogs.worldbank.org/developmenttalk/reversal-problem-development-going-backwards>.

Oltisky, N. H., e Cosgrove, S. B. 2023. "Cutting Our Losses: The Effects of a Loss-Aversion Strategy On student Learning Gains." *The Journal of Economic Education* 54(1): 1–16.

Oliver, P. E. 1993. "Formal Models of Collective Action." *Annual Review of Sociology* 19(1): 271–300.

Olson, M. 1971. *The Logic of Collective Action: Public Goods and the Theory of Groups, with a New Preface and Appendix.* Cambridge, MA: Harvard University Press.

Olson, M. 2012. "The Logic of Collective Action [1965]." *Contemporary Sociological Theory* 124.

Onu, D. 2016. "Measuring Tax Compliance Attitudes: What Surveys Can Tell Us About Tax Compliance Behaviour." *Advances in Taxation.* Leeds, RU: Emerald Group Publishing Limited.

OPHI (Iniciativa para a Pobreza e Desenvolvimento Humano de Oxford) e PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) 2023. *2023 Global Multidimensional Poverty Index (MPI): Unstacking Global Poverty: Data for High Impact Action.* Oxford, Reino Unido: OPHI e Nova Iorque: PNUD.

Ord, T. 2020. *The Precipice: Existential Risk and the Future of Humanity.* Nova Iorque: Hachette Books.

Oreskes, N. 2015. "The Fact of Uncertainty, the Uncertainty of Facts and the Cultural Resonance of Doubt." *Philosophical Transactions of the Royal Society A: Mathematical, Physical and Engineering Sciences* 373(2055): 20140455.

Oreskes, N. 2019. *Why Trust Science.* Princeton, NJ: Princeton University Press.

Oreskes, N., e Conway, E. M. 2011. *Merchants of Doubt: How a Handful of Scientists Obscured the Truth on Issues from Tobacco Smoke to Global Warming.* Nova Iorque, NY: Bloomsbury Press.

Osborne, D., Costello, T. H., Duckitt, J., e Sibley, C. G. 2023. "The Psychological Causes and Societal Consequences of Authoritarianism." *Nature Reviews Psychology* 2(4): 220–232.

Ostrom, E. 1990. *Governing the Commons: The Evolution of Institutions for Collective Action.* Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press.

Ostrom, E. 1998. "A Behavioral Approach to the Rational Choice Theory of Collective Action: Presidential Address, American Political Science Association, 1997." *American Political Science Review* 92(1): 1–22.

Ostrom, E. 2000. "Collective Action and the Evolution of Social Norms." *Journal of Economic Perspectives* 14(3): 137–158.

Ostrom, E. 2007. "A Diagnostic Approach for Going Beyond Panaceas." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 104(39): 15181–15187.

Ostrom, E. 2009a. "A Polycentric Approach for Coping with Climate Change." Disponível em SSRN 1934353.

Ostrom, E. 2009b. *Understanding Institutional Diversity.* Princeton, NJ: Princeton University Press.

Ostrom, E., Burger, J., Field, C. B., Norgaard, R. B., e Policansky, D. 1999. "Revisiting the Commons: Local Lessons, Global Challenges." *Science* 284(5412): 278–282.

Otto, I. M., Donges, J. F., Cremades, R., Bhowmik, A., Hewitt, R. J., Lucht, W., Rockström, J., e outros. 2020. "Social Tipping Dynamics for Stabilizing Earth's Climate by 2050." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 117(5): 2354–2365.

Otto, I. M., Wiedermann, M., Cremades, R., Donges, J. F., Auer, C., e Lucht, W. 2020. "Human Agency in the Anthropocene." *Ecological Economics* 167: 106463.

Overy, R. 2021. *Blood and Ruins: The Great Imperial War, 1931–1945.* Londres: Penguin.

Pachauri, S., Pelz, S., Bertram, C., Kreibiehl, S., Rao, N. D., Sokona, Y., e Riahi, K. 2022. "Fairness Considerations in Global Mitigation Investments." *Science* 378(6624): 1057–1059.

Pachauri, S., Pelz, S., Bertram, C., Rao, N. D., e Riahi, K. 2023. "Response to Comment on 'Fairness Considerations in Global Mitigation Investments.'" *Science* 380(6646): eadh1463.

Pacheco, P. 2012. "Soybean and Oil Palm Expansion in South America: A Review of Main Trends and Implications of Soybean Production." Documento de Trabalho CIFOR 90. Center for International Forestry Research, Bogor, Indonésia.

Palazzo, M., e Vollero, A. 2022. "A Systematic Literature Review of Food Sustainable Supply Chain Management (Fsscm): Building Blocks and Research Trends." *The TQM Journal* 34(7): 54–72.

Papada, E., Altman, D., Angiolillo, F., Gastaldi, L., Köhler, T., Lundstedt, M., Natsika, N., e outros. 2023. *Defiance in the Face of Autocratization. Democracy Report 2023.* Gothenburg, Suécia: V-Dem Institute.

Parajuly, K., Kuehr, R., Awasthi, A. K., Fitzpatrick, C., Lepawsky, J., Smith, E., Widmer, R., e Zeng, X. 2019. *Future E-Waste Scenarios.* Bona, Alemanha: Iniciativa para resolver o problema dos resíduos eletrônicos; Bona, Alemanha: Vice-Reitoria da Universidade das Nações Unidas - Programa de Ciclos Sustentáveis; e Osaka, Japão: Programa das Nações Unidas para o Ambiente - Centro Internacional de Tecnologia Ambiental.

Pascual, U., Balvanera, P., Anderson, C. B., Chaplin-Kramer, R., Christie, M., González-Jiménez, D., Martin, A., e outros. 2023. "Diverse Values of Nature for Sustainability." *Nature* 620(7975): 813–823.

Patel, K., Robertson, E., Kwong, A. S., Griffith, G. J., Willan, K., Green, M. J., Di Gessa, G., e outros. 2022. "Psychological Distress before and During the Covid-19 Pandemic among Adults in the United Kingdom Based on Coordinated Analyses of 11 Longitudinal Studies." *JAMA Network Open* 5(4): e227629–e227629.

Pattberg, P., e Stripple, J. 2008. "Beyond the Public and Private Divide: Remapping Transnational Climate Governance in the 21st Century." *International Environmental Agreements: Politics, Law and Economics* 8: 367–388.

Patterson, J., Wyborn, C., Westman, L., Brisbois, M. C., Milkoreit, M., e Jayaram, D. 2021. "The Political

Effects of Emergency Frames in Sustainability." *Nature Sustainability* 4(10): 841–850.

Pearson, A. R., Schuldt, J. P., Romero-Canyas, R., Ballew, M. T., e Larson-Konar, D. 2018. "Diverse Segments of the US Public Underestimate the Environmental Concerns of Minority and Low-Income Americans." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 115(49): 12429–12434.

Pecetta, S., Nandi, A., Weller, C., Harris, V., Fletcher, H., Berlanda Scorza, F., Pizza, M., e outros. 2023. "Vaccines for a Sustainable Planet." *Science Translational Medicine* 15(685): ead1093.

Pecetta, S., Tortorice, D., Scorza, F. B., Pizza, M., Dougan, G., Hatchett, R., Black, S., Bloom, D. E., e Rappuoli, R. 2022. "The Trillion Dollar Vaccine Gap." *Science Translational Medicine* 14(638): eabn4342.

Pelenc, J., Bazile, D., e Ceruti, C. 2015. "Collective Capability and Collective Agency for Sustainability: A Case Study." *Ecological Economics* 118: 226–239.

Pellowe, K. E., Meacham, M., Peterson, G. D., e Lade, S. J. 2023. "Global Analysis of Reef Ecosystem Services Reveals Synergies, Trade-Offs and Bundles." *Ecosystem Services* 63: 101545.

Peng, W., Iyer, G., Bosetti, V., Chaturvedi, V., Edmonds, J., Fawcett, A. A., Hallegatte, S., e outros. 2021. "Climate Policy Models Need to Get Real About People—Here's How." *Nature* 594(7862): 174–176.

Pereira, M. M. 2021. "Understanding and Reducing Biases in Elite Beliefs About the Electorate." *American Political Science Review* 115(4): 1308–1324.

Perrings, C., Hechter, M., e Mamada, R. 2021. "National Polarization and International Agreements." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 118(50): e2102145118.

Persky, J. 1995. "The Ethology of Homo Economicus." *Journal of Economic Perspectives* 9(2): 221–231.

Persson, Å., e Bennich, T. 2023. *Relatório Global de Desenvolvimento Sustentável 2023.* Nova Iorque: Organização das Nações Unidas.

Pew Research Center. 2014. *Political Polarization in the American Public.* Washington, DC: Pew Research Center.

Pfattheicher, S., Petersen, M. B., e Böhm, R. 2022. "Information About Herd Immunity through Vaccination and Empathy Promote Covid-19 Vaccination Intentions." *Health Psychology* 41(2): 85–93.

Pierotti, R. S. 2013. "Increasing Rejection of Intimate Partner Violence: Evidence of Global Cultural Diffusion." *American Sociological Review* 78(2): 240–265.

Pilkington, V., Keestra, S. M., e Hill, A. 2022. "Global Covid-19 Vaccine Inequity: Failures in the First Year of Distribution and Potential Solutions for the Future." *Frontiers in Public Health* 10: 821117.

Pilling, D., e Schipani, A. 2023. "War in Tigray May Have Killed 600,000 People, Peace Mediator Says." *Financial Times*, 15 de janeiro. <https://www.ft.com/content/2f385e95-0899-403a-9e3b-ed8c24adf4e7>.

- Piotrowski, J., Różycka-Tran, J., Baran, T., e Żemojtel-Piotrowska, M. 2019.** "Zero-Sum Thinking as Mediator of the Relationship of National Attitudes with (Un)Willingness to Host Refugees in Own Country." *International Journal of Psychology* 54(6): 722–730.
- Piquero, A. R., Jennings, W. G., Jemison, E., Kaukinen, C., e Knaut, F. M. 2021.** "Domestic Violence during the COVID-19 Pandemic-Evidence from a Systematic Review and Meta-Analysis." *Journal of Criminal Justice* 74: 101806.
- Pittel, K., e Rübbecke, D. T. G. 2008.** "Climate Policy and Ancillary Benefits: A Survey and Integration into the Modelling of International Negotiations on Climate Change." *Ecological Economics* 68(1): 210–220.
- Poast, P. 2023.** When So Many 'Frozen Conflicts' Go Hot, It's Not Just Coincidence. *World Politics Review*.
- Pollan, M. 2002.** *The Botany of Desire: A Plant's-Eye View of the World*. Random house trade paperbacks.
- Pouliot, V., e Thérien, J.-P. 2023.** *Global Policymaking*. Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press.
- Powell, J. A. 2022.** "Overcoming Toxic Polarization: Lessons in Effective Bridging." *Law & Inequality* 40: 247.
- Powers, K. E., Kertzer, J. D., Brooks, D. J., e Brooks, S. G. 2022.** "What's Fair in International Politics? Equity, Equality, and Foreign Policy Attitudes." *Journal of Conflict Resolution* 66(2): 217–245.
- Powers, S. T., Perret, C., e Currie, T. E. 2023.** "Playing the Political Game: The Coevolution of Institutions with Group Size and Political Inequality." *Philosophical Transactions of the Royal Society B: Biological Sciences* 378(1883): 20220303.
- Powers, S. T., van Schaik, C. P., e Lehmann, L. 2016.** "How Institutions Shaped the Last Major Evolutionary Transition to Large-Scale Human Societies." *Philosophical Transactions of the Royal Society B: Biological Sciences* 371(1687): 20150098.
- Prados de la Escosura, L. 2022.** *Human Development and the Path to Freedom: 1870 to the Present*. Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press.
- Prentice, D. A., e Miller, D. T. 1993.** "Pluralistic Ignorance and Alcohol Use on Campus: Some Consequences of Misperceiving the Social Norm." *Journal of Personality and Social Psychology* 64(2): 243.
- Prichard, W. 2015.** *Taxation, Responsiveness and Accountability in Sub-Saharan Africa*. Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press.
- Prichard, W. 2022.** "Unpacking 'Tax Morale': Distinguishing between Conditional and Unconditional Views of Tax Compliance." Documento de Trabalho, International Centre for Tax and Development, Brighton, RU.
- Prichard, W., Custers, A. L., Dom, R., Davenport, S. R., and Roscitt, M. A. 2019.** "Innovations in Tax Compliance: Conceptual Framework." Documento de Trabalho de Investigação de Políticas 9032, World Bank, Washington, DC.
- Prinzing, F. 1916.** *Epidemics Resulting from Wars*. Londres: H. Milford.
- Pujolar, G., Oliver-Anglès, A., Vargas, I., e Vázquez, M.-L. 2022.** "Changes in Access to Health Services During the Covid-19 Pandemic: A Scoping Review." *International Journal of Environmental Research and Public Health* 19(3): 1749.
- Purzycki, B. G., Apicella, C., Atkinson, Q. D., Cohen, E., McNamara, R. A., Willard, A. K., Xygalatas, D., Norenzayan, A., e Henrich, J. 2016.** "Moralistic Gods, Supernatural Punishment and the Expansion of Human Sociality." *Nature* 530(7590): 327–330.
- Rahman, T. 2023.** "Poverty, Agency, and Development." *Social Philosophy and Policy* 40(1): 9–35.
- Rahwan, Z., Yoeli, E., e Fasolo, B. 2019.** "Heterogeneity in Banker Culture and Its Influence on Dishonesty." *Nature* 575(7782): 345–349.
- Rajapaksa, D., Gifford, R., Torgler, B., Garcia-Valiñas, M., Athukorala, W., Managi, S., e Wilson, C. 2019.** "Do Monetary and Non-Monetary Incentives Influence Environmental Attitudes and Behavior? Evidence from an Experimental Analysis." *Resources, Conservation and Recycling* 149: 168–176.
- Rakow, T., Cheung, N. Y., e Restelli, C. 2020.** "Losing My Loss Aversion: The Effects of Current and Past Environment on the Relative Sensitivity to Losses and Gains." *Psychonomic Bulletin & Review* 27(6): 1333–1340.
- Rand, D. G. 2016.** "Cooperation, Fast and Slow: Meta-Analytic Evidence for a Theory of Social Heuristics and Self-Interested Deliberation." *Psychological Science* 27(9): 1192–1206.
- Rand, D. G., e Nowak, M. A. 2013.** "Human Cooperation." *Trends in Cognitive Sciences* 17(8): 413–425.
- Rand, D. G., Dreber, A., Ellingsen, T., Fudenberg, D., e Nowak, M. A. 2009.** "Positive Interactions Promote Public Cooperation." *Science* 325(5945): 1272–1275.
- Rao, L.-L., Han, R., Ren, X.-P., Bai, X.-W., Zheng, R., Liu, H., Wang, Z.-J., e outros. 2011.** "Disadvantage and Prosocial Behavior: The Effects of the Wenchuan Earthquake." *Evolution and Human Behavior* 32(1): 63–69.
- Rao, R. 2022.** "Smashing Success: Humanity Has Diverted an Asteroid for the First Time." *Nature*.
- Rasmussen, A., e Reher, S. 2023.** "(In)equality in Interest Group Involvement and the Legitimacy of Policy Making." *British Journal of Political Science* 53(1): 45–64.
- Rathbun, B. C. 2011.** "Before Hegemony: Generalized Trust and the Creation and Design of International Security Organizations." *International Organization* 65(2): 243–273.
- Rauschmayer, F., Polzin, C., Mock, M., e Omann, I. 2018.** "Examining Collective Action through the Capability Approach: The Example of Community Currencies." *Journal of Human Development and Capabilities* 19(3): 345–364.
- Ravens-Sieberer, U., Devine, J., Napp, A.-K., Kaman, A., Saftig, L., Gilbert, M., Reiß, F., e outros. 2023.** "Three Years into the Pandemic: Results of the Longitudinal German Copsy Study on Youth Mental Health and Health-Related Quality of Life." *Frontiers in Public Health* 11: 1129073.
- Rawls, J. 1993.** *The Law of Peoples*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Reck, D., e Seibold, A. 2023.** "The Welfare Economics of Reference Dependence." Documento de Trabalho 31381, National Bureau of Economic Research, Cambridge, MA.
- Redvers, N., Celidwen, Y., Schultz, C., Horn, O., Githaiga, C., Vera, M., Perdrisat, M., e outros. 2022.** "The Determinants of Planetary Health: An Indigenous Consensus Perspective." *The Lancet Planetary Health* 6(2): e156–e163.
- Regan, P. M. 2002.** "Third-Party Interventions and the Duration of Intrastate Conflicts." *Journal of Conflict Resolution* 46(1): 55–73.
- Reimann, L., Vafeidis, A. T., e Honsel, L. E. 2023.** "Population Development as a Driver of Coastal Risk: Current Trends and Future Pathways." *Cambridge Prisms: Coastal Futures* 1: e14.
- Reinsberg, B., e Westerwinter, O. 2021.** "The Global Governance of International Development: Documenting the Rise of Multi-Stakeholder Partnerships and Identifying Underlying Theoretical Explanations." *The Review of International Organizations* 16(1): 59–94.
- Reyes, G., e Gasparini, L. 2022.** "Are Fairness Perceptions Shaped by Income Inequality? Evidence from Latin America." *The Journal of Economic Inequality* 20(4): 893–913.
- Rhoads, S. A., Cutler, J., e Marsh, A. A. 2021.** "A Feature-Based Network Analysis and fMRI Meta-Analysis Reveal Three Distinct Types of Prosocial Decisions." *Social Cognitive and Affective Neuroscience* 16(12): 1214–1233.
- Rhoads, S. A., O'Connell, K., Berluti, K., Ploe, M. L., Elizabeth, H. S., Amormino, P., Li, J. L., e outros. 2023a.** "Neural Responses Underlying Extraordinary Altruists' Generosity for Socially Distant Others." *PNAS Nexus* 2(7).
- Rhoads, S. A., Vekaria, K. M., O'Connell, K., Elizabeth, H. S., Rand, D. G., Kozak Williams, M. N., e Marsh, A. A. 2023b.** "Unselfish Traits and Social Decision-Making Patterns Characterize Six Populations of Real-World Extraordinary Altruists." *Nature Communications* 14(1): 1807.
- Richardson, M., Hamlin, I., Elliott, L. R., e White, M. P. 2022.** "Country-Level Factors in a Failing Relationship with Nature: Nature Connectedness as a Key Metric for a Sustainable Future." *Ambio* 51(11): 2201–2213.
- Richerson, P. J., Boyd, R. T., e Efferson, C. 2024.** "Agentic Processes in Cultural Evolution: Relevance to Anthropocene Sustainability." *Philosophical Transactions of the Royal Society B: Biological Sciences* 379(1893): 20220252.
- Richerson, P., Baldini, R., Bell, A. V., Demps, K., Frost, K., Hillis, V., Mathew, S., e outros. 2016.** "Cultural Group Selection Plays an Essential Role in Explaining Human Cooperation: A Sketch of the Evidence." *Behavioral and Brain Sciences* 39.
- Richter, F. 2023.** "Charted: Where Does the US Lithium Battery Supply Come From?" <https://www.weforum.org/agenda/2023/03/charted-where-does-the-us-lithium-battery-supply-come-from/>. Acedido em 5 de agosto de 2023.

- Rigaud, K. K., De Sherbinin, A., Jones, B., Bergmann, J., Clement, V., Ober, K., Schewe, J., e outros. 2018.** "Groundswell. Preparing for Internal Climate Migration." Banco Mundial, Washington DC.
- Ring, P., Schütt, C. A., e Snower, D. J. 2023.** "Care and Anger Motives in Social Dilemmas." *Theory and Decision* 95(2): 273–308.
- Ringsmuth, A. K., Otto, I. M., van den Hurk, B., Lahn, G., Reyer, C. P. O., Carter, T. R., Magnuszewski, P., e outros. 2022.** "Lessons from Covid-19 for Managing Transboundary Climate Risks and Building Resilience." *Climate Risk Management* 35: 100395.
- Rinscheid, A., Pianta, S., e Weber, E. U. 2021.** "What Shapes Public Support for Climate Change Mitigation Policies? The Role of Descriptive Social Norms and Elite Cues." *Behavioural Public Policy* 5(4): 503–527.
- Roberts, G., Raihani, N., Bshary, R., Manrique, H. M., Farina, A., Samu, F., e Barclay, P. 2021.** "The Benefits of Being Seen to Help Others: Indirect Reciprocity and Reputation-Based Partner Choice." *Philosophical Transactions of the Royal Society B: Biological Sciences* 376(1838): 20200290.
- Robertson, R. E., Green, J., Ruck, D. J., Ognyanova, K., Wilson, C., e Lazer, D. 2023.** "Users Choose to Engage with More Partisan News Than They Are Exposed to on Google Search." *Nature*.
- Rockström, J., Beringer, T., Hole, D., Griscom, B., Mascia, M. B., Folke, C., e Creutzig, F. 2021.** "Opinion: We Need Biosphere Stewardship That Protects Carbon Sinks and Builds Resilience." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 118(38): e2115218118.
- Rockström, J., Gupta, J., Lenton, T. M., Qin, D., Lade, S. J., Abrams, J. F., Jacobson, L., e outros. 2021.** "Identifying a Safe and Just Corridor for People and the Planet." *Earth's Future* 9(4): e2020EF001866.
- Rockström, J., Gupta, J., Qin, D., Lade, S. J., Abrams, J. F., Andersen, L. S., Armstrong McKay, D. I., e outros. 2023.** "Safe and Just Earth System Boundaries." *Nature* 619: 102–111.
- Rockström, J., Kotzé, L., Milutinović, S., Biermann, F., Brovkin, V., Donges, J., Ebbesson, J., e outros. 2024.** "The Planetary Commons: A New Paradigm for Safeguarding Earth-Regulating Systems in the Anthropocene." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 121(5): e2301531121.
- Rockström, J., Steffen, W., Noone, K., Persson, Å., Chapin, F. S., Lambin, E. F., Lenton, T. M., e outros. 2009.** "A Safe Operating Space for Humanity." *Nature* 461(7263): 472–475.
- Rode, J., e Weber, A. 2016.** "Does Localized Imitation Drive Technology Adoption? A Case Study on Rooftop Photovoltaic Systems in Germany." *Journal of Environmental Economics and Management* 78: 38–48.
- Rodríguez-Pose, A. 2012.** "Trade and Regional Inequality." *Economic Geography* 88(2): 109–136.
- Rodríguez-Pose, A. 2018.** "The Revenge of the Places That Don't Matter (and What to Do About It)." *Cambridge Journal of Regions, Economy and Society* 11(1): 189–209.
- Rodríguez-Pose, A. 2022.** "The Rise of Populism and the Revenge of the Places That Don't Matter." In Velasco, A., e Bucelli, I., (eds.), *Populism: Origins and Alternative Policy Responses*. Londres: LSE Press.
- Rodríguez-Pose, A., Terrero-Davila, J., e Lee, N. 2023.** "Left-Behind Vs. Unequal Places: Interpersonal Inequality, Economic Decline, and the Rise of Populism in the US and Europe." *Journal of Economic Geography* 23: 951–977.
- Rodrik, D. 2011.** *The Globalization Paradox: Democracy and the Future of the World Economy*. Nova Iorque: WW Norton & Company.
- Rodrik, D. 2018.** "Populism and the Economics of Globalization." *Journal of International Business Policy* 1: 12–33.
- Rodrik, D. 2021.** "Why Does Globalization Fuel Populism? Economics, Culture, and the Rise of Right-Wing Populism." *Annual Review of Economics* 13: 133–170.
- Rodrik, D. 2023.** "Lecture: The Future of Globalization: The Good, the Bad, and the Ugly." <https://www.youtube.com/watch?v=icBSxc7XeC0&t=1604s>. Acedido em 20 de agosto de 2023.
- Rodrik, D., Subramanian, A., e Trebbi, F. 2004.** "Institutions Rule: The Primacy of Institutions over Geography and Integration in Economic Development." *Journal of Economic Growth* 9(2): 131–165.
- Roemer, J. E. 2019.** *How We Cooperate: A Theory of Kantian Optimization*. Yale: Yale University Press.
- Rogers, K., e Mandavili, A. 2020.** "Trump Administration Signals Formal Withdrawal from WHO." *The New York Times*, 8 de julho.
- Rojek-Giffin, M., Lebreton, M., Daunizeau, J., Fariña, A., Gross, J., e De Dreu, C. K. W. 2023.** "Learning Rules of Engagement for Social Exchange within and between Groups." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 120(19): e2218443120.
- Röllicke, L. 2023.** "Polarisation, Identity and Affect - Conceptualising Affective Polarisation in Multi-Party Systems." *Electoral Studies* 85: 102655.
- Romano, A., Balliet, D., Yamagishi, T., e Liu, J. H. 2017.** "Parochial Trust and Cooperation across 17 Societies." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 114(48): 12702–12707.
- Romano, A., Sutter, M., Liu, J. H., e Balliet, D. 2021a.** "Political Ideology, Cooperation and National Parochialism across 42 Nations." *Philosophical Transactions of the Royal Society B: Biological Sciences* 376(1822): 20200146.
- Romano, A., Sutter, M., Liu, J. H., Yamagishi, T., e Balliet, D. 2021b.** "National Parochialism Is Ubiquitous across 42 Nations around the World." *Nature Communications* 12(1): 4456.
- Romer, P. 1993.** "Idea Gaps and Object Gaps in Economic Development." *Journal of Monetary Economics* 32(3): 543–573.
- Romer, P. M. 1986.** "Increasing Returns and Long-Run Growth." *Journal of Political Economy* 94(5): 1002–1037.
- Romer, P. M. 1990.** "Endogenous Technological Change." *Journal of political Economy* 98(5, Part 2): S71-S102.
- Romer, P. M. 1994.** "The Origins of Endogenous Growth." *Journal of Economic Perspectives* 8(1): 3–22.
- Rommel, T., e Walter, S. 2018.** "The Electoral Consequences of Offshoring: How the Globalization of Production Shapes Party Preferences." *Comparative Political Studies* 51(5): 621–658.
- Rosenwald, M. S. 2021.** "History's Deadliest Pandemics, from Ancient Rome to Modern America." *The Washington Post*, 3 de outubro. <https://www.washingtonpost.com/graphics/2020/local/retropolis/coronavirus-deadliest-pandemics/>. Acedido em 9 de fevereiro de 2024.
- Roser, M., e Ritchie, H. 2023.** "HIV/AIDS." Our World in Data. <https://ourworldindata.org/hiv-aids>.
- Rossi, G., Dingemanse, M., Floyd, S., Baranova, J., Blythe, J., Kendrick, K. H., Zinken, J., e Enfield, N. J. 2023.** "Shared Cross-Cultural Principles Underlie Human Prosocial Behavior at the Smallest Scale." *Scientific Reports* 13(1): 6057.
- Roth, J., e Mazziotta, A. 2015.** "Adaptation and Validation of a German Multidimensional and Multicomponent Measure of Social Identification." *Social Psychology* 46: 277–290.
- Rovenskaya, E., Gomez Echeverri, L., e Patil, P. 2023.** "Human Development, Sustainability, and Agency." International Institute for Applied Systems Analysis, Laxenburg, Austria.
- Rowntree, O. 2019.** *The Mobile Gender Gap Report 2019*. Londres: GSMA.
- Roy, E. A. 2019.** "One Day We'll Disappear: Tuvalu's Sinking Islands." *The Guardian*, 16 de maio. <https://www.theguardian.com/global-development/2019/may/16/one-day-disappear-tuvalu-sinking-islands-rising-seas-climate-change>.
- Rózycka-Tran, J., Alessandri, G., Jurek, P., e Olech, M. 2018.** "A Test of Construct Isomorphism of the Belief in a Zero-Sum Game Scale: A Multilevel 43-Nation Study." *PLoS One* 13(9): e0203196.
- Ruggeri, K., e Panin, A., e Vdovic, M., e Večkalov, B., e Abdul-Salaam, N., e Achterberg, J., e Akil, C., e outros. 2022.** "The Globalizability of Temporal Discounting." *Nature Human Behaviour* 6(10): 1386–1397.
- Ruggie, J. G. 1992.** "Multilateralism: The Anatomy of an Institution." *International Organization* 46(3): 561–598.
- Ruggie, J. G. 1998.** "What Makes the World Hang Together? Neo-Utilitarianism and the Social Constructivist Challenge." *International Organization* 52(4): 855–885.
- Rustagi, D., Engel, S., e Kosfeld, M. 2010.** "Conditional Cooperation and Costly Monitoring Explain Success in Forest Commons Management." *Science* 330(6006): 961–965.
- Saad-Roy, C. M., e Traulsen, A. 2023.** "Dynamics in a Behavioral–Epidemiological Model for Individual Adherence to a Nonpharmaceutical Intervention." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 120(44): e2311584120.

- Saak, A. E., e Hennessy, D. A. 2018.** "A Model of Reporting and Controlling Outbreaks by Public Health Agencies." *Economic Theory* 66(1): 21–64.
- Sachs, J. D., Karim, S. S. A., Akin, L., Allen, J., Brosbøl, K., Colombo, F., Barron, G. C., e outros. 2022.** "The Lancet Commission on Lessons for the Future from the Covid-19 Pandemic." *The Lancet* 400(10359): 1224–1280.
- Sacks, A. 2012.** "Can Donors and Non-State Actors Undermine Citizens' Legitimizing Beliefs?" Documento de Trabalho de Investigação de Políticas 6158. Banco Mundial, Washington, DC.
- Saez, E. 2010.** "Do Taxpayers Bunch at Kink Points?" *American Economic Journal: Economic Policy* 2(3): 180–212.
- Sala-i-Martin, X. 2007.** "Economic Integration, Growth, and Poverty." Integration and Trade Policy Issues Paper, July 2007, Inter-American Development Bank, Integration and Trade Sector, Washington, DC.
- Salali, G. D., Juda, M., e Henrich, J. 2015.** "Transmission and Development of Costly Punishment in Children." *Evolution and Human Behavior* 36(2): 86–94.
- Sampat, B. N., e Shadlen, K. C. 2021.** "The Covid-19 Innovation System." *Health Affairs* 40(3): 400–409.
- Sandler, T. 1997.** *Global Challenges: An Approach to Environmental, Political, and Economic Problems*. Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press.
- Sandler, T. 1998.** "Global and Regional Public Goods: A Prognosis for Collective Action." *Fiscal Studies* 19(3): 221–247.
- Sandler, T. 2015.** "Collective Action: Fifty Years Later." *Public Choice* 164(3): 195–216.
- Sandler, T. 2016.** "Strategic Aspects of Difficult Global Challenges." *Global Policy* 7: 33–44.
- Sandler, T. 2017.** "Environmental Cooperation: Contrasting International Environmental Agreements." *Oxford Economic Papers* 69(2): 345–364.
- Sandler, T. 2020.** "Covid-19 and Collective Action." *Peace Economics, Peace Science and Public Policy* 26(3).
- Sandler, T. 2023.** "Covid-19 Activities: Publicness and Strategic Concerns." *Games* 14(1): 7.
- Sandler, T., e Arce M., D. G. 2002.** "A Conceptual Framework for Understanding Global and Transnational Public Goods for Health." *Fiscal Studies* 23(2): 195–222.
- Sanfey, A. G., Rilling, J. K., Aronson, J. A., Nystrom, L. E., e Cohen, J. D. 2003.** "The Neural Basis of Economic Decision-Making in the Ultimatum Game." *Science* 300(5626): 1755–1758.
- Sanogo, T. 2019.** "Does Fiscal Decentralization Enhance Citizens' Access to Public Services and Reduce Poverty? Evidence from Côte D'ivoire Municipalities in a Conflict Setting." *World Development* 113: 204–221.
- Santomauro, D. F., Herrera, A. M. M., Shadid, J., Zheng, P., Ashbaugh, C., Pigott, D. M., Abbafati, C., e outros. 2021.** "Global Prevalence and Burden of Depressive and Anxiety Disorders in 204 Countries and Territories in 2020 Due to the Covid-19 Pandemic." *The Lancet* 398(10312): 1700–1712.
- Santos, F. P., Lelkes, Y., e Levin, S. A. 2021.** "Link Recommendation Algorithms and Dynamics of Polarization in Online Social Networks." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 118(50): e2102141118.
- Satici, B., Saricali, M., Satici, S. A., e Griffiths, M. D. 2020.** "Intolerance of Uncertainty and Mental Well-being: Serial Mediation by Rumination and Fear of Covid-19." *International Journal of Mental Health and Addiction*.
- Sauer, H., Blunden, C., Eriksen, C., e Rehren, P. 2021.** "Moral Progress: Recent Developments." *Philosophy Compass* 16(10): e12769.
- Saville, M., Cramer, J. P., Downham, M., Hacker, A., Lurie, N., Van der Veken, L., Whelan, M., e Hatchett, R. 2022.** "Delivering Pandemic Vaccines in 100 Days—What Will It Take?" *New England Journal of Medicine* 387(2): e3.
- Saxena, A., Atuire, C., Banda, A., Baker, B., Chiwa, E., Fleurbaey, M., Herlitz, A., e outros. 2022.** "Pandemic Preparedness and Response: Key Provisions for a New Treaty." Binghamton, NY.
- Schady, N., Holla, A., Sabarwal, S., Silva, J., e Chang, A. 2023.** *Collapse and Recovery: How the Covid-19 Pandemic Eroded Human Capital and What to Do About It*. Washington, DC: Banco Mundial.
- Schaeffer, K. 2020.** "Key Facts About Women's Suffrage around the World, a Century after U.S. Ratified 19th Amendment." Pew Research Center. <https://www.pewresearch.org/short-reads/2020/10/05/key-facts-about-womens-suffrage-around-the-world-a-century-after-u-s-ratified-19th-amendment/>.
- Schäfer, M., Haun, D. B. M., e Tomasello, M. 2015.** "Fair Is Not Fair Everywhere." *Psychological Science* 26(8): 1252–1260.
- Scheffer, M., Borsboom, D., Nieuwenhuis, S., e Westley, F. 2022.** "Belief Traps: Tackling the Inertia of Harmful Beliefs." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 119(32): e2203149119.
- Scheidel, A., Fernández-Llamazares, Á., Bara, A. H., Del Bene, D., David-Chavez, D. M., Fanari, E., Garba, I., e outros. 2023.** "Global Impacts of Extractive and Industrial Development Projects on Indigenous Peoples' Lifeways, Lands, and Rights." *Science Advances* 9(23): eade9557.
- Schelber, N. 2023.** "Harvard Scholar Who Studies Honesty Is Accused of Fabricating Findings." *New York Times*, junho de 24.
- Schell, J. 1982.** *The Fate of the Earth; the Abolition; the Unconquerable World*. Nova Iorque: Library of America.
- Schelling, T. C. 1965.** "Strategic Analysis and Social Problems." *Social Problems* 12(4): 367–379.
- Schelling, T. C. 1978.** *Micromotives and Macrobehavior*. Nova Iorque: W. W. Norton & Company.
- Schilke, O., Reimann, M., e Cook, K. S. 2021.** "Trust in Social Relations." *Annual Review of Sociology* 47(1): 239–259.
- Schill, C., e Rocha, J. C. 2023.** "Sustaining Local Commons in the Face of Uncertain Ecological Thresholds: Evidence from a Framed Field Experiment with Colombian Small-Scale Fishers." *Ecological Economics* 207: 107695.
- Schill, C., Anderies, J. M., Lindahl, T., Folke, C., Polasky, S., Cárdenas, J. C., Crépin, A.-S., e outros. 2019.** "A More Dynamic Understanding of Human Behaviour for the Anthropocene." *Nature Sustainability* 2(12): 1075–1082.
- Schiller, L., Bailey, M., Jacquet, J., e Sala, E. 2018.** "High Seas Fisheries Play a Negligible Role in Addressing Global Food Security." *Science Advances* 4(8): eaat8351.
- Schimmelpfennig, R., e Muthukrishna, M. 2023.** "Cultural Evolutionary Behavioural Science in Public Policy." *Behavioural Public Policy*: 1–31.
- Schimmelpfennig, R., Razek, L., Schnell, E., e Muthukrishna, M. 2022.** "Paradox of Diversity in the Collective Brain." *Philosophical Transactions of the Royal Society B: Biological Sciences* 377(1843): 20200316.
- Schlüter, M., Baeza, A., Dressler, G., Frank, K., Groeneveld, J., Jager, W., Janssen, M. A., e outros. 2017.** "A Framework for Mapping and Comparing Behavioural Theories in Models of Social-Ecological Systems." *Ecological Economics* 131: 21–35.
- Schneider, C. J. 2018.** "The Domestic Politics of International Cooperation." *Oxford Research Encyclopedia of Politics*. Oxford, Reino Unido: Oxford University Press.
- Schraeder, P. J. 2000.** *African Politics and Society: A Mosaic in Transformation*. Belmont, CA: Thomson/Wadsworth.
- Schulz, J. F. 2022.** "Kin Networks and Institutional Development." *The Economic Journal* 132(647): 2578–2613.
- Schulz, J. F., Bahrami-Rad, D., Beauchamp, J. P., e Henrich, J. 2019.** "The Church, Intensive Kinship, and Global Psychological Variation." *Science* 366(6466).
- Schwandt, H., e Von Wachter, T. 2020.** "Socioeconomic Decline and Death: Midlife Impacts of Graduating in a Recession." Documento de Trabalho NBER w26638, National Bureau of Economic Research, Cambridge, MA.
- Schwerhoff, G. 2016.** "The Economics of Leadership in Climate Change Mitigation." *Climate Policy* 16(2): 196–214.
- Schwetz, T. A., e Fauci, A. S. 2019.** "The Extended Impact of Human Immunodeficiency Virus/AIDS Research." *The Journal of Infectious Diseases* 219(1): 6–9.
- Scoones, I., Stirling, A., Abrol, D., Atela, J., Charli-Joseph, L., Eakin, H., Ely, A. e outros. 2020.** "Transformations to Sustainability: Combining Structural, Systemic and Enabling Approaches." *Current Opinion in Environmental Sustainability* 42: 65–75.
- Semieniuk, G., Ghosh, J., e Folbre, N. 2023.** "Technical Comment on 'Fairness Considerations in Global Mitigation Investments.'" *Science* 380(6646): eadg5893.
- Sen, A. 1973.** "Behaviour and the Concept of Preference." *Economica* 40(159): 241–259.

- Sen, A. 1977.** "Rational Fools: A Critique of the Behavioral Foundations of Economic Theory." *Philosophy & Public Affairs* 6(4): 317–344.
- Sen, A. 1985.** "Well-Being, Agency and Freedom: The Dewey Lectures 1984." *The Journal of Philosophy* 82(4): 169–221.
- Sen, A. 1991.** *On Ethics and Economics*. Nova Iorque: Wiley.
- Sen, A. 1997.** "Maximization and the Act of Choice." *Econometrica* 65(4): 745–779.
- Sen, A. 1999.** *Development as Freedom*. Nova Iorque, NY: Anchor Books.
- Sen, A. 2005.** *The Argumentative Indian: Writings on Indian History, Culture and Identity*. Nova Iorque: Picador/Farrar, Straus e Giroux.
- Sen, A. 2006.** *Identity and Violence: The Illusion of Destiny*. Nova Iorque: W. W. Norton & Company.
- Sen, A. 2008.** "Why and How Is Health a Human Right?" *The Lancet* 372(9655): 2010.
- Sen, A. 2009a.** "The Fog of Identity." *Politics, Philosophy & Economics* 8(3): 285–288.
- Sen, A. 2009b.** *The Idea of Justice*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Sen, A. 2013.** "The Ends and Means of Sustainability." *Journal of Human Development and Capabilities* 14(1): 6–20.
- Sen, A. 2016.** "The Ends and Means of Sustainability." In Lessmann, O., e Rauschmayer, F., (eds.), *The Capability Approach and Sustainability*. Nova Iorque: Routledge.
- Sénit, C.-A. 2020.** "Leaving No One Behind? The Influence of Civil Society Participation on the Sustainable Development Goals." *Environment and Planning C: Politics and Space* 38(4): 693–712.
- Seong, J. W., Birshan, M., Woetzel, L., Lamanna, C., Condon, J., e Devesa, T. 2024.** "Geopolitics and the Geometry of Global Trade." McKinsey Global Institute.
- Seong, J., White, O., Woetzel, J., Smit, S., Devesa, T., Birshan, M., e Samandari, H. 2022.** "Global Flows: The Ties That Bind in an Interconnected World." Documento de discussão do McKinsey Global Institute (novembro).
- Settersten, R. A. 2018.** "Nine Ways That Social Relationships Matter for the Life Course." In Alwin, D., Felmlee, D., e Kreager, D., (eds.), *Social Networks and the Life Course*. Frontiers in Sociology and Social Research, vol 2. Cham, Switzerland: Springer.
- Seyoum, B. 2021.** "State Fragility and Human Development: A Study with Special Emphasis on Social Cohesion." *International Journal of Social Economics* 48(1): 39–61.
- Shafir, E. 2013.** *The Behavioral Foundations of Public Policy*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Shanmugaratnam, T., Summers, L., Okonjo-Iweala, N., Botin, A., El-Erian, M., Frenkel, J., Grynszpan, R., e outros. 2021.** "A Global Deal for out Pandemic Age." *Report of the G20 High Level Independent Panel*.
- Sheffer, L., John Loewen, P., Walgrave, S., Bailer, S., Breunig, C., Helfer, L., Pilet, J.-B., Varone, F., e Vliegthart, R. 2023.** "How Do Politicians Bargain? Evidence from Ultimatum Games with Legislators in Five Countries." *American Political Science Review*: 1-19.
- Shenai, N., End, N., Koosakul, J., e Said, A. 2023.** *The Financial Cost of Using Special Drawing Rights*. Washington, D.C.: Fundo Monetário Internacional.
- Shi, L., Romić, I., Ma, Y., Wang, Z., Podobnik, B., Stanley, H. E., Holme, P., e Jusup, M. 2020.** "Freedom of Choice Adds Value to Public Goods." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 117(30): 17516–17521.
- Shidore, S. 2023.** "The Return of the Global South." *Foreign Affairs*, 31 de agosto.
- Shiffman, J., e Shawar, Y. R. 2022.** "Framing and the Formation of Global Health Priorities." *The Lancet* 399(10339): 1977–1990.
- Shiller, R. J. 2006.** "Managing Risks to National Economies: The Role of Macro Markets." In Kaul, I., e Conceição, P., (eds.), *The New Public Finance: Responding to Global Challenges*. Nova Iorque: Oxford University Press.
- Shiller, R. J. 2017.** "Narrative Economics." *American Economic Review* 107(4): 967–1004.
- Shiller, R., Joy, M., Ostry, J. D., e Benford, J. 2018.** *Sovereign GDP-Linked Bonds: Rationale and Design*. Paris e Londres: CEPR Press.
- Shun, K.-I., e Wong, D. B. 2004.** *Confucian Ethics: A Comparative Study of Self, Autonomy, and Community*. Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press.
- Sibert, J., Senina, I., Lehodey, P., e Hampton, J. 2012.** "Shifting from Marine Reserves to Maritime Zoning for Conservation of Pacific Bigeye Tuna *Thunnus Obesus*." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 109(44): 18221–18225.
- Siegrist, M., e Bearth, A. 2021.** "Worldviews, Trust, and Risk Perceptions Shape Public Acceptance of Covid-19 Public Health Measures." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 118(24): e2100411118.
- Simmons, J. P., Nelson, L. D., e Simonsohn, U. 2011.** "False-Positive Psychology: Undisclosed Flexibility in Data Collection and Analysis Allows Presenting Anything as Significant." *Psychological Science* 22(11): 1359–1366.
- Sinding Bentzen, J. 2019.** "Acts of God? Religiosity and Natural Disasters across Subnational World Districts." *The Economic Journal* 129(622): 2295–2321.
- Sinnott-Armstrong, W., e McKee, P. 2022.** "Certain Prosocial Motives Limit Redistribution Aimed at Equality." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 119(51): e2219059119.
- SIPRI (Instituto Internacional de Estocolmo para a Investigação sobre a Paz). 2023.** *Trends in World Military Expenditure 2022*. Estocolmo: SIPRI.
- Sirleaf, E. J., e Clark, H. 2021.** "Report of the Independent Panel for Pandemic Preparedness and Response: Making Covid-19 the Last Pandemic." *The Lancet* 398(10295): 101–103.
- Sklair, L. 2020.** "Globalization and the Challenge of the Anthropocene." In Rossi, I., (ed.), *Challenges of Globalization and Prospects for an Inter-Civilizational World Order*. Cham, Switzerland: Springer International Publishing.
- Slaughter, A.-M. 2004.** *A New World Order*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Slemrod, J. 2004.** "The Economics of Corporate Tax Selfishness." *National Tax Journal* 57(4): 877–899.
- Slemrod, J. 2019.** "Tax Compliance and Enforcement." *Journal of Economic Literature* 57(4): 904–954.
- Smerdon, D., Offerman, T., e Gneezy, U. 2020.** "Everybody's Doing It': On the Persistence of Bad Social Norms." *Experimental Economics* 23(2): 392–420.
- Smith, R., Woodward, D., Acharya, A., Beaglehole, R., e Drager, N. 2004.** "Communicable Disease Control: A 'Global Public Good' Perspective." *Health Policy and Planning* 19(5): 271–278.
- Snyder, C. R. 1995.** "Conceptualizing, Measuring, and Nurturing Hope." *Journal of Counseling & Development* 73(3): 355–360.
- Snyder, C. R. 2000.** *Handbook of Hope: Theory, Measures, and Applications*. San Diego, CA: Academic Press.
- Sommer, C. 2019.** Social Cohesion and Economic Development: Unpacking the Relationship. Documento da sessão de informação 16/2019, Instituto Alemão de Desenvolvimento, Bona, Alemanha.
- Song, X.-P., Hansen, M. C., Potapov, P., Adusei, B., Pickering, J., Adami, M., Lima, A., e outros. 2021.** "Massive Soybean Expansion in South America since 2000 and Implications for Conservation." *Nature Sustainability* 4(9): 784–792.
- Sonntag, D. 2010.** *AIDS and Aid: A Public Good Approach*. Springer Science & Business Media.
- Soontjens, K. 2023.** "Voters Don't Care Too Much About Policy: How Politicians Conceive of Voting Motives." *Research & Politics* 10(2): 20531680231176180.
- Spadaro, G., Graf, C., Jin, S., Arai, S., Inoue, Y., Lieberman, E., Rinderu, M. I., e outros. 2022.** "Cross-Cultural Variation in Cooperation: A Meta-Analysis." *Journal of Personality and Social Psychology* 123(5): 1024–1088.
- Sparkman, G., Geiger, N., e Weber, E. U. 2022.** "Americans Experience a False Social Reality by Underestimating Popular Climate Policy Support by Nearly Half." *Nature Communications* 13(1): 4779.
- Sparkman, G., Howe, L., e Walton, G. 2021.** "How Social Norms Are Often a Barrier to Addressing Climate Change but Can Be Part of the Solution." *Behavioural Public Policy* 5(4): 528–555.
- Spilker, G., Nguyen, Q., Koubi, V., e Böhmelt, T. 2020.** "Attitudes of Urban Residents Towards Environmental Migration in Kenya and Vietnam." *Nature Climate Change* 10(7): 622–627.
- Sprengholz, P., Henkel, L., Betsch, C., e Böhm, R. 2023a.** "Understanding Climate Polarization: Identification with and Discrimination between Climate Policy Opinion Groups." PsyArXiv Preprint.

- Sprengholz, P., Henkel, L., Böhm, R., e Betsch, C. 2023b.** "Historical Narratives About the Covid-19 Pandemic Are Motivationally Biased." *Nature* 623(7987): 588–593.
- Comité Permanente das Pescas e dos Oceanos. 2002.** *Foreign Overfishing: Its Impacts and Solutions*. Ottawa: Câmara dos Comuns do Canadá.
- Stanford, P. K. 2017.** "Bending toward Justice." *Philosophy of Science* 84(2): 369–376.
- Stanford, P. K. 2018.** "The Difference between Ice Cream and Nazis: Moral Externalization and the Evolution of Human Cooperation." *Behavioral and Brain Sciences* 41: e95.
- Stango, V., e Zinman, J. 2022.** "We Are All Behavioural, More, or Less: A Taxonomy of Consumer Decision-Making." *The Review of Economic Studies* 90(3): 1470–1498.
- Stanley, S. K., Hogg, T. L., Leviston, Z., e Walker, I. 2021.** "From Anger to Action: Differential Impacts of Eco-Anxiety, Eco-Depression, and Eco-Anger on Climate Action and Wellbeing." *The Journal of Climate Change and Health* 1: 100003.
- Stantcheva, S., Alesina, A., e Miano, A. 2019.** "Immigration and Redistribution." Documento de Trabalho 24733, National Bureau of Economic Research, Cambridge, MA.
- Staples, A. 2006.** *The Birth of Development How the World Bank, Food Agricultural Organization, and the World Health Organization Changed the World, 1945–1965* Kent, OH: Kent University Press.
- Statista. 2023.** "Number of Smartphone Mobile Network Subscriptions Worldwide from 2016 to 2022, with Forecasts from 2023 to 2028." <https://www.statista.com/statistics/330695/number-of-smartphone-users-worldwide/>. Acedido em 5 de setembro de 2023.
- Steffen, W., Broadgate, W., Deutsch, L., Gaffney, O., e Ludwig, C. 2015.** "The Trajectory of the Anthropocene: The Great Acceleration." *The Anthropocene Review* 2(1): 81–98.
- Steffen, W., Richardson, K., Rockström, J., Cornell, S. E., Fetzer, I., Bennett, E. M., Biggs, R., e outros. 2015.** "Planetary Boundaries: Guiding Human Development on a Changing Planet." *Science* 347(6223).
- Steffen, W., Rockström, J., Richardson, K., Lenton, T. M., Folke, C., Liverman, D., Summerhayes, C. P. e outros. 2018.** "Trajectories of the Earth System in the Anthropocene." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 115(33): 8252–8259.
- Steg, L. 2023.** "Psychology of Climate Change." *Annual Review of Psychology* 74(1): 391–421.
- Stenner, P., e Andreouli, E. 2023.** "Revisioning Psychology and Deglobalisation: The Case of Brexit." *Theory & Psychology* 33(2): 209–226.
- Sterelny, K. 2019.** "Evolutionary Foundations for a Theory of Moral Progress?" *Analyse & Kritik* 41(2): 205–216.
- Stets, J. E., e Serpe, R. T. 2013.** "Identity Theory." In Delamater, J. e Ward, A., (eds.), *Handbook of Social Psychology*. Dordrecht, Países Baixos: Springer.
- Stewart, A. J., e Raihani, N. 2023.** "Group Reciprocity and the Evolution of Stereotyping." *Proceedings of the Royal Society B: Biological Sciences* 290(1991): 20221834.
- Stewart, A. J., McCarty, N., e Bryson, J. J. 2020.** "Polarization under Rising Inequality and Economic Decline." *Science Advances* 6(50).
- Stewart, A. J., Plotkin, J. B., e McCarty, N. 2021.** "Inequality, Identity, and Partisanship: How Redistribution Can Stem the Tide of Mass Polarization." *PNAS* 118(e2102140118).
- Stewart, F., Holdstock, D., e Jarquin, A. 2002.** "Root Causes of Violent Conflict in Developing Countries—commentary: Conflict—from Causes to Prevention?" *BMJ* 324(7333): 342–345.
- Comissão Stiglitz. 2009.** "Report of the Commission of Experts of the President of the United Nations General Assembly on Reforms of the International Monetary and Financial System." Nações Unidas, Nova Iorque.
- Stiglitz, J. 1998.** "Distinguished Lecture on Economics in Government: The Private Uses of Public Interests: Incentives and Institutions." *Journal of Economic Perspectives* 12(2): 3–22.
- Stiglitz, J. E. 1995.** *The Theory of International Public Goods and the Architecture of International Organizations*. Department for Economic and Social Information and Policy Analysis.
- Stiglitz, J. E. 1996.** "Some Lessons from the East Asian Miracle." *The World Bank Research Observer* 11(2): 151–177.
- Stiglitz, J. E. 1999.** "Knowledge as a Global Public Good." In Kaul, I., (ed.), *Global Public Goods: International Cooperation in the 21st Century*. Nova Iorque: Oxford Academic.
- Stiglitz, J. E. 2002.** *Globalization and Its Discontents*. Nova Iorque: W. W. Norton & Company.
- Stiglitz, J. E. 2007.** *Making Globalization Work*. Nova Iorque: W. W. Norton & Company.
- Stiglitz, J. E. 2015.** "Overcoming the Copenhagen Failure with Flexible Commitments." *Economics of Energy & Environmental Policy* 4(2): 29–36.
- Stiglitz, J. E. 2021.** "The Proper Role of Government in the Market Economy: The Case of the Post-Covid Recovery." *Journal of Government and Economics* 1: 100004.
- Stiglitz, J. E., e Greenwald, B. 2014.** *Creating a Learning Society*. Nova Iorque: Columbia University Press.
- Stiglitz, J. E., e Kaldor, M. 2013.** *The Quest for Security: Protection without Protectionism and the Challenge of Global Governance*. Nova Iorque: Columbia University Press.
- Stiglitz, J. E., e Kosenko, A. 2024a.** "The Economics of Information in a World of Disinformation: A Survey Part 1: Indirect Communication." Documento de Trabalho 32049, National Bureau of Economic Research, Cambridge, MA.
- Stiglitz, J. E., e Kosenko, A. 2024b.** "The Economics of Information in a World of Disinformation: A Survey Part 2: Direct Communication." Documento de Trabalho 32050, National Bureau of Economic Research, Cambridge, MA.
- Stiglitz, J., e Stern, N. 2017.** *Report of the High-Level Commission on Carbon Prices*. Washington, DC: Banco Mundial.
- Stirling, A. 2015.** "Emancipating Transformations: From Controlling 'the Transition' to Culturing Plural Radical Progress 1." *The Politics of Green Transformations*. Routledge.
- Stoddard, I., Anderson, K., Capstick, S., Carton, W., Depledge, J., Facer, K., Gough, C., e outros. 2021.** "Three Decades of Climate Mitigation: Why Haven't We Bent the Global Emissions Curve?" *Annual Review of Environment and Resources* 46(1): 653–689.
- Stone, D., e Moloney, K. 2019.** *The Oxford Handbook of Global Policy and Transnational Administration*. Oxford, Reino Unido: Oxford University Press.
- Stone, D., e Schmider, A. 2023.** "Expert Knowledge for Global Pandemic Policy: A Chorus of Evidence or a Clutter of Global Commissions?" *Policy and Society*: pua022.
- Stone, L. 2015.** "Quantitative Analysis of Women's Participation in Peace Processes." In O'Reilly, M., Súilleabháin, A. Ó., e Paffenholz, T., (eds.), *Reimagining Peacemaking: Women's Roles in Peace Processes*. Nova Iorque: International Peace Institute.
- Strandberg, K., Himmelroos, S., e Grönlund, K. 2019.** "Do Discussions in Like-Minded Groups Necessarily Lead to More Extreme Opinions? Deliberative Democracy and Group Polarization." *International Political Science Review* 40(1): 41–57.
- Stray, B., Lamb, A., Kaushik, A., Vovrosh, J., Rodgers, A., Winch, J., Hayati, F., e outros. 2022.** "Quantum Sensing for Gravity Cartography." *Nature* 602(7898): 590–594.
- Sturgeon, T. J. 2008.** "From Commodity Chains to Value Chains: Interdisciplinary Theory Building in an Age of Globalization." In Bair, J., (ed.), *Frontiers of Commodity Chain Research*. Redwood City, CA: Stanford University Press.
- Sturgeon, T. J., e Kawakami, M. 2010.** *Global Value Chains in the Electronics Industry: Was the Crisis a Window of Opportunity for Developing Countries?* Washington, DC: Banco Mundial.
- Sunstein, C. R. 2022.** "The Distributional Effects of Nudges." *Nature Human Behaviour* 6(1): 9–10.
- Supran, G., e Oreskes, N. 2021.** "Rhetoric and Frame Analysis of Exxonmobil's Climate Change Communications." *One Earth* 4(5): 696–719.
- Suzman, M. 2023.** "The Roots of the Global South's New Resentment: How Rich Countries' Selfish Pandemic Responses Stoked Distrust." *Foreign Affairs*.
- Swidler, A. 1986.** "Culture in Action: Symbols and Strategies." *American Sociological Review* 51(2): 273–286.
- Swindle, J. 2023.** "Pathways of Global Cultural Diffusion: Mass Media and People's Moral Declarations About Men's Violence against Women." *American Sociological Review* 88(4): 742–779.
- Sytsma, T. 2020.** "RCEP Forms the World's Largest Trading Bloc. What Does This Mean for Global Trade?" <https://www.rand.org/pubs/commentary/2020/12/rcep-forms-the-worlds-largest-trading-bloc-what-does.html>. Acedido em 11 de novembro de 2023.

- Szaszi, B., Higney, A., Charlton, A., Gelman, A., Ziano, I., Aczel, B., Goldstein, D. G., Yeager, D. S., e Tipton, E. 2022. "No Reason to Expect Large and Consistent Effects of Nudge Interventions." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 119(31): e2200732119.
- Szaszi, B., Palinkas, A., Palfi, B., Szollosi, A., e Aczel, B. 2018. "A Systematic Scoping Review of the Choice Architecture Movement: Toward Understanding When and Why Nudges Work." *Journal of Behavioral Decision Making* 31(3): 355–366.
- Szekely, A., Lipari, F., Antonioni, A., Paolucci, M., Sánchez, A., Tummolini, L., e Andrighetto, G. 2021. "Evidence from a Long-Term Experiment That Collective Risks Change Social Norms and Promote Cooperation." *Nature Communications* 12(1): 5452.
- Tabassum, N., e Nayak, B. S. 2021. "Gender Stereotypes and Their Impact on Women's Career Progressions from a Managerial Perspective." *IIM Kozhikode Society & Management Review* 10(2): 192–208.
- Taberna, A., Filatova, T., Hadjimichael, A., e Noll, B. 2023. "Uncertainty in Boundedly Rational Household Adaptation to Environmental Shocks." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 120(44): e2215675120.
- Tajfel, H., e Turner, J. C. 2001. "An Integrative Theory of Intergroup Conflict." In Hogg, M. e Abrams, D., (eds.), *Intergroup Relations: Key Readings*.
- Tajfel, H., Turner, J. C., Austin, W. G., e Worchel, S. 1979. "An Integrative Theory of Intergroup Conflict." In Austin, W. G. e Worchel, S., (eds.), *Psychology of Intergroup Relations*. Brooks/Cole Publishers.
- Talhelm, T. 2020. "Emerging Evidence of Cultural Differences Linked to Rice Versus Wheat Agriculture." *Current Opinion in Psychology* 32: 81–88.
- Tannenbaum, D., Maréchal, M. A., e Cohn, A. 2023. "A Closer Look at Civic Honesty in Collectivist Cultures." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 120(49): e2313586120.
- te Wierik, S. A., Cammeraat, E. L. H., Gupta, J., e Artzy-Randrup, Y. A. 2021. "Reviewing the Impact of Land Use and Land-Use Change on Moisture Recycling and Precipitation Patterns." *Water Resources Research* 57(7): e2020WR029234.
- Teaiwa, K. 2021. "Artist Statement." *Journal of Human Rights and the Environment* 12(1): 100–102.
- Thaler, R. H. 2018. "From Cashews to Nudges: The Evolution of Behavioral Economics." *American Economic Review* 108(6): 1265–1287.
- Thaler, R. H., e Sunstein, C. R. 2003. "Libertarian Paternalism." *American Economic Review* 93(2): 175–179.
- Thielmann, I., Spadaro, G., e Balliet, D. 2020. "Personality and Prosocial Behavior: A Theoretical Framework and Meta-Analysis." *Psychological Bulletin* 146(1): 30.
- Thomas, C. C., e Markus, H. R. 2023. "Enculturating the Science of International Development: Beyond the WEIRD Independent Paradigm." *Journal of Cross-Cultural Psychology* 54(2): 195–214.
- Thomas, C. C., Otis, N. G., Abraham, J. R., Markus, H. R., e Walton, G. M. 2020. "Toward a Science of Delivering Aid with Dignity: Experimental Evidence and Local Forecasts from Kenya." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 117(27): 15546–15553.
- Thompson, A. A publicar. *Humanitarianism on Trial. How a Global System of Aid, Development and Human Rights Emerged through the End of Empire*. Oxford, Reino Unido: Oxford University Press.
- Thompson, K. M. 2022. "Polio Eradication: What Kind of World Do We Want?" *The Lancet Infectious Diseases* 22(2): 161–163.
- Thompson, K. M., e Kalkowska, D. A. 2021. "An Updated Economic Analysis of the Global Polio Eradication Initiative." *Risk Analysis* 41(2): 393–406.
- Thompson, K. M., e Tebbens, R. J. D. 2007. "Eradication Versus Control for Poliomyelitis: An Economic Analysis." *The Lancet* 369(9570): 1363–1371.
- Thompson, K. M., Kalkowska, D. A., e Badizadegan, K. 2022. "Health Economic Analysis of Vaccine Options for the Polio Eradication Endgame: 2022–2036." *Expert Review of Vaccines* 21(11): 1667–1674.
- Tierney, J. E., Pausata, F. S. R., e deMenocal, P. B. 2017. "Rainfall Regimes of the Green Sahara." *Science Advances* 3(1): e1601503.
- Tierney, J. E., Poulsen, C. J., Montañez, I. P., Bhattacharya, T., Feng, R., Ford, H. L., Hönisch, B., e outros. 2020a. "Past Climates Inform Our Future." *Science* 370(6517).
- Tierney, J. E., Zhu, J., King, J., Malevich, S. B., Hakim, G. J. e Poulsen, C. J. 2020b. "Glacial Cooling and Climate Sensitivity Revisited." *Nature* 584(7822): 569–573.
- Tilman, A. R., Dixit, A. K., e Levin, S. A. 2019. "Localized Prosocial Preferences, Public Goods, and Common-Pool Resources." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 116(12): 5305–5310.
- Tingley, D., e Tomz, M. 2022. "The Effects of Naming and Shaming on Public Support for Compliance with International Agreements: An Experimental Analysis of the Paris Agreement." *International Organization* 76(2): 445–468.
- Toivonen, H. 2022. "Themes of Climate Change Agency: A Qualitative Study on How People Construct Agency in Relation to Climate Change." *Humanities and Social Sciences Communications* 9(1): 102.
- Tokita, C. K., Guess, A. M., e Tarnita, C. E. 2021. "Polarized Information Ecosystems Can Reorganize Social Networks Via Information Cascades." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 118(50): e2102147118.
- Tomasello, M. 1999. *The Cultural Origins of Human Cognition*. Cambridge, MA: Harvard university press.
- Tomasello, M. 2022. *The Evolution of Agency*. Cambridge, MA: MIT Press.
- Tomasello, M., e Vaish, A. 2013. "Origins of Human Cooperation and Morality." *Annual Review of Psychology* 64(1): 231–255.
- Tomasello, M., Behne, T., Call, J., Carpenter, M., e Moll, H. 2005. "Understanding and Sharing Intentions: The Origins of Cultural Cognition." *Behavioral and Brain Sciences* 28(5): 675–691.
- Tomasello, M., Melis, A. P., Tennie, C., Wyman, E., e Herrmann, E. 2012. "Two Key Steps in the Evolution of Human Cooperation: The Interdependence Hypothesis." *Current Anthropology* 53(6): 673–692.
- Tooze, A. 2023. "Global Austerity, Chilean Cybernetics & the Santiago Boys, CPR's Battle Goes on & the Art Market Hits a Wall." <https://adamtooze.substack.com/p/global-austerity-chilean-cybernetics>. Acedido em 3 de agosto de 2023.
- Torcal, M., e Thomson, Z. A. 2023. "Social Trust and Affective Polarization in Spain (2014–19)." *Electoral Studies* 81: 102582.
- Torgler, B., e Schneider, F. 2007. "Shadow Economy, Tax Morale, Governance and Institutional Quality: A Panel Analysis."
- Törnberg, P. 2022. "How Digital Media Drive Affective Polarization through Partisan Sorting." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 119(42): e2207159119.
- Torres, L. 2021. "A Civil or Uncivil Civil Society?" Research Paper, New York University Center on International Cooperation, Pathfinders for Peaceful, Just and Inclusive Societies, New York.
- Tørsløv, T., Wier, L., e Zucman, G. 2022. "The Missing Profits of Nations." *Review of Economic Studies* 90(3): 1499–1534.
- Towse, A., Chalkidou, K., Firth, I., Kettler, H., e Silverman, R. 2021. "How Should the World Pay for a Coronavirus Disease (Covid-19) Vaccine?" *Value in Health* 24(5): 625–631.
- Travers, H., Walsh, J., Vogt, S., Clements, T., e Milner-Gulland, E. J. 2021. "Delivering Behavioural Change at Scale: What Conservation Can Learn from Other Fields." *Biological Conservation* 257: 109092.
- Trubowitz, P., e Burgoon, B. 2023. *Geopolitics and Democracy: The Western Liberal Order from Foundation to Fracture*. Oxford, Reino Unido: Oxford University Press.
- Tucker, P. 2022. *Global Discord: Values and Power in a Fractured World Order*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Turchin, P. 2009. "A Theory for Formation of Large Empires." *Journal of Global History* 4(2): 191–217.
- Turchin, P. 2013. "The Puzzle of Human Ultrasociality: How Did Large-Scale Complex Societies Evolve." In Richerson, P. e Christiansen, M. H., (eds.), *Cultural Evolution: Society, Technology, Language, and Religion*. Cambridge, MA: MIT Press.
- Turchin, P. 2015. *Ultrasociety: How 10,000 Years of War Made Humans the Greatest Cooperators on Earth*. Chaplin, CT: Beresta Books
- Tverskoi, D., Guido, A., Andrighetto, G., Sánchez, A., e Gavrillets, S. 2023. "Disentangling Material, Social, and Cognitive Determinants of Human Behavior and Beliefs." *Humanities and Social Sciences Communications* 10(1): 236.

- Tversky, A., e Kahneman, D. 1992.** “Advances in Prospect Theory: Cumulative Representation of Uncertainty.” *Journal of Risk and Uncertainty* 5(4): 297–323.
- Tyler, T. R. 2023.** “Whither Legitimacy? Legal Authority in the Twenty-First Century.” *Annual Review of Law and Social Science* 19(1): 1–17.
- UCMP (Museu de Paleontologia da Universidade da Califórnia). 2023.** “Understanding Global Change – Phosphorus.” <https://ugc.berkeley.edu/background-content/phosphorus/>. Acedido em 10 de novembro de 2023.
- Ulph, A., Pintassilgo, P., e Finus, M. 2019.** “Uncertainty, Learning and International Environmental Agreements: The Role of Risk Aversion.” *Environmental and Resource Economics* 73(4): 1165–1196.
- Ulyssea, G. 2020.** “Informality: Causes and Consequences for Development.” *Annual Review of Economics* 12(1): 525–546.
- Ulyssea, G., Bobba, M., e Gadenne, L. 2023.** “Informality.” *VoxDevLit* 6(1).
- ONU (Organização das Nações Unidas) e Banco Mundial 2018.** *Pathways for Peace: Inclusive Approaches to Preventing Violent Conflict*. Nova Iorque: ONU e Washington, DC: Banco Mundial.
- ONU (Organização das Nações Unidas). 2021.** “Rapid Spread of Small Arms, Light Weapons Still Threatening World Peace, Exacerbating Plight of Civilians in Conflict Zones, Disarmament Chief Tells Security Council.” SC/14656. ONU, Nova Iorque.
- ONU (Organização das Nações Unidas). 2022.** *The Sustainable Development Goals Report*. Nova Iorque: ONU.
- ONU (Organização das Nações Unidas). 2023a.** *United Nations Secretary-General’s SDG Stimulus to Deliver Agenda 2030*. Nova Iorque: ONU.
- ONU (Organização das Nações Unidas). 2023b.** “Valuing What Counts: Framework to Progress Beyond Gross Domestic Product.” Our Common Agenda Policy Brief 4. Nova Iorque: ONU.
- ONU (Organização das Nações Unidas). 2023c.** *The Sustainable Development Goals Report*. Nova Iorque: ONU.
- ONU (Organização das Nações Unidas). 2023d.** “Warning over Half of World Is Being Left Behind, Secretary-General Urges Greater Action to End Extreme Poverty, at Sustainable Development Goals Progress Report Launch.” Comunicado de imprensa, 25 de abril. <https://press.un.org/en/2023/sgsm21776.doc.htm>.
- Grupo Mundial de Resposta à Crise da ONU 2023.** *A World of Debt: A Growing Burden to Global Prosperity*. Nova Iorque: Organização das Nações Unidas.
- ONU Mulheres (Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres). 2015.** *Preventing Conflict Transforming Justice Securing the Peace: A Global Study on the Implementation of United Nations Security Council Resolution 1325*. Nova Iorque: ONU Mulheres.
- ONU Mulheres (Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres). 2021.** *Measuring the Shadow Pandemic: Violence against Women During Covid-19*. Nova Iorque: ONU Mulheres.
- UN-HABITAT (Programa das Nações Unidas para os Estabelecimentos Humanos). 2022.** *World Cities Report 2022 Envisaging the Future of Cities*. Nairóbi: UN-Habitat.
- UNCTAD (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento). 2022.** *Global Trade Update*. Genebra.
- UNCTAD (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento). 2023.** *Trade and Development Report 2023 Growth, Debt, and Climate: Realigning the Global Financial Architecture*. Nova Iorque: UNCTAD.
- Underhill-Sem, Y. J. 2011.** “Feminist Political Ecology.” In Vusvanathan, N. D., e Nisonoff, L. (ed.), *The Women, Gender and Development Reader*. Londres: Zed Books.
- DAESNU (Departamento de Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas). 2022.** *World Population Prospects: The 2022 Revision*. Nova Iorque. <https://population.un.org/wpp/>. Acedido em 1 de agosto de 2023.
- DAESNU (Departamento de Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas). 2023.** *World Economic Situation and Prospects 2023*. <https://www.un.org/development/desa/dpad/publication/world-economic-situation-and-prospects-2023/>. Acedido em 15 de novembro de 2023.
- UNDESA (Departamento de Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas). n.d.** “Indigenous People: Culture.” <https://www.un.org/development/desa/indigenouspeoples/mandated-areas1/culture.html>.
- PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e Climate Impact Lab). 2022.** “Human Climate Horizons.” https://horizons.hdr.undp.org/#/news-empowering_people. Acedido em 26 de outubro de 2023.
- PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) e CESPAA (Comissão Económica e Social para a Ásia Ocidental). 2023.** “Gaza War: Expected Socioeconomic Impacts on the State of Palestine - Preliminary Estimations until 5 November.” https://www.undp.org/sites/g/files/zskgke326/files/2023-11/2301926e-policybrief-gazawar-escwa-undp-english-4pm_1.pdf.
- PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). 2009.** *Relatório do Desenvolvimento Humano 2009: Overcoming Barriers: Human Mobility and Development*. Nova Iorque: PNUD.
- PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). 2019.** *Human Development Report 2019. Além do Rendimento, Além das Médias, Além do Presente: Desigualdades no Desenvolvimento Humano no Século XXI*. Nova Iorque: PNUD.
- PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). 2020a.** *Covid-19 and Human Development: Assessing the Crisis, Envisioning the Recovery*. Nova Iorque: PNUD.
- PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). 2020b.** *Relatório do Desenvolvimento Humano 2020. A Próxima Fronteira: O desenvolvimento humano e o Antropoceno*. Nova Iorque: PNUD.
- PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). 2022a.** *Relatório do Desenvolvimento Humano 2021/2022. Uncertain Times, Unsettled Lives: Shaping Our Future in a World in Transformation*. Nova Iorque: PNUD.
- PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). 2022b.** *New Threats to Human Security in the Anthropocene: Demanding Greater Solidarity*. Nova Iorque: PNUD.
- PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). 2023a.** *O Índice das Normas Sociais de Género 2023 Breaking Down Gender Biases: Shifting Social Norms Towards Gender Equality*. Nova Iorque: PNUD.
- PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). 2023b.** *Soldiers and Citizens: Military Coups and the Need for Democratic Renewal in Africa*. Nova Iorque: PNUD.
- PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). 2023c.** *Digital Public Goods for the SDGs: Emerging Insights on Sustainability, Replicability & Partnerships*. Nova Iorque: PNUD.
- PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). 2024.** *Human Climate Horizons*. <https://horizons.hdr.undp.org/>.
- UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura). 2023.** “Scientific Research Cooperation: Why Collaborate in Science? Benefits and Examples.” <https://www.unesco.org/en/scientific-research-cooperation-why-collaborate-science-benefits-and-examples>. Acedido em 20 de agosto de 2023.
- UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura). 2022.** *Journalism Is a Public Good: World Trends in Freedom of Expression and Media Development, Global Report 2021/2022*. Paris: UNESCO.
- Instituto de Estatística da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura). 2023.** *UIS Developer Portal, Bulk Data Download Service*. <https://apiportal.uis.unesco.org/bdds>. Acedido em 19 de setembro de 2023.
- ACNUR (Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados). 2023a.** “2023: A Moment of Truth for Global Displacement.” <https://www.unhcr.org/spotlight/2023/01/2023-a-moment-of-truth-for-global-displacement/>.
- ACNUR (Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados). 2023b.** *2023 Global Compact on Refugees: Indicator Report*. Genebra: ACNUR.
- ACNUR (Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados). 2023c.** *Refugee Data Finder*. <https://www.unhcr.org/refugee-statistics/download/>.
- UNICEF (Fundo de Emergência Internacional das Nações Unidas para a Infância). 2021.** *The State of the World’s Children 2021: On My Mind: Promoting, Protecting and Caring for Children’s Mental Health*. Nova Iorque: UNICEF.
- Secretário-Geral das Nações Unidas. 2023.** “Note to Correspondents – on a United Nations Framework Convention on International Tax Cooperation.” 30 de novembro. <https://www.un.org/sg/en/content/sg/note-correspondents/2023-11-30/note-correspondents-%E2%80%93-united-nations-framework-convention-international-tax-cooperation>.
- Divisão de Estatística das Nações Unidas. 2023.** *National Accounts Main Aggregates Database*. <http://unstats.un.org/unsd/snaama>. Acedido em 15 de novembro de 2023.
- Uppsala Conflict Data Program. 2023.**

- Ürge-Vorsatz, D., Herrero, S. T., Dubash, N. K., e Le-cocq, F. 2014.** "Measuring the Co-Benefits of Climate Change Mitigation." *Annual Review of Environment and Resources* 39(1): 549–582.
- EUA para a ACNUR. 2023.** "Rohingya Refugee Crisis Explained." <https://www.unrefugees.org/news/rohingya-refugee-crisis-explained/>. Acedido em 5 de novembro de 2023.
- Usher, A. D. 2020.** "WHO Launches Crowdfund for Covid-19 Response." *The Lancet* 395(10229): 1024.
- Usher, A. D. 2021.** "A Beautiful Idea: How COVAX Has Fallen Short." *The Lancet* 397(10292): 2322–2325.
- Uslaner, E. M. 1999.** "Democracy and Social Capital." In Warren, M. E., (ed.) *Democracy and Trust*. Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press.
- Uslaner, E. M. 2008.** "Where You Stand Depends Upon Where Your Grandparents Sat: The Inheritability of Generalized Trust." *Public Opinion Quarterly* 72(4): 725–740.
- Uslaner, E. M. 2019.** "The Historical Roots of Well-Being and Social Cohesion." Documento de referência para o Relatório do Desenvolvimento Humano do PNUD, PNUD-GRDH, Nova Iorque.
- Vaidyanathan, G. 2024.** "A Giant Fund for Climate Disasters Will Soon Open. Who Should Be Paid First?" *Nature*, 29 de janeiro. <https://www.nature.com/articles/d41586-024-00149-x>.
- Van Aaken, A. 2018.** "Behavioral Aspects of the International Law of Global Public Goods and Common Pool Resources." *American Journal of International Law* 112(1): 67–79.
- Van Aaken, A., e Broude, T. 2020.** "The Psychology of International Law: An Introduction." *European Journal of International Law* 30(4): 1225–1236.
- Van Bavel, J. J., Baicker, K., Boggio, P. S., Capraro, V., Cichocka, A., Cikara, M., Crockett, M. J., e outros. 2020.** "Using Social and Behavioural Science to Support Covid-19 Pandemic Response." *Nature Human Behaviour*: 1–12.
- Van Bavel, J. J., Pärnamets, P., Reinero, D. A., Packer, D., Pärnamets, P., Reinero, D., e Packer, D. 2022.** "How Neurons, Norms, and Institutions Shape Group Cooperation." *Advances in Experimental Social Psychology* 66: 59–105.
- Van Bavel, J. J., Pretus, C., Rathje, S., Pärnamets, P., Vlasceanu, M., e Knowles, E. D. Forthcoming.** "The Costs of Polarizing a Pandemic: Antecedents, Consequences, and Lessons." *Perspectives on Psychological Science*: 17456916231190395.
- Van den Boogaard, V., Prichard, W., e Jibao, S. 2018.** "Informal Taxation in Sierra Leone: Magnitudes, Perceptions and Implications." *African Affairs* 118(471): 259–284.
- van der Does, T., Galesic, M., Dunivin, Z. O., e Smaldino, P. E. 2022.** "Strategic Identity Signaling in Heterogeneous Networks." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 119(10): e2117898119.
- Van der Zee, E., Fikfak, V., e Peat, D. 2021.** "Introduction to the Symposium on Limitations of the Behavioral Turn in International Law." *AJIL Unbound* 115: 237–241.
- Van Doesum, N. J., Murphy, R. O., Gallucci, M., Aharonov-Majar, E., Athenstaedt, U., Au, W. T., Bai, L., e outros. 2021.** "Social Mindfulness and Prosociality Vary across the Globe." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 118(35): e2023846118.
- Van Doesum, N. J., Murphy, R. O., Gallucci, M., Aharonov-Majar, E., Athenstaedt, U., Au, W. T., Bai, L., e outros. 2022.** "Reply to Komatsu et al.: From Local Social Mindfulness to Global Sustainability Efforts?" *Proceedings of the National Academy of Sciences* 119(4): e2119303118.
- Van Lange, P. A. M., e Rand, D. G. 2022.** "Human Cooperation and the Crises of Climate Change, Covid-19, and Misinformation." *Annual Review of Psychology* 73(1): 379–402.
- Van Long, N. 2020.** "A Dynamic Game with Interaction between Kantian Players and Nashian Players." In Pineau, P.-O., Sigué, S. e Tabouli, S., (eds.), *Games in Management Science*. Springer.
- van Prooijen, J.-W. 2021.** "The Psychology of Political Polarization: An Introduction." In *The Psychology of Political Polarization*. Nova Iorque: Routledge.
- van Prooijen, J.-W., Krouwel, A. P. M., Boiten, M., e Eendebak, L. 2015.** "Fear among the Extremes: How Political Ideology Predicts Negative Emotions and Outgroup Derogation." *Personality and Social Psychology Bulletin* 41(4): 485–497.
- Van Roekel, H., Giurge, L. M., Schott, C., e Tummers, L. 2023.** "Nudges Can Be Both Autonomy-Preserving and Effective: Evidence from a Survey and Quasi-Field Experiment." *Behavioural Public Policy*: 1–24.
- Van Zomeren, M., Postmes, T., e Spears, R. 2008.** "Toward an Integrative Social Identity Model of Collective Action: A Quantitative Research Synthesis of Three Socio-Psychological Perspectives." *Psychological Bulletin* 134(4): 504.
- Vasconcelos, V. V., Constantino, S. M., Dannenberg, A., Lumkowsky, M., Weber, E., e Levin, S. 2021.** "Segregation and Clustering of Preferences Erode Socially Beneficial Coordination." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 118(50): e2102153118.
- Vlasceanu, M., e Doell, K. C., e Bak-Coleman, J. B., e Todorova, B., e Berkebile-Weinberg, M. M., e Grayson, S. J., Patel, Y., e outros. 2024.** "Addressing Climate Change with Behavioral Science: A Global Intervention Tournament in 63 Countries." *Science Advances* 10(6): ead4j5778.
- Vicary, S., e Sandler, T. 2002.** "Weakest-Link Public Goods: Giving in-Kind or Transferring Money." *European Economic Review* 46(8): 1501–1520.
- Victor, D. G., Lumkowsky, M., e Dannenberg, A. 2022.** "Determining the Credibility of Commitments in International Climate Policy." *Nature Climate Change* 12(9): 793–800.
- Vitousek, P. M., Aber, J. D., Howarth, R. W., Likens, G. E., Matson, P. A., Schindler, D. W., Schlesinger, W. H., e Tilman, D. G. 1997.** "Human Alteration of the Global Nitrogen Cycle: Sources and Consequences." *Ecological Applications* 7(3): 737–750.
- Vivalt, E. 2020.** "How Much Can We Generalize from Impact Evaluations?" *Journal of the European Economic Association* 18(6): 3045–3089.
- Vlasceanu, M., Doell, K., Bak-Coleman, J., e Van Bavel, J. J. 2023.** "Addressing Climate Change with Behavioral Science: A Global Intervention Tournament in 63 Countries." *Science Advances* 10(06).
- Vogt, S., Mohammed Zaid, N. A., El Fadil Ahmed, H., Fehr, E., e Efferson, C. 2016.** "Changing Cultural Attitudes Towards Female Genital Cutting." *Nature* 538(7626): 506–509.
- von Flüe, L., Efferson, C., e Vogt, S. 2024.** "Green Preferences Sustain Greenwashing: Challenges in the Cultural Transition to a Sustainable Future." *Philosophical Transactions of the Royal Society B: Biological Sciences* 379(1893): 20220268.
- Voors, M. J., Nillesen, E. E. M., Verwimp, P., Bulte, E. H., Lensink, R., e Van Soest, D. P. 2012.** "Violent Conflict and Behavior: A Field Experiment in Burundi." *American Economic Review* 102(2): 941–964.
- Vu, L., Soraperra, I., Leib, M., van der Weele, J., e Shalvi, S. 2023.** "Ignorance by Choice: A Meta-Analytic Review of the Underlying Motives of Willful Ignorance and Its Consequences." *Psychological Bulletin* 149(9–10): 611.
- Wagner, C. E., Prentice, J. A., Saad-Roy, C. M., Yang, L., Grenfell, B. T., Levin, S. A., e Laxminarayan, R. 2020.** "Economic and Behavioral Influencers of Vaccination and Antimicrobial Use." *Frontiers in Public Health* 8: 975.
- Wagner, M. 2021.** "Affective Polarization in Multiparty Systems." *Electoral Studies* 69: 102199.
- Waichman, I., Requate, T., Karde, M., e Milinski, M. 2021.** "Challenging Conventional Wisdom: Experimental Evidence on Heterogeneity and Coordination in Avoiding a Collective Catastrophic Event." *Journal of Environmental Economics and Management* 109: 102502.
- Walgrave, S., Jansen, A., Sevenans, J., Soontjens, K., Pilet, J.-B., Brack, N., Varone, F., e outros. 2023.** "Inaccurate Politicians: Elected Representatives' Estimations of Public Opinion in Four Countries." *The Journal of Politics* 85(1): 209–222.
- Wallach, O. 2021.** "The World's Tech Giants, Compared to the Size of Economies." <https://www.visualcapitalist.com/the-tech-giants-worth-compared-economies-countries/>. Acedido em 5 de novembro de 2023.
- Walter, S. 2021a.** "Brexit Domino? The Political Contagion Effects of Voter-Endorsed Withdrawals from International Institutions." *Comparative Political Studies* 54(13): 2382–2415.
- Walter, S. 2021b.** "The Backlash against Globalization." *Annual Review of Political Science* 24: 421–442.
- Wang, H., Paulson, K. R., Pease, S. A., Watson, S., Comfort, H., Zheng, P., Aravkin, A. Y., e outros. 2022.** "Estimating Excess Mortality Due to the Covid-19 Pandemic: A Systematic Analysis of Covid-19-Related Mortality, 2020–21." *The Lancet* 399(10334): 1513–1536.
- Wang, Y., Ge, J., Zhang, H., Wang, H., e Xie, X. 2020.** "Altruistic Behaviors Relieve Physical Pain." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 117(2): 950–958.

- Waring, T. M., Goff, S. H., e Smaldino, P. E. 2017.** "The Coevolution of Economic Institutions and Sustainable Consumption Via Cultural Group Selection." *Ecological Economics* 131: 524–532.
- Waring, T. M., Kline, M. A., Brooks, J. S., Goff, S. H., Gowdy, J., Janssen, M. A., Smaldino, P. E., e Jacquet, J. 2015.** "A Multilevel Evolutionary Framework for Sustainability Analysis." *Ecology and Society* 20(2).
- Waring, T. M., Wood, Z. T., e Szathmáry, E. 2024.** "Characteristic Processes of Human Evolution Caused the Anthropocene and May Obstruct Its Global Solutions." *Philosophical Transactions of the Royal Society B: Biological Sciences* 379(1893): 20220259.
- Warr, P. G. 1983.** "The Private Provision of a Public Good Is Independent of the Distribution of Income." *Economics Letters* 13(2): 207–211.
- Watene, K., e Merino, R. 2018.** "Indigenous Peoples: Self-Determination, Decolonization, and Indigenous Philosophies." In Drydyk, J., e Keleher, L., (eds.), *Routledge Handbook of Development Ethics*. Milton Park, UK: Routledge.
- Waters, C. N., Head, M. J., Zalasiewicz, J., McCarthy, F. M. G., Wing, S. L., Haff, P. K., Williams, M., e outros. 2023.** "Response to Merritts et al. (2023): The Anthropocene Is Complex. Defining It Is Not." *Earth-Science Reviews* 238: 104335.
- Watson, O. J., Barnsley, G., Toor, J., Hogan, A. B., Winskill, P., e Ghani, A. C. 2022.** "Global Impact of the First Year of Covid-19 Vaccination: A Mathematical Modelling Study." *The Lancet Infectious Diseases* 22(9): 1293–1302.
- Watts, J., Greenhill, S. J., Atkinson, Q. D., Currie, T. E., Bulbulia, J., e Gray, R. D. 2015.** "Broad Supernatural Punishment but Not Moralizing High Gods Precede the Evolution of Political Complexity in Austronesia." *Proceedings of the Royal Society B: Biological Sciences* 282(1804): 20142556.
- Weber, M. 2016.** "Economy and Society." *Democracy: A Reader*. Nova Iorque: Columbia University Press.
- Webster, S. W., e Albertson, B. 2022.** "Emotion and Politics: Noncognitive Psychological Biases in Public Opinion." *Annual Review of Political Science* 25(1): 401–418.
- FEM (Fórum Económico Mundial). 2022.** "5 Ways the Covid-19 Pandemic Has Changed the Supply Chain." <https://www.weforum.org/agenda/2022/01/5-ways-the-covid-19-pandemic-has-changed-the-supply-chain/>. Acedido em 5 de agosto de 2023.
- FEM (Fórum Económico Mundial). 2023a.** *A Global Rewiring: Redefining Global Value Chains for the Future*. Genebra: FEM.
- FEM (Fórum Económico Mundial). 2023b.** "What's the Difference between 'Friendshoring' and Other Global Trade Buzzwords?" <https://www.weforum.org/agenda/2023/02/friendshoring-global-trade-buzzwords/>. Acedido em 23 de outubro de 2023.
- FEM (Fórum Económico Mundial). 2023c.** *The Global Risks Report 2023: 18th Edition: Insight Report*. Genebra: Fórum Económico Mundial.
- Weible, C. M., Nohrstedt, D., Cairney, P., Carter, D. P., Crow, D. A., Durnová, A. P., Heikkilä, T., e outros. 2020.** "Covid-19 and the Policy Sciences: Initial Reactions and Perspectives." *Policy Sciences* 53(2): 225–241.
- Weiss, C. M., Ran, S., e Halperin, E. 2023.** "Educating for Inclusion: Diversity Education Programs Can Reduce Prejudice toward Outgroups in Israel." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 120(16): e2218621120.
- Wellcome Trust. 2022.** Covid-19 Vaccines: The Factors That Enabled Unprecedented Timelines for Clinical Development and Regulatory Authorisation.
- Welsch, H. 2022.** "Do Social Norms Trump Rational Choice in Voluntary Climate Change Mitigation? Multi-Country Evidence of Social Tipping Points." *Ecological Economics* 200: 107509.
- Wendt, A. 1992.** "Anarchy Is What States Make of It: The Social Construction of Power Politics." *International Organization* 46(2): 391–425.
- Wenzel, M. 2005.** "Misperceptions of Social Norms About Tax Compliance: From Theory to Intervention." *Journal of Economic Psychology* 26(6): 862–883.
- West, S. A., e Ghoul, M. 2019.** "Conflict within Cooperation." *Current Biology* 29(11): R425–R426.
- West, S. A., Cooper, G. A., Ghoul, M. B., e Griffin, A. S. 2021.** "Ten Recent Insights for Our Understanding of Cooperation." *Nature Ecology & Evolution* 5(4): 419–430.
- West, S. A., Gardner, A., Shuker, D. M., Reynolds, T., Burton-Chellow, M., Sykes, E. M., Guinnee, M. A., e Griffin, A. S. 2006.** "Cooperation and the Scale of Competition in Humans." *Current Biology* 16(11): 1103–1106.
- West, S. A., Griffin, A. S., e Gardner, A. 2007a.** "Evolutionary Explanations for Cooperation." *Current Biology* 17(16): R661–R672.
- West, S. A., Griffin, A. S., e Gardner, A. 2007b.** "Social Semantics: Altruism, Cooperation, Mutualism, Strong Reciprocity and Group Selection." *Journal of Evolutionary Biology* 20(2): 415–432.
- Westra, E., Fitzpatrick, S., Brosnan, S. F., Gruber, T., Hobaiter, C., Hopper, L. M., Kelly, D., e outros. Por publicar.** "In Search of Animal Normativity: A Framework for Studying Social Norms in Non-Human Animals." *Biological Reviews*.
- White, C. J. M., Kelly, J. M., Shariff, A. F., e Norenzayan, A. 2019.** "Supernatural Norm Enforcement: Thinking About Karma and God Reduces Selfishness among Believers." *Journal of Experimental Social Psychology* 84: 103797.
- White, C. J. M., Muthukrishna, M., e Norenzayan, A. 2021.** "Cultural Similarity among Coreligionists within and between Countries." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 118(37): e2109650118.
- White, C., e Costello, C. 2014.** "Close the High Seas to Fishing?" *PLOS Biology* 12(3): e1001826.
- White, J. 2023.** *In the Long Run: The Future as a Political Idea*. Londres: Profile Books.
- White, O., Woetzel, J., Smit, S., Seong, J., e Devesa, T. 2023.** "The Complication of Concentration in Global Trade." McKinsey Global Institute, 12 de janeiro.
- White, S. C., e Jha, S. 2023.** "Exploring the Relational in Relational Wellbeing." *Social Sciences* 12(11): 600.
- Whitehouse, H. 2018.** "Dying for the Group: Towards a General Theory of Extreme Self-Sacrifice." *Behavioral and Brain Sciences* 41: e192.
- Whitehouse, H., e Lanman, J. A. 2014.** "The Ties That Bind Us: Ritual, Fusion, and Identification." *Current Anthropology* 55(6): 674–695.
- OMS (Organização Mundial da Saúde). 2019.** "Two Out of Three Wild Poliovirus Strains Eradicated." 24 de outubro. <https://www.who.int/news-room/feature-stories/detail/two-out-of-three-wild-poliovirus-strains-eradicated>. Acedido em 15 de dezembro de 2023.
- OMS (Organização Mundial da Saúde). 2020.** "Coronavirus Disease (COVID-19): Herd Immunity, Lockdowns and COVID-19." P&R, atualizado a 31 de dezembro. <https://www.who.int/news-room/questions-and-answers/item/herd-immunity-lockdowns-and-covid-19>. Acedido em 15 de dezembro de 2023.
- OMS (Organização Mundial da Saúde). 2021a.** Observatório de Saúde Global. Genebra: OMS. <https://www.who.int/data/gho>.
- OMS (Organização Mundial da Saúde). 2021b.** "Solidarity Call to Action." Genebra: OMS.
- OMS (Organização Mundial da Saúde). 2021c.** "World Health Assembly Agrees to Launch Process to Develop Historic Global Accord on Pandemic Prevention, Preparedness and Response." Comunicado de imprensa, 1 de dezembro. <https://www.who.int/news/item/01-12-2021-world-health-assembly-agrees-to-launch-process-to-develop-historic-global-accord-on-pandemic-prevention-preparedness-and-response>. Acedido em 15 de dezembro de 2023.
- OMS (Organização Mundial da Saúde). 2022a.** *COVAX Calls for Urgent Action to Close Vaccine Equity Gap*. Genebra: OMS.
- OMS (Organização Mundial da Saúde). 2022b.** "Mental Health and Covid-19: Early Evidence of the Pandemic's Impact." Resumo científico, 2 de março. Genebra: OMS.
- OMS (Organização Mundial da Saúde). 2023.** *Criteria for the Certification of Dracunculiasis Eradication, 2023 Update*. Genebra.
- Whyte, K. C., C. J., 2016.** "Ethics of Caring in Environmental Ethics: Indigenous and Feminist Philosophies." In Gardiner, S., e Thompson, A., (eds.), *The Oxford Handbook of Environmental Ethics*. Oxford, Reino Unido: Oxford University Press.
- Wiest, S. L., Raymond, L., e Clawson, R. A. 2015.** "Framing, Partisan Predispositions, and Public Opinion on Climate Change." *Global Environmental Change* 31: 187–198.
- Wildavsky, A. 1987.** "Choosing Preferences by Constructing Institutions: A Cultural Theory of Preference Formation." *American Political Science Review* 81(1): 3–21.
- Wildavsky, A., Dake, K., e Darwin, C. 2001.** "Theories of Risk Perception: Who Fears What and Why." In Gerard, S., e outros (eds.), *Environmental Risk Planning And Management*. Northampton, MA: Edward Elgar Pub.

- Wilkinson, A., MacGregor, H., Scoones, I., Schmidt-Sane, M., Leach, M., Taylor, P., Ripoll, S., e outros. 2023. Pandemic Preparedness for the Real World: Why We Must Invest in Equitable, Ethical and Effective Approaches to Help Prepare for the Next Pandemic. Brighton, RU: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.
- Wilkinson, A., Parker, M., Martineau, F., e Leach, M. 2017. "Engaging 'Communities': Anthropological Insights from the West African Ebola Epidemic." *Philosophical Transactions of the Royal Society B: Biological Sciences* 372(1721): 20160305.
- Williams, G. J., Graham, N. A., Jouffray, J. B., Nørström, A. V., Nyström, M., Gove, J. M., Heenan, A., e Wedding, L. M. 2019. "Coral Reef Ecology in the Anthropocene." *Functional Ecology* 33(6): 1014–1022.
- Williamson, A., Forman, R., Azzopardi-Muscat, N., Battista, R., Colombo, F., Glassman, A., Marimont, J. F., e outros. 2022. "Effective Post-Pandemic Governance Must Focus on Shared Challenges." *The Lancet* 399(10340): 1999–2001.
- Wilson, D. S. 2019. *This View of Life: Completing the Darwinian Revolution*. Nova Iorque, NY: Knopf Doubleday.
- Wilson, D. S., Madhavan, G., Gelfand, M. J., Hayes, S. C., Atkins, P. W. B., e Colwell, R. R. 2023. "Multi-level Cultural Evolution: From New Theory to Practical Applications." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 120(16): e2218222120.
- Winkelmann, R., Donges, J. F., Smith, E. K., Milkoreit, M., Eder, C., Heitzig, J., Katsanidou, A., e outros. 2022. "Social Tipping Processes Towards Climate Action: A Conceptual Framework." *Ecological Economics* 192: 107242.
- Winkler, M. 2021. "Do Disasters Affect the Tightness of Social Norms." Documento sobre o mercado de trabalho. Universidade de Harvard, Cambridge, MA.
- Winters, L. A., McCulloch, N., e McKay, A. 2004. "Trade Liberalization and Poverty: The Evidence So Far." *Journal of Economic Literature* 42(1): 72–115.
- OMPI (Organização Mundial da Propriedade Intelectual). 2017. "Chapter 4 Smartphones: What's Inside the Box?" In *World Intellectual Property Report 2017 – Intangible Capital in Global Value Chains*. Genebra: OMPI.
- Wolf, M. 2023. *The Crisis of Democratic Capitalism*. Londres, RU: Penguin.
- Wolf, M. 2024. The Story Remains One of Integration. *The Financial Times Special Report*, 19 de janeiro.
- Woolcock, M., e Narayan, D. 2000. "Social Capital: Implications for Development Theory, Research, and Policy." *The World Bank Research Observer* 15(2): 225–249.
- Woolley, O., e Harrington, C. 2022. "Law and Governance in the Anthropocene." *Global Policy* 13(S3): 5–10.
- Banco Mundial. 2017. *The Sunken Billions Revisited: Progress and Challenges in Global Marine Fisheries*. Washington, DC: Banco Mundial.
- Banco Mundial. 2018a. *Global Investment Competitiveness Report 2017/2018: Foreign Investor Perspectives and Policy Implications*. Washington, D.C.: Banco Mundial.
- Banco Mundial. 2018b. *Pathways for Peace: Inclusive Approaches to Preventing Violent Conflict*. Washington, DC: Banco Mundial.
- Banco Mundial. 2022. *Poverty and Shared Prosperity 2022: Correcting Course*. Washington DC: Banco Mundial.
- Banco Mundial. 2023. Base de dados de Indicadores de Desenvolvimento Mundial. Washington, DC. <http://data.worldbank.org>. Acedido em 7 de novembro de 2023.
- Wouters, O. J., Shadlen, K. C., Salcher-Konrad, M., Pollard, A. J., Larson, H. J., Teerawattananon, Y., e Jit, M. 2021. "Challenges in Ensuring Global Access to Covid-19 Vaccines: Production, Affordability, Allocation, and Deployment." *The Lancet* 397(10278): 1023–1034.
- OMC (Organização Mundial do Comércio). 2023. *Global Trade Outlook and Statistics*. Genebra: OMC.
- Wu, F., Zhao, S., Yu, B., Chen, Y.-M., Wang, W., Song, Z.-G., Hu, Y., e outros. 2020. "A New Coronavirus Associated with Human Respiratory Disease in China." *Nature* 579(7798): 265–269.
- Wu, G. S. T., e Wan, W. T. S. 2023. "What Drives the Cross-Border Spillover of Climate Transition Risks? Evidence from Global Stock Markets." *International Review of Economics & Finance* 85: 432–447.
- Wu, J. S.-T., Hauert, C., Kremen, C., e Zhao, J. 2022. "A Framework on Polarization, Cognitive Inflexibility, and Rigid Cognitive Specialization." *Frontiers in Psychology* 13: 1386.
- Wu, Q., Ke, L., Wang, J., Pavelsky, T. M., Allen, G. H., Sheng, Y., Duan, X., e outros. 2023. "Satellites Reveal Hotspots of Global River Extent Change." *Nature Communications* 14(1): 1587.
- Wullenkord, M. C., Tröger, J., Hamann, K. R. S., Loy, L. S., e Reese, G. 2021. "Anxiety and Climate Change: A Validation of the Climate Anxiety Scale in a German-Speaking Quota Sample and an Investigation of Psychological Correlates." *Climatic Change* 168(3): 20.
- Xing, Y., Gentile, E., e Dollar, D. 2021. *Global Value Chain Development Report 2021: Beyond Production*. Manila: Banco Asiático de Desenvolvimento, Pequim: Instituto de Investigação para as Cadeias Globais de Valor da University of International Business and Economics; Genebra: Organização Mundial do Comércio; Chiba, Japão: Instituto das Economias em Desenvolvimento - Organização de Comércio Externo do Japão; e Pequim: Fundação de Investigação para o Desenvolvimento da China.
- Xu, C., Kohler, T. A., Lenton, T. M., Svenning, J.-C., e Scheffer, M. 2020. "Future of the Human Climate Niche." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 117(21): 11350–11355.
- Xu, X., Metsälampi, S., Kirchler, M., Kotakorpi, K., Matthews, P. H., e Miettinen, T. 2023. "Which Income Comparisons Matter to People, and How? Evidence from a Large Field Experiment." Documento de Trabalho 2023-05, Faculdade de Economia e Estatística, Universidade de Innsbruck.
- Xygalatas, D., Mitkidis, P., Fischer, R., Reddish, P., Skewes, J., Geertz, A. W., Roepstorff, A., e Bulbulia, J. 2013. "Extreme Rituals Promote Prosociality." *Psychological Science* 24(8): 1602–1605.
- Yagan, D. 2019. "Employment Hysteresis from the Great Recession." *Journal of Political Economy* 127(5): 2505–2558.
- Yamagishi, T., e Yamagishi, M. 1994. "Trust and Commitment in the United States and Japan." *Motivation and Emotion* 18(2): 129–166.
- Yang, H., Meng, K. C., e Suh, S. 2023. "Spatial Distributions of Stranded Fossil Asset Costs and Benefits from Climate Change Mitigation." *Environmental Research Communications* 5(6): 061001.
- Yang, Q., Zhang, W., Liu, S., Gong, W., Han, Y., Lu, J., Jiang, D., e outros. 2023. "Unraveling Controversies over Civic Honesty Measurement: An Extended Field Replication in China." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 120(29): e2213824120.
- Yap, M., e Watene, K. A. publicar. "The Inclusion of Culture in the Sustainable Development Goals: Some Learnings from Gender and Wellbeing in Australia and Aotearoa New Zealand." In Dunhony, A. B., S., (ed.), *Gender and Development: A 21st Century Renewal in Australia and the Pacific*. Routledge
- Yap, M., e Yu, E. 2019. "The Yawuru Way." *Routledge Handbook of Indigenous Wellbeing*, Londres: Routledge.
- Yarkoni, T. 2022. "The Generalizability Crisis." *Behavioral and Brain Sciences* 45: e1.
- Yeager, D. S., Krosnick, J. A., Visser, P. S., Holbrook, A. L., e Tahk, A. M. 2019. "Moderation of Classic Social Psychological Effects by Demographics in the U.S. Adult Population: New Opportunities for Theoretical Advancement." *Journal of Personality and Social Psychology* 117(6): e84–e99.
- Yildiz, E., e Yüksel, U. 2022. "Understanding the Limitations of Behavioralism: Lessons from the Field of Maritime Delimitation." *German Law Journal* 23(3): 413–430.
- Yonzan, N., Gerszon Mahler, D., e Lakner, C. 2023. "Poverty Is Back to Pre-Covid Levels Globally, but Not for Low-Income Countries." Blogue de dados, 3 de outubro. <https://blogs.worldbank.org/opendata/poverty-back-pre-covid-levels-globally-not-low-income-countries>. Acedido em 5 de novembro de 2023.
- Youngflesh, C., Montgomery, G. A., Saracco, J. F., Miller, D. A. W., Guralnick, R. P., Hurlbert, A. H., Siegel, R. B., LaFrance, R., e Tingley, M. W. 2023. "Demographic Consequences of Phenological Asynchrony for North American Songbirds." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 120(28): e2221961120.
- Youyou, W., Yang, Y., e Uzzi, B. 2023. "A Discipline-Wide Investigation of the Replicability of Psychology Papers over the Past Two Decades." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 120(6): e2208863120.
- Yudkin, D., Hawkins, S., e Dixon, T. 2019. "The Perception Gap: How False Impressions Are Pulling Americans Apart." Nova Iorque: More in Common.
- Zafra-Calvo, N., Balvanera, P., Pascual, U., Merçon, J., Martín-López, B., van Noordwijk, M., Mwampamba, T. H., e outros. 2020. "Plural Valuation of Nature for Equity and Sustainability: Insights from the Global South." *Global Environmental Change* 63: 102115.

- Zedillo, E., Thiam, T., Amoako, K., Andersson, G.-B., Bergsten, C. F., Dervis, K., El-Ashry, M. T., e outros. 2006.** *Meeting Global Challenges: International Cooperation in the National Interest*. Relatório da Task Force Internacional sobre Bens Públicos Mundiais.
- Zeif, D., e Yechiam, E. 2022.** "Loss Aversion (Simply) Does Not Materialize for Smaller Losses." *Judgment and Decision Making* 17(5): 1015–1042.
- Zeng, T. C., Aw, A. J., e Feldman, M. W. 2018.** "Cultural Hitchhiking and Competition between Patrilineal Kin Groups Explain the Post-Neolithic Y-Chromosome Bottleneck." *Nature Communications* 9(1): 2077.
- Zhang, R. J., Liu, J. H., Lee, M., Lin, M.-h., Xie, T., Chen, S. X., Leung, A. K.-y., e outros. 2024.** "Continuities and Discontinuities in the Cultural Evolution of Global Consciousness." *Philosophical Transactions of the Royal Society B: Biological Sciences* 379(1893): 20220263.
- Zhang, W., Sun, Y., Liu, S., Zhou, X., Yang, Q., e Zhang, Q. 2023.** "Reply to Tannenbaum et al.: Constructive Dialogue Advancing Research on Civic Honesty." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 120(49): e2316228120.
- Zhu, N., Zhang, D., Wang, W., Li, X., Yang, B., Song, J., Zhao, X., e outros. 2020.** "A Novel Coronavirus from Patients with Pneumonia in China, 2019." *New England Journal of Medicine* 382(8): 727–733.
- Zhvanko, L., e Gatrell, P. 2017.** "Europe on the Move: Refugees in the Era of the Great War." In *Europe on the Move*. Manchester, RU: Manchester University Press.
- Ziedan, E., Simon, K. I., e Wing, C. 2022.** "Mortality Effects of Healthcare Supply Shocks: Evidence Using Linked Deaths and Electronic Health Records." Documento de Trabalho NBER 30553, National Bureau of Economic Research, Cambridge, MA.
- Zieger, R. H. 1969.** *Republicans and Labor, 1919-1929*. Lexington, KY: University of Kentucky Press.
- Ziegler, M. S., Song, J., e Trancik, J. E. 2021.** "Determinants of Lithium-Ion Battery Technology Cost Decline." *Energy & Environmental Science* 14(12): 6074–6098.
- Ziervogel, G., Cowen, A., e Ziniades, J. 2016.** "Moving from Adaptive to Transformative Capacity: Building Foundations for Inclusive, Thriving, and Regenerative Urban Settlements." *Sustainability: Science, Practice and Policy* 8(9): 955.
- Zimmermann, F. 2020.** "The Dynamics of Motivated Beliefs." *American Economic Review* 110(2): 337–361.
- Zürn, M., Binder, M., e Ecker-Ehrhardt, M. 2012.** "International Authority and Its Politicization." *International Theory* 4(1): 69–106.
- Zwaan, R. A., Etz, A., Lucas, R. E., e Donnellan, M. B. 2018.** "Making Replication Mainstream." *Behavioral and Brain Sciences* 41: e120.

Anexo estadístico

Anexo estatístico

GUIA DO LEITOR **269**

ÍNDICES COMPÓSITOS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

1	Índice de Desenvolvimento Humano e seus componentes	274
2	Tendências do Índice de Desenvolvimento Humano, 1990-2022	279
3	Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade	283
4	Índice de Desenvolvimento Humano por Género	288
5	Índice de Desigualdade de Género	293
6	Índice de Pobreza Multidimensional: países em vias de desenvolvimento	298
7	Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado às Pressões sobre o Planeta	301

REGIÕES EM VIAS DE DESENVOLVIMENTO **306**

REFERÊNCIAS ESTATÍSTICAS **307**

Guia do leitor

As tabelas apresentam uma visão geral dos principais aspectos do desenvolvimento humano. As sete tabelas contêm o agrupamento dos índices compósitos de desenvolvimento humano e a estimativa dos seus componentes feita pelo Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano (GRDH). A sexta tabela, sobre a pobreza multidimensional, foi produzida em parceria com a Iniciativa pela Pobreza e Desenvolvimento Humano da Universidade de Oxford.

As tabelas 1 a 7 fazem parte do Relatório do Desenvolvimento Humano de 2023/2024. O conjunto das sete tabelas estatísticas está disponível para transferência em <https://hdr.undp.org/en/human-development-report-2023-24>. Salvo indicação em contrário, as tabelas utilizam os dados de que o GRDH dispõe desde 31 de outubro de 2023. Todos os índices e indicadores, em conjunto com as notas técnicas sobre o cálculo dos índices compósitos e a informação adicional relativa às fontes, estão disponíveis em <https://hdr.undp.org/data-center>.

Os países e territórios estão classificados pelos valores do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 2022. A análise de solidez e fiabilidade mostrou que, para a maioria dos países, as diferenças no IDH não são estatisticamente significativas na quarta casa decimal. Por este motivo, os países com o mesmo valor no IDH nas três casas decimais são apresentados na mesma posição.

Fontes e definições

Salvo indicação em contrário, o GRDH utiliza os dados de agências de dados internacionais com o mandato, os meios e a competência para recolher dados nacionais sobre indicadores específicos.

A definição dos indicadores e fontes dos componentes de dados originais são fornecidos no final de cada tabela, incluindo todos os detalhes da fonte em *Referências estatísticas*.

Atualizações da metodologia

O Relatório de 2023/2024 mantém todos os índices compósitos da família dos índices de desenvolvimento humano — o IDH, o Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade (IDHAD), o Índice de Desenvolvimento Humano por Género (IDHG), o Índice de Desigualdade de Género (IDG), o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) e o Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado às Pressões sobre o Planeta (IDHP). A metodologia utilizada para calcular os índices é a mesma que a utilizada no Relatório do Desenvolvimento Humano de 2021/2022. Para saber mais, consultar as *Notas técnicas 1 a 6* em http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2023_technical_notes.pdf.

Comparações ao longo do tempo e entre edições

Dado que as agências nacionais e internacionais melhoram continuamente as suas séries de dados, os valores apresentados neste relatório, incluindo os valores e classificações do IDH, não são comparáveis com os publicados em edições anteriores. Para aceder à comparabilidade do IDH entre anos e países, consultar a tabela 2, que apresenta tendências utilizando dados consistentes, ou visitar a página <https://hdr.undp.org/data-center>, que apresenta dados interpolados consistentes.

Discrepâncias entre as estimativas nacionais e internacionais

Os dados nacionais e internacionais podem variar, considerando que as agências internacionais harmonizam os dados nacionais utilizando uma metodologia consistente e produzem ocasionalmente estimativas dos dados em falta para permitir a comparabilidade entre países. Em outros casos, as agências internacionais podem não ter acesso aos dados nacionais mais recentes. Quando o GRDH toma consciência das

discrepâncias, leva-as ao conhecimento das autoridades de dados nacionais e internacionais.

Agrupamentos de países e agregados

As tabelas apresentam agregados ponderados para vários agrupamentos de países. Em geral, um agregado apenas é apresentado quando os dados estão disponíveis para pelo menos metade dos países e representam pelo menos dois terços da população desse agrupamento. Os agregados para cada agrupamento abrangem apenas os países para os quais existem dados.

Classificação do desenvolvimento humano

As classificações do IDH baseiam-se nos critérios-limite fixos, que derivam dos quartis de distribuição dos indicadores dos componentes. Os critérios-limite são o IDH inferior a 0,550 para o desenvolvimento humano baixo, 0,550 a 0,699 para o desenvolvimento humano médio, 0,700 a 0,799 para o desenvolvimento humano elevado e 0,800 ou superior para o desenvolvimento humano muito elevado.

Agrupamentos regionais

Os agrupamentos regionais baseiam-se nas classificações regionais do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Os países menos desenvolvidos e os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento são determinados de acordo com as classificações da ONU (ver <https://www.un.org/ohrlls/>).

Países em vias de desenvolvimento

Os agregados para os países em vias de desenvolvimento baseiam-se nas informações de todos os

países em vias de desenvolvimento que fazem parte de um agrupamento regional.

Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico

Dos 38 membros da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico, 33 são considerados países desenvolvidos e cinco (Costa Rica, Chile, Colômbia, México e Turquia) são considerados países em vias de desenvolvimento. Os agregados referem-se a todos os países do grupo para o qual estão disponíveis os dados.

Notas sobre os países

Os dados relativos à China não incluem a Região Administrativa Especial de Hong Kong, China, a Região Administrativa Especial de Macau, China, nem Taiwan, Província da China.

Chéquia é o nome abreviado para República Checa desde 2 de maio de 2016.

Reino de Essuatíni é o nome do país anteriormente conhecido como Suazilândia desde 1 de junho de 2018.

República da Macedónia do Norte (forma abreviada: Macedónia do Norte) é o nome do país anteriormente conhecido como República Jugoslava da Macedónia desde 14 de fevereiro de 2019.

Türkiye (Turquia) é o nome do país anteriormente conhecido como Turkey (Turquia) desde 1 de junho de 2022.

Símbolos

Um traço entre dois anos, como em 2010-2022, indica que os dados dizem respeito ao ano mais recente disponível durante o período especificado. As taxas de crescimento são geralmente taxas anuais médias de crescimento entre o primeiro e o último ano do período indicado.

Os seguintes símbolos são utilizados nas tabelas:

..	Não disponível
o ou o,o	Nulo ou irrelevante
—	Não aplicável

Agradecimentos quanto aos dados estatísticos

Os índices compósitos e demais recursos estatísticos do Relatório provêm de uma grande variedade dos mais respeitados fornecedores de dados internacionais nas respectivas áreas de especialização. O GRDH está particularmente grato ao Eurostat; ao Global Carbon Project (Projeto Global de Carbono); à ICF Macro; à Organização Internacional do Trabalho; ao Fundo Monetário Internacional; à União Interparlamentar; ao Luxembourg Income Study; à Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico; à Base de Dados Socioeconómicos para a América Latina e Caraíbas; ao Fundo das Nações Unidas para a Infância; ao Departamento de Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas; ao Instituto de Estatística da UNESCO; ao Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente; à Divisão Estatística das Nações Unidas; ao Banco Mundial; e à World Inequality Database. A base de dados internacional da educação mantida por Robert Barro (Universidade de Harvard) e Jong-Wha Lee (Universidade da Coreia) foi outra fonte valiosa para o cálculo dos índices do Relatório.

Tabelas estatísticas

As sete tabelas contêm os seis índices compósitos de desenvolvimento humano e seus componentes. Desde o Relatório do Desenvolvimento Humano de 2010, foram calculados quatro índices compósitos de desenvolvimento humano: o IDH, o IDHAD, o IDG e o IPM para países em vias de desenvolvimento. O Relatório de 2014 introduziu o Índice de Desenvolvimento Humano por Género (IDHG), que compara o IDH calculado separadamente para mulheres e homens. O

Relatório de 2020 introduziu o Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado às Pressões sobre o Planeta (IDHP), que ajusta o IDH resultante da pressão humana excessiva sobre o planeta.

No que concerne a indicadores de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável globais ou passíveis de ser utilizados na monitorização do progresso rumo a objetivos específicos, os cabeçalhos da tabela incluem os objetivos e metas relevantes.

A Tabela 1, “Índice de Desenvolvimento Humano e seus componentes”, classifica os países pelo valor do IDH até 2022 e detalha os valores dos três componentes do IDH: longevidade, educação (com dois indicadores) e rendimento *per capita*. Além disso, evidencia a diferença de classificações pelo valor do IDH e do rendimento nacional bruto *per capita*, bem como a classificação do IDH de 2021, calculado utilizando os dados históricos revistos mais recentemente disponíveis em 2023.

A Tabela 2, “Tendências do Índice de Desenvolvimento Humano, 1990-2022”, apresenta uma sucessão cronológica de valores do IDH que permite comparar os valores de 2022 com os dos anos anteriores. Esta tabela utiliza os dados históricos revistos mais recentemente, disponíveis em 2023, sendo que se aplica a mesma metodologia para calcular os valores do IDH de 2022. Inclui ainda as alterações na classificação do IDH nos últimos sete anos e a taxa média anual de crescimento do IDH ao longo de quatro intervalos de tempo: 1990-2000, 2000-2010, 2010-2022 e 1990-2022.

A Tabela 3, “Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade”, contém duas medidas relacionadas de desigualdade, o IDHAD e a perda global no IDH devido à desigualdade. O IDHAD observa para lá das realizações médias de um país em matéria de longevidade, educação e rendimentos para mostrar de que forma estas realizações são distribuídas entre os seus residentes. O valor do IDHAD pode ser interpretado como o nível do desenvolvimento humano quando se tem em consideração a desigualdade. A diferença relativa entre os

valores do IDHAD e do IDH retrata a perda devida à desigualdade na distribuição do IDH dentro do país. Esta tabela apresenta o coeficiente da desigualdade humana, que consiste na média não ponderada das desigualdades nas três dimensões, e mostra as diferenças de cada país na classificação do IDHAD e do IDH. Um valor negativo significa que ter em conta a desigualdade reduz a posição de um país no IDH. A tabela também apresenta a parcela de rendimentos dos 40 percentis mais pobres, dos 10 percentis mais ricos e do ponto percentual mais rico da população, bem como o coeficiente de Gini.

A Tabela 4, “Índice de Desenvolvimento Humano por Género”, mede as disparidades do IDH por género. Contém valores do IDH estimados separadamente para mulheres e homens, cujo rácio é o valor do IDHG. Quanto mais perto este rácio se encontra de um, menor é a diferença entre homens e mulheres. São igualmente apresentados por género os valores para os três componentes do IDH: longevidade, educação (com dois indicadores) e rendimento *per capita*. A tabela inclui cinco agrupamentos de países por desvio absoluto da paridade de género nos valores do IDH.

A Tabela 5, “Índice de Desigualdade de Género”, apresenta uma avaliação compósita da desigualdade de género utilizando três dimensões: saúde reprodutiva, capacitação e mercado de trabalho. Os indicadores de saúde reprodutiva são a taxa de mortalidade materna e a taxa de natalidade na adolescência. Os indicadores de capacitação são a percentagem de assentos parlamentares detidos por mulheres e a percentagem da população com pelo menos algum nível de educação secundária por sexo. O indicador do mercado de trabalho é a participação na força de trabalho por sexo. Um IDG baixo indica uma desigualdade reduzida entre mulheres e homens, e vice-versa.

A Tabela 6, “Índice de Pobreza Multidimensional”, capta as privações múltiplas enfrentadas pelas pessoas nos países em vias de desenvolvimento no que diz respeito à saúde, educação e nível de vida. O IPM mostra tanto a incidência de pobreza multidimensional não referente aos rendimentos (uma contagem de pessoas em situação de pobreza multidimensional) como a respetiva intensidade (a pontuação média de privação experimentada por pessoas multidimensionalmente pobres). Com base em limiares de pontuação de privação, as pessoas são classificadas como multidimensionalmente pobres, em pobreza multidimensional grave ou vulneráveis à pobreza multidimensional. Esta tabela inclui a contribuição da privação em cada dimensão para a pobreza multidimensional global e Apresenta ainda medidas de pobreza monetária, população a viver abaixo do limiar nacional de pobreza e população a viver com menos de 2,15 \$ em termos de paridade do poder de compra por dia.

A Tabela 7, “Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado às Pressões sobre o Planeta”, ajusta o IDH às pressões sobre o planeta na era do Antropoceno, de forma a refletir uma preocupação pela desigualdade intergeracional, semelhante à adequação do IDH ajustado à desigualdade, motivada por uma preocupação pela desigualdade intergeracional. O valor do IDHP pode ser interpretado como o nível de desenvolvimento humano ajustado pelas emissões de dióxido de carbono por pessoa (com base na produção) e pela pegada material *per capita* para justificar a pressão humana excessiva sobre o planeta. A tabela apresenta a diferença relativa entre os valores do IDHP e do IDH, assim como a diferença de classificação de cada país no IDH e no IDHP. Um valor negativo significa que ter em conta as pressões sobre o planeta reduz a posição de um país no IDH.

Índices compósitos de desenvolvimento humano

TABELA 1

Índice de Desenvolvimento Humano e seus componentes

CLASSIFICAÇÃO DO IDH	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	ODS 3	ODS 4.3	ODS 4.4	ODS 8.5	RNB per capita deduzida a classificação do IDH	Classificação do IDH	
		Esperança de vida à nascença	Anos de escolaridade previstos	Média de anos de escolaridade	Rendimento nacional bruto (RNB) per capita			
		Valor	(anos)	(anos)	(2017 PPC \$)			
	2022	2022	2022 ^a	2022 ^a	2022	2022 ^b	2021	
Desenvolvimento humano muito elevado								
1	Suíça	0,967	84,3	16,6	13,9 ^c	69.433	6	1
2	Noruega	0,966	83,4	18,6 ^d	13,1 ^c	69.190	6	2
3	Islândia	0,959	82,8	19,1 ^d	13,8	54.688	16	4
4	Hong Kong, China (RAE)	0,956	84,3	17,8	12,3	62.486	6	3
5	Dinamarca	0,952	81,9	18,8 ^d	13,0	62.019	6	8
5	Suécia	0,952	83,5	19,0 ^d	12,7 ^c	56.996	10	5
7	Alemanha	0,950	81,0	17,3	14,3	55.340	11	7
7	Irlanda	0,950	82,7	19,1 ^d	11,7 ^c	87.468 ^e	-3	9
9	Singapura	0,949	84,1	16,9	11,9	88.761 ^e	-6	10
10	Austrália	0,946	83,6	21,1 ^d	12,7	49.257	14	5
10	Países Baixos	0,946	82,5	18,6 ^d	12,6 ^c	57.278	4	11
12	Bélgica	0,942	82,3	18,9 ^d	12,5 ^c	53.644	9	13
12	Finlândia	0,942	82,4	19,2 ^d	12,9 ^c	49.522	11	11
12	Listenstaine	0,942	84,7	15,5	12,4 ^f	146.673 ^{g,h}	-11	14
15	Reino Unido	0,940	82,2	17,6	13,4	46.624	13	17
16	Nova Zelândia	0,939	83,0	19,7 ^d	12,9	43.665	16	14
17	Emirados Árabes Unidos	0,937	79,2	17,2	12,8	74.104	-11	17
18	Canadá	0,935	82,8	16,0	13,9 ^c	48.444	8	16
19	Coreia (República da)	0,929	84,0	16,5	12,6 ^c	46.026	10	20
20	Luxemburgo	0,927	82,6	14,2	13,0 ^h	78.554 ^e	-15	19
20	Estados Unidos	0,927	78,2	16,4	13,6	65.565	-11	21
22	Áustria	0,926	82,4	16,4	12,3 ^c	56.530	-5	22
22	Eslovénia	0,926	82,1	17,4	12,9 ^c	41.587	13	24
24	Japão	0,920	84,8	15,5	12,7	43.644	9	22
25	Israel	0,915	82,6	15,0	13,4 ^c	43.588	9	26
25	Malta	0,915	83,7	15,9	12,2	44.464	5	25
27	Espanha	0,911	83,9	17,8	10,6	40.043	10	28
28	França	0,910	83,2	16,0	11,7 ^c	47.379	-1	27
29	Chipre	0,907	81,9	16,2	12,4	40.137	7	29
30	Itália	0,906	84,1	16,7	10,7	44.284	1	30
31	Estónia	0,899	79,2	15,9	13,5	37.152	9	32
32	Chéquia	0,895	78,1	16,3	12,9 ^c	39.945	6	31
33	Grécia	0,893	80,6	20,0 ^d	11,4	31.382	20	33
34	Barém	0,888	79,2	16,3	11,0	48.731	-9	34
35	Andorra	0,884	83,6	12,8	11,6	54.233 ⁱ	-15	43
36	Polónia	0,881	77,0	15,9	13,2	35.151	7	35
37	Letónia	0,879	75,9	16,6	13,3 ^c	32.083	13	39
37	Lituânia	0,879	74,3	16,4	13,5	38.131	2	36
39	Croácia	0,878	79,2	15,6	12,3 ^c	34.324	5	37
40	Catar	0,875	81,6	13,3	10,1 ^c	95.944 ^e	-38	41
40	Arábia Saudita	0,875	77,9	15,2 ^j	11,3	50.620	-18	37
42	Portugal	0,874	82,2	16,8	9,6	35.315	0	39
43	São Marino	0,867	83,4	12,4	10,5 ^k	57.687 ^l	-30	44
44	Chile	0,860	79,5	16,8	11,1 ^c	24.431	15	42
45	Eslováquia	0,855	75,3	14,7	13,0 ^c	32.171	4	45
45	Turquia	0,855	78,5	19,7 ^d	8,8 ^c	32.834	2	48
47	Hungria	0,851	75,0	15,1	12,2	34.196	-2	46
48	Argentina	0,849	76,1	19,0 ^d	11,1	22.048	17	47
49	Koweit	0,847	80,3	15,7 ^c	7,4 ^c	56.729	-33	50
50	Montenegro	0,844	76,8	15,1	12,6 ^c	22.513	12	49
51	São Cristóvão e Neves	0,838	72,0	18,4 ^{dm}	10,8 ⁿ	28.442	3	51
52	Uruguai	0,830	78,0	17,4	9,1 ^c	22.207	12	56
53	Roménia	0,827	74,1	14,5	11,4 ^c	31.641	-1	52
54	Antígua e Barbuda	0,826	79,2	15,5 ^c	10,5 ^l	18.784	18	54
55	Brunei Darussalã	0,823	74,6	13,7	9,2	59.246	-43	53
56	Federação Russa	0,821	70,1	15,7 ^c	12,4	26.992	1	55
57	Bahamas	0,820	74,4	11,9 ^k	12,7 ^c	32.535	-9	67
57	Panamá	0,820	76,8	13,2 ^c	10,7 ^c	32.029	-6	57
59	Omã	0,819	73,9	13,0	11,9	32.967	-13	58
60	Geórgia	0,814	71,6	16,7	12,7	15.952	19	59
60	Trindade e Tobago	0,814	74,7	14,1 ^o	11,7 ^c	22.473	3	60

Continuação -

TABELA 1

CLASSIFICAÇÃO DO IDH	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	ODS 3	ODS 4.3	ODS 4.4	ODS 8.5	RNB per capita deduzida a classificação do IDH	Classificação do IDH
		Esperança de vida à nascença	Anos de escolaridade previstos	Média de anos de escolaridade	Rendimento nacional bruto (RNB) per capita		
		Valor	(anos)	(anos)	(2017 PPC \$)		
	2022	2022	2022 ^a	2022 ^a	2022	2022 ^a	2021
62 Barbados	0,809	77,7	16,5 ^c	9,9 ^a	14.810	24	63
63 Malásia	0,807	76,3	12,9	10,7 ^c	27.295	-7	68
64 Costa Rica	0,806	77,3	16,1 ^c	8,8	20.248	2	60
65 Sérvia	0,805	74,1	14,5	11,5 ^c	19.494	3	60
66 Tailândia	0,803	79,7	15,6	8,8 ^c	16.887	10	69
67 Cazaquistão	0,802	69,5	14,8	12,4 ^c	22.587	-6	65
67 Seicheles	0,802	71,7	13,9	11,2	28.386	-12	71
69 Bielorrússia	0,801	73,2	14,0	12,2 ^c	18.425	5	65
Desenvolvimento humano elevado							
70 Bulgária	0,799	71,5	13,9	11,4	25.921	-12	70
71 Palau	0,797	65,4	17,2 ^k	13,0 ^k	19.344 ^l	-2	64
72 Maurícia	0,796	74,0	14,6	10,0 ^a	23.252	-12	72
73 Granada	0,793	75,3	16,6 ^c	9,9 ^l	13.593	18	73
74 Albânia	0,789	76,8	14,5	10,1 ^a	15.293	7	74
75 China	0,788	78,6	15,2 ^c	8,1 ^c	18.025	0	74
76 Armênia	0,786	73,4	14,4	11,3	15.388	4	79
77 México	0,781	74,8	14,5	9,2	19.138	-7	83
78 Irão (República Islâmica do)	0,780	74,6	14,1	10,7 ^c	14.770	10	77
78 Sri Lanca	0,780	76,6	13,6 ^c	11,2	11.899	24	76
80 Bósnia-Herzegovina	0,779	75,3	13,3	10,5	16.571	-3	77
81 São Vicente e Granadinas	0,772	69,0	16,3 ^c	11,0 ^k	14.049	9	80
82 República Dominicana	0,766	74,2	13,6	9,2 ^c	18.653	-9	84
83 Equador	0,765	77,9	14,9	9,0	10.693	25	90
83 Macedónia do Norte	0,765	73,9	13,0	10,2	16.396	-5	82
85 Cuba	0,764	78,2	14,5	10,5 ^c	7.953 ^a	40	92
86 Moldávia (República da)	0,763	68,6	14,9	11,8 ^c	12.964	8	81
87 Maldivas	0,762	80,8	12,2 ^c	7,8 ^c	18.847	-16	88
87 Peru	0,762	73,4	14,8 ^c	10,0 ^c	11.916	14	86
89 Azerbaijão	0,760	73,5	12,7	10,6 ^c	15.018	-7	95
89 Brasil	0,760	73,4	15,6	8,3 ^c	14.616	0	84
91 Colômbia	0,758	73,7	14,4	8,9	15.014	-8	89
92 Líbia	0,746	72,2	14,0 ^j	7,8 ^a	19.752	-25	90
93 Argélia	0,745	77,1	15,5	7,0 ^c	10.978	13	93
94 Turquemenistão	0,744	69,4	13,2	11,1 ^c	12.860 ^l	1	93
95 Guiana	0,742	66,0	13,0 ^o	8,6 ^a	35.783	-54	105
96 Mongólia	0,741	72,7	14,5 ^c	9,4	10.351	15	99
97 Domínica	0,740	73,0	13,6 ^c	9,2 ^l	12.468	-1	97
98 Tonga	0,739	71,3	16,3	10,9 ^a	6.360 ^l	34	95
99 Jordânia	0,736	74,2	12,6 ^c	10,4	9.295	15	98
100 Ucrânia	0,734	68,6	13,3	11,1 ^a	11.416	3	86
101 Tunísia	0,732	74,3	14,6 ^c	8,0 ^c	10.297	11	101
102 Ilhas Marshall	0,731	65,1	16,4	12,8 ^k	6.855	28	101
102 Paraguai	0,731	70,5	13,9 ^a	8,9	13.161	-9	99
104 Ilhas Fiji	0,729	68,3	13,8	10,4	11.234	0	110
105 Egito	0,728	70,2	12,9	9,8 ^c	12.361	-8	103
106 Usbequistão	0,727	71,7	12,0	11,9	8.056	16	105
107 Vietname	0,726	74,6	13,1 ^l	8,5 ^c	10.814	0	108
108 Santa Lúcia	0,725	71,3	12,7	8,6 ^c	14.778	-21	109
109 Líbano	0,723	74,4	12,1 ^u	8,6 ^k	12.313 ^v	-11	104
110 África do Sul	0,717	61,5	14,3	11,6	13.186	-18	105
111 Palestina (Estado da)	0,716	73,4	13,2	9,9	6.936	18	110
112 Indonésia	0,713	68,3	14,0 ^c	8,6	12.046	-12	113
113 Filipinas	0,710	72,2	12,8	9,0 ^c	9.059	5	118
114 Botsuana	0,708	65,9	11,4	10,4	14.842	-29	124
115 Jamaica	0,706	70,6	12,5 ^c	9,2 ^c	9.695	-2	114
116 Samoa	0,702	72,6	12,4	11,4 ^c	4.970	25	112
117 Quirguizistão	0,701	70,5	13,0	12,0 ^c	4.782	28	116
118 Belize	0,700	71,0	12,4	8,8	9.242	-3	115
Desenvolvimento humano médio							
119 Venezuela (República Bolivariana da)	0,699	71,1	13,5 ^k	9,6 ^k	6.184 ^w	14	120
120 Bolívia (Estado Plurinacional da)	0,698	64,9	15,0	9,8	7.988	3	119
120 Marrocos	0,698	75,0	14,6	6,1	7.955	4	122

Continuação -

TABELA 1

CLASSIFICAÇÃO DO IDH	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	ODS 3	ODS 4.3	ODS 4.4	ODS 8.5	RNB per capita deduzida a classificação do IDH	Classificação do IDH	
		Esperança de vida à nascença	Anos de escolaridade previstos	Média de anos de escolaridade	Rendimento nacional bruto (RNB) per capita			
		Valor	(anos)	(anos)	(2017 PPC \$)			
	2022	2022	2022 ^a	2022 ^a	2022	2022 ^a	2021	
122	Nauru	0,696	64,0	12,6 ^c	9,2 ^l	14.939	-38	117
123	Gabão	0,693	65,7	12,4 ^c	9,6	11.194	-18	123
124	Suriname	0,690	70,3	11,0	8,4 ^c	12.310	-25	121
125	Butão	0,681	72,2	13,1 ^c	5,8 ^c	10.625 ^v	-15	125
126	Tajiquistão	0,679	71,3	10,9 ^c	11,3 ^p	4.807	18	125
127	El Salvador	0,674	71,5	11,9 ^a	7,2	8.886	-7	127
128	Iraque	0,673	71,3	12,2 ^a	6,8 ^p	9.092	-11	128
129	Bangladeche	0,670	73,7	11,9	7,4	6.511	2	130
130	Nicarágua	0,669	74,6	12,6 ^a	7,3	5.427	4	129
131	Cabo Verde	0,661	74,7	11,5 ^c	6,1 ^k	7.601	-4	132
132	Tuvalu	0,653	64,9	12,1 ^c	10,6 ^c	4.754	15	131
133	Guiné Equatorial	0,650	61,2	12,1 ^l	8,3 ^l	10.663	-24	133
134	Índia	0,644	67,7	12,6	6,6	6.951	-6	135
135	Micronésia (Estados Federados da)	0,634	70,9	12,6 ^l	7,3 ^l	3.709	18	134
136	Guatemala	0,629	68,7	10,8 ^c	5,7 ^c	8.996	-17	136
137	Quiribati	0,628	67,7	11,8	9,1 ^k	3.440	21	137
138	Honduras	0,624	70,7	10,0 ^a	7,3 ^c	5.272	2	138
139	República Democrática Popular do Laos	0,620	69,0	10,2	5,9 ^p	7.745	-13	140
140	Vanuatu	0,614	70,5	11,8 ^c	7,2 ^l	3.244	21	141
141	São Tomé e Príncipe	0,613	68,8	12,7 ^o	5,9 ^c	4.054	8	143
142	Essuatíni (Reino de)	0,610	56,4	14,9 ^c	5,7	8.392	-21	142
142	Namíbia	0,610	58,1	11,8 ^a	7,2 ^p	9.200	-26	139
144	Mianmar	0,608	67,3	12,1 ^c	6,5 ^p	4.038	6	145
145	Gana	0,602	63,9	11,6	6,4 ^p	5.380	-10	144
146	Quênia	0,601	62,1	11,4 ^k	7,7	4.808	-3	147
146	Nepal	0,601	70,5	12,6	4,5 ^c	4.026	5	149
148	Camboja	0,600	69,9	11,6 ^k	5,2	4.291	0	147
149	Congo	0,593	63,1	12,4 ^c	8,3 ^p	2.903	14	146
150	Angola	0,591	61,9	12,2	5,8 ^a	5.328	-11	150
151	Camarões	0,587	61,0	13,4 ^c	6,5 ^p	3.681	3	152
152	Comores	0,586	63,7	13,0 ^c	6,2 ^r	3.261	8	151
153	Zâmbia	0,569	61,8	11,0 ^v	7,3 ^p	3.157	9	154
154	Papua-Nova Guiné	0,568	66,0	11,1 ^k	4,9 ^p	3.710	-2	155
155	Timor-Leste	0,566	69,1	13,2 ^a	6,0 ^a	1.629	24	153
156	Ilhas Salomão	0,562	70,7	10,3 ^c	5,9 ^l	2.273	14	155
157	República Árabe da Síria	0,557	72,3	7,4 ^k	5,7 ^k	3.594 ^r	-2	157
158	Haiti	0,552	63,7	11,1 ^l	5,6 ^p	2.802	6	158
159	Uganda	0,550	63,6	11,5 ^a	6,2 ^c	2.241	12	160
159	Zimbabué	0,550	59,4	11,0 ^c	8,8 ^c	2.079	15	159
Desenvolvimento humano baixo								
161	Nigéria	0,548	53,6	10,5	7,6	4.755	-15	162
161	Ruanda	0,548	67,1	11,4	4,9	2.317	8	163
163	Togo	0,547	61,6	13,0 ^c	5,6 ^c	2.214	9	160
164	Mauritânia	0,540	64,7	8,1	4,8 ^p	5.344	-26	164
164	Paquistão	0,540	66,4	7,9 ^c	4,4 ^c	5.374	-27	165
166	Costa do Marfim	0,534	58,9	10,1	4,2 ^p	5.376	-30	166
167	Tanzânia (República Unida da)	0,532	66,8	8,6	5,6 ^c	2.578	-1	167
168	Lesoto	0,521	53,0	11,1 ^c	7,5 ^c	2.709	-3	168
169	Senegal	0,517	67,9	9,1	2,9 ^c	3.464	-12	170
170	Sudão	0,516	65,6	8,5 ^c	3,9	3.515	-14	169
171	Jibuti	0,515	62,9	8,0 ^c	3,9 ^k	4.875	-29	170
172	Maláui	0,508	62,9	11,5 ^c	5,2	1.432	10	172
173	Benim	0,504	60,0	10,3	3,1 ^p	3.406	-14	173
174	Gâmbia	0,495	62,9	9,0 ^a	4,5	2.090	-1	174
175	Eritreia	0,493	66,6	7,3 ^c	5,1 ^l	1.957 ^r	2	174
176	Etiópia	0,492	65,6	9,9 ^c	2,4 ^c	2.369	-8	176
177	Libéria	0,487	61,1	10,5	5,3 ^p	1.330	8	177
177	Madagáscar	0,487	65,2	9,2 ^c	4,6	1.464	4	177
179	Guiné-Bissau	0,483	59,9	10,5 ^o	3,7	1.880	-1	179
180	Congo (República Democrática do)	0,481	59,7	9,6 ^c	7,2 ^p	1.080	9	180
181	Guiné	0,471	59,0	10,2 ^c	2,4 ^c	2.404	-14	182

Continuação -

TABELA 1

CLASSIFICAÇÃO DO IDH	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	ODS 3	ODS 4.3	ODS 4.4	ODS 8.5	RNB per capita deduzida a classificação do IDH	Classificação do IDH
		Esperança de vida à nascença	Anos de escolaridade previstos	Média de anos de escolaridade	Rendimento nacional bruto (RNB) per capita		
		Valor	(anos)	(anos)	(2017 PPC \$)		
	2022	2022	2022 ^a	2022 ^a	2022	2022 ^a	2021
182 Afeganistão	0,462	62,9	10,7 ^c	2,5	1.335 ^d	2	181
183 Moçambique	0,461	59,6	10,7 ^c	3,9	1.219	4	183
184 Serra Leoa	0,458	60,4	9,0 ^o	3,5 ^e	1.613	-4	184
185 Burquina Fasso	0,438	59,8	8,1	2,3 ^e	2.037	-9	185
186 Iémen	0,424	63,7	7,9 ^k	2,8 ^f	1.106 ^l	2	186
187 Burundi	0,420	62,0	10,0 ^c	3,3 ^e	712	5	187
188 Mali	0,410	59,4	7,0 ^c	1,6	2.044	-13	188
189 Chade	0,394	53,0	8,2 ^c	2,3 ^e	1.389	-6	189
189 Níger	0,394	62,1	7,2 ^c	1,3 ^p	1.283	-3	190
191 República Centro-Africana	0,387	54,5	7,3 ^c	4,0 ^q	869	0	191
192 Sudão do Sul	0,381	55,6	5,6 ^c	5,7 ^{aa}	691 ^l	1	192
193 Somália	0,380	56,1	7,6 ^j	1,9	1.072	-3	..
Outros países ou territórios							
Coreia (República Popular Democrática da)	..	73,6
Mónaco	..	86,9 ^{ab}	18,7 ^{cd}
Agrupamentos por IDH							
Desenvolvimento humano muito elevado	0,902	79,3	16,6	12,3	44.958	-	-
Desenvolvimento humano elevado	0,764	75,2	14,5	8,6	15.484	-	-
Desenvolvimento humano médio	0,640	68,0	12,3	6,7	6.444	-	-
Desenvolvimento humano baixo	0,517	61,6	9,3	4,7	3.186	-	-
Países em vias de desenvolvimento	0,694	70,5	12,5	7,6	11.125	-	-
Regiões							
Estados Árabes	0,704	71,3	11,9	7,8	14.391	-	-
Ásia Oriental e Pacífico	0,766	76,2	14,5	8,2	16.138	-	-
Europa e Ásia Central	0,802	73,6	15,5	10,6	19.763	-	-
América Latina e Caraíbas	0,763	73,7	14,8	9,0	15.109	-	-
Ásia do Sul	0,641	68,4	11,9	6,6	6.972	-	-
África Subsaariana	0,549	60,6	10,3	6,0	3.666	-	-
Países menos desenvolvidos	0,542	64,9	10,1	5,0	3.006	-	-
Pequenos Estados insulares em vias de desenvolvimento	0,730	71,6	12,6	8,6	16.379	-	-
Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico	0,906	80,1	16,6	12,2	46.318	-	-
Mundo	0,739	72,0	13,0	8,7	17.254	-	-

Notas		Definições	
a	Dados referentes a 2022 ou ao ano mais recente para o qual estão disponíveis.	w	FMI 2023.
b	Com base nos países para os quais foi calculado o valor do Índice de Desenvolvimento Humano.	x	Atualizado pelo GRDH com base nos dados dos Inquéritos Demográficos e de Saúde da ICF Macro relativos a vários anos e do Instituto de Estatística da UNESCO (2023).
c	Atualizado pelo GRDH com base nos dados do Instituto de Estatística da UNESCO (2023).	y	Atualizado pelo GRDH com base nos dados dos Inquéritos Demográficos e de Saúde da ICF Macro relativos a vários anos.
d	No cálculo do valor do IDH, os anos previstos de escolaridade são limitados a 18 anos.	z	Estimativa do GRDH com base nos dados do DAESNU (2023), da Divisão de Estatística das Nações Unidas (2023) e do Banco Mundial (2023).
e	No cálculo do valor do IDH, o RNB <i>per capita</i> tem como limite os 75.000 dólares.	aa	Refere-se ao ano de 2008 com base nos dados do Instituto de Estatística da UNESCO (2023).
f	Atualizado pelo GRDH utilizando a tendência média de anos de escolaridade na Áustria e dados do Instituto de Estatística da UNESCO (2023).	ab	No cálculo do valor do IDH, a esperança de vida tem como limite os 85 anos.
g	Estimado utilizando a taxa de paridade do poder de compra (PPC) e a taxa de crescimento projetada da Suíça.		
h	Atualizado pelo GRDH com base nos dados da OCDE (2023) e do Instituto de Estatística da UNESCO (2023).		
i	Estimado utilizando a taxa de PPC de Espanha.		
j	Com base em estimativas do GRDH usando regressão entre países.		
k	Atualizado pelo GRDH com base nos dados do Instituto de Estatística da UNESCO (2023) e em estimativas usando regressão entre países.		
l	Estimativa do GRDH com base nos dados do FMI (2023), da Divisão de Estatística das Nações Unidas (2023) e do Banco Mundial (2023).		
m	Refere-se ao ano de 2015 com base nos dados do Instituto de Estatística da UNESCO (2023).		
n	Refere-se ao ano de 2015 com base em estimativas do GRDH usando regressão entre países.		
o	Atualizado pelo GRDH com base nos dados do Instituto de Estatística da UNESCO (2023) e dos Inquéritos de Grupo para Indicadores Múltiplos do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) relativos a vários anos.		
p	Atualizado pelo GRDH com base nos dados de Barro e Lee (2018) e do Instituto de Estatística da UNESCO (2023).		
q	Estimativa do GRDH com base na regressão entre países e na taxa de crescimento projetada do DAESNU (2023) e da Divisão de Estatística das Nações Unidas (2023).		
r	Atualizado pelo GRDH com base nos dados de Barro e Lee (2018) e em estimativas usando regressão entre países.		
s	Atualizado pelo GRDH com base nos dados do CEDLAS e do Banco Mundial (2023) e do Instituto de Estatística da UNESCO (2023).		
t	Atualizado pelo GRDH com base nos dados dos Inquéritos de Grupo para Indicadores Múltiplos da UNICEF relativos a vários anos.		
u	Atualizado pelo GRDH com base nos dados dos Inquéritos de Grupo para Indicadores Múltiplos da UNICEF relativos a vários anos e em estimativas usando regressão entre países.		
v	Estimativa do GRDH com base em dados do FMI (2023) e do Banco Mundial (2023).		

Definições	
Índice de Desenvolvimento Humano (IDH):	Um índice composto que mede as realizações médias em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: uma vida longa e saudável, o conhecimento e um padrão de vida digno. Para saber mais sobre o cálculo do IDH, consultar a <i>Nota técnica 1</i> em http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2023_technical_notes.pdf .
Esperança de vida à nascença:	Número de anos que um recém-nascido poderia esperar viver se os padrões prevalentes de taxas de mortalidade por idade no momento do nascimento permanecerem os mesmos durante toda a vida do recém-nascido.
Anos de escolaridade previstos:	Número de anos de escolaridade que uma criança em idade escolar pode esperar alcançar se os padrões predominantes de taxas de inscrição específicas da idade persistirem ao longo da vida da criança.
Média de anos de escolaridade:	Número médio de anos de educação obtidos por pessoas com 25 anos ou mais, convertidos a partir dos níveis de escolaridade, utilizando as durações oficiais de cada nível.
Rendimento nacional bruto (RNB) per capita:	Rendimento agregado de uma economia gerado pela sua produção e posse de fatores de produção, deduzidos os rendimentos pagos pela utilização de fatores de produção pertencentes ao resto do mundo, convertidos em dólares internacionais utilizando taxas de PPC, divididos pela população a meio do ano.
RNB per capita deduzida a classificação do IDH:	Diferença na classificação segundo o RNB <i>per capita</i> e segundo o valor do IDH. Um valor negativo significa que o país se encontra mais bem classificado pelo valor do RNB do que pelo valor do IDH.
Classificação do IDH para 2021:	Classificação pelo valor do IDH para 2021, calculado utilizando os mesmos dados revisados mais recentemente disponíveis em 2023, que foram utilizados para calcular os valores do IDH para 2021.

Fontes de dados principais	
Colunas 1 e 7:	Cálculos do GRDH baseados em dados de Barro e Lee (2018), do FMI (2023), do DAESNU (2022, 2023), do Instituto de Estatística da UNESCO (2023), da Divisão de Estatística das Nações Unidas (2023) e do Banco Mundial (2023).
Coluna 2:	DAESNU 2022.
Coluna 3:	CEDLAS e Banco Mundial 2023, Inquéritos Demográficos e de Saúde da ICF Macro, Instituto de Estatística da UNESCO 2023 e Inquéritos de Grupo para Indicadores Múltiplos da UNICEF.
Coluna 4:	Barro e Lee 2018, Inquéritos Demográficos e de Saúde da ICF Macro, OCDE 2023, Instituto de Estatística da UNESCO 2023 e Inquéritos de Grupo para Indicadores Múltiplos da UNICEF.
Coluna 5:	FMI 2023, DAESNU 2023, Divisão Estatística das Nações Unidas 2023 e Banco Mundial 2023.
Coluna 6:	Cálculos baseados nos dados das colunas 1 e 5.

Tendências do Índice de Desenvolvimento Humano, 1990-2022

CLASSIFICAÇÃO DO IDH	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)								Alterações na classificação do IDH	Crescimento médio anual do IDH			
	Valor									Crescimento médio anual do IDH (%)			
	1990	2000	2010	2015	2019	2020	2021	2022		2015-2022*	1990-2000	2000-2010	2010-2022
Desenvolvimento humano muito elevado													
1 Suíça	0,850	0,885	0,940	0,952	0,960	0,957	0,965	0,967	0	0,40	0,60	0,24	0,40
2 Noruega	0,845	0,914	0,938	0,952	0,961	0,963	0,964	0,966	-1	0,79	0,26	0,25	0,42
3 Islândia	0,834	0,895	0,927	0,948	0,958	0,955	0,957	0,959	0	0,71	0,35	0,28	0,44
4 Hong Kong, China (RAE)	0,739	0,831	0,914	0,936	0,953	0,955	0,959	0,956	2	1,18	0,96	0,38	0,81
5 Dinamarca	0,839	0,890	0,913	0,936	0,946	0,946	0,947	0,952	1	0,59	0,26	0,35	0,40
5 Suécia	0,808	0,903	0,910	0,937	0,947	0,944	0,949	0,952	0	1,12	0,08	0,38	0,51
7 Alemanha	0,828	0,890	0,929	0,941	0,951	0,948	0,948	0,950	-3	0,72	0,43	0,19	0,43
7 Irlanda	0,743	0,851	0,908	0,924	0,942	0,945	0,946	0,950	8	1,37	0,65	0,38	0,77
9 Singapura	0,780	0,863	0,921	0,935	0,945	0,942	0,942	0,949	-1	1,02	0,65	0,25	0,61
10 Austrália	0,864	0,896	0,924	0,933	0,941	0,948	0,949	0,946	-1	0,36	0,31	0,20	0,28
10 Países Baixos	0,847	0,892	0,917	0,932	0,941	0,938	0,941	0,946	1	0,52	0,28	0,26	0,35
12 Bélgica	0,814	0,884	0,913	0,924	0,936	0,930	0,938	0,942	3	0,83	0,32	0,26	0,46
12 Finlândia	0,811	0,887	0,912	0,930	0,939	0,939	0,941	0,942	0	0,90	0,28	0,27	0,47
12 Listenstaine	..	0,871	0,916	0,926	0,940	0,933	0,936	0,942	2	..	0,51	0,23	..
15 Reino Unido	0,804	0,863	0,913	0,923	0,933	0,920	0,931	0,940	3	0,71	0,56	0,24	0,49
16 Nova Zelândia	0,812	0,894	0,924	0,933	0,937	0,935	0,936	0,939	-7	0,97	0,33	0,13	0,46
17 Emirados Árabes Unidos	0,717	0,790	0,828	0,860	0,933	0,930	0,931	0,937	19	0,97	0,47	1,04	0,84
18 Canadá	0,861	0,890	0,911	0,927	0,932	0,928	0,934	0,935	-5	0,33	0,23	0,22	0,26
19 Coreia (República da)	0,731	0,824	0,890	0,908	0,922	0,922	0,926	0,929	3	1,20	0,77	0,36	0,75
20 Luxemburgo	0,793	0,864	0,912	0,914	0,925	0,921	0,927	0,927	-1	0,86	0,54	0,14	0,49
20 Estados Unidos	0,875	0,894	0,916	0,924	0,933	0,923	0,921	0,927	-5	0,22	0,24	0,10	0,18
22 Áustria	0,823	0,870	0,903	0,910	0,920	0,916	0,920	0,926	-1	0,56	0,37	0,21	0,37
22 Eslovênia	..	0,823	0,890	0,903	0,918	0,910	0,916	0,926	1	..	0,79	0,33	..
24 Japão	0,846	0,883	0,903	0,913	0,918	0,917	0,920	0,920	-4	0,43	0,22	0,16	0,26
25 Israel	0,781	0,835	0,887	0,899	0,909	0,906	0,911	0,915	-1	0,67	0,61	0,26	0,50
25 Malta	0,726	0,779	0,862	0,887	0,905	0,901	0,912	0,915	3	0,71	1,02	0,50	0,73
27 Espanha	0,762	0,828	0,868	0,889	0,904	0,894	0,904	0,911	0	0,83	0,47	0,40	0,56
28 França	0,790	0,844	0,880	0,893	0,905	0,900	0,906	0,910	-3	0,66	0,42	0,28	0,44
29 Chipre	0,733	0,797	0,859	0,874	0,901	0,900	0,901	0,907	3	0,84	0,75	0,45	0,67
30 Itália	0,780	0,842	0,880	0,881	0,899	0,892	0,899	0,906	0	0,77	0,44	0,24	0,47
31 Estônia	0,741	0,798	0,864	0,883	0,893	0,891	0,890	0,899	-2	0,74	0,80	0,33	0,61
32 Chéquia	0,748	0,810	0,872	0,891	0,896	0,891	0,891	0,895	-6	0,80	0,74	0,22	0,56
33 Grécia	0,762	0,818	0,874	0,881	0,890	0,887	0,887	0,893	-3	0,71	0,66	0,18	0,50
34 Barém	0,733	0,775	0,807	0,859	0,888	0,884	0,884	0,888	3	0,56	0,41	0,80	0,60
35 Andorra	..	0,815	0,863	0,856	0,865	0,843	0,855	0,884	3	..	0,57	0,20	..
36 Polónia	0,715	0,794	0,845	0,869	0,880	0,874	0,876	0,881	-2	1,05	0,62	0,35	0,65
37 Letónia	0,732	0,761	0,827	0,853	0,873	0,873	0,865	0,879	2	0,39	0,84	0,51	0,57
37 Lituânia	0,740	0,769	0,846	0,865	0,886	0,880	0,875	0,879	-2	0,39	0,96	0,32	0,54
39 Croácia	..	0,764	0,824	0,844	0,866	0,860	0,867	0,878	6	..	0,76	0,53	..
40 Catar	0,764	0,793	0,829	0,852	0,869	0,863	0,864	0,875	0	0,37	0,44	0,45	0,42
40 Arábia Saudita	0,699	0,746	0,805	0,842	0,862	0,861	0,867	0,875	6	0,65	0,76	0,70	0,70
42 Portugal	0,703	0,793	0,831	0,850	0,864	0,861	0,865	0,874	0	1,21	0,47	0,42	0,68
43 São Marino	0,841	0,875	0,901	0,872	0,861	0,844	0,853	0,867	-10	0,40	0,29	-0,32	0,10
44 Chile	0,705	0,763	0,813	0,846	0,859	0,849	0,856	0,860	0	0,79	0,64	0,47	0,62
45 Eslováquia	..	0,761	0,841	0,852	0,863	0,860	0,852	0,855	-5	..	1,00	0,14	..
45 Turquia	0,598	0,669	0,750	0,821	0,842	0,835	0,841	0,855	9	1,13	1,15	1,10	1,12
47 Hungria	0,721	0,773	0,829	0,839	0,854	0,849	0,846	0,851	0	0,70	0,70	0,22	0,52
48 Argentina	0,724	0,780	0,834	0,850	0,853	0,841	0,844	0,849	-6	0,75	0,67	0,15	0,50
49 Koweit	0,698	0,780	0,811	0,829	0,838	0,826	0,836	0,847	0	1,12	0,39	0,36	0,61
50 Montenegro	0,806	0,827	0,841	0,832	0,840	0,844	1	0,38	..
51 São Cristóvão e Neves	0,790	0,829	0,838	0,832	0,832	0,838	-2	0,49	..
52 Uruguai	0,702	0,754	0,785	0,807	0,818	0,820	0,814	0,830	8	0,72	0,40	0,47	0,52
53 Roménia	0,709	0,721	0,813	0,813	0,834	0,828	0,825	0,827	3	0,17	1,21	0,14	0,48
54 Antígua e Barbuda	0,808	0,818	0,831	0,820	0,819	0,826	1	0,18	..
55 Brunei Darussalá	0,779	0,789	0,825	0,832	0,827	0,827	0,824	0,823	-7	0,13	0,45	-0,02	0,17
56 Federação Russa	0,741	0,733	0,797	0,823	0,839	0,826	0,818	0,821	-3	-0,11	0,84	0,25	0,32
57 Bahamas	0,760	0,788	0,800	0,807	0,802	0,798	0,799	0,820	3	0,36	0,15	0,21	0,24
57 Panamá	0,672	0,722	0,775	0,802	0,820	0,809	0,813	0,820	5	0,72	0,71	0,47	0,62
59 Omã	..	0,702	0,798	0,824	0,841	0,823	0,810	0,819	-7	..	1,29	0,22	..
60 Geórgia	..	0,694	0,763	0,798	0,816	0,807	0,809	0,814	4	..	0,95	0,54	..
60 Trindade e Tobago	0,656	0,708	0,785	0,812	0,813	0,815	0,804	0,814	-3	0,77	1,04	0,30	0,68

Continuação -

TABELA 2

CLASSIFICAÇÃO DO IDH	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)								Alterações na classificação do IDH	Crescimento médio anual do IDH			
	Valor									Crescimento médio anual do IDH (%)			
	1990	2000	2010	2015	2019	2020	2021	2022	2015-2022 ^a	1990-2000	2000-2010	2010-2022	1990-2022
62 Barbados	0,728	0,760	0,792	0,798	0,806	0,803	0,803	0,809	2	0,43	0,41	0,18	0,33
63 Malásia	0,649	0,726	0,768	0,792	0,805	0,802	0,798	0,807	6	1,13	0,56	0,41	0,68
64 Costa Rica	0,659	0,709	0,769	0,792	0,811	0,811	0,804	0,806	5	0,73	0,82	0,39	0,63
65 Sérvia	..	0,689	0,768	0,794	0,812	0,806	0,804	0,805	3	..	1,09	0,39	..
66 Tailândia	0,581	0,663	0,743	0,789	0,801	0,800	0,797	0,803	6	1,33	1,15	0,65	1,02
67 Cazaquistão	0,672	0,680	0,766	0,799	0,810	0,806	0,801	0,802	-4	0,12	1,20	0,38	0,55
67 Seicheles	..	0,755	0,774	0,797	0,808	0,799	0,795	0,802	-1	..	0,25	0,30	..
69 Bielorrússia	..	0,708	0,790	0,809	0,810	0,800	0,801	0,801	-11	..	1,10	0,12	..
Desenvolvimento humano elevado													
70 Bulgária	0,698	0,723	0,790	0,809	0,813	0,802	0,796	0,799	-12	0,35	0,89	0,09	0,42
71 Palau	..	0,747	0,775	0,782	0,792	0,794	0,802	0,797	3	..	0,37	0,23	..
72 Maurícia	0,620	0,682	0,755	0,791	0,806	0,792	0,790	0,796	-1	0,96	1,02	0,44	0,78
73 Granada	0,779	0,786	0,790	0,786	0,788	0,793	0	0,15	..
74 Albânia	0,649	0,678	0,766	0,797	0,800	0,784	0,785	0,789	-8	0,44	1,23	0,25	0,61
75 China	0,482	0,586	0,698	0,741	0,775	0,781	0,785	0,788	18	1,97	1,76	1,02	1,55
76 Arménia	0,658	0,656	0,739	0,769	0,789	0,769	0,774	0,786	2	-0,03	1,20	0,52	0,56
77 México	0,666	0,709	0,747	0,769	0,781	0,757	0,757	0,781	1	0,63	0,52	0,37	0,50
78 Irão (República Islâmica do)	0,613	0,692	0,756	0,782	0,785	0,779	0,776	0,780	-4	1,22	0,89	0,26	0,76
78 Sri Lanca	0,641	0,689	0,735	0,760	0,775	0,777	0,783	0,780	6	0,72	0,65	0,50	0,62
80 Bósnia-Herzegovina	..	0,656	0,718	0,757	0,780	0,776	0,776	0,779	7	..	0,91	0,68	..
81 São Vicente e Granadinas	..	0,691	0,756	0,777	0,789	0,785	0,773	0,772	-5	..	0,90	0,17	..
82 República Dominicana	0,579	0,646	0,707	0,739	0,765	0,760	0,756	0,766	12	1,10	0,91	0,67	0,88
83 Equador	0,645	0,684	0,736	0,764	0,758	0,734	0,746	0,765	-1	0,59	0,74	0,32	0,53
83 Macedónia do Norte	..	0,676	0,746	0,777	0,787	0,766	0,764	0,765	-7	..	0,99	0,21	..
85 Cuba	0,684	0,694	0,779	0,765	0,766	0,759	0,742	0,764	-4	0,15	1,16	-0,16	0,35
86 Moldávia (República da)	0,688	0,655	0,716	0,749	0,773	0,765	0,767	0,763	5	-0,49	0,89	0,53	0,32
87 Maldivas	..	0,635	0,692	0,728	0,753	0,737	0,753	0,762	13	..	0,86	0,81	..
87 Peru	0,620	0,675	0,725	0,758	0,774	0,758	0,755	0,762	-2	0,85	0,72	0,42	0,65
89 Azerbaidão	..	0,635	0,733	0,751	0,762	0,722	0,738	0,760	1	..	1,45	0,30	..
89 Brasil	0,620	0,668	0,722	0,752	0,764	0,758	0,756	0,760	0	0,75	0,78	0,43	0,64
91 Colômbia	0,614	0,672	0,732	0,758	0,768	0,756	0,752	0,758	-6	0,91	0,86	0,29	0,66
92 Líbia	0,724	0,746	0,774	0,749	0,756	0,737	0,746	0,746	-1	0,30	0,37	-0,31	0,09
93 Argélia	0,593	0,652	0,721	0,736	0,742	0,730	0,740	0,745	5	0,95	1,01	0,27	0,72
94 Turquemenistão	0,699	0,725	0,732	0,731	0,740	0,744	7	0,52	..
95 Guiana	0,496	0,570	0,650	0,686	0,711	0,727	0,721	0,742	27	1,40	1,32	1,11	1,27
96 Mongólia	0,579	0,595	0,700	0,739	0,749	0,740	0,730	0,741	-2	0,27	1,64	0,48	0,77
97 Domínica	..	0,721	0,735	0,719	0,745	0,738	0,737	0,740	8	..	0,19	0,06	..
98 Tonga	0,640	0,679	0,709	0,723	0,740	0,742	0,738	0,739	5	0,59	0,43	0,35	0,45
99 Jordânia	0,622	0,681	0,727	0,738	0,744	0,740	0,736	0,736	-3	0,91	0,66	0,10	0,53
100 Ucrânia	0,731	0,698	0,766	0,764	0,774	0,762	0,755	0,734	-18	-0,46	0,93	-0,35	0,01
101 Tunísia	0,566	0,651	0,713	0,724	0,740	0,734	0,729	0,732	1	1,41	0,91	0,22	0,81
102 Ilhas Marshall	0,688	0,722	0,727	0,729	0,731	17
102 Paraguai	0,604	0,656	0,700	0,738	0,746	0,742	0,730	0,731	-6	0,83	0,65	0,36	0,60
104 Ilhas Fiji	0,630	0,669	0,699	0,716	0,730	0,722	0,715	0,729	2	0,60	0,44	0,35	0,46
105 Egito	0,567	0,629	0,667	0,695	0,724	0,729	0,726	0,728	11	1,04	0,59	0,73	0,78
106 Usbequistão	..	0,603	0,675	0,701	0,725	0,716	0,721	0,727	6	..	1,13	0,62	..
107 Vietname	0,492	0,599	0,676	0,697	0,717	0,726	0,718	0,726	7	1,99	1,22	0,60	1,22
108 Santa Lúcia	0,666	0,692	0,731	0,736	0,733	0,724	0,717	0,725	-10	0,38	0,55	-0,07	0,27
109 Líbano	0,749	0,756	0,760	0,742	0,725	0,723	-21	-0,29	..
110 África do Sul	0,635	0,633	0,675	0,721	0,741	0,722	0,721	0,717	-6	-0,03	0,64	0,50	0,38
111 Palestina (Estado da)	0,688	0,710	0,739	0,715	0,715	0,716	-2	0,33	..
112 Indonésia	0,526	0,597	0,667	0,698	0,718	0,712	0,707	0,713	1	1,27	1,11	0,56	0,96
113 Filipinas	0,598	0,635	0,673	0,696	0,714	0,705	0,692	0,710	2	0,60	0,58	0,45	0,54
114 Botsuana	0,587	0,581	0,652	0,688	0,703	0,701	0,680	0,708	5	-0,10	1,16	0,69	0,59
115 Jamaica	0,664	0,657	0,711	0,712	0,712	0,707	0,704	0,706	-7	-0,11	0,79	-0,06	0,19
116 Samoa	..	0,672	0,704	0,710	0,712	0,712	0,708	0,702	-7	..	0,47	-0,02	..
117 Quirguizistão	0,637	0,617	0,661	0,689	0,699	0,691	0,696	0,701	1	-0,32	0,69	0,49	0,30
118 Belize	0,609	0,657	0,720	0,714	0,718	0,705	0,698	0,700	-11	0,76	0,92	-0,23	0,44
Desenvolvimento humano médio													
119 Venezuela (República Bolivariana da)	0,657	0,699	0,759	0,766	0,720	0,691	0,690	0,699	-39	0,62	0,83	-0,68	0,19
120 Bolívia (Estado Plurinacional da)	0,546	0,625	0,661	0,688	0,715	0,691	0,691	0,698	-1	1,36	0,56	0,45	0,77

Continuação -

TABELA 2

CLASSIFICAÇÃO DO IDH	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)								Alterações na classificação do IDH	Crescimento médio anual do IDH			
	Valor									Crescimento médio anual do IDH (%)			
	1990	2000	2010	2015	2019	2020	2021	2022	2015-2022*	1990-2000	2000-2010	2010-2022	1990-2022
120 Marrocos	0,448	0,525	0,604	0,656	0,684	0,683	0,688	0,698	5	1,60	1,41	1,21	1,40
122 Nauru	0,559	0,642	0,680	0,689	0,693	0,696	9	1,84	..
123 Gabão	0,599	0,626	0,656	0,692	0,702	0,704	0,687	0,693	-6	0,44	0,47	0,46	0,46
124 Suriname	0,696	0,707	0,710	0,702	0,689	0,690	-13	-0,07	..
125 Butão	0,582	0,625	0,668	0,675	0,677	0,681	10	1,32	..
126 Tajiquistão	0,616	0,548	0,631	0,651	0,668	0,656	0,677	0,679	2	-1,16	1,42	0,61	0,30
127 El Salvador	0,519	0,609	0,657	0,663	0,676	0,666	0,669	0,674	-4	1,61	0,76	0,21	0,82
128 Iraque	0,497	0,583	0,629	0,656	0,678	0,661	0,667	0,673	-3	1,61	0,76	0,57	0,95
129 Bangladesh	0,399	0,491	0,558	0,604	0,646	0,657	0,662	0,670	12	2,10	1,29	1,54	1,63
130 Nicarágua	0,487	0,563	0,611	0,644	0,661	0,652	0,665	0,669	0	1,46	0,82	0,76	1,00
131 Cabo Verde	..	0,590	0,649	0,658	0,667	0,649	0,650	0,661	-7	..	0,96	0,15	..
132 Tuvalu	0,564	0,599	0,623	0,656	0,654	0,655	0,653	0,653	-7	0,60	0,39	0,39	0,46
133 Guiné Equatorial	..	0,511	0,609	0,648	0,653	0,650	0,647	0,650	-4	..	1,77	0,54	..
134 Índia	0,434	0,490	0,572	0,619	0,638	0,638	0,633	0,644	4	1,22	1,56	0,99	1,24
135 Micronésia (Estados Federados da)	..	0,637	0,644	0,642	0,640	0,636	0,634	0,634	-4	..	0,11	-0,13	..
136 Guatemala	0,490	0,551	0,613	0,629	0,645	0,638	0,630	0,629	-3	1,18	1,07	0,21	0,78
137 Quiribati	..	0,547	0,584	0,625	0,636	0,629	0,627	0,628	-2	..	0,66	0,61	..
138 Honduras	0,513	0,553	0,596	0,610	0,629	0,621	0,620	0,624	1	0,75	0,75	0,38	0,61
139 República Democrática Popular do Laos	0,408	0,473	0,557	0,604	0,617	0,616	0,615	0,620	2	1,49	1,65	0,90	1,32
140 Vanuatu	0,578	0,592	0,614	0,612	0,614	0,614	4	0,50	..
141 São Tomé e Príncipe	0,480	0,498	0,553	0,595	0,608	0,609	0,609	0,613	2	0,37	1,05	0,86	0,77
142 Essuatíni (Reino de)	0,546	0,465	0,498	0,577	0,623	0,622	0,612	0,610	5	-1,59	0,69	1,70	0,35
142 Namíbia	0,595	0,549	0,584	0,627	0,638	0,634	0,616	0,610	-8	-0,80	0,62	0,36	0,08
144 Mianmar	0,333	0,407	0,506	0,557	0,608	0,615	0,599	0,608	10	2,03	2,20	1,54	1,90
145 Gana	0,445	0,500	0,571	0,586	0,599	0,601	0,600	0,602	1	1,17	1,34	0,44	0,95
146 Quênia	0,480	0,487	0,545	0,575	0,604	0,599	0,596	0,601	2	0,14	1,13	0,82	0,71
146 Nepal	0,395	0,461	0,543	0,568	0,598	0,593	0,591	0,601	3	1,56	1,65	0,85	1,32
148 Camboja	0,379	0,431	0,542	0,564	0,596	0,596	0,596	0,600	2	1,29	2,32	0,85	1,45
149 Congo	0,541	0,509	0,581	0,610	0,596	0,598	0,598	0,593	-10	-0,61	1,33	0,17	0,29
150 Angola	..	0,380	0,516	0,591	0,597	0,594	0,590	0,591	-5	..	3,11	1,14	..
151 Camarões	0,440	0,426	0,515	0,562	0,586	0,585	0,581	0,587	1	-0,32	1,92	1,10	0,90
152 Comores	..	0,458	0,524	0,556	0,584	0,588	0,585	0,586	3	..	1,36	0,94	..
153 Zâmbia	0,417	0,418	0,528	0,563	0,574	0,569	0,565	0,569	-2	0,02	2,36	0,63	0,98
154 Papua-Nova Guiné	0,394	0,456	0,497	0,540	0,562	0,567	0,564	0,568	5	1,47	0,86	1,12	1,15
155 Timor-Leste	..	0,495	0,639	0,621	0,627	0,633	0,574	0,566	-18	..	2,59	-1,01	..
156 Ilhas Salomão	..	0,488	0,553	0,562	0,568	0,566	0,564	0,562	-4	..	1,26	0,13	..
157 República Árabe da Síria	0,563	0,587	0,661	0,552	0,564	0,561	0,558	0,557	-1	0,42	1,19	-1,42	-0,03
158 Haiti	0,441	0,485	0,449	0,549	0,559	0,557	0,551	0,552	-1	0,96	-0,77	1,74	0,70
159 Uganda	0,329	0,392	0,500	0,525	0,544	0,545	0,545	0,550	2	1,77	2,46	0,80	1,62
159 Zimbabué	0,479	0,426	0,481	0,544	0,560	0,554	0,549	0,550	-1	-1,17	1,22	1,12	0,43
Desenvolvimento humano baixo													
161 Nigéria	0,488	0,520	0,537	0,539	0,542	0,548	2	0,97	..
161 Ruanda	0,320	0,328	0,485	0,509	0,531	0,535	0,539	0,548	5	0,25	3,99	1,02	1,70
163 Togo	0,399	0,436	0,469	0,510	0,536	0,540	0,545	0,547	2	0,89	0,73	1,29	0,99
164 Mauritània	0,397	0,461	0,508	0,536	0,552	0,539	0,538	0,540	-4	1,51	0,98	0,51	0,97
164 Paquistão	0,394	0,434	0,496	0,525	0,537	0,536	0,537	0,540	-3	0,97	1,34	0,71	0,99
166 Costa do Marfim	0,425	0,454	0,470	0,501	0,529	0,530	0,530	0,534	4	0,66	0,35	1,07	0,72
167 Tanzânia (República Unida da)	0,366	0,396	0,493	0,507	0,533	0,535	0,529	0,532	2	0,79	2,22	0,64	1,18
168 Lesoto	0,479	0,456	0,470	0,508	0,528	0,530	0,522	0,521	0	-0,49	0,30	0,86	0,26
169 Senegal	0,371	0,388	0,470	0,501	0,514	0,514	0,512	0,517	1	0,45	1,94	0,80	1,04
170 Sudão	0,322	0,420	0,489	0,514	0,521	0,518	0,516	0,516	-6	2,69	1,53	0,45	1,48
171 Jibuti	..	0,330	0,422	0,473	0,508	0,512	0,512	0,515	4	..	2,49	1,67	..
172 Maláui	0,299	0,378	0,461	0,498	0,514	0,512	0,509	0,508	1	2,37	2,00	0,81	1,67
173 Benim	0,350	0,412	0,481	0,509	0,506	0,501	0,502	0,504	-7	1,64	1,56	0,39	1,15
174 Gâmbia	0,323	0,392	0,449	0,467	0,492	0,492	0,490	0,495	5	1,95	1,37	0,82	1,34
175 Eritreia	0,458	0,473	0,487	0,490	0,490	0,493	0	0,62	..
176 Etiópia	..	0,286	0,409	0,455	0,485	0,489	0,489	0,492	5	..	3,64	1,55	..
177 Libéria	..	0,434	0,460	0,472	0,485	0,483	0,484	0,487	0	..	0,58	0,48	..
177 Madagáscar	..	0,438	0,488	0,499	0,498	0,486	0,484	0,487	-5	..	1,09	-0,02	..
179 Guiné-Bissau	0,441	0,470	0,488	0,482	0,482	0,483	-1	0,76	..
180 Congo (República Democrática do)	0,377	0,376	0,424	0,457	0,476	0,477	0,475	0,481	0	-0,03	1,21	1,06	0,76
181 Guiné	0,270	0,345	0,415	0,449	0,470	0,471	0,467	0,471	2	2,48	1,86	1,06	1,75

Continuação -

TABELA 2

CLASSIFICAÇÃO DO IDH	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)								Alterações na classificação do IDH	Crescimento médio anual do IDH			
	Valor									Crescimento médio anual do IDH (%)			
	1990	2000	2010	2015	2019	2020	2021	2022	2015-2022 ^a	1990-2000	2000-2010	2010-2022	1990-2022
182 Afeganistão	0,284	0,340	0,449	0,479	0,492	0,488	0,473	0,462	-8	1,82	2,82	0,24	1,53
183 Moçambique	0,239	0,303	0,407	0,445	0,465	0,467	0,459	0,461	1	2,40	2,99	1,04	2,07
184 Serra Leoa	0,314	0,319	0,416	0,438	0,457	0,453	0,456	0,458	1	0,16	2,69	0,80	1,19
185 Burquina Fasso	..	0,296	0,372	0,413	0,446	0,446	0,445	0,438	2	..	2,31	1,37	..
186 Iémen	0,357	0,434	0,496	0,455	0,430	0,430	0,425	0,424	-5	1,97	1,34	-1,30	0,54
187 Burundi	0,285	0,298	0,404	0,420	0,423	0,419	0,419	0,420	-1	0,45	3,09	0,32	1,22
188 Mali	0,236	0,315	0,406	0,409	0,421	0,407	0,408	0,410	0	2,93	2,57	0,08	1,74
189 Chade	..	0,292	0,364	0,388	0,398	0,396	0,393	0,394	0	..	2,23	0,66	..
189 Níger	0,212	0,260	0,336	0,367	0,390	0,391	0,389	0,394	2	2,06	2,60	1,34	1,96
191 República Centro-Africana	0,333	0,319	0,357	0,367	0,391	0,389	0,387	0,387	0	-0,43	1,13	0,67	0,47
192 Sudão do Sul	0,406	0,381	0,391	0,386	0,381	0,381	-2	-0,53	..
193 Somália	0,380
Outros países ou territórios													
Coreia (República Popular Democrática da)
Mónaco
Agrupamentos por IDH													
Desenvolvimento humano muito elevado	0,785	0,828	0,870	0,889	0,901	0,895	0,896	0,902	-	0,53	0,50	0,30	0,44
Desenvolvimento humano elevado	0,560	0,626	0,703	0,736	0,760	0,759	0,760	0,764	-	1,12	1,17	0,70	0,98
Desenvolvimento humano médio	0,443	0,497	0,574	0,615	0,635	0,634	0,630	0,640	-	1,16	1,45	0,91	1,16
Desenvolvimento humano baixo	0,354 ^b	0,398	0,473	0,501	0,516	0,515	0,515	0,517	-	1,18	1,74	0,74	1,19
Países em vias de desenvolvimento	0,513	0,569	0,639	0,672	0,691	0,689	0,688	0,694	-	1,04	1,17	0,69	0,95
Regiões													
Estados Árabes	0,550	0,615	0,672	0,691	0,709	0,704	0,704	0,704	-	1,12	0,89	0,39	0,77
Ásia Oriental e Pacífico	0,507	0,594	0,689	0,728	0,757	0,760	0,761	0,766	-	1,60	1,49	0,89	1,30
Europa e Ásia Central	0,663	0,680	0,746	0,782	0,802	0,792	0,797	0,802	-	0,25	0,93	0,61	0,60
América Latina e Caraíbas	0,637	0,686	0,735	0,758	0,768	0,755	0,754	0,763	-	0,74	0,69	0,31	0,57
Ásia do Sul	0,444	0,500	0,574	0,616	0,635	0,635	0,631	0,641	-	1,19	1,39	0,92	1,15
África Subsariana	0,404 ^b	0,429	0,502	0,533	0,549	0,547	0,546	0,549	-	0,60	1,58	0,75	0,96
Países menos desenvolvidos	0,354	0,408	0,487	0,518	0,540	0,542	0,540	0,542	-	1,43	1,79	0,90	1,34
Pequenos Estados insulares em vias de desenvolvimento	0,605	0,650	0,694	0,721	0,731	0,727	0,722	0,730	-	0,72	0,66	0,42	0,59
Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico	0,796	0,842	0,878	0,894	0,905	0,897	0,899	0,906	-	0,56	0,42	0,26	0,41
Mundo	0,601	0,645	0,698	0,724	0,739	0,736	0,735	0,739	-	0,71	0,79	0,48	0,65

Notas

Para a comparabilidade do IDH entre anos e países, utilizar esta tabela ou os dados interpolados em <http://hdr.undp.org/en/data>, que apresenta tendências utilizando dados consistentes.

- a Um valor positivo indica uma melhoria na classificação.
b Valor apresentado com regras de agregação flexíveis. Para mais informações, consultar o *Guia do leitor*.

Definições

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH): Um índice composto que mede as realizações médias em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: uma vida longa e saudável, o conhecimento e um padrão de vida digno. Para saber mais sobre o cálculo do IDH, consultar a *Nota técnica 1* em http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2023_technical_notes.pdf.

Crescimento médio anual do IDH: Um crescimento anual atenuado do IDH num determinado período, calculado como a taxa de crescimento anual combinada.

Fontes de dados principais

Colunas 1-8: Cálculos do GRDH baseados em dados de Barro e Lee (2018), do FMI (2023), do DAESNU (2022, 2023), do Instituto de Estatística da UNESCO (2023), da Divisão de Estatística das Nações Unidas (2023) e do Banco Mundial (2023).

Coluna 9: Cálculos baseados nos dados das colunas 4 e 8.

Colunas 10-13: Cálculos baseados nos dados das colunas 1, 2, 3 e 8.

TABELA 3

Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade

CLASSIFICAÇÃO DO IDH	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	IDH Ajustado à Desigualdade (IDHAD)	Perda global (%)	Diferença da classificação do IDH*	Coeficiente da desigualdade humana	Desigualdade na esperança de vida (%)	Índice de esperança de vida ajustado à desigualdade	Desigualdade na educação ^a (%)	Índice de educação ajustado à desigualdade	Desigualdade no rendimento ^a (%)	Índice de rendimento ajustado à desigualdade	ODS 10.1			Coeficiente de Gini	
												Parcelas de rendimentos detidas pelos (%)				
												40 percentis mais pobres	10 percentis mais ricos	Ponto percentual mais rico		
												2010-2022 ^c	2010-2022 ^c	2021		
Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor			
Desenvolvimento humano muito elevado																
1	Suíça	0,967	0,891	7,9	-3	7,6	3,0	0,959	2,0	0,906	17,7	0,814	19,9	25,8	9,9	33,1
2	Noruega	0,966	0,903	6,5	0	6,3	2,4	0,951	2,3	0,914	14,3	0,847	22,9	22,4	8,9	27,7
3	Islândia	0,959	0,910	5,1	2	5,0	2,2	0,945	2,2	0,938	10,7	0,851	23,9	22,1	9,3	26,1
4	Hong Kong, China (RAE)	0,956	0,840	12,1	-17	11,7	2,2	0,968	8,7	0,829	24,1	0,738	17,9	..
5	Dinamarca	0,952	0,898	5,7	2	5,6	3,1	0,923	2,6	0,908	11,0	0,864	23,4	22,9	13,4	27,5
5	Suécia	0,952	0,878	7,8	-5	7,6	2,5	0,953	3,4	0,891	16,9	0,796	22,0	22,4	11,7	28,9
7	Alemanha	0,950	0,881	7,3	-2	7,1	3,3	0,907	3,8	0,921	14,3	0,817	20,9	25,2	13,3	31,7
7	Irlanda	0,950	0,886	6,7	2	6,6	2,8	0,938	2,9	0,862	14,0	0,860	22,3	23,8	12,2	29,2
9	Singapura	0,949	0,825	13,1	-17	12,5	2,3	0,964	9,4	0,785	25,9	0,741	10,3	..
10	Austrália	0,946	0,860	9,1	-4	8,8	3,3	0,946	4,7	0,880	18,5	0,763	19,5	26,6	9,9	34,3
10	Países Baixos	0,946	0,885	6,4	3	6,4	3,1	0,931	4,7	0,877	11,4	0,850	23,8	21,6	6,9	26,0
12	Bélgica	0,942	0,878	6,8	2	6,7	3,2	0,927	5,7	0,865	11,3	0,842	23,9	21,4	8,6	26,0
12	Finlândia	0,942	0,886	5,9	7	5,8	2,6	0,934	2,1	0,911	12,8	0,818	23,5	22,6	11,8	27,1
12	Listenstaine	0,942	4,5	0,950
15	Reino Unido	0,940	0,865	8,0	2	7,8	3,5	0,923	3,3	0,906	16,7	0,773	20,0	25,0	12,7	32,6
16	Nova Zelândia	0,939	0,856	8,8	-2	8,7	3,8	0,932	4,1	0,894	18,1	0,752	11,9	..
17	Emirados Árabes Unidos	0,937	0,859	8,3	1	8,2	4,4	0,871	9,8	0,815	10,4	0,894	23,0	20,0	15,3	26,0
18	Canadá	0,935	0,864	7,6	4	7,4	4,0	0,928	2,3	0,885	16,0	0,785	20,4	24,4	13,9	31,7
19	Coreia (República da)	0,929	0,841	9,5	-2	9,3	2,6	0,959	8,8	0,801	16,4	0,774	20,5	24,0	11,7	31,4
20	Luxemburgo	0,927	0,839	9,5	-3	9,2	3,2	0,932	8,1	0,759	16,4	0,836	19,4	25,0	12,1	33,4
20	Estados Unidos	0,927	0,823	11,2	-8	10,7	5,6	0,845	2,6	0,885	23,9	0,745	16,6	30,1	19,0	39,8
22	Áustria	0,926	0,859	7,2	6	7,0	2,9	0,932	2,6	0,842	15,6	0,808	21,4	23,1	10,7	29,8
22	Eslovénia	0,926	0,882	4,8	13	4,7	2,1	0,935	2,0	0,895	10,0	0,820	25,1	20,5	8,4	24,0
24	Japão	0,920	0,844	8,3	4	8,1	2,6	0,972	4,5	0,813	17,1	0,761	20,5	26,4	12,9	32,9
25	Israel	0,915	0,808	11,7	-7	11,1	3,1	0,933	6,3	0,811	24,0	0,698	16,1	27,6	16,0	38,6
25	Malta	0,915	0,837	8,5	1	8,3	4,2	0,939	5,2	0,804	15,5	0,778	21,0	25,1	10,7	31,4
27	Espanha	0,911	0,796	12,6	-12	12,3	2,6	0,957	15,0	0,721	19,2	0,732	18,1	25,0	11,4	34,9
28	França	0,910	0,820	9,9	-1	9,8	3,6	0,937	7,8	0,769	17,9	0,764	21,2	24,5	9,0	30,7
29	Chipre	0,907	0,827	8,8	3	8,7	2,5	0,928	8,7	0,791	14,8	0,771	21,3	26,3	8,9	31,7
30	Itália	0,906	0,802	11,5	-4	11,1	2,6	0,960	10,0	0,739	20,8	0,729	18,4	26,1	12,2	35,2
31	Estónia	0,899	0,835	7,1	6	6,9	3,2	0,881	1,9	0,877	15,7	0,754	21,1	23,5	16,3	30,7
32	Chéquia	0,895	0,848	5,3	13	5,1	3,1	0,867	1,2	0,874	11,1	0,804	24,2	22,5	10,6	26,2
33	Grécia	0,893	0,801	10,3	-3	10,2	3,5	0,900	10,3	0,789	16,8	0,722	19,2	25,2	10,0	33,6
34	Barém	0,888	4,4	0,871	8,8	0,749	24,3	..
35	Andorra	0,884	0,810	8,4	3	8,3	4,8	0,931	5,6	0,701	14,4	0,814
36	Polónia	0,881	0,797	9,5	-3	9,3	3,9	0,843	4,2	0,845	19,8	0,710	22,3	23,1	15,2	28,8
37	Letónia	0,879	0,802	8,8	2	8,3	4,2	0,824	1,8	0,888	19,0	0,706	18,6	27,5	8,6	35,7
37	Lituânia	0,879	0,795	9,6	-4	9,1	4,2	0,801	2,9	0,879	20,4	0,715	19,0	28,5	12,5	36,0
39	Croácia	0,878	0,817	6,9	8	6,9	3,3	0,882	3,9	0,810	13,5	0,763	21,3	22,3	9,3	29,5
40	Catar	0,875	4,0	0,909	11,2	0,627	22,4	..
40	Arábia Saudita	0,875	5,1	0,845	12,6	0,698	21,0	..
42	Portugal	0,874	0,774	11,4	-2	11,3	3,0	0,929	12,5	0,688	18,4	0,724	19,3	26,9	9,4	34,7
43	São Marino	0,867	2,5	0,951	5,6	0,657
44	Chile	0,860	0,704	18,1	-17	16,6	5,0	0,870	7,1	0,776	37,7	0,517	15,0	35,8	22,9	44,9
45	Eslováquia	0,855	0,808	5,5	9	5,5	4,7	0,811	1,8	0,827	10,0	0,785	24,9	18,8	7,2	23,2
45	Turquia	0,855	0,717	16,1	-13	15,6	6,0	0,846	11,9	0,700	28,9	0,622	15,5	31,6	18,8	41,9
47	Hungria	0,851	0,800	6,0	6	6,0	3,9	0,813	2,7	0,805	11,3	0,781	21,5	23,3	11,1	29,7
48	Argentina	0,849	0,747	12,0	0	11,7	7,3	0,800	5,3	0,825	22,6	0,631	15,0	30,8	15,1	42,0
49	Koweit	0,847	5,0	0,880	22,1	0,533	19,0	..
50	Montenegro	0,844	0,756	10,4	3	10,1	2,5	0,853	7,8	0,774	19,9	0,655	16,8	26,0	8,6	36,8
51	São Cristóvão e Neves	0,838	7,5	0,740
52	Uruguai	0,830	0,720	13,3	-7	12,8	5,9	0,839	7,3	0,726	25,1	0,611	15,9	30,8	13,4	40,8
53	Roménia	0,827	0,739	10,6	0	10,4	4,9	0,792	5,4	0,740	20,9	0,688	17,9	24,2	14,5	34,6
54	Antígua e Barbuda	0,826	4,8	0,867
55	Brunei Darussalā	0,823	0,727	11,7	-2	11,5	7,6	0,776	14,9	0,585	12,1	0,847	12,4	..
56	Federação Russa	0,821	0,747	9,0	5	8,7	5,5	0,729	2,0	0,831	18,7	0,688	19,1	29,0	23,8	36,0

Continuação -

TABELA 3

CLASSIFICAÇÃO DO IDH	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	IDH Ajustado à Desigualdade (IDHAD)	Perda global (%)	Diferença da classificação do IDH ^a	Coeficiente de desigualdade humana	Desigualdade na esperança de vida	Índice de esperança de vida ajustado à desigualdade	Desigualdade na educação ^a	Índice de educação ajustado à desigualdade	Desigualdade no rendimento ^a	Índice de rendimento ajustado à desigualdade	ODS 10.1			Coeficiente de Gini
												Parcelas de rendimentos detidas pelos			
												Ponto percentual mais rico			
												40 percentis mais pobres	10 percentis mais ricos	2021	
Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	2010-2022 ^a	2010-2022 ^a	2021	2010-2022 ^a	
57 Bahamas	0,820	0,663	19,1	-16	17,8	8,9	0,762	6,9	0,703	37,6	0,546	19,6	..
57 Panamá	0,820	0,647	21,1	-20	19,9	10,7	0,781	10,2	0,650	38,9	0,533	11,6	39,4	19,6	50,9
59 Omã	0,819	0,721	12,0	1	11,5	6,6	0,775	4,3	0,724	23,7	0,668	19,1	..
60 Geórgia	0,814	0,728	10,6	4	10,3	6,7	0,741	2,7	0,864	21,4	0,602	19,1	26,2	18,5	34,2
60 Trindade e Tobago	0,814	11,1	0,749	9,7	0,707	19,6	..
62 Barbados	0,809	0,617	23,7	-27	20,8	7,8	0,818	5,5	0,745	49,0	0,385
63 Malásia	0,807	0,692	14,3	-5	13,8	5,4	0,819	11,4	0,636	24,8	0,638	15,7	31,2	20,1	41,2
64 Costa Rica	0,806	0,656	18,6	-12	17,6	6,0	0,829	11,1	0,658	35,6	0,517	13,1	35,7	17,7	47,2
65 Sérvia	0,805	0,740	8,1	11	7,9	4,1	0,799	6,2	0,737	13,5	0,689	19,0	27,1	15,5	35,0
66 Tailândia	0,803	0,681	15,2	-4	14,9	7,1	0,853	16,0	0,611	21,7	0,607	19,1	27,3	23,0	35,1
67 Cazaquistão	0,802	0,734	8,5	11	8,3	7,0	0,708	3,2	0,800	14,7	0,698	23,3	23,4	10,6	27,8
67 Seicheles	0,802	0,715	10,8	4	10,8	9,1	0,723	6,7	0,709	16,6	0,712	19,6	23,9	20,6	32,1
69 Bielorrússia	0,801	0,750	6,4	18	6,2	3,3	0,792	2,8	0,774	12,7	0,688	24,8	20,7	8,7	24,4
Desenvolvimento humano elevado															
70 Bulgária	0,799	0,703	12,0	4	11,6	5,3	0,751	5,8	0,721	23,7	0,640	17,0	32,6	16,6	40,5
71 Palau	0,797	0,633	20,6	-11	18,9	12,6	0,610	3,1	0,885	40,9	0,470
72 Maurícia	0,796	0,625	21,5	-15	21,0	10,0	0,748	21,7	0,579	31,4	0,564	18,8	29,9	15,9	36,8
73 Granada	0,793	9,2	0,773
74 Albânia	0,789	0,687	12,9	4	12,8	6,4	0,819	12,3	0,649	19,7	0,610	21,6	22,8	9,2	29,4
75 China	0,788	0,662	16,0	-1	15,3	5,4	0,853	10,3	0,622	30,3	0,547	18,2	29,4	15,7	37,1
76 Arménia	0,786	0,721	8,3	16	8,1	6,3	0,769	2,9	0,755	15,1	0,646	23,2	23,6	19,0	27,9
77 México	0,781	0,641	17,9	-4	17,5	9,2	0,766	15,0	0,604	28,4	0,568	14,3	35,5	26,8	45,4
78 Irão (República Islâmica do)	0,780	0,584	25,1	-24	24,3	8,3	0,770	37,1	0,472	27,5	0,547	16,3	31,7	18,1	40,9
78 Sri Lanca	0,780	0,630	19,2	-7	18,0	5,3	0,825	12,0	0,663	36,6	0,458	18,5	30,8	14,8	37,7
80 Bósnia-Herzegovina	0,779	0,667	14,4	6	13,8	4,0	0,817	10,9	0,641	26,5	0,567	19,8	25,1	9,4	33,0
81 São Vicente e Granadinas	0,772	9,5	0,682	6,1	0,768
82 República Dominicana	0,766	0,627	18,1	-6	18,1	16,6	0,695	14,6	0,582	22,9	0,609	17,5	30,2	28,6	38,5
83 Equador	0,765	0,630	17,6	-3	17,1	8,9	0,812	11,8	0,628	30,6	0,490	13,8	34,3	16,9	45,5
83 Macedónia do Norte	0,765	0,679	11,2	10	11,1	4,4	0,793	8,4	0,643	20,5	0,613	18,1	22,9	7,7	33,5
85 Cuba	0,764	4,5	0,854	9,1	0,685	15,1	..
86 Moldávia (República da)	0,763	0,698	8,5	16	8,4	9,0	0,681	2,7	0,787	13,6	0,635	24,3	22,1	11,3	25,7
87 Maldivas	0,762	0,597	21,7	-11	20,9	4,8	0,891	29,3	0,422	28,6	0,565	22,1	23,3	35,6	29,3
87 Peru	0,762	0,607	20,3	-7	19,8	8,5	0,752	20,4	0,593	30,6	0,501	16,3	30,6	28,1	40,2
89 Azerbaijão	0,760	0,707	7,0	22	6,9	11,4	0,729	3,6	0,680	5,7	0,714	15,9	..
89 Brasil	0,760	0,577	24,1	-18	22,4	9,6	0,743	13,9	0,610	43,7	0,424	10,8	41,5	22,2	52,9
91 Colômbia	0,758	0,568	25,1	-18	23,5	9,3	0,749	17,2	0,577	44,0	0,424	11,5	40,2	17,8	51,5
92 Líbia	0,746	7,8	0,739	13,5	..
93 Argélia	0,745	0,588	21,1	-8	20,5	11,4	0,778	33,3	0,442	16,8	0,590	23,1	22,9	9,9	27,6
94 Turquemenistão	0,744	19,2	0,614	2,9	0,717	18,4	..
95 Guiana	0,742	16,2	0,593	10,4	0,582	19,6	..
96 Mongólia	0,741	0,645	13,0	11	12,9	7,5	0,749	11,9	0,632	19,2	0,566	20,2	25,7	14,8	32,7
97 Dominica	0,740	8,9	0,742
97 Tonga	0,739	0,654	11,5	14	11,2	8,4	0,722	4,3	0,780	20,7	0,497	20,0	26,8	..	33,5
99 Jordânia	0,736	0,615	16,4	2	16,3	9,3	0,757	15,4	0,591	24,1	0,520	20,3	27,5	17,1	33,7
100 Ucrânia	0,734	0,676	7,9	21	7,9	6,8	0,697	3,6	0,714	13,3	0,621	24,3	21,8	13,6	25,6
101 Tunísia	0,732	0,574	21,6	-11	21,1	9,8	0,753	30,7	0,465	22,9	0,540	20,1	25,6	10,9	32,8
102 Ilhas Marshall	0,731	0,620	15,2	7	14,9	17,6	0,573	4,8	0,840	22,5	0,495	18,9	27,5	..	35,5
102 Paraguai	0,731	0,582	20,4	-8	19,6	11,9	0,684	12,4	0,597	34,6	0,482	14,5	35,4	19,6	45,1
104 Ilhas Fiji	0,729	0,632	13,3	14	13,2	12,5	0,650	8,6	0,667	18,5	0,581	21,3	24,2	..	30,7
105 Egito	0,728	0,561	22,9	-9	22,1	10,7	0,689	36,9	0,433	18,7	0,592	21,8	27,5	18,1	31,9
106 Usbequistão	0,727	9,0	0,723	1,8	0,717	17,4	..
107 Vietname	0,726	0,607	16,4	8	16,3	12,6	0,734	15,3	0,546	21,1	0,559	18,1	28,5	16,4	36,8
108 Santa Lúcia	0,725	0,539	25,7	-11	24,6	9,3	0,716	25,2	0,478	39,2	0,459	11,0	38,6	..	51,2
109 Líbano	0,723	5,8	0,789	20,2	0,580	20,6	24,8	20,5	31,8
110 África do Sul	0,717	0,462	35,6	-23	32,2	19,5	0,514	17,3	0,648	59,9	0,295	7,2	50,5	19,3	63,0
111 Palestina (Estado da)	0,716	0,587	18,0	3	17,3	10,3	0,738	10,2	0,626	31,4	0,439	19,2	25,2	17,4	33,7
112 Indonésia	0,713	0,588	17,5	6	17,3	12,8	0,648	15,5	0,569	23,6	0,553	18,3	30,7	14,8	37,9

Continuação -

TABELA 3

CLASSIFICAÇÃO DO IDH	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	IDH Ajustado à Desigualdade (IDHAD)	Desigualdade	Perda global (%)	Diferença da classificação do IDH*	Coeficiente da desigualdade humana	Desigualdade na esperança de vida	Índice de esperança de vida ajustado à desigualdade	Desigualdade na educação ^a	Índice de educação ajustado à desigualdade	Desigualdade no rendimento ^a	Índice de rendimento ajustado à desigualdade	ODS 10.1			Coeficiente de Gini
													Parcelas de rendimentos detidas pelos			
													Ponto percentual mais rico			
													40 percentis mais pobres	10 percentis mais ricos	2021	
Valor	Valor	Valor	(%)	Valor	(%)	Valor	(%)	Valor	(%)	Valor	(%)	2010-2022 ^c	2010-2022 ^c	2010-2022 ^c		
113	Filipinas	0,710	0,590	16,9	8	16,7	14,5	0,687	12,0	0,575	23,6	0,520	16,9	32,5	19,6	40,7
114	Botsuana	0,708	0,488	31,1	-12	30,1	21,6	0,554	23,3	0,510	45,5	0,412	10,9	41,5	22,7	53,3
115	Jamaica	0,706	0,584	17,3	5	16,3	8,8	0,710	6,3	0,613	33,7	0,458	19,6	..
116	Samoa	0,702	0,602	14,2	14	13,9	11,0	0,720	7,0	0,673	23,7	0,450	17,9	31,3	..	38,7
117	Quirguizistão	0,701	0,634	9,6	27	9,4	9,4	0,703	3,4	0,734	15,3	0,495	22,5	24,0	15,6	29,0
118	Belize	0,700	9,1	0,713	14,8	0,545	19,6	..
Desenvolvimento humano médio																
119	Venezuela (República Bolivariana da)	0,699	0,600	14,2	15	14,0	12,0	0,692	8,7	0,636	21,1	0,491	19,0	..
120	Bolívia (Estado Plurinacional da)	0,698	0,560	19,8	2	19,7	17,2	0,573	15,0	0,633	26,9	0,484	15,7	30,3	19,6	40,9
120	Marrocos	0,698	0,508	27,2	-5	26,1	10,5	0,757	41,9	0,353	25,9	0,490	17,4	31,9	15,1	39,5
122	Nauru	0,696	13,4	0,586	18,5	0,617	20,5	25,4	..	32,4
123	Gabão	0,693	0,526	24,1	-1	24,0	19,8	0,564	20,6	0,527	31,4	0,489	16,8	27,7	11,0	38,0
124	Suriname	0,690	11,5	0,685	18,4	0,477	19,6	..
125	Butão	0,681	0,465	31,7	-10	30,3	14,0	0,691	48,2	0,289	28,6	0,503	22,3	22,7	18,1	28,5
126	Taiquistão	0,679	0,585	13,8	14	13,7	15,0	0,670	6,0	0,637	19,9	0,468	19,4	26,4	12,1	34,0
127	El Salvador	0,674	0,548	18,7	6	18,4	9,2	0,719	22,6	0,440	23,3	0,520	16,6	28,7	13,7	38,8
128	Iraque	0,673	0,519	22,9	2	22,6	12,6	0,690	29,7	0,398	25,5	0,508	21,9	23,7	20,1	29,5
129	Bangladeche	0,670	0,470	29,9	-4	29,1	14,1	0,709	37,3	0,362	35,9	0,404	21,2	26,0	11,6	31,8
130	Nicarágua	0,669	0,507	24,2	2	23,6	9,6	0,759	25,8	0,439	35,3	0,390	14,3	37,2	19,6	46,2
131	Cabo Verde	0,661	0,471	28,7	-1	27,2	8,8	0,768	27,4	0,380	45,4	0,357	15,4	32,3	13,9	42,4
132	Tuvalu	0,653	0,545	16,5	10	16,2	14,2	0,592	9,2	0,628	25,1	0,437	17,4	30,8	..	39,1
133	Guiné Equatorial	0,650	29,1	0,450	17,4	..
134	Índia	0,644	0,444	31,1	-6	30,5	17,3	0,607	36,9	0,359	37,4	0,401	20,0	27,8	21,7	34,2
135	Micronésia (Estados Federados da)	0,634	13,4	0,679	25,8	0,405	16,2	29,7	..	40,1
136	Guatemala	0,629	0,453	28,0	-4	27,4	14,3	0,642	35,0	0,317	32,8	0,457	13,1	38,1	19,6	48,3
137	Quiribati	0,628	0,528	15,9	11	15,8	22,3	0,570	9,6	0,571	15,5	0,451	23,0	22,9	..	27,8
138	Honduras	0,624	0,480	23,1	6	22,3	9,7	0,705	21,6	0,408	35,6	0,386	11,6	34,6	19,6	48,2
139	República Democrática Popular do Laos	0,620	0,466	24,8	3	24,7	19,4	0,608	31,3	0,331	23,6	0,502	17,8	31,2	17,1	38,8
140	Vanuatu	0,614	13,4	0,673	19,1	0,425	19,9	24,7	..	32,3
141	São Tomé e Príncipe	0,613	0,459	25,1	1	23,9	10,7	0,670	18,7	0,446	42,4	0,322	16,8	32,9	9,0	40,7
142	Essuatíni (Reino de)	0,610	0,372	39,0	-11	36,3	24,4	0,423	24,1	0,460	60,5	0,264	10,5	42,7	19,3	54,6
142	Namíbia	0,610	0,399	34,6	-6	32,9	20,8	0,464	25,0	0,426	53,0	0,321	8,6	47,3	21,6	59,1
144	Mianmar	0,608	0,475	21,9	10	21,7	20,8	0,576	26,9	0,404	17,6	0,461	21,9	25,5	26,5	30,7
145	Gana	0,602	0,378	37,2	-5	36,2	22,5	0,524	35,1	0,348	51,0	0,295	14,3	32,2	15,2	43,5
146	Quênia	0,601	0,438	27,1	3	26,5	20,1	0,517	19,7	0,460	39,6	0,353	18,2	31,8	15,2	38,7
146	Nepal	0,601	0,424	29,5	1	28,7	14,3	0,665	39,8	0,301	31,9	0,380	20,4	26,4	9,7	32,8
148	Camboja	0,600	0,438	27,0	5	26,4	15,3	0,650	28,1	0,355	35,8	0,364	26,8	..
149	Congo	0,593	0,385	35,1	0	33,1	23,3	0,508	20,9	0,490	55,1	0,228	12,4	37,9	20,5	48,9
150	Angola	0,591	0,344	41,8	-12	40,2	28,3	0,462	34,2	0,351	58,1	0,252	11,5	39,6	26,0	51,3
151	Camarões	0,587	0,362	38,3	-6	37,3	27,4	0,457	31,7	0,403	52,9	0,257	13,0	35,0	15,9	46,6
152	Comores	0,586	0,334	43,0	-14	41,9	25,6	0,500	47,6	0,298	52,4	0,250	13,6	33,7	14,2	45,3
153	Zâmbia	0,569	0,344	39,5	-9	36,0	24,1	0,488	20,4	0,437	63,4	0,191	9,4	43,5	23,2	55,9
154	Papua-Nova Guiné	0,568	0,407	28,3	8	28,0	21,0	0,558	35,7	0,305	27,2	0,398	15,1 ^f	31,0 ^f	18,1	41,9 ^f
155	Timor-Leste	0,566	0,407	28,1	9	26,7	19,3	0,609	44,9	0,313	16,1	0,354	22,8	24,0	17,6	28,7
156	Ilhas Salomão	0,562	12,0	0,687	22,5	0,365	18,4	29,2	..	37,1
157	República Árabe da Síria	0,557	12,7	0,703	20,7	..
158	Haiti	0,552	0,335	39,3	-9	38,3	25,5	0,501	37,3	0,311	52,1	0,241	15,8	31,2	19,6	41,1
159	Uganda	0,550	0,377	31,5	6	30,7	20,4	0,534	27,9	0,380	43,6	0,265	16,1	34,5	19,3	42,7
159	Zimbabué	0,550	0,370	32,7	2	30,6	24,4	0,458	14,6	0,512	52,9	0,216	15,1	34,8	21,1	50,3
Desenvolvimento humano baixo																
161	Nigéria	0,548	0,369	32,7	3	32,1	39,7	0,312	37,8	0,339	18,6	0,475	18,7	26,7	11,6	35,1
161	Ruanda	0,548	0,377	31,2	8	30,3	19,3	0,585	27,4	0,348	44,3	0,264	15,8	35,6	19,9	43,7
163	Togo	0,547	0,345	36,9	0	36,5	27,7	0,462	37,7	0,340	44,1	0,262	15,6	33,0	14,8	42,5
164	Mauritânia	0,540	0,351	35,0	2	34,7	25,1	0,515	44,0	0,214	35,0	0,391	19,9	24,9	10,8	32,6
164	Paquistão	0,540	0,360	33,3	4	32,8	26,8	0,523	43,5	0,207	28,2	0,432	22,7	25,5	15,7	29,6
166	Costa do Marfim	0,534	0,318	40,4	-8	40,0	30,4	0,417	46,1	0,227	43,4	0,340	18,0	29,0	21,0	37,2

Continuação -

TABELA 3

																ODS 10.1		
CLASSIFICAÇÃO DO IDH	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	IDH Ajustado à Desigualdade (IDHAD)				Coeficiente da desigualdade humana	Desigualdade na esperança de vida	Índice de esperança de vida ajustado à desigualdade	Desigualdade na educação ^a	Índice de educação ajustado à desigualdade	Desigualdade no rendimento ^b	Índice de rendimento ajustado à desigualdade	Parcelas de rendimentos detidas pelos			Coeficiente de Gini		
		Valor	Valor	Perda global (%)	Diferença da classificação do IDH ^c								Ponto percentual mais rico					
													2022	2022 ^e	2022 ^d		2022	2022 ^e
167 Tanzânia (República Unida da)	0,532	0,372	30,1	12	29,5	20,6	0,572	27,0	0,312	41,1	0,289	17,4	33,1	18,2	40,5			
168 Lesoto	0,521	0,332	36,3	-2	34,8	33,6	0,338	19,6	0,450	51,4	0,242	13,5	32,9	14,5	44,9			
169 Senegal	0,517	0,334	35,4	1	34,3	16,3	0,617	47,1	0,185	39,3	0,325	17,9	30,8	14,3	38,3			
170 Sudão	0,516	0,331	35,9	-1	35,4	24,4	0,530	42,5	0,210	39,3	0,326	19,9	27,8	15,4	34,2			
171 Jibuti	0,515	0,341	33,8	5	33,1	24,7	0,496	45,8	0,191	28,7	0,419	15,8	32,3	15,9	41,6			
172 Maláui	0,508	0,359	29,3	11	29,0	19,7	0,530	28,0	0,356	39,3	0,244	17,9	31,0	15,0	38,5			
173 Benim	0,504	0,309	38,7	-6	38,5	32,4	0,415	43,7	0,220	39,3	0,324	18,0	30,0	14,0	37,9			
174 Gâmbia	0,495	0,311	37,2	-2	36,4	22,0	0,515	47,0	0,212	40,1	0,275	17,5	30,6	13,6	38,8			
175 Eritreia	0,493	20,1	0,573	13,8	..			
176 Etiópia	0,492	0,324	34,1	2	33,7	21,9	0,548	42,8	0,204	36,5	0,304	19,4	28,5	13,8	35,0			
177 Libéria	0,487	0,310	36,3	-1	36,2	30,0	0,443	42,1	0,271	36,4	0,249	18,8	27,1	12,2	35,3			
177 Madagascar	0,487	0,328	32,6	4	31,8	22,3	0,541	28,3	0,293	44,9	0,223	15,7	33,5	15,2	42,6			
179 Guiné-Bissau	0,483	0,310	35,8	1	35,5	29,2	0,434	42,1	0,240	35,3	0,287	19,4	27,6	12,0	34,8			
180 Congo (República Democrática do)	0,481	0,315	34,5	4	34,1	30,8	0,423	26,8	0,371	44,8	0,198	15,5	32,0	14,6	42,1			
181 Guiné	0,471	0,285	39,5	-1	38,9	34,9	0,390	50,1	0,181	31,6	0,328	21,6	23,1	8,6	29,6			
182 Afeganistão	0,462	0,300	35,1	1	34,2	24,6	0,498	48,8	0,195	29,2	0,277	16,2	..			
183 Moçambique	0,461	0,270	41,4	-4	40,4	28,6	0,435	38,3	0,263	54,4	0,172	12,7	41,2	31,1	50,5			
184 Serra Leoa	0,458	0,277	39,5	0	39,3	34,5	0,407	47,5	0,193	35,9	0,269	19,6	29,4	15,0	35,7			
185 Burquina Fasso	0,438	0,261	40,4	-4	40,0	30,5	0,425	46,1	0,163	43,4	0,258	16,1	35,3	15,6	43,0			
186 Iémen	0,424	0,285	32,8	4	32,1	26,7	0,493	46,4	0,168	23,2	0,279	18,8	29,4	24,2	36,7			
187 Burundi	0,420	0,273	35,0	1	34,7	25,1	0,484	39,5	0,234	39,5	0,179	17,9	31,0	14,7	38,6			
188 Mali	0,410	0,277	32,4	4	32,0	32,0	0,412	41,0	0,147	23,0	0,351	18,7	28,1	11,8	36,0			
189 Chade	0,394	0,238	39,6	-1	39,6	37,7	0,316	42,9	0,173	38,2	0,245	18,2	29,7	13,8	37,5			
189 Níger	0,394	0,262	33,5	1	33,4	27,8	0,468	35,0	0,159	37,4	0,241	19,0	31,1	16,6	37,3			
191 República Centro-Africana	0,387	0,237	38,8	0	38,6	35,0	0,345	35,2	0,217	45,5	0,178	15,3	33,1	31,0	43,0			
192 Sudão do Sul	0,381	0,222	41,7	0	41,4	35,9	0,351	39,6	0,210	48,9	0,149	12,5 ¹	33,2 ¹	15,5	44,1			
193 Somália	0,380	36,8	0,351	47,4	0,188	12,4	..			
Outros países ou territórios																		
.. Coreia (República Popular Democrática da)	11,3	0,731	11,9	..			
.. Mónaco	3,5	0,965			
Agrupamentos por IDH																		
Desenvolvimento humano muito elevado	0,902	0,807	10,5	-	10,2	4,5	0,871	5,9	0,819	20,2	0,737	18,9	27,3	16,0	-			
Desenvolvimento humano elevado	0,764	0,628	17,8	-	17,3	8,3	0,779	14,0	0,594	29,6	0,536	17,3	31,3	17,1	-			
Desenvolvimento humano médio	0,640	0,447	30,2	-	29,7	17,4	0,609	34,6	0,370	37,1	0,396	19,3	28,7	20,2	-			
Desenvolvimento humano baixo	0,517	0,341	34,0	-	33,8	28,9	0,455	39,2	0,251	33,4	0,348	18,8	29,1	15,4	-			
Países em vias de desenvolvimento	0,694	0,524	24,5	-	24,2	14,9	0,662	25,0	0,452	32,5	0,480	18,2	29,9	17,9	-			
Regiões																		
Estados Árabes	0,704	0,534	24,1	-	23,7	13,8	0,681	32,9	0,395	24,5	0,566	20,8	26,8	17,3	-			
Ásia Oriental e Pacífico	0,766	0,640	16,4	-	16,0	7,9	0,797	12,3	0,593	27,9	0,554	18,2	29,6	16,5	-			
Europa e Ásia Central	0,802	0,708	11,7	-	11,5	7,5	0,762	6,5	0,733	20,4	0,636	19,6	26,9	15,7	-			
América Latina e Caraíbas	0,763	0,605	20,7	-	20,0	9,8	0,746	14,7	0,605	35,3	0,490	13,0	37,1	21,8	-			
Ásia do Sul	0,641	0,443	30,9	-	30,3	17,7	0,613	37,7	0,343	35,5	0,414	20,3	27,6	19,6	-			
África Subsariana	0,549	0,363	33,9	-	33,6	27,9	0,451	33,6	0,322	39,4	0,330	16,4	32,4	16,0	-			
Países menos desenvolvidos	0,542	0,363	33,0	-	32,7	23,4	0,529	36,2	0,286	38,6	0,316	18,0	30,5	16,6	-			
Pequenos Estados insulares em vias de desenvolvimento	0,730	0,558	23,6	-	23,2	14,9	0,675	22,0	0,497	32,7	0,518	18,9	-			
Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico	0,906	0,803	11,4	-	11,1	4,7	0,881	6,7	0,809	21,8	0,725	18,2	28,3	15,9	-			
Mundo	0,739	0,576	22,1	-	21,7	13,1	0,695	21,7	0,508	30,3	0,542	18,4	29,4	17,5	-			

Notas	Definições	Fontes de dados principais
a	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH): Um índice composto que mede as realizações médias em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: uma vida longa e saudável, o conhecimento e um padrão de vida digno. Para saber mais sobre o cálculo do IDH, consultar a <i>Nota técnica 1</i> em http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2023_technical_notes.pdf .	Coluna 1: Cálculos do GRDH baseados em dados de Barro e Lee (2018), do FMI (2023), do DAESNU (2022, 2023), do Instituto de Estatística da UNESCO (2023), da Divisão de Estatística das Nações Unidas (2023) e do Banco Mundial (2023).
b	IDH Ajustado à Desigualdade (IDHAD): O valor do IDH ajustado à desigualdade nas três dimensões básicas do desenvolvimento humano. Para saber mais sobre o cálculo do IDH, consultar a <i>Nota técnica 2</i> em http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2023_technical_notes.pdf .	Coluna 2: Calculado como a média geométrica dos valores do índice de esperança de vida ajustado à desigualdade, do índice de educação ajustado à desigualdade e do índice de rendimento ajustado à desigualdade, utilizando a metodologia descrita na <i>Nota técnica 2</i> (disponível em http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2023_technical_notes.pdf).
c	Perda global: Diferença percentual entre o valor do IDHAD e o valor do IDH.	Coluna 3: Cálculos baseados nos dados das colunas 1 e 2.
d	Diferença da classificação do IDH: Diferença das classificações do IDHAD e do IDH, calculada apenas para países para os quais é calculado um valor de IDHAD.	Coluna 4: Cálculos baseados nos valores de IDHAD e nas classificações de IDH recalculadas dos países para os quais é calculado um valor de IDHAD.
e	Coefficiente da desigualdade humana: Desigualdade média nas três dimensões básicas do desenvolvimento humano.	Coluna 5: Calculado como a média aritmética dos valores do índice de esperança de vida ajustado à desigualdade, do índice de educação ajustado à desigualdade e do índice de rendimento ajustado à desigualdade, utilizando a metodologia descrita na <i>Nota Técnica 2</i> (disponível em http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2023_technical_notes.pdf).
f	Desigualdade na esperança de vida: Desigualdade na distribuição da esperança de vida prevista com base nos dados das tabelas de esperança de vida estimadas utilizando o índice de desigualdade de Atkinson.	Coluna 6: Calculado com base nas tabelas de esperança de vida completas do DAESNU (2022).
	Índice de esperança de vida ajustado à desigualdade: Valor do índice de esperança de vida do IDH ajustado pela desigualdade na distribuição da duração de vida esperada com base nos dados das tabelas de esperança de vida listadas em Fontes de dados principais.	Coluna 7: Calculado com base na desigualdade na esperança de vida e no índice de esperança de vida do IDH.
	Desigualdade na educação: Desigualdade na distribuição dos anos de escolaridade com base em dados de inquéritos às famílias estimados utilizando o índice de desigualdade de Atkinson.	Coluna 8: Calculado com base nos dados do CEDLAS e do Banco Mundial (2023), Estatística da União Europeia sobre Rendimento e Condições de Vida do Eurostat (2023), Inquéritos Demográficos e de Saúde do ICF Macro (vários anos), LIS (2023), dos Inquéritos de Grupo para Indicadores Múltiplos do Fundo das Nações Unidas para a Infância (vários anos) e do Instituto de Estatística da UNESCO (2023), utilizando a metodologia descrita na <i>Nota técnica 2</i> (disponível em http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2023_technical_notes.pdf).
	Índice de educação ajustado à desigualdade: Valor do índice de educação do IDH ajustado pela desigualdade na distribuição dos anos de escolaridade com base em dados de inquéritos às famílias listados em Fontes de dados principais.	Coluna 9: Calculado com base na desigualdade na educação e no índice de educação do IDH.
	Desigualdade no rendimento: Desigualdade na distribuição do rendimento com base em dados de inquéritos às famílias estimados utilizando o índice de desigualdade de Atkinson.	Coluna 10: UNU-WIDER 2023.
	Índice de rendimento ajustado à desigualdade: Valor do índice de rendimento do IDH ajustado pela desigualdade na distribuição do rendimento com base em dados de inquéritos às famílias enumerados em Fontes de dados principais.	Coluna 11: Calculado com base na desigualdade no rendimento e no índice do rendimento do IDH.
	Parcelas de rendimentos: Percentagem do rendimento (ou do consumo) atribuída aos subgrupos da população indicados.	Colunas 12, 13 e 15: Banco Mundial 2023.
	Parcela de rendimentos detida pelo ponto percentual mais rico: Percentagem do rendimento nacional antes da dedução de impostos detida pelo 1% mais rico da população. O rendimento nacional antes da dedução de impostos é a soma de todos os fluxos de rendimentos pessoais antes da dedução de impostos que revertem para os proprietários dos fatores de produção, trabalho e capital antes de se ter em conta o sistema fiscal/de transferência e depois de se ter em conta o sistema de pensões.	Coluna 14: World Inequality Database 2022.
	Coefficiente de Gini: Indicador do desvio na distribuição do rendimento entre os indivíduos e as famílias num país face a uma distribuição totalmente equitativa. Um valor de 0 representa a igualdade absoluta e um valor de 100 a desigualdade absoluta.	

TABELA 4

Índice de Desenvolvimento Humano por Gênero

CLASSIFICAÇÃO DO IDH	Índice de Desenvolvimento Humano por Gênero		Índice de Desenvolvimento Humano		ODS 3 Esperança de vida à nascença		ODS 4.3 Anos de escolaridade previstos		ODS 4.4 Média de anos de escolaridade		ODS 8.5 Rendimento nacional bruto estimado per capita ^a		
	Valor	Grupo ^b	Valor		(anos)		(anos)		(anos)		(2017 PPC \$)		
			Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	
	2022	2022	2022	2022	2022	2022	2022 ^c	2022 ^c	2022 ^c	2022 ^c	2022	2022	
Desenvolvimento humano muito elevado													
1	Suíça	0,971	2	0,949	0,977	85,9	82,5	16,7	16,5	13,5 ^d	14,3 ^d	56.928	82.109 ^e
2	Noruega	0,986	1	0,957	0,970	85,1	81,7	19,5 ^f	17,8	13,2 ^d	12,9 ^d	61.067	77.164 ^e
3	Islândia	0,975	1	0,946	0,969	84,3	81,4	20,5 ^f	17,8	13,9	13,7	45.506	63.420
4	Hong Kong, China (RAE)	0,972	2	0,943	0,970	86,9	81,8	17,9	17,8	12,0	12,8	51.563	75.270 ^e
5	Dinamarca	0,981	1	0,942	0,960	83,8	80,0	19,4 ^f	18,2 ^g	13,2	12,8	51.753	72.387
5	Suécia	0,983	1	0,941	0,957	85,1	81,9	20,7 ^f	17,5	12,8 ^d	12,5 ^d	47.828	66.019
7	Alemanha	0,966	2	0,932	0,964	83,5	78,5	17,4	17,3	14,0	14,5	41.022	70.040
7	Irlanda	0,991	1	0,943	0,951	84,4	81,0	19,5 ^f	18,8 ^g	11,9 ^d	11,4 ^d	66.876	108.424 ^e
9	Singapura	0,991	1	0,945	0,954	86,3	82,0	17,0	16,8	11,6	12,3	76.611 ^h	99.844 ^e
10	Austrália	0,978	1	0,935	0,956	85,5	81,7	22,0 ^f	20,2 ^g	12,8	12,6	41.131	57.496
10	Países Baixos	0,960	2	0,925	0,964	83,9	80,9	18,9 ^f	18,2 ^g	12,4	12,8	44.139	70.575
10	Bélgica	0,975	1	0,929	0,952	84,4	80,2	19,9 ^f	18,0	12,5 ^d	12,6 ^d	43.720	63.804
12	Finlândia	0,989	1	0,937	0,947	84,9	79,8	20,3 ^f	18,3 ^g	13,1 ^d	12,7 ^d	42.302	56.914
12	Listenstaine	0,949	3	0,924	0,974	86,1	83,0 ⁱ	14,5	16,4	12,1 ^j	14,0 ^j	114.829 ^h	179.045 ^e
15	Reino Unido	0,976	1	0,926	0,949	83,8	80,4	18,2 ^f	17,1	13,4	13,4	35.910	57.591
16	Nova Zelândia	0,970	2	0,924	0,953	84,7	81,3	20,2 ^f	19,2 ^g	12,9	13,0	34.940	52.542
17	Emirados Árabes Unidos	0,986	1	0,923	0,936	81,4	77,7	19,8 ^f	16,4	12,6	12,9	51.510	84.088 ^e
18	Canadá	0,988	1	0,929	0,940	84,8	80,9	16,5	15,4	14,0 ^d	13,8 ^d	39.765	57.230
19	Coreia (República da)	0,948	3	0,900	0,950	87,1	80,7	16,1	16,8	12,0 ^d	13,3 ^d	31.063	61.037
20	Luxemburgo	0,993	1	0,920	0,927	84,8	80,4	14,3	14,1	12,9 ^k	13,0 ^k	66.697	90.256 ^e
20	Estados Unidos	1,005	1	0,928	0,923	81,0	75,5	17,3	15,6	13,7	13,5	53.469	77.898 ^e
22	Áustria	0,972	2	0,912	0,938	84,6	80,2	16,8	15,9	12,0 ^d	12,6 ^d	41.899	71.616
22	Eslovênia	0,999	1	0,924	0,925	84,6	79,6	18,3 ^f	16,6	12,9 ^d	12,8 ^d	35.264	47.843
22	Japão	0,968	2	0,904	0,933	87,8 ^l	81,8	15,4	15,5	12,4	13,0	33.478	54.395
25	Israel	0,991	1	0,910	0,918	84,5	80,6	15,6	14,5	13,5 ^d	13,4 ^d	37.415	49.792
25	Malta	0,980	1	0,903	0,922	85,7	81,6	16,6	15,2	12,0	12,4	33.971	54.099
27	Espanha	0,988	1	0,902	0,913	86,5	81,2	18,4 ^f	17,2	10,5	10,7	32.835	47.543
28	França	0,986	1	0,903	0,916	86,0	80,4	16,4	15,6	11,5 ^d	11,9 ^d	38.135	57.263
29	Chipre	0,977	1	0,895	0,916	83,7	80,1	16,6	15,8	12,4	12,5	31.777	48.470
30	Itália	0,969	2	0,890	0,918	86,0	82,0	17,1	16,2	10,6	10,9	31.413	57.808
31	Estônia	1,022	1	0,908	0,888	83,0	75,0	16,8	15,1	13,8	13,3	31.199	43.737
32	Chéquia	0,988	1	0,888	0,899	81,2	75,1	16,9	15,8	12,8 ^d	13,1 ^d	30.761	49.404
33	Grécia	0,969	2	0,878	0,907	83,3	78,0	20,2 ^f	19,9 ^g	11,1	11,7	24.821	38.227
34	Barém	0,937	3	0,847	0,904	80,5	78,2	17,0	15,7	10,8	11,2	22.722	64.700
35	Andorra	85,8	81,4	12,8	12,8	11,5	11,7
36	Polónia	1,009	1	0,884	0,876	80,8	73,2	16,7	15,2	13,3	13,0	27.366	43.446
37	Letónia	1,022	1	0,887	0,868	80,1	71,5	17,3	15,9	13,6 ^d	13,0 ^d	26.345	38.716
37	Lituânia	1,028	2	0,891	0,867	79,1	69,5	17,1	15,8	13,6	13,4	33.012	43.912
39	Croácia	0,993	1	0,875	0,881	82,0	76,4	16,5	14,7	12,1 ^d	12,6 ^d	27.573	41.433
40	Caçar	1,027	2	0,893	0,869	83,1	80,6	15,3	12,6	11,8 ^d	9,7 ^d	47.964	114.135 ^e
40	Arábia Saudita	0,928	3	0,832	0,897	79,5	76,7	15,5 ^m	14,8 ⁿ	10,7	11,7	24.647	69.723
42	Portugal	0,998	1	0,873	0,874	84,9	79,3	17,1	16,6	9,6	9,5	31.845	39.199
43	São Marino	0,966	2	0,853	0,883	84,7	82,0	12,0	12,9	10,7 ^o	10,5 ^o	50.410	65.363
44	Chile	0,973	2	0,847	0,870	81,9	77,2	17,1	16,5	11,0 ^d	11,2 ^d	18.612	30.337
45	Eslováquia	1,002	1	0,856	0,854	78,8	71,9	15,3	14,2	13,0 ^d	13,0 ^d	26.634	37.967
45	Turquia	0,941	3	0,825	0,876	81,5	75,4	19,6 ^f	19,8 ^g	8,1 ^d	9,6 ^d	20.538	45.077
47	Hungria	0,989	1	0,846	0,855	78,3	71,6	15,4	14,7	12,1	12,4	27.203	41.768
48	Argentina	0,995	1	0,841	0,845	79,3	72,9	20,9 ^f	17,1	11,4	10,9	16.933	27.265
49	Koweit	1,014	1	0,848	0,836	82,8	78,9	17,8 ^d	13,8 ^d	8,3 ^d	7,0 ^d	28.018	75.232 ^e
50	Montenegro	0,978	1	0,833	0,852	80,3	73,5	15,6	14,6	12,1 ^d	13,2 ^d	17.543	27.750
51	São Cristóvão e Neves	75,7	68,7	19,7 ^{lo}	17,0 ^p	11,1 ^m	10,6 ⁿ
52	Uruguai	1,020	1	0,832	0,816	81,7	74,1	18,8 ^f	15,9	9,3 ^d	8,7 ^d	17.426	27.294
53	Roménia	0,981	1	0,818	0,834	77,6	70,7	15,0	14,0	11,1 ^d	11,7 ^d	22.595	41.297
54	Antígua e Barbuda	81,6	76,5	16,7 ^d	14,4 ^d	10,3 ⁿ	10,6 ⁿ
55	Brunei Darussalã	0,983	1	0,814	0,829	76,8	72,5	14,2	13,3	9,2	9,2	44.703	72.823
55	Federação Russa	1,021	1	0,829	0,812	75,7	64,7	15,8 ^d	15,5 ^d	12,5	12,3	21.781	33.001
57	Bahamas	1,007	1	0,822	0,817	77,8	70,8	12,2 ^m	11,6 ^m	12,8 ^d	12,7 ^d	28.375	37.085
57	Panamá	1,017	1	0,826	0,813	80,1	73,7	13,9 ^d	12,6 ^d	10,9 ^d	10,4 ^d	27.611	36.447
59	Omã	0,937	3	0,780	0,833	76,0	72,4	13,5	12,6	12,3	11,7	13.055	45.769

Continuação -

TABELA 4

CLASSIFICAÇÃO DO IDH	Índice de Desenvolvimento Humano por Género		Índice de Desenvolvimento Humano		ODS 3		ODS 4.3		ODS 4.4		ODS 8.5	
	Valor		Valor		Esperança de vida à nascença		Anos de escolaridade previstos		Média de anos de escolaridade		Rendimento nacional bruto estimado per capita ^a	
	Valor	Grupo ^b	Feminino	Masculino	(anos)		(anos)		(anos)		(2017 PPC \$)	
	2022	2022	2022	2022	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
60 Geórgia	1,005	1	0,815	0,811	76,5	66,8	17,0	16,5	12,8	12,6	12.237	20.141
60 Trindade e Tobago	0,992	1	0,809	0,815	78,2	71,3	14,4 ^f	13,8 ^f	11,9 ^d	11,6 ^d	17.088	28.007
62 Barbados	1,030	2	0,815	0,792	79,6	75,7	18,3 ^{df}	14,8 ^d	10,4 ^s	9,1 ^s	12.595	17.214
63 Malásia	0,973	2	0,794	0,816	78,8	74,0	13,4	12,5	10,7 ^d	10,8 ^d	19.262	34.983
64 Costa Rica	0,995	1	0,803	0,807	80,0	74,8	16,7 ^d	15,6 ^d	8,9	8,7	16.531	23.965
65 Sérvia	0,986	1	0,799	0,810	77,0	71,3	15,2	13,8	11,2 ^d	11,9 ^d	15.909	23.388
66 Tailândia	1,011	1	0,807	0,798	83,9	75,5	15,9	15,3	8,7 ^d	9,0 ^d	15.289	18.580
67 Cazaquistão	0,998	1	0,799	0,801	73,0	65,8	15,0	14,6	12,5 ^d	12,4 ^d	18.595	26.890
67 Seicheles	1,064	3	0,829	0,779	76,0	68,2	15,4	12,6	12,0 ^m	10,4	24.756	31.651
69 Bielorrússia	1,003	1	0,801	0,799	78,4	68,1	13,9	14,0	12,3 ^d	12,2 ^d	14.502	23.022
Desenvolvimento humano elevado												
70 Bulgária	0,995	1	0,797	0,800	75,1	68,3	14,1	13,6	11,5	11,3	20.700	31.466
71 Palau	1,007	1	0,802	0,797	69,3	62,2	18,3 ^{to}	16,9 ^o	13,3 ^o	12,8 ^m	15.159	23.218
72 Maurícia	0,976	1	0,784	0,803	77,1	71,0	15,2	14,1	9,9 ^s	10,1 ^s	15.594	31.124
73 Granada	0,976	1	0,781	0,801	78,3	72,6	17,1 ^d	16,1 ^d	9,8 ^m	9,9 ⁿ	9.775	17.412
74 Albânia	0,977	1	0,780	0,798	79,5	74,5	14,7	14,3	9,8 ^s	10,4 ^s	13.199	17.398
75 China	0,962	2	0,771	0,802	81,3	76,0	15,7 ^d	14,8 ^d	7,5 ^m	8,7 ^t	13.292	22.567
76 Arménia	1,026	2	0,795	0,775	78,4	67,9	14,8	14,0	11,3	11,3	13.443	17.770
77 México	0,979	1	0,770	0,787	78,2	71,5	15,0	14,1	9,1	9,4	13.548	25.008
78 Irão (República Islâmica do)	0,880	5	0,710	0,806	77,5	71,9	14,2	14,1	10,7 ^d	10,8 ^d	4.140	25.192
78 Sri Lanca	0,947	3	0,751	0,793	80,2	72,9	14,1 ^d	13,2 ^d	11,1	11,4	6.241	17.990
80 Bósnia-Herzegovina	0,952	2	0,759	0,797	77,5	73,1	13,8	12,8	9,8	11,4	12.420	20.853
81 São Vicente e Granadinas	71,7	66,7	16,4 ^d	16,1 ^d	11,0 ^o	11,0 ^o
82 República Dominicana	1,029	2	0,775	0,753	77,5	71,0	14,8	12,3	9,6 ^d	8,7 ^d	14.773	22.506
83 Equador	0,990	1	0,760	0,768	80,5	75,3	15,3	14,4	8,9	9,0	9.147	12.245
83 Macedónia do Norte	0,950	2	0,744	0,783	76,2	71,7	13,4	12,6	9,7	10,8	11.526	21.296
85 Cuba	0,973	2	0,750	0,771	80,6	75,8	15,3	13,7	10,6 ^d	10,4 ^d	5.571	10.373
86 Moldávia (República da)	1,033	2	0,776	0,751	73,3	64,2	15,4	14,4	11,9 ^d	11,8 ^d	12.272	13.725
87 Maldivas	0,976	1	0,748	0,767	81,8	80,1	13,3 ^d	11,2 ^d	7,9 ^d	7,7 ^d	12.161	23.783
87 Peru	0,952	2	0,742	0,779	75,5	71,3	14,9 ^d	14,7 ^d	9,4 ^d	10,6 ^d	9.515	14.365
89 Azerbaidão	0,961	2	0,743	0,773	76,2	70,6	12,7	12,7	10,2 ^d	10,9 ^d	11.526	18.603
89 Brasil	1,000	1	0,758	0,758	76,6	70,3	16,2	15,0	8,5 ^d	8,0 ^d	11.292	18.061
91 Colômbia	0,998	1	0,756	0,758	77,1	70,3	14,7	14,2	9,0	8,7	12.252	17.854
92 Líbia	0,988	1	0,739	0,748	74,8	69,7	14,8 ⁿ	13,5 ⁿ	8,4 ^m	7,2 ^m	12.073	27.248
93 Argélia	0,881	5	0,682	0,774	78,5	75,9	16,3	14,7	6,5 ^d	7,5 ^d	3.842	17.859
94 Turquemenistão	72,9	65,9	13,2	13,2	10,8 ^d	11,5 ^d
95 Guiana	0,992	1	0,738	0,743	69,4	62,8	13,3 ^r	12,7 ^r	8,7 ^s	8,5 ^s	26.505	45.454
96 Mongólia	1,032	2	0,751	0,728	77,4	68,1	15,3 ^d	13,8 ^d	9,9	8,8	8.099	12.640
97 Domínica	76,5	69,9	14,4 ^m	12,7 ^m	9,0 ⁿ	9,7 ⁿ
98 Tonga	0,996	1	0,736	0,739	74,1	68,6	17,4	15,2	11,0 ^s	10,8 ^s	5.051	7.698
99 Jordânia	0,863	5	0,662	0,767	76,7	72,1	12,9 ^d	12,4 ^d	10,1	10,8	2.753	15.380
100 Ucrânia	1,021	1	0,741	0,726	73,9	63,5	13,5	13,1	11,4 ^s	10,7 ^s	9.025	14.233
101 Tunísia	0,928	3	0,698	0,751	77,4	71,4	15,5 ^d	13,8 ^d	7,3 ^d	8,7 ^d	5.198	15.528
102 Ilhas Marshall	0,945	3	0,708	0,748	67,1	63,5	17,0	15,8	12,7 ^o	12,9 ^m	4.518	9.096
102 Paraguai	0,994	1	0,728	0,732	73,6	67,6	14,6 ^u	13,3 ^u	8,9	8,9	10.349	15.954
104 Ilhas Fiji	0,940	3	0,700	0,745	70,2	66,5	14,4	13,3	10,4	10,3	6.282	16.158
105 Egito	0,884	5	0,664	0,752	72,6	67,9	12,8	13,0	10,2 ^d	9,6 ^d	3.739	20.790
106 Usbequistão	0,924	4	0,691	0,748	74,3	69,0	12,0	12,0	11,7	12,1	4.390	11.716
107 Vietname	1,007	1	0,729	0,723	79,3	69,9	13,3 ^v	12,8 ^v	8,1 ^d	8,8 ^d	9.615	12.042
108 Santa Lúcia	1,013	1	0,729	0,719	74,9	68,0	13,4	12,1	8,8 ^d	8,3 ^d	11.815	17.807
109 Líbano	0,928	3	0,690	0,743	76,6	72,2	12,8 ^w	11,3 ^w	8,0 ^m	9,2 ^o	6.546	18.439
110 África do Sul	0,985	1	0,710	0,721	64,2	58,6	14,8	13,7	11,5	11,7	10.423	16.095
111 Palestina (Estado da)	0,880	5	0,649	0,737	75,9	71,0	14,0	12,4	9,9	10,0	2.134	11.759
112 Indonésia	0,940	3	0,688	0,732	70,4	66,2	14,1 ^d	13,9 ^d	8,2	8,9	8.111	15.926
113 Filipinas	0,966	2	0,694	0,718	74,2	70,2	13,2	12,4	9,2 ^d	8,7 ^d	6.179	11.851
114 Botsuana	0,998	1	0,707	0,708	68,4	63,3	11,8	11,1	10,4	10,5	13.676	16.037
115 Jamaica	1,016	1	0,710	0,699	72,7	68,5	13,6 ^d	11,4 ^d	9,9 ^d	8,6 ^d	7.647	11.775
116 Samoa	0,968	2	0,687	0,709	75,3	70,1	13,0	11,9	11,8 ^d	11,0 ^d	3.314	6.562
117 Quirguizistão	0,975	1	0,690	0,707	74,9	66,2	13,2	12,8	11,9 ^d	12,0 ^d	3.442	6.170
118 Belize	0,982	1	0,691	0,704	74,7	67,7	12,8	12,1	9,0	8,7	6.319	12.133

Continuação -

TABELA 4

CLASSIFICAÇÃO DO IDH	Índice de Desenvolvimento Humano por Gênero		Índice de Desenvolvimento Humano		ODS 3 Esperança de vida à nascença		ODS 4.3 Anos de escolaridade previstos		ODS 4.4 Média de anos de escolaridade		ODS 8.5 Rendimento nacional bruto estimado per capita ^a		
	Valor	Grupo ^b	Valor		(anos)		(anos)		(anos)		(2017 PPC \$)		
			Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	
	2022	2022	2022	2022	2022	2022	2022 ^c	2022 ^c	2022 ^c	2022 ^c	2022	2022	
Desenvolvimento humano médio													
119	Venezuela (República Bolivariana da)	1,002	1	0,695	0,693	75,7	66,9	14,3 ^o	12,4 ^o	9,8 ^o	9,5 ^m	4.285	8.126
120	Bolívia (Estado Plurinacional da)	0,965	2	0,686	0,711	67,9	62,3	15,1	14,9	9,2	10,5	6.727	9.243
120	Marrocos	0,851	5	0,628	0,737	77,2	72,9	14,5	14,7	5,1	7,0	2.968	12.876
122	Nauru	1,037	2	0,708	0,683	67,8	60,5	14,4 ^d	11,0 ^d	9,3 ^m	9,2 ⁿ	11.558	18.213
123	Gabão	0,982	1	0,683	0,696	68,4	63,4	12,6 ⁿ	12,3 ^m	10,4	8,7	7.296	14.958
124	Suriname	0,987	1	0,683	0,692	73,6	67,2	11,3	10,6	8,6 ^d	8,2 ^d	8.820	15.832
125	Butão	0,970	2	0,670	0,690	74,2	70,6	13,6 ^d	12,6 ^d	5,2 ^d	6,3 ^d	9.343	11.766
126	Taijiquistão	0,919	4	0,647	0,704	73,5	69,2	10,4 ^d	11,3 ^d	10,9 ^s	11,6 ^s	3.295	6.300
127	El Salvador	0,972	2	0,662	0,681	75,8	66,8	12,2 ^u	11,6 ^a	6,8	7,6	6.244	11.794
128	Iraque	0,786	5	0,569	0,724	73,4	69,2	11,6 ^v	12,8 ^v	5,6 ^s	8,0 ^s	2.087	16.070
129	Bangladeche	0,914	4	0,635	0,694	76,0	71,5	12,4	11,5	6,8	8,0	3.684	9.387
130	Nicarágua	0,949	3	0,647	0,682	77,6	71,6	12,3 ^u	12,8 ^u	7,5	7,0	3.596	7.311
131	Cabo Verde	0,981	1	0,652	0,664	79,0	70,3	11,8 ^d	11,3 ^d	5,8 ^o	6,3 ^o	5.732	9.491
132	Tuvalu	0,975	1	0,643	0,659	69,4	61,1	12,4 ^d	11,8 ^d	10,5 ^d	10,8 ^d	3.378	6.063
133	Guiné Equatorial	63,3	59,4	12,0 ⁿ	12,3 ⁿ	8,2 ⁿ	8,4 ^m
135	Índia	0,852	5	0,582	0,684	69,4	66,3	12,6	12,6	5,5	7,6	2.958	10.696
135	Micronésia (Estados Federados da)	0,950	2	0,615	0,647	74,8	67,3	12,7 ⁿ	12,5 ^m	6,9 ⁿ	7,8 ⁿ	2.652	4.756
136	Guatemala	0,931	3	0,604	0,649	71,8	65,7	10,6 ^d	10,9 ^d	5,2 ^d	6,3 ^d	6.114	11.938
137	Quiribati	0,849	5	0,555	0,654	69,4	65,7	12,4	11,3	9,3 ^m	9,0 ^o	1.100	5.903
138	Honduras	0,974	2	0,616	0,632	73,2	68,5	10,3 ^u	9,6 ^u	6,9 ^d	7,8 ^d	4.695	5.837
139	República Democrática Popular do Laos	0,919	4	0,593	0,645	71,2	66,9	10,0	10,4	5,0 ^s	6,9 ^s	6.380	9.088
140	Vanuatu	0,936	3	0,591	0,631	73,1	68,3	11,9 ^d	11,7 ^d	6,6 ⁿ	7,5 ⁿ	2.445	4.033
141	São Tomé e Príncipe	71,9	66,1	12,9 ^f	12,5 ^f	5,3 ^d	6,7 ^d
142	Essuatíni (Reino de)	0,987	1	0,606	0,614	60,6	52,6	14,4 ^d	15,5 ^d	5,8	5,7	6.958	9.848
142	Namíbia	1,006	1	0,612	0,608	61,7	54,6	11,7 ^s	11,8 ^s	7,5 ^s	7,0 ^s	7.827	10.673
144	Mianmar	0,941	3	0,583	0,619	70,5	64,2	12,3 ^d	11,3 ^d	6,2 ^s	6,9 ^s	2.545	5.544
145	Gana	0,933	3	0,583	0,625	66,1	61,8	11,5	11,7	5,6 ^s	7,6 ^s	4.794	5.970
146	Quênia	0,948	3	0,585	0,617	64,7	59,6	11,4 ^s	11,4 ^s	7,1	8,3	3.977	5.654
146	Nepal	0,885	5	0,562	0,635	72,4	68,6	12,8	12,5	3,4 ^d	5,7 ^d	2.609	5.564
148	Camboja	0,926	3	0,577	0,623	72,6	67,1	11,3 ^o	11,8 ^m	4,4	6,2	3.563	5.034
149	Congo	0,909	4	0,564	0,620	64,6	61,5	13,0 ^d	11,9 ^d	7,2 ^s	9,4 ^s	2.085	3.722
150	Angola	0,905	4	0,561	0,620	64,5	59,4	11,5	12,9	4,5 ^s	7,2 ^s	4.696	5.974
151	Camarões	0,900	4	0,556	0,618	62,6	59,4	12,7 ^d	14,1 ^d	5,6 ^s	7,6 ^s	3.048	4.318
152	Comores	0,914	4	0,558	0,611	66,1	61,5	13,4 ^d	12,7 ^d	5,2 ^v	7,3 ^v	2.338	4.174
153	Zâmbia	0,930	3	0,548	0,589	64,5	59,1	11,1 ^v	11,0 ^v	6,4 ^s	8,3 ^s	2.531	3.800
154	Papua-Nova Guiné	0,927	3	0,546	0,589	69,2	63,4	10,5 ^s	11,7 ^s	4,2 ^s	5,7 ^s	3.219	4.171
155	Timor-Leste	0,904	4	0,534	0,591	70,8	67,4	13,4 ^s	13,1 ^s	5,5 ^s	6,6 ^s	1.145	2.094
156	Ilhas Salomão	0,959	2	0,554	0,578	72,4	69,3	11,1 ^d	9,7 ^d	5,5 ⁿ	6,8 ⁿ	1.998	2.537
157	República Árabe da Síria	0,805	5	0,481	0,597	76,1	68,7	7,2 ^o	7,7 ^m	5,4 ^o	6,7 ^o	1.049	6.132
158	Haiti	0,929	3	0,531	0,571	66,7	60,9	11,1 ^m	11,2 ⁿ	5,1 ^s	6,3 ^s	2.110	3.506
159	Uganda	0,899	5	0,522	0,580	65,7	61,5	11,1 ^s	11,9 ^s	5,2 ^d	7,7 ^d	1.890	2.597
159	Zimbabué	0,936	3	0,532	0,568	62,1	56,4	10,7 ^d	11,4 ^d	8,2 ^d	9,6 ^d	1.762	2.433
Desenvolvimento humano baixo													
161	Nigéria	0,886	5	0,515	0,581	54,0	53,3	10,2	10,8	6,6	8,7	4.110	5.386
161	Ruanda	0,921	4	0,524	0,569	69,2	64,8	11,5	11,3	4,5	5,4	1.662	3.000
163	Togo	0,848	5	0,505	0,596	62,2	60,9	12,5 ^d	14,3 ^d	4,2 ^d	7,2 ^d	1.744	2.679
164	Mauritânia	0,874	5	0,503	0,575	66,4	63,0	8,2	8,0	4,1 ^s	5,8 ^s	3.053	7.727
164	Paquistão	0,834	5	0,480	0,575	68,9	64,1	7,3 ^d	8,4 ^d	3,9 ^d	4,8 ^d	2.120	8.571
166	Costa do Marfim	0,861	5	0,492	0,572	60,3	57,7	9,5	10,7	3,1 ^s	5,4 ^s	4.063	6.665
167	Tanzânia (República Unida da)	0,940	3	0,516	0,549	68,9	64,7	8,7	8,5	5,1 ^d	6,3 ^d	2.195	2.970
168	Lesoto	0,999	1	0,519	0,520	55,9	50,3	11,4 ^d	10,8 ^d	8,2 ^d	6,8 ^d	2.129	3.304
169	Senegal	0,925	3	0,496	0,536	70,2	65,5	9,9	8,4	2,3 ^d	3,7 ^d	2.256	4.712
170	Sudão	0,868	5	0,472	0,544	68,2	63,0	8,3 ^d	8,7 ^d	3,5	4,2	1.750	5.282
171	Jibuti	0,844	5	0,466	0,552	65,5	60,3	8,2 ^d	8,0 ^d	2,9 ^o	5,1 ^o	2.307	7.481
172	Maláui	0,926	3	0,489	0,528	66,3	59,6	11,5 ^d	11,5 ^d	4,3	6,4	1.191	1.687
173	Benim	0,848	5	0,462	0,544	61,7	58,3	9,5	11,1	2,1 ^s	4,4 ^s	2.604	4.205
174	Gâmbia	0,940	3	0,481	0,511	64,3	61,5	9,9 ^s	8,1 ^s	3,7	5,6	1.792	2.390
175	Eritreia	68,7	64,5	6,9 ^d	7,8 ^d	4,0 ⁿ	5,7 ⁿ
176	Etiópia	0,922	4	0,472	0,512	68,9	62,6	10,2 ^d	9,8 ^d	1,7 ^d	3,2 ^d	1.762	2.970

Continuação -

TABELA 4

CLASSIFICAÇÃO DO IDH	Índice de Desenvolvimento Humano por Género		Índice de Desenvolvimento Humano		ODS 3		ODS 4.3		ODS 4.4		ODS 8.5	
			Valor		Esperança de vida à nascença		Anos de escolaridade previstos		Média de anos de escolaridade		Rendimento nacional bruto estimado <i>per capita</i> ^a	
	Valor	Grupo ^b	Feminino	Masculino	(anos)		(anos)		(anos)		(2017 PPC \$)	
	2022	2022	2022	2022	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
177 Libéria	0,860	5	0,451	0,524	62,4	59,8	10,1	10,8	3,6 ^s	7,2 ^s	1,163	1,499
177 Madagáscar	0,945	3	0,473	0,500	67,6	63,0	9,3 ^d	9,1 ^d	4,3	4,9	1,224	1,702
179 Guiné-Bissau	0,862	5	0,451	0,523	61,9	57,7	10,4 ^v	11,6 ^v	2,5	5,1	1,487	2,282
180 Congo (República Democrática do)	0,891	5	0,454	0,510	62,1	57,5	9,6 ^d	9,7 ^d	5,8 ^s	8,8 ^s	917	1,246
181 Guiné	0,818	5	0,422	0,515	60,2	57,6	9,1 ^d	11,2 ^d	1,4 ^d	3,4 ^d	1,719	3,104
182 Afeganistão	0,622	5	0,332	0,534	66,2	59,8	8,1 ^d	13,2 ^d	1,2	3,9	396	2,256
183 Moçambique	0,929	3	0,443	0,477	62,7	56,5	10,3 ^d	11,1 ^d	3,2	4,4	1,060	1,385
184 Serra Leoa	0,885	5	0,432	0,488	61,7	59,1	9,4 ^f	9,0 ^f	2,4 ^d	4,8 ^d	1,326	1,898
185 Burquina Fasso	0,881	5	0,409	0,464	61,5	58,0	8,2	8,0	1,6 ^d	3,1 ^d	1,454	2,624
186 Iémen	0,456	5	0,219	0,480	67,2	60,5	6,9 ^o	8,9 ^o	1,8 ^z	3,6 ^z	150	2,042
187 Burundi	0,926	3	0,404	0,436	63,9	60,1	10,2 ^d	9,7 ^d	2,6 ^d	4,1 ^d	636	789
188 Mali	0,830	5	0,368	0,444	60,8	58,1	6,4 ^d	7,5 ^d	1,1	2,2	1,333	2,741
189 Chade	0,776	5	0,342	0,441	54,8	51,3	6,8 ^d	9,5 ^d	1,3 ^d	3,5 ^d	991	1,783
189 Níger	0,826	5	0,354	0,428	63,4	60,8	6,5 ^d	7,9 ^d	1,0 ^s	1,8 ^s	893	1,663
191 República Centro-Africana	56,8	52,3	6,1 ^d	8,4 ^d	2,7 ^s	5,4 ^s
192 Sudão do Sul	57,0	54,0	4,5 ^d	6,7 ^d	4,8 ^{aa}	6,2 ^{aa}
193 Somália	0,769	5	0,327	0,425	58,2	54,1	7,6 ⁿ	8,3 ⁿ	0,9	2,9	578	1,563
Outros países ou territórios												
Coreia (República Popular Democrática da)	76,1	71,0
Mónaco	88,9 ⁱ	85,1 ⁱ	19,4 ^{df}	18,1 ^{dg}
Agrupamentos por IDH												
Desenvolvimento humano muito elevado	0,988	-	0,895	0,906	82,3	76,4	17,1	16,1	12,2	12,3	34,726	55,442
Desenvolvimento humano elevado	0,962	-	0,747	0,777	78,0	72,5	14,8	14,2	8,3	9,0	10,904	20,011
Desenvolvimento humano médio	0,870	-	0,587	0,675	69,9	66,1	12,3	12,3	5,8	7,6	3,127	9,638
Desenvolvimento humano baixo	0,868	-	0,478	0,551	63,7	59,7	8,9	9,6	3,9	5,5	2,073	4,368
Países em vias de desenvolvimento	0,929	-	0,665	0,716	72,9	68,2	12,6	12,5	7,1	8,2	7,283	14,943
Regiões												
Estados Árabes	0,877	-	0,646	0,736	73,5	69,3	11,8	12,0	7,2	8,3	5,468	22,726
Ásia Oriental e Pacífico	0,962	-	0,749	0,779	79,0	73,6	14,8	14,2	7,8	8,7	11,939	20,216
Europa e Ásia Central	0,963	-	0,785	0,815	77,0	70,2	15,5	15,5	10,4	10,8	13,573	26,631
América Latina e Caraíbas	0,991	-	0,758	0,765	76,9	70,6	15,3	14,2	9,0	8,9	11,503	18,823
Ásia do Sul	0,855	-	0,580	0,678	70,4	66,7	11,8	12,0	5,7	7,5	2,958	10,808
África Subariana	0,915	-	0,525	0,574	62,6	58,7	10,2	10,5	5,2	6,9	3,025	4,388
Países menos desenvolvidos	0,890	-	0,509	0,572	67,4	62,5	9,9	10,3	4,3	5,9	2,042	4,054
Pequenos Estados insulares em vias de desenvolvimento	0,979	-	0,722	0,738	74,3	69,0	12,9	12,3	8,5	8,8	13,079	19,712
Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico	0,984	-	0,898	0,912	82,9	77,4	17,1	16,1	12,1	12,3	36,106	56,848
Mundo	0,951	-	0,719	0,756	74,5	69,6	13,1	12,9	8,2	9,1	12,516	22,035

Notas	
a	Como não estão disponíveis dados desagregados de rendimentos, os dados são grosseiramente estimados. Para saber mais sobre o cálculo do Índice de Desenvolvimento Humano por Género, consultar as <i>Definições</i> e a <i>Nota técnica 3</i> em http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2023_technical_notes.pdf .
b	Os países estão classificados em cinco grupos, por desvio absoluto da paridade de género nos valores do IDH.
c	Dados referentes a 2022 ou ao ano mais recente para o qual estão disponíveis.
d	Atualizado pelo GRDH com base nos dados do Instituto de Estatística da UNESCO (2023).
e	No cálculo do valor do IDH masculino, o rendimento nacional bruto estimado <i>per capita</i> é limitado a 75.000 dólares.
f	No cálculo do valor do IDH feminino, os anos previstos de escolaridade são limitados a 18 anos.
g	No cálculo do valor do IDH masculino, os anos previstos de escolaridade são limitados a 18 anos.
h	No cálculo do valor do IDH feminino, o rendimento nacional bruto estimado <i>per capita</i> é limitado a 75.000 dólares.
i	No cálculo do valor do IDH masculino, a esperança de vida à nascença é limitada aos 82,5 anos.
j	Atualizado pelo GRDH utilizando a tendência média de anos de escolaridade na Áustria e dados do Instituto de Estatística da UNESCO (2023).
k	Atualizado pelo GRDH com base nos dados da OCDE (2023) e do Instituto de Estatística da UNESCO (2023).
l	No cálculo do valor do IDH feminino, a esperança de vida à nascença é limitada aos 87,5 anos.
m	Estimativa do GRDH com base nos dados de Robert Barro e Jong-Wha Lee; do Center for Distributive, Labor and Social Studies (Centro de Estudos distributivos, trabalhistas e sociais) e da base de dados socioeconômicos do Banco Mundial para a América Latina e Caraíbas; dos Inquéritos Demográficos e de Saúde do ICF Macro; da Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económicos; dos Inquéritos de Grupo para Indicadores Múltiplos do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF); e do Instituto de Estatística da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura).
n	Com base em estimativas do GRDH usando regressão entre países.
o	Atualizado pelo GRDH com base nos dados do Instituto de Estatística da UNESCO (2023) e em estimativas usando regressão entre países.
p	Refere-se ao ano de 2015 com base nos dados do Instituto de Estatística da UNESCO (2023).
q	Refere-se ao ano de 2015 com base em estimativas do GRDH usando regressão entre países.
r	Atualizado pelo GRDH com base nos dados do Instituto de Estatística da UNESCO (2023) e dos Inquéritos de Grupo para Indicadores Múltiplos da UNICEF relativos a vários anos.
s	Atualizado pelo GRDH com base nos dados de Barro e Lee (2018) e do Instituto de Estatística da UNESCO (2023).
t	Refere-se ao ano de 2018 com base nos dados do Instituto de Estatística da UNESCO (2023).
u	Atualizado pelo GRDH com base nos dados do CEDLAS e do Banco Mundial (2023) e do Instituto de Estatística da UNESCO (2023).

v	Atualizado pelo GRDH com base nos dados dos Inquéritos de Grupo para Indicadores Múltiplos da UNICEF relativos a vários anos.
w	Atualizado pelo GRDH com base nos dados dos Inquéritos de Grupo para Indicadores Múltiplos da UNICEF relativos a vários anos e em estimativas usando regressão entre países.
x	Atualizado pelo GRDH com base nos dados dos Inquéritos Demográficos e de Saúde da ICF Macro para vários anos e do Instituto de Estatística da UNESCO (2023).
y	Atualizado pelo GRDH com base nos dados dos Inquéritos Demográficos e de Saúde da ICF Macro relativos a vários anos.
z	Atualizado pelo GRDH com base nos dados de Barro e Lee (2018) e em estimativas usando regressão entre países.
aa	Refere-se ao ano de 2008 com base nos dados do Instituto de Estatística da UNESCO (2023).

Definições

Índice de Desenvolvimento Humano por Género: Valores do rácio feminino/masculino do IDH. Para saber mais sobre o cálculo do Índice de Desenvolvimento Humano por Género, consultar a *Nota técnica 3* em http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2023_technical_notes.pdf.

Grupos do Índice de Desenvolvimento Humano por Género: Os países estão classificados em cinco grupos, por desvio absoluto da paridade de género nos valores do IDH. Grupo 1: países com uma igualdade elevada entre homens e mulheres em matéria de resultados do IDH, com um desvio absoluto inferior a 2,5%; Grupo 2: países com uma igualdade média-alta entre homens e mulheres em matéria de resultados do IDH, com um desvio absoluto entre 2,5% e 5%; Grupo 3: países com uma igualdade média entre homens e mulheres em matéria de resultados do IDH, com um desvio absoluto entre 5% e 7,5%; Grupo 4: países com uma igualdade média-baixa entre homens e mulheres em matéria de resultados do IDH, com um desvio absoluto entre 7,5% e 10%; Grupo 5: países com uma igualdade reduzida entre homens e mulheres em matéria de resultados do IDH, com um desvio absoluto superior a 10%.

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH): Um índice composto que mede as realizações médias em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: uma vida longa e saudável, o conhecimento e um padrão de vida digno. Para saber mais sobre o cálculo do IDH, consultar a *Nota técnica 1* em http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2023_technical_notes.pdf.

Esperança de vida à nascença: Número de anos que um recém-nascido poderia esperar viver se os padrões prevalentes de taxas de mortalidade por idade no momento do nascimento permanecerem os mesmos durante toda a vida do recém-nascido.

Anos de escolaridade previstos: Número de anos de escolaridade que uma criança em idade escolar pode esperar alcançar se os padrões predominantes de taxas de inscrição específicas da idade persistirem ao longo da vida da criança.

Média de anos de escolaridade: Número médio de anos de educação obtidos por pessoas com 25 anos ou mais, convertidos a partir dos níveis de escolaridade, utilizando as durações oficiais de cada nível.

Rendimento nacional bruto estimado *per capita*: Derivado do rácio entre salários femininos e masculinos, quotas femininas e masculinas da população economicamente ativa e rendimento nacional bruto (em termos de paridade do poder de compra em 2017). Para saber mais, consultar a *Nota técnica 3* em http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2023_technical_notes.pdf.

Fontes de dados principais

Coluna 1: Cálculos baseados nos dados das colunas 3 e 4.

Coluna 2: Cálculos baseados nos dados da coluna 1.

Colunas 3 e 4: Cálculos do GRDH baseados em dados de Barro e Lee (2018), do FMI (2023), do DAESNU (2022, 2023), do Instituto de Estatística da UNESCO (2023), da Divisão de Estatística das Nações Unidas (2023) e do Banco Mundial (2023).

Colunas 5 e 6: DAESNU 2022.

Colunas 7 e 8: CEDLAS e Banco Mundial 2023, Inquéritos Demográficos e de Saúde da ICF Macro, Instituto de Estatística da UNESCO 2023 e Inquéritos de Grupo para Indicadores Múltiplos da UNICEF.

Colunas 9 e 10: Barro e Lee 2018, Inquéritos Demográficos e de Saúde da ICF Macro, OCDE 2023, Instituto de Estatística da UNESCO 2023 e Inquéritos de Grupo para Indicadores Múltiplos da UNICEF.

Colunas 11 e 12: Cálculos do GRDH baseados na OIT (2023), FMI (2023), DAESNU (2023), Divisão Estatística das Nações Unidas (2023) e Banco Mundial (2023).

TABELA 5

Índice de Desigualdade de Género

CLASSIFICAÇÃO DO IDH	Índice de Desigualdade de Género		ODS 3.1	ODS 3.7	ODS 5.5	ODS 4.4		Taxa de participação na força de trabalho ^a	
	Valor	Classificação	Taxa de mortalidade materna	Taxa de natalidade na adolescência	Porcentagem de assentos no parlamento	População com pelo menos algum ensino secundário		Taxa de participação na força de trabalho ^a	
			(mortes por 100.000 nados-vivos)	(nascimentos por 1.000 mulheres com idades compreendidas entre os 15 e os 19 anos)	(% detida por mulheres)	(% idade 25 e mais velhos)		(% idade 15 e mais velhos)	
	2022	2022	2020	2022	2022	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
Desenvolvimento humano muito elevado									
1 Suíça	0,018	3	7	2,2	39,0	96,9 ^c	97,5 ^c	61,5	71,9
2 Noruega	0,012	2	2	2,2	45,0	99,1 ^c	99,3 ^c	62,5	69,6
3 Islândia	0,039	9	3	5,1	47,6	99,8	99,7	70,7	78,3
4 Hong Kong, China (RAE)	1,6	..	77,9	84,1	52,9	64,7
5 Dinamarca	0,009	1	5	1,8	43,6	95,1	95,2	59,4	67,4
5 Suécia	0,023	4	5	3,3	46,4	92,4 ^c	92,7 ^c	63,7	70,4
7 Alemanha	0,071	19	4	7,2	34,8	95,4	95,9	56,1	66,6
7 Irlanda	0,072	20	5	5,9	27,4	88,6 ^c	86,4 ^c	59,4	70,5
9 Singapura	0,036	8	7	2,5	29,1	80,5	85,9	63,4	77,0
10 Austrália	0,063	17	3	7,7	44,5	94,6	94,4	62,3	71,1
10 Países Baixos	0,025	5	4	2,7	37,8	89,8	92,7	63,6	72,4
12 Bélgica	0,044	11	5	5,1	44,3	88,7 ^c	90,7 ^c	50,8	59,5
12 Finlândia	0,032	6	8	4,1	45,5	99,2	98,9	58,2	64,2
12 Listenstaine	3,0	28,0	52,8	67,3
15 Reino Unido	0,094	28	10	10,0	31,3	99,8	99,8	59,1	68,0
16 Nova Zelândia	0,082	23	7	11,8	50,4	82,0	81,8	66,9	75,9
17 Emirados Árabes Unidos	0,035	7	9	2,8	50,0	82,0	86,1	55,3	89,5
18 Canadá	0,069	18	11	6,6	35,0	97,8 ^d	97,6 ^d	61,5	69,5
19 Coreia (República da)	0,062	16	8	2,1	18,6	83,8 ^c	93,5 ^c	55,0	73,7
20 Luxemburgo	0,043	10	6	4,2	33,3	96,6 ^d	89,3 ^d	58,0	65,1
20 Estados Unidos	0,180	44	21	15,1	28,1	95,4	95,1	56,8	68,0
22 Áustria	0,048	12	5	5,2	41,0	100,0 ^d	100,0 ^d	56,6	66,7
22 Eslovénia	0,049	13	5	4,4	33,1	97,8 ^c	98,8 ^c	54,3	63,6
24 Japão	0,078	22	4	2,8	15,4	98,2	99,1	54,2	71,4
25 Israel	0,092	26	3	7,4	23,3	92,5 ^c	94,5 ^c	61,2	68,5
25 Malta	0,117	35	3	11,5	27,8	82,2	88,1	56,1	71,2
27 Espanha	0,059	15	3	6,3	41,4	78,5	83,2	53,2	62,9
28 França	0,084	24	8	9,4	36,4	84,3 ^c	88,3 ^c	52,5	60,2
29 Chipre	0,253	62	68	6,8	14,3	81,1	84,8	59,6	71,1
30 Itália	0,057	14	5	3,9	33,0	78,6	86,1	40,7	58,1
31 Estónia	0,093	27	5	8,1	25,7	97,6	98,1	60,6	71,4
32 Chéquia	0,113	32	3	9,4	23,5	99,8 ^c	99,8 ^c	52,2	67,9
33 Grécia	0,120	37	8	8,3	21,0	69,9	77,8	44,7	60,4
34 Barém	0,181	45	16	8,7	22,5	79,9	83,1	42,4	85,8
35 Andorra	5,9	46,4	81,7	84,6
36 Polónia	0,105	31	2	9,2	27,5	86,5	90,7	50,1	65,5
37 Letónia	0,142	39	18	10,5	30,0	99,8 ^c	99,3 ^c	55,6	67,9
37 Lituânia	0,098	30	9	9,7	28,4	95,5	97,9	58,8	67,7
39 Croácia	0,087	25	5	8,2	31,8	95,5 ^d	97,4 ^d	46,9	58,2
40 Catar	0,212	54	8	6,9	4,4	81,8 ^c	71,4 ^c	61,7	95,3
40 Arábia Saudita	0,229	55	16	11,6	19,9	71,3	80,9	34,5	79,6
42 Portugal	0,076	21	12	7,1	37,0	59,7	61,9	54,7	63,1
43 São Marino	3,7	33,3	81,8 ^e	84,3 ^e	70,4	70,6
44 Chile	0,190	49	15	22,8	32,7	82,2	84,4	50,1	70,6
45 Eslováquia	0,184	46	5	26,6	21,3	98,8 ^c	99,1 ^c	56,2	67,3
45 Turquia	0,259	63	17	15,7	17,4	59,1 ^c	78,1 ^c	35,1	71,4
47 Hungria	0,230	56	15	21,9	14,1	97,6	98,8	53,7	67,8
48 Argentina	0,292	71	45	37,9	44,4	73,6 ^d	71,6 ^d	52,1	71,7
49 Koweit	0,199	51	7	5,3	6,3	61,8 ^c	56,5 ^c	44,4	88,5
50 Montenegro	0,114	33	6	9,7	27,2	70,8 ^c	83,7 ^c	44,4	57,8
51 São Cristóvão e Neves	36,8	31,3
52 Uruguai	0,240	60	19	35,2	26,9	62,5	59,3	55,7	71,4
53 Roménia	0,230	56	10	35,4	18,9	89,4 ^c	94,0 ^c	42,3	62,0
54 Antígua e Barbuda	21	32,3	31,4
55 Brunei Darussalã	0,279	68	44	9,5	9,1	70,9	71,5	54,9	71,7
56 Federação Russa	0,178	43	14	14,5	17,8	98,3	98,9	55,5	70,3
57 Bahamas	0,333	79	77	25,1	20,0	86,8 ^c	90,0 ^c	69,0	73,9

Continuação -

TABELA 5

CLASSIFICAÇÃO DO IDH	Índice de Desigualdade de Gênero		ODS 3.1	ODS 3.7	ODS 5.5	ODS 4.4		Taxa de participação na força de trabalho ^a	
	Valor	Classificação	Taxa de mortalidade materna	Taxa de natalidade na adolescência	Porcentagem de assentos no parlamento	População com pelo menos algum ensino secundário		Taxa de participação na força de trabalho ^a	
			(mortes por 100.000 nascidos-vivos)	(nascimentos por 1.000 mulheres com idades compreendidas entre os 15 e os 19 anos)	(% detida por mulheres)	(% idade 25 e mais velhos)		(% idade 15 e mais velhos)	
	2022	2022	2020	2022	2022	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
57 Panamá	0,392	95	50	68,5	22,5	67,6	65,6	49,7	77,0
59 Omã	0,267	66	17	9,7	9,9	93,3	98,7	35,0	83,8
60 Geórgia	0,283	69	28	29,7	19,0	98,2	98,7	55,5	73,5
60 Trindade e Tobago	0,264	64	27	37,7	32,4	86,0 ^d	81,9 ^d	47,3	62,4
62 Barbados	0,289	70	39	41,9	32,7	95,7 ^d	86,3 ^d	58,2	65,1
63 Malásia	0,202	52	21	9,1	14,5	76,1 ^c	79,2 ^c	55,1	80,5
64 Costa Rica	0,232	58	22	35,7	47,4	50,2	48,1	50,1	72,9
65 Sérvia	0,119	36	10	14,4	36,6	89,9 ^c	96,1 ^c	51,0	66,1
66 Tailândia	0,310	74	29	31,6	14,0	49,3 ^c	53,0 ^c	59,9	76,0
67 Cazaquistão	0,177	42	13	20,9	24,7	100,0 ^c	100,0 ^c	63,3	74,6
67 Seicheles	3	52,1	22,9	65,2	65,3
69 Bielorrússia	0,096	29	1	11,2	34,7	98,4 ^c	99,5 ^c	65,8	75,3
Desenvolvimento humano elevado									
70 Bulgária	0,206	53	7	38,2	24,2	94,9	96,5	50,6	63,1
71 Palau	42,1	6,9	96,9 ^f	97,3 ^f	59,8	73,6
72 Maurícia	0,369	87	84	24,0	20,0	66,5 ^c	72,4 ^c	42,2	68,4
73 Granada	21	32,1	31,0	37,7	54,3
74 Albânia	0,116	34	8	14,5	35,7	82,2 ^d	86,5 ^d	56,1	69,9
75 China	0,186	47	23	11,1	24,9	79,7 ^d	86,4 ^d	53,8	74,5
76 Arménia	0,198	50	27	18,3	35,5	96,0	97,1	62,8	71,8
77 México	0,352	84	59	53,7	49,8	63,7	65,4	45,0	76,3
78 Irão (República Islâmica do)	0,484	121	22	29,7	5,6	73,1 ^c	77,3 ^c	13,6	67,5
78 Sri Lanca	0,376	90	29	15,4	5,3	80,6	83,3	29,7	70,7
80 Bósnia-Herzegovina	0,148	40	6	9,4	17,5	82,7	94,0	41,1	61,8
81 São Vicente e Granadinas	62	46,5	18,2	43,6 ^g	41,8 ^g
82 República Dominicana	0,433	107	107	63,2	25,7	67,5	64,2	50,9	76,9
83 Equador	0,371	89	66	62,1	38,7	54,1	54,2	53,6	76,9
83 Macedónia do Norte	0,134	38	3	16,1	41,7	61,9	75,1	42,2	64,1
85 Cuba	0,300	73	39	48,9	53,4	78,6 ^c	81,8 ^c	55,5	84,0
86 Moldávia (República da)	0,156	41	12	27,2	40,6	96,3 ^c	98,1 ^c	71,5	73,7
87 Maldivas	0,328	76	57	6,8	4,6	46,9 ^d	46,3 ^d	53,3	78,2
87 Peru	0,360	85	69	56,1	40,0	55,6	66,7	66,7	82,4
89 Azerbaijão	0,329	77	41	40,1	18,3	93,6 ^c	97,6 ^c	61,9	69,6
89 Brasil	0,391	94	72	43,6	17,5	67,4	65,0	53,8	73,6
91 Colômbia	0,392	95	75	57,6	29,2	59,7	57,1	51,1	76,2
92 Líbia	0,266	65	72	7,0	16,5	62,2 ^h	45,3 ^h	32,8	59,9
93 Argélia	0,460	114	78	11,6	7,0	42,9 ^c	46,8 ^c	17,6	65,5
94 Turquemenistão	5	21,2	25,7	98,1 ^c	98,4 ^c
95 Guiana	0,416	104	112	64,6	35,4	58,7 ^d	56,4 ^d	37,8	53,4
96 Mongólia	0,297	72	39	25,0	17,1	79,3	73,0	53,5	68,4
97 Domínica	37,9	34,4
98 Tonga	0,462	115	126	19,2	3,7	93,7 ^d	93,4 ^d	43,0	54,9
99 Jordânia	0,449	111	41	24,9	13,3	77,4	84,2	13,8	60,7
100 Ucrânia	0,188	48	17	15,2	20,3	95,7 ^d	93,5 ^d	47,8	62,9
101 Tunísia	0,237	59	37	6,6	26,3	40,0 ^c	47,2 ^c	29,3	71,8
102 Ilhas Marshall	57,5	6,1	91,6 ^f	92,5 ^f	37,3	61,2
102 Paraguai	0,429	106	71	69,9	16,8	54,3	53,3	59,1	82,4
104 Ilhas Fiji	0,332	78	38	26,1	19,6	66,1	61,3	37,3	77,7
105 Egito	0,389	93	17	43,6	22,8	85,9 ^c	78,7 ^c	15,3	69,1
106 Usbequistão	0,242	61	30	15,7	29,1	100,0	100,0	39,9	73,1
107 Vietname	0,378	91	124	35,0	30,3	61,5 ^c	69,5 ^c	68,5	77,8
108 Santa Lúcia	0,347	82	73	36,3	24,1	50,0 ^c	44,0 ^c	62,7	75,8
109 Líbano	0,365	86	21	20,0	6,3	54,7 ^f	61,9 ^g	29,8	70,2
110 África do Sul	0,401	99	127	60,9	45,4 ^k	83,0	84,9	50,8	63,5
111 Palestina (Estado da)	20	42,9	..	67,9	67,6	18,6	70,7
112 Indonésia	0,439	109	173	32,9	21,9	51,0	58,2	52,5	81,5
113 Filipinas	0,388	92	78	48,1	27,5	74,4 ^c	69,9 ^c	44,1	68,8
114 Botsuana	0,483	120	186	48,3	11,1	92,1	92,5	60,1	69,7
115 Jamaica	0,350	83	99	32,0	31,0	74,8 ^d	67,0 ^d	56,0	69,9

Continuação -

TABELA 5

CLASSIFICAÇÃO DO IDH	Índice de Desigualdade de Gênero		ODS 3.1	ODS 3.7	ODS 5.5	ODS 4.4		Taxa de participação na força de trabalho ^a	
	Valor	Classificação	Taxa de mortalidade materna	Taxa de natalidade na adolescência	Porcentagem de assentos no parlamento	População com pelo menos algum ensino secundário		Taxa de participação na força de trabalho ^a	
			(mortes por 100.000 nados-vivos)	(nascimentos por 1.000 mulheres com idades compreendidas entre os 15 e os 19 anos)	(% detida por mulheres)	(% idade 25 e mais velhos)		(% idade 15 e mais velhos)	
	2022	2022	2020	2022	2022	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
116 Samoa	0,406	101	59	43,8	13,0	92,4 ^d	87,0 ⁱ	49,8	80,6
117 Quirguizistão	0,345	81	50	33,8	20,5	92,4 ^c	94,4 ^c	52,5	78,0
118 Belize	0,454	113	130	56,6	19,6	54,5	49,8	48,6	75,6
Desenvolvimento humano médio									
119 Venezuela (República Bolivariana da)	0,521	134	259	82,0	22,2 ^m	81,0 ^d	76,4 ^d	45,2	70,6
120 Bolívia (Estado Plurinacional da)	0,418	105	161	63,1	48,2	58,4	69,5	71,8	85,0
120 Marrocos	0,440	110	72	25,5	21,4	31,9	37,9	19,8	69,6
122 Nauru	71,1	10,5	56,8	73,6
123 Gabão	0,524	136	227	89,8	18,1	70,4	55,3	34,7	56,2
124 Suriname	0,405	100	96	55,2	29,4	45,5 ^e	42,3 ^g	42,3	61,7
125 Butão	0,334	80	60	18,5	15,7	26,7 ^g	34,3 ^g	53,5	73,5
126 Tajiquistão	0,269	67	17	44,9	26,6	93,6 ^d	94,0 ^d	33,3	52,1
127 El Salvador	0,369	87	43	54,5	27,4	42,7	51,4	46,4	77,7
128 Iraque	0,562	143	76	61,2	28,9	25,3 ^d	40,4 ^d	10,8	68,2
129 Bangladeche	0,498	127	123	73,3	20,9	43,7 ^c	50,5 ^c	39,2	81,4
130 Nicarágua	0,397	97	78	84,0	51,6	49,4 ^c	40,3 ^c	48,6	81,1
131 Cabo Verde	0,325	75	42	54,0	38,9	28,8 ^g	31,7 ^g	46,7	62,8
132 Tuvalu	31,7	6,3	58,1	58,5	20,0	29,6
133 Guiné Equatorial	212	136,4	27,0
134 Índia	0,437	108	103	16,3	14,6	41,0	58,7	28,3	76,1
135 Micronésia (Estados Federados da)	74	35,7	7,1	45,0	66,0
136 Guatemala	0,474	117	96	63,2	19,4	31,1 ^c	37,8 ^c	41,5	82,8
137 Quiribati	76	39,6	6,7	16,1	73,0
138 Honduras	0,413	102	72	71,3	27,3	34,8 ^c	31,4 ^c	49,6	81,1
139 República Democrática Popular do Laos	0,467	116	126	71,8	22,0	18,7 ^d	30,4 ^d	61,5	70,8
140 Vanuatu	94	63,2	1,9	26,7	36,4
141 São Tomé e Príncipe	146	77,4	14,5	42,9 ⁿ	52,8 ⁿ
142 Essuatíni (Reino de)	0,491	124	240	68,4	21,2	35,3	37,3	44,9	51,5
142 Namíbia	0,450	112	215	63,1	35,6	42,1 ^d	45,0 ^d	54,1	61,2
144 Mianmar	0,479	119	179	32,8	15,0 ^m	39,2 ^d	49,9 ^d	44,2	78,6
145 Gana	0,512	130	263	63,4	14,5	59,1 ^d	74,0 ^d	72,1	73,1
146 Quênia	0,533	139	530	62,6	24,8	54,6	63,5	62,9	72,6
146 Nepal	0,495	126	174	63,4	33,8	26,0 ^d	42,8 ^d	27,9	55,0
148 Camboja	0,486	122	218	45,7	19,3	16,4	29,0	73,7	85,8
149 Congo	0,572	144	282	101,2	15,9	32,1 ^d	50,0 ^d	44,1	63,9
150 Angola	0,520	133	222	135,8	33,6	21,3 ^g	37,4 ^g	74,7	78,2
151 Camarões	0,555	142	438	108,6	31,1	24,5 ^d	39,3 ^d	66,8	76,8
152 Comores	217	56,1	16,7	41,1	59,4
153 Zâmbia	0,526	137	135	116,1	15,1	33,7 ^d	51,4 ^d	54,2	66,4
154 Papua-Nova Guiné	0,604	151	192	54,3	1,7	26,3 ^d	37,5 ^d	46,0	48,0
155 Timor-Leste	0,415	103	204	33,3	40,0	33,5 ^c	39,8 ^c	27,9	41,4
156 Ilhas Salomão	122	59,4	8,0	82,9	86,0
157 República Árabe da Síria	0,487	123	30	38,1	11,2	24,1 ⁱ	32,0 ⁱ	14,4	68,9
158 Haiti	0,621	158	350	51,8	2,7 ^o	28,0 ^d	36,9 ^d	48,8	66,0
159 Uganda	0,527	138	284	105,7	33,8	10,8 ^c	20,4 ^c	74,5	84,2
159 Zimbabué	0,519	132	357	92,6	33,6	63,4 ^c	73,6 ^c	60,0	71,6
Desenvolvimento humano baixo									
161 Nigéria	0,677	165	1.047	99,6	4,5	42,4	57,8	77,0	85,7
161 Ruanda	0,400	98	259	32,2	54,7	14,6	18,7	54,8	66,2
163 Togo	0,578	147	399	77,0	18,7	13,5 ^c	33,1 ^c	79,8	98,6
164 Mauritània	0,603	150	464	76,8	20,3	16,1 ^d	27,6 ^d	31,0	65,7
164 Paquistão	0,522	135	154	41,2	20,1	22,0 ^c	26,9 ^c	24,5	80,7
166 Costa do Marfim	0,612	156	480	103,3	15,6	13,5 ^d	29,3 ^d	54,5	71,2
167 Tanzânia (República Unida da)	0,513	131	238	123,4	36,9	9,3 ^c	14,3 ^c	75,5	84,5
168 Lesoto	0,552	141	566	89,1	26,0	34,1 ^c	29,7 ^c	51,6	65,0
169 Senegal	0,505	129	261	64,6	44,2	9,2 ^c	19,0 ^c	39,3	68,4
170 Sudão	0,548	140	270	77,6	31,0 ^p	17,0	20,4	28,0	69,1
171 Jibuti	234	22,7	26,2	18,2	48,1

Continuação -

TABELA 5

Índice de Desigualdade de Gênero	ODS 3.1		ODS 3.7		ODS 5.5	ODS 4.4		Taxa de participação na força de trabalho ^a	
	Valor	Classificação	Taxa de mortalidade materna	Taxa de natalidade na adolescência	Porcentagem de assentos no parlamento	População com pelo menos algum ensino secundário		Taxa de participação na força de trabalho ^a	
			(mortes por 100.000 nascidos-vivos)	(nascimentos por 1.000 mulheres com idades compreendidas entre os 15 e os 19 anos)	(% detida por mulheres)	(% idade 25 e mais velhos)		(% idade 15 e mais velhos)	
CLASSIFICAÇÃO DO IDH	2022	2022	2020	2022	2022	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
172 Maláui	0,579	148	381	117,2	22,9	12,7	26,2	63,1	74,6
173 Benim	0,649	160	523	90,8	7,4	9,2 ^c	21,5 ^c	51,6	67,8
174 Gâmbia	0,585	149	458	60,7	8,6	26,0	40,7	59,0	64,5
175 Eritreia	322	63,6	22,0 ^e
176 Etiópia	0,494	125	267	66,5	38,9	7,5 ^c	13,1 ^c	57,6	79,2
177 Libéria	0,656	161	652	122,0	9,7	19,7 ^d	45,8 ^d	43,5	50,1
177 Madagáscar	0,574	145	392	118,1	17,8	15,9	21,2	78,8	88,9
179 Guiné-Bissau	0,631	159	725	85,8	13,7	10,9	24,6	52,1	66,1
180 Congo (República Democrática do)	0,605	152	547	107,5	14,8	38,8 ^c	65,7 ^c	60,0	66,4
181 Guiné	0,609	154	553	112,2	29,6	7,5 ^c	20,0 ^c	44,6	67,0
182 Afeganistão	0,665	162	620	79,7	27,2 ^m	7,0	24,1	23,3	77,1
183 Moçambique	0,477	118	127	165,1	42,4	17,9	25,1	73,9	80,1
184 Serra Leoa	0,613	157	443	97,9	12,3	14,5 ^c	33,9 ^c	48,3	55,9
185 Burquina Fasso	0,577	146	264	108,7	16,9	11,2 ^c	20,3 ^c	27,5	41,0
186 Iémen	0,820	166	183	52,5	0,3	23,7	38,2	5,8	64,7
187 Burundi	0,499	128	494	52,6	38,9	8,2 ^c	13,8 ^c	78,0	79,1
188 Mali	0,607	153	440	147,7	28,6	8,0	15,5	51,5	85,0
189 Chade	0,671	163	1.063	135,7	25,9	3,7 ^c	15,0 ^c	51,1	75,0
189 Níger	0,609	154	441	168,0	25,9	2,6 ^c	4,5 ^c	64,6	96,5
191 República Centro-Africana	835	159,0	12,9	14,2	31,8
192 Sudão do Sul	1.223	97,4	32,3	26,5 ^h	36,4 ^h
193 Somália	0,674	164	621	116,1	20,7	4,4	17,8	22,3	49,3
Outros países ou territórios									
Coreia (República Popular Democrática da)	107	2,4	17,6
Mónaco	6,9	33,3	39,5	56,6
Agrupamentos por IDH									
Desenvolvimento humano muito elevado	0,150	-	15	13,5	29,3	87,7	90,1	54,0	69,4
Desenvolvimento humano elevado	0,339	-	65	28,7	26,0	74,0	78,4	49,8	74,2
Desenvolvimento humano médio	0,476	-	152	37,8	23,0	40,5	55,6	34,2	75,7
Desenvolvimento humano baixo	0,579	-	497	88,3	24,0	21,3	31,9	50,8	77,5
Países em vias de desenvolvimento	0,485	-	235	45,9	24,3	56,8	65,4	44,9	75,3
Regiões									
Estados Árabes	0,523	-	128	44,2	18,3	51,0	57,4	19,9	70,2
Ásia Oriental e Pacífico	0,340	-	78	21,4	21,0	72,5	79,0	54,0	75,4
Europa e Ásia Central	0,224	-	21	19,5	26,0	83,7	89,9	45,4	69,6
América Latina e Caraíbas	0,386	-	85	52,3	34,1	64,4	64,2	51,6	75,3
Ásia do Sul	0,478	-	132	27,9	17,9	40,9	55,7	28,1	76,3
África Subsaariana	0,565	-	516	99,3	26,4	30,9	42,0	63,9	76,4
Países menos desenvolvidos	0,556	-	354	92,4	25,1	23,4	33,8	50,4	75,5
Pequenos Estados insulares em vias de desenvolvimento	0,457	-	203	50,6	27,0	58,8	62,3	51,4	69,8
Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico	0,194	-	21	18,5	32,7	86,7	89,3	53,0	68,7
Mundo	0,462	-	215	41,9	26,2	64,1	71,0	46,8	73,9

Notas	Definições	Fontes de dados principais
a		Coluna 1: Cálculos do GRDH baseados nos dados das colunas 3 a 9.
b	Índice de Desigualdade de Gênero: Uma avaliação composta que reflete a desigualdade de realização entre mulheres e homens em três dimensões: saúde reprodutiva, capacitação e mercado de trabalho. Para saber mais sobre o cálculo do Índice de Desenvolvimento Humano por Gênero, consultar a <i>Nota técnica 4</i> em http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2023_technical_notes.pdf .	Coluna 2: Cálculos baseados nos dados da coluna 1.
c	Taxa de mortalidade materna: Número de mortes devidas a causas relacionadas com a gravidez por 100.000 nascidos-vivos.	Coluna 3: OMS, UNICEF, FNUAP, Grupo do Banco Mundial e DAESNU/Divisão de População 2023.
d	Taxa de natalidade na adolescência: Número de nascimentos por 1.000 mulheres com idades compreendidas entre os 15 e os 19 anos.	Coluna 4: DAESNU 2022.
e	Porcentagem de assentos no parlamento: Proporção de assentos ocupados por mulheres no parlamento nacional, expressa em percentagem do total de assentos. Para países com um sistema legislativo bicameral, a percentagem de assentos é calculada com base em ambas as câmaras.	Coluna 5: UIP 2023.
f	População com pelo menos algum ensino secundário: Percentagem da população com 25 anos ou mais que atingiu (mas não necessariamente completou) um nível secundário de educação.	Colunas 6 e 7: Barro e Lee 2018, Inquéritos Demográficos e de Saúde do ICF Macro, OCDE 2023, Instituto de Estatística da UNESCO 2023 e Inquéritos de Grupo para Indicadores Múltiplos da UNICEF.
g	Taxa de participação na força de trabalho: Proporção da população em idade ativa (15 anos ou mais) que se envolve no mercado de trabalho, quer trabalhando ou procurando ativamente trabalho, expressa como uma percentagem da população em idade ativa.	Colunas 8 e 9: OIT 2023.
h		
i		
j		
k		
l		
m		
n		
o		
p		
q		
r		
s		
t		
u		
v		
w		
x		
y		
z		
aa		
ab		
ac		
ad		

TABELA 6

Índice de Pobreza Multidimensional: países em vias de desenvolvimento

País	Ano e inquérito ^a	Índice de Pobreza Multidimensional ^f	População em pobreza multidimensional ^a							Contribuição da privação em dimensão para a pobreza multidimensional global ^g			População a viver abaixo do limiar de pobreza monetária (%)	
			Contagem de pessoas		Intensidade da privação	Desigualdade entre as pessoas pobres	População em pobreza multidimensional grave	População vulnerável à pobreza multidimensional ^h	Saúde	Educação	Nível de vida	Limiar nacional de pobreza	PPC 2,15 \$ por dia	
			(milhares)	(%)										(%)
			2011-2022	Valor	No ano do inquérito	2021	Valor	(%)	(%)	(%)	(%)	2011-2021 ^c	2011-2021 ^c	
Estimativas baseadas em inquéritos relativos a 2017-2022														
Albânia	2017/2018 D	0,003	0,7	20	20	39,1	.. ^d	0,1	5,0	28,3	55,1	16,7	21,8	0,0
Argélia	2018/2019 M	0,005	1,4	590	610	39,2	0,007	0,2	3,6	31,2	49,3	19,5	5,5	0,5
Argentina	2019/2020 ^{Ma}	0,001 ^f	0,4 ^f	195 ^f	196 ^f	34,0 ^f	.. ^d	0,0 ^f	1,6 ^f	69,7 ^f	21,4 ^f	8,9 ^f	42,0	1,0
Bangladeche	2019 ^M	0,104	24,6	40.784	41.730	42,2	0,010	6,5	18,2	17,3	37,6	45,1	24,3	13,5
Benim	2017/2018 D	0,368	66,8	7.976	8.682	55,0	0,025	40,9	14,7	20,8	36,3	42,9	38,5	19,9
Burundi	2016/2017 ^D	0,409 ^g	75,1 ^g	8.378 ^g	9.426 ^g	54,4 ^g	0,022 ^g	46,1 ^g	15,8 ^g	23,8 ^g	27,2 ^g	49,0 ^g	64,9	65,1
Camboja	2021/2022 ^D	0,070	16,6	2.791	2.761	42,3	0,009	4,1	20,5	21,5	48,0	30,5	17,7	..
Camarões	2018 ^D	0,232	43,6	10.931	11.856	53,2	0,026	24,6	17,6	25,2	27,6	47,1	37,5	25,7
República Centro-Africana	2018/2019 M	0,461	80,4	4.189	4.388	57,4	0,025	55,8	12,9	20,2	27,8	52,0
Chade	2019 ^M	0,517	84,2	13.575	14.461	61,4	0,024	64,6	10,7	19,1	36,6	44,3	42,3	30,9
Congo (República Democrática do)	2017/2018 M	0,331	64,5	56.187	61.869	51,3	0,020	36,8	17,4	23,1	19,9	57,0	63,9	69,7
Costa Rica	2018 M	0,002 ^h	0,5 ^h	27 ^h	28 ^h	37,1 ^h	.. ^d	0,0 ^h	2,4 ^h	40,5 ^h	41,0 ^h	18,5 ^h	30,0	1,2
Cuba	2019 ^M	0,003 ^f	0,7 ^f	80 ^f	80 ^f	38,1 ^f	.. ^d	0,1 ^f	2,7 ^f	10,1 ^f	39,8 ^f	50,1 ^f
República Dominicana	2019 ^M	0,009	2,3	247	252	38,8	0,006	0,2	4,8	14,6	46,2	39,2	21,0	0,9
Equador	2018 ^N	0,008	2,1	356	372	38,0	0,004	0,1	5,9	33,9	27,3	38,8	33,0	3,6
Etiópia	2019 ^D	0,367	68,7	78.443	82.679	53,3	0,022	41,9	18,4	14,0	31,5	54,5	23,5	27,0
Ilhas Fiji	2021 ^M	0,006	1,5	14	14	38,1	.. ^d	0,2	7,4	38,0	17,4	44,6	24,1	1,3
Gâmbia	2019/2020 ^D	0,198	41,7	1.074	1.101	47,5	0,016	17,3	28,0	32,7	33,0	34,3	48,6	17,2
Geórgia	2018 M	0,001 ^f	0,3 ^f	13 ^f	13 ^f	36,6 ^f	.. ^d	0,0 ^f	2,1 ^f	47,1 ^f	23,8 ^f	29,1 ^f	21,3	5,5
Gana	2017/2018 M	0,111	24,6	7.606	8.089	45,1	0,014	8,4	20,1	23,6	30,5	45,9	23,4	25,2
Guiné	2018 ^D	0,373	66,2	8.313	8.960	56,4	0,025	43,5	16,4	21,4	38,4	40,3	43,7	13,8
Guiné-Bissau	2018/2019 M	0,341	64,4	1.269	1.327	52,9	0,021	35,9	20,0	19,1	35,0	45,8	47,7	21,7
Guiana	2019/2020 ^M	0,007 ⁱ	1,8 ⁱ	15 ⁱ	15 ⁱ	39,3 ⁱ	0,007 ⁱ	0,2 ⁱ	6,5 ⁱ	30,4 ⁱ	22,4 ⁱ	47,2 ⁱ
Haiti	2016/2017 ^D	0,200	41,3	4.483	4.724	48,4	0,019	18,5	21,8	18,5	24,6	57,0	58,5	29,2
Honduras	2019 ^M	0,051	12,0	1.193	1.231	42,7	0,011	3,0	14,8	18,8	39,2	42,0	48,0	12,7
Índia	2019/2021 ^D	0,069	16,4	230.739	230.739	42,0	0,010	4,2	18,7	32,2	28,2	39,7	21,9	10,0
Indonésia	2017 ^D	0,014 ^j	3,6 ^j	9.572 ^j	9.907 ^j	38,7 ^j	0,006 ^j	0,4 ^j	4,7 ^j	34,7 ^j	26,8 ^j	38,5 ^j	9,8	3,5
Iraque	2018 M	0,033	8,6	3.505	3.759	37,9	0,005	1,3	5,2	33,1	60,9	6,0	18,9	0,1
Jamaica	2018 ^N	0,011 ^k	2,8 ^k	78 ^k	78 ^k	38,9 ^k	0,005 ^k	0,2 ^k	5,0 ^k	52,2 ^k	20,9 ^k	26,9 ^k	19,9	..
Jordânia	2017/2018 D	0,002	0,4	45	48	35,4	.. ^d	0,0	0,7	37,5	53,5	9,0	15,7	..
Quiribati	2018/2019 M	0,080	19,8	25	26	40,5	0,006	3,5	30,2	30,3	12,1	57,6	21,9	1,7
Quiruzistão	2018 M	0,001	0,4	24	26	36,3	.. ^d	0,0	5,2	64,6	17,9	17,5	25,3	1,3
República Democrática Popular do Laos	2017 ^M	0,108	23,1	1.615	1.713	47,0	0,016	9,6	21,2	21,5	39,7	38,8	18,3	7,1
Lesoto	2018 M	0,084 ^h	19,6 ^h	431 ^h	447 ^h	43,0 ^h	0,009 ^h	5,0 ^h	28,6 ^h	21,9 ^h	18,1 ^h	60,0 ^h	49,7	32,4
Libéria	2019/2020 ^D	0,259	52,3	2.662	2.717	49,6	0,018	24,9	23,3	19,7	28,6	51,7	50,9	27,6
Madagáscar	2021 ^D	0,386	68,4	19.784	19.784	56,4	0,026	45,8	15,4	17,8	31,6	50,6	70,7	80,7
Maláui	2019/2020 ^M	0,231	49,9	9.666	9.922	46,3	0,012	17,5	27,5	18,6	25,5	55,9	50,7	70,1
Maldivas	2016/2017 ^D	0,003	0,8	4	4	34,4	.. ^d	0,0	4,8	80,7	15,1	4,2	5,4	0,0
Mali	2018 ^D	0,376	68,3	13.622	14.968	55,0	0,022	44,7	15,3	19,6	41,2	39,3	44,6	14,8
Mauritânia	2019/2021 ^D	0,327	58,4	2.697	2.697	56,0	0,024	38,0	12,3	17,7	42,4	39,9	31,8	6,5
México	2021 ^N	0,016 ^{lm}	4,1 ^{lm}	5.156 ^{lm}	5.156 ^{lm}	40,5 ^{lm}	0,007 ^{lm}	0,8 ^{lm}	3,5 ^{lm}	64,1 ^{lm}	13,6 ^{lm}	22,3 ^{lm}	43,9	3,1
Mongólia	2018 M	0,028 ⁿ	7,3 ⁿ	230 ⁿ	243 ⁿ	38,8 ⁿ	0,004 ⁿ	0,8 ⁿ	15,5 ⁿ	21,1 ⁿ	26,8 ⁿ	52,1 ⁿ	27,8	0,7
Montenegro	2018 M	0,005	1,2	8	8	39,6	.. ^d	0,1	2,9	58,5	22,3	19,2	22,6	2,8
Marrocos	2017/2018 ^P	0,027 ^o	6,4 ^o	2.285 ^o	2.358 ^o	42,0 ^o	0,012 ^o	1,4 ^o	10,9 ^o	24,4 ^o	46,8 ^o	28,8 ^o	4,8	1,4
Moçambique	2019/2020 ^N	0,372 ^{kp}	61,9 ^{kp}	19.310 ^{kp}	19.866 ^{kp}	60,0 ^{kp}	0,037 ^{kp}	43,0 ^{kp}	13,9 ^{kp}	27,3 ^{kp}	26,3 ^{kp}	46,4 ^{kp}	46,1	64,6
Nepal	2019 ^M	0,074	17,5	5.047	5.258	42,5	0,010	4,9	17,8	23,2	33,9	43,0
Nigéria	2021 ^M	0,175 ^{la}	33,0 ^{la}	70.516 ^{la}	70.516 ^{la}	52,9 ^{la}	0,027 ^{la}	18,1 ^{la}	16,6 ^{la}	19,5 ^{la}	35,5 ^{la}	45,0 ^{la}	40,1	30,9
Macedónia do Norte	2018/2019 M	0,001	0,4	8	8	38,2	.. ^d	0,1	2,2	29,6	52,6	17,8	21,8	2,7
Paquistão	2017/2018 D	0,198	38,3	84.228	88.701	51,7	0,023	21,5	12,9	27,6	41,3	31,1	21,9	4,9
Palestina (Estado da)	2019/2020 ^M	0,002	0,6	28	29	35,0	.. ^d	0,0	1,3	62,9	31,0	6,1	29,2	0,5
Papua-Nova Guiné	2016/2018 D	0,263 ^j	56,6 ^j	5.283 ^j	5.634 ^j	46,5 ^j	0,016 ^j	25,8 ^j	25,3 ^j	4,6 ^j	30,1 ^j	65,3 ^j
Peru	2021 ^N	0,026	6,6	2.236	2.236	38,9	0,006	0,9	10,4	14,0	33,6	52,4	30,1	2,9
Filipinas	2017 ^D	0,024 ⁱ	5,8 ⁱ	6.187 ⁱ	6.600 ⁱ	41,8 ⁱ	0,010 ⁱ	1,3 ⁱ	7,3 ⁱ	20,3 ⁱ	31,0 ⁱ	48,7 ⁱ	16,7	3,0
Ruanda	2019/2020 ^D	0,231	48,8	6.418	6.572	47,3	0,014	19,7	22,7	19,0	26,6	54,4	38,2	52,0
Samoa	2019/2020 ^M	0,025	6,3	14	14	39,1	0,003	0,5	12,9	36,9	31,2	31,9	20,3	1,2
São Tomé e Príncipe	2019 ^M	0,048	11,7	25	26	40,9	0,007	2,1	17,0	18,7	36,6	44,6	66,7	15,6
Senegal	2019 ^D	0,263	50,8	8.134	8.579	51,7	0,019	27,7	18,2	20,7	48,4	30,9	46,7	9,3
Sérvia	2019 ^M	0,000 ^{lr}	0,1 ^{lr}	8 ^{lr}	8 ^{lr}	38,1 ^{lr}	.. ^d	0,0 ^{lr}	2,1 ^{lr}	30,9 ^{lr}	40,1 ^{lr}	29,0 ^{lr}	21,7	1,6
Seicheles	2019 N	0,003 ^{hs}	0,9 ^{hs}	1 ^{hs}	1 ^{hs}	34,2 ^{hs}	.. ^d	0,0 ^{hs}	0,4 ^{hs}	66,8 ^{hs}	32,1 ^{hs}	1,1 ^{hs}	25,3	0,5

TABELA 6

País	ODS 1.2											ODS 1.1				
	População em pobreza multidimensional ^a											Contribuição da privação em dimensão para a pobreza multidimensional global ^a			População a viver abaixo do limiar de pobreza monetária (%)	
	Índice de Pobreza Multidimensional ^a		Contagem de pessoas (milhares)				Desigualdade entre as pessoas pobres	População em pobreza multidimensional grave	População vulnerável à pobreza multidimensional ^b	Saúde	Educação	Nível de vida	Limiar nacional de pobreza	PPC 2,15 \$ por dia		
	Ano e inquérito ^b	Valor	(%)	^{no} ano do inquérito	2021	(%)									Valor	(%)
Serra Leoa	2019 ^d	0,293	59,2	4.765	4.987	49,5	0,019	28,0	21,3	23,0	24,1	53,0	56,8	26,1		
Suriname	2018 M	0,011	2,9	17	17	39,4	0,007	0,4	4,0	20,4	43,8	35,8		
Tajiquistão	2017 ^d	0,029	7,4	664	726	39,0	0,004	0,7	20,1	47,8	26,5	25,8	26,3	6,1		
Tailândia	2019 ^m	0,002 ^f	0,6 ^f	412 ^f	414 ^f	36,7 ^f	0,003 ^f	0,1 ^f	6,1 ^f	38,3 ^f	45,1 ^f	16,7 ^f	16,7 ^f	0,0		
Togo	2017 ^m	0,180	37,6	2.954	3.252	47,8	0,016	15,2	23,8	20,9	28,1	50,9	45,5	28,1		
Tonga	2019 ^m	0,003	0,9	1	1	38,1	.. ^d	0,0	6,4	38,2	40,7	21,1	..	1,8		
Tunísia	2018 M	0,003	0,8	94	97	36,5	.. ^d	0,1	2,4	24,4	61,6	14,0	15,2	0,1		
Turquemenistão	2019 ^m	0,001 ^h	0,2 ^h	15 ^h	16 ^h	34,0 ^h	.. ^d	0,0 ^h	0,3 ^h	82,4 ^h	15,5 ^h	2,1 ^h		
Tuvalu	2019/2020 ^m	0,008	2,1	0	0	38,2	0,002	0,0	12,2	36,5	43,6	20,0		
Usbequistão	2021/2022 ^m	0,006 ^{jt}	1,7 ^{jt}	599 ^{jt}	589 ^{jt}	35,3 ^{jt}	0,001 ^{jt}	0,1 ^{jt}	0,2 ^{jt}	94,5 ^{jt}	0,0 ^{jt}	5,5 ^{jt}	14,1	..		
Vietname	2020/2021 ^m	0,008 ^j	1,9 ^j	1.871 ^j	1.871 ^j	40,3 ^j	0,010 ^j	0,4 ^j	3,5 ^j	22,9 ^j	40,7 ^j	36,4 ^j	6,7	0,7		
Zâmbia	2018 ^o	0,232	47,9	8.544	9.329	48,4	0,015	21,0	23,9	21,5	25,0	53,5	54,4	61,4		
Zimbabué	2019 ^m	0,110	25,8	3.961	4.126	42,6	0,009	6,8	26,3	23,6	17,3	59,2	38,3	39,8		
Estimativas baseadas em inquéritos relativos a 2011-2016																
Afeganistão	2015/2016 ^p	0,272 ^j	55,9 ^j	19.365 ^j	22.420 ^j	48,6 ^j	0,020 ^j	24,9 ^j	18,1 ^j	10,0 ^j	45,0 ^j	45,0 ^j	54,5	..		
Angola	2015/2016 ^o	0,282	51,1	14.899	17.633	55,3	0,024	32,5	15,5	21,2	32,1	46,8	32,3	31,1		
Arménia	2015/2016 ^p	0,001 ^q	0,2 ^q	5 ^q	5 ^q	36,2 ^q	.. ^d	0,0 ^q	2,8 ^q	33,1 ^q	36,8 ^q	30,1 ^q	26,5	0,5		
Barbados	2012 ^m	0,009 ^k	2,5 ^k	7 ^k	7 ^k	34,2 ^k	.. ^d	0,0 ^k	0,5 ^k	96,0 ^k	0,7 ^k	3,3 ^k		
Belize	2015/2016 ^m	0,017	4,3	16	17	39,8	0,007	0,6	8,4	39,5	20,9	39,6		
Bolívia (Estado Plurinacional da)	2016 ⁿ	0,038	9,1	1.020	1.094	41,7	0,008	1,9	12,1	18,7	31,5	49,8	36,4	2,0		
Bósnia-Herzegovina	2011/2012 ^m	0,008 ^k	2,2 ^k	80 ^k	72 ^k	37,9 ^k	0,002 ^k	0,1 ^k	4,1 ^k	79,7 ^k	7,2 ^k	13,1 ^k	16,9	0,1		
Botsuana	2015/2016 ⁿ	0,073 ^u	17,2 ^u	405 ^u	446 ^u	42,2 ^u	0,008 ^u	3,5 ^u	19,7 ^u	30,3 ^u	16,5 ^u	53,2 ^u	..	15,4		
Brasil	2015 ^{nv}	0,016 ^{lv}	3,8 ^{lv}	7.883 ^{lv}	8.234 ^{lv}	42,5 ^{lv}	0,008 ^{lv}	0,9 ^{lv}	6,2 ^{lv}	49,8 ^{lv}	22,9 ^{lv}	27,3 ^{lv}	..	5,8		
China	2014 ^{nw}	0,016 ^{xv}	3,9 ^{xv}	53.815 ^{xv}	55.396 ^{xv}	41,4 ^{xv}	0,005 ^{xv}	0,3 ^{xv}	17,4 ^{xv}	35,2 ^{xv}	39,2 ^{xv}	25,6 ^{xv}	0,0	0,1		
Colômbia	2015/2016 ^p	0,020 ^j	4,8 ^j	2.308 ^j	2.497 ^j	40,6 ^j	0,009 ^j	0,8 ^j	6,2 ^j	12,0 ^j	39,5 ^j	48,5 ^j	39,3	6,6		
Comores	2012 ^o	0,181	37,3	255	306	48,5	0,020	16,1	22,3	20,8	31,6	47,6	42,4	18,6		
Congo	2014/2015 ^m	0,112	24,3	1.229	1.416	46,0	0,013	9,4	21,3	23,4	20,2	56,4	40,9	35,4		
Costa do Marfim	2016 ⁿ	0,236	46,1	11.155	12.659	51,2	0,019	24,5	17,6	19,6	40,4	40,0	39,5	11,4		
Egito	2014 ^o	0,020 ^{gh}	5,2 ^{gh}	5.008 ^{gh}	5.724 ^{gh}	37,6 ^{gh}	0,004 ^{gh}	0,6 ^{gh}	6,1 ^{gh}	40,0 ^{gh}	53,1 ^{gh}	6,9 ^{gh}	32,5	1,5		
El Salvador	2014 ^m	0,032	7,9	488	496	41,3	0,009	1,7	9,9	15,5	43,4	41,1	26,2	3,6		
Essuatíni (Reino de)	2014 ^m	0,081	19,2	216	229	42,3	0,009	4,4	20,9	29,3	17,9	52,8	58,9	36,1		
Gabão	2012 ^o	0,070 ^q	15,6 ^q	287 ^q	365 ^q	44,7 ^q	0,013 ^q	5,1 ^q	18,4 ^q	32,7 ^q	21,4 ^q	46,0 ^q	33,4	2,5		
Guatemala	2014/2015 ^p	0,134	28,9	4.621	5.086	46,2	0,013	11,2	21,1	26,3	35,0	38,7	59,3	9,5		
Cazaquistão	2015 ^m	0,002 ^{lo}	0,5 ^{lo}	81 ^{lo}	87 ^{lo}	35,6 ^{lo}	.. ^d	0,0 ^{lo}	1,8 ^{lo}	90,4 ^{lo}	3,1 ^{lo}	6,4 ^{lo}	5,2	0,0		
Quênia	2014 ^p	0,171 ^q	37,5 ^q	17.176 ^q	19.865 ^q	45,6 ^q	0,014 ^q	12,4 ^q	35,8 ^q	23,5 ^q	15,0 ^q	61,5 ^q	36,1	29,4		
Líbia	2014 ^p	0,007	2,0	122	135	37,1	0,003	0,1	11,4	39,0	48,6	12,4		
Moldávia (República da)	2012 ^m	0,004	0,9	33	29	37,4	.. ^d	0,1	3,7	9,2	42,4	48,4	24,5	0,0		
Mianmar	2015/2016 ^o	0,176	38,3	19.883	20.613	45,9	0,015	13,8	21,9	18,5	32,3	49,2	24,8	2,0		
Namíbia	2013 ^p	0,185 ^q	40,9 ^q	901 ^q	1.034 ^q	45,2 ^q	0,013 ^q	13,1 ^q	19,2 ^q	31,6 ^q	13,9 ^q	54,4 ^q	17,4	15,6		
Nicarágua	2011/2012 ^o	0,074 ^q	16,5 ^q	993 ^q	1.128 ^q	45,3 ^q	0,013 ^q	5,6 ^q	13,4 ^q	11,5 ^q	36,2 ^q	52,3 ^q	24,9	3,9		
Niger	2012 ^o	0,601 ^q	91,0 ^q	16.333 ^q	22.973 ^q	66,1 ^q	0,026 ^q	76,3 ^q	4,9 ^q	21,4 ^q	36,7 ^q	41,8 ^q	40,8	50,6		
Paraguai	2016 ^m	0,019	4,5	282	302	41,9	0,013	1,0	7,2	14,3	38,9	46,8	26,9	0,7		
Santa Lúcia	2012 ^m	0,007 ^k	1,9 ^k	3 ^k	3 ^k	37,5 ^k	.. ^d	0,0 ^k	1,6 ^k	69,5 ^k	7,5 ^k	23,0 ^k	25,0	5,1		
África do Sul	2016 ^o	0,025	6,3	3.530	3.716	39,8	0,005	0,9	12,2	39,5	13,1	47,4	55,5	20,5		
Sri Lanca	2016 ⁿ	0,011	2,9	626	636	38,3	0,004	0,3	14,3	32,5	24,4	43,0	4,1	1,0		
Sudão	2014 ^m	0,279	52,3	19.363	23.892	53,4	0,023	30,9	17,7	21,1	29,2	49,8	..	15,3		
Tanzânia (República Unida da)	2015/2016 ^p	0,284 ^q	57,1 ^q	31.046 ^q	36.288 ^q	49,8 ^q	0,016 ^q	27,5 ^q	23,4 ^q	22,5 ^q	22,3 ^q	55,2 ^q	26,4	44,9		
Timor-Leste	2016 ^o	0,222 ^q	48,3 ^q	591 ^q	637 ^q	45,9 ^q	0,014 ^q	17,4 ^q	26,8 ^q	29,3 ^q	23,1 ^q	47,6 ^q	41,8	24,4		
Trindade e Tobago	2011 ^m	0,002 ^f	0,6 ^f	9 ^f	10 ^f	38,0 ^f	.. ^d	0,1 ^f	3,7 ^f	45,5 ^f	34,0 ^f	20,5 ^f		
Uganda	2016 ^o	0,281 ^q	57,2 ^q	22.152 ^q	26.214 ^q	49,2 ^q	0,017 ^q	25,7 ^q	23,6 ^q	24,0 ^q	21,6 ^q	54,5 ^q	20,3	42,2		
Ucrânia	2012 ^m	0,001 ^{si}	0,2 ^{si}	111 ^{si}	106 ^{si}	34,4 ^{si}	.. ^d	0,0 ^{si}	0,4 ^{si}	60,5 ^{si}	28,4 ^{si}	11,2 ^{si}	1,6	0,0		
Iémen	2013 ^o	0,245 ^q	48,5 ^q	13.078 ^q	15.985 ^q	50,6 ^q	0,021 ^q	24,3 ^q	22,3 ^q	29,0 ^q	30,4 ^q	40,6 ^q	48,6	19,8		
Países em vias de desenvolvimento	-	0,088	18,2	1051611	1116713	48,5	0,017	7,9	14,8	24,2	31,6	44,2	20,1	10,5		
Regiões																
Estados Árabes	-	0,074	15,1	44.119	52.636	48,9	0,019	6,9	9,0	26,1	34,3	39,7	23,4	4,7		
Ásia Oriental e Pacífico	-	0,022	5,1	102.302	105.845	42,4	0,008	0,9	14,4	28,1	35,8	36,1	3,8	0,8		
Europa e Ásia Central	-	0,004	1,2	1.671	1.713	37,1	0,003	0,1	2,5	66,7	16,5	16,8	12,2	0,7		
América Latina e Caraíbas	-	0,024	5,6	31.712	33.258	43,1	0,011	1,5	6,5	33,5	27,6	38,9	37,9	4,9		
Ásia do Sul	-	0,091	20,5	380.793	389.488	44,6	0,014	6,9	17,9	27,9	33,7	38,3	22,6	9,2		
África Subariana	-	0,262	49,5	491.015	533.772	52,9	0,022	27,9	18,6	20,6	29,6	49,8	41,1	37,4		

TABELA 6 / ÍNDICE DE POBREZA MULTIDIMENSIONAL: PAÍSES EM VIAS DE DESENVOLVIMENTO

Notas	
a	Nem todos os indicadores estavam disponíveis para todos os países; deve ser usada cautela nas comparações transnacionais. Nos casos em que falta um indicador, a ponderação dos indicadores disponíveis foi ajustada para totalizar 100 por cento. Para saber mais, consultar a <i>Nota técnica 5</i> em http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2023_technical_notes.pdf .
b	<i>D</i> indica que os dados provêm de Inquéritos sobre Demografia e Saúde, <i>M</i> indica que os dados provêm de Inquéritos de Grupo para Indicadores Múltiplos, <i>N</i> indica que os dados provêm de inquéritos nacionais e <i>P</i> indica que os dados provêm do Inquérito Pan-árabe sobre População e Saúde Familiar (consultar a lista de inquéritos nacionais em https://hdr.undp.org/mpi-2023-faqs and <i>Methodological Note 55</i> at https://ophi.org.uk/mpi-methodological-note-55/).
c	Dados relativos ao ano mais recente disponível durante o período especificado.
d	O valor não é indicado porque se baseia num pequeno número de pessoas multidimensionalmente pobres.
e	Apenas áreas urbanas.
f	Tem em conta as mortes infantis ocorridas em qualquer momento, dado que o inquérito não recolheu a data das mortes infantis.
g	Estimativa revista do IPM de 2020.
h	Falta o indicador sobre combustível para cozinhar.
i	Estimativa revista do IPM de 2022 com base na atualização de microdados do inquérito.
j	Falta o indicador sobre nutrição.
k	Falta o indicador sobre mortalidade infantil.
l	Os dados relativos à mortalidade infantil não foram utilizados porque foram recolhidos de uma amostra de mulheres com idades compreendidas entre os 15 e 49 anos que não era representativa da população feminina nessa faixa etária.
m	Os dados antropométricos foram recolhidos de todas as crianças com idade inferior a 5 anos e de indivíduos selecionados com idade igual ou superior a 5 anos. A construção do indicador de nutrição restringiu-se a crianças com menos de 5 anos, uma vez que a amostra antropométrica é representativa da população com menos de 5 anos.
n	O indicador sobre saneamento obedece à classificação nacional, na qual as latrinas convencionais com lajes se consideram não melhoradas.
o	Na sequência do relatório nacional, as latrinas são consideradas uma fonte melhorada para o indicador saneamento.
p	Cerca de 235 agregados familiares estavam presentes no ficheiro de dados individual, mas não no ficheiro de dados de ativos. Presume-se que estes agregados familiares possuíam zero ativos relevantes.
q	A amostra analítica restringiu-se à amostra dos Inquéritos de Grupo para Indicadores Múltiplos e foi utilizado o peso da amostra, uma vez que a informação relativa à mortalidade infantil não foi recolhida para a amostra do Inquérito Nacional de Cobertura de Imunização.

r	Dada a elevada proporção de crianças excluídas dos indicadores de nutrição devido à não realização de medições, as estimativas baseadas no Inquérito de Grupos de Indicadores Múltiplos de 2019 da Sérvia devem ser interpretadas com cautela. O tamanho da amostra não ponderada utilizada para o cálculo da pobreza multidimensional é de 82,8 por cento.
s	Falta o indicador sobre frequência escolar.
t	A amostra analítica restringiu-se à amostra da ronda 2 uma vez que não foram recolhidas questões sobre o nível de vida para a amostra da ronda 1.
u	Reflete, unicamente, os óbitos de crianças com idade inferior a 5 anos falecidas nos cinco anos anteriores e os óbitos de crianças com idades compreendidas entre os 12 e os 18 anos falecidas nos dois anos anteriores.
v	A metodologia foi ajustada para ter em conta o indicador em falta sobre a nutrição e o indicador incompleto sobre a mortalidade infantil (o inquérito não recolheu a data das mortes infantis).
w	Com base na versão dos dados acedida em 7 de junho de 2016.
x	Dadas as informações disponíveis nos dados, a mortalidade infantil foi calculada com base nas mortes ocorridas entre os inquéritos, ou seja, entre 2012 e 2014. As mortes infantis comunicadas por um homem adulto do agregado familiar foram tidas em conta, uma vez que a data da morte foi comunicada.
y	Falta o indicador sobre habitação.

Definições

Índice de Pobreza Multidimensional: Proporção da população que é multidimensionalmente pobre ajustada pela intensidade das privações. Para saber mais sobre o cálculo do Índice de Pobreza Multidimensional, consultar a *Nota técnica 5* em http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2023_technical_notes.pdf.

Contagem de pessoas em situação de pobreza multidimensional: População com uma pontuação de privações de, pelo menos, 33,3 por cento. Expressa em percentagem da população no ano do inquérito, número de pessoas multidimensionalmente pobres no ano do inquérito e número projetado de pessoas multidimensionalmente pobres em 2021.

Intensidade da privação da pobreza multidimensional: A pontuação média de privações sentidas pelas pessoas em estado de pobreza multidimensional.

Desigualdade entre as pessoas pobres: Variação da pontuação de privação individual das pessoas pobres. Calcula-se subtraindo a pontuação de privação de cada pessoa multidimensionalmente pobre da intensidade, ajustando as diferenças e dividindo a soma dos quadrados ponderados pelo número de pessoas multidimensionalmente pobres.

População em pobreza multidimensional grave: Percentagem da população em pobreza multidimensional grave, ou seja, aqueles com uma pontuação de privação de 50 por cento ou mais.

População vulnerável à pobreza multidimensional: Percentagem da população em risco de sofrer privações múltiplas, ou seja, aqueles com uma pontuação de privação entre 20 e 33,3 por cento.

Contribuição da privação em dimensão para a pobreza multidimensional global: Percentagem do Índice de Pobreza Multidimensional atribuída às privações em cada dimensão.

População a viver abaixo do limiar nacional de pobreza: Percentagem da população que vive abaixo do limiar nacional de pobreza, que é o limiar de pobreza considerado apropriado para um país pelas suas autoridades. As estimativas nacionais baseiam-se em estimativas de subgrupos ponderados pela população a partir de inquérito às famílias.

População que vive abaixo do PPC de 2,15 \$ por dia: Percentagem da população que vive abaixo do limiar internacional de pobreza de 2,15 \$ [em termos de paridade de poder de compra (PPC) em 2017] por dia.

Fontes de dados principais

Coluna 1: Referente ao ano e ao inquérito cujos dados foram utilizados para calcular o valor do Índice de Pobreza Multidimensional do país e os seus componentes.

Colunas 2–12: Cálculos do GRDH e OPHI baseados em dados sobre as privações dos agregados familiares em termos de saúde, educação e nível de vida, a partir de vários inquéritos enumerados na coluna 1, utilizando a metodologia descrita na *Nota técnica 5* em http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2023_technical_notes.pdf. As colunas 4 e 5 utilizam também dados referentes à população do DAESNU (2022).

Colunas 13 e 14: Banco Mundial 2022.

TABELA 7

Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado às Pressões sobre o Planeta

CLASSIFICAÇÃO DO IDH	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	IDH Ajustado às Pressões sobre o Planeta (IDHP)			Fator de correção relativo às pressões sobre o planeta	ODS 9.4 Emissões de dióxido de carbono per capita (produção)	Índice de emissões (produção) de dióxido de carbono	ODS 8.4, 12.2 Pegada material per capita	Índice de pegada material	
	Valor	Valor	Diferença do valor do IDH* (%)	Diferença da classificação do IDH*	Valor	(toneladas)	Valor	(toneladas)	Valor	
	2022	2022	2022	2022	2022	2021	2021	2022	2022	
Desenvolvimento humano muito elevado										
1	Suíça	0,967	0,826	14,6	-6	0,854	4,1	0,946	33,6	0,761
2	Noruega	0,966	0,808	16,4	-12	0,837	7,6	0,901	32,1	0,772
3	Islândia	0,959	0,806	16,0	-14	0,841	9,5	0,876	27,4	0,805
4	Hong Kong, China (RAE)	0,956	4,4	0,943
5	Dinamarca	0,952	0,839	11,9	2	0,881	5,1	0,934	24,2	0,828
5	Suécia	0,952	0,839	11,9	2	0,881	3,7	0,952	26,7	0,811
7	Alemanha	0,950	0,833	12,3	1	0,876	8,1	0,894	19,9	0,859
7	Irlanda	0,950	0,814	14,3	-4	0,857	7,5	0,902	26,3	0,813
9	Singapura	0,949	0,745	21,5	-38	0,785	9,4	0,877	43,2	0,694
10	Austrália	0,946	0,763	19,3	-29	0,807	14,9	0,805	26,9	0,809
10	Países Baixos	0,946	0,796	15,9	-12	0,842	8,0	0,896	29,8	0,788
12	Bélgica	0,942	0,803	14,8	-8	0,852	8,2	0,892	26,5	0,811
12	Finlândia	0,942	0,787	16,5	-12	0,835	6,9	0,911	33,9	0,760
12	Listenstaine	0,942	3,7	0,951
15	Reino Unido	0,940	0,846	10,0	12	0,900	5,2	0,933	18,7	0,868
16	Nova Zelândia	0,939	0,814	13,3	4	0,867	6,7	0,913	25,2	0,821
17	Emirados Árabes Unidos	0,937	0,688	26,6	-58	0,735	25,3	0,669	28,2	0,800
18	Canadá	0,935	0,726	22,4	-40	0,776	14,1	0,816	37,2	0,736
19	Coreia (República da)	0,929	0,775	16,6	-16	0,835	11,9	0,845	24,7	0,825
20	Luxemburgo	0,927	0,685	26,1	-58	0,739	13,2	0,828	49,2	0,651
20	Estados Unidos	0,927	0,740	20,2	-30	0,798	14,9	0,805	29,3	0,792
22	Áustria	0,926	0,789	14,8	-2	0,852	7,4	0,903	28,0	0,801
22	Eslovénia	0,926	0,832	10,2	14	0,898	6,2	0,920	17,4	0,877
24	Japão	0,920	0,809	12,1	10	0,879	8,5	0,889	18,5	0,869
25	Israel	0,915	0,780	14,8	-7	0,852	6,2	0,920	30,2	0,785
25	Malta	0,915	0,806	11,9	6	0,881	3,1	0,960	28,0	0,801
27	Espanha	0,911	0,839	7,9	23	0,921	4,8	0,937	13,3	0,906
28	França	0,910	0,823	9,6	17	0,905	4,8	0,938	18,1	0,872
29	Chipre	0,907	0,803	11,5	8	0,886	5,6	0,926	21,8	0,845
30	Itália	0,906	0,825	8,9	20	0,910	5,7	0,926	14,8	0,895
31	Estónia	0,899	0,766	14,8	-8	0,852	7,8	0,898	27,3	0,806
32	Chéquia	0,895	0,782	12,6	3	0,874	9,2	0,880	18,6	0,868
33	Grécia	0,893	0,809	9,4	19	0,906	5,5	0,928	16,2	0,885
34	Barém	0,888	0,673	24,2	-54	0,758	26,1	0,660	20,3	0,856
35	Andorra	0,884	4,6	0,940
36	Polónia	0,881	0,780	11,5	3	0,885	8,6	0,887	16,5	0,883
37	Letónia	0,879	0,782	11,0	7	0,890	3,9	0,950	23,9	0,830
37	Lituânia	0,879	0,748	14,9	-10	0,851	5,0	0,935	32,8	0,767
39	Croácia	0,878	0,807	8,1	21	0,920	4,3	0,944	14,8	0,895
40	Catar	0,875	0,450	48,6	-108	0,514	39,9	0,479	63,6	0,548
40	Arábia Saudita	0,875	0,690	21,1	-35	0,789	17,6	0,771	27,1	0,808
42	Portugal	0,874	0,807	7,7	24	0,924	3,9	0,949	14,3	0,898
43	São Marino	0,867
44	Chile	0,860	0,786	8,6	16	0,914	4,6	0,940	15,8	0,888
45	Eslováquia	0,855	0,776	9,2	9	0,907	6,5	0,916	14,2	0,899
45	Turquia	0,855	0,783	8,4	15	0,916	5,3	0,930	13,8	0,902
47	Hungria	0,851	0,769	9,6	8	0,904	5,0	0,935	17,9	0,873
48	Argentina	0,849	0,782	7,9	17	0,921	4,2	0,945	14,5	0,897
49	Koweit	0,847	0,580	31,5	-68	0,685	24,3	0,683	44,0	0,688
50	Montenegro	0,844	3,7	0,952
51	São Cristóvão e Neves	0,838	4,7	0,939
52	Uruguai	0,830	0,784	5,5	21	0,945	2,4	0,969	11,2	0,921
53	Roménia	0,827	0,759	8,2	6	0,917	4,0	0,948	16,0	0,887
54	Antígua e Barbuda	0,826	6,4	0,916
55	Brunei Darussalã	0,823	0,576	30,0	-69	0,700	25,4	0,669	37,8	0,731
56	Federação Russa	0,821	0,725	11,7	-8	0,883	11,8	0,846	11,4	0,919
57	Bahamas	0,820	0,744	9,3	3	0,907	5,1	0,933	16,7	0,882
57	Panamá	0,820	0,773	5,7	16	0,943	2,7	0,965	11,1	0,921

Continuação -

TABELA 7

CLASSIFICAÇÃO DO IDH	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	IDH Ajustado às Pressões sobre o Planeta (IDHP)				Fator de correção relativo às pressões sobre o planeta	ODS 9.4		ODS 8.4, 12.2	
		Valor	Valor	Diferença do valor do IDH* (%)	Diferença da classificação do IDH*		Emissões de dióxido de carbono per capita (produção)	Índice de emissões (produção) de dióxido de carbono	Pegada material per capita	Índice de pegada material
59 Omã	0,819	0,593	27,6	-55	0,724	15,7	0,795	49,0	0,652	
60 Geórgia	0,814	0,767	5,8	17	0,942	2,9	0,962	10,9	0,922	
60 Trindade e Tobago	0,814	23,3	0,696	
62 Barbados	0,809	4,4	0,943	
63 Malásia	0,807	0,704	12,8	-11	0,872	8,3	0,892	20,8	0,852	
64 Costa Rica	0,806	0,763	5,3	17	0,947	1,5	0,981	12,2	0,913	
65 Sérvia	0,805	0,732	9,1	3	0,909	6,0	0,921	14,5	0,897	
66 Tailândia	0,803	0,750	6,6	14	0,934	3,7	0,951	11,8	0,916	
67 Cazaquistão	0,802	0,688	14,2	-15	0,858	13,3	0,827	15,6	0,889	
67 Seicheles	0,802	6,2	0,919	
69 Bielorrússia	0,801	6,4	0,917	
Desenvolvimento humano elevado										
70 Bulgária	0,799	0,720	9,9	0	0,901	6,1	0,920	16,5	0,883	
71 Palau	0,797	12,3	0,839	
72 Maurícia	0,796	3,1	0,959	
73 Granada	0,793	2,6	0,965	
74 Albânia	0,789	0,747	5,3	15	0,947	1,7	0,978	11,7	0,917	
75 China	0,788	0,679	13,8	-22	0,862	8,0	0,896	24,3	0,828	
76 Armênia	0,786	0,752	4,3	20	0,957	2,5	0,967	7,4	0,948	
77 México	0,781	0,734	6,0	13	0,939	3,7	0,952	10,3	0,927	
78 Irão (República Islâmica do)	0,780	0,715	8,3	3	0,917	7,8	0,898	8,9	0,937	
78 Sri Lanca	0,780	0,762	2,3	24	0,976	0,9	0,988	5,0	0,965	
80 Bósnia-Herzegovina	0,779	0,710	8,9	3	0,911	6,1	0,920	13,9	0,901	
81 São Vicente e Granadinas	0,772	2,3	0,970	
82 República Dominicana	0,766	0,732	4,4	14	0,956	2,1	0,972	8,5	0,940	
83 Equador	0,765	0,733	4,2	17	0,958	2,2	0,971	7,7	0,945	
83 Macedónia do Norte	0,765	0,715	6,5	7	0,935	3,7	0,952	11,6	0,917	
85 Cuba	0,764	0,740	3,1	22	0,968	1,9	0,976	5,6	0,960	
86 Moldávia (República da)	0,763	0,731	4,2	16	0,958	1,8	0,976	8,5	0,939	
87 Maldivas	0,762	3,3	0,957	
87 Peru	0,762	0,733	3,8	21	0,962	1,7	0,978	7,8	0,945	
89 Azerbaijão	0,760	0,719	5,4	13	0,946	3,7	0,951	8,3	0,941	
89 Brasil	0,760	0,702	7,6	7	0,924	2,3	0,970	17,1	0,879	
91 Colômbia	0,758	0,725	4,4	18	0,957	1,9	0,976	8,8	0,937	
92 Líbia	0,746	0,661	11,4	-19	0,886	9,5	0,876	14,6	0,896	
93 Argélia	0,745	0,702	5,8	11	0,942	4,1	0,947	8,7	0,938	
94 Turquemenistão	0,744	0,662	11,0	-15	0,890	11,0	0,856	10,7	0,924	
95 Guiana	0,742	4,4	0,942	
96 Mongólia	0,741	0,619	16,5	-23	0,836	11,4	0,851	25,3	0,820	
97 Domínica	0,740	2,1	0,973	
98 Tonga	0,739	1,8	0,976	
99 Jordânia	0,736	0,706	4,1	16	0,960	2,0	0,973	7,6	0,946	
100 Ucrânia	0,734	0,685	6,7	5	0,934	4,8	0,937	9,8	0,930	
101 Tunísia	0,732	0,701	4,2	14	0,957	2,9	0,962	6,7	0,952	
102 Ilhas Marshall	0,731	3,6	0,953	
102 Paraguai	0,731	0,684	6,4	4	0,936	1,4	0,982	15,4	0,891	
104 Ilhas Fiji	0,729	1,2	0,985	
105 Egito	0,728	0,695	4,5	14	0,955	2,3	0,971	8,4	0,940	
106 Usbequistão	0,727	0,696	4,3	16	0,958	3,4	0,955	5,6	0,960	
107 Vietname	0,726	0,681	6,2	5	0,938	3,6	0,953	10,8	0,924	
108 Santa Lúcia	0,725	2,6	0,966	
109 Líbano	0,723	0,680	5,9	5	0,940	4,2	0,945	9,2	0,935	
110 África do Sul	0,717	0,667	7,0	-1	0,930	7,2	0,906	6,7	0,953	
111 Palestina (Estado da)	0,716	0,695	2,9	19	0,970	0,7	0,991	7,1	0,949	
112 Indonésia	0,713	0,685	3,9	14	0,960	2,2	0,971	7,0	0,950	
113 Filipinas	0,710	0,687	3,2	16	0,968	1,3	0,984	6,8	0,952	
114 Botsuana	0,708	0,677	4,4	8	0,956	2,4	0,969	8,0	0,943	
115 Jamaica	0,706	0,676	4,2	8	0,957	2,3	0,969	7,7	0,945	
116 Samoa	0,702	1,2	0,985	

Continuação -

TABELA 7

CLASSIFICAÇÃO DO IDH	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	IDH Ajustado às Pressões sobre o Planeta (IDHP)			Fator de correção relativo às pressões sobre o planeta	ODS 9.4 Emissões de dióxido de carbono per capita (produção)	Índice de emissões (produção) de dióxido de carbono	ODS 8.4, 12.2 Pegada material per capita	Índice de pegada material	
	Valor	Valor	Diferença do valor do IDH* (%)	Diferença da classificação do IDH*	Valor	(toneladas)	Valor	(toneladas)	Valor	
	2022	2022	2022	2022	2022	2021	2021	2022	2022	
117	Quiruzistão	0,701	0,683	2,6	14	0,975	1,4	0,981	4,4	0,968
118	Belize	0,700	0,668	4,6	7	0,954	1,8	0,977	9,8	0,931
Desenvolvimento humano médio										
119	Venezuela (República Bolivariana da)	0,699	0,664	5,0	5	0,950	2,5	0,967	9,4	0,934
120	Bolívia (Estado Plurinacional da)	0,698	0,662	5,2	4	0,948	1,8	0,977	11,3	0,920
120	Marrocos	0,698	0,672	3,7	10	0,963	2,0	0,974	6,8	0,952
122	Nauru	0,696	4,3	0,944
123	Gabão	0,693	0,667	3,8	10	0,963	2,5	0,967	5,9	0,958
124	Suriname	0,690	6,0	0,922
125	Butão	0,681	0,615	9,7	-3	0,903	1,4	0,982	24,7	0,824
126	Taijiquistão	0,679	0,664	2,2	10	0,978	1,0	0,987	4,4	0,969
127	El Salvador	0,674	0,649	3,7	5	0,963	1,2	0,985	8,2	0,942
128	Iraque	0,673	0,643	4,5	5	0,956	3,9	0,949	5,2	0,963
129	Bangladeche	0,670	0,656	2,1	8	0,980	0,6	0,992	4,6	0,967
130	Nicarágua	0,669	0,642	4,0	6	0,959	0,8	0,990	10,0	0,929
131	Cabo Verde	0,661	1,0	0,988
132	Tuvalu	0,653	1,0	0,987
133	Guiné Equatorial	0,650	0,624	4,0	5	0,960	3,4	0,955	5,0	0,964
134	Índia	0,644	0,625	3,0	7	0,971	1,9	0,975	4,8	0,966
135	Micronésia (Estados Federados da)	0,634	1,4	0,982
136	Guatemala	0,629	0,604	4,0	3	0,960	1,1	0,985	9,1	0,935
137	Quiribati	0,628	0,5	0,993
138	Honduras	0,624	0,606	2,9	5	0,972	1,1	0,986	6,1	0,957
139	República Democrática Popular do Laos	0,620	0,580	6,5	-3	0,936	3,1	0,959	12,2	0,914
140	Vanuatu	0,614	0,7	0,991
141	São Tomé e Príncipe	0,613	0,7	0,991
142	Essuatíni (Reino de)	0,610	0,9	0,988
142	Namíbia	0,610	0,584	4,3	1	0,958	1,5	0,981	9,2	0,935
144	Mianmar	0,608	0,596	2,0	6	0,980	0,7	0,991	4,5	0,968
145	Gana	0,602	0,586	2,7	4	0,974	0,6	0,992	6,1	0,957
146	Quênia	0,601	0,590	1,8	6	0,982	0,5	0,994	4,4	0,969
146	Nepal	0,601	0,581	3,3	3	0,967	0,5	0,993	8,5	0,940
148	Camboja	0,600	0,572	4,7	-2	0,953	1,2	0,984	10,9	0,923
149	Congo	0,593	0,580	2,2	4	0,979	1,2	0,984	3,7	0,974
150	Angola	0,591	0,581	1,7	7	0,984	0,5	0,993	3,7	0,974
151	Camarões	0,587	0,577	1,7	3	0,983	0,4	0,995	4,0	0,972
152	Comores	0,586	0,5	0,993
153	Zâmbia	0,569	0,561	1,4	1	0,987	0,4	0,994	3,0	0,979
154	Papua-Nova Guiné	0,568	0,558	1,8	1	0,983	0,8	0,990	3,4	0,976
155	Timor-Leste	0,566	0,5	0,993
156	Ilhas Salomão	0,562	0,4	0,994
157	República Árabe da Síria	0,557	1,3	0,983
158	Haiti	0,552	0,546	1,1	1	0,989	0,2	0,997	2,7	0,981
159	Uganda	0,550	0,543	1,3	1	0,987	0,1	0,998	3,3	0,977
159	Zimbabué	0,550	0,541	1,6	0	0,983	0,5	0,993	3,7	0,973
Desenvolvimento humano baixo										
161	Nigéria	0,548	0,539	1,6	-1	0,983	0,6	0,992	3,7	0,974
161	Ruanda	0,548	0,541	1,3	2	0,987	0,1	0,998	3,4	0,976
163	Togo	0,547	0,541	1,1	4	0,989	0,3	0,996	2,5	0,982
164	Mauritânia	0,540	0,520	3,7	-1	0,964	1,0	0,987	8,4	0,940
164	Paquistão	0,540	0,528	2,2	1	0,979	1,0	0,987	4,2	0,970
166	Costa do Marfim	0,534	0,4	0,994
167	Tanzânia (República Unida da)	0,532	0,525	1,3	2	0,986	0,2	0,997	3,4	0,976
168	Lesoto	0,521	1,1	0,986
169	Senegal	0,517	0,503	2,7	0	0,973	0,7	0,991	6,3	0,955
170	Sudão	0,516	0,506	1,9	2	0,982	0,5	0,994	4,3	0,970
171	Jibuti	0,515	0,493	4,3	-1	0,956	0,4	0,995	11,5	0,918
172	Maláui	0,508	0,501	1,4	2	0,986	0,1	0,999	3,8	0,973

Continuação -

TABELA 7

	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	IDH Ajustado às Pressões sobre o Planeta (IDHP)				Fator de correção relativo às pressões sobre o planeta	ODS 9.4	Índice de emissões (produção) de dióxido de carbono	ODS 8.4, 12.2		
		Valor	Valor	Diferença do valor do IDH* (%)	Diferença da classificação do IDH*		Valor		Emissões de dióxido de carbono per capita (produção)	Pegada material per capita	Índice de pegada material
									(toneladas)		
	2022	2022	2022	2022	2022	2021	2021	2022	2022		
CLASSIFICAÇÃO DO IDH											
173 Benim	0,504	0,494	2,0	2	0,980	0,6	0,992	4,5	0,968		
174 Gâmbia	0,495	0,489	1,2	1	0,988	0,3	0,996	2,9	0,979		
175 Eritreia	0,493	0,487	1,2	1	0,988	0,2	0,997	3,1	0,978		
176 Etiópia	0,492	0,485	1,4	1	0,986	0,2	0,998	3,7	0,974		
177 Libéria	0,487	0,482	1,0	0	0,991	0,2	0,998	2,3	0,984		
177 Madagascar	0,487	0,483	0,8	1	0,992	0,1	0,998	2,0	0,986		
179 Guiné-Bissau	0,483	0,2	0,998		
180 Congo (República Democrática do)	0,481	0,477	0,8	1	0,992	0,0	0,999	2,1	0,985		
181 Guiné	0,471	0,462	1,9	1	0,981	0,4	0,995	4,6	0,967		
182 Afeganistão	0,462	0,459	0,6	1	0,994	0,3	0,996	1,2	0,992		
183 Moçambique	0,461	0,456	1,1	1	0,988	0,2	0,997	2,9	0,980		
184 Serra Leoa	0,458	0,452	1,3	1	0,988	0,1	0,998	3,2	0,977		
185 Burquina Fasso	0,438	0,433	1,1	0	0,990	0,3	0,997	2,5	0,983		
186 Iémen	0,424	0,420	0,9	0	0,992	0,4	0,995	1,7	0,988		
187 Burundi	0,420	0,417	0,7	0	0,994	0,1	0,999	1,6	0,989		
188 Mali	0,410	0,404	1,5	0	0,986	0,3	0,996	3,3	0,977		
189 Chade	0,394	0,382	3,0	-2	0,969	0,1	0,998	8,3	0,941		
189 Níger	0,394	0,389	1,3	0	0,987	0,1	0,998	3,5	0,975		
191 República Centro-Africana	0,387	0,383	1,0	1	0,989	0,0	0,999	3,1	0,978		
192 Sudão do Sul	0,381	0,376	1,3	0	0,986	0,2	0,998	3,6	0,975		
193 Somália	0,380	0,376	1,1	1	0,988	0,0	1,000	3,2	0,977		
Outros países ou territórios											
.. Coreia (República Popular Democrática da)	2,0	0,974		
.. Mônaco		
Agrupamentos por IDH											
Desenvolvimento humano muito elevado	0,902	0,779	13,6	-	0,863	9,5	0,876	21,0	0,851		
Desenvolvimento humano elevado	0,764	0,691	9,6	-	0,904	5,5	0,928	16,9	0,880		
Desenvolvimento humano médio	0,640	0,622	2,8	-	0,972	1,6	0,979	5,0	0,964		
Desenvolvimento humano baixo	0,517	0,509	1,5	-	0,985	0,4	0,994	3,5	0,975		
Países em vias de desenvolvimento	0,694	0,652	6,1	-	0,940	3,5	0,955	10,6	0,924		
Regiões											
Estados Árabes	0,704	0,658	6,5	-	0,935	4,6	0,940	10,0	0,929		
Ásia Oriental e Pacífico	0,766	0,683	10,8	-	0,891	6,2	0,919	19,3	0,863		
Europa e Ásia Central	0,802	0,743	7,4	-	0,927	5,3	0,931	10,9	0,923		
América Latina e Caraíbas	0,763	0,716	6,2	-	0,939	2,6	0,966	12,4	0,912		
Ásia do Sul	0,641	0,622	3,0	-	0,970	1,9	0,975	4,9	0,965		
África Subariana	0,549	0,539	1,8	-	0,982	0,7	0,991	3,8	0,973		
Países menos desenvolvidos	0,542	0,533	1,7	-	0,984	0,4	0,995	3,8	0,973		
Pequenos Estados insulares em vias de desenvolvimento	0,730	-	..	2,7	0,965		
Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico	0,906	0,787	13,1	-	0,869	8,7	0,887	21,0	0,851		
Mundo	0,739	0,685	7,3	-	0,926	4,5	0,941	12,5	0,911		

Notas	Definições	Fontes de dados principais
<p>a Com base nos países para os quais foi calculado o valor do Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado às Pressões sobre o Planeta.</p>	<p>Índice de Desenvolvimento Humano (IDH): Um índice composto que mede as realizações médias em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: uma vida longa e saudável, o conhecimento e um padrão de vida digno. Para saber mais sobre o cálculo do IDH, consultar a <i>Nota técnica 1</i> em http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2023_technical_notes.pdf.</p> <p>IDH Ajustado às Pressões sobre o Planeta (IDHP): Valor do IDH ajustado em função do nível de emissões de dióxido de carbono e da pegada material <i>per capita</i>, de modo a ter em conta a pressão humana excessiva sobre o planeta. Deve ser encarado como um incentivo à transformação. Para saber mais sobre o cálculo do IDHP, consultar a <i>Nota técnica 6</i> em http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2023_technical_notes.pdf.</p> <p>Diferença do valor do IDH: Diferença percentual entre o valor do IDHP e o valor do IDH, calculada apenas para países para os quais é calculado um valor de IDHP.</p> <p>Diferença da classificação do IDH: Diferença das classificações do IDHP e do IDH, calculada apenas para países para os quais é calculado um valor de IDHP.</p> <p>Fator de correção relativo às pressões sobre o planeta: Média aritmética do índice de emissões de dióxido de carbono e do índice de pegada material, ambos definidos abaixo. Um valor elevado significa uma menor pressão sobre o planeta.</p> <p>Emissões de dióxido de carbono <i>per capita</i> (produção): Emissões de dióxido de carbono resultantes de atividades humanas (utilização de carvão, petróleo e gás para combustão e processos industriais, queima de gás e produção de cimento), divididas pela população total a meio do ano. Os valores representam emissões territoriais, o que significa que as emissões são atribuídas ao país em que ocorrem fisicamente.</p> <p>Índice de emissões de dióxido de carbono (produção): Emissões de dióxido de carbono <i>per capita</i> (com base na produção) expressas como um índice, utilizando um valor mínimo de 0 e um valor máximo de 76,61 toneladas <i>per capita</i>. Um valor elevado neste índice significa uma menor pressão sobre o planeta.</p> <p>Pegada material <i>per capita</i>: A pegada material consiste na imputação da extração global de materiais à procura interna final de um país. A pegada material total representa a soma das pegadas materiais relativas à biomassa, aos combustíveis fósseis, aos minérios metálicos e aos minérios não metálicos. Este indicador é calculado como a quantidade de matérias-primas equivalente às importações, acrescida da extração em território nacional e deduzida das quantidades de matérias-primas equivalentes às exportações, dividido pela população média anual.</p> <p>Índice de pegada material: Pegada material <i>per capita</i> expressa como um índice, utilizando um valor mínimo de 0 e um valor máximo de 140,82 toneladas <i>per capita</i>. Um valor elevado neste índice significa uma menor pressão sobre o planeta.</p>	<p>Coluna 1: Cálculos do GRDH baseados em dados de Barro e Lee (2018), do FMI (2023), do DAESNU (2022, 2023), do Instituto de Estatística da UNESCO (2023), da Divisão de Estatística das Nações Unidas (2023) e do Banco Mundial (2023).</p> <p>Coluna 2: Calculado como o produto do IDH pelo fator de correção apresentado na coluna 5.</p> <p>Coluna 3: Cálculos baseados nos dados das colunas 1 e 2.</p> <p>Coluna 4: Cálculos baseados nos valores de IDHP e nas classificações de IDH recalculadas dos países para os quais é calculado um valor de IDHP.</p> <p>Coluna 5: Cálculos baseados nos dados das colunas 7 e 9.</p> <p>Coluna 6: Projeto Global de Carbono 2023.</p> <p>Coluna 7: Cálculos baseados nos dados da coluna 6.</p> <p>Coluna 8: Programa das Nações Unidas para o Ambiente 2023.</p> <p>Coluna 9: Cálculos baseados nos dados da coluna 8.</p>

Regiões em vias de desenvolvimento

Estados Árabes (20 países ou territórios)

Argélia, Barém, Jibuti, Egito, Iraque, Jordânia, Koweit, Líbano, Líbia, Marrocos, Estado da Palestina, Omã, Catar, Arábia Saudita, Somália, Sudão, República Árabe da Síria, Tunísia, Emirados Árabes Unidos, Iémen

Ásia Oriental e Pacífico (26 países)

Brunei Darussalã, Camboja, China, Fiji, Indonésia, Quiribati, República Popular Democrática da Coreia, República Democrática Popular do Laos, Malásia, Ilhas Marshall, Estados Federados da Micronésia, Mongólia, Mianmar, Nauru, Palau, Papua-Nova Guiné, Filipinas, Samoa, Singapura, Ilhas Salomão, Tailândia, Timor-Leste, Tonga, Tuvalu, Vanuatu, Vietname

Europa e Ásia Central (17 países)

Albânia, Arménia, Azerbaijão, Bielorrússia, Bósnia-Herzegovina, Geórgia, Cazaquistão, Quirguizistão, República da Moldávia, Montenegro, Macedónia do Norte, Sérvia, Tadjiquistão, Turquia, Turquemenistão, Ucrânia, Uzbequistão

América Latina e Caraíbas (33 países)

Antígua e Barbuda, Argentina, Bahamas, Barbados, Belize, Estado Plurinacional da Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Domínica, República Dominicana, Equador, El Salvador, Granada, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, São Cristóvão e Neves, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas, Suriname, Trindade e Tobago, Uruguai, República Bolivariana da Venezuela

Ásia do Sul (9 países)

Afeganistão, Bangladeche, Butão, Índia, República Islâmica do Irão, Maldivas, Nepal, Paquistão, Sri Lanca

África Subsariana (46 países)

Angola, Benim, Botsuana, Burquina Fasso, Burundi, Cabo Verde, Camarões, República Centro-Africana, Chade, Comores, Congo, República Democrática do Congo, Costa do Marfim, Guiné Equatorial, Eritreia, Reino de Essuatíni, Etiópia, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Quênia, Lesoto, Libéria, Madagáscar, Maláui, Mali, Mauritânia, Maurícia, Moçambique, Namíbia, Níger, Nigéria, Ruanda, São Tomé e Príncipe, Senegal, Seicheles, Serra Leoa, África do Sul, Sudão do Sul, República Unida da Tanzânia, Togo, Uganda, Zâmbia, Zimbabué

Nota: Todos os países listados nas regiões em vias de desenvolvimento estão incluídos em agregados para países em vias de desenvolvimento. Os países incluídos nos agregados para países menos desenvolvidos e Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento seguem a classificação da ONU, que se encontra disponível em <https://www.un.org/ohrlls/>. Os países incluídos nos agregados para a Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económicos estão elencados em <http://www.oecd.org/about/membersandpartners/list-oecd-member-countries.htm>.

Referências estatísticas

Nota: As referências estatísticas referem-se ao material estatístico apresentado neste Anexo Estatístico e no conjunto completo de tabelas estatísticas afixadas em <https://hdr.undp.org/en/human-development-report-2023-24>.

Barro, R. J., e J.-W. Lee. 2018. Dataset of Educational Attainment, Revisão de junho de 2018. <http://www.barrolee.com>. Acedido em 9 de agosto de 2023.

CEDLAS (Centro de Estudos distributivos, trabalhistas e sociais) e Banco Mundial. 2023. Base de Dados Socioeconômicos para a América Latina e as Caraíbas (SEDLAC). <https://www.cedlas.econo.unlp.edu.ar/wp/en/estadisticas/sedlac/estadisticas/>. Acedido em 19 de setembro de 2023.

Eurostat. 2023. Estatísticas da União Europeia sobre o Rendimento e as Condições de Vida. EUSILC UDB 2021 – versão de outubro de 2023. Bruxelas. <https://ec.europa.eu/eurostat/web/microdata/european-union-statistics-on-income-and-living-conditions>. Acedido em 30 de outubro de 2023.

Projeto Global de Carbono. 2023. Global Carbon Atlas. <https://globalcarbonatlas.org/emissions/carbon-emissions/>. Acedido em 24 de novembro de 2023.

ICF Macro. Vários anos. Inquéritos Demográficos e de Saúde. <https://dhsprogram.com>. **Acedido em 28 de novembro de 2023.**

OIT (Organização Internacional do Trabalho). 2023. Base de dados ILOSTAT. <https://ilostat.ilo.org/data/>. Acedido em 22 de novembro de 2023.

FMI (Fundo Monetário Internacional). 2023. World Economic Outlook database. Edição de outubro de 2023. Washington, DC. <https://www.imf.org/en/Publications/WEO/weo-database/2023/October>. Acedido em 15 de novembro de 2023.

UIP (União Interparlamentar). 2023. Base de dados Parlinc: Percentagem mensal de mulheres nos parlamentos nacionais. <https://data.ipu.org/women-ranking>. Acedido em 1 de agosto de 2023.

LIS. 2023. Base de dados do Luxembourg Income Study Database. <https://www.lisdatacenter.org/data-access>. Acedido em 30 de setembro de 2023.

OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico). 2023. OECD.Stat. <https://stats.oecd.org>. Acedido em 20 de setembro de 2023.

DAESNU (Departamento de Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas). 2022. *World Population Prospects: The 2022 Revision*. Nova Iorque. <https://population.un.org/wpp/>. Acedido em 1 de agosto de 2023.

DAESNU (Departamento de Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas). 2023. *World Economic Situation and Prospects 2023*. <https://www.un.org/development/desa/dpad/publication/world-economic-situation-and-prospects-2023/>. Acedido em 15 de novembro de 2023.

PNUA (Programa das Nações Unidas para o Ambiente). 2023. Base de dados de fluxos de materiais globais do Painel Internacional de Recursos. <https://www.resourcepanel.org/global-material-flows-database>. Acedido em 18 de dezembro de 2023.

Instituto de Estatística da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura). 2023. UIS Developer Portal, Bulk Data Download Service. <https://apiportal.uis.unesco.org/bdds>. Acedido em 19 de setembro de 2023.

UNICEF (Fundo de Emergência Internacional das Nações Unidas para a Infância). Vários anos. Inquéritos de Grupo para Indicadores Múltiplos. Nova Iorque.

<http://mics.unicef.org>. **Acedido em 31 de outubro de 2023.**

Divisão de Estatística das Nações Unidas. 2023. National Accounts Main Aggregates Database. <http://unsstats.un.org/unsd/snaama>. Acedido em 15 de novembro de 2023.

UNU-WIDER (Instituto Mundial de Investigação do Desenvolvimento Económico, da Universidade das Nações Unidas). 2023. Base de dados World Income Inequality (WIID) Conjunto de dados complementar. Versão de 28 de novembro de 2023. <https://www.wider.unu.edu/database/world-income-inequality-database-wiid#WIIDcomp>. Acedido em 28 de novembro de 2023.

Organização Mundial da Saúde (OMS), Fundo de Emergência Internacional das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Fundo das Nações Unidas para a População (FNUAP), Grupo do Banco Mundial e DAESNU (Departamento de Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas)/Divisão da População. 2023. *Trends in Maternal Mortality 2000 to 2020: Estimativas da OMS, UNICEF, FNUAP, Grupo do Banco Mundial e DAESNU/Divisão de População*. Genebra: Organização Mundial da Saúde. <https://www.who.int/publications/i/item/9789240068759>. Acedido em 1 de agosto de 2023.

Banco Mundial. 2022. Base de dados de Indicadores de Desenvolvimento Mundial. Washington, DC. <http://data.worldbank.org>. Acedido em 2 de maio de 2023.

Banco Mundial. 2023. Base de dados de Indicadores de Desenvolvimento Mundial. Washington, DC. <http://data.worldbank.org>. Acedido em 7 de novembro de 2023.

World Inequality Database. 2022. World Inequality Database. <http://wid.world>. Acedido em 28 de setembro de 2023.

CHAVE PARA AS CLASSIFICAÇÕES DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO, 2022

Afeganistão	182	República Dominicana	82	Libéria	177	Santa Lúcia	108
Albânia	74	Equador	83	Libia	92	São Vicente e Granadinas	81
Argélia	93	Egito	105	Listenstaine	12	Samoa	116
Andorra	35	El Salvador	127	Lituânia	37	São Marino	43
Angola	150	Guiné Equatorial	133	Luxemburgo	20	São Tomé e Príncipe	141
Antígua e Barbuda	54	Eritreia	175	Madagáscar	177	Arábia Saudita	40
Argentina	48	Estónia	31	Maláui	172	Senegal	169
Arménia	76	Essuatíni (Reino de)	142	Malásia	63	Sérvia	65
Austrália	10	Etiópia	176	Maldivas	87	Seicheles	67
Áustria	22	Ilhas Fiji	104	Mali	188	Serra Leoa	184
Azerbaijão	89	Finlândia	12	Malta	25	Singapura	9
Bahamas	57	França	28	Ilhas Marshall	102	Eslováquia	45
Barém	34	Gabão	123	Mauritânia	164	Eslovénia	22
Bangladeche	129	Gâmbia	174	Maurícia	72	Ilhas Salomão	156
Barbados	62	Geórgia	60	México	77	Somália	193
Bielorrússia	69	Alemanha	7	Micronésia (Estados Federados da)	135	África do Sul	110
Bélgica	12	Gana	145	Moldávia (República da)	86	Sudão do Sul	192
Belize	118	Grécia	33	Mónaco		Espanha	27
Benim	173	Granada	73	Mongólia	96	Sri Lanca	78
Butão	125	Guatemala	136	Montenegro	50	Sudão	170
Bolívia (Estado Plurinacional da)	120	Guiné	181	Marrocos	120	Suriname	124
Bósnia-Herzegovina	80	Guiné-Bissau	179	Moçambique	183	Suécia	5
Botsuana	114	Guiana	95	Mianmar	144	Suíça	1
Brasil	89	Haiti	158	Namíbia	142	República Árabe da Síria	157
Brunei Darussalá	55	Honduras	138	Nauru	122	Tajiquistão	126
Bulgária	70	Hong Kong, China (RAE)	4	Nepal	146	Tanzânia (República Unida da)	167
Burquina Fasso	185	Hungria	47	Países Baixos	10	Tailândia	66
Burundi	187	Hungria	47	Nova Zelândia	16	Timor-Leste	155
Cabo Verde	131	Islândia	3	Nicarágua	130	Togo	163
Camboja	148	Índia	134	Níger	189	Tonga	98
Camarões	151	Indonésia	112	Nigéria	161	Trindade e Tobago	60
Canadá	18	Irão (República Islâmica do)	78	Macedónia do Norte	83	Tunísia	101
República Centro-Africana	191	Iraque	128	Noruega	2	Turquia	45
Chade	189	Irlanda	7	Omã	59	Turquemenistão	94
Chile	44	Israel	25	Paquistão	164	Tuvalu	132
China	75	Itália	30	Palau	71	Uganda	159
Colómbia	91	Jamaica	115	Palestina (Estado da)	111	Ucrânia	100
Comores	152	Japão	24	Panamá	57	Emirados Árabes Unidos	17
Congo	149	Jordânia	99	Papua-Nova Guiné	154	Reino Unido	15
Congo (República Democrática do)	180	Cazaquistão	67	Paraguai	102	Estados Unidos	20
Costa Rica	64	Quénia	146	Peru	87	Uruguai	52
Costa do Marfim	166	Quiribáti	137	Filipinas	113	Usbequistão	106
Croácia	39	Coreia (República Popular Democrática da)		Polónia	36	Vanuatu	140
Cuba	85	Coreia (República da)	19	Portugal	42	Venezuela (República Bolivariana da)	119
Chipre	29	Koweit	49	Catar	40	Vietname	107
Chéquia	32	Quirguizistão	117	Roménia	53	Iémen	186
Dinamarca	5	República Democrática Popular do Laos	139	Federação Russa	56	Zâmbia	153
Jibuti	171	Letónia	37	Ruanda	161	Zimbabué	159
Domínica	97	Libano	109	São Cristóvão e Neves	51		
		Lesoto	168				



Programa das Nações Unidas para
o Desenvolvimento
One United Nations Plaza
New York, NY 10017
www.undp.org